ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLII Nº 73

Brasília - DF, sexta-feira, 17 de abril de 2015

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Congresso Nacional 2
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 6
Ministério da Cultura 9
Ministério da Defesa 11
Ministério da Educação 14
Ministério da Fazenda 17
Ministério da Integração Nacional 24
Ministério da Justiça 24
Ministério da Previdência Social 32
Ministério da Saúde 32
Ministério das Comunicações 36
Ministério de Minas e Energia 40
Ministério do Desenvolvimento Agrário 185
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 185
Ministério do Esporte 188
Ministério do Meio Ambiente 188
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 191
Ministério do Trabalho e Emprego 192
Ministério dos Transportes 193
Conselho Nacional do Ministério Público 194
Ministério Público da União 199
Poder Legislativo 206
Poder Judiciário 206
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 375

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

SÚMULAS VINCULANTES

Em sessão de 8 de abril de 2015, o Tribunal Pleno editou o seguinte enunciado de súmula vinculante, que se publica no Diário da Justiça Eletrônico e no Diário Oficial da União, nos termos do § 4º do artigo 2º da Lei 11.417/2006:

Súmula vinculante nº 43 - É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

Precedentes: ADI 308-MC/DF, Rel. Min. Octavio Gallotti, Tribunal Pleno, DJ de 17/08/1990; ADI 368-MC/ES, Rel. Min. Moreira Alves, Tribunal Pleno, DJ de 16/11/1990; ADI 231/RJ, Rel. Min. Moreira Alves, Tribunal Pleno, DJ de 13/11/1992; ADI 245/RJ, Rel. Min. Moreira Alves, Tribunal Pleno, DJ de 13/11/1992; ADI 785-MC/DF, Rel. Min. Moreira Alves, Tribunal Pleno, DJ de 27/11/1992; ADI 837-MC/DF, Rel. Min. Moreira Alves, Tribunal Pleno, DJ de 23/04/1993; MS 21.420/DF, Rel. Min. Francisco Rezek, Tribunal Pleno, DJ de 18/06/1993; ADI 266/RJ, Rel. Min. Octavio Gallotti, Tribunal Pleno, DJ de 06/08/1993; ADI 308/DF, Rel. Min. Octavio Gallotti, Tribunal Pleno, DJ de 10/09/1993; ADI 248/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ de 08/04/1994; ADI 970-MC/RJ, Rel. Min. Néri da Silveira, Tribunal Pleno, DJ de 26/05/1995; ADI 186/PR, Rel. Min. Francisco Rezek, Tribunal Pleno, DJ de 15/09/1995; MS 22.148/DF, Rel. Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJ de 08/03/1996; RE 150.453/PA, Rel. Min. Octavio Gallotti, 1ª Turma, DJ de 11/04/1997; ADI 1.150/RS, Rel. Min. Moreira Alves, Tribunal Pleno, DJ de 17/04/1998; RE 173.357/PA, Rel. Min. Ilmar Galvão, 1ª Turma, DJ de 05/02/1999; ADI 837/DF, Rel. Min. Moreira Alves, Tribunal Pleno, DJ de 25/06/1999; ADI 242/RJ, Rel. Min. Paulo Brossard, Tribunal Pleno, DJ de 23/03/2001; ADI 3.342/SP, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe de 29/05/2009; ADI 3.857/CE, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, DJe de 27/02/2009; ADI 3.819/MG, Rel. Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, DJe de 28/03/2008; ADI 3.190/GO, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, DJ de 24/11/2006; ADI 3.061/AP, Rel. Min. Ayres Britto, Tribunal Pleno, DJ de 09/06/2006; ADI 2.804/RS, Rel. Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, DJ de 08/04/2005; ADI 3.030/AP, Rel. Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJ de 18/03/2005; ADI 1.329/AL, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, DJ de 12/09/2003; ADI 1.345/ES, Rel. Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ de 25/04/2003; MS 23.670/DF, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, DJ de 08/02/2002; ADI 2.335-MC/SC, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, DJ de 31/08/2001; ADI 2.186-MC/SP, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, DJ de 01/08/2003; RE 157.538/RJ, Rel. Min. Moreira Alves, 1ª Turma, DJ de 27/08/1993; RE 602.264-AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 2ª Turma, DJe de 31/05/2003; ARE 680.296-AgR/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJe de 11/12/2012; AI 528.048-AgR/DF, Rel. Min. Ayres Britto, 2ª Turma, DJe de 22/03/2011; AI 195.022-AgR-AgR/DF, Rel. Min. Néri da Silveira, 2ª Turma, DJ de 22/03/2002; RE 129.943/RJ, Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 04/02/1994.

Legislação:
Constituição Federal, artigo 37, inciso II.

Brasília, 8 de abril de 2015.
Ministro RICARDO LEWANDOWSKI
Presidente

Em sessão de 8 de abril de 2015, o Tribunal Pleno editou o seguinte enunciado de súmula vinculante, que se publica no Diário da Justiça Eletrônico e no Diário Oficial da União, nos termos do § 4º do artigo 2º da Lei 11.417/2006:

Súmula vinculante nº 44 - Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

Precedentes: AI 758.533-QO-RG/MG, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, *DJe* de 13/08/2010; ARE 736.416-AgR/RO, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, *DJe* de 26/11/2013; AI 677.718-AgR/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, 1ª Turma, *DJe* de 20/11/2013; RE 537.795-AgR/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, *DJe* de 11/04/2012; ARE 760.248-AgR/PB, Rel. Min. Roberto Barroso, 1ª Turma, *DJe* de 05/11/2013; ARE 734.234-AgR/RO, Rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, *DJe* de 29/10/2013; AI 784.485-AgR/PE, Rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, *DJe* de 08/03/2012; AI 746.763-AgR/MG, Rel. Min. Dias Toffoli, 1ª Turma, *DJe* de 01/12/2011; AI 746.742-AgR/MG, Rel. Min. Marco Aurélio, 1ª Turma, *DJe* de 09/06/2011; RE 389.879-AgR/RJ, Rel. Min. Marco Aurélio, 1ª Turma, *DJe* de 29/11/2010; AI 745.942-AgR/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, *DJe* de 01/07/2009; RE 340.413-AgR/RN, Rel. Min. Ayres Britto, 1ª Turma, *DJ* de 16/12/2005; RE 342.405-AgR/RN, Rel. Min. Eros Grau, 1ª Turma, *DJ* de 22/04/2005; AI 660.815-AgR/RR, Rel. Min. Eros Grau, 2ª Turma, *DJe* de 23/11/2007; AI 746.537-AgR/DF, Rel. Min. Cezar Peluso, 2ª Turma, *DJe* de 01/08/2012; RE 567.859-AgR/MG, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, *DJe* de 30/11/2010; AI 636.384-AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, *DJe* de 31/10/2007; MS 30.822/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 2ª Turma, *DJe* de 26/06/2012; AI 529.219-AgR/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa, 2ª Turma, *DJe* de 26/03/2010; AI 595.541-AgR/MG, Rel. Min. Joaquim Barbosa, 2ª Turma, *DJe* de 07/08/2009; RE 330.546-AgR/RN, Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, *DJ* de 23/08/2002; AI 182.487-AgR/PR, Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, *DJ* de 07/02/1997.

Legislação:
Constituição Federal, artigos 5º, inciso II, e 37, inciso I.

Brasília, 8 de abril de 2015.
Ministro RICARDO LEWANDOWSKI
Presidente

Em sessão de 8 de abril de 2015, o Tribunal Pleno editou o seguinte enunciado de súmula vinculante, que se publica no Diário da Justiça Eletrônico e no Diário Oficial da União, nos termos do § 4º do artigo 2º da Lei 11.417/2006:

Súmula vinculante nº 45 - A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.

Precedentes:
HC 69.325/GO, Redator para o acórdão Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, DJ de 04/12/1992; HC 78.168/PB, Rel. Min. Néri da Silveira, Tribunal Pleno, DJ de 29/08/2003; HC 79.212/PB, Rel. Min. Marco Aurélio, 2ª Turma, DJ de 17/09/1999; RHC 80.477/PI, Rel. Min. Néri da Silveira, 2ª Turma, DJ de 04/05/2001.

Legislação:
Constituição Federal, artigos 5º, inciso XXXVIII, letra 'd', e 125, parágrafo 1º.

Brasília, 8 de abril de 2015.
Ministro RICARDO LEWANDOWSKI
Presidente

Em sessão de 9 de abril de 2015, o Tribunal Pleno editou o seguinte enunciado de súmula vinculante, que se publica no Diário da Justiça Eletrônico e no Diário Oficial da União, nos termos do § 4º do artigo 2º da Lei 11.417/2006:

Súmula vinculante nº 46 - A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.

Precedentes:
ADI 1.440/SC, Rel. Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, *DJe* de 06/11/2014; ADI 2.220/SP, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, *DJe* de 07/12/2011; ADI 4.190-MC-REF/RJ, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, *DJe* de 11/06/2010; ARE 810.812-AgR/RJ, Rel. Min. Rosa Weber, 1ª Turma, *DJe* de 10/12/2014; AI 515.894-AgR/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, *DJe* de 13/09/2012; RE 367.297-AgR/SP, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, *DJe* de 25/02/2011.

Legislação:
Constituição Federal, artigos 22, inciso I, e 85, parágrafo único.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Ministro RICARDO LEWANDOWSKI
Presidente

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.114, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os serviços de registros civis de pessoas naturais comunicarem à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública os óbitos registrados, acrescentando parágrafo único ao art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafo único ao art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para obrigar os registros civis de pessoas naturais que registrarem óbitos a comunicá-los aos órgãos que especifica.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º O art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 80. .....

Parágrafo único. O oficial de registro civil comunicará o óbito à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública da unidade da Federação que tenha emitido a cédula de identidade, exceto se, em razão da idade do falecido, essa informação for manifestamente desnecessária." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de abril de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Tarcísio José Massote de Godoy

Atos do Congresso Nacional

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 87

Altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal e inclui o art. 99 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para tratar da sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 155.....

.....

§ 2º.....

.....

VII - nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual;

a) (revogada);

b) (revogada);

VIII - a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o inciso VII será atribuída:

a) ao destinatário, quando este for contribuinte do imposto;

b) ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto;

....."(NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 99:

"Art. 99. Para efeito do disposto no inciso VII do § 2º do art. 155, no caso de operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte localizado em outro Estado, o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual será partilhado entre os Estados de origem e de destino, na seguinte proporção:

I - para o ano de 2015: 20% (vinte por cento) para o Estado de destino e 80% (oitenta por cento) para o Estado de origem;

II - para o ano de 2016: 40% (quarenta por cento) para o Estado de destino e 60% (sessenta por cento) para o Estado de origem;

III - para o ano de 2017: 60% (sessenta por cento) para o Estado de destino e 40% (quarenta por cento) para o Estado de origem;

IV - para o ano de 2018: 80% (oitenta por cento) para o Estado de destino e 20% (vinte por cento) para o Estado de origem;

V - a partir do ano de 2019: 100% (cem por cento) para o Estado de destino."

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no ano subsequente e após 90 (noventa) dias desta.

Brasília, em 16 de abril de 2015

Mesa da Câmara dos Deputados	Mesa do Senado Federal
Deputado EDUARDO CUNHA Presidente	Senador RENAN CALHEIROS Presidente
Deputado WALDIR MARANHÃO 1º Vice-Presidente	Senador JORGE VIANA 1º Vice-Presidente
Deputado GIACOBO 2º Vice-Presidente	Senador ROMERO JUCÁ 2º Vice-Presidente
Deputado BETO MANSUR 1º Secretário	Senador VICENTINHO ALVES 1º Secretário
Deputado FELIPE BORNIER 2º Secretário	Senador ZEZE PERRELLA 2º Secretário
Deputada MARA GABRILLI 3ª Secretária	Senador GLADSON CAMELI 3º Secretário
Deputado ALEX CANZIANI 4º Secretário	Senadora ÂNGELA PORTELA 4ª Secretária

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.433, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a regulamentação dos art. 9º a art. 12, art. 17 e art. 22 da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015,

D E C R E T A :

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista.

Art. 2º Os veículos de transporte de carga que circularem vazios ficam isentos da cobrança de pedágio sobre os eixos que mantiverem suspensos.

§ 1º Os órgãos ou entidades competentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disporão sobre as medidas técnicas e operacionais para viabilizar a isenção de que trata o **caput**.

§ 2º Até a implementação das medidas a que se refere o § 1º, consideram-se vazios os veículos de transporte de carga que transpuserem as praças de pedágio com um ou mais eixos que mantiverem suspensos, ressalvada a fiscalização da condição pela autoridade com circunscrição sobre a via ou ao seu agente designado na forma do § 4º do art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro.

§ 3º Para as vias rodoviárias federais concedidas, a regulamentação de que trata o § 1º será publicada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT no prazo máximo de cento e oitenta dias, contado da publicação deste Decreto, observada a viabilidade econômica e o interesse público.

§ 4º Regulamentações específicas fixarão os prazos para o cumprimento das medidas pelas concessionárias de rodovias.

Art. 3º As penalidades a que se refere o art. 22 da Lei nº 13.103, de 2015, ficam convertidas em advertências, conforme os procedimentos estabelecidos:

I - pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no caso das infrações ao disposto na Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, de que trata o inciso I do **caput** do art. 22 da Lei nº 13.103, de 2015; e

II - pelos órgãos competentes para aplicar penalidades, no caso das infrações ao Código de Trânsito Brasileiro de que tratam os incisos I e II do **caput** do art. 22 da Lei nº 13.103, de 2015.

§ 1º As penalidades decorrentes das infrações de trânsito de que tratam os incisos I e II do **caput** do art. 22 da Lei nº 13.103, de 2015, são aquelas previstas no inciso XXIII do **caput** do art. 230 e no inciso V do **caput** do art. 213 do Código de Trânsito Brasileiro, respectivamente.

§ 2º A restituição de valores pagos pelas penalidades referidas no **caput** deverá ser solicitada por escrito e autuada em processo administrativo específico junto ao órgão responsável pelo recolhimento.

Art. 4º Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego regulamentar as condições de segurança, sanitárias e de conforto nos locais de espera, de repouso e de descanso dos motoristas profissionais de transporte rodoviário de passageiros e de cargas, conforme disposto no art. 9º da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015; e

Parágrafo único. Para os procedimentos de reconhecimento como ponto de parada e descanso, os órgãos de que trata o § 3º do art. 11 da Lei nº 13.103, de 2015, observarão o cumprimento da regulamentação de que trata o **caput**.

Art. 5º Compete ao Conselho Nacional de Trânsito - Contran regulamentar:

I - os modelos de sinalização, de orientação e de identificação dos locais de espera, de repouso e de descanso dos motoristas profissionais de transporte rodoviário de passageiros e de cargas, observadas as disposições do § 3º do art. 11 da Lei nº 13.103, de 2015; e

II - o uso de equipamentos para a verificação se o veículo se encontra vazio e os demais procedimentos a serem adotados para a fiscalização de trânsito e o cumprimento das disposições do art. 17 da Lei nº 13.103, de 2015, no prazo máximo de cento e oitenta dias, contado da publicação deste Decreto.

Art. 6º A regulamentação das disposições dos incisos I ao IV do **caput** do art. 10, do art. 11 e do art. 12 da Lei nº 13.103, de 2015, compete:

I - à ANTT, para as rodovias por ela concedidas; e

II - ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, para as demais rodovias federais.

Parágrafo único. A outorga de permissão de uso de bem público nas faixas de domínio a que se refere o inciso IV do **caput** do art. 10 da Lei nº 13.103, de 2015, compete ao órgão com jurisdição sobre a via, observados os requisitos e as condições por ele estabelecidos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de abril de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Antonio Carlos Rodrigues
Manoel Dias
Gilberto Kassab

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

BERGMANN RODRIGUES TELES
Coordenador de Produção Substituto

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 100, de 16 de abril de 2015. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.114, de 16 de abril de 2015.

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 357, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Revoga dispositivo da Resolução nº 55, de 8 de outubro de 2008.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da prerrogativa de que trata o art. 6º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2008, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos XIX e XLVI, e no art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, no artigo 10, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, e considerando o que consta do processo nº 00058.036216/2015-32, **resolve,** *ad referendum* da Diretoria:

Art. 1º Revogar a alínea "a" do inciso I do art. 1º da Resolução nº 55, de 8 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2008, Seção 1, página 16.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

RETIFICAÇÃO

No título das Portarias nºs 908/SIA e 909/SIA, publicadas em resumo no Diário Oficial da União de 16 de abril de 2015, Seção 1, página 6, **onde se lê:** "PORTARIA Nº 908, DE 15 DE ABRIL DE 2015", **leia-se:** "PORTARIAS DE 15 DE ABRIL DE 2015".

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIAS DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso XXIII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução n° 110, de 15 de setembro de 2009, com as alterações posteriores, tendo em vista o disposto na Resolução n° 345, de 4 de novembro de 2014, e na Portaria nº 613/SAR, de 10 de março de 2015, e considerando o que consta do, resolve:

Nº 924 - Tornar pública a suspensão da empresa GALINDO E GALINDO COMÉRCIO E SERVIÇOS ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ nº 15.912.618/0001-03, do Programa de Fomento à Certificação de Projetos de Aviões de Pequeno Porte - iBR2020, aprovado pela Resolução n° 345, de 4 de novembro de 2014. Processo nº 00066.008222/2015-09.

Nº 925 - Tornar pública a adição do modelo New Conquest à contrapartida estabelecida pela Portaria nº 719/SAR, de 24 de março de 2015, referente à adesão da empresa INDÚSTRIA PAULISTA DE PARTES E AERONAVES DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA LTDA., CNPJ nº 09.023.149/0001-60, ao Programa de Fomento à Certificação de Projetos de Aviões de Pequeno Porte - iBR2020, aprovado pela Resolução n° 345, de 4 de novembro de 2014.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

DINO ISHIKURA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 897, DE 14 DE ABRIL DE 2015

Da emissão do Certificado de Operador Aéreo.

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 3375/SPO, de 20 de dezembro de 2013, tendo em vista o disposto nos Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) e nº 135 (RBAC nº 135), e considerando o que consta do processo nº 00065.168629/2012-43, resolve:

Art. 1º Ratificar e tornar pública a emissão do Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2015-01-60AY-01-00, emitido em 11 de março de 2015, em favor de PARAVANTI AEROTÁXI LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDMARCIO ANDRADE PIRES

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 2.646, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014(*)

Renova a homologação do curso teórico/prático de CMV, e dos cursos teóricos de PPA, PCA/IFR e Voo por Instrumentos da FAC - FLEX AVIATION CENTER.

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, considerando o que consta do processo nº 00065.075410/2014-63, resolve:

Art. 1º Renovar, a contar de 10 de novembro de 2014, a homologação do curso teórico/prático de Comissário de Voo e dos cursos teóricos de Piloto Privado de Avião, Piloto Comercial de Avião/IFR, e Voo por Instrumentos da FAC - FLEX AVIATION CENTER, por 5 (cinco) anos, situada na estrada do Galeão, nº 3200, Bairro Tubiacanga (Ilha do Governador), no Rio de Janeiro (RJ), CEP 21941-352.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 217, de 10-11-2014, Seção 1, página 18, com incorreções no original.

PORTARIA Nº 926, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Sobresta a Portaria nº 520/SPO, de 3 de março de 2015, referente à revogação da autorização definitiva de funcionamento e do certificado de atividade aérea do AEROCLUBE DO PLANALTO CENTRAL.

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, considerando o que consta do processo nº 00065.001941/2015-09, resolve:

Art. 1º Sobrestar a Portaria nº 520/SPO, de 3 de março de 2015, referente à revogação da autorização definitiva de funcionamento e do certificado de atividade aérea do AEROCLUBE DO PLANALTO CENTRAL, situado no Aeroporto de Formosa, Hangar 7, em Formosa (GO), por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

CONSELHO DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Da Operação do Aeroporto de Congonhas

O CONSELHO DE AVIAÇÃO CIVIL (CONAC), criado pelo Decreto n. 3.564, de 17 de agosto de 2000, no uso das atribuições a ele conferidas pelo art. 11-A da Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, incluído pela Lei n. 12.462, de 2011,

Considerando as competências da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) dispostas na Lei n. 11.182, de 27 de setembro de 2005,

Considerando as diretrizes contidas na Política Nacional de Aviação Civil (PNAC) conforme disposto no Decreto n. 6.780, de 18 de fevereiro de 2009,

Considerando as alterações decorrentes da Lei n. 12.462, de 2011, que criou a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC-PR), bem como do Decreto n. 7.476, de 10 de maio de 2011, que aprovou sua estrutura regimental, resolve***, ad referendum,***

Revogar os itens 2 e 4 da Resolução n. 6, de 2007 e o item 1 da Resolução n. 1, de 2008.

ELISEU PADILHA
Presidente

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS
SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÃO Nº 6, DE 16 DE ABRIL DE 2015

A SECRETARIA-EXECUTIVA DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED), em reunião realizada no dia 6 de março de 2015, com fulcro no inciso XIV do art. 6º da Lei n.º 10.742/2003, no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do art. 12 da Resolução CMED n.º 3/2003, decide:

Acolher o Relatório n.º 14/2015/SE/CMED, de 6 de março de 2015, referente ao Processo Administrativo n.º 25351.396406/2013-61 e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos para condenar DROGARIA RUI BARBOSA LTDA. (CNPJ 02.912.199/0001-00) ao pagamento de multa no valor de R$ 982,72 (novecentos e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos), por infração no art. 8º da Lei n.º 10.742/2003.

Acolher o Relatório n.º 15/2015/SE/CMED, de 6 de março de 2015, referente ao Processo Administrativo n.º 25351.671879/2013-71, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos para absolver LABORATÓRIOS PFIZER LTDA. (CNPJ 46.070.868/0001-69), por infração no art. 8º da Lei n.º 10.742/2003.

Acolher o Relatório n.º 16/2015/SE/CMED, de 6 de março de 2015, referente ao Processo Administrativo n.º 25351.716115/2012-62, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos para condenar HOSP-LOG COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ 06.081.203/0001-36), ao pagamento de multa no valor de R$ 212,82 (duzentos e doze reais e oitenta e dois centavos), por infração no art. 8º da Lei n.º 10.742/2003.

Acolher o Relatório n.º 17/2015/SE/CMED, de 6 de março de 2015, referente ao Processo Administrativo n.º 25351.716054/2012-02, e adotar como razão de decidir os fundamentos nele contidos para condenar HOSP-LOG COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (CNPJ 06.081.203/0001-36), ao pagamento de multa no valor de R$ 212,82 (duzentos e doze reais e oitenta e dois centavos), por infração no art. 8º da Lei n.º 10.742/2003.

LEANDRO PINHEIRO SAFATLE
Secretário Executivo

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 27, DE 13 DE ABRIL DE 2015

1. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Clomom registro nº 00511, foi aprovado alteração nas recomendações d*e* uso do produto *com* a inclusão do alvo biológico Caruru-roxo(*Amaranthus hybridus*) e Beldroega (*Portulaca oleracea*) em Pós emergência da cultura e das plantas daninhas e Pré-plantio da cultura e pós emergência das plantas daninhas na cultura da Soja.

2. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Clorim registro nº 08306, foi aprovado alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico Caruru-roxo (*Amaranthus hybridus*)e Beldroega (*Portulaca oleracea*) em Pós emergência da cultura e das plantas daninhas e Pré-plantio da cultura e pós emergência das plantas daninhas, na cultura da Soja.

3. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002,

no produto Trichodermil SC 1306, foi registro nº 002007, alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico Podridão da haste da soja (*Sclerotinia sclerotiorum*) em todas as culturas com ocorrência desse alvo biológico

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002,

foi aprovada a inclusão do produto Técnico Profenofós Técnico QGD registro nº 05811, no produto formulado Curyom 550 EC registro nº 8100

5. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Albatross registro nº 13512, foi aprovado alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico Saúva-parda (*Atta capiquara*) na cultura da Cana-de-açúcar.

6. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002no produto Emzeb 800 WP registro nº 5610, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de Abóbora para o controle de Míldio *(Pseudoperonospora Cubensis) ;* Alho para o controle de Ferrugem

(*Puccinia allii*) e Mancha-púrpura (*Alternaria porri*) *; Amendoim para o controle de*

Cercosporiose (*Cercopora arachidicola*) *; Arroz para o controle* de Brusone(*Pyricularia grisea) , Mancha-parda* (*Bipolaris oryzae*) *; Berinjela para o controle de* Pinta-preta-grande (*Alternaria solani); Beterraba para o controle de* Mancha-cercospora (*Cercospora beticola); Brócolis para o controle de* Míldio (Peronospora parasítica) *e* Mancha-de-alternária (*Alternaria brassicae*); Café *para o controle* de Ferrugem-do-cafeeirio (*Hemileia vastatrix*); *Cebola para o controle de* Mancha-púrpura (*Alternaria porri)* e Míldio (*Peronospora destructor*) *; Cenoura para o controle de* Mancha-de alternária (*Alternaria dauci*); *Citros para o controle de* Melanose (*Diaporthe citri*) ; Antracnose(*Colletotrichum gloeosporioides*), Verrugose (*Elsinoe australis*) e Ácaro-da-falsa-ferrugem (*Phyllocoptruta oleivora*) *; Couve para o controle de* Míldio (*Peronospora parasítica*) *e* Mancha-de-alternária (*Alternaria brassicae*) *; Couve-flor para o controle de* Míldio (*Peronospora parasítica*) *e*

Mancha-de-alternária*(Alternaria brassicae*)*;* Cravo para o controle de Ferrugem (*Uromyces dianthi*) *;* Crisântemo para o controle de Ferrugem (*Puccinia Chrisanthemi*) *;* Ervilha para o controle de Mancha-de-ascochyta (*Ascochyta pisi e Ascochyta pinodes*)*;* Feijão para o controle de Antracnose (*Colletotrichum lindemuthianum*) Mancha-angular (*Phaeisariopsis griseola*)e Ferrugem (*Uromyces appendiculatus*) *; Feijão-vagem para o controle de* Ferrugem (*Uromyces appendiculatus*) *e* Antracnose (*Colletotrichum lindemuthianum*)*; Figo para o controle de* Ferrugem (*Cerotelium fici*) *;* Fumo rara o controle de Mofo-azul (*Peronospora tabacina*)*; Gladíolo para o controle de* Podridão-da-flor (*Botrytis gladiolorum*)*;* Maçã para o controle de Sarna(*Venturia inaequalis) e* Podridão-amarga (*Colletotrichum gloeosporioides); Mamão para o controle de* Antracnose (*Colletotrichum gloeosporioides*) ; Manga para o controle de Antracnose (*Colletotrichum gloeosporioides*); Melancia para o controle de Antracnose

(*Colletotrichum orbiculare*) e Míldio (*Pseudoperonospora cubensis*) ; Melão para o controle de Antracnose (*Collettotrichum orbiculare*); Pepino para o controle de Antracnose (*Collettotrichum orbiculare*); Pêssego para o controle de Podridão-parda (*Monilinia fructicola*) e Ferrugem (*Tranzchelia pruni-spinosae*); Pimentão para o controle Cercoporiose (*Cercospora melangena*), Antracnose (*Colletotrichum gloeosporioides*) e Requeima (*Phytophthora capsici*); Repolho para o controle de Míldio (*Peronospora parasítica*) e Mancha-de-alternária (*Alternaria brassicae*) ; Rosa para o controle de mancha-das- folhas (*Diplocarpon rosae*) e Trigo para o *controle* Helmintosporiose *(Bipolaris sorokiniana*), Ferrugem-das-folhas (*Puccinia triticina*) e Brusone (*Pyricularia grisea*). Iinclusão do alvo biológico Septoriose (*Septoria lycopersici*) na cultura do Tomate; e inclusão dos alvos biológicos Podridão amarga (*Greeneria uvicola*), Escoriose (*Phomopsis viticola*) e Mofo-cinzento (*Botrytis cinérea*) na cultura uva.

7. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto Battle registro nº 05907, da Classe toxicológica II - Altamente Tóxico, parra a Classe toxicológica III - Medianamente Tóxico.

8. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso *I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro* de 2002, no produto Consento registro nº 00409, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão dos alvo biológico Pinta-preta (*Alternaria solani*) nas culturas de Batata e Tomate.

9. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002,no produto Poquer registro nº 8510, foi aprovada a inclusão do alvo biológico Azevém (Lolium multiflorum) na cultura da Soja.

10. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Bayer CropScience LP- 1740 Whitehall Road, North Muskegon, Michigan, 79445, USA, no produto Propamocarb Técnico BCS registro nº 09208.

11.De acordo com o decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi autorizada a empresa Nortox S.A. -Arapongas / PR- CNPJ nº 75.263.400/0001-99, e Nortox S.A- Rondonópolis / MT- CNPJ nº 75.263.400/0011-60, a importar o produto Diuron Técnico Cropchem registro nº 05412, uma vez que as mesmas constam como formuladoras do produto Diuron Nortox registro nº 00988692.

12.De acordo com o Artigo Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a correção do nome da razão social da empresa Huanan Jinyuan Pesticide Chemical PLant, para Hunan Haohua Chemical Co., Ltd, permanecendo o mesmo endereço, 18, Dingshan Rd., Shifeng District, Zhuzhou, 412005, Hunan - China, esta alteração entra nos registros dos produtos onde este conste como fabricante e/ ou formulador, conforme processo nº 21000.005958/2014-71.

13. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto Megasato Técnico registro nº 10714, da empresa Biorisk Assesssoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda - sito à Av.Brigadeiro Faria Lima, nº 1572 - Conj. 906 - Jardim Paulistano - São Paulo / SP CEP: 01451-001, para a empresa Agroimport do Brasil Ltda - sito à Av. Cristóvão Colombo, 2360 - conj. 502-Bairro Floresta- Porto Alegre / RS CEP: 90440-002.

14. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Nortox S.A.- Arapongas / PR, Nortox S.A.- Rondonópolis / MT, Adama Brasil S.A.- Londrina / PR, Adama Brasil S.A. -Taquari / RS e Ouro Fino Química Ltda -Uberaba / MG, no produto Dominum registro nº 07206.

15. De acordo com o Artigo 22§1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto Bedane registro nº 12914, da empresa Interprod Comércio e Registro de Produtos Ltda - ME, sito à Rua Realengo, Nº 69, cj. 71, São Paulo/SP- CEP: 05451-030, para a empresa Syngenta Proteção de Cultivos Ltda - Sito à Av. Nações Unidas , Nº 18001- São Paulo / SP- CEP: 04795-900.

16. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, por ter sido desativada a fábrica da empresa Bayer CropScience Ltda - Rua do Comércio, 715 - Portão /RS e excluído em D.O.U em 9 de novembro de 2007, foi excluído este formulador do produto Systhane 400 WP registro nº 013407.

17. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Agraform LLC - 133 East Krauss Street - 63111, St. Louis MO- Estados Unidos da América, no produto Premier registro nº 2700.

18. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Helena Industries, INC - Highway 49 Bypass - 72390 West Helena, Arkansas - Estados Unidos da América, no produto Fox registro nº 13509.

19. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração da composição quali-quantitativa do produto Carbomax 500 SC registro nº 4602, conforme processo nº 21000.000 686/2010-99.

20. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração da composição quali-quantitativa do produto Impact Plus registro nº 005807, conforme processo nº 21000.010794/2010-70.

21. De acordo com o decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Dow Agrosciences Industrial Ltda - Jacarei/SP, Fersol Indústria e Comércio S.A,- Mairinque / SP, FMC Química do Brasil Ltda - Uberabba / MG, Adama Brasil S.A- Taquari /RS, Adama Brasil S.A - Londrina / PR, Nortox S.A.- Arapongas / PR, Nortox S.A.- Rondonopólis / MT, Ouro Fino Ltda - Uberaba / MG e Servatis S.A. - Resende/RJ, no produto Disparo registro nº 2310.

22. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 200*2*, no produto Emzeb 800 WP registro nº 5610, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de Feijão para o controle de Falsa-Medideira (*Chrysodeixis includens*), Milho para o controle de Lagarta-do-cartucho (*Spodoptera frugiperda*).

23. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da proprietária do produto , cancelamos o registro do produto soldier registro nº 008707

24. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração da composição quali-quantitativa do produto Gli-UP 480 SL registro nº 13507, conforme processo nº 21000.005901/2014-71.

25. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de

2002, e Ato 70 de 11 de setembro de 2013, publicado no D.O.U de 16 de setembro de

2013, foi aprovada a inclusão do produto Técnico Tebuconazole Técnico DVA registro

nº 05109 , no produto formulado Produtor BR registro nº 14611.

26. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002,foi aprovada a inclusão do formulador United Phosphorus Limited - 750, G.I.D.C,, P.B. No. 9 - Distrito de Bharuch 393 110 - Jhagadia - Gurajat - Índia, no produto Graster registro nº 19308.

27. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 002 e Ato 70 de 11 de setembro de 2013, publicado no D.O.U de 16 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto Técnico Finale Técnico AT registro nº 5500, no produto formulado Liberty registro nº 05409.

JÚLIO SÉRGIO DE BRITTO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÃO

No D.O.U de 24 de dezembro de 2014, seção 1, em Ato nº 66 de 23 de dezembro de 2014, pág. 2, no item 5, onde se lê: ... no produto Nativo registro nº 2506..., leia-se: no produto Nativo registro nº 0205. No D.O.U.de 4 de março de 2015, seção 1,em Ato nº 15 de 27 de fevereiro de 2015, pág.2, item 7, onde se lê: ... inclusão dos alvos biológicos Lagarta-da-soja (*Anticarsia gemmatalis*) e Percevejo marrom (*Euschistus heros*), leia-se: ... ... inclusão dos alvos biológicos Lagarta-da-soja (*Anticarsia gemmatalis*) e Percevejo marrom (*Euschistus heros*), na cultura da Soja.

ATO Nº 28, DE 15 DE ABRIL DE 2015

1. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Bovemax EC registro nº 13311,foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de Café para o controle de Broca-do-café (*Hypothenemus hampei*) e Citrus para o controle de Psilídeo (*Diaphorina citri*).

2.De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Priori registro nº 02198, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a alteração da época de aplicação na cultura da Soja.

3.De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato 70 de 11 de setembro de 2013, publicado no D.O.U de 16 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos fabricantes Cymoxanil Técnico BR registro nº 10707 e Mancozeb Técnico UPL registro nº 7707, e inclusão dos formuladores Uniphos Colômbia Plant Limited - Via 40,85/85- 1386 - Barranquilla - Colômbia, United Phospkorus Limited- 3101/2, G.I.D.C., Ankaleshwar - 393002- Gujarat - Índia, Servatis S.A.- Resende / RJ, Ouro Fino Química Ltda - Uberaba/MG, Sygla Colombia Ltda - Autop. Sur nº 10-90, Zona Industrial Cazuca, Soacha, Cundinamarca- Colombia e Sygla Colombia Ltda - Transversal 6, nº13-90, Zona Industrial Casaca, Soacha, Cundinamarca - Colombia, no produto Curzate BR registro nº 05601.

4. De acordo com o decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi autorizada a empresa FMC Química do Brasil Ltda, nas filiais - CNPJ nº04.136.367/0003-50-Igarapava/SP, CNPJ nº 04.136.367/0017-55- Paulínia / SP e CNPJ nº 04.136.367/0005-11- Uberaba/MG, a importar os seguintes produtos: Fentrol registro nº 05704, Loop registro nº 3810, Malathion Ul Cheminva registro nº 006207, Nexide registro nº05504, Paracap 450 CS registro nº 07401, Rapsode registro nº 04503, Rubric registro nº 16408, Sponsor registro nº0 4909, Tornado registro nº 020007, Zignal registro nº 16108.

5. De acordo com o decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi autorizada a empresa Iharabras S.A.-Indústrias Químicas - CNPJ nº 61.142.550/0001-30 -Sorocaba / SP e Iharabras S.A. -Indústrias Químicas - Filial CNPJ nº 61.142.550/0013-73 - Ibiporã / PR, a importar o produto Aminol 806 registro nº 00195.

6. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Priori Top registro nº 04313, foi aprovada alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de Amendoim para o controle de Mancha-castanha (*Cercospora arachidicola*), Arroz irrigado para o controle de Brusone (*Pyricularia grisea*), Aveia para o controle Ferrugem das folhas (*Puccinia coronata* var. *avenae*) , Café para o controle de Mancha de phoma (*Phoma costaricensis*), Cevada para o controle de Mancha reticular (*Drechslera teres*), Eucalipto (Viveiro) para o controle de Oídio (*Oidium eucalypti*), Eucalipto (campo) para o controle de Ferrugem (*Puccinia psidii*), Girassol para o controle de Mancha Alternaria (*Alternaria helianthi*) e Oídio (*Erysiphe cichoracearum*), Milho para o controle de Mancha de cercospora (*Cercospora zeae-maydis*)e Ferrugem polisora (*Puccinia polysora*), e Trigo para o controle de Ferrugem da folha (*Puccinia triticina*) e Mancha Amarela (*Drechslera tritici-repentis*).

7. De acordo com o decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi autorizada a empresa CCAB Agro S.A- CNPJ nº 08.938.255/0001-01- São Paulo /SP; CCAB Agro S.A-CNPJ nº 08.938.255/0008-88- Luiz Eduardo Magalhães/BA; CCAB Agro S.A- CNPJ nº 08.938.255/0009-69- Rondonópolis/MT, a importar os produtos Acaramik registro nº 016307, Bamako 700 WG registro nº 06009, Imidacloprid 350 SC registro nº 10409, Imidacloprid 600 FS registro nº 04609, Metsuram 600 WG registro nº 14711, Mirza 480 SC registro nº 7810, Narval 40 SC registro nº 02013, Rephon 800 WG registro nº3514, Tiodicarbe 250 SC registro nº 03209 e Tyson 750 WG registro nº 08913.

8. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Thiodicarbe 800 WG UPL registro nº 2915, para a marca comercial Supimpa.

9. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Bernardo Química S.A.- sito `a Av. Antônio Bernardo nº 3950, Parque Industrial Imigrantes - São Vicente / SP, para a razão social Bequisa Indústria Química do Brasil Ltda.

10. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Cruiser Opti registro nº 09613, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico Vaquinha-verde-amarela *(Diabrotica speciosa*)na cultura da Soja , E inclusão de informações sobre efeito bioativador nas instruções de uso do produto.

11. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato 70 de 11 de setembro de 2013, publicado no D.O.U de 16 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos técnicos Dursban Técnico registro nº 02348398 e Dursban Kings Lynn Técnico registro nº 0648498, no produto formulado Pyrinex 480 EC registro nº 9298.

CÓPIA PROIBIDA POR TERCEIROS

12. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da unidade identificada como Pyosa de CV, no endereço: Ave. Indústrias 1200 - Monterrey - México,(que era a sede social) ,a qual foi vendida para a empresa Viakem S.A de CV, esse nunca foi local fabril e que o local correto da fábrica é Viakem S.A. de C.V - Unidade de San Nicolás de Los Garza, Av. Manuel L. Barragán Nº 701- Zona Industrial- 66450 - San Nicolás da Los Garza-Nuevo Léon - México, esta alteração entra nos registros dos produtos onde esta conste como fabricante e /ou formulador, conforme protocolo 70500.003566/2015-22.

13. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto AUG 120 registro nº 12114, para a marca comercial Punto.

14. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002,foi aprovada a inclusão do formulador Interfina Agroquímica Ltda - Rua Domiciano Leite de Assis, Distrito Industrial Adib Rassi- Jardinópolis / SP, no produto Fluramim registro nº 07996.

15.De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração nas recomendações de uso do produto com a exclusão do modo de aplicação por aeronave, do produto Grifo registro nº15012.

16. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade dos registros dos produtos Fortuna Técnico registro nº 07808 e Fortuna 800 WP registro nº 0310, da empresa AllieBbrasil Agro Ltda - sito à Rua Dona Antônia de Queiros, 504 , sala 123 , Bairro Higienópolis, São Paulo/SP CEP: 01307-013, para a empresa Agrovant Comércio de Produtos Agrícolas Ltda - sito à Av. Jaime Ribeiro, 409-C, Villa Industrial- Jaboticabal / SP CEP: 14-884-100.

17. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato 70 de 11 de setembro de 2013, publicado no D.O.U de 16 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do fabricante/formulador da matéria-prima, Taminco BVBA - Chemical Sector, Pantserchipstraat, 207 B-9000 Gent-Bélgica , no produto Bunema 330 CS registro nº 04995.

18. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração de endereço da empresa Copalliance - Cooperativa de Consumo de Produtos Agropecuários Imp.Exp. e Comércio Ltda, para o endereço: Rua Visconde de Taunay, 420 - sala 53 - Vila Itapura - Campinas / SP CEP:13023-200.

19. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração de endereço da empresa Prophyto Comércio e Serviço Ltda - sito `a Av. Ipiranga, 318 CJ. 1601- Sala 01, Bloco A, Condomínio Ed. Normandia, Bairro República - São Paulo / SP.

20. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de

2002, e Ato 70 de 11 de setembro de 2013, publicado no D.O.U de 16 de setembro de

2013, foi aprovada a inclusão do produto Técnico 2,4-D Técnico RB-BRA registro nº

15212, no produto formulado Grant registro nº 07508.

21. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de

2002, no produto Bac-Control WP registro nº 458791, foi aprovada alteração nas

recomendações de uso do produto, com a inclusão do alvo biológico Lagarta-

Thyrinteina (*Thyrinteina arnobia*), para todas as culturas com ocorrência desse alvo

biológico.

22. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de

2002, no produto Intrepid 240 SC registro nº 00699, foi aprovada alteração nas

recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas de Feijão para o controle de Falsa-medideira (*Chrysodeixis includens*) e cultura do Trigo para controle de Lagarta-do-trigo (*Pseudaletia sequax*) .

23. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de

2002, no produto Premerlim 600 EC registro nº 005789, foi aprovada alteração nas

recomendações de uso do produto, com a inclusão de modo de aplicação na cultura da cana-de-açúcar (Pré-plantio Incorpado-PPI).Inclusão dos formuladores Arysta Lifescience do Brasil Ind. Quim. e Agropecuária Ltda - Salto de Pirapora/ SP, UPL do Brasil Ind. e Com. de Insumos Agropecuários S.A- Ituverava/SP, Iharabras S.A. - Indústrias Químicas- Sorocaba / SP, Indústrias Químicas Lorena - Roseira / SP, Nortox S.A. - Arapongas /PR, Nortox S.A.- Rondonópolis / MT, Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.- Maracanau /CE, Ouro Fino Química Ltda - Uberaba / MG, Servatis S.A- Resende / RJ, Sipcam Nichino Brasil S.A.- Uberaba / MG, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia / SP, Bold Company - P.O. Box 1463 GA 31793- 411 Virgina Avenue N E6, Tifton - EUA, Bold Company- P.O.Box 205 GA 31744, 364 Fitzgerald Hiway, Ocilla / EUA, Adama Andina B.V. Scursal Colombia - Calle 1C, No. 7-53- Interior Zona Franca - Barranquilla - Colombia e Adama Agan Ltd- Haashlag Street,3, P.O. BOX 262, 77102 -Northern Industrial Zone, Ashdod, Israel.

24. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi autorizada a empresa Adama Brasil S.A- CNPJ nº 02.290.510/0001-76 - Londrina/ PR; Filiais: Adama Brasil S.A - CNPJ nº 02.290.510/0004-19-Taquari/RS e Adama Brasil S.A -CNPJ nº 02.290.510/0010-67- Assis /SP, a importar o produto Lancer 750 SP registro nº 06312.

25. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Lancer 750 SP registro nº 06312, para a marca comercial Captus 750 SP.

26.De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Lancer Gold registro nº 07912, para a marca comercial Perito 970 SG.

27. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Abamectin Técnico DVA registro 12714, para a marca comercial Abamectin Técnico UPL.

28. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Arboro registro 2515, para a marca comercial Valeos.

29. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de

2002, no produto Chlorimuron Técnico Cheminova registro nº 04502, atendendo

solicitação da proprietária do produto, excluímos o fabricante Cheminova A/S - End.

Thyboronvej 76-78, DK 7673 Harboore - Dinamarca.

30. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de

2002, no produto Chess 500 WG registro nº 03308, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura do Pepino para o controle de Pulgão-verde *(Myzus persicae*).

31. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Vezir 100 registro nº 09608, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da modalidade de uso de Pré-emergência na cultura da Soja. Foram incluídos os formuladores: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários Ltda - Ituverava / SP, Insústrias Químicas Lorena Ltda - Roseira/SP, Nortox S.A. - Arapongas /PR, Nortox S.A. - Rondonópolis / MT, Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Maracanau / CE, Ouro Fino Química Ltda - Uberaba / MG, Sipcam Nichino Brasil S.A.- Uberaba / MG, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia / SP, Adama Agan Ltd - P.O. Box 262, Northern Industrial Zone, Haaashlag Street, Ashdodo 77102 - Israel.

32. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social do fabricante /formulador : Evonik Goldschmidt Corporation- Endereço: 914 East Randolph Road, Hopewell, VA 23860, EUA, para a razão social Evonik Corporation, esta alteração entra nos registros dos produtos onde esta conste como fabricante e / ou formulador, conforme proc. Nº 21000.001876/2015-38.

JÚLIO SÉRGIO DE BRITTO
Coordenador-Geral

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 229, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Cancelamento de benefícios fiscais concedidos por meio da Portaria MCT/MDIC/MF nº 1.031, de 3 de outubro de 2013.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22, c/c o art. 50, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTI nº 01200.005660/2014-05, de 16 de dezembro de 2014, resolvem:

Art.1º Cancelar a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, concedida pela Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 1.031, de 3 de outubro de 2013, publicada em 4 de outubro de 2013, para a empresa Paranaíba Telecom - Indústria de Telefone Celulares Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 12.742.983/0001-10, por descumprimento do disposto no §3 do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 2º Caso constatado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, ter havido fruição dos incentivos fiscais em desacordo com a legislação ou em período não coberto pela vigência da Portaria referida no art. 1º, a empresa deverá efetuar o ressarcimento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, que tiver deixado de recolher, nos termos do disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 243, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Cancelamento de benefício fiscal de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22, c/c o art. 50, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTI nº 01200.000285/2015-80, de 28 de janeiro de 2015, resolvem:

Art.1º Cancelar a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, concedida pela Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 98, de 15 de fevereiro de 2006, publicada em 16 de fevereiro de 2006, para a empresa Tacom Engenharia e Projetos Ltda., antiga razão social de Tacom Projetos de Bilhetagem Inteligente Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 01.005.845/0001-32, a pedido da interessada.

Art. 2º Caso constatado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, ter havido fruição dos incentivos fiscais em desacordo com a legislação ou em período não coberto pela vigência da Portaria referida no art. 1º, a empresa deverá efetuar o ressarcimento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, que tiver deixado de recolher, nos termos do disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 244, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Alteração de razão social em Portaria Interministerial que habilita à fruição de incentivo de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 c/c o art. 50, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, tendo em vista o que consta no Processo MCTI nº 01200.001976/2014-10, de 12 de maio de 2014, e

Considerando que a empresa Bassetti Indústria e Comércio de Informática Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 09.190.368/0001-34, é titular dos direitos e obrigações decorrentes da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 480, de 19 de junho de 2009, publicada em 22 de junho de 2009; e

Considerando que a empresa Bassetti Indústria e Comércio de Informática Ltda. alterou sua denominação social para Bassetti Comércio, Indústria e Serviços de Informática Ltda., mantidos demais dados da empresa, como CNPJ nº 09.190.368/0001-34, sem que tal alteração tenha acarretado solução de continuidade da sociedade, ou qualquer alteração nos seus direitos e obrigações sociais, conforme consta de documentação juntada ao Processo acima referido, já devidamente registrada nos órgãos próprios, resolvem:

Art. 1º Fica alterada na Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 480, de 19 de junho de 2009, publicada em 22 de junho de 2009, a razão social de Bassetti Indústria e Comércio de Informática Ltda. para Bassetti Comércio, Indústria e Serviços de Informática Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se todos os atos praticados pela empresa sob a nova denominação de Bassetti Comércio, Indústria e Serviços de Informática Ltda., CNPJ nº 09.190.368/0001-34, desde a data da operação.

ALDO REBELO
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 245, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Cancelamento de benefícios fiscais concedidos por meio da Portaria MCT/MDIC/MF nº 723, de 22 de julho de 2013.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22, c/c o art. 50, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTI nº 01200.005667/2014-19, de 16 de dezembro de 2014, resolvem:

Art.1º Cancelar a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, concedida pela Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 723, de 22 de julho de 2013, publicada em 23 de julho de 2013, para a empresa Cablena do Brasil Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 01.770.422/0001-09.

Art. 2º Caso constatado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, ter havido fruição dos incentivos fiscais em desacordo com a legislação ou em período não coberto pela vigência da Portaria referida no art. 1º, a empresa deverá efetuar o ressarcimento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, que tiver deixado de recolher, nos termos do disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 246, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Cancelamento de benefícios fiscais concedidos por meio da Portaria MCT/MDIC/MF nº 16, de 7 de janeiro de 2009.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22, c/c o art. 50, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do processo MCTI nº 01200.000137/2015-65, 14 de janeiro de 2015, resolvem:

Art.1º Cancelar a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, concedida pela Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 16, de 7 de janeiro de 2009, publicada em 9 de janeiro de 2009, para a empresa Coscomputer Indústria e Comércio de Computadores Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 03.211.492/0001-52, a pedido da interessada.

Art. 2º Caso constatado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, ter havido fruição dos incentivos fiscais em desacordo com a legislação ou em período não coberto pela vigência da Portaria referida no art. 1º, a empresa deverá efetuar o ressarcimento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, que tiver deixado de recolher, nos termos do disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA Nº 237, DE 15 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.005740/2014-52, de 19 de dezembro de 2014, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Prysmian Draka Brasil S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 03.737.402/0001-61, atende à condição de bem de informática e automação desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Cabo de fibra Optica com revestimento externo de material dielétrico.

Modelos: CFOA-SM-DD-S ZFO - K - DRY-DRY Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, COG, LSZH); CFOA-SM+NZD-DD-S ZFO - K - DRY-DRY Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, COG, LSZH); CFOA-SM+MM-DD-S ZFO - K - DRY-DRY Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, COG, LSZH); CFOA-SM+DS-DD-S ZFO - K - DRY-DRY Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, COG, LSZH); CFOA-SM+BLI-DD-S ZFO - K - DRY-DRY Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, COG, LSZH); CFOA-NZD-DD-S ZFO - K - DRY-DRY Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, COG, LSZH); CFOA-NZD+BLI- DD-S ZFO - K - DRY-DRY Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, COG, LSZH); CFOA-MM-DD-S ZFO - K - DRY-DRY Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, COG, LSZH); CFOA-BLI-DD-S ZFO - K - DRY-DRY Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, COG, LSZH); CFOA-DS+NZD-DD-S ZFO - K - DRY-DRY Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, COG, LSZH); CFOA-DS-DD-S ZFO - K - DRY-DRY Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, COG, LSZH); CFOA-MM+BLI-DD-S ZFO - K - DRY-DRY Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, COG, LSZH); CFOA-MM+DS-DD-S ZFO - K - DRY-DRY Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, COG, LSZH); CFOA-MM+NZD-DD-S ZFO - K - DRY-DRY Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, COG, LSZH); CFOA-BLI-ASY-S ZFO - K - KP - DRY-DRY - Y(30 A 200METROS) - Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, RT, COG, LSZH); CFOA-DS+NZD-ASY-S ZFO - K - KP - DRY-DRY - Y(30 A 200METROS) - Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, RT, COG, LSZH); CFOA-DS-ASY-S ZFO - K - KP - DRY-DRY - Y(30 A 200METROS) - Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, RT, COG, LSZH); CFOA-MM+BLI-ASY-S ZFO - K - KP - DRY-DRY - Y(30 A 200METROS) - Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, RT, COG, LSZH); CFOA-MM+DS-ASY-S ZFO - K - KP - DRY-DRY - Y(30 A 200METROS) - Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, RT, COG, LSZH); CFOA-MM+NZD-ASY-S ZFO - K - KP - DRY-DRY - Y(30 A 200METROS) - Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, RT, COG, LSZH); CFOA-MM-ASY-S ZFO - K - KP - DRY-DRY - Y(30 A 200METROS) - Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, RT, COG, LSZH); CFOA-NZD+BLI-ASY-S ZFO - K - KP - DRY-DRY - Y(30 A 200METROS) - Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, RT, COG, LSZH); CFOA-NZD-ASY-S ZFO- K - KP - DRY-DRY - Y(30 A 200METROS) - Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, RT, COG, LSZH); CFOA-SM+BLI-ASY-S ZFO - K - KP - DRY-DRY - Y(30 A 200METROS) - Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, RT, COG, LSZH); CFOA-SM+DS-ASY-S ZFO - K - KP - DRY-DRY - Y(30 A 200METROS) - Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, RT, COG, LSZH); CFOA-SM+NZD-ASY-S ZFO - K - KP - DRY-DRY - Y(30 A 200METROS) - Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, RT, COG, LSZH); CFOA-SM-ASY-S ZFO - K - KP - DRY-DRY - Y(30 A 200METROS) - Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, RT, COG, LSZH); CFOA-SM+MM-ASY-S ZFO - K - KP - DRY-DRY - Y(30 A 200METROS) - Z(DE 2 A 624 FIBRAS) - K(NR, RC, RT, COG, LSZH).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO

PORTARIA Nº 238, DE 15 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.004664/2014-68, de 09 de outubro de 2014, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Advance Tecnologia Ltda - EPP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 01.684.800/0001-31, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Produto 1: Aparelho para conexão de central de comutação privada à rede celular.

Modelos: PINACULO MP-1T; PINÁCULO MC-1T 3G.

Produto 2: Aparelho para conexão de central de comutação privada a rede celular (PORT. 745).

Modelos: PINÁCULO XR; PINÁCULO XR-E1.

Produto 3: Aparelho para transmissão de dados de central de alarme via rede de comunicação celular.

Modelo: DISCADORA CELULAR PINÁCULO DCA-1S.

Produto 4: Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados, para aparelho de conexão de central de comutação privada a rede celular.

Modelos: PLACA MG-4E/FSK; PLACA PINÁCULO MC-1T 3G; PLACA PINÁCULO XR - 3GSM/S; PLACA PINÁCULO XR - 3FXS; PLACA PINÁCULO XR - 5FXS; PLACA PINÁCULO XR-3GSM.

Produto 5: Rastreador para veículos automotores, com GPS e comunicação via rede celular.

Modelo: PINÁCULO RASTOR.

Produto 6: Aparelho de gravação de chamadas telefônicas, para centrais de comutação privada.

Modelos: PINÁCULO MG-12E/4; PINÁCULO MG-12E/8; PINÁCULO MG-12E/12; PINÁCULO MG-4E/FSK; PINÁCULO MG-12E/4 FSK; PINÁCULO MG-12E/8 FSK; PINÁCULO MG-12E/12 FSK.

Produto 7: Aparelho de telemetria, com capacidade de transmissão de dados via rede celular.

Modelo: PINÁCULO TELEMETRIX.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO

PORTARIA Nº 239, DE 15 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.004503/2014-74, de 29 de setembro de 2014, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Teracom Telemática S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 02.820.966/0001-09, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Placa de circuito impresso montada com componentes elétricos ou eletrônicos para equipamentos de telecomunicações.

Modelos: DM468X - PWR8; DM468x - FAN; DM4680 - GPC8-S; DM4600 - 72-SPL-A; DM4600 - 72-POTS.

Produto 2: Comutador (Switch) de interface, com pelo menos uma porta óptica.

Modelo: DM-4680.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO

PORTARIA Nº 240, DE 15 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.000139/2015-54, de 14 de janeiro de 2015, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa RGT Eletrônica Eireli, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 05.943.957/0001-95, atende à condição de bem de informática e automação desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Estabilizador de tensão microprocessado.

Modelos: SIDE SD 300; SIDE SD 300 NET; SIDE SD 500; SIDE SD 500 NET; SIDE SD 600; SIDE SD 600 NET; SIDE SD 700; SIDE SD 700 NET; SIDE SD 1000; SIDE SD 1000 NET; SENSE 1000; SENSE 1000 NET; SIDE PRO; SIDE WIDE; SIDE WAY PRO; ESTABILIZADOR DE TENSÃO MICROPROCESSADO SIDE LASER.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO

PORTARIA Nº 241, DE 15 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.000132/2015-32, de 14 de janeiro de 2015, que o produto, e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvido pela empresa Elo Sistemas Eletrônicos S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 87.332.342/0001-97, atende à condição de bem de informática e automação desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Lâmpada a diodo emissor de luz (LED), baseada em técnica digital.

Modelos: NEOBULBO; NEOT8060; NEOT8120; NEOT8240.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO

PORTARIA Nº 242, DE 15 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.000315/2015-58, de 30 de janeiro de 2015, que o produto, e respectivo modelo descrito abaixo, desenvolvido pela empresa Khomp Indústria e Comércio Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 01.277.298/0001-44, atende à condição de bem de informática e automação desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Tradutor (conversor) de protocolos para interconexão de redes (Gateway).

Modelo: UMG 100.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.441/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 181ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 09 de abril de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002849/2014-38

Requerente: Fundação Oswaldo Cruz Rondônia

Próton: 30303/14

Assunto: Solicitação de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Extrato Prévio nº: 4175/14 publicado em 14/07/14

Reunião: 181ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 09 de abril de 2015

Decisão: DEFERIDO

Número do CQB concedido: 391/15

O Responsável Legal da Unidade Fundação Oswaldo Cruz de Rondônia (Dr. Ricardo de Godoi Mattos Ferreira) solicitou em 25 de junho de 2014 Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) para instalações consideradas pela requerente como sendo de NB-1 para a finalidade de pesquisa em regime de contenção.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.442/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 181ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 09 de abril de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000785/1997-79

Requerente: Instituto de Ciências Biomédicas/USP

CQB: 046/98

Prótons: 40411/14 e 40413/14

Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-2

Extrato Prévio: 4228/14 publicado em 25/08/2014

Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Laboratório de Neuroendocrinofarmacologia e Imunomodulação, NB-2, para finalidade de pesquisa em regime de contenção. O Laboratório pretende cultivar células do tecido nervoso e estudar como a modulação positiva ou negativa de genes específicos podem alterar o fenótipo celular. Uma visita técnica fora realizada às instalações.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.443/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 181ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 09 de abril de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000785/1997-79

Requerente: Instituto de Ciências Biomédicas/USP

CQB: 046/98

Próton: 60002/14

Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1

Extrato Prévio: 4341/14 publicado em 18/11/14

Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Laboratório de Embriologia Molecular de Vertebrados, NB-1 para finalidade de pesquisa em regime de contenção. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.444/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 181ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 09 de abril de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000785/1997-79

Requerente: Instituto de Ciências Biomédicas/USP

CQB: 046/98

Próton: 60008/14

Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1

Extrato Prévio: 4341/14 publicado em 18/11/14

Decisão: DEFERIDO

A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para o credenciamento do "Laboratório Unit for Drug Discovery (UDD)"a ser localizado em área já credenciada pela CTNBio como NB-1, para realização de projeto de pesquisa, assim denominado: "Metabolismo de vitaminas e aminoácidos nos parasitas Plasmodium falciparum e Trypanosoma cruzi e validação como alvo para quimoterapia". O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.445/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 181ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 09 de abril de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000785/1997-79
Requerente: Instituto de Ciências Biomédicas/USP
CQB: 046/98
Próton: 65423/14
Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1
Extrato Prévio: 4380/14 publicado em 30/12/14
Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Laboratório de Genética Molecular Bacteriana, salas 246A e 252 do Edifício Biomédicas II, NB-1 para finalidade de pesquisa em regime de contenção. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.446/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 181ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 09 de abril de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000785/1997-79
Requerente: Instituto de Ciências Biomédicas/USP
CQB: 046/98
Próton: 65423/14
Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1
Extrato Prévio: 4380/14 publicado em 30/12/14
Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Laboratório de Biologia Tumoral, sala 410 do Edifício Biomédicas I, NB-1 para finalidade de pesquisa em regime de contenção. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.447/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 181ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 09 de abril de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000785/1997-79
Requerente: Instituto de Ciências Biomédicas/USP
CQB: 046/98
Próton: 68896/14 e 68901/14
Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1
Extrato Prévio: 4381/14 publicado em 30/12/14
Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Laboratório de Estrutura e Função Celular, Departamento de Anatomia, sala 102, NB-1 e a área referente ao Laboratório de Plasticidade Músculo-Esquelética, departamento de anatomia, NB-1. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.448/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 181ª Reunião Ordinária, ocorrida em 9 de abril de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01200.000129/2015-19
Requerente: Hipra Saúde Animal Ltda.
Próton: 64473/14
CNPJ: 92.662.501/0001-51
Endereço: Avenida do Lami, 6133. Bairro Lami, Porto Alegre - RS. CEP 91782-601.
Assunto: Solicitação de CQB para instalações atividades com OGMs da classe I de risco biológico.
Extrato Prévio: 4402/2015, publicado no DOU nº 13 em 20 de janeiro de 2015.
Decisão: DEFERIDO
Número do CQB concedido: 392/15

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de concessão de CQB (Certificado de Qualidade em Biossegurança) para a instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O responsável legal pela Hipra Saúde Animal Ltda., Sr. Carles Fàbrega Comas, solicita à CTNBio parecer técnico para concessão de Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) para as instalações da instituição para as atividades de transporte, importação, armazenamento, transporte e comercialização de organismos geneticamente modificados do classe de risco I. As instalações a serem credenciadas estão localizadas no seguinte endereço: Avenida do Lami, 6133. Bairro Lami, Porto Alegre - RS. CEP 91782-601. O responsável pela unidade operativa será o Sr. Sr. Carles Fàbrega Comas e este declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para a operação e a qualificação da equipe de técnicos envolvida na atividade, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.449/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 181ª Reunião Ordinária, ocorrida em 9 de abril de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01200.000141/2015-23
Requerente: Embrapa Rondônia.
Próton: 70471/14
CNPJ: 00.348.003/0064-02
Endereço: Rodovia BR 364 km 5,5. Bairro Cidade Jardim. Porto Velho - RO. Caixa Postal 127, CEP 76815-800.
Assunto: Solicitação de CQB para instalações atividades com OGMs da classe I de risco biológico.
Extrato Prévio: 4402/2015, publicado no DOU nº 13 em 20 de janeiro de 2015.
Reunião: 181ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 09 de abril de 2015.
Decisão: DEFERIDO
Número do CQB concedido: 393/15

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de concessão de CQB (Certificado de Qualidade em Biossegurança) para a instituição, concluiu pelo Deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Embrapa Rondônia, Dra. Luciana Gatto Brito, solicita à CTNBio parecer técnico para concessão de Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) para as instalações da instituição para as atividades de pesquisa em regime de contenção com micro-organismos geneticamente modificados do classe de risco I. As instalações a serem credenciadas estão localizadas no seguinte endereço: Laboratório de Biologia Molecular, Embrapa Rondônia, Rodovia BR 364 km 5,5. Bairro Cidade Jardim. Porto Velho - RO. O micro-organismo a ser manuseado nestas instalações é a linhagem comercial da bactéria Escherichia coli geneticamente modificada. O responsável pela unidade operativa será a Dra. Luciana Gatto Brito e esta declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para a operação e a qualificação da equipe de técnicos envolvida na atividade, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.450/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Processo nº: 01200.000890/2008-21
Requerente: Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda.
CQB: 251/08
Próton: 1305/15
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 4413/15 publicado em 22/01/2015
Decisão: DEFERIDO

O responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta de 18 de dezembro de 2014, nomeando Simone Farah (Presidente); Fabiana Giomo Santos; Thaís de Melo Barsanti e Dimitra Apostolopoulou, para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.451/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo nº 01200.001182/1997-49
Requerente: Escola Paulista de Medicina- Universidade Federal de São Paulo/ UNIFESP
CQB: 028/97
Próton: 65065/2014
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 4428/15 publicado em 27/01/2015
Decisão: DEFERIDO
O responsável legal pela Universidade Federal de São Paulo, Magnifica Reitora, Profª Drª Soraya Soubhi Smaili, nemeia através da Portaria Nº 2726 de 14 de Agosto de 2014, a nova Comissão Interna de Biossegurança. A composição da CIBio será: Profª Drª Giselle Zenker Justo (Presidente), Prof. Dr. Sang Won Han, Profª Drª Flavia de Oliveira, Prof. Dr. Wagner Luiz Batista, Profª Drª Elisabeth de Fátima Pires Augusto, Prof. Dr. Martin Wurtele, Profª Drª Elaine Guadelupe Rodrigues, Prof. Dr. Isaias Glezer, Profª Miriam Galvonas Jasiulionis Leon, Profª Drª Neusa Pereira da Silva, Prof. Dr. Ronaldo de Carvalho Araújo, Profª Drª Rosana Puccia. A cópia do ato administrativo que nomeia os novos membros foi encaminhada a esta comissão.
Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.
A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.452/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
Processo nº: 01200.000519/2011-65
Requerente: Instituto Sírio-Libanês de ensino e pesquisa.
CQB: 326/2011
Próton: 68881/14
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 4426/15 publicado em 27/01/2015
Decisão: DEFERIDO
O Diretor de Pesquisa do Instituto Sírio-Libanês de ensino e pesquisa, Dr. Luiz Fernando Lima Reis, solicita parecer da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança para a nova composição da Comissão Interna de Biossegurança da instituição. O responsável legal do Instituto Sírio-Libanês de ensino e pesquisa, Dr. Gonzalo Vecina Neto, através da carta sem número de 03 de dezembro de 2014, comunica a nomeação dos seguintes membros: Dra. Juliana Monte Real, Dr. Lucianao César Pontes de Azevedo, Dra. Vera Lúcia Borrasca Domingues da Silva, Dra. Fabiana Bettoni, Srta. Taila Loureiro Covezzi (membro leigo) e Dra. Rosana de Lima Pagano, que exercerá a função de presidente. A cópia do ato administrativo que nomeia os novos membros foi encaminhada a esta comissão.
Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.
A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.453/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
Processo nº: 01200.005082/2012-37
Requerente: VTT Brasil - Pesquisa e Desenvolvimento Ltda
CQB: 358/13
Próton: 1818/15
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 4441/15 publicado em 12/02/2015
Decisão: DEFERIDO
O responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta de 12 de janeiro de 2015 da empresa VTT Brasil - Centro de Pesquisas Técnicas nomeando Bianca Eli Della Bianca (Presidente); Lucas Fonseca; Simo Ellila; Lucy Lacerda e Luciano da Silva para comporem a CIBio local.
Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.
A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.454/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
Processo nº 01200.000206/1997-70.
Requerente: Instituto de Física de São Carlos - Universidade de São Paulo.
CQB: 0015/97
Próton: 61634/14
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 4427/15 publicado em 27/01/2015
Decisão: DEFERIDO
O Diretor do Instituto de Física de São Carlos da Universidade de São Paulo - USP, Dr. Tito José Bonagamba, através da portaria IFSC 040/2014, de 22 de setembro de 2014, nomeia para integrar a Comissão Interna de Biossegurança desta instituição os seguintes membros: Dra. Ilana Lopes Baratella da Cunha, (presidente da CIBio), Sra. Maria Auxiliadora Morim Santos, Sra. Renata Kroch Andricopulo, Dr. Ricardo de Marco e a Dra. Nelma Regini Bossolan. A cópia do ato administrativo que nomeia a nova CIBio foi encaminhado a esta comissão.
Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.
A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 27, DE 15 DE ABRIL DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 59/2014, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, e Decreto nº 8.283, de 03/07/2014, resolve:
Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, e realizar a análise complementar para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.
15-0089 - Mátria - Desenvolvimento
Processo: 01580.091010/2014-39
Proponente: AEB Produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 42.465.229/0001-41
Valor total do orçamento aprovado: R$ 157.905,00
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 150.000,00
Banco: 001- agência: 0525-8 conta corrente: 32.466-3
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 560, realizada em 17/03/2015.
Prazo de captação: até 31/12/2018.
Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

PORTARIA Nº 9, DE 15 DE ABRIL DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do art. 13 do anexo I do Decreto nº 8.283, de 03 de julho de 2014 e o disposto nos incisos I e III, do art. 17 do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Lei n.º 12.599, de 23 de março de 2012; o Decreto n.º 7.729, de 25 de maio de 2012; a Instrução Normativa n.º 103, de 26 de junho de 2012; e a decisão da Diretoria Colegiada em sua 562ª reunião, de 07/04/2015, resolve:
Art. 1º Credenciar o projeto Construção - Cinemark - Lages Garden, apresentado pela empresa CINEMARK BRASIL S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.779.721/0001-41, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria construção ou implantação de novos complexos de exibição cinematográfica.
Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à construção de 01 (um) complexo com 04 (quatro) salas, localizado à Rodovia BR 282, Km 216, Lages Garden Shopping, Vila Mariza, 88.524-900, Lages, SC.
Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

PORTARIA Nº 10, DE 15 DE ABRIL DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do art. 13 do anexo I do Decreto nº 8.283, de 03 de julho de 2014 e o disposto nos incisos I e III, do art. 17 do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Lei n.º 12.599, de 23 de março de 2012; o Decreto n.º 7.729, de 25 de maio de 2012; a Instrução Normativa n.º 103, de 26 de junho de 2012; e a decisão da Diretoria Colegiada em sua 562ª reunião, de 07/04/2015, resolve:
Art. 1º Credenciar o projeto Ampliação - Cinemark - Shopping Center Iguatemi, apresentado pela empresa CINEMARK BRASIL S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.779.721/0001-41, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria ampliação de complexos em operação com a implantação de novas salas de cinema.
Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à ampliação de 01 (um) complexo com 03 (salas) salas, localizado à Av. Iguatemi, 777, Área cinema, Vila Brandina, Campinas, SP.
Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA AFERIÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA BRDE/FSA - INCENTIVO À QUALIDADE DO CINEMA BRASILEIRO (PAQ)

PRODAV 07/2014.
Às dezesseis horas do dia oito de abril de dois mil e quinze, reuniram-se os membros da Comissão de Análise e Pontuação da Chamada Pública BRDE/FSA - PRODAV 07/2014 Incentivo à Qualidade Do Cinema Brasileiro (PAQ) - processo nº. 01580.085115/2014-59, nomeados pela Portaria nº. 18, de 27 de fevereiro de 2015, na Agência Nacional do Cinema - ANCINE, localizada na Avenida Graça Aranha, 35, Centro - Rio de Janeiro, com o objetivo de classificar as empresas produtoras habilitadas, tendo em vista a decisão da Diretoria Colegiada sobre os recursos interpostos à decisão desta Comissão, nos termos da Chamada Pública BRDE/FSA - PRODAV 07/2014.
A classificação final segue na tabela abaixo:

	Proponente	UF	Projeto	Pontuação
1	TAIGA FILMES E VÍDEO LTDA	RJ	HISTÓRIAS QUE SÓ EXISTEM QUANDO LEMBRADAS	19,0
2	ANAVILHANA FILMES LTDA	MG	GIRIMUNHO	17,0
3	BOSSA NOVA FILMS CRIAÇÕES E PRODUÇÕES LTDA	SP	TROPICÁLIA	15,5
4	BOSSA NOVA FILMS CRIAÇÕES E PRODUÇÕES LTDA	SP	VIOLETA FOI PARA O CÉU	15,0
5	REC PRODUTORES ASSOCIADOS	PE	ERA UMA VEZ EU, VERÔNICA	13,5
6	ILUMINURA CINEMA E MULTIMÍDIA LTDA	CE	MÃE E FILHA	12,5
7	TAIGA FILMES E VÍDEO LTDA	RJ	UMA LONGA VIAGEM	9,0
8	MERCÚRIO PRODUÇÕES LTDA	SP	LUZ NAS TREVAS, A VOLTA DO BANDIDO DA LUZ VERMELHA	8,5
9	O2 CINEMA LTDA	SP	XINGU	8,5
10	VIDEOFORUM FILMES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	SP	MARCELO YUKA NO CAMINHO DAS SETAS	7,0
11	KINOSCÓPIO CINEMATOGRÁFICA LTDA	SP	BOCA	6,0
12	RT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	SP	HELENO	6,0
13	ZAZEN PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA	RJ	PARAÍSOS ARTIFICIAIS	4,5

Cada uma das dez primeiras colocadas será contemplada com o valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ficando as três seguintes na condição de suplentes, conforme previsto nos itens 5.8 e 11.2 da Chamada Pública BRDE/FSA - PRODAV 07/2014.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Caso alguma empresa contemplada venha a perder o direito ao recebimento do apoio financeiro, caberá a Diretoria Colegiada deliberar sobre o desempate das suplentes, nos termos do item 25.1 do presente edital.

Encerrado o trabalho de exame da documentação, segue a presente Ata, assinada pelos integrantes da Comissão.

ANNA LUIZA FERREIRA PIJNAPPEL
Presidente da Comissão

PAULA MONTEIRO DE CASTRO PINTO
Membro

ANDRÉ LUIS GARRETT
Suplente

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de abril de 2015

Nº 86 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Tornar sem efeito os termos do Despacho do Superintendente nº. 81, de 10/04/2015, publicada no DOU nº 69, de 13/04/2015 na pág. 12, seção 01, no que se refere à aprovação do projeto audiovisual "Mátria - Desenvolvimento", da proponente AEB Produções Ltda. EPP.

Art. 2º Este Despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 87 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos arts. 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

15-0124 - Foz/Porrada
Processo: 01580.018161/2015-23
Proponente: Delicatessen - Produção de Filmes Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 08.440.376/0001-29
Valor total aprovado: R$ 3.020.343,99
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.097.979,96
Banco: 001- agência: 3831-8 conta corrente: 9.266-5
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 470.562,84
Banco: 001- agência: 3831-8 conta corrente: 9.264-9
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

15-0125 - Rosa ao Avesso
Processo: 01580.019247/2015-73
Proponente: 3 Moinhos Produções Artísticas Ltda. ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 10.615.584/0001-63
Valor total aprovado: R$ 1.700.000,00
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 90.000,00
Banco: 001- agência: 0597-5 conta corrente: 34.502-4
Prazo de captação: até 31/12/2018.

Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 88 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar revisão orçamentária do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

15-0003 - Caubóis do Brasil - De Vaqueiros a Boiadas
Processo: 01580.093914/2014-07
Proponente: Tambke Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 74.107.475/0001-18
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 1.839.280,59 para R$ 1.814.445,59
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.747.316,56 para R$ 1.423.723,31
Banco: 001- agência: 3086-4 conta corrente: 25.808-3
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 300.000,00
Banco: 001- agência: 3086-4 conta corrente: 26.081-9
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar revisão orçamentária do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 1º e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 respectivamente, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0300 - A Comédia Divina
Processo: 01580.027816/2011-21
Proponente: Olhar Imaginário Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.605.800/0001-07
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 6.339.290,47 para R$ 6.239.878,47
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 650.000,00 para R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 4055-X conta corrente: 10.167-2
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.072.325,95 para R$ 1.227.884,55
Banco: 001- agência: 4055-X conta corrente: 10.051-X
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 300.000,00
Banco: 001- agência: 4055-X conta corrente: 12.093-6
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 3º Este Despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE VOGAS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 220, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
150344 - Jovem Guarda para Crianças com Cacau Vargas
CLAUDIA AZEREDO DE VARGAS 63475936704
CNPJ/CPF: 19.893.752/0001-57
Processo: 01400000394201541
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 706.964,50
Prazo de Captação: 17/04/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto irá produzir e realizar 32 apresentações da peça musical Jovem Guarda para Crianças com Cacau Vargas, voltada ao público infantil, em comemoração aos 50 anos do movimento cultural. A partir das apresentações, gravar um DVD da peça e fazer 3.000 cópias. O musical pretende trazer ahistória e obra de grandes artistas deste movimento cultural que propôs uma mudança na música, na moda e no comportamento. Vamos oportunizar àscrianças o acesso à história da cultura brasileira e contribuir para a formação cultural e intelectual de futuros formadores de opinião e potenciaisconsumidores de cultura.

1414364 - Projeto Pirueta 2015
Cláudia Gonçalves São Bento
CNPJ/CPF: 958.383.767-91
Processo: 01400093089201411
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado R$: R$ 262.172,20
Prazo de Captação: 17/04/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Continuação do projeto de capacitação de alunos de escolas públicas para que possam se tornar bailarinos profissionais segundo o método da Escuela Nacional de Ballet de la República de Cuba (ENBC), por meio de aulas de ballet clássico, iniciação à dança moderna, musical, condicionamento físico e visitação a pontos de cultura, além da participação dos alunos em um espetáculo de dança e da realização de testes referentes à 5ª série de ballet clássico aplicados por representantes da ENBC.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
150115 - Rico Montana 2015
ARI ALEXANDRE DE PAIVA BRALESI
CNPJ/CPF: 098.086.549-24
Processo: 01400000138201553
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado R$: 488325.00
Prazo de Captação: 17/04/2015 à 30/11/2015
Resumo do Projeto: O objetivo principal do projeto é viabilizar a produção completa do CD do Cantor e Compositor RICO MONTANA

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26 , § 1º)
1411488 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM QUEBRA - CABEÇAS
IQD-INSTITUTO QUALITHY DE DESENVOLVIMENTO
CNPJ/CPF: 03.377.636/0001-45
Processo: 01400074992201475
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado R$: 430078.00
Prazo de Captação: 17/04/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto em tela tem como finalidade, disseminar conhecimento sobre o meio ambiente por meio das artes visuais (fotografia) para alunos do ensino fundamental de mato grosso, atingindo numa primeira etapa 48 escolas públicas, que serao beneficiadas por oficinas extra curriculares, ministradas pelos proprios professores do primeiro ciclo escolar. Com o projeto sera gerado, 3.000 cartilhas explicativas e 3.000 quebra cabeças, com imagens da fauna e flora mato-grossense e também imagens de tipos de reciclagem, finalizando com uma exposicao fotografica num local aberto ao publico e gratuitamente, com exposicao de 50 fotos escolhidas por meio de um edital para fotografos amadores e ou profissionais.

PORTARIA Nº 221, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18)
14 6934 - CENTENÁRIO DE BITITA
Casa Forte Produções Artísticas e Esportivas
CNPJ/CPF: 18.797.661/0001-55
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015
14 4651 - JAJÁ, A GATINHA
Conexão Cinema Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 02.771.086/0001-81
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015
14 7783 - VAI DAR SAMBA
NKV Produções Artísticas e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 08.871.523/0001-15
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015
13 3812 - A Abelha e o Colibri
NKV Produções Artísticas e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 08.871.523/0001-15
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2015 a 31/08/2015
13 4234 - A CAPA HUMANA
NKV Produções Artísticas e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 08.871.523/0001-15
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2015 a 31/08/2015
14 11460 - O Segredo de Chou Fleur
Thatiana Alves de Morais
CNPJ/CPF: 043.209.279-07
PR - Curitiba
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18)
13 0322 - Um Toque de Vida 2013
MODO MAIOR PROJETOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 03.143.086/0001-08
CE - Fortaleza
Período de captação: 11/04/2015 a 31/12/2015
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
14 11158 - Festival Afreaka: Encontros de Brasil e África Contemporânea
Flora Pereira da Silva ME
CNPJ/CPF: 14.491.011/0001-26
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
14 9647 - Livro "Xingu - O mamaé" [Título provisório]
Via Impressa Design Gráfico Ltda - ME.
CNPJ/CPF: 01.650.998/0001-32
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015
14 11238 - Afreaka
Flora Pereira da Silva ME
CNPJ/CPF: 14.491.011/0001-26

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015
14 10548 - 17º SALÃO FNLIJ DO LIVRO PARA CRIANÇAS E JOVENS
Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
CNPJ/CPF: 33.996.604/0001-99
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2015 a 31/07/2015

RETIFICAÇÃO

Na portaria de prorrogação nº 0224/14 de 15/04/2014, publicada no D.O.U. em 16/04/2014, Seção 1, referente ao Projeto "HAPPY HOUR"- Pronac: 13 10833.
Onde se lê: Prazo de captação: 16/04/2014 a 29/12/2014
Leia-se: Prazo de captação: 16/04/2014 a 31/12/2014

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 883/MD, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, de acordo com o disposto no Regulamento da Ordem do Mérito Militar aprovado pelo Decreto nº 3.522, de 26 de junho de 2000 e alterado pelo Decreto nº 7.972, de 28 de março de 2013, na qualidade de Presidente Honorário do Conselho da Ordem do Mérito Militar, resolve:
PROMOVER no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar as seguintes personalidades brasileiras:
I - AO GRAU DE COMENDADOR
Desembargador Federal CÂNDIDO ARTUR MEDEIROS RIBEIRO FILHO;
Desembargador Federal JOSÉ ANTÔNIO LISBÔA NEIVA;
Procuradora Federal LÍVIA CARDOSO VIANA GONÇALVES;
Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas ANTONIO CARLOS DA SILVA;
Senhor AMADEU ARMENTANO NETO; e
Senhor JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA.
II - AO GRAU DE OFICIAL
Senhor ANTONIO GUSTAVO RODRIGUES;
Senhor FRANCISCO BALTHAZAR DE ABREU SODRÉ SANTORO; e
Senhora NELY DA VEIGA GONDIM MEDEIROS.

JAQUES WAGNER

PORTARIA Nº 884/MD, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, de acordo com o disposto no Regulamento da Ordem do Mérito Militar aprovado pelo Decreto nº 3.522, de 26 de junho de 2000 e alterado pelo Decreto nº 7.972, de 28 de março de 2013, na qualidade de Presidente Honorário do Conselho da Ordem do Mérito Militar, resolve
ADMITIR no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar os seguintes militares das Forças Auxiliares:
NO GRAU DE OFICIAL
Coronel PM/DF JAILSON FERREIRA BRAZ; e
Coronel PM/PA MARIO ALFREDO SOUZA SOLANO.

JAQUES WAGNER

PORTARIA Nº 885/MD, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, de acordo com o disposto no Regulamento da Ordem do Mérito Militar aprovado pelo Decreto nº 3.522, de 26 de junho de 2000 e alterado pelo Decreto nº 7.972, de 28 de março de 2013, na qualidade de Presidente Honorário do Conselho da Ordem do Mérito Militar, resolve:
ADMITIR no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar as seguintes personalidades brasileiras:
I - NO GRAU DE COMENDADOR
Senadora VANESSA GRAZZIOTIN;
Senador DAVID SAMUEL ALCOLUMBRE TOBELEM;
Deputado Federal FRANCISCO EURICO DA SILVA;
Deputado Federal PAUDERNEY TOMAZ AVELINO;
Procurador-Geral PAULO SOARES BUGARIN;
Desembargador MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO;
Superintendente da Receita Federal LUIZ BERNARDI
Vice-Presidente da FIESP RICARDO LERNER;
Diretor da FIESP CARLOS ANTONIO CAVALCANTI;
Senhora LÚCIA HELENA DE GODOY;
Juiz de Direito MARCIO VANI BEMFICA;
Doutor NELSON SARTO PICCOLO; e
Senhora GIOVANA DIAS DA COSTA.
II - NO GRAU DE OFICIAL
Secretário de Segurança Pública ALEXANDRE BUSTAMANTE DOS SANTOS;
Deputado Estadual JORGE ANTÔNIO DORNELLES CARPES;
Procurador-Geral de Justiça EDUARDO DE LIMA VEIGA;
Procurador Regional da União JOSÉ ROBERTO MACHADO FARIAS;
Juíza PATRÍCIA PLAISANT DUARTE;
Juiz de Direito RICARDO BRAGA MONTE SERRAT;
Juíza Auditora ELEONORA SALLES DE CAMPOS BORGES;
Procuradora Federal NÍDIA QUINDERÉ CHAVES BUZIN;
Procurador de Justiça JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA FILHO;
Procurador Estadual MARCOS LUIZ DA COSTA CABRAL;
Advogado da União RODRIGO MONTENEGRO DE OLIVEIRA;
Advogada da União MICHELE GOEBEL PILLON;
Advogado da União RODRIGO CASTANHEIRA DE SOUZA;
Doutora LÚCIA WILLADINO BRAGA;
Senhor ANTENOR BARROS LEAL;
Senhor ALDO CARLOS DE MOURA GONÇALVES;
Senhor EUGÊNIO MARCELLO BORGES PERES; e
Senhor MARCELO ANTONIO CORDEIRO DE OLIVEIRA.
III - NO GRAU DE CAVALEIRO
Procuradora Regional da República VALQUÍRIA OLIVEIRA QUIXADÁ NUNES;
Juiz de Direito MARCOS HENRIQUE CALDEIRA BRANT;
Procurador Regional do Trabalho VALDIR PEREIRA DA SILVA;
Professor-Doutor EURICO DE LIMA FIGUEIREDO;
Professor-Doutor MARCOS DE SÁ REGO FORTES;
Doutor ANTONIO JOSÉ SOUTO LOUREIRO;
Auditor Federal de Controle Externo MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE;
Advogado da União ADRIANO DUTRA CARRIJO;
Advogado da União TERCIO ISSAMI TOKANO;
Advogado da União ANTÔNIO PORFÍRIO DA SILVA;
Professor Universitário CLÓVIS SILVA LIMA;
Senhora MARIA ÁGUEDA PONTES CAMINHA MUNIZ;
Senhor OTÁVIO ANDERE FILHO;
Senhor ROBERTO GEORGE BRADFORD;
Senhor EDGAR SALEMI;
Senhor ANTÔNIO BARROS PEREIRA DE ANDRADE;
Senhor GUSTAVO ALBERTO TROMPOWSKY HECK;
Senhor JANGMAR BARRETO DE ALMEIDA;
Senhor JOÃO ALBERTO BARONE REIS E SILVA;
Senhor JOÃO FREDERICO GUIMARÃES CRUZ;
Senhor JOÃO HENRIQUE BARONE REIS E SILVA;
Senhor LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO;
Senhor LUIZ HENRIQUE HORTA HARGREAVES;
Senhor JOSÉ RENATO CORRÊA DE LIMA;
Senhor JOSÉ ROBERTO RODRIGUES STIPP;
Senhora MEYRE PEREIRA DE OLIVEIRA;
Senhor PLÍNIO WILSON CARIDADE BARACHO;
Senhora JUPIARA TELLES MONTEIRO CARVALHÊDO;
Senhora IONE MENDES DA SILVA;
Senhora JACIRA PINHEIRO DE CARVALHO;
Senhora LUCRÉCIA MAURA LEMOS FRANCO; e
Senhora SEBASTIANA DA SILVA GOMES.

JAQUES WAGNER

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 15 de abril de 2015

Nº 1 - O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo parágrafo único, do art. 4º, da Lei Complementar nº 149, de 12 de janeiro de 2015, resolve:
HOMOLOGAR as solicitações ao Comando da Aeronáutica, de sobrevoos e pousos, pela Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil:
autorização de sobrevoo para uma aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de material e pessoal, conforme a seguinte programação, no mês de março de 2015:
- dia 03 - procede de Dover, EUA, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino a Montevidéu, Uruguai; e
- dia 04 - procede de Montevidéu, Uruguai, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino a Charleston, EUA.
autorização de sobrevoo e pouso para uma aeronave tipo BE-20, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de treinamento de tripulação, conforme a seguinte programação, no mês de março de 2015:
- dia 20 - decola de Brasília, pousa em Caldas Novas e retorna a Brasília.
autorização de sobrevoo e pouso para uma aeronave tipo BE-20, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de treinamento de tripulação, conforme a seguinte programação, no mês de março de 2015:
- dia 26 - decola de Brasília, pousa em Palmas e retorna a Brasília.

Nº 2 - O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo parágrafo único, do art. 4º, da Lei Complementar nº 149, de 12 de janeiro de 2015, resolve:
HOMOLOGAR as seguintes solicitações ao Comando da Aeronáutica pela Embaixada do Reino Unido no Brasil:
autorização de sobrevoo para uma aeronave tipo Airbus A-330, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de carga, conforme a seguinte programação, no mês de março de 2015:
- dia 13 - procede das Ilhas Malvinas, pousa em Guarulhos e retorna às Ilhas Malvinas.

Nº 3 - O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo parágrafo único, do art. 4º, da Lei Complementar nº 149, de 12 de janeiro de 2015, resolve:
HOMOLOGAR as solicitações ao Comando da Aeronáutica, de sobrevoos e pousos, pelas seguintes Embaixadas:
a) Embaixada do Estado Plurinacional da Bolívia no Brasil:
autorização de sobrevoo para uma aeronave tipo Falcon 50EX, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte do Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, conforme a seguinte programação, no mês de março de 2015:
- dia 16 - procede de Cobija, Bolívia, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino a Maiquetia, Venezuela; e
- dia 17 - procede de Maiquetia, Venezuela, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino a La Paz, Bolívia.
b) Embaixada da República Francesa no Brasil:
autorização de sobrevoo e pouso para uma aeronave tipo C-135, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de traslado de aeronave, conforme a seguinte programação, no mês de março de 2015:
dia 19 - procede de Istres, França, e pousa em São Gonçalo do Amarante; e
dia 20 - decola de São Gonçalo do Amarante e prossegue com destino a Martinica, Antilhas Francesas.
c) Embaixada da Federação da Rússia no Brasil:
autorização de sobrevoo e pouso para uma aeronave tipo B 757-236, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de carga, conforme a seguinte programação, no mês de março de 2015:
- dia 21 - procede de Assunção, Paraguai, e pousa em Brasília; e
- dia 22 - decola de Brasília e prossegue com destino a Agadir, Marrocos.
d)Embaixada da República da Colômbia no Brasil:
autorização de sobrevoo para uma aeronave tipo EMB-135, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte da Ministra de Relações Exteriores da República da Colômbia, conforme a seguinte programação, no mês de março de 2015:
- dia 22 - procede de Bogotá, Colômbia, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino a Montevidéu, Uruguai; e
- dia 23 - procede de Montevidéu, Uruguai, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino a Bogotá, Colômbia.
e)Embaixada da República do Equador no Brasil:
autorização de sobrevoo e pouso para uma aeronave tipo LEGACY 600, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte do Chanceler da República do Equador, conforme a seguinte programação, no mês de março de 2015:
- dia 24 - procede das Ilhas Canárias, Reino da Espanha, pousa em Fortaleza e prossegue com destino a Quito, Equador.

Nº 4 - O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo parágrafo único, do art. 4º, da Lei Complementar nº 149, de 12 de janeiro de 2015, resolve:
HOMOLOGAR as solicitações ao Comando da Aeronáutica, de sobrevoos e pousos, pela Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil:
autorização de sobrevoo para uma aeronave tipo C-146, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de pessoal, conforme a seguinte programação, no mês de março de 2015:
- dia 29 - procede de Assunção, Paraguai, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino a Montevidéu, Uruguai; e
- dia 30 - procede de Montevidéu, Uruguai, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino a Assunção, Paraguai.
autorização de sobrevoo e pouso para uma aeronave tipo C-12, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de traslado de aeronave, conforme a seguinte programação, no mês de março de 2015:
- dia 30 - procede de San Fernando, Argentina, pousa em Campo Grande e em Manaus;
- dia 31 - decola de Manaus e prossegue com destino a Oranjestad, Aruba.
autorização de sobrevoo para uma aeronave tipo DO-328, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de pessoal e carga, conforme a seguinte programação, no mês de março de 2015:
dia 31 - procede de Bogotá, Colômbia, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino a Georgetown, Guiana.

Nº 5 - O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo parágrafo único, do art. 4º, da Lei Complementar nº 149, de 12 de janeiro de 2015, resolve:
HOMOLOGAR a solicitação ao Comando da Marinha pela Embaixada do Reino Unido no Brasil, sobre autorização de visita não oficial ao Porto do Rio de Janeiro para o navio HMS PROTECTOR, pertencente à Marinha Real Britânica, conforme a seguinte programação, no ano de 2015:
dia 30 de março - procede de Portsmouth, Reino Unido, e atraca no Rio de Janeiro; e
dia 04 de abril - desatraca do Rio de Janeiro e prossegue com destino a Montevidéu, Uruguai.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nª 6 - O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo parágrafo único, do art. 4º, da Lei Complementar nº 149, de 12 de janeiro de 2015, resolve:

HOMOLOGAR a solicitação ao Comando da Aeronáutica pela Embaixada do Reino Unido no Brasil:

autorização de sobrevoo para uma aeronave tipo C-130, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de traslado de aeronave, conforme a seguinte programação, no mês de abril de 2015:

- dia 03 - procede da Ilha de Ascensão, Reino Unido, e pousa no Rio de Janeiro; e

- dia 04 - decola do Rio de Janeiro, pousa em Porto Alegre e prossegue com destino às Ilhas Malvinas.

Nª 7 - O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo parágrafo único, do art. 4º, da Lei Complementar nº 149, de 12 de janeiro de 2015, resolve

HOMOLOGAR a seguinte solicitação ao Comando da Aeronáutica pela Embaixada do Reino Unido no Brasil:

autorização de sobrevoo para uma aeronave tipo C-130, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de traslado de aeronave, conforme a seguinte programação, no mês de abril de 2015:

dia 05 - procede das Ilhas Malvinas, pousa em Porto Alegre e no Rio de Janeiro; e

dia 06 - decola do Rio de Janeiro, e prossegue com destino à Ilha de Ascensão, Reino Unido.

Nª 8 - O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo parágrafo único, do art. 4º, da Lei Complementar nº 149, de 12 de janeiro de 2015, resolve

HOMOLOGAR a solicitação ao Comando da Aeronáutica pela Embaixada da República do Paraguai no Brasil:

de sobrevoo para uma aeronave tipo C560XL, pertencente à Presidência daquele país, em missão de transporte do Presidente da República do Paraguai e comitiva, conforme a seguinte programação, no mês de abril de 2015:

- dia 08 - procede de Assunção, Paraguai, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino a Letícia, Colômbia; e

- dia 11 - procede de Letícia, Colômbia, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino a Assunção, Paraguai.

Nª 9 - O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo parágrafo único, do art. 4º, da Lei Complementar nº 149, de 12 de janeiro de 2015, resolve:

HOMOLOGAR as solicitações ao Estado-Maior do Comando da Aeronáutica pelas seguintes Embaixadas:

a) Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil:

autorização de sobrevoo para uma aeronave tipo C-37, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de passageiros, conforme a seguinte programação, no mês de março de 2015:

- dia 1º - procede de San Juan, Porto Rico, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino a Montevidéu, Uruguai; e

- dia 02 - procede de Montevidéu, Uruguai, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino a San Juan, Porto Rico.

autorização de sobrevoo para uma aeronave tipo KC-135, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de pessoal, conforme a seguinte programação, no mês de março de 2015:

dia 13 - procede de Santiago, Chile, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino a Tampa, EUA.

autorização de sobrevoo e pouso para uma aeronave tipo BE-20, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de traslado, conforme a seguinte programação, no mês de abril de 2015:

dia 06 - decola de Brasília, pousa em Caldas Novas e retorna para Brasília.

b) Embaixada da República Argentina no Brasil:

autorização de sobrevoo e pouso para uma aeronave tipo Lockheed L-100-30, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de material bélico, conforme a seguinte programação, no mês de abril de 2015:

dia 06 - procede de Buenos Aires, Argentina, pousa em Campo Grande e em Manaus e prossegue com destino a Polarmar, Venezuela; e

dia 12 - procede de Polarmar, Venezuela, pousa em Manaus e em Campo Grande e prossegue com destino a Buenos Aires, Argentina.

c)Embaixada da República da Colômbia no Brasil:

autorização de sobrevoo para uma aeronave tipo B-737-400, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de ajuda humanitária, conforme a seguinte programação, no mês de abril de 2015:

dia 07 - procede de Bucaramanga, Colômbia, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino a Santiago, Chile; e

dia 08 - procede de Santiago, Chile, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino a Bogotá, Colômbia.

Nª 10 - ASSUNTO: Sobrevoo e Pouso de Aeronaves Militares Estrangeiras no Território Nacional

DOCUMENTOS VINCULADOS: Mensagens Fax nº 306, 309 e 319, do EMAER, todos do corrente ano.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo parágrafo único, do art. 4º, da Lei Complementar nº 149, de 12 de janeiro de 2015, resolve

HOMOLOGAR as solicitações ao Estado-Maior do Comando da Aeronáutica pelas seguintes Embaixadas:

a) Embaixada do Estado Plurinacional da Bolívia no Brasil:

autorização de sobrevoo para uma aeronave tipo FALCON 900EX, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte do Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, conforme a seguinte programação, no mês de abril de 2015:

dia 10 - procede de La Paz, Bolívia, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino à Cidade do Panamá, Panamá; e

dia 11 - procede da Cidade do Panamá, Panamá, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino a La Paz, Bolívia.

b) Embaixada da República do Chile no Brasil:

autorização de sobrevoo para uma aeronave tipo C-680, pertencente ao Exército daquele país, em missão de transporte do Comandante do Exército Chileno e sua comitiva, conforme a seguinte programação, no mês de abril de 2015:

dia 12 - procede de Arica, Chile, sobrevoa o território nacional e prossegue com destino à Cartagena, Colômbia.

c) Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil:

autorização de sobrevoo e pouso para uma aeronave tipo BE-20, pertencente à Força Aérea daquele país, em missão de transporte de passageiros, conforme a seguinte programação, no mês de abril de 2015:

dia 13 - decola de Brasília e pousa no Rio de Janeiro; e

dia 16 - decola do Rio de Janeiro e retorna para Brasília.

Nª 11 - O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo parágrafo único, do art. 4º, da Lei Complementar nº 149, de 12 de janeiro de 2015, resolve:

AUTORIZAR a solicitação ao Comando da Aeronáutica pela Embaixada da Federação da Rússia no Brasil:

autorização de sobrevoo e pouso para uma aeronave tipo B-757-236, a serviço da Força Aérea daquele país, em missão de transporte de carga, conforme a seguinte programação, no mês de abril de 2015:

- dia 25 - procede de Assunção, Paraguai e pousa em Brasília; e

- dia 26 - decola de Brasília e prossegue com destino a Agadir, Marrocos.

JAQUES WAGNER

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nª 475/GC3, DE 16 DE ABRIL DE 2015

(*)Aprova a edição da Instrução que dispõe sobre o "Acionamento de Missões de Apoio de Transporte Aéreo".

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, em conformidade com o previsto nos incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto no 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67050.004835/2015-17, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 55-97 "Acionamento de Missões de Apoio de Transporte Aéreo", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

(*) A Instrução de que trata a presente Portaria será publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 89/DPC, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Credenciamento de Instituições para Ministrar Cursos para Profissionais Não Tripulantes e Tripulantes Não Aquaviários (NORMAM-24 - 2ª Revisão).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, resolve:

Art. 1º Alterar as Normas da Autoridade Marítima para Credenciamento de Instituições para Ministrar Cursos para Profissionais Não Tripulantes e Tripulantes Não Aquaviários, 2ª Revisão (NORMAM-24 - 2ª Revisão), aprovadas pela Portaria nº 104/DPC, de 11 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 205 de 24 de outubro de 2007, seção 1, página 12; alterada pela Portaria nº 66/DPC, de 26 de junho de 2009, publicada no DOU nº 122 de 30 de junho de 2009, seção 1, página 64; alterada pela Portaria nº 129/DPC, de 30 de setembro de 2009, publicada no DOU nº 189 de 2 de outubro de 2009, seção 1, página 12; alterada pela Portaria nº 72/DPC, de 27 de abril de 2012, publicada no DOU nº 86 de 4 de maio de 2012, seção 1, páginas 20 e 21; alterada pela Portaria nº 336/DPC, de 18 de novembro de 2013, publicada no DOU nº 225 de 20 de novembro de 2013, seção 1, página 10, conforme abaixo especificado:

§ 1º No ÍNDICE:

I - Reordenar, o capítulo 2, devido às alterações efetuadas.

§ 2º No Art. 1.2 - DEFINIÇÕES:

I - Excluir, na alínea b, a seguinte redação: "(exceto navios de passageiros ro-ro)".

II - Substituir, na alínea i, a redação do título da Resolução para a seguinte: "Resolução A.1079(28) da Organização Marítima Internacional (IMO), adotada em 04/12/2013".

III - Substituir, nas alíneas k; l; n e o, a identificação da Resolução para a seguinte: "A.1079(28)".

IV - Acrescentar, na alínea o, a partir da subalínea IV, as seguintes redações:

"IV) colocação de tubos e operações correlatas;

V) prontidão para emergências/contingências, incluindo combate a incêndios;

VI) sistemas de produção ao largo;

VII) acomodações;

VIII) sistemas de armazenagem; e

IX) mergulho."

V - Excluir as alíneas m; p e q.

VI - Excluir, na alínea s, a seguinte redação: "No Brasil, essa pessoa a bordo é um Oficial da Marinha Mercante".

VII - Alterar, na alínea u, o nome do curso para o seguinte: "Curso para Profissionais de Proteção Marítima (CPPM)".

VIII - Reordenar as alíneas sequencialmente, a partir da alínea m, devido às exclusões das alíneas m; p e q.

§ 3º No Art. 2.1 - CONTEÚDO DOS CURSOS:

I - Substituir, na alínea b, a identificação da Resolução e a respectiva data para as seguintes: "A.1079(28), de 04/12/2013".

II - Substituir, a partir da alínea c, para as seguintes redações:

"c) Regra V/2 da Convenção STCW-1978, como emendada, para os Profissionais Não Tripulantes que trabalham em navios de passageiros;

d) Convenção SOLAS (Capítulo XI-2), Regra VI/5 da Convenção STCW-1978, como emendada, Código "International Ship and Port Facility Security" (ISPS-Code) e Circular MSC/1154, de 23/05/05, do "Maritime Safety Committee" da IMO, para o pessoal que atua na coordenação de proteção de companhia;

e) Seções e Tabelas do Código STCW-1995, como emendado, quando aplicáveis ao pessoal não aquaviário (PNT e TNA);

f) "Model Courses" expedidos pela IMO; e

g) Currículo básico proposto pela Diretoria de Portos e Costas (DPC) para cada curso

§ 4º No Art. 2.7 - EXECUÇÃO:

I - Inserir, na alínea e, após a expressão "Equipes de Vistoria." a seguinte redação: "Nessas verificações, os seguintes aspectos devem ser observados pelos vistoriadores:

I) não interromper aula/atividade em andamento (usar o intervalo);

II) verificar se a quantidade de alunos ultrapassa a permitida na sinopse;

III) confirmar se o docente é o homologado no credenciamento; e

IV) verificar se todos os procedimentos curriculares previstos estão sendo cumpridos (EPI, salto, balsa, colete, baleeira, kit de primeiros socorros, etc.)."

§ 5º No Cap. 2 - CURSOS:

I - Inserir, o Artigo 2.8 - MANUAL DO CURSO, com a seguinte redação: "Para a elaboração do manual/apostila de cada curso previsto no Anexo A, a instituição deverá seguir o contido no(s) sumário(s) de sua(s) respectiva(s) disciplina(s), discorrendo a respeito dos propósitos das diversas Unidades de Ensino (UE) listadas, na sequência em que são apresentadas, procurando abordar todos os aspectos mencionados.

Caso a instituição deseje acrescentar algum tópico não relacionado no sumário proposto pela DPC, poderá fazê-lo dentro de uma UE ou em um anexo ao manual, acrescentando qualidade ao mesmo.

Ressalta-se o compromisso do instrutor com a carga horária prevista para a condução de cada disciplina. Entretanto, como o manual é distribuído aos alunos e servirá como fonte de consulta em sua vida profissional, estimula-se a inserção de anexos com aspectos pertinentes da matéria para aprofundamento posterior."

§ 6º No Art. 3.1 - O PROCESSO DE CREDENCIAMENTO:

I - Substituir, no segundo parágrafo, a redação: "A instituição ao solicitar o credenciamento...", para a seguinte: "A instituição ao ser credenciada...".

§ 7º No Art. 3.2 - DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO:

I - Excluir, na alínea g, a seguinte redação: "e, se for o caso, a licença ambiental".

§ 8º No Art. 4.1 - PROCEDIMENTOS:

I - Substituir, no segundo parágrafo, os itens e a identificação da Resolução para as seguintes: "5.5, 5.6 e 6" e "A.1079(28)".

II - Substituir, na alínea a, a identificação da Resolução e a respectiva data para as seguintes: "A.1079(28) da IMO, de 04/12/2013".

III - Excluir, na alínea a, a seguinte redação: "e no Código "International Ship and Port Facility Security" (ISPS-Code)".

IV - Substituir, na alínea e, inciso I, a sigla "CCPC" por "CPPM".

V- Substituir, na alínea m, a identificação da Resolução para a seguinte: "A.1079(28)".

§ 9º Substituir os Anexos A - RELAÇÃO DE CURSOS e B - MODELO DE CERTIFICADO pelos disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.dpc.mar.mil.br/sites/default/files/normam24.pdf>.

Art. 2º Estas alterações representam a Modificação 2 (MOD.2) à NORMAM-24 - 2ª Revisão (REV.2), e decorrem da adoção da Resolução A.1079(28) da Organização Marítima Internacional (IMO)" e da aprovação dos seguintes currículos: Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP); Curso de Supervisor de Manutenção de Unidade Offshore Fixa (CSMF); Curso Intermediário de Proteção de Navio (CIPN) e Curso de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação (MCIA).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º As instituições de ensino credenciadas para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP) deverão estar adequadas, a partir de 30 de abril de 2015, ao novo currículo aprovado.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS
Vice-Almirante

TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

ATA DA 6969ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2015 (QUARTA-FEIRA).

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) MARCOS NUNES DE MIRANDA, Secretária do Tribunal, a Bacharela DINÉIA DA SILVA.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO BEZERRA DE MATOS, NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO e GERALDO DE ALMEIDA PADILHA, ausente a Exma. Sra. Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31, do Regimento Interno.

REPRESENTAÇÕES

Nº 27.746/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo o BP "IPECEA 107" e o Rb "E. R. BERGEN", de bandeira de Antigua e Barbuda, ocorridos no píer da PETROBRAS, baía de Guajará, Belém, Pará, em 14 de junho de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Sergio Ferreira dos Santos (Comandante do BP "IPECEA 107") e Cris Mar Pesca Captura Exportação e Importação Ltda. (Afretadora do BP "IPECEA 107"). Decisão unânime: não receber a representação publicando-se Nota para Arquivamento.

Nº 28.924/2014 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "PEGASUS", ocorrido nas proximidades do terminal de Cocotá, Ilha do Governador, Rio de Janeiro, em 05 de setembro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representada: CCR Barcas S/A. Transportes Marítimos (Armadora). Decisão: recebida à unanimidade.

Nº 28.646/2014 - Acidente e fato da navegação envolvendo os BM "DEUS É AMOR II" e "MARCOS FILHO III", ocorridos no rio Madeira, Porto Velho, Rondônia, em 28 de agosto de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Valdo Vieira Gomes (Condutor do BM "DEUS É AMOR II") e Marcos Ricardo de Oliveira (Prático regional a bordo do BM "MARCOS FILHO III"). Decisão: recebida à unanimidade.

Nº 28.652/2014 - Fato da navegação envolvendo a traineira "MESTRE MARLON", ocorrido nas proximidades da ponta de Pissirica, baía da Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Joaquim Lopes do Rosário (Mestre/Proprietário). Decisão: recebida à unanimidade.

Nº 29.051/2014 - Acidente e fato da navegação envolvendo a canoa "CANARINHA", não inscrita, e três passageiras, ocorridos no lago São Raimundo, Pindaré-Mirim, Maranhão, em 23 de fevereiro de 2014.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Anastácio Sousa de Aguiar (Proprietário/Condutor). Decisão: receber a representação nos termos em que se encontra, para que prossiga na forma da lei. Medidas preventivas e de segurança: enviar cópia do Relatório do Inquérito e da Representação da PEM ao Ministério Público do Estado do Maranhão para conhecer.

Nº 29.113/2014 - Fatos da navegação envolvendo o BM "COMTE RAMON I", ocorridos na baía de Marajó, nas proximidades do porto de Vila do Conde, Pará, em 28 de outubro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Valdir Campelo da Silva Monteiro (Proprietário). Decisão unânime: devolver os autos à PEM para que emende a Inicial e represente em razão da água aberta ou que proponha o arquivamento, se não entender haver elementos suficientes para tal representação, pois as causas de pedir constantes da representação ora apresentada não configuram os fatos da navegação constante do artigo 15, letras "a" e "e", mas simples infrações ao RLESTA.

Nº 28.782/2014 - Acidente e fato da navegação envolvendo a lancha "ELKEMI" e uma barcaça sem nome, não inscrita, ocorridos nas proximidades da comunidade Novo Céu, Autazes, Amazonas, em 19 de novembro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Miraldo Brandão dos Santos (Condutor inabilitado da barcaça sem nome), Reimar Serrão Martins (Proprietário da barcaça sem nome) e Rita de Cascia Chagas Araujo (Proprietária da lancha "ELKEMI"). Decisão unânime: retorno dos Autos à PEM para diligência junto a Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, no sentido de obtenção do croqui do acidente e querendo reformular sua representação.

Às 14h48min os trabalhos foram suspensos, tendo sido reiniciados às 14h53min.

JULGAMENTOS

PEDIDO DE VISTA

Nº 26.469/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo o navio supridor de plataforma "ASTRO GUARICEMA", ocorridos na ilha do Urubu, canal de acesso ao porto de Vitória, Espírito Santo, em 03 de março de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Astromarítima Navegação S.A. (Proprietária/Armadora), Adv. Dr. Henrique Oswaldo Motta (OAB/RJ 18.171) e Miguel Angel Dematte Machin (Comandante), Advª Drª Marise Campos (OAB/RJ 51.913). Vista: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (encalhe), da Lei n° 2.180/54, como decorrente de causa não apurada acima de qualquer dúvida, exculpando os Representados daquilo que foram acusados pela D. Procuradoria Especial da Marinha, Astromarítima Navegação S/A., proprietária e armadora do rebocador "ASTRO GUARICEMA" e Miguel Angel Dematte Machin, Comandante deste navio, mandando arquivar os presentes autos. Medidas preventivas e de segurança: informar à Divisão de Registro do Tribunal Marítimo e a Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, agente da Autoridade Marítima, para as medidas cabíveis, a desconformidade com a Lei n° 9.432/97, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário, que estabelece em seu art. 4° "Nas embarcações de bandeira brasileira serão necessariamente brasileiros o comandante, o chefe de máquinas e dois terços da tripulação" e no parágrafo 6° do art. 11, "Nas embarcações registradas no REB serão necessariamente brasileiros apenas o comandante e o chefe de máquinas", pois o Comandante Miguel Angel Dematte Machin não é brasileiro, do que consta dos Autos.

CONTINUAÇÃO DA PAUTA DO DIA

O Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras retirou-se da Sessão por motivo de saúde.

Nº 27.437/2012 - Acidente da navegação envolvendo a canoa "BEIJA FLOR" com um banhista, ocorrido na praia da Raposa, Tupiratins, Tocantins, em 22 de julho de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Cleonilton Martins da Silva (Condutor), Adv. Dr. Leandro Fernandes Chaves (OAB/TO 2.569). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação como decorrente da imprudência do representado, condenando-o à pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais) e o pagamento das custas, na forma dos artigos 14,"a" e 121, VII, da Lei nº 2.180/54.

Nº 25.440/2010 - Acidente da navegação envolvendo a LM "CAMBOATÁ", ocorrido no rio Cuiabá, Poconé, Mato Grosso, no mês de novembro de 2009.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Vilmar Batista de Oliveira (Proprietário) - Revel. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, água aberta, capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei n° 2.180/54, como decorrente do desgaste do material. Exculpar Vilmar Batista de Oliveira, por insuficiência de provas. Medidas preventivas e de segurança: oficiar à Delegacia Fluvial de Cuiabá, agente da Autoridade Marítima, as infrações ao art. 16, inciso I, do RLESTA e ao art. 15, da Lei n° 8.374/91, cometidas por Vilmar Batista de Oliveira, para as providências cabíveis, com fundamento no art. 33, parágrafo único, da Lei n° 9.537/97.

Nº 26.880/2012 - Acidente da navegação envolvendo o BP "PIMENTA IV", ocorrido ao sul da Ponta da Juatinga, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 26 de outubro de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Dirlei dos Santos Oliveira (Proprietário) - Revel. Decisão unânime: julgar os fatos da navegação capitulados no art. 15, alíneas "a" e "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrentes de imprudência do Representado, responsabilizando Dirlei dos Santos Oliveira, condenando-o à pena de multa de RS 300,00 (trezentos reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e §5° e art. 124, inciso IX, todos da mesma lei. Custas na forma da lei. Medidas preventivas e de segurança: oficiar à Delegacia em Angra dos Reis, agente da Autoridade Marítima, a infração ao art. 15, da Lei n° 8.374/91, cometida por Dirlei dos Santos Oliveira, para as providências cabíveis, com fundamento no art. 33, parágrafo único, da Lei n°9.537/97.

Nº 28.392/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo as motos aquáticas "G FERNANDES" e "MARÉ MANSA", ocorridos na Represa do Miranda, Uberlândia, Minas Gerais, em 08 de setembro de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Anderson Gomes Fernandes (Condutor/Proprietário da moto aquática "G FERNANDES"), Adv. Dr. José Roberto Martins (OAB/MG 56.495). Decisão unânime: julgar o acidente e o fato da navegação previstos no art. 14, alínea "a" e no art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrentes de imprudência e negligência de Anderson Gomes Fernandes, condenando à pena de multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), e suspensão de 120 (cento e vinte dias) de acordo com o art. 121, incisos II e VII, § 1° e § 5°, combinado com os artigos 124, inciso IX, 127 e 135, inciso II, da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei n° 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais. Medidas preventivas e de segurança: enviar cópia do acórdão ao MPE para providências que julgar cabíveis.

ARQUIVAMENTO

Nº 27.145/2012 - Acidente da navegação envolvendo as motos aquáticas "BIRIBA" e "LÍDER", ocorrido no rio Tocantins, nas proximidades da praia da Tartaruga, município de Peixe, Tocantins, em 09 de julho de 2011.

Com Representação de autoria da Procuradoria Especial da Marinha contra Bertoldo Luiz Pereira Júnior (Condutor da moto aquática "BIRIBA") e Vinicius Ribeiro de Brito (Condutor da moto aquática "LÍDER" e com despacho do Exmo. Sr. Juiz-Relator pela publicação de Nota para Arquivamento.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: retirado de pauta e incluído na Sessão do dia 16 de abril de 2015.

Esteve presente, pela Procuradoria, a CT (T) Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição e nada mais havendo a tratar, às 16h05min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretora-Geral da Secretaria.

Em 15 de abril de 2015.
MARCOS NUNES DE MIRANDA
Vice-Almirante (RM1)
Juiz-Presidente

DINÉIA DA SILVA
Secretária

COMANDO DO EXÉRCITO
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstrações Contábeis
Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013. (Em milhares de Reais)

Ativo	201 4	201 3
CIRCULANTE	44.255	55.146
Disponibilidades		
Clientes	32.784	26.047
Estoques	67.435	56.515
Impostos a recuperar	9.411	2.918
Despesas Antecipadas	1.129	3.170
Outros créditos	5.515	5.112
	160 . 529	148.908
NÃO CIRCULANTE	1.950	674
Realizável a Longo Prazo		
Investimentos	2.567	2.296
Imobilizado	195.916	181.428
Intangível	2.115	924
	202.548	185.322
Total do ativo	363.077	334.230

Passivo	201 4	201 3
Fornecedores	4.640	6.991
Obrigações trabalhistas, tributárias e contribuições	25.015	26.391
Adiantamento de clientes	2.575	3.939
Provisões para contingências	24.256	19.640
Provisões diversas	7.697	6.847
Outros Obrigações	972	2.040
	65. 155	6 5 . 668
NÃO CIRCULANTE		
Obrigações trabalhistas, tributárias e contribuições	25.384	37.882
Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos	11.166	11.697
	36 . 550	49 . 579
Patrimônio líquido		
Capital social	378.460	378.460
Reservas	68.595	69.642
Lucros/Prejuízos acumulados	(185.683)	(229.119)
	2 61 . 37 2	218 . 983
Total do passivo	3 63 . 077	3 34 . 230

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios	201 4	201 3
Receita Operacional Bruta		
Mercado Interno	85.324	69.581
Mercado Externo	366	892
Prestações de Serviços e Revenda	143	8.531
	85.833	79.004
(-)Deduções da Receita		
Vendas Canceladas	(5.856)	(1.065)
Impostos Incidentes sobre Vendas e Serviços	(24.522)	(21.475)
	(30.378)	(22.540)
Receita Operacional Líquida	5 5 . 455	5 6 . 464
(-)Custos dos produtos vendidos e dos serviços	(46.655)	(49.167)
Resultado Operacional Bruto	8.800	7.297
Manutenção da Capacidade Estratégica	(39.288)	(37.418)
Despesas Administrativas	(58.820)	(48.953)
Despesas Comerciais	(1.536)	(1.245)
Despesas Tributárias	(2.859)	(1.324)
Despesas Diversas	(20.885)	(17.555)
Receitas Diversas	1.858	2.288
RESULTADO OPERACIONAL	(112.730)	(96.910)
Despesas Financeiras	(2.434)	(1.711)
Receitas Financeiras	4.438	3.878

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Outras Despesas	(160)	(216)
Outras Receitas	2.533	1.730
Receita Orçamentária	158.295	150.059
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	49 . 942	56 . 830
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.731)	(14.121)

Obs.: O Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis completas, as Notas Explicativas, e os pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, estão a disposição dos interessados na sede da empresa e no site da IMBEL, www.imbel.gov.br

CELSO JOSÉ TIAGO
Diretor-Presidente
CPF 394.313.397-49

MARIO FERNANDO DE ALMEIDA RIBEIRO
Contador CRC-DF 019103-01
CPF 394.313.397-49

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER Nº 01-CA, DE 08 DE ABRIL DE 2015

O Conselho de Administração da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, em reunião ordinária, realizada em 08/04/2015, cumprindo o que determina o inciso V, do Art.142, da Lei nº 6.404/76, e disposições estatutárias contidas no inciso IV, do Art. 15 do Decreto 5.338, de 12 de janeiro de 2005, tomou conhecimento do Relatório Anual da Administração e das Contas da Diretoria, referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/2014 e, considerando as ressalvas e conclusões apresentadas nos Pareceres dos Auditores Independentes METRÓPOLE - Soluções Empresariais, de 13/03/2015; da Auditoria Interna, de 24/03/2015 e do Conselho Fiscal da IMBEL, de 06/04/2015, manifesta-se, favoravelmente, à aprovação da Prestação de Contas da Empresa.

Brasília-DF, 8 de abril de 2015.
General de Exército SINCLAIR MAYER
Presidente do Conselho

PORTARIA Nº 371, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, considerando o disposto na Portaria nº 79, de 28 de fevereiro de 2002, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, assim como o contido no art. 3º do Decreto nº 7.232, de 19 de julho de 2010, e em observância à disciplina do art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Ficam redistribuídos, do Ministério da Educação - MEC para as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, os cargos e os códigos de vaga a eles referentes, constantes do Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Ficam remanejados, das IFES para o MEC, os cargos e seus respectivos códigos de vaga constantes do Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RENATO JANINE RIBEIRO

ANEXO I

Para:	Instituição cedente: MEC
26230 UNIVASF	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0329366
26231 UFAL	Cargo: Médico Veterinário Código SIAPE: 701048 Nª de vagas: 2 Códigos de Vaga: 0987191; 0987192
26231 UFAL	Cargo: Músico Código SIAPE: 701053 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0325961
26231 UFAL	Cargo: Nutricionista/Habilitação Código SIAPE: 701055 Nª de vagas: 2 Códigos de Vaga: 0982694; 0982719
26231 UFAL	Cargo: Programador Visual Código SIAPE: 701066 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0984029
26234 UFES	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nª de vagas: 11 Códigos de Vaga: 0707909; 0707915; 0707921; 0707937; 0707939; 0708347; 0708445; 0708470; 0709013; 0709080; 0709122
26234 UFES	Cargo: Técnico em Contabilidade Código SIAPE: 701224 Nª de vagas: 2 Códigos de Vaga: 0347870; 0691200
26234 UFES	Cargo: Técnico em Química Código SIAPE: 701256 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0284977
26234 UFES	Cargo: Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais Código SIAPE: 701266 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 1000136
26235 UFG	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nª de vagas: 3 Códigos de Vaga: 0709137; 0709230; 0709636
26241 UFPR	Cargo: Contador Código SIAPE: 701015 Nª de vagas: 1 Códigos de Vaga: 0863147
26241 UFPR	Cargo: Museólogo Código SIAPE: 701052 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0262735
26241 UFPR	Cargo: Secretário Executivo Código SIAPE: 701076 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0327531
26242 UFPE	Cargo: Contador Código SIAPE: 701015 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0863169
26242 UFPE	Cargo: Tecnólogo-Formação Código SIAPE: 701081 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0331680
26244 UFRGS	Cargo: Enfermeiro/Área Código SIAPE: 701029 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0223822
26244 UFRGS	Cargo: Relações Públicas Código SIAPE: 701072 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0984856
26244 UFRGS	Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais Código SIAPE: 701079 Nª de vagas: 3 Códigos de Vaga: 0015148; 0205658; 0306586
26244 UFRGS	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nª de vagas: 3 Códigos de Vaga: 0709805; 0709947; 0710063
26245 UFRJ	Cargo: Médico/Área Código SIAPE: 701047 Nª de vagas: 6 Códigos de Vaga: 0104837; 0135908; 0217466; 0218339; 0221923; 0221962
26245 UFRJ	Cargo: Tecnólogo-Formação Código SIAPE: 701081 Nª de vagas: 3 Códigos de Vaga: 0866100; 0986229; 0986250
26246 UFSC	Cargo: Arquivista Código SIAPE: 701005 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0999671
26246 UFSC	Cargo: Médico/Área Código SIAPE: 701047 Nª de vagas: 3 Códigos de Vaga: 0221992; 0221996; 0223055
26246 UFSC	Cargo: Terapeuta Ocupacional Código SIAPE: 701082 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0702505
26253 UFRA	Cargo: Pedagogo/Área Código SIAPE: 701058 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0983238
26253 UFRA	Cargo: Odontólogo Código SIAPE: 701064 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0245317
26253 UFRA	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nª de vagas: 16 Códigos de Vaga: 0710250; 0710251; 0710256; 0711068; 0711076; 0711087; 0711088; 0711094; 0711095; 0711101; 0711243; 0711246; 0712840; 0713707; 0713755; 0713756
26254 UFTM	Cargo: Assistente Social Código SIAPE: 701006 Nª de vagas: 2 Código de Vaga: 0264107; 0978272
26254 UFTM	Cargo: Auditor Código SIAPE: 701009 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0978715
26254 UFTM	Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais Código SIAPE: 701079 Nª de vagas: 7 Códigos de Vaga: 0332579; 0704186; 0865357; 0865444; 0865445; 0865491; 0865492
26254 UFTM	Cargo: Tecnólogo-Formação Código SIAPE: 701081 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0986251
26261 UNIFEI	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0713758
26261 UNIFEI	Cargo: Mestre de Edificações e Infraestrutura Código SIAPE: 701208 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0247692
26264 UFERSA	Cargo: Engenheiro/Área Código SIAPE: 701031 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0981572

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 370, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e considerando, ainda, o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, e o conteúdo da Portaria MPOG nº 23, de 12 de fevereiro de 2015, bem como o Termo de Adesão MPOG/MEC nº 02, de 23 de novembro de 2012, resolve:

Art. 1º Os órgãos e unidades da administração direta do Ministério da Educação, bem como as autarquias, fundações e empresas públicas vinculadas a este Ministério deverão integrar esforços para o desenvolvimento de ações destinadas à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos, observando os seguintes objetivos:

I - promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social na Administração Pública;

II - melhorar a qualidade do gasto público por meio da eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão dos processos;

III - incentivar a implementação de ações de eficiência energética nas edificações públicas;

IV - estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos;

V - garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta;

VI - melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho;

VII - reconhecer as melhores práticas de eficiência na utilização dos recursos públicos, nas dimensões de economicidade e socioambientais; e

VIII - compartilhar experiências práticas de sucesso, instruir, disseminar e promover o desenvolvimento de processos inovadores relacionados à educação e à Administração Pública em geral.

Art. 2º Para fins do cumprimento dos objetivos de que trata o art. 1º, os órgãos e entidades mencionados deverão adotar um modelo de gestão estruturado na implementação de ações voltadas para o uso racional de recursos, em consonância com os programas já existentes no Governo Federal:

I - Programa de Eficiência do Gasto Público - PEG;

II - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica em Prédios Públicos - Procel EPP;

III - Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P;

IV - Coleta Seletiva Solidária; e

V - Projeto Esplanada Sustentável - PES.

Art. 3º Fica instituída a Coletânea Desafio da Sustentabilidade, produzida mediante a participação social, devendo ser utilizada, no que couber, para a implementação de boas práticas de gestão, com o objetivo de reduzir os gastos com o consumo de energia elétrica e de água no âmbito dos órgãos e entidades previstos no art. 1º.

Parágrafo único. A Coletânea que trata o caput deverá ser disponibilizada na internet no sítio eletrônico dos órgãos e entidades mencionados.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO JANINE RIBEIRO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

26270 UFAM	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nª de vagas: 2 Códigos de Vaga: 0713759; 0713777
26273 FURG	Cargo: Engenheiro/Área Código SIAPE: 701031 Nª de vagas: 2 Códigos de Vaga: 0338031; 0338378
26274 UFU	Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0643680
26274 UFU	Cargo: Psicólogo/Área Código SIAPE: 701060 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0713445
26274 UFU	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nª de vagas: 5 Códigos de Vaga: 0713808; 0713816; 0713817; 0713872; 0713897
26275 UFAC	Cargo: Técnico em Nutrição e Dietética Código SIAPE: 701252 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0225353
26276 UFMT	Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0900066
26276 UFMT	Cargo: Bibliotecário-Documentalista Código SIAPE: 701010 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0863114
26276 UFMT	Cargo: Biólogo Código SIAPE: 701011 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0295097
26276 UFMT	Cargo: Economista Código SIAPE: 701026 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0223374
26276 UFMT	Cargo: Engenheiro de Segurança do Trabalho Código SIAPE: 701032 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0863373
26276 UFMT	Cargo: Tecnólogo-Formação Código SIAPE: 701081 Nª de vagas: 2 Códigos de Vaga: 0986258; 0986458
26276 UFMT	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nªde vagas: 4 Códigos de Vaga: 0713919; 0713952; 0713958; 0713961
26276 UFMT	Cargo: Técnico em Agropecuária Código SIAPE: 701214 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0295138
26276 UFMT	Cargo: Técnico de Tecnologia da Informação Código SIAPE: 701226 Nª de vagas: 2 Códigos de Vaga: 0814079; 0834699
26276 UFMT	Cargo: Técnico em Eletroeletrônica Código SIAPE: 701232 Nª de vagas: 2 Códigos de Vaga: 0255004; 0282965
26276 UFMT	Cargo: Técnico em Geologia Código SIAPE: 701239 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0216599
26276 UFMT	Cargo: Técnico em Secretariado Código SIAPE: 701275 Nªde vagas: 2 Códigos de Vaga: 0319367; 0322113
26277 UFOP	Cargo: Assistente Social Código SIAPE: 701006 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0978256
26277 UFOP	Cargo: Engenheiro de Segurança do Trabalho Código SIAPE: 701032 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0981232
26279 UFPI	Cargo: Operador de Câmera de Cinema e TV Código SIAPE: 701210 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0231548
26282 UFV	Cargo: Analista de Tecnologia da Informação Código SIAPE: 701062 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0900213
26283 UFMS	Cargo: Bibliotecário-Documentalista Código SIAPE: 701010 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0863120
26283 UFMS	Cargo: Odontólogo Código SIAPE: 701064 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0696200
26283 UFMS	Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais Código SIAPE: 701079 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0865586
26284 UFCSPA	Cargo: Técnico em Alimentos e Laticínios Código SIAPE: 701215 Nª de vagas: 2 Códigos de Vaga: 0968913; 0968914
26350 UFGD	Cargo: Assistente Social Código SIAPE: 701006 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0978271
26350 UFGD	Cargo: Engenheiro/Área Código SIAPE: 701031 Nª de vagas: 6 Códigos de Vaga: 0863312; 0863313; 0863329; 0863330; 0981570; 0981571
26350 UFGD	Cargo: Revisor de Textos Código SIAPE: 701073 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0985154
26350 UFGD	Cargo: Técnico de Tecnologia da Informação Código SIAPE: 701226 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0834700
26351 UFRB	Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0900067
26232 UFBA (UFOB)	Cargo: Assistente em Administração Código SIAPE: 701200 Nª de vagas: 2 Códigos de Vaga: 0714013; 0714060
26233 UFC (UFCA)	Cargo: Jornalista Código SIAPE: 701045 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0864043

ANEXO II

Para:	Instituição cedente:
15000 MEC	26230 UNIVASF Cargo: Técnico em Arquivo Código SIAPE: 701216 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0969189
	26231 UFAL Cargo: Médico/Área Código SIAPE: 701047 Nª de vagas: 4 Códigos de Vaga: 0713289; 0713724; 0714481; 0713506
	26231 UFAL Cargo: Odontólogo ? DL 1445-76 Código SIAPE: 701063 Nª de vagas: 1 Códigos de Vaga: 0713422
	26231 UFAL Cargo: Tecnólogo-Formação Código SIAPE: 701081 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0986249
	26234 UFES Cargo: Técnico de Laboratório/Área Código SIAPE: 701244 Nª de vagas: 3 Códigos de Vaga: 0745661; 0228833; 0228207
	26234 UFES Cargo: Técnico em Enfermagem Código SIAPE: 701233 Nª de vagas: 5 Códigos de Vaga: 0228101; 0745687; 0748064; 0228041; 0228036
	26234 UFES Cargo: Técnico em Radiologia Código SIAPE: 701257 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0228018
	26241 UFPR Cargo: Assistente Social Código SIAPE: 701006 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0709613
	26241 UFPR Cargo: Economista Código SIAPE: 701026 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0264441
	26242 UFPE Cargo: Auxiliar de Enfermagem Código SIAPE: 701411 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0700752
	26242 UFPE Cargo: Fisioterapeuta Código SIAPE: 701038 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0700245
	26242 UFPE Cargo: Médico/Área Código SIAPE: 701047 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0702230
	26244 UFRGS Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0899994
	26244 UFRGS Cargo: Secretário Executivo Código SIAPE: 701076 Nª de vagas: 3 Códigos de Vaga: 0272561; 0273732; 0272561
	26244 UFRGS Cargo: Técnico Desportivo Código SIAPE: 701078 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0275070
	26244 UFRGS Cargo: Técnico em Química Código SIAPE: 701256 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0274159
	26245 UFRJ Cargo: Bibliotecário-Documentalista Código SIAPE: 701010 Nª de vagas: 2 Códigos de Vaga: 0705724; 0704739
	26245 UFRJ Cargo: Engenheiro/Área Código SIAPE: 701031 Nª de vagas: 5 Códigos de Vaga: 0863522; 0863458; 0863455; 0863335; 0279016
	26245 UFRJ Cargo: Publicitário Código SIAPE: 701067 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0278925
	26245 UFRJ Cargo: Sociólogo Código SIAPE: 701077 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0704941
	26246 UFSC Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0308655
	26246 UFSC Cargo: Economista Código SIAPE: 701026 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0744450
	26246 UFSC Cargo: Geógrafo Código SIAPE: 701040 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0744546
	26246 UFSC Cargo: Sociólogo Código SIAPE: 701077 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0690176
	26246 UFSC Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais Código SIAPE: 701079 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0688476
	26253 UFRA Cargo: Desenhista-Projetista Código SIAPE: 701203 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 255790
	26253 UFRA Cargo: Engenheiro/Área Código SIAPE: 701031 Nª de vagas: 2 Códigos de Vaga: 863560; 833561
	26253 UFRA Cargo: Mestre de Edificações e Infraestrutura Código SIAPE: 701208 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 234011
	26253 UFRA Cargo: Técnico em Eletroeletrônica Código SIAPE: 701232 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 283766
	26253 UFRA Cargo: Técnico em Eletrotécnica Código SIAPE: 701230 Nª de vagas: 5 Códigos de Vaga: 283976; 283977; 284549; 284557; 288096
	26253 UFRA Cargo: Técnico em Instrumentação Código SIAPE: 701243 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 581681
	26253 UFRA Cargo: Técnico em Refrigeração Código SIAPE: 701259 Nª de vagas: 5 Códigos de Vaga: 290288; 305599; 308393; 308706; 290426
	26253 UFRA Cargo: Técnico em Telecomunicação Código SIAPE: 701264 Nª de vagas: 2 Códigos de Vaga: 299621; 323830

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

26254 UFTM Cargo: Enfermeiro/Área Código SIAPE: 701029 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0706665
26254 UFTM Cargo: Farmacêutico Bioquímico Código SIAPE: 701088 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 632253
26254 UFTM Cargo: Físico Código SIAPE: 701037 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 287477
26254 UFTM Cargo: Médico/Área Código SIAPE: 701047 Nª de vagas: 5 Códigos de Vaga: 0301642; 0707036; 0770981; 0770989; 0770992
26254 UFTM Cargo: Revisor de Textos Código SIAPE: 701073 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0301207
26254 UFTM Cargo: Zootecnista Código SIAPE: 701085 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 3001523
26261 UNIFEI Cargo: Desenhista Técnico Especializado Código SIAPE: 701270 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0306038
26261 UNIFEI Cargo: Técnico em Saneamento Código SIAPE: 701261 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0571324
26264 UFERSA Cargo: Biólogo Código SIAPE: 701011 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0229867
26270 UFAM Cargo: Técnico em Enfermagem Código SIAPE: 701233 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0311824
26274 UFU Cargo: Assistente Social Código SIAPE: 701006 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0319607
26274 UFU Cargo: Médico/Área Código SIAPE: 701047 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0322354
26274 UFU Cargo: Técnico de Tecnologia da Informação Código SIAPE: 701226 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0323042
26274 UFU Cargo: Técnico em Secretariado Código SIAPE: 701275 Nª de vagas: 4 Códigos de Vaga: 0319511;0322341; 0322292; 0323295
26275 UFAC Cargo: Técnico em Mecânica Código SIAPE: 701245 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0701245
26276 UFMT Cargo: Contador Código SIAPE: 701015 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0326045
26276 UFMT Cargo: Geógrafo Código SIAPE: 701040 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0709723
26276 UFMT Cargo: Nutricionista/Habilitação Código SIAPE: 701055 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0326783
26276 UFMT Cargo: Técnico em Mineração Código SIAPE: 701249 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 284029
26279 UFPI Cargo: Técnico em Eletrotécnica Código SIAPE: 701230 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0281046
26282 UFV Cargo: Engenheiro/Área Código SIAPE: 701031 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 338031
26283 UFMS Cargo: Administrador Código SIAPE: 701001 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 340596
26283 UFMS Cargo: Nutricionista/Habilitação Código SIAPE: 701055 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0982695
26283 UFMS Cargo: Psicólogo/Área Código SIAPE: 701060 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0478231
26284 UFCSPA Cargo: Técnico de Laboratório/Área Código SIAPE: 701244 Nª de vagas: 2 Código de Vaga: 0826618; 0903082
26350 UFGD Cargo: Médico/Área Código SIAPE: 701047 Nª de vagas: 4 Código de Vaga: 0806701; 0806688; 0806647; 0806644
26351 UFRB Cargo: Pedagogo/Área Código SIAPE: 701058 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0983235
26232 UFBA (UFOB) Cargo: Técnico em Contabilidade Código SIAPE: 701224 Nª de vagas: 2 Códigos de Vaga: 1000883; 1000884
26233 UFC (UFCA) Cargo: Publicitário Código SIAPE: 701067 Nª de vagas: 1 Código de Vaga: 0984800

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 102, DE 15 DE ABRIL DE 2015

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC), nomeado pela Portaria da Reitoria nº 225, de 21 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 57, de 25 de março de 2014, seção 2, página 14, considerando as competências delegadas pela Portaria da Reitoria nº 230, de 9 de abril de 2015, publicada no DOU nº 69, de 13 de abril de 2015, seção 1, página 19, no uso das atribuições a ele conferidas, resolve:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 274 de 16 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 17 de junho de 2014, seção 1, página 42.

Art. 2º - SUBDELEGAR competência ao Coordenador Geral de Finanças e Contabilidade para a prática dos seguintes atos relativos a finanças e contabilidade:

I - Autorização para credenciamento e execução de cadastro, alterações e cancelamento de senhas para acesso de operadores na Rede SERPRO, SIAFI Operacional, SIAFI Educacional, SIAFI Gerencial e Tesouro Gerencial;

II - Representação legal da UFABC junto à Secretaria da Receita Federal e Banco Central do Brasil, para todos os fins, podendo inclusive assinar procurações;

III - Representação legal da UFABC junto à Prefeitura Municipal de Santo André e à Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo para tratar de assuntos relativos ao recolhimento de impostos municipais;

Art. 3º - SUBDELEGAR competência ao Pró-reitor Adjunto de Administração para a prática dos seguintes atos relativos à aquisição de bens e serviços e comércio exterior:

I - Autorização para credenciamento e execução de cadastro, alterações e cancelamento de senhas de acesso de operadores na Rede SERPRO E SIASG.

II - Representação legal da UFABC junto ao Banco Central do Brasil para todos os fins e junto aos demais órgãos para assuntos relacionados ao comércio exterior brasileiro, como DECEX, CNPq, ANVISA, CNEN, INMETRO, MARINHA MERCANTE, entre outros, podendo inclusive assinar procurações;

III - Ratificação de Dispensas e Inexigibilidade de licitação, de acordo com os termos da Lei 8.666/93;

IV - Aprovação e abertura de editais de licitação, de acordo com os termos da Lei 8.666/93;

V - Designação e dispensa de fiscais de contratos no âmbito da UFABC;

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério do Pró-reitor de Administração.

JÚLIO FRANCISCO BLUMETTI FACÓ

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATO Nº 681, DE 15 DE ABRIL DE 2015

A VICE-REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no exercício da Reitoria, usando de suas atribuições legais, resolve:

No Ato da Reitoria n°. 648/15, publicado no D.O.U. nº. 69, de 13 de abril de 2015, referente à homologação do Concurso Público de Provas e Títulos, do Campus "Ministro Reis Veloso", na área de Processos Biofisiológicos do Corpo Humano, Onde se lê: ITALO ROSSI ROSENO MARTINS - Habilitado / Classificado (2º); LEIA-SE: ITALO ROSSI ROSENO MARTINS - Habilitado; e na área de Bases dos Processos Psicossociais da Saúde/Educação em Saúde, Onde se lê: ALBERTO SUMIYA - Habilitado / Classificado (2º); LEIA-SE: ALBERTO SUMIYA - Habilitado. (considerando o Processo nº 23111.013484/2015-90).

NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS SERRA

PORTARIA Nº 117, DE 14 DE ABRIL DE 2015

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SERRA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 660, de 27.04.2009, da Reitoria-Ifes, resolve:

Homologar o Resultado do Processo Seletivo Simplificado destinado à Contratação de Professor Substituto de que trata o Edital-DG-Campus Serra nº 01/2015, conforme relação anexa.

WAGNER TEIXEIRA DA COSTA
Em exercício

ANEXO

Área de Estudo/Disciplina: Automação Industrial - 20 horas

Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Ponto	Classificação
003	Rodrigo Gasparini Croce	75,04	1º
007	Welfane Kemil Tão	63,28	2º
011	Uberdan da Silva Plácido	55,60	3º
006	Wellington Gasperacco	50,20	4º

Área de Estudo/Disciplina: Cálculo, Probabilidade e Estatística - 20 horas

Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Ponto	Classificação
010	Bruna Zution Dalle Prane	63,60	1º
004	Fernando Alves Mazzini	61,00	2º
009	Fernanda Cristina Toso de Assis	55,60	3º

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Área de Estudo/Disciplina: Eletromagnetismo e Fundamentos da Mecânica Clássica - 20 horas

Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Ponto	Classificação
001	André Bernardi Candeia	62,00	1º

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY

PORTARIA Nº 2.850, DE 16 DE ABRIL DE 2015

A Diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 667, de 29/01/2014, publicada no DOU nº 21, Seção 2, de 30/01/2014, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor substituto referente ao edital nº 57, de 18/03/2015, publicado no DOU nº 53, Seção 3, de 19/03/2015, divulgando, em ordem de classificação, o nome da candidata aprovada:

Departamento de Metodologia da Enfermagem
Setorização: Metodologia do Ensino e da Assistência
1 - Liana Viana Ribeiro

NEIDE APARECIDA TITONELLI ALVIM

FACULDADE DE MEDICINA

PORTARIA Nº 2.762, DE 15 DE ABRIL DE 2015

O Diretor da Faculdade de Medicina do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Roberto de Andrade Medronho, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos do Departamento de Clínica Médica, referente ao Edital nº65 de 25 de março de 2014, publicado no DOU n° 58 - Seção 3, páginas 71 e 72 de 26 de março de 2015, divulgando o nome dos candidatos aprovados:

Setor: Reumatologia
1° lugar - Camilo Tubino Schuindt
2º lugar - Guilherme da Silveira Campos
3º lugar - Nathalie David Alves

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLÉGIO DE APLICAÇÃO

PORTARIA Nº 2.854, DE 16 DE ABRIL DE 2015

A Diretora-Geral do Colégio de Aplicação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nomeada pela Portaria nº 5.869, de 22/7/2014, publicada no DOU nº 139 - Seção II, de 23/7/2014, resolve:

TORNAR PÚBLICO o resultado da seleção de professor substituto sobre a qual trata o Edital nº 74, de 1/4/2015, publicado no DOU nº 63, de 2/4/2015, Seção III, p. 76.

Setor Curricular das Séries Iniciais do Ensino Fundamental
1.Josilene de Souza Santos
2.Jeniffer Moreira Damázio
3.Lorelay Pereira Brandão
Setor Curricular de Física
1.Pedro de Paula Terra
2.Ricardo Fagundes Freitas da Cunha
3.Tharnier Puel de Oliveira
4.Renan Rebeque Martins

MARIA LUIZA MESQUITA DA ROCHA

Ministério da Fazenda

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

PORTARIA Nº 1, DE 14 DE ABRIL DE 2015

Delega à SubprocuradoriaJurídica 3 (GJU3) competência para decidir sobre a concessão de vista de autos de processos administrativos fiscais (PAF).

A Procuradora-Chefe, em exercício, da Procuradoria Federal Especializada junto à Comissão de Valores Mobiliários (PFECVM), considerando o disposto no art. 3º da Deliberação CVM nº 481, de 29 de abril de 2005, bem como a necessidade de otimização da rotina de concessão de vista de autos de processos administrativos fiscais, resolve:

Art. 1º Em processos administrativos fiscais, a competência de que trata o art. 3º da Deliberação CVM nº 481, de 29 de abril de 2005, fica delegada à titular da SubprocuradoriaJurídica 3 (GJU3).

Parágrafo único. As decisões adotadas por delegação deverão mencionar explicitamente esta qualidade, sendo consideradas para todos os efeitos, especialmente para interposição de recurso administrativo, como editadas pela SubprocuradoriaJurídica 3 (GJU3).

Art. 2º O prazo da delegação conferida nos termos do art. 1º é indeterminado, até eventual revogação, a qualquer tempo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULYA SOTTO MAYOR WELLISCH

CONSELHO NACIONAL
DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 9, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Ratifica os Convênios ICMS 14/15 e 15/15.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificados os Convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 237ª reunião extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 30 de março de 2015:

Convênio ICMS 14/15 - Altera o Convênio ICMS 121/13, que autoriza o Estado do Piauí a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos legais previstos na legislação tributária, e a concederem parcelamento de débito fiscal, relacionados com o ICMS;

Convênio ICMS 15/15 - Altera o Convênio ICMS 144/12, que autoriza o Estado do Acre a dispensar ou reduzir juros e multas mediante parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICMS, na forma que especifica.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 16 de abril de 2015

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 73 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Safei Soluções com Desenvolvimento de Software Ltda - ME	08.994.375/0001-11	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0542015, nome: SAFEI PAF ECF, versão: 2.00, código MD-5: CAA5A6ECDE02936E2B4E76C6B72B1A39 *PONTO-DEVENDA
Agile Tecnologia em Sistemas Ltda - ME	12.217.037/0001-55	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0672015, nome: AGILE PDV, versão: 3.0.4.41, código MD-5: F64F9FA616F3C2AFFC317571FAA *AGILEPDV
PC Sistemas S.A	22.003.149/0001-67	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0702015, nome: Winthor AutosServiço, versão: 24.0.0.1, código MD-5: 964693318D5FC3C4CE53963863AB35F2 *PCAUX2075
Linx Sistemas e Consultoria Ltda	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0722015, nome: P2K - TELECOM, versão: 05.00.00, código MD-5: 114DAA3F5AAF10B6E0D5371037CC6626 *COMPONENTE

2. Centro Universitário Filadelfia - IFL.

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Consisanet Sistemas de Informação Ltda	07.784.629/0001-19	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IFL0282014Rn01, nome: PAFNET , versão: 2.1, código MD-5: 3E80B07357AEE8A3C62E9A293C86E09C
4 MDK ASSISTENCIA, SUPORTE TECNICO E COMPUTADORES LTDA	14.363.848/0001-90	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IFL0092015, nome: Solusys , versão: 1.0, código MD-5: 72E1B57951669EC5C7FC5A9E5994EA32

3. Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - INA

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Unisys Brasil Ltda.	33.426.420/0009-40	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: INA0062015, nome: TPLinux_AT, versão: AT .9.c00, código MD-5: F58CAD835438B383DA02E4B958C60D2A

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 74 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - INA

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Misterchef Sistemas de Automação LTDA.	09.605.375/0001-50	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: INA0302015, nome: Bematech PDV - Chef, versão: 1.1.1, código MD-5: 706a4a4305b493a5a42cc95914009915

2. Universidade Federal de Tocantins - UFT

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
QUANTUM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	06.219.361/0001-00	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UFT0012015, nome: Sistema Quantum Frente de Loja, versão: 1.28, código MD-5: e255223ffa9cc8a0c80696c8888fd7a5
INORTE SISTEMAS LTDA ME	10.144.211/0001-51	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UFT0042015, nome: INORTE PAF, versão: 2.1, código MD-5: 7317ebd448feca8c4d06619ab2b836ff

3. Universidade Federal do Ceará - UFC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
GRUPO RAMOS DE NEGOCIOS EM TECNOLOGIA E COBRANCA LTDA - ME	04.849.244/0001-02	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UFC0082015, nome: GR PDV, versão: 1.1.1.0, código: MD-5: 025883bab9e586ef80a4c90ae46d177c

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÃO

Na retificação do Ato COTEPE/PMPF nº 7, de 7 de abril de 2015, publicado no DOU de 13 de abril de 2015, Seção 1, página 23, no preâmbulo, onde se lê: "... estados do Paraná e Sergipe ...", leia-se "... estados do Amazonas, Paraná e Sergipe ...".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, referente ao exercício de 2015, ano-calendário de 2014.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, na Portaria MF nº 233, de 26 de junho de 2012, e na Instrução Normativa SRF nº 76, de 18 de setembro de 2001, declara:

Art. 1º A restituição do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, referente ao exercício de 2015, ano-calendário de 2014, será efetuada em 7 (sete) lotes, no período de junho a dezembro de 2015.

Parágrafo único. O valor a restituir será colocado à disposição do contribuinte na agência bancária indicada na respectiva Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF 2015), de acordo com o seguinte cronograma:

I - 1º (primeiro) lote, em 15 de junho de 2015;
II - 2º (segundo) lote, em 15 de julho de 2015;
III - 3º (terceiro) lote, em 17 de agosto de 2015;
IV - 4º (quarto) lote, em 15 de setembro de 2015;
V - 5º (quinto) lote, em 15 de outubro de 2015;
VI - 6º (sexto) lote, em 16 de novembro de 2015; e
VII - 7º (sétimo) lote, em 15 de dezembro de 2015.

Art. 2º As restituições serão priorizadas pela ordem de entrega das DIRPF 2015.

Parágrafo único. Observado o disposto no caput, terão prioridade no recebimento das restituições a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, a pessoa portadora de necessidades especiais e a pessoa portadora de moléstia grave, nos termos art. 69-A da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 3º O disposto neste Ato Declaratório Executivo não se aplica às DIRPF 2015 retidas para análise em decorrência de inconsistências nas informações.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Aprovo o presente Parecer Normativo. Publique-se no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

ANEXO

PARECER NORMATIVO COSIT/RFB nº 7, de 6 de ABRIL de 2015.

Assunto. Análise da incidência da CIDE-Combustíveis na importação de nafta petroquímica por pessoa jurídica intermediária que possui contrato de revenda direta para central petroquímica.

A importação de nafta petroquímica, independentemente da pessoa do importador, desde que comprovada a transferência do produto a uma central petroquímica e sua posterior utilização na elaboração de produtos diversos de gasolina e de óleo diesel, está sujeita à alíquota zero da CIDE-Combustíveis estabelecida pelo art. 1º do Decreto nº 4.940, de 2003;

Caso a pessoa jurídica importadora de nafta petroquímica com aplicação da desoneração fiscal em lume utilize-a na produção própria de gasolina ou de óleo diesel, ou a venda para pessoa jurídica que não seja central petroquímica, a pessoa jurídica importadora estará obrigada ao pagamento do tributo não pago e das penalidades cabíveis na condição de contribuinte, pois jamais poderia ter aplicado a redução de alíquota estabelecida pelo art. 1º do Decreto nº 4.940, de 2003.

Caso a central petroquímica que adquiriu da pessoa jurídica importadora a nafta petroquímica importada sob o amparo da redução tributária em análise a utilize na produção de gasolina ou de óleo diesel, a central petroquímica será penalizada nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 1º do Decreto nº 4.940, de 2003.

A produção residual de gasolina ou de óleo diesel no processo produtivo de uma central petroquímica, em volume igual ou inferior a 12% do volume total de produção, não caracteriza destinação para a formulação desses combustíveis, nos termos dos § 1º do Decreto nº 4.940, de 2003.

Dispositivos Legais. Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, art. 5º; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003; Decreto nº 4.940, de 29 de dezembro de 2003; Instrução Normativa SRF nº 422, de 17 de maio de 2004; Lei 11.945 de 04 de junho de 2009, art. 22; Portaria ANP nº 32, de 23 de fevereiro de 2000, arts. 1º, 3º e 11.

Relatório

Cuida-se de analisar a incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE-Combustíveis) na importação de nafta petroquímica por pessoa jurídica intermediária que possui contrato de revenda direta para central petroquímica, que utilizará a nafta na produção de subprodutos diversos de gasolina ou óleo diesel.

2. Esta análise se mostra necessária para fixar os contornos da tributação incidente na importação do mencionado produto, prevenindo, assim, conflitos acerca da interpretação da legislação correlata.

Fundamentos

3. A Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui a cobrança da CIDE-Combustíveis incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, trazia em seu art. 5º as seguintes disposições:

"Art. 5º A Cide terá, na importação e na comercialização no mercado interno, as seguintes alíquotas específicas:

I - gasolina, R$ 860,00 por m³;
II - óleo diesel, R$ 390,00 por m³;
III - querosene de aviação, R$ 92,10 por m³;
IV - outros querosenes, R$ 92,10 por m³;
V - óleos combustíveis com alto teor de enxofre, R$ 40,90 por t;
VI - óleos combustíveis com baixo teor de enxofre, R$ 40,90 por t;
VII - gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado de gás natural e da nafta, R$ 250,00 por t;
VIII - álcool etílico combustível, R$ 37,20 por m³
(...)

§ 3º As correntes de hidrocarbonetos líquidos não destinadas à produção ou formulação de gasolinas ou óleo diesel serão identificadas mediante marcação, nos termos e condições estabelecidos pela ANP.

§4º Fica isenta da Cide a nafta petroquímica, importada ou adquirida no mercado interno, destinada à elaboração, por central petroquímica, de produtos petroquímicos não incluídos no caput deste artigo, nos termos e condições estabelecidos pela ANP.

§5º Presume-se como destinado a produção de gasolina, nafta, adquirida ou importada na forma do §4º, cuja utilização na elaboração do produto ali referido não seja comprovada."

4. Dessa forma, originalmente, havia uma isenção concedida à importação de nafta petroquímica, desde que esta fosse destinada à elaboração, por central petroquímica, de produtos não incluídos na relação contida no caput do art. 5º, da Lei 10.336, de 2001. Por outro lado, existia também uma presunção legal. Caso a destinação da nafta importada ou adquirida com isenção não fosse comprovada, presumir-se-ia que a mesma foi destinada à produção de gasolina.

5. Contudo, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, trouxe alterações no dispositivo legal supracitado, conferindo ao Poder Executivo autorização para dispensar o pagamento da CIDE-Combustíveis incidente sobre as correntes de hidrocarbonetos líquidos não destinadas à formulação de gasolina ou óleo diesel. Com a alteração, os parágrafos do art. 5º da Lei nº 10.336, de 2001, passaram a se configurar da seguinte forma:

"Art. 5º .....
(...)

§ 3º O Poder Executivo poderá dispensar o pagamento da Cide incidente sobre as correntes de hidrocarbonetos líquidos não destinados à formulação de gasolina ou óleo diesel, nos termos e condições que estabelecer, inclusive de registro especial do produtor, formulador, importador e adquirente.

§ 4º Os hidrocarbonetos líquidos de que trata o § 3º serão identificados mediante marcação, nos termos e condições estabelecidos pela ANP."

6. Portanto, revogou-se a isenção e a presunção legal antes estabelecida, facultando ao Executivo a regulamentação da dispensa de cobrança da CIDE-Combustíveis sobre os produtos especificados.

7. Exercendo essa prerrogativa, o Poder Executivo elaborou o Decreto nº 4.940, de 29 de dezembro de 2003, reduzindo a zero as alíquotas da CIDE-Combustíveis incidentes na importação e na comercialização de correntes de hidrocarbonetos líquidos não destinadas à formulação de gasolina ou óleo diesel constantes da relação estabelecida. Dentro dessa relação, consta a nafta petroquímica, classificada no código 2710.11.41, da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

8. Assim, a importação de nafta petroquímica, atualmente, não é tributada pela CIDE-Combustíveis, uma vez que as alíquotas incidentes nessa operação estão reduzidas a zero. Esse benefício, contudo, somente existe nos casos em que não há a sua destinação para a formulação de gasolina ou óleo diesel.

9. O cerne da questão, e que tem gerado diversos conflitos de interpretação, é definir a natureza e a abrangência da dispensa concedida, notoriamente nos casos em que a importação da nafta não é efetuada diretamente por uma central petroquímica, mas por uma pessoa jurídica intermediária, que possui contrato com aquela, de repasse da nafta importada.

10. Nesses casos, o importador realiza a comercialização imediata com uma determinada central petroquímica, mediante contrato privado, assinado previamente entre as partes. Constata-se, então, que a divergência existente reside na interpretação do artigo 1º do Decreto nº 4.940, de 2003. A dúvida refere-se à possibilidade de enquadramento dessa pessoa jurídica intermediária, que adquire o produto para comercializá-lo, no dispositivo que confere alíquota zero para a importação da nafta.

11. De acordo com recentes autuações realizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, na hipótese de o importador não ser uma central petroquímica, ele não poderia ser contemplado com o benefício da alíquota zero previsto pelo Decreto nº4.940, de 2003. Isso porque o destino do produto importado seria incerto, podendo ser utilizado pela importadora na produção de gasolina e óleo diesel, ou revendido para outra empresa que não seja petroquímica.

12. Contudo, não é esse o entendimento que vem sendo adotado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Para o Conselho, a redução concedida é objetiva, não sendo determinada em função da qualidade da pessoa que promove a importação, mas relativamente ao bem importado, ou seja, a nafta petroquímica, condicionada à utilização dessa nafta na elaboração de produtos diversos de combustíveis. É o que se verifica no Acórdão nº3202-001.341, de 14 de outubro de 2014:

"De logo se vê que o fulcro da questão está em determinar a natureza da isenção (embora esta discipline apenas uma parte das importações - aquelas realizadas até 29/12/2003, porquanto, a partir do dia seguinte, vale a redução à alíquota zero), a própria decisão recorrida entende que a mudança de regime jurídico-tributário não afeta a conclusão a que chegou, afirmação com a qual, cabe ressaltar, concordamos.

(...)

Assim, no caso em exame, a norma isentiva retirou do campo de incidência tributária a operação de importação ou comercialização de nafta petroquímica, quando destinada à elaboração, por central petroquímica, de produtos petroquímicos não incluídos no caput do art. 5º da Lei n.º 10.336, de 2001.

Perceba-se que, para que se desse a isenção, não se estabeleceram condições pessoais para quem quer que seja, daí a sua natureza claramente objetiva, pois o legislador não firmou que somente a indústria petroquímica poderia usufruí-la.

(...)

Não nos parece, contudo, tenha o legislador previsto que a importação só podia ser realizada pela própria indústria petroquímica, mas, sim, que a nafta a ela destinada gozasse de isenção tanto na importação quanto na comercialização, a fim de possibilitar maior competitividade à economia nacional. Visou, na verdade, afastar a exigência da Cide em toda a cadeia de comercialização (incluída aí a aquisição do exterior) da nafta petroquímica com a destinação que predeterminou."

13. O objetivo da desoneração prevista pela Legislação Infraconstitucional foi desonerar da CIDE-Combustíveis o produto nafta petroquímica destinada à elaboração de produtos diversos de gasolina e óleo diesel, tanto na importação, quanto na produção nacional, garantindo um tratamento igualitário e possibilitando uma maior competitividade à economia nacional. O tratamento foi objetivo, relativo, tão somente, ao produto.

14. A análise conjunta da legislação referente ao tema, transparece que os alvos do benefício instituído são as operações de importação ou de comercialização com os produtos citados, pois o texto não cita nenhum dos contribuintes da CIDE-Combustíveis. Em momento algum se fez menção de que somente as Centrais Petroquímicas seriam beneficiárias. Também não há nenhum dispositivo legal condicionando o benefício da alíquota zero à utilização da nafta como insumo pelo próprio importador na sua produção.

15. Tanto a previsão de isenção anteriormente estipulada na Lei nº 10.336, de 2001, como a redução a zero das alíquotas atualmente em vigor, se aplicam, independentemente de quem as tiver praticado, desde que a nafta tenha como destino a produção de qualquer bem que não seja gasolina ou óleo diesel.

16. Em diferente julgado, o CARF, no Acórdão nº 3403002.047, de 23 de abril de 2013, manifestou-se, mais uma vez, sobre o tema:

"Assim, tenho que assiste razão a recorrente quando afirma que a intenção do legislador era de desoneração da CIDE sobre a nafta destinada à indústria petroquímica, quando da edição da Lei n º, 10.336/2001, quis garantir tratamento isonômico entre os produtos petroquímicos estrangeiros e nacionais, desonerando, para tanto, os insumos importados. A desoneração prevista pela legislação infraconstitucional quis afastar do campo da incidência da CIDE o produto NAFTA com fins petroquímicos, tanto é verdade que assegurou a isenção também a produção nacional, nada mais fez que garantir tratamento igualitário. A legislação deu tratamento de isenção de forma objetiva, por essa razão deve ser estendida ao produto importado e repassado ao mercado interno desde que não se altere o destino traçado pela norma. É o que se extraí do exame da norma do § 4º do art. 5 da Lei nº 10.336/2001. Portanto, vejo a isenção concedida não em função da qualidade da pessoa que promove a importação, mas relativamente ao bem importado, nafta com fins petroquímicos, e o atendimento de determinada condição, no caso a destinação a central petroquímica."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

17. A central petroquímica não era a destinatária da isenção e não é a destinatária da dispensa regulada pelo Poder Executivo no Decreto nº 4.940, de 2003. Ela é a responsável pelo cumprimento do mandamento legal de não utilização da nafta na produção de gasolina ou óleo diesel. É o que diz o CARF no Acórdão nº 3403003.122, de 24 de julho de 2014:

"Em outras palavras: não há como sustentar que a isenção era subjetiva, se o texto que veiculava a isenção nem de longe citava os sujeitos passivos que seriam desonerados da tributação. A "central petroquímica" não era a destinatária da isenção, mas apenas e ta osomente a responsável pelo cumprimento do desígnio legal de não utilização da nafta na produção dos combustíveis previstos no art. 5º, caput. Tanto é assim, que os §§ 5º e 6º do art. 5º estabeleciam que no caso de não comprovação da destinação legal, a CIDE seria devida na data de sua aquisição ou importação pela central petroquímica."

18. O fato de a Instrução Normativa SRF nº 422, de 17 de maio de 2004, trazer em sua regulamentação sobre a exigência da CIDE-Combustíveis detalhes relacionados somente à aquisição de nafta por Centrais Petroquímicas, não significa que apenas elas poderão usufruir do tratamento diferenciado. A Instrução Normativa não faz uma restrição ao conteúdo do Decreto nº 4.940, de 2003, mas um detalhamento de uma peculiaridade em relação à indústria petroquímica, tratando da produção residual de gasolina ou óleo diesel.

19. Dessa forma, havendo, no caso concreto, a transferência da nafta importada para uma central petroquímica, já é o bastante para não se desconfigurar o direito à redução a zero das alíquotas da CIDE-Combustíveis. A dispensa de pagamento somente será desqualificada caso, em momento subsequente, haja a comprovação de que a nafta não foi utilizada no processo petroquímico, ou foi destinada à produção de gasolina ou óleo diesel.

20. Nessas hipóteses de descumprimento das condições de fruição da desoneração fiscal em comento, o crédito tributário se torna plenamente exigível, com o acréscimo das penalidades cabíveis.

21. Acerca da responsabilidade pelo pagamento do crédito tributário e de seus acréscimos nos casos de descumprimento das mencionadas condições, as regras variam conforme o descumprimento da destinação exigida pela Lei seja causado pela pessoa jurídica importadora ou pela central petroquímica adquirente.

22. Caso a pessoa jurídica importadora de nafta petroquímica com aplicação da desoneração fiscal em lume utilize-a na produção própria de gasolina ou de óleo diesel, ou a venda para pessoa jurídica que não seja central petroquímica, a pessoa jurídica importadora estará obrigada ao pagamento do tributo não pago e das penalidades cabíveis na condição de contribuinte, pois jamais poderia ter aplicado a redução de alíquota estabelecida pelo art. 1º do Decreto nº 4.940, de 2003.

23. Caso a central petroquímica que adquiriu da pessoa jurídica importadora a nafta petroquímica importada sob o amparo da redução tributária em análise a utilize na produção de gasolina ou de óleo diesel, a central petroquímica será penalizada nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 1º do Decreto nº 4.940, de 2003.

24. Nesse contexto, salienta-se que, para os casos de importação por conta e ordem, os arts. 11 e 12 da Lei nº 10.336, de 2001, estabelecem regras de responsabilidade específicas:

"Art. 11. É responsável solidário pela Cide o adquirente de mercadoria de procedência estrangeira, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora.

Art. 12. Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, relativamente à Cide, o adquirente de mercadoria de procedência estrangeira, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora."

25. Ainda, ressalta-se que a produção residual de gasolina ou óleo diesel por central petroquímica também não tem o condão de desconfigurar o benefício. De acordo com os §§ 1º e 3º do art. 1º do Decreto nº 4.940, de 2003, se a produção residual limitar-se a volume igual ou inferior a 12% do volume total de produção, não há a caracterização de destinação para a formulação desses combustíveis.

"§1º Para os efeitos do caput, a produção residual de gasolina ou óleo diesel, a partir de nafta petroquímica importada ou adquirida no mercado interno por centrais petroquímicas, não caracteriza destinação para formulação desses combustíveis.

§3º A produção residual de gasolina ou óleo diesel em volume igual ou superior a doze por cento do volume total de produção decorrente da nafta adquirida implicará a incidência da CIDE-Combustíveis nas operações de importação ou de aquisição no mercado interno de nafta petroquímica."

26. De outra banda, cumpre destacar que o processo de importação da nafta petroquímica é, em geral, submetido a rigoroso controle. A nafta encontra-se entre os produtos sujeitos a licenciamento não automático, estando sujeita a uma anuência prévia por parte da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Esse procedimento se encontra regulamentado pela Portaria ANP nº 32, de 23 de fevereiro de 2000:

"Art. 1º. Fica sujeito à prévia e expressa autorização da ANP a importação de nafta petroquímica.

Parágrafo único. Somente será autorizada a importação de nafta petroquímica que seja destinada ao uso exclusivo como matéria-prima para o processo produtivo de Central de Matéria-Prima Petroquímica.

(...)

Art. 3º. A autorização mencionada no artigo 1º fica condicionada a:

I - cadastramento da empresa ou do consórcio de empresas junto à ANP; e

II - anuência prévia da ANP, para cada carga de nafta petroquímica a ser importada.

(...)

Art. 11. Quando a importação não for realizada diretamente por uma CPQ, o importador deverá instruir a solicitação de anuência prévia para cada carga ou a solicitação de autorização para uma programação semestral, com o pedido de aquisição da nafta petroquímica firmado entre o mesmo e uma CPQ."

27. Portanto, as licenças de importação de nafta somente são deferidas para as empresas cadastradas junto à ANP. Essas empresas não precisam ser, necessariamente, Centrais Petroquímicas, bastando que importem sob a condição de que a nafta será destinada a uso exclusivo no processo produtivo de uma Central, comprovando isso mediante contrato firmado entre esta e aquela.

28. Ou seja, esse procedimento para concessão da licença já possibilita presumir que a importação foi efetuada por uma empresa autorizada pela ANP e que terá como destino uma central petroquímica, sendo a operação tributada à alíquota zero regularmente, o que não impede o controle a posteriori efetuado pelos órgãos competentes.

Conclusão

29. Em face do exposto, e com o respaldo de diversos acórdãos recentemente publicados pelo CARF, conclui-se:

a) A importação de nafta petroquímica, independentemente da pessoa do importador, desde que comprovada a transferência do produto a uma central petroquímica e sua posterior utilização na elaboração de produtos diversos de gasolina e de óleo diesel, está sujeita à alíquota zero da CIDE-Combustíveis estabelecida pelo art. 1º do Decreto nº 4.940, de 2003;

b) Caso a pessoa jurídica importadora de nafta petroquímica com aplicação da desoneração fiscal em lume utilize-a na produção própria de gasolina ou de óleo diesel, ou a venda para pessoa jurídica que não seja central petroquímica, a pessoa jurídica importadora estará obrigada ao pagamento do tributo não pago e das penalidades cabíveis na condição de contribuinte, pois jamais poderia ter aplicado a redução de alíquota estabelecida pelo art. 1º do Decreto nº 4.940, de 2003.

c) Caso a central petroquímica que adquiriu da pessoa jurídica importadora a nafta petroquímica importada sob o amparo da redução tributária em análise a utilize na produção de gasolina ou de óleo diesel, a central petroquímica será penalizada nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 1º do Decreto nº 4.940, de 2003.

d) A produção residual de gasolina ou de óleo diesel no processo produtivo de uma central petroquímica, em volume igual ou inferior a 12% do volume total de produção, não caracteriza destinação para a formulação desses combustíveis, nos termos dos § 1º do Decreto nº 4.940, de 2003.

À consideração superior.

AGATHA PINHEIRO LIEBSCHER
Auditora-Fiscal da RFB

De acordo. À consideração do Coordenador da Cotex.

RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO
Auditor-Fiscal da RFB
Chefe da Direi

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral da Cosit.

JOÃO HAMILTON RECH
Auditor-Fiscal da RFB
Coordenador da Cotex

De acordo. À consideração do Subsecretário de Tributação e Contencioso.

FERNANDO MOMBELLI
Auditor-Fiscal da RFB
Coordenador-Geral de Tributação

De acordo. À consideração do Secretário da Receita Federal do Brasil.

PAULO RICARDO DE SOUZA CARDOSO
Auditor-Fiscal da RFB
Subsecretário de Tributação e Contencioso

Aprovo. Publique-se no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID
Secretário da Receita Federal do Brasil

SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre o encerramento do Processo Aduaneiro de Investigação de Origem instaurado por meio do ADE Coana no 18/2014.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 129, inciso IV, da Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 23, Anexo 13, do Acordo de Complementação Econômica nº 35, internalizado por meio do Decreto no 2.075, de 19 de novembro de 1996, e nos artigos 19, 20 e 26, da Instrução Normativa SRF nº 149, de 27 de março de 2002, declara:

Art. 1º Concluído, com base no Relatório Fiscal Coana/Cotad/Divom nº 1, de 20 de março de 2015, o Processo Aduaneiro de Investigação de Origem das mercadorias: Di Octil Adipato (DOA, Naladi/SH 2917.12.20); Ácido Fumárico (Naladi/SH 2917.19.30); Di Butil Maleato (DBM, Naladi/SH 2917.19.90); Ortoftalato de Dioctilo (DOP, Naladi/SH 2917.32.00); Ortoftalato de Dinonila (DINP, Naladi/SH 2917.33.00); Ortoftalato de Didecila (DIDP, Naladi/SH 2917.33.00); Di Iso Propil Heptil Ftalato (DPHP, Naladi/SH 2917.33.00); Di Iso Butil Ftalato (DIBP, Naladi/SH 2917.34.00); Ortoftalato de Dibutilo (DBP, Naladi/SH 2917.34.00); Anhidrido Ftálico (Naladi/SH 2917.35.00); Tri Octil Trimeliato (TOTM, Naladi/SH 2917.39.90) e Tri Octil Trimeliato-E (TOTM-E, Naladi/SH 3812.20.00), fabricadas e exportadas pela empresa chilena Panimex Quimica S.A., aberto por meio do ADE nº18, de 25 de setembro de 2014.

Art. 2º Desqualificada, total ou parcialmente, conforme indicação, a origem chilena dos plastificantes referentes aos Certificados de Origem relacionados no Anexo I, com consequente denegação do tratamento tributário preferencial, por não cumprimento do requisito específico para qualificação de origem exigido para as mercadorias dos capítulos 28 e 29, disposto no Apêndice 1, do Anexo 13 ao Acordo de Complementação Econômica nº 35.

Art. 3º Fica mantida a preferência tarifária para futuras importações do mesmo produto e produtor, desde que cumpridas as regras do Anexo 13 do Acordo de Complementação Econômica no 35.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO

ANEXO I
PRODUTOS COM ORIGEM DESQUALIFICADA

Certificado de Origem	Produto	Tipo de desqualificação da origem do produto
250109 de 2010	DBM	Total
251897 de 2010	DOP	Total
252320 de 2010	TOTM	Total
252980 de 2010	DBM	Total
253064 de 2010	DOP e DOA	Total
253376 de 2010	DOP	Total
255889 de 2010	TOTM	Total
261642 de 2010	DBM	Total
263072 de 2010	DOP	Total
263150 de 2010	TOTM	Total
263371 de 2010	Anidrido Ftálico	Total
264557 de 2010	DOP e TOTM	Total
264656 de 2010	DOP	Total
264657 de 2010	DOP	Total
264659 de 2010	DOP	Total
264729 de 2010	TOTM	Total
265903 de 2010	DOP	Total
265908 de 2010	DOP e DOA	Total
266721 de 2010	DOP	Total
266722 de 2010	DOP	Total
266836 de 2010	TOTM	Total
267436 de 2010	DBM	Total
268537 de 2010	TOTM	Total
269630 de 2010	TOTM	Total
275296 de 2011	TOTM	Total
275297 de 2011	TOTM	Total
278389 de 2011	TOTM	Total
279391 de 2011	TOTM	Total
279301 de 2011	DBM	Total
279743 de 2011	TOTM	Total
279840 de 2011	DOA e DBM	Total
281258 de 2011	DOP	Total
281375 de 2011	Anidrido Ftálico	Total
281431 de 2011	Anidrido Ftálico	Total
281432 de 2011	DOP	Total
281445 de 2011	DIBP	Total
281446 de 2011	DIBP	Total
281448 de 2011	DOP	Total
282151 de 2011	Anidrido Ftálico	Total
282152 de 2011	DIBP	Total
282153 de 2011	DOP	Total
282481 de 2011	DOP	Total
282505 de 2011	Anidrido Ftálico	Total

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

282508 de 2011	DIBP e TOTM	Total
282994 de 2011	Anidrido Ftálico	Total
282998 de 2011	DIBP	Total
282999 de 2011	DOP	Total
283479 de 2011	DOP	Total
283494 de 2011	Anidrido Ftálico	Total
284793 de 2011	DOP	Total
284794 de 2011	Anidrido Ftálico	Total
284795 de 2011	DOP	Total
284866 de 2011	DBM	Total
284867 de 2011	DIBP	Total
284870 de 2011	Anidrido Ftálico	Total
284908 de 2011	Anidrido Ftálico	Total
285077 de 2011	DOP	Total
285078 de 2011	Anidrido Ftálico	Total
285723 de 2011	DOP, DIBP e TOTM	Total
285724 de 2011	Anidrido Ftálico	Total
285725 de 2011	Anidrido Ftálico	Total
286411 de 2011	DOP	Total
286414 de 2011	DIBP	Total
286415 de 2011	DOP e Anidrido Ftálico	Total
286869 de 2011	DOP	Total
286983 de 2011	DPHP e DIBP	Total
287102 de 2011	DOP	Total
287103 de 2011	DIBP	Total
287417 de 2011	DOA	Total
287421 de 2011	TOTM	Total
289373 de 2011	DBM	Total
289679 de 2011	DOA	Total
290606 de 2011	TOTM	Total
291598 de 2011	TOTM	Total
292076 de 2011	DOP	Parcial (33.350kg)
292078 de 2011	TOTM	Total
294877 de 2011	TOTM	Total
295365 de 2011	TOTM	Total
297456 de 2011	DBM e TOTM	Total
297679 de 2011	TOTM	Total
298703 de 2011	DBM	Total
299245 de 2011	DOA	Total
300604 de 2012	DOP	Total
300673 de 2012	DOP	Total
303459 de 2012	DIBP	Total
303643 de 2012	DBM	Total
305546 de 2012	DOA	Total
307356 de 2012	TOTM	Total
310148 de 2012	DOA	Total
313755 de 2012	DOA	Total
326035 de 2013	DOP e DOA	Total
340533 de 2013	DBM	Total
342324 de 2013	DBM	Total
343473 de 2013	DBM	Total
343476 de 2013	DBM	Total
355491 de 2014	DBM	Total
355798 de 2014	DBM	Total

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 118, DE 9 DE ABRIL DE 2015

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720433/2015-76 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca Chevrolet, modelo Step Van, ano 1997, cor branca, chassi 1GBHP32R6V3307629, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 98/0125515-3, de 09/02/1998, pela Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, de propriedade da Embaixada dos Estados Unidos da América, CNPJ: 03.874.311/0001-78.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 119, DE 9 DE ABRIL DE 2015

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720524/2015-10 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca VOLVO, modelo XC90, ano 2011, cor preta, chassi YV1CZ9556C1619785, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 11/2369495-0, de 14/12/2011, pela Alfândega do Porto de Santos, de propriedade da Sra. Helene Anna Stina Oberg, CPF: 042.385.128-47.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 132, DE 15 DE ABRIL DE 2015

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720543/2015-38 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca BMW, modelo X1 SDRIVE1.8I VL31, ano 2011, cor marrom, chassi WBAVL3106CVS02312, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 11/2101810-8, de 07/11/2011, pela Alfândega no Porto de Santos, de propriedade do Sr. Jorge Semedo Colares Alturas, CPF: 701.315.611-62.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 60, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Declara BAIXADA de ofício a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por motivo de registro cancelado na Junta Comercial/PE.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM RECIFE (PE), no uso das atribuições que lhe confere o Art. 303 da Portaria MF nº 203, de 14 de Maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 27, inciso IV e artigo 31, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30/05/2014 e no processo administrativo nº 19647.007546/2009-61, resolve:

Art. Único. Tornar baixada a inscrição no CNPJ número 12.793.089/0001-70, da empresa individual JOAO BATISTA RODRIGUES DA SILVA, com registro cancelado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, a partir de 01/10/2005.

EMÍLIO GERMANI JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Cancela o Ato Declaratório SRRF/6ªRF nº 01, de 21 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2013.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, os arts. 7º, 11 a 13 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, o §1º do art. 19, da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 4 de novembro de 2011, e os arts. 30 e 34 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011 e, considerando o que consta dos autos do processo administrativo nº 10640.721680/2012-69, declara:

Art. 1º - Extinto o alfandegamento do Terminal de Cargas do Aeroporto Itamar Franco, na cidade de Goianá, Minas Gerais, cancelando, a partir da rescisão contratual, o ADE SRRF/6ªRF nº 01 de 21 de junho de 2013;

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HERMANO LEMOS DE AVELLAR MACHADO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA - SACAT, no uso de suas atribuições previstas no art. 243 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas: AGUIAR VILLELA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME, CNPJ 19.324.078/0001-90, JOALPA EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA, CNPJ 19.009.802/0001-90, SORANÇO MÁRMORES E GRANITOS LTDA - EPP, CNPJ 21.551.817/0001-28, ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO DIPLOMATA LTDA, CNPJ 25.502.154/0001-02, SIOTECH AR CONDICIONADO EIRELI - ME, CNPJ 42.821.603/0001-02, CONFECÇÕES DONDOKA LTDA - EPP, CNPJ Nº 00.494.398/0001-60, em virtude do inadimplemento de parcelas, inciso I, do art. 7º da Lei nº 10.684, de 2003, caracterizado pela manutenção de pagamento de percela ínfima, incapaz de quitar o débito, mesmo após intimação para regularização.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora, no endereço: Avenida Barão do Rio Branco, n.º 372, bairro Manoel Honório, Juiz de Fora/MG, CEP 36045-120.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO BRANDÃO DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATORIO EXECUTIVO Nº 8, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Baixa de ofício inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012 e art. 4º, inciso VII, da Portaria DRF/VAR nº 3/2015, considerando o que consta no processo administrativo nº 10660.722192/2014-01, com fundamento no art. 27, inciso IV e art. 31, § 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º - Baixada a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de nº 64.322.514/0001-46 do contribuinte TRANSPORTES OLICAN LTDA.

NEWTON KLEBER DE ABREU JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO-ANTÔNIO CARLOS JOBIM

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo n° 3, de 06/04/2015, publicado no DOU de 08 de abril de 2015, seção 1, página 66;

Onde se lê "ALDEMAR NOREK DE OLIVEIRA"
Leia-se "ALDEMAR NOREK DE OLIVEIRA LIMA"
Onde se lê "PRISCILLA ARAÚJO ALMEIDA MONET"
Leia-se "PRISCILLA ARAÚJO ALMEIDA MORET"
Onde se lê "CARLOS RUBENS PEREIRA ANDRADE"
Leia-se "CARLOS RUBEM PEREIRA ANDRADE"

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 111, DE 9 DE ABRIL DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.038856/0315-68

NOME EMPRESARIAL: VIAÇÃO CIDADE DO AÇO LTDA.

CNPJ Nº 28.670.958/0001-09

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 27/03/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 116, DE 9 DE ABRIL DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.038861/0315-71

NOME EMPRESARIAL: GADOTTI CAR SERRALHERIA LTDA. - ME

CNPJ Nº 04.020.125/0001-34

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 31/03/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 118, DE 9 DE ABRIL DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.041396/0315-55

NOME EMPRESARIAL: ACP PROMOCOES E MARKETING LTDA. - EPP

CNPJ Nº 40.254.831/0001-04

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 31/03/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 119, DE 9 DE ABRIL DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.041399/0315-99

NOME EMPRESARIAL: PÃO DE AÇÚCAR EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS S.A.

CNPJ Nº 42.274.233/0001-22

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 01/04/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 121, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.002037/0415-45

NOME EMPRESARIAL: BANCO PAULISTA S.A.

CNPJ Nº 61.820.817/0001-09

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 06/04/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 122, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.002038/0415-90

NOME EMPRESARIAL: REAL PERFIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ Nº 69.179.448/0001-10

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 06/04/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 123, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.002046/0415-36

NOME EMPRESARIAL: CWI SOFTWARE LTDA.

CNPJ Nº 00.607.819/0001-11

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 07/04/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 124, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.002049/0415-70

NOME EMPRESARIAL: UP ASSET PEPE HOTEL LTDA.

CNPJ Nº 18.638.713/0001-40

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 07/04/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 125, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.041401/0315-20

NOME EMPRESARIAL: METALÚRGICA VALENÇA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ Nº 10.560.694/0001-75

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 01/04/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 126, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.335/2013.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO (DOSSIÊ): 10010.041402/0315-74

NOME EMPRESARIAL: SR PRODUÇÕES E MARKETING LTDA. - EPP

CNPJ Nº 31.246.002/0001-99

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 01/04/2015

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º -O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º -A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º -A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º -Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

RETIFICAÇÃO (*)

No Art. 1º do ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/GRU Nº 14, de 30 de março de 2015, publicado no Diário Oficial da União nº 62, de 1 de abril de 2015, Seção 1, página 44,

Onde se lê:

"Art. 1º.....CPF nº 075.717.768....."

Leia-se:

"Art. 1º.....CPF nº 075.717.468-09....."

(*) Republicada por ter saído no DOU de 15-4-2015, Seção 1, pág. 16, com incorreção no original.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Declara inapta a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do Art 302 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria Ministério de Fazenda (MF) nº 203, de 14 de maio 2012, considerando o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1183, de 19 de agosto de 2011, e tendo em vista o disposto no processo administrativo n° 18088.720.186/2014-73 e com fundamento no inc. II do art. 37, no inc. I e § 3° do art. 39 e no art. 43 da IN-RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica de número 01.680.082/0001-25, da empresa: ALLENDE & NOGUEIRA COMERCIO DE ROUPAS LTDA ME, desde a data de publicação deste Ato, em razão desta não ter sido localizada no endereço informado no referido cadastro.

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica acima referida, a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DE LOURDES MARTINS OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Declara baixada a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas- CNPJ -da empresa que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA - SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do Art 302 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria Ministério da Fazenda (MF) n° 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 27 e 29, da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 30 de maio de 2014,e face ao constante no processo administrativo nº 18088.720.248/2014-47 declara:

Art. 1º Baixada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, em razão de constatação da inexistência de fato, da empresa: COMERCIAL MASTER IMPORTACÃO E EXPORTAÇÃO TAQUARITINGA LTDA ME, CNPJ :10.277.748/0001-90, conforme alíneas b do inciso II, do artigo 27 da Instrução Normativa 1.470 de 30/05/2014.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DE LOURDES MARTINS OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Cancela a inscrição no Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ-SP, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010, pela IN RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010 e pela IN RFB nº 1.153, de 11 de maio de 2011, conforme o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, fundamentados na alínea "d" do inc. VI do art. 150, da Constituição Federal, em face do que consta nos processos nº 10805.000544/2010-40 e 13820.720226/2015-11, declara:

Art. 1º - Cancelado o número do Registro Especial do estabelecimento abaixo indicado, na atividade de Usuário - UP 08114/00103 concedido pelo ADE nº 018/2011.

INTERESSADO:VBNEWS EDITORA DE JORNAIS E LIVROS LTDA
CPF/CNPJ:67.668.541/0001-63
ENDEREÇO:RUA GENERAL OSÓRIO, Nº 177 - BAIRRO SANTA PAULA
CEP: 09541-320 - SÃO CAETANO DO SUL - SP

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS FERNANDO RIBAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 9 DE ABRIL DE 2015

Declara inscrição no registro especial instituído pelo Decreto-lei nº 1.593/77, e nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945/2009 - empresas jornalísticas ou editoras e gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP, no uso da competência estabelecida por intermédio da Instrução Normativa (IN) RFB nº 976, de 07 de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 08 de dezembro de 2009, declara:

1. - Inscrita no Registro Especial instituído pelo Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945/2009, com a regulamentação dada pela IN-RFB nº 976/09, o estabelecimento abaixo discriminado:

Nome Empresarial: RAÍZES GRÁFICA E EDITORA LTDA

Endereço: Rua Marcolino Barreto nº 1065 - Bairro: Vila Anchieta - CEP- 15090-190

Cidade : São José do Rio Preto - SP

C.N.P.J. Nº: 08.319.289/0002-07

Registro Especial nº: GP/08107/00174

Processo administrativo nº: 10850.720.257/2015-51

Atividade: GRÁFICA - IN RFB nº 976/09, art. 1º, § 1º, inciso V.

2 - A empresa supra se obriga a:

2.1 - Comunicar à autoridade concedente as futuras alterações nos elementos constantes no artigo 3º da IN-SRF nº 976/2009, encaminhando cópia dos atos de alteração no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua efetivação ou quando for o caso, do arquivamento no registro do comércio.

2.2 - Entregar no prazo previsto na legislação, a Declaração Especial de Informações relativas ao controle de papel imune (DIF), consoante artigos 10 a 13 da IN-RFB nº 976/2009.

2.3 - Cumprir pontualmente suas obrigações tributárias e acessórias relativas aos tributos federais.

SERGIO LUIZ ALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 97, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Concede cancelamento da co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.720169/2014-08, declara:

Art. 1º Concedido para a empresa SANTA RITA COMÉRCIO E INSTALAÇÕES LTDA, CNPJ nº 86.365.350/0001-77 o cancelamento da co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), relativa ao projeto Projetos de Transmissão de Energia Elétrica relativos à construção: I) da Linha de Transmissão Lechuga - Jorge Teixeira e II) da Subestação Lechuga, concedida por meio do Ato Declaratório Executivo nº 17, de 28 de janeiro de 2014, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Florianópolis-SC, publicado no Diário Oficial da União de 07/02/2014, seção 1, fl. 37.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU, surtindo efeitos a partir de 9 de abril de 2015.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 98, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.721119/2015-11, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa CENTRAL EÓLICA CACIMBAS LTDA, CNPJ nº 13.389.543/0001-94 para o projeto EOL CACIMBAS 1 (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.040, de 27 de janeiro de 2015) com enquadramento ao Reidi aprovado pela Portaria nº 122 e seu Anexo, de 30 de março de 2015, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, de sua titularidade com período de execução previsto de 01/10/2014 a 01/06/2016.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 99, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.721120/2015-45, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa USINA GERADORA EÓLICA SANTA MÔNICA SPE II LTDA, CNPJ nº 16.849.271/0001-56 para o projeto EOL Ouro Verde (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.023, de 20 de janeiro de 2015), com enquadramento ao Reidi aprovado pela Portaria nº 123 e Anexo, de 30 de março de 2015, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, de sua titularidade com período de execução previsto de 01/10/2014 a 31/07/2016

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 100, DE 15 DE MARÇO DE 2015

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.721121/2015-90, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa USINA GERADORA EÓLICA SANTA MÔNICA SPE LTDA, CNPJ nº 12.445.328/0001-09 para o projeto EOL Santa Mônica I (autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.022, de 20 de janeiro de 2015), com enquadramento ao Reidi aprovado pela Portaria nº 124 e Anexo, de 30 de março de 2015, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, de sua titularidade com período de execução previsto de 01/10/2014 a 06/06/2016.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 101, DE 15 DE MARÇO DE 2015

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.721122/2015-34, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa CENTRAL EÓLICA TRAIRÍ II LTDA, CNPJ nº 09.265.464/0001-02 para o projeto EOL Estrela (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.041, de 27 de janeiro de 2015), com enquadramento ao Reidi aprovado pela Portaria nº 125 e Anexo, de 30 de março de 2015, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia de sua titularidade com período de execução previsto de 01/10/2014 a 16/07/2016.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 1º DE ABRIL DE 2015

Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de GRÁFICA.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA- PR, no uso da delegação delegada pelo artigo 5º. Inciso I da Portaria DRL/LON nº. 54 de 20 de agosto de 2012, publicada no DOU nº. 243, de 18/12/2012, com base no Inciso IX do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (Portaria MF nº. 203, de 14/05/2012), tendo em vista o disposto no artigo 150, inciso VI, alínea "d", da Constituição Federal , combinados com os artigos 18 e 328 do Decreto nº. 7.212, de 15/06/2010, que regulamenta a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, nos termos da Instrução Normativa RFB nº. 976, de 07 de dezembro de 2009 e face ao que consta do Processo Administrativo nº. 13907.720006/2015-20, Declara:

Art.1º. Inscrita no registro especial sob nº. GP-09102/00205, o estabelecimento abaixo indicado, que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, nas atividades desenvolvidas de Gráfica (GP) :

GRAFMIX GRÁFICA E EDITORA LTDA - ME.

CNPJ Nº. 21.670.065/0001-14.

AV. ITAMARATI, Nº. 1030 - GALPÃO B - JD. ALTO DA BOA VISTA.

CEP. 86600-190 - ROLÂNDIA - PR.

Art.2º. O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na Instrução Normativa RFB nº. 976, de 07 de dezembro de 2009.

Art.3º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data da sua publicação.

ROBERTO MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Cancelamento do Registro Especial de Papel Imune.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA GROSSA - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2° da Instrução Normativa RFB n° 976, de 07/12/2009, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.011, de 23/02/2010 e Instrução Normativa RFB n.º 1.048 de 29/06/2010, declara:

Art. 1º - O cancelamento, a pedido da empresa, da inscrição do contribuinte aqui relacionada no Registro Especial de PAPEL IMUNE, de que trata a Instrução Normativa SRF nº 976, de 07/12/2009, que disciplina procedimentos referentes à análise de pedidos de Registro ao Regime Especial para estabelecimento que realize operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, instituído pelo art. 1º, da Lei n. º 11.945, de 04/06/2009:

Nome Empresarial	INDÚSTRIA PONTAGROSSENSE DE ARTES GRÁFICAS LTDA
CNPJ	80.242.357/0001-15
Processo	10940.001951/2001-29
Atividade	Gráfica: impressor de livros, jornais e periódicos.
Número do Registro Especial	GP-09104/00018
Ato Declaratório Executivo de Concessão	15/2011, de 21/06/2011

Art. 2°- Fica revogado parcialmente o Ato Declaratório Executivo de concessão referenciado, com relação a exclusão específica da empresa acima mencionada da relação de empresas que compõem o referido ADE.

Art 3°. Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data da publicação.

GUSTAVO LUIS HORN

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Declara a nulidade do ato cadastral que menciona junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO - RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14.05.2012, publicada no DOU de 17.05.2012, com fundamento no

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

artigo 33, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30.05.2014, e tendo em vista o que consta no processo nº 11065.721092/2015-11, declara:

Art. 1º Anulada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda a inscrição nº 19.228.627/0001-22, em nome de ORLANDO FONTES JUNIOR 88605086572, por ter sido constatada a ocorrência de vício no ato de inscrição cadastral, conforme apurado no processo administrativo nº 11065.721092/2015-11.

Art. 2º Este Ato Declaratório somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União, tendo eficácia retroativa à data da inscrição anulada, qual seja, 09 de novembro de 2013.

LUIZ FERNANDO LORENZI

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 201, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 16.04.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h00 às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h00, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 17.04.2015;

V - data da liquidação financeira: 17.04.2015;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)	Adquirente
LTN	100000	01.10.2015	167	8.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.07.2017	806	1.500.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2019	1.355	3.000.000	1.000,000000	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, e do Ato Normativo Conjunto nº 30, de 30 de janeiro de 2015, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 29, de 6 de fevereiro de 2013, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 16.04.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 17.04.2015;

V - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)
LTN	100000	01.10.2015	167	1.600.000	1.000,000000
LTN	100000	01.07.2017	806	300.000	1.000,000000
LTN	100000	01.01.2019	1.355	600.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 5º do Ato Normativo Conjunto nº 29, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 5º, § 1º, do Ato Normativo Conjunto nº 29, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 202, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Notas do Tesouro Nacional, série F, NTN-F, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 16.04.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h00 às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h00, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 17.04.2015;

V - data da liquidação financeira: 17.04.2015;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)	Adquirente
NTN-F	950199	01.01.2021	10,0%	2.086	4.000.000	1.000,000000	Público
NTN-F	950199	01.01.2025	10,0%	3.547	4.500.000	1.000,000000	Público

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, e do Ato Normativo Conjunto nº 30, de 30 de janeiro de 2015, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 29, de 6 de fevereiro de 2013, que consistirá na aquisição de NTN-F com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 16.04.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 17.04.2015;

V - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)
NTN-F	950199	01.01.2021	10,0%	2.086	800.000	1.000,000000
NTN-F	950199	01.01.2025	10,0%	3.547	900.000	1.000,000000

§ 1º. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

§ 2º. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 5º do Ato Normativo Conjunto nº 29, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 5º, § 1º, do Ato Normativo Conjunto nº 29, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 6, DE 15 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 10, inciso VI c/c o art. 21, § 3º da Portaria MI nº 544, de 20 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 25 subsequente, resolve:

Art. 1º Tornar público que as Metas Institucionais, calculadas com base no disposto no § 3º do art. 22 da Portaria MI nº 544, de 20 de setembro de 2012, referentes à Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE propostas no Anexo I da Portaria MI nº 464, de 30 de dezembro de 2014, publicada no DOU nº 3, de 6 de janeiro de 2015, Seção 1, para vigorarem no período de 1º de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015, foram alcançadas em 100% (cem por cento).

Art. 2º Divulgar que a parcela da GDPGPE paga em decorrência do resultado da Avaliação de Desempenho Institucional (Metas Globais e Intermediárias) aferido no 6º Ciclo de Avaliação corresponde a 80 (oitenta) pontos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2015.

LAERCIO ROBERTO LEMOS DE SOUZA

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 63, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	Lábrea	Inundações - 1.2.1.0.0	535/2015	13/03/15	59050.000412/2015-91
ES	Jaguaré	Estiagem - 1.4.1.1.0	006	29/01/15	59050.000187/2015-93
MA	Bequimão	Estiagem - 1.4.1.1.0	002	27/02/15	59050.000354/2015-04
MG	Buenópolis	Estiagem - 1.4.1.1.0	125/2015	20/03/15	59050.000397/2015-81
MG	Itacambira	Estiagem - 1.4.1.1.0	10	09/03/15	59050.000369/2015-64
MG	Jaíba	Seca - 1.4.1.2.0	717/2015	02/03/15	59050.000401/2015-10
MG	Santo Antônio do Retiro	Estiagem - 1.4.1.1.0	010/2015	19/03/15	59050.000415/2015-25
MG	Santo Hipólito	Estiagem - 1.4.1.1.0	08/2015	10/03/15	59050.000366/2015-21
MG	Urucuia	Estiagem - 1.4.1.1.0	007/2015	25/02/15	59050.000400/2015-67
SE	Carira	Seca - 1.4.1.2.0	717/2015	11/03/15	59050.000389/2015-35

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

62ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO
CONSULTA Nº 08700.010488/2014-01
Consulente: International Finance Corporation - IFC
Advogados: Hector Gomez Ang e Taciana Fonseca Marques

Relator: Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da Consulta e emitiu manifestação afirmando que a natureza jurídica da International Financial Corporation (IFC) não afasta a incidência da legislação antitruste brasileira quanto à notificação dos atos de concentração econômica firmados pelo referido organismo internacional, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Decisão: O Plenário, por maioria, conheceu da Consulta e manifestou-se no sentido da necessidade de notificação de contrato associativo, desde que preenchidos os requisitos constantes da Resolução nº 10/2014. Vencida a Conselheira Ana Frazão no tocante ao conhecimento do processo e o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo, que votou pela não obrigatoriedade de submissão da operação, considerando as informações trazidas pelas Consulentes.

Brasília, 16 de abril de 2015.
ANDREIA TEIXEIRA BORGES
Coordenadora Processual
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 16 de abril de 2015

Nº 10. Processo Administrativo nº 08012.001286/2012-65.Representante: Cade ex officio.Representado: Copagaz Distribuidora de Gás S.A.Advogados: Fernando de Oliveira Marques e outros. Acolho a

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nota Técnica nº 27/2015/CGAA6/SGA2/SG/CADE, aprovada pelo Coordenador-Geral de Análise Antitruste 6, Dr. Ravvi Augusto de Abreu Coutinho Madruga, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 27/2015/CGAA6/SGA2/SG/CADE, e nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 156, §1º do Regimento Interno do Cade, decido pelo encaminhamento dos presentes autos ao Tribunal Administrativo do Cade, opinando-se pela condenação do Representado Copagaz Distribuidora de Gás S.A., por entender que suas condutas configuraram infração à ordem econômica nos termos do artigo 36, I c/c o §3º, II, do mesmo artigo, da Lei n.º 12.529/11, recomendando-se, ainda, a aplicação de multa por infração à ordem econômica, nos termos do art. 38 da Lei nº 12.529/11.

Nº 15. Autos Públicos nº 08700.003447/2015-40 (relacionado à Averiguação Preliminar nº 08012.003185/2007-61). Representante: Ministério Público do Estado do Mato Grosso. Representados: Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Mato Grosso - Sindipetroleo; José Fernando Chaparro; Bruno Borges; Marcos Rosendo da Silva; Edson Lincoln Alvarez Rocha; Waldir Chechet Junior; Laura Cristina de Lima Souza; Orisvaldo Jiacomini; Paulo Roberto da Costa Passos; Benedito Pedro Gonçalves; Luiz Carlos Galvan; Gérsio Marcelino Mendonça Júnior; José Roberto Borges Porto; Marli Isabel Tiecher; Nilson Roberto Teixeira; Carlos Simarelli Júnior; Elias Vanin; Artur Abrão Abdo; Antônio Carlos de Abreu; Daniel Locatelli; Nosso Posto; Posto de Combustível Santa Marta; Free Comércio de Combustíveis; M.A Comércio de Combustíveis Ltda.; Auto Posto Atacadão Ltda.; Auto Posto Vitória Ltda.; Rosendo Comércio de Combustíveis; Posto da Avenida XV de Novembro; Rede de Postos Santa Maria Ltda.; Posto da Av. Filinto Müller, 1717; Posto Nova Esperança; Posto Free; Posto Ponte Nova Ltda.; Auto Posto Pindorama Ltda.; Gonçalves & Gonçalves A.P. CBA Ltda.; Paradise Auto Posto Cuiabá Ltda.; Panamericano Auto Posto Cuiabá Ltda.; Papai Auto Posto Cuiabá Ltda.; Comercial Amazônia de Petróleo Ltda.; Posto Locatelli; Castoldi Park Auto Posto Ltda.; Castoldi Auto Posto 10 Ltda.; Castoldi Comércio de Petróleo Ltda.; Castoldi & Castoldi Ltda.; Jaboque Comércio e Derivados de Petróleo Ltda.; Teixeira & Pereira Ltda.; América Auto Posto I, Matriz; Posto América; Teixeira & Scalossi; Petrobras Distribuidora S.A.; Jacar Distribuidora de Petróleo; Watt Distribuidora Brasileira de Combustíveis e Derivados de Petróleo; Petroluz Distribuidora Ltda.; Idaza Distribuidora de Petróleo Ltda.; Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga (atualmente Ipiranga Produtos de Petróleo S/A); Simarelli Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda.; Vitória Petros Distribuidora de Combustíveis e Derivados de Petróleo Ltda.; N. Posto Distribuidora de Combustíveis e Derivados de Petróleo Ltda.
Acolho a Nota Técnica nº 26/2015/CGAA6/SGA2/SG/CADE, aprovada pelo Coordenador-Geral de Análise Antitruste 6, Dr. Ravvi Augusto de Abreu Coutinho Madruga, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 26/2015/CGAA6/SGA2/SG/CADE, primeiramente, pela convolação da presente Averiguação Preliminar em Inquérito Administrativo, nos termos do artigo 227 do Regimento Interno do Cade, e pela instauração de Processo Administrativo, nos termos dos arts. 13, V, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/11 c/c. art. 146 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face dos Representados Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Mato Grosso -Sindipetroleo; José Fernando Chaparro; Bruno Borges; Marcos Rosendo da Silva; Edson Lincoln Alvarez Rocha; Waldir Chechet Junior; Laura Cristina de Lima Souza; Orisvaldo Jiacomini; Paulo Roberto da Costa Passos; Benedito Pedro Gonçalves; Luiz Carlos Galvan; Gérsio Marcelino Mendonça Júnior; José Roberto Borges Porto; Marli Isabel Tiecher; Nilson Roberto Teixeira; Carlos Simarelli Júnior; Elias Vanin; Artur Abrão Abdo; Antônio Carlos de Abreu; Daniel Locatelli; Nosso Posto; Posto de Combustível Santa Marta; Free Comércio de Combustíveis; M.A Comércio de Combustíveis Ltda.; Auto Posto Atacadão Ltda.; Auto Posto Vitória Ltda.; Rosendo Comércio de Combustíveis; Posto da Avenida XV de Novembro; Rede de Postos Santa Maria Ltda.; Posto da Av. Filinto Müller, 1717; Posto Nova Esperança; Posto Free; Posto Ponte Nova Ltda.; Auto Posto Pindorama Ltda.; Gonçalves & Gonçalves A.P. CBA Ltda.; Paradise Auto Posto Cuiabá Ltda.; Panamericano Auto Posto Cuiabá Ltda.; Papai Auto Posto Cuiabá Ltda.; Comercial Amazônia de Petróleo Ltda.; Posto Locatelli; Castoldi Park Auto Posto Ltda.; Castoldi Auto Posto 10 Ltda.; Castoldi Comércio de Petróleo Ltda.; Castoldi & Castoldi Ltda.; Jaboque Comércio e Derivados de Petróleo Ltda.; Teixeira & Pereira Ltda.; América Auto Posto I, Matriz; Posto América; Teixeira & Scalossi; Petrobras Distribuidora S.A.; Jacar Distribuidora de Petróleo; Watt Distribuidora Brasileira de Combustíveis e Derivados de Petróleo; Petroluz Distribuidora Ltda.; Idaza Distribuidora de Petróleo Ltda.; Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga (atualmente Ipiranga Produtos de Petróleo S/A); Simarelli Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda.; Vitória Petros Distribuidora de Combustíveis e Derivados de Petróleo Ltda.; N. Posto Distribuidora de Combustíveis e Derivados de Petróleo Ltda., a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento no artigo 20, I, III e IV c/c artigo 21, I, II e XI, ambos da Lei nº 8.884/94, vigente à época dos fatos, correspondentes ao art. 36, incisos I, III e IV e seu §3º, I, II e IX da Lei nº 12.529/2011, na forma do artigo 69 e seguintes da Lei nº 12.529/2011. Notifiquem-se os Representados, nos termos do art. 70 do referido diploma legal, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, os Representados deverão, sob pena de indeferimento, especificar e justificar as provas que pretendem sejam produzidas, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 155 do Regimento Interno do Cade. Caso os Representados tenham interesse na produção de prova testemunhal, deverão indicar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 155, §2º, do Regimento Interno do Cade.

Nº 428. Ato de Concentração nº 08700.002745/2015-12. Requerentes: Precon Industrial S.A. e BRP Indústria Plástica Ltda. Advogados: Leonardo Canabrava Turra, Lucas Spadano, Olavo Zago Chinaglia, Letícia L. Monteiro de Barros e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 426. Ato de Concentração nº 08700.002545/2015-60. Requerentes: Fairfax Financial Holdings Limited e Brit plc. Advogados: Bruno de Luca Drago, Fernanda Harari e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 420. Ato de Concentração nº 08700.002100/2015-80. Requerentes: CSL Limited e NOVARTIS AG. Advogados: Marcelo Calliari, Daniel Oliveira Andreoli, Barbara Rosenberg, Luís Bernardo Coelho Cascão e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 7

DESPACHOS DA COORDENADOR-GERAL
Em 16 de Abril de 2015

Nº 46. Ref.: Processo Administrativo nº 08012.010338/2009-99. Representante: SDE ex officio. Representados: Samsung SDI Co. Ltd., Samsung SDI Brasil Ltda., Samsung SDI (Malaysia) Sdn. Bhd., Shenzhen Samsung SDI Co. Ltd., Tianjin Samsung SDI Co. Ltd., Royal Philips Electronics N.V. , LG Electronics Inc., LP Displays International Ltd., Chunghwa Pictures Tubes Ltd., Matsushita Toshiba Picture Display Co. Ltd., Jae-In Lee, Dong Hoon Lee, Dae Eui Lee, In Hwan Song, Young Chul Haa, Seung Kweon Yang, Gwangsoo Baek, Duckyun Kim, Sangkyu Park. Advogados: Mário Roberto Villanova Nogueira, Bruno De Luca Drago, Camila Castanho Girardi, Camila Pimentel Porto Dona, José Orlando A. Arrochela Lobo, Valdo Cestari de Rizzo, Ana Paula Hubinger Araujo, Sérgio Varella Bruna, Eduardo Cavalcante Gauche, Patricia Agra Araujo, Isadora Postal Telli, Leonardo Peres da Rocha e Silva, José Alexandre Buaiz Neto, Daniel Costa Rebello, Mauro Grinberg, Fabio Alessandro Malatesta dos Santos, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Cristiane Romano Farhat Ferraz, Carlos Amadeu Bueno Pereira, Tito Amaral de Andrade, Heloisa Helena Monteiro de Lima, João Vitor Luke Reis, Carolina Maria Matos Vieira, Leonardo Pimentel Bueno, Bolívar Moura Rocha, Alexandre Ditzel Faraco, José Arnaldo da Fonseca Filho, Alexandre Marcos Martins e outros. Tendo em vista a disponibilização, no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), da documentação relativa aos Termos de Compromisso de Cessação celebrados neste Processo, ficam as Representadas intimadas a se manifestar a respeito, no prazo de 15 (quinze) dias (contados em dobro, nos termos do art. 191 do CPC), sem prejuízo da apresentação de manifestações complementares até o fim da instrução.

Nº 47. Ref.: Processo Administrativo nº 08012.002414/2009-92. Representante: SDE ex officio. Representados: Samsung SDI Co. Ltd., Samsung SDI Brasil Ltda., Samsung SDI (Malaysia) Sdn. Bhd., Shenzhen Samsung SDI Co. Ltd., Tianjin Samsung SDI Co. Ltd., Royal Philips Electronics N.V., Philips do Brasil Ltda., LG Electronics Inc., LG Electronics da Amazônia Ltda., LG Electronics de São Paulo Ltda., LP Displays International Ltd., LP Displays Amazônia Ltda., Chunghwa Pictures Tubes Ltd., Technicolor S.A. (nova denominação da Thomson S.A.), ARV Representações Ltda., MT Picture Display Co. Ltd. (antes Matsushita Toshiba Picture Display Co. Ltd.), Toshiba Corporation, Jae-In Lee, Dong Hoon Lee, Dae Eui Lee, In Hwan Song, Young Chul Haa, Seung Kweon Yang, Mano Salvador Cupello Júnior, Roberta Corazza Tocalino, Letícia Moraes de Oliveira, Gwangsoo Baek, Duckyun Kim, Sangkyu Park, Min Kyu Seo, Francisco de Assis Palma Silva, Sungsik Kim, Leo Mink, José Jorge Duaik, Joel Garbi Junior, João Gordo Ferreira, Roberto Ribeiro da Silva, Seong Dae Lim, Airton Rodrigues Veras. Advogados: Mário Roberto Villanova Nogueira, Bruno De Luca Drago, José Orlando A. Arrochela Lobo, Valdo Cestari de Rizzo, Ana Paula Hubinger Araujo, Sérgio Varella Bruna, Natalia Salazedas Pinheiro da Silveira, Guilherme Farhat de São Paulo Ferraz, Eduardo Cavalcante Gauche, Patricia Agra Araujo, Isadora Postal Telli, Leonardo Peres da Rocha e Silva, José Alexandre Buaiz Neto, Daniel Costa Rebello, Camila Pimentel Porto Dona, Camila Castanho Girardi, Mauro Grinberg, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Fabio Alessandro Malatesta dos Santos, Carlos Amadeu Bueno Pereira de Barros, Marcelo Procópio Calliari, Marta Mitico Valente, Cristiane Romano Farhat Ferraz, Tito Amaral de Andrade, João Vitor Luke Reis, Érica Sumie Yamashita, Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, José Augusto Caleiro Regazzini, Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Carolina Maria Matos Vieira, Leonardo Pimentel Bueno, Bolivar Moura Rocha, Alexandre Ditzel Faraco, José Arnaldo da Fonseca Filho, Marcio Dias Soares, Frederico Carrilho Donas, Ari Marcelo Solon, Rafael Valadares de Almeida Ferreira, Creuza de Abreu Vieira Coelho, Ana Gabriela de Gouvêa D. M. Kurtz, Alexandre Marcos Martins Roupa e outros. Tendo em vista a disponibilização, no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), da documentação relativa aos Termos de Compromisso de Cessação celebrados neste Processo, ficam as Representadas intimadas a se manifestar a respeito, no prazo de 15 (quinze) dias (contados em dobro, nos termos do art. 191 do CPC), sem prejuízo da apresentação de manifestações complementares até o fim da instrução.

Nº 48. Ref.: Processo Administrativo nº 08700.010979/2013-71. Representante: CADE ex officio. Representados: Orion Electric Corporation Ltd., Cheng Yuan Lin e Wen Jun Cheng. Tendo em vista a disponibilização, no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), da documentação relativa aos Termos de Compromisso de Cessação celebrados neste Processo, ficam as Representadas intimadas a se manifestar a respeito, no prazo de 15 (quinze) dias (contados em dobro, nos termos do art. 191 do CPC), sem prejuízo da apresentação de manifestações complementares até o fim da instrução.
Nº 49. Ref.: Processo Administrativo nº 08700.010731/2013-00. Representante: CADE ex officio. Representados: Orion Electric Corporation Ltd., Thai CRT Company Limited, Joon Yong Park, Jeong Il Song, Yang Chen Ren, Shih-Ming Chen, Cheng Yuan Lin, Yasukawa, Tomori, Nishimura, Montri e Kyung Hoon Choi. Tendo em vista a disponibilização, no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), da documentação relativa aos Termos de Compromisso de Cessação celebrados neste Processo, ficam as Representadas intimadas a se manifestar a respeito, no prazo de 15 (quinze) dias (contados em dobro, nos termos do art. 191 do CPC), sem prejuízo da apresentação de manifestações complementares até o fim da instrução.

ADEMIR PICANÇO DE FIGUEIREDO
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.212, DE 26 DE MARÇO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/1257 - DPF/SMA/RS, resolve:
CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0117-29, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
288 (duzentas e oitenta e oito) Munições calibre 12
384 (trezentas e oitenta e quatro) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.260, DE 30 DE MARÇO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/1368 - DPF/STS/SP, resolve:
CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇAS XI DE AGOSTO LTDA, CNPJ nº 18.204.033/0001-19, sediada em São Paulo, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Pistolas calibre .380
2 (dois) Revólveres calibre 38
45000 (quarenta e cinco mil) Espoletas calibre 38
4000 (quatro mil) Gramas de pólvora
45000 (quarenta e cinco mil) Projéteis calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.318, DE 1 DE ABRIL DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/759 - DPF/PCA/SP, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PREVSEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA ME, CNPJ nº 06.126.755/0001-13, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 734/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.378, DE 6 DE ABRIL DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/830 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0002-66, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores e Escolta Armada, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 512/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.402, DE 7 DE ABRIL DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/1398 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:
CONCEDER autorização à empresa SEVITEL SEGURANÇA E VIGILANCIA TRES LAGOAS LTDA ME, CNPJ nº 13.244.070/0001-37, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
18 (dezoito) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.403, DE 7 DE ABRIL DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14691 - DPF/JVE/SC, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SIMES BRASIL SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 11.771.156/0001-92, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2502/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.418, DE 8 DE ABRIL DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/923 - DPF/IJI/SC, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURESP SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA MONITORAMENTO E SEGURANÇA PRIVADA EIRELE ME, CNPJ nº 13.313.248/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 838/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.420, DE 8 DE ABRIL DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/964 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 09.039.434/0001-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 857/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.421, DE 8 DE ABRIL DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/1007 - DPF/CAS/SP, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALTERNATIVA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 08.665.023/0001-27, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 717/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.424, DE 8 DE ABRIL DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/1046 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SCOLTT SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 11.866.801/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 770/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.425, DE 8 DE ABRIL DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/1048 - DPF/VRA/RJ, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INTACTTA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.968.118/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 811/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.427, DE 8 DE ABRIL DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/1517 - DPF/RPO/SP, resolve:
CONCEDER autorização à empresa OBSERVE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.786.273/0001-52, sediada em São Paulo, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1100 (uma mil e cem) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.432, DE 9 DE ABRIL DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/18340 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:
CONCEDER autorização à empresa SKET CURSO DE FORMACAO DE VIGILANTE LTDA ME, CNPJ nº 24.101.156/0001-27, sediada na Paraíba, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Espingardas calibre 12
3 (três) Pistolas calibre .380
6 (seis) Revólveres calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.435, DE 9 DE ABRIL DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/1115 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CAVISA SEGURANÇA & VIGILÂNCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 18.796.634/0001-68, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 704/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.442, DE 10 DE ABRIL DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/1494 - DPF/JZO/BA, resolve:
CONCEDER autorização à empresa PINKERTON'S SECURITY VIGILÂNCIA E SEGURANÇA - EIRELI, CNPJ nº 18.581.289/0001-45, sediada na Bahia, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
100 (cem) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.445, DE 10 DE ABRIL DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14397 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 11.179.264/0001-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores e Escolta Armada, para atuar em Pernambuco com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 626/2015 (CNPJ nº 11.179.264/0001-70); nº 136/2015 (CNPJ nº 11.179.264/0005-02); nº 562/2015 (CNPJ nº 11.179.264/0010-61) e nº 124/2015 (CNPJ nº 11.179.264/0009-28).

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.447, DE 10 DE ABRIL DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/17842 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa METROPOLITANA VIGILÂNCIA COMERCIAL E INDUSTRIAL S/A, CNPJ nº 75.092.593/0001-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 724/2015 (CNPJ nº 75.092.593/0001-62) e nº 2629/2014 (CNPJ nº 75.092.593/0004-05).

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.461, DE 13 DE ABRIL DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/720 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JUIZ DE FORA EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.717.460/0002-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 799/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 33.202, DE 9 DE ABRIL DE 2015.

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.002535/2015-41 - DELESP/SR/DPF/SP, resolve:
Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa PAMIRO COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA , CNPJ/MF nº 54.434.782/0001-04, localizada no Estado de SÃO PAULO.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 33.203, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08350.007222/2015-80 - SR/DPF/MG, resolve:
Autorizar a empresa GARDINER MG SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.562.228/0001-87, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser TRIUNFO SEGURANÇA LTDA.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 15 de abril de 2015

O Secretário Nacional de Justiça, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição, e art. 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014:

Despacho nº 189/2015/DEJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.005877/2015-93
Filme: "CHAPPIE"
Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos

CONSIDERANDO o recurso ao indeferimento da reconsideração da classificação indicativa da obra;

CONSIDERANDO que os conteúdos apresentados no filme podem causar impacto a adolescentes; resolve:

Indeferir o recurso, mantendo a classificação indicativa do filme "Chappie" como "não recomendado para menores de dezesseis anos" por conter violência, drogas e linguagem imprópria.

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o pedido de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009.

Processo Nº 08492.019085/2014-21 - BEATRIZ IRENE PFISTER

DEFIRO o pedido de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009,

Processo Nº 08240.009471/2014-76 - RICARDO APOLINARIO CALZADA CORREA

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, DEFIRO o presente pedido de permanência, vez que restou provado que o(a) estrangeiro(a) mantém a prole brasileira sob sua guarda e dependência econômica, assistindo-a social e moralmente.

Processo Nº 08390.005542/2011-03 - STEVEN JAMES MERSINGER JR, CALEB SAMUEL MERSINGER, NAOMI JEAN MERSINGER e SHANNON ELIZABETH MERSINGER

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ nº 1.700/2011, DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação da residência provisória em permanente, com base no art. 7º da Lei 11.961/2009; abaixo relacionados:

Processo Nº 08376.002003/2011-92 - ZHONGHUA WU
Processo Nº 08505.070449/2014-70 - ALI KANSO
Processo Nº 08711.001487/2011-02 - ENNIO VESCOVINI

DEFIRO o presente pedido de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 06/97 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08505.064997/2011-18 - KOUASSI JANVIER

DEFIRO o presente pedido de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 108/14 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08505.139642/2013-51 - CYPRIEN BRUNO CHARLES HOFFET

DEFIRO o presente pedido de transformação do visto de turista/ temporário em permanente amparado pelo Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009, para SERGIO ESTIVILL, ANA MARIA CASTINEIRAS DE ESTIVILL e BAUTISTA ESTIVILL com base no art 1º, e, para IGNACIO ESTIVILL, por economia processual, com base no art. 6º, 4, ambos do referido Decreto.

Processo Nº 08461.006477/2013-14 - SERGIO ESTIVILL , IGNACIO ESTIVILL , BAUTISTA ESTIVILL e ANA MARIA CASTINEIRAS DE ESTIVILL

À vista de novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato INDEFERITORIO publicado no DOU de 09/04/2013, Seção I, pág. 30, para conceder a permanência com base em Reunião Familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 108/14.

Processo Nº 08460.000249/2010-90 - NADIA BARISLAVOVA VALTCHEV

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 22/06/2012, Seção 1, pág. 29, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08420.016961/2011-68 - JOSE RUIZ RUBIO

Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 13/12/2012, Seção 1, pág. 192, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.049728/2011-21 - SANDRA CRISTINA QUIROZ VILLCA

Determino o ARQUIVAMENTO do presente processo, tendo em vista que o estrangeiro já obteve a permanência definitiva, através do processo nº 08441.001727/2011-98.

Processo Nº 08441.003270/2006-99 - JOSE LUIS CORNELIUS ALONSO

Determino o ARQUIVAMENTO do presente processo, tendo em vista que o estrangeiro já obteve a permanência definitiva, através do processo nº 08505.037997/2012-96.

Processo Nº 08505.085174/2011-26 - ROBERT EDWARD WHITE MENDEZ, ELIAS ARTURO MEZA KAVANAGH e PATRICIA MARILU KAVANAGH

Determino o ARQUIVAMENTO do presente processo, tendo em vista que o estrangeiro já obteve a permanência definitiva, através do processo nº 08505.063845/2013-60

Processo Nº 08321.006233/2009-41 - WILSON CHIPANA QUISPE

INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista o estrangeiro encontrar-se fora do País, inviabilizando a instrução processual.

Processo Nº 08337.003070/2011-91 - RAUL VASQUEZ SANCHEZ

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item IV, abaixo relacionado(s),

Processo Nº 08460.022943/2014-91 - WINSTON DARWIN SANTOS ARISMENDY

Processo Nº 08460.022821/2014-03 - NICOLAS MARTINEZ ALBA

Processo Nº 08501.005550/2014-90 - LUZ ANGELA CORREA RAMIREZ

Processo Nº 08460.012518/2014-94 - MANUEL ALEJANDRO NODARSE MORENO, até 16/08/2015

Processo Nº 08270.021808/2014-66 - DJIBRIL ERNESTO PEREIRA, até 30/08/2015

Processo Nº 08505.053486/2014-13 - ANTONIO MARIA SEXTO YSAIAS DELGADO DE PASQUALE, até 27/06/2014

Processo Nº 08260.007287/2014-53 - SVETLANA PASTUKHOVA, até 17/08/2015

Processo Nº 08286.002513/2014-11 - RUI CELSO GOMES PINTO, até 22/08/2015

Processo Nº 08505.053351/2014-58 - JORGE CABRAL BAPTISTA, até 04/08/2015

Processo Nº 08505.053440/2014-02 - GERARD JOHN ALVA MORALES, até 04/08/2015

Processo Nº 08091.001296/2014-20 - JONATHAN JOSE BARBOSA JAIMES, até 11/07/2015

Processo Nº 08260.007186/2014-82 - N`GOYAMA FERNANDA SEMEDO, até 21/07/2015

Processo Nº 08270.019905/2014-99 - CLARICE ALVES PIRES, até 20/08/2015

Processo Nº 08270.019921/2014-81 - ZANDONAIDE MENDONCA, até 16/08/2015

Processo Nº 08504.010724/2014-14 - NORTON DE ASSUNCAO MANUEL LIZ, até 23/08/2015

Processo Nº 08354.005786/2014-67 - VOLELA DAS DORES DE ALMEIDA ALBERTO, até 21/08/2015

Processo Nº 08364.001020/2014-94 - AILTON DA COSTA OLIVEIRA, até 15/08/2015

Processo Nº 08270.019617/2014-34 - RONNIE ALEXANDRE RAMOS SEMEDO, até 16/08/2015

Processo Nº 08270.019898/2014-25 - SERIFO MAFUGE DJALO, até 02/07/2015

Processo Nº 08444.006604/2014-66 - CESAR AUGUSTO OROZCO HENAO, até 03/08/2015

Processo Nº 08444.006622/2014-48 - PAVLO CHEPLYAKA, até 13/08/2015

Processo Nº 08444.006836/2014-14 - DONGPING DING, até 28/08/2015

Processo Nº 08444.006839/2014-58 - YIN LIU, até 03/08/2015

Processo Nº 08102.005838/2014-67 - LADISLAU DE MORAIS FRANCISCO PASCOAL, até 15/08/2015

Processo Nº 08505.065810/2014-46 - JENNIFER MELISA FLORES, até 09/08/2015

Processo Nº 08505.065728/2014-11 - CARLOS ALBERTO POSSENTI HADLOW, até 21/08/2015

Processo Nº 08444.007595/2014-21 - DANIEL FELIPE SARMIENTO AVILA, até 30/12/2014

Processo Nº 08270.022164/2014-23 - MARIA EUGENIA BARROS N BITNA, até 31/08/2015

Processo Nº 08444.006846/2014-50 - BOTAO LIU, até 08/08/2015

Processo Nº 08444.006897/2014-81 - MARIO STEPHEN VIEGAS PEREIRA BRAVO, até 22/08/2015

Processo Nº 08212.002279/2014-96 - FRANCINELA PATRICIA JUNIOR XAVIER, até 24/08/2015

Processo Nº 08212.002308/2014-10 - VICTOR PEDRO FRANCISCO GOMES, até 21/07/2015

Processo Nº 08212.002314/2014-77 - YOLANDA MASSALA DOMINGOS QUIHONDA, até 18/08/2015

Processo Nº 08212.002317/2014-19 - MANUEL CUEXILA CASSUA, até 05/08/2014

Processo Nº 08212.002320/2014-24 - WILLIAN MATEUS FIGUEIREDO BENDINHA, até 16/08/2015

Processo Nº 08212.004034/2014-01 - MARLENE PEREIRA QUISSOLA, até 11/06/2015

Processo Nº 08212.004045/2014-83 - JUNDO SILVERIO, até 21/08/2015

Processo Nº 08102.006088/2014-41 - WILLIAM OSWALDO SOSA CORREA, até 22/08/2015

Processo Nº 08505.081198/2014-59 - LEOPOLD JOAO CUMBA BRAS, até 28/08/2015

Processo Nº 08506.011644/2014-58 - THIBAUT GERARD PAUL PIERRE, até 07/08/2015

Processo Nº 08458.004836/2014-21 - ALEJANDRA PADILLA GOMEZ, até 28/08/2015

Processo Nº 08102.006117/2014-74 - MARIO ANDERSON MUTUPA, até 05/08/2015

Processo Nº 08286.002290/2014-92 - NADIA LISANDRA NETO MORETRA, até 22/08/2015

Processo Nº 08286.002291/2014-37 - BARBARA ALEXANDRA ANTUNES DA CAMARA, até 22/08/2015

Processo Nº 08286.002293/2014-26 - HERMENEGILDO LUCAS NOBRE, até 22/08/2015

Processo Nº 08286.002295/2014-15 - DOMINGOS DE SOUSA SAMUEL, até 22/08/2015

Processo Nº 08286.002318/2014-91 - MIRENE KARINA DA SILVA UMBA, até 22/08/2015

Processo Nº 08286.002319/2014-36 - MANUELZA LUKENY SANTOS XAVIER DA GAMA, até 22/08/2015

Processo Nº 08286.002320/2014-61 - KAMIA NADIENY DA COSTA AFONSO, até 22/08/2015

Processo Nº 08286.002499/2014-56 - NICKELSON DOS SANTOS PEREIRA FELICIANO, até 22/08/2015

Processo Nº 08460.012419/2014-11 - ZUENIR CLAUDIO DE LIMA VEMBA, até 17/08/2015

Processo Nº 08460.023056/2014-31 - JOÃO PEDRO AGOSTINHO, até 01/07/2015

Processo Nº 08460.022830/2014-96 - GUALTIERO CARTA, até 10/08/2015

Processo Nº 08702.003127/2014-99 - ERICA NECASSI AXITACAO DOS SANTOS, até 20/08/2015

Processo Nº 08501.005749/2014-18 - JIMMY CARTER DA SILVA, até 22/08/2015

Processo Nº 08501.005856/2014-46 - ILEANA LINNETTE ROEDAN OLIVER, até 21/08/2015

Processo Nº 08376.001153/2014-21 - LUIS JONI DA COSTA TILMAN, até 23/05/2015

Processo Nº 08376.001154/2014-76 - JENIFER APRIANI MARTINS XIMENES, até 23/05/2015

Processo Nº 08376.000761/2014-19 - CELINA JOSE FREITAS, até 23/05/2015

Processo Nº 08280.012337/2014-86 - TATIANA IASHUNOVA, até 05/07/2015

Processo Nº 08433.003182/2014-04 - SARA GONZALEZ MARMOL, até 20/04/2015

Processo Nº 08270.014024/2014-81 - ANNIE ROSA RIBEIRO MADEIRA, até 13/06/2015

Processo Nº 08376.001155/2014-11 - MARIANA DE JESUS, até 23/05/2015

Processo Nº 08376.001159/2014-07 - SUZETI ROSARIA GUTERRES FONSECA, até 23/05/2015

Processo Nº 08376.001168/2014-90 - JUVENCIO AMARAL, até 23/05/2015

Processo Nº 08270.017580/2014-18 - MAIRRA AUGUSTO BADINCA, até 07/06/2015

Processo Nº 08270.016814/2014-00 - JIM THOMAS SILVA, até 13/06/2015

Processo Nº 08270.017711/2014-59 - JEREMIAS ABEL GRACIANO BOIO, até 04/06/2015

Processo Nº 08270.017655/2014-52 - JORGE ROUTTE LAMBA, até 13/06/2015

Processo Nº 08270.017600/2014-42 - IVANESA ANGELINA OLIVEIRA, até 13/06/2015

Processo Nº 08505.041242/2014-98 - MARIA HELENA VIEIRA RODRIGUES, CAMILA LIBANIA RODRIGUES NOGUEIRA e SUZANETE CRISTINA RODRIGUES SILVEIRA, até 09/06/2015

Processo Nº 08709.004811/2014-28 - SANTOS BERNADO DOS SANTOS, até 12/06/2015

Processo Nº 08505.041282/2014-30 - FELICIA GUNZA LIMA, até 09/06/2015

Processo Nº 08270.017886/2014-66 - ELIZIANDRO FRANCISCO DA SILVA, até 20/06/2015

Processo Nº 08212.006516/2014-98 - ISMETE AHMETI, até 11/08/2015

Processo Nº 08505.053067/2014-81 - GUALTER ESBERTO FEIJO CORREIA DE SOUSA, até 25/07/2015

Processo Nº 08505.041654/2014-28 - JOSE FRANCISCO HERNANDEZ MEDINA, até 09/08/2015

Processo Nº 08460.042170/2014-60 - CRISTIAN ANDRES CRUZ TORRES, até 01/06/2015

Processo Nº 08495.004716/2014-87 - ARCELINDA ROCHA MOREIRA, até 31/08/2015

Processo Nº 08460.030725/2014-21 - MAGNA MAURA DOS SANTOS DE LEMOS, até 20/08/2015

Processo Nº 08504.013477/2014-08 - ALCIDES AUGUSTO HAMUYALA GOMES, até 28/08/2015

Processo Nº 08107.002392/2014-79 - AFONSO BONGA MACHADO, até 01/08/2015

Processo Nº 08107.002397/2014-00 - MARGARIDA SAMBA HOSSI, até 10/08/2015

Processo Nº 08270.023851/2014-66 - ALICE MATILDE LOPES MARTINS FERNANDES, até 16/08/2015

Processo Nº 08270.024325/2014-13 - DIONISIA ELIZETE SANCA INDEQUE, até 23/08/2015

Processo Nº 08354.005138/2014-19 - LOURDES RAMIREZ CERNA, até 11/08/2015

Processo Nº 08354.005139/2014-55 - EDWIN JONATHAN ESCOBEDO CARDENAS, até 15/08/2015

Processo Nº 08270.024202/2014-82 - JOAO LOPES TAVARES, até 24/08/2015

Processo Nº 08505.053515/2014-47 - DANIEL ALVARO DENIEL, até 08/06/2015

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08505.065878/2014-25 - GUENTHER KRIECHHAMMER, até 09/08/2015
Processo Nº 08501.005404/2014-64 - IVANIA GUILLERMINA RODRIGUEZ ALTAMIRANO, até 03/08/2015
Processo Nº 08505.065639/2014-75 - VERONICA MARCELA RAMIREZ RUIZ, até 08/08/2015
Processo Nº 08505.065670/2014-14 - PAULO DOMINGOS ANTONIO MACONGO, até 14/08/2015
Processo Nº 08505.065835/2014-40 - JUAN CARLOS BASTO PINEDA, até 09/08/2015
Processo Nº 08495.002763/2014-96 - CIRILO SANHA, até 31/08/2015
Processo Nº 08212.004208/2014-28 - JHINMY KARC HEMERYTH BARTRA, até 09/08/2015
Processo Nº 08501.005946/2014-37 - PAPA SUFRE FERNANDO QUADE, até 23/08/2015
Processo Nº 08270.024167/2014-00 - BLAISE OBEGA, até 22/08/2015
Processo Nº 08107.003251/2014-73 - ELMER SIDNEY FERNANDES MIGUEL, até 01/08/2015
Processo Nº 08460.022750/2014-31 - LAURA GOMEZ RAMIREZ, até 12/08/2015
Processo Nº 08280.015922/2014-38 - MATYAS FEHER, até 07/08/2015
Processo Nº 08364.001009/2014-24 - ERILSON FERNANDES RIBEIRO PEDRO, até 06/08/2015
Processo Nº 08501.006969/2014-69 - KAROLIN DANIELA RODRIGUEZ BARAZARTE, até 18/08/2015
Processo Nº 08270.022295/2014-19 - GUIRAY ADALGISA DOS SANTOS MENDONCA, até 31/08/2015
Processo Nº 08390.004439/2014-81 - ANTONIO MICHELE CUCCU, até 07/08/2015
Processo Nº 08107.002953/2014-30 - ARLINDO DA COSTA AFONSO, até 07/08/2015
Processo Nº 08270.014011/2014-11 - IVANILSON DINIS GERALDO MONTEIRO, até 16/06/2015
Processo Nº 08354.005194/2014-45 - JOHANNA KATIUSKA MONAGREDA, até 09/08/2015
Processo Nº 08375.001103/2014-54 - TANGBADIOA HERVE COULIDIATI, até 27/07/2015
Processo Nº 08702.002948/2014-16 - SATURNINO NATANIEL MATEUS MARTINS, até 21/07/2015
Processo Nº 08505.065894/2014-18 - FAFADZI AKPENE AGBE, até 09/08/2015
Processo Nº 08270.017748/2014-87 - NOÉ SABA NBUNDÉ, até 06/06/2015
Processo Nº 08270.009952/2014-24 - ATALIA MOIANE MARCOS CANDA, até 09/06/2015
Processo Nº 08270.013985/2014-79 - JUEL DA SILVA, até 13/06/2015
Processo Nº 08270.014084/2014-02 - SADJO MANE, até 06/06/2015
Processo Nº 08270.014092/2014-41 - ANDRE DA SILVA INDU, até 06/06/2015
Processo Nº 08270.014095/2014-84 - RUBEM AGOSTINHO EMBANA, até 06/06/2015
Processo Nº 08270.017757/2014-78 - JULIO CAMBANCO, até 07/06/2015
Processo Nº 08270.014097/2014-73 - IDRICA CASSAMA, até 06/06/2015
Processo Nº 08492.007176/2014-13 - ALBERTO JOAO DEMBUE, até 08/08/2015
Processo Nº 08492.007182/2014-71 - ARY LEONEL COELHO MONTEIRO, até 08/08/2015
Processo Nº 08212.002291/2014-09 - OSVALDO JOAO YOMUENHO, até 08/08/2015
Processo Nº 08240.016698/2014-78 - EYLEN CARDENAS VARELA, até 05/08/2015
Processo Nº 08495.002481/2014-99 - CHLOE REBECCA WATTS, até 27/06/2015
Processo Nº 08354.005299/2014-02 - HECTOR IGNACIO AZPURUA PEREZ IMAZ, até 21/07/2015
Processo Nº 08390.003279/2014-52 - ELIZABET NELLY MASEMI MBEMBI, até 03/08/2015
Processo Nº 08212.002226/2014-75 - MAKIESSE JONAS, até 13/08/2015
Processo Nº 08212.002231/2014-88 - HELTON RENATO DIAS MIRANDA, até 23/08/2015
Processo Nº 08495.002577/2014-57 - JUANA VALENTINA NIETO MORENO, até 28/06/2015
Processo Nº 08364.001017/2014-71 - ANANIAS JORGE DA SILVA FREITAS, até 21/07/2015
Processo Nº 08460.022593/2014-63 - TELVIO HEBRAINNE SALVADOR FRANCISCO, até 28/07/2015
Processo Nº 08070.004323/2014-64 - MARCIA CARINA MIGUEL DA SILVA, até 17/07/2015
Processo Nº 08505.066277/2014-30 - ELMIRA IMANI, até 20/07/2015
Processo Nº 08107.002563/2014-60 - JOLENE PATRÍCIA PRATA DIOGO, até 14/07/2015
Processo Nº 08354.005158/2014-81 - ANTONIO TRESPALACIOS DE LA GARZA, até 04/07/2015
Processo Nº 08390.004451/2014-95 - TATIANA ALEJANDRA SEPULVEDA VILLA, até 31/07/2015
Processo Nº 08390.004530/2014-04 - MARTIN MAXIMILIAN SEGGEWISS, até 11/07/2015
Processo Nº 08390.004549/2014-42 - CARLOS GEOVANI DE SOUSA DOS SANTOS, até 11/07/2015
Processo Nº 08505.065717/2014-31 - JACIRA BEATRIZ TERRA CUCA, até 06/08/2015
Processo Nº 08505.065641/2014-44 - DAVID ALEJANDRO TAMAYO RAMIREZ, até 01/09/2015
Processo Nº 08505.065669/2014-81 - GAETANO RAPHAEL IACCARINO, até 25/07/2015
Processo Nº 08000.025278/2014-13 - GIOVANNI CONIO, até 25/08/2015
Processo Nº 08000.035999/2014-23 - JOSE FERNANDO MONSALVE MARIN, até 21/07/2015
Processo Nº 08506.008586/2014-85 - JHEAN ELEISON PEREZ LOPEZ, até 23/07/2015
Processo Nº 08018.005795/2014-79 - TOM NGOYI MWELA MUTOMBO, até 01/03/2015
Processo Nº 08386.014330/2014-11 - JILSON ALTER SAMBA DANIEL, até 26/07/2015
Processo Nº 08505.053450/2014-30 - JAVIER IGNACIO LORCA ESPIRO, até 07/08/2015
Processo Nº 08505.065767/2014-19 - KIM SUNGCHI, até 07/08/2015
Processo Nº 08505.053103/2014-15 - MARIUS JOHANNES RODER, até 30/09/2014
Processo Nº 08391.003894/2014-59 - MIRTHA AMANDA ANGULO VALENCIA, até 19/07/2015
Processo Nº 08212.004048/2014-17 - EUSEBIO CHIHUNGO FELICIANO JOAO, até 11/08/2015
Processo Nº 08505.052100/2014-56 - PRISCILA CARINA GOMES DE SOUSA, até 04/07/2015
Processo Nº 08505.052116/2014-69 - DIANA LORENA RODRIGUEZ GALLO, até 02/07/2015
Processo Nº 08460.012353/2014-51 - STEFANIA NARDECCHIA, até 14/06/2016
Processo Nº 08505.053190/2014-01 - EDNA DELFINA MATEUS MACUANDA, até 31/08/2015
Processo Nº 08505.053151/2014-03 - INOFRE CARDOSO BARATA, até 28/07/2015
Processo Nº 08505.053225/2014-01 - BRIANNA GRACE GALLAGHER, até 25/07/2015
Processo Nº 08354.004586/2014-97 - TAISE MIRIAM CRUZ MOSSO RAMOS, até 19/07/2015
Processo Nº 08354.004638/2014-25 - ALESSANDRA BRIGO, até 31/12/2014
Processo Nº 08102.006095/2014-42 - YAICEL GE PROENZA e DAILYS NAITE ALIAGA REYES, até 30/07/2015
Processo Nº 08460.012478/2014-81 - ZACARIAS MANUEL LUCAS, até 03/07/2015
Processo Nº 08460.012112/2014-10 - PAOLA LISSETTE NUNEZ CEPEDA, até 08/05/2015
Processo Nº 08460.012357/2014-39 - MUSEKH KUMAR, até 01/06/2015
Processo Nº 08460.012383/2014-67 - MAURO TOMAS BOAVENTURA, até 30/06/2015
Processo Nº 08505.052381/2014-47 - ANA BELEN ESPINOLA GRAVO, até 17/07/2015
Processo Nº 08505.052690/2014-17 - ESCORCIO LUIS MIGUEL, até 11/07/2015
Processo Nº 08505.053188/2014-23 - JIMENA GARCIA RODRIGUEZ, até 05/07/2015
Processo Nº 08260.006897/2014-30 - SOLTAN GALANO DUVERGER, até 28/05/2015
Processo Nº 08505.052728/2014-51 - VINICIO CORRIAS, até 08/07/2015
Processo Nº 08505.052744/2014-44 - LUBOTA NGOLA JOAO, até 14/07/2015
Processo Nº 08505.052820/2014-11 - EZEQUIEL JOSE ESTREMINA CARNEIRO BRANDAO FERREIRA, até 04/09/2015
Processo Nº 08505.053029/2014-29 - ADRIANA MARCELLA MORALES GUERRERO, até 06/08/2015
Processo Nº 08505.053056/2014-00 - CONCEIÇAO MANUEL DAVID, até 14/08/2015
Processo Nº 08505.065567/2014-66 - CESAR ISRAEL HERNANDEZ VELEZ, BLANCA LETICIA IBARRA REYNA e KAREN ITZEL HERNANDEZ IBARRA, até 02/08/2015
Processo Nº 08354.005125/2014-31 - EDUARDO ALVARO MENGA, até 04/08/2015
Processo Nº 08505.019389/2014-00 - ELIZABETH VALERIANA C CHAVES SAPALALO e ABRAAO SAPALALO, até 22/02/2015
Processo Nº 08460.012475/2014-47 - PEDRO REIS COLACO, até 30/12/2014
Processo Nº 08460.012472/2014-11 - CLAUDIO VICENTE ESPINOZA CHOQQUEPURA, até 09/08/2015
Processo Nº 08501.005503/2014-46 - ANA MARIA CAROLINA QUINTERO PARDO, até 06/08/2015
Processo Nº 08505.065675/2014-39 - MINORU ENRIQUE AKIYAMA FIGUEROA, até 02/08/2015
Processo Nº 08505.065720/2014-55 - IRENE SILVIA DELVAL DEMONTE, até 07/08/2015
Processo Nº 08505.065721/2014-08 - MARCELO FERNANDEZ BOLANOS MARTIN, até 07/08/2015
Processo Nº 08505.065724/2014-33 - SEUL LEE, até 11/08/2015
Processo Nº 08505.065788/2014-34 - ANN CHRISTIN NGUYEN, até 13/08/2015
Processo Nº 08505.065789/2014-89 - MARCELA ALEJANDRA RUIZ REYES, até 13/08/2015
Processo Nº 08000.025053/2014-59 - LUCIA ISABEL DAVILA CARDONA, até 25/08/2015
Processo Nº 08354.005286/2014-25 - STEFANYA VELASQUEZ GOMEZ, até 09/08/2015
Processo Nº 08083.001238/2014-03 - JOHAN ALEXANDER CORTES SUAREZ, até 06/08/2015
Processo Nº 08296.000664/2014-16 - MANUEL PEDRO MANECO, até 28/08/2015
Processo Nº 08386.014323/2014-19 - ALEXIS DAVID SALDIVAR, até 08/08/2015
Processo Nº 08505.065636/2014-31 - EDUARDO DIAZ SUAREZ, até 24/08/2015
Processo Nº 08083.001239/2014-40 - SANTIAGO ORREGO GONZALEZ, até 07/08/2015
Processo Nº 08505.065913/2014-14 - THERESE HENRIETTE HELLER, até 11/08/2015
Processo Nº 08506.009924/2014-04 - NATALIA BARRACO MASTRANGELO, até 24/08/2015
Processo Nº 08240.016694/2014-90 - BRIGITE STELA AFONSO DE ALMEIDA, até 08/08/2015
Processo Nº 08505.053498/2014-48 - FILIPE MIGUEL DOS SANTOS BARROCAS, até 06/08/2015
Processo Nº 08444.005935/2014-89 - MENA SIMAO MAKENGO KAZU, até 22/08/2015
Processo Nº 08505.073367/2014-87 - CATHERINE SANTOS MARIEIRO FERRAO, até 15/12/2014
Processo Nº 08505.066556/2014-01 - RASMUS BONDE GREIS, até 31/12/2014
Processo Nº 08107.002515/2014-71 - DEVILSON TAVARES DE OLIVEIRA BRANCO, até 22/08/2015
Processo Nº 08444.005505/2014-67 - YULIET FRANCO CARDOZA, até 19/08/2015
Processo Nº 08506.009966/2014-37 - GUERBY SAINTE, até 10/08/2015
Processo Nº 08256.002209/2014-21 - AFONSO LANDO GOMES FERREIRA, até 16/08/2015
Processo Nº 08506.009967/2014-81 - EMMANUELA JEAN JACQUES LOUISIUS, até 08/08/2015
Processo Nº 08506.009968/2014-26 - GENEVIEVE CHERY, até 08/08/2015
Processo Nº 08506.010714/2014-51 - MARCO PAIARDI, até 25/08/2015
Processo Nº 08495.002891/2014-30 - ROBIN FERNANDES ANDERSEN DE OLIVEIRA, até 14/08/2015
Processo Nº 08495.002917/2014-40 - BELCHIOR PEDRO COLE, até 26/08/2015
Processo Nº 08495.002948/2014-09 - ANGELET SYLVEUS, até 10/08/2015
Processo Nº 08701.002219/2014-61 - DUMITRU CAIMACAN, até 08/08/2015
Processo Nº 08701.002222/2014-85 - ANDRII MISHCHENKO, até 02/08/2015
Processo Nº 08702.002990/2014-29 - CARLOS AGOSTINHO BALATE, até 01/08/2015
Processo Nº 08712.003563/2014-49 - SANDRA LILIANA ALBORNOZ MARIN, até 04/08/2015
Processo Nº 08712.003564/2014-93 - MARCELINO ARMINDO MONTEIRO, até 09/08/2015
Processo Nº 08083.001227/2014-15 - MARIELA HUAMAN ESPINOZA, até 20/07/2015
Processo Nº 08102.005861/2014-51 - GUILLE AFONSO MAIUNGUI, até 06/06/2015
Processo Nº 08102.005868/2014-73 - WILLIAM DEODALIO BASTOS PASCOAL, até 06/08/2015
Processo Nº 08102.005869/2014-18 - ALBERTO ANTONIO VICTOR DA CRUZ, até 19/08/2015
Processo Nº 08102.006863/2014-68 - LEORLEN YUNIER ROJAS MAZAIRA, até 08/06/2015
Processo Nº 08102.006954/2014-01 - SEBASTIEN LOZANO FORERO, até 03/02/2015
Processo Nº 08102.008864/2014-47 - GEOGINA ANNE BUTTEN, até 30/08/2015
Processo Nº 08102.009115/2014-37 - PEDRO DUNGULA SABONETE, até 05/09/2015
Processo Nº 08102.009622/2014-71 - BLANCA AZUCENA GOMEZ RODRIGUEZ, até 16/09/2015
Processo Nº 08102.009627/2014-01 - JOSE JARIB ALCARAZ ESPINOZA, até 16/09/2015
Processo Nº 08102.009647/2014-74 - DIEGO BERNABE ORTIZ SILVA, até 22/09/2015
Processo Nº 08107.002939/2014-36 - RITA EUFRAZINA CRISTIANO, até 28/06/2015
Processo Nº 08212.002172/2014-48 - HUNG CHI SHIH, até 20/06/2015
Processo Nº 08212.002240/2014-79 - ABEL VICTOR BRITO, até 03/06/2015
Processo Nº 08212.002306/2014-21 - THOMAS AYOUR JACOB ROBERTS, até 14/12/2015
Processo Nº 08212.004102/2014-24 - ANDERSON ANDRES CARVAJAL OVIEDO, até 09/08/2015
Processo Nº 08212.006511/2014-65 - ANKE RENA KATHARINA LUISE SCHWARZ, até 30/07/2014
Processo Nº 08260.006941/2014-10 - ELISA NHANGA MOMA, até 15/06/2015
Processo Nº 08260.006952/2014-91 - MARTIN OBERMAIER, até 01/03/2015
Processo Nº 08260.007578/2014-41 - JESSICA RAFAELA LOPES ALVES, até 11/08/2015
Processo Nº 08260.008019/2014-59 - MARIA JOANA ALVES LARANJEIRA, até 10/09/2015
Processo Nº 08260.008240/2014-15 - PAULO DINIZ, até 04/09/2015
Processo Nº 08260.009007/2014-41 - DIEGO MARTIN JOSE SOSA ARGAÑA CAMPUZA, até 30/09/2015
Processo Nº 08270.013964/2014-53 - HELDA VILMA POSSER DA COSTA NETO, até 23/05/2015

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08270.016578/2014-13 - INALDINA DIANA CRUZ GOMES, até 06/06/2015
Processo Nº 08270.016581/2014-37 - DELCE COSTA BARROS CA, até 06/06/2015
Processo Nº 08270.016584/2014-71 - AUGUSTO NANQUE, até 13/06/2015
Processo Nº 08270.016590/2014-28 - MARIA SILÁ, até 06/06/2015
Processo Nº 08270.016885/2014-02 - MIGUEL ANGELO BARRETO DA MOURA, até 06/05/2014
Processo Nº 08270.017199/2014-41 - BELARMINO LOPES TÉ, até 13/06/2015
Processo Nº 08270.017253/2014-58 - DJEDJE JOAQUIM GARRAFAO, até 06/06/2015
Processo Nº 08270.017291/2014-19 - NATIVIDADE MARIA BEIA, até 27/06/2015
Processo Nº 08270.017501/2014-61 - SURA SUBUHANA, até 07/06/2015
Processo Nº 08270.017563/2014-72 - IDILAIDA JORGE SANCA, até 16/06/2015
Processo Nº 08270.017586/2014-87 - DIONISIO MONTEIRO GOMES, até 06/06/2015
Processo Nº 08270.017678/2014-67 - BAYONCO HUDUCA CAETANO GOMES, até 16/06/2015
Processo Nº 08270.017736/2014-52 - DINA MENDES LOPES DA CRUZ, até 16/06/2015
Processo Nº 08270.017789/2014-73 - JUVINILDA USSAINA SILLA RODRIGUES, até 07/06/2015
Processo Nº 08270.017851/2014-27 - ALADJE BUA CASSAMA, até 22/06/2015
Processo Nº 08270.019376/2014-23 - JOSE BENVINDIO TAVARES LOPES, até 20/06/2015
Processo Nº 08270.019786/2014-74 - JOSE EDUARDO LOPES GONCALVES, até 03/08/2015
Processo Nº 08270.019879/2014-07 - GISELE CRISTINE DUARTE MODESTO, até 30/08/2015
Processo Nº 08270.019948/2014-74 - MUSTAFA BALDE, até 09/08/2015
Processo Nº 08270.019953/2014-87 - AURELIANO MENDES LOPES DA CRUZ, até 09/08/2015
Processo Nº 08270.019954/2014-21 - JOSE RUI RAMOS MOREIRA, até 31/08/2015
Processo Nº 08270.019970/2014-14 - VLADIMIR MANUEL LIMA, até 08/08/2015
Processo Nº 08270.021799/2014-11 - BRAIMA MANE, até 09/08/2015
Processo Nº 08270.021867/2014-34 - TOMAS NBONDE, até 13/08/2015
Processo Nº 08270.023847/2014-06 - FERNANDO GOMES, até 08/09/2015
Processo Nº 08270.023991/2014-34 - RAMIRO PINTO, até 23/08/2014
Processo Nº 08270.024190/2014-96 - KYNDEGUE NELSON AMONA, até 24/08/2015
Processo Nº 08270.024219/2014-30 - MIDANA DANFA, até 01/09/2015
Processo Nº 08270.024328/2014-57 - ARTIMISA CHUDA, até 12/09/2015
Processo Nº 08270.026634/2014-28 - SUZETE SABINO LOPES, até 09/09/2015
Processo Nº 08270.026648/2014-41 - ASCENSIONE AIDLER MENDES, até 21/09/2015
Processo Nº 08270.026666/2014-23 - BRUNO ALIU MANE, até 14/09/2015
Processo Nº 08270.026727/2014-52 - PAULA SAM NAJUTE, até 21/09/2015
Processo Nº 08270.026810/2014-21 - VENICIANO FLUGENCIO INACIO SILVA NOSOLINY, até 07/09/2015
Processo Nº 08270.026845/2014-61 - FELIX FILIPE, até 20/09/2015
Processo Nº 08270.026869/2014-10 - ADOLFO IGNACIO BARROS ROMO, até 13/09/2015
Processo Nº 08270.026966/2014-11 - VITORINA JUSTADO SOUTO AMADO, até 14/09/2015
Processo Nº 08270.026970/2014-71 - ABIBATO BALDE, até 20/09/2015
Processo Nº 08280.015790/2014-44 - LETICIA MANUEL RODRIGUES DA CONCEICAO DE ALMEIDA, até 20/08/2015
Processo Nº 08280.015873/2014-33 - IVANA CLAUDIA PINTO DE SOUSA, até 23/08/2015
Processo Nº 08286.002061/2014-78 - ANA CECILIA VILLA PARRA, até 07/08/2015
Processo Nº 08286.002466/2014-14 - ABRÃO LUBIENGA ANTONIO, até 22/08/2015
Processo Nº 08286.002885/2014-48 - AMARILDO JULIO SULTE, até 14/08/2015
Processo Nº 08335.032132/2014-34 - CESAR CLAUDIO CACERES ENCINA, até 07/08/2015
Processo Nº 08352.001779/2014-14 - HENRY EDUARDO VACACELA AJILA, até 16/06/2015
Processo Nº 08352.003347/2014-30 - JORGE LUIS BADEL PACHECO, até 29/09/2015
Processo Nº 08353.001147/2014-32 - LUIS ALEJANDRO SAUD LEANO, até 22/08/2014
Processo Nº 08354.005015/2014-70 - BARTLOMIEJ PIOTR PRZEPELUK, até 09/08/2015
Processo Nº 08354.005537/2014-71 - ISABEL ALEJANDRA VALERO ANTOLINEZ, até 13/08/2015
Processo Nº 08354.005605/2014-01 - DIONISIA MARIA SANCA DA SILVA MONTEIRO e ESTER ARMINDO MONTEIRO, até 09/08/2015
Processo Nº 08354.006115/2014-13 - ALECIA ELIZANDRA VIGARIO, até 22/08/2015
Processo Nº 08354.006354/2014-73 - DANILO EVANDRO DE PINA E SILVA, até 04/09/2015
Processo Nº 08354.006464/2014-35 - RUTH KLAIRE ALMENDRAS DEASIS, até 20/09/2015
Processo Nº 08354.006465/2014-80 - AUDY MORPHY RODRIGO DEASIS, até 20/09/2015
Processo Nº 08354.006466/2014-24 - CHERRIE YEER MARIE MATUTINA GAMOSA, até 20/09/2015
Processo Nº 08354.006467/2014-79 - MARIA TERESA SUTACIO JAMILI, até 20/09/2015
Processo Nº 08354.006538/2014-33 - ERNESTO PABLO LANA ULLOA, até 22/09/2015
Processo Nº 08354.006704/2014-00 - NADIA ANTONIA RODRIGUES, até 23/08/2015
Processo Nº 08375.001129/2014-01 - LUIS ALBERTO ALBA SARRIA, até 19/08/2015
Processo Nº 08386.014326/2014-52 - FERNANDO JAVIER MARSAL PEDERZANI, até 10/08/2015
Processo Nº 08386.015434/2014-42 - JACQUELINA DOS SANTOS MUTENDELE, até 11/08/2015
Processo Nº 08390.002156/2014-02 - JESSE LEVI SNOW, até 31/05/2015
Processo Nº 08390.003389/2014-14 - MEICK OLIVER GEBBERT, até 05/06/2015
Processo Nº 08390.003400/2014-46 - IGNACIO JAVIER CARDONE, até 21/06/2015
Processo Nº 08390.003416/2014-59 - NEIL HISLOP, até 28/06/2015
Processo Nº 08390.005616/2014-46 - JEAN BAPTISTE HUBERT JACKY PAUL SANGOY, até 10/09/2015
Processo Nº 08391.006389/2014-66 - PEDRO JUSTINO DE SOUSA QUEIROS, até 07/09/2015
Processo Nº 08391.007182/2014-17 - MAMADU DJAU, até 27/09/2015
Processo Nº 08420.013909/2014-01 - NADINE ALMEIDA PIRES, até 10/05/2015
Processo Nº 08420.018962/2014-90 - ANNIKA JOHANN, até 11/09/2015
Processo Nº 08435.003250/2014-15 - CONSTABNCIA JULIANA DE CARVALHO, até 06/09/2015
Processo Nº 08435.004163/2014-77 - JOAO MARTINS MORAIS, até 13/08/2015
Processo Nº 08444.004714/2014-93 - YU JINGFANG, até 20/01/2015
Processo Nº 08444.004810/2014-31 - AFONSO PEDRO BIGE, até 06/06/2015
Processo Nº 08444.004872/2014-43 - YANGZE FAN, até 10/06/2015
Processo Nº 08444.005343/2014-67 - MATTHIAS DIENER, até 01/06/2015
Processo Nº 08444.005435/2014-47 - NUNO WALTER GUTTENDORF CIPRIANO CARDOSO, até 26/06/2015
Processo Nº 08444.005812/2014-48 - MARIA FERNANDA BRITO VIVEROS, até 01/07/2015
Processo Nº 08444.005885/2014-30 - JOSEMIRO AUGUSTO ANGELINO EVAMBI, até 22/08/2015
Processo Nº 08444.005888/2014-73 - JOSEMAR GIOVANI FURTADO DA CUNHA, até 22/08/2015
Processo Nº 08444.006002/2014-17 - XU YANG, até 26/08/2015
Processo Nº 08444.006019/2014-66 - SURAIA DE ASSUNCAO HAMBATI ALBERTO, até 22/08/2015
Processo Nº 08444.006024/2014-79 - INDIRA LUKENY PEDRO DE ARAUJO, até 22/08/2015
Processo Nº 08444.006025/2014-13 - DOMENIKA VANESSA DA SILVA E SILVA, até 22/08/2015
Processo Nº 08444.006027/2014-11 - NARETH LUCAS LEAL DA SILVA, até 22/08/2015
Processo Nº 08444.006040/2014-61 - AMERICA MARES, até 24/06/2015
Processo Nº 08444.006080/2014-11 - DJALMIRA NAIOLE VELOSO PEDRO, até 22/08/2015
Processo Nº 08444.006099/2014-50 - ISABEL DA COSTA DAMIAO, até 22/08/2015
Processo Nº 08444.006102/2014-35 - ROSA SOLANGE AGOSTINHO JOAQUIM, até 22/08/2015
Processo Nº 08444.006105/2014-79 - MARILEY BARAO FRANCISCO DE SOUSA, até 22/08/2015
Processo Nº 08444.006130/2014-52 - TONGNAN WU, até 08/08/2015
Processo Nº 08444.006434/2014-10 - MAXIMILIANO JESUS MORENO ZAPATA, até 14/08/2015
Processo Nº 08444.006451/2014-57 - CHRISTOPHER STEWART TAAFE, até 14/08/2015
Processo Nº 08444.006472/2014-72 - VICTOR EDUARDO MARIN COLORADO, até 02/08/2015
Processo Nº 08444.006680/2014-71 - CAIMING DING, até 17/08/2015
Processo Nº 08444.006703/2014-48 - NARUMI ITO, até 29/01/2015
Processo Nº 08444.006949/2014-10 - AGOSSOU DJOSSE IGNACE KOKOYE, até 04/08/2015
Processo Nº 08444.006987/2014-72 - VICTOR EDUARDO MARTINEZ ABAUNZA, até 02/08/2015
Processo Nº 08444.007656/2014-50 - JIWOONG JEONG, até 08/08/2015
Processo Nº 08444.008214/2014-21 - BENJAMIN JOHN SCHENCK, até 05/09/2015
Processo Nº 08444.008240/2014-59 - JULIAN LEMME, até 15/08/2015
Processo Nº 08444.008678/2014-37 - JIBIN SEO, até 05/09/2015
Processo Nº 08444.008717/2014-04 - MARIA ELVIRA NOGUERA, até 15/09/2015
Processo Nº 08444.008765/2014-94 - HILDYN VICTORIA LANDAETA MARTINEZ, até 15/09/2015
Processo Nº 08444.008780/2014-32 - OLUWAFEMI SHEKONI AYODEJI, até 15/09/2015
Processo Nº 08444.008782/2014-21 - VICTORIA VALDEZ BUSO, até 21/09/2015
Processo Nº 08444.008852/2014-41 - ISAAC RODRIGUEZ PEREZ, até 30/09/2015
Processo Nº 08444.009742/2014-05 - HANG WANG, até 26/09/2015
Processo Nº 08444.010605/2014-13 - XU WEI, até 30/09/2015
Processo Nº 08452.003314/2014-61 - SAUL MARCOS CESPEDES, até 08/06/2015
Processo Nº 08452.003339/2014-65 - LUCIO DENILSON FIRMINO DE LIMA, até 22/06/2015
Processo Nº 08458.002042/2014-22 - EDINSO RAFAEL MOSQUERA RUIZ, até 03/05/2015
Processo Nº 08458.002056/2014-46 - MAYRA ANDREA ZUMARRAGA BASTIDAS, até 04/05/2015
Processo Nº 08458.003132/2014-31 - SEBASTIAN SANCHEZ CARRILLO, até 13/06/2015
Processo Nº 08458.003182/2014-18 - ROSANGELA PIRES LIMA, até 16/06/2015
Processo Nº 08458.003220/2014-32 - CHICO FRANCISCO FARIA, até 21/08/2015
Processo Nº 08458.004607/2014-14 - PEDRO PABLO FLOREZ RODRIGUEZ, até 25/06/2015
Processo Nº 08458.004657/2014-93 - ANTÔNIO GARCIA PAULO, até 26/06/2015
Processo Nº 08458.005428/2014-96 - ROUHOLLAH EBRAHIMI, até 11/08/2014
Processo Nº 08460.012077/2014-21 - GIZELA MATONDO QUIALA, até 28/06/2015
Processo Nº 08460.012146/2014-04 - JOSE MIGUEL AHUMADA FONFACH, até 19/06/2015
Processo Nº 08460.012151/2014-17 - ALI ISMAYILOV, até 16/11/2014
Processo Nº 08460.012226/2014-51 - DIANA CAROLINA SANTOS CUEVAS, até 21/06/2015
Processo Nº 08460.012354/2014-03 - BEATRIZ GARCIA IZATA ANDRE, ESFILANDIO DOMINIQUE IZATA ANDRE e LISANDRO LUCAS IZATA ANDRE, até 29/06/2015
Processo Nº 08460.012365/2014-85 - JOSE GONCALO PAIS ESTRELA DA SILVEIRA ZUQUETE, até 09/06/2015
Processo Nº 08460.012483/2014-93 - EMA SARA FERREIRA TORRADO, até 10/06/2015
Processo Nº 08460.022548/2014-17 - ANA SOFIA MONTEIRO ALVES DE BRITO, até 30/06/2015
Processo Nº 08460.022573/2014-92 - LEONARDO FLECHES LEON, até 08/08/2015
Processo Nº 08460.022607/2014-49 - CIPRIANO PEDRO CAFUNDALA, até 19/06/2015
Processo Nº 08460.022688/2014-87 - YURI ROSA JOAO, até 17/08/2015
Processo Nº 08460.022708/2014-10 - ADRIEL ALVAREZ MOSQUERA, até 16/08/2015
Processo Nº 08460.022711/2014-33 - YANELY MICANES BARROSO, até 16/08/2015
Processo Nº 08460.022783/2014-81 - ANA MARIA GERALDO CHIMBUNDI, até 09/09/2015
Processo Nº 08460.022787/2014-69 - PEDRO ALEJANDRO DUARTE RIVEROS, até 06/08/2015
Processo Nº 08460.022801/2014-24 - ANNA ROSA MARIA LOPANE, até 30/08/2015
Processo Nº 08460.022807/2014-00 - GEOVANI FERNANDO IUCO PAULINO, até 23/08/2015
Processo Nº 08460.022814/2014-01 - CESAR DAVID REVELO APRAEZ, até 23/08/2015
Processo Nº 08460.022826/2014-28 - DANIA GONZALEZ MORALES, até 10/08/2015
Processo Nº 08460.022832/2014-85 - ADILSON CLAUDIO QUIZUNDA, até 14/08/2015
Processo Nº 08460.022855/2014-90 - MARCEL ANDRE LEVILLER GUARDO, até 25/08/2015
Processo Nº 08460.022966/2014-04 - LAZARO ORLANDO RODRIGUEZ DIAZ e ZAMIRA ACHANG GONZALEZ, até 04/09/2015
Processo Nº 08460.023008/2014-42 - JORDI SANCHEZ RIBAS, até 02/09/2015
Processo Nº 08460.023033/2014-26 - SANDRINE ESTER DA CRUZ MONTEIRO DE PINA, até 04/09/2015
Processo Nº 08460.023046/2014-03 - JOAO JOSE CUNHA DE OLIVEIRA, até 08/08/2015
Processo Nº 08460.023101/2014-57 - LIZETH YULIANA ACEVEDO JARAMILLO, até 16/09/2015
Processo Nº 08460.023172/2014-50 - BERNARD LAMIEN, até 11/08/2015
Processo Nº 08460.023181/2014-41 - ALBERTO CORALLI e DEBORA SANNA, até 10/09/2015
Processo Nº 08460.030150/2014-46 - MOHAMMADREZA IMAN, até 28/09/2015
Processo Nº 08460.030174/2014-03 - DILO PAULO ALBERTO, até 08/08/2015

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08460.030176/2014-94 - JULIO CESAR CORREA HOYOS, até 09/09/2015
Processo Nº 08460.030541/2014-61 - SHAHIN RANJBARZADEH, até 27/09/2015
Processo Nº 08460.030735/2014-66 - BERENICE GENEREUSE FIFAMIN KPOCHEME, até 20/09/2015
Processo Nº 08492.018934/2014-29 - KAIDA SHU
Processo Nº 08494.007289/2014-07 - CARLA CESAR MUGABE, até 09/08/2015
Processo Nº 08495.002654/2014-79 - TOSIN AYODEJI AYODELE, até 17/06/2015
Processo Nº 08495.002735/2014-79 - ANDREA BARRUETA REYES, até 11/06/2015
Processo Nº 08495.004476/2014-11 - SHUA SHI, até 27/09/2015
Processo Nº 08501.005286/2014-94 - MELISSA ALTAGRACIA MELIA CASTILLO, até 26/06/2015
Processo Nº 08501.006995/2014-97 - JUAN CARLOS LOAIZA RODRIGUEZ, até 23/09/2015
Processo Nº 08504.012006/2014-74 - FRANCISCO JULIO CORREIA, até 24/07/2015
Processo Nº 08504.012012/2014-21 - MARISA EDNA BASILIO, até 14/08/2015
Processo Nº 08505.040810/2014-33 - DIANA MARCELA MARINEZ, até 15/06/2015
Processo Nº 08505.040878/2014-12 - IVANILD SUZANA DOS SANTOS GONGA, até 09/06/2015
Processo Nº 08505.052117/2014-11 - FRANCOIS XAVIER LOVIS ETIENNE CURET, até 31/12/2014
Processo Nº 08505.052301/2014-53 - ALAN ABEL GUACARAN GUERRERO, até 03/07/2015
Processo Nº 08505.052374/2014-45 - MALIKA NANCY SABIN, até 20/06/2015
Processo Nº 08505.052773/2014-14 - AIDLER JOAO QUISSUA, até 10/06/2015
Processo Nº 08505.052785/2014-31 - YANINA ESTEFANY ARDON MARTINEZ, até 24/06/2015
Processo Nº 08505.052818/2014-42 - ELENA ROBLES GARCIA, até 30/06/2015
Processo Nº 08505.052834/2014-35 - SEBILSON BERNARDO BARTOLOMEU, até 04/08/2015
Processo Nº 08505.052921/2014-92 - JASSIRA MARIA ORTET FERNANDES, até 24/08/2015
Processo Nº 08505.052929/2014-59 - MARCIA DE ALMEIDA MEIRELES PATROCINIO, até 13/08/2015
Processo Nº 08505.052945/2014-41 - CAMILLE CLAUDE ALINE NENOT, até 18/06/2015
Processo Nº 08505.053249/2014-52 - LARIS KOMANDO SHILOH, até 22/06/2015
Processo Nº 08505.053362/2014-38 - MARINA CAUSI JIMENEZ, até 30/06/2015
Processo Nº 08505.053377/2014-04 - SARA DE SANTIS, até 12/08/2015
Processo Nº 08505.053471/2014-55 - SEONGYEON WON, até 02/02/2015
Processo Nº 08505.065614/2014-71 - MARJAN SHAHROUZI, até 04/08/2015
Processo Nº 08505.065723/2014-99 - CASIMIRO MAMBUENE NZINGA, até 23/08/2015
Processo Nº 08505.065757/2014-83 - MARTIN DIONISIO ARTEAGA TUPIA, até 07/08/2015
Processo Nº 08505.066076/2014-32 - HAO XIE, até 17/08/2015
Processo Nº 08505.066346/2014-13 - AIDA FERNANDEZ SOLIS, até 24/08/2015
Processo Nº 08505.066362/2014-06 - EDGAR ENRIQUE LLOMTOP CORNEJO, até 01/09/2015
Processo Nº 08505.066429/2014-02 - XIOMARA FLORENTINO DE LA CRUZ, até 25/09/2015
Processo Nº 08505.073430/2014-85 - ROSA HUMBE CHITUE BRITO, até 05/08/2015
Processo Nº 08505.073610/2014-67 - JULIEN HENRY DOMINIQUE POIREE, até 04/09/2015
Processo Nº 08505.073621/2014-47 - TOMAS MUENDO IVABA, até 04/09/2015
Processo Nº 08505.073766/2014-48 - NUNO CESAR PAZ MARTINS, até 08/09/2015
Processo Nº 08505.080907/2014-89 - OSILIO DOMINGOS CHAMBAL, até 29/09/2015
Processo Nº 08505.081092/2014-55 - MEVOR AGBEKO KOFFI, até 22/09/2015
Processo Nº 08505.081149/2014-16 - ALEJANDRO SANTOS MENENDEZ, até 29/09/2015
Processo Nº 08505.081194/2014-71 - MARIA LAURA FRAGOSO CAPAMA, até 27/08/2015
Processo Nº 08505.081211/2014-70 - CHRISTOPHE MICHEL JEAN MATTA, até 30/09/2015
Processo Nº 08505.081212/2014-14 - FERNANDO ENRIQUE SANTIAGO, até 03/09/2015
Processo Nº 08505.081302/2014-13 - JORGE RAMOS DE MATOS, até 03/09/2015
Processo Nº 08505.081303/2014-50 - RICARDO CESAR MARTINS DOS RAMOS, até 02/09/2015
Processo Nº 08505.081318/2014-18 - ZIYA KARIPARDUC, até 26/09/2015
Processo Nº 08505.093324/2014-18 - AGUINALDO FRANCISCO MUKISI, até 14/09/2015
Processo Nº 08505.093335/2014-06 - DIOMENDES LADISLAU DANIEL, até 08/09/2015
Processo Nº 08505.093355/2014-79 - JEONG IG SONG, até 19/09/2015
Processo Nº 08505.093842/2014-31 - DJALMA TERESA CAMPOS DA SILVA, até 27/09/2015
Processo Nº 08505.093895/2014-52 - FERRAN BOSCA FRANCH, até 28/03/2015
Processo Nº 08505.102551/2014-41 - DJAMILA DOROTEIA DOMINGOS DIAS, até 30/09/2015
Processo Nº 08506.006227/2014-93 - MIRELLY ROCIO VARGAS MENDOZA, até 16/06/2015
Processo Nº 08506.010702/2014-26 - FRANTZ ROUSSEAU DEUS, até 08/08/2015
Processo Nº 08506.010704/2014-15 - FRANCKY ALTINEUS, até 08/08/2015
Processo Nº 08506.011020/2014-31 - YAKOV NAE, até 12/08/2015
Processo Nº 08506.011029/2014-41 - TOMY FELIXON, até 10/08/2015
Processo Nº 08506.011033/2014-18 - SUDLY AMONSEN RAPHAEL SAINTIL, até 08/08/2015
Processo Nº 08506.011059/2014-58 - JOSAPHAT DESBAS, até 08/08/2015
Processo Nº 08506.011077/2014-30 - ORESTE ST BRICE, até 08/08/2015
Processo Nº 08506.011079/2014-29 - NOUZE VOLCIMUS, até 12/08/2015
Processo Nº 08506.011080/2014-53 - STENIO ARISTILDE, até 08/08/2015
Processo Nº 08506.011081/2014-06 - JUAN JOSE GARCIA MILLA, até 09/08/2015
Processo Nº 08506.011087/2014-75 - CARINE CARRIERE, até 08/08/2015
Processo Nº 08506.011088/2014-10 - GUERLINE FRANCOIS, até 10/08/2015
Processo Nº 08506.011122/2014-56 - MENDEL JEAN BAPTISTE, até 08/08/2015
Processo Nº 08506.012808/2014-64 - LUZIA IMACULADA ANTONIO, até 12/08/2015
Processo Nº 08506.012826/2014-46 - SYLVIA CAROLINA ALCAZAR ALAY, até 15/09/2015
Processo Nº 08508.007244/2014-28 - MARIA GABRIELA FLORES BRACHO, até 15/06/2015
Processo Nº 08508.007255/2014-16 - SVETOSLAV NANEV SLAVOV, até 30/06/2015
Processo Nº 08508.007284/2014-70 - PAULO RENATO MONTEIRO LIMA, até 01/06/2015
Processo Nº 08508.007289/2014-01 - MARTHA MARGARITA GONZALEZ ESQUERRA, até 29/06/2015
Processo Nº 08508.008205/2014-48 - YANI CRISTINA ARANGUREN DIAZ, até 28/06/2015
Processo Nº 08508.008238/2014-98 - ADRIANA SOLIRIS CORREDOR CASTILLO, até 05/08/2015
Processo Nº 08508.009640/2014-90 - EDUARD ALEXIS HINCAPIE LADINO, até 10/08/2015
Processo Nº 08514.004232/2014-62 - BENILDE HUDSON BUACA SINADINSE, até 26/08/2015
Processo Nº 08514.005078/2014-46 - MANUEL ALEJANDRO BRAVO SEPULVEDA, até 09/09/2015
Processo Nº 08520.006777/2014-24 - MARIA DE LURDES LANDO COMA GIME, até 09/08/2015
Processo Nº 08701.002493/2014-31 - MARGARETH EUGENIA BOAVENTURA LOPES, até 30/10/2015
Processo Nº 08701.005442/2014-61 - HELDRINO JOTEMINGA CORREIA, até 10/09/2015
Processo Nº 08702.002001/2014-05 - JIMY EDWIN PAVON RODRIGUEZ, até 07/08/2015
Processo Nº 08702.002929/2014-81 - MALENGA EMILIA LANDAMA, até 27/08/2015
Processo Nº 08702.002930/2014-14 - HERACLITO JOSIAS GOUVEIA BONDO, até 27/08/2015
Processo Nº 08702.002931/2014-51 - DANIEL ALFREDO QUITEQUE, até 27/08/2015
Processo Nº 08702.003006/2014-47 - NATALIA TOCA ALVARO, até 04/08/2015
Processo Nº 08702.003792/2014-82 - TOM RALF GOLLASCH, até 30/03/2015
Processo Nº 08702.003795/2014-16 - GERMAN ENRIQUE NINO DEL RIO, até 26/08/2015
Processo Nº 08702.003840/2014-32 - DANIEL JOSEPH TREGIDGO, até 02/09/2015
Processo Nº 08702.003889/2014-95 - ANDRES MAURICIO PINZON NUNEZ, até 27/09/2015
Processo Nº 08706.001044/2014-25 - LEONARDO PEDRO JOÃO, até 24/05/2015
Processo Nº 08707.002813/2014-01 - EVALUZ XOCHILITZTLI LUNA MORENO, até 12/06/2015
Processo Nº 08707.002919/2014-04 - NICOLAS ARNAULD SEBASTIEN MEUNIER, até 29/07/2014
Processo Nº 08707.002928/2014-97 - DANIEL VICENTE MAGGI BALLIACHE, até 08/08/2015
Processo Nº 08707.004276/2014-25 - JUAN PABLO YASNO GAVIRIA, até 14/09/2015
Processo Nº 08707.004693/2014-78 - ELSA MARIA MATERON VASQUES, até 03/08/2015

MULLER LUIZ BORGES

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados;
Processo Nº 08000.011580/2014-86 - IAN COLIN MURDOCH, até 31/12/2015
Processo Nº 08000.011965/2014-43 - MANUEL DEL JESUS MILLAN MARIN, até 08/07/2016
Processo Nº 08000.011966/2014-98 - ENRIQUE ROCHA FAREL, até 08/07/2016
Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País até 25/04/2016.
Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.
Processo Nº 08000.010957/2014-80 - SEBASTIEN WALTER LEXTRAIT, até 25/04/2016
Determino o ARQUIVAMENTO, dos pedidos , por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s). abaixo relacionados:
Processo Nº 08000.006137/2014-93 - STEPHEN WILLIAM JAMES FLORENCE
Processo Nº 08000.008684/2014-11 - CESAR JR CANETE VILLE
Processo Nº 08000.029661/2013-51 - PABLO GONZALEZ FERNANDEZ
Processo Nº 08000.006856/2013-23 - MIKE ANDREW ALIS DOMINGO
Determino o ARQUIVAMENTO, dos pedidos de prorrogação diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país.
Processo Nº 08505.110258/2013-77 - MARIA ELENA GIL LIZASOAIN , MIXEL HERSKOVITS GIL e DANIEL HERSKOVITS GIL

LEONARDO SILVA TORRES
P/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 48, DE 15 DE ABRIL DE 2015

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: O FRANCO ATIRADOR (THE GUNMAN, Espanha / França / Reino Unido - 2015)
Produtor(es): Andrew Rona/Joel Silver
Diretor(es): Pierre Morel
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência
Processo: 08000.010588/2015-14
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: BIG TIME RUSH - A QUARTA TEMPORADA COMPLETA (BIG TIME RUSH - THE COMPLETE FOURTH SEASON, Estados Unidos da América - 2014)
Episódio(s): 01 A 13
Produtor(es): Scott Fellows
Diretor(es): Savage Steve Holland
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.010669/2015-14
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: QUANDO MEUS PAIS NÃO ESTÃO EM CASA (ILO ILO, Singapura - 2013)
Produtor(es): Fisheye
Diretor(es): Anthony Chen
Distribuidor(es): ESFERA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.010899/2015-75
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: METANÓIA (Brasil - 2015)
Produtor(es): Cia Nissi e 4U Filmes
Diretor(es): Miguel Nagle
Distribuidor(es): Cannes Produções S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas Ilícitas

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo: 08000.010900/2015-61
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: QUANDO MEUS PAIS NÃO ESTÃO EM CASA (ILO ILO, Singapura - 2013)
Produtor(es): Fisheye
Diretor(es): Anthony Chen
Distribuidor(es): ESFERA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.010901/2015-14
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: OS OLHOS AMARELOS DOS CROCODILOS (LES YEUX JAUNES DES CROCODILES, Espanha / França - 2014)
Produtor(es):
Diretor(es): Cecile Telerman
Distribuidor(es): MARES FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08000.011000/2015-31
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: SAMBA (França - 2014)
Produtor(es):
Diretor(es): Olivier Nakache/Eric Toledano
Distribuidor(es): ANTONIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFORNIA FILMES
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.011001/2015-86
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: SOBRENATURAL - A ORIGEM (INSIDIOUS - CHAPTER 3, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es):
Diretor(es): Leigh Whannell
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Terror
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.011275/2015-75
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: MEU PASSADO ME CONDENA 2 (Brasil - 2014)
Produtor(es): Mariza Leão
Diretor(es): Julia Rezende
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.011291/2015-68
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: QUALQUER GATO VIRA LATA 2 (Brasil - 2014)
Produtor(es): Mariza Leão
Diretor(es): Roberto Santucci
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.011292/2015-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 49, DE 15 DE ABRIL DE 2015

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: TOY SOLDIERS WAR CHEST (Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): UBISOFT
Distribuidor(es): Não informado
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Categoria: Ação/Estratégia
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000338/2015-89
Requerente: ANDRES CHIRINO

Título: SHIFTLINGS (Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): ACTIVISION PUBLISHING, INC.
Distribuidor(es): ACTIVISION PUBLISHING, INC.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Plataforma/Puzzle
Plataforma: Wii U
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000340/2015-58
Requerente: Positivo Informática S/A.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 50, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Programa: BAND FOLIA 2015 (Brasil - 2015)
Produtor(es): Televisão Bandeirantes
Diretor(es): Roberto Y Pla Trevas Filho
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Variedades/Cultural
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.000723/2015-13
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: SERENA (Estados Unidos da América / França - 2014)
Produtor(es): Susanne Bier/Ben Cosgrove
Diretor(es): Susanne Bier
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Sexo e Drogas Lícitas
Processo: 08000.008136/2015-64
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de episódios: BEN 10 OMNIVERSE - TEMPORADA 2 - VOLUME 4 (BEN 10 OMNIVERSE - COMPLETE SEASON 2 - VOL. 4, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Cartoon Network Studios
Diretor(es):
Distribuidor(es): Warner Bros Entertainment, Inc.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil/Animação
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.008776/2015-74
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: ARREMESSO DE OURO (MILLION DOLLAR ARM, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Walt Disney Pictures
Diretor(es): Craig Gillespie
Distribuidor(es): SONOPRESS - RIMO DA AMAZÔNIA INDUSTRIA E COMÉRCIO FONOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Biografia
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08000.009316/2015-63
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: A ESPERANÇA É A ÚLTIMA QUE MORRE - TRAILER 2 (A ESPERANÇA É A ÚLTIMA QUE MORRE, Brasil - 2015)
Produtor(es): Luciana Boal Marinho/Diego Paiva/Isabel Graça
Diretor(es): Calvito Leal
Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda / Downtown Filmes
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.009927/2015-10
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: UMA LONGA JORNADA (THE LONGEST RIDE, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Marty Bowen/Wyck Gordfrey/Nicholas Sparks
Diretor(es): George Tillman Jr
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama/Romance
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.010677/2015-52
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O DANÇARINO DO DESERTO (DESERT DANCER, Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Luis Astorquia/Fabiola Beracasa/Pippa Cross/Richard Raymond
Diretor(es): Richard Raymond
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Biografia
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Drogas Ilícitas
Processo: 08000.010682/2015-65
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

FIlme: PARA O QUE DER E VIER (ARE YOU HERE, Estados Unidos da América - 2013)
Produtor(es): Gilbert Films
Diretor(es): Matthew Weiner
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Nudez , Conteúdo Sexual e Drogas Ilícitas
Processo: 08000.010910/2015-05
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: NOITE SEM FIM (RUN ALL NIGHT, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Roy Lee/John Powers Middleton/Julian Wall
Diretor(es): Marcos Jorge
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.011003/2015-75
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: O EXTERMINADOR DO FUTURO - GÊNESIS - TRAILER 2 (TERMINATOR - GENISYS, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): David Ellison/Dana Goldberg
Diretor(es): Alan Taylor
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.011524/2015-22
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: TUDO POR AMOR AO CINEMA (Brasil - 2014)
Produtor(es): Aurora Filmes Ltda Me/Olhar Imaginário Ltda. EPP/Imagem Céuvagem
Diretor(es): Antônio Aurélio Michiles
Distribuidor(es): Não informado
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000215/2015-48
Requerente: OLHAR IMAGINÁRIO LTDA EPP

Filme: SANTA TERESA (Brasil - 2014)
Produtor(es): Eduardo Baggio
Diretor(es): Eduardo Baggio
Distribuidor(es): Não informado
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Conteúdo impactante
Processo: 08017.000302/2015-03
Requerente: CHANCELA NACCARI

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO
Em 16 de abril de 2015

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014:

Despacho nº 151/2015/COCIND/DEJUS/SNJ
Processo MJ nº 08017.000009/2015-38
Série: "FAKING IT - 1ª TEMPORADA"
Emissora: MTV Brasil

CONSIDERANDO que o programa em questão foi autoclassificado e exibido como "não recomendado para menores de dez anos", pela emissora do serviço de acesso condicionado;

CONSIDERANDO que, em 12 de dezembro de 2014, mediante denúncia fundamentada, instaurou-se processo administrativo para averiguar possíveis discrepâncias entre o conteúdo exibido e a autoclassificação;

CONSIDERANDO que em 12 de março de 2015 este Ministério questionou a emissora acerca da constatada exibição de conteúdos incompatíveis com a classificação autoatribuída.

CONSIDERANDO que, em 20 de março de 2015, a emissora solicitou a classificação da obra como "não recomendada para menores de catorze anos", acatando o parecer deste Ministério. Resolve deferir o pedido para classificar a série "FAKING IT - 1ª TEMPORADA" como "não recomendado para menores de catorze anos" por apresentar sexo e drogas lícitas.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

Na Instrução Normativa nº 22, de 15 de abril de 2015, publicada no DOU de 16-4-2015, Seção 1, página 35, exclua-se o título: EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

(p/Coejo)

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 401/GM/MS, de 9 de abril de 2015, publicada na Edição Extra do Diário Oficial da União nº 68-B, de 10 de abril de 2015, Seção 1, página 9, onde se lê: "Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro" , leia-se: "Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad".

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 292, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Defere readequação de projetos no âmbito do Programa Nacional Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Esta Portaria defere readequação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), nos seguintes termos:

I - Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira - IMIP

CNPJ: 10.988.301/0001-29

Nome do Projeto: Educação Permanente em Cuidados Paliativos.

SIPAR 25000.159043/2014-35

Valor readequado: R$ 903.272,29 (novecentos e três mil, duzentos e setenta e dois reais e vinte e nove centavos).

Resumo do projeto: Promover ações de educação permanente sobre cuidados paliativos para a equipe multiprofissional de toda a linha de cuidado da atenção oncológica.

II - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

CNPJ: 92.815.000/0001-68

Nome do Projeto: Ampliação de ações de prevenção e detecção precoce de câncer.

SIPAR: 25000.162213/2014-69

Valor readequado: R$ 164.780,15 (cento e sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta reais e quinze centavos).

Resumo do projeto: Ampliar os serviços prestados de diagnóstico precoce de câncer de pele; Ampliar os serviços prestados de diagnóstico de câncer de colo de útero; Aprimorar o acolhimento e as orientações aos usuários com câncer.

III - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

CNPJ: 92.815.000/0001-68

Nome do Projeto: Cuidando das nossas crianças.

SIPAR: 25000.162246/2014-17

Valor readequado: R$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais)

Resumo do projeto: Qualificar a assistência prestada aos pacientes atendidos, melhorando o manejo da dor, diminuindo o tempo entre diagnóstico e início do tratamento das crianças com câncer e melhorando o acesso à informação sobre as neoplasias infantis.

Art. 2º Esta Portaria torna sem efeito as informações relativas aos projetos publicadas no inciso II do Art. 1º da Portaria GAB/SE nº 1.131, de 5 de dezembro de 2014; e incisos IV e V do Art. 1º da Portaria GAB/SE nº 1.133, de 10 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

PORTARIA Nº 293, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS n° 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), nos seguintes termos:

I - Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer-GRAACC

CNPJ: 67.185.694/0001-50

Nome do Projeto: Treinamento, Desenvolvimento e Atualização de Equipes Multiprofissionais do Hospital do GRAACC.

SIPAR: 25000.166.273/2014-51

Valor readequado: R$ 4.241.905,45 (Quatro milhões, duzentos e quarenta e um mil, novecentos e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

Resumo do projeto: Disponibilizar continuamente as mais sofisticadas terapias existentes no mundo para atender diferentes tipos de tumores, oferecendo o que há de mais moderno no tratamento, com recursos humanos capacitados, espaço físico adequado e utilização de técnicas modernas de tratamento, para elevar o nível de resolutividade do câncer infantojuvenil.

Art. 2º Torna sem efeito as informações relativas ao projeto publicadas no inciso VIII do Art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.065, de 21 de novembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

PORTARIA Nº 294, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Defere pedido de credenciamento no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS n° 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para o credenciamento de instituições no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere pedido de credenciamento, para apresentação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), da instituição abaixo relacionada:

I - Instituto Sustentarte, CNPJ 20.200.400/0001-58, Processo SIPAR 25000.017965/2015-57.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

PORTARIA Nº 295, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Esta Portaria defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), nos seguintes termos:

I - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belo Horizonte

CNPJ: 18.216.366/0001-68

Nome do Projeto: Programa de Capacitação em Neuropsicologia do Desenvolvimento para as APAEs de Minas Gerais.

SIPAR: 25000.163673/2014-12

Valor aprovado: R$ 2.881.704,44 (dois milhões, oitocentos e oitenta e um mil, setecentos e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

Resumo do Projeto: Implementar um programa de educação customizado a 500 educadores das APAEs de Minas Gerais na área de neuropsicologia do desenvolvimento, com ênfase na utilização da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde e no treinamento comportamental de pais no contexto de indivíduos com transtornos do neurodesenvolvimento e suas famílias.

Art. 2º Esta Portaria torna sem efeito as informações relativas ao projeto publicadas no inciso III do Art. 1º da Portaria GAB/SE nº 1.117, de 3 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

PORTARIA Nº 296, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Defere pedido de credenciamento no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS n° 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para o credenciamento de instituições no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere pedido de credenciamento, para apresentação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), das instituições abaixo relacionadas:

I - Casa do Cristo Redentor, CNPJ 62.366.844/0001-08, processo SIPAR 25000.194.135/2014-61.

II- Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações, CNPJ 04.834.065/0005-17, processo SIPAR 25000.018.549/2015-76.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DECISÃO DE 16 DE ABRIL DE 2015

A Diretora-Presidente Substituta da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 10, IV, e 11, IV da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, proferiu decisão ad referendum da Diretoria Colegiada:

Decisão: Aprovado o pedido de afastamento do país do servidor JOÃO BOAVENTURA BRANCO DE MATOS, matrícula SIAPE 1513765, Especialista em Regulação, Gerente-Executivo na DIDES, para participar, em viagem de Representação, do evento I FÓRUM DE CLÚSTER SAÚDE, em Santiago, Chile. O período de afastamento será de 26 a 29 de maio de 2015, inclusive trânsito, com ônus limitado para a ANS.

MARTHA REGINA DE OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 374, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009; e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem os incisos II e III do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; o inciso IV do artigo 9º do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000; o inciso IV do artigo 6º e a alínea "a" do inciso II do artigo 86 da Resolução Normativa nº 197, de 16 de julho de 2009; em reunião realizada no dia 7 de abril de 2015 adotou a seguinte Resolução Normativa e eu, Diretora-Presidente Substituta, determino a sua publicação:

Art. 1º Esta Resolução Normativa - RN altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS instituído pela RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.

Art. 2º Os incisos I e II e o caput do artigo 66, o artigo 66-A, o inciso IX do artigo 67 e o inciso XIII do artigo 70 da RN nº 197, de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 66. Compete à Assessoria Especial da PROGE - ASSEP:

I - assessorar diretamente o Procurador-Chefe por intermédio de pronunciamentos jurídicos, estudos, pesquisas ou trabalhos de cunho estratégico sobre temas de Direito, e nos demais assuntos por ele determinados; e

II - supervisionar as atividades administrativas desenvolvidas pela COSAI." (NR)

"Art. 66-A. Compete à Coordenadoria de Suporte Administrativo e Institucional - COSAI:

I - coordenar as atividades administrativas e operacionais da PROGE;

II - controlar e executar os serviços inerentes a material, comunicação administrativa, reprografia e demais serviços gerais necessários ao regular desempenho das atribuições da PROGE;

III - receber e expedir respostas elaboradas pela ANS às denúncias, consultas e requisições formuladas pelo Poder Judiciário, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, órgãos da Advocacia Geral da União, Procuradorias Gerais Estaduais e Municipais, Polícia Federal, Polícias Civis Estaduais, bem como encaminhar, quando solicitado, outros expedientes produzidos pela Agência a esses órgãos públicos, sem prejuízo das atribuições dos Núcleos e da COINQ;

IV - receber, analisar e responder as requisições de elementos de fato e de direito oriundas dos órgãos de execução da PGF e AGU para subsidiar a defesa judicial da ANS nas ações relativas à cobrança de seus créditos, ouvindo, se necessário, a GECON e a GEDAT;

V - solicitar, preferencialmente por meio eletrônico, os subsídios pertinentes às requisições referidas no inciso anterior aos respectivos órgãos da ANS;

VI - instruir os processos administrativos que se encontram na PROGE com cópia das decisões judiciais comunicadas pelos órgãos de execução da PGF e AGU, dando-lhes os encaminhamentos pertinentes;

VII - encaminhar, preferencialmente por meio eletrônico, as decisões judiciais relacionadas à cobrança dos créditos da ANS a seus órgãos competentes; e

VIII - administrar o arquivo da PROGE, organizando e arquivando seus documentos, inclusive em meio eletrônico, e processos administrativos que se encontram em sua posse." (NR)

"Art. 67.....

IX - coordenar e orientar tecnicamente os órgãos da PGF e da AGU no que diz respeito à defesa judicial e extrajudicial da ANS, sem prejuízo das atribuições da COSAI; e

....." (NR)

"Art. 70.....

.....

XIII - prestar informações aos órgãos da PGF e da AGU, por intermédio da COSAI, encaminhando elementos de fato e de direito referentes às execuções fiscais; e

....." (NR)

Art. 3º A RN nº 197, de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 66-B. Compete à Assessoria de Apoio às Reuniões de Diretoria Colegiada e Demais Assuntos - ASSERDC assessorar diretamente o Procurador-Chefe na análise jurídica das pautas de reuniões de Diretoria Colegiada, e nos demais assuntos por ele determinados."

Art. 4º Fica transferido, sem aumento de despesa, um Cargo Comissionado Técnico, símbolo CCT - III, da Assessoria de Relações Institucionais - ASSERI para a Coordenadoria de Suporte Administrativo e Institucional - COSAI na estrutura da PROGE.

Art. 5º Os campos do Anexo I da RN nº 197, de 2009, e do Anexo da RN nº 198, 2009, referentes à estrutura da PROGE, passam a vigorar, respectivamente, conforme os Anexos desta Resolução Normativa.

Art. 6º Ficam revogados os incisos III a VII do artigo 66 e o artigo 67-A da RN nº 197, de 2009.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARTHA REGINA DE OLIVEIRA
Diretora-Presidente
Substituta

ANEXO

PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À ANS - PROGE			
	1	Procurador-Geral	CGE II
	2	Assessor	CCT V
1 Assessoria Especial da PROGE - ASSEP	1	Assessor	CCT IV
1.1 Coordenadoria de Suporte Administrativo e Institucional - COSAI	1	Coordenador	CCT III
2 Assessoria de Apoio às Reuniões de Diretoria Colegiada e Demais Assuntos - ASSERDC	1	Assessor	CGE III
3 Gerência de Contencioso - GECON	1	Gerente	CCT III
4 Gerência de Consultoria Administrativa - GEADM	1	Gerente	CGE III
5 Gerência de Consultoria Normativa - GECOS	1	Gerente	CGE III
6 Gerência de Dívida Ativa - GEDAT	1	Gerente	CGE III

SECRETARIA-GERAL
NÚCLEO DA ANS SÃO PAULO

DECISÕES DE 9 DE ABRIL DE 2015

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 140, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.078046/2014-59	ASSIMÉDICA SISTEMA DE SAUDE LTDA.	401846.	03.016.500/0001-00	1)Art. 8º da Lei 9656/98 c/c art. 13, anexo II, item 6 da RN 100/05; 2)art. 17 § 4º da Lei 9656/98.	Advertência e 116.633,68 (CENTO E DEZESSEIS MIL, SEISCENTOS E TRINTA E TRES REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS)
25789.072138/2014-25	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 25 da Lei 9656/98, por deixar de cumprir contrato, ao negar cob. p/ Facectomia c/ impl. de lentes intraoculares.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.108680/2012-61	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Artigo 19, § 3º, da Lei 9656/98.	Auto de Infração 41463 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.045805/2013-16	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art.35-C, II, da Lei 9656/98, por negar cob. p/ artroscopia de ombro direito p/ trat. de lesão no manguito rotador.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
25789.067936/2014-35	PLANO HOSPITAL SAMARITANO LTDA	411256.	03.011.072/0001-22	Art. 12, II, alínea a da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ artodrese de coluna.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.016700/2010-15	AMEPLAN ASSISTÊNCIA MEDICA PLANEJADA LTDA	394734.	67.839.969/0001-21	Art. 17, § 4º da Lei 9656/98, ao redimensionar rede, com a exclusão do Hospital Nossa Senhora de Fátima.	79.623,16 (SETENTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E VINTE E TRES REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)
25789.023356/2014-36	PRODENT - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA.	380041.	61.590.816/0001-07	Art. 4º, II, da Lei 9961/00, c/c art. 25 da Lei 9656/98 e art. 5º da RN 195/09.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
25789.060872/2014-41	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Art. 12, I, alínea a da Lei 9656/98, por negar cobertura para o pronto atendimento médico.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.008163/2014-55	GREEN LINE SISTEMA DE SAUDE S.A	325074.	61.849.980/0001-96	Art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 11, § 7º, da RN 48/03, incluído pela RN 337/13.	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
25789.008512/2014-39	AMICO SAUDE LTDA.	306622.	51.722.957/0001-82	Art. 12, I, alínea a, da Lei 9656/98, por negar cobertura para consulta com neurocirurgião.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.089456/2013-44	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 12, I, alínea a, da Lei 9656/98, por negar cobertura para consulta com endocrinologista.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.017949/2014-63	NOTRE DAME SEGURADORA S/A	006980.	62.498.803/0001-75	Art. 12, II, alínea a da Lei 9656/98 por negar cobertura p/ reconstrução da mama c/ prótese e/ou expansor em casos de lesões traumáticas e tumores.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25789.099481/2013-36	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Art. 17, § 4º da Lei 9656/98, ao redimensionar a rede, c/ exclusão do HOSPITAL ITATIBA LTDA.	78.320,00 (SETENTA E OITO MIL, TREZENTOS E VINTE REAIS)
25789.004090/2013-41	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Art. 12, II, alínea a, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ trat. cir. de diástase dos retos-abdominais, dermolipectomia e salpingectomia.	240.000,00 (DUZENTOS E QUARENTA MIL REAIS)
25789.097278/2013-25	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 25, da Lei 9656/98, ao descumprir contrato, ao negar cob. p/infiltração intralesional, cicatricial e hemangiomas.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.041013/2011-19	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 25 da Lei 9656/98, por negar reembolso dos valores relacionados aos honorários médicos relativos à cirurgia.	66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS)
25789.026063/2014-19	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Art. 25 da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ tomografia de coerência ótica e tratamento ocular quimioterápico com antiangiogênico.	132.000,00 (CENTO E TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25789.017494/2014-86	AMICO SAUDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Art. 13, § único, II, da Lei 9656/98, por rescindir unilateralmente o contrato em desac. c/ legislação.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25789.063624/2014-52	ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA	417530.	11.939.445/0001-58	Art. 12, I, alínea b, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ tomografia computadorizada de abdome total.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.093595/2012-91	PS PADRÃO ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA	417271.	11.273.573/0001-05	Art. 25 da Lei 9656/98, ao rescindir, em prazo inferior a 30 dias, sob alegação de inadimplência, o contrato.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.046614/2014-52	SAÚDE MEDICOL S/A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	309231.	02.926.892/0001-81	Art. 12, I, alínea b da Lei 9656/98 por negar cobertura para tomografia de tórax.	52.800,00 (CINQUENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS REAIS)
25789.093696/2013-43	LAM OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE LTDA.- EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	360961.	03.227.640/0001-27	Art. 12, II, alínea a, da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ retirada de cbc sólido pigmentado de face e anátomo-patológico.	35.200,00 (TRINTA E CINCO MIL, DUZENTOS REAIS)
25789.008532/2014-18	ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTOVÃO	314218.	60.975.174/0001-00	Artigo 12, inciso II, da Lei 9.656/98.	Auto de Infração 52553 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.065305/2013-09	PLURICLUB ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA.	417751.	11.275.925/0001-61	Art. 25 da Lei 9656/98 por descumprir cláusula contratual ao excluir beneficiária por motivo diverso do previsto.	24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)
25789.083718/2011-03	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE S.A	325074.	61.849.980/0001-96	Art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 3º da RN 186/09, por deixar de cumprir as regras estabelecidas pela legislação para portabilidade de carências.	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
25789.098970/2012-90	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, II, alínea a da Lei 9656/98, por negar cob. p/ lentes intraoculares Acrylsoft p/ facectomia c/facoemulsificação.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.063870/2014-12	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE S.A	325074.	61.849.980/0001-96	Art. 9º, II, da Lei 9656/98 c/c art. 11 da RN 85 alt. pela RN 100/05, ao incluir beneficiários no produto quando estava suspenso.	250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)
25789.057750/2014-78	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Artigo 12, II, "a", da Lei nº 9.656/98.	Auto de Infração 53924 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.039464/2014-21	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 13, § único, II, da Lei 9656/98, por rescindir contrato, sem notif. até o quinquagésimo dia de inadimplência.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.026042/2014-95	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Art. 25 da Lei 9656/98 por negar cobertura p/ médico endocrinologista, conf. obrigação contratual.	66.000,00 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS)
25789.083509/2011-51	BIO SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	402966.	03.123.146/0001-12	1)Art. 12, I, da Lei 9656/98, e 2) art. 17, § 4º da Lei 9656/98.	31.010,00 (TRINTA E UM MIL, DEZ REAIS)
25789.036064/2014-63	ALLIANZ SAÚDE S/A	000515.	04.439.627/0001-02	Art. 12, I, alínea a da Lei 9656/98 por negar consulta de ginecologia.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.057537/2014-66	ASSOCIAÇÃO ASSIT E EM DEFESA DOS DIREITOS DOS COM. IND. AUT. E TRAB EM GERAL - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	416304.	05.256.845/0001-66	Art. 4°, XXXII e art. 10, II da Lei 9961/00, c/c art. 7°-A, IV, §4° da RN 186/09 alt. pela RN 252/11, por não enviar comunicado inf. abertura de prazo para portabilidade especial de carências.	5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
25789.060139/2014-27	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	Inciso XXXII do artigo 4° e inciso II do artigo 10.	Auto de Infração 55549 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.076755/2014-08	BRADESCO SAUDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Art. 12, II, alínea a da Lei 9656/98 por negar cobertura para p/ microcirurgia para tumor cerebral.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
33902.669502/2013-78	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Art. 12, I, alínea b da Lei 9656/98 por negar cobertura p/ ressonância magnética de pelve.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.089782/2013-51	PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAUDE LTDA	302147.	00.461.479/0001-63	Art. 33 da Lei 9656/98, por negar acomodação em apartamento no Hospital Sáncta Maggiore Paraíso.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
25789.061245/2012-66	MEDICAL HEALTH OPERADORA DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	337781.	52.565.587/0001-80	Art. 8º da Lei 9656/98 c/c art. 13, anexo - II, 6 da RN 85/04 alt. pela RN 100/05, por operar, de forma diversa da registrada, produtos.	140.000,00 (CENTO E QUARENTA MIL REAIS)
25789.019075/2014-89	ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTOVÃO	314218.	60.975.174/0001-00	Art. 25 da Lei 9656/98, ao descumprir contrato, ao negar cob. p/lentes intraoculares em facectomia.	36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)
25789.089279/2012-15	SANTO ANDRÉ PLANOS DE ASSISTENCIA MÉDICA LTDA.	400190.	02.282.844/0001-06	Art. 12, II, alínea a da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ proced. cir. de hemagioma, linfogioma ou nevus.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.026649/2014-75	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	Art. 25 da Lei 9656/98, por cancelar plano coletivo por adesão, por alegação de inadimplência sem comprovação.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.011911/2013-04	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Art. 12, II, alínea e da Lei 9656/98, por negar cob. p/ meia elástica e perneira de MMII utiliz. em Colecistectomia c/ Colangiogfrafia.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.034134/2014-49	PORTO SEGURO - SEGURO SAÚDE S/A	000582.	04.540.010/0001-70	Art. 12, II, alínea a da Lei 9656/98 por negar cob. p/ artroplastia para luxação recidivante da articulação têmporo-mandibular.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.063750/2014-15	CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL	339679.	02.812.468/0001-06	Art. 12, II, a, da Lei 9656/98, por negar cob. p/ cranioplastia e microcirurgia p/ retirada de tumor cerebral.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.010269/2011-76	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Art. 35-C, I da Lei 9656/98, por negar cob. p/ proced. cir. Lesão Cerebral na Temporal - Tumor.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
25789.057532/2014-33	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Art.12, II, alínea d da Lei 9656/98, por negar cobertura p/ COLANGIOPANCREATOGRAFIA RETRÓGRADO ENDOSCÓPICA.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.019507/2013-71	HBC SAÚDE S/C LTDA.	414352.	05.011.316/0001-00	Art. 12,I, alínea a da Lei 9656/98, por negar cobertura para consulta com médico ginecologista.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25789.057894/2014-24	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Art. 12, II, alínea a da Lei 9656/98 por negar cob. p/ hérnia de disco tóraco-lombar Trat. Cir. Laminectomia por Seg..	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.091443/2013-35	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE S.A	325074.	61.849.980/0001-96	Art. 12, I, alínea a, da Lei 9656/98, por negar cob. p/ consultas de reumatologia, cardiologia e ortopedia.	264.000,00 (DUZENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25789.056948/2014-34	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO - HOSPITAL SÃO VICENTE	353264.	59.901.454/0001-86	Art. 25 da Lei 9656/98, por deixar de cumprir contrato, ao negar cob. p/ tomografia de coerência óptica, hemograma completo, antiperoxidase tireoideana, cálcio, prolactina, prova de FSH e tiroxina livre.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

DANIELE FERREIRA PAMPLONA

DESPACHO DA CHEFE

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 13/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 11 de julho de 2007, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 65, III, §5º da Resolução Normativa - RN nº 81/2004 e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 48, de 4/11/2003, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 795/NUCLEO-SP/DIFIS/2015

PROCESSO 25789.050780/2014-53

Intima-se a Operadora ASSIMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE LTDA., com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência da lavratura do auto de infração nº 57251, na data de 10/02/2015, por infringir o artigo 12, inciso II, alínea "a" Lei 9656/1998, com penalidade prevista no artigo 77, RN 124/2006 por deixar de garantir cobertura e acesso, no âmbito da NIP, para os procedimentos Ressecção de cisto hepático com hepatectomia e Colecistectomia com colangiografia para a beneficiária A.M..

À autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar, por escrito, defesa do referido auto de infração, no seguinte endereço:

Agência Nacional de Saúde Suplementar
Diretoria de Fiscalização
NÚCLEO DA ANS SÃO PAULO
Rua Bela Cintra, 986 - 5º andar - Jardim Paulista
CEP 01415-000 - São Paulo - SP

DANIELE FERREIRA PAMPLONA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 16 de abril de 2015

Nº 34 - A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III, do art. 15, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e tendo em vista o disposto nos incisos III e IX e nos §§ 1º e 3º do art. 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014, em Circuito Deliberativo - CD 009, realizado em 14 de abril de 2015, resolve reabrir, por 15 (quinze) dias, a contar de 16 de abril de 2015, o prazo para

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à Consulta Pública nº 18, de 10 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 47, de 11 de março de 2015, seção 1, pág. 78.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA
Diretor-Presidente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.154, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O Superintendente Substituto de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº. 1.018, de 16 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 17 de junho de 2014, aliada à Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliadas aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o Laudo de Análise Fiscal de Amostra Única n.º 78.00/2015, emitido pela Fundação Ezequiel Dias (FUNED), que apresentou resultado insatisfatório no ensaio de ASPECTO, com resultado "solução límpida com presença de partícula visível de coloração escura" em desacordo com o valor de referência de solução límpida e homogênea, para o lote H-060/13 do medicamento genérico BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA, 20 mg/5ml + 2,5g/5ml, solução injetável, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote H-060/13 do medicamento genérico BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA, 20 mg/5ml + 2,5g/5ml, solução injetável (Val.: 08/2015) fabricado por Hipolabor Farmacêutica LTDA. (CNPJ: 19.570.720/0001-10).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL ROBERTO CORADI DE FREITAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.155, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 131, de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando o art. 48, IV do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969;

considerando o art. 7º, XV, e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando o item 9.3 da Portaria nº 31, de 13 de janeiro de 1998, que estabelece que o nutriente deve ser biodisponível e seguro;

considerando o item 4 da Resolução nº 17 de 30 de abril de 1999, que estabelece requisitos para comprovação de segurança para alimentos e ingredientes para consumo humano;

considerando que o produto SUPLEMENTO DE CREATINA PARA ATLETAS INSANE apresenta em sua composição zinco arginina quelato e magnésio arginina quelato, substâncias cuja segurança não estão comprovadas perante a Anvisa, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização, em todo território nacional, de todos os lotes do produto SUPLEMENTO DE CREATINA PARA ATLETAS INSANE que contêm zinco arginina quelato e magnésio arginina quelato, fabricado por Neonutri Suplementos Nutricionais Ltda. (CNPJ 02.403.427/0001-66).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.156, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 131, de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando o art. 48, IV do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969;

considerando o art. 7º, XV, e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando o item 2.2 da Portaria nº 32, de 13 de janeiro de 1998, que estabelece que, para os minerais, isolados ou combinados, adotam-se as especificações da Farmacopeia Brasileira, outras Farmacopeias oficialmente reconhecidas e ou do Food Chemical Codex;

considerando o item 9.3 da Portaria nº 31, de 13 de janeiro de 1998, que estabelece que o nutriente deve ser biodisponível e seguro;

considerando o item 4 da Resolução nº 17 de 30 de abril de 1999, que estabelece requisitos para comprovação de segurança para alimentos e ingredientes para consumo humano;

considerando que o SUPLEMENTO VITAMÍNICO E MINERAL ANABOL PACK, apresenta em sua composição bisglicinato de cromo, substância cuja segurança não está comprovada perante a Anvisa, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização, em todo território nacional, de todos os lotes do produto SUPLEMENTO VITAMÍNICO E MINERAL ANABOL PACK à base de zinco, magnésio, cromo e vitamina B6, em cápsulas, que contêm bisglicinato de cromo, fabricado por Midway International Labs Ltda. (CNPJ 01.193.586/0001-10).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.157, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 131, de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando o art. 48, IV do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969;

considerando o art. 7º, XV, e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando o item 2.2 da Portaria nº 32, de 13 de janeiro de 1998, que estabelece que, para os minerais, isolados ou combinados, adotam-se as especificações da Farmacopeia Brasileira, outras Farmacopeias oficialmente reconhecidas e ou do Food Chemical Codex;

considerando o item 9.3 da Portaria nº 31, de 13 de janeiro de 1998, que estabelece que o nutriente deve ser biodisponível e seguro;

considerando o item 4 da Resolução nº 17 de 30 de abril de 1999, que estabelece requisitos para comprovação de segurança para alimentos e ingredientes para consumo humano;

considerando que o produto SUPLEMENTO VITAMÍNICO MINERAL AKG FURY apresenta em sua composição zinco arginina quelato e manganês arginina quelato, substâncias cuja segurança não estão comprovadas perante a Anvisa, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização, em todo território nacional, de todos os lotes do produto SUPLEMENTO VITAMÍNICO MINERAL AKG FURY que contêm zinco arginina quelato e manganês arginina quelato, fabricado por Midway International Labs Ltda. (CNPJ 01.193.586/0001-10).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.158, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 131, de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando o art. 48, IV do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969;

considerando o art. 7º, XV, e o art. 8º, § 1º, II da Lei 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando o item 9.3 da Portaria nº 31, de 13 de janeiro de 1998, que estabelece que, para os minerais, isolados ou combinados, adotam-se as especificações da Farmacopeia Brasileira, outras Farmacopeias oficialmente reconhecidas e ou do Food Chemical Codex;

considerando o item 9.3 da Portaria nº 31, de 13 de janeiro de 1998, que estabelece que o nutriente deve ser biodisponível e seguro;

considerando o item 4 da Resolução nº 17 de 30 de abril de 1999, que estabelece requisitos para comprovação de segurança para alimentos e ingredientes para consumo humano;

considerando que o produto PÓ PARA O PREPARO DE COMPOSTO LÍQUIDO REDWAY 3D apresenta em sua composição zinco arginina quelato, substância cuja segurança não está comprovada perante a Anvisa, resolve:

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização, em todo território nacional, de todos os lotes do produto PÓ PARA O PREPARO DE COMPOSTO LÍQUIDO REDWAY 3D que contêm zinco arginina quelato, fabricado por Midway International Labs Ltda. (CNPJ 01.193.586/0001-10).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

PORTARIA Nº 17, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Institui o fluxo de recebimento, análise e resposta às demandas de controle administrativo interno e externo no âmbito da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE/MS).

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS, no uso das atribuições que lhes conferem os art. 29 e seguintes do Anexo ao Decreto n.º 8.065, de 7 de agosto de 2013, e

Considerando a Portaria/SE n.º 65, de 29 de janeiro de 2014, que aprova o Módulo Sipar-Diligência e o Manual de Procedimentos do Processo "Atender Diligências de Órgãos de Controle" e dispõe sobre a Rede Interna de Controle;

Considerando o teor da Solicitação de Auditoria n.º 201406164 oriunda da Controladoria-Geral da União, a qual, apontando as fragilidades na estrutura interna da SCTIE/MS para o acompanhamento e atendimento das recomendações do controle interno, destacou a necessidade de se estabelecer um fluxo padronizado no âmbito da SCTIE/MS quanto às demandas de controle administrativo interno e externo, visando imprimir qualidade à análise e resposta à tais demandas; e

Considerando a imprescindibilidade de garantir um monitoramento efetivo e periódico ao fluxo e ao atendimento das demandas, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o fluxo de recebimento, análise e resposta às demandas de controle interno e externo no âmbito da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE/MS), nos termos das orientações desta Portaria.

§1º Para fins desta Portaria, por demandas de controle interno entende-se as consultas, determinações, recomendações, dentre outras manifestações, decorrentes de auditorias e fiscalizações do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SNA), da Controladoria-Geral da União (CGU), Corregedoria-Geral no Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), dentre outros órgãos que exercem controle interno sobre a Administração Pública.

§2º Para fins desta Portaria, por demandas de controle externo entende-se as consultas, determinações, recomendações, dentre outras manifestações, decorrentes de auditorias e fiscalizações do Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunais de Contas Estaduais (TCE), Ministérios Públicos, dentre outros órgãos que exercem controle externo sobre a Administração Pública.

Art. 2º No âmbito da SCTIE/MS dever-se-á observar o seguinte fluxo de recebimento, análise e resposta às demandas de controle administrativo interno e externo:

§1º Para as demandas endereçadas ao Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos:

I - as demandas recebidas pelo Apoio Administrativo da SCTIE deverão ser imediatamente encaminhadas ao Gabinete da SCTIE/MS, o qual as remeterá à equipe interna responsável pela análise das demandas de controle;

II - a equipe interna do Gabinete da SCTIE/MS irá realizar o cadastramento da demanda em sistema próprio, identificando o objeto tratado e o prazo estipulado para resposta, encaminhando a demanda ao Departamento competente para seu atendimento, destacando o prazo para resposta;

III - o Gabinete de cada Departamento receberá a demanda e irá direcioná-la à Coordenação e/ou Área Técnica competente pela análise e manifestação e, se for o caso, solicitará, justificadamente, dilação de prazo ao Gabinete da SCTIE/MS;

IV - caberá ao Diretor de cada Departamento verificar se a demanda foi devida e integralmente respondida, responsabilizando-se pelo conteúdo e a veracidade das informações prestadas;

V - após a análise e manifestação, o Departamento deverá restituir a demanda ao Gabinete da SCTIE/MS, o qual, por meio de sua equipe interna, registrará a resposta em seu sistema interno, providenciando o encaminhamento da mesma ao órgão demandante e remetendo cópia da demanda devidamente respondida à Assessoria Especial de Controle Interno.

§2º Para as demandas endereçadas aos Diretores e Coordenadores dos Departamentos da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos:

I - as demandas recebidas pelo Apoio Administrativo da SCTIE deverão ser imediatamente encaminhadas ao Gabinete da SCTIE/MS, o qual as remeterá à equipe interna responsável pela análise das demandas de controle;

II - a equipe interna do Gabinete da SCTIE/MS irá realizar o cadastramento da demanda em sistema próprio, identificando o objeto tratado e o prazo estipulado para resposta, encaminhando a demanda ao Departamento ou Coordenação competente para seu atendimento, destacando o prazo para resposta;

III - o Diretor ou Coordenador demandado deverá remeter, com a devida justificativa, solicitação de dilação de prazo diretamente ao órgão de controle interno e/ou externo demandante, comunicando ao Gabinete da SCTIE/MS eventual recusa do pedido;

IV - caberá ao Diretor ou Coordenador verificar se a demanda foi devida e integralmente respondida, responsabilizando-se pelo conteúdo e a veracidade das informações prestadas;

V - após a análise e manifestação, o Diretor ou Coordenador demandado deverá responder diretamente ao órgão de controle demandante, devendo remeter cópia da resposta ao Gabinete da SCTIE/MS, o qual, por meio de sua equipe interna, registrará a resposta em seu sistema interno, encaminhando cópia da demanda devidamente respondida à Assessoria Especial de Controle Interno.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º Os órgãos da SCTIE/MS que, justificadamente, não puderem atender às demandas no prazo estabelecido, deverão solicitar, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis do seu recebimento, a sua prorrogação na forma especificada no art. 2º, sob pena de aplicação aos responsáveis das penalidades previstas nos artigos 121 a 126 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sem prejuízo da devida responsabilização civil e penal cabível.

Art. 4º Caso inexista prazo estipulado pelo órgão de controle demandante, observar-se-á a natureza do tema tratado e a prioridade a ser atribuída à demanda.

Art. 5º Caso o Departamento ou Coordenação verifique que a demanda não trata de matéria afeta à sua competência ou não se exaure no âmbito de suas atribuições, deverá redirecionar a demanda ao órgão competente, dando efeito itinerante à solicitação, observando o seguinte:

§1º Para as demandas endereçadas ao Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, eventual necessidade de redirecionamento a outro órgão, ocasionará a restituição da demanda, em até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da demanda, ao Gabinete da SCTIE/MS, com indicação expressa da área competente para as informações ou providências a serem prestadas ou adotadas, sob pena de aplicação das medidas previstas no art. 3º.

§2º Para as demandas endereçadas aos Diretores e Coordenadores dos Departamentos da Secretaria de Ciência, Tecnologias e Insumos Estratégicos, eventual redirecionamento da demanda a outro órgão deverá ser imediatamente comunicado ao órgão de controle demandante, com cópia ao Gabinete da SCTIE/MS.

Art. 6º Quando o Departamento e/ou Coordenação verificar inconsistência ou não aplicabilidade da recomendação ou determinação do órgão de controle demandante deverá justificar expressamente tal situação em sua manifestação.

Art. 7º Cada Departamento e/ou Coordenação contará com equipe responsável pelo controle dos prazos para atendimento das demandas enviadas às suas subunidades.

Art. 8º Competirá aos Departamentos promover o mapeamento de todas as demandas de controle que se encontram pendentes em seus Departamentos e Coordenações, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta Portaria, de forma a apresentar o diagnóstico situacional do órgão ao Gabinete da SCTIE.

Art. 9° Sem prejuízo do regular atendimento das demandas de controle administrativo interno e externo recebidas, a equipe interna do Gabinete da SCTIE será estruturada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias adequando seu funcionamento aos termos da presente portaria.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO BATISTA PAIVA

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 96, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos processos nº 53680.000874/1998 e nº 53000.071349/2013, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PROGRESSISTA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SONORA DE IGARAPÉ DO MEIO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Igarapé do Meio, estado do Maranhão.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 99, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.059441/2011-45, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Campina Grande, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 102, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos processos nº53680.000886/1998 e nº 53000.019809/2013, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de maio de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA BOA NOTÍCIA, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Duque Bacelar, estado do Maranhão.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 111, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos processos nº 53103.000588/1998 e 53000.021295/2013, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de junho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO ALTERNATIVA FM para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Agrestina, estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 123, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9o e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.060827/2013, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGUANOVENSE, com sede à Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 125, - Centro, no município de Água Nova, estado do Rio Grande do Norte, para executar o serviço de radiodifusão comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 87,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3° do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 142, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, comum com o subitem 20.6 da Norma nº 01, de 2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.007887/2014, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO E RÁDIO SÃO PEDRO, por meio da Portaria nº 286, de 16 de maio de 2001, publicada no Diário Oficial da União em 31 de maio de 2001, para executar o serviço de radiodifusão comunitária no município de Taquaritinga, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 143, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 36 do Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, comum com o subitem 20.6 da Norma nº 01 de 2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.052075/2012, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à OBRA DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CACHOEIRA - OAPC, por meio da Portaria nº 459, de 14 de agosto de 2000, publicada no Diário Oficial da União em 25 de agosto de 2000, para executar o serviço de radiodifusão comunitária no município de Cachoeira, estado da Bahia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 30 de junho de 2011

Processo nº 53504.030131/2008.

Nº 5.061 - O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os autos do procedimento administrativo epigrafado, instaurado com vistas a apurar a conduta da TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP, Concessionária do STFC, inscrita no CNPJ sob o nº 02.558.157/0001-62, em decorrência de tarifação incorreta e irregularidade na apresentação de documentos de cobrança, e considerando o que consta nos termos dos Informes nº 170/2010-PBCPA/PBCP, de 17 de maio de 2010, nº 428/2010-PBCPA/PBCP, de 28 de outubro de 2010 e nº 249/2011/PBCPA/PBCP, de 29 de junho de 2011, e dos Pareceres nº 824/2010/LBC/PGF/PFE-Anatel e nº 530/2011/LFF/PGF/PFE-Anatel, acolhendo-os e integrando as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação, nos termos do art. 54, §1º do Regimento Interno, RESOLVE: (i) APLICAR à TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP, Concessionária do STFC, inscrita no CNPJ sob o nº 02.558.157/0001-62, sanção de MULTA, prevista no art. 173, inciso II, da Lei n.º 9.472/97 c/c art. 4º, inciso II, c/c art. 7º, do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 344, de 18 de julho de 2003, no valor de R$37.585,23 (trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte e três centavos) distribuída da seguinte forma: a) Multa de R$8.673,51 (oito mil seiscentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos) pela tarifação incorreta de chamadas locais; b) Multa de R$9.637,24 (nove mil seiscentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos) pela tarifação incorreta de chamadas destinadas ao SMP; c) Multa de R$9.637,24 (nove mil seiscentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos) pela tarifação incorreta de chamadas sucessivas; d) Multa de R$9.637,24 (nove mil seiscentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos) pela tarifação incorreta de chamadas a cobrar; (ii) DETERMINAR à Concessionária a devolução em dobro do que se pagou em excesso, acrescido dos mesmos encargos aplicados pela prestadora aos valores pagos em atraso, nos casos descritos no item i, para os consumidores/assinantes lesados, nos termos do art. 42 da Lei 8.078/90 e art. 98 do RSTFC, anexo à Resolução n.º 426, com apresentação à Agência dos comprovantes de devolução no prazo máximo de 90 (noventa) dias; (iii) NOTIFICAR a TELESP acerca do teor do presente Despacho

ROBERTO PINTO MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 2.544, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Processo n.º 53500.000524/2003 - Transferir à Cooperativa Mista de Transporte de Táxi de Betim, CNPJ/MF n.º 20.428.509/0001-47, a outorga detida pela Associação dos Taxistas de Betim, CNPJ/MF n.º 22.733.810/0001-90.

FILIPE SIMAS DE ANDRADE
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES

ATO Nº 50, DE 8 DE JANEIRO DE 2015

Processo n.º 53500.020493/2014. Extingue, por caducidade, a autorização da RADIO CHRYSTIAN, CNPJ nº 80.172.760/0001-15, para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Transmissão de Programas, por descumprimento do disposto no §2º do art. 8º da Lei 5.070, de 07 de julho de 1966, com nova redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997..

PATRICIA RODRIGUES FERREIRA
Superintendente
Substituta

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 2.547, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Expede autorização à AMERICO YOCINOBU TSUZUKI, CPF nº 512.181.519-00 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 2.548, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Expede autorização à FLORETEC SERVICOS FLORESTAIS LTDA, CNPJ nº 03.840.792/0001-09 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 2.549, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) JUVENTINO CARARA, CPF nº 191.555.149-87 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 2.550, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) MARINGA PREFEITURA, CNPJ nº 76.282.656/0001-06 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 2.551, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) PINHAIS PREFEITURA MUNICIPAL, CNPJ nº 95.423.000/0001-00 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 2.537, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Expede autorização à KIOMA SEGURANCA E SERVICOS LTDA - EPP, CNPJ nº 02.609.148/0001-53 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 2.450, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Extingue, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Privado, Serviço Limitado Privado Itinerante; Serviço Móvel Marítimo; Serviço Móvel Aeronáutico; Serviço Rádio do Cidadão e Serviço de Radioamador, de interesse restrito, expedida à(s) entidade(s) abaixo relacionada(s), constante(s) dos processos: nº 535320008272015; 535320008282015; 535320008322015; 535320008312015; 535320008302015 e 535320008292015, respectivamente, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, fulcro no parágrafo 5º, do art. 18, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001 e no parágrafo único, do art. 139, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, desde a data indicada para cada entidade na relação. A extinção não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida.

	Nome da Entidade	CNPJ/CPF	Fistel	Validade(s)
1	B.M - AGROINDUSTRIAL LTDA	05694422000128	50401745430	10/12/2014
2	BAYEUX PREFEITURA	08924581000160	50401374602	20/08/2014
3	CHAGAS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	24119620000102	50401600203	27/10/2014
4	COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS	12272084000100	07030001796	20/09/2014
5	CONSORCIO CR ALMEIDA - S.A. PAULISTA	11680223000244	50407407863	22/10/2014
6	ETERNAL VIDEO LOCADORA LTDA	01329682000143	50014074516	01/04/2014
7	FRIGORÍFICO DALIA E MACHADO LTDA	03788901000188	50401358232	20/08/2014
8	GAS PAIVA LTDA	24070245000153	50401451011	10/09/2014
9	IATE CLUBE DO RECIFE	10938827000102	50401307913	13/07/2014
10	J. F. CAVALCANTI GAS LTDA	06299269000105	50401379310	20/08/2014
11	JASON LAGOS DA SILVA PUBLICIDADE - ME	04213285000108	50401461912	27/10/2014
12	JOSE GOMES DA CUNHA	15464814515	50014173840	07/05/2014
13	LIMP FORT - ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA	41196734000175	50013952404	18/02/2014
14	LIMPARAIBA LIMPADORA E DESENTUPIDORA PARAIBANA LTDA ME	35583475000132	50401414752	27/08/2014
15	LUCIANO AMORIM CABRAL DE MOURA	16031768453	50401498832	29/09/2014
16	MANOEL GALDINO COMERCIO E REPRESENTACAO DE MATERIAL DE CONSTRUCOES LTDA	04485544000141	50401377962	20/08/2014
17	MIGUEL FELIZARDO DE SOUZA	02107511420	50400863855	14/06/2014
18	MULTIPLA SEGURANCA LTDA	06914655000151	50401716686	03/12/2014
19	OLINDA PREFEITURA	10404184000109	50013994409	27/02/2014
20	POSTO DE COMBUSTIVEIS CAICARA LTDA	10768851000485	50401380599	20/08/2014
21	RADIO CULTURA DE GUARABIRA LTDA	09183526000129	50401599604	29/10/2014
22	SOBRAL SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA	04230681000135	50406108315	18/08/2014
23	USINA SANTA CLOTILDE S/A	12607842000195	50401603725	05/11/2014
24	FABRICA DA PEDRA SA FIACAO E TECELAGEM	10831642000196	50014092093	09/03/2014
25	CONDOMINIO DO EMPRESARIAL THOMAS EDISON	06213837000103	50401694690	19/11/2014
26	RADIUM TELECOMUNICACOES LTDA	05291944000189	50014170310	16/04/2014
27	ANTONIO CARLOS MAGALHAES LEDO	10300619472	50400058146	09/01/2014
28	COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE-CODERN	34040345000352	22000037062	01/12/2014
29	EDÍSIO OLIVEIRA ROCHA	32165102391	50401546314	30/09/2014
30	INEZ RANGEL CARDOSO	27328570768	50401492800	14/09/2014
31	SANDRA MARIA ROLIM DE VASCONCELOS	50411772449	50401435750	25/08/2014
32	VICENTE GALLO NETO	24359734468	50401458610	01/09/2014
33	CLAUDIO JOSE NOGUEIRA HOLANDA	03749258449	50401485501	10/09/2014
34	DESTILARIA GAMELEIRA S.A	43482819000498	50400852900	11/05/2014
35	AILTON DA SILVA LEAL	67606482420	67606482420	16/07/2014
36	ALEXANDRE HENRIQUE DA SILVA NEVES	49404920444	49404920444	31/05/2014
37	AMAURILIO ANSELMO DA SILVA	02620467411	02620467411	15/09/2014
38	ANTONIO ALAN DA SILVA	50963147404	50963147404	18/05/2014
39	ARONILDE PEDRO DOS SANTOS	48445436449	48445436449	21/01/2014
40	CARLOS DANIEL DE LIMA SILVA	04318450422	04318450422	14/02/2014
41	CICERO DA SILVA PEREIRA	16199545400	16199545400	26/05/2014
42	CLEITON PRIMO DA SILVA	45593957487	45593957487	17/05/2014
43	CRISTIANO DANTAS DA ROCHA	04622820404	04622820404	13/01/2014
44	DOMINGOS DA SILVA SOTERO	57761078491	57761078491	08/03/2014
45	DOMINGOS DE LIMA RIBEIRO	94409358472	94409358472	06/05/2014
46	EDNALDO DA SILVA SANTOS	02336075440	02336075440	20/08/2014
47	EDSON BRITO SILVA	45060770400	45060770400	25/10/2014
48	EDUARDO GOMES BARBOSA	02506482881	02506482881	14/10/2014
49	EMERSON GOMES CORDEIRO	02500321479	02500321479	25/03/2014
50	ERALDO BATISTA FERREIRA	05330273498	05330273498	03/05/2014
51	FLAVIO DE AMORIM ROMAO	46336559491	46336559491	27/01/2014
52	FRANCISCO DAS CHAGAS DANTAS GENUINO	75977265468	75977265468	01/06/2014
53	GENIVAL MATIAS FILHO	23390891315	23390891315	08/06/2014
54	HERTON ISRAEL GERMANO DE ARAUJO	69729522472	69729522472	01/07/2014
55	IRAQUITAN SOUZA	18614280491	18614280491	02/04/2014
56	ISAIAS PEREIRA DA SILVA	52019730430	52019730430	16/03/2014
57	JACKSON HENRIQUE CAVALCANTI DE SOUZA	04111888445	04111888445	22/09/2014
58	JOAO SILVA DE OLIVEIRA	45297754453	45297754453	22/03/2014
59	JOSE ADRIANO VIEIRA SANTOS	21079188487	21079188487	20/07/2014, 20/07/2014
60	JOSE ELITON DA SILVA	87996731420	87996731420	01/11/2014
61	JOSE FELIPE DA SILVA	08668710478	08668710478	19/07/2014
62	JOSE LEANDRO INACIO DIAS	03065733420	80104123095	08/09/2014
63	JOSE LOPES DE AZEVEDO	50165950463	80104101288	01/09/2014
64	JOSE MANOEL DANTAS	64877000453	80104229080	05/10/2014
65	JOSE NOBREGA FILHO	13217631404	80103161724	06/01/2014
66	JOSE NUNES DA SILVA	11617004553	80103537600	16/04/2014
67	JOSE RODRIGUES DA SILVA	04277680470	80103648518	17/05/2014
68	JOSE SEVERINO BARROS	80980627400	80104032294	16/08/2014
69	JOSE SIQUEIRA CAMPOS	14170779487	80103803181	23/06/2014
70	JOSÉ VALDECI GOMES DE OLIVEIRA	09971009404	80103722858	05/06/2014
71	JOSENILDO LAZARO DE FREITAS	86257064449	80104217901	02/10/2014
72	JUZEILTO DOS SANTOS	02304536433	80103332634	02/03/2014
73	LAURO EMERSON DA ROCHA LUNA	18879160400	80103661298	21/05/2014
74	LUCIALDO PEREIRA NUNES	31418406449	80103703047	31/05/2014
75	LUCIANO DE LIMA PEREIRA	05015435460	80103798919	22/06/2014
76	LUCIANO MOREIRA CARTAXO	75250403468	80103884084	13/07/2014
77	LUIZ CARLOS PEREIRA DA SILVA	82058237404	80103642404	16/05/2014
78	MANALIEL RODRIGUES DA SILVA	13721160444	80103846409	03/07/2014
79	MARCONI VIEIRA DO AMARAL	28274741404	80103936815	26/07/2014
80	MARCOS ANTONIO DOS SANTOS	76661687487	80103161805	06/01/2014
81	MARCOS ANTONIO SILVA	46190384404	80103615776	08/05/2014
82	MARCOS HENRIQUE JOSE	00804953465	80104162317	17/09/2014
83	PABLO RAFAEL DA SILVA TOLEDO	05598521423	80103535667	16/04/2014
84	PAULO ANDRE DA SILVA SOUZA	89161793434	80103824189	28/06/2014
85	PAULO CESAR DA SILVA	00015169499	80104212004	30/09/2014
86	PEDRO LINS ALVES DE ARAUJO JUNIOR	02696744467	80103395806	17/03/2014
87	PETRONIO SOARES DE ARAUJO	15292576468	80104353252	28/10/2014
88	ROBERTO NOBERTO DA SILVA	44616686491	80103841512	01/07/2014
89	ROBSON SILVA	74871889491	80103208380	18/01/2014, 19/01/2014
90	RODRIGO MARTINES MOREIRA DE LIMA	00807020400	80103418946	22/03/2014
91	RONALDO ALENCAR BEZERRA	19110553487	80103939245	26/07/2014
92	ROSIVALDO BELO DA SILVA	03305091444	80103395555	17/03/2014
93	SEVERINO VITOR DA SILVA FILHO	19593767487	80103740830	09/06/2014
94	VALDOMIRO DE SOUZA TENORIO	01931727473	80103319530	26/02/2014
95	VICENTE MANOEL BARBOSA	08302677434	80103388931	15/03/2014
96	WALTER BATISTA GABRIEL	04565819449	80103651063	18/05/2014
97	WELLINGTON MARQUES DA SILVA	24834556468	80103206841	17/01/2014
98	WILMA GONCALVES DA SILVA	03966053462	80103394745	17/03/2014
99	AIRAM ENEAS DE VASCONCELLOS	00240737334	10000008427	11/10/2014
100	ALDAN MELQUIADES DA SILVA	02627355473	50014192470	07/05/2014
101	ANTONIO QUIRINO FILHO	69010455491	50014080753	02/03/2014, 02/03/2014
102	ANTONIO RODRIGUES DE MELLO NETTO	19300778404	07000245220	08/01/2014
103	CARLOS ALBERTO SAMPAIO DE ARAUJO	02253623253	50009893768	18/05/2014, 18/05/2014
104	CLAUDIA SOARES DA SILVA	03542260452	50003998460	20/02/2014
105	CLAUDIO ANTUNES ALENCAR	17644070400	50401271978	29/06/2014
106	DIEGO DORIA MELO DE PINHO	04664637403	50014102153	15/03/2014
107	DJALMA BATISTA DE CARVALHO	09958410478	50401331385	22/07/2014
108	DOMENICO NERO	74057715487	50401336425	23/07/2014
109	ED PASCOAL PESSOA MARTINS	00838691404	50014134438	29/03/2014
110	EDIMILSON DE BRITO SOARES	68086539415	50010735887	25/05/2014, 25/05/2014
111	EDSON GOMES LINS	04559746400	50401515435	21/09/2014, 21/09/2014
112	FABIO FELIPE DA SILVA	93438435420	50401462641	19/10/2014
113	FILIPE ANTONIO MONTEIRO BARACHO	33133298453	50014080672	02/03/2014, 02/03/2014
114	FLAMARION ANTONIO DOS REYS	21795274891	50014035537	04/02/2014
115	GELMIRES ANDRE DE FIGUEIREDO	78842751472	50401662497	12/11/2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

116	GERALDO PINTO XAVIER	00184489415	07020200281	13/04/2014, 13/04/2014
117	JACKSON ARCANJO PEREIRA	25260723449	07020563082	08/01/2014
118	JANDY PEREIRA FELIX	49146238468	50014080915	02/03/2014, 02/03/2014
119	JOAO JOSE BARBOSA DA SILVA	14690586420	50013754793	03/11/2014
120	JOSE CARLOS OLIVEIRA DA SILVA	33224226404	50401346307	29/07/2014
121	JOSÉ DE ALENCAR VIEIRA VELOSO	79819966434	50401441725	27/08/2014
122	JOSÉ EDILSON MEDEIROS	13033506453	50401273830	30/06/2014
123	JOSÉ MOREIRA DE MENEZES	08221618420	50401734587	20/12/2014, 20/12/2014
124	JOSE NESTOR CORREIA BELO	58661344468	50014191741	06/05/2014, 06/05/2014
125	JOSENILDO MARTINS DOS SANTOS	67597491468	50014055058	17/02/2014
126	LOURIMA DINIZ PAIXAO	16050614415	21000109569	04/02/2014
127	LUIZ ANDRE DE ALBUQUERQUE MARANHAO	06254167409	50013966626	06/01/2014
128	LUIZ ANTONIO ESTEVAM	17790565400	50014069865	26/02/2014
129	LUIZ FLORENTINO DOS SANTOS	30919045472	50003526020	09/12/2014
130	LUIZ GONZAGA VALERIANO	03408531404	07000174293	09/03/2014, 09/03/2014
131	LUIZ ROBERTO SAMPAIO CAMPOS	04260503472	50012784575	26/07/2014, 26/07/2014
132	MARCELO BENEVIDES DOS SANTOS	07464559843	50014037904	05/02/2014
133	MARCELO DA FONSECA DOURADO DE AZEVEDO	79846165404	50401662810	12/11/2014
134	MÁRCIO JOSÉ DE MORAES	84394331404	50401272869	29/06/2014
135	MARIA DE LOURDES LIMA FILHA SANTOS	66003571420	50014038048	05/02/2014
136	MARIA DO SOCORRO VIEIRA ARAGÃO	23253673472	50401282740	01/07/2014, 01/07/2014
137	MARIA PATRICIA DE MATOS BEZERRA	55869190444	07000245816	23/03/2014
138	MAURICIO SOARES DE BRITO	03622440490	50004512367	24/05/2014, 24/05/2014
139	NAILSON MARANHÃO LINS	99516381472	50401329135	21/07/2014
140	NESTOR PINTO DE FIGUEIREDO	00423220497	07000082500	18/03/2014
141	PAULO JOSE FERREIRA INOJOSA	10459782487	07000205865	27/05/2014
142	PAULO ROBERTO ALMEIDA	10182888487	50401232212	25/06/2014
143	RENER GOMES DE OLIVEIRA	20279400497	50401604705	20/10/2014
144	ROBERTO FLAVIO MACHADO FREIRE	10913475491	50013461001	30/06/2014
145	ROBERTO SILVA VASCONCELOS	44020678472	50014169061	15/04/2014
146	RONALDO ALENCAR BEZERRA	19110553487	50401461165	02/09/2014
147	SERGIO DIAS TAVARES	93176279434	07020547630	25/10/2014
148	SEVERINO FELIZARDO DO NASCIMENTO	06859658487	50010909621	20/08/2014
149	SEVERINO PESSOA DE ARAUJO LIMA FILHO	36837636472	50013973754	08/01/2014
150	SIDNEY JOSE GOMES DUARTE	04696801489	50401576906	07/10/2014
151	VALBERIO SALES DE MEDEIROS	02034950470	50014061538	19/02/2014, 19/02/2014
152	ZAMENHOF JOSE CAVALCANTI SITONIO	10143173472	50401330907	22/07/2014

SÉRGIO ALVES CAVENDISH

Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 2.536, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Expede autorização à SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANA, DEFESA E CIDADANIA, CNPJ nº 04.793.055/0001-57 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

FABRICIO LEOPOLDO OLIVEIRA K. NEVES
Gerente

ATO Nº 2.553, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Expede autorização à EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA, CNPJ nº 00.348.003/0123-99 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

FABRICIO LEOPOLDO OLIVEIRA K. NEVES
Gerente

ATO Nº 2.555, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Expede autorização à ITACAL - ITACOATIARA CALCARIOS LTDA, CNPJ nº 03.160.993/0002-38 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

FABRICIO LEOPOLDO OLIVEIRA K. NEVES
Gerente

ATO Nº 2.556, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO E CONSUMO DOS TAXISTAS DO AMAZONAS, CNPJ nº 04.394.468/0001-69 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

FABRICIO LEOPOLDO OLIVEIRA K. NEVES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 2.379, DE 8 DE ABRIL DE 2015

Processo nº 53500.028711/2014. Expede autorização à ALENILDE BRITO XAVIER OLIVEIRA - ME, CNPJ/MF nº 00.082.434/0001-88, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.380, DE 8 DE ABRIL DE 2015

Processo n.º 53520.000920/2000. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Circuito Especializado, expedida à W2B COMUNICACOES LTDA EPP, CNPJ nº 03.398.240/0001-84, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133, I e 139 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.382, DE 8 DE ABRIL DE 2015

Processo n.º 53520.000920/2000. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Rede Especializado, expedida à W2B COMUNICACOES LTDA EPP, CNPJ nº 03.398.240/0001-84, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133, I e 139 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.383, DE 8 DE ABRIL DE 2015

Processo nº 53500.003586/2014. Expede autorização à DICASANET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 14.454.237/0001-57, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.416, DE 9 DE ABRIL DE 2015

Processo nº 53500.015517/2014. Expede autorização à JOSÉ ALEXANDRE LUNA -ME, CNPJ/MF nº 05.881.177/0001-68, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.434, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Processo nº 53500.030230/2014. Expede autorização à E. C. RAMOS JUNIOR EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 20.678.478/0001-82, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.435, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Processo nº 53500.006467/2014. Expede autorização à VALTENIR BEZERRA COSTA - ME, CNPJ/MF nº 19.543.194/0001-08, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.438, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Processo nº 53500.028842/2014. Expede autorização à V. P. CARVALHO NETO - ME, CNPJ/MF nº 04.374.759/0001-95, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.447, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Processo nº 53500.027547/2014. Expede autorização à ALEXANDRE HERMINO DO NASCIMENTO - ME, CNPJ/MF nº 13.155.645/0001-45, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.449, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Processo nº 53500.022578/2014. Expede autorização à RADIONET NETWORK E TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 20.121.565/0001-34, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.453, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Processo nº 53500.006006/2014. Expede autorização à CEW - SERVICOS E INFORMATICA EIRELI - EPP, CNPJ/MF nº 09.530.264/0001-21, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.455, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Processo nº 53500.002510/2014. Expede autorização à PAULO DOS SANTOS TEIXEIRA JUNIOR - ME, CNPJ/MF nº 09.533.917/0001-26, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.217, DE 2 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.065736/2010	Rádio SP-Um Ltda	FM	Diadema	SP	Multa	32.242,51	Alínea "e" do art. 38 do CBT. Atribuir 12 pontos em razão da prática da citada infração. Revogar a Portaria nº 2196, de 18/10/12 publicada no DOU de 19/10/12 e retificada em 26/10/12.	Portaria SCE n° 1217, de 2/4/2015	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIAS DE 14 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas a penalidade de suspensão.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.000642/2014	Fundação Educativa e Cultural de Virginópolis	FME	Virginópolis	MG	Suspensão 1(um) dia		Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações. Atribuir 4 pontos em razão da prática da citada infração	Portaria SCE n° 1302, de 14/4/2015	Portaria MC n° 112/2013
53000.035193/2012	Fundação Champagnat	FME	Curitiba	PR	Suspensão 1(um) dia		Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações. Atribuir 4 pontos em razão da prática da citada infração	Portaria SCE n° 2767, de 14/4/2015	Portaria MC n° 112/2013

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 8 de abril de 2015

Nº 405 - O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionada:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Recurso
53000.065736/2010	Rádio SP-Um Ltda	FM	Diadema	SP	Conhecido e provido

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.198, DE 25 DE MARÇO DE 2015

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53000.004732/2013-68, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Rádio e Televisão Record S.A, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Peruíbe, estado de São Paulo, utilizando o canal 52 (cinquenta e dois), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a TV Mar Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Santos, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.328, DE 25 DE MARÇO DE 2015

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53000.044157/2013-36, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela TV Cabrália Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Vitória da Conquista, estado da Bahia, utilizando o canal 7- (sete decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Rede Mulher de Televisão Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Araraquara, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.343, DE 25 DE MARÇO DE 2015

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53000.044623/2013-83, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Televisao Itapoan Sociedade Anonima, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Vitória da Conquista, estado da Bahia, utilizando o canal 10 (dez), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a TV Cabrália Ltda., concessionária do serviço radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, estado da Bahia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808

MACHADO DE ASSIS

MACHADO DE ASSIS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 124, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 08/2014-ANEEL, e o que consta dos Processos nº 48500.003640/2014-71 e nº 48500.005731/2014-41, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Parque Eólico Assuruá III S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.544.084/0001-02, com Sede na Rua Gonçalves Dias, nº 531, Bairro Batel, Município de Curitiba, Estado do Paraná, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Assuruá III, no Município de Gentio do Ouro, Estado da Bahia, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.032342-0.01, com 12.000 kW de capacidade instalada e 5.900 kW médios de garantia física de energia, constituída por seis Unidades Geradoras de 2.000 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da EOL Assuruá III, constituído de uma Subestação Elevadora de 69/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de cento e dez quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Irecê, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme Cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 18 de novembro de 2015;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 12 de abril de 2016;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 2 de maio de 2016;

d) início das Obras do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito: até 14 de maio de 2016;

e) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 30 de junho de 2016;

f) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 11 de julho de 2016;

g) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 24 de agosto de 2016;

h) obtenção da Licença de Operação: até 10 de fevereiro de 2017;

i) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora: até 4 de agosto de 2017;

j) início da Operação em Teste da 2ª Unidade Geradora: até 7 de agosto de 2017;

k) início da Operação em Teste da 3ª Unidade Geradora: até 10 de agosto de 2017;

l) início da Operação em Teste da 4ª Unidade Geradora: até 13 de agosto de 2017;

m) início da Operação em Teste da 5ª Unidade Geradora: até 16 de agosto de 2017;

n) início da Operação em Teste da 6ª Unidade Geradora: até 19 de agosto de 2017; e

o) início da Operação Comercial da 1ª à 6ª Unidade Geradora: até 1º de outubro de 2017;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 08/2014-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 2.248.743,50 (dois milhões, duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Assuruá III;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital do Leilão nº 08/2014-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Assuruá III, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BRAGA

ANEXO

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Assuruá III

Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	753.219	8.764.169
2	753.020	8.763.792
3	752.841	8.763.584
4	753.959	8.763.672
5	753.798	8.763.411
6	753.691	8.763.190

Fuso/Datum: 23S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 125, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 08/2014-ANEEL, e o que consta dos Processos nº 48500.003640/2014-71 e nº 48500.005732/2014-95, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Parque Eólico Assuruá IV S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.544.129/0001-30, com Sede na Rua Gonçalves Dias, nº 531, Bairro Batel, Município de Curitiba, Estado do Paraná, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Assuruá IV, no Município de Gentio do Ouro, Estado da Bahia, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.032343-8.01, com 30.000 kW de capacidade instalada e 13.100 kW médios de garantia física de energia, constituída por quinze Unidades Geradoras de 2.000 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da EOL Assuruá IV, constituído de uma Subestação Elevadora de 69/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de cento e dez quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Irecê, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme Cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 18 de novembro de 2015;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 12 de abril de 2016;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 2 de maio de 2016;

d) início das Obras do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito: até 14 de maio de 2016;

e) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 30 de junho de 2016;

f) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 11 de julho de 2016;

g) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 24 de agosto de 2016;

h) obtenção da Licença de Operação: até 10 de fevereiro de 2017;

i) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora: até 4 de agosto de 2017;

j) início da Operação em Teste da 2ª Unidade Geradora: até 7 de agosto de 2017;

k) início da Operação em Teste da 3ª Unidade Geradora: até 10 de agosto de 2017;

l) início da Operação em Teste da 4ª Unidade Geradora: até 13 de agosto de 2017;

m) início da Operação em Teste da 5ª Unidade Geradora: até 16 de agosto de 2017;

n) início da Operação em Teste da 6ª Unidade Geradora: até 19 de agosto de 2017;

o) início da Operação em Teste da 7ª Unidade Geradora: até 22 de agosto de 2017;

p) início da Operação em Teste da 8ª Unidade Geradora: até 25 de agosto de 2017;

q) início da Operação em Teste da 9ª Unidade Geradora: até 28 de agosto de 2017;

r) início da Operação em Teste da 10ª Unidade Geradora: até 31 de agosto de 2017;

s) início da Operação em Teste da 11ª Unidade Geradora: até 3 de setembro de 2017;

t) início da Operação em Teste da 12ª Unidade Geradora: até 6 de setembro de 2017;

u) início da Operação em Teste da 13ª Unidade Geradora: até 9 de setembro de 2017;

v) início da Operação em Teste da 14ª Unidade Geradora: até 12 de setembro de 2017;

w) início da Operação em Teste da 15ª Unidade Geradora: até 15 de setembro de 2017; e

x) início da Operação Comercial da 1ª à 15ª Unidade Geradora: até 1º de outubro de 2017;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 08/2014-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 5.621.959,00 (cinco milhões, seiscentos e vinte e um mil, novecentos e cinquenta e nove reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Assuruá IV;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital do Leilão nº 08/2014-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Assuruá IV, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BRAGA

ANEXO

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Assuruá IV

Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	747.101	8.763.939
2	747.116	8.763.697
3	747.140	8.763.456
4	747.127	8.763.214
5	747.128	8.762.972
6	747.144	8.762.731
7	747.261	8.762.518
8	747.919	8.762.152
9	748.057	8.761.946
10	748.126	8.761.714
11	748.236	8.761.497
12	748.340	8.761.279
13	748.424	8.761.049
14	749.065	8.760.452
15	749.117	8.760.205

Fuso/Datum: 23S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 126, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 08/2014-ANEEL, e o que consta dos Processos nº 48500.003640/2014-71 e nº 48500.005753/2014-19, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Pec Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.157.459/0001-42, com Sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.931, 4º Andar, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Serra das Vacas V, no Município de Paranatama, Estado de Pernambuco, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PE.032360-8.01, com 26.000 kW de capacidade instalada e 11.600 kW médios de garantia física de energia, constituída por treze Unidades Geradoras de 2.000 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo à presente Portaria.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da EOL Serra das Vacas V, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de trinta e oito quilômetros e quatrocentos metros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Garanhuns II, de propriedade da Interligação Elétrica Garanhuns S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme Cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 1º de fevereiro de 2016;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 1º de março de 2016;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 15 de abril de 2016;

d) início das Obras do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito: até 1º de junho de 2016;

e) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 1º de junho de 2016;

f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de janeiro de 2017;

g) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de agosto de 2017;

h) obtenção da Licença de Operação: até 15 de agosto de 2017;

i) início da Operação em Teste da 1ª à 13ª Unidade Geradora: até 10 de setembro de 2017; e

j) início da Operação Comercial da 1ª à 13ª Unidade Geradora: até 1º de outubro de 2017;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 08/2014-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 5.856.500,00 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil e quinhentos reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Serra das Vacas V;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital do Leilão nº 08/2014-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Slétricos de Transmissão e de Tistribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Serra das Vacas V, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BRAGA

ANEXO

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Serra das Vacas V

Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	744.400	9.013.426
2	744.471	9.013.660
3	744.464	9.013.906
4	744.452	9.014.157
5	744.511	9.014.422
6	744.484	9.014.676
7	744.704	9.014.771
8	745.308	9.013.238
9	745.444	9.013.430
10	745.573	9.013.625
11	745.719	9.013.807
12	745.907	9.013.946
13	746.063	9.014.128

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 127, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 08/2014-ANEEL, e o que consta dos Processos nº 48500.003640/2014-71 e nº 48500.005754/2014-55, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Pec Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.157.459/0001-42, com Sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.931, 4º andar, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Serra das Vacas VII, no Município de Paranatama, Estado de Pernambuco, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PE.032361-6.01, com 26.000 kW de capacidade instalada e 11.000 kW médios de garantia física de energia, constituída por treze Unidades Geradoras de 2.000 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da EOL Serra das Vacas VII, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de trinta e oito quilômetros e quatrocentos metros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Garanhuns II, de propriedade da Interligação Elétrica Garanhuns S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme Cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 1º de fevereiro de 2016;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 1º de março de 2016;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 15 de abril de 2016;

d) início das Obras do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito: até 1º de junho de 2016;

e) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 1º de junho de 2016;

f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de janeiro de 2017;

g) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de agosto de 2017;

h) obtenção da Licença de Operação: até 15 de agosto de 2017;

i) início da Operação em Teste da 1ª à 13ª Unidade Geradora: até 10 de setembro de 2017; e

j) início da Operação Comercial da 1ª à 13ª Unidade Geradora: até 1º de outubro de 2017;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 08/2014-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 5.856.500,00 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil e quinhentos reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Serra das Vacas VII;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital do Leilão nº 08/2014-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Serra das Vacas VII, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BRAGA

ANEXO

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Serra das Vacas VII

Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	752.237	9.015.453
2	752.231	9.015.742
3	752.490	9.016.028
4	752.547	9.016.280
5	751.735	9.014.208
6	752.113	9.014.343
7	752.570	9.014.661
8	752.759	9.014.811
9	753.112	9.014.937
10	753.228	9.015.152
11	753.322	9.015.385
12	753.441	9.015.607
13	753.927	9.014.948

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 128, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.002294/2014-44, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Bons Ventos Cacimbas 3, de titularidade da empresa Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.953.139/0001-88, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. deverá:

I - manter atualizada junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram, atualizar o Organograma do Grupo Econômico da empresa titular do projeto no sistema disponibilizado na página da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, e atualizar as informações nos termos do art. 4º da Resolução Normativa ANEEL nº 378, de 10 de novembro de 2009;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, entre as quais:

I - atraso superior a quinhentos e quarenta dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no prazo de vinte dias a contar da sua emissão, cópia do ato autorizativo da Operação Comercial da EOL Bons Ventos Cacimbas 3, emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. e a sociedade controladora deverão observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BRAGA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

Nome do Projeto	EOL Bons Ventos Cacimbas 3.	
Tipo	Central Geradora Eólica.	
Leilão	Leilão de Energia nº 10/2013-ANEEL, realizado em 13 de dezembro de 2013.	
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 306, de 7 de julho de 2014.	
Titular	Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.	
CNPJ/MF	19.953.139/0001-88.	
Pessoas Jurídicas integrantes da SPE	**Razão Social:** Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) Nexus Investimentos, Participações e Locações Ltda. (50%)	**CNPJ/MF:** 35.223.866/0001-46; e 11.528.161/0001-79.
Localização	Município de Ubajara, Estado do Ceará.	
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica com Potência Instalada de 14.700 kW, composta por sete Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.	
Setor	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Identificação do Processo	48000.002294/2014-44.	

PORTARIA Nº 129, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.002288/2014-97, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Bons Ventos Cacimbas 4, de titularidade da empresa Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.953.139/0001-88, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. deverá:

I - manter atualizada junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram, atualizar o Organograma do Grupo Econômico da empresa titular do projeto no sistema disponibilizado na página da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, e atualizar as informações nos termos do art. 4º da Resolução Normativa ANEEL nº 378, de 10 de novembro de 2009;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, entre as quais:

I - atraso superior a quinhentos e quarenta dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no prazo de vinte dias a contar da sua emissão, cópia do ato autorizativo da Operação Comercial da EOL Bons Ventos Cacimbas 4, emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. e a sociedade controladora deverão observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BRAGA

ANEXO

Nome do Projeto	EOL Bons Ventos Cacimbas 4.	
Tipo	Central Geradora Eólica.	
Leilão	Leilão de Energia nº 10/2013-ANEEL, realizado em 13 de dezembro de 2013.	
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 299, de 1º de julho de 2014.	
Titular	Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.	
CNPJ/MF	19.953.139/0001-88.	
Pessoas Jurídicas integrantes da SPE	**Razão Social:** Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) Nexus Investimentos, Participações e Locações Ltda. (50%)	**CNPJ/MF:** 35.223.866/0001-46; e 11.528.161/0001-79.
Localização	Município de Ibiapina, Estado do Ceará.	
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica com Potência Instalada de 10.500 kW, composta por cinco Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.	
Setor	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Identificação do Processo	48000.002288/2014-97.	

PORTARIA Nº 130, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.002285/2014-53, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Bons Ventos Cacimbas 5, de titularidade da empresa Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.953.139/0001-88, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. deverá:

I - manter atualizada junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram, atualizar o Organograma do Grupo Econômico da empresa titular do projeto no sistema disponibilizado na página da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, e atualizar as informações nos termos do art. 4º da Resolução Normativa ANEEL nº 378, de 10 de novembro de 2009;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, entre as quais:

I - atraso superior a quinhentos e quarenta dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no prazo de vinte dias a contar da sua emissão, cópia do ato autorizativo da Operação Comercial da EOL Bons Ventos Cacimbas 5, emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. e a sociedade controladora deverão observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BRAGA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

Nome do Projeto	EOL Bons Ventos Cacimbas 5.	
Tipo	Central Geradora Eólica.	
Leilão	Leilão de Energia nº 10/2013-ANEEL, realizado em 13 de dezembro de 2013.	
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 270, de 9 de junho de 2014.	
Titular	Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.	
CNPJ/MF	19.953.139/0001-88.	
Pessoas Jurídicas integrantes da SPE	**Razão Social:** Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) Nexus Investimentos, Participações e Locações Ltda. (50%)	**CNPJ/MF:** 35.223.866/0001-46; e 11.528.161/0001-79.
Localização	Município de Ibiapina, Estado do Ceará.	
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica com Potência Instalada de 23.100 kW, composta por onze Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.	
Setor	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Identificação do Processo	48000.002285/2014-53.	

PORTARIA Nº 131, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.002293/2014-16, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Bons Ventos Cacimbas 7, de titularidade da empresa Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.953.139/0001-88, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. deverá:

I - manter atualizada junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram, atualizar o Organograma do Grupo Econômico da empresa titular do projeto no sistema disponibilizado na página da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, e atualizar as informações nos termos do art. 4º da Resolução Normativa ANEEL nº 378, de 10 de novembro de 2009;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, entre as quais:

I - atraso superior a quinhentos e quarenta dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no prazo de vinte dias a contar da sua emissão, cópia do ato autorizativo da Operação Comercial da EOL Bons Ventos Cacimbas 7, emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. e a sociedade controladora deverão observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da Lei nº 12.431, de 2011, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BRAGA

ANEXO

Nome do Projeto	EOL Bons Ventos Cacimbas 7.	
Tipo	Central Geradora Eólica.	
Leilão	Leilão de Energia nº 10/2013-ANEEL, realizado em 13 de dezembro de 2013.	
Ato Autorizativo	Portaria MME nº 291, de 24 de junho de 2014.	
Titular	Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.	
CNPJ/MF	19.953.139/0001-88.	
Pessoas Jurídicas integrantes da SPE	**Razão Social:** Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) Nexus Investimentos, Participações e Locações Ltda. (50%)	**CNPJ/MF:** 35.223.866/0001-46; e 11.528.161/0001-79.
Localização	Município de Ubajara, Estado do Ceará.	
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica com Potência Instalada de 16.800 kW, composta por oito Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.	
Setor	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Identificação do Processo	48000.002293/2014-16.	

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.879, DE 14 DE ABRIL DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005180/2014-15. Interessados: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. - AES Sul, consumidores de energia elétrica e agentes do Setor. Objeto: Homologar o reajuste tarifário anual de 2015 da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. - AES Sul, a vigorar a partir de 19 de abril de 2015. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.881, DE 14 DE ABRIL DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005179/2014-91. Interessados: Usina Hidroelétrica Nova Palma Ltda. - Uhenpal, consumidores de energia elétrica e agentes do Setor. Objeto: Homologar o reajuste tarifário anual de 2015 da Usina Hidroelétrica Nova Palma Ltda. - Uhenpal, a vigorar a partir de 19 de abril de 2015. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 705, de 17 de março de 2015, constante do Processo 48500.006831/2013-11, publicado no Diário Oficial da União seção 1, p. 44, v. 152, n. 55, de 23 de março de 2015, onde se lê "(i) aprovar o ressarcimento adicional ao Despacho nº 4.821/2014 relativo a implantação ...", leia-se: (i) aprovar o ressarcimento adicional ao Despacho nº 4.869/2014 relativo a implantação ..." e onde se lê "(ii) determinar que o valor seja ressarcido ... prevista no Despacho n° 4.821/2014" leia-se "(ii) determinar que o valor seja ressarcido ... prevista no Despacho n° 4.869/2014".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de abril de 2015

Nº 1.120 - Processo nº: 48500.000584/2015-01. Interessada: Mercatto Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: Autorizar a Mercatto Comercializadora de Energia Ltda.., inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.484.454/0001-55, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.121 . Processo nº: 48500.003170/2001-22. Interessado: Lages Bioenergética Ltda. Decisão: alterar a descrição do sistema de transmissão de interesse restrito da UTE Lages, cadastrada sob o Código Único do Empreendimento de Geraçao (CEG) UTE.FL.SC.028745-8.01, outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 583, de 29 de outubro de 2002, à empresa Lages Bioenergética Ltda. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.122. Processo nº: 48500.004714/2012-24. Interessado: Rio Alto Energia Empreendimentos e Participações Ltda. Decisão: (i) registrar o recebimento do requerimento de outorga da UFV Coremas V e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, cadastrado no Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.PB.032888-0.01, com 30.000 kW de Potência Instalada; (ii) revogar o Despacho nº 3.409, de 7 de outubro de 2013. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de abril de 2015

Nº 1.119 - Processo nº: 48500.004013/2014-57. Interessado: Amazonas Distribuidora de Energia S.A - AME. Decisão: reconsiderar parcialmente a decisão constante do Auto de Infração n° 012/2015-SFE, alterando-a para R$ 3.266.581,03 (três milhões, duzentos e sessenta e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e três centavos), adotando como fundamento aqueles constantes na Análise do Pedido de Reconsideração. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.123 - Processo nº: 48500.006404/2013-25. Interessado: Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D. Decisão: reconsiderar parcialmente a decisão constante do Auto de Infração n° 0016/2015-SFE, alterando-a para R$ 940.269,78 (novecentos e quarenta mil, duzentos e sessenta e nove reais e setenta e oito centavos), adotando como fundamento aqueles constantes na Análise do Pedido de Reconsideração. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

PDESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de abril de 2015

Nº 1.117- Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Pequena Central Hidrelétrica Cachoeira do Cambara Ltda. Decisão: Liberar unidade geradora para início de operação em teste a partir de 17 de abril de 2015. Usina: CGH Cachoeira do Cambara. Unidade Geradora: UG1 de 2.160 kW. Localização: Vilhena, Estado de Rondônia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de abril de 2015

Nº 1.126 - Processo nº 48500.003761/2012-51. Interessada: Companhia Energética Itumirim. Decisão: considerar atendida, pela Interessada, a exigência de envio dos documentos comprobatórios da formalização da operação anuída pela Resolução Autorizativa nº 4.022, de 2 de abril de 2013. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de abril de 2015

Nº 1.124 - Processo nº: 48500.000504/2015-18. Decisão: homologar previamente a título precário, sem prejuízo das ações de fiscalização que a ANEEL deverá realizar, o valor, em R$, de Diferença Mensal de Receita - DMR constante do anexo I apurado em decorrência da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE às unidades consumidoras classificadas nas Subclasses Residencial Baixa Renda e o montante de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a ser repassado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS à Eletrobras Amazonas Energia - Amazonas Distribuidora de Energia S/A. Período: janeiro de 2015. A íntegra deste Despacho e seu anexo estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.125 - Processo nº: 48500.003673/2011-78. Decisão: publicar a tabela de referência elaborada pela ELETROBRAS com os custos diretos, em R$, do ramal de conexão, do kit de instalação interna e do padrão de entrada, para o cálculo da subvenção econômica com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para as instalações realizadas no período de 1º de abril a 30 de junho de 2015. A íntegra deste Despacho e seu anexo estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de abril de 2015

Nº 1.118 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição conferida pelo Art. 1º, VII, da Portaria ANEEL nº 914, de 29 de abril de 2008, com redação dada pela Portaria 3.390, de 19 de dezembro de 2014, considerando o que consta no Processo nº 48500.000306/2006-11, resolve publicar o Valor Anual de Referência - VR para o ano de 2017, correspondente a R$ 103,44/MWh (cento e três reais e quarenta e quatro centavos por megawatt-hora), base junho de 2014.

RUI GUILHERME ALTIERI SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 15 DE ABRIL DE 2015(*)

A DIRETORA-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições legais, tendo em vista as disposições da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e suas alterações, e com base na Reunião de Diretoria nº 239, de 9 de abril de 2015,

Considerando que compete à ANP implementar a política nacional do petróleo, gás natural e biocombustíveis, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e biocombustíveis, em todo o território nacional;

Considerando que cabe à ANP proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de produtos, bem como especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis;

Considerando o interesse do governo de incrementar a participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional;

Considerando a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que define os Biocombustíveis como os combustíveis derivados de biomassa renovável para, dentre outras utilizações, uso em motores a combustão interna;

Considerando o percentual obrigatório de adição do Etanol Anidro Combustível à gasolina; e

Considerando ser essencial a adoção de dispositivos regulatórios que evitem a comercialização de Etanol Anidro Combustível como Etanol Hidratado Combustível, com vistas a reprimir práticas fraudulentas no mercado, resolve:

Seção I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º Ficam estabelecidas as especificações do Etanol Anidro Combustível e do Etanol Hidratado Combustível, contidas no Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução, e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional.

Art. 2º É vedada a comercialização de Etanol Anidro Combustível e Etanol Hidratado Combustível que não se enquadrem nas especificações estabelecidas no Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, as denominações Etanol Anidro Combustível e Etanol Hidratado Combustível são equivalentes, respectivamente, a álcool etílico anidro combustível e álcool etílico hidratado combustível.

Seção II
Das Definições

Art. 3º Para efeito desta Resolução definem-se:

I - Amostra-testemunha: amostra representativa de produto caracterizado por um Certificado da Qualidade, Boletim de Conformidade ou Boletim de Análise;

II - Amostragem em fluxo contínuo: amostragem em linhas que contém produto em movimento ou em tanques de armazenagem com carga contínua;

III - Amostragem em produto segregado: amostragem de produto estocado no tanque de armazenagem sem que nova carga seja recebida;

IV - Boletim de Análise: documento da qualidade utilizado para composição do Certificado da Qualidade e do Boletim de Conformidade, que contempla análise completa ou parcial da qualidade do produto a ser comercializado, emitido por laboratório pertencente ao agente econômico ou contratado por este;

V - Boletim de Conformidade: documento da qualidade que deve conter, pelo menos, os resultados das análises das características do Etanol Combustível definidas na Tabela VI do Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução;

VI - Certificado da Qualidade: documento da qualidade que contém todas as informações e os resultados das análises das características físico-químicas do produto requeridos nesta Resolução;

VII - Corante: produto que confere coloração ao Etanol Combustível;

VIII - Distribuidor: pessoa jurídica autorizada pela ANP ao exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, biocombustíveis e outros combustíveis automotivos especificados ou autorizados pela ANP;

IX - Etanol Anidro Combustível (EAC): Etanol Combustível destinado para mistura com gasolina A na formulação da gasolina C;

X - Etanol Combustível: biocombustível proveniente do processo fermentativo de biomassa renovável, destinado ao uso em motores a combustão interna, e possui como principal componente o etanol, o qual é especificado sob as formas de Etanol Anidro Combustível e Etanol Hidratado Combustível;

XI -Etanol Hidratado Combustível (EHC): Etanol Combustível destinado à utilização direta em motores a combustão interna;

XII - Etanol Hidratado Combustível Premium (EHCP): Etanol Hidratado Combustível, com massa específica a 20ºC variando de 799,7 a 802,8 kg/m^3;

XIII - Firma Inspetora: pessoa jurídica credenciada pela ANP, nos termos de Resolução aplicável, sem vínculo societário ou econômico direto ou indireto com agentes que exerçam atividade regulada ou autorizada pela ANP, e que não exerça a representação de agentes que comercializam produtos regulados, para realização de atividades de controle da quantidade e da qualidade de produtos indicados pela ANP, bem como adição de marcador aos produtos de marcação compulsória e de corante ao Etanol Anidro Combustível, conforme regulamentação da ANP;

XIV - Fornecedor de Corante: pessoa jurídica, constituída sob as leis brasileiras, cadastrada na ANP e responsável pelo registro do Corante para o Etanol Anidro Combustível;

XV - Fornecedor de Etanol Combustível: i) Produtor de etanol com unidade fabril instalada no território nacional, ii) Cooperativa de produtores de etanol, iii) empresa comercializadora de etanol, iv) agente operador de etanol, ou v) Importador de etanol, não podendo, em nenhum dos casos, exercer as atividades de distribuição ou revenda varejista de combustíveis líquidos, conforme a Resolução ANP nº 43, de 22 de dezembro de 2009, ou regulamento que venha a substituí-la;

XVI - Importador: pessoa jurídica, constituída sob as leis brasileiras, cadastrada na ANP, que adquire Etanol Combustível exclusivamente do mercado externo para comercialização no mercado interno;

XVII - Navegação de Cabotagem: navegação realizada entre portos ou pontos do território brasileiro, que utiliza a via marítima ou as vias navegáveis interiores;

XVIII - Operador: empresa ou consórcio de empresas, constituídas sob as leis brasileiras, autorizadas a operar um Terminal conforme a Portaria ANP n.º 170/1998 ou outra que venha substituí-la.

XIX - Produtor: pessoa jurídica, constituída sob as leis brasileiras, autorizada pela ANP, com unidade fabril instalada no território nacional, para as atividades de produção e comercialização de Etanol Combustível, conforme regulamentação da ANP;

XX - Revendedor: pessoa jurídica autorizada pela ANP para o exercício da atividade de revenda varejista que consiste na comercialização de combustível automotivo em estabelecimento denominado posto revendedor;

XXI - Terminal de Etanol: instalações autorizadas conforme a Portaria ANP n.º 170/1998 ou outra que venha substituí-la, utilizadas para o recebimento, expedição e armazenagem de etanol;

XXII - Transportador Aquaviário: pessoa jurídica, constituída sob as leis brasileiras, que tenha por objeto o transporte aquaviário, que detenha Autorização de Operação para Empresa Brasileira de Navegação emitida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), bem como da ANP, conforme a Portaria ANP n.º 170/1998 ou outra que venha substituí-la, para operar na navegação de cabotagem e que atenda as normas e regulamentos estabelecidos pela Autoridade Marítima Brasileira;

XXIII - Transportador Dutoviário: empresa ou consórcio de empresas, constituídos sob as leis brasileiras, que operam instalações dutoviárias de transporte ou transferência, conforme definido no item 4.63 do Regulamento Técnico ANP, parte integrante da Resolução ANP n.º 6/2011;

XXIV - Volume Certificado: quantidade segregada de produto em um único tanque, caracterizada por Certificado da Qualidade.

Seção III
Do Certificado da Qualidade

Art. 4º O Fornecedor de Etanol Combustível fica obrigado a garantir a qualidade do Etanol Combustível a ser comercializado em todo o território nacional e a emitir o Certificado da Qualidade a cada batelada a ser comercializada, cujos resultados dos ensaios realizados em amostra representativa deverão atender aos limites estabelecidos nas especificações constantes da Tabela V do Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução.

§ 1º No caso da importação de Etanol Combustível, a emissão do Certificado da Qualidade deverá ser realizada por Firma Inspetora contratada pelo Importador no ato da sua internação, conforme regulamentação aplicável, considerando as especificações contidas na Tabela V do Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução, o que não exclui a responsabilidade do Importador pela qualidade do produto.

§ 2º Nos casos em que o Fornecedor de Etanol Combustível comercializar produto que esteja fora de suas instalações, a garantia da qualidade e a emissão do Certificado da Qualidade, com os resultados dos ensaios realizados em amostra representativa, caberão ao agente responsável pelo armazenamento ou entrega do Etanol Combustível, respondendo solidariamente o Fornecedor de Etanol Combustível pela qualidade do produto.

§ 3º A emissão do Certificado da Qualidade tratada no § 2º deste artigo deve considerar as especificações contidas na Tabela V do Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução.

§ 4º Para o Produtor, quando a certificação do Etanol Combustível for realizada a partir de amostragem em fluxo contínuo, a emissão do Certificado da Qualidade deverá ser realizada em intervalos máximos de 12 horas, considerando como Volume Certificado a quantidade de produto transferida entre dois instantes de amostragem.

§ 5º O Certificado da Qualidade referente ao Etanol Combustível comercializado deverá conter:

I - os resultados dos ensaios das características físico-químicas com indicação dos métodos empregados e os respectivos limites constantes nas especificações, conforme Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução;

II - a data e a hora da amostragem do Etanol Combustível para emissão do Certificado da Qualidade, o tanque de origem e a identificação do lacre da amostra-testemunha, previsto no art. 5º deste regulamento;

III - os resultados obtidos da análise das características: teores de sulfato, ferro, sódio,cobre e enxofre conforme as Notas (15), (16) e (17) do Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução, os quais devem constar apenas no Certificado da Qualidade relativo à batelada analisada;

IV - identificação própria por meio de numeração sequencial anual;

V - assinatura do profissional de química responsável pela qualidade do Etanol Combustível na empresa, inclusive quando emitido eletronicamente, conforme legislação vigente, com indicação legível de seu nome e número de inscrição no órgão de classe;

VI - indicação do laboratório responsável por cada ensaio efetuado e de cada Boletim de Análise externo utilizado para compor o respectivo Certificado da Qualidade;

VII - identificação do Fornecedor de Etanol Combustível responsável solidário pelo produto, nos casos previstos no § 2º do artigo 4º.

§ 6º O Boletim de Análise deverá ser firmado pelo profissional de química responsável, inclusive quando emitido eletronicamente, conforme legislação vigente, com indicação legível de seu nome e número da inscrição no órgão de classe.

§ 7° No caso de serem utilizados resultados de um ou mais laboratórios contratados para compor o Certificado da Qualidade, este deverá ser emitido pelo Fornecedor de Etanol Combustível, Operador e Firma Inspetora, conforme o caso, contendo todos os resultados das análises realizadas.

§ 8° O Boletim de Análise somente poderá ser utilizado como Certificado da Qualidade quando o mesmo for emitido por laboratório próprio e contemplar todas as características necessárias à certificação completa do Etanol Combustível.

Art. 5º O Fornecedor de Etanol Combustível e Operador deverão manter, em local protegido de luminosidade e de aquecimento, duas amostras-testemunhas de um litro cada, representativas do Volume Certificado, devidamente identificadas com o número do Certificado da Qualidade e de seu respectivo lacre.

§ 1º No caso de importação, as amostras-testemunhas de que trata o caput deverão ser mantidas pela Firma Inspetora contratada pelo Importador, conforme estabelece a legislação vigente, respeitando-se as demais regras deste artigo.

§ 2º Cada amostra-testemunha deverá ser armazenada em recipiente de vidro ou de polietileno de alta densidade (PEAD), opaco ou translúcido de cor âmbar, de um litro de capacidade, com batoque e tampa plástica.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 3º O recipiente indicado no § 2º deste artigo deverá ser lacrado, com lacre de numeração controlada, que deixe evidências no caso de violação.

§ 4º Deverão ficar à disposição da ANP para qualquer verificação julgada necessária:

I - as amostras-testemunhas, pelo prazo mínimo de 2 meses, a contar da data de saída do produto das instalações do Fornecedor de Etanol Combustível e do Operador, conforme o caso;

II - o Certificado da Qualidade, acompanhado dos originais dos Boletins de Análise utilizados na sua composição, quando for o caso, pelo prazo mínimo de 12 meses, a contar da data de saída do Etanol Combustível das instalações do Fornecedor de Etanol Combustível e do Operador, conforme o caso.

§ 5º O Certificado da Qualidade deverá ser obrigatoriamente rastreável às suas respectivas amostras-testemunhas.

Art. 6º A documentação fiscal e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), emitidos pelo Fornecedor de Etanol Combustível, para fins de entrega do Etanol Combustível e referentes às suas operações de comercialização, deverão indicar o número do Certificado da Qualidade e do lacre da amostra-testemunha correspondentes ao produto.

Parágrafo único. O Etanol Combustível, ao ser transportado, deverá ser acompanhado de cópia legível do respectivo Certificado da Qualidade.

Art. 7º O Fornecedor de Etanol Combustível e Operador deverão enviar mensalmente à ANP, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subseqüente à comercialização do Etanol Combustível, todas as informações constantes dos Certificados da Qualidade emitidos no mês referência, os dados dos laboratórios responsáveis pelas análises e os respectivos Volumes Certificados, por meio de endereço eletrônico disponibilizado no sítio www.anp.gov.br.

§ 1° Nos casos em que o Fornecedor de Etanol Combustível utilizar o Terminal de Etanol para armazenamento ou expedição, fica o Fornecedor de Etanol Combustível dispensado de enviar à ANP as informações exigidas no caput deste artigo, cabendo ao Operador a obrigatoriedade do envio das informações.

§ 2º Os agentes citados no caput deste artigo deverão enviar os dados, em formato eletrônico, segundo orientações de preenchimento disponibilizadas no sítio www.anp.gov.br.

§ 3º Quando não houver comercialização de Etanol Combustível em um determinado mês, o Produtor de Etanol deverá obrigatoriamente comunicar à ANP por meio de endereço eletrônico disponibilizado no sítio www.anp.gov.br.

Seção IV

Das obrigações do Distribuidor

Art. 8º O Distribuidor deverá garantir a qualidade do Etanol Hidratado Combustível a ser comercializado em todo o território nacional e emitir o Boletim de Conformidade com os resultados dos ensaios realizados em amostra representativa.

§ 1º O produto de que trata o caput somente poderá ser liberado para a entrega após a emissão do respectivo Boletim de Conformidade.

§ 2º O Boletim de Conformidade referente ao Etanol Hidratado Combustível comercializado deverá conter:

I - os resultados dos ensaios de determinação das características físico-químicas com indicação dos métodos empregados e os respectivos limites constantes da Tabela VI, conforme Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução;

II - a identificação do tanque e da data da amostragem de produto para emissão do Boletim de Conformidade;

III - a numeração sequencial anual;

IV - a assinatura do profissional de química responsável pela análise do EHC, inclusive quando emitido eletronicamente, conforme legislação vigente, com indicação legível de seu nome e número da inscrição no órgão de classe.

§ 3º O Boletim de Conformidade deverá ficar à disposição da ANP, pelo prazo mínimo de 12 meses, a contar da data de comercialização do produto, bem como, os originais dos Boletins de Análise utilizados na sua composição, para qualquer verificação julgada necessária.

§ 4º A cópia do Certificado da Qualidade recebida pelo Distribuidor, no ato do recebimento do Etanol Combustível, deverá ficar à disposição da ANP pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de recebimento, para qualquer verificação julgada necessária.

Art. 9º A emissão do Boletim de Conformidade não é obrigatória para o Etanol Anidro Combustível, porém, devem ser atendidos os limites previstos na especificação contidos na Tabela V do Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução.

Art. 10. O Distribuidor fica obrigado a recusar o recebimento do Etanol Combustível caso constate qualquer não-conformidade presente no Certificado da Qualidade ou após realização de análise de amostra representativa.

Parágrafo único. A não-conformidade mencionada no caput deverá ser comunicada à ANP por meio de endereço eletrônico disponibilizado no sítio www.anp.gov.br, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, considerando-se somente os dias úteis, e informando:

I - Data da ocorrência;

II - Chave da Nota Fiscal Eletrônica e data de emissão da Nota Fiscal;

III - CNPJ e Razão Social do emitente da Nota Fiscal.

Art. 11. A documentação fiscal e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), emitidos pelo Distribuidor, para fins de entrega do Etanol Hidratado Combustível e referentes às suas operações de comercialização, deverão indicar o número do Boletim de Conformidade correspondente.

Parágrafo único. O Etanol Hidratado Combustível, ao ser transportado, deverá ser acompanhado de cópia legível de seu Boletim de Conformidade.

Seção V

Das obrigações da Adição de Corante

Art. 12. O Produtor, Operador, Firma Inspetora, Transportador Dutoviário e Transportador Aquaviário, conforme o caso, deverão adicionar corante ao Etanol Anidro Combustível antes do produto ser entregue ao Distribuidor.

§ 1º A aquisição do Corante e sua adição ao Etanol Anidro Combustível ficam restritas aos agentes mencionados no caput deste artigo.

§ 2º O Corante para adição ao Etanol Anidro Combustível deverá ter registro na ANP e atender à especificação estabelecida na Tabela VII, contida no Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução.

§ 3º No caso de movimentação de Etanol Anidro Combustível em Terminal de Etanol, caberá ao Operador adicionar o Corante, antes da entrega do Etanol Anidro Combustível ao Distribuidor.

§ 4º No caso de transporte de Etanol Anidro Combustível por dutos, bem como em transporte aquaviário por navegação de cabotagem, a adição de Corante ao Etanol Anidro Combustível caberá ao Transportador Dutoviário ou Aquaviário antes da entrega do EAC ao Distribuidor.

§ 5º O Fornecedor de Etanol Combustível, exceto o Produtor de Etanol, deverá contratar Firma Inspetora credenciada na ANP para efetuar a adição de Corante, antes da entrega do Etanol Anidro Combustível ao Distribuidor.

§ 6° Nos casos em que o Etanol Combustível comercializado entre o Produtor e o Fornecedor de etanol permanecer nas instalações do Produtor a adição de Corante deverá ser realizada pelo Produtor antes da entrega do produto ao Distribuidor

Art. 13. Fica vedada a adição de Corante que confira coloração azul ou laranja ao Etanol Hidratado Combustível.

Seção VI

Do Registro e das obrigações do Fornecedor de Corante

Art. 14. Somente poderá ser comercializado Corante para Etanol Anidro Combustível por Fornecedor de Corante, cujo produto esteja registrado junto à ANP e publicado no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 15. A solicitação de cadastro como Fornecedor de Corante e de registro do Corante para Etanol Anidro Combustível deverá ser efetuada mediante o encaminhamento à ANP de:

I - ficha cadastral como Fornecedor de Corante, com indicação de representante da empresa junto à ANP, conforme modelo constante do sítio da ANP, www.anp.gov.br, devidamente preenchido;

II - formulário de Registro de Corante para Etanol Anidro Combustível, conforme modelo constante do sítio da ANP, www.anp.gov.br, devidamente preenchido;

III - ficha de Informações de Segurança de Produto Químico (FISPQ), em língua portuguesa, firmada pelo profissional de química responsável, com indicação legível de seu nome e número da inscrição no órgão de classe, conforme norma ABNT NBR 14725 - Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos;

IV - um frasco de cor âmbar ou opaco, apropriado para acondicionamento do Corante a ser registrado, devidamente identificado, contendo 200 mL do produto.

Art. 16. É vedado o uso do registro do Corante como forma de propaganda do produto, em qualquer veículo de comunicação.

Art. 17. O Corante deverá ser adicionado ao Etanol Anidro Combustível obrigatoriamente em uma concentração de 15 mg/L.

Art. 18. A ANP poderá solicitar ao Fornecedor de Corante, quando julgar necessário, amostras e informações adicionais acerca do produto em processo de registro ou já registrado, bem como ter acesso e inspecionar as instalações em que este seja produzido e armazenado, coletando amostras e verificando a documentação fiscal referente à comercialização do Corante e de suas matérias-primas.

Art. 19. As empresas Fornecedoras de Corante para o Etanol Anidro Combustível deverão certificar a qualidade do produto a ser comercializado por meio da emissão de Certificado da Qualidade, cujos resultados devem atender os limites estabelecidos na Tabela VII do Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução.

§ 1º O Certificado da Qualidade do Corante deverá conter:

I - os resultados de todas as características indicadas na Tabela VII do Regulamento Técnico, parte integrante desta Resolução com a indicação dos respectivos limites da especificação;

II - a data da amostragem do Corante para emissão do Certificado da Qualidade;

III - a numeração sequencial anual;

IV - a assinatura do profissional de química responsável pela análise do Corante, inclusive quando emitido eletronicamente, com indicação legível de seu nome e número da inscrição no órgão de classe;

V - o número de registro na ANP e a marca comercial do Corante.

§ 2º O Certificado da Qualidade do Corante deverá ficar à disposição da ANP, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de comercialização do produto, para qualquer verificação julgada necessária.

Art. 20. Para manutenção do registro do Corante, o Fornecedor de Corante deverá encaminhar à ANP, anualmente, entre as datas de 1º a 31 de janeiro, as seguintes informações:

I - nome do produto;

II - número de registro na ANP;

III - pedido de manutenção do registro segundo o Formulário de Registro de Corante para Etanol Anidro Combustível, conforme modelo que consta no sítio da ANP www.anp.gov.br, devidamente preenchido.

Art. 21. O Fornecedor de Corante deverá enviar mensalmente à ANP, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente à comercialização do Corante, a indicação da quantidade em massa de Corante comercializado individualmente com cada Produtor, Operador, Firma Inspetora, Transportador Dutoviário ou Transportador Aquaviário.

Parágrafo único. Os dados deverão ser enviados, em formato eletrônico, segundo orientações de preenchimento disponibilizadas no sítio da ANP: www.anp.gov.br.

Art. 22. O registro de Corante de que trata esta Resolução será cancelado nos seguintes casos:

I - extinção da empresa, judicial ou extrajudicialmente;

II - por requerimento da empresa interessada;

III - pelo não atendimento às disposições estabelecidas por esta Resolução, em especial nos arts. 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21;

IV - a qualquer tempo, quando houver fundadas razões de interesse público, justificadas pela autoridade competente ou que as atividades executadas estejam em desacordo com as demais legislações vigentes.

§ 1º O cancelamento apresentado nos incisos III e IV deste artigo serão aplicados quando comprovada infração do agente, em processo administrativo, com garantia do contraditório e ampla defesa.

§ 2º No caso da ANP tomar conhecimento de que o Fornecedor de Corante encontra-se em situação de irregularidade perante os órgãos da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal, encarregados da arrecadação de tributos e da fiscalização dos contribuintes, poderá, de forma motivada, cancelar o registro concedido, quando comprovada pela autoridade competente, em processo administrativo, com garantia do contraditório e ampla defesa, a existência de fundadas razões de interesse público.

Seção VII

Da Dispensa da Adição de Corante

Art. 23. Fica dispensada a adição de Corante ao Etanol Anidro Combustível nos seguintes casos:

I - destinado à exportação;

II - quando o EAC for movimentado do Fornecedor de Etanol para o Terminal de Etanol;

III - quando o EAC for movimentado exclusivamente por dutos ou transporte aquaviário por navegação de cabotagem;

IV - nas amostras-testemunhas.

Parágrafo único. No caso do inciso II deste artigo, fica o Operador obrigado a cumprir o disposto no Art. 12.

Art. 24. A adição de Corante ao Etanol Anidro Combustível poderá ser dispensada, condicionada à avaliação prévia da ANP, nas seguintes hipóteses:

I - quando o produto for movimentado entre Terminais por meio de transporte rodoviário ou ferroviário;

II - quando o produto for movimentado por transporte rodoviário ou ferroviário, desde que se destine ao transporte dutoviário ou transporte aquaviário por navegação de cabotagem.

§ 1º A solicitação de dispensa de adição de Corante ao Etanol Anidro Combustível deverá observar os seguintes procedimentos:

I - envio da solicitação de dispensa pelo Operador, Transportador Dutoviário ou Aquaviário, em nome do Fornecedor de Etanol Combustível, com antecedência mínima de três dias úteis da data da movimentação, conforme formulário e orientações indicadas no sítio www.anp.gov.br;

II - informação, no ato da solicitação da dispensa, dos volumes comercializados, discriminados por:

a) Fornecedor de Etanol Combustível;

b) Firma Inspetora contratada, quando for o caso;

c) Distribuidor;

d) centro coletor de produto, quando for o caso;

e) duto, por ponto de recepção e por ponto de entrega, no caso de transporte dutoviário;

f) navio, balsa ou barco, por ponto de embarque e por ponto de recepção, no caso de transporte aquaviário.

§ 2° Fica vedada a movimentação de Etanol Anidro Combustível sem a adição de corante, nas hipóteses deste Artigo 24, sem a emissão do Termo de Dispensa pela ANP.

Art. 25. O Fornecedor de Etanol Combustível, o Operador, o Distribuidor, o Transportador Dutoviário e o Transportador Aquaviário deverão enviar mensalmente à ANP, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao carregamento do produto, informações sobre o volume transportado de Etanol Anidro Combustível sem Corante, por meio de endereço eletrônico disponibilizado no sítio da ANP: www.anp.gov.br.

Parágrafo único. As informações citadas no caput deste artigo deverão ser enviadas em formato eletrônico com os dados relativos aos volumes corrigidos para a temperatura de 20 ºC e discriminados segundo orientações de preenchimento disponibilizadas no sítio da ANP: www.anp.gov.br.

Seção VIII

Das Disposições Gerais

Art. 26. A ANP poderá, a qualquer tempo, submeter o Fornecedor de Etanol Combustível, Operador, Firma Inspetora, Fornecedor de Corante, Transportador Dutoviário ou Aquaviário, Distribuidor, Posto Revendedor e outros agentes participantes na movimentação de Etanol Anidro Combustível corado ou não corado e Etanol Hidratado Combustível à inspeção técnica da qualidade sobre os procedimentos e equipamentos de medição que tenham impacto sobre a qualidade e a confiabilidade dos serviços de que trata esta Resolução, bem como coletar amostras de Etanol Combustível para análise em laboratório da ANP ou por ela contratado.

§ 1º Esta inspeção técnica poderá ser executada diretamente pela ANP com apoio de entidade contratada ou órgão competente sobre os procedimentos e equipamentos de medição que tenham impacto na qualidade e confiabilidade das atividades de que trata esta Resolução.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 2º Os agentes econômicos ficam obrigados a apresentar documentação comprobatória das atividades envolvidas no controle da qualidade do Etanol Combustível e do Corante, caso sejam solicitados.

Seção IX

Das Disposições Finais

Art. 27. O não atendimento ao disposto nesta Resolução ou o desvio de Etanol Anidro Combustível sem Corante para outros destinos não contemplados por este Regulamento sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, alterada pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 2.953, de 28 de janeiro de 1999, sem prejuízo das penalidades de natureza civil e penal.

Art. 28. Os casos não contemplados nesta Resolução serão objeto de análise e deliberação pela Diretoria da ANP.

Art. 29. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 30. Ficam revogadas as Resoluções ANP nº 7, de 09 de fevereiro de 2011, nº 23, de 02 de maio de 2011 e nº 7, de 21 de fevereiro de 2013 e os artigos 20, 21 e 22 da Resolução ANP nº 40, de 25 de outubro de 2013.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

ANEXO

REGULAMENTO TÉCNICO ANP Nº 2/2015

1. Objetivo

Este Regulamento Técnico aplica-se ao Etanol Anidro Combustível (EAC), ao Etanol Hidratado Combustível (EHC) e ao Etanol Hidratado Combustível Premium (EHCP) nacional ou importado, e estabelece as suas especificações.

2. Normas Aplicáveis

A determinação das características do Etanol Combustível deverá ser feita mediante o emprego de Normas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e/ou normas internationais da ASTM International, do Comitté Européen de Normalisation (CEN) ou da International Organization for Standartization (ISO).

Os dados de incerteza, repetibilidade e reprodutibilidade, fornecidos nos métodos relacionados neste Regulamento, devem ser usados somente como guia para aceitação das determinações em duplicata do ensaio e não devem ser considerados como tolerância aplicada aos limites especificados.

A análise deverá ser realizada em amostra representativa do produto, coletada segundo as normas ABNT NBR 5764 - Amostragem de Produtos Químicos Industriais Líquidos de uma só Fase, ASTM D4057 - Practice for Manual Sampling of Petroleum and Petroleum Products ou ASTM E300 - Practice for Sampling Industrial Chemicals.

Nas Tabelas I a IV estão dispostos, respectivamente, os métodos ABNT, ASTM, EN e ISO a serem considerados neste regulamento.

Tabela I - Métodos ABNT

MÉTODO	TÍTULO
NBR 5891	Regras de arredondamento na numeração decimal
NBR 5992	Álcool etílico e suas misturas com água - Determinação da massa específica e do teor alcoólico - Método do densímetro de vidro
NBR 8644	Etanol combustível - Determinação do teor de resíduo por evaporação
NBR 9866	Etanol combustível - Determinação da acidez total por titulação colorimétrica
NBR 10422	Etanol combustível - Determinação da concentração de sódio - Método da fotometria de chama
NBR 10547	Etanol combustível - Determinação da condutividade elétrica
NBR 10891	Etanol hidratado combustível - Determinação do pH - Método potenciométrico
NBR 10894	Etanol combustível - Determinação da concentração de cloreto e sulfato - Método da cromatografia de íons
NBR 11331	Álcool etílico - Determinação da concentração de ferro e cobre - Método da espectrofotometria de absorção atômica
NBR 13993	Etanol combustível - Determinação do teor de hidrocarbonetos - Método volumétrico
NBR 15531	Etanol combustível - Determinação do teor de água - Método volumétrico de Karl Fischer
NBR 15639	Álcool etílico e suas misturas com água - Determinação da massa específica e do teor alcoólico - Método da densimetria eletrônica
NBR 15888	Etanol - Determinação do teor de água - Método coulométrico de Karl Fischer
NBR 15559	Etanol combustível - Determinação do teor de material não volátil por evaporação
NBR 16041	Etanol combustível - Determinação dos teores de metanol e etanol por cromatografia gasosa
NBR 16047	Etanol combustível - Determinação de acidez total por titulação potenciométrica

Tabela II - Métodos ASTM

MÉTODO	*TÍTULO*
D4052	*Density, Relative Density, and API Gravity of Liquids by Digital Density Meter*
D5453	*Determination of Total Sulfur in Light Hydrocarbons, Spark Ignition Engine Fuel, Diesel Engine Fuel, and Engine Oil by Ultraviolet Fluorescence*
D5501	*Determination of Ethanol and Methanol Content in Fuels Containing Greater than 20% Ethanol by Gas Chromatography*
D7319	*Determination of Existent and Potential Sulfate and Inorganic Chloride in Fuel Ethanol and Butanol by Direct Injection Suppressed Ion Chromatography*
D7328	*Determination of Existent and Potential Inorganic Sulfate and Total Inorganic Chloride in Fuel Ethanol by Ion Chromatography Using Aqueous Sample Injection*
E203	*Water Using Volumetric Karl Fischer Titration*
E1064	*Water in Organic Liquids by Coulometric Karl Fischer Titration*

Tabela III - Métodos EN

EN 15485	*Ethanol as a blending component for petrol - Determination of sulfur content - Wavelength dispersive X-ray fluorescence spectrometric method*
EN 15486	*Ethanol as a blending component for petrol - Determination of sulfur content - Ultraviolet fluorescence method*
EN 15837	*Ethanol as a blending component for petrol - Determination of phosphorus, copper and sulfur content - Direct method by inductively coupled plasma optical emission spectrometry (ICP OES)*

Tabela IV - Métodos ISO

ISO 17315	*Petroleum products and other liquids - Ethanol - Determination of total acidity by potentiometric titration*
ISO 17308	*Petroleum products and other liquids - Ethanol - Determination of electrical conductivity*

3. Especificações

Todos os agentes que comercializam o Etanol Combustível deverão atender aos limites estabelecidos na especificação, mesmo nos casos em que as análises não são obrigatórias.

As características presentes nas especificações contidas nas Tabelas V, VI e VII deste Regulamento Técnico deverão ser determinadas conforme a publicação mais recente de cada método de ensaio.

Tabela V - Especificações do EAC, do EHC e do EHCP.

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	LIMITE			MÉTODO	
		EAC	EHC	EHCP	NBR	ASTM/EN/ISO
Aspecto	-	Límpido e Isento de Impurezas (LII)			Visual	
Cor	-				Visual	
Acidez total, máx. (em miligramas de ácido acético)	mg/L	30			9866 16047	ISO 17315
Condutividade elétrica, máx.	µS/m	300			10547	ISO 17308
Massa específica a 20ºC.	kg/m³	791,5 máx.	805,2 a 811,2	799,7 a 802,8	5992 15639	D4052
Teor alcoólico[7, ·]	% massa	99,3 mín.	92,5 a 94,6	95,5 a 96,5	5992 15639	-
Potencial hidrogeniônico (pH)	-	-	6,0 a 8,0		10891	-
Teor de etanol, mín.	% volume	98,0	94,5	96,3	16041	D5501
Teor de água, máx.[10]	% massa	0,7	7,5	4,5	15531 15888	E203 E1064
Teor de metanol, máx.[10]	% volume	0,5			16041	
Resíduo por evaporação, máx.·	mg/100mL	5			8644	-
Teor de hidrocarbonetos, máx.[12]	% volume	3			13993	-
Teor de cloreto, máx.	mg/kg	1			10894	D7328 D7319
Teor de sulfato, máx.	mg/kg	4			10894	D7328 D7319
Teor de ferro, máx.[15]	mg/kg	5			11331	-
Teor de sódio, máx.[15]	mg/kg	2			10422	-
Teor de cobre, máx.	mg/kg	0,07	-		11331	-
Teor de enxofre, máx.·	mg/kg	Anotar			-	D5453 EN 15485 EN 15486 EN 15837

Tabela VI - Características do EHC que deverão estar presentes no Boletim de Conformidade emitido pelo distribuidor de Etanol[1, ·].

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	LIMITE		MÉTODO	
			EHCP[2]	NBR	ASTM/EN
Aspecto[3]				Visual	
Cor				Visual	
Condutividade elétrica, máx.[6]				10547	ISO 17308
Massa específica a 20 ºC			796,2 a 802,8	5992 15639	D4052
Teor alcoólico[8, 9]			95,5 a 97,7	5992 15639	
	EHC			10891	-
-	Límpido e Isento de Impurezas (LII)			8644	-
-	[5]	3		13993	-
µS/m	300	1		10894	D7328 D7319
kg/m³	802,9 a 811,2	94,5	96,3	16041	D5501
% massa	92,5 a 95,4	7,5	4,5	15531 15888	E203 E1064[11]
-	6,0 a 8,0	0,5			16041
mg/100 mL	5				

Tabela VII - Especificação do corante a ser adicionado ao EAC.

CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO	MÉTODO
Estado físico	Líquido	Visual
Família química - Color Index	Solvent Red 19 ou Solvent Red 164	-
	Solvent Yellow 174 ou Solvent Yellow 175	-
Cor	Laranja	Visual
Absorvância a 420 nm	0,150 a 0,190	
Absorvância a 530 nm	0,100 a 0,135	
Solubilidade	Totalmente solúvel em etanol anidro combustível e insolúvel em água na concentração de 15mg/L.	

(*) Republicada por ter saído no DOU de 16-4-2015, Seção 1, páginas 46 a 49, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 94, DE 16 DE ABRIL DE 2015

A DIRETORA-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso III, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998 e Portaria nº 69, de 06 de abril de 2011, e considerando a Resolução de Diretoria nº 257, de 9 de abril de 2015, resolve:

Art. 1º Ficam alterados os quantitativos e a distribuição dos cargos em comissão previstos no Anexo I da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, sem aumento de despesa, conforme quadro anexo.

Art. 2º Revoga-se a Portaria ANP nº 67, de 25 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

ANEXO I

QUADRO QUANTITATIVO DE CARGOS COMISSIONADOS

Cargo em Comissão	Valor Unitário de Remuneração do Cargo (R$)	Quantitativo
CD I	14.376,03	1
CD II	13.657,23	4
CGE I	12.938,41	20
CGE II	11.500,81	4
CGE III	10.782,01	33
CGE IV	7.188,00	21
CA I	11.500,81	11
CA II	10.782,01	8
CA III	3.001,72	8
CAS I	2.270,70	17
CAS II	1.967,94	16
CCT V	2.733,25	43
CCT IV	1.997,35	58
CCT III	1.013,49	91
CCT II	893,45	31
CCT I	791,11	32

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 306, DE 16 DE ABRIL 2015

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foi conferida pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.003511/2015-16, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a filial inscrita no CNPJ Nº 01.973.067/0001-75, da empresa Americanoil Distribuidora de Derivados de Petróleo Eireli, situada na Rua Lídia Camargo Zampieri, n° 1438/sala N.16, bairro Tindiquera, Município de Araucária/PR. CEP: 83.708-135, autorizada a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos de filial acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 16 de abril de 2015

Nº 538 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, , tendo em vista a cassação da eficácia das inscrições estaduais no Estado de São Paulo, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
SP0023251	AUTO POSTO GARION LTDA	00.782.234/0001-38	LORENA	SP	48610.003772/2002-11
PR/SP0060688	AUTO POSTO NOBREGA LTDA.	08.705.768/0001-72	CAMPINAS	SP	48610.009034/2008-73
PR/SP0140522	AUTO POSTO OUROPAN ARARAQUARA LTDA	17.254.101/0001-91	ARARAQUARA	SP	48610.007709/2013-15
SP0019828	AUTO POSTO 3 J LTDA	45.571.858/0001-44	CAJAMAR	SP	48610.000600/2002-96
PR/SP0087892	CENTRO AUTOMOTIVO PRIME DA CASTELO LTDA	12.427.508/0001-50	ARACARIGUAMA	SP	48610.015394/2010-29
PR/SP0063880	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	47.508.411/1413-02	SANTANA DE PARNAIBA	SP	48610.014911/2008-28
PR/SP0068301	COOPERATIVA DOS CAFEICUTORES DA REGIAO DE MARILIA	52.046.927/0002-47	MARILIA	SP	48610.004238/2009-07
SP0021149	DEGASPARI JARAGUA COM. COMBUSTIVEIS LTDA	54.415.948/0001-37	PIRACICABA	SP	48610.001919/2002-39
SP0019688	DEPETROL DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	62.752.274/0001-94	SAO PAULO	SP	48610.000374/2002-43
SP0231279	L R NUCCI JULIANI & CIA LTDA.	09.532.999/0001-94	MOGI MIRIM	SP	48610.007023/2008-59
SP0022490	POSTO ALMAR - ESTIVA GERBI LTDA	00.312.600/0001-95	ESTIVA GERBI	SP	48610.003115/2002-74

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE

Em 16 de abril de 2015

A SUPERINTENDENTE- DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Resolução ANP nº 22, de 11 de abril de 2014, publicada em 14 de abril de 2014, concede o registro dos produtos abaixo, às empresas relacionadas:

Nº 534	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA - CNPJ nº 43.054.261/0001-05					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000770/2015 - 12	LUBRICANT H1-0600	ISO 220	NSF-H1	ÓLEO LUBRIFICANTE	16689
	48600.000769/2015 - 80	LUBRICANT H1-0620	ISO 320	NSF-H1	ÓLEO LUBRIFICANTE	16688
	48600.000773/2015 - 48	LUBRICANT H1-0500	ISO 320	NSF-H1	ÓLEO LUBRIFICANTE	16692
	48600.000768/2015 - 35	LUBRICANT H1-0640	ISO 460	NSF-H1	ÓLEO LUBRIFICANTE	16687
	48600.000771/2015 - 59	LUBRICANT H1-0540	ISO 220	NSF-H1	ÓLEO LUBRIFICANTE	16690
	48600.000772/2015 - 01	LUBRICANT H1-0520	ISO 150	NSF-H1	ÓLEO LUBRIFICANTE	16691
Nº 535	LUMOBRAS LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA. - CNPJ nº 61.241.451/0001-05					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000579/2015 - 62	MOLYKOTE L-1146 FM SYNTHETIC GEAR OIL	ISO 460	. AGMA 9005-E02, ISO 12925-1 CKC/D.	ÓLEO LUBRIFICANTE	16686
	48600.000578/2015 - 18	MOLYKOTE L-1122 FM SYNTHETIC GEAR OIL	ISO 220	. AGMA 9005-E02, ISO 12925-1 CKC/D.	ÓLEO LUBRIFICANTE	16685
Nº 536	MOLECULAR BRASIL LTDA. - CNPJ nº 03.122.996/0001-04					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.002976/2014 - 98	GET OIL 4T	SAE 20W50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	9236
Nº 537	OERLIKON LEYBOLD VÁCUO DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 17.205.244/0001-03					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000583/2015 - 21	LEYBONOL LVO 840	NLGI 1	. N/A.	GRAXA LUBRIFICANTE	5059

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAUJO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Mensagem da Administração

O ano de 2014 acrescentou um desafio àqueles que a Eletrobras já vinha enfrentando com foco e determinação: uma crise hídrica sem precedentes, que além de afetar o abastecimento de água para milhões de brasileiros, prejudicou também a geração de energia elétrica por nossas hidrelétricas.

Em decorrência e visando preservar os reservatórios brasileiros, o despacho energético das hidrelétricas foi limitado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), ficando a Eletrobras impossibilitada de gerar energia elétrica em volume suficiente para atender aos montantes contratuais. Essa insuficiência de geração acarretou sua exposição ao mercado de energia de curto prazo, liquidada financeiramente ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que havia atingido patamares bastante elevados. Analogamente, nossas distribuidoras sofreram com a exposição involuntária ao mercado de energia de curto prazo e com o aumento do despacho das usinas termelétricas que operaram ao longo de todo o período.

Não obstante esse cenário, dominado por um evento não recorrente que impactou negativamente seus resultados contábeis, a Eletrobras manteve seu compromisso de gerar, transmitir e distribuir energia para o desenvolvimento do país.

Durante o ano de 2014, a Companhia continuou seu processo de reorganização empresarial, com o objetivo de melhorar seu desempenho operacional e financeiro.

A reestruturação dos processos empresariais, a readequação dos custos em relação às receitas e a otimização das atividades entre as Empresas Eletrobras, questões que já vinham sendo tratadas nos últimos anos, foram intensificadas em 2014 e continuam em pauta para 2015. A partir desse ano, teremos uma importante ferramenta de planejamento que vai auxiliar a Companhia a enfrentar os desafios futuros – o novo Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2015-2030, aprovado por seu Conselho de Administração no fim de novembro de 2014. O Plano propõe uma visão ousada para a Companhia: estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as dez maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.

Tendo atualizado seu Plano Estratégico para o período 2015-2030, a Eletrobras está elaborando o Plano Diretor de Negócios e Gestão das Empresas Eletrobras (PDNG) para o horizonte 2015-2019. O foco continua na expansão dos negócios de transmissão e geração, com agregação de valor por meio da inovação em nossos negócios.

Outra importante conquista foi a aprovação da implantação do Programa de *Compliance* das Empresas Eletrobras, em adequação à lei brasileira anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e ao *Foreign Corrupt Practices Act* – FCPA norte-americano, reforçando os controles internos e externos da Companhia. Dessa forma, nossos públicos de interesse, em especial investidores, podem ter mais tranquilidade quanto à transparência dos processos da Eletrobras. Todos ganham com isso.

Em 2014, foram investidos R$ 11,4 bilhões, divididos entre geração (R$ 6,3 bilhões), transmissão (R$ 4,0 bilhões), distribuição (R$ 728 milhões) e demais (R$ 370 milhões), representando aproximadamente 78% do total orçado de R$ 14,7 bilhões. Do realizado até dezembro, R$ 6,3 bilhões foram aplicados em empreendimentos corporativos, nos quais a Eletrobras possui responsabilidade integral, e R$ 5,1 bilhões referiram-se às participações proporcionais nas Sociedades de Propósito Específico (SPEs). Foram acrescentados ao sistema interligado, em conjunto com seus parceiros, 2.884 MW em geração e 4.904 km de linhas de transmissão.

Ao final de 2014, a Eletrobras possuía em construção cerca de 21.611 MW de capacidade instalada na geração e 10.907 Km de linhas de transmissão, incluindo a participação de seus parceiros. Dentre os empreendimentos de geração em construção, entraram em operação neste ano as novas unidades geradoras das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, a hidrelétrica de Batalha e as eólicas Rei dos Ventos 1, Rei dos Ventos 3 e Miassaba 3. No segmento de transmissão, o destaque foi a conclusão das obras do sistema de transmissão das usinas hidrelétricas do Rio Madeira.

No que diz respeito ao processo de recebimento das indenizações complementares decorrentes das concessões prorrogadas à luz da Lei nº 12.783/2013, o valor total pleiteado, até o momento, pelas empresas de Geração e Transmissão da Eletrobras que já encaminharam à ANEEL seus Laudos de Avaliação (para Transmissão) e Relatórios de Investimentos (para Geração), é de R$ 15.037 milhões. Durante o ano de 2015, será apresentado o Laudo de Avaliação por Furnas e os Relatórios de Investimentos por Furnas e Eletronorte, uma vez que os referidos documentos estão em elaboração.

As empresas de distribuição da Eletrobras obtiveram um acréscimo de aproximadamente 138 mil clientes, enquanto a inadimplência teve um decréscimo significativo ao longo do ano, fruto do um plano sistemático de cobranças judiciais e administrativas. No tocante ao combate às perdas, foi dado prosseguimento ao Projeto Energia+, em parceria com o Banco Mundial, que contempla a implantação de infraestrutura de medição avançada e obras de reabilitação e reforma das redes de distribuição. Foi concluída a última etapa do processo de aquisição, no início de 2015, do controle acionário da empresa de distribuição do estado de Goiás, CELG-D, concessionária responsável pelo atendimento de 237 municípios – mais de 98,7% do território goiano – que atende a 2,61 milhões de unidades consumidoras e abrange uma área de concessão de 336.871 km².

O ano de 2014 foi profícuo para a Eletrobras em termos de reconhecimento. Pela terceira vez consecutiva, a empresa foi listada no *Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index*, índice composto por 86 empresas, sendo apenas 17 brasileiras e somente três do setor de energia elétrica, selecionadas dentre as que adotam as melhores práticas de desenvolvimento sustentável. Além disso, pelo oitavo ano seguido, a Eletrobras integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa).

Essas conquistas traduzem o empenho da Eletrobras, através de seus empregados e colaboradores, em promover continuamente o aprimoramento de suas práticas empresariais, pautadas pela ética, pela transparência e pela responsabilidade social e ambiental. As ações da Eletrobras também são reconhecidas na imprensa. A revista Época Negócios incluiu a Eletrobras no *ranking* das 100 maiores marcas de prestígio do Brasil – a marca da empresa é a mais bem avaliada no setor de energia e a 64ª do *ranking* geral.

Os reconhecimentos obtidos, os obstáculos enfrentados e os instrumentos de gestão que estamos implementando nos levam a acreditar que 2015 será um grande ano para a Eletrobras. A caminhada é dura e os desafios são grandes, porém à altura de nossa posição de maior empresa de energia elétrica da América Latina, uma das maiores do mundo no setor elétrico.

José da Costa Carvalho Neto
Presidente Eletrobras

1. Principais Acontecimentos em 2014

Linhão de Belo Monte
Eletrobras Furnas e Eletrobras Eletronorte sagraram-se vencedoras do leilão da linha de transmissão da usina de Belo Monte.

Programa de *Compliance*
Implementação do Programa de *Compliance* nas Empresas Eletrobras, atendendo às leis brasileira e norte-americana anti-corrupção.

Megawatt Solar
Início da operação da usina Megawatt Solar de 1,0 MW de capacidade instalada da Eletrobras Eletrosul.

Expansão Internacional: Parque Eólico Artilleros no Uruguai
Entrada em operação dos primeiros aerogeradores do Parque Eólico Artilleros, no Uruguai, com 65 MW de capacidade instalada.

Indenizações Complementares - Renovações das Concessões
Entrega dos Laudos das indenizações complementares dos ativos de geração e transmissão, totalizando R$ 9.410 milhões em 2014, já reconhecidos R$ 995 milhões pela ANEEL.

Leilão de Geração
Ampliação da capacidade de geração da Eletrobras Furnas com a aquisição da concessão da usina hidrelétrica Três Irmãos com 808 MW de capacidade instalada.

Destaque Econômico-Financeiro
EBITDA das Empresas Controladas: R$ 3.688 milhões.

Aquisição Celg-D
Aquisição de 50,93% das ações ordinárias da Celg Distribuição S.A. (Celg-D).

Criação da Diretoria de Regulação
Liderar e coordenar as ações das Empresas Eletrobras, inerentes ao marco regulatório, alinhadas às diretrizes estratégicas da Companhia.

Empresas Distribuidoras
Reconhecimento do CVA no Balanço Societário: R$ 740 milhões.

2. Perfil da Empresa

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras" ou "Companhia") é a maior empresa de energia elétrica de capital aberto da América Latina em valor de ativos em 2013, segundo estudos da *Roland Berger Strategy Consultants*. Atua no Brasil, nos setores de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como se dedica à realização de pesquisas e serviços voltados para a eficiência energética. No exterior, a Eletrobras estuda e desenvolve projetos de transmissão e geração, com ênfase nesse último. Em 2014, iniciou a primeira operação comercial de um ativo de geração fora do país, conforme a seguir será melhor informado neste Relatório.

A marca Eletrobras é a mais valiosa do setor elétrico brasileiro, está entre as 50 marcas de maior valor do país e é a única marca brasileira de energia elétrica a integrar o *ranking* das 500 marcas globais mais valiosas. A Eletrobras é integrante do GSEP (*Global Sustainable Electricity Partnership*), fórum onde as maiores empresas mundiais de energia discutem as questões do setor elétrico global.

Com capacidade instalada total de geração de 44.156 MW, é a maior empresa de geração de energia elétrica brasileira com participação de 33% do total da capacidade instalada do país. Cerca de 91% dessa capacidade instalada é oriunda de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa, o que faz da Eletrobras uma das maiores do mundo em geração de energia limpa e renovável e a maior responsável pela matriz elétrica brasileira ser a segunda mais limpa e renovável do mundo.

A Companhia possui uma malha de linhas de transmissão, de abrangência nacional, com aproximadamente 60.502 km, equivalente a 48% do total do país em sua rede básica, em alta e extra-alta tensão, desde 230 kV até 750 kV, de acordo com os dados do Ministério de Minas e Energia – MME e do Operador Nacional do Sistema – ONS.

No segmento de distribuição, a Eletrobras cobre uma área correspondente a 31% do território brasileiro, distribuindo energia elétrica a mais de 6,6 milhões de consumidores, por meio de uma rede de distribuição de 464.685 km.

Além disso, a Eletrobras vem desempenhando o papel de agente oficial do Governo Federal Brasileiro na gestão dos fundos governamentais setoriais denominados Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Consumo de Combustíveis – CCC e Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, bem como na administração de programas de governo voltados para o desenvolvimento do setor elétrico, como o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("Procel"), o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica ("Luz para Todos") e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("Proinfa").

Como signatária do Pacto Global da ONU, do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR e dos Princípios de Empoderamento das Mulheres – iniciativa conjunta da ONU Mulheres e Pacto Global – a Eletrobras vem incorporando o desafio da promoção da igualdade de oportunidades para todas as pessoas, sendo esse um compromisso também expresso no Código de Ética das Empresas Eletrobras. Além dos compromissos voluntários citados acima, em junho de 2014, a Eletrobras e sua controlada Itaipu Binacional aderiram ao Termo de Compromisso relativo às diretrizes de conduta empresarial para multinacionais recomendadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

2.1. Estrutura Societária

A Eletrobras é uma sociedade anônima de economia mista, de capital aberto, e possui o controle acionário de 6 (seis) empresas de geração e transmissão de energia elétrica, 7 (sete) empresas de distribuição de energia elétrica, 1 (um) centro de pesquisas e de 1 (uma) empresa de participações. As referidas empresas que integram o Sistema Eletrobras possuem uma plataforma de marca integrada, a exceção da Celg Distribuição S.A. ("Celg-D") que foi recentemente adquirida, e são denominadas em conjunto com a Eletrobras *holding* como "Empresas Eletrobras". A Companhia ainda possui

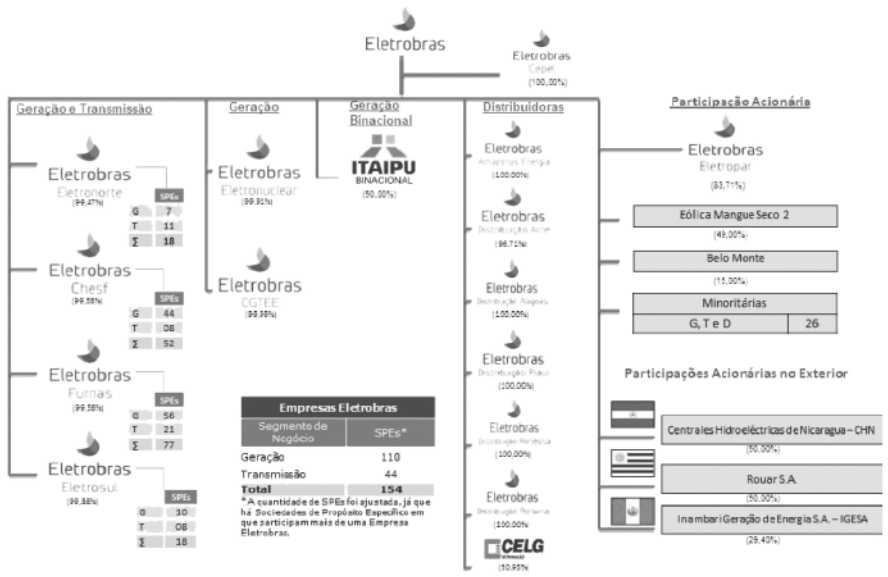
continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

50% do capital social da Itaipu Binacional, 154 parcerias para desenvolvimento, implantação e exploração de novos empreendimentos por meio de Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") no Brasil e mais 03 parcerias em SPEs no exterior, além de participações minoritárias em 26 empresas de energia elétrica.



2.2. Geração

A Eletrobras, em 31 de dezembro de 2014, atingiu a capacidade instalada de 44.156 MW em empreendimentos de geração no Brasil, o que representa 33% dos 133.913 MW instalados no país. Em termos globais, destaca-se que, em dezembro de 2014,entraram em operação 16,8 MW dos 65 MW do Parque eólico Artilleros, pertencente à SPE Rouar, localizada no Uruguai, primeiro empreendimento em operação no exterior. Do total da capacidade instalada da Companhia,75% são de empreendimentos de responsabilidade integral das Empresas Eletrobras, 7% decorrentes da participação proporcional das Empresas Eletrobras em empreendimentos realizados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e 18% de empreendimentos em propriedade compartilhada, incluindo a metade da capacidade de Itaipu Binacional (7.000 MW) – que representa 16% do total – e também participações em consórcios.

Cabe destacar que 19 usinas de responsabilidade integral das Empresas Eletrobras, representando 32% dos 44.156 MW, tiveram as concessões renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, ficando, portanto, as Empresas Eletrobras responsáveis pela operação e manutenção desses ativos por mais 30 (trinta) anos. Além disso, no ano de 2014, a controlada Furnas adquiriu, no Leilão ANEEL nº 002/2014, a outorga da concessão de operação e manutenção da UHE Três Irmãos, por 30 anos, por meio de uma participação de 49,9% na SPE denominada Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Capacidade Instalada por Fonte

Cerca de 91% do total da capacidade instalada da Companhia, no Brasil, é proveniente de fontes de energias com baixa emissão de gases de efeito estufa, como solar, nuclear, eólica e hidráulica. Sendo assim, conforme mencionado acima, pode-se afirmar que a Eletrobras é a maior responsável pela matriz elétrica brasileira ser a segunda matriz elétrica mais limpa e renovável do mundo. Em 2014, do total instalado no país com esse tipo de fonte de energia, aproximadamente 42% pertence à Eletrobras. Além da aquisição da concessão de operação e manutenção da UHE Três Irmãos, destaca-se, em 2014, o início da operação da UHE Batalha, das eólicas Rei dos Ventos 1, Rei dos Ventos 3, Miassaba 3, Cerro Chato IV, Cerro Chato V e Cerro Chato VI, da usina solar Megawatt, da UTE Santarém, além da entrada de novas unidades geradoras da UHE Santo Antônio e Jirau e da última unidade geradora da Eólica Cerro dos Trindade. A entrada dessas novas usinas e unidades geradoras representou um acréscimo de 1.601 MW à capacidade de geração da Companhia.

Capacidade Instalada por Fonte – Situação em 31/12/2014 (MW)

Eletrobras x Brasil	Hidráulica	Nuclear	Eólica+ Solar	Total Limpa	Térmica	Total 2014
Eletrobras	37.757	1.990	259*	**40.006**	4.150	**44.156**
% por fonte na matriz Eletrobras	85,5%	4,5%	0,6%	90,6%	9,4%	100,0%
Brasil	**89.193**	**1.990**	**4.903**	**96.086**	**37.827**	**133.913**
% por fonte na matriz Brasil	66,6%	1,5%	3,7%	71,8%	28,2%	100,0%
% Eletrobras x Brasil	**42,3%**	**100,0%**	**5,3%**	**41,6%**	**11,0%**	**33,0%**

*O Parque Eólico de Artilleros não foi contemplado, pois trata-se de empreendimento no exterior.

Capacidade Instalada por Tipo de Ativo

A capacidade instalada da Eletrobras, no Brasil, pode ser dividida de acordo com o regime de exploração e participação acionária em: (i) Usinas de Responsabilidade Integral; (ii) Usinas de Responsabilidade Integral Sob Regime de O&M; (iii) Usinas de Propriedade Compartilhada; (iv) SPEs; e (v) SPEs em regime de O&M, conforme abaixo demonstrado. Os ativos sob regime de O&M são aqueles referentes às concessões regidas pela Lei nº 12.783/2013.

Tipo	Hidráulica		Térmica		Nuclear		Eólica		Solar		Total	
	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas
Responsabilidade Integral												
Eletronorte	8.782	03	616	08	-	-	-	-	-	-	**9.398**	**11**
Chesf	1.054	02	347	01	-	-	-	-	-	-	**1.401**	**03**
Furnas	2.916	04	530	02	-	-	-	-	-	-	**3.446**	**06**
Eletronuclear	-	-	-	-	1.990	02	-	-	-	-	**1.990**	**02**
Eletrosul	159	04	-	-	-	-	90	03	01	01	**250**	**08**
CGTEE	-	-	840	04	-	-	-	-	-	-	**840**	**04**
ED Amazonas	278	01	1.806	110	-	-	-	-	-	-	**2.084**	**111**
ED Rondônia	3	01	-	-	-	-	-	-	-	-	**3**	**01**
Subtotal	**13.192**	**15**	**4.139**	**125**	**1.990**	**02**	**90**	**03**	**01**	**01**	**19.412**	**146**
Responsabilidade Integral Empreendimentos sob Regime de O&M												
Eletronorte	78	01	-	-	-	-	-	-	-	-	**78**	**01**
Chesf	9.215	12	-	-	-	-	-	-	-	-	**9.215**	**12**
Furnas	4.617	06	-	-	-	-	-	-	-	-	**4.617**	**06**
Subtotal	**13.910**	**19**	-	-	-	-	-	-	-	-	**13.910**	**19**
Propriedade Compartilhada												
Furnas (Consórcio)	766	02	-	-	-	-	-	-	-	-	**766**	**02**
Eletrosul (Consórcio)	178	01	-	-	-	-	-	-	-	-	**178**	**01**
Itaipu Binacional (50%)	7.000	01	-	-	-	-	-	-	-	-	**7.000**	**01**
Subtotal	**7.944**	**04**	-	-	-	-	-	-	-	-	**7.944**	**04**
Sociedade de Propósito Específico (SPE)												
Participação das Empresas Eletrobras	2.309	08	11	01	-	-	168	11	-	-	**2.488**	**20**
Subtotal	**2.309**	**08**	**11**	**01**	-	-	**168**	**11**	-	-	**2.488**	**20**
SPE em regime de O&M												
Furnas	403	1	-	-	-	-	-	-	-	-	**403**	**01**
Subtotal	**403**	**01**	-	-	-	-	-	-	-	-	**403**	**01**
Total Geral	**37.757**	**47**	**4.150**	**126**	**1.990**	**02**	**258**	**14**	**01**	**01**	**44.156**	**190**

A tabela a seguir apresenta o total da capacidade instalada dos empreendimentos que contam com a participação das Empresas Eletrobras, considerando a capacidade total dos ativos, independente da proporção de sua participação acionária. Dessa forma, destaca-se a participação da Companhia na alavancagem dos empreendimentos de geração de energia no Brasil. Em outras palavras, a Eletrobras contribui para o sistema de geração de energia elétrica do país com 56.131 MW.

Tipo	Hidráulica		Térmica		Nuclear		Eólica		Solar		Total	
	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas
Responsabilidade Integral	13.191	15	4.138	125	1.990	02	90	03	01	01	**19.410**	**146**
Responsabilidade Integral Empreendimentos sob Regime de O&M	13.910	19	-	-	-	-	-	-	-	-	**13.910**	**19**
Propriedade Compartilhada	15.850	04	-	-	-	-	-	-	-	-	**15.850**	**04**
Sociedade de Propósito Específico (SPE)	5.789	08	23	01	-	-	341	11	-	-	**6.153**	**20**
SPE em regime de O&M	808	01	-	-	-	-	-	-	-	-	**808**	**01**
Total Geral	**49.548**	**47**	**4.161**	**126**	**1.990**	**02**	**431**	**14**	**01**	**01**	**56.131**	**190**

O mapa abaixo apresenta a localização dos empreendimentos de geração da Companhia, sob responsabilidade integral, compartilhada ou e em parceria através de SPEs:



* Não foram plotadas no gráfico as usinas dos sistemas isolados do interior do estado do Amazonas, no total de 103 usinas.
** Usinas Hidrelétricas sob regime de O&M: Funil, Pedra, Araras, Complexo Paulo Afonso e Moxotó, Luiz Gonzaga, Boa Esperança, Xingó, Corumbá I, Furnas, Marimbondo, Porto Colômbia, Luis Carlos Barreto, Coaracy Nunes e Três Irmãos (SPE).

continua

continuação

2.3. Transmissão

Extensão das Linhas de Transmissão

As Empresas Eletrobras possuem uma malha de linhas de transmissão de aproximadamente 67.582 km. Desse total, (i) 4.960 km são de Responsabilidade Integral da Companhia; (ii) 57.182 km são de Responsabilidade Integral Sob Regime de O&M; (iii) 5.440 km são correspondentes à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pela Empresas Eletrobras em parcerias com terceiros por meio de SPEs. Considerando apenas a rede básica do Sistema Interligado Nacional, ou seja, as tensões de 750, ±600, 525/500, 345 e 230 kV, a Companhia é responsável por 60.502 Km de linhas de transmissão, o que representa cerca de 48,1% do total das linhas de transmissão do Brasil nas referidas tensões.

Empresas Eletrobras	Linhas de Transmissão em 2014 (km)						
	Responsabilidade Integral	Responsabilidade Integral sob Regime de O&M	Total (a)	SPEs – Participação Eletrobras (b)	Total (a+b)	Alavancado pela Eletrobras (c)	Total (a+c)
Eletronorte	680,0	10.022,8	**10.702,8**	722,1	**11.424,9**	1.638	**12.340,8**
Chesf	1.129,1	18.562,5	**19.691,6**	395,0	**20.086,6**	1.331	**21.022,6**
Furnas	1.148	18.758,5	**19.906,5**	778,9	**20.685,4**	1.858,4	**21.764,9**
Eletrosul	1.302	9.838,4	**11.140,4**	940,0	**12.080,4**	1.434	**12.574,4**
Eletronorte/ Chesf	-	-	-	276,7	**276,7**	559	**559**
Eletronorte/ Eletrosul	-	-	-	1.163,8	**1.163,8**	2.375	**2.375**
Chesf/Furnas	-	-	-	1.163,8	**1.163,8**	2.375	**2.375**
ED Amazonas	700,7	-	**700,7**	-	**700,7**	-	**700,7**
Total	**4.959,8**	**57.182,2**	**62.142,0**	**5.440,29**	**67.582,3**	**11.570,4**	**73.712,4**

(b) Considera a participação na proporção do capital investido pela Eletrobras nos empreendimentos em SPEs.
(c) Considera a extensão total dos empreendimentos em que a Eletrobras é acionista.

De responsabilidade integral da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, encontravam-se 49 subestações com capacidade de transformação de 24.966 MVA, além de mais 228 subestações renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, totalizando 174.308 MVA de capacidade de transformação.

Empresas Eletrobras	Subestações Existentes em 2014			
	Nº de Subestações		Capacidade de Transformação (MVA)	
	Responsabilidade Integral	Responsabilidade Integral Sob Regime de O&M	Responsabilidade Integral	Responsabilidade Integral Sob Regime de O&M
Eletronorte	07	51	1.675,3	19.141,0
Chesf	20	96	6.027	43.245,0
Furnas	10	45	13.160,6	90.207,6
Eletrosul	12	36	4.103	21.714,8
Total	**49**	**228**	**24.965,9**	**174.308,4**

A tabela a seguir apresenta o total de capacidade de transformação de subestações que contam com a participação das Empresas Eletrobras, considerando a capacidade total de transformação dos ativos de responsabilidade integral e também àquelas exploradas por meio de SPEs, de forma a destacar a contribuição da Companhia na alavancagem desses projetos no Brasil.

Empresas Eletrobras	Subestações Existentes em 2014 – Capacidade de Transformação (MVA)					
	Responsabilidade Integral (a)	Responsabilidade Integral Regime de O&M (b)	Spes – Participação Eletrobras (c)	Total (a+b+c)	Alavancado pela Eletrobras (d)	Total (a+b+d)
Eletronorte	1.675,3	19.141,0	1.151,3	21.967,6	3.100	23.916,3
Chesf	6.027	43.245,0	2.866,5	52.138,5	5.850	55.122,0
Furnas	13.160,6	90.207,6	3.727,7	107.095,9	8.775	112.143,17
Eletrosul	4.103	21.714,8	660,8	26.478,6	1.213	27.030,8
Eletronorte/Chesf	-	-	965,3	965,3	1.950	1.950
Total Eletrobras	**24.965,9**	**174.308,4**	**9.371,6**	**208.645,89**	**20.888**	**220.162,300**

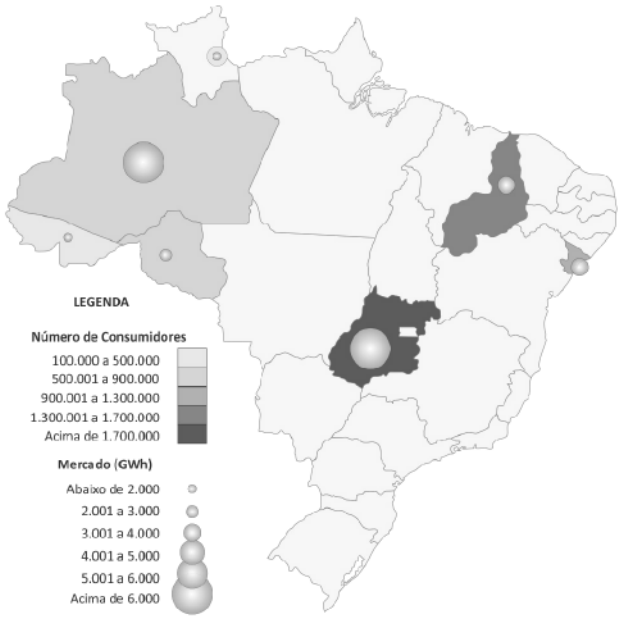
(c) Refere-se à participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.
(d) Refere-se aos MVA totais do empreendimento.

O mapa abaixo apresenta a localização dos empreendimentos de transmissão da Companhia de responsabilidade integral e em parcerias através de SPEs.



2.4. Distribuição

As empresas de distribuição de energia elétrica da Eletrobras, incluindo a Celg-D, adquirida em 2015, mas consolidada contabilmente desde setembro de 2014, atuam em 02 (dois) estados da Região Nordeste, 04 (quatro) estados da Região Norte e no estado de Goiás, beneficiando mais de 6,6 milhões de consumidores, o que equivale a cerca de 8,5% do total de clientes do território brasileiro. Utilizando uma rede de distribuição de energia de baixa, média e alta tensão, com 464.685 km de extensão e um total de 590 subestações, compreendendo 700 municípios.



Descrição	ED Acre	ED Alagoas	ED Amazonas	ED Piauí	ED Rondônia	ED Roraima	Celg-D	Total
Linhas e Redes de Distribuição – Km	19.052	41.734	44.519	87.500	57.129	3.508	211.243	**464.685**
Nº de Clientes assistidos	240.030	1.013.971	860.737	1.144.330	580.859	102.078	2.716.003	**6.658.008**
Nº de municípios atendidos	22	102	62	224	52	01	237	**700**
Nº de subestações	15	40	55	83	57	03	337	**590**

2.5. Eficiência Energética

A área de eficiência energética da Eletrobras é estruturada em duas grandes linhas de atuação: eficiência energética como política pública e eficiência energética com uma visão corporativa e empresarial.

A vertente da eficiência energética voltada para política pública refere-se ao Eletrobras Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, tratado adiante neste relatório.

Na vertente corporativa, a Eletrobras coordena o Comitê Integrado de Eficiência Energética das Empresas Eletrobras – CIEESE, que objetiva buscar soluções tecnológicas, cooperação técnica e excelência da eficiência energética empresarial. Em 2014, foram realizadas 04 reuniões por videoconferência e 01 presencial, envolvendo em média 18 empregados das Empresas Eletrobras, com um custo médio de R$ 195 mil. Por meio do CIEESE, a Eletrobras *holding* acompanhou as metas de redução de consumo de energia elétrica em 15 empresas. Ainda, foram realizadas 05 reuniões da Comissão Interna de Conservação de Energia (CICE) da *holding*, com destaque para a realização de evento pelo Dia Mundial da Eficiência Energética (05 de março) e Dia Mundial da Água (22 de março).

Em 2014, também por meio do CIEESE, a Eletrobras *holding* continuou os trabalhos de implementação da ISO 50001 nas Empresas Eletrobras. Em Itaipu Binacional, foram treinadas as equipes que conduzirão o processo de implementação da norma e a sua manutenção, formando a equipe de gestão da energia. Foram ainda iniciadas as primeiras atividades, como definições de fronteira e escopo e o planejamento energético. Na Eletrobras Eletronorte, na unidade geradora de Tucuruí, também foram treinadas as equipes e iniciadas as primeiras etapas de implementação da norma com o planejamento energético.

Na vertente de novos negócios, em 2014, foi aprovado o Plano de Negócios de Eficiência Energética 2014-2018 e iniciados os procedimentos para formação de parcerias visando o estabelecimento de Sociedades de Propósito Específico. Duas empresas de conservação de energia se interessaram pela parceria e as negociações encontram-se em curso.

Adicionalmente, destacam-se outras realizações ao longo do ano: (i) prosseguiu-se com os trâmites para a criação de parceria no âmbito do acordo com a R20 com a formação de uma SPE para projetos de eficiência energética em iluminação pública; (ii) prospecção de clientes ou parceiros para serviços de eficiência energética; (iii) realização de 02 cursos para capacitação na norma ISO 50001; (iv) prestação de serviço de consultoria técnica em uma indústria eletro-intensiva no estado do Pará; e (v) elaboração de Chamada Pública para parcerias em projetos de eficiência energética.

3. Panorama Econômico e Setorial

3.1. Panorama Econômico

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil encerrou o ano com crescimento de 0,1% em relação ao ano anterior, segundo dados do IBGE. O dinamismo da economia, no ano de 2014, pode ser explicado, pelo lado da demanda, pelo recuo acentuado da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede os investimentos, que foi de -7,4% no ano e de -4,6% no acumulado dos quatro trimestres anteriores, aliado à baixa contribuição do consumo, em especial, o consumo das famílias. Pela ótica da oferta, os setores agropecuário (1,1%) e de serviços (1,2%) contribuíram positivamente, enquanto que o setor industrial contribuiu negativamente, apresentando queda de 0,5% no acumulado dos últimos quatro trimestres.

Em relação à inflação, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 6,41% em 2014, superior ao registrado no ano de 2013, de 5,91%. No entanto, a inflação permaneceu dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). No acumulado do ano, a maior contribuição foi exercida pelo grupo alimentação e bebidas, que subiu 8,0%, gerando impacto de 1,97 pontos percentuais no índice agregado. Em comparação com os dados de 2013, o grupo de habitação foi determinante para a elevação da inflação em 2014, em função do reajuste nas contas de luz (17,1%), revertendo boa parte da queda do ano anterior (-15,7%).

No que se refere ao mercado de trabalho, conforme os dados do IBGE, em dezembro de 2014, a taxa de desocupação foi estimada em 4,3%, repetindo o percentual de dezembro de 2013 e mantendo o menor nível da série histórica da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Já a taxa de desocupação média de janeiro a dezembro de 2014 foi estimada em 4,8%, contra 5,4% em 2013.

A taxa de câmbio teve uma desvalorização desde o início de setembro, passando de pouco mais de R$ 2,25/US$ para cerca de R$ 2,65/US$ (variação de 17,7%) em dezembro, influenciada por fatores conjunturais relevantes como o aumento das incertezas associadas ao processo eleitoral, a queda adicional dos preços das *commodities*, o movimento global de valorização do dólar e o aumento da aversão ao risco associado a países emergentes.

continua

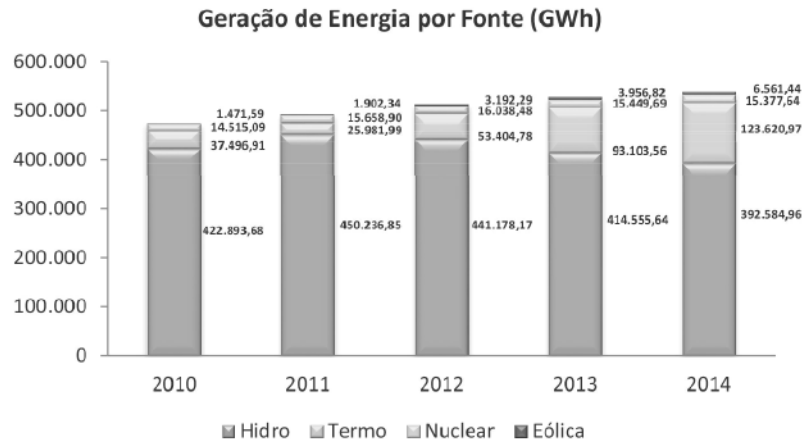
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

3.2. Panorama Setorial

O país atravessou um período de baixa estiagem no ano de 2014, agravando um quadro de depleção dos reservatórios que vinha se verificando desde 2013. As chuvas esperadas não vieram e a situação se agravou, notadamente nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do país. Consequentemente, as usinas termoelétricas foram despachadas com regularidade, o que levou o Preço da Liquidação das Diferenças – PLD a patamares elevados em 2014.



O gráfico acima apresenta a evolução da geração de energia elétrica no país desde 2010, conforme dados do Operador Nacional do Sistema – ONS. Percebe-se o crescimento significativo da geração em bases térmicas nos últimos anos.

Mesmo com um cenário de preços mais altos para o consumidor final de energia elétrica, o consumo no país, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, apresentou elevação de 2,2% frente ao ano de 2013, porém, menor que o crescimento registrado em 2013 quando comparado a 2012. Os setores residencial e de comércio e serviços foram os principais responsáveis por esse crescimento. O consumo total de energia em 2014 foi de 473.395 GWh, enquanto que, em 2013, foi de 463.123 GWh.

A taxa de crescimento do consumo da classe residencial, em 2014, foi de 5,7%, inferior ao registrado em 2013, de 6,1%. O crescimento pode ser atribuído ao maior acesso aos produtos da chamada linha branca, máquinas de lavar roupa, geladeiras e fogões, entre outros, e à intensificação do uso de condicionadores de ar, fato que ficou evidenciado pela forte elevação do consumo de energia nos meses de janeiro e fevereiro, sobretudo no Sul e Sudeste do país. Em termos regionais, destaque para o forte crescimento observado na região Sul (+8,2%). Já a taxa registrada no Norte do país (+14%) explica-se pelas medidas de recuperação de perdas e melhoria da qualidade dos serviços no Pará. O crescimento observado no Centro-Oeste (+8,2%) e Nordeste (+6%) pode ser atribuído aos fatores renda e emprego.

O segmento de Comércio e Serviços foi o que apresentou a maior elevação no ano (+7,3%), com expansão em todas as regiões. As altas temperaturas foram responsáveis, especialmente no 1º trimestre, por crescimentos registrados entre 8% e 16%, na comparação com os mesmos meses de 2013. Outros fatores, de natureza estrutural, também contribuíram para o crescimento do consumo de energia elétrica dessa classe, tais quais:

• Expansão das áreas brutas locáveis (ABL) de *shopping centers*: de acordo com a ABRASCE, em 2014, houve aumento de 5% na ABL de *shoppings* e de 4% na movimentação de pessoas nessas instalações;

• Modernização e crescimento do movimento em aeroportos: nos aeroportos, segundo dados da ANAC, entre janeiro e novembro de 2014, houve expansão de 6,7% no total de passageiros; e

• Expansão da rede hoteleira.

Tabela de Consumo de Energia Elétrica na Rede (GWh)

Consumo Total/Classe	2013	2014	Variação 2014 x 2013
Residencial	124.896	132.049	5,7%
Industrial	184.685	178.055	-3,6%
Comercial	83.704	89.819	7,3%
Outros	69.838	73.472	5,2%
Brasil	**463.123**	**473.395**	**2,2%**

O consumo industrial de energia na rede recuou 3,6% em 2014, após o avanço observado em 2013, alcançando 178,05 mil GWh. A queda na produção nos setores metalúrgico, automobilístico e também na indústria química afetou o consumo de energia do seguimento. O consumo de energia em vários outros setores industriais (alimentos, têxtil, produtos de borracha e plástico e papel e celulose) também refletiu o quadro macroeconômico e a retração da produção.

Diante do quadro setorial acima descrito, as distribuidoras da Eletrobras tiveram a demanda influenciada positivamente pelo maior consumo de energia elétrica no país, porém arcaram com maiores custos com a energia comprada para revenda devido à crise hídrica. Para socorrer o caixa das distribuidoras que estavam descontratadas involuntariamente e tiveram que adquirir energia no mercado de curto prazo, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE criou a Conta ACR com o objetivo de financiar as empresas de distribuição que apresentavam desequilíbrios financeiros em virtude do alto preço dessa energia. Foram dois empréstimos realizados às companhias de distribuição brasileiras em 2014, totalizando R$ 17,8 bilhões, que serão repassados as tarifas cobradas dos consumidores finais. O primeiro ocorreu em abril, no valor de R$ 11,2 bilhões, e o segundo, em agosto, no montante de R$ 6,6 bilhões. Desse total, foram destinados às Empresas de Distribuição da Eletrobras o montante de R$ 537,6 milhões, sendo R$ 302,7 milhões à Eletrobras Distribuição Alagoas; R$ 141 milhões à Eletrobras Distribuição Piauí; R$ 27,2 milhões à Amazonas Energia; R$ 11,3 milhões à Eletrobras Distribuição Rondônia; e R$ 55,4 milhões à Eletrobras Distribuição Acre.

No entanto, para as geradoras da Companhia, o cenário de estiagem gerou maiores custos em razão do rebaixamento do Mercado de Realocação de Energia – MRE, liquidados ao preço do mercado de curto prazo. Isso porque, visando preservar os reservatórios brasileiros, as atividades de todas as hidrelétricas foram limitadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e as geradoras ficaram impossibilitadas de gerar energia elétrica em volume suficiente para atender as garantias físicas de seus contratos, sendo obrigada a comprar energia elétrica no mercado de curto prazo. A análise dos impactos do cenário setorial nas operações da Companhia está descrita nas seções 6 e 8 deste Relatório.

3.3. Panorama Institucional e Regulatório

No ano de 2014, foi criada a Diretoria de Regulação da Eletrobras. A nova diretoria tem a missão de liderar e coordenar as diversas ações das Empresas Eletrobras inerentes ao marco regulatório do setor elétrico brasileiro, alinhada às diretrizes estratégicas definidas pela Companhia e às orientações do Conselho de Administração.

Além da interface em questões de natureza regulatória e jurídica com as Empresas Eletrobras e com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Diretoria de Regulação tem a atribuição de fortalecer e ampliar o relacionamento com associações de classe (ABRADEE, ABRAGE, ABRAGET, ABRATE, APINE e outras), instituições setoriais governamentais e privadas (MME, CCEE, EPE, e outras), fortalecer o canal de comunicação na esfera parlamentar e gerir os Bens da União Sob Administração da Eletrobras (BUSA), dentre outras atividades.

Vale registrar que a Companhia tem ampliado os esforços para uma atuação mais efetiva e pró-ativa na área regulatória. A criação da Diretoria de Regulação tem propiciado sinergias entre as Empresas Eletrobras no que tange ao relacionamento institucional com a ANEEL, a participação coordenada em consultas e audiências públicas, a interface com associações de classe e um posicionamento corporativo mais efetivo em relação às metodologias tarifárias, regras e procedimentos.

As ações corporativas na área regulatória estão relacionadas à busca contínua da sustentabilidade dos negócios da Eletrobras, aumento das oportunidades de negócios no setor elétrico nacional e mitigação do risco regulatório de todo o portfólio.

Em 2014, a Companhia concentrou esforços para a obtenção de valores complementares para as indenizações dos ativos de geração e transmissão de energia elétrica que tiveram a concessão prorrogada nos termos da Lei nº 12.783/2013 e na elaboração da Política de Regulação das Empresas Eletrobras.

Em agosto de 2014, a controlada Eletrosul, atendendo a Resolução Normativa ANEEL nº 589/2013, que trata dos ativos do segmento de transmissão, encaminhou o laudo técnico de avaliação dos ativos existentes em 31 de maio de 2000, referentes a Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e às Demais Instalações do Sistema de Transmissão – RPC, considerados ainda não amortizados e não depreciados, requerendo o valor complementar de indenização de R$ 1.061 milhões, na data base de dezembro de 2012, sendo que o valor contábil residual dos referidos bens é de R$ 514 milhões. A ANEEL já reconheceu o valor de R$ 995 milhões a este título, mas solicitou esclarecimentos adicionais, o que será atendido pela Eletrosul, buscando ver reconhecido o valor total constante do laudo técnico de avaliação.

Em outubro de 2014, a controlada Eletronorte também encaminhou seu laudo técnico de avaliação dos ativos referentes à RBSE/RPC, requerendo o valor de R$ 3.547 milhões, na data base de dezembro de 2012, sendo que o valor contábil residual dos referidos bens é de R$ 1.733 milhões. De igual maneira, a controlada Chesf entregou o laudo de avaliação dos seus ativos de transmissão, em 06 de março de 2015, no valor de R$ 5.627 milhões, em que há registrado contabilmente o valor de R$ 1.187 milhões. Até o momento, a ANEEL não concluiu a análise dos referidos laudos dos ativos de transmissão de Eletronorte e Chesf, porém a mesma possui 150 dias, contados da entrega dos laudos, para analisar, fiscalizar e aprovar o valor requerido.

Em dezembro de 2014, a controlada Chesf, atendendo a Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013, apresentou à ANEEL documentação comprobatória dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos seus aproveitamentos hidroelétricos renovados a luz da Lei nº 12.783/2013. A documentação apresentada indica o valor de R$ 4.802,3 milhões como valor base para requerimento da citada indenização complementar. A Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013 não definiu o prazo para que o órgão regulador avalie a demanda das empresas referentes aos ativos de geração.

A controlada Furnas solicitou, em dezembro de 2014, a extensão do prazo anteriormente definido de 31 de dezembro de 2014 para a entrega do laudo de avaliação da RBSE (ativos de transmissão), o que foi atendido pelo poder concedente. Os laudos de avaliação de Furnas dos ativos de transmissão e de geração estão sendo concluídos e a previsão de entrega é no primeiro semestre de 2015. É importante esclarecer que Furnas está adimplentes em relação à entrega dos laudos de avaliação dos ativos de transmissão, haja vista que a Resolução Normativa ANEEL nº 589/2013 deixa a critério do concessionário o estabelecimento do cronograma para elaboração do referido laudo. Em relação a Eletronorte, os laudos de indenizações complementares de ativos renovados de geração ainda estão em elaboração.

Em relação aos ativos de geração, a Resolução Normativa ANEEL nº 615/2014 determinou que as concessionárias deveriam, até 17 de junho de 2014, manifestar interesse no recebimento do valor complementar relativo à parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, e não indenizados, devendo apresentar seus laudos de avaliação até 31 de dezembro de 2015. Dessa forma, Furnas está adimplente com o prazo estabelecido para entrega do referido laudo.

Até dezembro de 2014, os laudos já submetidos pelas controladas da Eletrobras à ANEEL totalizaram um montante de R$ 9.410 milhões de indenizações complementares. Se considerarmos os laudos já submetidos pelas controladas da Eletrobras à ANEEL até março de 2015, o montante pleiteado passa a ser de R$ 15.037 milhões de indenizações complementares. No entanto, os efeitos dessas indenizações complementares nas demonstrações financeiras estão condicionados às homologações finais dos valores pela ANEEL e à regulamentação das condições de seu recebimento.

A tabela a seguir apresenta os valores por Empresa Eletrobras:

Empresas Eletrobras	Valor Contabilizado (R$ milhões)			Valor Pleiteado (R$ milhões)			Valor Homologado [5] (R$ milhões)		
	Geração [4]	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Eletronorte	-	1.733	**1.733**	[1]	3.547	**3.547**	[3]	[2]	-
Chesf	488	1.187	**1.675**	4.802	5.627	**10.429**	[3]	[2]	-
Furnas	996	4.530	**5.526**	[1]	[1]	-	[3]	[2]	-
Eletrosul	-	514	**514**	-	1.061	**1.061**	-	995	**995**
Total	**1.484**	**7.964**	**9.448**	**4.802**	**10.235**	**15.037**	-	**995**	-

[1] Laudos em fase de elaboração.
[2] Prazo de 150 dias contados da data de entrega do laudo de avaliação ReN. ANEEL nº 589/2013.
[3] A ReN. ANEEL nº 596/2013 não definiu prazo para homologação dos laudos de avaliação recebidos das empresas.
[4] Os ativos de geração termoelétrica não foram abrangidos pela Resolução Normativa da ANEEL nº 596/2013, logo não estão contemplados na tabela acima. Contabilizados, são mais R$ 680 milhões em Furnas; R$ 186 milhões na Eletronorte e R$ 357 milhões na CGTEE.
[5] Os valores homologados serão reconhecidos no Resultado da Companhia após definição final do valor e das condições de pagamento pela ANEEL.

Importante destacar, acerca das indenizações relacionadas às concessões renovadas à luz da Lei nº 12.783/2013, que além das indenizações complementares acima citadas (ora denominadas "2ª Tranche de Indenizações da Lei nº 12.783/2013", as Empresas Eletrobras teve reconhecido o direito à indenização no valor de R$ 14.437 milhões, na data base de 31/12/2012, referente ao que denominamos de "1ª Tranche de Indenizações da Lei nº 12.783/2013". Até 31 de dezembro de 2014, as Empresas já tinham recebido, a título de 1ª Tranche de Indenizações da Lei nº 12.783/2013, o valor de R$ 12.593 milhões. Acerca dessa indenização, vide Nota Explicativa número 08 das Demonstrações Financeiras de 2014.

No segmento de transmissão, merece ainda destaque a edição da Resolução Normativa ANEEL nº 643/2014, de 16 de dezembro de 2014, que regulamenta a forma de reconhecimento de receita adicional ao reajuste anual da Receita Anual Permitida – RAP relativa a investimentos em melhorias e reforços em instalações de transmissão. A edição da referida Resolução Normativa possibilitou a reversão de provisão no montante de R$ 792 milhões, além de R$ 407 milhões de estorno de provisão em 31 de dezembro de 2014, totalizando R$ 1.199 milhões (nos segmentos de geração e transmissão), uma vez que, desde 2012, a Eletrobras estava provisionando o valor de novos investimentos realizados nas concessões renovadas a luz da lei nº 12.783/2013, sob a rubrica "perda de ativos financeiros".

Além do acompanhamento específico das indenizações complementares das concessões renovadas pela Lei nº 12.783/2013, a Eletrobras vem participando das tratativas ministeriais para a construção de um documento de diretrizes propondo um novo marco legal para o licenciamento ambiental, acompanhando, inclusive, a tramitação no Congresso Nacional e no Poder Executivo da regulamentação da competência no processo de licenciamento ambiental estabelecido pela Lei Complementar nº 140/2011. De igual maneira, acompanha junto ao Ministério de Minas e Energia, a regulamentação do Cadastro Socioambiental em empreendimentos hidrelétricos e a revisão da Instrução Normativa IBAMA nº 184/08 e da Resolução CONAMA sobre o licenciamento de empreendimentos eólicos.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

No segmento de distribuição, destaca-se que, no decorrer do exercício de 2014, ocorreram os Reajustes Tarifários Anuais das Distribuidoras da Eletrobras, cujas datas bases foram: (i) 28 de agosto de 2014 para a ED Alagoas e a ED Piauí; (ii) 12 de setembro para a Celg-D; (iii) 01 de novembro de 2014 para a ED Amazonas Energia e a ED Roraima; e (iv) 30 de novembro de 2014 para a ED Acre e a ED Rondônia, sendo os resultados homologados e apresentados no quadro a seguir.

Índice de Reajuste Tarifário – IRT 2014	ED Acre	ED Alagoas	ED Amazonas	ED Piauí	ED Rondônia	ED Roraima	Celg-D
IRT Econômico	-4,93%	26,32%	12,67%	21,16%	12,90%	13,14%	18,49%
Componentes Financeiros	3,59%	12,85%	-10,50%	10,24%	5,36%	-7,87%	5,79%
IRT Total	-1,34%	39,17%	2,17%	31,40%	18,26%	5,28%	24,27%
Efeito Médio Consumidor Cativo (preliminar)	-15,93%	32,36%	18,62%	25,81%	-3,78%	16,95%	21,64%
Subsídio - Equilíbrio Redução Tarifária (R$)	838.861	-	237.018.990	-	-	20.361.170	-
Subsídio - Descontos Tarifários (R$)	549.218	29.023.521	14.932.060	23.895.504	47.181.926	1.912.799	9.155.617

É importante destacar que, em função dos resultados dos Reajustes Tarifários homologadas pela ANEEL, foram apresentados Pedidos de Reconsideração para as Empresas de Distribuição do Amazonas, Rondônia e Acre, o que poderá majorar o índice de reajuste homologado.

Cabe ressaltar, ainda, no âmbito do segmento de distribuição, que a região Norte do Brasil, onde estão localizadas algumas das empresas de distribuição da Eletrobras, por suas características geográficas, áreas extensas e baixa concentração populacional, distinguem-se das demais regiões, pois tem o seu abastecimento de energia elétrica suprida pelas termoelétricas movidas a diesel e óleo combustível, cujo custo é significativamente mais elevado.

De acordo com a Lei nº 12.111/2009, a Conta de Consumo de Combustíveis – CCC passou a reembolsar, a partir de 30 de julho de 2009, o montante igual à diferença entre o custo total de geração da energia elétrica, para o atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR do Sistema Interligado Nacional – SIN, conforme regulamento.

Com a desobrigação de recolhimento da quota da RGR estabelecido pela Lei nº 12.783/2013, os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE passaram a ser transferidos à Reserva Global de Reversão – RGR e à CCC, para atender às finalidades das referidas contas. No entanto, as transferências dos recursos da CDE para a CCC não foram suficientes para cobertura de todos os montantes previstos para reembolsos das empresas de distribuição beneficiadas pela Lei nº 12.111/2009.

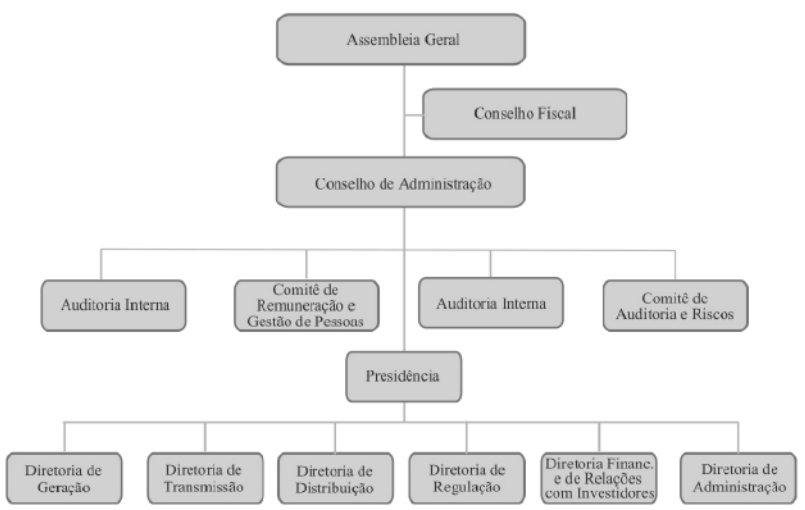
Considerando que o referido subsídio é parte considerável na formação do caixa das referidas empresas de distribuição, e devido ao alto custo do combustível necessário para atendimento do sistema isolado, que tem base de geração termoelétrica, essas empresas acabaram deixando de honrar algumas dívidas decorrentes do fornecimento de combustível junto à Petrobras Distribuidora S.A. ("Br. Distribuidora") e à Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), no montante de cerca de R$ 8,6 bilhões, data base de 05 de dezembro de 2014.

No entanto, no ano de 2014, foram celebradas pelas empresas de distribuição do Amazonas, Acre, Rondônia e Boa Vista repactuações dessas dívidas junto às supramencionadas fornecedoras, sendo importante destacar que essas dívidas já estavam contabilizadas nas Demonstrações Financeiras das citadas distribuidoras. As dívidas serão pagas em 120 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela em fevereiro de 2015, sendo o saldo devedor corrigido pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("Selic").

Neste aspecto, importante destacar que o parágrafo quarto do artigo 36 do Decreto nº 4.541/2002, com a nova redação dada pelo Decreto nº 8.370/2014, e com a Portaria Interministerial dos Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda nº 652/2014, autorizou, por outro lado, a celebração, pelas empresas de distribuição, de Termos de Confissão e Repactuação de Dívida da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em condições semelhantes àquelas praticadas para as repactuações firmadas com a BR Distribuidora e a Petrobras. Assim, por meio dessas repactuações com a CDE, o referido fundo setorial reconheceu ser devedor, perante as referidas empresas de distribuição, no montante de R$ 6,1 bilhões, já homologados pela ANEEL, permitindo que os recursos provenientes desses créditos sejam utilizados para quitação das parcelas das dívidas com a BR Distribuidora e a Petrobras.

4. Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa da Eletrobras conta com a Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração ("CAE"), o Conselho Fiscal ("CF") e a Diretoria Executiva ("DEE"), além de Comitês de Assessoramento. Esses órgãos estão comprometidos com a transparência, a longevidade da Companhia e a sustentabilidade empresarial. Suas atribuições e responsabilidades encontram-se definidos no Estatuto Social e nos instrumentos de gestão e governança da Companhia a seguir elencados:



Instrumentos de Gestão e Governança

- Estatuto Social
- Regimento Interno do CAE
- Regimento Interno do CF
- Regimento Interno dos Comitês
- Código das Práticas de Governança Corporativa da Eletrobras
- Código de Ética
- Diretrizes Antitruste
- Guia de Orientação dos Conselheiros de Administração.
- Manual de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Eletrobras
- Manual de Orientação do Conselheiro de Administração Representante das Empresas Eletrobras
- Manual para Participação em Assembleias de Acionistas da Eletrobras.
- Plano Estratégico das Empresas Eletrobras
- Políticas das Empresas Eletrobras

Diretamente ligados ao CAE, estão a Auditoria Interna e três Comitês de apoio: (i) Sustentabilidade; (ii) Auditoria e Riscos; e (iii) Remuneração e Gestão de Pessoas. A Auditoria Interna tem a finalidade de verificar a adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controles internos, a observância à legislação e aos atos normativos internos e externos, bem como o cumprimento dos planos, metas, objetivos e políticas definidos pela Companhia.

As ações da Eletrobras são negociadas na BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo), onde está listada no Nível 1 de Governança Corporativa desde 2006, através do qual assume o compromisso de adotar práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores, divulgando informações adicionais àquelas que são exigidas em lei. Entre as práticas do Nível 1, que podem ser visualizadas no Regulamento de Listagem – Nível 1 disponível no *site* www.bmfbovespa.com.br, está a garantia de que as ações em circulação da Companhia, não pertencentes aos acionistas controladores, totalizem pelo menos 25% do total do capital social. Além disso, a Eletrobras integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA (ISE) desde 2007. A Eletrobras também tem suas ações negociadas nas bolsas de valores de Madrid (LATIBEX) e de Nova Iorque (NYSE), e integra ainda o *Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index* por três anos consecutivos.

A Companhia observa em seu sistema de controles internos as determinações da Lei americana Sarbanes-Oxley, sendo este trabalho monitorado periodicamente pelo CF que exerce as funções de comitê de auditoria para tal finalidade.

As Empresas Eletrobras possuem um Código de Ética único que retrata os princípios éticos que norteiam as ações e os compromissos de conduta institucionais presentes nas interações das empresas com seus empregados, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento, pautando-os pela ética, sustentabilidade, transparência, impessoalidade, legalidade e eficiência.

O Estatuto da Eletrobras dispõe sobre situações de conflito de interesse em que os conselheiros devem abster-se da discussão e da votação quando esse tipo de conflito for constatado. Essas abstenções ficam registradas nas atas das respectivas reuniões, sendo que os conselheiros têm acesso assegurado à ata e aos documentos referentes às deliberações, no prazo de até 30 dias.

Em meados de 2014, o CAE aprovou a implementação do novo Programa de *Compliance* no âmbito das Empresas Eletrobras, atendendo à lei anticorrupção brasileira nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 e *à Foreign Corrupt Practices Act de 1977 – FCPA*.

Em conformidade com o Programa de *Compliance*, todos os colaboradores, representantes das Empresas Eletrobras, sócios e terceiros contratados, devem observar, integralmente, todas as leis e regulamentos anticorrupção aos quais estejam submetidos, quer seja no âmbito estrangeiro ou nacional.

4.1. Assembleias Gerais de Acionistas

As matérias que devem ser deliberadas em Assembleia Geral de Acionistas encontram-se descritas no Capítulo IX do Estatuto Social da Companhia, disponível no *site* www.eletrobras.com/elb/ri/governancacorporativa, e na Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei de S.A."), disponível no *site* www.planalto.gov.br/lei6404.

Assembleias de Acionistas em 2014:

- 01 (uma) Asembleia Geral Ordinária em 30 de abril de 2014
- 01 (uma) Assembleia Geral Extraordinária, em 26 de setembro de 2014, que aprovou a operação de aquisição do controle acionário da empresa de distribuição Celg Distribuição S.A. – Celg-D.

Anualmente, após o término de cada exercício social, deve ser realizada uma Assembleia Geral Ordinária de Acionistas com objetivo de aprovar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo; as contas dos administradores, a destinação do resultado do exercício e a distribuição de remuneração aos acionistas; a eleição dos membros do Conselho de Administração, incluindo o seu Presidente, e dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, cujos mandatos encerrar-se-ão na primeira Assembleia Geral Ordinária do exercício seguinte; e a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. As reuniões de Assembleia Geral Extraordinária são realizadas, por sua vez, sempre que necessário.

4.2. Conselho de Administração – "CAE"

É um órgão de deliberação colegiado, cabendo-lhe a fixação das diretrizes estratégicas da Companhia e suas competências estão estabelecidas no Capítulo V do Estatuto Social, além das atribuições previstas na Lei de S.A.. As regras para o funcionamento do colegiado são definidas em regimento interno. O Conselho de Administração realiza reuniões ordinárias, mensalmente, e extraordinárias, sempre que necessário.

O CAE possui até 10 (dez) membros, 07 (sete) dos quais indicados pelo acionista majoritário; 01 (um) pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias; 01 (um) pelos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais; e 01 (uma) vaga pertencente ao representante dos empregados. O mandato dos membros do CAE é de 01 ano, permitida a reeleição.

CAE em 2014:
Composição: 08 membros

• Indicados pelo acionista majoritário:
Márcio Pereira Zimmermann (presidente do CAE)
José Antonio Corrêa Coimbra
José da Costa Carvalho Neto (presidente da Eletrobras)
Lindemberg de Lima Bezerra
Maurício Muniz Barretto de Carvalho
Wagner Bittencourt de Oliveira

• Indicados pelos acionistas minoritários:
João Antônio Lian

• Membro Representante dos Empregados:
Jailson José Medeiros Alves

Foram realizadas 28 reuniões do CAE

4.3. Conselho Fiscal – "CF"

É um órgão de deliberação colegiado, de caráter permanente, competindo-lhe as atividades estabelecidas no Capítulo VIII do Estatuto Social e na Lei de S.A., destacando-se a função de fiscalizar as ações dos administradores e opinar sobre as suas contas, manifestar-se previamente sobre o processo de contratação de auditores independentes; e receber, analisar e dar o adequado tratamento às denúncias e reclamações de terceiros ou de empregados, inclusive de forma anônima, sobre assuntos relacionados a procedimentos e controles internos contábeis. As regras para funcionamento do CF estão definidas em regimento interno. O Conselho Fiscal realiza reuniões ordinárias, mensalmente, e extraordinárias, sempre

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

que necessário. Está devidamente adequado às exigências da *Securitiesand Exchange Commission* ("SEC") para atuar como Comitê de Auditoria, em atendimento à Lei *Sarbanes-Oxley* ("SOX"), contando com um especialista financeiro entre seus membros. Compõe-se de até 05 (cinco) membros e respectivos suplentes, 3 (três) dos quais indicados pelo acionista majoritário e 02 (dois) indicados pelos acionistas minoritários, sendo 01 (um) pelos titulares de ações ordinárias e outro pelo titulares de ações preferenciais. O mandato é de 01 ano, permitida a reeleição. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta apenas de uma parcela fixa, que corresponde a 10% (dez por cento) da remuneração média mensal dos diretores, conforme determinado pela Lei nº 9.292/96, excluídos os valores referentes aos benefícios diretos e indiretos concedidos aos diretores.

CF em 2014:
Composição: 05 membros

• Indicados pelo acionista majoritário:
Jarbas Raimundo de Aldano Matos (presidente do CF)
Suplente: Jairez Elói de Souza Paulista

Bruno Nunes Sad (especialista financeiro)
Suplente: Antonio de Pádua Ferreira Passos

Ricardo de Paula Monteiro
Suplente: -

• Indicados pelos acionistas minoritários:
Manuel Jeremias Leite Caldas
Suplente: Marcelo Gasparino da Silva

Robert Juenemann
Suplente: Guilherme Silva Roman

Foram realizadas 13 reuniões do CF

4.4. Diretoria Executiva –"DEE"

É um órgão de deliberação colegiado, competindo-lhe a gestão dos negócios da Eletrobras, seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração, com suas funções definidas no Capítulo VI do Estatuto Social e na Lei de S.A.. A Diretoria Executiva se reúne ordinariamente semanalmente e extraordinariamente, sempre que necessário. Compõe-se de 07 (sete) membros, incluindo o Diretor-Presidente, eleitos pelo Conselho de Administração. Os diretores não podem exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao setor elétrico, salvo nas subsidiárias, controladas, sociedades de propósito específico e em empresas concessionárias sob controle dos Estados, em que a Eletrobras tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal, observadas as disposições da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996, quanto ao recebimento de remuneração. O mandato dos diretores é de até 03 anos, permitida a reeleição.

DEE em 2014:
Composição: 07 membros

Presidente:
José da Costa Carvalho Neto

Diretor de Geração
Valter Luiz Cardeal de Souza

Diretor de Transmissão
José Antonio Muniz Lopes

Diretor de Distribuição
Marcos Aurelio Madureira da Silva

Diretor de Regulação
Josias Matos de Araujo

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Armando Casado de Araujo

Diretor de Administração
Alexandre Vaghi de Arruda Aniz

Foram realizadas 59 reuniões da DEE

4.5. Administradores

Os conselheiros de administração e os diretores participam, anualmente, de um processo de avaliação de desempenho, conforme metodologia contida no Manual de Avaliação de Desempenho do CAE e DEE. Segundo a metodologia, os diretores e conselheiros realizam a sua autoavaliação e a avaliação de seu respectivo órgão. Os conselheiros avaliam também a Diretoria Executiva como órgão. Em 2014, tanto a DEE quanto o CAE realizaram as avaliações previstas na metodologia adotada.

A remuneração dos conselheiros de administração é composta apenas de uma parcela fixa, que corresponde a 10% (dez por cento) da remuneração média mensal dos diretores, conforme determinado pela Lei nº 9.292/96, excluídos os valores referentes aos benefícios diretos e indiretos concedidos aos diretores. Os conselheiros de administração não recebem remuneração adicional por participação em Comitês e/ou Comissões de assessoramento do Conselho de Administração.

Os membros da Diretoria Executiva possuem uma remuneração fixa e uma remuneração variável, vinculada aos desempenhos operacionais e financeiros da Companhia, de acordo com metas aprovadas pelo DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal.

4.6. Gestão de Riscos Corporativos

As atividades nas Empresas Eletrobras são regidas por uma Política de Gestão de Riscos única, sob coordenação da Eletrobras *holding*, de forma a garantir a visão sistêmica dos resultados e sua padronização.

Com base nas metodologias COSO ERM e ISO 31000, a Eletrobras identifica e consolida, em uma única matriz de riscos corporativa, todas as possíveis ameaças ao alcance dos seus objetivos estratégicos. Essa matriz abrange riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade e é revista anualmente, mediante aprovação pela Diretoria Executiva da Eletrobras *holding*. Os riscos priorizados pela administração são detalhados no Formulário 20-F e no Formulário de Referência, arquivados na *Securities and Exchange Comission* (SEC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O acompanhamento e o apoio do Conselho de Administração da Eletrobras às atividades de gestão de riscos da Companhia se dão principalmente através do Comitê de Auditoria e Riscos. As principais atribuições desse Comitê referem-se à análise e ao acompanhamento de questões ligadas aos controles internos, à auditoria e à gestão de riscos.

Adicionalmente, a Companhia possui um sistema de identificação e avaliação de possíveis fraquezas materiais ("*materialweknes*") em seus processos, os quais são monitorados, periodicamente, pelo Conselho Fiscal. O resultado desse trabalho é um relatório onde são expostos os processos internos da Companhia que carecem de algum tipo de controle adicional e que podem de alguma maneira impactar o resultado de seus negócios. Os principais pontos desse relatório são divulgados, anualmente, no Formulário de Referência e no Formulário 20-F, arquivados na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e *Security Exchange Commission* ("SEC"), respectivamente. As informações mais relevantes da gestão dos negócios, dos resultados das operações e da situação financeira da Eletrobras são relatadas na seção "Fatores de Riscos" e "Políticas Contábeis Críticas" dos mencionados formulários, disponíveis no *website* da Eletrobras http://www.eletrobras.com/elb/ri.

Durante o ano de 2014, os trabalhos de análise quantitativa de riscos tiveram continuidade, com o desenvolvimento, ainda em curso, de um projeto de modelagem quantitativa dos riscos do fluxo de caixa da Eletrobras *holding*. Essa iniciativa permite a criação de uma nova abordagem em que sejam considerados regularmente, nas previsões de caixa da Companhia, os eventuais impactos decorrentes dos diversos riscos identificados, permitindo uma visão mais realista das disponibilidades da empresa.

4.7. Ouvidoria

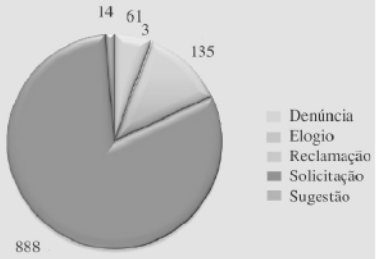
São canais de atendimento da Ouvidoria da Eletrobras *holding*:

Ouvidoria Empresas Eletrobras em 2014

Quantidade de Manifestações: 18.526
Quantidade de Manifestações solucionadas: 18.033 (97%)
Quantidade de Manifestações em andamento: 465 (3%)
Manifestações nos Canais de Ouvidoria da *holding*:

▪ Serviço de Informação ao Cidadão – SIC - 126 solicitações de informações, todas respondidas. Os assuntos mais abordados foram: gestão de pessoas, pregões/licitações/fornecedores, empreendimentos e distribuição de energia.

▪ Canal Denúncia*: 163 manifestações, sendo que 150 (92%) não se encaixavam no objetivo do Canal Denúncia. Todas as demais, no total de 13, foram resolvidas.



*Nos referidos dados consolidados, não estão contempladas as informações relativas à Celg-D.

• **Canal de Ouvidoria:** os cidadãos podem entrar em contato pelos telefones (21) 2514-4526/5895 ou por meio de carta para Av. Presidente Vargas, 409/17º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20071-003. O contato também pode ser feito pessoalmente, no mesmo endereço, pelo Sistema de Gestão da Ouvidoria – SOU, *website* da Eletrobras www.eletrobras.com/ouvidoria ou pelo e-mail ouvidoria@eletrobras.com.

• **Canal de Gênero:** criado em consonância com o Programa Pró-Equidade de Gênero, do governo federal, o canal de gênero é voltado exclusivamente para o público interno e está disponível pela intranet. Por este instrumento, são recebidas manifestações (sugestões, comentários ou denúncias) relativas à questões de gênero, discriminação e assédio sexual.

• **Canal Denúncia:** criado em atendimento à Lei *Sarbanes-Oxley* ("SOX") para recebimento exclusivo de denúncias sobre possíveis irregularidades ou fraudes contábeis e/ou financeiras nas Empresas Eletrobras, assim como de denúncias de possíveis casos de corrupção no Brasil e exterior, com foco em denúncias anônimas (*websites* de todas as Empresas Eletrobras ou www.eletrobras.com/canaldenuncia).

•**Fale com o Presidente:** ferramenta de contato direto entre o colaborador e o presidente da empresa, o e-mail falecomopresidente@eletrobras.com é mais um canal voltado exclusivamente para o público interno e o encaminhamento da resposta às manifestações recebidas por ele é acompanhado pela Ouvidoria da Eletrobras.

• **Urnas:** voltadas para o atendimento ao público de prestadores de serviço terceirizados nas dependências da Eletrobras *holding* (Rio de Janeiro e Brasília). As urnas físicas se encontram em locais estratégicos de maior circulação desses profissionais e recebem manifestações de qualquer tipo, que são recolhidas e tratadas pela Ouvidoria de acordo com o assunto e têm o objetivo de proteger, incentivar e envolver esse tipo de colaborador na identificação de falhas no relacionamento e processos internos.

• **Pesquisa de conhecimento e satisfação:** um instrumento de captação da percepção do usuário do sistema de Ouvidoria (SOU) quanto ao atendimento recebido, tanto no que diz respeito a prazo quanto à qualidade do atendimento. Ao receber a resposta da Ouvidoria à sua manifestação, o usuário (interno ou externo) tem acesso à pesquisa de satisfação. Em 2014, no que se refere à Eletrobras *holding*, 116 usuários responderam à pesquisa. Do total de respondentes, 42,24% consideraram que suas manifestações foram atendidas plenamente e em tempo; 27,59% avaliaram que suas manifestações foram atendidas parcialmente e 30,17% disseram que suas manifestações não foram atendidas.

• **Serviço de Informação ao Cidadão – SIC:** criado para gerenciamento das demandas de informações, conforme previsto na Lei nº 12.527/11 (*website* www.acessoainformacao.gov.br – acompanhamento da tramitação é feita diretamente pela Controladoria Geral da União – CGU).

Dos canais acima mencionados, todas as Empresas Eletrobras possuem, no mínimo, o Canal de Ouvidoria, Caixa de correio eletrônico (e-mail), pesquisa de conhecimento e satisfação (sistema de Ouvidoria) e o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC).

4.8. Eventos Societários

Os principais eventos societários ocorridos, no ano de 2014, estão destacados a seguir:

■ **Criação da Diretoria de Regulação da Eletrobras *holding*** (Vide item 3.3);

■ **Reestruturação da administração das controladas de distribuição**, através da criação do cargo de Diretor-Presidente em cada distribuidora e, simultaneamente, extintas as Diretorias de Operações locais, visando o reforço da estrutura local, através da descentralização das atividades operacionais com expectativa de ganhos na qualidade do atendimento e dos serviços prestados, preservando-se, contudo, a centralização das atividades corporativas, sob a coordenação da Diretoria de Distribuição da Eletrobras;

■ **Aquisição pela Eletrobras de 50,93% das ações ordinárias da distribuidora Celg-D,** processo de aquisição concluído em 27 de janeiro de 2015;

■ **As controladas Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%) sagraram-se vencedora do Leilão ANEEL nº 11/2013, mediante participação em SPEs** – empreendimentos de transmissão nos estados do Pará e de Minas Gerais (Lote A) e nos estados do Pará, do Tocantins, de Goiás e de Minas Gerais (Lote B);

■ **Substituição do parceiro na SPE Companhia Energética Sinop S.A.** – A Companhia EDF UTE Norte Fluminense S.A. adquiriu 51% da SPE, permanecendo as empresas Eletronorte e Chesf com 24,5% cada uma;

■ **Aporte de capital pela Eletrobras na coligada Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP"),** mediante subscrição de novas ações – A Eletrobras passou a deter 52,44% das ações preferenciais da CTEEP, mantendo 9,75% das ações ordinárias;

■ **Participação da controlada Furnas em 49,9% da SPE Energia Olímpica S.A** – implantação e construção da subestação Vila Olímpica 138/13.8 kV-3x40 MVA e de duas Linhas Subterrâneas de Transmissão de 138 kV, em parceria com a Light S.A.;

■ **Cancelamento da realização da Oferta Pública de Aquisição de Ações da Chesf** que tinha por objetivo o fechamento de capital social da controlada; e

■ **Aquisição pela Eletronorte de 51% da SPE Linha Verde Transmissora de Energia S.A.**, passando a deter 100% do capital social da referida sociedade.

5. Planejamento e Gestão Empresarial

5.1. Planejamento Estratégico

A Eletrobras dispõe de um Plano Estratégico de longo prazo que contém o posicionamento estratégico para todas as Empresas Eletrobras. Esse Plano é desdobrado em um Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), quinquenal, revisado anualmente, e que apresenta um conjunto de diretrizes, objetivos empresariais, metas financeiras, operacionais e socioambientais, além de uma carteira de projetos para o atendimento aos objetivos definidos. Tendo por base as peças anteriores, cada Empresa Eletrobras elabora o seu Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o mesmo quinquênio do PDNG.

A Eletrobras revisou seu Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) para o período 2014-2018, que foi aprovado pelo seu Conselho de Administração em 27 de março de 2014. Esta nova versão registra o posicionamento estratégico da companhia com metas estabelecidas, as projeções econômico-financeiras e a carteira dos principais projetos para o período. Relaciona, ainda, os principais resultados das medidas executivas e da carteira de projetos relacionadas ao PDNG 2013-2017.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

O PDNG 2014-2018 prevê investimentos da ordem de R$ 60,8 bilhões, um crescimento de 16,03% em relação ao quinquênio 2013-2017. Desse total, cerca de R$ 44,8 bilhões (73,68%) estão previstos para a expansão do parque de usinas e linhas de transmissão, e R$ 5,0 bilhões (8,22%) para a expansão na distribuição de energia. Para a modernização e manutenção dos ativos de geração, transmissão e distribuição serão investidos R$ 9,3 bilhões, dos quais 80,64% referem-se à geração e transmissão.

No que diz respeito às ações que integram o PDNG, foram destaques em 2014: (i) o prosseguimento das iniciativas para redução de custos, dentre elas o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) adotado com sucesso em todas as Empresas Eletrobras em 2013 e pela Eletronuclear em 2014; (ii) o avanço nos estudos e negociações para recebimento das indenizações complementares referentes aos ativos cujas concessões foram renovadas de acordo com a Lei nº 12.783/2013; (iii) o avanço dos estudos para a readequação do modelo de negócio, governança e gestão para as Empresas Eletrobras, com previsão para apresentação de seus resultados em 2015; (iv) o crescimento da capacidade instalada e da extensão das linhas de transmissão por meio da conclusão de empreendimentos em construção e ainda (v) a contratação de novos empreendimentos, via participação nos leilões realizados pela ANEEL.

Como decorrência da aprovação do PDNG 2014-2018, cada uma das Empresas Eletrobras atualizou seu Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o quinquênio 2014-2018, o que envolveu um amplo processo de negociação com a Eletrobras *holding*.

Em 2014, a Companhia elaborou o Plano Estratégico das Empresas Eletrobras para o período 2015-2030, que foi aprovado pelo Conselho de Administração da Eletrobras, em 26 de novembro de 2014.

O novo Plano Estratégico passa a contemplar as novas condições em que as concessões vincendas foram prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Nessa atualização, foram avaliados diversos cenários, as atratividades dos negócios no mercado de energia, as potencialidades existentes nas Empresas Eletrobras e as aspirações dos acionistas. Também foram elaboradas projeções para apoiar as decisões quanto ao portfólio de negócios. A Identidade Empresarial (Missão, Visão e Valores) foi revisitada e foram estabelecidas Diretrizes, Objetivos e Estratégias para o novo horizonte de 2015-2030. Estão ainda sinalizados nesse Plano, os parâmetros para elaboração de um Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) para o quinquênio 2015-2019, onde serão detalhadas metas e os projetos para o alcance de seus objetivos. A Identidade Empresarial do novo Plano Estratégico 2015-2030 passou a ser:

• **Missão:** Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável;

• **Visão 2030:** Estar entre as 3 maiores empresas globais de energia limpa e entre as 10 maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse;

• **Valores:** Foco em Resultados; Ética e Transparência; Valorização e Comprometimento das Pessoas; Empreendedorismo e Inovação; Sustentabilidade.

5.2. Desempenho Empresarial

A Eletrobras possui contratos de metas de desempenho empresarial ("CMDE") com as suas empresas controladas, a exceção da Celg-D cujo controle acionário foi adquirido recentemente. O CMDE, firmado desde 2010, com abrangência quinquenal e revisão anual, está alinhado com o Plano Estratégico e o PDNG e estabelece metas nas dimensões econômico-financeira, operacional e socioambiental para cada uma das empresas Eletrobras e para a *holding*. As metas e indicadores associados são definidos pela Diretoria Executiva da *holding* e apreciados pelo Conselho de Administração da Companhia, de acordo com a relevância dos resultados e objetivos estratégicos a serem alcançados para o quinquênio e as premissas estabelecidas para cada empresa.

O monitoramento dos resultados obtidos frente às metas estabelecidas é realizado mensalmente e publicado em relatórios mensais submetidos à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal de cada uma das Empresas Eletrobras.

Adicionalmente, a Eletrobras realiza o monitoramento das iniciativas/projetos estabelecidos no PDNG, indicando o avanço das atividades definidas em cronograma e as pendências que sinalizam riscos para o sucesso do projeto. Nesse contexto, estão incluídos todos os projetos em andamento, corporativos ou em parcerias por meio de SPEs, relacionados à expansão dos segmentos de geração, transmissão e distribuição. Por sua natureza e relevância, o índice de Atraso Médio e a Taxa Interna de Retorno (TIR) desses projetos são monitorados e apresentados relatórios mensais à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

Em 2014, a Companhia disponibilizou, em fase de testes, um portal de gestão que irá disponibilizar na intranet da empresa, de forma integrada e eletrônica, as informações corporativas relevantes, tanto para a gerência média quanto para a alta administração. O conteúdo será um extrato das publicações mensais encaminhadas à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, visando aumentar as discussões sobre o desempenho empresarial entre os gerentes e sua equipe.

5.3. Gestão da Marca, Reputação e Imagem

Estudo realizado pela consultoria BrandAnalytics, em parceria com a revista "Isto É Dinheiro", elegeu a Eletrobras, pelo segundo ano consecutivo, a única empresa do setor elétrico presente na lista das "50 Marcas mais Valiosas do Brasil". A marca Eletrobras foi avaliada em US$ 205 milhões e ficou em 43º lugar no *ranking* de 2014, um avanço de duas posições em relação ao ano anterior. O estudo incluiu entrevistas com 12,8 mil consumidores brasileiros, sobre 480 marcas, divididas em 32 categorias. Somente empresas brasileiras com ações cotadas na BM&FBOVESPA são consideradas no levantamento, que está em sua 9ª edição e utiliza dados financeiros da *Bloomberg* e de mercado.

Em relação à reputação, a Eletrobras figurou entre as empresas *top-of-mind* do setor. O estudo também elaborou indicadores que permitem à companhia monitorar por meio de metodologia própria esses intangíveis (imagem e reputação) e assim orientar suas ações junto aos seus públicos de acordo com seu posicionamento estratégico.

Em 2013 e 2014, o conhecimento e a disseminação interna desses aspectos, bem como dos seus desdobramentos de maneira permanente e ao longo do período, contribuiu para a formação de valor da marca e para a promoção de seu incremento. O resultado desse trabalho já começou a aparecer em pesquisas de mercado. Em 2014, a Eletrobras subiu 50 posições no *ranking* "As 100 Marcas de Melhor Prestígio no Brasil", da revista "Época Negócios". Campeã no setor de energia, a empresa aparece em 64º lugar no *ranking* geral. A revista destaca as marcas que mais ganharam posições no *ranking* em 2014, entre as quais a Eletrobras, que se consolidou graças a quesitos como o que avalia compromissos sociais e ambientais, no qual aparece em 21º lugar entre as 100 empresas.

6. Operação e Comercialização

6.1. Geração

As Empresas Eletrobras geraram, em 2014, o total de 175.706 GWh, incluindo os empreendimentos em que a Companhia participa por meio de SPEs e consórcios, considerando a proporção da sua participação no capital investido, o que representou uma redução de 5,6% em relação a 2013, verificado na tabela a seguir.

Energia Gerada (GWh)*

Empresas Eletrobras	2014	2013	Variação
Eletrobras	40,5	44,0	-3,5
Eletronorte	42.876,2	41.632,0	1.244,2
Chesf	29.945,7	33.369,0	- 3.423,3
Furnas	31.827,0	35.153,0	- 3.326,0
Eletronuclear	15.433,3	15.829,0	- 395,7
Eletrosul	2.902,8	1.711,0	1.187,7
CGTEE	2.462,9	2.836,0	- 373,1
ED Amazonas	6.320,2	6.203,0	117,2
Itaipu Binacional	43.897,7	49.315,0	- 5.417,3
Total Eletrobras	**175.706,3**	**186.092,0**	**- 10.389,8**
Total Crescimento (%)			**- 5,6%**

*A energia gerada de cada empresa representa a geração por ativos de responsabilidade integral, a geração proporcional à participação das Empresas Eletrobras em ativos pertencentes à SPEs e consórcios e 50 % da geração de Itaipu Binacional.

Atribui-se esse decréscimo as condições climáticas observadas nos últimos anos que levaram a baixas afluências nas regiões Nordeste e Sudeste/Centro-Oeste do país. No caso da região Nordeste, em 2014, ocorreu a pior série hidrológica do histórico de vazões. Esses fatos resultaram na redução da geração hidrelétrica das Empresas Eletrobras, nos últimos três anos, de cerca de 3.700 MW médios, devido a predominância de geração de base hidroelétrica dos empreendimentos da Companhia, cerca de 85% de sua matriz.

Quanto à geração térmica das Empresas Eletrobras, houve um acréscimo nos últimos anos de cerca de 125 MW médios como consequência da redução das vazões afluentes, o que levou o Operador Nacional do Sistema Elétrico brasileiro a determinar o acionamento das usinas termelétricas. A tabela a seguir apresenta a disponibilidade operacional das usinas das Empresas Eletrobras no ano de 2014.

Disponibilidade Operacional na Geração (%)

Empresas Eletrobras	2014			2013
	Usinas de Responsabilidade Integral e Compartilhada	SPEs	Consolidado (1)	Consolidado (1)
Eletrobras	-	96,83	96,83	92,23
Eletronorte	93,25	95,37	93,28	94,22
Chesf	82,64	98,62	83,23	88,77
Furnas	87,33	n/d	87,33	90,35
Eletronuclear	88,84	-	88,84	84,09
Eletrosul	89,84	66,86	89,05	92,23
CGTEE	60,14	-	60,14	46,18
ED Amazonas	82,45	-	82,45	82,37
Itaipu Binacional	96,16	-	96,16	96,21

(1) Considera os ativos próprios, responsabilidade integral compartilhada (consórcios com participação das Empresas Eletrobras e Itaipu Binacional) e SPEs com participação das Empresas Eletrobras.

Fator de Disponibilidade (%)

Fonte de Energia Primária	Usinas de Propriedade Integral e Propriedade Compartilhada(1)		SPEs	
	2014	2013	2014	2013
Carvão	60,14	46,18	90,85	-
Eólica	n/d	99,03	92,85	95,50
Gás	71,97	81,22	-	-
Hídrica	89,60	91,95	98,64	93,70
Óleo(2)	91,73	86,89	99,97	99,60
Urânio	88,84	84,09	-	-

(1) Em propriedade compartilhada considera-se consórcios com participação das Empresas Eletrobras e Itaipu Binacional.
(2) Valores referentes a UTE Serra do Navio.

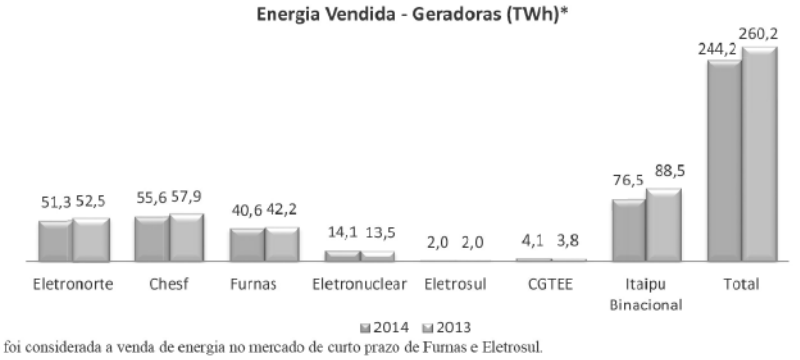
A Tabela seguinte apresenta a média da eficiência térmica das usinas das Empresas Eletrobras por fonte primária e sua evolução em relação ao ano de 2013.

Média da Eficiência de Geração de Termelétricas por Fontes de Energia e por Regime Regulatório (%)

Fonte de Energia Primária	2014	2013
Carvão	29,6	33,4
Gás Natural	37,5	31,9
Óleo	30,9	40,3
Urânio	35,4	35,5

Energia Vendida

O volume de energia vendida pelas Empresas Eletrobras apresentou uma redução de 5,8% em relação ao ano de 2013. No total, foram comercializados pelas empresas 244,2 TWh no ano. Esse declínio pode ser explicado, principalmente, pela redução da geração de energia da Companhia em função do menor nível dos reservatórios.



*Não foi considerada a venda de energia no mercado de curto prazo de Furnas e Eletrosul.

6.2. Transmissão

O quadro a seguir apresenta o posicionamento das Empresas Eletrobras quanto à disponibilidade das suas linhas de transmissão nos anos de 2014 e 2013. Este indicador representa o percentual de horas, no ano, que as linhas permaneceram disponíveis para o sistema de transmissão nacional.

Índice de Disponibilidade das Linhas de Transmissão (%)

Empresas Eletrobras	2014	2013
Eletronorte	99,93	99,88
Chesf	99,88	99,92
Furnas	99,10	99,60
Eletrosul	99,59	99,87
ED Amazonas	n/d	99,60
Total	**99,62**	**99,81**

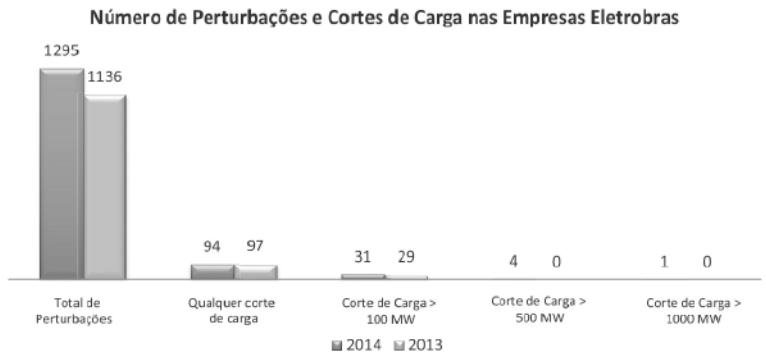
continua

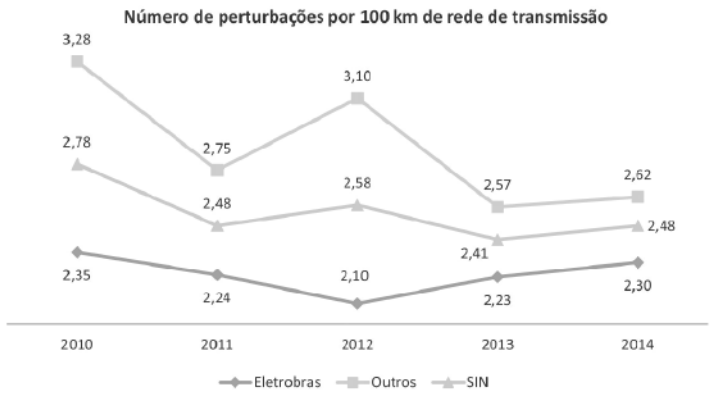
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

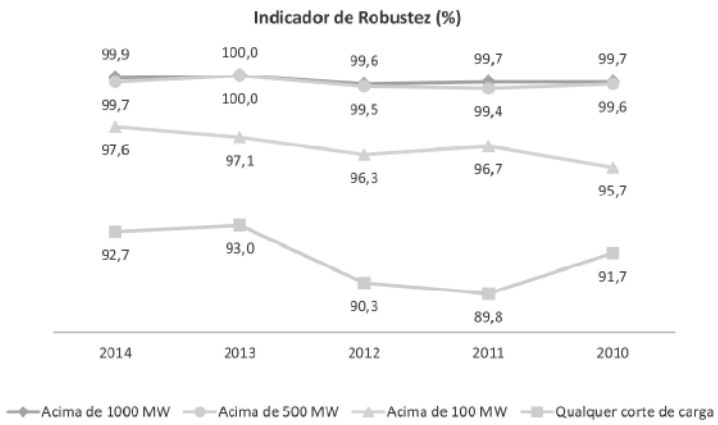
continuação

O gráfico a seguir apresenta o número de perturbações ocorridas nas Empresas Eletrobras para os anos de 2013 e 2014. Como pode ser observado, embora o número total de perturbações tenha crescido de 1.136 em 2013 para 1.295 em 2014, o número de perturbações em que houve qualquer corte de carga diminuiu de 97 em 2013 para 94 em 2014. Já para cortes de carga acima de 100 MW houve um aumento no número de ocorrências.





O indicador de robustez tem por objetivo avaliar a capacidade da Rede Básica em suportar contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica aos consumidores. O gráfico a seguir apresenta o desempenho das Empresas Eletrobras nos anos selecionados para perturbações com origem em suas redes de transmissão:



No que tange às perdas técnicas na transmissão, estas são calculadas pela diferença entre a soma de geração e de importação, e a soma das cargas e de exportação. Desde 2010, sob coordenação da Eletrobras, vem sendo utilizada uma metodologia unificada para estimativa das perdas elétricas na rede de transmissão das Empresas Eletrobras baseada em cálculos elétricos utilizando-se casos de fluxo de potência. A tabela a seguir apresenta o indicador das perdas técnicas para cada uma das empresas de transmissão de energia da Eletrobras:

Perdas Técnicas por Transmissão (%)		
Empresas Eletrobras	**2014**	**2013**
Eletronorte	1,35	1,63
Chesf	2,41	2,17
Furnas	2,19	2,17
Eletrosul	1,66	1,76
ED Amazonas	1,42	2,23
Total	**1,98**	**2,01**

6.3. Distribuição

Comercialização de Energia Elétrica das Empresas Distribuidoras

Durante o ano de 2014, as empresas de distribuição da Eletrobras, desconsiderando-se a Celg-D, faturaram um volume de energia no mercado cativo de 17.113.939 MWh, o que representa um crescimento de 5,9% quando comparado ao ano de 2013. A Celg-D não foi incluída de modo a permitir a comparação com o ano de 2013. As referidas distribuidoras forneceram para os consumidores no mercado livre 331.102 MWh, representando um importante crescimento de mercado de 5,9%, com a carga de energia crescendo 5,7%, frente à média brasileira de 2,2%.

Na tabela a seguir, pode ser verificada a energia vendida por classe de consumo, em MWh, para cada uma das Empresas Eletrobras, incluindo a energia vendida pela Celg-D somente no 4º trimestre de 2014, período em que tal companhia foi consolidada contabilmente pela Eletrobras.

Energia Vendida (MWh) – 2014 (1)									
Classes	**ED Acre**	**ED Alagoas**	**ED Amazonas**	**ED Piauí**	**ED Rondônia**	**ED Roraima**	**Celg-D**	**Total 2014**	**Total 2013(2)**
Industrial	36.906	579.270	1.786.509	215.788	525.662	16.525	620.502	**3.781.162**	**3.083.189**
Residencial	400.241	1.304.933	2.011.401	1.431.593	1.157.444	372.966	1.123.419	**7.801.997**	**6.115.359**
Comercial	198.497	731.982	1.310.082	659.465	632.376	161.713	612.650	**4.306.765**	**3.452.928**
Rural	41.521	178.919	80.525	142.042	285.676	16.611	312.418	**1.057.712**	**739.221**
Iluminação Pública	46.095	202.582	166.097	188.457	129.892	28.163	149.700	**910.986**	**750.068**
Outros	152.210	337.854	836.502	379.126	261.006	107.308	216.269	**2.290.275**	**2.021.417**
Total	**875.470**	**3.335.540**	**6.191.116**	**3.016.471**	**2.992.056**	**703.286**	**3.034.958**	**20.148.897**	**16.162.182**

(1) Foram considerados somente os valores do 4º trimestre de 2014 para a Celg-D.
(2) Valores ajustados em relação ao Relatório de Administração de 2013 divulgado. Não considera a Celg-D.

Registra-se o dinamismo da classe residencial, com crescimento em torno de 9%, atribuído ao aumento do número de consumidores, aumento do consumo médio pela aquisição de aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos, ações de regularização das unidades consumidoras clandestinas e com desvios de energia, além dos programas habitacionais do governo, através do "Minha Casa Minha Vida" e dos esforços do "Programa Luz Para Todos". Além disso, na maioria dos Estados brasileiros, a temperatura média registrada durante o ano foi superior àquela do ano anterior, provocando uma maior utilização de equipamentos de ar condicionado.

O ótimo desempenho da classe comercial foi fortemente influenciado pela ligação de vários *shoppings centers*, além do crescimento da atividade de uma forma geral e pelo aumento das atividades no setor de serviços.

O baixo desempenho da classe rural foi decorrente do regime de chuvas em Alagoas e, principalmente, pelo fato do setor sucroalcooleiro optar por produzir energia em suas instalações de co-geração.

As vendas de energia para a classe industrial tiveram um desempenho que reflete o segmento em nível nacional.

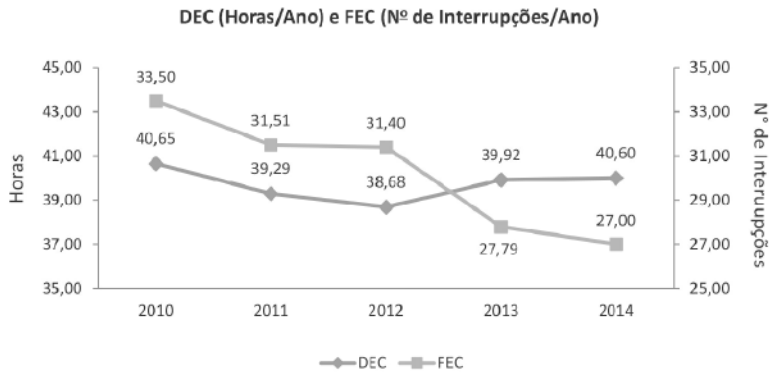
Qualidade do Serviço de Distribuição

No exercício de 2014, as Empresas de Distribuição Eletrobras tiveram um aumento, de forma consolidada, no indicador de continuidade DEC de 0,68 hora quando comparado com o realizado no ano anterior, passando de 39,92 para 40,6 horas. Com relação ao indicador FEC, houve um decréscimo consolidado de 0,8 interrupção neste mesmo período, passando de 27,7 em 2013 para 26,9 em 2014.

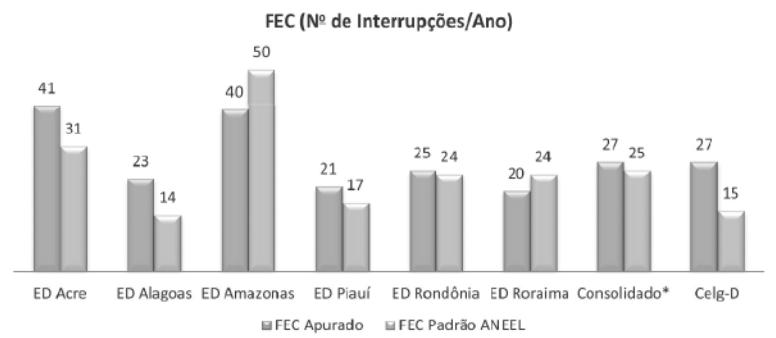
Contribuíram para estes resultados, além das intempéries regionais, as quantidades de falhas acidentais causadas por defeito em equipamentos, contato de árvores e animais na rede, redução de equipes terceirizadas e problemas de reposição de materiais básicos para operação tais como: chaves fusíveis, postes, transformadores e etc. Cabe ressaltar que as obras para melhoramento da malha elétrica, devido à dificuldade orçamentária, também impactaram nos índices de qualidade de energia elétrica.

Para o ano de 2015, espera-se melhoramento na qualidade dos serviços prestados com início efetivo dos subprojetos do Projeto Energia+ e a continuação das ações de poda, limpeza de faixa de servidão e manutenção preventiva, além da conclusão dos planos de obras das redes de distribuição das Empresas de Distribuição da Eletrobras.

A seguir, apresentamos o DEC para cada uma das empresas de distribuição da Eletrobras, comparado com o padrão estabelecido pela ANEEL:



A seguir, apresentamos o FEC para cada uma das empresas de distribuição da Eletrobras, incluindo a Celg-D, comparado com o padrão estabelecido pela ANEEL:



*Consolidado não considera a Celg-D.

continua

continuação

Perdas na Distribuição

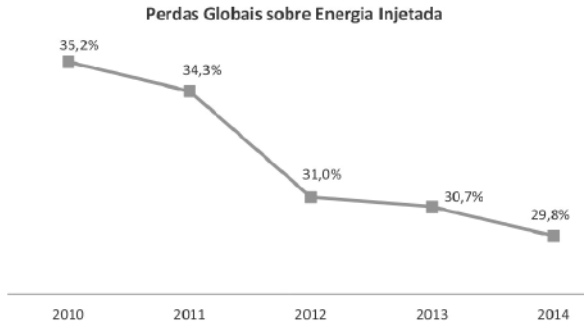
No ano de 2014, as empresas distribuidoras da Eletrobras, excluindo-se a Celg-D, de forma a manter a comparabilidade com os anos anteriores diminuíram suas perdas globais, tendo uma redução consolidada de 0,87%, quando comparado a dezembro de 2013, de 30,68% para 29,81%.

Empresas	Perdas Técnicas		Perdas não Técnicas		Perdas Totais	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
ED Acre	9,85%	9,85%	13,80%	14,41%	23,65%	24,26%
ED Alagoas	10,34%	10,34%	14,47%	15,79%	24,81%	26,13%
ED Amazonas	7,77%	7,77%	29,86%	30,57%	37,63%	38,34%
ED Piauí	12,17%	12,17%	17,13%	17,78%	29,30%	29,95%
ED Rondônia	11,15%	11,15%	12,09%	12,82%	23,24%	23,97%
ED Roraima	7,04%	7,04%	4,49%	5,08%	11,53%	12,12%
Consolidado Eletrobras*	**9,70%**	**9,51%**	**20,11%**	**21,17%**	**29,81%**	**30,68%**
Celg-D	9,83%	10,29%	3,44%	2,18%	13,27%	12,47%

*De forma a manter a comparabilidade com os anos anteriores, não foi considera a Celg-D em temos consolidados.

Contribuíram para o decréscimo das perdas globais a continuação das ações de inspeção e regularização, junto com as medidas de telemedição do grupo A e recadastramento da IP, além do início do Subprojeto 3 (substituição de medidores obsoletos) e Subprojeto 5 (regularização de clandestinos) do Projeto Energia+, financiado junto ao Banco Mundial.

O gráfico a seguir apresenta a evolução, desde 2010, das perdas globais das empresas distribuidoras da Eletrobras, excluindo-se a Celg-D. Conforme mencionado acima, a redução observada reflete os investimentos e esforços realizados pela Eletrobras ao longo desse período.



Não obstante os esforços empregados ao longo do ano, as distribuidoras se depararam com dificuldades que colaboraram para o distanciamento de seus resultados finais das metas estabelecidas no CMDE, destacando-se as seguintes:

1. Fatores adversos nos programas de inspeção e regularização de consumidores ocasionaram a interrupção das atividades das equipes terceirizadas contratadas nas Empresas de Distribuição do Piauí e de Alagoas, bem como o atraso do início das atividades de inspeções de clientes do grupo A na Empresa de Distribuição Acre;
2. Significativo aumento de áreas de invasões, onde as ações das concessionárias ficam limitadas às ações de regularização fundiária por parte do poder público;
3. Os atrasos no início dos projetos do Programa Energia+, e seus ganhos associados.

Para o ano de 2015, espera-se um avanço na redução do nível de perdas, com os ganhos de energia devido à conclusão dos projetos iniciados em 2014, com o pleno desenvolvimento do Projeto Energia+, além da continuação dos serviços de fiscalização e regularização.

Inadimplência

Com relação à gestão da inadimplência, o ano de 2014 apresentou uma melhora desse indicador em praticamente todas as classes consumidoras atendidas pelas empresas de distribuição da Companhia, à exceção das classes públicas.

As classes de consumo privadas apresentaram melhoria em razão, principalmente, do comportamento do consumidor, que vem priorizando o pagamento da fatura de energia elétrica devido especialmente às diversas ações de combate à inadimplência, tais como:

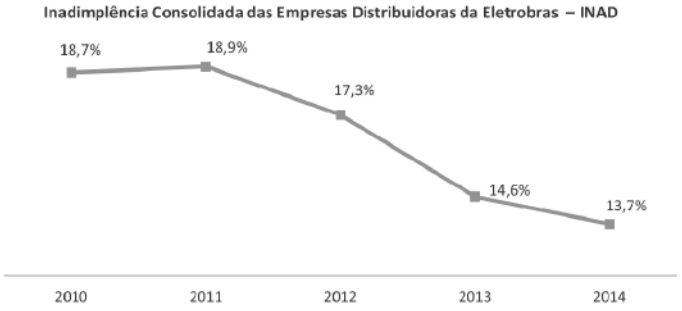
a) Cumprimento rigoroso das medidas de cobrança através de ações operacionais sistemáticas de suspensão do fornecimento pelo atraso no pagamento, negativação junto aos organismos de restrição de crédito (SERASA) e ações judiciais, entre outras;

b) Reestruturação dos procedimentos no parcelamento de dívidas, incluindo-se a exigência mínima de 30% de entrada e a redução do prazo da amortização, que, inclusive, passou a ser calculado pelo sistema comercial;

c) Repactuação de dívidas históricas e êxito obtido nas ações judiciais de cobrança; e

d) Gestão das contas de Provisão e Perdas com ações objetivas de negociação de débitos e da correta contabilização dos créditos.

O principal indicador que mede a inadimplência das empresas de distribuição da Eletrobras, o INAD, é obtido pela divisão da Inadimplência Ativa pelo Faturamento Anualizado e apresenta a seguinte evolução nas EDEs, à exceção da Celg-D, a fim de manter a comparabilidade com os anos anteriores:



7. Expansão e Investimentos

A Eletrobras, durante o ano de 2014, investiu R$ 11,4 bilhões, superando a marca de R$ 11,2 bilhões de 2013, o que corresponde à realização de 78% do orçamento de investimento aprovado para o ano. Destaque para o segmento de geração com investimento total de R$ 6,3 bilhões, representando cerca de 55% do total investido em 2014.

Com relação aos investimentos corporativos, destacam-se aqueles destinados à implantação da Usina Termonuclear Angra III – R$ 1,8 bilhão. Quanto aos investimentos em parcerias, por meio de SPEs, destacam-se os investimentos com a implantação da UHE Jirau – R$ 0,6 bilhão, da UHE Belo Monte – R$ 0,7 bilhão, da UHE Santo Antônio – R$ 1,1 bilhão e da UHE Teles Pires – R$ 0,4 bilhão.

A tabela a seguir apresenta os investimentos, por segmento de negócio, realizados pela Companhia nos últimos anos, assim como o percentual de realização sobre o orçamento de investimento de 2014.

Natureza dos Investimentos	Realizado (R$ milhões)*					
	Orçado 2014	Realização em 2014	2014	2013	2012	2011
Geração	**7.896**	**80%**	**6.278**	**6.435**	**5.263**	**5.128**
Expansão Corporativa	3.078	71%	2.183	2.767	1.771	2.588
Expansão SPEs	4.154	89%	3.701	3.241	2.980	2.109
Manutenção	664	59%	394	427	512	431
Transmissão	**5.096**	**79%**	**4.026**	**3.446**	**2.985**	**3.432**
Expansão Corporativa	2.771	76%	2.111	2.229	1.639	2.320
Expansão SPEs	1.642	88%	1.437	745	945	918
Manutenção	683	70%	478	472	401	194
Distribuição	**974**	**75%**	**728**	**928**	**1056**	**781**
Expansão Corporativa	749	77%	577	723	837	597
Manutenção	225	67%	151	205	219	184
Outros (Pesquisa, Infraestrutura e Qualidade Ambiental)	**722**	**51%**	**370**	**402**	**546**	**462**
Total	**14.688**	**78%**	**11.402**	**11.211**	**9.850**	**9.803**

*Os investimentos realizados pela Celg-D, em 2014, de cerca de R$ 257 milhões, não foram considerados na tabela acima.

Para o ano de 2015, o orçamento de investimento aprovado é de R$ 14,2 bilhões, conforme aprovado por Decreto nº 8.383 de 29 de dezembro de 2014. A destinação dos recursos, por segmento de negócio, ainda depende de sanção presidencial.

7.1. Geração

As Empresas Eletrobras investiram cerca de R$ 6,3 bilhões na expansão do segmento de geração, agregando à capacidade instalada nacional, no ano de 2014, um total de 1.600 MW, considerando os investimentos corporativos e aqueles realizados por meio de SPEs, na proporção do capital investido pelas Empresas Eletrobras. Quando se considera a capacidade instalada total das SPEs, o montante agregado à capacidade nacional, com a participação da Eletrobras, é de 2.884 MW, considerando a agregação líquida, isto é, excluindo-se a redução de capacidade da UTE Santa Cruz, esse montante seria de 2.452, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Destaca-se a entrada em operação da Usina Hidrelétrica de Batalha (52,5 MW), da controlada Furnas. Quanto às SPEs, destacam-se a entrada em operação de mais 1.158 MW da UHE Santo Antônio, que conta com a participação de 39% da controlada Furnas; mais 1.425 MW da UHE Jirau, com participação de 20% de cada uma das controladas Chesf e Eletrosul; e a entrada em operação das eólicas Rei dos Ventos 1, Rei dos Ventos 3 e Miassaba 3, totalizando 187 MW, onde temos Furnas e Eletronorte com participação de 24,5% cada.

Fontes	Capacidade Instalada Eletrobras (MW)			
	2014	2013	Acréscimo - participação Eletrobras (MW)[1]	Acréscimo Alavancado pela Eletrobras (MW)
Fontes Limpas	**40.006**	**38.420**	**1.586**	**2.869**
Eólica + Solar	259	150	109	233
Hidráulica	37.757	36.280	1.477	2.636
UHE Batalha	53	-	53	53
UHE Três Irmãos	403	-	403	808
UHE Jirau	600	30	570	1.425
UHE Santo Antônio	892	440	452	1.158
Nuclear	1.990	1.990	-	-
Térmica	4.150[3]	4.567	**-417**	**-417**
UTE Santarém	15	-	15	15
UTE Santa Cruz	500	932	-432	-432
Total	**44.156**	**42.987**	**1.169**	**2.452[2]**

[1] Considera a participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras.

[2] A concessão de operação e manutenção da UHE Três Irmãos, de acordo com a Lei nº 12.783/2013, outorgada, através do Leilão nº 002/2014 – ANEEL, ocorrido em 28 de março de 2014, à SPE Tijoá Participações e Investimentos S.A., da qual Furnas detêm 49,9% de participação não foi considerada como incremento de capacidade instalada ao Sistema.

[3] O decréscimo de 417 MW na fonte térmica é devido a suspensão da operação comercial das unidades geradoras à óleo (UGs 3 e 4) da Eletrobras Furnas, conforme Despacho ANEEL nº 3.263, de 19 de outubro de 2012 e inclusão das unidades geradoras a vapor para fechamento do ciclo combinado da UTE Santa Cruz.

As Empresas Eletrobras investiram, adicionalmente, R$ 394 milhões em reformas e ampliação do parque gerador existente, permitindo a melhora de seu desempenho.

No ano de 2014, foram realizados 05 leilões de energia, sendo dois Leilões de Energia Nova (LEN), um Leilão de Energia de Reserva (LER) e dois de Energia Existente (LEE). A controlada Furnas sagrou-se vencedora nos leilões de energia ANEEL nº 002/2014 ("Leilão da UHE Três Irmãos") e 003/2014 ("19° Leilão de Energia Nova"). No primeiro, realizado em 28 de março de 2014, através da SPE Tijoá Participações e Investimentos S.A., com participação de 49,9%, para outorga de concessão de operação e manutenção da UHE Três Irmãos, concessão anteriormente pertencente a Companhia Energética de São Paulo – Cesp. Já no segundo, realizado em 06 de junho de 2014, por meio da SPE Madeira Energia S.A., em que a Companhia possui 39,0% de participação, negociou a venda da energia que será produzida pela expansão da UHE Santo Antônio.

A Eletrosul promoveu, em 30 de outubro de 2014, leilão de venda de energia solar fotovoltaica, proveniente do empreendimento MEGAWATT SOLAR, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2015. O início da operação comercial desta usina foi autorizado pela ANEEL, mediante o Despacho nº 3.892/2014, a partir de 25 de setembro de 2014, permitindo a Eletrosul comercializar a energia no ambiente de contratação livre.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Em busca de novas oportunidades de negócios, as Empresas Eletrobras participam de estudos e projetos de usinas hidrelétricas, diretamente ou em parceria, que somam 22.872 MW de capacidade instalada de geração. Dentre os principais estudos e projetos, destacam-se:

Empreendimentos em Estudo de Viabilidade					
Empreendedor	**Tipo**	**Etapa**	**Empreendimento**	**UF**	**MW**
Eletrobras e Ebisa	AHE	Estudo de Viabilidade	Garabi	Brasil/Argentina	1.152
Eletrobras e Ebisa	AHE	Estudo de Viabilidade	Panambi	Brasil/Argentina	1.048
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Estudo de Viabilidade	Jamanxim	PA	881
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Estudo de Viabilidade	São Luiz do Tapajós	PA	8.040
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Estudo de Viabilidade	Jatobá	PA	2.338
Eletronorte e outros	AHE	Estudo de Viabilidade	Marabá	PA	1.850
Eletronorte e outros	AHE	Estudo de Viabilidade	Serra Quebrada	MA/TO	1.328
Outros	AHE	Estudo de Viabilidade	diversos	diversos	6.235
Total					**22.872**

7.2. Transmissão

As Empresas Eletrobras investiram, no ano de 2014, um total de R$ 3,5 bilhões na expansão do segmento de transmissão. Destacam-se os projetos de ampliação do sistema de transmissão na região Nordeste, de R$ 419 milhões, e do sistema de transmissão de energia e implantação de subestações na região sul, de R$ 421 milhões.

Foram adicionados 3.186 km de linhas de transmissão ao Sistema Interligado Nacional ("SIN"), sendo 1.053 km de responsabilidade integral das Empresas Eletrobras e 2.133 km decorrentes de sua participação proporcional em SPEs. Quando se considera a extensão total das linhas de transmissão das SPEs, o montante total adicionado às linhas de transmissão nacional, com a participação da Eletrobras em SPEs, foi de 4.902,48 km.

Cumpre enfatizar a entrada em operação da SPE Norte Brasil Transmissora de Energia, com 2.375 km de extensão, responsável por escoar a energia produzida nas usinas do Rio Madeira. A referida SPE conta com a participação acionária de 24,5% de cada uma das controladas Eletrosul e Eletronorte.

Na região Norte, foram energizados os circuitos 1 e 2 da LT 230 kV Jorge Teixeira/ Lechuga, com 30 km cada um, consolidando a conexão de Manaus ao SIN, sob responsabilidade da controlada Eletronorte.

Já na região Nordeste, energizadas as LTs 230 kV João Câmara II / Extremoz II, com 82 km, e Igaporã – Bom Jesus da Lapa com 115 km, respectivamente, sob responsabilidade da controlada Chesf.

Na região Sudeste, foi concluída, em agosto de 2014, a LT 500 kV Mesquita – Viana 2, com 252 km, sob responsabilidade da SPE MGE Transmissora, que conta com a participação acionária de 49% pela controlada Furnas.

Ademais, durante o ano de 2014, na região Sul, ocorreu a energização de um grande tronco de escoamento de energia, sob responsabilidade da SPE Transmissora Sul Brasileira de Energia, que conta com a participação acionária de 80% da Eletrosul. O referido projeto servirá para atendimento à crescente demanda da região, formado pelas LTs 525 kV Salto Santiago – Itá (190 km), energizada em fevereiro; Itá – Nova Santa Rita (307 km), energizada em julho; e LT 230 kV Nova Santa Rita / Camaquã 3 / Quinta (291 km), energizada em dezembro. Ainda na região Sul, foi energizada, em agosto, a LT 230 kV Cascavel Oeste – Umuarama, sob responsabilidade da SPE Costa Oeste Transmissora, com 49% de participação da Eletrosul.

Empresas Eletrobras	**Extensão das linhas de Transmissão em 2014 (km) ≥ 230kV (d)**	**Acréscimo - Linhas de Transmissão em 2014 (km) ≥ 230kV**				
		Responsabilidade Integral (a)	**SPEs – Participação Eletrobras (b)**	**Total (a+b)**	**SPEs – Extensão Total (c)**	**Alavancado pela letrobras (a+c)**
Eletronorte	11.012,6	549,1	-	**549,1**	-	**549,1**
Chesf	20.003,9	330,9	44,1	**375,0**	90	**420,9**
Furnas	18.364,2	161,0	126,4	**287,4**	258	**419,0**
Eletrosul	10.743,1	-	798,5	**798,5**	1.126	**1.126,0**
Eletronorte/ Eletrosul	-	-	1.163,8	**1.163,8**	2.375	**2.375,0**
ED Amazonas	378,3	13,4	-	**13,4**	-	**13,4**
Total Eletrobras	**60.502,1**	**1054,4**	**2.132,8**	**3.187,2**	**3.849**	**4.903,5**

(b) Refere-se à participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.
(c) Refere-se à extensão total das linhas de transmissão do empreendimento.

Em relação às subestações das Empresas Eletrobras, houve um acréscimo de capacidade de transformação de 4.241 MVA, sendo 2.110 MVA de propriedade integral da Companhia ou renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013 e 2.130 MVA proporcionais ao capital investido em SPEs.

Empresas Eletrobras	**Nº SE**	**Acréscimo – Subestações em 2014 (MVA) ≥ 230kV**				
		Capacidade de Transformação Própria (MVA) (a)	**SPEs – Participação Eletrobras (MVA) (b)**	**Total (MVA) (a+b)**	**SPEs – Total (MVA) (c)**	**Alavancado pela Eletrobras (a+c)**
Eletronorte	01	200	-	**200**	-	**200**
Chesf	06	1.010	882	**1.892**	1.800	**2.810**
Furnas	03	900	588	**1.488**	1.200	**2.100**
Eletrosul	04	-	661	**661**	1.213	**1.213**
Total	**14**	**2.110**	**2.131**	**4.241**	**4.213**	**6.323**

(b) Refere-se a participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.
(c) Refere-se à extensão total das linhas de transmissão do empreendimento.

As Empresas Eletrobras, por meio de empreendimentos corporativos ou participações em SPEs, foram vencedoras de 06 lotes de leilões de transmissão, compreendendo o total de 1.979 km de linhas e mais 2.446 MVA em subestações, sendo 1.301 km e 1.360 MVA os empreendimentos corporativos, ou seja, sem participação de terceiros.

Destaca-se a participação da Companhia, por intermédio das suas controladas Furnas e Eletronorte, no Leilão de Transmissão nº 11/2013, realizado em fevereiro de 2014. O Consórcio IE Belo Monte, em que as referidas Empresas Eletrobras detêm 24,5% de participação cada, em parceria com a chinesa *State Grid Brazil Holding* S.A. (51%), será o responsável pela construção da linha de transmissão que escoará a energia produzida pela UHE Belo Monte. O empreendimento terá aproximadamente 2.092 km de extensão e investimentos previstos de R$ 5 bilhões.

A relação completa dos novos projetos da Companhia no segmento de transmissão encontra-se disponibilizada na página da empresa na rede mundial de computadores, www.eletrobras.com/elb/ri/informeinvestidores, seção "Informações Financeiras"– "Informe aos Investidores 4T14 – Anexo".

7.3. Distribuição

A Eletrobras investiu no ano de 2014, cerca de R$ 0,7 bilhão no segmento de distribuição, sem considerar os investimentos realizados pela Celg-D, recém-adquirida pela Eletrobras.

Dentre os principais projetos, destaca-se a ampliação do sistema de distribuição do Amazonas, com investimentos de cerca de R$ 107 milhões; as ampliações dos sistemas de distribuição dos estados do Acre, de Roraima, do Piauí e de Alagoas, R$ 93 milhões; e de Rondônia, R$ 85 milhões.

Os investimentos em 2014 decresceram em 21,5% em relação a 2013, com a realização de 75% do valor previsto. O destaque na realização ficou com a Empresa de Distribuição Rondônia com 90,6% do orçamento aprovado e do Amazonas com 88,4%.

Em 2014, a média do valor investido por consumidor foi de R$ 129,93, inferior à média das 37 principais distribuidoras do país, que gira em torno de R$ 165,54/consumidor.

A baixa realização dos investimentos e, consequentemente, da expansão do sistema de distribuição ocorreu devido, principalmente, às restrições das fontes de financiamento disponíveis às distribuidoras da Companhia em razão de: (i) desoneração pela Lei nº 12.783/2013 da cobrança do encargo setorial Reserva Global de Reversão (RGR), que era principal fonte de financiamento das distribuidoras; e (ii) prazo do término das concessões de distribuição das controladas da Eletrobras, previsto para ocorrer em julho de 2015, uma vez que, embora tenha sido autorizada a renovação pela Lei nº 12.783/2013, as condições para tal ainda não foram regulamentadas.

Após as frustrações das principais fontes de financiamento, a empresas de distribuição da Eletrobras passaram a contar somente com R$ 417 milhões relativos aos valores do financiamento do Banco Mundial para o Programa Energia+.

Finalmente, para concluir os comentários acerca da expansão do segmento de distribuição, é importante destacar que, conforme mencionado na seção referente aos eventos societários, a Eletrobras, em 27 de janeiro de 2015, efetivou a aquisição do controle acionário da Companhia de Distribuição de Goiás – Celg-D, que sozinha possui uma base de clientes da ordem de 2.716.003, o que representou 95% do incremento dos 2.854.052 novos clientes. Outros fatores também foram determinantes para a expansão verificada em 2014, como os investimentos na expansão das redes, as ações de regularização de clandestinos e os programas habitacionais dos governos.

7.4. Operações Internacionais e Interligações Fronteiriças

A Eletrobras manteve em 2014 sua estratégia de desenvolver uma atuação internacional no mercado de energia elétrica, diretamente ou em parcerias por meio de SPEs, buscando empreendimentos em geração renovável e transmissão de energia que atendessem a uma criteriosa avaliação de riscos e retorno. Essa atuação internacional visa à criação de valor para a Companhia com o aproveitamento de oportunidades de investimento com retorno adequado e benefícios trazidos pela integração energética continental.

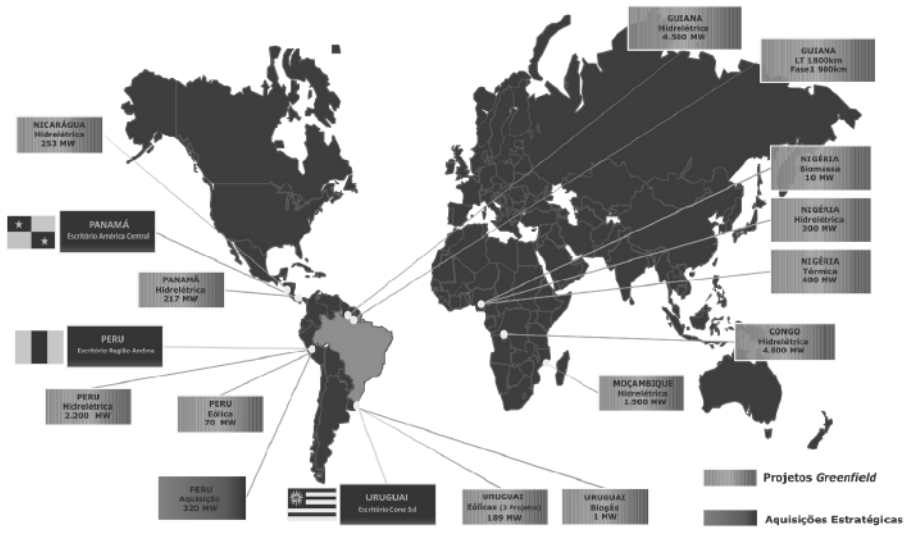
Em 2014, a Eletrobras prosseguiu com os estudos sobre aproveitamentos hidrelétricos, linhas de transmissão e geração de energia renovável nos continentes americano e africano. Na América, destacam-se os estudos referentes a aproveitamentos hidroelétricos na Guiana, Nicarágua, Peru e Uruguai. No continente africano, segue prospectando oportunidades de inserção no mercado de energia em empreendimentos de transmissão e geração limpa e renovável em Moçambique, Nigéria e Congo, tendo em vista o relevante potencial hidrelétrico da região e a enorme carência de energia no continente.

Nessa busca de oportunidades, a Eletrobras tem avançado com assinatura de acordos e diálogos com governos dos países em questão, bem como junto a parceiros com interesse em parcerias nessas regiões.

Também em 2014, foram fechados os acordos com o governo da Nicarágua necessários para o início da construção do Projeto Tumarín, usina hidrelétrica de 253 MW localizada na Região Autônoma do Caribe Sul. Assim, em dezembro de 2014, foi finalizada a compra das propriedades a serem afetadas pelo empreendimento, bem como iniciados os trabalhos preliminares de acesso ao sítio da obra e compra dos insumos para implantação do acampamento pioneiro. Os contratos de financiamento encontram-se em fase final de negociação e as obras de acesso ao empreendimento tiveram início em fevereiro de 2015 com previsão de a primeira unidade geradora entrar em operação em novembro de 2018 e a usina completa, com suas 03 unidades geradoras, em março de 2019.

Destaca-se em 2014, como fruto da associação entre a Eletrobras e a Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas (UTE), a entrada em operação do Parque Eólico Artilleros (65 MW) pertencente a SPE ROUAR S.A., localizado no Departamento de Colonia, Uruguai. O Parque encontra-se em fase de construção e os 08 primeiros dos seus aerogeradores entraram em operação em dezembro de 2014 com 16,8 MW de capacidade instalada, tornando-se assim o primeiro empreendimento internacional da Eletrobras a entrar em operação.

No mapa a seguir, podem ser verificados os principais projetos da Eletrobras no exterior:



Empreendimentos no Exterior:

Em dezembro de 2014, a carteira de projetos internacionais era composta por 16 projetos, sendo 15 *Greenfield* (novos projetos) e uma aquisição. O total de ativos existentes na carteira perfaz uma capacidade instalada de 14.760 MW em geração e 900 km em linhas de transmissão.

Os recursos investidos na carteira pela Eletrobras, em 2014, foram de US$ 36 milhões. O projeto Tumarín tem a previsão de início da execução no 1º semestre de 2015 e os demais projetos encontram-se em fase inicial de análise.

De forma alinhada com a diretriz estratégica de expansão sustentável elencada no Planejamento Estratégico 2015-2030, a Companhia buscou aumentar sua expressão nos negócios de geração (ênfase em eólica e hidrelétrica) e transmissão (ênfase em interconexões regionais) na América do Sul, Central, e ainda em algumas regiões do continente africano. Atuando com base em suas vantagens competitivas, como a expertise em grandes projetos hidrelétricos e integração regional, porte e posicionamento geopolítico favorável, a Companhia vem criando uma carteira de projetos no exterior, privilegiando parcerias locais, com foco na criação de valor equivalente ou superior ao das oportunidades de investimento no Brasil.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Operações de Interligações Fronteiriças:

Ao sul do Brasil, em 2014, chegou-se à etapa final de construção do trecho brasileiro da interligação Brasil-Uruguai, que fará a conexão entre a SE Presidente Médici, localizada no município de Candiota/RS e a SE San Carlos, próxima ao balneário de Punta del Leste, no Uruguai. A previsão é que a linha entre em fase de testes em março de 2015.

Ao norte, às discussões relativas ao estudo preliminar de viabilidade do Projeto Arco Norte, com as empresas e governos envolvidos, foram intensificadas. O referido projeto representa um sistema regional de transmissão de energia elétrica e de dados, cuja finalidade é estabelecer uma interconexão elétrica entre os estados de Roraima e Amapá, passando pelos territórios vizinhos da Guiana, Suriname e Guiana Francesa. O estudo de viabilidade do Projeto conta com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e encontra-se em execução de sua primeira fase (estudo base). A etapa seguinte refere-se ao Estudo de pré-viabilidade, cuja conclusão está prevista para o 4º trimestre de 2015.

Finalmente, a Companhia opera interligações internacionais com o Paraguai, por meio da controlada Itaipu Binacional; com a Argentina, caracterizada pela linha de transmissão em 132 kV, que interliga a subestação de Uruguaiana à subestação de Paso de los Libres, na Argentina; com a Venezuela, através da linha de transmissão em 230 kV, com capacidade de 200 MW, que interliga Boa Vista/RR à cidade de Santa Elena, na Venezuela; e com o Uruguai, formada pela linha de transmissão em 230 kV que interliga a conversora de frequência de Rivera - 70 MW - à subestação de Livramento, no Brasil.

8. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

As Empresas Eletrobras vêm, desde 2011, orientando suas estratégias e ações no sentido de padronizar seus sistemas de informação corporativos com objetivo de apoiar a implantação de um novo modelo de gestão empresarial que garanta uma atuação uniforme, integrada, rentável e competitiva, bem como contribua para o aprimoramento da governança corporativa, baseada nas melhores práticas de mercado.

Para tanto realizou processo de padronização de um sistema integrado de gestão empresarial (*Enterprise Resource Planning* – ERP), que culminou com a definição do sistema SAP ERP como padrão para todas as Empresas Eletrobras.

As contratações das implantações e das adequações do sistema SAP ERP nas diferentes empresas ocorrerão de forma uniforme, eficiente, eficaz e com os menores custos possíveis, por meio da Implantação do Padrão de ERP nas Empresas Eletrobras – ProERP .

Em relação às áreas de geração, transmissão, distribuição, comercialização e uso final da energia elétrica, merece destaque as atividades desenvolvidas pelo Cepel, criado em 1974 por iniciativa da Eletrobras, tendo ainda como fundadores as Empresas Eletrobras: Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul.

Atualmente, o Cepel exerce o papel de Secretaria Executiva da Comissão de Política Tecnológica – CPT das Empresas Eletrobras, estrutura que, a partir de 2012, passou a tratar de forma integrada as questões corporativas de P&D+I e Tecnologia, definindo políticas, diretrizes, estratégias e planos de ação. Todavia, os beneficiários da atuação do Cepel transcendem as Empresas Eletrobras, incluindo ministérios e entidades setoriais, por exemplo, a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e a ANEEL, além de concessionárias e fabricantes de equipamentos. Além disso, o Centro participa da elaboração do Plano Nacional de Energia e dos Planos Decenais de Expansão de Energia elaborados pela EPE.

Os recursos aportados pelas Empresas Eletrobras em 2014 nessas atividades foram da ordem de R$ 158,3 milhões e revertidos para o desenvolvimento dos projetos institucionais, ao todo 85, nas seguintes áreas: Otimização Energética e Meio Ambiente; Redes Elétricas; Sistemas de Automação; Linhas e Estações; Tecnologia da Distribuição; Tecnologias Especiais; e Pesquisas Experimentais.

Investimentos com Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação	R$ (milhões)		
	2014	2013*	Variação (%)
Eficiência Energética	6,0	12,2	-51,2
Energia Distribuída	0,6	1,5	-58,9
Geração e Tecnologias Avançadas	28,1	35,6	-20,9
Serviços Inovadores relacionados à Sustentabilidade	4,4	6,0	-26,8
Tecnologia de Energia Renovável	4,6	7,6	-38,9
Tecnologias de Transmissão e Distribuição	91,8	132,5	-30,7
Total	**135,5**	**195,4**	**-30,6**

* Valores associados a 2013 incorporam os custos relativos à aplicação do Plano de Incentivo ao Desligamento (PID).

São exemplos de importantes realizações a cadeia de metodologias e programas computacionais utilizada para o planejamento da expansão e operação da geração, integrando horizontes de longo, médio e curto prazos, e permitindo a definição de planos coordenados de expansão e operação do sistema elétrico em bases sustentáveis. Destaca-se, também, uma cadeia de modelos e programas computacionais voltados para o projeto, análise, planejamento e operação do sistema de transmissão.

Para os próximos anos, um dos grandes desafios do sistema elétrico brasileiro é transmitir grandes blocos de energia elétrica da Região Amazônica para as regiões Sudeste e Nordeste com confiabilidade e mínimo impacto ambiental possível. Para tanto, será necessário o emprego de tecnologias de transmissão de energia em Ultra-Alta Tensão (UAT), quer seja em corrente alternada ou em corrente contínua. A pesquisa de tecnologias em UAT requer atividades teóricas e experimentais em laboratório por meio de ensaios que representem condições reais. O grande desafio neste caso é a implementação de uma infraestrutura laboratorial capaz de suprir as demandas das pesquisas experimentais. Em construção na Unidade Adrianópolis, município de Nova Iguaçu, o LabUAT está incluído entre os mais importantes investimentos da história do Cepel. Sua finalidade será apoiar o desenvolvimento e a avaliação do desempenho de soluções comerciais de novas configurações de linhas de transmissão com classes de tensão de até 1.200 kV CA (corrente alternada) e ±800 kV CC (corrente contínua), com alta capacidade, para o transporte de grandes blocos de energia por longas distâncias

Os recursos necessários para fazer frente aos desafios têm sido aportados pelas Empresas Eletrobras, Ministério das Minas e Energia – MME, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e do Banco Mundial.

9. Sociedade e Meio Ambiente

9.1. Responsabilidade Social

A Eletrobras, sempre atenta à sua missão de "atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável", apoia projetos sociais, culturais, esportivos e institucionais relevantes para o desenvolvimento da sociedade brasileira em diversos segmentos. O compromisso social da Eletrobras com todos os seus públicos de interesse é determinante para a sustentabilidade e a evolução de seus negócios. Nesse contexto, a Eletrobras aprovou a Política de Responsabilidade Social das Empresas Eletrobras, cujo objetivo é nortear as práticas das Empresas Eletrobras pelos preceitos de responsabilidade social, tornando-os parte de seu modelo de gestão.

Reconhecendo, portanto, questões relevantes para a responsabilidade social, a Eletrobras apoiou projetos sociais nos campos da educação e da geração de trabalho e renda, estruturantes para o desenvolvimento sustentável do país, assim como projetos patrocinados pela Companhia, associando a marca Eletrobras a projetos que fomentam a cultura e o esporte no país.

No ano de 2014, foram contratados 15 projetos não incentivados e 31 projetos de patrocínios incentivados, os quais recebem incentivos fiscais por meio de leis específicas, tais como a Lei Rouanet (projetos culturais), Lei do Audiovisual (produção cinematográfica) e a Lei de Incentivo ao Esporte. Os investimentos em patrocínio da Eletrobras procuram abarcar aspectos ambientais, sociais, esportivos, além de outros relacionados aos seus *stakeholders*, como forma de conciliar os objetivos empresariais com os da sociedade.

Além dos compromissos voluntários citados acima, em junho de 2014, Eletrobras e Itaipu Binacional aderiram, ao termo de compromisso relativo às diretrizes de conduta empresarial para multinacionais recomendadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). De igual forma, como signatária do Pacto Global da ONU, do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR e dos Princípios de Empoderamento das Mulheres – iniciativa conjunta da ONU Mulheres e Pacto Global - a Eletrobras vem incorporando o desafio da promoção da igualdade de oportunidades para todas as pessoas, sendo esse um compromisso também expresso no Código de Ética das Empresas Eletrobras.

9.2. Política Integrada de Gestão de Pessoas

Quadro Funcional:

As Empresas Eletrobras possuem uma política integrada de gestão de pessoas. A tabela a seguir apresenta o quantitativo de colaboradores para os anos de 2014 e 2013:

Empresas Eletrobras [2]	Empregados (Quadro efetivo) [1]		AH
	2014	2013	
Eletrobras	1.027	1.044	-17
Eletronorte	3.033	3.077	-44
Chesf	4.553	4.409	144
Furnas	3.497	3.522	-25
Eletronuclear	2.263	2.542	-279
Eletrosul	1.318	1.343	-25
CGTEE	634	606	28
Cepel	344	324	20
ED Acre	263	273	-10
ED Alagoas	1.016	1.058	-42
ED Amazonas	2.110	2.151	-41
ED Piauí	1.148	1.177	-29
ED Rondônia	728	758	-30
ED Roraima	277	261	16
Eletropar	04	05	-1
Total[3]	**22.215**	**22.550**	**-335**
Celg-D	1.697	-	-

[1] Quadro efetivo = quadro próprio (excluindo os empregados cedidos) + cargos comissionados + empregados requisitados + empregados reintegrados em razão da Lei nº 8.878/94, trabalhando na empresa.
[2] Não foram considerados os empregados de Itaipu Binacional, que totalizava 1.377 empregados em 31/12/2014, por ser uma empresa binacional, cujos resultados deixaram de ser consolidados nas demonstrações financeiras da Eletrobras.
[3] De forma a manter a comparabilidade com os anos anteriores, não foi considera a Celg-D em termos consolidados.

Em busca da redução de seus custos operacionais após a edição da Lei nº 12.783/2013, foi implementado nas Empresas Eletrobras o Plano de Incentivo ao Desligamento (PID) em 2013, à exceção da Eletrobras Eletronuclear que, devido às características de sua operação, implementou o PID em 2014. A Celg-D, por ter sido recentemente adquirida, não fez parte da política da Companhia de redução de custos por meio do PID.

O PID teve sua fase final em 2014 quando ocorreu o desligamento de mais 557 colaboradores. O total de empregados desligados nas Empresas Eletrobras desde a implementação do Plano monta 4.778, acarretando uma economia anual de cerca de R$ 1.266.178 mil nas despesas com pessoal.

O quadro a seguir apresenta os números do PID em 31 de dezembro de 2014:

Plano de Incentivo ao Desligamento – PID			
Empresas Eletrobras	Inscritos	Desligados até dezembro de 2014	Economia (R$ mil)
Eletrobras	196	196	67.106
Eletronorte	430	430	193.147
Chesf	1.353	1.353	276.359
Furnas	1.103	1.103	319.373
Eletronuclear	623	341	177.498
Eletrosul	203	203	43.837
CGTEE	124	124	18.253
Cepel	152	152	35.195
ED Acre	71	71	11.690
ED Alagoas	264	264	38.985
ED Amazonas	143	143	16.894
ED Piauí	299	299	52.304
ED Rondônia	88	88	12.237
ED Roraima	11	11	3.299
Total	**5.060**	**4.778**	**1.266.177**

Com vistas à manutenção das operações da empresa e considerando também que houve desligamento de empregados por razões diversas do PID, a reposição de parte do quadro de colaboradores foi tida como necessária. Ao todo foram 395 admissões de empregados por meio de concurso público nas Empresas Eletrobras no ano de 2014.

Empresas Eletrobras	Admitidos 2014
Chesf	207
Furnas	09
Eletronuclear	53
CGTEE	47
Cepel	37
Distribuidoras	42
Total	**395**

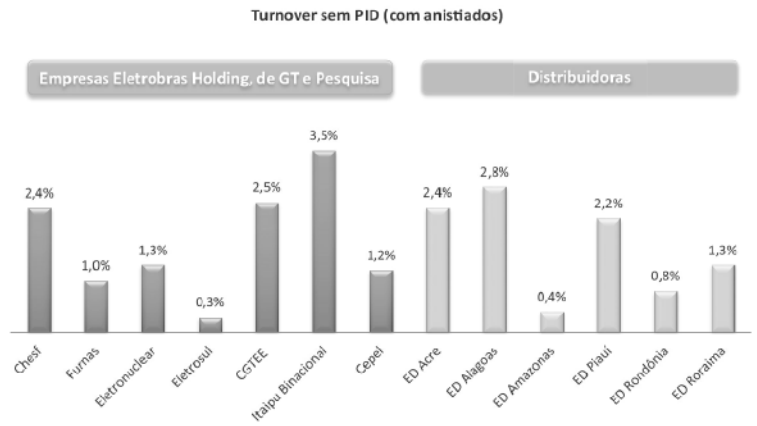
continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

A taxa média de rotatividade das Empresas Eletrobras é de 1,72%, desconsiderando a Celg-D. O gráfico abaixo apresenta o *turnover* de cada uma das Empresas Eletrobras em 2014:



Plano de Mobilidade das Empresas Eletrobras:

Com a saída de parte de seu quadro funcional com o PID, a administração da Companhia elaborou em 2014 o Plano de Mobilidade das Empresas Eletrobras (PMI). O PMI define critérios para a movimentação interna de empregados entre as unidades organizacionais, otimizando a alocação de pessoal e permitindo um melhor alinhamento entre os interesses e competências dos empregados com as necessidades de pessoal das Empresas Eletrobras.

Treinamento e Desenvolvimento:

As ações de treinamento e desenvolvimento profissional dos empregados da Companhia são centradas na Universidade das Empresas Eletrobras – Unise, a qual provê o desenvolvimento das competências críticas que sejam estratégicas para o atendimento dos objetivos das Empresas Eletrobras. O objetivo principal da Unise é desenvolver competências profissionais para viabilizar o alcance dos objetivos das Empresas Eletrobras. Através da metodologia de fóruns consultivos com especialistas dos macroprocessos das Empresas Eletrobras, a Unise consegue mapear as competências críticas a serem desenvolvidas por cada macroprocesso num intervalo de tempo, gerando assim o seu Plano de Educação Corporativa – PEC.

O modelo de funcionamento da Educação Corporativa das Empresas Eletrobras tem como premissa a atuação integrada e cooperativa do conjunto das Empresas Eletrobras, em sintonia com os propósitos estratégicos de integração, competitividade e rentabilidade da Companhia.

Em 2014, a Unise desenvolveu 58 ações educacionais distribuídas nas suas escolas, com investimento total de cerca de R$ 3,7 milhões.

O foco maior da Unise, em 2014, foi o desenvolvimento das lideranças das Empresas Eletrobras com o intuito de aperfeiçoar cada vez mais essas lideranças para estarem aptas ao novo cenário estratégico do negócio de energia no país, bem como para administrarem melhor suas equipes, permitindo a otimização de custos e a excelência de qualidade.

Além das ações educacionais da Unise, voltadas para o desenvolvimento das competências críticas, apresentamos também o consolidado geral de Educação Corporativa nas Empresas Eletrobras:

Consolidado Unise + Unidades de Educação Corporativa das Empresas Eletrobras	Investimento (R$ mil)	Quantidade de Ações	Participações	Carga Horária
Pós - Graduação *Stricto Sensu*	243	32	49	9.900
Pós - Graduação *Lato Sensu*	2.384	107	325	65.533
Demais Ações Educacionais	20.492	5.356	62.996	907.161
Congressos e Seminários	3.395	661	4.447	64.565
Cursos de Idioma	1.921	284	2.412	40.701
Total	**28.435**	**6.440**	**70.229**	**1.087.860**

Saúde, Bem-Estar e Segurança no Trabalho:

A manutenção de ações que buscam a melhoria na qualidade de vida e na saúde dos seus mais de 22.000 colaboradores é vista como fundamental pela administração da Eletrobras na formação de um quadro funcional apto a enfrentar os desafios impostos pelo mercado. Nesse sentido, o Programa Eletrobras Saudável, que conta hoje com 353 participantes, visa à prevenção de doenças, à promoção da saúde e da qualidade de vida dos seus colaboradores, contempla ações voltadas para a redução dos fatores de risco de doenças crônicas, estimula a prática de atividade física e a promoção de hábitos alimentares saudáveis, o espírito de equipe e a integração entre os colaboradores, agregando valor para a qualidade de vida no trabalho, além de proporcionar suporte aos empregados elegíveis à aposentadoria.

Em 2014, a Eletrobras participou do Prêmio Ser Humano com o *case* "Eletrobras Saudável – Programa de Corrida e Caminhada como Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho" e foi homenageada por se classificar entre as três empresas finalistas. O prêmio é organizado anualmente pela Associação Brasileira de Recursos Humanos – ABRH/RJ com o objetivo de reconhecer as melhores práticas em gestão de pessoas. Um livro será publicado no ano de 2015, incluindo o *case* da empresa. Além disso, outras ações que merecem destaque são as 05 apresentações do Coral Eletrobras, as participações em 12 corridas de rua e a campanha anual de vacinação contra a gripe. O custo com todas as ações de qualidade de vida do Eletrobras Saudável foi de R$ 377.139,30.

Relações Trabalhistas e Sindicais:

A representação do movimento sindical nas Empresas Eletrobras conta com um total de 73 sindicatos, sendo que na mesa de negociação coletiva nacional esses sindicatos são representados por cinco Federações e sete sindicatos. A Federação Nacional dos Urbanitários – FNU, filiada a Central Única dos Trabalhadores – CUT, representa 86% dos empregados das Empresas Eletrobras. O restante dos 14% são representados pelos sindicatos filiados a Força Sindical. O Acordo Coletivo de Trabalho – ACT abrange 100% dos empregados das Empresas Eletrobras.

Fundos de Seguridade e Outros Planos Sociais:

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão para seus colaboradores, os quais são geralmente financiados por pagamentos a seguradoras ou fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos. A Eletrobras possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida conforme apresentado na tabela abaixo:

Fundos de Seguridade e Outros Planos Sociais	Beneficiários (em unidades)			
	2014	2013	2012	2011
Plano de previdência na modalidade de Benefício Definido (BD)	114	179	190	190
Plano de previdência na modalidade de Contribuição Definida (CD)	789	897	925	912
Apólice de Seguro de Vida em Grupo para os empregados e assistidos	703	693	760	713
Convênio com o INSS para concessão e manutenção dos benefícios de previdência social	990	988	1217	1236
Plano de saúde de autogestão pelo Departamento de Recursos Humanos	1285	1288	1328	1391
Plano de Garantia de 90% da Renda Mensal Inicial (INSS + Eletros)	106	109	146	230

9.3. Gestão Ambiental

As atividades de gestão ambiental desenvolvidas pela Eletrobras *holding* compreendem suporte técnico e institucional às atividades-fim desenvolvidas pelas suas controladas e estão alinhadas com os objetivos estratégicos e metas corporativas.

O Subcomitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras – SCMA congrega os gerentes das áreas de meio ambiente das Empresas Eletrobras e, no nível técnico, conta com especialistas organizados em onze grupos de trabalho temáticos e três comissões temporárias. Em 2014, destaca-se a elaboração do Plano de Internalização e Divulgação da Política Ambiental nas Empresas Eletrobras que foi desenvolvido em conjunto por três Grupos de Trabalho (Política Ambiental, Educação Ambiental e Comunicação Ambiental).

Além desse, no âmbito do SCMA, foram produzidos mais três documentos importantes: 1) Avaliação do Desempenho no Ano Base 2013 das Metas de Redução das Emissões de Gases Estufa das Empresas Eletrobras; 2) Diretrizes sobre Remanejamento de População Atingida por Empreendimentos Elétricos das Empresas Eletrobras; e 3) Implicações do Novo Código Florestal nas atividades de geração das Empresas Eletrobras, cujos conteúdos são suscintamente descritos a seguir:

Em 2013, de acordo com compromissos assumidos pela Eletrobras para o enfrentamento das mudanças climáticas, foram institucionalizadas metas de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) pelas empresas que compõem o Inventário de GEE das Empresas Eletrobras.

No que tange à Comissão de Reassentamento Involuntário foi aprovado as "Diretrizes de Remanejamento de População Atingida por empreendimentos elétricos das Empresas Eletrobras". Este trabalho foi motivado pela promulgação, em 2010, do Decreto nº 7.342 que instituiu o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica e criou o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, sob coordenação do Ministério de Minas e Energia.

Quanto ao terceiro documento acima citado, o objetivo principal do relatório "Implicações do Novo Código Florestal nas atividades de geração das Empresas Eletrobras" foi identificar os efeitos da implantação da Lei Federal nº 12.651/2012, que instituiu o novo Código Florestal, nas atividades da Companhia, em especial na geração hidrelétrica e nas questões relativas à gestão de bordas dos reservatórios.

Ainda em 2014, foi realizada a atualização do acervo de "Melhores Práticas" das Empresas Eletrobras, ou seja, foram revisadas as ações voltadas para melhorar a gestão das questões socioambientais.

A Eletrobras *holding* coordena o desenvolvimento, a implantação e a manutenção do Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial – IGS nas Empresas Eletrobras. Em 2014, aplicou aproximadamente R$ 844 mil em pesquisa e no desenvolvimento do Sistema IGS e em treinamentos que contribuem à melhoria da gestão ambiental.

O IGS é uma importante ferramenta estratégica, em contínuo desenvolvimento, que compila informações sobre o desempenho da Companhia em temas como energia, água, biodiversidade, resíduos, conformidade legal, etc. Além da dimensão ambiental, já implantada desde 2010 em todas as Empresas Eletrobras, o Sistema IGS está sendo expandido para atender a várias áreas que se relacionam com a sustentabilidade empresarial, como, por exemplo, as áreas de responsabilidade social, governança e financeira.

Em 2014, foi incorporado ao Sistema IGS o Módulo "Áreas Protegidas", em que as Empresas Eletrobras informam as ações e os recursos destinados ao apoio de áreas de proteção ambiental em todo o país. Os indicadores de biodiversidade do Sistema IGS são importantes para evidenciar as ações de proteção a biodiversidade desenvolvidas pelas empresas e orientar a melhoria da gestão.

Mudanças Climáticas:

Além da elaboração anual do Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) das Empresas Eletrobras, que ocorre desde 2009, e do seu comprometimento com as mudanças climáticas expresso na Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas, publicada em 2012, a Eletrobras também estabeleceu, por meio de um esforço conjunto com suas controladas, metas de redução das emissões de gases de efeito estufa para a frota veicular própria e para o consumo de energia elétrica. As metas projetam a redução da emissão de GEE para o ano de 2015, tendo como referencial as emissões do ano base 2012.

Em função do maior despacho de usinas termelétricas determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, em razão da crise hídrica, as emissões de gases estufa das Empresas Eletrobras têm aumentado. O Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa das Empresas Eletrobras que indicou, em 2014, um total aproximado de 14 milhões de tCO_2 de emissões de GEE, em fase de asseguração da KPMG e com previsão de conclusão para abril de 2015, evidencia que, em 2014, houve tendência a um pequeno aumento de 0,4% nas emissões de GEE nos escopos 1 e 2, seguindo a trajetória dos últimos três anos.

Biodiversidade:

Considerando que as questões ambientais estão diretamente relacionadas à natureza dos negócios das Empresas Eletrobras, a gestão e minimização dos impactos sobre a biodiversidade é uma diretriz estratégica que deve ser seguida desde o planejamento até a operação dos seus empreendimentos.

As empresas Eletrobras desenvolvem ações de recuperação e proteção da biodiversidade em concordância com os princípios e diretrizes da Política Ambiental da Eletrobras.

Visando explorar racionalmente os recursos energéticos, mantendo o equilíbrio com o meio ambiente, os aspectos de engenharia e os aspectos socioambientais são considerados em todas as fases dos empreendimentos, sempre atendendo aos princípios da sustentabilidade. Preconiza-se a manutenção de um processo sistemático e contínuo de melhoria nas práticas de gestão, pautado em conformidade com as políticas públicas e com os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Critérios de avaliação ambiental prévia na concessão de empréstimos para a realização dos empreendimentos:

A gestão do meio ambiente avalia do ponto de vista técnico e orçamentário toda a documentação ambiental associada a empreendimentos setoriais de interesse da Eletrobras, em particular daqueles a serem financiados com recursos ordinários ou de fundos setoriais sob gestão da empresa, seguindo os seguintes critérios:

- Verificação do atendimento aos termos de referência específicos para o desenvolvimento dos estudos ambientais;
- Análise técnica dos estudos ambientais;
- Análise dos custos ambientais associados às ações e programas ambientais previstos; e
- Análise de conformidade do processo de licenciamento ambiental, quando já em curso.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

No que tange aos empreendimentos, a Companhia julga necessária, desde as fases iniciais de planejamento, a realização de reuniões de esclarecimento e a construção de canais de comunicação com os diversos grupos sociais afetados. Tanto nos Estudos de Impacto Ambiental, quanto na elaboração dos programas ambientais na fase de Projeto Básico, as comunidades são convidadas e estimuladas a participar dos fóruns de discussão sobre o projeto, seus impactos e expor suas expectativas.

A realização de estudos ambientais relacionados às diversas etapas de planejamento e implantação pode revelar conflitos e questões que levem à própria revisão do arranjo do projeto com o objetivo de minimizar/mitigar impactos, tais como o deslocamento de população. O Princípio "Relacionamento com a Sociedade" da Política Ambiental da Eletrobras dispõe que o diálogo com os diversos agentes sociais deve ocorrer desde o início do planejamento dos empreendimentos, identificando-se as expectativas e necessidades. Também estabelece que se implementem processos de comunicação com linguagem adequada aos públicos a que se destinam e processos contínuos de comunicação e esclarecimento sobre questões relacionadas à energia elétrica e às ações socioambientais.

No âmbito dos Planos de Comunicação Social, inclusive aqueles relacionados ao Cadastro Socioeconômico, são previstas ações que incluem a instalação de escritórios locais proporcionando que o acesso e a troca de informações com a comunidade aconteça antes da realização das audiências públicas previstas na legislação. Para a divulgação de informações sobre os empreendimentos são usados os veículos locais de comunicação como jornais e rádios, reuniões com a comunidade e sítios das empresas na Internet. Nos projetos do rio Uruguai, foram realizadas cerca de 40 reuniões nas margens brasileira e argentina. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) é disponibilizado ao público em locais de fácil acesso como bibliotecas municipais e prefeituras.

Principais riscos ambientais nos segmentos de atuação da Eletrobras:

Os principais riscos para o negócio da Eletrobras são os riscos físicos e os riscos regulatórios. Os primeiros são associados a eventos extremos – enchentes, secas, vendavais, alto nível ceráunico e outros – que notadamente vêm se intensificando nos últimos anos. As mudanças climáticas, em curso, já afetam os padrões conhecidos e estabelecidos como parâmetros para os projetos de engenharia e para a capacidade de geração e transmissão de energia elétrica.

A previsão das vazões nas bacias onde são instaladas usinas hidrelétricas é determinante para o cálculo da energia a ser gerada. Mesmo com algumas usinas termelétricas, incluídas as centrais nucleares de Angra, a Eletrobras concentra seu negócio em geração hidrelétrica e na transmissão da energia gerada. Assim, a empresa está exposta aos riscos decorrentes das mudanças climáticas.

Quanto ao risco regulatório, nos últimos anos, no que concerne ao licenciamento ambiental dos projetos sob sua responsabilidade direta (Belo Monte e Tapajós), a Eletrobras vem trabalhando em consonância com as normas do IBAMA, tendo ao longo da última década estabelecido um relacionamento de respeito e confiança com essa instituição.

Para mais detalhes sobre os riscos ambientais, vide Formulário 20-F e Formulário de Referência, arquivados na SEC e CVM, respectivamente, e disponíveis para *download* na seção "Informações Financeiras >> Demonstrações Financeiras" do site de Relações com Investidores da Eletrobras, em www.eletrobras.com/elb/ri/demonstracoesfinanceiras.

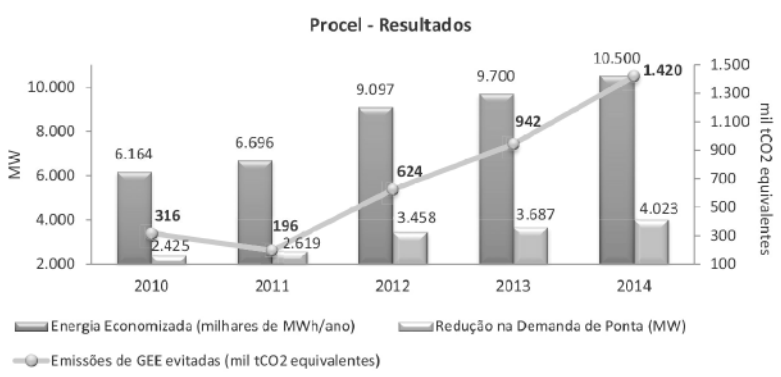
Em 2014, a Eletrobras se empenhou na continuação do processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos AIIEs São Luiz do Tapajós e Jatobá, no rio Tapajós, e Garabi e Panambi, no rio Uruguai.

10. Gestão de Programas de Governo

10.1. Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("Procel")

Os benefícios gerados pelo Programa podem ser contabilizados tanto pela economia de energia quanto pelos investimentos postergados na expansão do setor que se revertem em benefícios para a sociedade. Em 2014, o Procel contribuiu, principalmente por meio do Selo Procel, para uma economia de mais de 10,5 milhões de megawatts-hora (MWh), evitando a emissão de 1,42 milhão de tCO2eq. Dessa forma, as emissões de gases de efeito estufa – GEE evitadas pelas ações do Procel, em 2014, equivalem à quantidade liberada por 483 mil veículos em um ano.

Procel - Resultados



O Procel atua em todo Brasil através de programas setoriais nas áreas de educação e disseminação de informação, edificações, saneamento ambiental, gestão energética municipal, iluminação pública e indústria. Dentre as realizações do Programa em 2014, destacam-se: (i) o início da concessão do Selo Procel aos fornos de micro-ondas e às lâmpadas LED dos tipos bulbo e tubular, aumentando o portfólio do subprograma para 39 categorias de produtos; (ii) lançamento do Selo Procel de Economia de Energia para Edificações e concessão de 09 certificações para edificações construídas e 07 certificações na etapa de projeto; e (iii) economia de energia elétrica de 9,45 milhões de kWh e redução de demanda totais em 2,16 mil kW, decorrentes das ações em iluminação pública.

Na vertente de novos negócios foram desenvolvidas as seguintes atividades: (i) elaborado o Plano de Negócios de Eficiência Energética 2014-2018 e iniciados os procedimentos para formação de parcerias visando ao estabelecimento de Sociedades de Propósito Específico que ficará responsável por prestar serviços na área de eficiência energética; (ii) a formação de uma SPE para projetos de eficiência energética em iluminação pública; (iii) prospecção de clientes ou parceiros para serviços de eficiência energética; e (iv) uma consultoria técnica em uma indústria eletrointensiva no Pará.

10.2. Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica ("Luz para Todos")

O Programa Luz Para Todos tem como objetivo propiciar, até o ano de 2018, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

Os recursos necessários ao desenvolvimento do Programa vêm do Governo Federal a título de subvenção por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a título de financiamento, por meio da Reserva Global de Reversão (RGR) ou da Caixa Econômica Federal, além de recursos dos governos estaduais envolvidos e dos Agentes Executores. Até o final do ano de 2014, esses recursos totalizaram R$ 22,22 bilhões, sendo R$ 16,09 bilhões (72%) referentes aos recursos setoriais administrados pela Eletrobras.

No ano de 2014, foram realizadas 90.568 ligações no âmbito do Programa, acumulando um montante de 3.200.410 ligações efetuadas desde 2004, o que corresponde a mais de 15,4 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro. Com relação às metas assumidas para o final de 2014, foram realizados 95% da meta global de 3.370.475 ligações, computados os compromissos dos executores com a Eletrobras e com os governos estaduais.

Considerando apenas os compromissos com a Eletrobras, ou seja, os contratos que a companhia é gestora, foram cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa Luz Para Todos 16.621 projetos no ano de 2014, totalizando 506.989 projetos desde 2004. Este total de obras resultou no atendimento de 2.690.303 ligações, o que corresponde a 91% do total de ligações contratadas entre os Agentes Executores e a Eletrobras, assim como: (i) a realização de ligações de unidades consumidoras no meio rural em 5.431 municípios brasileiros; (ii) a construção de 690.034 km de redes elétricas de alta e baixa tensão; (iii) a implantação de 7,17 milhões de postes; (iv) a instalação de 1,03 milhão de transformadores; e (v) a implantação de 2.258 sistemas fotovoltaicos.

Em 2014, foi liberado R$ 0,63 bilhão originado de recursos da CDE. Desde 2004, já foi liberado um montante de R$ 13,24 bilhões (recursos da CDE e da RGR), de um total contratado de R$ 16,09 bilhões, ou seja, 82% do total de recursos contratados.

A seguir, são apresentados os montantes de recursos contratados e liberados de 2004 a 2014, distribuídos por região:

Região	Recursos Setoriais até 31/12/2014 (R$ milhões)					
	Contratados			Liberados		
	CDE	RGR	CDE+RGR	CDE	RGR	CDE+RGR
Norte	3.940,68	318,29	4.258,97	3.025,40	284,30	3.309,70
Nordeste	6.565,21	942,14	7.507,35	5.511,38	837,42	6.348,80
Centro-Oeste	846,80	589,77	1.436,57	717,00	526,96	1.243,96
Sudeste	858,13	1.174,51	2.032,64	736,43	942,98	1.679,41
Sul	340,58	511,90	852,48	274,66	387,26	661,92
Brasil	**12.551,40**	**3.536,61**	**16.088,01**	**10.264,87**	**2.978,92**	**13.243,79**

A seguir, são apresentadas as quantidades de ligações contratadas e cadastradas no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa Luz Para Todos (Programas de Obras) acrescidas das ligações de Projetos Especiais comprovadas fisicamente pela Eletrobras até 31/12/2014, distribuídas por região:

Região	Números de Ligações até 31/12/2014	
	Contratadas entre os Agentes Executores* e a Eletrobras	Cadastradas no Sistema LPT + Comprovadas fisicamente nos Projetos Especiais
Norte	626.281	499.865
Nordeste	1.504.787	1.392.943
Centro-Oeste	209.568	193.233
Sudeste	429.048	423.351
Sul	180.783	181.239
Brasil	**2.950.467**	**2.690.631**

* Os Agentes Executores são as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica e as cooperativas de eletrificação rural.

Ainda no âmbito do Programa, a Eletrobras, no período 2010 a 2012, firmou com os Agentes Executores 18 contratos relacionados a Projetos Especiais, com base na Portaria nº 60, de 12.02.2009, do MME, com recursos originados da CDE, no montante de R$ 7,61 milhões, visando o atendimento de 377 unidades consumidoras em localidades de extremo isolamento utilizando Fontes Renováveis de Energia. Deste montante, até o final do ano de 2014, foi comprovada a ligação de 328 unidades consumidoras, por meio de inspeções físicas.

10.3. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("Proinfa")

O PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica foi criado em 26 de abril de 2002 pela Lei nº 10.438, e regulamentado através dos Decretos nº 5.025/04 e 5.882/08, iniciando o processo de sua implantação em 2004.

O programa tem cumprido seu objetivo de promover a diversificação da matriz elétrica brasileira a partir do aumento da participação de empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e Biomassa. À Eletrobras, foi assegurado o direito à compra e comercialização da energia contratada das usinas do PROINFA pelo período de 20 anos a partir da data de entrada em operação comercial dos empreendimentos.

Até 31 de dezembro de 2014, um total de 131 novos empreendimentos, divididos em 60 PCHs (1.159,24 MW), 52 eólicas (1.282,52 MW) e 19 térmicas a biomassa (533,34 MW), foi adicionado à matriz elétrica brasileira pelo PROINFA, totalizando uma capacidade instalada de 2.975,10 MW.

Desde a entrada em operação do primeiro empreendimento em fevereiro de 2006 até o final de 2014, a contribuição do PROINFA para o sistema em termos de volume de energia gerada foi de aproximadamente 67 milhões MWh.

11. Fundos Setoriais

11.1. Reserva Global de Reversão ("RGR")

A Reserva Global de Reversão – RGR foi criada pela Lei nº 5.655/1971 com a finalidade de prover recursos para os casos de reversão e encampação dos serviços de energia elétrica. Os recursos, enquanto não utilizados para os fins a que se destinam, poderiam ser aplicados na concessão de financiamentos destinados a expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do governo federal.

A Lei nº 12.783/2013 estabeleceu ainda que os recursos da RGR poderiam ser utilizados para indenização, total ou parcial, das parcelas de investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados.

Além disso, a partir da Lei nº 12.783/2013, ficaram desobrigadas do recolhimento da quota anual da RGR: (i) as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e (iii) as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica, prorrogadas ou licitadas nos termos da mencionada lei.

Assim, com o pagamento das indenizações referentes às concessões renovadas a luz da Lei nº 12.783/2013 e a desobrigação de recolhimento, a disponibilidade de recursos na conta RGR foi reduzida.

Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, a Eletrobras aplicou, no exercício financeiro de 2014, o montante de R$ 3.866 milhões, dos quais R$ 3.838 milhões foram referente às indenizações previstas na Lei nº 12.783/2013 e R$ 28 milhões referente a outras finalidades autorizadas pela legislação em vigor.

A movimentação referente aos ingressos e as aplicações desses recursos, ocorrida durante o ano de 2014, está apresentada nos quadros a seguir:

Movimentação Conta RGR	(R$ milhões)
Ingressos:	**3.983**
Arrecadação de Quotas	919
Amortização de Empréstimos	1.288
Transferência do Fundo CDE	1.518
Outros	258
Aplicações:	**3.866**
Financiamentos	-
Indenizações	3.838
Outros	28

11.2. Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE")

A Conta de Desenvolvimento Energético – "CDE" foi criada pela Lei nº 10.438/2002 com o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

Para compensar as concessionárias de energia elétrica pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda foi criada uma subvenção econômica, com recursos da CDE.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Além disso, a Lei nº 12.783/2013 trouxe novos objetivos para a CDE, autorizando que os recursos da referida conta fossem transferidos à Reserva Global de Reversão RGR e à Conta de Consumo de Combustível CCC, para cumprimento de suas finalidades legais, e também ser destinados a programas de desenvolvimento e qualificação de mão de obra técnica no segmento de instalação de equipamentos de energia fotovoltaica.

Em 2014, foram liberados, a título de subvenção econômica, R$ 7.531 milhões, dos quais R$ 2.232 milhões para Subvenção Baixa Renda, R$ 2.086 milhões para Subsídios Tarifários e R$ 1.495 milhões para repasse a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, Custos Termelétricas. Abaixo demonstramos a movimentação financeira da CDE em 2014:

Movimentação Conta CDE	(R$ milhões)
Ingressos: CDE + UBP + Multas Aneel	**12.294**
Arrecadação de Quotas	2.012
Crédito Transferido do Tesouro Nacional	9.208
Outras Fontes	1.074
Aplicações:	**12.178**
Subvenção Luz para Todos	632
Subvenção Baixa Renda	2.232
Subvenção CVA	105
Subsídios Tarifários	2.086
Subvenção Equalização da Redução Tarifária	188
Repasse CCEE (Custos Termelétricas)	1.495
Carvão Mineral	793
Transferência de Recursos para o Fundo CCC	3.101
Transferência de Recursos para o Fundo RGR	1.518
Outras Aplicações	28

11.3. Fundo Setorial da Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC")

O Fundo Setorial da Conta de Consumo de Combustíveis é um dos fundos setoriais administrados pela Eletrobras por determinação do Ministério de Minas e Energia. Possui, como finalidade básica, a liberação de subsídios aos Agentes que atuam nas regiões eletricamente não integradas ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Essas áreas, chamadas de Sistemas Isolados, estão localizadas em sua imensa maioria na região norte do país, restando ainda poucas áreas isoladas no estado do Mato Grosso e na ilha de Fernando de Noronha, no oceano Atlântico.

Os subsídios correspondem a parte do custo total de geração, composto por todos os insumos da cadeia de produção e compra de energia elétrica para o atendimento ao mercado de cada agente. Também são cobertos pela CCC, os empreendimentos que diminuem o custo e ou a utilização de combustível fóssil para a geração de energia elétrica, tais como Linhas de Transmissão, Pequenas Centrais Hidroelétricas, Eficientização de Máquinas e também a utilização de fontes não convencionais para a geração de energia.

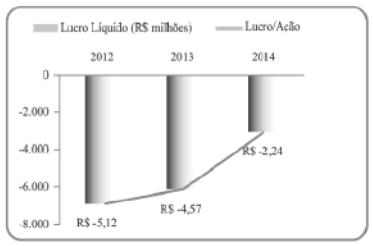
Desde a publicação da Lei nº 12.783/2013, a fonte de recursos para atender às finalidades da CCC é o governo federal, através do tesouro nacional, que aporta os valores necessários no Fundo Setorial da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, e desta são transferidos os montantes necessários para o Fundo CCC. Não há mais cobrança de quotas mensais para o Fundo CCC pagas pelos agentes de distribuição, transmissão e permissionários.

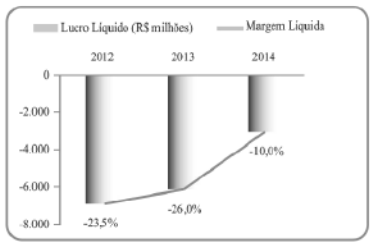
No entanto, existem ainda recursos provenientes de quotas não recolhidas à época pelos agentes quotistas, parcelamentos de débitos pactuados entre a Eletrobras e agentes que contraíram débitos por não recolhimento de suas quotas e, por fim, valores resultantes de aplicações financeiras. Em 2014, foram feitos repasses da ordem de R$ 3.401 milhões, sendo R$ 3.046 milhões para Custo Total de Geração e o restante, R$ 355 milhões, para as sub-rogações. Abaixo demonstramos a movimentação financeira da CCC em 2014:

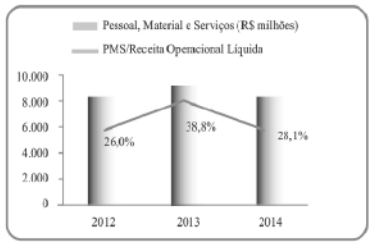
Movimentação	(R$ milhões)
Ingressos:	**3.434**
Arrecadação de quotas	03
Parcelamento	328
Rendimento de Aplicações Financeiras	02
Transferência do Fundo CDE	3.101
Outras Fontes	-

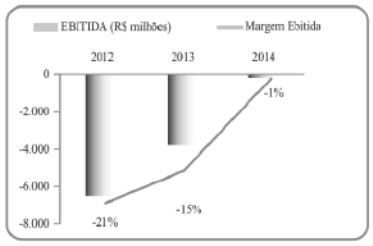
Movimentação	(R$ milhões)
Aplicações:	**3.401**
Custo Total de Geração	3.046
Sub-rogações	355
Outras Aplicações	-

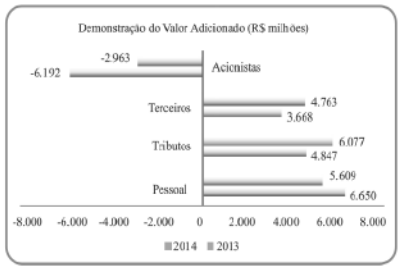
12. Desempenho Econômico e Financeiro Consolidado











A tabela a seguir apresenta o lucro/prejuízo por segmento de negócio para os anos de 2014 e 2013. A coluna "Eliminações" refere-se às operações realizadas entre as Empresas Eletrobras e que são subtraídas na apuração do lucro/prejuízo consolidado da Eletrobras.

Resultado por Segmento de Negócio (R$ milhões)

Resultados	Administração	Geração		Transmissão		Distribuição	Eliminações	Total em 31/12/2014
		Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M			
Receita Operacional Líquida	82	18.373	1.555	1.998	2.979	6.664	**-1.407**	**30.245**
Custos e Despesas Operacionais	6.075	-14.138	-1.756	-1.912	-2.792	-6.457	**2.143**	**-30.985**
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	-5.993	4.236	-200	87	188	208	**736**	**-740**
Resultado Financeiro	2.463	-1.214	420	-271	-30	-662	**-12**	**695**
Resultado de Participações Societárias	-1.484	-	-	-	-	-	**268**	**-1.217**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-242	-2.690	-1.309	3.422	-904	22	-	**-1.701**
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-5.256	331	-1.089	3.239	-746	-432	**991**	**-2.963**

Resultado por Segmento de Negócio (R$ milhões)

Resultados	Administração	Geração		Transmissão		Distribuição	Eliminações	Total em 31/12/2013
		Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M			
Receita Operacional Líquida	72	14.634	2.055	1.349	2.854	4.499	**-1.627**	**23.836**
Custos e Despesas Operacionais	-7.161	-11.407	-2.041	-2.485	-3.915	-6.621	**4.416**	**-29.215**
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	-7.089	3.227	14	-1.136	-1.061	-2.123	**2.789**	**-5.379**
Resultado Financeiro	2.126	-1.356	218	-292	-89	-283	**52**	**377**
Resultado de Participações Societárias	-520	-	-	-	-	-	**698**	**178**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.326	-242	-205	194	212	-416	-	**-1.367**
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-6.810	1.629	26	-1.234	-937	-2.406	**3.539**	**-6.192**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

12.1. Destaques do Resultado Consolidado

- Receita Operacional Líquida de R$ 30.245 milhões em 2014, ante R$ 23.836 milhões em 2013.
- Despesas de Pessoal no montante de R$ 5.532 milhões em 2014, frente a despesas de R$ 6.650 milhões em 2013 (despesa total de R$ 5.609 milhões em 2014 quando considerada a Celg-D).
- Provisões Operacionais Líquidas no montante de R$ 1.862 milhões em 2014, frente a um montante de provisões de R$ 3.258 milhões em 2013.
- Baixa de Crédito Fiscal e Tributário no montante líquido de R$ 1.701 milhões em 2014.
- Resultado Líquido da Variação Cambial positivo da ordem de R$ 296 milhões em 2014 e de R$ 539 milhões em 2013.
- Ebitda Consolidado negativo em R$ 179 milhões em 2014, frente a um EBITDA negativo de R$ 3.689 milhões em 2013.
- Ebitda das empresas controladas de R$ 3.688 milhões.
- Prejuízo Líquido de R$ 2.963 milhões em 2014, ante um prejuízo de R$ 6.187 milhões em 2013.

12.2. Resultado 2014 x 2013

Conforme mencionado anteriormente na seção referente aos eventos societários, a Eletrobras adquiriu 50,93% das ações ordinárias da distribuidora Celg-D. Desde 26 de setembro de 2014, quando os acionistas da Eletrobras aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, a aquisição do referido controle acionário, a Celg-D aparece consolidada nos Relatórios Contábeis Financeiros da Eletrobras, porque, para efeitos contábeis, a data efetiva da combinação de negócios coincide com a data do 3º ITR de 2014. No entanto, destacamos que, para efeito de comparabilidade, nos dados consolidados da Eletrobras referentes ao ano de 2013 não se considera os dados da Celg-D.

No ano de 2014, a Eletrobras apresentou um prejuízo líquido de R$ 3.031 milhões, comparado a um prejuízo de R$ 6.187 milhões em 2013. Esse resultado, ainda refletindo as novas tarifas de geração e transmissão dos ativos cujas concessões foram renovadas nos termos da Lei nº 12.783/13 foi decisivamente influenciado por diversas variáveis, destacadas a seguir:

• De forma positiva: (i) aumento de 50,9% na receita de suprimento no segmento de geração; (ii) queda de 16,8% nos custos com pessoal (15,7% quando incluídos os custos com pessoal da Celg-D, que incidem apenas sobre os custos de 2014); (iii) reversão de provisões de contratos onerosos no montante de R$ 1.800 milhões, relativas, principalmente, a reversão nos contratos de Jirau (R$ 712 milhões) e Itaparica (R$ 863 milhões); (iv) reversão de provisão para ativo financeiro no valor de R$ 792 milhões referentes aos investimentos feitos nos empreendimentos que tiveram as concessões renovadas, mais o estorno de despesas relativas a esses investimentos no valor de R$ 408 milhões; e (v) efeito positivo relacionado à Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA no valor de R$ 740 milhões; (vi) reversão de provisão para perdas em investimentos no montante de R$ 314 milhões (referentes, principalmente, as participações na CEMAT); e

• De forma negativa: (i) energia comprada para revenda no montante de R$ 9.913 milhões, o que representou um aumento de 79,7% (incluindo Celg-D, o montante é de R$ 10.425 milhões e a variação de 89,0%); (ii) provisão para contingências no valor de R$ 3.656 milhões (que se deve, principalmente, a provisão de R$ 2.235 milhões relativa aos empréstimos compulsórios); (iii) baixa de crédito tributário no montante líquido de R$ 1.701 milhões; e (iv) resultado líquido negativo das participações societárias de R$ 1.217 milhões, refletindo resultados negativos das participações em SPEs, com destaque para a SPE Madeira Energia S.A..

12.3. Receita Operacional

As Receitas de Geração apresentaram um aumento de 23,3%, passando de R$ 17.240 milhões em 2013 para R$ 21.256 milhões em 2014. Esse aumento foi influenciado, principalmente, pela venda de energia no mercado de curto prazo (CCEE), que passou de R$ 2.396 milhões em 2013 para R$ 3.818 milhões em 2014. O Repasse de Itaipu passou de uma receita líquida de R$ 68 milhões em 2013 para uma despesa líquida de R$ 98 milhões em 2014, principalmente em função da atualização monetária calculada com base nos índices de preços americanos *Commercial Price* e *Industrial Goods*. A Receita de Construção apresentou uma queda de 67,4%, passando de R$ 737 milhões em 2013 para R$ 240 milhões em 2014, e tem valor equivalente contabilizado como custo de construção.

As Receitas de Transmissão apresentaram um aumento de 4,4%, passando de R$ 4.505 milhões em 2013 para R$ 4.702 milhões em 2014 influenciadas, principalmente, pela entrada em operação de novos projetos e influenciada pelo efeito da consolidação. Em 2014, a receita de construção foi de R$ 1.786 milhões, o que representa uma redução em 0,6% frente a 2013, e tem valor equivalente contabilizado como custo de construção.

As Receitas do segmento de Distribuição apresentaram um aumento de 52,0%, passando de R$ 5.433 milhões em 2013 para R$ 8.222 milhões em 2014, influenciadas pelo crescimento da receita de fornecimento. O Fornecimento de Energia apresentou aumento de 67,2%, passando de R$ 4.419 milhões em 2013 para R$ 7.349 milhões em 2014. Dois aspectos influenciaram sobremaneira a rubrica fornecimento de energia do segmento de distribuição em 2014. O primeiro deles refere-se ao efeito relacionado à Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA. O segundo diz respeito ao incremento de receita oriunda da consolidação da Celg-D a partir do 4º trimestre de 2014, no valor de R$ 1.627 milhões. Desconsiderando a receita oriunda da CVA e a receita referente a Celg-D, a receita de fornecimento apresenta um crescimento de 7,7%. Para mais informações a respeito do reconhecimento da CVA e da operação de consolidação da Celg-D, consultar as Notas Explicativas 03 e 42 das Demonstrações Financeiras da Eletrobras 2014, respectivamente.

A quantidade de energia vendida passou de 16,1 TWh em 2013 para 17,1 TWh em 2014 (excluindo a energia vendida da Celg-D). A receita de construção tem valor equivalente contabilizado como custo de construção, apresentando uma redução de 13,8%, passando de R$ 1.014 milhões em 2013 para R$ 873 milhões em 2014, e tem valor equivalente contabilizado como custo de construção.

Receita Operacional Líquida	2014 (R$ milhões)	2013 (R$ milhões)
a) Geração		
Venda de Energia	19.310	14.237
Receita de operação e manutenção	1.803	2.198
Receita de construção	240	737
Ativo Financeiro/Repasse Itaipu Binacional	-98	68
b) Transmissão		
Receita de construção	1.786	1.797
Receita de operação e manutenção	2.201	2.156
Atualização de Taxas de retorno – Transmissão	714	552
c) Distribuição		
Fornecimento e Suprimento	7.349	4.419
Receita de construção	873	1.014
Outras Receitas	1.446	1.008
Total	**35.626**	**28.186**
Deduções a Receita Operacional		
Encargos setoriais	-1.005	-870
ICMS	-1.684	-1.231
PASEP e COFINS	-2.686	-2.239
Outras deduções	-07	-11
Total de Deduções	**-5.381**	**-4.351**
Receita Operacional Líquida	**30.245**	**23.835**

12.4. Custos Gerenciáveis

Em 2014, a soma das contas de Pessoal, Material e Serviço (PMS) apresentou uma redução de 10,4%, passando de R$ 9.245 milhões em 2013 para R$ 8.279 milhões em 2014 (8,2% quando incluídos os custos da Celg-D, que incidem apenas sobre o ano de 2014). Houve uma redução da conta de Pessoal de 16,8%, passando de R$ 6.650 milhões em 2013 para R$ 5.532 milhões, devido, principalmente, aos efeitos do Plano de Incentivo ao Desligamento (PID) realizado em 2013. A conta de material sofreu um aumento de 3,8% e a conta de serviços cresceu 6,1% (as contas de pessoal, material e serviços apresentaram, respectivamente, decrescimento de 15,7%, crescimento de 5,0% e 11,6% quando considerados os custos da Celg-D).

As provisões operacionais passaram de uma despesa de R$ 3.258 milhões em 2013 para uma despesa de R$ 1.862 milhões em 2014 influenciada, principalmente, pelo registro de provisões para contingências no valor de R$ 3.656 milhões, sendo R$ 2.235 milhões relativas ao empréstimo compulsório; pelo *impairment* de R$ 149 milhões; e pela provisão para ajuste a valor de mercado de R$ 111 milhões em 2014, especialmente relativas à participação acionária Cesp. A consolidação dos dados da Celg-D impactou as provisões operacionais da Eletrobras em cerca de R$ 113 milhões em 2014. O resultado de provisões foi parcialmente compensado pela reversão de contratos onerosos no montante de R$ 1.800 milhões; também pela reversão da provisão para perda de ativo financeiro no valor de R$ 792 milhões (relativos aos reinvestimentos realizados nas concessões renovadas à luz da Lei nº 12.783/2013); pela reversão de provisão para perdas em investimentos no montante de R$ 314 milhões e pela reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de financiamentos e empréstimos no valor de R$ 269 milhões referentes, principalmente, à Cemat e à Celtins.

12.5. Custos Não Gerenciáveis

A energia elétrica comprada para revenda apresentou um aumento de 79,7%, passando de R$ 5.515 milhões em 2013 para R$ 9.913 milhões em 2014. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pela compra de energia no mercado de curto prazo devido à ocorrência de GSF (*Generating Scale Factor*[1] fator de ajuste de energia) no período, compensado, em parte, pela redução da compra de energia pela Empresa Distribuidora Amazonas Energia. Ao incluirmos os dispêndios da Celg-D com a compra de energia, esse incremento seria de 89,0% e o montante de R$ 10.425 em 2014.

Na conta de Combustível para produção de energia elétrica foi apurada uma redução de 0,9%. Em 2013, foi registrada uma despesa líquida de R$ 1.492 milhões, enquanto que em 2014 foi registrada uma despesa líquida de R$ 1.480 milhões, devido, principalmente, à pequena diminuição no despacho de geração térmica.

[1] *Há ocorrência do GSF quando o Operador Nacional do Sistema Elétrico reduz a garantia física do conjunto das usinas hidrelétricas que fazem parte do Mercado de Realocação de Energia - MRE, acarretando em uma maior necessidade de compra de energia pelos seus participantes na proporção de sua garantia física. Isto ocorre quando há maior despacho das usinas termoelétricas e menor geração das usinas hidrelétricas.*

12.6. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro líquido passou de uma receita líquida de R$ 377 milhões em 2013, para uma receita líquida de R$ 695 milhões em 2014, o que representa uma variação positiva de 84,7%. Destaque para o registro dos efeitos do derivativo embutido, relativo ao contrato de venda de energia da Eletronorte para empresas produtoras de alumínio, com um efeito positivo da ordem de R$ 383 milhões em 2014 e um efeito negativo da ordem de R$ 239 milhões em 2013.

12.7. Participações Societárias

A Participação Societária registrou uma redução de 784,5%, passando de uma receita líquida R$ 178 milhões em 2013 para uma despesa líquida R$ 1.217 milhões em 2014. Essa variação foi ocasionada, principalmente, pela variação na equivalência patrimonial dos investimentos em empresas coligadas, principalmente, o resultado negativo da SPE Madeira Energia S.A. (UHE Santo Antônio).

12.8. Resultado

Lucro Líquido (R$ milhões)	2014	2013
Receita Operacional Líquida	**30.245**	**23.836**
Custos Operacionais		
Energia Comprada para Revenda	-10.425	-5.515
Uso da rede elétrica	-1.523	-1.555
Combustível para produção de energia elétrica	-1.480	-1.492
Construção	-2.900	-3.548
Resultado Bruto	**13.917**	**11.725**
Despesas Operacionais		
Pessoal, Material e Serviços	-8.485	-9.245
Remuneração e Ressarcimento	-387	-406
Depreciação e amortização	-1.777	-1.512
Outras despesas	-2.146	-2.683
	1.122	**-2.121**
Participações societárias	-1.217	178
Provisões operacionais	-1.862	-3.258
	-1.957	**-5.201**
Receita de juros e aplicações financeiras	2.092	1.703
Atualização monetária	346	455
Variação cambial	296	539
Encargos da dívida	-3.365	-2.031
Encargos de recursos de acionistas	-87	-190
Outros resultados financeiros	1.413	-98
	-1.262	**-4.825**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.701	-1.367
Resultado do período	**-2.963**	**-6.192**
Participação atribuída aos não controladores	68	-5
Resultado Consolidado	**-3.031**	**-6.187**

12.9. Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)

Ebitda Consolidado (R$ milhões)	2014	2013
Resultado do Exercício	-2.963	-6.192
(+) Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	1.701	1.367
(+) Resultado Financeiro	-695	-377
(+) Amortização e Depreciação	1.777	1.512

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Empresas Eletrobras	EBITDA (R$ milhões)	
	2014	2013
Furnas	680	207
Chesf	116	-1.040
Eletronorte	1.255	2.240
Eletrosul	514	566
Eletronuclear	-534	-246
CGTEE	-142	-310
Subtotal	**1.889**	**1.417**
Distribuidoras	1.798	-1.507
Total	**3.688**	**-90**
(=) EBITDA	**-180**	**-3.689**

12.10. Análise do Resultado da Controladora

A Receita Operacional Líquida manteve-se no mesmo patamar do ano anterior, apresentando uma leve redução de 0,9%. Tendo ocorrido um maior dispêndio com a energia comprada para revenda, que passou de R$ 2.875 milhões em 2013 para R$ 3.007 milhões em 2014, o Resultado Bruto reduziu e ficou em R$ 191 milhões.

Em relação às Despesas Operacionais, houve significativa redução de 19,7% das provisões operacionais, que passaram de R$ 4.912 milhões em 2013 para R$ 3.944 milhões em 2014. Dentre os principais itens, destacam-se: (i) provisão para contingências no valor de R$ 3.390 milhões relativos aos empréstimos compulsórios; (ii) passivo a descoberto nas controladas, que passou de R$ 2.742 milhões em 2013 para R$ 832 milhões em 2014, uma variação de 71%; e (iii) reversão no valor de R$ 411 milhões relativos aos investimentos da Companhia nas empresas Cemat e EMAE. Consequentemente, o Resultado Operacional da Eletrobras antes do Resultado Financeiro passou de um prejuízo de R$ 6.204 milhões em 2013 para um prejuízo de R$ 5.182 milhões em 2014, uma melhora de aproximadamente 16%.

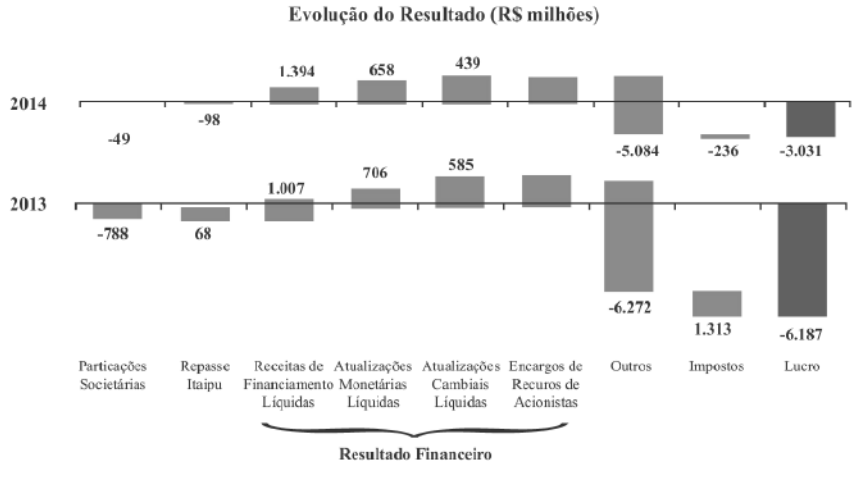
Em 2014, o Resultado Financeiro impactou de forma positiva o resultado da Controladora em cerca de R$ 2.436 milhões frente aos R$ 2.118 milhões de 2013. Essa variação é explicada, fundamentalmente, pela variação do dólar norte-americano e pelo aumento da receita com juros, comissões e taxas e receita de aplicações financeiras, conforme abaixo demonstrado:

Resultado Financeiro	2014 (R$ milhões)	2013 (R$ milhões)
Receitas Financeiras	**4.126**	**3.799**
Receitas de juros, comissões e taxas	2.411	2.033
Receita de aplicações financeiras	429	285
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	91	45
Atualizações monetárias	658	706
Variações cambiais	439	585
Outras receitas financeiras	99	146
Despesas Financeiras	**-1.690**	**-1.681**
Encargos de dívidas	-1.510	-1.048
Encargos sobre recursos de acionistas	-55	-180
Outras despesas financeiras	-125	-453
Total	**2.436**	**2.118**

O reconhecimento dos resultados obtidos pelas empresas investidas impactou de forma negativa o resultado da Companhia em R$ 43 milhões em 2014, decorrente da avaliação dos investimentos societários. Tal valor representou uma variação de 94,5% em relação ao montante negativo de R$ 788 milhões registrado em 2013, devido, principalmente, ao resultado da Equivalência Patrimonial das empresas controladas, conforme tabela a seguir:

Resultado de Participações Societárias (R$ milhões)	2014	2013
Investimentos em controladas		
Equivalência patrimonial	-267,6	-708,4
Investimentos em coligadas	-19,0	-263,4
Juros sobre o capital próprio	10,6	98,2
Equivalência patrimonial	8,4	-361,7
Outros investimentos	199,4	184,0
Juros sobre o capital próprio	20,0	14,3
Dividendos	98,5	101,3
Remuneração dos investimentos em parcerias	24,4	20,7
Rendimentos de capital (Itaipu)	56,4	47,7
Total	-49,3	-787,9

O gráfico a seguir apresenta um comparativo do resultado da Eletrobras *holding* nos anos de 2014 e 2013.



12.11. Remuneração aos Acionistas

A política de governança corporativa da Eletrobras, conforme expressa no parágrafo primeiro do Artigo 45 do Estatuto Social, assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei Federal nº 6.404/76.

Em conformidade com a Lei Federal nº 6.404/76, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).

A Eletrobras, nos últimos anos, efetuou o pagamento de remunerações, conforme previsto em seu Estatuto Social e na Lei Federal nº 6.404/76, de acordo com a tabela a seguir:

Tipo de Ação	Remuneração Global por Tipo/Classe de Ação (R$ milhões)				
	2014	2013	2012	2011	2010
Ações ordinárias	-	434,0	434,0	1.339,0	753,2
Ações preferenciais classe A	-	0,3	0,3	0,3	0,3
Ações preferenciais classe B	-	433,6	433,6	433,6	370,4
Total	**-**	**867,9**	**867,9**	**1.772,9**	**1.123,9**

Considerando que conforme apurado nas Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apurou prejuízo de R$ 3.031 milhões, não haverá lucro a distribuir. O resultado negativo, aprovada a proposta dos Administradores para destinação do resultado pela Assembleia Geral de Acionistas, a ocorrer em 30 de abril de 2015, deverá ser integralmente absorvido pelas reservas de lucros, nos termos do artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações.

12.12. Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado

Endividamento Consolidado (R$ bilhões)	Em 31 de dezembro de	
	2014	2013
Financiamentos a pagar sem RGR e sem Itaipu	32,1	24,3
(-) Caixa e Equivalente de caixa + Títulos e Valores Mobiliários	5,1	9,9
(-) Financiamentos a Receber sem RGR	9,2	12,1
(-) Ressarcimento (Itaipu)[1]	2,6	-
Dívida Líquida	**15,2**	**2,3**
Patrimônio Líquido	56,8	61,3
Alavancagem Líquida	**26,8%**	**3,8%**

[1] Desconsiderado este valor, a dívida líquida corresponderia a R$ 17,8 bilhões e a alavancagem líquida seria de 23,58%. Este valor corresponde ao montante a ser ressarcido à Eletrobras em virtude da aquisição e comercialização da totalidade dos recursos energéticos pertencentes ao Brasil, gerados por Itaipu Binacional, nos termos do Tratado celebrado em 26 de abril de 1973 entre Brasil e Paraguai.

12.13. Recursos Concedidos às Controladas

Foram liberados recursos para as controladas, incluindo AFAC ("Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital"), financiamentos e empréstimos, no valor total de R$ 6.271 milhões, o que representa um aumento de 144% em relação ao ano de 2013. Desse total, R$ 6.165 milhões com recursos ordinários da Eletrobras *holding* e R$ 106 milhões com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

O total liberado para as controladas de distribuição foi de R$ 3.459 milhões, sendo R$ 3.353 milhões de recursos ordinários da Eletrobras *holding* e R$ 106 milhões oriundos da CDE. A totalidade dos recursos ordinários concedidos às EDEs foram sob a forma empréstimos, financiamentos e subvenções.

Em relação às empresas de geração e transmissão de energia, foram destinados recursos da ordem de R$ 2.813 milhões, sendo R$ 14 milhões concedidos sob a forma de AFAC e os demais como empréstimos e financiamentos.

Do total liberado de R$ 6.271,2 milhões, R$ 425,8 milhões se refere a refinanciamento de dívida com as Empresas Eletrobras e R$ 1.803,2 milhões foram destinados para pagamento de saldo devedor dessas empresas junto à Eletrobras.

12.14. Empréstimo Compulsório

O empréstimo compulsório, instituído pela Lei nº 4.156/1962 com a finalidade de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi cobrado e recolhido de diversos tipos de consumidores em sua primeira fase, mas, com o advento do Decreto-Lei nº 1.512/1976, o tributo passou a ser cobrado e recolhido apenas dos consumidores industriais com consumo mensal superior a 2.000 kWh. Essas cobranças eram feitas por meio das faturas de energia elétrica emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica.

O montante anual dessas contribuições, a partir de 1977, passou a constituir crédito escritural, nominal e intransferível, sempre em 1º de janeiro do ano seguinte do recolhimento, identificado pelo Código de Identificação do Contribuinte do Empréstimo Compulsório (CICE).

Dando continuidade à política de atendimento aos acionistas oriundos da capitalização dos créditos do empréstimo compulsório, no exercício de 2014, a Eletrobras implantou no sistema escritural do Banco Bradesco S.A. o montante de 8.720.108 ações preferenciais da classe "B", que correspondiam, em 30/12/2014, avaliadas ao valor de mercado, a R$ 71,33 milhões, e enviou às empresas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, para repasse aos consumidores industriais, o montante de R$ 15,95 milhões, referente aos juros dos créditos do empréstimo compulsório.

Para mais informações a respeito do empréstimo compulsório da Eletrobras, ver seção 4.6 do Formulário de Referência da Companhia arquivado na Comissão de Valores Mobiliários, assim como disponibilizado no *website* de Relações com Investidores para *download na seção "Informações Financeiras >> Demonstrações Financeiras" do site de Relações com Investidores da Eletrobras, em* www.eletrobras.com/elb/ri/demonstracoesfinanceiras.

12.15. Política de *Hedge*

A Política de *Hedge* Financeiro da Eletrobras tem por objetivo perseguir a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem seus ativos e passivos, assim como de suas controladas. Com isso, a referida Política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade. Para maiores detalhes a respeito dos valores envolvidos nas operações realizadas pela Companhia, consultar as Demonstrações Financeiras da Eletrobras 2014.

13. Mercado de Capitais

A Eletrobras encerrou o ano de 2014 com uma base de 31.477 acionistas, sendo 97% residentes no Brasil e 3% não residentes, localizados em 31 países. A referida participação se dá através das ações negociadas na BM&FBOVESPA (ELET3 e ELET6), na *New York Stock Exchange* – NYSE (EBR e EBR-B), por meio do Programa ADR Nível II, e na Bolsa de Madrid (XELTO e XELTB), participando do Programa LATIBEX.

continua

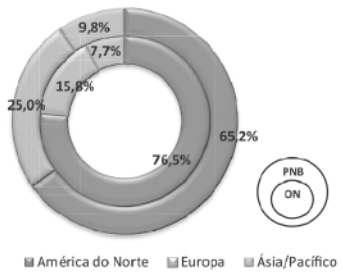
continuação

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2014, totalizava R$ 31.305 milhões, representado por 1.352.634.100 ações, sendo 1.087.050.297 ações ordinárias e 265.583.803 ações preferenciais. Durante o ano de 2014, não houve mudança na estrutura do capital social da Companhia. O Governo Federal, direta ou indiretamente, detém 65% do capital social e o *free float* é de 35% do capital total.

Acionistas	Ordinárias		Pref. Classe "A"		Pref. Classe "B"		Total	
Acionista Controlador	**834.301.050**	**76,75%**	**0**	**0,00%**	**45.705.317**	**17,22%**	**880.006.367**	**65,06%**
União Federal	554.395.652	51,00%	-	-	1.544	0,00%	554.397.196	40,99%
BNDESpar	141.757.951	13,04%	-	-	18.691.102	7,04%	160.449.053	11,86%
BNDES	74.545.264	6,86%	-	-	18.262.671	6,88%	92.807.935	6,86%
FND	45.621.589	4,20%	-	-	-	-	45.621.589	3,37%
FGHAB	1.000.000	0,09%	-	-	-	-	1.000.000	0,07%
FGEDUC	8.279.030	0,76%	-	-	-	-	8.279.030	0,61%
CEF	8.701.564	0,80%	-	-	-	-	8.701.564	0,64%
FGI	-	-	-	-	8.750.000	3,30%	8.750.000	0,65%
Acionista não controlador	**252.749.247**	**23,25%**	**146.920**	**100,00%**	**219.731.566**	**82,78%**	**472.627.733**	**34,94%**
Cust. CBLC	252.643.306	23,24%	86.122	58,62%	204.506.596	77,05%	457.236.024	33,80%
Residente	82.373.911	7,58%	86.121	58,62%	101.263.609	38,15%	183.723.641	13,58%
Não Residente	85.329.430	7,85%	1	0,00%	77.123.405	29,06%	162.452.836	12,01%
Programa Adr	84.939.965	7,81%	-	0,00%	26.119.582	9,84%	111.059.547	8,21%
Demais	105.941	0,01%	60.798	41,38%	15.224.970	5,74%	15.391.709	1,14%
Residente	77.866	0,01%	60.771	41,36%	15.220.968	5,73%	15.359.605	1,14%
Não Residente	28.075	0,00%	27	0,02%	4.002	0,00%	32.104	0,00%
Total	**1.087.050.297**	**100%**	**146.920**	**100%**	**265.436.883**	**100%**	**1.352.634.100**	**100%**

Acionistas não residentes

Em 31 de dezembro de 2014, a Eletrobras possuía 825 acionistas não residentes, que representavam 2,7% do total dos seus acionistas, localizados em 35 países. Os não residentes detinham 15,7% do total de ações ordinárias da Companhia e 38,9% do total de ações preferenciais. O gráfico abaixo mostra a distribuição geográfica das ações detidas por não residentes:



13.1. Análise das Ações da Eletrobras – BM&FBOVESPA (ELET3 e ELET6)

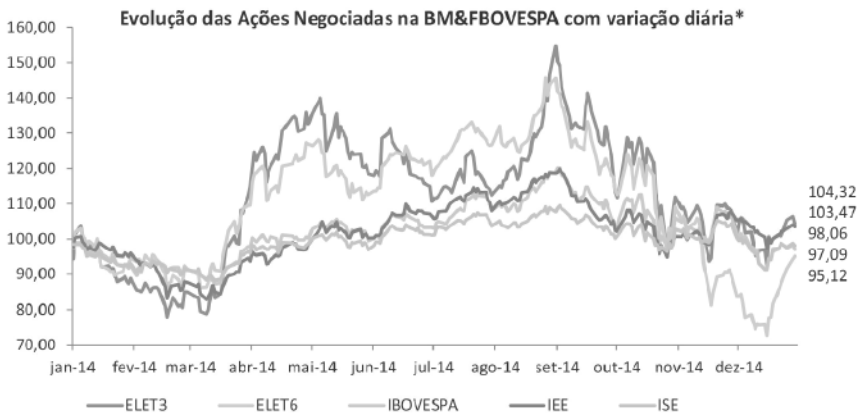
Ações ordinárias da Eletrobras – ELET3

As ações ordinárias (ELET3) apresentaram uma valorização de 4,3%, fechando o ano a R$ 5,80, considerando valores *ex-dividendo*. O volume de negociação médio diário foi de 2.605.788 ações.

Ações preferências da Eletrobras – ELET6

As ações preferenciais (ELET6) apresentaram uma desvalorização de 4,9%, fechando o ano a R$ 8,18, considerando valores *ex-dividendo*. O volume de negociação médio diário foi de 1.767.730 ações.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor de mercado da Companhia era de R$ 8.479 milhões.



*Número índice 30/12/2013 = 100 e valores *ex-dividendo*.

13.2. Programa de ADR Nível II – Bolsa de Valores de Nova Iorque (EBR e EBR-B)

Ações Ordinárias da Eletrobras – EBR

Os ADRs das ações ordinárias da Eletrobras apresentaram uma desvalorização de 17,4% em relação a 2013, encerrando o ano, cotados a US$ 2,19, considerando valores *ex-dividendo*. O saldo de ADRs correspondente a essas ações em 31 de dezembro de 2014 foi de 84.939.965. O volume de negociação médio diário no ano foi de 1.084.949 recibos.

Ações Preferenciais da Eletrobras – EBR-B

Os ADRs das ações preferenciais da Companhia apresentaram uma desvalorização de 34,8% em relação a 2013, encerrando o ano, cotados a US$ 3,06, considerando valores *ex-dividendo*. O saldo de ADRs correspondente a essas ações no final do ano foi de 25.505.382. O volume de negociação médio diário no ano foi de 199.791 recibos.

13.3. Programa Latibex – Bolsa de Valores de Madrid (XELTO e XELTB)

Ações Ordinárias da Eletrobras – XELTO

Em 2014, as ações ordinárias do programa Latibex obtiveram uma desvalorização de 1,6%, cotadas a € 1,82 no final do ano. O volume de negociação médio diário foi de 23.351 ações.

Ações Preferenciais da Eletrobras – XELTB

As ações preferenciais do programa Latibex obtiveram uma desvalorização de 15,3% em 2014, encerrando o ano, cotadas a € 2,55. O volume de negociação médio diário foi de 6.740 ações.

Ativos	Valor Unitário da Ação			Volume Médio Negociado (quantidade de ações)	
	dezembro/2014	dezembro/2013	ΔH%	2014	2013
Ibovespa (R$)					
ELET3	5,80	5,56	4,3%	2.605.788	2.510.056
ELET6	8,18	8,6	-4,9%	1.767.730	2.012.810
Programa ADR (US$)					
EBR	2,19	2,59	-17,4%	1.084.949	1.129.512
EBR-B	3,06	4,4	-34,8%	199.791	235.423
Latibex (€)					
XELTO	1,82	1,86	-1,6%	23.351	13.455
XELTB	2,55	3,13	-15,3%	6.740	5.076

13.4. *Rating* (Classificação de Risco)

A classificação de risco da Eletrobras, segundo as principais agências de classificação de riscos, está relacionada diretamente com a classificação de risco obtida pelo Brasil por ser a União o acionista majoritário da Companhia. A tabela a seguir apresenta as notas de risco atribuídas à Eletrobras pelas principais agências de riscos internacionais:

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Último Relatório
Moody's Issuer Rating	Baa3 (Negative)	07/05/2013
S&P LT Local Currency	BBB+ (Stable)	04/12/2014
S&P LT Foreign Currency	BBB- (Stable)	04/12/2014
Fitch LT Local Currency Issuer	BB (Stable)	22/01/2015
Fitch LT Foreign Currency Issuer	BB (Stable)	22/01/2015

13.5. Relacionamento com Acionistas e Investidores

Em conformidade com sua política de prestação de informações ao mercado e as regras do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, a Companhia realiza, semestralmente, reuniões na Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec. Ao todo, são 14 reuniões anuais nas principais praças da APIMEC do país: RJ, SP, MG, DF (Brasília), Sul (Porto Alegre e Florianópolis) e Nordeste (Fortaleza). Por ter participado, consecutivamente, por 19 anos em Apimecs no RJ e em SP, por 12 anos em Apimecs no Nordeste e DF, e por 11 anos em MG e no Sul, a Eletrobras tem recebido certificados de assiduidade em todas as praças citadas.

Ademais, a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores realiza, semestralmente, reuniões na Europa e nos Estados Unidos, os denominados *"roadshows"*, com o objetivo de apresentar a Companhia aos investidores estrangeiros. Anualmente, realiza reunião com investidores na Bolsa de Nova Iorque, o *"Eletrobras Day"*, tem participado com regularidade do Fórum Latibex em Madrid. Finalmente, a Eletrobras participa, rotineiramente, de dezenas de eventos e seminários, promovidos por bancos internacionais, no Brasil e no exterior, com a presença dos principais analistas e investidores, tanto da área de "*equity*" (ações) como de "*debt*" (dívidas).

Para maiores esclarecimentos, acionistas e investidores podem entrar em contato pelo telefone +(55) (21) 2514-6333, enviando e-mail para invest@eletrobras.com ou por meio do "Fale com RI" do site de Relações com Investidores da Eletrobras www.eletrobras.com.br/elb/ri.

14. Prêmios e Reconhecimentos

Foram muitos os reconhecimentos obtidos pela Eletrobras em 2014, reforçando sua reputação como empresa sustentável e destaque entre os grandes agentes do setor elétrico. O posicionamento e as iniciativas da Companhia em alinhamento com o seu compromisso com os interesses sociais, as melhores práticas de gestão e governança e desenvolvimento sustentável resultaram em reconhecimentos por parte da sociedade. Dentre os principais, destacam-se:

- ***Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index*** – listada pela terceira vez consecutiva. A empresa é referência, conquistando nota cem, a nota máxima, nos seguintes segmentos: Política Antitruste, Códigos de Conduta/ Conformidade/Corrupção e Suborno, Gerenciamento de Risco e Crise, e Resultados/Sistemas de Medição e Riscos Relacionados à Água.
- **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA)** – a Eletrobras integra o índice pela oitava vez consecutiva.
- **Companhias mais sustentáveis do Setor Elétrico** – listada entre as companhias mais sustentáveis do setor elétrico pelo anuário *The Sustainability Yearbook*.
- **Reconhecimento ao Procel** – A Eletrobras recebeu um prêmio de reconhecimento pelos 30 anos de execução do Programa de Conservação de Energia Elétrica (Procel), durante o *World Summitof Regions for Climate*, realizado em outubro, em Paris. O evento é organizado pela R20, entidade parceira da Eletrobras em projetos, envolvendo energias renováveis e LED para a iluminação pública.
- **Marca valiosa** – A Eletrobras é, pelo segundo ano consecutivo, a única empresa do setor elétrico presente na lista das "50 Marcas mais Valiosas do Brasil", divulgada pela consultoria BrandAnalytics, em parceria com a revista "Isto É Dinheiro".
- **Marcas de Melhor Prestígio** – Campeã no setor de energia, a Eletrobras subiu 50 posições e aparece em 64º lugar no *ranking* geral de "As 100 Marcas de Melhor Prestígio no Brasil", da revista "Época Negócios". A revista destaca as marcas que mais ganharam posições no *ranking* em 2014, entre as quais a Eletrobras, que se consolidou graças a quesitos como o que avalia compromissos sociais e ambientais, no qual aparece em 21º lugar entre as 100 empresas.

A relação completa de prêmios e reconhecimentos obtidos pelas empresas Eletrobras encontra-se disponível em www.eletrobras.com/premiosereconhecimentos.

15. Auditores Independentes

Em 2014, todas as Empresas Eletrobras tiveram como Auditor Independente a KPMG Auditores Independentes. Em cumprimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/03, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, os auditores independentes da Companhia exerceram tão somente os serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços.

Remuneração (Honorários e Serviços) Relacionada à Auditoria		
Auditor Independente	**2014 (R$ mil)**	**2013 (R$ mil)***
PricewaterhouseCoopers (R$ mil)	4.625,2	18.591,1
KPMG Auditores Independentes(R$ mil)	8.279,3	46,8
Auditasse S/S (R$ mil)	-	9,8
AGUIAR FERES Auditores Independentes (R$ mil)	-	23,2

*Em 2013, os valores percebidos pela KPMG são oriundos dos serviços de auditoria prestados à Itaipu Binacional, os da Auditasse referentes ao Cepel e o da AGUIAR FFERES relativos à Memória da Eletricidade.

Em 2014, a Companhia optou por apresentar apenas aqueles valores pagos pelas Empresas Eletrobras que fazem parte da consolidação de suas demonstrações financeiras, o que desconsidera a Itaipu binacional, o Cepel e a Memória da Eletricidade.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

16. Anexos

16.1. Balanço Social – Informações de Natureza Ambiental e Social (valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
I. Recursos Humanos				
a. Remuneração	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	214.077	163.781	4.230.476	5.196.963
- Empregados	207.029	148.375	4.198.301	5.161.050
- Administradores	3.982	3.268	29.108	23.775
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	13,09	13,49	0	0
- Administradores	1,15	1,05	0	0
b. Benefícios Concedidos	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Encargos sociais	64.541	68.335	1.206.869	1.352.261
Alimentação	15.570	16.817	342.359	314.417
Transporte	685	757	23.106	28.740
Previdência privada	34.423	38.188	295.409	304.737
Saúde	18.944	23.058	438.377	445.486
Segurança e medicina do trabalho	4.310	5.482	28.769	34.436
Educação ou auxílio-creche	2.385	2.349	87.782	79.793
Cultura	0	0	2.540	963
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.460	2.768	55.089	50.767
Outros	0	0	545.476	467.228
Participação nos lucros ou resultados	37.687	42.000	232.462	268.592
Total	**181.005**	**199.754**	**3.258.239**	**3.347.420**
c. Composição do Corpo Funcional	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Nº de empregados no final do exercício	990	988	24.089	22.498
Nº de admissões	20	13	455	342
Nº de demissões	21	206	870	4.287
Nº de estagiários no final do exercício	222	211	2.442	1.688
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	9	5	407	321
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	693	680	14.432	10.127
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	658	653	19.592	18.222
- Feminino	332	335	4.497	4.276
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	0	0	111	0
- De 18 a 35 anos	255	304	5.312	5.482
- De 36 a 60 anos	655	617	16.835	15.469
- Acima de 60 anos	80	67	1.831	1.547
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	0	0	0	1
- Com ensino fundamental	48	42	1.950	2.221
- Com ensino médio	136	139	5.114	4.662
- Com ensino técnico	0	0	6.340	5.629
- Com ensino superior	439	438	7.859	7.319
- Pós-graduados	367	369	2.826	2.666
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	0,75	0,76	0	0
- Feminino	0,25	0,24	0	0
d. Contingências e Passivos Trabalhistas	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	702	137	12.582	6.121
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	3	2	1.857	932
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	145	34	1.814	1.095
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	2.258.980	20.980	8.959.208	118.404

II. Interação da Entidade com o Ambiente Externo				
2.1. Relacionamento com a Comunidade	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Totais dos Investimentos em:				
Educação	20	1.204	8.691	41.404
Cultura	8.942	15.514	24.521	32.901
Saúde e infraestrutura	0	0	111.332	75.882
Esporte e lazer	988	8.509	4.064	18.474
Alimentação	0	0	891	2.506
Geração de trabalho e renda	143	0	3.934	34.384
Reassentamento de famílias	0	0	0	0
Outros	0	0	82.361	109.545
Total dos Investimentos	**10.094**	**25.227**	**235.793**	**315.096**
Tributos (excluídos encargos sociais)	0	30.988	7.556.422	2.853.593
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	0	0	386.824	405.809
Total de Relacionamento com a Comunidade	**10.094**	**56.215**	**8.179.039**	**3.574.498**
2.2. Interação com os fornecedores	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**

Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores:

Em todos os editais de licitação, a empresa proponente apresentam as seguintes declarações:

DECLARA, sob as penas da lei que:

1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

1.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

1.3. Não está sob os efeitos de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais.

2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas ELETROBRAS. Não permitindo principalmente, a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;

Quando da apresentação da proposta, o proponente deverá apresentar também: prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com a Justiça do Trabalho (CNDT).

Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta é desclassificada.

O fornecedor é fiscalizado quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do referido instrumento contratual.

Algumas companhias inseriram em seus contratos cláusulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.

III. Interação com o Meio Ambiente				
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	840	189	83.530	196.891
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	0	0	97.132	75.642
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	3	0	1.466	16.743
Investimentos e gatos com educação ambiental para a comunidade	0	0	2.467	3.134
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	0	885	101.389	107.879
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	0	0	3	15
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	0	0	565	10.995
Passivos e contingências ambientais	0	0	10.092	11.790
Total de Interação com o Meio Ambiente	**843**	**1.074**	**296.645**	**423.089**
IV. Outras Informações				
Receita Operacional Líquida (ROL)	2.815.950	2.840.238	30.244.854	23.835.644
Resultado Operacional (RO)	-2.794.990	-4.873.827	-1.261.984	-4.824.982

continua

continuação

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013
(em milhares de Reais)

		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
ATIVO	**NOTA**	**31/12/2014**	**31/12/2013 Reapresentado vide nota 3.33**	**01/01/2013 Reapresentado vide nota 3.33**	**31/12/2014**	**31/12/2013 Reapresentado vide nota 3.33**	**01/01/2013 Reapresentado vide nota 3.33**
CIRCULANTE							
Caixa e equivalente de caixa	5	88.194	1.303.236	935.627	1.407.078	3.597.583	2.501.515
Caixa restrito	5	1.743.525	879.801	3.509.323	1.743.525	879.801	3.509.323
Títulos e valores mobiliários	6	421.817	1.713.017	4.378.184	3.730.345	6.095.908	6.352.791
Clientes	7	399.133	449.452	477.104	4.427.216	3.587.282	4.082.695
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	17	2.387.622	759.433	-	3.437.521	1.168.002	318.293
Financiamentos e empréstimos	9	5.228.931	4.961.171	4.044.496	2.696.021	2.838.503	2.611.830
Conta de Consumo de Combustível - CCC	25	521.964	1.275.334	1.240.811	521.964	1.275.334	1.240.811
Remuneração de participações societárias	10	677.544	379.943	195.304	289.574	268.060	167.197
Tributos a recuperar	11	591.217	554.725	886.553	900.431	839.767	1.498.726
Imposto de renda e contribuição social	11	374.504	1.545.376	1.088.491	762.726	1.940.005	1.227.005
Direito de ressarcimento	12	-	-	-	3.526.986	10.910.073	7.302.160
Almoxarifado		798	738	936	512.614	614.607	446.157
Estoque de combustível nuclear	13	-	-	-	340.319	343.730	360.751
Indenizações - Lei 12.783/2013	8	-	-	-	3.738.295	3.476.495	8.882.836
Instrumentos financeiros derivativos	43	-	-	-	124.635	108.339	249.265
Outros		377.540	69.811	89.866	2.391.943	1.136.344	1.118.481
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**12.812.789**	**13.892.037**	**16.846.695**	**30.551.193**	**39.079.833**	**41.869.836**
NÃO CIRCULANTE							
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO							
Direito de ressarcimento	12	-	-	-	6.129.423	1.669.583	901.029
Financiamentos e empréstimos	9	27.327.950	24.635.663	25.166.460	11.988.543	12.335.838	12.932.963
Clientes	7	174.324	211.800	-	1.743.504	1.522.621	1.256.685
Títulos e valores mobiliários	6	204.665	188.650	395.701	224.734	192.580	400.370
Estoque de combustível nuclear	13	-	-	-	661.489	507.488	481.495
Tributos a recuperar	11	-	-	-	2.538.131	1.990.527	1.737.406
Imposto de renda e contribuição social	11	1.464.148	299.117	1.754.333	2.467.631	3.010.574	4.854.337
Cauções e depósitos vinculados		1.558.624	803.048	803.130	3.808.155	2.877.516	2.691.114
Conta de Consumo de Combustível - CCC	25	3.944	16.275	521.097	3.944	16.275	521.097
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	17	2.948.729	2.659.432	2.815.520	28.969.262	23.704.037	22.915.696
Instrumentos financeiros derivativos	43	-	-	-	135.276	107.816	223.099
Adiantamentos para futuro aumento de capital	14	175.636	382.193	2.730.178	1.140.633	490.429	70.423
Indenizações - Lei 12.783/2013	8	-	-	-	-	2.019.684	5.554.435
Reembolso FUNAC		-	-	-	595.445	-	-
Outros		859.843	696.168	560.078	1.070.214	618.508	647.682
		34.717.863	**29.892.346**	**34.746.497**	**61.476.384**	**51.063.476**	**55.187.831**
INVESTIMENTOS							
Avaliados por equivalência patrimonial	15	47.387.245	49.075.953	48.861.621	18.700.146	15.973.126	13.237.364
Mantidos a valor justo	15	1.212.142	1.253.297	1.405.289	1.370.371	1.441.867	1.439.786
		48.599.387	**50.329.250**	**50.266.910**	**20.070.517**	**17.414.993**	**14.677.150**
IMOBILIZADO	16	127.623	129.171	117.293	31.168.232	30.247.505	29.714.848
INTANGÍVEL	18	9.714	-	-	1.365.371	788.582	1.204.563
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**83.454.587**	**80.350.767**	**85.130.700**	**114.080.504**	**99.514.556**	**100.784.392**
TOTAL DO ATIVO		**96.267.376**	**94.242.804**	**101.977.395**	**144.631.697**	**138.594.389**	**142.654.228**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013
(em milhares de Reais)

		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**NOTA**	**31/12/2014**	**31/12/2013 Reapresentado vide nota 3.33**	**01/01/2013 Reapresentado vide nota 3.33**	**31/12/2014**	**31/12/2013 Reapresentado vide nota 3.33**	**01/01/2013 Reapresentado vide nota 3.33**
CIRCULANTE							
Financiamentos e empréstimos	22	2.759.514	1.199.102	625.877	4.931.531	1.969.765	1.337.279
Debêntures	23	-	-	-	325.732	12.804	1.305
Passivo financeiro	17	-	-	787.115	-	-	787.115
Empréstimo compulsório	24	50.215	7.935	12.298	50.215	7.935	12.298
Fornecedores	20	548.589	342.778	467.804	7.489.134	7.740.578	6.423.074
Adiantamento de clientes	21	448.759	462.672	424.309	501.572	511.582	469.892
Tributos a recolher	26	58.736	49.187	17.666	1.168.168	839.426	814.422
Imposto de renda e contribuição social	26	-	-	213.384	18.138	15.262	313.888
Conta de Consumo de Combustível - CCC	25	301.471	941.285	1.369.201	301.471	941.285	1.369.201
Remuneração aos acionistas	28	61.995	525.464	3.951.333	64.402	528.204	3.952.268
Créditos do Tesouro Nacional		-	39.494	131.047	-	39.494	131.047
Obrigações estimadas		96.107	47.325	9.772	1.174.679	1.288.713	1.173.678
Obrigações de ressarcimento	12	655.158	583.046	650.185	702.728	8.377.400	5.988.698
Benefício pós-emprego	29	10.856	13.079	9.957	258.898	265.082	127.993
Provisões para contingências	30	-	-	-	32.082	23.654	28.695
Encargos setoriais	27	-	-	-	930.297	714.862	654.230
Arrendamento mercantil	22	-	-	-	74.507	67.165	60.548
Concessões a pagar - Uso do bem Público		-	-	-	3.645	3.567	1.870
Instrumentos financeiros derivativos	43	24.706	36.848	-	26.573	262.271	185.031
Outros		118.365	135.869	116.792	1.230.236	2.011.256	1.399.559
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**5.134.471**	**4.384.084**	**8.786.740**	**19.284.008**	**25.620.305**	**25.232.091**
NÃO CIRCULANTE							
Financiamentos e empréstimos	22	23.260.512	20.623.906	18.012.551	34.607.594	30.506.522	25.292.871
Créditos do Tesouro Nacional		-	-	37.072	-	-	37.072
Fornecedores	20	-	-	-	10.047.367	791.293	-
Debêntures	23	-	-	-	434.191	205.878	68.015
Adiantamento de clientes	21	-	-	-	718.451	776.252	830.234
Empréstimo compulsório	24	469.459	358.905	321.894	469.459	358.905	321.894
Obrigação para desmobilização de ativos	31	-	-	-	1.314.480	1.136.342	988.490
Provisões operacionais		1.100.499	1.061.490	1.005.908	1.100.499	1.061.490	1.005.908
Conta de Consumo de Combustível - CCC	25	474.770	455.455	2.401.069	474.770	455.455	2.401.069
Provisões para contingências	30	4.829.381	2.496.739	1.194.704	8.950.364	5.695.104	5.100.389
Benefício pós-emprego	29	448.407	67.553	644.512	2.001.268	1.218.688	2.774.791
Provisão para passivo a descoberto	15	2.794.236	2.328.886	713.213	97.449	-	-
Contratos onerosos	33	-	-	-	1.130.201	3.244.335	5.155.524
Obrigações de ressarcimento	12	-	-	-	2.529.893	2.317.708	1.801.059
Arrendamento mercantil	22	-	-	-	1.252.154	1.326.662	1.393.826
Concessões a pagar - Uso do bem Público		-	-	-	59.815	60.904	71.180
Adiantamentos para futuro aumento de capital	32	193.606	174.570	161.308	193.606	174.570	161.308
Instrumentos financeiros derivativos	43	-	-	68.153	70.336	195.378	291.252
Encargos setoriais	27	-	-	-	609.721	375.982	428.383
Tributos a recolher	26	-	-	-	837.551	892.950	620.397
Imposto de renda e contribuição social	26	291.878	342.236	335.427	569.380	533.713	598.750
Outros		730.606	566.882	422.225	1.030.640	68.657	10.458
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**34.593.354**	**28.476.622**	**25.318.036**	**68.499.189**	**51.396.788**	**49.352.870**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	35	31.305.331	31.305.331	31.305.331	31.305.331	31.305.331	31.305.331
Reservas de capital	35	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342
Reservas de lucros	35	2.259.039	5.222.953	12.149.899	2.259.039	5.222.953	12.149.899
Ajustes de avaliação patrimonial		42.947	68.368	208.672	42.947	68.368	208.672
Dividendo adicional proposto		-	433.962	433.962	-	433.962	433.962
Lucros/Prejuízos acumulados		-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes acumulados		(3.116.108)	(1.696.858)	(2.273.587)	(3.116.108)	(1.696.858)	(2.273.587)
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	308.949	195.198	196.648
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**56.539.551**	**61.382.098**	**67.872.619**	**56.848.500**	**61.577.296**	**68.069.267**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**96.267.376**	**94.242.804**	**101.977.395**	**144.631.697**	**138.594.389**	**142.654.228**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013
(em milhares de Reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	NOTA	31/12/2014	31/12/2013 Reapresentado vide nota 3.33	31/12/2014	31/12/2013 Reapresentado vide nota 3.33
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	37	**2.815.950**	**2.840.238**	**30.244.854**	**23.835.644**
CUSTOS OPERACIONAIS					
Energia comprada para revenda	40	(3.007.183)	(2.875.951)	(10.424.699)	(5.515.206)
Encargos sobre uso da rede elétrica	40	-	-	(1.523.379)	(1.555.257)
Combustível para produção de energia elétrica		-	-	(1.479.633)	(1.492.368)
Construção		-	-	(2.899.648)	(3.547.863)
		(3.007.183)	**(2.875.951)**	**(16.327.359)**	**(12.110.694)**
RESULTADO BRUTO		**(191.233)**	**(35.713)**	**13.917.495**	**11.724.950**
DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal, Material e Serviços	39	(496.823)	(593.774)	(8.485.373)	(9.244.586)
Remuneração e ressarcimento		-	-	(386.824)	(405.809)
Depreciação		(6.271)	(6.547)	(1.387.034)	(1.296.375)
Amortização		-	-	(390.262)	(215.955)
Doações e contribuições		(198.220)	(278.839)	(251.415)	(332.031)
Provisões/Reversões operacionais	41	(3.943.609)	(4.912.114)	(1.861.707)	(3.258.205)
Plano de readequação do quadro de pessoal		-	(12.674)	(219.299)	(256.860)
Outras		(345.618)	(364.053)	(1.675.350)	(2.094.564)
		(4.990.541)	**(6.168.001)**	**(14.657.264)**	**(17.104.385)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(5.181.774)**	**(6.203.714)**	**(739.769)**	**(5.379.435)**
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras					
Receitas de juros, comissões e taxas		2.410.701	2.033.155	1.071.107	1.146.055
Receita de aplicações financeiras		428.512	284.660	1.020.654	556.469
Acréscimo moratório sobre energia elétrica		90.755	44.771	323.300	305.404
Atualizações monetárias		658.363	705.920	346.141	454.634
Variações cambiais		438.794	585.350	295.553	539.059
Remuneração das indenizações - Lei 12.783/13		-	-	1.018.952	441.024
Ganhos com derivativos		-	-	382.614	-
Outras receitas financeiras		98.539	145.591	747.433	269.666
Despesas Financeiras					
Encargos de dívidas		(1.510.250)	(1.048.004)	(3.365.085)	(2.031.402)
Encargos de arrendamento mercantil		-	-	(279.716)	(269.032)
Encargos sobre recursos de acionistas		(55.090)	(180.301)	(87.047)	(189.967)
Perdas com derivativos		-	-	-	(238.938)
Outras despesas financeiras		(124.273)	(453.374)	(779.281)	(606.287)
		2.436.051	**2.117.768**	**694.625**	**376.685**
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		**(2.745.723)**	**(4.085.946)**	**(45.144)**	**(5.002.750)**
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	38	(49.267)	(787.881)	(1.216.840)	177.768
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		**(2.794.990)**	**(4.873.827)**	**(1.261.984)**	**(4.824.982)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	-	-	(82.483)	(60.424)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(236.065)	(1.313.121)	(1.618.035)	(1.306.254)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		**(3.031.055)**	**(6.186.948)**	**(2.962.502)**	**(6.191.660)**
PARCELA ATRIBUÍDA AOS CONTROLADORES		(3.031.055)	(6.186.948)	(3.031.055)	(6.186.948)
PARCELA ATRIBUÍDA AOS NÃO CONTROLADORES		-	-	68.553	(4.712)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO	36	(R$2,24085)	(R$4,57400)	(R$2,24085)	(R$4,57400)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Participação no resultado abrangente das subsidiárias	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(3.031.055)**	**(6.186.948)**	**(2.962.502)**	**(6.191.660)**
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajustes acumulados de conversão	(58.137)	38.889	(42.279)	38.909
Ajuste ganhos e perdas atuariais	(407.875)	609.151	(971.565)	1.362.551
IR/CSLL diferidos	-	(207.111)	(404.332)	(463.267)
Ajuste de hedge de fluxo de caixa	(11.412)	(12.190)	(12.320)	(11.987)
IR/CSLL diferidos	-	4.145	309	4.076
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	77.888	(180.080)	99.820	(244.465)
IR/CSLL diferidos	(26.482)	61.227	(33.939)	83.118
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	(993.232)	398.027	(464.478)	(291.211)
IR/CSLL diferidos	-	(135.329)	411.480	99.005
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**(1.419.250)**	**576.729**	**(1.417.304)**	**576.729**
Total do resultado abrangente do exercício	**(4.450.305)**	**(5.610.219)**	**(4.379.806)**	**(5.614.931)**
Parcela atribuída aos controladores			**(4.448.359)**	**(5.610.219)**
Parcela atribuída aos não controladores			**68.553**	**(4.712)**
			(4.379.806)	**(5.614.931)**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(em milhares de Reais)

			Reservas de lucros								
	Capital social	Reservas de capital	Legal	Estatutárias	Dividendos adicionais	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo	Lucro/ prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido controladora	Patrimônio líquido não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Em 01 de janeiro de 2013 - Reapresentado	**31.305.331**	**26.048.342**	**2.233.017**	**9.916.882**	**433.962**	**208.672**	**-**	**(2.273.587)**	**67.872.619**	**196.648**	**68.069.267**
Dividendos Adicionais	-	-	-	-	(433.962)	-	-	-	(433.962)	-	(433.962)
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	38.889	38.889	-	38.889
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	609.151	609.151	-	609.151
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	(180.080)	(180.080)	-	(180.080)
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(277.069)	(277.069)	-	(277.069)
Ajuste de Controladas/Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	398.028	398.028	3.262	401.290
Instrumentos Financeiros - *Hedge*	-	-	-	-	-	-	-	(12.190)	(12.190)	-	(12.190)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(140.304)	127.927	-	(12.377)	-	(12.377)
Realização de reservas	-	-	-	(739.997)	-	-	739.997	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do período	-	-	-	-	-	-	(6.186.949)	-	(6.186.949)	(4.712)	(6.191.661)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(433.962)	-	(433.962)	-	(433.962)
Aprovação do dividendo adicional pela AGO	-	-	-	-	433.962	-	(433.962)	-	-	-	-
Absorção de prejuízos	-	-	-	(6.186.949)	-	-	6.186.949	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013 - Reapresentado	**31.305.331**	**26.048.342**	**2.233.017**	**2.989.936**	**433.962**	**68.368**	**-**	**(1.696.858)**	**61.382.098**	**195.198**	**61.577.296**
Dividendos Adicionais	-	-	-	-	(433.962)	-	-	-	(433.962)	-	(433.962)
Aquisição de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43.252	43.252
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	(58.137)	(58.137)	-	(58.137)
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(407.875)	(407.875)	-	(407.875)
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	77.888	77.888	-	77.888
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(26.482)	(26.482)	-	(26.482)
Ajuste de Controladas/Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	(993.232)	(993.232)	1.946	(991.286)
Instrumentos Financeiros - *Hedge*	-	-	-	-	-	-	-	(11.412)	(11.412)	-	(11.412)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(25.421)	25.421	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	67.141	-	-	(67.141)	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do período	-	-	-	-	-	-	(3.031.055)	-	(3.031.055)	68.553	(2.962.502)
Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	-	-	-	-	-	-	41.720	-	41.720	-	41.720
Absorção de prejuízos	-	-	-	(3.031.055)	-	-	3.031.055	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	**31.305.331**	**26.048.342**	**2.233.017**	**26.022**	**-**	**42.947**	**-**	**(3.116.108)**	**56.539.551**	**308.949**	**56.848.500**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013 Reapresentado vide nota 3.33	2014	2013 Reapresentado vide nota 3.33
1 - RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	2.907.125	2.970.726	35.626.308	28.186.399
	2.907.125	2.970.726	35.626.308	28.186.399
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(458.623)	(488.074)	(9.580.553)	(10.454.785)
Encargos setoriais	-	-	(1.005.014)	(870.490)
Energia comprada para revenda	(3.007.183)	(2.875.951)	(10.424.699)	(5.515.206)
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	(1.479.633)	(1.492.368)
Provisões/Reversões operacionais	(3.943.609)	(4.912.114)	(1.861.707)	(3.258.205)
	(7.409.415)	(8.276.139)	(24.351.606)	(21.591.054)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	(4.502.290)	(5.305.413)	11.274.702	6.595.345
4 - RETENÇÕES				
Depreciação, amortização e exaustão	(6.271)	(6.547)	(1.777.296)	(1.512.330)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(4.508.561)	(5.311.960)	9.497.406	5.083.015
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Participações societárias	(49.267)	(787.881)	(1.216.840)	177.768
Receitas financeiras	4.125.664	3.799.447	5.205.754	3.712.311
	4.076.397	3.011.566	3.988.914	3.890.079
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(432.164)	(2.300.394)	13.486.320	8.973.094
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
• Pessoal , encargos e honorários	349.395	444.239	5.353.573	6.404.531
• Plano de aposentadoria e pensão	34.423	38.188	255.747	245.623
	383.818	482.427	5.609.320	6.650.154
TRIBUTOS				
• Impostos, taxas e contribuições	327.240	1.443.609	6.076.958	4.846.943
	327.240	1.443.609	6.076.958	4.846.943
TERCEIROS				
• Encargos financeiros e aluguéis	1.689.613	1.681.679	4.511.129	3.335.626
• Doações e contribuições	198.220	278.839	251.415	332.031
	1.887.833	1.960.518	4.762.544	3.667.657
ACIONISTAS				
• Dividendos e juros sobre capital próprio	-	433.962	-	433.962
• Participação de acionistas não controladores	-	-	68.553	(4.712)
• Lucros retidos ou prejuízo do exercício	(3.031.055)	(6.620.910)	(3.031.055)	(6.620.910)
	(3.031.055)	(6.186.948)	(2.962.502)	(6.191.660)
	(432.164)	(2.300.394)	13.486.320	8.973.094

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(em milhares de Reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	NOTA	31/12/2014	31/12/2013 Reapresentado vide nota 3.33	31/12/2014	31/12/2013 Reapresentado vide nota 3.33
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(2.794.990)**	**(4.873.828)**	**(1.261.984)**	**(4.824.983)**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:					
Depreciação e amortização		6.271	6.547	1.777.296	1.511.564
Variações monetárias/cambiais líquidas		(830.649)	(1.013.010)	(1.038.232)	(1.674.124)
Encargos financeiros		(1.208.618)	(1.340.907)	(109.124)	496.700
Receita de ativo financeiro	37	-	-	(714.409)	(552.106)
Resultado da equivalência patrimonial	38	49.267	787.881	1.216.839	(177.768)
Provisão (reversão) para passivo a descoberto	41	831.851	2.742.014	-	-
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	41	(269.051)	335.610	(122.662)	(457.261)
Provisão (reversão) para contingências	41	3.389.682	1.585.772	3.655.627	1.399.321
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos	41	-	-	149.346	2.428.649
Provisão (reversão) contrato oneroso	41	-	-	(1.800.401)	(1.924.657)
Provisão (reversão) para plano de readequação do quadro de pessoal		-	12.674	219.299	256.860
Provisão (reversão) para perda com investimentos	41	(411.122)	142.622	(313.672)	142.622
Provisão (reversão) para perda de ativo financeiro	41	-	-	(791.868)	791.868
Provisão (reversão) para perdas no imobilizado	41	-	-	235.064	-
Provisão (reversão) para compensações ambientais	41	-	-	104.904	-
Encargos da reserva global de reversão		308.167	347.949	308.167	347.949
Ajuste a valor presente / valor de mercado		86.621	53.371	170.509	94.000
Participação minoritária no resultado		-	-	(103.868)	7.139
Encargos sobre recursos de acionistas		55.090	180.301	87.047	189.967
Instrumentos financeiros - derivativos		-	-	(392.354)	238.938
Outras		169.772	273.521	513.693	559.371
		2.177.281	4.114.345	3.051.201	3.679.032
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais					
Clientes		-	-	(441.152)	413.625
Títulos e valores mobiliários		1.291.683	2.812.303	2.366.099	404.758
Direito de ressarcimento	12	-	-	2.991.052	(4.376.467)
Almoxarifado		(60)	198	133.229	(168.450)
Estoque de combustível nuclear	13	-	-	(150.590)	(8.972)
Ativo financeiro - concessões de serviço público		136.864	36.229	136.864	36.229
Outros		81.668	(472.139)	(317.166)	(344.793)
		1.510.155	2.376.591	4.718.336	(4.044.070)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais					
Fornecedores		74	(6.924)	7.669.536	2.686.542
Adiantamento de clientes	21	-	-	(53.898)	(50.655)
Arrendamento mercantil		-	-	(67.166)	50.191
Obrigações estimadas		48.782	37.553	(153.105)	115.035
Obrigações de ressarcimento	12	-	-	(7.534.600)	2.744.474
Encargos setoriais	27	-	-	29.997	8.231
Outros		43.196	416.646	(383.602)	463.167
		92.052	447.275	(492.838)	6.016.985
Caixa proveniente das atividades operacionais		**984.498**	**2.064.383**	**6.014.715**	**826.964**
Pagamento de encargos financeiros		(891.036)	(570.721)	(1.222.341)	(1.305.876)
Pagamento de encargos da reserva global de reversão		(216.209)	(228.144)	(216.209)	(228.144)
Recebimento de receita anual permitida (ativo financeiro)		-	-	703.266	674.102
Recebimento de indenizações do ativo financeiro	8	-	-	2.773.092	9.819.946
Recebimento de encargos financeiros		1.837.714	1.897.351	172.000	1.141.486
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(275.748)	(471.641)	(667.150)	(650.161)
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias		614.250	329.867	106.232	513.607
Pagamento de previdência complementar		(10.626)	-	(387.296)	(488.016)
Pagamento de contingências judiciais	30	(1.057.040)	(596.544)	(1.177.462)	(920.002)
Depósitos judiciais		(696.568)	(220.185)	(906.386)	(54.552)
Caixa líquido das atividades operacionais		**289.235**	**2.204.366**	**5.192.461**	**9.329.354**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e financiamentos obtidos		4.598.969	2.719.621	7.410.882	6.050.558
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(2.086.613)	(1.721.019)	(3.238.117)	(2.480.439)
Pagamento de remuneração aos acionistas		(811.950)	(4.185.077)	(814.993)	(4.189.708)
Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições - principal		-	-	(103.785)	(98.522)
Empréstimo compulsório e reserva global de reversão		-	485.594	-	485.594
Outros		-	-	49	154.639
Caixa líquido das atividades de financiamento		**1.700.406**	**(2.700.881)**	**3.254.036**	**(77.878)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Concessão de empréstimos e financiamentos		(6.356.002)	(2.474.881)	(255.379)	(598.577)
Recebimento de empréstimos e financiamentos		3.537.458	3.778.105	506.264	1.999.115
Aquisição de ativo imobilizado	16	(1.998)	(16.509)	(2.801.858)	(2.141.137)
Aquisição de ativo intangível	18	-	-	(117.046)	(157.209)
Aquisição de ativos de concessão		-	-	(3.262.535)	(3.413.719)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias		(370.347)	(257.278)	(3.903.911)	(3.555.414)
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital		(13.794)	(165.313)	(906.024)	(396.467)
Fluxo de caixa liquido na aquisição de controlada		-	-	159.703	-
Outros		-	-	(56.216)	108.000
Caixa líquido das atividades de investimento		**(3.204.683)**	**864.124**	**(10.637.002)**	**(8.155.408)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**(1.215.042)**	**367.609**	**(2.190.505)**	**1.096.068**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	1.303.236	935.627	3.597.583	2.501.515
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	88.194	1.303.236	1.407.078	3.597.583
		(1.215.042)	**367.609**	**(2.190.505)**	**1.096.068**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras ou Companhia) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na Securities and Exchange Commission – SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) – Brasil, Madri (LATIBEX) – Espanha e Nova York (NYSE) – Estados Unidos da América. A Companhia é uma sociedade de economia mista controlada pela União Federal. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

A Companhia exerce a função de holding, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em seis empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, abaixo relacionadas:

• Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS;

• Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE;

• Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF;

• ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.;

• Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR; e

• Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE.

Além do controle de empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, acima listadas, a Companhia detém o controle acionário direto de seis empresas distribuidoras de energia elétrica:

• Boa Vista Energia S.A. – Boa Vista;

• Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre;

• Centrais Elétricas de Rondônia – Ceron;

• Companhia Energética de Alagoas – Ceal;

• Companhia Energética do Piauí – Cepisa; e

• CELG Distribuição S.A. – CELG D

Em 26 de setembro de 2014, a Eletrobras adquiriu o controle acionário da CELG Distribuição S.A. – CELG D. Maiores detalhes sobre a combinação de negócios estão divulgados na Nota 42.

A Companhia ainda detém o controle acionário da Amazonas Energia – AmE, não desverticalizada, atuando em Geração e Distribuição (vide Nota 15) e da Eletrobras Participações S.A – Eletropar. Adicionalmente, detém participação acionária da Itaipu Binacional – Itaipu (em regime de controle conjunto nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai), da Inambari Geração de Energia S.A., da Centrales Hidroelectricas de Centroamerica S.A.- CHC e da Rouar S.A. (em regime de controle conjunto com a estatal uruguaiana Usinas y Transmissiones Elétricas de Uruguay – UTE).

A Companhia é controladora indireta ou participa de forma minoritária direta ou indiretamente em diversas outras sociedades nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (vide Nota 15).

A comercialização da energia gerada está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado (energia destinada às concessionárias de distribuição) e outro caracterizado por contratos livremente pactuados (mercado livre). A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, estabelece diferenciação entre energias provenientes de novos empreendimentos e de empreendimentos existentes, determinando a realização de leilões distintos para cada uma destas modalidades.

A Companhia é autorizada, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Utilização de Bem Público - UBP e Conta de Consumo de Combustível – CCC. Estes fundos financiam programas do Governo Federal de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica, cujas movimentações financeiras não afetam o resultado da Companhia (exceto pela taxa de administração em determinados Fundos).

A Companhia atua, também, como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 27 de março de 2015.

O novo regime econômico das concessões estabelecido pela Lei nº 12.783, aplicado às concessões de geração e transmissão da Companhia que foram prorrogadas, reduziram suas receitas correntes, desta forma, visando recuperar a capacidade de geração de caixa e a rentabilidade da Companhia, a Administração está colocando em prática um plano de ajuste composto por aumento de receitas e redução de custos. No que refere a aumento de receitas, busca a remuneração para os investimentos realizados com modernizações de usinas hidrelétricas e obtenção de tarifas para os investimentos realizados em sistemas de transmissão já existentes.

No contexto da redução de custos, destacam-se o Plano de Incentivo ao Desligamento - PID, (vide nota 29.2) abrangendo 5.439 empregados e a reestruturação do modelo de negócio societário, organizacional, de governança e gestão do Sistema Eletrobras. Esse plano, juntamente com a entrada em fase operacional de novas Usinas e Linhas de Transmissão, especialmente a UHE Santo Antonio, a UHE Jirau, a UHE Teles Pires e a UHE Belo Monte, além das Linhas de Transmissão do Madeira, visa proporcionar a recuperação da geração de caixa e da rentabilidade da Companhia.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Eletrobras, por meio das suas empresas controladas, possui 44,156 GW* de capacidade instalada, 67,3 mil km* de linhas de transmissão e sete distribuidoras de energia que atendem cerca de 6,6* milhões de consumidores, sendo duas, Amazonas Energia e Eletrobras Distribuição Roraima, com atuação em sistemas isolados na região Norte do Brasil.

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

I – Concessões em Regime de O&M – renovadas - Lei 12.783/13

• Geração de Energia Elétrica

Concessões em Regime de O&M - GERAÇÃO

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW)*	Vencimento
UHE Paulo Afonso I	BA	180	31/12/2042
UHE Paulo Afonso II	BA	443	31/12/2042
UHE Paulo Afonso III	BA	794	31/12/2042
UHE Paulo Afonso IV	BA	2.462	31/12/2042
UHE Apolônio Sales	BA	400	31/12/2042
UHE Luiz Gonzaga (Itaparica)	BA	1.480	31/12/2042
UHE Xingó	SE	3.162	31/12/2042
UHE Furnas	MG	1.216	31/12/2042
UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	SP / MG	1.050	31/12/2042
UHE Marimbondo	SP / MG	1.440	31/12/2042
UHE Porto Colômbia	SP / MG	320	31/12/2042
UHE Funil	MG	216	31/12/2042
UHE Corumbá I	GO	375	31/12/2042
UHE Serra da Mesa	GO	1.275	12/11/2039
UHE Funil	BA	30	31/12/2042
UHE Pedra	BA	20	31/12/2042
UHE Boa Esperança	PI	237	31/12/2042
UHE Coaracy Nunes	AP	78	31/12/2042

*Não examinado pelos auditores independentes

• Transmissão de Energia Elétrica

Contrato	Titular	Prazo (anos)	Vencimento
057/2001	Eletrosul	30	31/12/2042
058/2001	Eletronorte	30	31/12/2042
061/2001	Chesf	30	31/12/2042
062/2001	Furnas	30	31/12/2043

II – Principais Concessões em Regime de Exploração

• Geração de Energia Elétrica

Concessões em Regime de Exploração - GERAÇÃO

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW)(*)	Ano de Vencimento
UHE Sobradinho	BA / PE	1.050,30	2022
UTE Camaçari	BA	346,80	2027
UHE Belo Monte	PA	11.233,10	2045
UHE Tucuruí	PA	8.535,00	2024
UHE Samuel	RO	216,75	2029
UTE Rio Madeira	RO	119,35	2018
UTE Santana	AP	177,74	2019
UTE Santarém	PA	14,76	2034
UTE Electron	AM	121,10	2020
UHE Dardanelos	MT	261,00	2042
UHE Mauá	PR	177,90	2042
UHE Teles Pires	PA / MT	1.819,80	2046
UHE Jirau (1)	RO	3.750,00	2043
UTE Presidente Médici – Candiota I e II (2)	RS	446,00	2015
UTE Candiota III	RS	350,00	2041
UHE Balbina	AM	277,50	2027
UHE Aparecida	AM	282,50	2020
UTE Mauá	AM	738,10	2020
UTE Mauá	AM	124,70	2020
UTE Santa Cruz	RJ	932,00	2015
UHE Mascarenhas de Moraes	MG	476,00	2023
UHE Itumbiara	MG / GO	2.082,00	2020
UHE Manso	MG	212,00	2035
UHE Simplício/Anta	RJ / MG	333,70	2041
UHE Peixe Angical	TO	498,75	2036
UHE Baguari	MG	140,00	2041
UHE Foz do Chapecó	Uruguai	855,00	2036
UTN Angra I	RJ	640,00	2024
UTN Angra II	RJ	1.350,00	2041
UTN Angra III	RJ	1.405,00	40 anos
UHE Piloto	PE	2,00	2015
UHE Araras	CE	4,00	2015
UHE Curemas	PA	3,52	2024
EOL São Pedro do Lago	BA	30,00	2046
EOL Pedra Branca	BA	30,00	2046
EOL Sete Gameleiras	BA	30,00	2046
EOL Caiçara I	CE	30,60	2047
EOL Junco I	CE	30,60	2047
EOL Junco II	CE	30,60	2047
EOL Caiçara II	CE	19,80	2047
Casa Nova	BA	180,00	2043
EOL Baraúnas I	BA	29,70	2049
Morro Branco I	BA	29,70	2049
Mussambê	BA	29,70	2049
Ventos de Santa Joana XI	PI	30,00	2049
Ventos de Santa Joana XVI	PI	30,00	2049
Ventos de Santa Joana X	PI	30,00	2049
Ventos de Santa Joana XIII	PI	30,00	2049
Ventos de Santa Joana XII	PI	30,00	2049
Ventos de Santa Joana XV	PI	30,00	2049
Ventos de Santa Joana IX	PI	30,00	2049
Acauã Energia S.A.	BA	12,00	2049
Arapapá Energia S.A.	BA	10,00	2049
Angical 2 Energia S.A.	BA	14,00	2049
Teiú 2 Energia S.A.	BA	14,00	2049
Caititú 2 Energia S.A.	BA	14,00	2049
Carcará Energia S.A.	BA	10,00	2049

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Concessões em Regime de Exploração - GERAÇÃO

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW)(*)	Ano de Vencimento
Corrupião 3 Energia S.A.	BA	14,00	2049
Caititú 3 Energia S.A.	BA	14,00	2049
Papagaio Energia S.A.	BA	18,00	2049
Coqueirinho 2 Energia S.A.	BA	20,00	2049
Ventos de Santa Joana IV	PI	30,00	2049
Serra das Vacas I S.A.	PE	30,00	2049
Ventos de Santa Joana V	PI	30,00	2049
Serra das Vacas II S.A.	PE	30,00	2049
Serra das Vacas III S.A.	PE	30,00	2049
Serra das Vacas IV S.A.	PE	30,00	2049
Ventos de Santa Joana III	PI	30,00	2049
Ventos de Santa Joana I	PI	30,00	2049
Ventos de Santo Augusto IV	PI	30,00	2049
Ventos de Santa Joana VII	PI	30,00	2049
Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	BA	24,00	2049
Banda de Couro S.A.	BA	29,70	2049
Baraúnas II S.A.	BA	21,60	2049
UHE Curuá-Una	PA	30,30	2028
UTE Rio Acre	AC	45,49	2018
UTE Rio Branco I	AC	18,65	2020
UTE Rio Branco II	AC	32,75	2020
UTE- Senador Arnon Afonso Farias	RR	85,99	2024
UTE Serra do Navio	SE	23,30	2037
UTE Capivara	SE	29,80	2037
Parque Eólico Miassaba 3	RN	68,47	2045
Parque Eólico Rei dos Ventos 3	RN	60,12	2045
UHE Passo São João	RS	77,00	2041
UHE São Domingos	MS	48,00	2037
PCH Barra do Rio Chapéu	SC	15,20	2034
PCH João Borges	SC	19,00	2035
PCH Coxilha Rica (4)	SC	18,00	2042
PCH Santo Cristo (3)	SC	19,50	2042
Coxilha Seca - Capão do Inglês	RS	10,00	2049
Coxilha Seca - Coxilha Seca	RS	30,00	2049
Coxilha Seca - Galpões	RS	8,00	2049
EOL Chuí I	RS	24,00	2047
EOL Chuí II	RS	22,00	2047
EOL Chuí IV	RS	22,00	2047
EOL Chuí V	RS	30,00	2047
EOL Chuí VI	RS	24,00	2047
EOL Chuí VII	RS	22,00	2047
EOL Chuí 09	RS	20,00	2049
Sant´ana do Livramento - Cerro Chato IV	RS	10,00	2047
Sant´ana do Livramento - Cerro Chato V	RS	12,00	2047
Sant´ana do Livramento - Cerro Chato VI	RS	24,00	2047
Sant´ana do Livramento - Cerro dos trindades	RS	8,00	2047
Sant´ana do Livramento - Ibirapuitã	RS	24,00	2047
Parque Hermenegildo - Verace 24	RS	22,00	2049
Parque Hermenegildo - Verace 25	RS	8,00	2049
Parque Hermenegildo - Verace 26	RS	16,00	2049
Parque Hermenegildo - Verace 27	RS	18,00	2049
Parque Hermenegildo - Verace 28	RS	14,00	2049
Parque Hermenegildo - Verace 29	RS	20,00	2049
Parque Hermenegildo - Verace 30	RS	20,00	2049
Parque Hermenegildo - Verace 31	RS	10,00	2049
Parque Hermenegildo - Verace 34	RS	16,00	2049
Parque Hermenegildo - Verace 35	RS	14,00	2049
Parque Hermenegildo - Verace 36	RS	24,00	2049
Santa Vitória do Palmar - Verace I	RS	20,00	2047
Santa Vitória do Palmar - Verace II	RS	20,00	2047
Santa Vitória do Palmar - Verace III	RS	26,00	2047
Santa Vitória do Palmar - Verace IV	RS	30,00	2047
Santa Vitória do Palmar - Verace V	RS	30,00	2047
Santa Vitória do Palmar - Verace VI	RS	18,00	2047
Santa Vitória do Palmar - Verace VII	RS	30,00	2047
Santa Vitória do Palmar - Verace VIII	RS	26,00	2047
Santa Vitória do Palmar - Verace IX	RS	30,00	2047
Santa Vitória do Palmar - Verace X	RS	28,00	2047
Megawatt Solar	SC	0,93	-
EOL Cerro Chato I	RS	30,00	2045
EOL Cerro Chato II	RS	30,00	2045
EOL Cerro Chato III	RS	30,00	2045
UTE São Jerônimo (2)	RS	20,00	2015
UTE Nutepa (2)	RS	24,00	2015
UTE Cidade Nova	AM	29,70	2015
UTE Iranduba	AM	66,60	2015
UTE Distrito	AM	51,30	2015
UTE São José	AM	73,40	2015
UTE Roberto Silveira	GO	30,00	2027
UHE Batalha	MG / GO	52,50	2041
UHE Retiro Baixo	MG	83,66	2041
Três Irmãos	Tietê	807,50	2044
Serra do Facão	RS	212,58	2036
Santo Antonio (Mesa)	RO	2.286,00	2043
Santo Antonio (Mesa)	RO	1.282,22	2043
Teles Pires	PA / MT	1.819,80	2046
Rei dos Ventos 1	RN	58,45	2045
Famosa 1	RN	22,50	2047
Pau Brasil	CE	15,00	2047
Rosada	RN	30,00	2047
São Paulo	CE	17,50	2047
Goiabeira	CE	19,20	2047
Bom Jesus	CE	18,00	2049

Concessões em Regime de Exploração - GERAÇÃO

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW)(*)	Ano de Vencimento
Cachoeira	CE	12,00	2049
Horizonte	CE	14,40	2047
Pitimbu	CE	18,00	2049
Jandaia	CE	28,80	2047
Jandaia 1	CE	19,20	2047
São Caetano	CE	25,20	2049
São Caetano 1	CE	18,00	2049
São Clemente	CE	19,20	2047
São Galvão	CE	22,00	2049
Carnaúba I	RN	22,00	2049
Carnaúba II	RN	18,00	2049
Carnaúba III	RN	16,00	2049
Carnaúba V	RN	24,00	2049
Cervantes I	RN	16,00	2049
Cervantes II	RN	12,00	2049
Punaú I	RN	24,00	2049
Arara Azul	RN	27,50	2049
Bentevi	RN	15,00	2049
Ouro Verde I	RN	27,50	2049
Ouro Verde II	RN	30,00	2049
Ouro Verde III	RN	25,00	2049
Santa Rosa	CE	20,00	2049
Uirapuru	CE	28,00	2049
Ventos de Angelim	CE	24,00	2049
Serra do Mel I	RN	28,00	2049
Serra do Mel II	RN	28,00	2049
Serra do Mel III	RN	28,00	2049
Itaguaçu da Bahia	BA	28,00	2049
Ventos de Santa Luiza	BA	28,00	2049
Ventos de Santa Madalena	BA	28,00	2049
Ventos de Santa Marcella	BA	28,00	2049
Ventos de Santa Vera	BA	28,00	2049
Ventos de Santo Antônio	BA	28,00	2049
Ventos de São Bento	BA	28,00	2049
Ventos de São Cirilo	BA	28,00	2049
Ventos de São João	BA	28,00	2049
Ventos de São Rafael	BA	28,00	2049
São Januário	CE	19,20	2047
Ubatuba	CE	12,60	2047
Nsa Sra de Fátima	CE	28,80	2047
Pitombeira	CE	27,00	2047
Santa Catarina	CE	16,00	2047
UHE Jirau	RO	3.750,00	2043
UHE Sinop	MT	400,00	2049
UHE São Manoel	PA	700,00	2049
Brasventos Eolo		58,45	2042

(1) Em setembro/2013, a Companhia deu início à sua operação, estando atualmente em funcionamento com 20 unidades geradoras, com 75 MW, de um total de 50 unidades geradoras.
(2) Contrato de concessão nº67, Aneel
(3) Em fase de licença de Instalação, início da operação 22 meses após emissão da Licença de Instalação.
(4) Início de construção e operação indefinido em função de parecer negativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

III – Concessões em Regime de O&M sem renovação

Geradoras sob Administração especial nos termos da Lei nº 12.783/2013 sem renovação

Concessões em Regime de O&M

Concessões/Permissões	Capacidade Instalada (MW) (*)	Ano de Vencimento	Ano de Vencimento
Dona Rita	2,41	06.2013	(1)
Sinceridade	1,42	04.2013	(1)
Neblina	6,47	04.2013	(1)

(1) Sob a responsabilidade de Furnas até a conclusão de nova licitação para concessão das PCHs.

• Transmissão de Energia Elétrica

Concessões em Regime de Exploração - TRANSMISSÃO

Empreendimento	Estado	Prazo (anos)	Vencimento
- LT Teresina II - Sobral - Fortaleza, em 500 kv	PI/CE	30	2034
- LT Colinas - Miracema - Gurupi - Peixe Nova - Serra da Mesa II, em 500kv	TO/GO	30	2036
- LT Oriximiná - Silves - Lechunga (Am) em 500 kv	PA/AM	30	2038
- LT Coletora Porto Velho / Araraquara II, em 600kv	RO/SP	30	2039
- LT São Luiz II - São Luiz III, em 239 kv	MA/CE	30	2040
- LT Ceará-Mirim II - João Câmara III, em 500kv / LT Ceará-Mirim II - Campina Grande III, em 500kv/ LT Ceará-Mirim II - Extremoz II, em 230kv / LT Campina Grande III - Campina Grande II, em 230kv.	RN/PB	30	2041
- LT Luiz Gonzaga - Garanhuns, em 500kv / LT Garanhuns - Campina Grande III, em 500kv / LT Garanhuns - Pau Ferro, em 500kv / LT Garanhuns - Angelim I, em 230kv.	AL/PE/PB	30	2041
- Linha de transmissão Camaçari IV/Pirajá (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 45 km e Linha de transmissão Pituaçu/Pirajá (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 5 km.	BA	30	2042
- Linha de transmissão Eunápolis/Teixeira de Freitas II, circuito 1 (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 144 km e Subestação Teixeira de Freitas II, em 230/138 kV (BA).	BA	30	2038
- Linha de transmissão Russas/Banabuiu C2 (CE), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 110 km; Linha de transmissão Touros/Ceará MirimII (RN), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 56,17 km; Linha de transmissão Mossoró IV/Mossoró II (RN), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 40 km; Subestação Touros, em 230 kV (RN); e Subestação Mossoró IV, em 230 kV (RN).	CE / RN	30	2042
- Linhas de transmissão Paraíso/Açu II (RN), em 230 kV, circuito 3, com extensão aproximada de 123 km, Açu/Mossoró II (RN), em 230 kV, circuito 2, com extensão aproximada de 69 km e João Câmara/Extremoz II (RN), em 230 kV, C1, com extensão aproximada de 82 km, Subestação João Câmara, em 230 kV (RN) e Subestação Extremoz II, em 230 kV (RN).	RN	30	2040

continua

continuação

Concessões em Regime de Exploração - TRANSMISSÃO

Empreendimento	Estado	Prazo (anos)	Vencimento
- Linha de transmissão Paraíso/Lagoa Nova (RN), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 65 km, e Subestação Lagoa Nova, em 230/69 kV (RN).	RN	30	2041
- Linha de transmissão Teresina II/Teresina III (PI), em 230 kV, em circuito duplo, com extensão aproximada de 26 km, e Subestação Teresina III, em 230/69 kV (PI).	PI	30	2041
- Linha de transmissão Camaçari IV/Sapeaçu (BA), em 500 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 105 km.	BA	30	2041
- Linha de transmissão Igaporã III/Pindaí II (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 46 km; Linha de transmissão Igaporã III/Igaporã II C1 e C2 (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 2 km cada; Subestação Igaporã III, em 500/230 kV - (6+1) x 250 MVA (BA).	BA	30	2042
- Linha de transmissão Jardim/Nossa Senhora do socorro (SE), em 230 kV, em circuito duplo, com extensão aproximada de 1,3 km; Linha de transmissão Messias/Maceió II (AL), em 230 kV, em circuito duplo, com extensão aproximada de 20 km; Subestação Nossa Senhora do Socorro, em 230/69 kV (SE) - 300MVA; Subestação Maceió II, em 230/69 kV (AL) - 400MVA.; Subestação Poções II, em 230/138 kV (BA) - 200MVA.	SE / AL / BA	30	2042
- Linha de transmissão Morro do Chapéu/Irecê (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 65 km, e Subestação Morro do Chapéu, em 230/69 kV (BA).	BA	30	2041
- Linha de transmissão Paraíso/Açu II (RN), em 230 kV, com extensão de 132,8 km.	RN	30	2037
- Linha de transmissão Recife II/Suape II (PE), em 500 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 44 km.	PE	30	2041
- Linha de transmissão Sapeaçu/Santo Antônio de Jesus (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 32 km.	BA	30	2041
- Linhas de transmissão Sobral III/Acaraú II (CE), em 230 kV, C2, com extensão aproximada de 97 km, e Subestação Acaraú II, em 230 kV (CE).	CE	30	2040
- Subestação Arapiraca III, em 230/69 kV (AL), e linha de transmissão, em circuito duplo, Rio Largo II/Penedo, em 230 kV, com extensão aproximada de 44 km.	AL	30	2040
- Linha de transmissão Eunápolis/Teixeira de Freitas II, circuito 2 (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 144 km.	BA	30	2039
- Linha de transmissão Funil/Itapebi (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 198 km.	BA	30	2037
- Linha de transmissão Ibicoara/Brumado (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 94,5 km.	BA	30	2037
- Linhas de transmissão Igaporã/Bom Jesus da Lapa II (BA), em 230 kV, C1, com extensão aproximada de 115 km, e Subestação Igaporã, em 230 kV (BA).	BA	30	2040
- Linhas de transmissão Pau Ferro/Santa Rita II (PE/PB), em 230kV, com extensão aproximada de 109 km .	PE / PB	30	2039
- Subestação Camaçari IV em 500 kV(BA)	BA	30	2040
- Subestação Ibiapina, em 230/69 kV (CE).	CE	30	2041
- Subestação Mirueira II, em 230/69 kV (PE) - 300MVA e Subestação Jaboatão II, em 230/69 kV (PE)- 300MVA.	PE	30	2042
- Subestação Suape II em 500 kV(PE)	PE	30	2039
- Linha de transmissão Jardim/Penedo (SE/AL), em 230 kV, com extensão aproximada de 110 km.	SE / AL	30	2038
- Linha de transmissão Milagres/Coremas (CE/PB), em 230 kV, com extensão de 119,8 km.	CE / PB	30	2035
- Linha de transmissão Milagres/Tauá (CE), em 230 kV, com extensão de 208,1 km e Subestação Tauá (CE), em 230 kV.	CE	30	2035
- Linha de transmissão Picos/Tauá (PI/CE), em 230 kV, com extensão aproximada de 183 km.	PI / CE	30	2037
- Linha de transmissão Pirapama/Suape III, com extensão de 41,8 km; e Subestação Suape III, em 230/69 kv (PE)	PE	30	2039
- Linhas de transmissão e Paulo Afonso III/Zebu (AL), em 230kV, com extensão de 10,8 km	BA / AL	30	2039
- Subestação Ibicoara em 500/230 kV(PE)	BA	30	2037
- Subestação Pólo, em 230/69 kV (BA).	BA	30	2040
Expansão da Interligação Sul - Sudeste	PR/ SP	30	2031
LT 230 kV - SE Ribeiro Goncalves / SE Balsas	PI / MA	30	2039
LT 230 kV - SE São Luis II / SE São Luis III	MA	30	2038
34 subestações de transmissão, 1 conversora de frequência e 9.838,33 Km de linhas de transmissão em 525 kv, 230kv e 138 kv.	-	30	2042
Substação Missões em 230/69 kv	-	30	2039
SE Ivinhema 2 230/138 kV com 2x150 MVA (ampliação)	-	30	2044
LT 230 kV Coletora Porto Velho/Porto Velho "C" 1 - 22km	RO	30	2039
LT 230 kV Coletora Porto Velho/Porto Velho "C" 2 - 22km	RO	30	2039
LT 230 kV Monte Claro/Garibaldi 33,5km	RS	30	2040
LT 230 kV Presidente Médice/Santa Cruz 1 - 237,4km	RS	30	2038
LT 500 kv - LT Jorge Teixeira/ LT Lechuga, Circuito Duplo	AM	30	2040
LT 500 kV - LT Presidente Dutra-São Luis II / SE Miranda II	MA	30	2039
LT 525 kV Campos Novos/Blumenau 357,8km e substação Biguaçu 525 Kv	SC	30	2035
LT 525 kV Campos Novos/Nova Rita 257,43 km e Módulos na SE Nova Santa Rita e SE Campos Novos	SC,RS	30	2036
LT 525 kV Ivaiporã/Cascavel D'oeste 203,4km	PR	30	2034
LT 525 kV Salto Santiago/Ivaiporã 168,5km	PR	30	2034
LT Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2 – 500 kV	MG	30	2039
LT coletora 500/230 Kv Porto Velho/Porto Velho e duas conversoras CA/CC/CA back to back em 400 MW	RO	30	2039
LT Macaé – Campos C3	RJ	30	2035
LT Mascarenhas Linhares 230 kV CS SE Linhares 230/138 kV	ES	30	2040
LT Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste 345 kV	SP	30	2036
LT 345 kV Furnas – Pimenta 2, 62,7kv	MG	30	2035
LT 500 kV Rio Verde Norte – Trindade (193 km) / LT 230 kV Trindade – Xavantes (37 km) / LT 230 kV Trindade – Carajás (29 km)	GO	30	2040
LT Coletora Porto Velho – Araraquara 2 (2.375 km) / Estação retificadora nº 2 CA/CC, em 500/±600 kV – 3.150 MW - Estação Inversora nº 02 CC/CA, em ±600/500 kV – 2.950 MW	RO	30	2039
LT 230 kV Serra da Mesa - Niquelândia 100 km			
LT 230 kV Niquclândia – Barro Alto 88 km	GO	30	2039
LT 230 kV CS Barra dos Coqueiros – Quirinópolis 52 km			
LT 230 kV CD Chapadão – Jataí 256 km			
LT 230 kV CS Palmeiras – Edéia 60 km			
LT 138 kV CS Jataí – Mineiros 65 km			
LT 138 kV CS Mineiros - Morro Vermelho 60 km			
LT 138 kV CS Jataí - UTE Jataí 51 km			
LT 138 kV CS Jataí - UTE Perolândia			
LT 138 kV CS Mineiros - UTE Água Emendada			
LT 138 kV CS Morro Vermelho - Alto Taquari 31 km			
LT 138 kV CS Edéia - UTE Tropical Bioenergia I 49 km	-	30	2039
2 LT 500 kV no seccionamento da LT Campinas – Ibiúna e a SE Itatiba 500/138 kV	SP	30	2039

Concessões em Regime de Exploração - TRANSMISSÃO

Empreendimento	Estado	Prazo (anos)	Vencimento
LT 230 kV Irapé – Araçuaí 2	MG	30	2035
LT 345 kV Montes Claros – Irapé	MG	30	2034
LT 345 kV Itutinga – Juiz de Fora	MG	30	2035
Consórcio Caldas Novas - Ampliação da Subestação da Usina de Corumbá 345/138 kV (150 MVA) de propriedade de Furnas	-	30	2041
SE Niquelândia 230/69 kV	-	30	2042
LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas			
LT 500 kV Rio das Éguas - Luziânia			
LT 500 kV Luziânia - Pirapora (967 km)	-	30	2043
LT 500 kV Marimbondo II - Assis, CS (296,5 km)	-	30	2043
LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia - C1 e C2			
LT 230 kV Brasília Geral-Brasília Sul - C3			
LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3 (94,5 km)	-	30	2043
LT 500 kV Itatiba - Bateias			
LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba			
LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias (847 km)	-	30	2044
LT 230 kV Barro Alto - Itapaci, C2 (69 km)	-	30	2044
LT-CC ±800 kV (2.092 km) - Estação Conversora Xingu ±800 kV 4.000 MW e Estação Conversora Estreito ±800 kV 3.850 MW.	-	30	2044
LT Xavantes – Pirineus, CS, em 230 Kv	GO	30	2041
SE - Caxias 6 (330 MVA) 230/69 Kv	RS	30	2040
SE - Foz do Chapecó (100 MVA) 230/138 Kv	SC	30	2041
SE - Ijuí 2 230/69Kv	RS	30	2040
SE - Lageado Grande (83 MVA) 230/69 Kv (ampliação)	RS	30	2040
SE - Nova Petrópolis 2 (166 MVA) 230/69 Kv	RS	30	2040
SE Zona Oeste (Transformador 500/138 kV)	RJ	30	2042
Subestação Natal III, em 230/69kV (RN) Linha de transmissão Natal II/Natal III, com 23 km	RN	30	2039
Subestação Santa Rita II, em 230/69kV (PB)	PB	30	2039
Subestação Zebu, em 230/69kV (AL)	AL	30	2039
LT 230Kv Campos Novos - Santa Marta	SC/RS	30	2032
LT 525kv Ivaiporã - Londrina	PR	30	2035
LT Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara 2 (SP), ±600 kV com 2.375 Km	RO/SP	30	2039
LT 230kv Cascavel Oeste - Umuarama	PR	30	2042
LT 525kv Curitiba - Curitiba Leste	PR	30	2042
LT 230 kv Santo Ângelo-Maçambará; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó, circuito simples,C1; LT Pinhailzinho-Foz do Chapecó, circuito simples, C2.	-	30	2044
Construtora da LT Coletora Porto Velho - Araraguara 2, montagem e serviços associados.	RO/SP	-	-
LT 230 kv Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT 230Kv Camaquã 3 - Quinta; LT 525kv Salto Santiago - Itá; LT 525kv Itá - Nova Santa Rita.	RS	30	2042
LT 525 kv Nova Santa Rita - Povo Novo; LT 525Kv Povo Novo - Marmeleiro; LT 525kv Marmeleiro - Santa Vitória do Plamar; Seccionamento da LT 230 kv Camaquã 3.	RS	30	2042
Transmissão Rede Básica	Diversos	30	2042
SE Nobres 230/138 kV	MG	30	2041
SE Miramar 230/69 kV	AM/RR	30	2041
SE Lucas do Rio Verde 230/ 138 kV	MG	30	2031
LT Lechuga - Jorge Teixeira, C3, 230 kV, 3x150 MVA	AM	30	2043
Estação Retificadora nº 01 CA/CC, 800/+- 600kV - 310Mw e Estação Inversora nº 01 CC/ CA +- 600/500kV - 2950MW	RO/SP	30	2039
Linha de Transmissão Porto Velho - Abunã (RO), Rio Branco (AC), com 487 Km de extensão e 230 kV	Diversos	30	2039
LT 230 kV Rio Branco I -- Feijó; LT 230 kV Feijó - Cruzeiro do Sul; SE 230/69 kV Feijó - (3+1R) x 10 MVA; SE 230/69 kV Cruzeiro do Sul - (6+1R) x 10 MVA	AC	30	2034
LT Coxipó-Cuiabá- Rondonópolis (MT), em 230 kV com 193 Km e SE Seccionadora Cuiabá	MT	30	2034
LT Jauru-Juba (MT) e Maggi - Nova Mutum (MT), ambas em 230 kV e com 402 km, SE Juba e SE Maggi - 230/138 kV	MT	30	2038
LT Colinas-Miracema-Gurupi-Peixe Nova Serra da Mesa 2 (TO/GO), em 500 kV com 695 Km SE Serra da mesa 2 e SE Peixe 2	TO/GO	30	2036
LT Jaurú - Cuiabá (MT), com 500 kv e com 348 Km e SE Jaurú, com 500/230 kV	MT	30	2039
LT Oriximiná - Silves - Lechuga (PA/AM), em 500 kV, com 586 Km, SE Silves 500/138kv e SE Cariri 500/230 kv	PA/AM	30	2038
LT Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara 2 (SP), ±600 kV com 2.375 Km	RO/SP	30	2039
Empresa constituída para construção do empreendimento da Norte Brasil Transmissora de Energia S/A	-	30	-
Empresa constituída para construção do empreendimento da Manaus Transmissora de Energia S/A	-	30	-
LT Porto Velho - Samuel - Ariquemes - Ji-Paraná - Pimenta Bueno - Vilhena (RO), Jaurú (MT), com 987 Km, 230 kV	RO/MT	30	2039
LT Xingu - Estreito - Pará (PA) a Minas Gerais (MG), em 800 kV com 2.093 km.	PA/MG	30	2044
LT Lechuga (AM) - Equador - Boa Vista (RR), com 500 kV e com 715 km, e SE Equador 500kv, SE Boa Vista 500/230 kv	AM/RR	30	2032

Os prazos de vencimento das concessões irão ocorrer em diversas datas, havendo concentração nos anos de 2037 a 2042, após as prorrogações de grande parte das concessões da Companhia, nos termos da Lei 12.783/2013.

• Distribuição de Energia

Concessões em Regime de Exploração - DISTRIBUIÇÃO

Concessões/ Permissões	Região Geográfica	Municípios atendidos (*)	Vencimento da Concessão
Cia. de Eletricidade do Acre - Eletroacre	Estado do Acre	22	2015
Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron	Estado de Rondônia	52	2015
Companhia Energétca de Alagoas - Ceal	Estado de Alagoas	102	2015
Companhia Energética do Piauí - Cepisa	Estado do Piauí	224	2015
Amazonas Energia	Estado do Amazonas	62	2015
Boa Vista Energia	Estado de Roraima	1	2015
CELG Distribuição S.A.	Estado de Goiás	237	2015

(*) Não auditado pelos auditores independentes

2.1. Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

Permanecem sem homologação pelo Poder Concedente as indenizações relacionadas a certos ativos das concessões prorrogadas nos seguintes montantes:

	31/12/2014 e 31/12/2013					
Geração	Chesf	Eletronorte	Eletrosul	Furnas	CGTEE	Total
Modernização e melhorias	487.822	-	-	995.718	-	1.483.540
Geração térmica	-	186.355	-	673.030	356.937	1.216.322
Transmissão						
Modernização e melhorias (RBNI)	289.676	-	-	552.138	-	841.814
Rede básica - serviços existentes (RBSE)	1.187.029	1.732.910	513.455	3.977.922	-	7.411.316
Total	1.964.527	1.919.265	513.455	6.198.808	356.937	10.952.992

continua

continuação

Até que ocorra a homologação dos valores destas indenizações pelo Poder Concedente, tais valores não sofrerão atualização monetária, sendo mantidos pelo custo histórico.

Através das Resoluções Normativas 589 e 596, a Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL, para fins de indenização, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) para os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 ainda não depreciados (RBSE) e os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as controladas Eletrosul e Eletronorte, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL número 589, de 10/12/2013, apresentaram à ANEEL, seus laudos de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 ("Laudo de Avaliação"), para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica Sistema Existente – RBSE prevista no Artigo 15, §2º da Lei 12.783/13, nos montantes de R$ 1.061.000 e R$ 3.547.000, respectivamente.

O valor residual contábil dos ativos afetados da controlada CGTEE pelas mudanças promovidas no ambiente regulatório correspondem a R$ 402.848, em 31 de dezembro de 2014, o valor estimado de indenização pelo Valor Novo de Reposição - VNR é de, aproximadamente, R$ 424.722, determinado pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretações do Decreto 7.805/2012, podendo a referida estimativa sofrer alterações até a homologação final dos ativos indenizáveis. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

A controlada Furnas, em 23 de dezembro de 2014, comunicou a ANEEL a nova data de entrega do laudo de avaliação tendo como nova previsão a data de 31 de março de 2015.

O excesso entre os valores pleiteados nos referidos laudos de avaliação dos ativos de transmissão e os valores contabilizados não foi reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, pois estão sujeitos à aprovação pela ANEEL.

2.2. Prorrogação das concessões de distribuição

Em 15 de outubro de 2012, as distribuidoras cujas concessões vencerão em 2015, tiveram o direito de manifestar o interesse na prorrogação da concessão por um período adicional de 30 anos, o que fizeram no prazo estabelecido. Até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras não foram regulamentados os critérios de prorrogação desses contratos pelo Poder Concedente e, portanto, não ocorreu a assinatura do contrato de concessão para as distribuidoras que manifestaram o interesse até 15 de outubro de 2012, o qual só ocorrerá quando do vencimento da atual concessão.

Não há garantias de que o Poder Concedente aprovará prorrogação de acordo com as atuais condições, dependendo de diversos critérios que serão analisados pelo Poder Concedente. Há previsão de indenização dos ativos não amortizados ao final da concessão.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia, no processo de aplicação das políticas contábeis do Sistema Eletrobras. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e alguns ativos vinculados a concessões que foram mensurados pelo valor novo de reposição – VNR (geradoras e transmissoras) ou pela Base de Remuneração Regulatória – BRR (distribuidoras). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelo IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(b.1) Normas novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas

IAS 36 – Redução no valor recuperável de ativo (alteração)

A Companhia aplicou as alterações do IAS 36/ CPC 01 (R1) pela primeira vez no exercício atual. As alterações retificam algumas consequências não intencionais das consequentes alterações ao IAS 36 decorrentes do IFRS 13. As alterações (a) alinham os requisitos de divulgação com a intenção do IASB e reduzem as circunstâncias em que é exigido o valor recuperável de ativos ou unidades geradoras de caixa a serem divulgados, (b) exigem a divulgação adicional sobre a mensuração do valor justo quando o valor recuperável dos ativos que apresentaram perda é baseado no valor justo menos os custos de alienação, e (c) apresentam uma exigência explícita de divulgar a taxa de desconto utilizada na determinação de *impairment* (ou reversões), onde o valor recuperável, com base no valor justo menos os custos de alienação, é determinado usando uma técnica de valor presente.

A aplicação dessas alterações não gerou impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

IAS 27/CPC 35 (R2) – Demonstrações separadas

A alteração reestabelece o método de equivalência patrimonial como uma opção de avaliação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas em demonstrações financeiras individuais conforme descrito no IAS 28 – Investimento em coligadas. Essa alteração tem adoção obrigatória para períodos anuais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida. A Companhia optou por adotar antecipadamente.

(b.2) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas(*)

O *International Accounting Standards Board – IASB* publicou ou alterou os seguintes principais pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2015:

IFRS 9 (novo pronunciamento) – introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

Modificação as IFRS 9 e IFRS 7 – Data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição.

Modificações à IAS 19 (CPC 33) – Benefícios a Empregados.

(*) Essas alterações ainda não foram homologadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Modificações às IFRSs – Ciclos de Melhorias Anuais 2010-2012.

Modificações às IFRSs – Ciclos de Melhorias Anuais 2011-2013.

A Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras.

Aplicável em ou a partir de 01 de janeiro de 2016:

Revisão IAS 16 e IAS 38 – a modificação tem o propósito de incluir informações sobre o conceito de expectativa futura de redução no preço de venda e esclarecer sobre o método de depreciação baseado na receita gerada por uma atividade.

Revisão IFRS 11 – a alteração requer que o adquirente de uma participação em operação conjunta que constitui um negócio, conforme definido no IFRS 3, aplique os princípios do IFRS 3, exceto aqueles que entram em conflito com o IFRS 11.

Revisão IFRS 10 e IAS 28 – Esclarece que em uma transação entre investidor e associado ou *joint venture*, o reconhecimento do ganho ou perda depende se os bens vendidos ou contribuídos constituem um negócio.

Revisão IAS 1 – Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras.

Modificações às IFRSs – Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014

A Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras.

Aplicável em ou a partir de 01 de janeiro de 2017:

IFRS 15 (novo pronunciamento) – especifica como e quando será feito o reconhecimento assim como requer que a entidade forneça aos usuários das demonstrações financeiras informações mais informativas e relevantes.

A Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desse novo pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Aplicável em ou a partir de 01 de janeiro de 2018:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – tem como objetivo substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e estabelecer princípios para divulgação de ativos e passivos financeiros, bem como adicionar novo modelo de *impairment* e alterações quanto à classificação e mensuração dos ativos financeiros.

A Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras.

3.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas que incluem as participações societárias da Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações financeiras consolidadas as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto, assim como das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidas pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Sistema Eletrobras detém o controle. O Sistema Eletrobras controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Sistema Eletrobras. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Sistema Eletrobras deixa de ter o controle.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia adota as seguintes principais práticas de consolidação:

a) Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;

b) Eliminação de saldos a receber e a pagar intercompanhias;

c) Eliminação das receitas e despesas intercompanhias;

d) Destaque da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e na demonstração do resultado das empresas investidas consolidadas.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral, conforme descrito no quadro abaixo. A participação é dada sobre o capital total da controlada.

Controladas	31/12/2014		31/12/2013	
	Participação Direta	Indireta	Participação Direta	Indireta
Amazonas Energia	100%	-	100%	-
Boa Vista Energia	100%	-	100%	-
Ceal	100%	-	100%	-
CELG-D (2)	51%	-	-	-
Cepisa	100%	-	100%	-
Ceron	100%	-	100%	-
CGTEE	100%	-	100%	-
Chesf	100%	-	100%	-
Eletroacre	94%	-	94%	-
Eletronorte	99%	-	99%	-
Eletronuclear	100%	-	100%	-
Eletropar	84%	-	84%	-
Eletrosul	100%	-	100%	-
Furnas	100%	-	100%	-
Chuí IX	-	99,99%		-
Coxilha Seca	-	99,99%	-	-
Estação Transmissora (1)	-	-	-	100%
Hermenegildo I	-	99,99%	-	-
Hermenegildo II	-	99,99%	-	-
Hermenegildo III	-	99,99%	-	-
Linha Verde Transmissora (3)	-	100%	-	-
Uirapuru	-	75%	-	75%
Complexo Eólico Pindaí I (4)				
Acauã Energia S.A.	-	99,93%	-	-
Angical 2 Energia S.A.	-	99,96%	-	-
Arapapá Energia S.A.	-	99,90%	-	-
Caititu 2 Energia S.A.	-	99,96%	-	-
Caititu 3 Energia S.A.	-	99,96%	-	-
Carcará Energia S.A.	-	99,96%	-	-
Corrupião 3 Energia S.A.	-	99,96%	-	-
Teiú 2 Energia S.A.	-	99,95%	-	-
Complexo Eólico Pindaí II (4)				
Coqueirinho 2 Energia S.A.	-	99,98%	-	-
Papagaio Energia S.A.	-	99,96%	-	-

(1) Empresa incorporada (Vide Nota 3.2. (d))

(2) Aquisição de controlada (Vide Nota 42(a))

(3) Aquisição de controle (Vide Nota 42(b))

(4) Aquisição de controle (Vide Nota 42(c))

continua

continuação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos exclusivos cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco baixo e alta liquidez dos papéis.

(b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

(c) Participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*)

Uma *joint venture* é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da *joint venture* requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Quando uma controlada da Companhia exerce diretamente suas atividades por meio de uma *joint venture*, a participação da Companhia nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas Demonstrações Financeiras da respectiva controlada e classificada de acordo com sua natureza. Os passivos e gastos incorridos diretamente relacionados a participações nos ativos controlados em conjunto são contabilizados pelo regime de competência. Qualquer ganho proveniente da venda ou do uso da participação da Companhia nos rendimentos dos ativos controlados em conjunto e sua participação em quaisquer despesas incorridas pela *joint venture* são reconhecidos quando for provável que os benefícios econômicos associados às transações serão transferidos para a/da Companhia e seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

(d) Incorporação de Subsidiárias

Em 31 de março de 2014, os acionistas da controlada Eletronorte aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Estação Transmissora de Energia S.A. - Estação, sociedade de propósito específico controlada da Companhia, visando simplificar a estrutura legal e reduzir os custos administrativos, operacionais e fiscais, e com objetivo de maximizar a sua eficiência. Como resultado desta incorporação, a Estação foi extinta de pleno direito e a Eletronorte tornou-se sua sucessora.

3.3. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.4. Clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes (consumidores e revendedores) são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica faturado e não faturado, este por estimativa, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE contabilizado com base no regime de competência, e são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O saldo inclui ainda o fornecimento de energia ainda não faturado, originado substancialmente da atividade de distribuição e que é mensurado com base em estimativas, tendo como base o histórico de consumo de MW/h.

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota 7).

3.5. Conta de Consumo de Combustível – CCC

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Companhia administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em conta bancária vinculada, e às quotas não quitadas pelos concessionários. Os valores registrados no ativo são corrigidos pela rentabilidade da aplicação e representam um caixa restrito, não podendo ser utilizado para outros propósitos.

As operações com a CCC não afetam o resultado do exercício da Companhia.

3.6. Cauções e Depósitos Vinculados

Os montantes registrados destinam-se ao atendimento legal e/ou contratual. Estão avaliados pelo custo de aquisição acrescido de juros e correção monetária com base nos dispositivos legais e ajustados por provisão para perda na realização quando aplicável. O resgate dos mesmos encontra-se condicionado a finalização dos processos judiciais a que esses depósitos se encontram vinculados.

3.7. Estoque de Almoxarifado e Combustível - CCC

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, líquido de provisões para perdas, quando aplicável, e não excedem ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização. O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Os materiais em estoque de almoxarifado e de combustível - CCC são classificados no ativo circulante.

3.8. Estoque de combustível nuclear

Composto pelo concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear utilizados nas usinas termonucleares Angra I e Angra II, e são registrados pelo custo de aquisição.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante - realizável a longo prazo, apresentado na rubrica Estoque de Combustível Nuclear. Depois de concluído o processo de fabricação, a parcela relativa à previsão do consumo para os 12 meses subsequentes é classificada no ativo circulante.

O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento do combustível. Periodicamente são realizados inventários e avaliações dos elementos de combustível nuclear que passaram pelo processo de geração de energia elétrica e encontram-se armazenados no depósito de combustível usado.

3.9. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos a aquisição dos ativos, e também inclui, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens. Adicionalmente, em conexão com o entendimento da Companhia sobre o atual arcabouço regulatório de concessões, inclusive a Lei 12.783/2013, foi considerada a indenização ao fim da concessão com base no menor valor entre o VNR ou o valor residual contábil, sendo esse fator considerado na mensuração do ativo imobilizado (Vide detalhes na Nota 16).

Ativos mantidos por meio de arrendamento mercantil financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício.

3.9.1. Custos de empréstimos

Mensalmente são agregados ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros e quando aplicável, à variação cambial incorrida sobre os empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização:

a) O período de capitalização ocorre quando o ativo qualificável encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item encontra-se disponível para utilização;

b) Os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização ou, para aqueles ativos nos quais foram obtidos empréstimos específicos, as taxas destes empréstimos específicos;

c) Os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização;

d) Os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil estimada determinados para o item ao qual foram incorporados.

Os ganhos sobre investimentos, decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos e financiamentos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos elegíveis para capitalização, quando o efeito é material.

Todos os demais custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.10. Contratos de concessão

A Companhia possui contratos de concessão nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente (Governo Federal Brasileiro), por períodos que variam entre 20 anos e 35 anos, sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. Os prazos das principais concessões estão descritas na Nota 2.

I – Sistema de Tarifação

a) O sistema de tarifação da distribuição de energia elétrica é controlado pela ANEEL e tais tarifas são reajustadas anualmente e revisadas a cada período de quatro anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessionária, considerando os investimentos prudentes efetuados e a estrutura de custos e despesas da empresa de referência. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários, tendo como base o volume de energia consumido e a tarifa autorizada (Vide Nota 17 b).

b) O sistema de tarifação da transmissão de energia elétrica é regulado pela ANEEL e são efetuadas revisões tarifárias periódicas, sendo estabelecida uma Receita Anual Permitida – RAP, atualizada anualmente por um índice de inflação e, sujeita a revisões periódicas para cobertura de novos investimentos e eventuais aspectos de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão. Ressaltamos que esse sistema de tarifação foi alterado a partir da renovação das concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013.

c) O sistema de tarifação da geração de energia elétrica foi baseado, de forma geral, em tarifa regulada até 2004 e, após essa data, em conexão com as mudanças na regulamentação do setor, foi alterado de base tarifária para um sistema de preços, sendo que as geradoras de energia elétrica podem ter a liberdade de participar em leilões de energia elétrica destinados ao mercado regulado, havendo nesse caso um preço-base, sendo o preço final determinado através de competição entre os participantes do leilão. Adicionalmente as geradoras de energia elétrica podem efetuar contratos bilaterais de venda com os consumidores que se enquadrem na categoria de consumidores livres (definição com base na potência demandada em MW). Ressaltamos que esse sistema de tarifação foi alterado a partir da renovação das concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013.

II – Concessões de Transmissão e Distribuição

Os contratos de concessão regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

1) Distribuição de energia elétrica

a) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

b) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o concessionário tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização determinada pela Base de Remuneração Regulatória - BRR depreciada.

2) Transmissão de energia elétrica

a) O preço (tarifa) é regulado e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora de energia elétrica não pode negociar preços com usuários. Para alguns contratos, a RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano. Para os demais contratos, a RAP é atualizada monetariamente por índice de preços uma vez ao ano e revisada a cada cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer empresa de transmissão de energia elétrica está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de despesas operacionais decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. Os níveis de tarifa (RAP) foram alterados a partir da renovação das concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013.

b) Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito a recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, determinado pelo valor novo de reposição - VNR. Ainda há ativos de concessões renovadas, pendentes de homologação da ANEEL, e, consequentemente, pendente de indenização.

II.1 - Aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão de Serviços, aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública:

a) Controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;

b) Controla ou regula o preço ao qual os serviços são fornecidos;

c) Controla/detém um interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Uma concessão público-privada apresenta, tipicamente, as seguintes características:

a) Uma infraestrutura subjacente à concessão a qual é utilizada para prestar serviços;

b) Um acordo/contrato entre o poder concedente e o operador;

c) O operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;

d) O operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, quer diretamente do poder concedente, quer dos utilizadores da infraestruturas, ou de ambos;

e) As infraestruturas são transferidas para o poder concedente no final da concessão, tipicamente de forma gratuita ou também de forma onerosa.

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas de concessão enquadradas na norma não são reconhecidas pelo concessionário como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o operador não controla tais ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

1) Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual foi classificado como empréstimos e recebíveis (geração e transmissão) ou disponível para venda (distribuição).

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

2) Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de crédito e demanda) em relação à concessão e resulta no registro de um ativo intangível.

3) Modelo Misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo poder concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia e suas controladas e nos requerimentos da norma, os seguintes ativos são reconhecidos sobre o negócio de distribuição elétrica:

a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar sujeita à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

a) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia e potência consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e

b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

As concessões de distribuição de energia elétrica de suas controladas não são onerosas. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Para a atividade de transmissão de energia elétrica a Receita Anual Permitida - RAP é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (II) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

III. Concessões de Geração

a) Geração hidráulica e térmica – as concessões, não atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013, não estão no escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), tendo em vista as características de preço e não de tarifa regulada. A única exceção refere-se à geração da Amazonas Energia que é destinada exclusivamente para a operação de distribuição e que possui um mecanismo tarifário específico. A partir de 1° de janeiro de 2013, as concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013, até então fora do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), passam a fazer parte do escopo de tais normativos, considerando a alteração no regime de preço, passando a ser tarifa regulada para essas concessões, nos moldes já aplicados a concessões de distribuição até então.

b) Geração nuclear – Possui um sistema de tarifação definido, porém difere dos demais contratos de geração, por ser uma autorização e não uma concessão. Não há prazo definido para o fim da autorização bem como as características de controle significativo dos bens por parte do poder concedente ao final do período de autorização.

IV. Itaipu Binacional

a) Itaipu Binacional é regida por um Tratado Binacional de 1973 em que foram estabelecidas as condições tarifárias, sendo a base de formação da tarifa determinada exclusivamente para cobrir as despesas e o serviço da dívida dessa Companhia;

b) A base tarifária e os termos de comercialização estarão vigentes até 2023, o que corresponde à parte significativa da vida-útil da planta, quando então a base tarifária e os termos de comercialização deverão ser revistos;

c) A base tarifária de Itaipu foi estabelecida de forma preponderante a permitir o pagamento do serviço da dívida, que tem vencimento final em 2023, e a manter os seus gastos de operação e manutenção;

d) A comercialização de energia de Itaipu foi sub-rogada a Companhia, porém foi originada de contratos previamente assinados com as distribuidoras em que foram previamente definidas as condições de pagamento.

e) Através da Lei 10.438 de 26 de abril de 2002 foram sub-rogados à Companhia os compromissos de aquisição e repasse às concessionárias de distribuição dos serviços de eletricidade de Itaipu Binacional firmados até então por Furnas e Eletrosul, subsidiárias da Companhia, com as concessionárias de distribuição de energia elétrica. Dívidas oriundas de comercialização de energia de Itaipu Binacional foram renegociadas junto à Companhia dando origem a contratos de financiamento. Tais contratos foram inicialmente registrados a valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

f) Os termos do tratado garantem o reembolso a Companhia mesmo nos casos de falta de capacidade de geração de energia ou problemas operacionais com a planta.

V. Ativo financeiro – Concessões de Serviço Público.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (ou de quem o poder concedente tenha outorgado) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base na parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão. Os ativos de distribuição são remunerados com base na remuneração *Weighted Average Cost of Capital* – WACC (custo de capital) regulatório, sendo esse fator incluído na base tarifária e os de transmissão e os de geração são remunerados com base na taxa interna de retorno do empreendimento. No caso de geração, somente os ativos vinculados às concessões diretamente afetadas pela Lei 12.783/2013 e formados a partir da mencionada Lei, são considerados ativos financeiro que serão remunerados nos mesmos moldes das transmissoras, desde que a aquisição de tais ativos seja homologada pelo MME e ANEEL.

Estas contas a receber são classificadas entre circulante e não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.11. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia elétrica (para a geração a infraestrutura da Amazonas Energia, que possui vínculo exclusivo com a atividade de distribuição dessa mesma Companhia, também é classificada como intangível). O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

O ativo é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, considerando que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade dos seus ativos utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, considerando que não há mercado ativo para os ativos vinculados à concessão. (Vide Nota 19).

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os direitos de uso da concessão, mas incluem, também, ágio na aquisição de investimentos e gastos específicos associados à aquisição de direitos, acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.11.1. Concessões Onerosas (Uso do Bem Público - UBP)

A Companhia e algumas controladas possuem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica em determinadas usinas.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Companhia e essas controladas ajustaram a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária, definida no contrato de concessão, é capitalizada no ativo, durante a construção das Usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, é reconhecida diretamente no resultado.

Esses ativos estão registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo não circulante.

3.11.2. Gastos com Estudos e Projetos

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamento hidroelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional, quando incorridos, e até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto. Atualmente, a Companhia não possui valores capitalizados referentes a gastos com estudos e projetos.

3.12. Reconhecimento dos valores a receber e obrigações de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica – OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte – Poder Concedente. Esse novo evento altera, a partir dessa data, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo. São condições, assim, que diferem em essência das que ocorriam anteriormente.

Os efeitos do aditamento dos contratos de concessão e permissão não têm natureza de mudança de política contábil, mas, sim, a de uma nova situação e, consequentemente, sua aplicação será prospectiva. Portanto, o registro dos valores a receber (obrigações) foi efetuado em contas de ativo (ou passivo financeiro), conforme o caso, em contrapartida ao resultado do exercício (receita de venda de bens e serviços).

3.13. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, excluindo o ágio

Ao fim de cada exercício, a Companhia avalia se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto, que reflita uma avaliação atual de mercado: do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi efetuada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa), em função da estimativa revisada de seu valor recuperável. Tal aumento não pode exceder o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em função do histórico de prejuízos operacionais das empresas de distribuição da Eletrobras, a Companhia efetua, anualmente, o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, resultando em um valor inferior àquele registrado contabilmente para algumas distribuidoras (vide Nota 18). Adicionalmente, para as demais unidades de negócio é efetuado o teste de recuperabilidade através do fluxo de caixa descontado anualmente, sendo que essa avaliação é feita individualmente por cada contrato de concessão de geração e transmissão.

3.14. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se aplicável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Considerando que as operações de investimento da Companhia estão atreladas a operações que possuem contratos de concessão, o ágio decorrente da aquisição de tais entidades representa o direito de concessão com vida útil definida, sendo reconhecido como ativo intangível da concessão, e a amortização efetuada de acordo com o prazo de concessão.

3.15. Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Tal valor justo é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos à Companhia e dos passivos assumidos pela Companhia, na data de aquisição, com os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

• ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados que são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente;

• passivos ou instrumentos de patrimônio, relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações de Grupo, celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida que são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10(R1)) na data de aquisição; e

• ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) que são mensurados conforme essa Norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma: (1) da contrapartida transferida; (2) do valor das participações não controladoras na adquirida e; (3) do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos, na data de aquisição, dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma: (1) da contrapartida transferida; (2) do valor das participações não controladoras na adquirida e; (3) do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras, que correspondam a participações atuais e, conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade, no caso de liquidação, poderão ser, inicialmente, mensuradas pelo valor justo. Poderão também ser mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outra IFRS e CPC.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia, em uma combinação de negócios, inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo, na data de aquisição. Adicionalmente, é incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente, classificadas como ajustes do período de mensuração, são ajustadas retroativamente, com os correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" e relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição. O período de mensuração não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente, não classificadas como ajustes do período de mensuração, depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é reavaliada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é reavaliada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes, de acordo com a IAS 39 (equivalente ao CPC 38), ou a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é reavaliada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida, antes da data de aquisição, que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide acima), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

As combinações de negócios ocorridas até 31 de dezembro de 2008 foram contabilizadas de acordo com a instrução CVM 247/1996. Os ágios e deságios apurados nas aquisições de participações de acionistas não controladores após 1º de janeiro de 2009, data da adoção inicial do IFRS, são alocados integralmente ao contrato de concessão e reconhecidos no ativo intangível.

3.16. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos. Adicionalmente, a opção de apuração dos impostos sobre o resultado da Companhia é pelo método do lucro real.

3.16.1. Tributos correntes

A provisão para imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício.

3.16.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, no final de cada período de relatório, sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e nas bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em Outros Resultados Abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em Outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os tributos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

3.17. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.17.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

(a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou

(b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que o Sistema Eletrobras administra em conjunto e, possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

(c) For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "*hedge*" efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

(a) Tal designação eliminar ou reduzir, significativamente, uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou

(b) O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e

(c) Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

(d) Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica outras receitas e despesas financeiras, na demonstração do resultado.

(a) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de Parcela A e outros) são inicialmente registrados pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda e não classificados como:

1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado,

2) Investimentos mantidos até o vencimento, ou

3) Empréstimos e recebíveis.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas a variações nas taxas de câmbio, as receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos e os dividendos sobre investimentos em ações disponíveis para venda são reconhecidos no resultado. As variações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em Outros resultados abrangentes. Quando o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente reconhecido na conta de Outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

3.17.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se, qualquer evidência desse tipo, existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado. As perdas por valor recuperável reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por valor recuperável ter sido reconhecido no resultado, a perda por valor recuperável é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável, quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir: a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, após o período médio de recebimento, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o montante da redução ao valor recuperável registrado corresponde: à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o montante da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente provisionados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.17.3. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou são transferidos juntamente com os riscos e benefícios da propriedade. Se a Companhia não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em Outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

3.17.4. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade do Sistema Eletrobras são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio. Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Sistema Eletrobras são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.17.5. Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.17.6. Contratos de garantia financeira

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras pelo valor justo na data de emissão da garantia. Subsequentemente as obrigações em relação a garantias são mensuradas pelo maior valor inicial menos a amortização das taxas reconhecidas, e melhor estimativa do valor requerido para liquidar a garantia.

Essas estimativas são definidas com base na experiência de transações similares e no histórico de perdas passadas e no o julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias são apresentadas quando ocorridas nas despesas operacionais (Vide Nota 22).

3.17.7. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, swaps de taxa de juros e de moedas. A Nota 43 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

(Vide item 3.17.9)

3.17.8. Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos, em contratos principais não derivativos, são tratados como um derivativo, separadamente, quando seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.17.9. Contabilização de *hedge*

A Companhia possui política de contabilização de *hedge* e os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge* atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

Para os fins de contabilidade de *hedge*, a Companhia utiliza as seguintes classificações:

(a) *Hedge*s de valor justo

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. As mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* e no item objeto de *hedge*, atribuível ao risco de *hedge*, são reconhecidas na demonstração do resultado.

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

(b) *Hedge*s de fluxo de caixa

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos, que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio, naquela data, permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para sua gestão de riscos financeiros, conforme descrito na Nota 43. Com data inicial em 1° de outubro de 2013, a Companhia adotou procedimentos de contabilidade de *hedge* conforme as disposições do CPC 38 (IAS 39) objetivando a redução da volatilidade nas demonstrações financeiras gerada pela marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos e maior transparência das atividades da Gestão de Risco da Companhia.

Na data inicial, a Companhia designou os seus *hedges* de taxas de juros como *Hedge* de Fluxo de Caixa, portanto, a variação efetiva do valor justo dos instrumentos de *hedge* será represada na conta de Outros resultados abrangentes. Conforme a dívida protegida é reconhecida no resultado financeiro, a variação de valor justo represada em Outros resultados abrangentes do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro com base na taxa de juros efetiva. A cada trimestre são realizados testes de efetividade para avaliar se os instrumentos derivativos protegeram e se devem continuar protegendo efetivamente a dívida atrelada. Se durante o teste de efetividade houver parcela ineficaz, este valor será reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Cada relação de *hedge* é documentada de forma que seja identificada a dívida protegida, o derivativo designado, o objetivo, a estratégia da gestão de risco, os termos contratuais designados para Contabilidade de *Hedge* e a metodologia de aferição da eficácia prospectiva e retrospectiva.

3.18. Benefícios pós-emprego

3.18.1. Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas patrocinam vários planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos à estes fundos de pensão,determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

3.18.2. Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou a invalidez do mesmo enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

3.18.3 Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pelo Sistema Eletrobras antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. O Sistema Eletrobras reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando o Sistema Eletrobras não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

3.19. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos, requeridos para a liquidação de uma provisão, podem ser recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.19.1. Provisão para desmobilização de ativos

Conforme previsto no pronunciamento IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termonucleares. O objetivo de tal provisão é alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos.

Os valores são apropriados ao resultado do exercício a valor presente, com base em quotas anuais fixadas em dólares norte americanos, a razão de 1/40 dos gastos estimados, registrados imediatamente e convertidos pela taxa de câmbio do final de cada período de competência (vide Nota 31).

3.19.2. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

3.19.3. Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

3.20. Adiantamento para futuro aumento de capital

Adiantamentos de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a aporte de capital são concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo não circulante e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pelo indexador estabelecido contratualmente.

3.21. Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando a Companhia compra suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

3.22. Juros sobre o capital próprio e dividendos

Os juros sobre o capital próprio são imputados aos dividendos do exercício, sendo calculados tendo como limite uma porcentagem sobre o patrimônio líquido, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP estabelecida pelo Governo Brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucro, antes de incluir o lucro do próprio exercício, o que for maior.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, são apresentados no Patrimônio Líquido, em conta específica denominada dividendos adicionais propostos.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

3.23. Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

a) Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido;

b) Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;

c) Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda; e

d) Ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa.

3.24. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e outras deduções similares.

3.24.1. Venda de energia e serviços

a) Geração e Distribuição

As receitas de distribuição são classificadas como: i) Suprimento (venda) de Energia Elétrica a distribuidoras; ii) Fornecimento de Energia Elétrica para o consumidor, e; iii) Energia Elétrica no mercado de Curto Prazo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. Inclui também a receita de construção vinculada ao segmento de distribuição de energia elétrica e de parte da geração abrangida no escopo do ICPC 01/IFRIC 12.

Para as concessões de geração renovadas à luz da Lei 12.783/2013, houve a alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos da taxa de 10%, sendo contabilizada a receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

b) Transmissão

1) Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro, até o final do período da concessão, auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa média de retorno dos investimentos.

2) Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

3) A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento técnico CPC 17 (R1) (equivalente à IAS 11) e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que:

(i) A atividade fim da Companhia é a geração e distribuição de energia elétrica;

(ii) Toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a geração e distribuição de energia elétrica.

(iii) A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

3.24.2. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos proveniente de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido e desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita proveniente de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.25. Arrendamento Mercantil

Conforme orientações do Pronunciamento CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil e da Interpretação Técnica ICPC 03- Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, devem ser registrados no Ativo Imobilizado os direitos que a Companhia detenha sobre bens corpóreos destinados à manutenção de suas atividades, decorrentes de arrendamento mercantil financeiro que transfiram ao arrendatário os benefícios, riscos e controle sobre os bens. No início do arrendamento financeiro, estes bens são capitalizados pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte no passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo.

Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil financeiro (a) está classificado no Ativo Não Circulante sendo amortizado durante a sua vida útil (Nota 22 item II).

3.26. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas, sistematicamente, no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas, com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas e apropriadas à reserva de lucros e não são destinadas a distribuição de dividendos.

3.27. Paradas programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas de usinas e linhas de transmissão são apropriados ao resultado no período em que forem incorridos.

3.28. Apuração do resultado do exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

3.29. Lucro básico e lucro diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, de acordo com o CPC 41 (IAS 33).

3.30. Apresentação de relatórios por segmentos de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos relatórios operacionais são fornecidos para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia, que adota os seguintes segmentos:

(I) Geração;

(II) Transmissão;

(III) Distribuição; e

(IV) Administração.

Os resultados decorrentes das atividades de comercialização são apresentados juntamente com o segmento de geração.

3.31. Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição, durante determinado período. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada:

• Pelas receitas - receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas, inclusive de construção, e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa;

• Pelos insumos adquiridos de terceiros - custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização; e,

• Pelo valor adicionado recebido de terceiros - resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas.

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.32 Reclassificações

Para melhor apresentação de suas demonstrações financeiras, a Companhia procedeu a reclassificação de sua demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, passando a apresentar seus custos diretos em campo específico na demonstração do resultado, compondo assim o lucro bruto.

	CONTROLADORA 31/12/2013		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
RECEITAS OPERACIONAIS			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**2.840.238**	**-**	**2.840.238**
CUSTOS OPERACIONAIS			
Energia comprada para revenda	-	2.875.951	2.875.951
Encargos sobre uso da rede elétrica	-	-	-
Construção - Distribuição	-	-	-
Construção - Transmissão	-	-	-
Construção - Geração	-	-	-
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	-
	-	**2.875.951**	**2.875.951**
LUCRO BRUTO	**2.840.238**	**2.875.951**	**(35.713)**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal, Material e Serviços	593.774	-	593.774
Energia comprada para revenda	2.875.951	(2.875.951)	-
Encargos sobre uso da rede elétrica	-	-	-
Construção - Distribuição	-	-	-
Construção - Transmissão	-	-	-
Construção - Geração	-	-	-
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	-
Remuneração e ressarcimento	-	-	-
Depreciação	6.547	-	6.547
Amortização	-	-	-
Doações e contribuições	278.839	-	278.839
Provisões operacionais	4.912.114	-	4.912.114
Plano de readequação do quadro de pessoal	12.674	-	12.674
Outras	364.053	-	364.053
	9.043.952	**(2.875.951)**	**6.168.001**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**(6.203.714)**	**-**	**(6.203.714)**

	CONSOLIDADO 31/12/2013		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
RECEITAS OPERACIONAIS			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23.835.644	-	23.835.644
CUSTOS OPERACIONAIS			
Energia comprada para revenda	-	5.515.206	5.515.206
Encargos sobre uso da rede elétrica	-	1.555.257	1.555.257
Construção - Distribuição	-	1.013.684	1.013.684
Construção - Transmissão	-	1.797.324	1.797.324
Construção - Geração	-	736.855	736.855
Combustível para produção de energia elétrica	-	1.492.368	1.492.368
	-	12.110.694	12.110.694
LUCRO BRUTO	**23.835.644**	**12.110.694**	**11.724.950**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal, Material e Serviços	9.244.586	-	9.244.586
Energia comprada para revenda	5.515.206	(5.515.206)	-
Encargos sobre uso da rede elétrica	1.555.257	(1.555.257)	-
Construção - Distribuição	1.013.684	(1.013.684)	-
Construção - Transmissão	1.797.324	(1.797.324)	-
Construção - Geração	736.855	(736.855)	-
Combustível para produção de energia elétrica	1.492.368	(1.492.368)	-
Remuneração e ressarcimento	405.809	-	405.809
Depreciação	1.296.375	-	1.296.375
Amortização	215.955	-	215.955
Doações e contribuições	332.031	-	332.031
Provisões operacionais	3.258.205	-	3.258.205
Plano de readequação do quadro de pessoal	256.860	-	256.860
Outras	2.094.564	-	2.094.564
	29.215.079	**(12.110.694)**	**17.104.385**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**(5.379.435)**	**-**	**(5.379.435)**

3.33 Reapresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia efetuou uma correção no cálculo do ajuste a valor presente dos arrendamentos mercantis financeiros relacionados aos ativos dos produtores independentes de energia, que possuem contrato de fornecimento de energia para a controlada Amazonas Energia, e identificou incorreções a serem corrigidas de forma retrospectiva, conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. Assim, as cifras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e em 1º de janeiro de 2013, apresentadas para fins de comparação, estão sendo reapresentadas.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os valores registrados no passivo como RGR, CDE, PROINFA e P&D possuem contrapartida em contas de resultado, como deduções da receita operacional (nota 33). As demais contas estão apresentadas em conta de resultado, no grupo de despesas operacionais (nota 34).

28.1. Reserva Global de Reversão (RGR)

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos das concessionárias e permissionárias, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço.

28.2. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é destinada a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento aos estados que ainda não possuem rede canalizada.

Criada em 26 de abril de 2002, a CDE tem duração de 25 anos e é gerida pela Eletrobras, cumprindo programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia, não afetando o resultado da Companhia.

A CDE também é utilizada para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional.

28.3. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei nº 10.438, de abril de 2002, que busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

28.4. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

A Companhia, na condição de empresa concessionária de energia elétrica, está obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 0,4% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 0,4% para projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 0,2% para o Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

A composição dos recursos aplicados em projetos de pesquisa e desenvolvimento e dos repasses ao FNDCT e ao MME é a seguinte:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
PASSIVO CIRCULANTE		
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	190.071	160.818
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	3.591	3.539
Ministério de Minas e Energia (MME)	1.795	1.770
TOTAL	**195.457**	**166.127**
ATIVO CIRCULANTE		
Custos com projetos em andamento (nota 15)	(99.478)	(87.825)
TOTAL GERAL	**95.979**	**78.302**

Atendendo determinação dos citados dispositivos legais, em contrapartida aos lançamentos registrados no passivo, a Companhia contabiliza no resultado, em pesquisa e desenvolvimento, como dedução da receita operacional (nota 33).

28.5. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos, para fins de geração de energia elétrica, foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A Aneel gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Conforme estabelecido na Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis nº 9.433/1997, nº 9.984/2000 e nº 9.993/2000, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHE's, enquanto os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH´s), são dispensadas do pagamento da compensação financeira.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

NOTA 29 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 2004, a Companhia participou do leilão de compra de energia elétrica realizado pelo consumidor industrial Alumínio Brasileiro S.A. – Albras, para um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço mínimo compatível com a tarifa de equilíbrio da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O preço final ofertado foi composto por um preço base, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio no mercado internacional, se constituindo num derivativo embutido (nota 14.1).

Com base nessas condições, a Albras efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado de R$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW, de 43 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento.

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO						
	2014			2013			31 de dezembro de 2012
	AMORTIZAÇÕES EFETUADAS	GANHOS	Saldo em 31 de dezembro	AMORTIZAÇÕES EFETUADAS	GANHOS	Saldo em 31 de dezembro	
	(51.530)	(2.388)	771.264	(47.817)	(2.838)	825.162	875.817
Circulante			52.813			48.910	45.583
Não circulante			718.451			776.252	830.234

NOTA 30 - OUTROS PASSIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE				
Convênios (nota 30.1)	73.821	91.059	73.821	91.059
Previnorte Fundação de Previdência Complementar	6.013	5.568	6.013	5.568
Compensações Socioambientais (nota 30.3)	34.000	18.879	34.000	18.879
Passivo Curva Salarial (nota 30.2)	-	36.663	-	36.663
Gastos a realizar em empreendimentos	15.931	15.908	15.931	15.908
Provisão - Óleo Combustível (nota 30.4)	53.063	53.063	53.063	53.063
Contratos onerosos (nota 30.5)	1.687	3.066	1.687	3.066
Provisão para passivo a descoberto (nota 19.2)	91.134	-	5.309	
Obrigações a pagar - Aquisição Linha Verde Transmissora de Energia S.A. (nota 19.5)	43.688	-	43.688	
Diversos	131.922	141.114	132.044	141.129
TOTAL DO CIRCULANTE	**451.259**	**365.320**	**365.556**	**365.335**
NÃO CIRCULANTE				
Compensações Socioambientais (nota 30.3)	136.000	96.638	136.000	96.638
Contratos onerosos (nota 30.5)	45.542	85.860	45.542	85.860
Provisão multa Aneel	15.238	16.514	15.238	16.514
Diversos	4.620	-	4.679	1.150
TOTAL NÃO CIRCULANTE	**201.400**	**159.012**	**201.459**	**160.162**
TOTAL GERAL	**652.659**	**524.332**	**567.015**	**525.497**

30.1. Convênios

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Convênio - Cooperação técnica MME (nota 30.1.1)	63.218	60.000
Convênio - DNIT nº 310/2006 (nota 30.1.2)	3.832	21.799
Convênios - Eletrobras	201	3.980
Outros convênios	6.570	5.280
TOTAL	**73.821**	**91.059**

30.1.1. Acordo cooperação técnica – Ministério de Minas e Energia (MME)

Os valores registrados se referem a acordo de Cooperação Técnica, a ser estabelecido com o MME, por intermédio da Secretaria de Energia, visando aproveitar racionalmente os equipamentos de geração de energia elétrica, mediante cessão em comodato de bens, de propriedade da Companhia, com a transferência das unidades geradoras da UTE Rio Madeira, conforme autorizado pela Lei 12.872/2013, de 24 de outubro de 2013.

30.1.2. Convênio nº 310/2006 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Substancialmente, se refere a saldo de recursos recebidos por conta do convênio nº 310 – DAQ-DNIT, firmado em 29 de dezembro de 2006, para continuidade da execução das obras civis das eclusas 1 e 2, canal, dique intermediário, execução de serviços de projetos, fabricação, fornecimento, transportes, montagem e testes dos equipamentos mecânicos e eletromecânicos específicos para as eclusas, destinadas a transposição do desnível criado pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí, no Estado do Pará.

30.2. Ação trabalhista – Curva salarial

Em abril de 2013, foi transferido para conta de outros passivos o montante de R$ 240.000, referente à conclusão do processo da curva salarial, conforme acordo celebrado entre a Companhia e o sindicato dos empregados, para pagamento ao longo do exercício. Deste montante, a Companhia efetuou o pagamento de R$ 203.337 em 2013, sendo o saldo de R$ 36.663 quitado em 2014.

30.3. Compensações Socioambientais

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí (UHE Tucuruí) e da elevação da cota do seu reservatório, de 72 para 74 metros, houve necessidade de se efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), do Estado do Pará. Foi definido por aquele órgão, como condicionante para liberação da Licença de Instalação (LI), que a Companhia implantasse diversos programas de mitigação e compensações socioambientais, dentre eles:

- **Plano de Inserção Regional da área a montante da UHE Tucuruí (PIRTUC)** - desenvolvimento da microrregião da UHE Tucuruí para a concretização do ideal de desenvolvimento sustentável da região a montante da usina, abrangendo os municípios de Tucuruí, Novo Repartimento, Nova Ipixuna, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá e Breu Branco.
- **Plano de Inserção Regional a jusante da UHE Tucuruí (PIRJUS)** - desenvolvimento da micro-região da UHE Tucuruí e sua contribuição para a concretização do ideal de desenvolvimento sustentável da região à jusante da usina, abrangendo os municípios de Cametá, Baião, Igarapé-Miri, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru.

30.4. Provisão – Óleo combustível

Refere-se à provisão para devolução ou ressarcimento à CCC, da diferença entre o quantitativo de óleo reembolsado pelo fundo setorial e o efetivamente consumido pelas usinas termelétricas Termo Norte II, Santana e Rio Acre, em função de termo de notificação emitido pela Aneel.

A Companhia apresentou justificativa a Aneel e aguarda manifestação daquela agência.

30.5. Contratos onerosos

Contrato oneroso é aquele em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

	CONSOLIDADO 31/12/2013			CONSOLIDADO 01/01/2013		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
NÃO CIRCULANTE						
Financiamentos e empréstimos	30.506.522	-	30.506.522	25.292.871	-	25.292.871
Créditos do Tesouro Nacional	-	-	-	37.072	-	37.072
Fornecedores	791.293	-	791.293	-	-	-
Debêntures	205.878	-	205.878	68.015	-	68.015
Adiantamento de clientes	776.252	-	776.252	830.234	-	830.234
Empréstimo compulsório	358.905	-	358.905	321.894	-	321.894
Obrigação para desmobilização de ativos	1.136.342	-	1.136.342	988.490	-	988.490
Provisões operacionais	1.061.490	-	1.061.490	1.005.908	-	1.005.908
Conta de Consumo de Combustível - CCC	455.455	-	455.455	2.401.069	-	2.401.069
Provisões para contingências	5.695.104	-	5.695.104	5.100.389	-	5.100.389
Benefício pós-emprego	1.218.688	-	1.218.688	2.774.791	-	2.774.791
Contratos onerosos	3.244.335	-	3.244.335	5.155.524	-	5.155.524
Obrigações de ressarcimento	2.317.708	-	2.317.708	1.801.059	-	1.801.059
Arrendamento mercantil	1.891.628	(564.966)	1.326.662	1.860.104	(466.278)	1.393.826
Concessões a pagar - Uso do bem Público	60.904	-	60.904	71.180	-	71.180
Adiantamentos para futuro aumento de capital	174.570	-	174.570	161.308	-	161.308
Instrumentos financeiros derivativos	195.378	-	195.378	291.252	-	291.252
Encargos setoriais	375.982	-	375.982	428.383	-	428.383
Tributos a recolher	892.950	-	892.950	620.397	-	620.397
Imposto de renda e contribuição social	533.713	-	533.713	598.750	-	598.750
Outros	68.657	-	68.657	10.458	-	10.458
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**51.961.754**	**(564.966)**	**51.396.788**	**49.819.148**	**(466.278)**	**49.352.870**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	31.305.331	-	31.305.331	31.305.331	-	31.305.331
Reservas de capital	26.048.342	-	26.048.342	26.048.342	-	26.048.342
Reservas de lucros	4.334.565	888.388	5.222.953	11.361.225	788.674	12.149.899
Ajustes de avaliação patrimonial	68.368	-	68.368	208.672	-	208.672
Dividendo adicional proposto	433.962	-	433.962	433.962	-	433.962
Outros resultados abrangentes acumulados	(1.696.858)	-	(1.696.858)	(2.273.587)	-	(2.273.587)
Participação de acionistas não controladores	195.198	-	195.198	196.648	-	196.648
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**60.688.908**	**888.388**	**61.577.296**	**67.280.593**	**788.674**	**68.069.267**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**138.385.398**	**208.991**	**138.594.389**	**142.434.213**	**220.014**	**142.654.227**

b) Demonstração do Resultado do Exercício:

	CONTROLADORA 31/12/2013		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
RECEITAS OPERACIONAIS			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**2.840.238**	-	**2.840.238**
CUSTOS OPERACIONAIS			
Energia comprada para revenda	(2.875.951)	-	(2.875.951)
	(2.875.951)		**(2.875.951)**
RESULTADO BRUTO	**(35.713)**	-	**(35.713)**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal, Material e Serviços	(593.774)	-	(593.774)
Depreciação	(6.547)	-	(6.547)
Doações e contribuições	(278.839)	-	(278.839)
Provisões operacionais	(5.011.829)	99.714	(4.912.115)
Plano de readequação do quadro de pessoal	(12.674)	-	(12.674)
Outras	(364.053)	-	(364.053)
	(6.267.716)	**99.714**	**(6.168.002)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(6.303.429)	99.714	(6.203.715)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras			
Receitas de juros, comissões e taxas	2.033.155	-	2.033.155
Receita de aplicações financeiras	284.660	-	284.660
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	44.771	-	44.771
Atualizações monetárias	705.920	-	705.920
Variações cambiais	585.350	-	585.350
Outras receitas financeiras	145.591	-	145.591
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas	(1.048.004)	-	(1.048.004)
Encargos de arrendamento mercantil	-	-	-
Encargos sobre recursos de acionistas	(180.301)	-	(180.301)
Perdas com derivativos	-	-	-
Outras despesas financeiras	(453.374)	-	(453.374)
	2.117.768	-	**2.117.768**
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	**(4.185.661)**	**99.714**	**(4.085.947)**
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	(787.881)	-	(787.881)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/2013	**(4.973.542)**	**99.714**	**(4.873.828)**
Efeitos - Lei 12.783/2013	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL APÓS DA LEI 12.783/2013	**(4.973.542)**	**99.714**	**(4.873.828)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.313.121)	-	(1.313.121)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	**(6.286.663)**	**99.714**	**(6.186.949)**
PARCELA ATRIBUÍDA AOS CONTROLADORES	(6.286.663)	99.714	(6.186.949)
PARCELA ATRIBUÍDA AOS NÃO CONTROLADORES	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO	(4,65)	0,08	(4,57)

	CONSOLIDADO 31/12/2013		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
RECEITAS OPERACIONAIS			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23.835.644	-	23.835.644
CUSTOS OPERACIONAIS			
Energia comprada para revenda	(5.515.206)	-	(5.515.206)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(1.555.257)	-	(1.555.257)
Construção - Distribuição	(1.013.684)	-	(1.013.684)
Construção - Transmissão	(1.797.324)	-	(1.797.324)
Construção - Geração	(736.855)	-	(736.855)
Combustível para produção de energia elétrica	(1.492.368)	-	(1.492.368)
	(12.110.694)		**(12.110.694)**
RESULTADO BRUTO	**11.724.950**	-	**11.724.950**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal, Material e Serviços	(9.244.586)	-	(9.244.586)
Remuneração e ressarcimento	(405.809)	-	(405.809)
Depreciação	(1.285.351)	(11.024)	(1.296.375)
Amortização	(215.955)	-	(215.955)
Doações e contribuições	(332.031)	-	(332.031)
Provisões operacionais	(3.258.205)	-	(3.258.205)
Plano de readequação do quadro de pessoal	(256.860)	-	(256.860)
Outras	(2.094.564)	-	(2.094.564)
	(17.093.361)	**(11.024)**	**(17.104.385)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**(5.368.411)**	**(11.024)**	**(5.379.435)**
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras			
Receitas de juros, comissões e taxas	1.146.055	-	1.146.055
Receita de aplicações financeiras	556.469	-	556.469
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	305.404	-	305.404
Atualizações monetárias	454.634	-	454.634
Variações cambiais	539.059	-	539.059
Remuneração das indenizações - Lei 12.783/13	441.024	-	441.024
Outras receitas financeiras	269.666	-	269.666
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas	(2.031.402)	-	(2.031.402)
Encargos de arrendamento mercantil	(379.771)	110.738	(269.033)
Encargos sobre recursos de acionistas	(189.967)	-	(189.967)
Perdas com derivativos	(238.938)	-	(238.938)
Outras despesas financeiras	(606.287)	-	(606.287)
	265.946	**110.738**	**376.684**
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	**(5.102.465)**	**99.714**	**(5.002.751)**
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	177.768		177.768
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/2013	**(4.924.697)**	**99.714**	**(4.824.983)**
Efeitos - Lei 12.783/2013	-		-
RESULTADO OPERACIONAL APÓS DA LEI 12.783/2013	**(4.924.697)**	**99.714**	**(4.824.983)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(60.424)	-	(60.424)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.306.254)	-	(1.306.254)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	**(6.291.375)**	**99.714**	**(6.191.661)**
PARCELA ATRIBUÍDA AOS CONTROLADORES	(6.286.663)	99.714	(6.186.949)
PARCELA ATRIBUÍDA AOS NÃO CONTROLADORES	(4.712)	-	(4.712)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO	(4,65)	0,08	(4,57)

c) Demonstração do Fluxo de Caixa:

	CONTROLADORA 31/12/2013		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(4.973.542)**	**99.714**	**(4.873.828)**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:			
Depreciação e amortização	6.547	-	6.547
Variações monetárias/cambiais líquidas	(1.013.010)	-	(1.013.010)
Encargos financeiros	(1.340.907)	-	(1.340.907)
Receita de ativo financeiro	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	787.881	-	787.881
Efeitos da Lei 12.783/2013	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto	2.841.728	(99.714)	2.742.014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	335.610	-	335.610
Provisão para contingências	1.585.772	-	1.585.772
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-
Provisão contrato oneroso	-	-	-
Provisão para plano de readequação do quadro de pessoal	12.674	-	12.674
Provisão para perda com investimentos	142.622	-	142.622
Provisão para perda de ativo financeiro	-	-	-
Encargos da reserva global de reversão	347.949	-	347.949
Ajuste a valor presente / valor de mercado	53.371	-	53.371
Participação minoritária no resultado	-	-	-
Encargos sobre recursos de acionistas	180.301	-	180.301
Instrumentos financeiros - derivativos	-	-	-
Outras	273.521	-	273.521
	4.214.059	(99.714)	4.114.345
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais	2.376.590	-	2.376.590
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais	447.276	-	447.276
Caixa líquido das atividades operacionais	**2.204.366**	-	**2.204.366**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(2.700.881)**	-	**(2.700.881)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Caixa líquido das atividades de investimento	**864.124**	-	**864.124**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**367.609**	-	**367.609**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	935.627	-	935.627
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.303.236	-	1.303.236
	367.609	-	**367.609**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

	CONSOLIDADO 31/12/2013		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(4.924.697)**	**99.714**	**(4.824.983)**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:			
Depreciação e amortização	1.500.540	11.024	1.511.564
Variações monetárias/cambiais líquidas	(1.674.124)	-	(1.674.124)
Encargos financeiros	607.438	(110.738)	496.700
Receita de ativo financeiro	(552.106)	-	(552.106)
Resultado da equivalência patrimonial	(177.768)	-	(177.768)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(457.261)	-	(457.261)
Provisão para contingências	1.399.321	-	1.399.321
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	2.428.649	-	2.428.649
Provisão contrato oneroso	(1.924.657)	-	(1.924.657)
Provisão para plano de readequação do quadro de pessoal	256.860	-	256.860
Provisão para perda com investimentos	142.622	-	142.622
Provisão para perda de ativo financeiro	791.868	-	791.868
Encargos da reserva global de reversão	347.949	-	347.949
Ajuste a valor presente / valor de mercado	94.000	-	94.000
Participação minoritária no resultado	7.139	-	7.139
Encargos sobre recursos de acionistas	189.967	-	189.967
Instrumentos financeiros - derivativos	238.938	-	238.938
Outras	559.372	-	559.372
	3.778.747	(99.714)	3.679.033
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais	(4.044.070)	-	(4.044.070)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais	6.016.985	-	6.016.985
Caixa líquido das atividades operacionais	**9.329.355**	-	**9.329.355**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(77.879)**	-	**(77.879)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Caixa líquido das atividades de investimento	**(8.155.408)**	-	**(8.155.408)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**1.096.068**	-	**1.096.068**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.501.515	-	2.501.515
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.597.583	-	3.597.583
	1.096.068	-	**1.096.068**

d) Demonstração do Valor Adicionado:

	CONTROLADORA 31/12/2013		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
1 - RECEITAS (DESPESAS)			
Venda de mercadorias, produtos e serviços	2.970.726	-	2.970.726
	2.970.726	-	2.970.726
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais, serviços e outros	(488.074)	-	(488.074)
Encargos setoriais	-	-	-
Energia comprada para revenda	(2.875.951)	-	(2.875.951)
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	-
Provisões operacionais	(5.011.829)	99.714	(4.912.115)
	(8.375.854)	99.714	(8.276.140)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	(5.405.128)	99.714	(5.305.414)
4 - RETENÇÕES			
Depreciação, amortização e exaustão	(6.547)	-	(6.547)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(5.411.675)	99.714	(5.311.961)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Participações societárias	(787.881)	-	(787.881)
Receitas financeiras	3.799.447	-	3.799.447
	3.011.566	-	3.011.566
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(2.400.109)	99.714	(2.300.395)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
PESSOAL			
• Pessoal , encargos e honorários	444.239	-	444.239
• Plano de aposentadoria e pensão	38.188	-	38.188
	482.427	-	482.427
TRIBUTOS			
• Impostos, taxas e contribuições	1.443.609	-	1.443.609
	1.443.609	-	1.443.609
TERCEIROS			
• Encargos financeiros e aluguéis	1.681.679	-	1.681.679
• Doações e contribuições	278.839	-	278.839
	1.960.518	-	1.960.518
ACIONISTAS			
• Dividendos e juros sobre capital próprio	433.962	-	433.962
• Participação de acionistas não controladores	-	-	-
• Lucros retidos ou prejuízo do exercício	(6.720.625)	99.714	(6.620.911)
	(6.286.663)	99.714	(6.186.949)
	(2.400.109)	99.714	(2.300.395)

	CONSOLIDADO 31/12/2013		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
1 - RECEITAS (DESPESAS)			
Venda de mercadorias, produtos e serviços	28.186.399	-	28.186.399
	28.186.399	-	28.186.399
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais, serviços e outros	(10.455.551)	-	(10.455.551)
Encargos setoriais	(870.490)	-	(870.490)
Energia comprada para revenda	(5.515.206)	-	(5.515.206)
Combustível para produção de energia elétrica	(1.492.368)	-	(1.492.368)
Provisões operacionais	(3.258.205)	-	(3.258.205)
	(21.591.820)	-	(21.591.820)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	6.594.579	-	6.594.579
4 - RETENÇÕES			
Depreciação, amortização e exaustão	(1.500.540)	(11.024)	(1.511.564)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	5.094.039	(11.024)	5.083.015

	CONSOLIDADO 31/12/2013		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Participações societárias	177.768	-	177.768
Receitas financeiras	3.712.311	-	3.712.311
Outras Receitas	-	-	-
	3.890.079	-	3.890.079
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	8.984.118	(11.024)	8.973.094
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
PESSOAL			
. Pessoal , encargos e honorários	6.404.531	-	6.404.531
. Plano de aposentadoria e pensão	245.623	-	245.623
	6.650.154	-	6.650.154
TRIBUTOS			
. Impostos, taxas e contribuições	4.846.943	-	4.846.943
	4.846.943	-	4.846.943
TERCEIROS			
. Encargos financeiros e aluguéis	3.446.365	(110.738)	3.335.627
. Doações e contribuições	332.031	-	332.031
	3.778.396	(110.738)	3.667.658
ACIONISTAS			
. Dividendos e juros sobre capital próprio	433.962	-	433.962
. Participação de acionistas não controladores	(4.712)	-	(4.712)
. Lucros retidos ou prejuízo do exercício	(6.720.625)	99.714	(6.620.911)
	(6.291.375)	99.714	(6.191.661)
	8.984.118	(11.024)	8.973.094

NOTA 4 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas, na data base das demonstrações financeiras, para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos é inerentemente incerta, por decorrer do uso de julgamento.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

I. Ativo e passivo fiscal diferidos

As estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (Vide Nota 11).

II. Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Companhia adota variáveis e premissas, em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração, para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos, baseados na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa. Tais julgamentos podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Adicionalmente, a vida útil é limitada ao prazo de concessão somente para as operações no escopo do ICPC 01/IFRIC 12.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração da Companhia e de suas controladas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se: a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica; taxa de crescimento da atividade econômica no país; e disponibilidade de recursos hídricos; além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de que a indenização está contratualmente prevista, quando aplicável, pelo valor novo de reposição (VNR), para geração e transmissão e pelo valor da base de remuneração regulatória (BRR) para distribuição. Esses são os valores esperados de indenização ao final do prazo das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (vide prática contábil na Nota 3.11 e movimentação das provisões efetuadas no exercício na Nota 19). Outra variável significativa é a taxa de desconto utilizada no desconto dos fluxos de caixa.

III. Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões

A Lei 12.783/2013, promulgada em 11 de janeiro de 2013, definiu o valor novo de reposição (VNR) como a base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público. A Companhia adota, para as concessões ainda não prorrogadas, a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão. Seguindo essa premissa, para as concessões já prorrogadas, foram mantidos valores a receber do poder concedente, relacionados à Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, aos investimentos realizados após o projeto básico das usinas e linhas de transmissão (modernização e melhorias) e aos ativos de geração térmica. Tais valores são objeto de homologação pela ANEEL conforme divulgado na Nota 2.1. A Companhia adotou definiu o valor novo de reposição (VNR), como forma de mensuração do valor a ser indenizado pelo Poder Concedente, da parcela dos ativos de geração e transmissão não totalmente depreciada até o final da concessão. Para os ativos de distribuição foi definida a Base de Remuneração Regulatória – BRR para tal mensuração.

IV. Vida útil dos bens do imobilizado

A Administração da Companhia utiliza os critérios definidos na resolução ANEEL 367, de 02 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, limitado ao prazo de concessão para as operações que estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, por entender que elas representam adequadamente a referida vida útil (Vide Nota 15).

V. Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termonucleares. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de toda a usina do local e à época esperada dos referidos custos (Vide Nota 31). A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais e ambientais para a desativação e remoção de toda a usina assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

VI. Obrigações atuariais

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante (tábua AT-2000), idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente (Vide Nota 29).

VII. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. (Vide Nota 30).

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

VIII. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A Companhia registra provisão sobre contas a receber e empréstimos concedidos que a Administração entende haver incerteza quanto ao recebimento. A PCLD dos clientes é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera, também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas nas existência de garantias reais.

A PCLD de empréstimos concedidos é constituída com base nos valores a receber vencidos. A reversão desta PCLD é realizada uma vez que a dívida é quitada ou repactuada.

IX. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na Nota 43, a Administração da Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota 43 apresenta as informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração da Companhia e suas controladas acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

X. Contratos onerosos

A Companhia e as controladas utilizam-se de premissas relacionadas ao custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. No caso de compromissos de longo prazo como compra e venda de energia, a estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) médio histórico aprovado pela Administração da Companhia como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis, assim como a taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode ter contratos onerosos em concessões onde o atual custo esperado para a operação e manutenção não é coberto integralmente pelas receitas (Vide Nota 33).

XI. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme tem sido amplamente divulgado na mídia, em 2014 foi deflagrada a chamada "Operação Lava-Jato", que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas brasileiras responsáveis por obras no setor de óleo e gás do Brasil.

Até a data de divulgação das Demonstrações Financeiras de 2014, a Companhia e seus administradores, não haviam sido notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva contra as empresas Eletrobras, seus projetos ou seus administradores, eventualmente decorrentes de fatos conexos com a Operação Lava Jato. A despeito disso, a Companhia adotou algumas providências acautelatórias de caráter interno, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa, na medida em que se relacionem com a Eletrobras e seus projetos, não tendo identificado qualquer atividade ilegal relacionada ao tema, até o momento. Em razão das notícias divulgadas na imprensa envolvendo empresas que prestam serviços para 2 (duas) sociedades de propósito específico ("SPEs") Norte Energia S.A (UHE Belo Monte) e Energia Sustentável do Brasil SA. (Usina HE Jirau), nas quais a Eletrobras possui participação acionária minoritária, bem como para a Eletronuclear (UTN Angra 3), em março de 2015, foram abertas 3 (três) comissões de correição, a fim de efetuar verificações sobre os processos de contratação de empreiteiras pelas referidas empresas. Os trabalhos dessas comissões ainda se encontram em andamento.

A Companhia, em acréscimo às providências acima citadas, encaminhou correspondências, em março de 2015, às autoridades encarregadas pelas citadas investigações, e solicitou que lhe fosse esclarecido (i) há informações ou provas no âmbito da Operação Lava Jato que possam afetar as Empresas Eletrobras e seus projetos e, (ii) em caso positivo, que lhe seja dado acesso aos referidos documentos. Até a data de aprovação dessas Demonstrações Financeiras, o Ministério Público não havia respondido às indagações da Companhia. A Polícia Federal respondeu, em 26 de março de 2015, que as investigações da Operação Lava Jato correm sob sigilo e não há autorização judicial específica para compartilhamento de informações com a Companhia ou para dar-lhe acesso ao autos de inquérito policial.

Com base nas informações disponíveis para a Companhia até o momento ("actual knowledge"), a estimativa da Administração é que eventuais impactos relacionados a este assunto, se houver, não seriam materiais nas suas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

NOTA 5 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
I - Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Caixa e Bancos	10.236	9.296	251.031	393.541
Aplicações Financeiras	77.958	1.293.940	1.156.047	3.204.042
	88.194	1.303.236	1.407.078	3.597.583
II - Caixa Restrito:				
Recursos da CCC	355.095	194.708	355.095	194.708
Comercialização - Itaipu	729.560	7.534	729.560	7.534
Comercialização - PROINFA	585.201	677.559	585.201	677.559
Recursos da RGR	73.669	-	73.669	-
	1.743.525	879.801	1.743.525	879.801
	1.831.719	2.183.037	3.150.603	4.477.384

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2011, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa referencial média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Caixa restrito – São os recursos arrecadados pelos respectivos fundos que são utilizados exclusivamente para atender às disposições regulamentares dos mesmos, não estando disponíveis para a Companhia.

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por meio da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, foi estabelecido que as aplicações das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A, logo a Companhia e suas controladas aplicam seus recursos nos Fundos extramercados lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo, cuja utilização contempla tanto o programa de investimento corporativo no curto prazo e, ainda, a manutenção do caixa operacional da Companhia.

Em relação às partes beneficiárias, é feito o ajuste a valor presente. Os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR e do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização e, portanto, apresentados líquidos:

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários se dá como se segue:

CONTROLADORA

CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2014	31/12/2013
LTN	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	343.276	1.322.991
NTN- B	Banco do Brasil	Após 90 dias	IPCA	-	70
NTN- F	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	36.001	388.840
Outros	-	-	-	42.539	1.116
TOTAL CIRCULANTE	-	-	-	421.817	1.713.017

NÃO CIRCULANTE

Títulos	31/12/2014	31/12/2013
FINOR/FINAM	1.240	1.195
PARTES BENEFICIÁRIAS	203.425	186.972
OUTROS	-	483
TOTAL NÃO CIRCULANTE	204.665	188.650

CONSOLIDADO

CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2014	31/12/2013
LTN	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	3.212.993	4.530.424
NTN- B	Banco do Brasil	Após 90 dias	IPCA	138.675	862.372
NTN- F	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	114.839	664.125
OUTROS	-	-	-	263.837	38.987
TOTAL CIRCULANTE	-	-	-	3.730.344	6.095.908

NÃO CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2014	31/12/2013
NTN- B	Banco do Brasil	Após 90 dias	IPCA	352	298
NTN- P	Banco do Brasil	28/12/2015	TR	-	357
FINOR/FINAM	-	-	-	1.240	1.195
PARTES BENEFICIÁRIAS	-	-	-	203.425	186.972
OUTROS	-	-	-	19.717	3.758
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	-	224.734	192.580

a) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
EDP Lajeado	184.577	184.577
Rede Lajeado	266.798	266.798
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Ceb Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor presente	(449.150)	(465.603)
Valor presente	203.425	186.972

NOTA 7 – CLIENTES

	CONSOLIDADO					
	31/12/2014					31/12/2013
CIRCULANTE	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Créditos Renegociados (b)	Total	Total
ES ELETROPAULO	47.782	5.878	344	-	54.004	36.270
AES SUL	35.904	-	-	-	35.904	18.870
AMPLA	28.902	-	-	-	28.902	18.976
CEA	15.003	7.280	48	180.404	202.735	266.383
CEB	9.113	444	813	-	10.370	5.849
CEEE	42.767	-	-	-	42.767	26.514
CELESC	41.932	-	-	-	41.932	33.866
CELG	-	-	-	-	-	192.788
CELPA	42.344	-	8.620	18.588	69.552	57.128
CELPE	25.975	-	71	-	26.046	23.156
CEMAR	24.630	-	-	-	24.630	16.330
CEMIG	50.591	-	-	-	50.591	38.673
CESP	2.882	-	-	-	2.882	3.121
COELBA	32.732	-	81	-	32.813	31.675
COELCE	31.197	(110)	363	-	31.450	22.240
COPEL	107.087	-	152	-	107.239	57.416
CPFL	41.873	-	554	-	42.427	28.782
EBE	9.035	-	-	-	9.035	6.009
ELEKTRO	56.250	-	-	-	56.250	30.147
ENERGISA	16.616	-	1.216	-	17.832	13.702
ENERSUL	16.892	-	1.601	-	18.493	12.966
ESCELSA	21.128	-	1.103	-	22.231	13.433
LIGHT	55.928	-	803	-	56.731	38.825
PIRATININGA	6.190	-	54	-	6.244	1.904
RGE	15.925	-	-	-	15.925	11.292
Rolagem da Dívida	-	-	-	22.076	22.076	111.864
Comercialização CCEE	57.886	-	2.480	-	60.366	258.346
Uso da Rede Elétrica	329.565	6.138	76.674	-	412.377	268.394
PROINFA (a)	399.132	-	-	-	399.132	449.452
Fornecimento não faturado	24.207	-	-	33.887	58.094	27.574
Consumidores	1.005.535	413.988	326.601	263.723	2.009.847	1.423.081
Poder público	171.745	92.739	217.044	313.282	794.810	506.794
Outros	694.016	11.198	88.171	27.893	821.278	774.965
(-) PCLD (c)	(156.900)	(68.413)	(714.100)	(218.336)	(1.157.749)	(1.239.504)
	3.303.864	469.142	12.693	641.517	4.427.216	3.587.282
NÃO CIRCULANTE						
CELG	-	-	-	-	-	83.431
CELPA	13.795	-	-	22.116	35.911	56.158
CEA	-	-	-	-	-	150.451
Comercialização na CCEE	-	-	293.560	-	293.560	293.560
Uso da Rede Elétrica	-	-	6.276	-	6.276	6.276
PROINFA (a)	-	-	-	174.324	174.324	211.800
Rolagem da Dívida	-	-	-	930.380	930.380	667.979
Poder público	-	-	12.493	414.354	426.847	387.076
Consumidores	-	-	-	338.330	338.330	323.021
Outros	17.770	-	14.111	8.009	39.890	20.173
(-) PCLD (c)	-	-	(326.440)	(175.574)	(502.014)	(677.304)
	31.565	-	-	1.711.939	1.743.504	1.522.621
	3.335.429	469.142	12.693	2.353.456	6.170.720	5.109.903

(a) Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA geraram um saldo líquido positivo no exercício de 2014 de R$ 72.113 (31 de dezembro de 2013 – positivo em R$ 42.598), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento. No saldo de consumidores revendedores está registrado o valor de R$ 573.456 do PROINFA referente à Controladora (31 de dezembro de 2013 – R$ 661.252).

(b) Créditos Renegociados

Representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia.

Os créditos renegociados de rolagem da dívida são referentes a um contrato de cessão de crédito entre a União e as controladas Furnas e Eletrosul, em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público (Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993). A União assumiu, refinanciou e reescalonou a dívida em 240 parcelas, vencíveis a partir de abril de 1994. Vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a pagar, uma vez que a União repassa somente os recursos recebidos dos estados que, por sua vez, está limitado por lei em níveis de comprometimento de receitas, o parcelamento será estendido por mais 120 meses.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

As Controladas constituem e mantêm provisões, a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo é composto como segue:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Consumidores	651.875	473.400
Revendedores	714.328	1.149.848
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560
	1.659.763	1.916.808

A controlada Furnas mantém registrada uma provisão, constituída em 2007, no montante de R$ 293.560 (R$ 293.560 em 31 de dezembro de 2013). Esta provisão representa valores históricos relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto Mercado Atacadista de Energia - MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa, em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE.

As movimentações na PCLD de contas de clientes de energia elétrica no consolidado são as seguintes:

	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.916.808
(+) Constituição	559.141
(-) Reversão	(475.221)
(-) Baixa	(340.965)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.659.763

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Nota 41). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

As principais constituições de provisão no período ocorreram nas controladas Furnas no valor de R$ 112.958 e Roraima no valor de R$ 238.047.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculada, em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei 9.430/1996, está adicionado ao Lucro Real e à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

NOTA 8 – INDENIZAÇÕES LEI 12.783/2013

Quando da renovação das concessões, as controladas Chesf, Eletronorte e Eletrosul optaram pelo recebimento de 50% do valor à vista e o restante parcelado, e a controlada Furnas optou pelo recebimento de grande parte valor da indenização de forma parcelada, nos termos da Portaria Interministerial 580/MME/MF, de 1º de novembro de 2012.

Conforme previsto na legislação, o valor parcelado será recebido em parcelas mensais, até a data do encerramento original da concessão, atualizado pelo IPCA, acrescido da remuneração pelo custo médio ponderado de capital (WACC) de 5,59% real ao ano. A atualização é contada a partir de 4 de dezembro de 2012, data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

O valor referente às indenizações a receber do poder concedente em função da Lei 12.783/2013 está demonstrado abaixo:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	5.496.179	14.437.272
Valores Recebidos	(2.773.092)	(9.819.946)
Atualização Monetária	1.015.208	878.853
Saldo Final	3.738.295	5.496.179
Total Circulante	3.738.295	3.476.495
Total Não Circulante	-	2.019.684
	3.738.295	5.496.179

NOTA 9 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	31/12/2014							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
		ENCARGOS CIRCULANTE	PRINCIPAL			ENCARGOS CIRCULANTE	PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Controladas								
FURNAS	5,96	27.419	321.569	3.660.132	-	-	-	-
CHESF	5,02	247	15.260	28.177	-	-	-	-
ELETROSUL	6,23	12.723	104.876	1.807.906	-	-	-	-
ELETRONORTE	5,85	24.581	337.373	2.806.723	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	5,00	4.196	61.722	1.417.595	-	-	-	-
CGTEE	5,08	9.864	237.209	1.818.594	-	-	-	-
CEAL	8,05	4.205	250.665	692.604	-	-	-	-
BOA VISTA	7,79	88	7.905	36.543	-	-	-	-
CERON	8,54	810	90.104	605.576	-	-	-	-
CEPISA	7,71	731	330.198	690.460	-	-	-	-
ELETROACRE	8,26	1.065	32.353	201.731	-	-	-	-
AMAZONAS	7,60	284	646.274	1.517.902	-	-	-	-
CELG	6,64	562	18.502	66.675	-	-	-	-
		86.775	2.454.010	15.350.618		-	-	-
ITAIPU	7,11	-	1.584.773	10.071.923	7,11	-	1.584.773	10.071.923
CEMIG	5,07	1.343	74.126	184.709	5,07	1.343	74.126	184.709
COPEL	6,39	784	52.164	82.903	6,39	784	52.164	82.903
CEEE	5,00	311	12.009	32.191	5,00	311	12.009	32.191
AES ELETROPAULO	9,44	336.852	11.074	-	9,44	336.852	11.074	-
CELPE	5,00	117	10.185	12.729	5,00	117	10.185	12.729
CEMAT	5,00	2.512	44.669	306.419	5,00	2.512	44.669	306.419
CELTINS	5,00	932	21.044	105.701	5,00	932	21.044	105.701
ENERSUL	5,17	287	13.194	40.383	5,17	287	13.194	40.383
CELPA	5,00	70.869	204.048	295.882	5,00	70.869	204.048	295.882
CEMAR	2,92	1.420	55.030	273.621	2,92	1.420	55.030	273.621
CESP	5,09	153	5.571	20.208	5,09	153	5.571	20.208
COELCE	5,00	316	10.918	52.239	5,00	316	10.918	52.239
COSERN	5,00	34	2.289	4.532	5,00	34	2.289	4.532
COELBA	5,00	707	27.060	114.351	5,00	707	27.060	114.351
ESCELSA	5,00	269	13.177	40.546	5,00	269	13.177	40.546
GLOBAL	5,00	82.695	44.100	-	5,00	82.695	44.100	-
CELESC DIST.	5,00	793	49.954	89.774	5,00	793	49.954	89.774
OUTRAS	6,44	63.626	114.035	249.220	6,44	63.627	121.909	260.431
(-) PCLD		(144.429)	(80.864)	-		(144.429)	(80.864)	-
		419.591	2.268.554	11.977.332		419.592	2.276.428	11.988.543
		506.366	4.722.565	27.327.950		419.592	2.276.428	11.988.543

	31/12/2013							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
		ENCARGOS CIRCULANTE	PRINCIPAL			ENCARGOS CIRCULANTE	PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
FURNAS	5,96	20.776	286.641	3.143.882	-	-	-	-
CHESF	5,02	-	15.774	40.820	-	-	-	-
ELETROSUL	6,23	5.714	171.686	1.177.312	-	-	-	-
ELETRONORTE	5,85	9.189	311.465	3.295.655	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	5,00	-	56.879	1.028.935	-	-	-	-
CGTEE	5,08	13.850	255.384	1.316.590	-	-	-	-
CEAL	8,05	4.125	152.320	464.900	-	-	-	-
BOA VISTA	7,79	209	6.057	19.548	-	-	-	-
CERON	8,54	3.815	111.107	379.608	-	-	-	-
CEPISA	7,71	7.671	182.317	596.060	-	-	-	-
ELETROACRE	8,26	817	38.630	118.627	-	-	-	-
AMAZONAS	7,60	8.942	467.396	736.736	-	-	-	-
		75.108	2.055.656	12.318.673		-	-	-
ITAIPU	7,11	-	1.605.271	10.282.335	7,11	-	1.605.271	10.282.335
CEMIG	5,07	1.783	76.362	264.361	5,07	1.783	76.362	264.361
COPEL	6,39	1.095	51.947	132.029	6,39	1.095	51.947	132.029
CEEE	5,00	417	6.882	48.947	5,00	417	6.882	48.947
AES ELETROPAULO	9,44	335.642	11.515	440	9,44	335.642	11.515	440
CELPE	5,00	164	10.096	22.209	5,00	164	10.096	22.209
CEMAT	5,00	49.692	333.377	-	5,00	49.692	333.377	-
CELTINS	5,00	23.431	116.558	-	5,00	23.431	116.558	-
ENERSUL	5,17	4.867	22.835	52.727	5,17	4.867	22.835	52.727
CELPA	5,00	71.060	158.518	327.086	5,00	71.060	158.518	327.086
CEMAR	2,92	1.728	66.030	318.517	2,92	1.728	66.030	318.517
CESP	5,09	175	5.603	25.362	5,09	175	5.603	25.362
COELCE	5,00	408	11.581	68.931	5,00	408	11.581	68.931
COSERN	5,00	45	2.289	6.692	5,00	45	2.289	6.692
COELBA	5,00	846	28.521	139.615	5,00	846	28.521	139.615
CELG	6,64	594	11.859	82.302	6,64	594	11.859	82.302
ESCELSA	5,00	331	13.099	53.146	5,00	331	13.099	53.146
GLOBAL	5,00	72.327	44.100	-	5,00	72.327	44.100	-
CELESC DIST.	5,00	1.137	44.552	136.147	5,00	1.137	44.552	136.147
OUTRAS	6,44	50.526	87.490	356.146	6,44	50.531	95.579	374.993
(-) PCLD		(204.899)	(289.446)	-		(204.899)	(289.446)	-
		411.369	2.419.039	12.316.991		411.375	2.427.128	12.335.838
		486.477	4.474.695	24.635.664		411.375	2.427.128	12.335.838

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Controladas e coligadas	Saldo em 01/01/2013 Reapresentado	Integralização de capital	Outros Resultados Abrangentes	Ganho / Perda de Capital	Redução de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2013 (Reapresentado)
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA								
FURNAS	11.252.674	500.000	26.807	126	-	-	(651.482)	11.128.126
CHESF	11.622.439	-	100.100	-	-	-	(464.109)	11.258.430
ELETROSUL	4.653.342	554.840	123.142	236	-	(109.652)	264.434	5.486.342
ELETRONORTE	10.543.614	225.464	(10.092)	256	-	(101.156)	1.214.814	11.872.900
ELETRONUCLEAR	6.345.704	-	171.458	-	-	-	(687.915)	5.829.246
ELETROPAR	136.549	-	(10.687)	-	-	(8.690)	1.618	118.790
ITAIPU BINACIONAL	102.175	-	14.955		-	-	-	117.130
CGTEE	210.190	74.695	89.401	(8)	-	-	(374.278)	0
ED ALAGOAS	4.119	200.962	(17.276)	-	-	-	(187.805)	-
ED RORAIMA	-	-	-	-	-	-	8.294	8.294
CELPA	94.673	(94.673)	-	-	-	-	-	-
CEEE-GT	738.009	-	(118.263)	-	-	-	(75.034)	544.711
CEMAT	507.251	-	(3.975)	-	-	-	(168.982)	334.294
EMAE	252.316	-	34.036	-	-	(555)	(137.244)	148.553
CTEEP	739.735	-	-	-	-	(70.460)	244.165	913.440
CEMAR	411.463	-	-	-	-	(12.606)	64.537	463.394
REDE LAJEADO	540.819	-	89	-	(180.394)	(70.098)	(57.510)	232.906
CEB LAJEADO	79.672	-	24	-	-	(11.232)	15.180	83.644
PAULISTA LAJEADO	27.425	-	-	-	-	(6.136)	6.381	27.669
CEEE-D	343.875	-	(101.928)	-	-	-	(95.298)	146.649
INAMBARI	9.250	841	54	-	-	-	(996)	9.148
CHC	28.584	-	4.540	-	-	-	(4.004)	29.119
EÓLICA MANGUE SECO	17.006	-	-	-	-	-	52	17.058
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	409.386	228.000	-	-	-	-	(6.262)	631.123
ROUAR	-	17.788	1.071	-	-	-	(433)	18.427
TOTAL DE INVESTIMENTOS	49.070.267	1.707.918	303.456	610	(180.394)	(390.586)	(1.091.876)	49.419.395
MUTAÇÃO DO PASSIVO A DESCOBERTO - CONTROLADORA								
ED PIAUI	(223.505)	477.107	(30.770)	-	-	-	(442.308)	(219.476)
ED RONDONIA	(72.768)	207.263	-	-	-	-	(323.150)	(188.655)
ED RORAIMA	(23.562)	-	2.712	-	-	-	20.850	-
AMAZONAS	(339.343)	279.254	11.089	-	-	-	(1.555.112)	(1.604.112)
ED ACRE	(54.035)	-	-	-	-	-	(143.489)	(197.524)
CGTEE	-	-	-	-	-	-	(97.718)	(97.718)
ED ALAGOAS	-	-	-	-	-	-	(21.400)	(21.400)
TOTAL PASSIVO A DESCOBERTO	(713.213)	963.624	(16.969)	-	-	-	(2.562.328)	(2.328.885)
LÍQUIDO	48.357.054	2.671.542	286.487	610	(180.394)	(390.586)	(3.654.204)	47.090.509

O valor do passivo a descoberto está registrado na rubrica Provisão para passivo a descoberto.

Segue abaixo a movimentação dos investimentos mais relevantes da Companhia:

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2013	Integralização de capital/ Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Ganho / Perda de Capital	Redução de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2014
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONSOLIDADO								
ITAIPU BINACIONAL	117.130	-	15.680	-	-	-	-	132.810
EÓLICA MANGUE SECO	17.058	-	-	-	-	-	(332)	16.726
CHC	29.119	49.613	5.866	-	-	-	(5.517)	79.081
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	2.104.536	682.227	-	-	-	-	(110.185)	2.676.578
INAMBARI	9.148	-	-	-	-	-	(8.984)	164
CEEE-GT	544.711	-	(4.067)	-	-	-	(91.308)	449.336
EMAE	153.960	-	(28.446)	-	-	(1.730)	151.430	275.214
CTEEP	931.580	83.106	-	(30.005)	-	(91.996)	53.502	946.187
CEMAR	463.394	-	-	-	-	(20.865)	112.288	554.817
REDE LAJEADO	232.907	-	50	-	-	(40.305)	13.630	206.282
CEB LAJEADO	83.644	-	14	-	-	(19.354)	7.419	71.723
CEEE-D	146.649	-	5.945	-	-	-	(145.118)	7.476
PAULISTA LAJEADO	27.669	-	-	-	-	(6.454)	(3.096)	18.119
ROUAR	18.427	34.392	9.985	-	-	-	7.240	70.044
CEMAT	334.294	-	2.255	18.852	-	(4.861)	25.491	376.031
ESBR PARTICIPAÇÕES S.A.	2.752.140	618.000	(1.200)	-	-	-	(461.576)	2.907.364
MADEIRA ENERGIA S.A.	2.506.082	1.079.130	-	-	-	-	(861.144)	2.724.068
NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	462.170	386.245	-	-	-	-	(5.857)	842.558
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A.	685.927	80.850	-	-	-	(7.362)	62.927	822.342
ENERPEIXE S.A.	525.379	-	-	-	-	(26.058)	56.539	555.860
MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	525.558	-	-	-	-	-	22.226	547.784
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.	525.582	-	-	-	-	-	(29.157)	496.425
CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A.	345.388	-	-	-	-	(9.512)	28.646	364.522
TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.	167.403	98.400	-	-	-	(1.220)	11.377	275.960
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.	189.062	-	-	-	-	(12.838)	8.408	184.632
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.	98.659	66.150	-	-	-	-	16.717	181.526
COMPANHIA ENERGÉTICA SINOP S.A.	-	182.591	-	-	-	-	(4.819)	177.772
INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	160.151	-	-	-	-	(13.091)	22.390	169.450
STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A.	195.154	-	-	-	-	(77.734)	46.014	163.434
SANTA VITÓRIA DO PALMAR HOLDING S.A.	185.970	(29.400)	-	-	-	(1.163)	2.220	157.627
TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A.	16.901	125.455	-	-	-	-	(2.637)	139.719
GOIÁS TRANSMISSÃO S.A.	131.579	-	7.350	-	-	-	(493)	138.436
MGE TRANSMISSÃO S.A.	106.371	-	28.616	-	-	(6.812)	(9.222)	118.953
BRASNORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	105.921	-	-	-	-	-	9.647	115.568
RETIRO BAIXO ENERGIA S.A.	113.181	-	-	-	-	-	(1.275)	111.906
TRANSENERGIA RENOVÁVEL S.A.	78.241	-	-	-	-	(5.744)	24.316	96.813
PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	17.801	47.285	-	-	-	-	2.297	67.383
BAGUARI ENERGIA S.A.	92.437	-	(315)	-	-	(5.457)	(850)	85.815
TRANSMISSORA MATOGROSSENSE DE ENERGIA S.A.	75.656	-	-	-	-	(1.470)	11.182	85.368
TRANSENERGIA SÃO PAULO S.A.	49.632	-	-	-	-	(10.493)	43.977	83.116
OUTROS	989.998	621.071	(7.697)	8	-	(38.877)	(359.182)	1.205.321
TOTAL DE INVESTIMENTOS	16.316.569	4.125.115	34.036	(11.145)	-	(403.396)	(1.360.869)	18.700.310

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia, além de recursos setoriais e de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras e decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuarias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 6,56% ao ano.

Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 38% do total da carteira (43% em 31 de dezembro de 2013). Já os que preveem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 62% do saldo da carteira (57% em 31 de dezembro de 2013).

Os valores de mercado desses ativos são próximos aos seus valores contábeis, visto serem operações específicas do setor e formadas, em parte, através de recursos de Fundos Setoriais e que não encontram condições semelhantes como parâmetro de avaliação ao valor de mercado.

Durante o exercício de 2014, os financiamentos e empréstimos existentes na controlada CGTEE captados junto à Eletrobras, se destinaram a viabilizar a construção da UTE Candiota III (Fase C); e viabilizar as compras de energia que a Companhia necessitou no último exercício. Esses recursos resultaram em uma variação no saldo de R$ 479.843.

Conforme estabelecido na RES-639/2014, os valores repassados à ELETROSUL sob a forma de empréstimos/ financiamentos destinam-se a: 1) quitação de saldo devedor proveniente de empréstimos obtidos com recursos ordinários da Eletrobras; 2) quitação do saldo de dividendos a pagar (quitação econômica) e 3) execução do Programa de Investimentos de 2014.

Os recursos concedidos à FURNAS sob a forma de empréstimos destinam-se a atender as necessidades de caixa da companhia visando honrar os compromissos assumidos com o Programa de Investimentos de 2014.

Já os financiamentos concedidos à AMAZONAS ENERGIA tiveram por fim: 1) pagamento de parte da dívida junto à BR Distribuidora (R$ 400.000); 2) refinanciamento de empréstimos obtidos com recursos ordinários da Eletrobras e quitação do serviço da dívida de RGR (quitação econômica – R$ 405.170), e quitação de parte do saldo devedor (R$ 323.961). Somam-se ainda diversos empréstimos destinados a cobertura de insuficiência de caixa da companhia.

As parcelas de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos, baseados nos fluxos de caixa previstos contratualmente, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2017	2018	2019	202	Após 2020	Total
Controladora	3.905347	3.743.976	3.598.156	3.544.280	3.434.260	9.101.931	27.327.951
Consolidado	2.168.911	1.710.782	1.779.353	1.920.399	1.857.262	2.551.836	11.988.543

I – AES Eletropaulo/CTEEP – Ação Judicial

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo junto a Eletrobras.

No decorrer da execução do contrato surgiram questionamentos por parte do devedor acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado, tendo a Eletropaulo proposto Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobras, em dezembro de 1988.

Em dezembro de 2010, a Eletrobras solicitou a iniciação do processo de liquidação na modalidade por artigos e, que por tal motivo, o processo foi submetido à análise da 5ª Vara Cível. Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a AES Eletropaulo e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido da liquidação por artigos, o que foi respondido por ambas as empresas.

Em dezembro de 2012, a 5º Vara Cível julgou a liquidação por artigos com base nos elementos trazidos aos autos e, ato contínuo, reconheceu a ELETROPAULO como a devedora da totalidade do débito.

Contra essa decisão foi manejado recurso de agravo por parte da Eletropaulo distribuído à Nona Câmara Cível em janeiro de 2013, tendo como principal pedido à necessidade de realização da prova pericial.

Em fevereiro de 2013 foi proferida decisão entendendo pela necessidade de realização de prova pericial, cassando, consequentemente a decisão do Juízo da 5º Vara Cível.

Vale destacar que paralelamente a decisão acima, foi expedido mandado de pagamento em favor da Companhia quanto à parte incontroversa estando na iminência em receber.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença sendo apontada a devedora e sendo apurados valores a serem pagos pela AES Eletropaulo e CTEEP, a Eletrobras irá reiniciar o processo de execução contra as referidas empresas.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável à AES Eletropaulo e/ou à CTEEP, a Companhia passa a ter um crédito de R$ 2.355.584 (R$ 1.896.067 em 31 de dezembro de 2013), sendo R$ 347.926 (R$ 347.597 em 31 de dezembro de 2013) já reconhecidos em seu ativo, na rubrica empréstimos e financiamentos, correspondente à parte considerada como incontroversa pela Companhia.

Em 18 de março de 2013 a Companhia recebeu R$ 97.463 referente a parte do montante incontroverso decorrente da ação consignatória movida pela Eletropaulo questionando, a época, o valor que entendia como devido por conta da dívida pactuada com a Eletrobras.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R$ 225.293 (31 de dezembro de 2013 - R$ 494.345) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de devedores em inadimplência.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

Na composição da provisão encontram-se os créditos junto à Celpa, controlada pela Equatorial Energia, no montante de R$ 17.614 (R$ 21.228 em 31 de dezembro de 2013). Tal provisão foi considerada necessária considerando o processo de recuperação judicial da Celpa.

As movimentações na PCLD dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia são as seguintes:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2013	494.345
(+) Complemento	49.985
(-) Reversão / baixas	(319.037)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	225.293

Em função da transferência do controle acionário do Grupo Rede, controlador da CEMAT e da CELTINS, para a Energisa durante o exercício de 2014, foi revertida a provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos empréstimos recebíveis em aberto com a CEMAT e a CELTINS, no montante de R$ 206.926 e R$ 84.047, respectivamente. Esta reversão está fundamentada na nova expectativa de realização destes créditos, decorrente da aprovação, pela ANEEL, por meio das resoluções 4.463/2013 e 4.510/2014, do plano de recuperação e apresentado pela Energisa e da transferência do controle acionário do Grupo Rede.

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Vide Nota 41). Os valores reconhecidos como PCLD são levados à perdas definitivas (baixados) quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

NOTA 10 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Eletrosul	8.531	62.811	-	-
Eletronorte	454.402	101.156	-	-
Eletropar	-	671	-	-
CGTEE	64.479	58.140	-	-
Itaipu	-	2.343	-	2.343
CEMAR	20.754	12.542	20.754	12.542
CTEEP	11.008	70.460	11.008	70.460
Lajeado Energia	94.810	54.505	94.810	54.505
Enerpeixe	-	-	26.059	25.960
Transudeste	-	-	1.033	-
Baguari	-	-	7.294	1.837
Serra do Facão	-	-	2.289	2.289
Transenergia Renovável	-	-	15.648	9.904
Transenergia São Paulo	-	-	15.934	5.441
Goiás Transmissão	-	-	20.051	20.051
MGE Transmissão	-	-	6.812	-
Chapecoense	-	-	9.512	17.054
IE Madeira	-	-	14.917	7.556
Manaus Construtora	-	-	12.351	9.377
EAPSA	-	-	1.124	3.379
Uirapuru	-	-	2.295	1.736
TSBE	-	-	2.660	1.440
Santa Vitória	-	-	1.163	-
Outros	23.560	17.316	23.860	22.187
	677.544	379.943	289.574	268.060

NOTA 11 – TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ATIVO

I. Tributos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante:				
Imposto de renda - fonte	577.720	541.377	735.463	640.509
PIS/PASEP/COFINS compensáveis	13.497	13.347	99.304	126.207
ICMS a recuperar	-	-	31.084	25.078
Outros	-	-	34.580	47.972
	591.217	554.724	900.431	839.766
Ativo não circulante:				
ICMS a recuperar (a)	-	-	1.924.057	1.578.385
PIS/COFINS a recuperar (a)	-	-	601.968	398.010
Outros	-	-	12.106	14.132
	-	-	2.538.131	1.990.527

(a) ICMS, PIS/PASEP e COFINS a recuperar

A Companhia mantém registrado no ativo não circulante um montante de R$ 2.526.025 (R$ 1.976.395) referente a PIS, COFINS e ICMS a recuperar. Desse montante, R$ 1.924.354 (R$ 1.734.907 em 2013) se refere a impostos e contribuições sobre aquisição de combustível da controlada Amazonas.

De acordo com o § 8º da Lei 12.111/2009, os referidos impostos e contribuições deverão ser ressarcidos à CCC quando realizados, deste modo é mantido um passivo de mesmo valor na rubrica Obrigações de Ressarcimento (vide Nota 12).

(b) Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento. Tal conceito passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobras buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições. Até a conclusão destas Demonstrações Financeiras, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobras possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras, uma vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

II. Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante:				
Antecipações/ Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	374.504	1.545.376	762.726	1.940.005
Ativo não circulante:				
Antecipações/ Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	1.464.148	-	1.464.148	-
IRPJ/CSLL Diferidos	-	299.117	1.003.483	3.010.574
	1.464.148	299.117	2.467.631	3.010.574
Passivo não circulante:				
IRPJ/CSLL Diferidos	291.878	342.236	569.380	533.713

III. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2014		
	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)
Eletronorte	1.204.951	(201.468)	1.003.483
Ativo	1.204.951	(201.468)	1.003.483
Eletrobras	63.051	(354.929)	(291.878)
Eletrosul	271.534	(300.598)	(29.064)
Furnas	373.272	(373.272)	-
Chesf	-	(199.523)	(199.523)
Eletropar	-	(11.428)	(11.428)
Celg-D	152.668	(190.155)	(37.487)
Passivo	860.525	(1.429.905)	(569.380)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Impostos diferidos ativos:				
Variação Cambial Passiva	1.322	22.434	1.322	22.434
Provisão de Juros sobre o capital próprio	-	38.257	-	38.257
Provisão para Contingências	36.186	105.170	131.022	661.139
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	3.967	37.390	196.971	245.371
Provisão p/ ajuste ao valor de mercado	4.500	22.942	4.500	22.981
Provisões Operacionais	-	-	212.505	275.462
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	7.774	46.064	214.470	1.165.061
Créd. Tributário s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa (a)	9.302	26.860	1.233.312	373.576
Outros	-	-	71.374	206.293
Total Ativo	63.051	299.117	2.065.475	3.010.574
Impostos diferidos passivos:				
Obrigações de benefícios definidos	-	65.015	-	65.015
Instrumentos Financeiros Disponíveis para venda	354.929	274.201	354.929	274.201
Depreciação acelerada	-	-	53.187	-
Receita de atual. créditos energia renegociados	-	-	184.890	-
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	-	-	553.659	177.206
Débito tributário	-	-	373.272	-
Outros	-	3.020	111.436	17.291
Total Passivo	354.929	342.236	1.631.373	533.713
Ativo/(passivo) diferido líquido	(291.878)	(43.119)	434.102	2.476.861

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

(a) A controlada Eletronorte reconheceu no exercício de 2014 o montante de R$ 1.149.506 referente aos ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A controlada obteve condições para reconhecimento de tais ativos com base no histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que permitem tal constituição.

IV. Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Impostos diferidos				
Decorrente de receitas e despesas reconhecidas em outros resultados abrangentes:				
Ajuste ganhos e perdas atuariais	-	(207.111)	(404.332)	(463.267)
Remensuração do valor justo de instrumentos de *hedge* contratados para *hedge* de fluxo de caixa	-	4.145	309	4.076
Remensuração do valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	(26.482)	61.227	(24.855)	83.118
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	-	(135.329)	402.396	99.005
Total do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	(26.482)	(277.068)	(26.482)	(277.068)

Em virtude de prejuízos fiscais apurados nos três últimos exercícios, a controladora e as controladas CHESF e Furnas reverteram ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias, pois não existiam outras evidências quanto à existência de lucro tributável suficiente para compensação futura. Diante de tal fato, no ano de 2014, foi realizada uma baixa no valor de R$ 236.065 (R$ 1.313.121 em 2013) na controladora e R$ 2.794.824 (R$ 1.690.848 em 2013) no consolidado.

Desse modo, e conforme o disposto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Controladora mantém reconhecido em seu ativo o montante de R$ 63.052, na rubrica de "Imposto de Renda e Contribuição Social", no ativo não circulante. Esse montante é decorrente de diferenças temporárias entre as bases de cálculo tributária e contábil, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A expectativa de realização desse ativo é integralmente para o ano de 2015 não havendo expectativa para realização em exercícios futuros.

V. Medida Provisória 627/13 – Lei 12.793/2014

No dia 14 de Maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627, foi convertida na atual Lei 12.973/14 a qual é regulamentada pela Instrução Normativa RFB n°. 1.515 de 24 de novembro de 2014. Estes dispositivos revogam o Regime Tributário de Transição (RTT) e trazem outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei 12.973/14 têm vigência a partir de 1° de Janeiro de 2015, sendo facultada aos contribuintes a opção pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014.

A Administração optou pela não antecipação prevista na referida legislação tendo em vista que não havia sido identificado nenhum benefício para a Companhia e ainda pelo fato da RFB não ter emitido regulamentação acerca do tratamento a ser aplicado diante de eventuais diferenças (entre RTT e o novo regime) na apuração de impostos ocorridas durante o ano de 2014. Neste sentido, informamos que a opção por não antecipação dos novos critérios tributários foi manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referente aos fatos geradores ocorridos no mês de Agosto de 2014, de acordo com o previsto na Instrução Normativa RFB 1.469, de 28 de maio de 2014.

Adicionalmente, ressaltamos que a Instrução Normativa RFB 1.499, publicada no dia 16 de Outubro de 2014, alterou o prazo para a comunicação da opção da antecipação das novas regras introduzidas pela Lei 12.973/2014. Desta forma, a manifestação declarada na DCTF referente ao mês de Agosto/2014, deveria ser confirmada ou alterada, na DCTF referente aos fatos geradores ocorridos no mês de Dezembro/2014.

Por fim, salientamos que, com base nos estudos e análises realizadas em relação ao tema, a Administração manteve o seu posicionamento da não antecipação das disposições previstas na Lei 12.973/14 conforme opção declarada também na DCTF referente aos fatos ocorridos em Dezembro/2014, entregue em Fevereiro de 2015.

NOTA 12 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	CONSOLIDADO	
Direitos de ressarcimento	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO CIRCULANTE		
a. CCC de Sistemas Isolados	3.052.898	10.646.946
b. Energia nuclear	238.381	263.127
c. Reembolso CDE	235.708	-
	3.526.987	10.910.073
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
a. CCC de Sistemas Isolados	6.109.506	1.422.607
b. Energia nuclear	19.916	246.976
	6.129.422	1.669.583
Obrigações de ressarcimento		
PASSIVO CIRCULANTE		
a. CCC de Sistemas Isolados	11.238	7.794.354
PROINFA	655.158	583.046
c. Reembolso CDE	36.332	-
	702.728	8.377.400
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
a. CCC de Sistemas Isolados	2.529.893	2.317.708
	2.529.893	2.317.708

a) Conta de consumo de combustível (CCC) de sistemas isolados

Com o advento da Lei 12.111/2009 e do Decreto 7.246/2010 foi alterada a sistemática de subvenção de geração de energia nos sistemas isolados. A subvenção pela CCC que até então subsidiava somente os custos com combustíveis, passa a reembolsar a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional - SIN.

No custo total de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, são incluídos os custos relativos a:

i. contratação de energia e de potência associada;

ii. geração própria para atendimento da distribuição de energia elétrica;

iii. encargos e impostos;

iv. investimentos realizados; e

v. À aquisição de combustíveis.

Incluem, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala.

A conta de consumo de combustível de sistemas isolados refere-se aos valores a receber e recebidos da CCC (parte a título de adiantamentos) nos respectivos períodos. A regulamentação da ANEEL referente à Lei nº 12.111/2009 encontra-se estabelecida, mas parte dos valores de reembolso dos adiantamentos ainda não foram aprovados pelo órgão regulador. Adicionalmente, quanto aos pagamentos preliminares recebidos, os valores ainda não foram reprocessados de forma definitiva. Portanto, os valores efetivamente recebidos não estão sendo baixados do ativo e em contrapartida foi criada uma rubrica no passivo circulante denominada de Obrigações de Ressarcimento. Com isto, a Companhia apresenta um valor a receber de R$ 9.162.404 (R$ 12.069.553 em 31 de dezembro de 2013) e um passivo de R$ 2.541.131 (R$ 10.112.062 em 31 de dezembro de 2013) de obrigações de ressarcimento.

Após a promulgação da Lei nº 12.783, a Eletrobras não tem mais a obrigação de fazer contribuições à Conta CCC. Apesar disso, a Conta CCC não foi extinta. Os saldos disponíveis continuarão sendo distribuídos às empresas de geração e distribuição que incorram em despesas adicionais em razão do uso de usinas termelétricas em caso de condições hidrológicas desfavoráveis. De modo a assegurar a continuação da viabilidade da Conta CCC, a Lei nº 12.783 permite que sejam feitas transferências entre a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e a Conta CCC.

A fim de proporcionar a repactuação de dívidas junto à BR Distribuidora e à Petrobras (vide Nota 47.4) houve a identificação por parte do Fundo CCC e ANEEL dos valores devidos às empresas do Sistema Isolado da Eletrobras. Devido esse fato, a Companhia realizou a compensação do montante de R$ 7.783.116 anteriormente apresentado como CCC de Sistemas Isolados no passivo circulante, com o respectivo direito apresentado como CCC de Sistemas Isolados no ativo circulante, esse reconhecimento ensejou a identificação e liquidação dos adiantamentos perante os direitos ora registrados.

b) Energia nuclear

Conforme previsto no parágrafo 4º do art. 12 da Lei 12.111/2009, e no art. 2º da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa faturada pela Eletronuclear e da tarifa de referência, a ser repassado para Furnas, será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição. A tarifa de referência foi definida no parágrafo 1º da citada Lei. Tais concessionárias são atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, em 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. Dessa forma, a Companhia possui um direito de ressarcimento de R$ 258.297 (R$ 510.103 em 31 de dezembro de 2013).

De acordo com o disposto no parágrafo 1º da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.406/2012, esse montante será pago em duodécimos pelas concessionárias a Furnas, nos anos de 2013 a 2015, sendo recebido em 2014 o montante de R$ 277.725.

c) Reembolso CDE

A Lei 12.783/13, o Decreto 7.945/13 alterado pelo Decreto nº 8.203/14 e posterior Decreto 8.221/14, promoveram algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, e também instituíram (i) o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição de custos relacionados a risco hidrológico, exposição involuntária, ESS – Segurança Energética e CVA ESS e Energia para o período de 2013 e janeiro de 2014, e (ii) o repasse através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE às concessionárias de distribuição de custos relacionados à exposição involuntária e despacho das usinas termelétricas a partir de fevereiro de 2014.

Como consequência destas regulamentações, foram reconhecidos os valores de R$ 235.708 em 2014. Estes valores foram homologados pela ANEEL, por meio de despacho, para cobertura de exposição involuntária, efeitos disponibilidade – ACR e CCEAR-D termoelétricas. Do montante reconhecido em 2014 foi recebido o valor de R$ 240.381.

Os efeitos destes itens foram registrados como redução de custo com energia elétrica comprada para revenda (nota 40) em contrapartida a direitos de ressarcimento Reembolso CDE/CCEE, de acordo com o CPC 07 / IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais.

NOTA 13 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra I e UTN Angra II:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		
Elementos prontos	340.319	343.730
	340.319	343.730
NÃO CIRCULANTE		
Elementos prontos	296.269	216.856
Concentrado de urânio	130.396	85.025
Em curso - combustível nuclear	234.824	205.607
	661.489	507.488
	1.001.808	851.218

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;

b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, sendo apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica;

c) Almoxarifado, classificado no ativo circulante e está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

NOTA 14 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia e suas controladas apresentam, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Controladas				
Furnas	38.530	34.740	18.075	-
Chesf	-	-	590.015	277.800
Eletrosul	63.976	59.284	503.987	208.629
Eletronorte	12.984	16.065	24.556	-
CGTEE	18.391	4.147	-	-
Ceal	8.307	7.698	-	-
Ceron	245	233	-	-
Cepisa	16.416	15.631	-	-
Eletroacre	12.787	237.337	-	-
Amazonas	-	3.058	-	-
	171.636	378.193	1.136.633	486.429
Outros investimentos	4.000	4.000	4.000	4.000
	175.636	382.193	1.140.633	490.429

Os valores apresentados no consolidado referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs) efetuados pelas controladas nas SPE's, destacando-se os AFACs na Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., no valor de R$ 453.761; na TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A., no valor de R$ 101.000; na Chuí Holding S.A. no valor 330.500; e na Livramento Holding S.A., no valor de R$ 73.500. Estes AFACs têm o objetivo de viabilizar os empreendimentos.

NOTA 15 – INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Avaliados por Equivalência Patrimonial				
a) Controladas				
Furnas	10.327.900	11.128.126	-	-
Chesf	9.483.869	11.258.430	-	-
Eletrosul	5.262.369	5.486.343	-	-
Eletronorte	13.158.185	11.872.900	-	-
Eletronuclear	4.792.158	5.829.246	-	-
Eletropar	117.951	118.790	-	-
Distribuidora Roraima***	-	8.294	-	-
Distribuidora Acre**	53.100	-	-	-
Distribuidora Rondônia**	104.066	-	-	-
Celg - D*	108.872	-	-	-
	43.408.470	45.702.129	-	-

continua

continuação

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
b) Coligadas e Empreendimentos controlados em conjunto				
Itaipu	132.810	117.130	132.810	117.130
Mangue Seco II	16.726	17.058	16.726	17.058
CHC	79.081	29.119	79.081	29.119
Norte Energia	802.964	631.123	2.676.578	2.104.536
Inambari	164	9.148	164	9.148
CEEE-GT	449.336	544.711	449.336	544.711
Emae	265.552	148.553	275.214	153.960
CTEEP	927.814	913.440	946.187	931.580
Cemar	554.817	463.394	554.817	463.394
Lajeado Energia	206.282	232.907	206.282	232.907
Ceb Lajeado	71.723	83.644	71.723	83.644
CEEE-D	7.476	146.649	7.476	146.649
Paulista Lajeado	18.119	27.669	18.119	27.669
Rouar	70.044	18.427	70.044	18.427
Cemat	376.031	334.294	376.031	334.294
ESBR Participações S.A.	-	-	2.907.364	2.752.140
Madeira Energia S.A.	-	-	2.724.068	2.506.082
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	-	-	842.558	462.170
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	-	-	822.342	685.927
Enerpeixe S.A.	-	-	555.860	525.379
Manaus Transmissora de Energia S.A.	-	-	547.784	525.558
Teles Pires Participações S.A.	-	-	496.425	525.582
Chapecoense Geração S.A.	-	-	364.522	345.388
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	-	-	275.960	167.403
Energética Águas da Pedra S.A.	-	-	184.632	189.062
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	-	-	181.526	98.659
Companhia Energética Sinop s.a.	-	-	177.772	-
Integração Transmissora de Energia S.A.	-	-	169.450	160.151
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	-	-	163.434	195.154
Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	-	-	157.627	185.970
Transmissora sul litorânea de energia s.a.	-	-	139.719	16.901
Goiás Transmissão S.A.	-	-	138.436	131.579
MGE Transmissão S.A.	-	-	118.953	106.371
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	-	-	115.568	105.921
Retiro Baixo Energia S.A.	-	-	111.906	113.181
Transenergia Renovável S.A.	-	-	96.813	78.241
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	-	67.383	17.801
Baguari Energia S.A.	-	-	85.815	92.437
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	-	-	85.368	75.656
Transenergia São Paulo S.A.	-	-	83.116	49.632
Outros	-	-	1.205.321	989.998
	3.978.939	3.717.266	18.700.310	16.316.569
SUBTOTAL	47.387.409	49.419.395	18.700.310	16.316.569
Provisão para perdas em investimentos	(164)	(343.442)	(164)	(343.442)
TOTAL	47.387.245	49.075.953	18.700.146	15.973.127

(*) Controle adquirido em 30/09/2014 (Nota 42)

(**) Controladas que apresentavam passivo à descoberto em 31/12/2013

(***) Controlada com passivo a descoberto em 31/12/2014

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Investimentos mantidos a valor justo				
Celpa	26.782	17.435	26.782	17.435
Celesc	61.897	82.901	61.897	82.901
Cesp	168.789	148.568	168.789	148.568
Coelce	200.868	210.589	200.868	210.589
AES Tietê	547.862	577.435	547.862	577.435
Energisa	85.353	84.906	85.353	84.906
CELPE	15.407	21.149	15.407	21.149
CGEEP	27.199	27.371	27.199	27.371
COPEL	38.116	34.136	38.116	34.136
CEB	6.021	6.703	6.021	6.703
Tangara	21.738	21.738	21.738	21.738
AES Eletropaulo	-	-	18.148	19.615
Energias do Brasil	-	-	31.500	16.861
CPFL Energia	-	-	13.327	32.522
Outros	12.110	20.366	107.364	139.938
	1.212.142	1.253.297	1.370.371	1.441.867

15.1 – Provisões para perdas em investimentos

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
INAMBARI	164	9.148
CEMAT	-	334.294
	164	343.442

Em função da transferência do controle acionário do Grupo Rede, controlador da CEMAT, para a Energisa, foi revertida a provisão para perda nos investimentos mantidos junto à CEMAT, no total de R$ 334.294, anteriormente constituída devido à decretação da recuperação judicial da investida.

Esta reversão está fundamentada na nova expectativa de realização do investimento, decorrente da aprovação, pela ANEEL, por meio das resoluções 4.463/2013 e 4.510/2014, do plano de recuperação e apresentado pela Energisa e da transferência do controle acionário do Grupo Rede.

15.2 – Ajustes de políticas contábeis em coligadas

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
CTEEP	898.827	816.980
EMAE	-	149.692
CEEE-GT	21.184	19.902
CEEE-D	21.206	19.997
	941.217	1.006.571

A Companhia efetuou ajustes nos resultados das empresas investidas, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as adotadas pela Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas Os ajustes realizados referem-se principalmente a política contábil para reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa e reconhecimento das obrigações relacionadas a benefícios pós-emprego.

A investida EMAE reapresentou, em junho de 2014, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, adequando suas práticas contábeis às da Eletrobras. Desta forma, foi revertido no exercício o ajuste de políticas contábeis no valor de R$ 149.692.

15.3 - Mutação dos investimentos

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2013 (Reapresentado)	Integralização de capital/ Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Ganho / Perda de Capital	Ajuste de Reapresentação	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2014
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA								
FURNAS	11.128.126	-	(396.357)	-	-	-	(403.869)	10.327.900
CHESF	11.258.430	-	(661.368)	-	-	-	(1.113.193)	9.483.869
ELETROSUL	5.486.343	-	(62.928)	-	-	(196.964)	35.918	5.262.369
ELETRONORTE	11.872.900	-	20.263	-	-	(757.868)	2.022.890	13.158.185
ELETRONUCLEAR	5.829.246	-	(37.386)	-	-	-	(999.702)	4.792.158
ELETROPAR	118.790	-	3.636	-	-	(2.010)	(2.465)	117.951
ED RORAIMA	8.294	-	-	-	-	-	(8.294)	-
ED ACRE	-	33.107	(408)	(12.722)	-	-	33.123	53.100
ED RONDONIA	-	-	-	-	-	-	104.066	104.066
CELG D	-	49.740	(4.757)	-	-	-	63.889	108.872
ITAIPU BINACIONAL	117.130	-	15.680	-	-	-	-	132.810
EÓLICA MANGUE SECO	17.058	-	-	-	-	-	(332)	16.726
CHC	29.119	49.613	5.866	-	-	-	(5.517)	79.081
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	631.123	204.750	-	-	-	-	(32.909)	802.964
INAMBARI	9.148	-	-	-	-	-	(8.984)	164
CEEE-GT	544.711	-	(4.067)	-	-	-	(91.308)	449.336
EMAE	148.553	-	(27.447)	-	-	(1.666)	146.112	265.552
CTEEP	913.440	81.590	-	(29.326)	-	(90.515)	52.625	927.814
CEMAR	463.394	-	-	-	-	(20.865)	112.288	554.817
REDE LAJEADO	232.907	-	50	-	-	(40.305)	13.630	206.282
CEB LAJEADO	83.644	-	14	-	-	(19.354)	7.419	71.723
CEEE-D	146.649	-	5.945	-	-	-	(145.118)	7.476
PAULISTA LAJEADO	27.669	-	-	-	-	(6.454)	(3.096)	18.119
ROUAR	18.427	34.392	9.985	-	-	-	7.240	70.044
CEMAT	334.294	-	2.255	18.852	-	(4.861)	25.491	376.031
TOTAL DE INVESTIMENTOS	49.419.395	453.192	(1.131.024)	(23.196)	-	(1.140.862)	(190.096)	47.387.409
MUTAÇÃO DO PASSIVO A DESCOBERTO - CONTROLADORA								
ED PIAUI	(219.476)	-	40.484	-	-	-	37.936	(141.056)
ED RORAIMA	-	-	(2.129)	-	-	-	(67.597)	(69.726)
ED RONDONIA	(188.655)	-	-	-	-	-	188.655	-
AMAZONAS	(1.604.112)	-	156	-	-	-	(415.425)	(2.019.381)
ED ACRE	(197.524)	197.524	-	-	-	-	-	-
CGTEE	(97.718)	-	24.786	-	-	-	(480.066)	(552.998)
ED ALAGOAS	(21.400)	-	105.679	-	-	-	(95.354)	(11.075)
TOTAL PASSIVO A DESCOBERTO	(2.328.885)	197.524	168.976	-	-	-	(831.851)	(2.794.236)
LÍQUIDO	47.090.510	650.716	(962.048)	(23.196)	-	(1.140.862)	(1.021.947)	44.593.173

continua

continuação

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2012	Integralização de capital	Outros Resultados Abrangentes	Ganho / Perda de Capital	Redução de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2013
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONSOLIDADO								
ITAIPU BINACIONAL	102.175	-	14.955		-	-	-	117.130
CELPA	94.673	(94.673)	-	-	-	-	-	0
CEEE-GT	738.009	-	(118.263)	-	-	-	(75.034)	544.712
CEMAT	507.251	-	(3.975)	-	-	-	(168.982)	334.294
EMAE	261.499	-	35.274	-	-	(575)	(142.237)	153.961
CTEEP	753.512	-	-	-	-	(71.770)	249.838	931.580
CEMAR	411.463	-	-	-	-	(12.606)	64.537	463.394
REDE LAJEADO	540.819	-	89	-	(180.394)	(70.098)	(57.510)	232.906
CEB LAJEADO	79.672	-	24	-	-	(11.232)	15.180	83.644
PAULISTA LAJEADO	27.425	-	-	-	-	(6.136)	6.381	27.669
CEEE-D	343.875	-	(101.928)	-	-	-	(95.298)	146.649
INAMBARI	15.890	1.402	54	(6.126)	-	-	(2.071)	9.148
CHC	28.584	-	4.540	-	-	-	(4.004)	29.119
EÓLICA MANGUE SECO	17.006	-	-	-	-	-	52	17.058
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	1.365.096	759.696	-	-	-	-	(20.255)	2.104.537
ROUAR	-	17.788	1.071	-	-	-	(433)	18.427
MADEIRA ENERGIA S.A.	1.870.691	654.069		-	-	-	(18.678)	2.506.082
ESBR PARTICIPAÇÕES S.A.	1.879.649	950.000	133	-	-	-	(77.642)	2.752.140
ENERPEIXE S.A.	514.735	-	-	-	-	(85.960)	96.604	525.379
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A.	514.112	139.651	-	-	-	(7.556)	39.720	685.927
MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	476.619	21.318	-	-	-	-	27.621	525.558
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	92.988	439.396	-	-	-	-	(6.802)	525.582
NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	388.108	61.250	-	-	-	805	12.007	462.170
CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A.	303.627	-	-	-	-	(48.808)	90.568	345.387
GOIÁS TRANSMISSÃO	101.646	51.499	-	-	-	(19.751)	(1.815)	131.579
STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A.	188.861	-	-	-	-	(31.789)	38.082	195.154
SANTA VITÓRIA DO PALMAR HOLDING S.A.	97.060	88.772	-	-	-	-	138	185.970
TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.	6.301	157.754	-	-	-	(1.440)	4.788	167.403
INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	147.902	-	-	-	-	(4.837)	17.086	160.151
RETIRO BAIXO ENERGIA S.A.	110.078	-	-	-	-	-	3.103	113.181
MGE TRANSMISSÃO	63.431	45.570	-	-	-	201	(2.831)	106.371
BRASNORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	109.609	-	-	-	-	-	(3.688)	105.921
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.	14.956	80.850	-	-	-	-	2.853	98.659
LIVRAMENTO HOLDING S.A.	35.280	73.031	-	-	-	-	(10.963)	97.348
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.	176.503	-	-	-	-	(14.483)	27.042	189.062
CIA. HIDRELÉTRICA TELES PIRES	89.816	(89.816)	-	-	-	-	-	-
BAGUARI ENERGIA S.A.	89.239	-	-	-	-	(1.837)	5.035	92.437
TRANSENERGIA RENOVÁVEL S.A.	107.865	1.960	-	-	-	(9.904)	(21.680)	78.241
TRANSMISSORA MATOGROSSENSE DE ENERGIA S.A.	63.037	-	-	-	-	-	12.619	75.656
CHUÍ HOLDING S.A	33.606	41.797	-	-	-	-	(193)	75.210
SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A.	104.098	-	-	-	-	(16.812)	(26.544)	60.742
TDG - TRANSMISSORA DELMIRO GOUVEIA S.A.	45.183	-	-	-	-	(2.152)	6.798	49.829
TOTAL DE INVESTIMENTOS	12.911.949	3.401.315	(168.026)	(6.126)	(180.394)	(416.741)	(16.609)	15.525.368

15.4 Informações do valor de mercado das investidas

EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO

Empresas de capital aberto	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado (*) 31/12/2014	31/12/2013
CEEE-D	Equivalência Patrimonial	32,59%	102.492	189.631
CEEE-GT	Equivalência Patrimonial	32,59%	143.783	202.250
CEMAR	Equivalência Patrimonial	33,55%	910.593	837.264
CEMAT	Equivalência Patrimonial	28,55%	293.887	232.872
CTEEP	Equivalência Patrimonial	35,37%	2.395.593	1.561.602
EMAE	Equivalência Patrimonial	39,02%	54.061	82.894
CELPA	Valor de mercado	1,15%	26.782	17.435
CELESC	Valor de mercado	10,75%	61.897	82.901
CESP	Valor de mercado	2,05%	168.789	148.568
COELCE	Valor de mercado	7,06%	200.868	210.589
AES Tiete	Valor de mercado	7,94%	547.862	577.435
CGEEP - DUKE	Valor de mercado	0,47%	27.199	27.371
ENERGISA S.A	Valor de mercado	2,91%	85.353	84.906
CELGPAR	Valor de mercado	0,07%	184	345
CELPE	Valor de mercado	1,56%	15.407	21.149
COPEL	Valor de mercado	0,56%	38.116	34.136
CEB	Valor de mercado	3,29%	6.021	6.703
AES Eletropaulo	Valor de mercado	1,25%	32.098	35.368
Energias do Brasil	Valor de mercado	0,31%	20.357	19.385

EMPRESAS DE CAPITAL FECHADO

Empresas de capital fechado	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado 31/12/2014	31/12/2013
TANGARÁ	Valor de mercado	25,47%	Não divulgado	19.932
CDSA	Valor de mercado	0,13%	Não divulgado	368
Angical 2 Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	99,96%	12.727	Não divulgado
Arapapá Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	99,96%	5.128	Não divulgado
Carcará Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	99,96%	12.000	Não divulgado
Ceb Lajeado	Equivalência Patrimonial	40,07%	330.218	58.364
Lajeado Energia	Equivalência Patrimonial	40,07%	966.177	303.276
Paulista Lajeado	Equivalência Patrimonial	40,07%	95.192	22.532
Acauã Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	99,93%	7.679	Não divulgado
Amapari Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	(1.542)	109.563
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	81.219	81.638
Baguari Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	30,61%	280.329	301.961
Banda de Couro Energética S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	1.962	Não divulgado
Baraúnas I Energética S/A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	(54)	Não divulgado
Baraúnas II Energética S/A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	1.257	Não divulgado
Bom Jesus Eólica	Equivalência Patrimonial	49,00%	14.470	190
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,71%	227.478	213.072
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	84.553	92.340
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	136.610	127.069

EMPRESAS DE CAPITAL FECHADO

Empresas de capital fechado	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado 31/12/2014	31/12/2013
Cachoeira Eólica	Equivalência Patrimonial	49,00%	9.559	131
Caititu 2 Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	99,96%	12.728	Não divulgado
Caititu 3 Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	99,96%	12.727	Não divulgado
Caldas Novas	Equivalência Patrimonial	49,90%	25.744	21.311
Carnaúba I Eólica	Equivalência Patrimonial	49,00%	17.013	231
Carnaúba II Eólica	Equivalência Patrimonial	49,00%	13.763	190
Carnaúba III Eólica	Equivalência Patrimonial	49,00%	12.262	169
Carnaúba V Eólica	Equivalência Patrimonial	49,00%	18.277	251
Central Eólica Famosa I S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	14.310	14.822
Central Eólica Pau Brasil S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9.518	9.878
Central Eólica Rosada S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	17.700	18.543
Central Eólica São Paulo S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	10.772	11.122
Cervantes I Eólica	Equivalência Patrimonial	49,00%	12.336	169
Cervantes II Eólica	Equivalência Patrimonial	49,00%	9.216	131
Chapecoense Geração S.A.	Equivalência Patrimonial	40,00%	911.306	863.468
Chuí Holding S.A	Equivalência Patrimonial	49,00%	76.521	153.490
Chuí IX	Equivalência Patrimonial	99,99%	(55)	Não divulgado
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	42.500	35.980
Companhia Energética Sinop S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	355.294	Não divulgado
Construtora Integração Ltda	Equivalência Patrimonial	49,00%	91.908	91.649
Corrupião 3 Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	99,95%	12.727	Não divulgado
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	43.899	8.733
Coxilha Seca	Equivalência Patrimonial	99,99%	87	Não divulgado
Coqueirinho 2 Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	99,98%	21.419	Não divulgado
Energética Águas da Pedra S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	365.634	378.947
Energia dos Ventos I S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	14.803	10.963
Energia dos Ventos II S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	8.992	6.684
Energia dos Ventos III S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	13.337	9.880
Energia dos Ventos IV S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	19.458	14.327
Energia dos Ventos V S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	1.897	11.504
Energia dos Ventos VI S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	2.596	15.849
Energia dos Ventos VII S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	2.816	16.000
Energia dos Ventos VIII S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	1.856	11.463
Energia dos Ventos IX S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	1.990	11.731
Energia dos Ventos X S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	11.851	8.792
Enerpeixe S.A.	Equivalência Patrimonial	40,00%	1.389.649	1.313.448
ESBR Participações S.A.	Equivalência Patrimonial	20,00%	7.268.412	6.880.352
Etau - Empresa de Transmissão Alto Uruguai	Equivalência Patrimonial	27,40%	92.190	88.318
Extremoz Transmissora do Nordeste ETN S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	14.652	3.071
Fronteira Oeste Transmissora de Energia	Equivalência Patrimonial	51,00%	23.183	10
Goiás Transmissão S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	282.522	460.188
Eólica Hermenegildo I	Equivalência Patrimonial	99,99%	(374)	Não divulgado
Eólica Hermenegildo II	Equivalência Patrimonial	99,99%	(146)	Não divulgado

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

EMPRESAS DE CAPITAL FECHADO

Empresas de capital fechado	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado 31/12/2014	Valor de Mercado 31/12/2013
Eólica Hermenegildo III	Equivalência Patrimonial	99,99%	(113)	Não divulgado
Inambari Geração de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	19,60%	559	31.255
Integração Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	342.198	317.932
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	1.543.620	1.514.466
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	370.460	201.342
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	(67.518)	47.463
Livramento Holding S.A.	Equivalência Patrimonial	52,53%	(176.657)	198.669
Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	32.699	11.500
Madeira Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	39,00%	6.994.900	6.425.851
Manaus Construtora Ltda.	Equivalência Patrimonial	49,50%	24.221	18.116
Manaus Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,50%	1.106.631	1.061.735
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	20,00%	45.214	5.755
MGE Transmissão S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	242.762	217.084
Morro Branco I Energética S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	31.734	Não divulgado
Mussambê Energética S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	40.726	Não divulgado
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	1.664.441	943.204
Norte Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	34,98%	5.353.094	4.212.159
Papagaio Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	99,96%	13.380	Não divulgado
Paranaíba	Equivalência Patrimonial	24,50%	275.032	72.657
Pedra Branca S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	29.094	28.768
Pitimbu Eólica	Equivalência Patrimonial	49,00%	14.265	190
Punaú I Eólica	Equivalência Patrimonial	49,00%	18.187	251
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	87.106	83.460
Retiro Baixo Energética S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	231.880	230.982
Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	321.687	379.531
São Caetano Eólica	Equivalência Patrimonial	49,00%	20.160	269
São Caetano I Eólica	Equivalência Patrimonial	49,00%	14.395	190
São Galvão Eólica	Equivalência Patrimonial	49,00%	19.000	251
São Pedro do Lago S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	33.198	30.852
Eólica Serra das Vacas I S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	26.546	Não divulgado
Eólica Serra das Vacas II S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	25.486	Não divulgado
Eólica Serra das Vacas III S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	24.706	Não divulgado
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	25.729	Não divulgado
Serra do Facão Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,47%	3.314	123.040
Sete Gameleiras S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	42.447	41.312
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	333.540	398.274
Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	21.295	Não divulgado
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	114.169	101.690
Teles Pires Participações S.A.	Equivalência Patrimonial	49,44%	998.870	1.064.632
Transenergia Goiás S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	32.455	5.022
Transenergia Renovável S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	197.578	159.676
Transenergia São Paulo S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	173.623	101.290
Cia. Transirapé de Transmissão S.A.	Equivalência Patrimonial	24,50%	65.853	57.347
Cia. Transleste de Transmissão S.A.	Equivalência Patrimonial	24,00%	65.066	113.279
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	164.875	154.399
Transnorte Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	105.417	76.698
Cia. Transudeste de Transmissão S.A.	Equivalência Patrimonial	25,00%	59.905	56.028
Triângulo Mineiro	Equivalência Patrimonial	49,00%	79.753	21.357
Teiú 2 Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	99,90%	10.190	Não divulgado
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	Equivalência Patrimonial	80,00%	344.950	209.254
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	Equivalência Patrimonial	51,00%	273.959	33.139
Uirapuru Transmissora de Energia	Equivalência Patrimonial	75,00%	57.429	Não divulgado
Usina Energia Eólica Caiçara I S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	42.809	10.778
Usina Energia Eólica Caiçara II S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	28.789	6.937
Usina Energia Eólica Junco I S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	38.418	10.599
Usina Energia Eólica Junco II S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	38.955	10.788
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	29.416	Não divulgado
Vale do São Bartolomeu	Equivalência Patrimonial	39,00%	41.354	1.700
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	29.417	Não divulgado
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	33.957	Não divulgado
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	27.686	Não divulgado
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	29.417	Não divulgado
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	29.417	Não divulgado
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	27.820	9.017
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	26.355	9.017
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	23.711	9.017
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	31.509	9.017
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	26.992	9.017
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	31.090	9.017
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	28.760	9.017
Mata de Santa Genebra	Equivalência Patrimonial	49,90%	52.459	Não divulgado
Belo Monte Transmissora	Equivalência Patrimonial	49,00%	24.336	Não divulgado
Lago Azul Transmissão	Equivalência Patrimonial	49,90%	3.948	Não divulgado
Ventos de São Rafael	Equivalência Patrimonial	49,00%	(6)	Não divulgado
Ventos de São Cirilo	Equivalência Patrimonial	49,00%	(4)	Não divulgado
Ventos de São Bento	Equivalência Patrimonial	49,00%	(6)	Não divulgado
Ventos de Santo Antônio	Equivalência Patrimonial	49,00%	(4)	Não divulgado

EMPRESAS DE CAPITAL FECHADO

Empresas de capital fechado	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado 31/12/2014	Valor de Mercado 31/12/2013
Ventos de Santa Vera	Equivalência Patrimonial	49,00%	(4)	Não divulgado
Ventos de Santa Marcella	Equivalência Patrimonial	49,00%	(5)	Não divulgado
Itaguaçu da Bahia	Equivalência Patrimonial	49,00%	(6)	Não divulgado
Ventos de Santa Luzia	Equivalência Patrimonial	49,00%	(5)	Não divulgado
Ventos de Santa Madalena	Equivalência Patrimonial	49,00%	(6)	Não divulgado
Ventos de São João	Equivalência Patrimonial	49,00%	(5)	Não divulgado
CSE Centro de Soluções Estratégicas	Equivalência Patrimonial	49,90%	3.400	Não divulgado
Tijoa Participações e Investimentos	Equivalência Patrimonial	49,90%	1.635	Não divulgado
Energia Olímpica S.A.	Equivalência Patrimonial	49,90%	(426)	Não divulgado
Empresa de Energia São Manoel	Equivalência Patrimonial	33,33%	(1.782)	Não divulgado
Energia Sustentável do Brasil Participações S.A.	Equivalência Patrimonial	20,00%	7.268.412	Não divulgado

15.5 Resumo das informações dos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

I - Ativo e Passivo

Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Participação	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
		31/12/2014				
Amapari Energia S.A.	49,0%	-	22.100	-	29.318	(7.218)
Amazônia Eletronorte Transm. de Energia S.A.	49,0%	85.857	23.852	20.998	7.492	81.219
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,5%	16.542	8.999	-	1.205	24.336
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71%	277.484	13.734	16.277	51.884	223.057
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,5%	230.332	30.638	123.580	52.837	84.553
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,5%	249.132	41.174	124.424	29.162	136.720
CEEE-D	32,59%	1.850.160	1.112.005	386.406	2.487.750	88.009
CEEE-GT	32,59%	731.744	2.286.349	434.369	1.139.970	1.443.754
CEMAR	33,48%	2.364.851	2.164.885	1.607.425	1.268.760	1.653.551
Chapecoense Geração S.A.	40,00%	3.134.622	335.294	1.665.317	893.293	911.306
Cia Hidrelétrica Teles Pires	49,44%	4.459.508	134.736	3.363.629	231.745	998.870
Companhia Energética Sinop	24,5%	119.558	323.316	-	72.569	370.305
Construtora Integração Ltda	24,5%	3	185.369	-	93.464	91.908
CTEEP	35,23%	1.856.289	5.285.850	572.630	1.404.464	5.165.045
Energética Águas da Pedra S.A	49,00%	773.415	66.340	408.164	43.622	387.969
Enerpeixe S.A.	40,00%	1.644.956	203.243	123.840	334.710	1.389.649
ESBR Participações S.A.	40,00%	20.338.744	1.886.608	11.324.749	3.632.191	7.268.412
Inambari Geração de Energia	19,61%	57	530	-	28	559
Integração Trasmissora de Energia S.A	49,00%	611.931	13.331	181.519	101.545	342.198
Interligação Elétrica do Madeira S.A	49,00%	4.382.731	163.607	2.435.751	566.967	1.543.620
Itaipu	50,00%	37.866.871	4.330.771	33.681.427	8.250.655	265.560
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	49,0%	589.436	130.540	318.851	468.643	(67.518)
Livramento Holding S.A.	52,5%	190.806	24.368	159.118	232.713	(176.657)
Madeira Energia S.A	39,00%	20.998.021	1.745.534	13.049.395	2.699.260	6.994.900
Manaus Construtora Ltda	30,0%	-	101.817	-	61.977	39.840
Manaus Transmissora de Energia S.A.	49,50%	2.368.082	154.180	874.167	541.464	1.106.631
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00%	3.456.889	69.655	1.276.121	534.632	1.715.791
Norte Energia S.A	34,98%	21.536.053	1.527.473	16.759.221	951.211	5.353.094
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,5%	227.547	27.486	130.240	37.687	87.106
Serra do Facão Energia S.A	49,47%	1.979.783	88.407	529.311	1.535.565	3.314
Sistema de Transmissão Nordeste S.A	49,00%	684.561	52.348	180.408	222.961	333.540
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,0%	276.053	64.067	151.130	24.115	164.875
Transnorte Energia S.A.	49,0%	293.142	31.522	-	219.247	105.417
Outros		13.685.034	4.370.918	5.341.360	4.296.128	8.418.464
		31/12/2013				
Amapari Energia S.A.	49,00%	67.629	73.693	-	31.759	109.563
Amazônia Eletronorte Transm. de Energia S.A.	49,00%	8.440	102.092	27.393	1.501	81.638
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,00%	259.646	12.622	27.888	31.308	213.072
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50%	214.519	18.430	-	140.609	92.340
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50%	253.736	21.485	-	145.968	129.253
CEEE-D	32,59%	1.566.376	1.431.206	451.072	2.035.169	511.341
CEEE-GT	32,59%	468.606	2.734.020	234.429	1.235.724	1.732.473
CEMAR	33,55%	2.191.129	1.424.439	1.391.268	843.242	1.381.058
Chapecoense Geração S.A.	40,00%	3.209.220	232.821	1.795.563	783.010	863.468
Cia Hidrelétrica Teles Pires	49,00%	3.137.772	839.665	2.659.699	255.366	1.062.372
Construtora Integração Ltda	24,50%	4	132.559	-	40.912	91.651
CTEEP	35,23%	24.565	6.575.996	229.350	1.458.764	4.912.447
Energética Aguas da Pedra S.A	49,00%	750.921	144.460	442.144	43.390	409.847
Enerpeixe S.A.	40,00%	1.696.814	186.286	238.093	331.560	1.313.447
ESBR Participações S.A.	40,00%	16.808.946	1.342.317	10.179.844	933.548	7.037.871
Inambari Geração de Energia	49,00%	26.136	5.047	-	104	31.079
Integração Trasmissora de Energia S.A	49,00%	624.947	20.725	212.154	115.586	317.932
Interligação Elétrica do Madeira S.A	49,00%	4.039.559	79.230	2.431.411	432.143	1.255.235
Itaipu	50,00%	37.786.710	2.303.927	32.432.831	7.423.546	234.260

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Parti-cipação	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
	31/12/2013					
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	49,00%	15.128	542.172	372.057	137.780	47.463
Livramento Holding S.A.	49,00%	341.823	16.505	158.547	93.052	106.729
Madeira Energia S.A	39,00%	18.827.952	1.695.658	11.893.204	2.204.556	6.425.850
Manaus Construtora Ltda	30,00%	-	68.485	-	49.998	18.487
Manaus Transmissora de Energia S.A.	49,50%	2.076.820	177.653	876.820	315.918	1.061.735
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00%	2.440.038	105.802	1.097.930	507.405	940.505
Norte Energia S.A	50,00%	12.757.333	1.180.925	8.745.145	980.954	4.212.159
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50%	215.986	19.871	-	149.951	85.906
Serra do Facão Energia S.A	49,47%	1.999.780	74.698	516.965	1.434.737	122.776
Sistema de Transmissão Nordeste S.A	49,00%	674.032	31.820	201.814	105.764	398.274
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00%	303.069	20.333	158.138	10.865	154.399
Transnorte Energia S.A.	49,00%	77.650	3.192	-	4.144	76.698
Outros		9.514.441	2.573.812	2.961.323	2.716.018	6.410.912

II - Resultado

Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Receita operacional líquida	Receita financeira	Despesa financeira	Impostos sobre o lucro	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização
	31/12/2014					
Amapari Energia S.A.	30.527	1.285	(6.764)	(3.509)	(106.867)	(5.175)
Amazônia Eletronorte Transm. de Energia S.A.	33.051	859	(2.390)	(1.600)	23.217	(244)
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	20.330	1.289	(19)	(134)	(665)	(11)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	34.847	751	(2.803)	(7.524)	19.435	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	29.394	1.749	(9.449)	(2.603)	(5.316)	(9.632)
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	46.316	2.556	(9.854)	(3.620)	8.268	(10.879)
CEEE-D	3.700.400	96.043	(96.948)	(56.437)	(445.282)	(61.961)
CEEE-GT	670.957	129.303	(30.738)	95.241	(280.763)	(31.772)
CEMAR	2.484.218	384.315	(477.821)	(65.821)	334.684	(121.769)
Chapecoense Geração S.A.	714.808	33.059	(136.412)	(51.751)	71.617	(62.773)
Cia Hidrelétrica Teles Pires	-	23	(605)	(22.588)	(39.469)	-
Companhia Energética Sinop	-	3.659	(61)	-	(2.333)	-
Construtora Integração Ltda	105.200	358	(1.414)	(12.390)	5.844	-
CTEEP	1.102.788	154.225	(142.334)	(80.475)	379.732	(8.860)
Energética Aguas da Pedra S.A.	196.394	6.371	(33.988)	(4.039)	20.608	(21.066)
Enerpeixe S.A.	433.025	8.784	(36.825)	(11.464)	141.349	(45.279)
ESBR Participações S.A.	754.272	6.294	(183.578)	674.872	(1.153.942)	(123.066)
Inambari Geração de Energia	-	23	-	-	(373)	(15)
Integração Trasmissora de Energia S.A	84.827	4.828	(17.109)	(10.048)	46.983	(3)
Interligação Elétrica do Madeira S.A	532.206	12.827	(163.410)	(62.614)	121.617	-
Itaipu	9.773.571	166.378	(2.209.854)	-	2.931.297	-
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	233.844	6.067	(36.352)	1.887	(112.426)	-
Livramento Holding S.A.	29.910	-	(4.276)	(10.966)	(283.386)	-
Madeira Energia S.A	2.343.960	64.533	(797.759)	6.424	(2.208.060)	(375.533)
Manaus Construtora Ltda	25.964	302	(19)	(8.441)	16.442	-
Manaus Transmissora de Energia S.A.	211.311	4.422	(70.893)	(40.212)	61.142	(4.677)
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	686.770	1.504	(116.087)	1.135	(3.655)	-
Norte Energia S.A	-	116.122	(115.154)	110.092	(219.394)	(1.394)
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	36.108	1.644	(9.987)	(2.423)	213	(9.854)
Serra do Facão Energia S.A	159.838	3.888	(37.674)	15.433	(119.463)	(23.876)
Sistema de Transmissão Nordeste S.A	147.533	3.274	(19.247)	(21.088)	93.908	(122)
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	50.271	2.546	(14.210)	(2.635)	28.870	(85)
Transnorte Energia S.A.	210.839	-	(17)	(8.533)	16.546	(33)
Outros	2.672.401	1.130.516	(886.730)	(135.308)	41.993	(60.186)

Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Receita operacional líquida	Receita financeira	Despesa financeira	Impostos sobre o lucro	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização
	31/12/2013					
Amapari Energia S.A.	35.724	730	(170)	(1.265)	6.295	(5.060)
Amazônia Eletronorte Transm. de Energia S.A.	26.132	363	(2.755)	(1.127)	17.582	(202)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	4.050	200	(861)	(353)	1.780	(557)
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	-	-	(2)	-	(4.503)	-
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	4.432	-	(1)	-	(3.200)	-
CEEE-D	2.263.719	136.400	(76.275)	3.278	(228.571)	(4.795)
CEEE-GT	735.508	161.302	(22.970)	27.290	(191.336)	(41.062)
CEMAR	1.968.774	131.025	(238.932)	(49.240)	192.247	(89.374)
Chapecoense Geração S.A.	567.286	15.792	(140.980)	(79.433)	161.601	(64.365)
Cia Hidrelétrica Teles Pires	112	-	(925)	-	(15.898)	-
Construtora Integração Ltda	64.368	1.028	(380)	(10.400)	20.250	-
CTEEP	822.235	302.321	(212.243)	181.951	31.921	7.339
Energética Aguas da Pedra S.A	118.849	3.619	(22.432)	(16.177)	31.452	(12.650)
Enerpeixe S.A.	424.737	12.195	(53.551)	(23.994)	219.218	(49.398)
ESBR Participações S.A.	126.857	3.219	(5.704)	20.859	(194.439)	(5.661)
Inambari Geração de Energia	-	55	-	-	(33.579)	(24)

Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Parti-cipação	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
	31/12/2013					
Integração Trasmissora de Energia S.A	71.428	1.349	(20.153)	(4.121)	33.999	(3)
Interligação Elétrica do Madeira S.A	784.981	9.691	(153.651)	(5.713)	11.092	-
Itaipu	8.199.764	54.459	(1.665.907)	-	2.565.210	-
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	104.149	-	(26.140)	3.404	(6.607)	-
Livramento Holding S.A.	29.132	1.004	(354)	12.724	(24.735)	-
Madeira Energia S.A	1.300.586	18.115	(323.895)	(12.548)	(47.738)	(230.612)
Manaus Construtora Ltda	7.133	986	(81)	(202)	390	-
Manaus Transmissora de Energia S.A.	311.705	5.937	(75.372)	(26.708)	63.601	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	546.395	9.936	(56.224)	(7.529)	14.441	-
Norte Energia S.A	-	85.047	(85.615)	18.394	(37.078)	(3.190)
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	-	-	(1)	-	(5.290)	-
Serra do Facão Energia S.A	252.057	4.278	(38.728)	(10.932)	(74.009)	(24.361)
Sistema de Transmissão Nordeste S.A	138.203	2.390	(29.923)	(18.872)	77.719	(114)
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	44.039	2.698	(14.292)	(2.308)	24.183	(78)
Transnorte Energia S.A.	29.760	-	(10)	(2.122)	4.063	(30)
Outros	1.896.383	939.629	(294.629)	(102.121)	260.551	60.440

I - Empresas de Distribuição:

a) Distribuição Alagoas - detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Alagoas mediante o Contrato de Concessão 07/2001-ANEEL, e seus aditivos celebrados, respectivamente, em 15 de maio de 2005 e em 08 de junho de 2009 com vigência até 07 de julho de 2015. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 147.841 (31 de dezembro de 2013 – R$ 219.360), prejuízos acumulados de R$ 678.710 (31 de dezembro de 2013 – R$ 583.356) e passivo a descoberto de R$ 11.075 (R$ 21.400 em 31 de dezembro de 2013) e depende do suporte financeiro da Companhia.

b) Distribuição Rondônia - detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Rondônia mediante o Contrato de Concessão 05/2001-ANEEL e seus aditivos celebrados, respectivamente, em 12 de fevereiro de 2001 e de 11 de novembro de 2005, com vencimento em 07 de julho de 2015. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 512.717 (31 de dezembro de 2013 – R$ 311.403), prejuízos acumulados de R$ 1.221.058 (31 de dezembro de 2013 – R$ 1.513.778) e patrimônio líquido de R$ 104.066 (passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2013 – R$ 188.654) e depende do suporte financeiro da Companhia.

c) Distribuição Piauí – detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado do Piauí, mediante Contrato de Concessão 04/2001 de 12 de fevereiro de 2001, com a ANEEL, com vencimento em 07 de julho de 2015. A principal atividade é a distribuição de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 118.864 (31 de dezembro de 2013 – 176.070), prejuízos acumulados de R$ 1.403.544 (31 de dezembro de 2013 – R$ 1.441.479) e passivo a descoberto de R$ 141.058 (31 de dezembro de 2013 – R$ 219.477) e depende do suporte financeiro da Companhia.

d) Amazonas Energia – tem como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Amazonas. A Amazonas Energia tem geração própria (2.203,9 MW*) e complementa a sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia de produtores independentes. A investida apresenta capital circulante líquido de R$ 442.063 (capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2013 – R$ 2.950.392), prejuízos acumulados de R$ 7.570.404 (31 de dezembro de 2013 – R$ 6.586.399) e passivo a descoberto de R$ 2.962.486 (31 de dezembro de 2013 – R$ 2.492.502) e depende do suporte financeiro da Companhia. Está previsto para ocorrer em 2015, a desverticalização desta investida. Neste estudo está sendo considerada a transferência das atividades de geração para uma nova sociedade a ser criada no âmbito do Sistema Eletrobras.

e) Distribuição Roraima - Detém concessão pelo Contrato 21/2001 – ANEEL, de 21 de março de 2001 e Termo Aditivo de quatorze de outubro de 2005, para distribuição de energia elétrica no município de Boa Vista - RR, válida até o ano de 2015. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 73.865 (31 de dezembro de 2013 – R$ 33.611), prejuízos acumulados de R$ 750.425 (31 de dezembro de 2013 – R$ 674.534) e passivo a descoberto de R$ 69.726 (patrimônio líquido de R$ 8.294 em 31 de dezembro de 2013) e depende do suporte financeiro da Companhia.

f) Distribuição Acre – detém a concessão para distribuição e comercialização de energia elétrica para todo os Estado do Acre, mediante contrato de concessão 06/2001, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 12 de fevereiro de 2001, com prazo de vigência até 07 de julho de 2015. O suprimento de energia elétrica da capital, Rio Branco, e das seis localidades interligadas ao Sistema Rio Branco, é feita pela Eletronorte. O interior do Estado, desde 1999, através de um contrato de Comodato, vem sendo suprido pela GUASCOR do Brasil Ltda., na forma de Produtor Independente de Energia- PIE, por intermédio de Sistemas Isolados de Geração. Destaque-se que, o suprimento de energia elétrica a todo o Estado, é feito através de Termoelétricas a Diesel (100%). A investida apresenta capital circulante líquido de R$ 21.021 (negativo em 31 de dezembro de 2013 – R$ 19.921), prejuízos acumulados de R$ 420.461 (31 de dezembro de 2013 – R$ 458.987) e patrimônio líquido de R$ 54.906 (passivo a descoberto de R$ 209.552 em 31 de dezembro de 2013.).

g) Celg Distribuição – CELG-D - Em 26 de setembro de 2014, a Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias representativas do capital social da CELG D, tornando-se controladora da CELG D (vide Nota 42). A CELG D, é uma sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de serviço público de energia elétrica no seguimento de distribuição e foi constituída em 23 de março de 2007. A Eletrobras detém 51% do capital e a CELGPAR detém 49%.

A Celg-D detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 237 municípios, 391 distritos e povoados no Estado de Goiás, com 2.688.902 consumidores, abrangendo uma área de 336.871 km²*, regulada pelo Contrato de Concessão nº 63, de 25 de agosto de 2000, celebrado entre a ANEEL, CELG D e o então acionista controlador, o qual permanece com seu termo de vigência até 07 de julho de 2015, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos, conforme previsto na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

A controlada manifestou sua concordância às novas regras regulatórias no prazo estabelecido pela Medida Provisória nº 579/2012, estipulado até o dia 15 de outubro de 2.012. Nesse sentido, a controlada protocolou junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a carta PR-1.507/12 ratificando seu pedido de prorrogação/renovação das concessões.

A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 453.378, prejuízos acumulados de R$ 3.511.269 e patrimônio líquido de R$ 156.896 e depende do suporte financeiro da Companhia.

II – Empresas de Geração e Transmissão:

a) Eletrobras Termonuclear S.A. - controlada integral da Companhia, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, e a realização de serviços de engenharia correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. A Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW*, bem como construção da usina Angra 3. A partir de 1º de janeiro de 2013, a energia elétrica gerada pela controlada foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009. A controlada apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 1.127.268 (31 de dezembro de 2013 – R$ 2.319).

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

b) Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - tem como objetivo principal a transmissão e a geração de energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos. A Companhia realiza estudos, projetos, construção, operação e manutenção das instalações dos sistemas de transmissão e de geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas. A Companhia detém o controle da Uirapuru.

c) Itaipu Binacional - entidade binacional criada e regida, em igualdade de direitos e obrigações, pelo Tratado internacional assinado em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, sendo seu capital pertencente em partes iguais à Eletrobras e a Administración Nacional de Electricidad - ANDE.

Seu objetivo é o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde o Salto de Guaíra até a foz do rio Iguaçu, mediante a construção e operação de Central Hidrelétrica, com capacidade total disponibilizada de 14 milhões de MW*. Em 2014, Itaipu produziu um total de 87,8 milhões de MWh*. Sua maior produção anual foi estabelecida em 2013, com 98,6 milhões de MWh*. O recorde anterior ocorreu em 2012, com a geração de 98,2 milhões de MWh*.

d) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF - concessionária de serviço público de energia elétrica que tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica. O seu sistema de geração é hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por percentual superior a 97% da produção total. As operações da CHESF na atividade de geração de energia contam com 14 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.615 MW*, e na atividade de transmissão o sistema é composto por 115 subestações e 19.669 Km* de linhas de alta tensão.

e) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte - concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada pela Companhia, com atuação predominante nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. As operações da Companhia com a geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.860,05 MW* e 6 usinas termelétricas, com capacidade de 479,97 MW*, perfazendo uma capacidade instalada de 9.340,02 MW*. A transmissão de energia é efetuada por um sistema composto de 9.287,13 Km* de linhas de transmissão, 45 subestações no Sistema Interligado Nacional – SIN, 695,89 Km* de linhas de transmissão, 10 subestações no sistema isolado, perfazendo um total de 9.983,02 Km* de linhas de transmissão e 55 subestações.

Conforme detalhado na nota explicativa 3.2 (d), em 31 de março de 2014, os acionistas da controlada Eletronorte aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Estação Transmissora de Energia S.A. - Estação, sociedade de propósito específico controlada da Companhia.

Além disso, a controlada possui participação societária em diversas Sociedades de Propósito Específico – SPE, de geração e transmissão de energia elétrica.

Aquisição de participação acionária – Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

A Diretoria Executiva da controlada Eletronorte aprovou no dia 02 de outubro de 2013, a aquisição da participação acionária da Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. na Sociedade de Propósito Específico Linha Verde Transmissora de Energia S.A, envolvendo a aquisição pela Eletronorte da totalidade da participação neste investimento.

Em 13 de março de 2014, foi submetido e aprovado, pelo Conselho de Administração da Controlada, o contrato de Compra e Venda das ações de propriedade da Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. na SPE, Linha Verde Transmissora de Energia S.A.. Assim, o contrato ficou somente condicionado à avaliação e aprovação por parte dos órgãos reguladores e de controle da administração federal conforme cláusula 2ª do referido contrato.

A transação foi aprovada pela ANEEL em 30 de setembro de 2014 conforme Resolução Autorizativa nº 4.855.

Conforme detalhado na nota explicativa 42, em 31 de dezembro de 2014 a controlada adquiriu a totalidade das ações da Linha Verde Transmissora de Energia S.A..

f) Furnas Centrais Elétricas S.A.– FURNAS – controlada pela Companhia, atua na geração, transmissão e comercialização predominantemente na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia, além de participar de Sociedades de Propósito Específico. O sistema de produção de energia elétrica operado por Furnas é composto por 10 usinas hidrelétricas de propriedade exclusiva, 2 em parceria com a iniciativa privada com uma potência instalada de 8.327 MW*, e 2 usinas termelétricas com 962 MW* de capacidade, totalizando 9.289 MW*.

g) Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE – tem por principal objeto social realizar estudos, projetos, construções e operações das instalações dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas. A Companhia detém concessão de geração para as seguintes usinas termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina NUTEPA, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 392.282 (31 de dezembro de 2013 – R$ 359.585).

A CGTEE apresentou em 31 de dezembro de 2014 um prejuízo acumulado de R$ 1.369.341, ante um prejuízo acumulado de R$ 472.043 em 31 de dezembro de 2013. O resultado determinou um passivo a descoberto de R$ 553.052 (passivo a descoberto de R$ 97.728 em 31 de dezembro de 2013).

Diante do quadro atual, a CGTEE está em tratativas junto a Eletrobras para viabilizar ações que possibilitam a sua recuperação técnica e financeira e também está tendo todo o apoio financeiro da Eletrobras para sua manutenção operacional, bem como para execução dos investimentos futuros necessários.

III - Demais Empresas

a) Companhia Energética do Maranhão - CEMAR - concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A Companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do Estado do Maranhão, regulada pelo Contrato de Concessão nº 60, de 28 de agosto de 2000, celebrado com a ANEEL, o qual permanece com o seu termo de vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

b) Eletrobras Participações S.A. - controlada pela Companhia, e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades.

c) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica.

d) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D – sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto a distribuição de energia elétrica em 72 municípios do Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 4 milhões de unidades consumidoras.

e) Companhia Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP- sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica.

f) Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA – sociedade de capital aberto, sob o controle acionário da Equatorial Energia S.A. (Equatorial), que atua na distribuição e geração de energia elétrica no Estado do Pará, atendendo consumidores em 143 municípios, conforme Contrato de Concessão 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028. Além do contrato de distribuição, a CELPA possui Contrato de Concessão de Geração 181/98 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. A investida apresentava em 31 de dezembro de 2014 capital circulante líquido negativo de R$ 175.224 (31 de dezembro de 2013 – R$ 94.439).

Todos os créditos existentes contra a investida até a data do ajuizamento do seu pedido de recuperação judicial, ainda que não vencidos, ressalvadas as exceções legais, deverão ser pagos nos termos do plano de recuperação judicial, aprovado em 01 de setembro de 2012 em assembleia geral de credores.

g) Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE -a concessionária de um complexo hidroenergético localizado no Alto Tietê, centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden. A EMAE dispõe, ainda, da UHE Rasgão e a UHE Porto Góes, ambas no Rio Tietê. No Vale do Paraíba, município de Pindamonhangaba, está instalada a UHE Isabel, atualmente fora de operação. A investida apresentava capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2014 de R$ 116.473 (31 de dezembro de 2013 R$ 138.019).

h) Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.- CEMAT - sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário da Energisa S.A., atuando na área de distribuição de energia elétrica, além da geração própria através de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que abrange o Estado de Mato Grosso, atendendo consumidores em 141 municípios. Conforme Contrato de Concessão de 03/1997, assinado em 11 de dezembro de 1997, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 11 de dezembro de 2027, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 04/1997, de 3 Usinas Termelétricas com suas respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

i) Norte Energia S.A. – sociedade de propósito específico, de capital fechado, com propósito de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), no rio Xingu, localizada no Estado do Pará e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A Companhia detém 49,98% do capital social da Norte Energia. Essa investida vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A investida necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montante significativo, para a conclusão de sua Usina Hidrelétrica. Em 31 de dezembro de 2014, a investida apresentava capital circulante líquido de R$ 175.280 (31 de dezembro de 2013 – capital circulante líquido negativo de R$ 1.208.687).

j) Madeira Energia S.A. – sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio localizada em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, e do seu Sistema de Transmissão Associado. A Companhia detém 39% do capital social da Madeira Energia. A investida está incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento de projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações.

Em 31 de dezembro de 2014, a investida Madeira Energia S.A. (MESA), da qual Furnas tem participação de 39% apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R$ 481.706 mil. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a investida conta com os aportes de recursos de seus acionistas. Parte deste montante é reflexo do reconhecimento de provisão para perdas sobre parte do valor esperado de recebimento de dispêndios reembolsáveis junto ao Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA).

Tal recebível teve sua origem por ocasião da assinatura do 2° termo aditivo ao Contrato de Concessão com a ANEEL, embasado pela apresentação de um cronograma de entrada em operação comercial pelo CCSA, antecipando, pela segunda vez, o início de entrada em operação das unidades geradoras do empreendimento, sendo firmado então, no Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio e em "Termos e Condições", o referido compromisso, No entanto, este cronograma não foi plenamente atendido, fazendo com que o resultado líquido desta apuração gerasse para a MESA um direito de ressarcimento junto ao CCSA.

Para a aferição do cálculo desse dispêndio reembolsável, o CCSA requereu a aplicação da cláusula 31.1.2.1.1 do contrato EPC, que apresenta o limitador contratual de R$ 122,00/MWh para o repasse do custo pela compra de volume de energia. Diante desta consideração, a administração da MESA efetuou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, análises adicionais, incluindo aspectos legais, e mudou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo. Assim, sob o valor total do dispêndio reembolsável de R$ 1.434.778 mil, foi reconhecida uma provisão para perda de R$ 678.551 mil, para refletir o valor esperado de recebimento de R$ 756.227 mil.

A MESA e o CCSA estão em tratativas no intuito de convergirem em um acordo com relação à forma e prazo de liquidação do pleito.

O Conselho de Administração, na reunião nº 002/452, recomendou à Furnas que tome as providências necessárias nas esferas de governança adequadas, para preservar os créditos da SAESA contra o CCSA, de modo a rever o prejuízo na SPE e, por decorrência, seus reflexos em Furnas, por sua participação na SPE.

k) ESBR Participações S.A. (ESBRP) – A ESBR Participações S.A. ("ESBRP"), sociedade anônima de capital fechado, tem por objeto social exclusivo a participação no capital social da Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada Energia Sustentável do Brasil S.A ("ESBR"), detentora da concessão de uso do bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Jirau, em fase de construção no Rio Madeira, no Estado de Rondônia. A companhia detém 40% do capital ESBRP.

l) Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira) - A IEMadeira foi constituída em 18 de dezembro de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes D e F do Leilão nº 007/2008 da ANEEL:

A linha de transmissão Porto Velho – Araraquara entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013. As estações Inversora e Retificadora entraram em operação comercial em 12 de maio de 2014.

A companhia detém 49% do capital do IE Madeira.

m) Manaus Transmissora de Energia S.A. - A Manaus Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de abril de 2008 com o propósito específico de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor.

A SPE detém a concessão, para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de Linha de Transmissão 500 kV* Oriximiná/Cariri CD, SE Itacoatiara 500/138 kV* e SE Cariri 500/230kV*.

O contrato de concessão foi assinado em 16 de outubro de 2008, pelo prazo de trinta anos, as atividades operacionais iniciaram em 2013.

A Companhia detém 49,50% do capital da Manaus Transmissora de Energia S.A.

IV – Sociedades sob Gestão

a) Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA - a Companhia assinou, em 12 de novembro de 2012, um protocolo de intenções, visando à participação no processo de saneamento financeiro da empresa Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Este processo prevê que a Companhia assuma o controle acionário da CEA.

A Companhia e o Governo do Estado do Amapá celebraram, em 12 de setembro de 2013, um Acordo de Acionistas e um Acordo de Gestão, visando à recuperação econômico-financeira da empresa CEA que, após implementação de todos os seus termos, oferece uma opção de compra, pela Companhia, do controle acionário daquela empresa. Para isto, a Companhia assume a gestão executiva da CEA, por meio da sua representação majoritária no Conselho de Administração e indicação dos membros da Diretoria Executiva da CEA, os quais serão, posteriormente, substituídos por profissionais contratados no mercado.

Neste processo o Governo do Estado do Amapá obteve financiamento do Governo Federal, com a finalidade de quitação das dívidas da CEA junto ao Sistema Eletrobras e outros fornecedores, além de preparar um Plano de Contingências que será encaminhado à aprovação da ANEEL.

b) Companhia Energética de Roraima - CERR - a Companhia assinou, em 26 de novembro de 2012, um protocolo de intenções, visando à participação no processo de saneamento financeiro da empresa Companhia Energética de Roraima - CERR. Este processo prevê que a Companhia poderá assumir o controle da CERR, por meio da aquisição do controle acionário da companhia.

A Companhia e o Governo do Estado de Roraima celebraram, inicialmente, um Acordo de Acionistas e um Acordo de Gestão, respeitadas as autorizações necessárias, visando à recuperação econômico-financeira da empresa CERR que, após implementação de todos os seus termos, oferece uma opção de compra pela Companhia, do controle acionário daquela empresa. Para isto, a Companhia assume a gestão executiva da CERR, por meio da sua representação majoritária no Conselho de Administração e indicação dos membros da Diretoria Executiva da CERR, os quais serão posteriormente substituídos por profissionais contratados no mercado.

Neste processo o Governo do Estado de Roraima obteve financiamento, com a finalidade de quitação das dívidas da CERR junto ao Sistema Eletrobras e outros fornecedores, além de preparar um Plano de Contingências que será encaminhado à aprovação da ANEEL.

V – Sociedades de Propósito Específico

Ao longo dos últimos anos, as Empresas do Sistema Eletrobras firmaram investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo – Investimentos.

No mesmo sentido, tendo em vista as necessidades de expansão dos investimentos no Setor Elétrico, as empresas controladas pela Companhia participam, também de forma minoritária, com ações ordinárias, em diversas empresas de concessão de serviços de energia elétrica, classificados em Ativo – Investimentos. Os investimentos mais relevantes com participação da Companhia e suas controladas em sociedades de propósito específico são os seguintes:

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

1 – Sistema de Transmissão Nordeste – STN
Parceiros – 1 – Chesf 49%; 2 – Alusa 51%
Objeto – LT 500 Hv, 546 vKm – Teresina/Fortaleza – em operação
2– Empresa Transmissora do Alto Uruguai – ETAU
Parceiros – 1 – Eletrosul 27,4%; 2 – Transmissora Aliança 52,6%; 3 – DME Energética 10%; 4 – CEEE-GT 10%
Objeto – LT 230 Kv, 187 Km – Campos Novos /Santa Marte – em operação
3 – Enerpeixe S.A.
Parceiros – 1 – Furnas 40%; 2 – EDP 60%
Objeto – UHE Peixe Angical 452 MW – em operação
4 - Manaus Construtora Ltda.
Parceiros – 1 – Eletronorte 30,0%; 2 – Chesf 19,5; 3 - Abengoa Holding 50,5%
Objeto – LT 500KV Oriximá/Cariri, SE Itacoatiara 500/138KV e SE 500/230KV – em operação
5 - Uirapuru Transmissora de Energia
Parceiros 1 Eletrosul 75%; 2 Elos 25%
Objeto LT 525KV, Ivaiorã/Londrina em operação.
6 - Energia Sustentável do Brasil - ESBR
Parceiros – 1 – Chesf 20%; 2 – Eletrosul 20%; 2 - GDF Suez Energy Latin America Ltda – 40% e Mizha Participações S.A. – 20%.
Objeto – UHE Jirau, com 3.750 MW – em operação.
7 - Norte Brasil Transmissora de Energia
Parceiros – 1 – Eletrosul – 24,5%; 2 – Eletronorte 24,5%; 3 –Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – 51%
Objeto – LT Porto Velho/Araraquara, trecho 02, 600KV – em fase pré-operacional.
8 – Fronteira Oeste
Parceiro – Eletrosul – 51%; CEEE-GT – 49%
Objeto - responsável pela construção, projeto, implantação, operação, exploração e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas por: LT 230 kV Santo Ângelo - Maçambará, LT Pinhalzinho - Foz do Chapecó, C1, LT Pinhalzinho - Foz do Chapecó, C2, SE 230/138 kV Pinhalzinho, 3 x 150 MVA, SE 230/138 kV Santa Maria 3, 2 x 83 MVA (novo pátio), no Estado do Rio Grande do Sul – em fase pré-operacional.
9 - Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia
Parceiros – 1 – Eletronorte 49%; 2 – Bimetal 26,99%; 3 – Alubar 10,76%; 4 – Linear 13,25%
Objeto - 2 linhas de transmissão em 230 KV, Coxipó / Cuiabá, com extensão de 25 km e Cuiabá / Rondonópolis, com extensão de 168 km – em operação
10 - Intesa - Integração Transmissora de Energia
Parceiros – 1 – Chesf 12%; 2 – Eletronorte 37%; 3 – FIP 51%
Objeto - LT 500kV, no trecho Colinas/ Serra da Mesa 2, 3º circuito – em operação
11 – Energética Águas da Pedra
Parceiros – 1 – Chesf 24,5%; 2 – Eletronorte 24,5%; 3 – Neoenergia S.A. 51%
Objeto – UHE Rio Aripuanã 261KW – em operação
12 – Amapari Energia
Parceiros – 1 – Eletronorte 49%; 2 – MPX Energia 51%
Objeto – UTE Serra do Navio 23,33MW
13 - Brasnorte Transmissora de Energia
Parceiros - 1 – Eletronorte 49,71%; 2 – Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa 38,70%; 3 – Bimetal Ind. e Com. de Produtos Metalúrgicos LTDA 11,62%
Objeto – LT Juba/Jauru 230 KV, com 129 Km de extensão; LT Maggi/Nova Mutum 230 KV, com 273 Km de extensão; SE Juba, 230/130 KV e SE Maggi, 230/138 KV – em operação.
14 - Manaus Transmissora de Energia
Parceiros – 1 – Eletronorte 30%; 2 – Chesf 19,50%; 3- Abengoa Concessões Brasil Holding 50,50%
Objeto - LT Oriximiná/Itacoatiara, circuito duplo, 500KV, com extensão de 374 KM, LT Itacoatiara/Cariri, circuito duplo 500KV, com extensão de 212 Km, Subestação Itacoatiara em 500/230 KV, 1.800MVA – em operação.
15 – Transleste
Parceiros – 1 - Furnas 24%; 2 – Alusa 41%; 3 – Cemig 25%; 4 – EATE 10%
Objeto LT Montes Claros/Irapé, 345 kV – em operação
16 - Transudeste
Parceiros – 1 – Furnas 25%; 2 – Alusa 41%; 3 – Cemig 24%; 4 – EATE 10%
Objeto - LT Itutinga/ Juiz de Fora, 345 kV – em operação
17 – Transirapé
Parceiros – 1 – Furnas 24,50%; 2 – Alusa 41%; 3 – Cemig 24,50%; 4 – EATE 10%
Objeto - LT Irapé / Araçuaí, 230 kV – em operação
18 – Chapecoense
Parceiros – 1 – Furnas 40%; 2 - CPFL 51%; 3 - CEEE-GT 9%
Objeto – UHE Foz do Chapecó, Rio Uruguai, 855MW – em operação
19 - Serra do Facão Energia
Parceiros - 1 – Furnas 49,47%; 2 - Alcoa Alumínio S.A. 34,97%, 3 - DME Energética S.A 10,09% e 4 - Camargo Corrêa Energia S.A. 5,46%.
Objeto - UHE Serra do Facão, 212,58 MW – em operação
20 - Retiro Baixo
Parceiros – 1 - Furnas 49%; 2 – Orteng 25,5%; 3 - Arcadis Logos 25,5%
Objeto - UHE Retiro Baixo, 82 MW – em operação
21 - Baguari Energia
Parceiros – 1 – Furnas 30,61%; 2- Cemig 69,39%
Objeto - UHE Baguari, 140 MW – em operação
22 - Centroeste de Minas
Parceiros – 1 – Furnas 49%; 2 – Cemig 51%
Objeto - LT Furnas/Pimenta (MG), 345 kV – em operação
23 – Santo Antonio Energia
Parceiros – 1 - Furnas 39%; 2 - Odebrecht Investimentos 17,6%; 3 - Andrade Gutierrez Participações 12,4%; 4 – Cemig 10%; 5 - Fundos de Investimentos e Participações da Amazônia 20%; 6 - Construtora Norberto Odebrecht (1%).
Objeto - UHE Santo Antônio – em operação.
24 - IE Madeira
Parceiros – 1 – Furnas 24,50%; 2 – Chesf 24,50%; 3 – CTEEP 31%
Objeto - LT Coletora Porto Velho/Araraquara, trecho 01, com 2.375 Km – em operação.
25 - Inambari
Parceiros – 1 – Furnas 19,60%; 2 – Eletrobras 29,40%; 3 – OAS 51%
Objeto – Construção UHE Inambari (Peru), e do sistema de Transmissão de uso exclusivo, interligando o Peru e Brasil, bem como a importação e exportação de bens e serviços – o empreendimento encontra-se suspenso.
26 – Transenergia Renovável
Parceiros – 1 – Furnas 49%; 2 –J. Malucelli 51%
Objeto - construção, implantação, operação e manutenção de linha de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado Nacional Lote C
27 - Norte Energia S.A.
Parceiros – 1 – Eletrobras 15,00%; 2 – Chesf 15%; 3 - Eletronorte 19,98%; 4 - Petros 10%; 5 - Outros 4genebra0,02%
Objeto – UHE Belo Monte, no rio Xingu – em fase pré-operacional.
28 - Eólicas Junco I, Junco II, Caiçara I e Caiçara II
Parceiros: 1 - Chesf: 49%; 2 - Empresa francesa Votalia: 51%.
Objeto: Compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica. As usinas Junco I e II, de 30 MW, cada, serão construídas no município de Jijoca de Jericoacoara, e as usinas Caiçara I e II, de 30 MW e 21 MW, respectivamente, serão construídas no município de Cruz, no Estado do Ceará e totalizarão 111 MW de potência instalada- fase pré-operacional.
29 - Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A
Parceiros: 1 - Chesf 49%; 2 - CTEEP: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista: 51%.
Objeto: construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente a LT Ceará Mirim – João Câmara III, CS, em 500 kV, com 64 km; LT Ceará Mirim II – Campina Grande III, CS, em 500 kV, com 201 km; LT Ceará Mirim II – Extremoz II, CS, em 230 kV, com 26 km; LT Campina Grande III – Campina Grande II, CS, em 230 kV, com 8,5 km; LT Secc. J. Camara II/Extremoz/ SE Ceará Mirim, CS, em 230 kV, com 6 km; LT Secc. C. Grande II/Extremoz II, C1 e C2, CS, em 230 kV, com 12,5 km; SE João Câmara II, 500 kV; SE Campina Grande III, 500/230 kV; SE Ceará Mirim, 500/230 kV – fase pré-operacional.
30 - TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A
Parceiros: 1 - Chesf: 49%; 2 - ATP Engenharia Ltda.: 51%.
Objeto: Construção, implementação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da linha de transmissão São Luiz II, 230 Kv, com 156 Km de extensão – Maranhão, das subestações Pecém III em 500/230 Kv (3.600 MVA), e Aquiraz II, em 230/69 kV (450 MVA)- Ceará- em fase pré-operacional.
31 - Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleiras
Parceiros: 1 - Chesf: 49%; 2 - Brennand Energia 51%.
Objeto: Contratação, no ambiente regulado, de energia de fontes alternativas de geração, na modalidade por disponibilidade de energia, capacidade para gerar 30,0 MW, cada, em fase operacional.
32 - Interligação Elétrica Garanhuns S.A
Parceiros: 1 - Chesf: 49%; 2 - CTEEP: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista 51%.
Objeto: Construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, LT Luis Gonzaga – Garanhuns, em 500 kV, com 224 km; LT Garanhuns – Campina Grande III, em 500 kV, com 190 km; LT Garanhuns – Pau Ferro, em 500 kV, com 239 km; LT Garanhuns – Angelim I, em 230 kV, com 13 Km; SE Garanhuns, 500/230 kV; SE Pau Ferro, 500/230 kV, em fase pré-operacional.
33 - Chuí
Parceiros: 1 - Eletrosul: 49%; 2 - Rio Bravo Investimentos: 51%.
Objeto: Geração eólica, em fase pré-operacional.
34 - Livramento
Parceiros: 1 - Eletrosul: 52,5%; 2 - Rio Bravo Investimentos: 41%; 3 - Fundação Elos: 6,5%.
Objeto: Geração eólica, em fase operacional.
35 - Santa Vitória do Palmar
Parceiros: 1 - Eletrosul: 49%; 2 - Rio Bravo Investimentos: 51%.
Objeto: Geração eólica, em fase pré-operacional.
36 - TSBE
Parceiros: 1 - Eletrosul: 80%; 2 - Copel: 20%.
Objeto: LT 230 Kv- Nova Santa Rita- Camaquã 3- LT 230 Kv Camaquã 3- Quinta; LT 525 Kv Salto Santiago- Itá; LT 525 Kv Itá- Nova Santa Rita, em fase pré-operacional.
37 - TSLE
Parceiros: 1 - Eletrosul: 51%; 2 - CEEE: 49%.
Objeto: LT 525 Kv Nova Santa Rita – Povo Novo; LT 525 Kv Povo Nova- Marmeleiro; LT 525 Kv Marmeleiro- Santa Vitória do Palmar. Seccionamento da LT 230 Kv Camaquã 3. Em fase pré-operacional.
38 - Marumbi
Parceiros: 1 - Eletrosul: 20%; 2 - Copel: 80%.
Objeto: LT 525 Kv Curitiba – Curitiba Leste (PR). Em fase pré-operacional.
39 - Costa Oeste
Parceiros: 1 - Eletrosul: 49%; 2 - Copel: 51%.
Objeto: LT 230 Kv Cascavel Oeste- Umuarama(PR). Em fase pré-operacional.
40 - Teles Pires Participações
Parceiros: 1 - Eletrosul: 24,70%; 2 - Neoenergia: 50,60%; 3- Furnas: 24,70%.
Objeto: Geração hidráulica, UHE Teles Pires, em fase de pré-operacional.
41 - Linha Verde Transmissora de Energia
Parceiro: 1 - Eletronorte: 49%; 2 - Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.: 51%.
Objeto: LT Porto Velho - Samuel - Ariquemes - Ji-Paraná - Pimenta Bueno - Vilhena (RO), Jaurú (MT), com extensão de 987 Km, 230 kV – em fase pré-operacional.
42 - Transmissora Matogrossense
Parceiro: 1 - Eletronorte: 49%; 2 - Alupar Investimentos S.A. - 46%; 3 - Mavi Engenharia e Construções Ltda. - 5%
Objeto: LT Jaurú - Cuiabá (MT), com extensão de 348 Km e SE Jaurú, com 500 kV – em operação.
43 - Construtora Integração
Parceiro: 1 - Eletronorte: 24,50%; 2 - Eletrosul: 24,50%; 3 - Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.: 51%
Objeto: Empresa constituída para construção do empreendimento da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. – em operação.
44 - Transnorte
Parceiro: 1 - Eletronorte: 49%; 2 - Alupar Investimento S.A.: 51%
Objeto: LT Lechuga (AM) - Equador - Boa Vista (RR), com 500 kV – em fase pré-operacional.
45 - Brasventos Eolo Geradora Energia
Parceiro: 1 - Eletronorte: 24,50%; 2 - Furnas: 24,50%; 3 - J. Malucelli: 51%
Objeto: Parque Eólico Rei dos Ventos 1 com 58,5 MW de potência instalada, localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte – em fase pré-operacional.
46 - Brasventos Miassaba 3 Geradora
Parceiro: 1 - Eletronorte: 24,50%; 2 - Furnas: 24,50%; 3 - J. Malucelli: 51%
Objeto: Parque Eólico Miassaba 3, com 68,5 MW de potência instalada, localizado no município de Macau, no Rio Grande do Norte – em fase pré-operacional.
47 - Rei dos Ventos 3 Geradora
Parceiro: 1 - Eletronorte: 24,50%; 2 - Furnas: 24,50%; 3 - J. Malucelli: 51%
Objeto: Parque Eólico Rei dos Ventos 3, com 60,1 MW de potência instalada, localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte – em fase pré-operacional.
48 - Luziana – Niquelândia Transmissora
Parceiros: 1 - Furnas: 49%; 2 - State Grid Corporation of China: 51%.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Objeto: Instalações de transmissão compostas pela Subestação Niquelândia, com transformação 230/69 kV - (3+1) x 10 MVA, e pela Subestação Luziânia, com transformação 500/138 kV - (3+1) x 75 MVA em fase pré-operacional.

49 - Energia dos Ventos I a X

Parceiros: 1 - Furnas: 49%; 2 - Alupar 50,99%; 3 - Empresas detentoras do direito dos estudos: 0,01%.

Objeto: Concessão para implantação e exploração de 10 Centrais Geradoras Eólicas e respectivas instalações de transmissão. Centrais de Geração Eólica, totalizando 204,4 MW instalados, municípios de Fortim e Aracati - Ceará.

50 - Caldas Novas

Parceiros: 1 - Furnas: 49,90%; 2 - Desenvix: 25,5%; 3 - Santa Rita: 12,525%; CEL Engenharia: 12,525%.

Objeto: Instalações de Transmissão da Rede Básica, compostas pela Subestação Corumbá, em 345/138 kV – 150 MVA-Caldas Novas – GO.

51 - Goiás Transmissão

Parceiros: 1 - Furnas: 49%; 2 - Desenvix: 20%; 3 - J. Malucelli Energia: 31%.

Objeto: Construção, montagem, operação e manutenção das linhas de transmissão Rio Verde Norte – Trindade; Trindade-Xavantes; Trindade- Região Centro Oeste.

52 - Madeira Energia S.A

Parceiros: 1 - Furnas: 39%; 2 - Odebrecht Energia: 18,6%; 3 - Andrade Gutierrez Participações S.A.: 12,4%; 4- CEMIG: 10%; 5- FIP: 20%.

Objeto: Construção e operação da UHE Santo Antônio- Porto Velho- RO.

53 - MGE Transmissão

Parceiros: 1 - Furnas: 49%; 2 - Desenvix: 20%; 3 - J. Malucelli Energia: 31%.

Objeto: Construção, montagem, operação e manutenção das LTs Mesquita – Viana 2- Viana 2- Viana e da SE Viana 2.

54 – Triângulo Mineiro

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

Objeto: Construção, montagem, operação e manutenção da LT Marimbondo II – Assis.

55 – Paranaíba

Parceiros: 1 – Furnas: 24,50%; 2 – COPEL: 24,50%; 3 – State Grid: 51%.

Objeto: Construção, montagem, operação e manutenção das LTs Barreiras II – Rio das Éguas – Luziânia – Pirapora.

56 – Central Eólica Famosa I

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – PF Participações Ltda.: 51%.

Objeto: Parque Eólico Famosa I, com 22,5 MW de potência instalada, localizado no município de Tibau, Rio Grande do Norte.

57 – Central Fólica Pau Brasil

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – PF Participações Ltda.: 51%.

Objeto: Parque Pau Brasil, com 15 MW de potência instalada, localizado no município de Icapuí, Ceará.

58 – Central Eólica Rosada

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – PF Participações Ltda.: 51%.

Objeto: Parque Rosada, com 30 MW de potência instalada, localizado no município de Tibau, Rio Grande do Norte.

59 – Central Eólica São Paulo

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – PF Participações Ltda.: 51%.

Objeto: Parque Rosada, com 17,5 MW de potência instalada, localizado no município de Icapuí, Ceará.

60 – Vale do São Bartolomeu

Parceiros: 1 – Furnas: 39%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%; 3 – CELG DT: 10%.

Objeto: Construção, montagem, operação e manutenção das LTs Luziânia – Brasília Leste; Samambaia – Brasília Sul – Brasília Geral.

61 – Punaú I

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

Objeto: 7 Parques Eólicos no estado do Rio Grande do Norte, totalizando 132 MW.

62 – Carnaúba I

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

63 – Carnaúba II

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

64 – Carnaúba III

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

65 – Carnaúba V

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

66 – Cervantes I

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

67 – Cervantes II

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

68 – Bom Jesus

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

69 – Cachoeira

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

70 – Pitimbu

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

71 – São Caetano I

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

72 – São Caetano

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

73 – São Galvão

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

74 – Companhia Energética Sinop S.A.

Parceiros: 1 – Eletronorte: 24,5%; 2 – Chesf: 24,5% e 3 - Abengoa: 51%.

Objeto: Construção, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da UHE SINOP – início das operações previsto para 2018.

75 Rouar S.A.

Parceiros: 1 Eletrobras: 50%; 2 UTE: 50%

Objeto: 1 Parque Eólico em Colônia – Uruguai

76 – Belo Monte Transmissora de Energia S.A.

Parceiros: 1 – State Grid Brazil Holding (SGBH): 51%; 2 – Furnas: 24,5%; 3 – Eletronorte: 24,5%.

Objeto: Construção e operação da LT (2.902 km*) da UHE Belo Monte em 800 Kv* – Estações Conversoras de Xingu - PA e Estreito – MG.

Ano de vencimento: 2048

77 – Três Irmãos

Parceiros: 1 – Furnas: 49,9%; 2 – Fundo de Investimento em Participações Constantinopla: 50,1%.

Objeto: UHE Três Irmãos - com 807,5 MW de capacidade instalada e 217,5 MW médios de garantia física, tem sua geração de energia elétrica destinada às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783. – em operação.

78 – São Manoel

Parceiros: 1 – Furnas: 33,33%; 2 – CWEI (Brasil) Participações: 33,34% e 3 - EDP do Brasil – 33,33%.

Objeto: UHE São Manoel ficará localizada no rio Teles Pires, entre os estados do Pará e de Mato Grosso, e terá potência instalada de 700 MW– em fase pré-operacional.

79 – Complexo Itaguaçu da Bahia (Itaguaçu da Bahia, Ventos de Santa Luiza, Ventos de Santa Madalena, Ventos de Santa Marcella, Ventos de Santa Vera, Ventos de Santo Antônio, Ventos de São Bento, Ventos de São Cirilo, Ventos de São José e Ventos de São Rafael)

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – Salus Fundo de Investimento: 49% e 3 - Casa dos Ventos Energia Renovável: 2%.

80 – Complexo Santo Sé II (Baraúnas I, Morro Branco I e Mussambê)

Parceiros: 1 – Chesf: 49%; 2 – Brennand Energia S.A.: 50,9% e 3 – Brennand Energia Eólica: 0,1%.

Objeto: Com 29,7 MW de potência instalada cada e com início de operação previsto para setembro/2015 e prazo de duração de 35 anos.

Em fase pré-operacional.

81 – Complexo Sento Sé III (Baraúnas II e Banda de Couro)

Parceiros: 1 – Chesf: 49%; 2 – Brennand Energia S.A.: 50,9% e 3 – Brennand Energia Eólica: 0,1%.

Objeto: Com 29,7 MW e 21,6MW, respectivamente, de potência instalada e com início de operação previsto para maio/2018 e prazo de duração de 20 anos.

Em fase pré-operacional.

82 – Complexo Chapada do Piauí I (Ventos de Santa Joana IX, X, XI, XII, XIII, XV e XVI)

Parceiros: 1 – Chesf: 49%; 2 – Contour Global do Brasil Holding.: 36%; 3 – Salus – Fundo de Investimento em Participações: 14% e Ventos de Santa Joana Energias – 1%

Objeto: Com 30 MW de potência instalada cada e com início de operação previsto para setembro/2015 e prazo de duração de 20 anos.

Em fase pré-operacional.

83 – Complexo Chapada do Piauí II (Ventos de Santa Joana I, III, IV, V, VII e Ventos de Santo Augusto IV)

Parceiros: 1 – Chesf: 49%; 2 – Contour Global do Brasil Holding.: 36%; 3 – Salus – Fundo de Investimento em Participações: 14% e Ventos de Santa Joana Energias – 1%

Objeto: Com 30 MW de potência instalada cada e com início de operação previsto para janeiro/2016 e prazo de duração de 20 anos.

Em fase pré-operacional.

84 – Complexo Serra das Vacas (Serra das Vacas I - IV)

Parceiros: 1 – Chesf: 49%; 2 – Pec Energia: 51%

Objeto: Com 30 MW de potência instalada cada e com início de operação previsto para janeiro/2016 e prazo de duração de 20 anos.

Em fase pré-operacional.

85 – Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.

Parceiros: 1 – Chesf: 49%; 2 – Sequoia Capital: 51%

Objeto: Implantação da UEE Tamanduá Mirim 2, de 24MW de potência, com início das operações previsto para maio/2018 e prazo de duração de 20 anos.

Em fase pré-operacional.

86 – Transenergia Goiás.

Parceiros: 1 – Furnas: 89,91%; 2 – J.Malucelli: 10,09%

Objeto: LT 230kV Serra da Mesa – Niquelândia – Barro Alto.

Em operação.

87 – Transenergia São Paulo.

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – J.Malucelli: 51%

Objeto: 2 LT 500kv no seccionamento da LT Campinas – Ibiúna e a SE Itatiba 500/138kv.

Em operação.

88 – Lago Azul Transmissora

Parceiros: 1 – Furnas: 49,9%; 2 – Celg Geração e Transmissão: 50,1%

Objeto: LT 230kv Barro Alto – Itapaci, C2.

Em operação.

89 – Mata de Sta. Genebra Transmissora

Parceiros: 1 – Furnas: 49,9%; 2 – Copel Geração e Transmissão: 50,1%

Objeto: LT 500kv Itatiba – Bateias; LT 500kv Araraquara 2 – Itatiba e LT 500kv Araraquara 2 – Fernão Dias.

Em operação.

90 - Energia Olímpica

Parceiros: 1 – Furnas: 49,9%; 2 – Light S.A.: 50,1%

Objeto: Subestação Vila Olímpica e de duas linhas subterrâneas de 138 kV.

Pré-operacional.

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

15.6 – Ações em garantia

Considerando que a Companhia possui diversas ações no âmbito do Poder Judiciário, onde figura como ré (Vide Nota 30), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 7,25% (6,58% em 31 de dezembro 2013) do total da carteira de investimentos, conforme abaixo:

CONTROLADORA

31/12/2014

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	927.814	95,70%	887.918
EMAE	265.552	100,00%	265.552
CESP	168.789	98,32%	165.953
AES TIETE	547.862	100,00%	547.862
COELCE	200.868	51,36%	103.166
CGEEP	27.199	100,00%	27.199
CEMAT	376.031	92,68%	348.506
CELPA	26.782	100,00%	26.782
CELPE	15.407	100,00%	15.407
CEEE - GT	449.336	100,00%	449.336
CEEE - D	7.476	100,00%	7.476
CELESC	61.897	96,26%	59.582
ENERGISA	85.353	90,29%	77.065
CEMAR	554.817	97,71%	542.112
SUBTOTAL	3.715.183		3.523.915
Outros Investimentos	44.884.204		-
TOTAL	48.599.387	7,25%	3.523.915

NOTA 16 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas nos termos da Lei 12.783/13.

Os bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviço público, não podem ser vendidos nem dados em garantias a terceiros.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

As Obrigações Especiais (obrigações vinculadas às concessões) correspondem a recursos recebidos de consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e são alocadas aos empreendimentos correspondentes. Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme disposições estabelecidas pela ANEEL. Em virtude de sua natureza essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

CONSOLIDADO
31/12/2014

	Valor bruto	Depreciação acumulada	Obrigações vinculadas à Concessão	*Impairment*	Valor líquido
Em serviço					
Geração	44.736.190	(19.548.411)	(455.808)	(3.087.676)	21.644.295
Administração	2.396.287	(1.302.019)	(26.927)	-	1.067.341
	47.132.477	(20.850.430)	(482.735)	(3.087.676)	22.711.636
Em curso					
Geração	7.742.886	-	-	-	7.742.886
Administração	713.710	-	-	-	713.710
	8.456.596	-	-	-	8.456.596
	55.589.073	(20.850.430)	(482.735)	(3.087.676)	31.168.232

CONSOLIDADO
31/12/2013
Reapresentado

	Valor bruto	Depreciação acumulada	Obrigações vinculadas à Concessão	*Impairment*	Valor líquido
Em serviço					
Geração	43.160.587	(18.396.555)	(488.501)	(2.699.425)	21.576.106
Administração	2.112.331	(1.179.851)	-	-	932.480
	45.272.917	(19.576.405)	(488.501)	(2.699.425)	22.508.586
Em curso					
Geração	7.059.539	-	-	-	7.059.539
Administração	679.380	-	-	-	679.380
	7.738.919	-	-	-	7.738.919
	53.011.837	(19.576.405)	(488.501)	(2.699.425)	30.247.505

CONSOLIDADO
01/01/2013
Reapresentado

	Valor bruto	Depreciação acumulada	Obrigações vinculadas à Concessão	*Impairment*	Valor líquido
Em serviço					
Geração	38.863.207	(17.156.637)	(492.702)	(1.803.142)	19.410.726
Administração	2.139.463	(1.130.055)	-	-	1.009.408
	41.002.670	(18.286.691)	(492.702)	(1.803.142)	20.420.134
Em curso					
Geração	8.808.361	-	-	-	8.808.361
Administração	486.352	-	-	-	486.352
	9.294.713	-	-	-	9.294.713
	50.297.383	(18.286.691)	(492.702)	(1.803.142)	29.714.848

Movimentação do Imobilizado

CONSOLIDADO

	Saldo em 31/12/2013 Reapresentado	Adições	Transferência curso/serviço	Baixas	Aquisição de Controlada*	Saldo em 31/12/2014
Geração / Comercialização						
Em serviço	41.832.824	2.694	1.549.753	80.796	-	43.466.067
Arrendamento Mercantil	1.327.763	-	-	(57.640)	-	1.270.123
Depreciação acumulada	(18.396.555)	(1.190.061)	(5.887)	44.092	-	(19.548.411)
Em curso	7.059.539	2.594.000	(1.798.121)	(112.532)	-	7.742.886
Provisão p/ valor recuperação ativos (impairment)	(2.699.425)	(731.552)	22.273	321.028	-	(3.087.676)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(460.289)	-	-	4.481	-	(455.808)
	28.663.857	675.081	(231.982)	280.225	-	29.387.181
Administração						
Em serviço	2.112.331	111.902	87.572	(31.768)	116.251	2.396.287
Depreciação acumulada	(1.179.851)	(148.973)	(20.889)	47.693	-	(1.302.019)
Em curso	679.380	93.262	(78.532)	(12.601)	32.201	713.710
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(28.212)	-	-	2.927	(1.642)	(26.927)
	1.583.648	56.191	(11.849)	6.251	146.810	1.781.051
TOTAL	30.247.505	731.272	(243.831)	286.476	146.810	31.168.232

** Aquisição de controlada (Vide Nota 42)*

CONSOLIDADO

	Saldo em 01/01/2013 Reapresentado	Adições	Transferência curso/serviço	Baixas	*Impairment*	Depreciação	Saldo em 31/12/2013 Reapresentado
Geração / Comercialização							
Em serviço	37.524.420	224.330	4.121.201	(37.127)	-	-	41.832.824
Depreciação acumulada	(17.156.637)	-	-	-	-	(1.239.918)	(18.396.555)
Em curso	8.808.361	2.490.820	(4.158.791)	(80.851)	-	-	7.059.539
Arrendamento Mercantil	1.338.787	-	-	-	-	(11.024)	1.327.763
Provisão p/ valor recuperação ativos (impairment)	(1.803.142)	-	-	-	(896.283)	-	(2.699.425)
	28.711.789	2.715.150	(37.590)	(117.978)	(896.283)	(1.250.942)	29.124.146

CONSOLIDADO

	Saldo em 01/01/2013 Reapresentado	Adições	Transferência curso/serviço	Baixas	*Impairment*	Depreciação	Saldo em 31/12/2013 Reapresentado
Administração							
Em serviço	2.139.463	18.580	76.702	(122.415)	-	-	2.112.331
Depreciação acumulada	(1.130.055)	-	-	-	-	(49.796)	(1.179.851)
Em curso	486.352	302.497	(102.026)	(7.443)	-	-	679.380
	1.495.761	321.077	(25.324)	(129.858)	-	(49.796)	1.611.860
(-) Obrigações Especiais Vinculadas à concessão							
Uso do Bem Público - UBP	-	-	-	-		-	-
Reintegração Acumulada	19.697	-	-	-	-	-	19.697
Contribuições do Consumidor	-	-	-	-		-	-
Participação da União Federal	(177.802)	-	-	2.835	-	-	(174.967)
Doações e Subvenções p/ investimentos	-	-	-	-	-		-
Participação da União, estados e Municípios	(19.389)	-	-	-	-	-	(19.389)
Reservas para Amortização	(81.998)	-	-	-	-	-	(81.998)
Outros	(233.210)	(2.997)	-	-	-	4.363	(231.844)
	(492.702)	(2.997)	-	2.835	-	4.363	(488.501)
TOTAL	29.714.848	3.033.230	(62.914)	(245.001)	(896.283)	(1.296.375)	30.247.505

Taxa média de depreciação e depreciação acumulada:

CONSOLIDADO

	31/12/2014 Taxa média de depreciação	31/12/2014 Depreciação acumulada	31/12/2013 Reapresentado Taxa média de depreciação	31/12/2013 Reapresentado Depreciação acumulada	01/01/2013 Reapresentado Taxa média de depreciação	01/01/2013 Reapresentado Depreciação acumulada
Geração						
Hidráulica	2,58%	13.412.515	2,46%	12.445.776	2,51%	11.923.482
Nuclear	3,33%	3.701.375	3,33%	3.356.493	0,08%	3.080.265
Térmica	3,69%	2.350.124	2,43%	2.493.879	3,08%	2.076.971
Fólica	6,88%	62.051	4,00%	42.990	4,00%	21.749
Comercialização	3,15%	22.346	3,15%	57.417	2,29%	54.170
		19.548.411		18.396.555		17.156.637
Administração	7,78%	1.302.019	7,28%	1.179.851	6,76%	1.130.055
		1.302.019		1.179.851		1.130.055
Total		20.850.430		19.576.406		18.286.692

NOTA 17 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÕES E ITAIPU

	CONSOLIDADO 31/12/2014	CONSOLIDADO 31/12/2013
Concessões de Transmissão		
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida	8.769.660	8.245.051
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis (*)	8.253.130	6.476.898
	17.022.790	14.721.949
Concessões de Distribuição		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	7.495.755	5.247.686
Valores a receber Parcela A e outros itens financeiros III	740.257	-
	8.236.012	5.247.686
Concessões de Geração		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis (*)	1.811.630	1.483.539
	1.811.630	1.483.539
	27.070.432	21.453.174
Ativo Financeiro Itaipu (item I)	5.336.351	3.418.865
	5.336.351	3.418.865
Total do ativo financeiro	32.406.783	24.872.039
Ativo Financeiro – Circulante	3.437.521	1.168.002
Ativo Financeiro – Não Circulante	28.969.262	23.704.037
Total do ativo financeiro	32.406.783	24.872.039

(*) Os montantes relacionados aos ativos das concessões prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013 ainda não homologados pelo Poder Concedente estão apresentados na nota 2.1.

I – Ativo Financeiro de Itaipu

	CONTROLADORA 31/12/2014	CONTROLADORA 31/12/2013
Contas a Receber	1.997.498	2.369.637
Direito de Ressarcimento	1.184.475	984.210
Fornecedores de Energia - Itaipu	(2.648.864)	(1.457.677)
Obrigações de ressarcimento	1.854.513	(1.136.737)
Total ativo circulante	2.387.622	759.433
Contas a Receber	1.007.361	790.448
Direito de Ressarcimento	5.468.642	4.977.321
Obrigações de ressarcimento	(3.527.274)	(3.108.337)
Total ativo não circulante	2.948.729	2.659.432
Total ativo	5.336.351	3.418.865

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e são detalhados a seguir:

a - Valores Decorrentes da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

a.1 – Fator de ajuste

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, regulamentando a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um ativo

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008, praticado pela Companhia, preservando o fluxo de recursos, originalmente estabelecido.

Dessa forma, passou a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2014, encontra-se incluído o montante equivalente a US$ 359.057, o qual será recebido pela Companhia através de cobranças as distribuidoras, homologado pela portaria MME/MF 398/2013.

O saldo decorrente do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inserido na rubrica Ativo Financeiro, apresentada no Ativo Não Circulante, monta a R$ 5.468.642 em 31 de dezembro de 2014, equivalentes a US$ 2.058.822 (31 de dezembro de 2013 – R$ 4.977.321, equivalentes a US$ 2,125,244), dos quais R$ 3.527.274 equivalente a US$ 1.327.940, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional, em 1999.

Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

a.2 - Comercialização de energia elétrica

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Companhia a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora dessa energia elétrica.

Desta forma, foi comercializado no exercício de 2014 o equivalente a 132.506 GWh* (134.839 GWh* em 2013), sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu Binacional, de US$ 22.60/kW* e a tarifa de repasse (venda), US$ 26.05/kW* (US$ 26,08/kW* em 2013).

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu Binacional, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação:

1) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh*.

2) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

Essa operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado positivo representa um direito incondicional de recebimento e se negativo uma obrigação efetiva.

No exercício de 2014, a atividade foi deficitária em R$ 3.242.451 (R$ 85.649 deficitária em 31 de dezembro de 2013), sendo a obrigação decorrente incluída como parte da rubrica de ativo financeiro.

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

b – Revisões Tarifárias Periódicas

As distribuidoras controladas pela Eletrobras passaram no exercício de 2013 pelo processo do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária-3RTP (3º Ciclo).

O processo de revisão tarifária tem como objetivo a reposição tarifária e a remuneração sobre os investimentos prudentes. Para o cálculo do reposicionamento tarifário, a ANEEL define: os custos operacionais eficientes, a partir da atualização dos custos operacionais definidos no último ciclo, os investimentos prudentes, que compõem a Base de Remuneração Regulatória, o nível de perdas regulatórias a serem repassadas aos consumidores e os custos não gerenciáveis.

Como resultado dessa revisão a ANEEL declarou o valor total da Base de Remuneração Regulatória – BRR para fins do 3º Ciclo de Revisão Tarifária para as distribuidoras da Companhia: Amazonas Energia - R$ 1.461.655, Ceron – R$ 374.753, Cepisa – R$ 317.736, Eletroacre – R$ 218.033, Ceal – R$ 443.837 e Boa Vista – R$ 142.272.

No exercício de 2014, a ANEEL homologou o Reajuste Tarifário das distribuidoras, fixando também as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD).

II - Ativo Financeiro – Concessão de serviço público de energia elétrica

A rubrica ativo financeiro - concessão, no montante de R$ 27.070.432 (31 de dezembro de 2013 - R$ 21.453.174) refere-se ao ativo financeiro a realizar, detido pelas empresas do Sistema Eletrobras, sendo nas concessões de distribuição, apurado pela aplicação do modelo misto, e nas concessões de geração e transmissão pela aplicação do modelo financeiro, ambos previstos no ICPC 01 (IFRIC 12).

III - Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, incorporando os saldos dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. O referido evento demanda o reconhecimento do saldo de quaisquer diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros ainda não recuperados ou liquidados.

	CONSOLIDADO 31/12/2014
ATIVO CIRCULANTE	
a. Parcela A - CVA	415.751
b. Outros itens financeiros	191.233
	606.984
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
a. Parcela A - CVA	111.736
b. Outros itens financeiros	124.073
	235.809
PASSIVO CIRCULANTE	
a. Parcela A - CVA	44.310
b. Outros itens financeiros	52.553
	96.863
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
a. Parcela A - CVA	5.673
	5.673
Total dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	740.257

a) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os montantes registrados no circulante (ativo e passivo) referem-se aos valores já homologados pela ANEEL quando do reajuste tarifário concluído em dezembro de 2014, e os montantes registrados no não circulante representam uma estimativa da formação da CVA a ser homologada no próximo reajuste tarifário (dezembro de 2015).

b) Outros itens financeiros

• Ajuste financeiro CUSD - em cumprimento ao disposto no artigo 7º da Portaria Interministerial nº 25/2002;

• Neutralidade dos Encargos Setoriais - refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo anterior.;

• Exposição a Diferenças de Preços entre Submercados - refere-se a rateio dos riscos financeiros decorrente de diferenças de preços entre submercados, conforme artigo 28 do Decreto nº 5.163/2004.

• Repasse de Sobrecontratação de Energia/Exposição ao Mercado de Curto Prazo - conforme a REN nº 255/2007, com redação alterada pelas REN nº 305/2008 e nº 609/2014, e de acordo com os critérios definidos no Despacho nº 4.225/2013;

• Diferencial Eletronuclear - corresponde à diferença entre a tarifa praticada e a de referência entre Furnas e Eletronuclear, conforme determina a Lei nº 12.111/2009.

• Outros - corresponde à soma de demais valores reconhecidos pela ANEEL como Garantias financeiras na contratação regulada de energia (CCEAR), repasse de compensação DIC/FIC e outras.

NOTA 18 – ATIVO INTANGÍVEL

	CONSOLIDADO					
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências custo / serviço	Aquisição de controlada*	Saldo em 31/12/2014
Vinculados à Concessão - Geração	172.777	(52.569)	14.884	365.193	-	500.285
Em serviço	69.386	(72.144)	16.652	410.632	-	424.526
Ativo Intangível	503.573	-	(5.193)	404.340	-	902.720
Amortização acumulada	(405.854)	(72.144)	-	43.399	-	(434.599)
Obrigações especiais	(28.333)	-	-	13.300	-	(15.033)
Impairment	-	-	21.845	(50.407)	-	(28.562)
Em curso	103.391	19.575	(1.768)	(45.439)	-	75.759
Ativo Intangível	118.086	19.575	(1.768)	(39.632)	-	96.261
Obrigações especiais	(14.695)	-	-	-	-	(14.695)
Impairment	-	-	-	(5.807)		(5.807)
Vinculados à Concessão - Distribuição	220.077	(213.998)	65.730	182.822	103.160	357.791
Em serviço	90.884	(237.636)	(8.594)	274.666	91.659	210.979
Ativo Intangível	1.478.117	1.729	(54.245)	214.153	125.165	1.764.919
Amortização acumulada	(1.061.958)	(252.262)	7.260	(162.378)	-	(1.469.338)
Obrigações especiais	(280.405)	-	22.922	207.397	(33.506)	(83.592)
Impairment	(44.870)	12.897	15.469	15.494	-	(1.010)
Em curso	129.193	23.638	74.324	(91.844)	11.501	146.812
Ativo Intangível	154.296	20.218	1.790	(22.649)	11.501	165.156
Obrigações especiais	(22.693)	-	(156)	3.495	-	(19.354)
Impairment	(2.410)	3.420	72.690	(72.690)	-	1.010
Vinculados à Concessão - Transmissão	7.359	(3.825)	-	1.024	-	4.558
Em serviço	2.252	(32)	-	1.013	-	3.233
Ativo Intangível	2.552	-	-	1.013	-	3.565
Amortização acumulada	(300)	(32)	-	-	-	(332)
Em curso	5.107	(3.793)	-	11	-	1.325
Ativo Intangível	5.107	(3.793)	-	11	-	1.325
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	388.369	116.461	(1.871)	(222)	-	502.737
Administração						
Em serviço	637.973	149	-	127.435	-	765.557
Amortização acumulada	(342.318)	(58.970)	(2.005)	(17.043)	-	(420.336)
Impairment	-	2.733	-	(45.328)	-	(42.595)
Em curso	126.550	75.375	153	(60.595)	-	141.483
Outros (1)	(33.836)	97.174	(19)	(4.691)	-	58.628
Total	788.582	(153.931)	78.743	548.817	103.160	1.365.371

* *Aquisição de controlada (Vide Nota 42)*

(1) A Companhia reconheceu um montante de R$ 97.174 referente ao ágio decorrente de combinação de negócios (vide nota 42), sendo R$ 9.714 referentes a CELG e R$ 87.460 referentes a Linha Verde.

	CONSOLIDADO						
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Impairment	Amortizações	Transferências custo / serviço	Saldo em 31/12/2013
Vinculados à Concessão - Geração	669.007	29.256	(749)	-	(147.061)	(377.676)	172.777
Em serviço	567.706	11.457	(749)	-	(147.061)	(361.967)	69.386
Ativo Intangível	841.268	11.457	(749)	-	-	(361.771)	490.205
Amortização acumulada	(217.156)	-	-	-	(147.061)	-	(364.217)
Obrigações especiais	(56.406)	-	-	-	-	(196)	(56.602)
Impairment	-	-	-	-	-	-	-
Em curso	101.301	17.799	-	-	-	(15.709)	103.391
Ativo Intangível	116.053	17.904	-	-	-	(15.871)	118.086
Obrigações especiais	(14.752)	(105)	-	-	-	162	(14.695)
Vinculados à Concessão - Distribuição	190.555	42.576	(61.051)	256.210	(33.138)	(175.075)	220.077
Em serviço	134.022	(92)	(61.051)	174.694	(34.131)	(122.558)	90.884
Ativo Intangível	1.761.894	61	(162.901)	-	-	(131.329)	1.467.725
Amortização acumulada	(1.033.561)	-	-	-	(34.131)	-	(1.067.692)
Obrigações especiais	(387.669)	(153)	101.850	-	-	5.567	(280.405)
Contrato de concessão oneroso	-	-	-	-	-	-	-
Impairment	(206.642)	-	-	174.694	-	3.204	(28.744)
Em curso	56.533	42.668	-	81.516	993	(52.517)	129.193
Ativo Intangível	165.912	44.460	-	-	-	(56.076)	154.296
Obrigações especiais	(25.453)	(1.792)	-	-	993	3.559	(22.693)
Impairment	(83.926)		-	81.516	-	-	(2.410)
Vinculados à Concessão - Transmissão	-	8.113	(454)	-	(300)	-	7.359
Em serviço	-	-	(454)	-	(300)	3.006	2.252
Ativo Intangível	-	-	(454)	-	-	3.006	2.552
Amortização acumulada	-	-	-	-	(300)	-	(300)
Em curso	-	8.113	-	-	-	(3.006)	5.107
Ativo Intangível	-	8.113	-	-	-	(3.006)	5.107
							-
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	345.001	77.264	(314)	-	(34.690)	1.108	388.369
Administração							
Em serviço	597.655	21.530	(322)	-	-	19.110	637.973
Amortização acumulada	(287.628)	-	-	-	(34.690)	-	(322.318)
Em curso	68.818	55.734	-	-	-	(18.002)	106.550
Outros	(33.844)	-	8	-	-	-	(33.836)
Total	1.204.563	157.209	(62.568)	256.210	(215.189)	(551.643)	788.582

Ativo intangível é substancialmente amortizado durante o prazo de concessão.

NOTA 19 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão. Quando identificada a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longo prazo, esta provisão é reconhecida no resultado do período na rubrica Provisões Operacionais.

Foram considerados as seguintes premissas:

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

a) Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;

b) Taxa de desconto (após os impostos) específica para cada segmento 6,69% para geração, 6,57% para transmissão e 6,14% para distribuição (6,80% para geração, 6,45% para transmissão e 6,61% distribuição em 2013) obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital;

c) Para a Usina Angra 3 devido suas características especiais de financiamento a taxa de desconto utilizada foi de 4,51% (5,60% em 2013);

d) A Companhia tratou como unidades geradoras de caixa independentes todos os seus empreendimentos.

A análise determinou a necessidade de constituição de provisão para perdas nos seguintes empreendimentos no ano de 2014:

a) Eletrosul – Em 2014, a Companhia reverteu R$ 38.127 da provisão para *impairment* no segmento de geração, e R$ 19.483 no segmento de transmissão, resultando em um saldo de R$ 490.898 (R$ 548.508 em 2013).

b) Amazonas Energia (segmento de distribuição) – a Companhia reverteu uma provisão para *impairment* de BRR no valor de R$ 374.581 no exercício (constituição de R$ 332.871 em 2013).

c) Furnas – Em 2014, a Companhia reconheceu *impairment* sobre a UHE Batalha no montante de R$ 26.288, devido ao aumento da taxa de desconto do fluxo de caixa, e reverteu R$ 73.513 da provisão para *impairment* da UHE Simplício devido à perspectiva de redução de custos com pessoal, material, serviço e outros, além da significativa redução da Compra de Energia prevista para os anos seguintes. Desta forma, a Companhia possui um saldo de provisão para *impairment* no montante de R$ 1.013.107 (R$ 1.060.332 em 2013).

d) Eletronorte – Foi reconhecida em 2014 uma provisão para *impairment* de R$ 150.554 referente aos ativos de Transmissão; uma reversão da provisão para *impairment* de R$ 79.944 referente aos ativos da geração.

e) Eletronuclear – Foi reconhecido um *impairment* referente a Usina Angra 3 no valor de R$ 557.834 no exercício de 2014 (R$ 532.509 em 2013) devido substancialmente ao atraso no cronograma das obras; pelas características especiais de financiamento a taxa de desconto para Angra 3 foi de 4,51% a.a..

f) CGTEE Foi revertido da provisão para *impairment* o valor de R$ 87.295 no exercício referente ao ativo imobilizado da UTE Candiota II (Fase B) a uma taxa de desconto de 6,69% a.a., resultando num saldo de R$ 35.412 (R$ 122.707 em 2013).

g) Chesf – No exercício, a Companhia realizou teste de *impairment*, para suas unidades geradoras de caixa. A partir deste teste a Companhia reconheceu uma provisão para perda relativa ao valor não recuperável dos ativos de transmissão, no valor de R$ 323.316 (R$ 638.206 em 2013), e reconheceu uma provisão para perda relativa ao valor não recuperável dos ativos de geração no valor de R$ 119.881.

h) Eletroacre – O último cálculo do Valor Novo de Reposição – VNR resultou numa reversão da provisão para *impairment* de ativo financeiro no montante de R$ 4.873.

i) Cepisa – A controlada reconheceu em seu resultado uma constituição de provisão para *impairment* de ativo financeiro no valor de R$ 10.567.

j) Ceal – A controlada reconheceu em seu resultado uma constituição de provisão para *impairment* de ativo financeiro no valor de R$ 13.960.

k) Ceron – A controlada reverteu da provisão para *impairment* de ativo financeiro o valor de R$ 3.742.

l) Boa Vista – A controlada reverteu da provisão para *impairment* de ativo financeiro o valor de R$ 1.980.

As perdas por *impairment* no resultado por segmento são como seguem:

	31/12/2014				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Imobilizado	-	400.300	-	-	400.300
Intangível	-	(16.038)	-	(88.159)	(104.197)
Ativo Financeiro	-	83.675	454.387	(320.345)	217.717
Contrato Oneroso	-	-	-	(295.259)	(295.259)
Crédito Tributário	-	(83.149)	-	-	(83.149)
Investimentos	13.935	-	-	-	13.935
Total	13.935	384.788	454.387	(703.763)	149.347

	31/12/2013			
	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Imobilizado	896.284	-	-	896.284
Intangível	-	-	(256.210)	(256.210)
Ativo financeiro	(201.282)	775.490	1.324.252	1.898.460
Contrato oneroso	-	-	15.867	15.867
Crédito tributário	-	-	(92.528)	(92.528)
Total	695.002	775.490	991.381	2.461.873

NOTA 20 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	37.229	37.155	5.027.213	6.572.112
Energia Comprada para Revenda	511.360	305.623	1.958.150	960.503
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	503.771	207.963
	548.589	342.778	7.489.134	7.740.578
NÃO CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	-	-	128.541	185.235
Energia Comprada para Revenda	-	-	9.918.826	606.058
	-	-	10.047.367	791.293
	548.589	342.778	17.536.501	8.531.871

Em 2014, o aumento do saldo de fornecedores refere-se, principalmente, a três Instrumentos Particulares de Confissão de Dívida e seus respectivos parcelamentos firmados com a Petrobras Distribuidora S/A. pela controlada Amazonas Energia, relativo ao fornecimento de produtos derivados de petróleo, assinados em 31/12/2014, nos respectivos montantes i) R$ 3.257.366; ii) RS 2.925.921 e iii) R$ 1.018.441. Os instrumentos serão amortizados em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, pela variação pro rata dia, considerado desde a data da assinatura do contrato até a data do seu respectivo vencimento, sendo que o vencimento da primeira parcela será em 20/02/2015 e a última parcela em 30/01/2025.

Em setembro de 2014, a controlada Eletronorte realizou uma operação de compra e venda de energia no mercado de curto prazo para aquisição de 200 MW médios até dezembro de 2014. Foram registradas no exercício despesas no valor de R$ 486.062, referente ao valor principal do contrato firmado junto a BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda., para pagamento a partir do exercício de 2016.

20.1. Leilão de compra e venda de energia na modalidade "swap" (permuta)

Em setembro de 2014, a controlada Eletronorte promoveu uma oferta pública de compra e venda de energia elétrica na modalidade de "swap" (permuta) com o objetivo de cobrir as necessidades de compra/venda/uso da Eletronorte (own use). O vencedor do Leilão foi a BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda., única proponente efetiva do certame. Nessa operação a controlada passou a comprar energia elétrica num preço máximo pré-estabelecido antes do início do leilão e se comprometeu a vender energia também num preço pré-estabelecido, conforme resumo a seguir:

• Fornecimento de energia pela COMERCIALIZADORA

Período de fornecimento: de 1º de agosto de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Energia Contratada: 200 MW médios (duzentos megawatts médios).

Preço Máximo: 720,00 R$/ MWh (setecentos e vinte reais por MWh)

• Fornecimento de Energia pela ELETRONORTE

Período de fornecimento: de 10 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

Energia Contratada: 141 MW médios (cento e quarenta e um megawatts médios).

Preço: R$ 162,60/MWh (cento e sessenta e dois reais e sessenta centavos por MWh).

Para essa operação não haverá desembolso nem qualquer transferência de recursos financeiros, ou seja, haverá somente a troca de energia aos valores contratados conforme definido em leilão, com exceção dos pagamentos de tributos. A energia contratada será faturada mensalmente por meio de documentos de cobrança, emitidos nos termos da legislação vigente.

As energias físicas objeto de "swap" (permuta) do referido contrato de compra e venda de energia, são equivalentes aos seguintes valores monetários e que deverão ser registrados contabilmente:

COMPRA DE ENERGIA PELA ELETRONORTE

Período	MWh	R$/MWh	Valor
Agosto a Dezembro/2014	734.200	662,03	486.062
Encargos Financeiros			116.999
Total			**603.061**

VENDA DE ENERGIA PELA ELETRONORTE

Período	MWh	R$/MWh	Valor
Janeiro a Dezembro/2016	1.238.544	162,60	201.387
Janeiro a Dezembro/2017	1.235.160	162,60	200.837
Agosto a Dezembro/2018	1.235.160	162,60	200.837
Total	**3.708.864**	**162,60**	**603.061**

A operação se assemelha a um financiamento para a Companhia, sendo que a energia elétrica objeto de compra é financiada e o pagamento é efetuado por meio da entrega futura de energia elétrica. Considerando os valores monetários resultantes dos volumes físicos de energia elétrica comprados e vendidos em bases comutativas, a diferença entre esses valores, de R$ 116,9 milhões, conforme demonstrado na tabela acima, refere-se a encargo financeiro que deverá ser apropriada pro-rata-temporis ao longo do prazo do financiamento (iniciando em agosto de 2014 e terminando em dezembro de 2018). Esse encargo financeiro como é explicito e negociado entre as partes está compatível com taxa de mercado.

As operações de compra e de venda são registradas de forma separada (mas não de forma independente) quando da efetiva compra (afetando o passivo e a despesa ao longo de 2014) e quando da efetiva venda (afetando contas a receber e a receita ao longo de 2016 a 2018).

O valor negociado da compra de energia já reflete o valor presente, pois é efetuado com base nas tarifas correntes e assim sendo, sobre o passivo serão incorporados os encargos financeiros ao longo do tempo, e na medida em que o faturamento for auferido com a venda da energia elétrica, haverá a compensação entre "contas a pagar" e "contas a receber" a título de amortização.

Os preços de compra e de venda acordados contratualmente entre a controlada e a BTG Comercializadora são considerados os valores justos das respectivas transações, pois ocorreram entre partes independentes e em condições "não forçadas" (Leilão promovido por meio de um processo licitatório).

O leilão contou com seis proponentes interessados: Brasil Comercializadora de Energias, BTG Pactual, Cemig, Delta Energia, COPEN Energia e Cesp. Após a avaliação dos documentos de inscrição conforme previsto no edital, três proponentes foram habilitados: BTG Pactual, Cemig e Cesp. O leilão foi promovido no dia 03 de setembro de 2014 e apenas o proponente BTG Pactual apresentou proposta.

NOTA 21 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	52.813	48.910
Adiantamentos de clientes - PROINFA	448.759	462.672	448.759	462.672
	448.759	462.672	501.572	511.582
NÃO CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	718.451	776.252
	-	-	718.451	776.252
TOTAL	448.759	462.672	1.220.023	1.287.834

I – ALBRAS

A controlada Eletronorte celebrou venda de energia elétrica com a ALBRAS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescida de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange* (*LME*) - Inglaterra. Essa constituição de preço se constitui em um derivativo embutido (Vide Nota 43).

Com base nessas condições, a ALBRAS efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado de R$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW, de 43 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento, conforme detalhado a seguir:

	Data do contrato		
Cliente	Inicial	Final	Volume em Megawatts Médios (MW)
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de
BHP	01/07/2004	31/12/2024	01/01/2007 de 353,08 a 492

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

ANO	VALORES LIBERADOS	AMORTIZAÇÕES EFETUADAS	GANHOS	SALDO	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
31/12/2014	1.200.000	(408.237)	(20.499)	771.264	52.813	718.451
31/12/2013	1.200.000	(356.707)	(18.131)	825.162	48.910	776.252

II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

A Companhia assegura a compra da energia elétrica produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, e repassa esta energia às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Companhia o valor de energia em quotas, equivalente ao custo correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

As operações relativas à compra e venda de energia no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia.

NOTA 22 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

I) Reserva Global de Reversão (RGR)

A Companhia é autorizada a sacar recursos da RGR, aplicando-os na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal.

Desta forma, a Companhia toma recursos junto à RGR, reconhecendo uma dívida para com este Fundo, e aplica em projetos específicos de investimento, por ela financiados, que tenham por objetivo:

a) expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica;

b) incentivo às fontes alternativas de energia elétrica;

c) estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos;

d) implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;

e) iluminação pública eficiente;

f) conservação de energia elétrica através da melhoria da qualidade de produtos e serviços;

g) universalização de acesso à energia elétrica.

A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR e utilizados na concessão de financiamentos às empresas do setor elétrico brasileiro, com juros de 5% ao ano. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, totaliza R$ 7.421.796 (31 de dezembro de 2013 – R$ 8.401.683), incluídos na rubrica Financiamentos e empréstimos, do passivo.

Os recursos que compõem o Fundo RGR não fazem parte destas demonstrações, constituindo-se em entidade distinta da Companhia.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Composição dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2014							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Instituições financeiras								
Moeda Estrangeira								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,54%	1.850	49.421	123.554	4,40%	2.011	59.447	444.382
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,25%	7.802	764.924	1.058.960	2,25%	7.802	764.924	1.058.960
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	2,73%	15	-	191.172	2,73%	15	-	191.173
Eximbank	2,00%	805	48.797	121.985	2,00%	805	48.797	121.985
BNP Paribas	1,17%	196	91.988	590.238	1,17%	196	91.988	590.238
Outras		1.397	3.232	198.257		1.709	18.693	212.809
		12.065	958.362	2.284.166		12.538	983.849	2.619.547
Bônus								
Vencimento 30/11/2015	7,75%	6.077	796.860	-	7,75%	6.077	796.860	-
Vencimento 30/07/2019	6,88%	89.281	-	2.656.200	6,87%	89.281	-	2.656.200
Vencimento 27/10/2021	5,75%	55.153	-	4.648.350	5,75%	55.153	-	4.648.350
		150.511	796.860	7.304.550		150.511	796.860	7.304.550
Outros								
CAJUBI - Fundação Prev ITAIPU PY		-	-	-		-	-	-
MORGAN		-	-	-		-	-	8.840
LLOYDS		-	-	-		-	-	1.263
		-	-	-		-	-	10.103
		162.576	1.755.222	9.588.716		163.049	1.780.709	9.934.200
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		-	-	7.421.796		-	-	7.421.796
Outras Instituições Financeiras		-	-	-		42.933	319.862	1.869.943
Banco do Brasil		11.407	-	2.769.231		68.748	208.513	5.031.220
Caixa Econômica Federal		-	-	1.730.769		61.696	1.087.851	3.930.663
BNDES		330.309	500.000	1.750.000		351.669	846.501	6.419.772
		341.716	500.000	13.671.796		525.046	2.462.727	24.673.394
		504.292	2.255.222	23.260.512		688.095	4.243.436	34.607.594

	31/12/2013							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Instituições financeiras								
Moeda Estrangeira								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,40%	2.093	43.586	152.553	4,40%	2.222	43.586	395.070
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,51%	10.280	526.593	1.608.550	2,51%	10.280	526.593	1.608.550
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	3,86%	15	-	191.143	3,86%	15	-	191.143
Eximbank	2,15%	1.040	49.016	171.550	2,15%	1.040	49.016	171.550
BNP Paribas	1,53%	251	81.128	601.680	1,53%	251	81.128	601.680
Outras		583	2.371	101.817		652	3.553	106.813
		14.262	702.694	2.827.293		14.460	703.876	3.074.806
Bônus								
Vencimento 30/11/2015	7,75%	5.360	-	702.780	7,75%	5.360	-	702.780
Vencimento 30/07/2019	6,87%	78.740	-	2.342.600	6,87%	78.740	-	2.342.600
Vencimento 27/10/2021	5,75%	48.641	-	4.099.550	5,75%	48.641	-	4.099.550
		132.741	-	7.144.930		132.741	-	7.144.930
Outros								
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		8	464	-
MORGAN		-	-	-		428	400	7.163
LLOYDS		-	-	-		-	22	1.115
		-	-	-		436	886	8.278
		147.003	702.694	9.972.223		147.637	704.762	10.228.014
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		-	-	8.401.683		-	-	8.401.683
Outras Instituições Financeiras		-	-	-		13.251	100.170	1.078.525
Banco do Brasil		-	-	-		19.797	24.883	1.904.708
Caixa Econômica Federal		-	-	-		42.655	205.298	2.185.315
BNDES		99.404	250.000	2.250.000		118.286	593.027	6.708.276
		99.404	250.000	10.651.683		193.989	923.378	20.278.507
		246.407	952.694	20.623.906		341.626	1.628.140	30.506.521

a) As dívidas são garantidas pela União e/ou pela Eletrobras, estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2014 é de 5,20% a.a. (5,91% a.a. em 2013), e possuem o seguinte perfil:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2014		31/12/2013		31/12/2014		31/12/2013	
	Saldo em milhares de reais	%	Saldo em milhares de reais	%	Saldo em milhares de reais	%	Saldo em milhares de reais	%
Moeda estrangeira								
USD não indexado	8.251.920	32%	7.475.916	34%	8.260.761	21%	7.485.043	23%
USD com LIBOR	2.891.820	11%	2.933.253	13%	3.222.835	8%	3.175.899	10%
EURO	191.187	1%	191.146	1%	221.513	1%	191.146	1%
IENE	171.586	1%	221.606	1%	171.586	0%	221.606	1%
Outros	-	0%	-	0%	1.262	0%	6.719	0%
Subtotal	11.506.514	44%	10.821.921	50%	11.877.958	30%	11.080.413	34%
Moeda nacional								
CDI	4.511.407	17%	-	0%	9.598.423	24%	3.787.920	12%
IPCA	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
TJLP	-	0%	-	0%	5.826.925	15%	4.977.824	15%
SELIC	2.580.309	10%	2.599.404	12%	2.829.818	7%	2.599.404	8%
Outros	-	0%	-	0%	1.793.468	5%	10.166	0%
Subtotal	7.091.716	27%	2.599.404	12%	20.048.634	51%	11.375.314	35%
Não Indexado	7.421.796	29%	8.401.683	38%	7.612.533	19%	10.020.560	31%
Total	26.020.026	100%	21.823.008	100%	39.539.125	100%	32.476.287	100%

continua

continuação

b) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos tem seu vencimento assim programado:

	Equivalentes a R$ mil						
	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Controladora	2.390.062	2.877.804	1.952.796	3.987.107	1.223.462	10.829.281	23.260.512
Consolidado	3.194.679	4.080.343	4.206.734	5.015.289	2.142.395	15.968.154	34.607.594

c) Em 30 de setembro de 2013, foi assinado o contrato de empréstimo ponte nº 0418.626-06/2013 entre a Caixa Econômica Federal e a Eletronuclear, com garantia da Eletrobras, no valor de R$ 1 bilhão, destinado a aquisição de materiais, equipamentos importados e serviços estrangeiros para a construção da usina Angra 3, tendo sido sacado todo o montante até 31 de dezembro de 2014 (R$ 200.000 até 31 de dezembro de 2013).

d) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a controlada Chesf captou um empréstimo no valor de R$ 400.000 junto à Caixa Econômica Federal, visando constituição de capital de giro. Este contrato tem um prazo de 60 meses, com juros de 115% do CDI e amortização em 08 (oito) parcelas semestrais com carência de 12 (doze) meses para a primeira, a contar da concessão do empréstimo. Os encargos serão pagos trimestralmente. São motivos de vencimento antecipado da dívida e imediata execução do título, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei: infringência de qualquer obrigação contratual; existência, a qualquer tempo, de débitos fiscais, trabalhistas ou previdenciários, vencidos e não pagos, em nome da Creditada, exceto aqueles que estejam sendo discutidos judicialmente; verificação a qualquer tempo de que as atividades da Creditada geram danos ao meio ambiente.

e) A Eletrobras firmou contrato para abertura de crédito no valor bruto de R$ 6.500.000, junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil, à remuneração de 119,5% da variação acumulada da Taxa DI, para atender suas necessidades de capital de giro e seu plano de investimentos. Até 31 de dezembro de 2014 a Companhia captou as duas primeiras parcelas de desembolso no valor total de R$ 4.500.000, sendo R$ 2.769.232 desembolsado pelo Banco do Brasil e R$ 1.730.768 pela Caixa Econômica Federal. A primeira e a segunda parcela do desembolso terão carência de pagamento dos valores de principal até 24 de agosto de 2016 e 25 de novembro de 2016, respectivamente. A terceira parcela de desembolso, sacada em 30/01/2015 (vide nota 47.6), no valor de R$ 2.000.000, sendo R$ 1.230.769 desembolsada pelo Banco do Brasil e R$ 769.231 pela Caixa Econômica Federal, tem carência de pagamento dos valores de principal até 25 de fevereiro de 2016.

II – Operação de arrendamento mercantil financeiro:

O valor nominal utilizado no cálculo dos ativos e passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potencia mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.

A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, esta demonstradas no quadro abaixo:

	CONSOLIDADO		
	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Menos de um ano	209.226	209.226	209.226
Mais de um ano e menos de cinco anos	836.902	836.902	836.902
Mais de cinco anos	1.133.305	1.342.531	1.551.757
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	(852.772)	(994.833)	(1.143.511)
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiros	1.326.661	1.393.826	1.454.374
Menos de um ano	74.507	67.165	60.548
Mais de um ano e menos de cinco anos	388.860	350.546	316.006
Mais de cinco anos	863.294	976.115	1.077.820
Valor presente dos pagamentos	1.326.661	1.393.826	1.454.374

III – GARANTIAS

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados nos quadros seguintes:

Empresa	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade	Participação da Controlada	Valor do Financiamento*	Saldo Devedor em 31/12/2014	Saldo Garantidor Eletrobras	Término da Garantia
Eletrobras	Norte Energia	BNDES	SPE	15,00%	2.025.000	1.502.298	15.023	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	CEF	SPE	15,00%	1.050.000	786.789	7.868	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	15,00%	300.000	224.797	2.248	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	Garantia de Fiel Cumprimento de Contrato	SPE	15,00%	156.915	125.532	1.255	30/04/2019
Eletrobras	Rouar	Banco do Brasil	SPE	50,00%	99.585	-	-	23/03/2015
Eletrosul	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	1.909.000	2.281.536	22.815	15/01/2034
Eletrosul	Cerro Chato I, II e III	Banco do Brasil	SPE	100,00%	223.419	156.302	1.563	15/07/2020
Eletrosul	RS Energia	BNDES	SPE	100,00%	126.221	76.889	769	15/06/2021
Eletrosul	Artemis Transmissora de Energia	BNDES	SPE	100,00%	170.029	56.217	562	15/10/2018
Eletrosul	Norte Brasil Transmissora	BNDES	SPE	24,50%	257.250	258.100	2.581	15/01/2029
Eletrosul	Norte Brasil Transmissora	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	49.000	56.168	562	15/01/2029
Eletrosul	Porto Velho Transmissora de Energia	BNDES	SPE	100,00%	283.411	269.555	2.696	15/08/2028
Eletrosul	UHE Mauá	BNDES	SPE	49,00%	182.417	160.546	1.605	15/01/2028
Eletrosul	UHE Mauá	BNDES/Banco do Brasil	SPE	49,00%	182.417	160.599	1.606	15/01/2028
Eletrosul	UHE Passo de São João	BNDES	Corporativo	100,00%	183.330	151.718	1.517	15/07/2026
Eletrosul	SC Energia	BNDES/Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	50.000	20.114	201	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES/BDRE	Corporativo	100,00%	50.000	20.073	201	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	103.180	40.496	405	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	67.017	35.507	355	15/03/2021
Eletrosul	UHE São Domingos	BNDES	Corporativo	100,00%	207.000	199.792	1.998	15/06/2028
Eletrosul	RS Energia	BNDES	SPE	100,00%	41.898	33.891	339	15/03/2027
Eletrosul	RS Energia	BNDES	SPE	100,00%	9.413	8.943	89	15/08/2027
Eletrosul	RS Energia	BNDES	SPE	100,00%	12.000	7.352	74	15/08/2027
Eletrosul	UHE Passo de São João	BNDES	Corporativo	100,00%	14.750	12.539	125	15/07/2026
Eletrosul	Projetos Corporativos Eletrosul	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	250.000	251.379	2.514	15/11/2023
Eletrosul	Teles Pires	BNDES	SPE	24,50%	296.940	289.368	2.894	15/02/2036
Eletrosul	Teles Pires	BNDES/Banco do Brasil	SPE	24,50%	294.000	289.368	2.894	15/02/2036
Eletrosul	Teles Pires	Emissão de Debêntures	SPE	24,72%	160.680	204.302	2.043	31/05/2032
Eletrosul	Livramento Holding	BNDES	SPE	49,00%	91.943	78.662	787	15/06/2030
Eletrosul	Chuí Holding	Emissão de Notas Promissórias	SPE	49,00%	49.000	50.427	504	23/03/2015
Eletrosul	Transmissora Sul Litorânea do Brasil	Emissão de Notas Promissórias	SPE	51,00%	229.500	243.836	2.438	13/01/2015
Eletrosul	Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	BNDES	SPE	80,00%	208.116	209.378	2.094	15/07/2028
Eletrosul	Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	BNDES	SPE	49,00%	17.846	17.344	173	01/11/2022
Eletrosul	Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	BNDES	SPE	49,00%	295.951	305.897	3.059	16/06/2031
Eletronorte	São Luis II e III	BNDES	Corporativo	100,00%	13.653	9.671	97	15/11/2024
Eletronorte	Miranda II	BNDES	Corporativo	100,00%	47.531	27.320	273	15/11/2024
Eletronorte	Ribeiro Gonç./Balsas	BNB	Corporativo	100,00%	70.000	64.167	642	03/06/2031
Eletronorte	Lechuga/J. Teixeira	BASA	Corporativo	100,00%	25.720	22.798	228	10/01/2029
Eletronorte	UHE Tucuruí	BNDES	Corporativo	100,00%	931.000	178.043	1.780	15/09/2016
Eletronorte	Substação Nobres	BNDES	Corporativo	100,00%	10.000	4.339	43	15/03/2028
Eletronorte	Subestação Miramar/Tucuruí	BNDES	Corporativo	100,00%	31.000	14.627	146	15/08/2028
Eletronorte	Ampliação da Subestação Lexuga	BNDES	Corporativo	100,00%	35.011	17.018	170	15/10/2028
Eletronorte	Norte Brasil Transmissora	BNDES	SPE	24,50%	257.250	258.100	2.581	15/01/2029
Eletronorte	Norte Brasil Transmissora	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	49.000	56.168	562	15/01/2029
Eletronorte	Linha Verde Transmissora	BASA	SPE	49,00%	90.650	93.534	935	10/11/2032
Eletronorte	Manaus Transmissora	BASA	SPE	30,00%	75.000	101.236	1.012	10/07/2030
Eletronorte	Manaus Transmissora	BASA	SPE	30,00%	45.000	48.404	484	15/06/2032
Eletronorte	Manaus Transmissora	BNDES	SPE	30,00%	120.000	112.942	1.129	31/12/2026
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BNDES	SPE	100,00%	505.477	472.684	4.727	30/11/2028
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BASA	SPE	100,00%	221.789	239.677	2.397	30/07/2031
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BASA	SPE	100,00%	221.789	219.418	2.194	15/10/2030
Eletronorte	Rio Branco Transmissora	BNDES	SPE	100,00%	138.000	128.412	1.284	15/03/2027
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia	BASA	SPE	49,00%	39.200	39.819	398	01/02/2029
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia	BNDES	SPE	49,00%	42.777	35.012	350	15/05/2026
Eletronorte	Norte Energia	BNDES	SPE	19,98%	2.697.300	2.001.060	20.011	15/01/2042
Eletronorte	Norte Energia	CEF	SPE	19,98%	1.398.600	1.048.003	10.480	15/01/2042
Eletronorte	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	19,98%	399.600	299.429	2.994	15/01/2042
Eletronorte	Rei dos Ventos 1 Eolo	Votorantin	SPE	24,50%	30.851	30.180	302	15/10/2029
Eletronorte	Brasventos Miassaba 3	Votorantin	SPE	24,50%	30.984	30.383	304	16/10/2029
Eletronorte	Rei dos Ventos 3	Votorantin	SPE	24,50%	32.533	31.806	318	17/10/2029
Eletronorte	Transnorte	Itau BBA	SPE	49,00%	88.200	96.138	961	29/05/2015
Eletronuclear	Angra III	BNDES	Corporativo	100,00%	6.146.256	2.629.551	26.296	15/06/2036
Eletronuclear	Angra III	CEF	Corporativo	100,00%	1.037.373	1.037.373	10.374	30/06/2015
Chesf	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	1.909.000	2.281.536	22.815	15/01/2034
Chesf	Manaus Transmissora	BASA	SPE	19,50%	48.750	65.804	658	10/07/2030
Chesf	Manaus Transmissora	BASA	SPE	19,50%	29.250	31.462	315	15/06/2032
Chesf	Manaus Transmissora	BNDES	SPE	19,50%	78.195	73.412	734	31/12/2026
Chesf	Norte Energia	BNDES	SPE	15,00%	2.025.000	1.502.298	15.023	15/01/2042
Chesf	Norte Energia	CEF	SPE	15,00%	1.050.000	786.789	7.868	15/01/2042

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Empresa	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade	Participação da Controlada	Valor do Financiamento*	Saldo Devedor em 31/12/2014	Saldo Garantidor Eletrobras	Término da Garantia
Chesf	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	15,00%	300.000	224.797	2.248	15/01/2042
Chesf	IE Madeira	BASA	SPE	24,50%	65.415	72.714	727	10/07/2032
Chesf	IE Madeira	BNDES	SPE	24,50%	455.504	426.096	4.261	15/02/2030
Chesf	IE Madeira	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	85.750	101.593	1.016	18/03/2025
Chesf	TDG	BNB	SPE	49,90%	29.764	29.283	293	01/03/2031
Chesf	TDG	BNB	SPE	49,90%	58.346	45.897	459	01/10/2032
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 1	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	500.000	511.088	5.111	28/09/2018
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 2	CEF	Corporativo	100,00%	400.000	404.586	4.046	27/02/2019
Chesf	IE Garanhuns s/a	BNDES	SPE	49,90%	175.146	177.871	1.779	15/12/2028
Furnas	UHE Batalha	BNDES	Corporativo	100,00%	224.000	181.118	1.811	15/12/2025
Furnas	UHE Simplício	BNDES	Corporativo	100,00%	1.034.410	768.640	7.686	15/07/2026
Furnas	UHE Baguari	BNDES	Corporativo	15,00%	60.153	43.436	434	15/07/2026
Furnas	DIVERSOS	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	750.000	757.342	7.573	31/10/2018
Furnas	Rolagem BASA 2008	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	208.312	218.334	2.183	07/10/2018
Furnas	Projetos de Inovação	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	268.503	163.496	1.635	15/11/2023
Furnas	Financiamento corporativo	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	400.000	424.689	4.247	06/12/2023
Furnas	UHE Santo Antônio	BNDES	SPE	39,00%	1.594.159	1.776.992	17.770	15/03/2034
Furnas	UHE Santo Antônio	BNDES	SPE	39,00%	1.574.659	1.839.674	18.397	15/03/2034
Furnas	UHE Santo Antônio	BASA	SPE	39,00%	196.334	246.440	2.464	15/12/2030
Furnas	UHE Santo Antônio	Emissão de Debêntures	SPE	39,00%	163.800	184.850	1.848	24/01/2023
Furnas	UHE Santo Antônio	Emissão de Debêntures	SPE	39,00%	273.000	287.433	2.874	01/03/2024
Furnas	UHE Foz do Chapecó	BNDES	SPE	40,00%	435.508	438.637	4.386	15/09/2027
Furnas	UHE Foz do Chapecó	BNDES	SPE	40,00%	217.754	221.980	2.220	15/09/2027
Furnas	UHE Foz do Chapecó	BNDES	SPE	40,00%	4.009	3.334	33	15/09/2027
Furnas	Centroeste de Minas	BNDES	SPE	49,00%	13.982	9.890	99	15/04/2023
Furnas	Serra do Facão	BNDES	SPE	49,47%	257.263	236.863	2.369	15/06/2027
Furnas	Goiás Transmissão	Banco do Brasil	SPE	49,00%	49.000	49.385	494	01/12/2031
Furnas	Goiás Transmissão	BNDES	SPE	49,00%	48.020	46.202	462	15/01/2027
Furnas	Goiás Transmissão	Banco do Brasil	SPE	49,00%	15.288	15.998	160	06/03/2015
Furnas	MGE	BNDES	SPE	49,00%	58.359	53.385	534	01/01/2027
Furnas	Transenergia São Paulo	BNDES	SPE	49,00%	26.295	24.797	248	15/08/2026
Furnas	Transenergia Renovável	BNDES	SPE	49,00%	78.302	68.144	681	15/11/2026
Furnas	Rei dos Ventos 1 Eolo	BNDES	SPE	24,50%	30.851	30.180	302	15/11/2029
Furnas	Brasventos Miassaba 3	BNDES	SPE	24,50%	30.984	30.383	304	16/11/2029
Furnas	Rei dos Ventos 3	BNDES	SPE	24,50%	32.533	31.806	318	17/11/2029
Furnas	IE Madeira	BASA	SPE	24,50%	65.415	72.714	727	10/07/2032
Furnas	IE Madeira	BNDES	SPE	24,50%	455.504	426.096	4.261	15/02/2030
Furnas	IE Madeira	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	85.750	101.593	1.016	18/03/2025
Furnas	Teles Pires	BNDES	SPE	24,50%	296.940	289.368	2.894	15/02/2036
Furnas	Teles Pires	BNDES	SPE	24,50%	294.000	289.368	2.894	31/05/2032
Furnas	Teles Pires	Emissão de Debêntures	SPE	24,72%	160.680	204.302	2.043	31/05/2032
Furnas	Caldas Novas Transmissão	BNDES	SPE	49,90%	8.072	7.744	77	15/03/2028
Amazonas	Amazonas	Confissão de Dívida - Petrobras/BR	Corporativo	100,00%	3.257.366	3.257.366	32.574	31/12/2024
Amazonas	Amazonas	Confissão de Dívida - Petrobras/BR	Corporativo	100,00%	1.018.441	1.018.441	10.184	31/12/2024
Eletroacre	Eletroacre	Confissão de Dívida - Petrobras/BR	Corporativo	100,00%	189.655	189.655	1.897	31/12/2024
Boa Vista	Boa Vista	Confissão de Dívida - Petrobras/BR	Corporativo	100,00%	68.063	68.063	681	31/12/2024
Ceron	Ceron	Confissão de Dívida - Petrobras/BR	Corporativo	100,00%	49.642	49.642	496	31/12/2024
Total					**45.683.895**	**38.796.030**	**387.960**	

A Companhia registrou na rubrica provisões operacionais no passivo não circulante o valor justo referente aos montantes garantidos pela Companhia sobre recursos já liberados pelos bancos financiadores. A provisão é efetuada com base no valor justo da garantia da Eletrobras, conforme demonstrado abaixo:

	Valor Provisionado
Garantia devida em 31/12/2013	272.795
Movimentação em 2014	115.165
Garantia devida em 31/12/2014	387.960

a) UHE Simplício - empreendimento da controlada Furnas, com capacidade instalada de geração de 333,7 MW. O empreendimento tem 100% de participação de Furnas. Assim, a garantia da Companhia é de 100% do financiamento.
b) UHE Mauá – empreendimento com capacidade instalada de 361 MW, em parceria entre a controladora Eletrosul (49%) e a Copel (51%). Nesta UHE há dois contratos com o BNDES, o direto e o indireto, sendo a Companhia interveniente garantidora de 49% dos dois contratos.
c) UHE Jirau - SPE Energia Sustentável do Brasil, formada pelas controladas Eletrosul, CHESF e GDF Suez Energy, com capacidade instalada de 3.750MW. Para o empreendimento foram contratados dois financiamentos junto ao BNDES, sendo um direto e outro indireto, via bancos repassadores, a serem pagos em 240 meses. A Companhia é interveniente garantidora da participação de cada uma das suas controladas – Eletrosul (20%) e CHESF (20%).
d) UHE Santo Antônio - SPE Santo Antônio Energia, formada por Furnas, CEMIG, Fundo de Investimentos em Participação Amazônica Energia – FIP, Construtora Norberto Odebrecht S/A, Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda. e Andrade Gutierrez Participações S/A, com capacidade instalada de 3.568,80 MW. A Companhia é interveniente anuente em financiamentos junto ao BNDES e ao Banco da Amazônia, limitada a interveniência à participação de Furnas (39%).
e) UHE Foz do Chapecó – SPE Foz do Chapecó Energia, cuja usina tem capacidade instalada de 855MW, tem a Companhia como garantidora dos instrumentos contratuais junto ao BNDES, que totalizam, em substituição às Fianças Bancárias anteriormente contratadas, limitadas ao percentual de Furnas na SPE (40%).
f) UHE Baguari Projeto corporativo de Furnas, com 140MW de capacidade instalada. A Companhia é garantidora de 15% do contrato de financiamento junto ao BNDES.
g) UHE Serra do Facão – SPE Serra do Facão, formada por Furnas (49,47%), Alcoa Alumínio S.A.(34,97%), DME Energética (10,09%) e Camargo Corrêa Energia S.A (5,47%) com capacidade instalada de 212,58MW. A prestação de garantia pela Companhia no financiamento junto ao BNDES é referente à participação de Furnas no empreendimento.
h) Norte Brasil Transmissora de Energia – SPE, com participação da Eletronorte (24,5%) e Eletrosul (24,5%) tem como objetivo a implantação, operação e manutenção da LT Porto Velho/Araraquara, com extensão de 2.412 km.
i) Manaus Transmissora de Energia – SPE, que tem participação da Eletronorte (30%) e Chesf (19,5%) tem como objetivo implementar e operar 4 subestações e uma linha de transmissão de 586 km (LT Oriximiná/Itacoatiara/Cariri). A Companhia presta garantias em dois financiamentos neste empreendimento (BASA e BNDES).
j) Mangue Seco 2 – SPE com participação de 49% da Companhia e 51% da Petrobras para construção e operação de três usinas cólicas em Guararé, no Rio Grande do Norte. Neste empreendimento há prestação de garantia pela Companhia, proporcional a sua participação no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB.
k) UHE Batalha – Empreendimento corporativo de Furnas com capacidade de gerar 52,5MW, com financiamento junto ao BNDES. A Companhia figura como garantidora do referido contrato.
l) IE Madeira - SPE Interligação Elétrica do Madeira, com participações de Furnas (24,5%) e Chesf (24,5%). Neste empreendimento, há contra garantia da Companhia nos Contratos de Fiança Bancária, em garantia ao empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no limite de participação de suas controladas. Há ainda um empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no qual a Companhia figura como interveniente, na proporção de suas controladas.
m) UHE Belo Monte – SPE Norte Energia, com capacidade instalada de 11.233 MW, de Chesf (15%), Eletronorte (19,98%) e Eletrobras (15%), além de outros sócios. Prestação de garantia da Companhia em favor da SPE para as obrigações junto à seguradora JMALUCELLI, no âmbito do contrato de seguro garantia. A Companhia é também interveniente em um empréstimo de curto prazo firmado junto ao BNDES.
n) Angra III – A Companhia é garantidora no financiamento da Eletronuclear junto ao BNDES, para a construção do empreendimento corporativo da UTN Angra III.

NOTA 23 – DEBÊNTURES

CONSOLIDADO

Controlada	Emissora	Data de emissão	Principais características	Tx de juros	Vencimento	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013
Eletronorte	Emitidas pela ETE (incorporada pela Eletronorte em março de 2014)	Junho/2011	Subscrição particular de primeira emissão da Controlada escrituradas em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, e mantidas sob custódia do agente operador do contrato, o Banco da Amazônia S.A., com garantia real e fidejussória por fiança, em quatro séries, todas elas conversíveis em ações da SPE, com ou sem direito a voto.	TJLP + 1,65% a .a.	10/07/2031	219.418	218.682
CELG-D	1ª Emissão	03/04/2014	Debêntures simples, em série única, com garantia real, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação	100%CDI + 7,44% a.a.	03/04/2019	285.346	-
Eletrosul	SPE Chuí IX	20/10/2014	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + spread de 1,90% a.a.	20/10/2015	25.516	-
Eletrosul	SPE Hermenegildo I	20/10/2014	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + spread de 1,90% a.a.	20/10/2015	80.732	-
Eletrosul	SPE Hermenegildo II	20/10/2014	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + spread de 1,90% a.a.	20/10/2015	80.732	-
Eletrosul	SPE Hermenegildo III	20/10/2014	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + spread de 1,90% a.a.	20/10/2015	68.179	-
						759.923	218.682

continua

continuação

NOTA 24 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Companhia.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 a 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 31 de dezembro de 2014, a R$ 519.674 (31 de dezembro de 2013 - R$ 366.840), dos quais R$ 469.459 no não circulante (31 de dezembro de 2013 - R$ 358.905).

I - Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Companhia esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Companhia. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/1962.

A CVM, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que "as obrigações emitidas pela Companhia em decorrência da Lei 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários".

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Companhia em suas Demonstrações Financeiras, no que se referem às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais.

A inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		
Juros a pagar	50.215	7.935
NÃO CIRCULANTE		
Créditos arrecadados	469.459	358.905
TOTAL	519.674	366.840

NOTA 25 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), criada pelo Decreto 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica, especialmente na Região Norte do país.

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Companhia administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em caixa restrito, e às quotas não quitadas pelas concessionárias.

Conta Consumo de Combustíveis – CCC

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Ativo Circulante	521.964	1.275.334
Ativo Não Circulante	3.944	16.275
Total	525.908	1.291.609
Passivo Circulante	301.471	941.285
Passivo Não Circulante	474.770	455.455
Total	776.241	1.396.740

A promulgação da Lei 12.783/2013 extinguiu a obrigatoriedade de contribuição deste encargo para os concessionários do serviço público de energia elétrica.

NOTA 26 – TRIBUTOS A RECOLHER E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - PASSIVO

a) Tributos a recolher

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Passivo circulante:	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Tributos Retidos na Fonte (IRRF)	36.076	19.009	177.357	120.871
PASEP e COFINS	22.660	30.178	196.440	174.842
ICMS	-	-	286.142	117.685
PAES / REFIS	-	-	243.349	163.218
INSS/FGTS	-	-	120.135	113.483
Outros	-	-	144.745	149.327
Total	58.736	49.187	1.168.168	839.426

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Passivo não circulante:	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
PASEP e COFINS	-	-	39.548	30.131
ICMS	-	-	13.572	14.575
PAES / REFIS	-	-	756.478	825.472
INSS/FGTS	-	-	22.809	18.656
Outros	-	-	5.144	4.116
Total	-	-	837.551	892.950

b) Imposto de renda e contribuição social

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Passivo circulante:	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de Renda corrente	-	-	13.938	11.457
Contribuição Social corrente	-	-	4.200	3.805
	-	-	18.138	15.262
Passivo não circulante:				
IRPJ/CSLL diferidos	291.878	342.236	569.380	533.713

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA			
	31/12/2014		31/12/2013 Reapresentado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(2.794.990)	(2.794.990)	(4.873.827)	(4.873.827)
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	698.748	251.549	1.218.457	438.644
Efeitos de adições e exclusões:				
Receita de Dividendos	24.619	8.863	25.319	9.115
Equivalência patrimonial	(64.808)	(23.331)	(196.970)	(70.909)
Provisão JPC	-	-	216.981	78.113
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	(27.726)	(9.981)	(612.907)	(220.647)
Impostos diferidos não reconhecidos/baixados	(713.520)	(256.866)	(1.451.467)	(522.527)
Doações	(48.777)	(17.560)	-	-
Demais adições e exclusões	(42.114)	(15.161)	(166.386)	(57.936)
Total da receita (despesa) de IRPJ e CSLL	(173.578)	(62.487)	(966.973)	(346.147)
Alíquota efetiva	6,21%	2,24%	19,84%	7,10%

	CONSOLIDADO			
	31/12/2014		31/12/2013 Reapresentado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(1.261.984)	(1.261.984)	(4.824.982)	(4.824.982)
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	315.496	113.579	1.206.246	434.248
Efeitos de adições e exclusões:				
Receita de dividendos	25.555	9.198	25.319	9.115
Equivalência patrimonial	(304.210)	(109.516)	44.442	15.999
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	(27.726)	(9.981)	(612.907)	(220.647)
Impostos diferidos não reconhecidos/baixados	(2.006.687)	(799.097)	(1.451.467)	(522.528)
Impostos diferidos reconhecidos de exercícios anteriores	812.366	294.192	-	-
Incentivos Fiscais	111.197	2.075	-	-
Demais adições e exclusões	(94.020)	(32.940)	(227.812)	(66.686)
Total da receita (despesa) de IRPJ e CSLL	(1.168.029)	(532.489)	(1.016.179)	(350.499)
Alíquota efetiva	92,55%	42,19%	21,06%	7,26%

d) Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Sobre os contratos de concessões nº 006/2004 da geração e nº 061/2001 da transmissão (ambos assinados pela CHESF), o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto de renda abrange os anos de 2008 a 2017. Para os contratos da transmissão números 008/2005 e 007/2005 o direito ao incentivo da redução foi concedido para o período de 2011 a 2020. Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25% passa a ser de 6,25%.

e) Parcelamento Especial - PAES

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletroacre e Distribuição Alagoas optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e SELIC.

f) Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) – Lei 12.865/2013

Furnas, em 30 de dezembro de 2013, optou pelo REFIS, referente aos processos de PASEP, COFINS e PASEP/COFINS.

NOTA 27 – ENCARGOS SETORIAIS

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
PASSIVO CIRCULANTE		
Quota RGR	229.178	273.705
Quota CDE	8.827	1.661
Quota PROINFA	28.466	22.181
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	66.006	78.494
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	4.072	3.789
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	371.367	297.131
Programa de Eficiência Energética - PEE	167.446	32.900
Outros	54.935	5.001
	930.297	714.862
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Quota RGR	32.975	32.376
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	348.308	300.586
Programa de Eficiência Energética - PEE	48.844	43.020
Outros	179.594	-
	609.721	375.982
TOTAL	1.540.018	1.090.844

a) Reserva global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias.

As concessionárias recolhem suas quotas anuais ao Fundo, não controlado pela Companhia, em conta bancária vinculada, administrada pela Companhia, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei 5.655/1971 e alterações posteriores, também não refletida nas Demonstrações Financeiras da Companhia, posto tratar-se de entidade autônoma em relação à Companhia.

Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035. Com a edição da Lei 12.783/2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, foram desobrigadas ao recolhimento das quotas anuais da RGR:

I - as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica;

II - as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e

III - as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013.

b) Conta de Consumo de Combustível - CCC

Fundo setorial, criado na década de 70 e alterado pela Lei 12.111/2009, criado na década de 70, tem a finalidade de reembolsar parte do custo total de geração para atendimento ao serviço público de energia elétrica nos Sistemas Isolados, tendo sido mantida a cobertura para os empreendimentos sub-rogados.

Esse custo total de geração de energia elétrica para atender aos Sistemas Isolados abrange os custos relativos ao preço da energia e da potência associada contratada pelos agentes de distribuição, à geração própria desses agentes, inclusive aluguel de máquinas, e às importações de energia e potência associada, incluindo o custo da respectiva transmissão. Também estão compreendidos os encargos e impostos não recuperados, os investimentos realizados em geração própria,

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

o preço da prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas, incluindo instalação, operação e manutenção de sistemas de geração descentralizada com redes associadas, e, ainda, a contratação de reserva de capacidade para garantir a segurança do suprimento de energia elétrica.

Do custo apurado, a CCC reembolsará a diferença em relação ao custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Os recursos da CCC são provenientes do recolhimento de cotas pelas empresas distribuidoras, permissionárias e transmissoras de todo o país, na proporção e em valores determinados pela ANEEL. A partir da promulgação da Lei 12.783 /13, não há mais previsão de data para o encerramento das atividades desse fundo setorial e sua gestão não afeta o resultado da Companhia.

Após a promulgação da Lei nº 12.783, a Eletrobras não tem mais a obrigação de fazer contribuições à Conta CCC. Apesar disso, a Conta CCC não foi extinta. Os saldos disponíveis continuarão sendo distribuídos às empresas de geração e distribuição que incorram em despesas adicionais em razão do uso de usinas termelétricas em caso de condições hidrológicas desfavoráveis. De modo a assegurar a continuação da viabilidade da Conta CCC, a Lei nº 12.783 permite que sejam feitas transferências entre a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e a Conta CCC.

c) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é destinada a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada.

Criada em 26 de abril de 2002, a CDE tem duração de 25 anos e é gerida pela Companhia, cumprindo programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia, não afetando o resultado da Companhia.

A CDE também é utilizada para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional.

A partir do exercício de 2013, como um dos instrumentos para viabilizar a redução na conta de energia, essa contribuição foi reduzida para 25% da taxa vigente.

d) PROINFA

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, é gerenciado pela companhia e busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

O PROINFA prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa respondem pela geração de aproximadamente 12.000 GWh/ano - quantidade capaz de abastecer cerca de 6,9 milhões de residências e equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas, e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Essa energia tem garantia de contratação por 20 anos pela Companhia. As operações no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia (sendo esta a responsável pelo pagamento).

e) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Conforme estabelecido na Lei 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis 9.433/1997, 9.984/2000 e 9.993/2000, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHEs, enquanto que os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), são dispensadas do pagamento da compensação financeira.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

f) Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica foi criada, pela Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto 2.410, de 28 de novembro de 1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica cobertura das suas despesas administrativas e operacionais.

A TFSEE equivale a 0,5% do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado, inclusive no caso de produção independente e autoprodução, na exploração de serviços e instalações de energia elétrica.

A TFSEE é devida desde 1º de janeiro de 1997, sendo fixada anualmente pela ANEEL e paga em doze cotas mensais.

NOTA 28 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA	
	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
JCP exercício	-	433.962
Dividendos não reclamados	58.091	85.521
Dividendos retidos exercícios anteriores	3.904	5.981
	61.995	525.464

I – Dividendos Retidos de Exercícios Anteriores

O Conselho de Administração da Companhia deliberou, em janeiro de 2010, pelo pagamento do saldo da Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos, em quatro parcelas anuais, a partir do exercício de 2010, inclusive.

Fizeram jus ao referido recebimento as pessoas físicas e jurídicas que integram o quadro de Acionistas da Companhia em 29 de janeiro de 2010. Em junho de 2013 foram pagos R$ 3.529.932 relativos à última parcela dos dividendos retidos.

Os créditos foram remunerados pela variação da Taxa SELIC, até a data do efetivo pagamento de cada parcela, incidindo, sobre essa remuneração, retenção de IRRF, nos termos da legislação vigente.

II – Dividendos Não Reclamados

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante, contém a parcela de R$ 58.091 (R$ 85.521 em 31 de dezembro de 2013), referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2011, 2012 e 2013. A remuneração relativa ao exercício de 2010 e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

NOTA 29 – BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

29.1 Benefício pós-emprego

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD) e de contribuição definida (CD).

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas do Sistema Eletrobras

	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
Empresa	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	x		x	x	
Amazonas	x		x		
Boa Vista	x		x		x
Ceal	x		x		x
Ceg-D	x		x		x
Cepisa	x		x		
Ceron			x		
CGTEE	x				
Chesf	x	x	x	x	
Eletroacre	x		x		
Eletronorte	x		x	x	x
Eletronuclear	x				x
Eletrosul	x		x		x
Furnas	x		x	x	x

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados do grupo Eletrobras. A mais recente avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação dos benefícios definidos foi realizada em 31 de dezembro de 2014.

a) Conciliação dos passivos dos planos de previdência e outros benefícios

Planos de benefícios definidos previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	1.856.603	1.748.898	18.494.073	17.196.047
Valor justo dos ativos do plano (-)	(1.483.624)	(1.787.681)	(19.300.597)	(17.830.733)
Passivo/(Ativo) líquido	372.979	(38.783)	(806.524)	(634.686)
Efeito de restrição sobre o ativo	-	38.783	1.916.652	1.241.668
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	67.850	78.476	1.271.936	949.797
Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	74.102	-	191.664	85.903
Valor de passivo/(ativo) de benefícios pós-emprego	447.081	78.476	1.885.914	1.123.599
Custo de serviço corrente líquido	(706)	3.867	(47.310)	85.557
Custo de juros líquidos	-	52.525	70.338	195.397
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	(706)	56.392	23.028	280.954

Outros benefícios pós-emprego - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	12.182	2.156	374.252	360.173
Valor justo dos ativos do plano (-)	-	-	-	-
Passivo/(Ativo) líquido	12.182	2.156	374.252	360.173
Valor de passivo/(ativo) de outros benefícios pós-emprego	12.182	2.156	374.252	360.173
Custo de serviço corrente	237	-	19.238	-
Custo de juros líquidos	259	1.857	42.626	36.383
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	496	1.857	61.864	36.383

b) Divulgação de Benefícios Definidos Previdenciários

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido:

Tabela b.1 - Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.748.898	2.283.066	17.196.047	21.950.348
Aquisição de controlada (*)	-	-	65.303	-
Custo de serviço corrente	3.640	7.993	84.100	202.756
Juros sobre a obrigação atuarial	199.789	189.721	2.009.652	1.853.540
Benefícios pagos no ano (-)	(172.282)	(156.894)	(1.302.903)	(1.064.025)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	76.558	(574.988)	441.874	(5.746.572)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(2.938)	-	(74.348)	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	35.742	(582.977)	455.898	(6.425.397)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	43.754	7.989	60.324	678.825
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.856.603	1.748.898	18.494.073	17.196.047

** Aquisição de controlada (Vide Nota 42)*

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor justo dos ativos dos planos:

Tabela b.2 - Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação e composição do valor justo dos ativos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Valor justo dos ativos no início do ano	1.787.681	1.650.951	17.830.733	19.719.242
Aquisição de controlada (*)	-	-	52.699	-
Benefícios pagos durante o exercício (-)	(172.282)	(156.894)	(1.302.903)	(1.064.025)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	4.345	4.126	134.426	124.186
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	12.385	12.068	238.939	169.033
Rendimento esperado dos ativos no ano	205.461	137.196	2.103.348	1.666.501
Ganho/(Perda) sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(353.966)	140.234	243.355	(2.784.204)
Valor justo dos ativos ao final do ano	1.483.624	1.787.681	19.300.597	17.830.733
Rendimento efetivo dos ativos no ano	(148.505)	277.430	2.346.703	(1.117.703)

** Aquisição de controlada (Vide Nota 42)*

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados Programa Previdenciário	330.543	(61.522)	1.945.074	646.897

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Programa Previdenciário	(392.065)	379.985	(1.298.178)	811.935

c) Divulgação de Outros Benefícios Pós-Emprego

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido:

Tabela c.1 - Outros benefícios pós-emprego - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.156	22.354	360.173	433.695
Custo de serviço corrente	259	-	19.260	-
Juros sobre a obrigação atuarial	237	1.857	42.604	36.383
Benefícios pagos no ano	-	-	(14.977)	(10.197)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	9.530	(22.055)	(32.808)	(99.708)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	29.384	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	124	(356)	119.803	(179.178)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	9.406	(21.699)	(181.995)	79.470
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	12.182	2.156	374.252	360.173

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados - Outros benefícios pós-emprego	(18.612)	(28.142)	185.388	218.196

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Outros benefícios pós-emprego	(9.530)	22.055	32.808	99.708

d) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas		
	2014	2013
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	12,19% a 12,27%	11,98% a 12,11%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,12% a 6,20%	6,34% a 6,47%
Projeção de aumento médio dos salários	6,78% a 9,80%	7,41%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,72%	5,30%
Taxa anual real de evolução custos médicos	1,00% a 5,64%	3,50%
Taxa média de inflação anual	5,72%	5,30%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (ii)	12,19% a 12,27%	11,98% a 12,11%

Hipóteses Demográficas		
	2014	2013
Taxa de rotatividade	0%;(2/Idade do participante)-0,04;80% T1 Service Table	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000;AT-83 BASIC F;AT-2000 (D10);AT-2000 (suavizada 10%) M&F;AT-83 BASIC M;AT-83 M&F;AT- 83 BASIC F AT- 83;AT-83 (D10);AT-49 DES 2 anos;MI-85;AT-49 M;AT- 49 M&F;AT-49 (M&F)	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AGR 100%;RP - 2000 Disable;AT - 83M (desagravada em 5%);RP 2000 Disable M&F;RRB - 1983	AT- 83
Tábua de invalidez	Light Fraca, Média e Forte; Alvaro Vindas;TASA-1927 (Suavizada 30%)	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

(i) Taxa de juros de longo prazo

(ii) Representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD foi de R$(148.505) (R$ R$ 277.430 em 2013) na Controladora e R$ 2.346.703 (R$(1.117.703) em 2013) no Consolidado.

e) Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2014, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R$ 14.772 (31.12.2013 - R$ 14.692) e R$ 183.145 (31.12.2013 - R$ 178.594) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2014, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD atingiram R$ 12.385 (31.12.2013 - R$ 12.068) e R$ 238.713 (31.12.2013 - R$ 169.033) no Consolidado.

A Controladora espera contribuir com R$ 24.993 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício e R$ 262.323 no Consolidado.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido e de benefício de saúde da Controladora é de 7,33 anos e a média do Consolidado ponderada pelas obrigações é de 10,51 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego:

Controladora

Consolidado Em 31 de dezembro de 2014	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Programa Previdenciário	1.296.521	1.288.450	3.787.925	23.868.222	30.241.117

Consolidado

Controladora Em 31 de dezembro de 2014	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Programa Previdenciário	167.408	165.608	482.199	2.557.376	3.372.591

f) As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, custo médico, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Controladora

• Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$38.141 (aumento de R$39.617).

• Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$41.490 (redução de R$42.350).

Consolidado

• Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$409.995 (aumento de R$428.433).

• Se os custos médicos fossem 0,25% mais altos (baixos), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 14.978 (redução de R$13.648).

• Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$333.872 (redução de R$340.739).

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorresse em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

g) Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos

Categoria de Ativo	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Valores Disponíveis Imediatos	10	10	4.826	1.161
Realizáveis	79.534	112.600	862.037	500.747
Crédito de Depósitos Privados	189.288	236.739	397.668	449.022
Investimentos em Títulos Públicos	683.227	778.559	3.073.487	2.962.902
Investimentos em Renda Fixa	-	-	9.706.393	8.690.622
Investimentos em Renda Variável	142.535	174.988	2.718.104	2.751.255
Fundos de Investimento	239.191	331.138	1.905.109	2.029.948
Investimentos Imobiliários	142.249	166.551	861.319	627.148
Investimentos Estruturados	-	-	275.595	207.187
Empréstimos e Financiamentos	70.972	84.358	593.423	591.676
Outros	1.997	8.274	140.856	86.098
(-) Recursos a receber do patrocinador	(13.256)	(17.029)	(454.484)	(315.290)
(-) Exigíveis Operacionais	(5.406)	(6.036)	(62.453)	(59.013)
(-) Exigíveis Contingenciais	(2.397)	(30.787)	(456.687)	(436.780)
(-) Fundos de Investimentos	(4.076)	(45.873)	(84.577)	(116.304)
(-) Fundos Administrativos	(40.244)	(5.811)	(163.708)	(113.777)
(-) Fundos Previdenciais	-	-	(16.310)	(25.865)
	1.483.624	**1.787.681**	**19.300.595**	**17.830.735**

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

29.2 Plano de Incentivo ao Desligamento – PID

A Companhia e suas controladas implementaram o Plano de Incentivo ao Desligamento (PID) em decorrência da reestruturação do modelo de negócio societário, organizacional, de governança e gestão do Sistema Eletrobras.

A adesão ao PID ocorreu no período de março a abril de 2014 para a controlada Eletronuclear e de 10 de junho a 31 de julho de 2013 para as demais empresas e totalizou 5.439 adesões. O plano está dividido em duas etapas: a) etapa 1 –desligamentos entre abril/2014 e dezembro/2014 para a Eletronuclear e julho/2013 e dezembro/2013 para as demais empresas, b) etapa 2 – desligamentos entre janeiro/2015 e dezembro/2015 para a Eletronuclear e janeiro/2014 e novembro/2014 para as demais empresas.

As despesas com o PID incluem incentivos financeiros e um plano de saúde, pelo período máximo de 60 (sessenta) meses, para os desligamentos em 2013, e de 12 (doze) meses para os desligamentos em 2014, a partir da data de seu desligamento.

Para fazer face a tais gastos a Controladora registrou no exercício provisão/despesa no montante de R$ 1.303 (R$ 100.710 em 2013) e no Consolidado no montante de R$ 23.237 (R$ 1.644.858 em 2013), e no resultado do exercício abrangente de 2014 foi reconhecido na Controladora o montante de R$ 6.280 e no Consolidado o montante de R$ 110.527.

NOTA 30 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

A administração da Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

• para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como provável, são constituídas provisões;

• para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, não é realizada provisão e suas informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e

• para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, não é realizada provisão e somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações relevantes, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Financeiras.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas as provisões para contingências, julgadas pela administração da Companhia e de suas controladas, amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais.

Na data de encerramento destas Demonstrações Financeiras, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo de risco de desembolso futuro provável:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	12.589	8.786
Cíveis	-	-	19.493	14.868
	-	-	32.082	23.654

continua

continuação

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	119.429	128.792	930.375	912.564
Tributárias	-	-	236.593	295.494
Cíveis	4.709.952	2.367.947	7.783.396	4.487.046
	4.829.381	2.496.739	8.950.364	5.695.104
	4.829.381	2.496.739	8.982.446	5.718.758

Estas provisões tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

	MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2013	2.496.739	5.718.758
Constituição de provisões	2.633.219	3.174.856
Aquisição de Controlada*	-	594.125
Reversão de provisões	(88.230)	(401.301)
Atualização Monetária	-	230.437
Baixas	-	(1.660)
Pagamentos	(212.347)	(332.769)
Saldo em 31/12/2014	4.829.381	8.982.446

*Vide nota 42

a) Principais ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda provável:

a.1) Ações judiciais cíveis

Na Controladora

As ações cíveis na controladora têm por objeto a aplicação de critérios de atualização monetária sobre os créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituído a partir de 1978.

As demandas tem o objetivo de impugnar a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Companhia. Os créditos foram integralmente pagos pela Companhia por intermédio de conversões em ações utilizando como base de atualização a legislação vigente.

A variação da provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, refere-se, principalmente, à alteração na avaliação da Companhia sobre as chances de perda de possível para provável nos processos que tratam da juridicidade da cessão de créditos do Empréstimo Compulsório.

A Companhia vinha avaliando em seus relatórios a classificação de risco desses processos como possível, uma vez que, embora discuta-se os critérios de correção monetária de tais créditos, discute-se de forma central a própria possibilidade de cessão de tais créditos, em razão de sua origem decorrer de uma relação tributária e também pelo fato da mesma ser obstada por aspectos específicos da legislação de regência de tal exação.

Entretanto, em março de 2015, a Companhia foi intimada para o pagamento de um processo iniciado em 2004, que foi promovido por um cessionário que adquiriu créditos de 98 empresas e teve como objeto o reconhecimento da juridicidade da cessão de créditos realizada, bem como, de forma subsidiária, a cobrança de diferenças de correção monetária sobre esses créditos. Os pedidos foram julgados procedentes em parte, tendo essa fase processual sido concluída e iniciada a execução.

A Companhia entende que, diante dos últimos acontecimentos, é prudente a modificação da avaliação de risco para provável da massa de processos que discutem a matéria de cessão de créditos do empréstimo compulsório. Por isso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o saldo provisionado apresentou um aumento de R$ 1.935.662, em relação a essa massa de processos.

Adicionalmente, vale ressaltar que a Companhia interpôs recursos junto ao Supremo Tribunal Federal que, até o momento, estão pendentes de julgamento. Caso o desfecho de tais recursos venham a ser favoráveis à Eletrobras, a avaliação de perda dos processos de cessão de créditos poderá ser modificada.

Existem atualmente 3.145 ações judiciais com esse objeto tramitando em diversas instâncias. A Companhia mantém provisão para estas contingências cíveis, na controladora, no valor de R$ 4.306.609 (31 de dezembro de 2013 - R$ 2.367.947) referente a esses processos.

Essas ações não se confundem com aquelas ajuizadas com a pretensão de obter o resgate das Obrigações ao Portador, atualmente inexigíveis, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório. ii. A Controladora registrou uma provisão no valor de R$ 419.255 referente aos processos dos Produtores Independentes de Energia – PIE´s. Estes processo são promovidos contra a controlada Amazonas Energia, nos quais a Eletrobras foi incluída no polo passivo, por ter se obrigado como fiadora e devedora principal da Amazonas em diversos contratos de fornecimento de energia.

Os processos que tiveram sentença de procedência foram classificados como provável.

Tais processos são decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e inadimplementos da Amazonas no cumprimento de obrigações referentes a tais contratos.

Chesf

i. A Chesf é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R$ 350 milhões (valores da época, convertidos em reais), em dobro.

A Justiça Estadual de Pernambuco entendeu que ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente e a reconvenção apresentada pelas rés como procedente.

A Chesf e a União Federal, sua assistente neste processo, apresentaram recursos especiais e extraordinários, ao Superior Tribunal de Justiça. Este, em agosto de 2010, deu provimento a um desses recursos especiais apresentado pela Chesf, reduzindo o valor da causa, o que implica substancial redução nos honorários a serem eventualmente pagos na ação principal. O mesmo STJ negou provimento aos demais recursos especiais apresentados pela Chesf e União Federal, mantendo, portanto, a decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que julgou improcedente a ação declaratória movida pela Chesf e julgou procedente a reconvenção apresentada pelas rés, ensejando a apresentação pela Chesf de embargos de declaração cujo julgamento foi iniciado em dezembro/2012 e concluído em dezembro/2013, sendo a eles por igual negado provimento (em 31/12/2013, o respectivo acórdão ainda estava pendente de publicação e correspondente intimação às partes).

Paralelamente, e desde a conclusão da tramitação do feito perante as instâncias ordinárias, as rés vêm tomando, perante as instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, diversas iniciativas no sentido de promover a execução do montante que pleitearam em reconvenção.

Em agosto/2013 as rés, tomaram iniciativa perante a 12ª Vara Cível de Recife – PE no sentido de promover a execução provisória dos valores que, segundo seus próprios cálculos, corresponderia à atualização do montante a seu favor homologado pelo TJPE. Neste caso, a CHESF foi intimada ao pagamento dos correspondentes valores, mas apresentou "exceção de pré-executividade" (apontando, conforme autorizado pela jurisprudência do STJ, diversas irregularidades processuais que desautorizariam, desde logo – e sem prejuízo de outros tópicos específicos de impugnação aos próprios cálculos das rés, em face do pronunciado pelo TJPE –, o prosseguimento desta pretensão executória provisória): após manifestação de resposta das rés e réplica da Chesf, em 31/12/2013 o processo aguarda apreciação judicial em torno da referida "exceção". Julgada improcedente a exceção de pré-executividade aos 22/08/2014, foi determinado o bloqueio, via Bacenjud, de R$ 948.670. Oferecido seguro garantia no valor de R$ 1,3 bilhões em substituição à penhora online, esta foi deferida em 28/08/2014 pelo Juiz da 12ª Vara Cível, que determinou a imediata liberação dos valores bloqueados. Em agravo interposto pelo Consórcio, foi determinado, em 15/09/2014, a suspensão dos efeitos da decisão que determinou a liberação dos valores; em contrapartida, o juízo de piso julgou, em 24/09/2014, os Embargos da Declaração opostos pela Chesf na execução provisória, para extingui-la por falta de condição de procedibilidade, revogando, portanto, todas as medidas constritivas incidentalmente determinadas.

O consórcio ingressou com Reclamação, distribuída à 6ª câmara cível do TJE em 06/11/2014, a qual aguardava julgamento em 31/12/2014.

Considerando o andamento de todo o conjunto processual acima referido e todos os julgamentos aos recursos até então apresentados, a Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 850.891, para fazer face a eventuais perdas decorrentes deste assunto. Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

ii. Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Anderson Moura de Souza e esposa. A sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido condenando a Chesf a pagar o valor de R$50.000, correspondente ao principal mais juros e correção monetária. A Chesf interpôs recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia e o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente. Até 31 de dezembro de 2014, não houve movimentação de relevância no processo, estando a ação rescisória ainda pendente de julgamento. A Administração da Chesf, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que a probabilidade de perda é provável e por isso possui registrado em seu passivo não circulante a provisão no valor de R$ 100.000 (31 de dezembro de 2013 – R$ 100.000).

iii. Ação de indenização promovida por Indústrias Reunidas Raimundo da Fonte S/A (Vitivinicola Santa Maria S.A), em decorrência de inundação provocada pela enchente de 1992 do Rio São Francisco.

A sentença, transitada em julgado, determinou a liquidação provisória, remetendo para a perícia a definição dos danos emergentes e dos lucros cessantes. Foi nomeado apenas um perito engenheiro agrônomo, o qual detinha competência para a apuração do dano emergente, mas não do lucro cessante. O laudo foi impugnado pela Chesf, que requereu ao juízo da 1.ª Vara Cível que fosse realizada uma perícia contábil a fim de se chegar a um valor, ainda que aproximado, de lucros cessantes, considerando a atividade desenvolvida pela exequente. O requerimento foi indeferido, tendo sido oposto agravo de instrumento, que confirmou a decisão de indeferimento, recurso especial (que teve o seu processamento negado pelo TJPE) e Agravo em recurso especial (AREsp 377.209-PE), que, em 31/12/2013, ainda estava pendente de apreciação da admissibilidade por parte do Ministro relator. A Chesf possui provisão no valor de R$ 57.651, para fazer face a eventual perda decorrente desse assunto, considerando que já foram pagos os danos emergentes e a discussão se restringe tão somente à imprestabilidade do laudo pericial para se discutir os lucros cessantes.

Eletronorte

Desapropriações ajuizadas pela Companhia com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 364.549 (2013 – R$ 348.662).

Furnas

As ações cíveis estão basicamente relacionadas às reclamações de terceiros referentes a ações de desapropriações e reintegração de posse, além de outras demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias diversas e, ainda, decorrentes de indenização pecuniária em ação reivindicatória. A Administração de Furnas, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, possui registrado em seu passivo não circulante a provisão no valor de R$ 118.609 (2013 – R$ 119.948).

a.2) Trabalhistas

Furnas:

Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de reclamações principalmente vinculadas a: (i) adicional de periculosidade e insalubridade, (ii) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias bem como outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito ou mesmo tendo recebido o direito julgou que foi por valor diverso do que deveria, dos quais destaca-se o processo nº 0322200-47.1981.5.01.0031 do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro - SENGE.

Em 31 de dezembro de 2012, o referido processo tinha uma provisão de R$ 33.141 mil tendo em vista sua classificação de risco 50% provável e 50% possível, porém, em decorrência do julgamento dos Agravos de Petição interpostos no Tribunal Regional do Trabalho por ambas as partes, foi dado provimento ao recurso do Sindicato para incluir parcelas afastadas na decisão recorrida (sentença em Embargos à Execução).

Nesse sentido, diante da probabilidade remota da reversão do quadro ora apresentado junto ao TST, o risco da ação foi alterado para 100% provável a partir do exercício de 2013. O valor provisionado até o mês de dezembro de 2014 monta em R$ 89.778 mil.

Ceal

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, aforou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia, visando o recebimento de supostas diferenças salariais, ocorridas em virtude da implantação do denominado "Plano Bresser" (Decreto-Lei nº 2.335/87).

O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão esta confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, estando a decisão transitado em julgado.

Ocorre que, na execução da sentença, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió entendeu a época que não deveria haver limitação a data-base da categoria, o que extraordinariamente oneraria a execução.

Daí o risco avaliado de perda ser provável quanto a avaliação de perda limitada a data base, pois o julgamento da limitação da data-base da categoria dar-se-á com a continuidade da execução.

Conforme a OJ/TST (SDI i) Nº 262, não ofende "à coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos".

O pagamento de diferenças salariais foi limitado à data base através da Súmula 322 do TST que estabelece: os reajustes salariais decorrentes dos chamados "gatilhos" e URPs, previstos legalmente como antecipação, são devidos tão somente até a data-base de cada categoria.

Ressalta-se que entre as medidas judiciais cabíveis, foram apresentados Embargos à Execução, o que permitiria o exame da limitação dos cálculos à data base da categoria, procedimento também adotado pela Advocacia Geral da União.

Acrescente-se a isso o fato de a União ter ingressado no feito como assistente, o que reforça a defesa da Companhia na busca pela limitação à data-base, bem como a decisão datada de 15 de março de 2011, do TRT da 19º Região, proc. 251900.68.5.19.1989.0002, da Companhia de Abastecimento de Águas e Saneamento de Alagoas – CASAL, que houve a limitação à data-base. A CEAL tem constituída provisão para contingências em relação a esse assunto, o montante de R$ 4.687 (31 de dezembro de 2013 - R$ 4.502).

b) Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de desembolso futuro possível, não provisionadas.

Para todos os principais processos abaixo descritos, as Administrações das referidas Controladas e da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, entendem que a probabilidade de perda é possível sem haver necessidade de registro de provisão.

	CONTINGÊNCIAS POSSÍVEIS			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas	240.261	28.616	1.212.589	666.485
Tributárias	649.934	399.001	7.802.015	6.726.561
Cíveis	12.097.552	8.759.080	18.792.170	14.781.110
	12.987.747	9.186.697	27.806.774	22.174.156

b.1) Cíveis

Na Controladora

i. O valor das causas possíveis na controladora é substancialmente formado por aquelas referentes ao Empréstimo Compulsório, cujas reclamações não estão contidas na decisão judicial de agosto de 2009. A descrição da natureza do Empréstimo Compulsório encontra-se na Nota 24. Em dezembro de 2014 o valor das causas possíveis referente ao Empréstimo Compulsório foi de R$ 7.349.142 (31 de dezembro 2013 – R$ 5.904.864).

ii. No que tange as ações com avaliação de risco como possível destacamos o processo administrativo movido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio do Despacho nº 63, de 13 de janeiro de 2014, que determinou o ressarcimento pela Eletrobras à conta da RGR dos montantes históricos de R$ 1.924.188 e R$ 113.577 referentes, respectivamente, às amortizações do saldo devedor de financiamentos não restituídos à RGR e a apropriação dos encargos financeiros do referido fundo durante o período de 1998 a 2011.

O mencionado despacho determina, ainda, que os montantes em referência sejam corrigidos à taxa do fundo extramercado do Banco do Brasil da data em que deveriam ter sido restituídos à RGR até a efetiva devolução ao citado fundo setorial. A Eletrobras, em discordância da postura contraditória da ANEEL, interpôs recurso administrativo em 24/01/2014 alegando a prescrição da pretensão de ressarcimento das mencionadas quantias, a inexistência de prática de ato ilícito por ela própria e a boa-fé objetiva da administração dos recursos.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

iii. No que tange as ações com avaliação de risco como possível destacamos os processos dos Produtores Independentes de Energia – PIE´s. Estes processo são promovidos contra a controlada Amazonas Energia, nos quais a Eletrobras foi incluída no polo passivo, por ter se obrigado como fiadora e devedora principal da Amazonas em diversos contratos de fornecimento de energia, e resultam em um montante de R$ 773.900.

Os processos que tiveram sentença de improcedência ou que ainda não tiveram sentença prolatada em primeira instância estão classificados como de risco de perda possível.

Tais processos são decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e inadimplementos da Amazonas no cumprimento de obrigações referentes a tais contratos.

Chesf

Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia visando a contabilização e liquidação pela ANEEL das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feito em dezembro de 2000. Decisão interlocutária proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES Sul interposto contra a ANEEL, resultou num débito de aproximadamente de R$ 110.000. Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante estimado de R$ 110.000.

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal junto à subseção Judiciária de Paulo Afonso – BA onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R$ 1.000.000. Em 31 de dezembro de 2014 o processo estava concluso para sentença.

Eletronorte

Ação indenizatória: ressarcimento de valores pagos à empresa Albrás Alumínio Brasileiro S.A. por força de obrigações assumidas em contratos de seguro, tendo as referidas empresas se sub-rogado no crédito em face da Eletronorte, no montante de R$ 229.835 (2013 – R$ 217.066).

Eletrosul

Ação indenizatória de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda. onde o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul é parte na ação judicial. A Eletrosul possui participação de 49% do valor de R$ 386.878, ou seja, R$ 189.570.

Furnas

i. Processo nº 0018333-44.2005.4.01.3400 - Furnas x ANEEL - R$ 115.360 mil (R$ 103.000 mil em 31/12/2013). Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Furnas que, como figura como ré, visa anular a decisão da ANEEL que determinou a assinatura do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e demais contratos relacionados à Transmissão e à Distribuição da UTE Cuiabá. Furnas alega que, nos termos da Resolução nº 236/2003 - ANEEL, o CUST deveria ser assinado pela Unidade Geradora do empreendimento com o ONS que seria a Empresa Produtora de Energia (EPE). Furnas, nesse caso, seria mera comercializadora da energia produzida, não tendo assumido a assunção de encargos financeiros de correntes de contratos de transmissão e distribuição. Saliente-se que a ação foi julgada improcedente na primeira instância, contudo, Furnas conseguiu junto ao TRF da 1ª Região, a suspensão da assinatura do contrato até o julgamento final da lide. O processo atualmente está no TRF da 1ª Região, aguardando o julgamento da Apelação Cível interposta por Furnas.

ii. Processo ANEEL nº 0026627-17.2007.4.01.3400 – Nulidade da Resolução Normativa nº 257/2007 da ANEEL, que dispõem sobre a revisão tarifária, dos serviços de transmissão prestados por Furnas, com a finalidade de manter a atual RAP – Receita Anual Permitida, até a edição de nova resolução autorizativa que atenda os termos do contrato de concessão firmado com o poder concedente, levando em consideração os investimentos realizados por Furnas. Valor: R$ 207.109 mil (R$ 184.919 mil em 31/12/2013).

b.2) Tributárias

Controladora

Trata-se de Recurso Especial de Divergência, interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional, com lastro no artigo 7º, II, do Regimento Interno da Câmara Superior de Recursos Fiscais, contra r. Acórdão nº 202-19.201, unânime, da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes.

No caso, foi lavrado Auto de Infração contra a Eletrobras, com a exigência de pagamento de COFINS, relativa aos fatos geradores ocorridos no período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, especificamente sobre receitas financeiras auferidas, originárias de contratos de financiamentos, empréstimos e repasses financeiros, e variações cambiais, decorrentes de contratos pactuados entre a Eletrobras e Itaipu Binacional.

A Eletrobras defendeu-se da impugnação, alegando que excluiu da base de cálculo da COFINS as referidas receitas, com respaldo na Cláusula XII, alínea "b" do Tratado Brasil-Paraguai, objeto do Decreto Legislativo nº 23, de 30/05/73.

A despeito da impugnação apresentada, foi mantida a exigência fiscal pela Delegacia da Receita Federal em Brasília, tendo a Eletrobras apresentado recurso voluntário, que restou provido pela 2ª Câmara do 2º Conselho de Contribuintes.

A União (Fazenda Nacional), interpôs recurso especial de divergência, pleiteando a anulação do Acórdão, sendo que tal recurso se encontra pendente de julgamento.

Dessa forma, a última decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes foi favorável à Eletrobras, e entendemos que a decisão está em plena consonância com a jurisprudência do STF. Valor em 31 de dezembro de 2014: R$ 403.397.

Furnas

i. Processo nº 16682.720.517/2011-98 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB) em função de procedimento fiscal para verificação da apuração do IRPJ e CSLL no ano-calendário 2007, particularmente no que concerne a valores considerados a título de: redução da receita líquida; despesas com depreciação; e outras despesas operacionais. Valor em 31 de dezembro de 2014: R$ 1.070.522 (R$ 1.010.335 em 2013).

ii. Processo nº 16682.720.516/2011-43 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em função de procedimento fiscal para verificação de eventual insuficiência de recolhimento ou declaração das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins no período de out/2006 a dez/2009. Valor em 31 de dezembro de 2014: R$ 1.010.814 (R$ 953.985 em 2013).

iii. Processo nº 16682.720.878/2013-04 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em função de procedimento fiscal que verificava a utilização de despesa tida em 2000 (em razão da assunção de dívida junto à Fundação Real Grandeza) como prejuízo fiscal registrado em 2009 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. A autoridade fiscal afirma que tal registro foi feito de modo errado, tendo em vista que tal despesa deveria ter sido contabilizada no seu período de competência, no ano de 2000. Dessa forma, glosou as despesas deduzidas no ano-calendário 2011. Valor em 31 de dezembro de 2014: R$ 634.585 (R$ 593.014 em 2013).

iv. Ação Processo nº 16682.720.331/2012-10 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em razão de ter se utilizado dos saldos negativos de IRPJ e de CSLL apurados ao final do ano-calendário de 2009, mediante procedimento de compensação considerado irregular pelo Auditor Fiscal, uma vez que Furnas não entregou à Receita Federal a DCOMP para efetivar compensação. Valor em 31 de dezembro de 2014: R$ 466.228 (R$ 437.884 em 2013).

v. Processo nº 16682.720.874/2013-18, apresentado solicitação de impugnação, referente a auto de infração lavrado pela RFB em razão de Furnas ter dado tratamento como receita isenta às receitas de uso da rede elétrica por Itaipu. Lançamento de ofício das diferenças dos valores devidos de Pasep/Cofins e os declarados por meio de DCTF. Valor: R$ 182.114 (R$ 170.184 em 31/12/2013).

Eletronuclear

A Companhia vem questionando um auto de infração, cujo objeto trata de despesas de descomissionamento consideradas como dedutíveis no ano base de 2005. O valor total do auto de infração é de R$ 6 milhões e os advogados da Companhia avaliam a sua probabilidade de perda em relação a essa causa como possível.

c) Processos de risco de desembolso remoto, não provisionados

Chesf

Ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia. A ação é considerada pelos seus administradores e suportada pelos consultores jurídicos da Companhia como risco de perda remoto.

Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juízo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a Chesf ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juízo, seria de aproximadamente R$ 7.000.000, valor não atualizado desde então. O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo e, no mérito, pediu a improcedência da ação. A Construtora Mendes Junior S.A interpôs agravos para Superior Tribunal de Justiça – ARESP, sendo que, em 31 de dezembro de 2012, naquela instância, o Ministério Público Federal emitiu parecer opinando pelo não provimento dos agravos. Em 31 de dezembro de 2014, o agravo Recurso Extraordinário estava pendente de julgamento pelo STF.

NOTA 31 - OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite desmantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

Dadas as características específicas de operação e manutenção de usinas termonucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

O saldo da obrigação, registrada a valor presente, em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 1.314.480 (31 de dezembro de 2013 – R$ 1.136.342).

	CONSOLIDADO
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2013	1.136.342
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no período	178.138
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2014	1.314.480

NOTA 32 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Os recursos são oriundos do Tesouro Nacional sendo destinados aos projetos abaixo:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Aquisição de participação acionaria CEEE / CGTEE	173.521	156.460
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	2.929	2.641
UHE de Xingó	8.230	7.421
Linha de transmissão no Estado da Bahia	1.288	1.162
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	7.638	6.886
	193.606	174.570

NOTA 33 – CONTRATOS ONEROSOS

	CONSOLIDADO			
	SALDO EM 31/12/2013	CONSTITUIÇÕES	REVERSÕES	SALDO EM 31/12/2014
Transmissão				
Contrato 062/2001	875.272	647.484	(914.268)	608.488
Outros	-	23.602	-	23.602
	875.272	671.086	(914.268)	632.090
Geração				
Itaparica	863.146	-	(863.146)	-
Jirau	711.881	-	(711.881)	-
Camaçari	267.117	-	(175.995)	91.122
Funil	95.903	131.385	(95.068)	132.220
Mauá-Klabin	19.853	-	(19.853)	-
Coaracy Nunes	88.545	-	(58.184)	30.361
Outros (especificar)	30.425	260.138	(44.468)	246.095
	2.076.870	391.523	(1.968.595)	499.798
Distribuição				
Intangível	295.259	-	(295.259)	-
	295.259	-	(295.259)	-
	3.247.401	1.062.609	(3.178.122)	1.131.888
Total do Passivo Circulante*	3.066	221	(1.600)	1.687
Total do Passivo Não Circulante	3.244.335	1.062.388	(3.176.522)	1.130.201
TOTAL	3.247.401	1.062.609	(3.178.122)	1.131.888

(*) Valor registrado na rubrica Outros passivos circulantes

	31/12/2014		31/12/2013	
	SALDO	TAXA DE DESCONTO	SALDO	TAXA DE DESCONTO
Transmissão	632.090	6,45%	875.272	6,57%
Geração	499.798	6,80%	2.076.870	6,69%
Distribuição	-	6,61%	295.259	6,14%
TOTAL	1.131.888		3.247.401	

Do montante da provisão para contratos onerosos mantida em 31 de dezembro de 2014, R$ 1.101.527 (R$ 2.426.741 em 31 de dezembro de 2013) decorrem de contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei 12.783/13, pelo fato da tarifa determinada apresentar um desequilíbrio em relação aos atuais custos de operação e manutenção. Diante disto, a obrigação presente de acordo com cada contrato foi reconhecida e mensurada como provisão podendo ser revertida em função de ajustes do programa de redução de custos e/ou revisão tarifária.

UHE Jirau

A variação registrada na provisão referente a UHE Jirau entre 31 de dezembro de 2013 e 2014, refere-se a variação no valor do PLD médio histórico de R$ 109,78/MWh para R$ 178,84/MWh.

Programa de Reassentamento da UHE Itaparica

A partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica e em função da formação do lago de Itaparica, 10.500 famílias foram deslocadas, das quais 6.100 eram de pequenos agricultores, e entre estas, estavam 200 famílias indígenas da tribo Tuxá, tendo como consequência a criação do Programa de Reassentamento de Itaparica, que tem por objetivo reassentar as famílias deslocadas da área inundada pelo reservatório da usina, atual Luiz Gonzaga, localizada entre os estados de Pernambuco e Bahia.

A reversão parcial do Contrato Oneroso de Itaparica no período foi decorrente principalmente pela assunção pela Codevasf da Operação e Manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum.

UHE Camaçari

A variação registrada na provisão referente a UHE Camaçari foi decorrente do registro de reversão de contrato oneroso advinda de decisão do órgão regulador, ANEEL, pela redução do Montante de Uso do Sistema de Transmissão – MUST de 346,598 MW retroativo a 16 de dezembro de 2014, com valor de R$ 1.266 a ser ressarcido à Companhia, referente ao mês de janeiro de 2015, na Apuração Mensal dos Serviços e Encargos AMSE, realizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS na apuração subsequente a esta decisão.

NOTA 34 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

1. Compra de Energia

Empresas	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Amazonas	637.718	662.694	716.130	748.542	787.925	4.060.306
CGTEE	184.212	184.212	184.212	184.212	153.012	459.036
Chesf	249.750	237.810	226.540	226.540	2.342.940	-
Distribuidora Alagoas	700.321	753.132	852.984	894.483	894.483	894.483
Distribuidora Piauí	538.106	629.837	631.715	633.699	635.795	10.905.349
Distribuidora Rondônia	780.914	842.551	1.060.572	1.124.206	4.766.635	-
Eletronorte	98.700	99.907	101.405	102.926	104.756	106.037
Eletrosul	230.299	219.742	200.559	209.108	176.819	2.525.445
Furnas	520.062	519.482	513.594	520.323	515.001	512.753
Total	3.940.082	4.149.367	4.487.711	4.644.040	10.377.366	19.463.409

continua

continuação

2. Fornecedores de combustível

Empresas	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Amazonas	2.269.200	2.263.000	2.263.000	2.269.200	2.269.200	22.692.000
CGTEE	131.421	131.421	131.421	131.421	131.421	525.687
Eletronuclear	233.203	110.751	6.232.631	-	-	-
Total	2.633.824	2.505.172	8.627.052	2.400.621	2.400.621	23.217.687

A principal atividade de compras de combustíveis está na controlada Eletronuclear, que possui contratos assinados com as Indústrias Nucleares Brasileiras - INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra I e UTN Angra II, bem como a carga inicial e futuras recargas de UTN Angra III.

Na controlada Amazonas existe o compromisso de longo prazo referente à compra de gás natural para fins de geração de termoelétrica com a Companhia de Gás Natural do Amazonas – CIGÁS. O prazo final do contrato é 30/11/2030.

3. Compra de Energia de Produtor Independente - PROINFA

A Companhia apoia o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira. Através do programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, buscando soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia e incentivado o crescimento da indústria nacional.

O PROINFA prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa responderão pela geração de aproximadamente 12.000GWh/ano, equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Em 2006, a Companhia concordou em adquirir energia elétrica produzida pelo PROINFA por um período de 20 anos e transferir essa energia elétrica às concessionárias de transmissão e distribuição, que por sua vez transferem a energia elétrica aos consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos. Cada concessionária de transmissão e distribuição pagam à Companhia o custo anual de energia elétrica fornecida aos consumidores cativos, consumidores livres e autoprodutores conectados às suas instalações, em doze pagamentos mensais, cada um deles antecipadamente ao mês no qual a energia deve ser consumida.

4. Venda de Energia

Empresas	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
CGTEE	507.700	469.600	469.600	469.600	469.600	1.878.400
Chesf	233.310	208.620	-	-	-	-
Eletronorte	5.484.696	4.263.947	4.338.762	4.315.669	3.311.250	14.682.922
Eletronuclear	2.246.260	2.246.260	2.246.260	2.246.260	2.246.260	-
Furnas	3.643.446	3.291.312	2.671.525	2.671.525	1.649.290	1.689.253
Total	12.115.412	10.479.739	9.726.147	9.703.054	7.676.400	18.250.575

5. Compromissos Sócio Ambientais

Empresas	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Eletronuclear	70.000	74.025	50.665	41.532	-	-
Eletronorte	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	36.000
Total	90.000	94.025	70.665	61.532	20.000	36.000

A) Angra III

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados a UTN Angra III, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

B) Plano de Inserção Regional – Tucurí

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí e da elevação da cota do seu reservatório, de 72 para 74 metros, houve necessidade de se efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), do Estado do Pará, tendo sido definido por aquele órgão, como condicionante para liberação da Licença de Instalação (LI), que a ELETRONORTE implantasse diversos programas de mitigação e compensações socioambientais.

C) Licenças Ambientais

As ações de caráter socioambiental constituídas para provisões de contingências de riscos ambientais nas unidades de negócio da ELETROSUL asseguram o compromisso da obtenção de emissões de Licenças Ambientais, bem como autorização para corte de vegetação, com o respaldo do Ministério público que fiscaliza a edificação desses investimentos.

6. Aquisição de Imobilizado e Intangível

Empresas	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Chesf	25.647	3.289	2.880	-	775	-
Eletronuclear	3.622.342	1.511.009	472.659	43.631	-	-
Eletronorte	26	-	-	-	-	-
Total	3.648.015	1.514.298	475.539	43.631	775	-

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado, principalmente, das usinas Angra I, Angra II e Angra III, necessários à manutenção operacional desses ativos.

7. Aquisição de insumos

Empresas	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
CGTEE	40.498	40.499	40.499	40.499	40.499	-
Total	40.498	40.499	40.499	40.499	40.499	-

A controlada CGTEE adquire cal para controle das emissões de resíduos das suas usinas.

8. Compromissos – Empreendimentos controlados em conjunto

Os valores dos compromissos dos empreendimentos controlados em conjunto estão apresentados a seguir pela proporção das participações das companhias.

8.1 – Aquisição de imobilizado

A Companhia possui contratos de aquisição de bens do imobilizado junto a fornecedores relativo a participação acionária em Sociedades de Propósito Específico (SPE), conforme apresentado abaixo:

Empresas	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Norte Energia	492.464	220.370	41.768	41.768	-	-
Extremoz	3.926	3.926	-	-	-	-
CCBM	202.938	92.488	15.346	-	-	-
ELM	71.205	29.612	6.970	2.873	2.873	2.873
IMPSA	47.372	20.502	3.032	354	354	353
Votorantim	2.717	449	-	-	-	-
ESBR	170.197	11.741	-	-	-	-
Teles Pires	60.903	-	-	-	-	-
Total	1.051.722	379.088	67.116	44.995	3.227	3.226

8.2 – Uso do bem público

Empresas	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Eletronorte	4.033	3.744	3.478	3.233	3.006	28.034
Total	4.033	3.744	3.478	3.233	3.006	28.034

8.3 – Aporte de capital

A Companhia possui compromissos futuros firmados relativo a participação acionária em Sociedades de Propósito Específico (SPE), relativos a adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, conforme apresentado abaixo:

Empresas	2016	2017	2018
Coqueirinho 2	1.549	-	-
Papagaio	968	-	-
Norte Energia	120.356	-	-
Sinop	1.323	16.188	-
Paraiso	5.819	3.371	931
Transnorte Transmissora de Energia S.A.	219.712	-	-
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	173.460	81.585	46.300
Famosa III	44.956	158.020	-
Serra do Mel	98.901	62.408	-
Acaraú	60.144	50.966	-
Itaguaçu da Bahia	162.794	77.579	-
UHE São Manoel	73.000	14.000	45.000
Vale do São Bartolomeu	2.543	-	-
IE Belo Monte	204.290	78.170	46.300
Lago Azul	1.050	-	-
Mata de Santa Genebra	263.300	-	-
Total	1.434.165	542.287	138.531

8.4 – Custo de Construção

Empresas	2016
Eletronorte	120.680
Total	120.680

8.5 – Venda de Energia

Empresas	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Norte Energia S.A.	1.017.522	2.714.555	2.827.972	2.827.972	2.835.720	67.917.827
Total	1.017.522	2.714.555	2.827.972	2.827.972	2.835.720	67.917.827

NOTA 35 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 31.305.331 (31 de dezembro de 2013 - R$ 31.305.331) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.352.634.100 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, em 31 de dezembro de 2014, conforme a seguir:

31/12/2014	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS				CAPITAL TOTAL	
ACIONISTAS	QUANTIDADE	%	Série A	%	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	554.395.652	51,00	-	-	1.544	0,00	554.397.196	40,99
BNDESPAR	141.757.951	13,04	-	-	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES	74.545.264	6,86	-	-	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
FND	45.621.589	4,20	-	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB	1.000.000	0,09	-	-	-	-	1.000.000	0,07
FGI	-	-	-	-	8.750.000	3,30	8.750.000	0,65
Outros	269.729.841	24,81	146.920	100,00	219.731.566	82,78	489.608.327	36,20
	1.087.050.297	100,00	146.920	100,00	265.436.883	100,00	1.352.634.100	100,00

31/12/2013	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
ACIONISTAS	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	591.968.382	54,46	-	2.252	-	591.970.634	43,76
BNDESPAR	141.757.951	13,04	-	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES	74.545.264	6,86	-	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
FND	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB	1.000.000	0,09	-	-	-	1.000.000	0,07
FGI	-	-	-	8.750.000	3,30	8.750.000	0,65
Outros	232.157.111	21,36	146.920	219.730.858	82,60	452.034.889	33,42
	1.087.050.297	100,00	146.920	265.436.883	99,82	1.352.634.100	100,00

Do total das 470.352.508 (já deduzidas as 225 ações ordinárias referentes aos Diretores e Membros do Conselho de Administradores da Eletrobras) ações em poder dos minoritários, 297.794.352, ou seja, 63,3% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 186.043.194 de ordinárias, 28 de preferenciais da classe "A" e 111.751.130 de preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 76.629.265 ações ordinárias e 25.115.782 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts – ADR's*.

II - Reservas de Capital

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	26.048.342	26.048.342

III - Reservas de Lucros

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de Reserva de Investimentos e de 1% para a Reserva de Estudos e Projetos, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Legal (art. 193 - Lei 6.404/1976)	2.233.017	2.233.017	2.233.017
Estatutárias (art. 194 – Lei 6.404/1976)	26.022	2.989.936	9.916.882
	2.259.039	5.222.953	12.149.899

NOTA 36 – PREJUÍZO POR AÇÃO

(a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. As 12.018.738 ações ordinárias potenciais diluitivas (Empréstimo

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

compulsório – Nota 24) não foram incluídas no cálculo da média ponderada do número de ações preferenciais devido ao efeito antidiluitivo. Portanto, não há diferença entre o prejuízo por ação básico e diluído.

31/12/2014				
Numerador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Prejuízo atribuível a cada classe de ações	(2.435.920)	(329)	(594.805)	(3.031.055)
Denominador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100%
Resultado por ação básico e diluído (R$)	(2,24)	(2,24)	(2,24)	

31/12/2013 (reapresentado)				
Numerador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Prejuízo atribuível a cada classe de ações	(4.972.167)	(672)	(1.214.108)	(6.186.948)
Denominador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100%
Resultado por ação básico e diluído (R$)	(4,57)	(4,57)	(4,57)	

NOTA 37 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
RECEITAS OPERACIONAIS				
Geração				
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	2.806.271	2.573.677	12.175.362	8.066.674
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	3.317.103	3.774.404
Energia Elétrica de Curto Prazo	37.607	235.318	3.817.976	2.395.732
Receita de Operação e Manutenção de Linhas Renovadas	-	-	1.803.127	2.198.235
Efeito Financeiro de Itaipu	(97.740)	67.961	(97.740)	67.961
	2.746.138	2.876.956	21.255.868	17.239.860
Transmissão				
Receita de Operação e Manutenção de Linhas Renovadas	-	-	1.207.090	2.037.399
Receita de Operação e Manutenção	-	-	994.178	118.382
Receita de Construção	-	-	1.786.195	1.797.324
Financeira - Retorno do Investimento	-	-	714.409	552.106
	-	-	4.701.872	4.505.211
Distribuição				
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	7.310.337	4.419.444
Receita de Construção	-	-	873.413	1.013.684
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	-	-	38.477	-
	-	-	8.222.227	5.433.128
Outras receitas	160.987	93.770	1.446.341	1.008.200
	2.907.125	2.970.726	35.626.308	28.186.399
(-) Deduções à Receita Operacional				
(-) ICMS	-	-	(1.683.781)	(1.231.306)
(-) PASEP e COFINS	(91.175)	(130.488)	(2.685.562)	(2.238.363)
(-) Encargos setoriais	-	-	(1.005.014)	(870.490)
(-) Outras Deduções(inclusive ISS)	-	-	(7.097)	(10.596)
	(91.175)	(130.488)	(5.381.454)	(4.350.755)
Receita operacional líquida	2.815.950	2.840.238	30.244.854	23.835.644

Durante o período, a Companhia auferiu elevadas receitas na comercialização da energia elétrica de curto prazo em razão do aumento verificado no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que é o preço determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação e é utilizado para valorar a compra ou a venda de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP).

NOTA 38 – RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	(267.636)	(708.365)	-	-
Investimentos em coligadas				
Juros sobre o capital próprio	10.611	98.236	10.611	98.236
Equivalência patrimonial	8.405	(361.677)	(1.426.804)	(104.393)
	19.016	(263.441)	(1.416.193)	(6.157)
Outros investimentos				
Juros sobre o capital próprio	20.008	14.282	20.008	14.282
Dividendos	98.477	101.275	98.477	101.275
Remuneração dos investimentos em parcerias	24.429	20.707	24.429	20.707
Rendimentos de capital - ITAIPU	56.439	47.661	56.439	47.661
	199.353	183.925	199.353	183.925
	(49.267)	(787.881)	(1.216.840)	177.768

NOTA 39 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Pessoal	383.818	482.427	5.609.320	6.650.154
Material	2.885	4.226	310.276	295.442
Serviços	110.120	107.121	2.565.777	2.298.990
	496.823	593.774	8.485.373	9.244.586

NOTA 40 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA E ENCARGOS SOBRE O USO DA REDE ELÉTRICA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Encargos de Uso da Rede	-	-	1.523.379	1.555.257
Energia comprada para revenda				
Suprimento	-	-	5.104.583	2.142.924
Comercialização na CCEE	487.362	73.458	2.864.480	555.752
Proinfa	2.502.382	2.783.694	2.502.382	2.783.694
Outros	17.439	18.799	(46.745)	32.836
	3.007.183	2.875.951	10.424.700	5.515.206
	3.007.183	2.875.951	11.948.079	7.070.463

NOTA 41 - PROVISÕES (REVERSÕES) OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	**31/12/2013 Reapresentado**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Garantias	115.166	83.681	115.166	83.681
Contingências	3.389.682	1.585.772	3.655.626	1.399.321
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	83.921	(792.871)
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	(269.051)	106.232	(269.051)	106.232
Passivo a descoberto em Controladas	831.851	2.742.013	-	-
Contratos Onerosos	-	-	(1.800.401)	(1.924.657)
Perdas em Investimentos	(411.122)	142.622	(313.672)	142.622
Impairment	-	-	509.994	1.338.903
Ajuste a Valor de Mercado	110.902	408	110.902	408
Provisão/Reversão para Perda de Ativo Financeiro	-	-	(791.868)	791.868
Impairment BRR	-	-	(360.648)	1.122.970
Provisão para perdas no imobilizado	-	-	235.064	-
Provisão para compensações ambientais	-	-	104.904	-
Outras	176.181	251.385	581.770	989.728
	3.943.609	4.912.114	1.861.707	3.258.205

Em função da transferência do controle acionário do Grupo Rede, controlador da CEMAT, para a Energisa, foram revertidas as provisões para perda referente ao investimento da CEMAT, no montante de R$ 334.293, e para créditos de liquidação duvidosa referente a CEMAT e a CELTINS, no montante de R$ 290.973, conforme Nota 9.

Em 16 de dezembro de 2014, a ANEEL, por meio das REN 642/14 e REN 643/14, estabeleceu critérios e procedimentos para a realização de investimentos que serão considerados nos processos tarifários e estarão sujeitos a um adicional de receita, inclusive os já realizados a partir de 01 de janeiro de 2013. Desta forma, foram revertidas as provisões para perda de ativo financeiro.

NOTA 42 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

(a) Aquisição do controle sobre a CELG D

Em 26 de setembro de 2014, em Assembleia Geral Extraordinária, a Eletrobras aprovou a aquisição, pela Companhia, do controle acionário da CELG Distribuição S.A.- CELG D, concessionária de distribuição e comercialização de energia elétrica, nos termos da Promessa de Compra e Venda de Ações, firmada em 26 de agosto de 2014, entre a Eletrobras, a Companhia CELG de Participações – CELGPAR e o Estado de Goiás, com a interveniência da CELG Distribuição S.A. – CELG D. A transação visa à recuperação econômico-financeira da CELG D e foi estruturada de forma a atender aos interesses de ambas as partes, trazendo resultados positivos tanto para a Eletrobras como para o Estado de Goiás. Dentre as justificativas da aquisição destacam-se:

• Recuperação de créditos de fundos setoriais (RGR, CDE e CCC) e de energia de Itaipu;

• Reequilíbrio da situação financeira da CELG D e, consequentemente, manutenção da adimplência dessa concessionária com os seus compromissos setoriais;

• O mercado da CELG D apresenta taxas elevadas de crescimento, cerca de 7,2% em 2012 e 5,5% em 2013;

• Índices de perdas, inadimplência e PMSO próximos dos estabelecidos pela ANEEL;

• Após capitalização da empresa, pela CELGPAR e entrada da ELETROBRAS na sociedade existe a possibilidade de renovação da concessão por mais trinta anos, o que resultará na valorização da empresa, com ganhos para os acionistas, inclusive a ELETROBRAS.

• A ELETROBRAS detém experiência em gestão de empresas de distribuição de energia elétrica e considera que a CELG D, saneada econômica e financeiramente, reúne as condições de buscar sua operação com equilíbrio econômico e financeiro, tornando lucrativas suas atividades após uma reestruturação de dívida e capitalização adequadas.

A referida Promessa de Compra e Venda de Ações estabeleceu o compromisso de venda, pela CELGPAR, e o compromisso de compra pela Eletrobras, de 51% das ações ordinárias representativas do capital social da CELG D pelo valor fixo e irreajustável de R$ 59.533 que deverá ser pago em até 90 dias da data da escrituração das Ações da CELG D em favor da Eletrobras.

A Promessa de Compra e Venda de Ações estabeleceu, ainda, condições precedentes para a conclusão da operação. Até a data destas informações trimestrais, todas as condições precedentes foram atendidas, exceto pela efetiva transferência para a CELG-GT de certos imóveis de titularidade da CELG-D não vinculados às suas operações, listados na referida Promessa, e que as partes esperam concluir tão logo possível.

À luz das normas contábeis vigentes, a Administração concluiu que na data da Assembleia de aprovação da aquisição, a Eletrobras passou a deter direitos substantivos sobre a CELG D, sendo 26 de setembro de 2014 definida como data da aquisição do controle acionário da CELG-D e, portanto, a data efetiva da combinação de negócios.

Os valores justos provisoriamente estimados dos ativos e passivos identificáveis adquiridos da CELG D, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

Em 26 de setembro de 2014	**Valor justo estimado na data de aquisição**
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	159.703
Consumidores, concessionários e permissionários	707.460
Ativo financeiro	1.792.780
Reembolso FUNAC (direito de indenização)	594.125
	854.684
Outros ativos	
Passivos	
Fornecedores	1.450.886
Debêntures	192.706
Empréstimos e financiamentos	581.771
Taxas regulamentares	419.177
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.487
Provisões para contingências	594.125
Outros passivos	734.937
Valor justo dos ativos líquidos identificados	**97.663**
Participação da Eletrobras sobre os ativos líquidos adquiridos	49.740
Valor justo da contraprestação	59.454
Ágio gerado na aquisição	9.714
Valor justo da participação de não controladores	47.923

A contabilização da aquisição da CELG D foi provisoriamente apurada em 26 de setembro de 2014 em função da necessidade de avaliação mais profunda e detalhada dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Na data da conclusão destas demonstrações financeiras as avaliações de mercado necessárias e outros cálculos não tinham sido finalizados e, por consequência, foram provisoriamente apurados com base na melhor estimativa da Administração para esses valores.

O ágio decorrente da aquisição da Celg- D foi reconhecido no intangível (vide nota 18).

(a.1).Participações não controladoras

As participações não controladoras (49% CELGPAR), reconhecidas na data de aquisição nas demonstrações financeiras consolidadas, foram mensuradas com base na proporção das participações não controladoras sobre o valor justo dos ativos líquidos na data de aquisição e totalizavam R$ 47.923.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

(a.2) Impacto da aquisição no resultado da Eletrobras (informação não auditada pelos auditores independentes)

As receitas e o resultado do período a partir da data de aquisição foram de R$ 1.259.151 e R$ 125.445, respectivamente, estão incluídos na demonstração do resultado consolidado do exercício de 2014.

Caso a combinação de negócios fosse efetivada em 1º de janeiro de 2014, a receita operacional líquida consolidada da Eletrobras proveniente das operações continuadas seria de R$ 24.093.980 e o prejuízo do período findo em 31 de dezembro de 2014 seria de R$ 1.846.608.

(a.3) Ativos de indenização e passivo contingente

A Companhia reconheceu o montante de R$ 594.125, na rubrica Reembolso FUNAC, esse montante é atribuído ao direito de indenização com relação aos passivos assumidos na combinação de negócios conforme definido na Promessa de Compra e Venda de Ações. A indenização desses passivos é de responsabilidade do FUNAC – Fundo de Aporte à CELG D, criado pelo Estado de Goiás nos termos da Lei Estadual nº 17.555 de 20 de janeiro de 2012, que consiste em uma rubrica orçamentária a ser mantida pelo Estado pelo prazo máximo de 30 anos, contados da data da entrada em vigor da lei de sua criação, com o objetivo de destinar e reunir recursos financeiros para o adimplemento das obrigações provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais, ainda que não escriturados, da CELG D, decorrentes de decisões de autoridades administrativas para as quais não haja mais recurso, decisões judiciais transitadas em julgado e/ou acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente, cujos fatos geradores tenham ocorrido até a data da aquisição, pela Eletrobras, das ações da CELG D.

A abertura por natureza do saldo de provisão para contingências decorrente da aquisição da CELG D no total de R$ 594.125, está demonstrada a seguir:

	30/09/2014
Trabalhista	88.307
Tributárias	83.334
Cíveis	422.485
	594.125

A descrição da natureza dos principais passivos contingentes da CELG D está demonstrada a seguir:

- Ação Civil Pública com pedido de liminar, visando a obtenção da declaração de nulidade das portarias 38/86 e 45/86, movida pela ASSOBRAEE – Associação Brasileira de Consumidores de Água e Energia Elétrica – no valor de R$ 40.000.

(a.4) Do pacto de venda conjunta

Considerando que o preço de aquisição do controle acionário da CELG foi definido com base no término da atual concessão da CELG D, prevista para julho de 2015, desconsiderando-se a renovação da concessão prevista pela Lei 12.783/2013, posto que a referida Lei não foi ainda regulamentada, a Promessa de Compra e Venda de Ações prevê que, caso qualquer das Partes manifeste interesse de vender sua participação acionária na CELG D até 18 meses a contar da prorrogação da concessão desta última, se for o caso, a venda deverá ser feita conjuntamente pelas Partes, e abranger 51% das ações representativas do capital social daquela concessionária.

A Eletrobras e a CELGPAR se obrigam a vender no mínimo 51% das ações da CELG D, sendo no mínimo 13% de ações de propriedade da Eletrobras, com precificação idêntica para cada ação vendida.

As condições para implementação desta venda conjunta são: (i) que a manifestação de interesse na venda ocorra em até 18 meses a contar da data da prorrogação da concessão da CELG D e que a venda seja concluída em 24 meses a contar da citada manifestação, e, ainda, (ii) que a CELGPAR, no momento da manifestação do interesse de venda, detenha no mínimo 25% das ações representativas do capital social da CELG D.

O prazo de 24 meses para a conclusão da venda poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, exclusivamente na hipótese de atraso provocado por fato de terceiro.

A venda conjunta se submeterá às regras estabelecidas pelo Programa Nacional de Desestatização (PND) ou regulamentação federal aplicável à época, tendo em vista que após a aquisição do controle acionário da CELG D pela ELETROBRAS, esta se tornou uma empresa estatal federal.

A Companhia concluiu o processo de aquisição da Celg Distribuição S.A. ("Celg-D") mediante o pagamento e a transferência, em 27/01/2015, de 76.761.267 (setenta e seis milhões, setecentos e sessenta e um mil, duzentos e sessenta e sete) de ações ordinárias de emissão da CelgD, correspondentes a 50,93% (cinquenta inteiros e noventa e três centésimos por cento) do capital social da Distribuidora, ao valor de R$ 59.454.057,64, (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

(b) Aquisição do controle sobre a Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

A Diretoria Executiva da controlada Eletronorte aprovou, no dia 02 de outubro de 2013, a aquisição da participação acionária da Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. na Sociedade de Propósito Específico (SPE), Linha Verde Transmissora de Energia S.A, correspondendo a 51% do capital social da referida SPE, envolvendo a aquisição pela controlada Eletronorte da totalidade da participação neste investimento, pelo valor de R$ 40.000, corrigido monetariamente a partir de agosto de 2013.

O contrato de Compra e Venda de Ações estabeleceu condições suspensivas para a conclusão da operação.

À luz das normas contábeis vigentes, a Administração da Controlada concluiu que, na data de 31 de dezembro de 2014, a Controlada Eletronorte passou a deter direitos substantivos sobre a Linha Verde Transmissora de Energia S.A., sendo esta data definida como da aquisição do controle acionário da Linha Verde Transmissora de Energia S.A. e, portanto, a data efetiva da combinação de negócios.

Os valores justos provisoriamente estimados dos ativos e passivos identificáveis adquiridos da Linha Verde Transmissora de Energia S.A., na data da combinação de negócios, são os seguintes:

Em 31 de dezembro de 2014	Valor Justo Estimado na data de aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	47.073
Ativo financeiro	534.336
Tributos a compensar	7.562
Outros ativos	57.597
	646.568
Passivos	
Fornecedores	27.813
Tributos a compensar	4.786
Empréstimos e financiamentos	318.851
Adiantamento para futuro aumento de capital	364.880
Provisão para riscos	15.941
Outros passivos	123
	732.394
Ativos/(Passivos) líquidos adquiridos	**(85.826)**
Participação adquirida (51%)	(43.771)
Valor justo da contraprestação (atualizado)	43.689
Ágio na aquisição do investimento	**87.460**

A contabilização da aquisição da Linha Verde Transmissora de Energia S.A. foi provisoriamente apurada em 31 de dezembro de 2014 em função da necessidade de avaliação mais profunda e detalhada dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Na data da conclusão destas demonstrações financeiras as avaliações de mercado necessárias e outros cálculos não tinham sido finalizados e, por consequência, foram provisoriamente apurados com base na melhor estimativa da Administração para esses valores.

O ágio decorrente da aquisição da Linha Verde Transmissora foi reconhecido no intangível (vide nota 18).

(c) Aquisição do controle sobre as SPEs dos Complexos Eólicos Pindaí I e II

Durante o exercício de 2014, a controlada Chesf adquiriu o controle sobre as SPEs do Complexo Eólico Pindaí I e do Complexo Eólico Pindaí II, mediante a diluição, de forma definitiva, da participação acionária do Sócio Sequoia Capital Ltda. nos referidos empreendimentos.

Conforme o estabelecido no acordo de acionistas destas SPEs, em 29/10/2014 a controlada Chesf integralizou o capital subscrito e não integralizado pelo Sócio Sequoia Capital Ltda, tornando-se controladora, passando de um percentual de participação de 49,0% para mais 99,0% do capital social de cada SPE, e com direito a maioria dos membros do Conselho de Administração.

Não houve ágio/deságio, pois a transação foi feita a valores contábeis que se aproximam substancialmente dos valores de mercado, em função de ser SPEs recentes que ainda não entraram em operação. O valor da contraprestação paga foi de R$ 20.977.

NOTA 43 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

1 - Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONSOLIDADO		
	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Total dos empréstimos e financiamentos	39.539.125	32.476.287	26.630.150
(-) Caixa e Equivalente de Caixa e Títulos e valores mobiliários	5.366.511	9.886.071	9.254.676
Dívida Líquida	34.172.614	22.590.216	17.375.474
(+) Total do Patrimônio Líquido	56.848.500	61.577.296	68.069.267
Total do Capital	91.021.114	84.167.512	85.444.741
Índice de Alavancagem Financeira	38%	27%	20%

2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a hierarquia para mensurar o valor justo de seus instrumentos financeiros:

	CONTROLADORA			
	Mensuração	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Caixa e equivalentes de caixa		88.194	1.303.236	935.627
Empréstimos e Recebíveis		38.466.689	33.676.951	32.503.580
Clientes	Custo Amortizado	573.457	661.252	477.104
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	32.556.881	29.596.834	29.210.956
Ativo Financeiro - Geração e Transmissão	Custo Amortizado	5.336.351	3.418.865	2.815.520
Mantidos Até o Vencimento		204.665	186.972	247.371
Títulos e Valores Mobiliários	Custo Amortizado	204.665	186.972	247.371
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		421.975	1.714.695	4.526.514
Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo	421.975	1.714.695	4.526.514
Disponíveis para venda		1.212.142	1.253.297	1.405.289
Investimentos (Participações Societárias)	Valor justo	1.212.142	1.253.297	1.405.289
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados pelo Custo Amortizado		27.223.773	22.748.832	-
Fornecedores	Custo Amortizado	548.589	342.778	-
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	26.020.026	21.823.008	-
Obrigações de ressarcimento	Custo Amortizado	655.158	583.046	-
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		-	-	68.153
Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo	-	-	68.153
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		24.706	36.848	-
Instr. Fin. Derivativos - Hedge	Valor justo	24.706	36.848	-

	CONSOLIDADO			
	Mensuração	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Caixa e equivalentes de caixa		1.407.078	3.597.583	2.501.515
Empréstimos e Recebíveis		58.420.759	57.984.432	61.375.560
Clientes	Custo Amortizado	6.170.720	5.109.903	5.339.380
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	14.684.564	15.174.341	15.544.793
Direitos de Ressarcimento	Custo Amortizado	9.656.409	12.579.656	8.203.189
Ativo Financeiro - Geração e Transmissão	Custo Amortizado	24.170.771	19.624.353	17.850.927
Indenizações - Lei 12.783/2013	Custo Amortizado	3.738.295	5.496.179	14.437.271
Mantidos Até o Vencimento		223.142	190.730	251.211
Títulos e Valores Mobiliários	Custo Amortizado	223.142	190.730	251.211
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		3.992.006	6.313.913	6.974.314
Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo	3.732.095	6.097.758	6.501.950
Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo	259.911	216.155	472.364
Disponíveis para venda		9.606.383	6.689.554	6.035.733
Investimentos (Participações Societárias)	Valor justo	1.370.371	1.441.867	1.439.786
Ativo Financeiro - Distribuição	Valor justo	8.236.012	5.247.686	4.595.947
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados pelo Custo Amortizado		62.458.291	53.380.246	42.439.725
Fornecedores	Custo Amortizado	17.536.501	8.531.871	6.423.074
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	39.539.125	32.476.287	26.630.150
Debêntures	Custo Amortizado	759.923	218.682	69.320
Obrigações de Ressarcimento	Custo Amortizado	3.232.621	10.695.108	7.789.757
Arrendamento Mercantil	Custo Amortizado	1.326.661	1.393.827	1.454.374
Concessões a Pagar UBP	Custo Amortizado	63.460	64.471	73.050
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		72.203	420.801	457.649
Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo	72.203	420.801	457.649
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		24.706	36.848	-
Instr. Fin. Derivativos - Hedge	Valor justo	24.706	36.848	-

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

2.1 – Estimativa de valor justo:

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	CONTROLADORA 31/12/2014			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.212.142	-	-	1.212.142
Investimentos (Participações Societárias)	1.212.142	-	-	1.212.142
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	204.665	-	-	204.665
Títulos e Valores Mobiliários	204.665	-	-	204.665
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	24.706	-	24.706
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	24.706	-	24.706

	CONTROLADORA 31/12/2013			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	**1.253.297**	-	-	**1.253.297**
Investimentos (Participações Societárias)	1.253.297	-	-	1.253.297
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	1.714.695	-	-	1.714.695
Títulos e Valores Mobiliários	1.714.695	-	-	1.714.695
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	36.848	-	36.848
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	36.848	-	36.848

	CONSOLIDADO 31/12/2014			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.370.371	8.236.012	-	9.606.383
Investimentos (Participações Societárias)	1.370.371	-	-	1.370.371
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	-	8.236.012	-	8.236.012
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	3.732.095	259.911	-	3.992.006
Títulos e Valores Mobiliários	3.732.095	-	-	3.732.095
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	259.911	-	259.911
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	72.203	-	72.203
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	72.203	-	72.203

	CONSOLIDADO 31/12/2013			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.441.867	5.247.686	-	6.689.554
Investimentos (Participações Societárias)	1.441.867	-	-	1.441.867
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	-	5.247.686	-	5.247.686
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	6.097.758	216.155	-	6.313.913
Títulos e Valores Mobiliários	6.097.758	-	-	6.097.758
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	216.155	-	216.155
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	420.801	-	420.801
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	420.801	-	420.801

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

• Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.

• O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

• O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes, e o risco de crédito das contrapartes das operações de swaps.

3 - Gestão de Riscos Financeiros:

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com Itaipu Binacional.

Nesse contexto foi aprovada a Política de *hedge* Financeiro da Companhia. O objetivo da atual política é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas Demonstrações Financeiras.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de *hedge* Financeiro no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de *hedge* a serem apresentados à Diretoria Executiva da Companhia.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Companhia, a política aprovada elenca uma escala de prioridades. Primeiramente, a solução estrutural, e, apenas nos casos residuais, seriam adotadas operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas seguem a política de hedge da companhia e não podem caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito à terceiros.

3.1.1 – Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade:

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para o fim de 2014 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD *(The Organisation Economic Co-operation and Development)*.

Foram realizadas análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, que apresentam exposição à taxa de cambio e que poderiam trazer perdas materiais à Companhia, em quatro diferentes cenários, tendo como base o cenário provável acima mencionado: dois considerando a apreciação das moedas e outros dois considerando a depreciação dessas das moedas.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

a) Risco de apreciação das taxas de câmbio:

		CONTROLADORA				
		Saldo em 31.12.2014		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2015 [1]	Cenário II (25%)[1]	Cenário III (50%)[1]
USD	Empréstimos obtidos	4.196.318	11.143.741	(605.948)	(3.543.371)	(6.480.793)
	Empréstimos concedidos	4.544.096	12.070.029	653.441	3.834.309	7.015.176
	Ativo financeiro - ITAIPU	2.009.017	5.336.351	288.897	1.695.209	3.101.520
	Impacto no resultado - USD			336.389	1.986.146	3.635.903
EURO	Empréstimos obtidos	59.268	191.187	(15.196)	(66.792)	(118.388)
	Empréstimos concedidos	59.242	191.173	15.118	66.691	118.264
	Impacto no resultado - EURO			(78)	(101)	(124)
IENE	Empréstimos obtidos	7.722.144	171.586	(17.335)	(64.565)	(111.795)
	Empréstimos concedidos	11.214.722	249.303	25.063	93.655	162.246
	Impacto no resultado - IENE			7.728	29.089	50.451
IMPACTO NO RESULTADO EM CASO DE APRECIAÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO				344.040	2.015.135	3.686.230

		CONSOLIDADO				
		Saldo em 31.12.2014		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2015 [1]	Cenário II (25%)[1]	Cenário III (50%)[1]
USD	Empréstimos obtidos	4.324.295	11.483.597	(624.428)	(3.651.435)	(6.678.441)
	Empréstimos concedidos	4.390.676	11.662.514	631.379	3.704.853	6.778.326
	Ativo financeiro - ITAIPU	2.009.017	5.336.351	288.897	1.695.209	3.101.520
	Impacto no resultado - USD			295.848	1.748.627	3.201.405
EURO	Empréstimos obtidos	68.644	221.513	(17.518)	(77.275)	(137.033)
	Impacto no resultado - EURO			(17.518)	(77.275)	(137.033)
IENE	Empréstimos obtidos	7.718.670	171.586	(17.250)	(64.459)	(111.668)
	Impacto no resultado - IENE			(17.250)	(64.459)	(111.668)
IMPACTO NO RESULTADO EM CASO DE APRECIAÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO				261.080	1.606.892	2.952.704
(1) Premissas adotadas:				Provável	25%	50%
	USD			2,800	3,500	4,200
	EURO			3,482	4,353	5,223
	IENE			0,024	0,031	0,037

b) Risco de depreciação das taxas de câmbio:

		CONTROLADORA				
		Saldo em 31.12.2014		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2015 [2]	Cenário II (25%)[2]	Cenário III (50%)[2]
USD	Empréstimos obtidos	4.196.318	11.143.741	(605.948)	2.331.474	5.268.897
	Empréstimos concedidos	4.544.096	12.070.029	653.441	(2.527.426)	(5.708.294)
	Ativo financeiro - ITAIPU	2.009.017	5.336.351	288.897	(1.117.415)	(2.523.727)
	Impacto no resultado - USD			336.389	(1.313.368)	(2.963.125)
EURO	Empréstimos obtidos	59.268	191.187	(15.196)	36.400	87.996
	Empréstimos concedidos	59.242	191.173	15.118	(36.454)	(88.027)
	Impacto no resultado - EURO			(78)	(55)	(32)
IENE	Empréstimos obtidos	7.722.144	171.586	(17.335)	29.895	77.126
	Empréstimos concedidos	11.214.722	249.303	25.063	(43.529)	(112.120)
	Impacto no resultado - IENE			7.728	(13.633)	(34.995)
IMPACTO NO RESULTADO EM CASO DE DEPRECIAÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO				344.040	(1.327.056)	(2.998.151)

		CONTROLADORA				
		Saldo em 31.12.2014		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2015 [2]	Cenário II (25%)[2]	Cenário III (50%)[2]
USD	Empréstimos obtidos	4.324.295	11.483.597	(624.428)	2.402.578	5.429.585
	Empréstimos concedidos	4.390.676	11.662.514	631.379	(2.442.094)	(5.515.567)
	Ativo financeiro - ITAIPU	2.009.017	5.336.351	288.897	(1.117.415)	(2.523.727)
	Impacto no resultado - USD			295.848	(1.156.931)	(2.609.710)
EURO	Empréstimos obtidos	68.644	221.513	(17.518)	42.240	101.998
	Impacto no resultado - EURO			(17.518)	42.240	101.998
IENE	Empréstimos obtidos	7.718.670	171.586	(17.250)	29.959	77.168
	Impacto no resultado - EURO			(17.250)	29.959	77.168
IMPACTO NO RESULTADO EM CASO DE DEPRECIAÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO				261.080	(1.084.732)	(2.430.544)
(2) Premissas adotadas:				Provável	-25%	-50%
				2,800	2,100	1,400
				3,482	2,612	1,741
				0,024	0,018	0,012

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

3.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia de contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, referenciados à taxa Libor.

A Companhia monitora a sua exposição à taxa Libor e contrata operações de derivativos para minimizar esta exposição, conforme Política de *Hedge* Financeiro.

3.2.1 – Composição dos saldos por indexador e análise de sensibilidade

A composição da dívida por indexador, seja em moeda nacional ou em moeda estrangeira, está detalhada na nota 22, item a.

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para o fim de 2014 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD *(The Organisation Economic Co-operation and Development)*.

Foram realizadas análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, e que poderiam trazer perdas materiais à Companhia, em quatro diferentes cenários, tendo como base o cenário provável acima mencionado: dois considerando a apreciação dos indexadores e outros dois considerando a depreciação desses indexadores.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Em todos os cenários foi utilizada a cotação provável do dólar para converter para reais o efeito no resultado dos riscos atrelados à oscilação da LIBOR. Nesta análise de sensibilidade está sendo desconsiderado qualquer efeito cambial em decorrência de eventual apreciação ou depreciação do cenário provável da cotação do dólar. O impacto da apreciação e da depreciação do cenário provável da cotação do dólar estão apresentados no item 3.1.1 desta nota.

3.2.1.1 – LIBOR

a) risco de apreciação das taxas de juros:

CONTROLADORA

		Saldo da dívida/Valor Nocional em 31.12.2014		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Em USD	Em reais	Cenário I - Provável 2015 [1]	Cenário II (+25%) [1]	Cenário III (+50%) [1]
LIBOR	Empréstimos obtidos	1.088.952	2.891.820	(7.793)	(9.742)	(11.690)
	Derivativo	1.040.384	2.762.844	7.446	9.307	11.169
	Total			(348)	(434)	(521)

CONSOLIDADO

		Saldo da dívida/Valor Nocional em 31.12.2014		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Em USD	Em reais	Cenário I - Provável 2015 [1]	Cenário II (+25%) [1]	Cenário III (+50%) [1]
LIBOR	Empréstimos obtidos	1.213.600	3.222.835	(8.685)	(10.857)	(13.028)
	Derivativo	1.040.384	2.762.844	7.446	9.307	11.169
	Total			(1.240)	(1.550)	(1.860)
	(1) Premissas adotadas:		31.12.2014	Provável	25%	50%
	USD		2,6556	2,800	3,50	4,20
	LIBOR		n/a	0,26%	0,32%	0,38%

3.2.1.2 – Indexadores nacionais

a) risco de apreciação das taxas de juros:

CONTROLADORA

		Saldo em 31.12.2014	Efeito no resultado - receita (despesa) Cenário I - Provável 2015 [1]	Cenário II (+25%) [1]	Cenário III (+50%) [1]
CDI	Empréstimos obtidos	4.511.407	(563.926)	(704.907)	(845.889)
	Impacto no resultado - CDI		(563.926)	(704.907)	(845.889)
	Empréstimos concedidos	6.640.573	438.278	547.847	657.417
	Impacto no resultado - IPCA		438.278	547.847	657.417
	Empréstimos concedidos	241.513	13.694	17.117	20.541
	Impacto no resultado - IGPM		13.694	17.117	20.541
SELIC	Empréstimos obtidos	2.580.309	(322.539)	(403.173)	(483.808)
	Impacto no resultado - SELIC		(322.539)	(403.173)	(483.808)
IMPACTO NO RESULTADO - APRECIAÇÃO DOS ÍNDICES			(434.493)	(543.116)	(651.739)

CONSOLIDADO

		Saldo em 31.12.2014	Efeito no resultado - receita (despesa) Cenário I - Provável 2015 [1]	Cenário II (+25%) [1]	Cenário III (+50%) [1]
CDI	Empréstimos obtidos	9.598.423	(1.199.803)	(1.499.754)	(1.799.704)
	Debêntures emitidas	540.505	(67.563)	(84.454)	(101.345)
	Impacto no resultado - CDI		(1.267.366)	(1.584.208)	(1.901.049)
TJLP	Empréstimos obtidos	5.826.925	(320.481)	(400.601)	(480.721)
	Debêntures emitidas	219.418	(12.068)	(15.085)	(18.102)
	Impacto no resultado - TJLP		(332.549)	(415.686)	(498.823)
IGPM	Arrendamento Mercantil	1.326.661	(75.222)	(94.027)	(112.833)
	Empréstimos concedidos	241.210	13.677	17.096	20.515
	Impacto no resultado - IGPM		(61.545)	(76.931)	(92.318)
SELIC	Empréstimos obtidos	2.829.818	(353.727)	(442.159)	(530.591)
	Impacto no resultado - SELIC		(353.727)	(442.159)	(530.591)
IMPACTO NO RESULTADO - APRECIAÇÃO DOS ÍNDICES			(2.015.187)	(2.518.984)	(3.022.781)
(1) Premissas adotadas:			Provável	25%	50%
	CDI		12,50%	15,63%	18,75%
	IPCA		6,60%	8,25%	9,90%
	TJLP		5,50%	6,88%	8,25%
	IGPM		5,67%	7,09%	8,51%
	SELIC		12,50%	15,63%	18,75%
	LIBOR		0,26%	0,32%	0,38%

b) risco de depreciação das taxas de juros:

CONTROLADORA

		Saldo em 31.12.2014	Efeito no resultado - receita (despesa) Cenário I - Provável 2015 [2]	Cenário II (-25%) [2]	Cenário III (-50%) [2]
CDI	Empréstimos obtidos	4.511.407	(563.926)	(422.944)	(281.963)
	Impacto no resultado - CDI		(563.926)	(422.944)	(281.963)
	Empréstimos concedidos	6.640.573	438.278	328.708	219.139
	Impacto no resultado - IPCA		438.278	328.708	219.139
	Empréstimos concedidos	241.513	13.694	10.270	6.847
	Impacto no resultado - IGPM		13.694	10.270	6.847
SELIC	Empréstimos obtidos	2.580.309	(322.539)	(241.904)	(161.269)
	Impacto no resultado - SELIC		(322.539)	(241.904)	(161.269)
IMPACTO NO RESULTADO - DEPRECIAÇÃO DOS ÍNDICES			(434.493)	(325.870)	(217.246)

CONSOLIDADO

		Saldo em 31.12.2014	Efeito no resultado - receita (despesa) Cenário I - Provável 2015 [2]	Cenário II (-25%) [2]	Cenário III (-50%) [2]
CDI	Empréstimos obtidos	9.598.423	(1.199.803)	(899.852)	(599.901)
	Debêntures emitidas	540.505	(67.563)	(50.672)	(33.782)
	Impacto no resultado - CDI		(1.267.366)	(950.525)	(633.683)
TJLP	Empréstimos obtidos	5.826.925	(320.481)	(240.361)	(160.240)
	Debêntures emitidas	219.418	(12.068)	(15.085)	(18.102)
	Impacto no resultado - TJLP		(332.549)	(255.446)	(178.342)
IGPM	Arrendamento Mercantil	1.326.661	(75.222)	(56.416)	(37.611)
	Empréstimos concedidos	241.210	13.677	10.257	6.838
	Impacto no resultado - IGPM		(61.545)	(46.159)	(30.773)
SELIC	Empréstimos obtidos	2.829.818	(353.727)	(265.295)	(176.864)
	Impacto no resultado - SELIC		(353.727)	(265.295)	(176.864)
IMPACTO NO RESULTADO - DEPRECIAÇÃO DOS ÍNDICES			(2.015.187)	(1.517.424)	(1.019.662)
(2) Premissas adotadas:			Provável	-25%	-50%
	CDI		0,125	9,38%	6,25%
	IPCA		6,60%	4,95%	3,30%
	TJLP		5,50%	4,13%	2,75%
	IGPM		5,67%	4,25%	2,84%
	SELIC		12,50%	9,38%	6,25%
	LIBOR		0,26%	0,19%	0,13%

3.2.2 Contratos de swap de taxa de juros

De acordo com os contratos de *swap* de taxa de juros, a Companhia concorda em trocar a diferença entre os valores de taxas de juros prefixadas e pós fixadas calculados a partir do valor nocional acordado. Tais contratos permitem a Companhia mitigar o risco de alteração nas taxas de juros sobre o valor justo da dívida emitida com taxa de juros fixa e nas exposições do fluxo de caixa da dívida de taxa variável emitida. O valor justo dos *swaps* de taxa de juros no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando as curvas no encerramento do exercício e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato, e está demonstrado a seguir. A taxa de juros média está baseada nos saldos a pagar em aberto no encerramento do exercício.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de taxa de juros em aberto no fim do período de relatório:

Tipo	Transação	Montantes contratados (notional)	Taxas utilizadas	Vencimento	Valores Justos 31/12/2014	Valores Justos 31/12/2013
Libor X Pre-tax	01/2011	20.192	2,4400%	25/11/2015	(229)	(660)
Libor X Pre-tax	02/2011	20.192	2,4900%	25/11/2015	(235)	(677)
Libor X Pre-tax	03/2011	50.000	3,2780%	10/08/2020	(5.422)	(6.137)
Libor X Pre-tax	04/2011	100.000	3,3240%	10/08/2020	(11.109)	(12.586)
Libor X Pre-tax	05/2011	50.000	2,1490%	10/08/2015	(508)	(1.424)
Libor X Pre-tax	06/2011	100.000	2,2725%	10/08/2015	(1.087)	(3.053)
Libor X Pre-tax	07/2011	100.000	2,1790%	10/08/2015	(1.034)	(2.897)
Libor X Pre-tax	08/2011	100.000	2,1500%	10/08/2015	(1.017)	(2.849)
Libor X Pre-tax	09/2012	25.000	1,6795%	27/11/2020	(231)	(47)
Libor X Pre-tax	10/2012	25.000	1,6295%	27/11/2020	(135)	62
Libor X Pre-tax	11/2012	75.000	1,6285%	27/11/2020	(398)	191
Libor X Pre-tax	12/2012	75.000	1,2195%	29/11/2017	(715)	(1.365)
Libor X Pre-tax	13/2012	75.000	1,2090%	29/11/2017	(684)	(1.320)
Libor X Pre-tax	14/2012	50.000	1,2245%	29/11/2017	(486)	(924)
Libor X Pre-tax	15/2012	50.000	1,1670%	29/11/2017	(375)	(1.109)
Libor X Pre-tax	16/2012	50.000	1,1910%	29/11/2017	(421)	(829)
Libor X Pre-tax	17/2012	50.000	1,2105%	29/11/2017	(459)	(884)
Libor X Pre-tax	18/2012	25.000	1,1380%	29/11/2017	(160)	(340)
	TOTAL	1.040.384			(24.706)	(36.848)

As operações classificadas como *hedge* de fluxo de caixa geraram no exercício um resultado abrangente negativo de R$ 11.412.

Com a designação dos swaps para contabilização de *hedge*,no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu R$ 4.681 como receitas financeiras referente aos swaps. No mesmo exercício, a Companhia reconheceu R$ 63 como receitas financeiras referentes à reversão da parcela inefetiva.

3.3 - Risco de preços – commodities

A controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Parte da receita desses contratos de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais do prêmio.

O prêmio pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga, de forma que o fluxo de caixa do instrumento combinado, em algumas circunstâncias, varia como se fosse um derivativo isolado.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

CLIENTE	Data do Contrato Inicial	Data do Contrato Final	Volume em Megawatts Médio (MW)
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007 de 353,08 a 492
BHP	01/07/2004	31/12/2024	

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2,773.21/ton e US$ 1,450.00/ton, respectivamente.

Para atribuir o valor justo da parte híbrida do contrato é necessário identificar os principais componentes que quantificam o montante faturado mensalmente. As principais variáveis do contrato são: a quantidade de energia vendida (MWh), o preço atribuído à LME e o valor do câmbio do período faturado.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da *commodity* da LME, é possível atribuir o *fair value* destes contratos. Em Dezembro de 2014, o valor da LME fechou cotado em US$ 1.929,2/ton, o que representou uma variação positiva de 8,12% em relação ao valor verificado em dezembro de 2013, quando o preço da commodity alcançou US$ 1.784,3/ton.

No mesmo exercício de análise, houve uma desvalorização do Real em relação ao Dólar, com a cotação passando de R$ 2,34 para R$ 2,66, ou seja, 13,39% de variação positiva. A variação positiva no preço do alumínio contribuiu com uma melhora na expectativa do valor justo para os derivativos, juntamente com a desvalorização do Dólar no período.

O ganho apurado na operação com derivativos no exercício de 2014 é de R$ 139.522 (2013 – perda de R$ 178.994) e está apresentada na demonstração do resultado do exercício de 2014 (notas 14 e 35). A posição patrimonial líquida apresentada é passiva em R$ 55.393 (2013 – R$ 114.760).

3.3.1 - Análise de sensibilidade sobre os derivativos embutidos indexados ao preço do alumínio

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do alumínio no mercado internacional (nota 43.3.3).

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US$ 1.450), logo o valor tende a zero, impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%), a grande variação apresentada refere-se à aplicação dos referidos percentuais nos valores de câmbio, preço de alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Saldo em 31/12/2014	Cenário I (-25%) Índices e preços	Cenário II (-50%) Índices e preços	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
259.911	7.084	-	643.998	842.464

3.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. No segmento de distribuição, a Companhia, através de suas controladas, faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes.

O risco de crédito relacionado aos recebíveis de clientes (vide nota 7) está concentrado nas atividades de distribuição, no montante de R$ 2.561.241 ou 42% (R$ 1.533.606 ou 30% em 31 de dezembro de 2013) do saldo em aberto ao final do exercício, e tendo como principal característica o alto grau de pulverização por contemplar um volume de vendas significativo a consumidores da classe residencial.

Em relação aos recebíveis de empréstimos concedidos (vide nota 9), exceto pela operação financeira com a controlada em conjunto Itaipu, cujo risco de crédito é baixo em função da inclusão dos custos dos empréstimos na tarifa de comercialização de energia da controlada em conjunto, conforme definido nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, a concentração de risco de crédito com qualquer outra contraparte individualmente não foi superior a 4% do saldo em aberto em nenhum período durante o exercício.

As disponibilidades excedentes de caixa são aplicadas em fundos extramercados exclusivos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte que, diante dos problemas apresentados pelas instituições financeiras em 2008 e 2009, se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar esse risco, a Companhia instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, rating e expertise no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Companhia. Atualmente, a Companhia seleciona semestralmente as 20 melhores instituições financeiras baseadas nos critérios mencionados como instituições credenciadas a efetuarem operações de derivativos com a Companhia. Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às instituições credenciadas que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

A Companhia monitora o risco de crédito de suas operações de swap, segundo o CPC 46 (IFRS 13), mas não contabiliza este risco de descumprimento (*non-performance*) no saldo de valor justo de cada derivativo porque, com base na exposição líquida ao risco de crédito, a Companhia pode contabilizar o seu portfólio de swaps dado uma transação não forçada entre as partes na data de avaliação. A Companhia considera o risco de descumprimento apenas para a análise do teste retrospectivo para cada relação designada para Contabilidade de *Hedge*.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a Bancos pela Controladora. A exposição máxima da Companhia corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada. Em 31 de dezembro de 2014, o valor de R$ 387.960 (R$ 272.795 em dezembro de 2013) foi reconhecido no balanço patrimonial como passivo financeiro (Nota 22 item III).

3.5 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia e suas controladas são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas no item 3.2 desta nota explicativa. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Sistema Eletrobras por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Sistema Eletrobras deve quitar as respectivas obrigações.

	CONTROLADORA 31/12/2014 Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	3.963.261	2.680.935	5.110.527	15.469.050	27.223.773
Fornecedores	548.589	-	-	-	548.589
Empréstimos e financiamentos	2.759.514	2.680.935	5.110.527	15.469.050	26.020.026
Obrigações de Ressarcimento	655.158	-	-	-	655.158
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	24.706	-	-	-	24.706
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.706	-	-	-	24.706

	CONTROLADORA 31/12/2013 Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	2.124.926	925.012	2.661.171	17.037.723	22.748.832
Fornecedores	342.778	-	-	-	342.778
Empréstimos e financiamentos	1.199.102	925.012	2.661.171	17.037.723	21.823.008
Obrigações de Ressarcimento	583.046	-	-	-	583.046
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	11.560	6.771	18.517	36.848
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	11.560	6.771	18.517	36.848

	CONSOLIDADO 31/12/2014 Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	13.527.277	10.087.125	13.436.728	25.407.161	62.458.291
Fornecedores	7.489.134	3.380.083	3.330.015	3.337.269	17.536.501
Empréstimos e financiamentos	4.931.531	4.069.641	9.561.687	20.976.266	39.539.125
Debêntures	325.732	80.181	199.514	154.496	759.923
Obrigações de Ressarcimento	702.728	2.472.684	-	57.209	3.232.621
Arrendamento Mercantil	74.507	82.650	306.210	863.294	1.326.661
Concessões a Pagar UBP	3.645	1.886	39.302	18.627	63.460
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	26.573	70.336	-	-	96.909
Instrumentos Financeiros Derivativos	26.573	70.336	-	-	96.909

	CONSOLIDADO 31/12/2013 (Reapresentado) Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	18.171.279	4.579.756	2.377.964	28.251.247	53.380.246
Fornecedores	7.740.578	791.293	-	-	8.531.871
Empréstimos e financiamentos	1.969.765	1.368.261	2.051.702	27.086.559	32.476.287
Debêntures	12.804	24.769	41.217	139.892	218.682
Obrigações de Ressarcimento	8.377.400	2.317.708	-	-	10.695.108
Arrendamento Mercantil	67.165	74.506	276.041	976.115	1.393.827
Concessões a Pagar UBP	3.567	3.219	9.004	48.681	64.471
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	262.271	170.090	6.771	18.517	457.649
Instrumentos Financeiros Derivativos	262.271	170.090	6.771	18.517	457.649

	CONSOLIDADO 01/01/2013 (Reapresentado) Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	13.812.774	3.788.012	6.235.881	18.603.058	42.439.725
Fornecedores	6.423.074	-	-	-	6.423.074
Empréstimos e financiamentos	1.337.279	1.912.889	5.923.679	17.456.303	26.630.150
Debêntures	1.305	5.229	15.456	47.330	69.320
Obrigações de Ressarcimento	5.988.698	1.801.059	-	-	7.789.757
Arrendamento Mercantil	60.548	67.165	248.841	1.077.820	1.454.374
Concessões a Pagar UBP	1.870	1.670	47.905	21.605	73.050
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	185.031	267.984	6.230	17.038	476.283
Instrumentos Financeiros Derivativos	185.031	267.984	6.230	17.038	476.283

4 – Derivativos embutidos relacionados a debêntures conversíveis em ações

A Estação Transmissora de Energia S.A., antiga investida da controlada Eletronorte, que foi incorporada em 31 de março de 2014 (nota 3.2 (d)), firmou contrato de emissão de debêntures, em junho de 2011, e liberação de recursos a partir de 2013, junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), a qual administra os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com a finalidade de captação de recursos para implementação de projeto.

Nesse contrato, por possuir cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia, a critério da Sudam, limitados a 50% das debêntures emitidas, é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a Sudam em caso desta conversão.

Para apuração do valor, foi realizado o cálculo do *valuation* da antiga investida, na apuração do valor da sua ação, e o cálculo do valor presente do contrato, assim utilizando métricas para determinação do valor do derivativo.

A posição patrimonial em 31 de dezembro de 2014 apurada nesta operação com derivativos é passiva no montante de R$ 72.203. O ganho apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 7.943 e está apresentado na demonstração do resultado do exercício.

4.1 – Análise de sensibilidade

Foram realizadas análises de sensibilidade do contrato de debêntures, por possuírem cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da controlada Eletronorte.

Na análise a seguir foram considerados cenários para a TJLP com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 2014 e 2015 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório FOCUS, divulgado pelo Banco Central.

Foram realizadas análises de sensibilidade para a curva de pagamento do serviço da dívida contratada com o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), por possuírem cláusula contratual referente à opção de conversibilidade em 50% em ações da companhia na data da efetiva liquidação do papel.

De acordo com o CPC 38, os contratos híbridos que tenham a eles associados elementos voláteis, sejam eles índices de preços e/ou *commodities*, devem ser marcados a mercado. Com isso, as demonstrações financeiras passam a refletir o valor justo da operação em cada data avaliada.

Desta forma, foi sensibilizada para o contrato uma variação sobre a expectativa de realização da TJLP.

Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

	Saldo em 31 de dezembro	Cenário I (-25%) Índices e preços	Cenário II (-50%) Índices e preços	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
2014	72.203	67.176	61.846	76.875	81.165

continua

continuação

NOTA 44 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, sobre os quais as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os segmentos operacionais da Companhia são Administração, Geração, Transmissão e Distribuição, não havendo agregação de segmentos.

O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

As informações por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, são as seguintes:

	31/12/2014							
		Geração		Transmissão				
	Administração	Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M	Distribuição	Eliminações	Total
Receita Operacional Líquida	81.591	18.373.404	1.555.217	1.998.366	2.979.323	6.664.230	(1.407.277)	30.244.854
Custos e Despesas Operacionais	(6.074.659)	(14.137.600)	(1.755.679)	(1.911.569)	(2.791.777)	(6.456.606)	2.143.267	(30.984.623)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(5.993.068)	4.235.804	(200.462)	86.797	187.546	207.624	735.990	(739.769)
Resultado Financeiro	2.463.318	(1.279.835)	420.005	(270.551)	(30.111)	(595.919)	(12.282)	694.625
Resultado de Participações Societárias	(1.484.476)	-	-	-	-	-	267.636	(1.216.840)
Imposto de renda e contribuição social	(242.095)	(2.690.448)	(1.308.867)	3.422.263	(903.792)	22.421	-	(1.700.518)
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	(5.256.321)	265.521	(1.089.324)	3.238.509	(746.357)	(365.874)	991.344	(2.962.502)

	31/12/2013 Reapresentado							
		Geração		Transmissão				
	Administração	Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M	Distribuição	Eliminações	Total
Receita Operacional Líquida	71.772	14.633.670	2.054.657	1.349.213	2.854.102	4.498.837	(1.626.607)	23.835.644
Custos e Despesas Operacionais	(7.161.257)	(11.407.123)	(2.041.034)	(2.485.406)	(3.914.835)	(6.621.425)	4.416.001	(29.215.079)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(7.089.485)	3.226.547	13.623	(1.136.193)	(1.060.733)	(2.122.588)	2.789.394	(5.379.435)
Resultado Financeiro	2.125.578	(1.466.380)	217.828	(292.168)	(88.706)	(171.801)	52.334	376.685
Resultado de Participações Societárias	(519.762)	-	-	-	-	-	697.530	177.768
Imposto de renda e contribuição social	(1.326.082)	(242.139)	(204.989)	194.458	212.490	(416)	-	(1.366.678)
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	(6.809.751)	1.518.028	26.462	(1.233.903)	(936.949)	(2.294.805)	3.539.258	(6.191.660)

Adicionalmente, a partir de 31 de março de 2014, foram alterados os segmentos reportáveis para melhor retratar as operações de cada segmento e para melhor refletir a forma como gerimos nosso negócio. Sob a nova estrutura de segmento de negócio, continuaremos a apresentar separadamente nossas principais operações: geração, transmissão e distribuição; no entanto, não vamos mais eliminar saldos entre os segmentos. Esta é uma mudança em relação à apresentação nos anos anteriores, nos quais divulgamos os saldos por segmento líquidos das eliminações dos segmentos.

NOTA 45 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Companhia é a União que detém 51% das ações ordinárias da Companhia (Vide Nota 35).

As transações da Companhia com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições compatíveis com as que seriam praticadas no mercado. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas em condições normais de mercado.

		CONTROLADORA					
		31/12/2014			31/12/2013		
Empresas	Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Furnas	Financiamentos e empréstimos	4.009.120	-	-	3.451.299	-	-
	AFAC	38.530	-	-	34.740	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(403.869)	-	-	(731.162)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	268.941	-	-	227.835
		4.047.650	-	(134.928)	3.486.039	-	(503.327)
Chesf	Financiamentos e empréstimos	43.684	-	-	56.594	-	-
	Outros passivos	-	1.355	-	-	1.355	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	3.542	-	-	6.223
	Resultado de participações societárias	-	-	(1.113.194)	-	-	(464.109)
		43.684	1.355	(1.109.652)	56.594	1.355	(457.886)
Eletronorte	Financiamentos e empréstimos	3.168.677	-	-	3.616.309	-	-
	AFAC	12.984	-	-	16.065	-	-
	Dividendo a receber	454.402	-	-	101.156	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	2.022.891	-	-	1.214.814
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	233.157	-	-	274.130
		3.636.063	-	2.256.048	3.733.530	-	1.488.944
Eletrosul	Financiamentos e empréstimos	1.925.505	-	-	1.354.712	-	-
	Dividendo a receber	8.531	-	-	62.811	-	-
	AFAC	63.976	-	-	59.284	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	35.919	-	-	264.434
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	132.765	-	-	83.822
		1.998.012	-	168.684	1.476.807	-	348.256
CGTEE	Financiamentos e empréstimos	2.065.667	-	-	1.585.824	-	-
	AFAC	18.391	-	-	4.147	-	-
	Dividendo a receber	64.479	-	-	58.140	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	552.998	-	-	97.718	-
	Reversões (Provisões) operacionais	-	-	480.065	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	(284.885)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	164.055	-	-	51.232
		2.148.537	552.998	644.120	1.648.111	97.718	(233.653)
Eletronuclear	Financiamentos e empréstimos	1.483.513	-	-	1.085.814	-	-
	Outros passivos	-	342.971	-	-	283.348	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(999.701)	-	-	(687.915)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	88.695	-	-	69.251
		1.483.513	342.971	(911.007)	1.085.814	283.348	(618.664)

		CONTROLADORA					
		31/12/2014			31/12/2013		
Empresas	Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
ED Alagoas	Financiamentos e empréstimos	947.474	-	-	621.345	-	-
	AFAC	8.307	-	-	7.698	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	11.075	-	-	-	-
	Reversões (Provisões) operacionais	-	-	95.354	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	(67.688)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	94.884	-	-	39.997
		955.781	11.075	190.238	629.043	-	(27.691)
ED Piauí	Financiamentos e empréstimos	1.021.389	-	-	786.048	-	-
	AFAC	16.416	-	-	15.631	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	141.056	-	-	219.475	-
	Reversões (Provisões) operacionais	-	-	(37.935)	-	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	109.032	-	-	62.854
		1.037.805	141.056	71.097	801.679	219.475	62.854
Amazonas Energia	Financiamentos e empréstimos	2.164.460	-	-	1.213.074	-	-
	AFAC	-	-	-	3.058	-	-
	Outros ativos	419.855	-	-	-	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	2.019.381	-	-	1.994.855	-
	Reversões (Provisões) operacionais	-	-	415.424	-	-	1.157.180
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	202.541	-	-	90.389
		2.584.315	2.019.381	617.965	1.216.132	1.994.855	1.247.569
ED Rondônia	Financiamentos e empréstimos	696.490	-	-	494.530	-	-
	AFAC	245	-	-	233	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	-	-	-	188.654	-
	Reversões (Provisões) operacionais	-	-	(188.654)	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	(21.528)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	71.038	-	-	33.669
		696.735	-	(117.616)	494.763	188.654	12.141
Eletropar	Resultado de participações societárias	-	-	(2.464)	-	-	1.618
		-	-	(2.464)	-	-	1.618
Eletroacre	Financiamentos e empréstimos	235.149	-	-	158.074	-	-
	AFAC	12.787	-	-	237.337	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	-	-	-	197.524	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	24.937	-	-	13.010
		247.936	-	24.937	395.411	197.524	13.010
ED Roraima	Financiamentos e empréstimos	44.536	-	-	25.814	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	69.726	-	-	-	-
	Reversões (Provisões) operacionais	-	-	67.597	-	-	(29.144)
	Resultado de participações societárias	-	-	(8.294)	-	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	4.827	-	-	2.494
		44.536	69.726	64.130	25.814	-	(26.650)

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

		CONTROLADORA					
		31/12/2014			31/12/2013		
Empresas	Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Celg-D	Participação societária	108.872	-	-	-	-	-
	Financiamentos e empréstimos	85.740	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		194.612	-	-	-	-	-
Itaipu	Financiamentos e empréstimos	11.656.696	-	-	11.887.606	-	-
	Dividendo a receber	-	-	-	2.343	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	
	Receitas Financeiras	-	-	767.647	-	-	802.535
		11.656.696	-	767.647	11.889.949	-	802.535
Tesouro Nacional	Obrigações	-	1.672.761	-	39.494	-	-
		-	1.672.761	-	39.494	-	-
	Contribuições a pagar - patrocinador	-	10.652	-	-	12.876	-
	Provisões	-	448.407	-	-	67.553	-
	Contribuições patrocinador	-	-	(34.423)	-	-	(38.188)
	Taxas	-	-	(2.462)	-	-	(2.487)
		-	459.059	(36.885)	-	80.429	(40.674)
CEEE-GT	Participação societária	449.336	-	-	564.613	-	-
	Financiamentos e empréstimos	13.254	-	-	21.662	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(91.308)	-	-	8.294
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	1.189	-	-	1.822
		462.590	-	(90.119)	586.275	-	10.116
Cemat	Participação societária	376.031	-	-	334.294	-	-
	Financiamentos e empréstimos	353.596	-	-	383.068	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	25.491	-	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	34.608	-	-	31.181
		729.627	-	60.099	717.362	-	31.181
EMAE	Participação societária	265.552	-	-	298.245	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	146.112	-	-	(75.034)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		265.552	-	146.112	298.245	-	(75.034)
CTEEP	Participação societária	927.814	-	-	1.730.420	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	-	-	286	-	-
	Dividendo a receber	11.008	-	-	70.460	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	52.625	-	-	(168.982)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	21	-	-	25
		938.822	-	52.646	1.801.166	-	(168.957)
Cemar	Participação societária	554.817	-	-	463.394	-	-
	Financiamentos e empréstimos	308.989	-	-	386.275	-	-
	Dividendo a receber	20.754	-	-	12.542	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	112.288	-	-	(137.244)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	18.635	-	-	23.088
		884.561	-	130.923	862.210	-	(114.156)
Lajeado Energia	Participação societária	206.282	-	-	232.907	-	-
	Dividendo a receber	94.810	-	-	54.505	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	13.630	-	-	244.165
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		301.092	-	13.630	287.412	-	244.165
CEB Lajeado	Participação societária	71.723	-	-	83.644	-	-
	Dividendo a receber	14.606	-	-	8.746	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	7.419	-	-	64.537
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		86.329	-	7.419	92.390	-	64.537
Paulista Lajeado	Participação societária	18.119	-	-	27.669	-	-
	Dividendo a receber	2.765	-	-	1.189	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(3.096)	-	-	(57.510)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		20.884	-	(3.096)	28.858	-	(57.510)
CEEE-D	Participação societária	7.476	-	-	166.646	-	-
	Financiamentos e empréstimos	31.258	-	-	34.584	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(145.118)	-	-	15.180
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	2.895	-	-	2.990
		38.734	-	(142.223)	201.230	-	18.169
Inambari	Participação societária	164	-	-	9.148	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(8.984)	-	-	6.381
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		164	-	(8.984)	9.148	-	6.381

		CONTROLADORA					
		31/12/2014			31/12/2013		
Empresas	Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
CHC Amé	Participação societária	79.081	-	-	29.119	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(5.517)	-	-	(95.298)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		79.081	-	(5.517)	29.119	-	(95.298)
Eólica Mangue Seco	Participação societária	16.726	-	-	17.058	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(332)	-	-	(996)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		16.726	-	(332)	17.058	-	(996)
Norte Energia (Belo Monte)	Participação societária	802.964	-	-	631.123	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(32.909)	-	-	(4.004)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		802.964	-	(32.909)	631.123	-	(4.004)
Rouar	Participação societária	70.044	-	-	18.427	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	7.240	-	-	52
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		70.044	-	7.240	18.427	-	52

		CONSOLIDADO					
		31/12/2014			31/12/2013		
Empresas	Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Poder Público Federal	Contas a receber	16.333	-	-	16.716	-	-
	Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-
	Fornecimento de energia elétrica	-	-	43.716	-	-	-
	Outras despesas	-	-	-	-	-	13.231
	Outras receitas	-	-	33.864	-	-	62.848
		16.333	-	77.580	16.716	-	76.079
Real Grandeza	Outros ativos	3.127	-	-	-	-	-
	Contribuições previdenciárias	-	4.312	-	-	-	-
	Contas a pagar	-	403.810	-	-	(202.598)	-
	Obrigações diversas	-	5.466	-	-	-	-
	Contratos de dívida atuariais	-	15.542	-	-	-	-
	Outros passivos	-	38.120	-	-	5.943	-
	Receitas financeiras	-	-	-	-	-	757
	Despesas financeiras	-	-	(20.795)	-	-	-
	Despesas atuariais	-	-	8.312	-	-	-
	Outras despesas	-	-	(11.594)	-	-	(40.593)
	Outras receitas	-	-	134.529	-	-	15.915
	Provisão atuarial	-	-	38.120	-	-	-
		3.127	467.250	148.572	-	(196.655)	(23.921)
Nucleos	Contribuições previdenciárias	-	3.230	-	-	-	-
	Provisão atuarial	-	-	-	-	-	-
	Despesas atuariais	-	-	(4.555)	-	-	-
	Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-
		-	3.230	(4.555)	-	-	-
RS Energia	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	4.882
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	4.882
Uirapuru	Contas a receber	5.383	-	-	-	-	-
	JCP / Dividendos a receber	2.295	-	-	1.736	-	-
	Outros ativos	-	-	-	5.304	-	-
	Participação societária permanente	57.679	-	-	40.600	-	-
	Fornecedores	-	2	-	-	2	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	9.631	-	-	7.433
	Receitas de prestação de serviços	-	-	2.569	-	-	2.430
	Outras receitas	-	-	21	-	-	20
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(27)	-	-	(21)
		65.357	2	12.194	47.640	2	9.862
Artemis	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	3.592
		-	-	-	-	-	3.592
Porto Velho	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	1.746
		-	-	-	-	-	1.746
Norte Brasil	Participação societária permanente	421.052	-	-	231.446	-	-
	Fornecedores	-	23	-	68	-	-
	Outros passivos	-	1.555	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	237.116
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	204
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(3.517)	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(2.459)	-	-	-
		421.052	1.578	(5.976)	231.514	-	237.320
Etau	Contas a receber	9	-	-	-	-	-
	JCP / Dividendos a receber	39	-	-	58	-	-
	Participação societária permanente	23.235	-	-	24.199	-	-
	Outros ativos	-	-	-	62	-	-
	Fornecedores	-	2	-	-	3	-

continua

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2014			31/12/2013		
Empresas	Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
	Receitas de prestação de serviços	-	-	453	-	-	752
	Outras receitas	-	-	162	-	-	8
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	6.713	-	-	3.844
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(34)	-	-	(25)
		23.283	2	7.294	24.319	3	4.579
ESBR	Clientes	2.295	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	2.907.364	-	-	2.752.140	-	-
	Fornecedores	-	9.872	-	-	-	-
	Outros passivos	-	600	-	-	-	-
	Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	133	-
	Energia comprada	-	-	(31.200)	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(461.576)	-	-	(77.777)
		2.909.659	10.472	(492.776)	2.752.140	133	(77.777)
Teles Pires	Participação societária permanente	496.425	-	-	262.964	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
	Outras receitas	-	-	-	-	-	111
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	9.605
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(29.157)	-	-	(6.800)
		496.425	-	(29.157)	262.964	-	2.916
Integração	Dividendos / JCP a receber	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	22.517	-	-	22.455	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	63	-	-	11.342
		22.517	-	63	22.455	-	11.342
Costa Oeste	Dividendos / JCP a receber	300	-	-	458	-	-
	AFAC	1.146	-	-	15.104	-	-
	Participação societária permanente	21.510	-	-	4.278	-	-
	Fornecedores	-	1	-	-	-	-
	Receita (Despesas) de equivalência patrimonial	-	-	(481)	-	-	3.599
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(3)	-	-	-
		22.956	1	(484)	19.840	-	3.599
TSBE	Contas a receber	12	-	-	-	-	-
	Dividendos / JCP a receber	2.660	-	-	1.440	-	-
	AFAC	16.000	-	-	86.400	-	-
	Participação societária permanente	275.960	-	-	167.403	-	-
	Outros ativos	-	-	-	208	-	-
	Fornecedores	-	2	-	-	-	-
	Contas a pagar	-	10.733	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	11.377	-	-	4.789
	Receitas de prestação de serviços	-	-	374	-	-	-
	Outras receitas	-	-	70	-	-	2.595
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(20)	-	-	-
		294.632	10.735	11.801	255.451	-	7.384
Livramento	Outras contas a receber	10	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	-	-	-	97.348	-	-
	AFAC	73.500	-	-	-	-	-
	Ações preferenciais resgatáveis	61.910	-	-	-	-	-
	Outros ativos	-	-	-	112	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-
	Outras receitas	-	-	126	-	-	125
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(150.370)	-	-	(10.963)
		135.420	-	(150.244)	97.460	-	(10.838)
Santa Vitória	Dividendos / JCP a receber	1.163	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	157.627	-	-	185.970	-	-
	AFAC	18.000	-	-	-	-	-
	Ações preferenciais resgatáveis	29.400	-	-	-	-	-
	Receita (Despesas) de equivalência patrimonial	-	-	2.220	-	-	138
		206.190	-	2.220	185.970	-	138
Marumbi	AFAC	6.702	-	-	4.505	-	-
	Dividendos / JCP a receber	553	-	-	101	-	-
	Participação societária permanente	9.043	-	-	1.151	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.930	-	-	682
		16.298	-	1.930	5.757	-	682
Chui	Participação societária permanente	37.495	-	-	75.210	-	-
	AFAC	330.500	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(37.715)	-	-	(193)
		367.995	-	(37.715)	75.210	-	(193)
Fachesf	Fornecedores	-	10.719	-	-	302	-
	Contribuições previdenciárias	-	-	-	-	14.238	-
	Contratos de dívida atuariais	-	-	-	-	-	-
	Contribuições previdenciárias (normal)	-	10.220	-	-	-	-
	Despesas atuariais	-	-	(105.121)	-	-	(110.199)
	Despesas financeiras	-	-	(55.871)	-	-	(60)
	Despesas operacionais	-	-	(17.401)	-	-	-
	Outras despesas	-	-	-	-	-	(17.732)
		-	20.939	(178.393)	-	14.540	(127.991)

		CONSOLIDADO					
		31/12/2014			31/12/2013		
Empresas	Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
TDG	Participação societária permanente	28.013	-	-	49.829	-	-
	Dividendos / JCP a receber	-	-	-	2.152	-	-
	AFAC	101.000	-	-	86.000	-	-
	Contas a receber	429	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	181	-	-	125	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	6.798
	Receitas de prestação de serviços	-	-	4.187	-	-	57
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.787)	-	-	-
		129.442	181	2.400	137.981	125	6.855
Manaus Transmissão	Participação societária permanente	215.793	-	-	207.038	-	-
	AFAC	39.181	-	-	13.650	-	-
	Outros ativos	1.338	-	-	1.338	-	-
	Outros passivos	-	1.307	-	-	491	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	22.226	-	-	329.402
	Outras receitas	-	-	2.938	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(7.902)	-	-	(7.003)
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(65.311)	-	-	-
		256.312	1.307	(48.049)	222.026	491	322.399
IE Madeira	Participação societária permanente	822.342	-	-	674.902	-	-
	Dividendos / JCP a receber	7.257	-	-	311.414	-	-
	AFAC	-	-	-	11.025	-	-
	Fornecedores	-	5.752	-	-	1.624	-
	Contas a pagar	-	579	-	-	(805)	
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	10.251
	Outros Créditos	-	-	-	-	-	7.350
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	62.927	-	-	39.720
	Outras despesas	-	-	-	-	-	(4.556)
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(49.776)	-	-	-
		829.599	6.331	13.151	997.341	819	52.765
Manaus Construção	Dividendos / JCP a receber	12.351	-	-	9.377	-	-
	Participação societária permanente	4.724	-	-	3.533	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	10.570	-	-	20.340
		17.075	-	10.570	12.910	-	20.340
STN	Outras contas a receber	263	-	-	191	-	-
	Dividendos / JCP a receber	-	-	-	1.292	-	-
	Participação societária permanente	163.434	-	-	195.154	-	-
	Fornecedores	-	1.250	-	-	1.439	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	46.014	-	-	38.082
	Receitas de prestação de serviços	-	-	2.841	-	-	2.297
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(12.427)	-	-	(14.740)
		163.697	1.250	36.428	196.637	1.439	25.639
Intesa	JCP / Dividendos a receber	-	-	-	1.334	-	-
	Participação societária permanente	41.064	-	-	38.152	-	-
	Fornecedores	-	971	-	-	1.108	-
	Receitas de JCP / Dividendos	-	-	-	-	-	720
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	5.573	-	-	3.660
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(9.496)	-	-	(11.347)
		41.064	971	(3.923)	39.486	1.108	(6.967)
Eapsa	Clientes	159	-	-	131	-	-
	Dividendos / JCP a receber	1.124	-	-	3.379	-	-
	Participação societária permanente	89.580	-	-	92.842	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.030	-	-	13.521
		90.863	-	2.030	96.352	-	13.521
Sete Gameleiras	Contas a receber	7	-	-	5	-	-
	Participação societária permanente	20.799	-	-	20.243	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	25
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	556	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(743)
		20.806	-	556	20.248	-	(718)
S. Pedro do Lago	Participação societária permanente	16.268	-	-	15.118	-	-
	Dividendos / JCP a receber	-	-	-	-	-	-
	Contas a receber	7	-	-	5	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	25
	Receitas (despesas) de equivalência patrimonial	-	-	1.407	-	-	(58)
		16.275	-	1.407	15.123	-	(33)

continua

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2014			31/12/2013		
Empresas	Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Pedra Branca	Participação societária permanente	14.256	-	-	14.096	-	-
	Contas a receber	7	-	-	5	-	-
	Outras contas a receber	-	-	-	25	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	192	-	-	329
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(735)
		14.263	-	192	14.126	-	(406)
Brasventos Miassaba	Contas a receber	70	-	-	68	-	-
	AFAC	-	-	-	22.885	-	-
	Participação societária permanente	33.469	-	-	8.247	-	-
	Outros ativos	(1)	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	113
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.703	-	-	31.131
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	649	-	-	-
	Remuneração do ativo financeiro	-	-	-	-	-	270
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(1.288)
		33.538	-	5.352	31.200	-	30.226
Brasvento Eolo	AFAC	316	-	-	16.691	-	-
	Participação societária permanente	20.750	-	-	5.870	-	-
	Contas a receber	60	-	-	58	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	210
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	22.306
	Remuneração do ativo financeiro	-	-		-	-	135
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	554	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.495)	-	-	(1.068)
		21.126	-	(941)	22.619	-	21.583
Previnorte	Outros ativos	63	-	-			
	Outros passivos	-	7.958	-	-	-	-
		63	7.958	-	-	-	-
Enerpeixe	Contas a receber	232	-	-	240	-	-
	JCP / Dividendos a receber	26.059	-	-	25.960	-	-
	Participação societária permanente	555.860	-	-	525.378	-	-
	Outros ativos	-	-	-	2	-	-
	Remuneração do ativo financeiro	-	-	-	-	-	2.414
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	56.539	-	-	96.604
	Receitas de prestação de serviços	-	-	255	-	-	86
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	2.220	-	-	-
		582.151	-	59.014	551.580	-	99.104
Transleste	JCP / Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	15.616	-	-	27.187	-	-
	Fornecedores	-	166	-	-	(160)	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	5.040	-	-	6.840
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.539)	-	-	(1.631)
		15.616	166	3.501	27.187	(160)	5.209
Transudeste	JCP / Dividendos a receber	1.033	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	14.978	-	-	14.007	-	-
	Outros ativos	25	-	-	25	-	-
	Fornecedores	-	156	-	-	(99)	-
	Outras receitas	-	-	159	-	-	147
	Receitas de prestação de serviços	-	-	148	-	-	139
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.294	-	-	3.909
	Receitas financeiras	-	-	1.034	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(968)	-	-	(996)
		16.036	156	3.667	14.032	(99)	3.199
Transirape	Participação societária permanente	16.134	-	-	14.050	-	-
	Fornecedores	-	107	-	-	(68)	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.864	-	-	3.745
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(666)	-	-	(698)
		16.134	107	2.198	14.050	(68)	3.047
Centroeste	Participação societária permanente	20.825	-	-	17.630	-	-
	JCP / Dividendos a receber	894	-	-	-	-	-
	Outros ativos	10	-	-	59	-	-
	Fornecedores	-	71	-	-	(68)	-
	Outras receitas	-	-	431	-	-	79
	Receitas de prestação de serviços	-	-	900	-	-	729
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.089	-	-	3.746
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(666)	-	-	(689)
		21.729	71	4.754	17.689	(68)	3.865
Baguari	Clientes	15	-	-	15	-	-
	AFAC	315	-	-	82.632	-	-
	Participação societária permanente	85.815	-	-	9.805	-	-

		CONSOLIDADO					
		31/12/2014			31/12/2013		
Empresas	Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
	JCP / Dividendos a receber	7.294	-	-	1.837	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	5.035
	Remuneração do ativo financeiro	-	-	-	-	-	190
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(850)	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	181	-	-	-
		93.439	-	(669)	94.289	-	5.225
Retiro Baixo	AFAC	2.695	-	-	58	-	-
	Participação societária permanente	111.906	-	-	113.123	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.275)	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	3.103
	Despesas financeiras	-	-	-	-	-	(41)
	Receitas financeiras	-	-	111	-	-	3.138
		114.601	-	(1.164)	113.181	-	6.200
Serra Facão Energia	Dividendos / JCP a receber	2.289	-	-	2.289	-	-
	Participação societária permanente	1.640	-	-	60.742	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	(59.102)	-	-	-	-	(26.544)
	Receitas de prestação de serviços	-	-	80	-	-	298
		(55.173)	-	80	63.031	-	(26.246)
Chapecoense	JCP / Dividendos a receber	9.512	-	-	17.054	-	-
	Clientes	740	-	-	448	-	-
	Participação societária permanente	364.522	-	-	345.387	-	-
	Remuneração de ativo financeiro	-	-	-	-	-	4.273
	Outros ativos	-	-	-	751	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	28.646	-	-	90.568
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	309
		374.774	-	28.646	363.640	-	95.150
Madeira Energia	Clientes	-	-	-	2.011	-	-
	AFAC	-	-	-	89.700	-	-
	Participação societária permanente	2.724.068	-	-	2.416.382	-	-
	Outros ativos	-	-	-	163	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(861.144)	-	-	(18.678)
	Remuneração de ativo financeiro	-	-	-	-	-	19.793
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	22.771
	Outras receitas	-	-	-	-	-	1.607
		2.724.068	-	(861.144)	2.508.256	-	25.493
Inambari	Outras despesas	-	-	-	-	-	(6.126)
	Participação societária permanente	164	-	-	9.148	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(6.024)	-	-	5.293
	Outras receitas	-	-	6.017	-	-	-
		164	-	(7)	9.148	-	(833)
TRANSENERGIA RENOVÁVEL	JCP / Dividendos a receber	15.648	-	-	9.904	-	-
	Participação societária permanente	96.813	-	-	78.241	-	-
	Fornecedores	-	80	-	-	(79)	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	24.316	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(21.680)
	Outros ativos	-	-	-	17	-	-
	Outras receitas	-	-	8	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(754)	-	-	(654)
		112.461	80	23.570	88.162	(79)	(22.334)
MGE Transmissão	JCP / Dividendos a receber	6.812	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	118.953	-	-	60.802	-	-
	AFAC	-	-	-	45.570	-	-
	Outros ativos	149	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	100	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	2.974	-	-	1.855
	Outras receitas	-	-	67	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(9.222)	-	-	(2.831)
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(477)	-	-	-
		125.914	100	(6.658)	106.372	-	(976)
Goiás Transmissão	Participação societária permanente	138.436	-	-	80.080	-	-
	AFAC	-	-	-	51.499	-	-
	JCP / Dividendos a receber	20.051	-	-	20.051	-	-
	Outros ativos	203	-	-	359	-	-
	Fornecedores	-	225	-	-	(207)	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(493)	-	-	(1.815)
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.911)	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	2.293	-	-	2.290
		158.690	225	(111)	151.989	(207)	475

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2014			31/12/2013		
Empresas	Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Rei dos Ventos	Contas a receber	61	-	-	60	-	-
	Outros ativos	-	-	-	12.894	-	-
	Participação societária permanente	21.356	-	-	7.553	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	570	-	-	79
	Remuneração do ativo financeiro	-	-	-	-	-	187
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.801	-	-	20.447
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(1.359)
		21.417	-	2.371	20.507	-	19.354
Trans São Paulo	AFAC	1.960	-	-	13.132	-	-
	Participação societária permanente	83.116	-	-	36.500	-	-
	JCP / Dividendos a receber	15.934	-	-	5.441	-	-
	Outros ativos	75	-	-	71	-	-
	Fornecedores	-	28	-	-	(20)	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	890	-	-	1.013
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	43.977	-	-	15.107
	Outras receitas	-	-	509	-	-	229
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(276)	-	-	(293)
		101.085	28	45.100	55.144	(20)	16.056
Trans Goiás	AFAC	-	-	-	93	-	-
	Participação societária permanente	-	-	-	2.369	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.212)	-	-	(487)
		-	-	(1.212)	2.462	-	(487)
Caldas Novas	JCP / Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-
	Outros ativos	72	-	-	176	-	-
	Participação societária permanente	12.846	-	-	10.634	-	-
	Fornecedores	-	9	-	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(61)	-	-	(11)
	Outras receitas	-	-	149	404	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	720	-	-	170
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.084	-	-	1.578
		12.918	9	3.892	11.214	-	1.737
IE Garanhus	Participação societária permanente	181.526	-	-	98.659	-	-
	AFAC	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	16.717	-	-	2.853
		181.526	-	16.717	98.659	-	2.853
Luziânia Niquelândia Transmissora	AFAC	-	-	-	2.728	-	-
	Participação societária permanente	16.863	-	-	2.907	-	-
	Outros ativos	-	-	-	94	-	-
	Fornecedores	-	845	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.594	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	115	-	-	537
	Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	5
	Outras receitas	-	-	188	-	-	810
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(131)
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(41)	-	-	-
		16.863	845	4.856	5.729	-	1.221
TSLE	Outras contas a receber	5	-	-	-	-	-
	AFAC	54.499	-	-	102.620	-	-
	Participação societária permanente	139.719	-	-	16.901	-	-
	Outros ativos	-	-	-	474	-	-
	Outros passivos	-	-	-	-	5	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	120
	Outras Receitas	-	-	39	-	-	8.236
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(2.637)	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	3.457	-	-	-
		194.223	-	859	119.995	5	8.356
Energia dos Ventos I	AFAC	-	-	-	5.175	-	-
	Participação societária permanente	7.254	-	-	198	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(39)	-	-	(23)
		7.254	-	(39)	5.373	-	(23)
Energia dos Ventos II	AFAC	-	-	-	3.121	-	-
	Participação societária permanente	4.406	-	-	154	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(30)	-	-	(23)
		4.406	-	(30)	3.275	-	(23)
Energia dos Ventos III	Participação societária permanente	6.535	-	-	4.655	-	-
	Outros ativos	-	-	-	186	-	-
	Outras receitas	-	-	-	-	-	61
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(36)	-	-	(25)
		6.535	-	(36)	4.841	-	36

		CONSOLIDADO					
		31/12/2014			31/12/2013		
Empresas	Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Energia dos Ventos IV	AFAC	-	-	-	6.811	-	-
	Participação societária permanente	9.535	-	-	210	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(43)	-	-	(26)
		9.535	-	(43)	7.021	-	(26)
Energia dos Ventos V	AFAC	-	-	-	5.454	-	-
	Participação societária permanente	929	-	-	183	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(6.722)	-	-	(23)
		929	-	(6.722)	5.637	-	(23)
Energia dos Ventos VI	AFAC	-	-	-	7.585	-	-
	Participação societária permanente	1.272	-	-	181	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(9.159)	-	-	(25)
		1.272	-	(9.159)	7.766	-	(25)
Energia dos Ventos VII	AFAC	-	-	-	7.634	-	-
	Participação societária permanente	1.380	-	-	205	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(9.160)	-	-	(25)
		1.380	-	(9.160)	7.839	-	(25)
Energia dos Ventos VIII	Participação societária permanente	910	-	-	5.454	-	-
	Outros ativos	-	-	-	164	-	-
	Outras receitas	-	-	157	-	-	10
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(6.721)	-	-	(22)
		910	-	(6.564)	5.618	-	(12)
Energia dos Ventos IX	AFAC	-	-	-	5.562	-	-
	Participação societária permanente	975	-	-	186	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(6.723)	-	-	(24)
		975	-	(6.723)	5.748	-	(24)
Energia dos Ventos X	AFAC	-	-	-	4.131	-	-
	Participação societária permanente	5.807	-	-	178	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(34)	-	-	(23)
		5.807	-	(34)	4.309	-	(23)
	Participação societária permanente	18.824	-	-	5.193	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(100)	-	-	(148)
		18.824	-	(100)	5.193	-	(148)
Junco II	Participação societária permanente	19.087	-	-	5.285	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	71	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(61)
		19.087	-	71	5.285	-	(61)
Caiçara I	Participação societária permanente	20.976	-	-	5.280	-	-
	Receitas (despesas) de equivalência patrimonial	-	-	5	-	-	(69)
		20.976	-	5	5.280	-	(69)
	Participação societária permanente	14.106	-	-	3.399	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(18)	-	-	(56)
		14.106	-	(18)	3.399	-	(56)
Extremoz	Participação societária permanente	7.180	-	-	1.505	-	-
	AFAC	453.761	-	-	178.150	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	5.675	-	-	1.452
		460.941	-	5.675	179.655	-	1.452
Norte Energia	Outros ativos	78	-	-	35	-	-
	Participação societária permanente	2.676.578	-	-	631.824	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	841.589
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(110.185)	-	-	(6.000)
		2.676.656	-	(110.185)	631.859	-	835.589
Aete	Outros passivos	-	234	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	8.915	-	-	39.235
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	2.022
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(2.457)	-	-	(2.831)
		-	234	6.458	-	-	38.426
Brasnorte	Outros ativos	2.506	-	-	-	-	-
	Outros passivos	-	127	-	-	139	-
	Fornecedores	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	9.647	-	-	105.921
	Receitas de prestação de serviços	-	-	1.808	-	-	4.747
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.289)			(1.643)
		2.506	127	10.166	-	139	110.668

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2014			31/12/2013		
Empresas	Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Águas da Pedra	Outros ativos	161	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	690
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	1.267	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	6.379	-	-	96.220
		161	-	7.646	-	-	96.910
Estação Transmissora	Outros passivos (especificar, se relevante)	-	-	-	1.646	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	743.762
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	40
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(3.735)	-	-	(10.934)
		-	-	(3.735)	1.646	-	732.868
Integração Trans.	Outros ativos	290	-	-	272	-	-
	Outros passivos	-	709	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	16.817	-	-	121.999
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	3.386
	Outras receitas	-	-	3.838	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(7.132)	-	-	(8.264)
		290	709	13.523	272	-	117.121
Linha Verde	AFAC	364.822	-	-	-	-	-
	Outros ativos	810	-	-	-	-	-
	Empréstimos e financiamentos	129.155	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	23.257
	Outras receitas	-	-	9.632	-	-	-
		494.787	-	9.632	-	-	23.257
Rio Branco	Outros ativos	-	-	-	152	-	-
	Outros passivos	-	-	-	-	176	-
		-	-	-	152	176	-
Construtora Integ	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	63	-	-	24.638
		-	-	63	-	-	24.638
Transmissora Mato Grosso	Outros passivos	-	234	-	-	-	-
		-	234	-	-	-	-
Transnorte	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	9.072	-	-	42.584
		-	-	9.072	-	-	42.584
CTEEP	AFAC	-	-	-	1.114	-	-
	Participação societária permanente	946.187	-	-	1.748.560	-	-
	Dividendos / JCP a receber	9.749	-	-	70.460	-	-
	Receitas de JCP / Dividendos	-	-	1.480	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	53.503	-	-	5.673
	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	(168.982)
	Perda na subscrição	-	-	(679)	-	-	-
		955.936	-	54.304	1.820.134	-	(163.309)
EMAE	Participação societária permanente	275.214	-	-	303.652	-	-
	Dividendos / JCP a receber	(54)	-	-	-	-	-
	Receitas de JCP / Dividendos	-	-	64	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
	Outras despesas	-	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	151.429	-	-	(80.028)
		275.159	-	151.493	303.652	-	(80.028)
Triângulo Mineiro Trans. S.A.	Outros ativos	724	-	-	-	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	6.223	-	-	10.908	-	-
	Participação societária permanente	36.246	-	-	443	-	-
	Outras receitas	-	-	38		-	302
	Receitas de prestação de serviços	-	-	724	-	-	146
	Receitas (Despesas) de equivalência patrimonial	-	-	830	-	-	(443)
		43.193	-	1.592	11.351	-	5
Cepel	Despesas Operacionais	-	-	(10.925)	-	-	(10.924)
		-	-	(10.925)	-	-	(10.924)
TME	Outros passivos	-	-	-	-	294	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	11.182	-	-	75.656
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(2.545)	-	-	(2.902)
		-	-	8.637	-	294	72.754
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Participação societária permanente	67.383	-	-	17.801	-	-
	Outras contas a receber	142	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	849	-	-	208
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.297	-	-	161
		67.525	-	3.146	17.801	-	369

		CONSOLIDADO					
		31/12/2014			31/12/2013		
Empresas	Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Centrais Eolica Famosa I S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	1.059	-	-	3.807	-	-
	Participação societária permanente	838	-	-	3.455	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(6.425)	-	-	(305)
		1.897	-	(6.425)	7.262	-	(305)
Centrais Eolica Pau Brasil S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	706	-	-	2.538	-	-
	Participação societária permanente	548	-	-	2.302	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(4.292)	-	-	(225)
		1.254	-	(4.292)	4.840	-	(225)
Centrais Eolica São Paulo S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	823	-	-	2.856	-	-
	Participação societária permanente	648	-	-	2.594	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(4.803)	-	-	(241)
		1.471	-	(4.803)	5.450	-	(241)
Centrais Eolica Rosada S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	1.333	-	-	4.759	-	-
	Participação societária permanente	955	-	-	4.326	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(8.132)	-	-	(347)
		2.288	-	(8.132)	9.085	-	(347)
Fote	AFAC	3.641	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	11.824	-	-	5	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(16)	-	-	-
		15.465	-	(16)	5	-	-
Vale do São Bartolomeu	Outras contas a receber	229	-	-	-	-	-
Transmissora de Energia S.A.	Participação societária permanente	16.128	-	-	663	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	645	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	226	-	-	-
	Outras receitas	-	-	7.950	-	-	16
		16.357	-	8.821	663	-	16
Punaú I Eólica S.A	Participação societária permanente	1.880	-	-	123	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(7.313)	-	-	-
		1.880	-	(7.313)	123	-	-
Carnaúba I Eólica S.A.	Participação societária permanente	1.238	-	-	113	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(7.186)	-	-	-
		1.238	-	(7.186)	113	-	-
Carnaúba II Eólica S.A.	Participação societária permanente	936	-	-	93	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(5.959)	-	-	-
		936	-	(5.959)	93	-	-
Carnaúba III Eólica S.A.	Participação societária permanente	845	-	-	83	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(5.284)	-	-	-
		845	-	(5.284)	83	-	-
Carnaúba V Eólica S.A.	Participação societária permanente	1.212	-	-	123	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(7.981)	-	-	-
		1.212	-	(7.981)	123	-	-
Cervantes I Eólica S.A.	Participação societária permanente	1.357	-	-	83	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(4.772)	-	-	-
		1.357	-	(4.772)	83	-	-
Cervantes II Eólica S.A.	Participação societária permanente	644	-	-	64	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(3.958)	-	-	-
		644	-	(3.958)	64	-	-
Bom Jesus Eólica S.A.	Participação societária permanente	1.370	-	-	93	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(5.794)	-	-	-
		1.370	-	(5.794)	93	-	-
Cachoeira Eólica S.A	Participação societária permanente	871	-	-	64	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(3.907)	-	-	-
		871	-	(3.907)	64	-	-
Pitimbu Eólica S.A	Participação societária permanente	1.270	-	-	93	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(5.894)	-	-	-
		1.270	-	(5.894)	93	-	-
São Caetano Eólica S.A	Participação societária permanente	2.387	-	-	132	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(7.952)	-	-	-
		2.387	-	(7.952)	132	-	-
São Caetano I Eólica S.A	Participação societária permanente	1.867	-	-	93	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(5.297)	-	-	-
		1.867	-	(5.297)	93	-	-

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Empresas	Natureza da Operação	CONSOLIDADO 31/12/2014 Ativo	Passivo	Resultado	31/12/2013 Ativo	Passivo	Resultado
São Galvão Fólica S.A.	Participação societária permanente	1.684	-	-	122	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(7.862)	-	-	-
		1.684	-	(7.862)	122	-	-
Ventos de Santa Joana IX	Participação societária permanente	16.904	-	-	7.690	-	-
		16.904	-	-	7.690	-	-
Ventos de Santa Joana X	Participação societária permanente	16.185	-	-	7.690	-	-
		16.185	-	-	7.690	-	-
Ventos de Santa Joana XI	Participação societária permanente	14.890	-	-	7.690	-	-
		14.890	-	-	7.690	-	-
Ventos de Santa Joana XII	Participação societária permanente	18.711	-	-	7.690	-	-
		18.711	-	-	7.690	-	-
Ventos de Santa Joana XIII	Participação societária permanente	16.498	-	-	7.690	-	-
		16.498	-	-	7.690	-	-
Ventos de Santa Joana XV	Participação societária permanente	18.505	-	-	7.690	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1)	-	-	-
		18.505	-	(1)	7.690	-	-
Ventos de Santa Joana XVI	Participação societária permanente	17.364	-	-	7.690	-	
		17.364	-	-	7.690	-	-
Hermenegildo I	Contas a receber	29	-	-	-	-	-
	AFAC	41.161	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(384)	-	-	-
		41.190	-	(384)	-	-	-
Hermenegildo II	Contas a receber	29	-	-			
	AFAC	3.203	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	-	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(156)	-	-	-
		3.232	-	(156)	-	-	-
Hermenegildo III	Contas a receber	25	-	-	-	-	-
	AFAC	34.887	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	-	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(123)	-	-	-
		34.912	-	(123)	-	-	-
Coxilha Seca	AFAC	2.900	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	87	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	77	-	-	-
		2.987	-	77	-	-	-
Chuí IX	Contas a receber	10	-	-	-	-	-
	AFAC	20.510	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	-	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(65)	-	-	-
		20.520	-	(65)	-	-	-
Baraúnas I	Participação societária permanente	27	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(27)	-	-	-
		27	-	(27)	-	-	-
Mussambê	Participação societária permanente	19.955	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(32)	-	-	-
		19.955	-	(32)	-	-	-
Morro Branco I	Participação societária permanente	15.549	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(22)	-	-	-
		15.549	-	(22)	-	-	-
Serra das Vacas I	Participação societária permanente	14.925	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(248)	-	-	-
		14.925	-	(248)	-	-	-
Serra das Vacas II	Participação societária permanente	14.405	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(78)	-	-	-
		14.405	-	(78)	-	-	-
Serra das Vacas III	Participação societária permanente	14.023	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(93)	-	-	-
		14.023	-	(93)	-	-	-
Serra das Vacas IV	Participação societária permanente	14.524	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(67)	-	-	-
		14.524	-	(67)	-	-	-
Ventos de Santa Joana I	Participação societária permanente	17.774	-	-	-	-	-
		17.774	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana III	Participação societária permanente	20.000	-	-	-	-	-
		20.000	-	-	-	-	-

Empresas	Natureza da Operação	CONSOLIDADO 31/12/2014 Ativo	Passivo	Resultado	31/12/2013 Ativo	Passivo	Resultado
Ventos de Santa Joana IV	Participação societária permanente	16.926	-	-	-	-	-
		16.926	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana V	Participação societária permanente	17.774	-	-	-	-	-
		17.774	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Joana VII	Participação societária permanente	17.774	-	-	-	-	-
		17.774	-	-	-	-	-
Ventos Santo Augusto IV	Participação societária permanente	17.774	-	-	-	-	
		17.774	-	-	-	-	-
SINOP	Participação societária permanente	87.047	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	1
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(4.249)	-	-	-
		87.047	-	(4.249)	-	-	1
Santo Antônio Energia	Receitas de prestação de serviços	-	-	3.481	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	40.602	-	-	-
	Outras receitas	-	-	268	-	-	-
		-	-	44.351	-	-	-
Mata de Santa Genebra	Participação societária permanente	26.177	-	-	-	-	-
	Outras contas a receber	1	-	-	-	-	-
	Outras receitas	-	-	894	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.019)	-	-	-
		26.178	-	(125)	-	-	-
Lagoa Azul Transmissora	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	1.970	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(151)	-	-	-
	Outras receitas	-	-	12	-	-	-
		1.971	-	(139)	-	-	-
Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	1.062	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(101)	-	-	-
		1.063	-	(101)	-	-	-
Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	1.063	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(100)	-	-	-
		1.064	-	(100)	-	-	-
Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	1.062	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(101)	-	-	-
		1.064	-	(101)	-	-	-
Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	1.063	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(101)	-	-	-
		1.064	-	(101)	-	-	-
Fólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	1.063	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(100)	-	-	-
		1.064	-	(100)	-	-	-
Eólica Ventos de Santo Antonio SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	1.063	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(100)	-	-	-
		1.064	-	(100)	-	-	-
Eólica Ventos de São Bento SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	1.063	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(101)	-	-	-
		1.064	-	(101)	-	-	-
Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	1.063	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(100)	-	-	-

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Empresas	Natureza da Operação	CONSOLIDADO 31/12/2014 Ativo	Passivo	Resultado	31/12/2013 Ativo	Passivo	Resultado
		1.064	-	(100)	-	-	-
Eólica Ventos de São João SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	1.063	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(100)	-	-	-
		1.064	-	(100)	-	-	-
Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A.	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	1.063	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(101)	-	-	-
		1.064	-	(101)	-	-	-
UEE Acauã	Participação societária permanente	7.674	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	41	-	-	-
		7.674	-	41	-	-	-
UEE Angical 2	Participação societária permanente	12.722	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(20)	-	-	-
		12.722	-	(20)	-	-	-
UEE Arapapá	Participação societária permanente	5.123	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	21	-	-	-
		5.123	-	21	-	-	-
UEE Caititu 2	Participação societária permanente	12.722	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(20)	-	-	-
		12.722	-	(20)	-	-	-
UEE Caititu 3	Participação societária permanente	12.722	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(20)	-	-	-
		12.722	-	(20)	-	-	-
UEE Carcará	Participação societária permanente	11.996	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(746)	-	-	-
		11.996	-	(746)	-	-	-
UEE Corrupião 3	Participação societária permanente	12.722	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(20)	-	-	-
		12.722	-	(20)	-	-	-
UEE Teiú 2	Participação societária permanente	10.185	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(20)	-	-	-
		10.185	-	(20)	-	-	-
Coquerinho 2	Participação societária permanente	21.415	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	20	-	-	-
		21.415	-	20	-	-	-
Papagaio	Participação societária permanente	13.375	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	8	-	-	-
		13.375	-	8	-	-	-
Tamanduá Mirim 2	Participação societária permanente	10.435	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(20)	-	-	-
		10.435	-	(20)	-	-	-
Baraunas II	Participação societária permanente	615	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(7)	-	-	-
		615	-	(7)	-	-	-
Banda de Couro	Participação societária permanente	961	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(7)	-	-	-
		961	-	(7)	-	-	-
Belo Monte Transmissora SPE S.A.	Participação societária permanente	6.119	-	-	-	-	-
	Outros ativos	1	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(5)	-	-	-
	Outras receitas	-	-	424	-	-	-
		6.120	-	419	-	-	-
Itaipu	Financiamentos e empréstimos	11.656.696	-	-	11.887.606	-	-
	Dividendo a receber	-	-	-	2.343	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	767.647	-	-	802.535
		11.656.696	-	767.647	11.889.949	-	802.535
Santo Antonio Energia	Clientes	4.174	-	-	-	-	-
	Outros ativos	311	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	-
	Outras receitas	-	-	-	-	-	-
		4.485	-	-	-	-	-

Empresas	Natureza da Operação	CONSOLIDADO 31/12/2014 Ativo	Passivo	Resultado	31/12/2013 Ativo	Passivo	Resultado
Eletros	Contribuições a pagar - patrocinador	-	10.652	-	-	12.876	-
	Provisões	-	448.407	-	-	67.553	-
	Contribuições patrocinador	-	-	(34.423)	-	-	(38.188)
	Taxas	-	-	(2.462)	-	-	(2.487)
		-	459.059	(36.885)	-	80.429	(40.674)
CEEE-GT	Participação societária	449.336	-	-	564.613	-	-
	Financiamentos e empréstimos	13.254	-	-	21.662	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(91.308)	-	-	8.294
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	1.189	-	-	1.822
		462.590	-	(90.119)	586.275	-	10.116
Cemat	Participação societária	376.031	-	-	334.294	-	-
	Financiamentos e empréstimos	353.596	-	-	383.068	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	25.491	-	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	34.608	-	-	31.181
		729.627	-	60.099	717.362	-	31.181
Cemar	Participação societária	554.817	-	-	463.394	-	-
	Dividendo a Receber	20.754	-	-	12.542	-	-
	Financiamentos e empréstimos	308.989	-	-	386.275	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	112.288	-	-	(137.244)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	18.635	-	-	23.088
		884.561	-	130.923	862.210	-	(114.156)
Lajeado Energia	Participação societária	206.282	-	-	232.907	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	-	-
	Dividendo a Receber	94.810	-	-	54.505	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	13.630	-	-	244.165
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		301.092	-	13.630	287.412	-	244.165
CEB Lajeado	Participação societária	71.723	-	-	83.644	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	-	-
	Dividendo a Receber	14.606	-	-	8.746	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	7.419	-	-	64.537
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		86.329	-	7.419	92.390	-	64.537
Paulista Lajeado	Participação societária	18.119	-	-	27.669	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(3.096)	-	-	(57.510)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		18.119	-	(3.096)	27.669	-	(57.510)
CEEE-D	Participação societária	7.476	-	-	166.646	-	-
	Financiamentos e empréstimos	31.258	-	-	34.584	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(145.118)	-	-	15.180
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	2.895	-	-	2.990
		38.734	-	(142.223)	201.230	-	18.169
CHC Amé	Participação societária	79.081	-	-	29.119	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(5.517)	-	-	(95.298)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		79.081	-	(5.517)	29.119	-	(95.298)
Eólica Mangue Seco	Participação societária	16.726	-	-	17.058	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	(996)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		16.726	-	-	17.058	-	(996)
Norte Energia (Belo Monte)	Participação societária	802.964	-	-	631.123	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(32.909)	-	-	(4.004)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		802.964	-	(32.909)	631.123	-	(4.004)
Rouar	Participação societária	70.044	-	-	18.427	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	7.240	-	-	52
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		70.044	-	7.240	18.427	-	52
Companhia Celg de Participações - CELGPAR	Outros passivos - Mútuo	-	109.537	-	-	-	-
		-	109.537	-	-	-	-
CELG Geração e Transmissão - CELG GT	Fornecedores	-	1.082	-	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	2.577			-
		-	1.082	2.577	-	-	-
Amapari	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	41.623
		-	-	-	-	-	41.623
Foz do Chapecó	Contas a receber	458	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	137	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	4.257	-	-	-
		458	-	4.394	-	-	-

continua

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2014			31/12/2013		
Empresas	Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Tijoa Participações	Contas a receber	362	-	-	-	-	-
e Investimentos S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	649	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	167	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	167	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	825	-	-	-
		1.178	-	992	-	-	-
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	1.996	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	(299)	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(299)	-	-	-
		1.697	-	(299)	-	-	-
Empresa de Energia São Manuel S.A.	Participação societária permanente	(594)	-	-	-	-	-
	Outras receitas	-	-	1.029	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(594)	-	-	-
		(594)	-	435	-	-	-
Energia Olimpica S.A.	Participação societária permanente	(213)	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(213)	-	-	-
	Outras despesas	-	-	(1)	-	-	-
		(213)	-	(214)	-	-	-
Cia Hidrel Teles Pires	Receitas de prestação de serviços	-	-	5.759	-	-	-
	Outras receitas	-	-	2.093	-	-	-
		-	-	7.852	-	-	-
E-Vida	Outros ativos	8.233	-	-	-	-	-
	Outros passivos	-	453	-	-	-	-
		8.233	453	-	-	-	-

NOTA 46 - Remuneração do Pessoal Chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (diretores e conselheiros) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	5.605	5.409	28.021	25.548
Salários e encargos sociais	1.344	1.282	5.934	5.698
Outros	411	528	1.938	2.617
	7.360	7.219	35.893	33.863

NOTA 47 - EVENTOS SUBSEQUENTES

47.1 Aquisição da Celg Distribuição S.A.

A Companhia concluiu o processo legal de aquisição da Celg Distribuição S.A. ("Celg-D") mediante o pagamento e a transferência, em 27/01/2015, de 76.761.267 (setenta e seis milhões, setecentos e sessenta e um mil, duzentos e sessenta e sete) de ações ordinárias de emissão da CelgD, correspondentes a 50,93% do capital social da Distribuidora, ao valor de R$ 59.454.057,64.

47.2 Reajuste tarifário extraordinário

A Diretoria da ANEEL deliberou em 27 de fevereiro de 2015 a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) de 58 concessionárias de distribuição. O efeito médio a ser percebido pelos consumidores, ponderado pela receita das distribuidoras, é de 23,4% e os novos índices valem a partir do dia 02 de março de 2015.

A metodologia empregada na RTE foi discutida por meio da Audiência Pública 7/2015 e tem por objetivo reposicionar os dois itens em que havia maior distanciamento entre os custos efetivos e a cobertura tarifária: a CDE e os custos com compra de energia.

A Companhia ainda está avaliando os possíveis efeitos desta nova regulamentação.

47.3 Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia terão o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

A energia elétrica no Brasil é gerada predominantemente por usinas hidrelétricas. Para funcionar, essas usinas dependem das chuvas e do nível de água nos reservatórios. Quando há pouca água armazenada, usinas termelétricas podem ser ligadas com a finalidade de poupar água nos reservatórios das usinas hidrelétricas. Com isso, o custo de geração aumenta, pois essas usinas são movidas a combustíveis como gás natural, carvão, óleo combustível e diesel. Por outro lado, quando há muita água armazenada, as térmicas não precisam ser ligadas e o custo de geração é menor.

A Resolução Homologatória nº 1.826 de 25 de novembro de 2014, publicada pela ANEEL e que precifica as tarifas da Companhia já estabeleceu a precificação na estrutura tarifária. A aplicação dessas bandeiras tornou-se obrigatória a partir de janeiro de 2015.

O mecanismo das bandeiras busca permitir o repasse mês a mês dos gastos com aquisição de energia termelétrica, ou seja, o ajuste mensal das diferenças de custos entre o custo que foi estimado na tarifa e o custo incorrido na aquisição de energia elétrica para revenda. Esse ajuste até então ocorria somente no reajuste anual. Com adoção das bandeiras busca-se suavizar seus efeitos aos consumidores nos momentos de reposicionamento e ao tempo aliviar a pressão de caixa para as distribuidoras que passam a ter mais recursos para aquisição da energia caso a venha a tornar-se mais cara.

As bandeiras serão sinalizadas em Bandeiras Verde, Amarela e Vermelha e serão aplicáveis de acordo com as condições de atendimento da carga, dadas pela soma do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, Custo Marginal de Operação - CMO com os Encargos de Serviços de Sistema por Segurança Energética - ESS_SE.

Uma elevação do Custo Marginal de Operação - CMO indica que a geração de energia elétrica está mais cara. Doze vezes por ano, o Operador Nacional do Sistema – NOS calcula o Custo Marginal de Operação nas reuniões do Programa Mensal de Operação – PMO, quando também é decidido se haverá ou não a operação das usinas termelétricas e o custo associado a essa geração. Após cada reunião, com base nas informações do ONS, a ANEEL acionará a bandeira tarifária vigente para mês seguinte.

As bandeiras serão adotadas considerando os seguintes critérios: A bandeira verde será acionada toda vez que a energia custar abaixo de R$ 200/MWh, que significa condições favoráveis de geração de energia e não haverá acréscimo na tarifa. A bandeira amarela toda vez que o custo de operação do sistema ficar entre R$ 200/MWh e R$ 350/MWh: condições de geração menos favoráveis, e haverá acréscimo na tarifa. Já a bandeira vermelha será acionada quando o custo de operação for superior a R$ 350/MWh: condições mais custosas de geração. A tarifa também sofrerá acréscimo.

Em síntese, o sistema de bandeiras, que deverá ser aplicado a partir de janeiro de 2015, reflete as condições de gerações e sinaliza aos consumidores a opção de reduzir seu consumo e influir no custo final da geração de energia. O sistema não representa um aumento propriamente de tarifa, trata-se apenas de uma forma diferente de apresentar um custo que seria acondicionado na tarifa, todavia sem a percepção do consumidor, e que seria por ele suportado igualmente no momento do reposicionamento tarifário anual, que no caso específico da Companhia ocorre em 29 de novembro de cada ano.

47.4 Repactuação de dívidas

Em de 17 de março de 2015, o Conselho de Administração da Eletrobras celebrou termos aditivos à repactuação de dívidas das empresas de distribuição Amazonas Energia, Eletroacre, Ceron e Boa Vista perante a BR Distribuidora e a Petrobras, referente ao fornecimento de combustível, no montante de cerca de R$ 8,6 bilhões, com objetivo de alterar a estrutura de garantias estabelecidas nos referidos instrumentos.

As empresas de distribuição tiveram seus créditos de reembolso de custos de combustíveis reconhecidos pela ANEEL, no montante total aproximado de R$ 6,1 bilhões, que serão oferecidos diretamente em garantia para a Petrobras e para a BR Distribuidora. A parcela remanescente conta com garantia corporativa da Eletrobras até a conclusão do processo de homologação de outros créditos de CDE.

47.5 Contrato de cessão de créditos

A controlada Furnas firmou contrato de cessão de créditos com o Banco Santander (Brasil) S/A em 14 de janeiro de 2015, no montante de R$ 750.000 de valor de face total futuro, cujo objeto corresponde à antecipação de recursos provenientes de vendas e direitos relativos ao 13º Leilão de Energia Existente (A-0) de abril de 2014, conforme possibilidade prevista no item 14.5 dos CCEARs (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado) assinados com as seguintes empresas distribuidoras: Cia. Paulista de Força e Luz; Cia. Piratininga de Força e Luz; Elektro Eletricidade de Serviços S/A; e Ampla Energia e Serviços S/A. Esta cessão não estabelece direito de regresso por parte do cessionário.

47.6 Captação da 3ª parcela de desembolso do empréstimo junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil

Em 30 de janeiro de 2015, a Eletrobras captou a terceira parcela do desembolso do empréstimo no valor de R$ 2.000.000, sendo R$ 1.230.769 desembolsado pelo Banco do Brasil e R$ 769.231 pela Caixa Econômica Federal, com carência de pagamento dos valores de principal até 25 de fevereiro de 2017. Outras informações sobre o empréstimo podem ser encontradas na Nota 22 destas demonstrações financeiras.

47.7 Nova norma para estabelecimento da provisão para PCLD - Distribuidoras

A Companhia revisou os procedimentos e critérios aprovados na Nota Técnica DF nº 002/2012 para a constituição e contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD (Consumidores, Renda Não Faturada e Parcelamentos) e das perdas com os créditos incobráveis – transferidos à reserva, alinhando aos procedimentos comerciais de cobrança definidos pelo normativo "Régua de Cobrança Unificada (MPC-DC-01P-001)", implantado nas Empresas de Distribuição da Eletrobras desde janeiro de 2013, os novos procedimentos serão implementados a partir de 1º de janeiro de 2015 e terão os seguintes critérios de provisão:

Débitos Relevantes – Clientes ligados em Alta Tensão

Serão incluídos na provisão valores correspondentes às faturas (vencidas) dos consumidores que possuam débitos vencidos conforme atinjam a seguinte escala de vencimento, incluindo-se no montante Renda Não Faturada, que para o cliente que for considerado para a provisão. Abaixo tabela da provisão:

Classe de Consumo	Idade de Provisionamento
Residencial	60 dias
Industrial	180 dias
Comercial, Rural	90 dias
Poder Público	150 dias
Serviço Público	120 dias
Iluminação Pública	NA
Suprimento, Consumidor Livre e PIE	60 dias

Débitos não Relevantes

Clientes ligados em Baixa Tensão: Serão incluídos na provisão valores correspondentes às faturas (vencidas) dos consumidores que possuam débitos vencidos conforme atinjam a seguinte escala de vencimento:

Classe de Consumo	Idade de Provisionamento
Residencial	90 dias
Industrial, Rural, Poder Público e Serviço Público	180 dias
Comercial e Iluminação Pública	150 dias

PCLD Parcelamentos

Constitui-se como PCLD Parcelamentos o somatório do saldo parcelado vencido e a vencer, incluindo os juros transcorridos, cujos valores já estiverem na provisão de devidos vencidos anterior ao parcelamento, quando a celebração do parcelamento total foi feita sem garantia real e que atenderem os critérios abaixo:

Número de Parcelas	Provisão ou Reversão Classes Privadas	Provisão ou Reversão Classes Públicas
Até 36	Pagamento efetivo de 5 parcelas	4 parcelas faturadas, vencidas e não pagas
De 37 a 60	Pagamento efetivo de 5 parcelas	4 parcelas faturadas, vencidas e não pagas
Mais de 60	Pagamento efetivo de 6 parcelas	6 parcelas faturadas, vencidas e não pagas

47.8 Conta ACR

A partir de 2015, o custo total das operações de créditos contratadas pela CCEE será amortizado em 24 meses, por meio do recolhimento de contas anuais da CDE paga por todas as concessionárias de distribuição, na proporção de seus mercados cativos, mediante encargo tarifário a ser incluído nas tarifas de energia elétrica.

47.9 Laudo de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica

Em 6 de março de 2015, a Controlada Chesf apresentou à ANEEL laudo de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31/05/2000 para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica Sistema Existente RBSE e demais instalações de transmissão RPC, prevista no Artigo 15, §2º da Lei 12.783/2013, no montante de R$ 5.627.200.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, tendo sido tomada a resolução no sentido de sua aprovação, sob o número RES-154/2015, em reunião do colegiado realizada, em 27 de março de 2015.

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – KPMG, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em reunião realizada em 27 de março de 2015.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015.

José da Costa Carvalho Neto
Presidente

Armando Casado de Araújo	**José Antonio Muniz Lopes**	**Valter Luiz Cardeal de Souza**	**Marcos Aurélio Madureira da Silva**	**Josias Matos de Araújo**	**Alexandre Vaghi de Arruda Aniz**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Diretor de Transmissão	Diretor de Geração	Diretor de Distribuição	Diretor de Regulação	Diretor de Administração

Rodrigo Vilella Ruiz - Contador CRC 088488/9 O - DF

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRAS, no uso de suas atribuições estatutárias e de acordo com o preceituado na Lei das Sociedades Anônimas, examinou as Demonstrações Financeiras, com o parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, relativas ao Exercício findo em 31.12.2014 e, encontrando-se corretas e em ordem, DECIDE submeter a matéria à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015.

Márcio Pereira Zimmermann
Presidente

José da Costa Carvalho Neto	**José Antonio Corrêa Coimbra**	**Lindemberg de Lima Bezerra**	**Jailson José Medeiros Alves**	**Wagner Bittencourt de Oliveira**	**João Antônio Lian**	**Maurício Muniz Barretto de Carvalho**
Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pelo Departamento de Contabilidade – DFC e no Parecer da KPMG Auditores Independentes, que declara que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras em 31 de dezembro de 2014, o Conselho Fiscal da Eletrobras entende que as referidas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

É de parecer, ainda, que a proposta da Administração da Eletrobras, relativamente à absorção pelas reservas de lucros do prejuízo do exercício de 2014, está amparada pelas disposições legais e societárias vigentes.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015.

Jarbas Raimundo de Aldano Matos
Presidente do Conselho

Bruno Nunes Sad	**Ricardo de Paula Monteiro**	**Manuel Jeremias Leite Caldas**	**Robert Juenemann**
Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras
Brasília – Distrito Federal

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Ênfases:

1 - Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador

Impactos da Lei 12.783/2013

Conforme descrito na Nota 2, a Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

Os saldos residuais dos ativos de transmissão, em 31 de maio de 2000, assim como os saldos residuais de geração hidráulica, em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos respectivos projetos básicos, estão sendo avaliados sob responsabilidade da Companhia e os respectivos laudos estão sendo enviados à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para homologação, objetivando recebimento de indenização.

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos residuais dos ativos de transmissão e geração citados acima, montam a R$ 8.253.130 mil e R$ 1.483.540 mil, respectivamente, e foram determinados pela Companhia a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e realização dos mesmos.

Os saldos residuais dos investimentos em geração térmica, em 31 de dezembro de 2012, cujas concessões vencem-se entre 2015 e 2017 e abrangidas pela referida legislação, totalizando, em 31 de dezembro de 2014 R$ 1.216.322 mil, foram determinados pela Companhia com base em suas melhores estimativas e interpretação da legislação. Para esses ativos não foi divulgado pelo poder concedente metodologia para cálculo do valor de indenização, podendo o mesmo sofrer alterações até a sua homologação final e realização.

Nossa opinião não contém ressalva em função desses assuntos.

2 - Continuidade operacional de empresas controladas e coligadas

Conforme citado na Nota 15, as empresas controladas do segmento de distribuição e a controlada de geração Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) têm apurado prejuízos continuamente em suas operações e apresentaram, em 31 de dezembro 2014, capital de giro negativo de R$1.221.736 mil e passivo a descoberto de R$3.355.404 mil.

Adicionalmente, as coligadas Madeira Energia S.A., Energia Sustentável do Brasil Participações S.A., Manaus Transmissora de Energia S.A. e Teles Pires Participações S.A., nas quais a Companhia participa com 39%, 20%, 30% e 49,42%, respectivamente, e a controlada Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear) apresentavam, em 31 de dezembro de 2014, capital de giro negativo total no montante de R$ 2.447.731 mil.

A Companhia mantém investimentos nas coligadas Norte Energia S.A., Madeira Energia S.A. e Energia Sustentável do Brasil Participações S.A., e na controlada Eletronuclear, as quais vêm investindo valores significativos no desenvolvimento dos projetos hidrelétricos de Belo Monte, Santo Antônio, Jirau e Angra 3, respectivamente. Esses investimentos, de acordo com as estimativas da administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos, exceto quanto aos valores de *impairment* dos ativos relacionados. A conclusão das obras e consequente início das operações dependem da capacidade dessas empresas obterem os recursos financeiros necessários.

A continuidade operacional das empresas controladas e coligadas citadas acima depende da manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e demais acionistas. Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa 2, as concessões destas distribuidoras expiram em 15 de julho de 2015 e até a presente data não existe evidência de renovação.

Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

3 - Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 4, em função de notícias veiculadas na mídia a respeito do suposto envolvimento da Companhia e/ou suas investidas no processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "Lava Jato", a Administração da Companhia adotou algumas ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema. Algumas dessas ações ainda estão em curso, porém, com base nas informações conhecidas pela Companhia até o momento, na avaliação da Administração, eventuais impactos relacionados a este assunto, se houver, não seriam materiais nas Demonstrações Financeiras relativas a 2014. Entretanto, como a operação "Lava Jato" ainda está em andamento, existe incerteza sobre futuros desdobramentos decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas e seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e é tratada como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2013 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012) e 31 de dezembro de 2013 e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 3.33, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação datado em 27 de março de 2015.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE
CNPJ Nº 00.357.038/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2014

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

A Eletrobras Eletronorte nasceu em 1973 com a função estratégica de promover na Amazônia o desenvolvimento e a integração do País. Na época, plantamos a pedra fundamental da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes. Desde então, assumimos o desafio de grandes empreendimentos que beneficiam não só a região amazônica, mas também todo o nosso Brasil. A partir daí, construímos Tucuruí, a maior usina hidrelétrica genuinamente brasileira. Construímos Balbina, Samuel e assumimos Curuá-Una. Começamos, portanto, uma grande caminhada levando energia ao Nordeste, Sul e Sudeste. Com sede no Distrito Federal, temos unidades nos nove estados da Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Por meio de parcerias, chegamos também aos estados do Rio Grande do Norte e São Paulo. Hoje a energia que geramos na Amazônia chega a todos os cantos do País por meio do Sistema Interligado Nacional. Temos uma capacidade de geração instalada de mais de 9 mil MW e operamos cerca de 10.700 quilômetros de linhas de transmissão e 58 subestações para levar energia elétrica a todo o Brasil por meio do SIN.

A cada etapa dessa trajetória, nos orgulhamos de buscar a excelência em tudo o que fazemos. Com uma história marcada por desafios e superação, nosso sentimento não é o de saudosismo, mas o de compromisso com um futuro que nos exige mais a cada dia. Novas necessidades, novas tecnologias, novas gerações, novos tempos. Tudo isso é motivo para que continuemos nos dedicando ao desenvolvimento do Setor Elétrico e do Brasil.

Os resultados econômico-financeiros positivos alcançados nos últimos anos têm demonstrado que a orientação estratégica e as ações empresariais estão adequadamente direcionadas. No entanto, o mercado têm nos exigido mudanças com uma frequência cada vez maior. Oportunidades que devem ser rapidamente percebidas e analisadas, para serem aproveitadas ou não.

É nesse cenário que temos aperfeiçoado a cada dia nossos processos empresariais, de forma a possibilitar que a Empresa amplie sua rentabilidade por meio do aumento da sua receita e redução racional de seus custos. Essa equação, embora óbvia em qualquer negócio, torna-se um grande desafio no atual cenário do Setor Elétrico.

Esse desafio é enfrentado pela busca constante de melhorias. Nessa trajetória, guardamos o orgulho de receber por duas vezes o Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ, fato inédito em uma empresa pública brasileira, e o Prêmio Ibero-americano da Qualidade na Categoria Prata, ambos por meio da Superintendência de Geração Hidráulica. Mais do que o orgulho pelos reconhecimentos, essas conquistas demonstram a importância conferida à melhoria contínua da qualidade dos processos e ao desenvolvimento da força de trabalho, os grandes trunfos que a Eletrobras Eletronorte possui para vencer os desafios da missão de atuar no mercado de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

Na Eletrobras Eletronorte entendemos que prêmios como esses não são o fim de um ciclo, mas o começo de um desafio ainda maior. Nosso maior objetivo é garantir a sustentabilidade, uma meta que, mesmo atingida, necessita de esforços contínuos para sua perenidade. Por tudo isso, no novo credo das Empresas Eletrobras, a sustentabilidade tornou-se um valor empresarial que deve permear todos os processos e ações, sendo praticada por toda força de trabalho como crença pessoal.

Sabemos que não estamos sozinhos. Somos parte de um sistema que congrega diversos públicos de relacionamento. Interagimos com todos, recebendo e oferecendo insumos e produtos. Nossos resultados e nossa sobrevivência são a garantia para a sustentabilidade empresarial e a satisfação desses públicos.

Conscientes desse compromisso, continuaremos enfrentando com responsabilidade, ousadia e bom senso, os desafios que nos são apresentados e que, como outros tantos já vencidos, fizeram da Eletrobras Eletronorte uma empresa que se orgulha do passado e escreve, todos os dias, um futuro ainda mais promissor não só para sua história, como para o Setor Elétrico Brasileiro.

DIMENSÃO EMPRESARIAL

DADOS OPERACIONAIS	2012	2013	2014
USINAS EM OPERAÇÃO (*)	**11**	**10**	**10**
Hidráulicas	4	4	4
Térmicas	7	6 (**)	7 (***)
POTÊNCIA INSTALADA (MW)	**9.461,13**	**9.340,02**	**9.354,78**
Hidráulica	8.860,05	8.860,05	8.860,05
Térmica	601,08	479,97 (**)	494,73
LINHAS DE TRANSMISSÃO (km) (*)	**9.983,02**	**9.983,02**	**10.702,80**
Em 500 kV	3.243,32	3.243,32	3.243,32
Em 230 kV	5.577,81	5.577,81	6.297,59
Em 138 kV	959,10	959,10	959,10
Tensões abaixo de 138 kV (km)	202,79	202,79	202,79
SUBESTAÇÕES (*)	**55**	**55**	**58**
CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO (MVA) (*)	**30.834**	**31.640**	**32.948**
Usinas	9.969	9.969	9.969
Subestações	20.865	21.671	22.979

(*) Inclui os empreendimentos afetados e os não afetados pela Lei 12.783/13
(**) A UTE Electron foi transferida para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
(***) Incluída UTE Santarém

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - MWh AMBIENTES	2012	2013	2014
Ambiente de Contratação Regulada - ACR (Distribuidoras do SIN)	16.268.888	10.458.282	16.381.125
Ambiente de Contratação Livre – ACL (CL, COM, Ger, CC)	18.199.696	22.711.509	17.658.556
Sistema Isolado (RR, AP)	1.880.189	2.051.016	2.132.183
Liquidação CCEE	4.325.823	5.419.808	6.294.837
Total	**40.674.596**	**40.640.615**	**42.466.702**

Dados Financeiros	2012	2013	2014
Custo Bruto do Ativo Imobilizado (R$ mil)	17.705.616	17.855.929	17.927.779
Ativo Imobilizado em Serviço – Residual (R$ mil)	8.053.598	7.826.423	7.547.366
Ativo Total (R$ mil)	19.496.054	19.660.298	22.591.904
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	5.387.806	5.303.584	6.862.875
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	4.479.552	4.590.247	6.005.669
Resultado do Serviço (R$ mil)	208.416	1.650.285	850.115
Lucro (Prejuízo) Líquido (R$ mil)	(785.658)	1.268.316	2.033.465
Patrimônio Líquido (R$ mil)	10.553.005	11.629.308	12.770.188
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%) (*)	-7,44	12,02	17,48
Financiamentos e Empréstimos (R$ mil)	4.679.388	4.185.735	4.556.268
Em Moeda Nacional (R$ mil)	4.139.539	3.658.838	4.041.540
Em Moeda Estrangeira (R$ mil)	539.849	526.897	514.728
Endividamento do Patrimônio Líquido (%) (**)	44,34	35,99	35,68
Em moeda Nacional (%)	39,23	30,66	31.65
Em moeda Estrangeira (%)	5,11	4,41	4,03
Retorno dos Ativos em Produção (%) (***)	-9,76	16,44	26,94
Capital Social (R$ mil)	9.326.355	11.563.279	11.563.279

(*) Lucro (Prejuízo) Líquido / Patrimônio Líquido do exercício anterior
(**) Financiamentos e Empréstimos / Patrimônio Líquido
(***) Lucro (Prejuízo) Líquido / Ativo Imobilizado em Serviço – Residual

PERFIL – INSTITUIÇÃO

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletrobras Eletronorte, sociedade anônima de economia mista e subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, é concessionária de serviço público de energia elétrica, criada pela Lei nº 5.824, de 14 de novembro de 1972, e constituída por escritura pública em 20 de junho de 1973. Foi autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548, de 30 de julho de 1973. Com sede no Distrito Federal, a Empresa possui suas principais instalações operacionais (usinas, subestações e linhas de transmissão de energia elétrica) nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, São Paulo e Tocantins.

A Empresa atua, simultaneamente, no Sistema Interligado Nacional – SIN e nos Sistemas Isolados - SIS. Os SIS estão localizados nos estados de Roraima (importação de energia da Venezuela) e Amapá (geração hidráulica e térmica), enquanto que Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, São Paulo e Tocantins participam da rede básica do SIN.

CREDO

MISSÃO	Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.
VISÃO	Estar entre as 3 maiores empresas globais de energia limpa e entre as 10 maiores do mundo em energia elétrica com rentabilidade comparada às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.
VALORES	Foco em resultados, ética e transparência, valorização e comprometimento das pessoas, empreendedorismo e inovação, sustentabilidade.

Nota: a Eletrobras Eletronorte adota como seu o CREDO (Visão, Missão e Valores) da holding Eletrobras.

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS

Estados	Usinas Hidrelétricas	Usinas Termelétricas	Subestações (unidades)	Subestações (MVA)(*)	Linhas (km)
Amapá	UHE Coaracy Nunes	UTE Santana	9	756	505,69
Acre	-	UTE Rio Acre UTE Rio Branco I UTE Rio Branco II	3	466	604,00
Maranhão	-	-	11	9.124	2.525,48
Mato Grosso	-	-	9	2.467	2.537,02
Pará	UHE Tucuruí UHE Curuá Una	UTE Santarém	13	17.619	2.710,70
Rondônia	UHE Samuel	UTE Rio Madeira	8	1.890	1.054,06
Roraima	-	UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello (**)	1	202	190,20
Tocantins	-	-	2	424	516,57
Amazonas	-	-	0	0	59,08
Total	**4**	**7**	**56**	**32.948**	**10.702,80**

(*) Considerado os transformadores elevadores das usinas
(**) Usina cedida em comodato para a Boa Vista Energia S.A

ARQUITETURA DOS NEGÓCIOS

O Comitê de Estratégia Empresarial - CEE, a partir das orientações estratégicas da Diretoria (aprovadas pela RD – Nº 087/2013, de 20.02.2013), revisitou os produtos e serviços disponibilizados pela Eletrobras Eletronorte ao mercado, priorizando aqueles que efetivamente agregam valor a empresa e/ou apresentam potencial de produzir resultados positivos expressivos, validando a classificação realizada em 2011, definindo 4 (quatro) negócios principais:

- Negócio de geração de energia elétrica;
- Negócio de transmissão de energia elétrica;
- Negócio de prestação de serviços correlatos; e
- Negócio de desenvolvimento de negócios.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

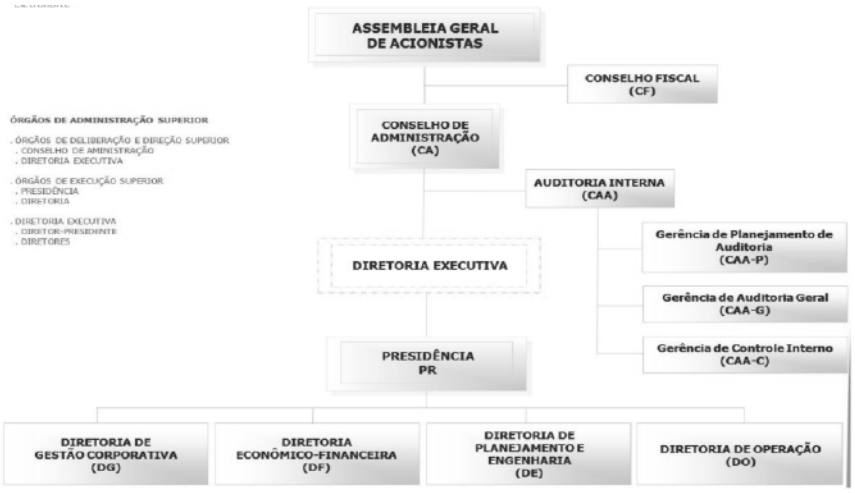
Esta abordagem que orienta os esforços empresariais de melhorias contínuas, a partir de negócios específicos, possibilita que a organização tenha maior foco no estabelecimento das estratégias, assim como uma melhor racionalização dos recursos disponíveis, o que viabiliza aumentos de eficiência e eficácia nos projetos de melhorias, sejam incrementais ou radicais.

A Empresa participa das seguintes Sociedades de Propósito Específico – SPE:

Sociedade de Propósito Especifico - SPE	Percentual de Participação (%)
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00
Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	24,50
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	49,00
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00
Transnorte Energia S.A.	49,00
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50
Amapari Energia S.A.	49,00
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50
Norte Energia S.A.	19,98
Manaus Construtora Ltda. (Responsável pelo Epc da Manaus Transmissora de Energia S.A.)	30,00
Construtora Integração Ltda. (Responsável pelo Epc da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.)	24,50
Companhia Energética Sinop S.A.	24,50
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50

Em 31 de Março de 2014, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras Eletronorte para aprovação da incorporação da SPE Estação Transmissora de Energia S.A., da qual a Eletrobras Eletronorte detinha 100% de participação societária. A presente incorporação viabilizou o recebimento da RAP (Receita Anual Permitida) pela Eletronorte, no montante aproximado de R$ 200 milhões de reais por ano.

ORGANOGRAMA DA EMPRESA



Como estabelecido em seu Estatuto Social, no Capítulo IV, Artigo 11, a Eletrobras Eletronorte é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva. Compete ao Conselho de Administração fixar a orientação geral dos negócios, o controle superior dos programas aprovados e a verificação dos resultados obtidos. A Diretoria Executiva deve assegurar o funcionamento regular da Empresa de acordo com as orientações traçadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, sendo composta por: Diretor-Presidente, Diretor de Gestão Corporativa, Diretor Econômico-Financeiro, Diretor de Planejamento e Engenharia e Diretor de Operação.

RISCOS E OPORTUNIDADES

A Política de Gestão de Riscos, aprovada em 2010, define a "metodologia de gestão integrada de riscos - GIR" como sendo a arquitetura adequada para gerenciar os riscos de maneira eficaz, contribuindo para a redução da materialização de eventos que impactem negativamente nos objetivos estratégicos / resultados.

Em 2014, foi dada continuidade ao processo de disseminação e consolidação da Gestão Integrada de Riscos, com foco corporativo. Para os 25 riscos priorizados pela Empresa foi implantada a metodologia de gestão integrada de riscos com base nas diretrizes da ISO 31000 e COSO.

O Escritório de Gestão Integrada de Riscos atua em conjunto com as áreas proprietárias de riscos e acompanha o monitoramento dos eventos de riscos corporativos, de acordo com as definições estabelecidas na Política e na Matriz de Riscos.

O Plano de Atendimento à Emergência – PAE é um importante mecanismo de mitigação de riscos e esta integrado a GIR. Nele estão descritos e identificados cenários emergenciais, como: incêndios nas instalações e nos equipamentos, vendavais, terremotos, invasões de instalações, derramamento de óleos isolantes, lubrificantes e hidráulicos, inundações das estruturas da barragem, mortandade de peixes, emergências médicas. Este plano descreve os procedimentos de mitigação e controle de impactos para contingências dos cenários identificados, bem como prevê a realização periódica de simulados, para avaliar a eficácia dos procedimentos e implementar melhorias.

LEI SARBANES-OXLEY - SOX

A Eletrobras e as empresas sob seu controle atendem às obrigações impostas pela seção 404 da Lei Sarbanes–Oxley - SOX.

No exercício de 2014 realizou-se o ciclo de testes de avaliação dos controles internos de diversos processos empresariais. Neste ciclo foram testados os controles de 29 processos de Negócios, de Tecnologia da Informação e de Conformidade, que foram previamente identificados com impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O quadro seguinte apresenta a composição acionária da Eletrobras Eletronorte em 31 de dezembro de 2014:

(Última Capitalização: AGE DE 13/11/2013)

Valores em R$ mil

ACIONISTAS	C.N.P.J.	QTDE. DE AÇÕES	%	CAPITAL INTEGRALIZADO
1. Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras	00.001.180/0001-26	153.124.896	99,480	11.503.094
2. Prefeitura Municipal de Manaus	04.365.326/0001-73	263.513	0,171	19.796
3. Centrais Elétricas do Pará S/A – Celpa	04.895.728/0001-20	247.635	0,161	18.603
4. Amazonas Distribuidora de Energia S/A	02.341.467/0001-20	146.382	0,095	10.996
5. Governo do Estado de Roraima	00.394.593/0001-18	35.992	0,023	2.704
6. Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre	04.065.033/0001-70	22.016	0,014	1.654
7. Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron	05.914.650/0001-66	13.949	0,009	1.048
8. Prefeitura Municipal de Boa Vista – RR	05.943.030/0001-55	8.568	0,006	644
9. União Federal	-	1.804	0,001	135
10. Outras Pessoas Físicas	-	31.531	0,021	2.369
11. Outras Pessoas Jurídicas	-	29.769	0,019	2.236
TOTAL		153.926. 055	100,00	11.563.279

Obs.: Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

GESTÃO ESTRATÉGICA

O primeiro ciclo de planejamento empresarial abrangeu os anos de 1978 a 1984. Atualmente a Empresa está em seu 12º Ciclo de Planejamento Estratégico.

Em 2013 foi aprovado pela RD-0087/2013, de 20/02/2013, o modelo customizado de Planejamento Empresarial Integrado – PEI, alinhado à metodologia Execução Premium da Estratégia e aos requisitos da Lei 12.783/2013. Por meio da RD-0389/2013, de 17/07/2013, foram repactuadas as metas com a Eletrobras para o período de 2013-2017. Em 11/12/2013 a RD-0600/2013 aprovou o Plano Estratégico Empresarial 2010/2020 - Revisão 2013. Este documento também aprovou o Pacto de Resultados 2014, que define as metas de PMSO para cada tipo de contrato de concessão para o período de 2014 até 2018.

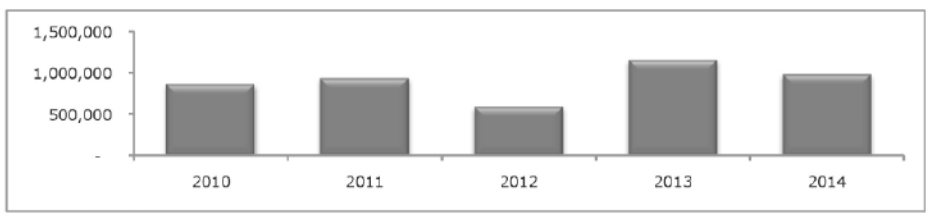
Para garantir a efetiva aderência ao método adotado, assim como aumentar a agilidade e a flexibilidade organizacionais necessárias ao cumprimento de cada etapa, foram criadas equipes específicas de trabalho, o Comitê de Estratégia Empresarial - CEE e a rede colaborativa Rede Mobilizadora da Estratégia – Física - RMEF. Estes instrumentos (CEE e RMEF) foram aprovados pela Eletrobras Eletronorte por meio da RD de Nº 0668/2011, de 20.10.2011.

A revisão 2013 do Plano Estratégico 2010/2020 foi desenvolvida com a atualização e análise dos cenários macroeconômicos, da matriz SWOT, da análise PESTAL, e segundo as diretrizes do Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras - PDNG 2013/2017.

DESEMPENHO ECÔNOMICO-FINANCEIRO

I - Principais Componentes Patrimoniais

a) Créditos junto a consumidores e revendedores



(milhares de reais)

EM MILHARES DE REAIS

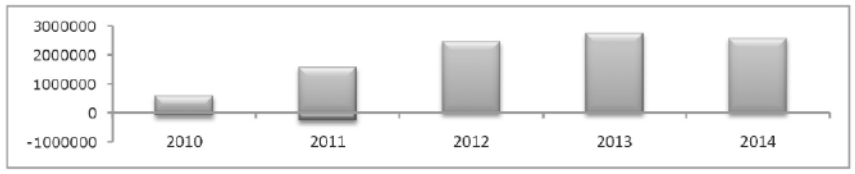
Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
Contas a receber	1.785.969	2.041.222	1.355.364	1.183.017	1.013.274
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(928.603)	(1.112.285)	(772.468)	(30.640)	(34.837)
Valor líquido	857.366	928.937	582.896	1.152.377	978.437

A partir de 2013, depois do equacionamento da dívida da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), ocorrida em 2012, a carteira de clientes da Eletrobras Eletronorte passou a apresentar baixa inadimplência (inferior a 4%, em 2014).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) Participações Societárias Permanentes



(milhares de reais)

EM MILHARES DE REAIS

Fontes	2010	2011	2012	2013	2014
Boa Vista Energia S.A. (*)	(95.076)	(259.587)	-	-	-
Sociedade de Propósito Específico (SPE)	572.005	1.561.942	2.453.718	2.740.150	2.561.628
TOTAL	476.929	1.302.355	2.453.718	2.740.150	2.561.628

(*) Em outubro de 2012, o controle acionário da ex-subsidiária integral Boa Vista Energia S.A. foi transferido à Eletrobras.

Em 31 de março de 2014, a Companhia incorporou a Estação Transmissora de Energia S/A (ETE).

A ETE era uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída em 25 de novembro de 2008 com o objetivo de escoar a energia produzida nas usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Estado de Rondônia.

A SPE detinha a concessão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, composta pela estação retificadora de corrente alternada em 500 kV para corrente contínua em ± 600 kV, com capacidade para 3.150 MW, localizada na subestação coletora de Porto Velho, no Estado de Rondônia e pela estação inversora de corrente contínua em ± 600 kV para corrente alternada de 500 kV, com capacidade para 2.950 MW, localizada na subestação Araraquara 2, no Estado de São Paulo.

O empreendimento entrou em operação em fevereiro de 2013 e tem Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 179.811 mil, reajustada anualmente, no mês de julho de cada ano, pelo IPC-A.

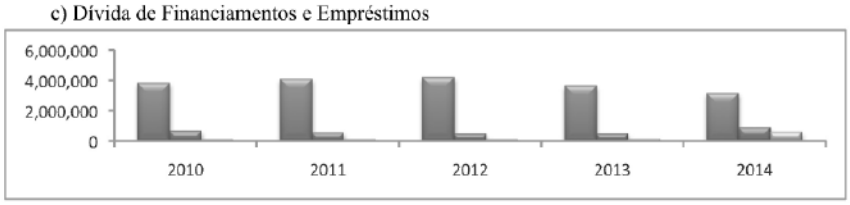
O quadro a seguir mostra os investimentos realizados pela Companhia em SPE, o resultado da equivalência patrimonial e os dividendos recebidos, tudo acumulado até 31.12.2014.

EM MILHARES DE REAIS

Investimento	Aportes	Resultados	Dividendos recebidos	Saldos em 31.12.2014
Em Operação	**1.174.849**	**205.749**	**(93.140)**	**1.292.769**
Manaus Transmissora de Energia S.A.	349.800	(17.810)	-	331.991
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	94.975	20.593	-	115.568
Integração Transmissora de Energia S.A.	62.900	79.598	(14.112)	128.386
Energética Águas da Pedra S.A.	61.985	52.329	(19.262)	95.052
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	47.919	38.919	(1.470)	85.368
Amapari Energia S.A. (*)	41.533	(42.613)	(4.229)	-
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	21.300	72.568	(54.067)	39.802
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	33.570	(74)	-	33.496
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24.549	(3.834)	-	20.715
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	22.930	(1.590)	-	21.340
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	413.388	7.663	-	421.051
Em Construção	**1.346.244**	**(214.178)**	**-**	**1.217.891**
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	6.125	(163)	-	5.962
Companhia Energética SINOP	91.296	(571)	-	90.725
Norte Energia S.A.	1.131.869	(62.321)	-	1.069.548
Linha Verde Transmissora de Energia S.A. (*)	76.917	(162.742)	-	-
Transnorte Energia S.A.	40.037	11.619	-	51.656
Construtoras	**-**	**72.145**	**(21.176)**	**50.968**
Manaus Construtora Ltda.	-	38.400	(12.133)	26.267
Construtora Integração Ltda.	-	33.745	(9.043)	24.701
Subtotal	**2.521.093**	**63.716**	**(114.316)**	**2.561.628**
Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC)	**492.341**	**-**	**-**	**492.341**
Manaus Transmissora de Energia S.A. (**)	24.556	-	-	24.556
Linha Verde Transmissora de Energia S.A. (*)	364.822	-	-	364.822
Norte Brasil Transmissora de Energia S/A (***)	102.963	-	-	102.963
Total	**2.545.649**	**63.716**	**(114.316)**	**3.053.969**

(*) SPEs com passivo a descoberto.
(**) Saldo do exercício anterior com atualização monetária.
(***) Aporte de capital em nome da Eletrosul.

c) Dívida de Financiamentos e Empréstimos



(milhares de reais)

EM MILHARES DE REAIS

Fontes	2010	2011	2012	2013	2014
Eletrobras	3.803.060	4.050.910	4.162.724	3.614.913	3.140.178
BNDES	639.974	536.699	429.527	462.331	854.746
Outros (*)	81.366	84.129	87.137	108.491	561.344
Total	4.524.400	4.671.738	4.679.388	4.185.735	4.556.268

(milhares de reais)
(*) Inclui debêntures oriundos da SPE Estação Transmissora de Energia S.A., incorporada à Companhia em 31.03.2014.

Perfil da dívida de financiamentos e empréstimos da Companhia em 31.12.2014

EM MILHARES DE REAIS

Contrato	Condições Financeiras					
	Moeda	Taxa juros	Taxa de Administ.	índice corre.	Saldo Devedor	Fim
BNDES	R$	TJLP + 3,5% a.a.			178.690	15/09/2016
BNDES	R$	TJLP + 2,5% a.a.			27.395	15/11/2024
BNDES	R$	TJLP + 2,5% a.a.			9.702	15/11/2024
BNDES	R$	TJLP + 2,72 e 1,72% a.a.			128.804	15/02/2027
BANCO DO BRASIL - FCO (*)	R$	8,5% a.a			6.205	01/01/2018
BANCO DO BRASIL - FCO (*)	R$	8,5% a.a			6.558	01/12/2026
BANCO DO NORDESTE - FNE (*)	R$	8,5% a.a			64.680	03/06/2031
BANCO DO AMAZÔNIA - FNO (*)	R$	8,5% a.a			22.943	10/01/2029
ELETROBRAS	R$	5,42% a.a.	3% a.a.		191.968	30/12/2023
ELETROBRAS	R$	5% a.a.	2% a.a.		260.244	30/05/2018
ELETROBRAS	R$	5% a.a.	2% a.a.		55.947	30/09/2017
ELETROBRAS	R$	5,00%	2,00%		5.088	30/04/2016
ELETROBRAS	R$	6,00%	1,00%	IPCA	119.315	30/06/2021
ELETROBRAS	R$	6,00%	1,00%	IPCA	23.427	30/06/2021
ELETROBRAS	R$	6,00%	1,00%	IPCA	1.454.916	31/12/2029
ELETROBRAS	R$	6,00%	1,00%	IPCA	65.767	30/10/2021
ELETROBRAS	R$	6,00%	1,00%	IPCA	375.866	30/08/2023
ELETROBRAS	R$	SELIC			72.926	30/07/2020
CREDIT NATIONAL - BALBINA-121/0118	EURO	3,5 % a.a.	-		0	31/12/2015
CREDIT NATIONAL - SAMUEL - 121/0122	EURO	3,5 % a.a.	-		13	31/12/2016
ELETROBRAS - ECR 257/97 - BID (**)	US$	6,83 % a.a.	-		367.941	06/04/2025
ELETROBRAS- ECR 259/98 - CAF (**)	US$	Libor + 3,25 % a.a.	-		14.286	04/08/2015
ELETROBRAS - ECR 260/98 - EXIMBANK (**)	YEN	2,48 % a.a.	-		132.488	06/04/2025
BANCO DA AMAZÔNIA -ETE	R$	8,5% a.a			241.526	10/07/2031
BNDES-ETE	R$	TJLP + 2,12 % a.a			474.064	15/11/2028
BANCO DA AMAZÔNIA - DEBÊNTURES	R$	TJLP + 1,65 % a.a			219.418	15/10/2031
BNDES	R$	TJLP + 3,05 e 3,5 % a.a			17.069	15/10/2028
BNDES	R$	TJLP + 3,05 e 3,5 % a.a			14.669	15/08/2028
BNDES	R$	TJLP + 3,05 e 3,5 % a.a.			4.353	15/03/2028
Total					4.556.268	

Obs:
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
(*) Bônus de Adimplência 15% a.a. sobre o saldo devedor
(**) Contratos que foram renegociados

d) Financiamentos com saldos a liberar

Para expandir e manter a geração e transmissão de energia elétrica com qualidade e confiabilidade, a Eletrobras Eletronorte possui financiamentos contratados com valores a serem liberados no montante de R$ 1.104.751 mil, discriminados abaixo:

EM MILHARES DE REAIS

Ano	Empreendimento	Banco Financiador	Contrato Nº	Valor do Financiamento	Saldo do Financiamento a Utilizar	Término do Contrato
2013	Instalações de transmisão da Subestação Nobres	BNDES	13.2.0676.1	10.000	5.500	15/03/28
2013	Implantação da Subestação Miramar e Ampliação Subestação Seccionadora de Tucuruí	BNDES	13.2.0673.1	31.000	15.952	15/08/28
2013	Ampliação Subestação Lechuga e implantação de linha de transmissão de Lechuga até Jorge Teixeira	BNDES	13.2.0672.1	35.011	17.757	15/10/28
2013	Programa de Ampliação e Reforços (PAR) e Programa de Investimento em Modernização de Interesse Sistêmico (PMIS).	BNDES	13.2.1171.1	743.382	743.381	15/12/23
2014	Plano estratégico de inovação	FINEP	1502/13	4.377	4.377	15/11/24
	Fomento de Estudos de Viabilidade Técnico e Econômico – EVTE para os Empreendimentos das AHEs Tabajara, Prainha e Sumaúma.		0972/13	23.084	23.084	15/11/21
2014	Contrato de Mútuo para viabilizar 70% do Equit da IE Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	State Grid Brazil Holding S.A.	Contrato de Mútuo	294.700	294.700	
TOTAL				1.141.554	1.104.751	

e) Financiamentos contratados em 2014

(i) Contrato de mútuo para viabilizar o EQUITY da Eletrobras Eletronorte na SPE Belo Monte Transmissora de Energia S.A.

A Eletrobras Eletronorte, Furnas e a State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH), formaram o Consórcio IE Belo Monte, para participar do Leilão nº 011/2013-Aneel, com percentuais de participação de 24,5%, 24,5% e 51%, respectivamente.

O referido Consórcio sagrou-se vencedor do certame e, em decorrência disso, constituíram a Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., para a construção e operação da linha de transmissão que escoará a energia produzida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte para a Região Sudeste.

De forma a assegurar a rentabilidade requerida pela Eletrobras Eletronorte e por Furnas, a sócia privada, SGBH, ofereceu empréstimo, por meio de contrato de mútuo, de 70% do equity de seus sócios estatais, com as seguintes condições:

EM MILHARES DE REAIS

Valor:	R$ 294.700
Desembolso:	*Pari passu* às necessidades de aporte do capital próprio da SPE, conforme estabelecido no Plano de Negócios e respeitado o percentual de participação da Eletrobras Eletronorte no empreendimento.
Carência de principal e Capitalização de Juros:	O prazo de carência do principal e dos juros encerra-se em 27 de janeiro de 2020.
Data da 1ª Amortização:	28 de janeiro de 2020.
Taxa de Juros:	Juros efetivos de 10% a.a., calculados *pro rata tempore*, sendo certo que nunca em período inferior a 1 (um) ano durante o período de carência.
Sistema de Amortização:	Sistema *Price*
Periodicidade de Amortização:	Semestral
Garantia:	Fiança Corporativa da Eletrobras

Em 15 de dezembro de 2014, a Eletrobras Eletronorte, a Eletrobras e a SGHB assinaram o Instrumento Particular de Mútuo e Outras Avenças no valor de R$ 294.700 mil.

Os recursos oriundos deste contrato serão liberados de acordo com as solicitações de aporte da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

(ii) Fomento de Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica – EVTE e Plano Estratégico de inovação obtidos junto a FINEP

A Eletrobras Eletronorte contratou com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) financiamento para 4 (quatro) projetos, sendo 3 (três) de estudo de viabilidade de empreendimentos para serem leiloados pela Aneel e 1 (um) de inovação, para Monitoramento dos Transformadores Elevadores da UHE Tucuruí - Casa de Força I, conforme descrição a seguir:

Estudos de Viabilidade – R$ 23.084 mil

O objetivo desse projeto é o de formar parcerias para o desenvolvimento de Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) e de Licenciamento Ambiental de aproveitamentos Hidrelétricos, com vistas à disponibilização desses empreendimentos para licitação em leilões de energia pela Aneel.

AHE Tabajara

O AHE Tabajara está previsto para ser implantado no Rio Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, com potência instalada estimada de 350 MW. Em 31.12.2007 foi assinado Termo de Compromisso para desenvolvimento em conjunto dos Estudos de Viabilidade desse empreendimento.

AHE Prainha

O AHE Prainha, situado no rio Aripuanã, nos municípios de Nova Aripuanã e Apuí, Estado do Amazonas, possui potência estimada em 796,4 MW. Em 28.12.2012, foi aprovada a formalização de parceria entre a Eletrobras Eletronorte e a Endesa Brasil, com interveniência da Eletrobras, objetivando desenvolver Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Licenciamento Ambiental do AHE Prainha.

AHE Sumaúma

O AHE Sumaúma, situado no rio Aripuanã, no município de Apuí, Estado do Amazonas, possui potência estimada em 458,2MW. A formalização de parceria entre a Eletrobras Eletronorte e a Endesa Brasil, com interveniência da Eletrobras, foi aprovada em 28.12.2012, objetivando desenvolver Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Licenciamento Ambiental do AHE Sumaúma.

Projetos de Inovação – R$ 4.377 mil

Monitoramento dos Transformadores Elevadores da UHE Tucuruí - Casa de Força I

Implantação de um sistema para monitoramento on-line dos Transformadores de Potência elevadores da Usina Hidrelétrica de Tucuruí - Casa de Força I, dada sua importância para o Sistema Interligado Nacional.

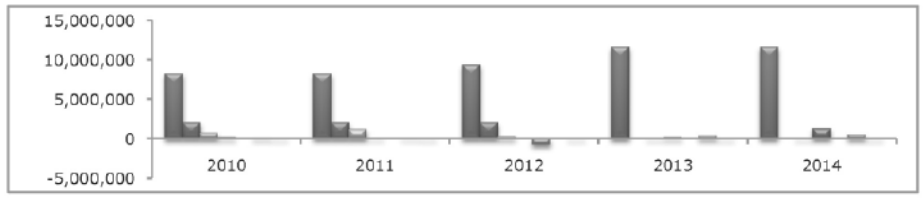
O sistema de monitoramento a ser implementado nos transformadores elevadores da UHE Tucuruí estão munidos das variáveis fundamentais para o controle das principais causas de falha destes equipamentos e de metodologia para tratamento das informações, de forma a gerar o diagnóstico e prognóstico do transformador. Ressalta-se que o monitoramento e diagnósticos são realizados em tempo real, atuando na prevenção.

O projeto consiste na implementação do sistema inovador de Monitoramento dos Transformadores Elevadores, desenvolvidos pela Eletrobras Eletronorte em parceria com a empresa Treetech Sistemas Digitais, nos transformadores de potência elevadores instalados na Casa de Força I da UHE Tucuruí, no município de Tucuruí, Estado do Pará.

O programa permitirá o monitoramento em tempo real da operacionalização dos equipamentos, detectando os defeitos em fase incipiente e possibilitando a mitigação dos riscos, a segurança operacional e a continuidade do fornecimento da energia.

A inovação proposta fará o monitoramento dos transformadores elevadores da UHE Tucuruí, a maior usina hidrelétrica genuinamente brasileira, responsável por 10% da geração de energia do País, com capacidade instalada de 8.370 MW.

f) Patrimônio Líquido (PL) + Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

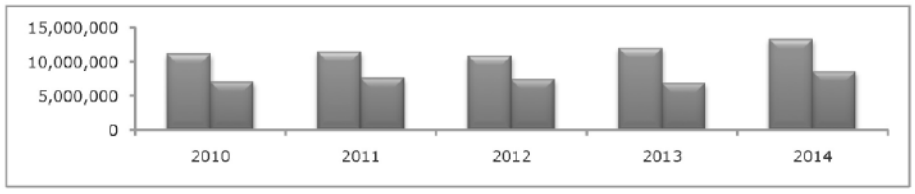


(milhares de reais)

EM MILHARES DE REAIS

Fontes	2010	2011	2012	2013	2014
Capital social	8.200.406	8.200.406	9.326.355	11.563.279	11.563.279
Reservas de capital	2.011.460	2.011.460	2.011.460	-	-
AFAC	631.793	1.127.731	218.104	13.330	12.984
Reservas de lucros	132.092	50.685	-	126.605	1.246.516
Prejuízos acumulados	-	-	(734.973)	-	-
Dividendos adicionais propostos	109.301	50.200	-	305.053	456.777
Outros resultados abrangentes	(17.901)	(52.766)	(49.837)	(59.976)	(39.607)
Total	11.067.151	11.387.716	10.771.109	11.948.291	13.239.949

g) Relação Capital Próprio X Capital de Terceiros



(milhares de reais)

EM MILHARES DE REAIS

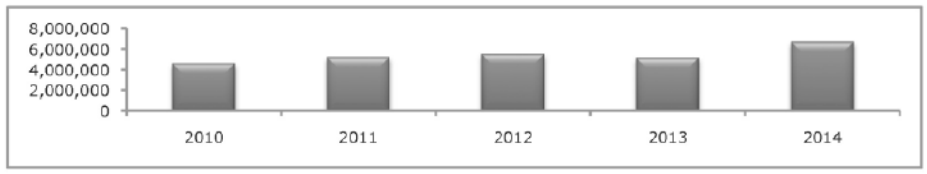
Fontes	2010	2011	2012	2013	2014
Capital próprio *	11.067.151	11.387.716	10.771.109	11.948.291	13.239.949
Capital de terceiros**	6.976.066	7.512.785	7.338.475	6.776.655	8.510.943
Total	18.043.217	18.900.501	18.109.584	18.724.946	21.750.692

*Inclui adiantamentos para futuros aumentos de capital (AFAC)
**Exclui: instrumentos financeiros derivativos, impostos e contribuições sociais (passivo não circulante), provisões para riscos e adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC).

A relação capital próprio x capital de terceiros é de 60,9% e 39,1%, respectivamente (63,8% e 36,2% em 2013).

II - DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

a) Faturamento Bruto



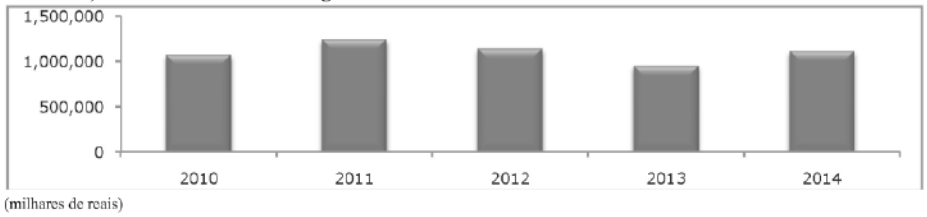
(milhares de reais)

EM MILHARES DE REAIS

Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
Venda de energia elétrica e serviços	3.666.460	4.199.739	4.427.387	4.827.670	6.028.207
Disponibilização do sistema de transmissão	883.134	965.925	1.019.025	301.699	628.815
Total	4.549.594	5.165.664	5.446.412	5.129.369	6.657.022

O faturamento bruto em 2014 apresentou crescimento de 29,78% em relação a 2013, principalmente, em função do aumento no suprimento de energia elétrica e na comercialização da energia de curto prazo, devido ao aumento no preço de liquidação das diferenças (PLD).

b) Tributos Federais e Encargos Setoriais incidentes sobre a Receita



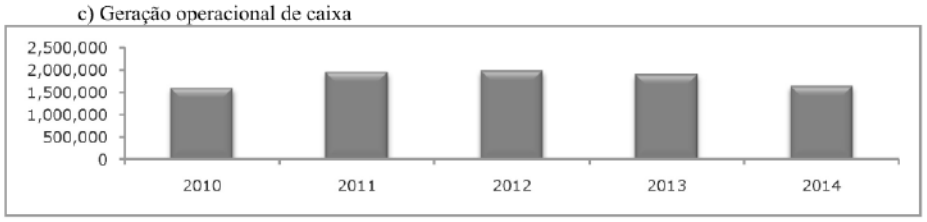
(milhares de reais)

EM MILHARES DE REAIS

Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	15.427	19.098	17.843	16.793	16.771
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	39.377	42.905	38.563	10.585	10.103
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	45.999	54.787	31.192	33.026	16.891
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	98.505	93.128	93.046	91.553	82.545
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	58.890	65.534	67.565	71.621	93.378
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	36.787	40.834	44.759	44.339	57.998
Reserva Global de Reversão - RGR	108.220	117.805	132.079	119.943	163.139
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	173.115	195.779	199.829	207.335	224.891
Conta de Consumo de Combustível - CCC	209.948	296.458	187.264	9.582	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	271.302	301.918	311.293	329.948	430.182
Total	1.057.570	1.228.246	1.123.433	934.725	1.095.898

O gráfico acima mostra a enorme carga tributária a que está submetida a Empresa.

c) Geração operacional de caixa



(milhares de reais)

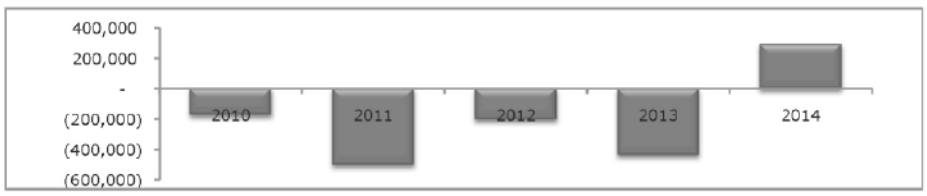
EM MILHARES DE REAIS

RUBRICAS	2010	2011	2012	2013	2014
Faturamento Bruto	4.549.594	5.165.664	5.446.412	5.129.369	6.657.022
(-) Impostos e Contribuições sobre a Receita	(870.243)	(1.015.866)	(908.254)	(713.337)	(857.206)
(=) Faturamento Líquido	3.679.351	4.149.798	4.538.158	4.416.032	5.799.816
(-) Despesas Desembolsáveis (*)	(2.102.624)	(2.209.705)	(2.571.972)	(2.530.766)	(4.175.829)
Total	1.576.727	1.940.093	1.966.186	1.885.266	1.623.987

(*) Não inclui: depreciação e amortização, provisões operacionais, custo de construção e redução ao valor recuperável.

A geração de caixa da Eletrobras Eletronorte apresentou redução de 13,86% neste exercício, quando comparada com o exercício anterior.

d) Resultado Financeiro



(milhares de reais)

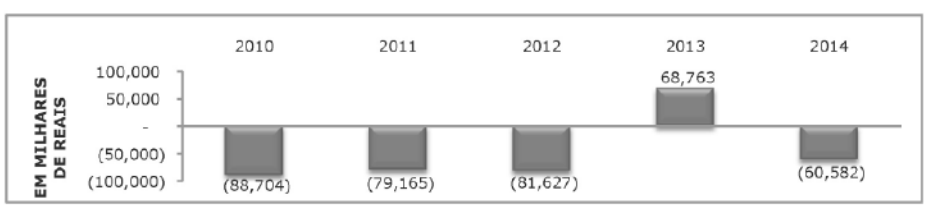
EM MILHARES DE REAIS

Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014
Receita financeira	349.597	349.281	432.143	324.787	856.995
Despesa financeira	(520.027)	(848.552)	(633.593)	(759.528)	(566.179)
Resultado financeiro	(170.430)	(499.271)	(201.450)	(434.741)	290.816

Em virtude do endividamento da Companhia, o seu resultado financeiro é susceptível às flutuações das moedas que indexam os contratos de financiamentos e empréstimos, trazendo, como consequência, impactos negativos aos seus resultados finais.

Os contratos de fornecimento de energia elétrica da Companhia com a indústria de eletrointensivos são afetados pelo preço do alumínio no mercado externo, surgindo daí a figura do derivativo embutido. No exercício de 2013, foi registrado como despesa financeira, a esse título, o valor de R$ 178.994 mil, enquanto neste exercício o derivativo representou uma receita financeira de R$ 382.614 mil. Esse fato contribuiu, de forma preponderante, para a redução do déficit do resultado financeiro, que saiu de R$ 434.741mil (perda) em 2013, para R$ 290.816 mil (ganho) em 2014.

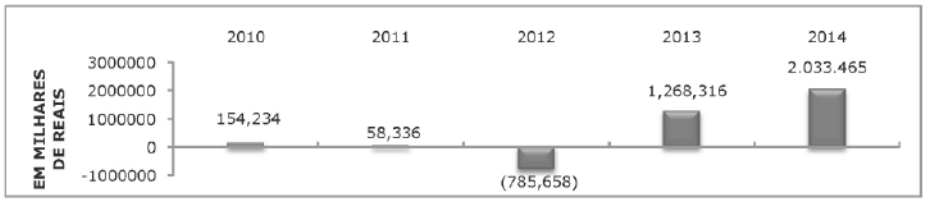
e) Resultado de Participações Societárias



A equivalência patrimonial impactou desfavoravelmente o resultado da Companhia até o exercício de 2012, quando houve a transferência do controle acionário da ex-subsidiária integral Boa Vista Energia S/A para a Eletrobras.

Neste exercício, em função do impairment incidente sobre a participação societária na SPE Linha Verde e a constituição de provisão para perdas na SPE Norte Energia S/A, houve um prejuízo final nessa rubrica de R$ 60.582 mil.

f) Resultado final dos Exercícios



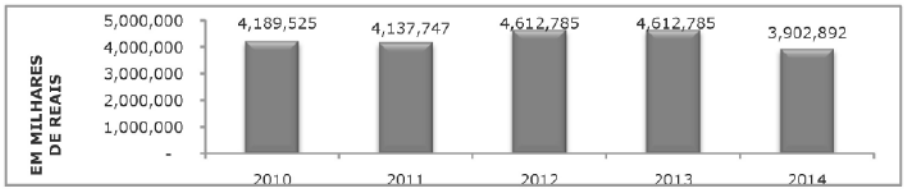
A Companhia encerrou o exercício de 2014 com lucro de R$ 2.033.465 mil, ante um lucro de R$ 1.268.316 mil, verificado no exercício de 2013.

Os principais fatores que contribuíram para a formação do lucro do exercício foram os seguintes:

(i) A variação positiva do resultado financeiro, no montante de R$ 290.816 mil, oriunda substancialmente, dos ganhos com derivativos (item II.d);

(ii) A ativação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados e diferenças temporárias, no montante de R$ 1.149.506 mil, com reflexo direto no resultado (item II.g).

g) Prejuízos Fiscais



A Companhia vinha acumulando créditos tributários de grande monta, sem perspectiva de compensação, tendo em vista a apuração de prejuízos em alguns dos últimos exercícios.

O CPC 32 estabelece condições para o registro contábil de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

Com base em estudos realizados, que confirmam a expectativa de lucros tributáveis futuros, a administração ativou o montante de R$ 1.149.506 mil de crédito tributário, com reflexo direto no resultado do exercício.

DIMENSÃO SOCIAL
DIMENSÃO SOCIAL INTERNA

Gestão de Pessoas

A Eletrobras Eletronorte considera que o capital humano é determinante para cumprir sua Missão, alcançar os resultados e fortalecer a Organização. Ela adota a Política de Gestão de Pessoas da Eletrobras, que está alinhada à estratégia organizacional e à legislação brasileira, respeitando as diretrizes e convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT. A Empresa tem envidado esforços para adequar seu quadro de pessoal aos novos desafios e, para tanto, adota diretrizes que orientam a busca por desenvolvimento e valorização de pessoas.

Educação e Desenvolvimento

Para adaptação à nova realidade do mercado de energia elétrica, o processo de Educação Corporativa utilizou algumas estratégias, como: Atuação dos(as) gestores(as) como líderes educadores(as); Valorização de profissionais educadores(as) em instrutoria interna, tutoria e conteudista e, ações educacionais focadas em Autodesenvolvimento(AD), Treinamento em Serviço (TS), Treinamento Informal (TI) e Educação a Distância.

Considerando todas as ações educacionais (internas, externas e as em parceria com a Holding Eletrobras), o processo de Educação Corporativa implementou 885 turmas de ações educacionais, que aperfeiçoaram e qualificaram os(as) empregados(as) da Eletrobras Eletronorte.

As ações educacionais atingiram 48,5 horas de treinamento, em média por empregado(a), perfazendo um total de 144.318,00 horas, com 14.605 participações para 3.024 profissionais. O valor total investido foi de R$ 3.914.180,50, com investimento médio por empregado de R$ 1.149,87.

Parâmetros	2012	2013	2014
Ações Educacionais	1.290	1.225	885
Pessoas Capacitadas	3.866	3.563	3.024
Participações	18.612	17.867	14.605
Horas Treinadas	186.259,06	176.125,49	144.318,00
Custo Total (R$)	4.605.969,12	2.746.184,02	3.914.180,50

OBS.: Foram considerados para as informações acima, empregados e requisitados. Para o cálculo das horas de treinamento em média por empregado e do investimento médio por empregado, foram considerados todos os empregados da Empresa e não apenas as pessoas capacitadas, ajustando-se os cálculos a quantidade de empregados ausentes (férias ou licença médica) no período calculado.

Programa de Incentivo ao Desligamento – PID

Em consequência à Lei 12.783/ 2013, a Eletrobras instituiu em maio de 2013 o Plano de Incentivo ao Desligamento – PID, abrangendo diversas empresas do grupo, inclusive a Eletrobras Eletronorte. A adesão a este Plano findou-se em julho do mesmo ano, mesmo mês em que começaram os desligamentos. A primeira

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

etapa terminou em dezembro de 2013 e a segunda encerrou-se em novembro de 2014. Na Eletrobras Eletronorte o custo total dos desligamentos incentivados, realizados em 2013/2014, foi de R$ 236.483.147,03.

O quadro a seguir apresenta dos dados relacionados aos desligamentos em 2013/2014:

Mês do Desligamento	Nº de Empregados	Custo com desligamento em R$
Julho/2013	27	15.940.032,16
Agosto/2013	12	8.357.939,32
Setembro/2013	22	11.811.587,14
Outubro/2013	21	13.517.079,40
Novembro/2013	34	22.852.485,92
Dezembro/2013	224	158.585.644,48
Julho/2014	1	242.621,52
Novembro/2014	13	5.175.757,09
Total	354	236.483.147,03

Força de Trabalho

		2012	2013	2014
Nº de Empregados no Início do Exercício	Ativos em Exercício	3447	3387	3039
	Ativos Cedidos (Dec. 4050/2001)	157	153	146
	Ativos readmitidos (Lei 8878/94)	188	198	196
	Licença sem Remuneração	21	17	13
	Diretores Empregados	2	2	0
	Subtotal	3.815[1]	3.757	3394
	Cedidos à Empresa (Dec. 4050/2001)	32	29	24
	Diretores não Empregados	3	3	5
	Subtotal	35	32	29
	Total Geral	3850	3789	3423
Nº de Empregados no Final do Exercício	Ativos em Exercício	3387	3039	2989
	Ativos Cedidos (Dec. 4050/2001)	153	146	157
	Ativos readmitidos (Lei 8878/94)	198	196	194
	Licença sem Remuneração	17	13	14
	Diretores Empregados	2	0	1
	Subtotal	3.757[1]	3.394	3355
	Cedidos à Empresa (Dec. 4050/2001)	29	24	29
	Diretores não Empregados	3	5	4
	Subtotal	32	29	33
	Total Geral	3789	3423	3388
Nº de pessoas com deficiência		30[2]	30	27
Nº de Demissões		13	369	43
Nº de Admissões		71	6	4
Nº de aposentadorias no Período		66	51	47
Relação entre o menor salário da Empresa e o salário mínimo vigente		3,91	3,85	3,89
Salário médio		R$ 7.282,32	R$ 7.998,45	R$ 8.849,80
Taxa de Gravidade de Acidentes - TGA		60[3]	14[3]	68
Taxa de Frequência de Acidentes -TFA		1,78[3]	1,68[3]	2,70
Índice de Absenteísmo - IAD - Global		2,68	2,90	2,86

[1] A partir de 2011 foram considerados os Diretores Empregados na composição do quadro de pessoal.
[2] A partir de 2012 foram consideradas as deficiências regulamentadas pelo Decreto nº. 3.298/99, de 20.12.1999, e não por autodeclaração.
[3] O processo de apuração dos indicadores TGA e TFA passou por revisão em agosto de 2014, o que gerou alterações nos resultados dos indicadores nos exercícios de 2011, 2012 e 2013.

Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades

A sustentabilidade dos negócios depende também do compromisso social com a promoção da equidade e da diversidade. Por isto, a Eletrobras Eletronorte trabalha com o objetivo de gerar oportunidades iguais para todos.

A Empresa aderiu às Recomendações Sociais do Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU e assumiu o compromisso com a valorização da diversidade de forma explícita, incluindo no Código de Ética os princípios da equidade, igualdade e respeito às diferenças.

Equidade de Gênero e Diversidade

A Eletrobras Eletronorte recebeu em 2013, pela quarta vez consecutiva, o Selo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Política para as Mulheres – SPM do Governo Federal pelo reconhecimento do compromisso com as questões de gênero e diversidade.

Como resultados, destacam-se, o fortalecimento e sensibilização sobre o tema; a inclusão da linguagem e imagem inclusivas nas peças de comunicação e em comunicados oficiais; divulgação das ações e resultados do programa no website e página da intranet; aquisição de uniformes e roupas antichamas femininas; construção de vestiários e banheiros femininos em espaços antes inexistentes; sensibilização da cadeia de relacionamentos permitindo ampliação da contratação de mulheres terceirizadas em postos tradicionalmente masculinos: motoristas, vigilância e manutenção civil; elaboração de Estudo das ocupações das funções gerenciais na perspectiva de gênero.

Saúde

Anualmente, empregadas e empregados são submetidos a exames periódicos padronizados de acordo com idade, sexo e função exercida. Em 2014, 92% dos exames foram concluídos. A apresentação dos resultados aos empregados é feita por meio do "Cartão Saúde", que monitora cinco indicadores de qualidade de saúde (índice de massa corpórea, pressão arterial, colesterol, triglicerídeos e glicose), comparando-os com seus respectivos valores de referência.

Segurança do Trabalho

Tipo de acidentes do trabalho/ Indicadores	2012	2013	2014
Nº Absoluto de Acidentes sem Afastamento	11[4]	8	11
Nº Absoluto de Acidentes com Afastamento	15[4]	14	27
Nº Total de Acidentes de Trabalho com Empregados	26	22	38
Índice Relativo Total de Empregados	0,0069	0,006538	0,006882
Dias Perdidos/Pessoas[1]	422[4]	93[4]	403
Índice de Frequência	1,78[2]	1,68[2]	2,70
Índice de Avaliação Gravidade	62[2]	14[2]	68,0
Acidentes que Resultaram em Mutilação ou Outros Danos à Integridade Física de Empregados e/ou de Prestadores de Serviço, com Afastamento Permanente do Cargo (incluindo LER) (%)	0	0	0
Nº de óbitos	1	0	1[3]

[1] Dias/Homens perdidos foi substituído por Dias perdidos/Pessoas.
[2] O processo normal de avaliação dos indicadores TGA e TFA passou por ampla revisão em agosto de 2014, o que gerou alterações nos citados indicadores nos exercícios de 2012 e 2013.
[3] Óbito decorrente de um acidente de trajeto e computado no item "Número Absoluto de Acidentes com Afastamento".
[4] "Número absoluto de acidentes de trabalho" e "Dias perdidos/ Pessoas" foram revisados em 2014, o que levou a correções nos anos de 2012 e 2013.

Previdência Privada

A Previnorte – Fundação de Previdência Complementar é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com o objetivo de instituir planos de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados das empresas que patrocinam esses planos. Além da Eletrobras Eletronorte, na qualidade de Patrocinador-Instituidor, são também patrocinadores da Previnorte a Amazonas Energia S.A., a Boa Vista Energia S.A., a Eletroacre e a própria Previnorte.

Composição dos Recursos Garantidores da Previnorte dos Planos 01-A e 01-B em 31.12.2014 da Eletrobras Eletronorte

Alocação dos Recursos	Valor (R$)	%
Renda Fixa	1.853.988.386,58	84,30
Títulos Públicos	412.556.668,58	18,76
Crédito Privado	648.548.545,10	29,49
Fundos de Investimentos	792.883.172,90	36,05
Renda Variável	117.953.524,21	5,36
Fundos de Investimentos	117.953.524,21	5,36
Segmento Estruturado	58.637.493,55	2,67
Imóveis	70.351.917,00	3,20
Operações com Participantes	98.008.241,26	4,46
Disponível	238.052,66	0,01
Total	**2.199.177.615,26**	**100,00**

Valores em R$

Mês de Referência	Contribuições Pagas pelos Participantes	Contribuições Pagas pelos Patrocinador	Assistência Médica[1]	Assistência Odontológica[1]	UTI Móvel[1]	Empréstimos Consignados[2]	Total
Janeiro	3.533.150,29	2.833.566,73	5.053,92	1.333,50	460,35	2.119.642,59	**8.493.207,38**
Fevereiro	3.540.326,17	2.843.417,55	4.316,01	1.397,84	460,35	2.014.152,69	**8.404.070,61**
Março	3.527.803,87	2.833.290,06	3.629,02	1.370,16	460,35	2.074.156,65	**8.440.710,11**
Abril	3.551.062,99	2.856.423,71	3.208,23	1.370,16	501,27	2.169.196,24	**8.581.762,60**
Maio	4.208.368,86	3.428.629,08	2.497,96	1.370,16	491,04	2.136.650,67	**9.778.007,77**
Junho	3.896.942,48	3.143.993,73	2.497,96	1.370,16	521,73	2.055.105,29	**9.100.431,35**
Julho	3.912.185,58	3.155.886,87	2.497,96	1.356,32	511,50	1.966.280,68	**9.038.718,91**
Agosto	3.900.784,59	3.138.672,97	2.497,96	1.356,32	542,19	1.860.111,44	**8.903.965,47**
Setembro	3.938.483,90	3.169.894,24	2.497,96	1.300,96	552,42	1.964.902,56	**9.077.632,04**
Outubro	3.927.385,20	3.163.487,51	2.497,96	1.287,12	572,88	2.178.925,62	**9.274.156,29**
Novembro	3.916.594,20	3.157.574,89	2.497,96	1.287,12	572,88	2.155.590,25	**9.234.117,30**
Dezembro *	3.904.281,12	3.146.626,85	2.497,96	1.287,12	572,88	2.259.719,84	**9.314.985,77**
13º (*)	3.895.765,82	3.018.104,80	-	-	-	-	**6.913.870,62**
Total	**49.653.135,07**	**39.889.568,99**	**36.190,86**	**16.086,94**	**6.219,84**	**24.954.434,52**	**114.555.636,22**

(*) Valores repassados em Janeiro/2015 Notas: (1) Valores descontados na folha de pagamento e repassados à PREVINORTE, relacionados aos dependentes dos empregados da Eletrobras Eletronorte e que fazem parte do plano de saúde intermediado. (2) Valores descontados na folha de pagamento e repassados à PREVINORTE, referentes às prestações de empréstimos concedidos aos seus participantes.

DIMENSÃO SOCIAL EXTERNA
PROGRAMAS E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

O Plano Diretor de Responsabilidade Social Empresarial da Eletrobras Eletronorte, estruturado em cinco eixos de projetos sociais inspirados nas políticas públicas, orienta os programas e ações de responsabilidade social. Os eixos são divididos em estruturantes (Geração de Trabalho e Renda; Educação, Cultura e Esporte; e Direitos Humanos e Cidadania) e dois transversais (Gênero e Diversidade; e Meio Ambiente).

Principais Programas e Projetos

Programa/Projeto	Objetivo/Beneficiários
Programa Brasil sem Miséria	Programa Superação da Pobreza das Mulheres – Termo de Compromisso para apoiar o Programa Brasil sem Miséria com a cessão sala e equipamentos de videoconferência para capacitação de agentes públicos na área de atuação da Eletrobras Eletronorte que visa levar renda e cidadania a 16,5 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem em condições de miséria extrema. (PEESPM – Decreto 7.492 de 2/6/2012).
Programa Jovem Aprendiz	Capacitar e preparar os que estão em situação de vulnerabilidade social, facilitando sua inserção no mercado de trabalho, em consonância com a política pública e legislação de primeiro emprego, beneficiando jovens entre 14 e 24 anos incompletos de populações de baixa renda que estejam cursando as últimas séries do ensino fundamental. São 170 beneficiários.
Centro Social de Pimenta Bueno	Reformar e revitalizar a Praça dos Pioneiros, por meio da implantação do Centro de Cultura e Geração de Renda de Pimenta Bueno / RO. A população de Pimenta Bueno é a beneficiária. São 15.000 habitantes.
Tornar a Esperança Visível	Recuperar e reinserir socialmente internos da Fazenda da Esperança, localizada em Roraima, por meio da construção de uma panificadora, na qual os dependentes químicos e alcoólatras serão capacitados, para em seguida, após o término do tratamento, serem inseridos ou reinseridos no mercado de trabalho, cuja ação se dá em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social. São 108 beneficiários.
Cinema Itinerante na Comunidade - APREMARA	Democratizar o acesso à informação, cultura expressões artísticas nas comunidades atingidas pela barragem da Usina Hidrelétrica Samuel no estado de Rondônia-RO. São 1160 beneficiários.
Projeto Linha Verde	Promover qualificação, conscientização e geração de trabalho e renda nas comunidades dos municípios de Peritoró, Matões do Norte e Miranda do Norte - Maranhão, por meio do manejo e produção sustentável de hortaliças utilizando metodologia de Mandalas produtivas. São 150 beneficiários.
Programa Promoção do Trabalho Decente e Erradicação do Trabalho Escravo	Sensibilizar e conscientizar fornecedores e cadeia produtiva para promover a assinatura e adesão ao Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, em suas empresas. São 327 beneficiários.
Voluntariado Empresarial	Estimular, apoiar e fortalecer as ações voluntárias de seus colaboradores(as) nas comunidades locais, tendo sido criados e instalados, em 2012, nove Núcleos Regionais do Programa de Voluntariado em cada uma das localidades da Eletrobras Eletronorte. São 143 beneficiários.
Projeto Reciclanorte	Tem por objetivo promover a inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis da Amazônia Legal de forma sustentável, integrando ações que promovam trabalho e renda, capacitação, saúde, elevação de escolaridade, inclusão digital, segurança alimentar, crédito, habitação e programas assistenciais.
Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Desenvolver um conjunto de ações articuladas interna e externamente voltadas para a prevenção, articulação e mobilização que permitam a intervenção corporativa para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, na empresa e nas suas comunidades de convivência.
Casa Abrigo - Energia para Vida	Acolher, proporcionar a reintegração social e resgatar a autoestima de mulheres e crianças em situação de violência doméstica e familiar no município de Tucuruí – PA, em um Centro de Abrigamento especialmente criado para o projeto. São 200 beneficiários.
Escola Polo	Construir as instalações da Escola Polo, por meio do acordo de cooperação técnica celebrado entre a Eletrobras Eletronorte e a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO, para proporcionar a qualificação de jovens e adultos das comunidades do município. São 640 beneficiários.
Centro de Inclusão Digital de Tucuruí	Permitir, por meio da implantação do Centro de Inclusão Digital – CID de Tucuruí – PA, a inclusão digital à sociedade de baixa renda, possibilitando acesso às novas tecnologias, ampliação das relações, acesso à internet, democratização de serviços, utilização de novas tecnologias em ações educativas, maior acesso ao conhecimento e incentivo à pesquisa e possibilidade de troca de experiências com outras comunidades conectadas à rede internet.
Projeto Infocentro do Pará	Promover a inclusão social e digital de adultos e adolescentes do Barreiro e dos bairros adjacentes, em situação de vulnerabilidade social, nos cursos de Informática Básica e Avançada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Programa/Projeto	Objetivo/Beneficiários
Projeto Social APAE Cidadã	Promover a adaptação do espaço físico, visando seu uso social para o desenvolvimento de ações que promovam geração de trabalho e renda, promoção da cidadania, saúde e atividades socioesportivas, que são demandas da comunidade que reside nas proximidades da instituição, buscando socializar e integrar os habitantes locais. O projeto é de grande importância para a cidade de Santarém por estar a APAE inserida em uma área de alta vulnerabilidade social e devido ao agravamento da criminalidade. Além da reforma do espaço físico, prevê ações direcionadas a esses acompanhantes, na sua maioria mulheres que possam promover o resgate da cidadania. São 324 beneficiários.
Qualificação e capacitação técnica e profissional de comunidades carentes dos municípios de Tucuruí, Breu Branco, Santarém e Porto Velho por meio de parceria público-privada	Oferecer qualificação e capacitação técnica e profissional em diversas áreas do conhecimento, a jovens e adultos provenientes de famílias de baixa renda, em condições de vulnerabilidade social, favorecendo sua inserção no mercado de trabalho. São 2.476 beneficiários.
Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/009	Fortalecer a capacidade institucional e da gestão das ações voltadas às populações atingidas pelos empreendimentos. A Eletrobras Eletronorte estabeleceu um Projeto de Cooperação Técnica entre a Agência Brasileira de Cooperação, órgão integrante da estrutura do Ministério das Relações Exteriores, e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), denominado PCT BRA/IICA/09/009, com duração de 60 meses. Em 2014, os recursos utilizados foram na ordem de R$ 383.514,82 em estudos técnicos voltados a população indígena, gestão institucional e projeto Ipirá (Pirtuc), conforme abaixo: 1) Estudo Ambiental Simplificado ex-post do empreendimento Linha de Transmissão 500 KV Tucuruí-Marabá-Imperatriz-Presidente Dutra- São Luis - Componente Indígena; 2) Especialista em elaboração e acompanhamento de projetos socioprodutivos de piscicultura em sistema tanques-rede (projeto executivo e básico do Projeto Ipirá); 3) Consultoria de pessoa física para capacitação de técnicos da Eletrobras Eletronorte em métodos estatísticos aplicados à biologia pesqueira; 4) Construir processo pedagógico e metodológicos com vista a elaboração de plano de ação de investimento sócio produtivo nas aldeias da Terra Indígena Cana Brava/Guajajara com objetivo de subsidiar o termo de compromisso a ser firmado com a Eletrobras Eletronorte 5) Planejamento e Gestão Territorial com Povos Indígenas; 6) Serviço técnico especializado de pessoa física, na modalidade produto, para o apoio ao planejamento e gestão de ações estratégicas na implementação de programas socioambientais da Eletrobras Eletronorte. O Projeto foi prorrogado por mais 120 meses, ou seja, com data de encerramento prevista pra outubro de 2016.
Universalização de Energia	Atender orientações do Ministério de Minas e Energia, atuando como coordenadora da região elétrica norte no Programa Luz para Todos, composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, provendo a estrutura física e logística dos Comitês Gestores Estaduais.
Plano de Inserção Regional da UHE Tucuruí - PIRTUC	Contribuir para o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião do Entorno da UHE Tucuruí – PDST, que compreende os 7 (sete) municípios do entorno do Lago da UHE Tucuruí: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí. Os projetos abrangem programas compensatórios e potencializadores de desenvolvimento, bem como ações de melhorias de infraestrutura social e econômica e de fortalecimento das atividades produtivas da região com período de 20 (vinte) anos para implementação, iniciado em 2002 e envolvendo recursos financeiros no montante de R$ 200 milhões.
Plano de Inserção Regional a Jusante de Tucuruí - PIRJUS	Desenvolver ações socioambientais a jusante de Tucuruí, em cinco municípios: Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajurú e Igarapé-Miri, beneficiando 237.728 pessoas. A implementação se estende por um período de 20 anos, a partir de 2004, e envolve um montante de recursos financeiros de R$160 milhões.
Patrocínios Institucionais	Fundação Nacional da Qualidade - Publicações; Congresso Brasileiro de Comunicação Corporativa; Encontro de Tecnologia da Informação; 56 º Congresso Brasileiro do Concreto; Encontro Nacional de Máquinas Rotativas; VI SMARS; Seminário Amazônico de Energia; 14ª Conferência ANPEI de Inovação Tecnológica; XII Seminário Técnico de Proteção e Controle; XXIV Seminário Nacional de Parques Tecnológicos.
Patrocínios Culturais	T-Bone Cultural; Projeto Cultural Viva a Arte; Festival Folclórico de Belém; Dança Pará Festival; Festival Internacional de Dança da Amazônia; Feira de Arte e Moda Popular de Tucuruí; Publicação do Livro do Círio.
Patrocínios Esportivos	V Corrida e Caminhada do Engenheiro; Projeto Brasil Medalha 2016 -Edson Cavalcante; Projeto Rogério Lima 2016 .

Balanço Social - Informações de Natureza Social e Ambiental

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e distribuição de riqueza	Em 2014		Em 2013	
Distribuição do Valor Adicionado A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contabeis.	7,80% governo 53,22% acionistas	22,95% empregados 17,03% financiadores % outros	27,22% governo 29,60% acionistas	23,79% empregados 19,38% financiadores % outros

2 - RECURSOS HUMANOS 2.1 - Remuneração	Em 2014	Em 2013
Folha de pagamento bruta (FPB)	599.391	699.094
- Empregados	596.176	695.938
- Administradores	3.215	3.156
Relação entre a maior e a menor remuneração:		
- Empregados	19,60	18,49
- Administradores	1,05	1,05

2.2 - Benefício Concedidos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	176.711	29,48%	2,94%	257.587	36,85%	5,61%
Alimentação	39.299	6,56%	0,65%	41.235	5,90%	0,90%
Transporte	2.918	0,49%	0,05%	3.253	0,47%	0,07%
Previdência privada	32.493	5,42%	0,54%	32.907	4,71%	0,72%
Saúde	64.824	10,81%	1,08%	68.175	9,75%	1,49%
Segurança e medicina do trabalho	3.718	0,62%	0,06%	8.497	1,22%	0,19%
Educação ou auxílio Creche	8.469	1,41%	0,14%	8.654	1,24%	0,19%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	13.594	2,27%	0,23%	12.598	1,80%	0,27%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	87.804	14,65%	1,46%	94.646	13,54%	2,06%
Total	**429.830**	**71,71%**	**7,16%**	**527.552**	**75,46%**	**11,49%**

2.3 - Composição do Corpo Funcional		
Nº de empregados no final do exercício	3.355	3.394
Nº de admissões	4	6
Nº de demissões	43	369
Nº de estagiários no final do exercício	337	379
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	27	30
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	382	399
Nº de empregados por sexo:		
- Masculino	2.690	2.726
- Feminino	665	668
Nº de empregados por faixa etária:		
- Menores de 18 anos	0	0
- De 18 a 35 anos	618	730
- De 36 a 60 anos	2.394	2.398
- Acima de 60 anos	343	266
Nº de empregados por nível de escolaridade:		
- Analfabetos	0	0
- Com ensino fundamental	302	308
- Com ensino médio	716	733
- Com ensino técnico	641	657
- Com ensino superior	1.346	1.356
- Pós-graduados	350	340
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:		
- Masculino	82,00%	82,00%
- Feminino	18,00%	18,00%

2.4 - Contigências e passivos trabalhistas:		
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	207	151
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	20	19
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	87	38
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	423	1.417

3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	8	0,00%	0,00%	97	0,01%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde e infra-estrutura	11.956	1,41%	0,20%	9.295	0,56%	0,20%
Esporte e lazer	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Alimentação	1	0,00%	0,00%	1	0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	1.295	0,15%	0,02%	2.116	0,13%	0,05%
Total dos investimentos	**13.260**	**1,56%**	**0,22%**	**11.509**	**0,70%**	**0,25%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	864.175	101,65%	14,39%	713.337	43,23%	15,54%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	224.891	26,45%	3,74%	207.335	12,56%	4,52%
Total - Relacionamento com a Comunidade	**1.102.326**	**129,67%**	**18,35%**	**932.181**	**56,49%**	**20,31%**

3.2 - Interação com os Fornecedores — **São exigidos controles sobre:**

Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores: Em todas as licitações é exigido como requisito para habilitação, a apresentação de declaração, informando que a empresa não possui em seu quadro de funcionários a utilização de trabalho infantil, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. É exigido ainda ter conhecimento e concordar com os princípios e normas constantes do "Código de Relacionamento com os Fornecedores de Bens de Serviços" da Eletrobras Eletronorte, documento que estabelece regras gerais de conduta, envolvendo requisitos básicos de responsabilidade social e sustentabilidade.

4 - Interação com o Meio Ambiente	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	2.487	0,29%	0,04%	4.052	0,25%	0,09%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	16.079	1,89%	0,27%	21.905	1,33%	0,48%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	54	0,01%	0,00%	361	0,02%	0,01%
Investimentos e gatos com educação ambiental para a comunidade	281	0,03%	0,00%	1.474	0,09%	0,03%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	16.847	1,98%	0,28%	13.266	0,80%	0,29%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Passivos e contigências ambientais	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total da Interação com o meio ambiente	**35.748**	**4,21%**	**0,59%**	**41.058**	**2,49%**	**0,89%**

5 - Outras informações		
Receita Líquida (RL)	6.005.669	4.590.247
Resultado Operacional (RO)	850.115	1.650.285

DIMENSÃO AMBIENTAL

AVALIAÇÃO E REGISTRO DE ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS

A Eletrobras Eletronorte elabora relatórios de caracterização e análise socioambiental de empreendimentos em que a Empresa tem participação. Esses relatórios objetivam a caracterização dos meios físico, biótico, socioeconômico e cultural, bem como a análise integrada para a identificação das áreas mais ou menos sensíveis à implantação dos empreendimentos.

Na fase de operação, a Gestão Ambiental, tem foco no atendimento às condicionantes das licenças de operação, bem como, no controle dos riscos ambientais significativos diagnosticados e inseridos na Matriz de Aspectos e Impactos Ambientais de cada empreendimento.

Tais Matrizes são parte do Sistema de Gestão Ambiental da empresa, sendo atualizadas periodicamente com a realização de auditorias ambientais nos empreendimentos.

ESTUDOS AMBIENTAIS DE APROVEITAMENTOS HIDRELÉTRICOS

Encontra-se em andamento os Estudos de Impacto Ambiental dos seguintes aproveitamentos hidrelétricos: Água Limpa, Arraias, Cachoeira do Caí, Cachoeira dos Patos, Jamanxim, Jatobá, Marabá, São Luiz do Tapajós, Tabajara, Toricoejo, Torixoréu, Prainha e Sumaúma. Esses estudos são necessários para obtenção das Licenças Ambientais junto ao IBAMA ou órgãos estaduais de meio ambiente e permitem que os aproveitamentos sejam submetidos a leilão público de geração.

PROGRAMAS INDÍGENAS

A Empresa executa programas de apoio, em parceria com a Funai, nas Terras Indígenas Parakanã, Waimiri Atroari e São Marcos, desenvolvendo ações de compensação aos impactos ambientais e sociais causados pelos empreendimentos.

O Programa Parakanã é uma ação indigenista desenvolvida com a comunidade Awaete Parakanã, habitantes da Terra Indígena Parakanã, com 351.000 hectares, localizada na área de influência do reservatório da UHE Tucuruí, bacia do rio Tocantins. A população atual é de 1064 pessoas, distribuídas em 15 aldeias. Em 2014, o programa recebeu o repasse de R$ 6.743.820,78.

O Programa Waimiri Atroari é desenvolvido com a comunidade Waimiri Atroari, que habita a Terra Indígena Waimiri Atroari, localizada em área de influência da UHE Balbina. Esta terra possui 2.585.611,96 hectares. A população atual é de 1.748 habitantes, distribuídos em 30 aldeias. Em 2014, o programa recebeu o repasse de R$ 6.029.510,76.

Mediante Termo de Compromisso com a Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos (APITSM), a Empresa desenvolve ações em decorrência da implantação da Linha de Transmissão 230 kV Boa Vista / Santa Elena, no estado de Roraima. Aproximadamente 5.000 pessoas das etnias Macuxi,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taurepang e Wapixana, habitantes de 45 aldeias, fazem parte do Programa Indígena São Marcos que possuí uma área de 654.110 ha. Em 2014, o programa recebeu o investimento de R$ 537.315,00. O valor total do Termo de Compromisso é de R$ 8.000.000,00, atualizado anualmente pelo índice IPCA.

A Associação dos Povos Indígenas da etnia Krikati, localizada no estado do Maranhão, municípios de Lageado Novo, Amarante do Maranhão, Ribamar Fiquete, Sítio Novo e Montes Altos, abrange uma área de 144.775 ha. O Termo de Compromisso atende aproximadamente 1000 habitantes de 6 aldeias. Os recursos repassados em 2014 pela Eletrobras Eletronorte para a Associação de Pais e Mestres Indígena Krikati foi de R$ 500.000,00. O valor total do Termo de Compromisso R$ 1.500.000,00, atualizado anualmente pelo índice IPCA.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

Em conformidade com as normativas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, visando a preservação do patrimônio cultural e arqueológico, promove-se o levantamento e o resgate dos sítios arqueológicos e culturais detectados nas áreas de servidão de linhas de transmissão nos processos de licenciamento ambiental. Encontra-se em processo de negociação com as instituições responsáveis pela guarda e curadoria dos acervos resgatados, para transferência deste material. A Empresa também desenvolve estudos junto à comunidade acadêmica da região para a preservação do patrimônio cultural e arqueológico.

GESTÃO DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO
NEGÓCIO GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Fatos relevantes em 2014:

Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ – Depois da conquista do PNQ 2011, e um ano após se tornar reconhecida por ganhar o título World Class do TPM Awards, a Eletrobras Eletronorte tornou-se em 2014 a primeira e única empresa pública do país a conquistar pela segunda vez o Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ. Este prêmio reconhece empresas de Classe Mundial e representa um momento em que as líderes em qualidade, produtividade, competitividade e gestão são devidamente reconhecidas.

Prêmio Ibero-americano da Qualidade na categoria Prata - A Eletrobras Eletronorte foi reconhecida no Prêmio Ibero-Americano da Qualidade na categoria Prata, ciclo 2014, promovido pela Fundação Ibero-Americana para a Gestão da Qualidade – Fundibeq. A cerimônia aconteceu na cidade de Veracruz, no México. Trata-se da primeira participação da Empresa no Prêmio, que busca reconhecer as melhores práticas de gestão entre as empresas da América Latina, além da Espanha e Portugal, contribuindo para a disseminação dessas boas práticas e a elevação do nível de competitividade das organizações no mercado.

Workshop de Monitoramento das Unidades Geradoras – Realizado entre os dias 21 e 23 de outubro de 2014, o I Workshop de Monitoramento e Diagnóstico de Máquinas Hidráulicas reuniu cerca de 80 profissionais das empresas do Sistema Eletrobras para trocar experiências e conhecimentos, integrando as melhores práticas. O evento aconteceu na Usina Hidrelétrica de Tucuruí e contou com a apresentação de 23 trabalhos técnicos nos quais foram abordadas uma série de práticas sobre monitoramento de unidades geradoras e inovação na gestão da engenharia de manutenção.

Testes de autorrestabelecimento – Foram realizados com sucesso em 3 de Junho de 2014 e 1º de setembro de 2014, respectivamente, os testes de blackstart das usinas hidrelétricas Samuel e Tucuruí, em atendimento aos procedimentos de rede do Operador Nacional do Sistema – ONS, módulo 10.22, Rotina RO-RR.BR. Este procedimento estabelece a realização de teste real de recomposição por ano, para as usinas hidrelétricas consideradas de autorrestabelecimento integral. Os testes de autorrestabelecimento têm como objetivo verificar as condições operacionais dos equipamentos principais e auxiliares da instalação e garantir a total recomposição do sistema em uma situação de blecaute.

Implantação da UTE Santarém para atendimento emergencial ao Sistema do Tramo Oeste – O Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria nº 454 de 23.12.2013, fundamentada na Nota Técnica NT-0135/2013, do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS autorizou a instalação, em caráter emergencial, de geração de energia elétrica no município de Santarém - PA, para atendimento ao sistema de forma excepcional e temporária até a entrada de soluções estruturantes para suprimento de cargas do Tramo Oeste. Coube à Eletrobras Eletronorte realizar a contratação de geração térmica, que passou a ser denominada UTE Santarém. Para a contratação foi aberto inicialmente um processo licitatório para contratação de 10 MW por um período de 180 dias (contrato emergencial) e, em seguida, o processo licitatório de 15 MW (contratação normal) por um período de 18 meses, podendo ser prorrogado por igual período. Posteriormente, devido a novas mudanças no cenário do Sistema Elétrico do Tramo Oeste, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria nº 418 de 13.08.2014 autorizou a ampliação da UTE Santarém de 15 MW para 18,75 MW, sendo que esta ampliação entrou em operação em novembro de 2014.

RESULTADOS DO NEGÓCIO GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O negócio "Geração de Energia Elétrica" responde por mais de 80% da receita da Empresa, e é desenvolvido por meio de três usinas hidrelétricas no sistema interligado (SIN), além de usinas hidrelétricas e termelétricas nos sistemas isolados (SIS). A principal metodologia de gestão da operação e da manutenção das usinas, utilizada como um diferencial competitivo da Empresa, é a Metodologia Produtiva Total – TPM, na qual nossas unidades alcançaram os maiores graus de certificação disponíveis no mundo.

Indicadores de Desempenho do Negócio Geração

Indicador	UND.	2012	2013	2014
DISPG – Disponibilidade da Geração da Eletrobras Eletronorte[1]	%	93,69	98,15	96,02
DISPG – Disponibilidade da Geração do Sistema Interligado[1]	%	93,54	98,29	96,10
ID - Índice de Disponibilidade UHE Tucuruí[2]	%	94,08	94,14	93,22
ID - Índice de Disponibilidade UHE Curuá Una[2]	%	96,55	96,24	93,28
ID - Índice de Disponibilidade UHE Samuel[2]	%	95,56	96,56	96,98
DISPG – Disponibilidade da Geração da UTE Santana[1]	%	91,13	92,87	92,92
INDISP – Índice de Indisponibilidade da Geração da UHE Coaracy Nunes[3]	%	-	-	8,16

[1] Disponibilidade da Geração - DISPG - Mede a proporção do tempo que as Unidades Geradoras de uma usina ficaram disponíveis para a operação normal durante o ano. Polaridade: Quanto maior a disponibilidade, melhor é o desempenho da usina.

[2] Índice de Disponibilidade - ID - Mede a disponibilidade da função geração de uma usina, acumulada nos últimos 60 (sessenta) meses de operação. O cálculo avalia duas parcelas que podem compor o tempo de máquinas indisponíveis, quais sejam, interrupções planejadas (Ex. manutenção) e interrupções forçadas (Ex. desligamentos por quebras). Polaridade: Quanto maior a disponibilidade (ID), melhor é o desempenho da usina.

[3] Índice de Indisponibilidade - INDISP - Mede a indisponibilidade da função geração de uma usina, acumulada nos últimos 60 (sessenta) meses de operação. O cálculo avalia duas parcelas que podem compor o tempo de máquinas indisponíveis, quais sejam, interrupções planejadas (Ex. manutenção) e interrupções forçadas (Ex. desligamentos por quebras). Polaridade: Quanto menor a indisponibilidade (INDISP), melhor é o desempenho da usina.

NEGÓCIO TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Empresa adota, para operar e manter as instalações de transmissão, procedimentos normatizados internamente, em conformidade com a Agencia Nacional de Energia Elétrica - Aneel e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e a metodologia Manutenção Produtiva Total - TPM, sistema de gestão que identifica e elimina as perdas existentes nos processos operacionais, maximizando a disponibilidade dos ativos. O sistema de manutenção é estruturado em manutenções baseadas no tempo (TBM) e em condições (CBM).

Resultados do Negócio Transmissão de Energia Elétrica
Indicadores do Sistema Interligado

Indicador	UND.	2012	2013	2014
Parcela Variável – PV[1]	%	0,77	2,95	1,96
DISPL - Disponibilidade de Linha[2]	%	99,94	99,88	99,93

[1] **Parcela Variável – PV** - refere-se ao percentual da Receita Anual Permitida – RAP, descontado por indisponibilidade dos ativos de transmissão, pertencentes à Rede Básica. A meta estabelecida no Contrato de Metas e Desempenho Empresarial - CMDE para 2014 foi de 4,0% e o indicador apresentou resultado de 1,96% considerado satisfatório. Polaridade: Quanto menor melhor.

[2] **Disponibilidade de Linhas – DISPL** - representa a disponibilidade das linhas de transmissão, associadas ao Sistema Interligado Nacional – SIN e tem como objetivo avaliar o desempenho operacional das linhas de transmissão, sendo definido como a probabilidade de que, em dado momento, uma linha de transmissão, ou está operando satisfatoriamente, ou pronto para ser colocado em operação, se for solicitado.

O indicador operacional DISPL faz parte do Contrato de Metas do Desempenho Empresarial – CMDE, assinado entre a Eletrobras Eletronorte e a holding Eletrobras, com meta anual estabelecida de 99,88%.

Este indicador é também acompanhado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), integrando o Plano de Metas para a Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), tendo sido definida a meta anual de 99,88%.

Para o ano de 2014, o indicador DISP-L apresentou resultado de 99,93%, cumprindo assim a meta estabelecida. Polaridade: Quanto maior melhor

Indicadores dos Sistemas Isolados

Indicador	UND	2012	2013	2014
Duração Equivalente de Interrupção – DREQ[1]	h	3,11	2,45	2,52
Frequência Equivalente de Interrupção – FREQ[2]	nº	7,55	6,98	4,80
DISPL - Disponibilidade de Linha[3]	%	99,98	99,81	99,92

[1] Duração Equivalente Interrupção em Suprimento - DREQ - demonstra o intervalo de tempo em horas que as concessionárias dos sistemas isolados Amapá e Roraima ficaram sem o suprimento de energia elétrica (consideradas as interrupções programadas e não programadas). Polaridade: Quanto menor melhor.

[2] Frequência Equivalente de Interrupção em Suprimentos - FREQ – traduz o número médio de interrupções equivalentes à potência máxima do sistema que as concessionárias, dos sistemas Isolados Amapá e Roraima, sofreram no período de apuração. Polaridade: Quanto menor melhor.

[3] Disponibilidade Operacional de Linhas - DISP-L – representa a Disponibilidade de linhas de linhas de transmissão, associadas aos Sistemas Isolados do Amapá e Roraima. Polaridade: Quanto maior melhor.

COMERCIALIZAÇÃO E CLIENTES
COMERCIALIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

A gestão da comercialização na Eletrobras Eletronorte abrange os segmentos de geração e transmissão. O segmento geração contempla contratos nos ambientes regulado e livre (sistema interligado) e contratos de suprimento (sistema isolado). O segmento transmissão compreende a prestação de serviços ao Operador Nacional do Sistema – ONS (Contratos CPST e CCT).

O resultado consolidado desta gestão é apresentado na tabela a seguir:

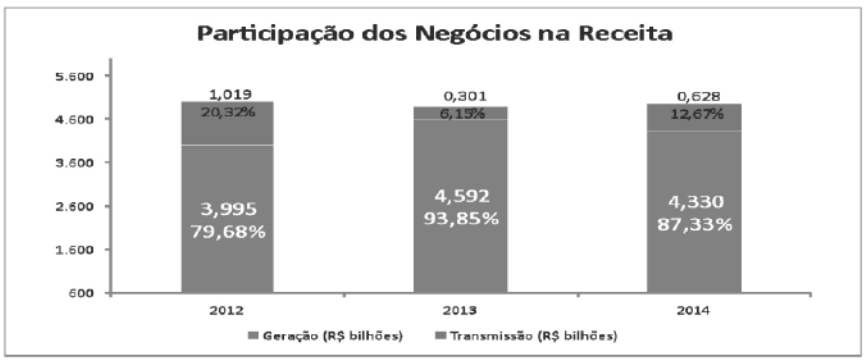
Receita dos Negócios Geração e Transmissão (em R$ bilhões)

Negócios	2012	2013	2014
Geração	**3,995**	**4,592**	**4,330**
Crescimento (%)	10,54%	14,94%	-5,71%
Transmissão	**1,019**	**0,301**	**0,628**
Crescimento (%)	5,49%	-70,46%	108,64%
Receita G&T	**5,014**	**4,893**	**4,958**
Crescimento (%)	9,48%	-2,41%	1,33%

Fonte: Sinopse de faturamento - PCE

A receita G&T aumentou 1,33% em relação a 2013, decorrente do acréscimo da receita do Negócio Transmissão em 108,64%, apesar do decréscimo de 5,71% da receita do Negócio Geração ocasionada pelo decréscimo de 157,98% da receita da liquidação curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (efeitos do GSF/Ajuste MRE em média de -9,11% em 2014).

A participação dos negócios geração e transmissão na receita é demonstrada no gráfico abaixo:



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AVALIAÇÃO DE CLIENTES (FOCO COMERCIAL)

Em março de 2014, a Eletrobras Eletronorte, por meio da Coordenação de Comercialização de Energia, compatibilizou a Pesquisa Integrada de Satisfação dos Clientes dos Negócios Geração e Transmissão, com foco comercial, realizada em 2013 para que fosse utilizado o mesmo método tornando possível criar uma série histórica. Neste sentido, a Eletrobras utilizou a pesquisa da Eletrobras Eletronorte como piloto para realizar a pesquisa das Empresas do grupo e, por isso, a Eletrobras Eletronorte apenas enviou as informações pertinentes.

A Pesquisa de Satisfação das Empresas Eletrobras foi realizada entre fevereiro e maio de 2014.

O estudo contemplou clientes do negócio geração (Consumidores Livres/Potencialmente Livres, Comercializadoras e Distribuidoras) e clientes do negócio transmissão (Usuários dos Serviços de Transmissão - Conectados: Distribuidoras, Consumidores Livres/Potencialmente Livres, Geradoras e Importadores).

As dimensões atendimento, comercial, gestão dos contratos de comercialização de energia, medição para faturamento, gestão dos contratos de transmissão e imagem foram avaliadas por meio de atributos de valor.

Para a consolidação da pesquisa foi utilizada a metodologia Janela do Cliente (Customer Window). Este método permite medir o grau de satisfação dos clientes da comercialização dos negócios geração e transmissão, com base nas suas percepções sobre os atributos de valor e relacioná-la com o grau de importância dada pelo cliente. A técnica "Janela do Cliente" é formada por dois eixos que se cruzam: o eixo vertical mede a importância e o eixo horizontal a satisfação, dando origem, dessa forma, a quatro quadrantes em que são distribuídos os atributos conforme a avaliação média de cada um deles: A - Força Competitiva - cliente valoriza e recebe; B- Superioridade Irrelevante – cliente não valoriza, mas recebe; C- Relativa Indiferença – cliente não valoriza e não recebe; D- Vulnerabilidade – cliente valoriza e não recebe.

A periodicidade de aplicação da pesquisa pela Eletrobras é bienal e um plano de ação deve ser executado com a finalidade de melhorar a percepção dos clientes em relação aos atributos de valor identificados principalmente no quadrante D-Vulnerabilidade, que deverão ter priorização imediata.

O índice global de satisfação e de importância dos clientes dos Negócios Geração e Transmissão da Eletrobras Eletronorte, com foco comercial, foi de 88,39% e de 93,31%, respectivamente, superior a meta corporativa estabelecida de 87%, conforme detalhamento a seguir por tipo de cliente e negócio:

Cliente / Negócio	Satisfação (%)	Importância (%)
Comercializadoras / Geração	82,71	94,28
Consumidores Livres e Potencialmente Livres / Geração	92,41	94,28
Distribuidoras / Geração	86,33	91,01
Usuários dos Serviços de Transmissão – Conectados / Transmissão	92,09	93,69
Satisfação Global	**88,39**	**93,31**

O índice de satisfação e de importância respectivo dos clientes do Negócio Geração foi de 87,15% e 93,19%, e do Negócio Transmissão foi de 92,09% e de 93,69%.

AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES EXTERNOS DA TRANSMISSÃO

Em 2014, realizou-se o 13º ciclo consecutivo de aplicação da Pesquisa de Satisfação dos Clientes Externos da Transmissão, para medir o índice de satisfação dos clientes externos, conhecer as suas expectativas, novas oportunidades de negócios, inclusive parcerias, além de identificar os pontos fortes, as oportunidades de melhorias, apontadas por cada cliente, e a percepção da imagem da Eletrobras Eletronorte.

A medição da satisfação é feita anualmente, aplicando questionário estruturado por categoria de clientes, junto aos funcionários e gerentes das áreas técnico-operacionais das empresas. A consolidação dos resultados e a elaboração do relatório final são realizadas por técnicos independentes, sendo analisadas e validadas por técnicos da Eletrobras Eletronorte, responsáveis pelo processo.

Após essa validação, o relatório final é disseminado para a Alta Direção da Empresa, gerentes dos Centros de Operação e outras Unidades que têm interface com as providências a serem tomadas. Os resultados dessa pesquisa são utilizados para o aperfeiçoamento dos processos atuais, propiciando ações de melhoria em produtos e serviços ofertados.

Durante 2014, foram cadastradas 87 ações voltadas à melhoria da satisfação dos clientes externos, sendo constatado um percentual de realização de 98%. A eficácia das ações preventivas e corretivas realizadas é verificada em conjunto com os Centros de Operação e Empresas Clientes, em reuniões, contato telefônico ou e-mail.

O índice global de satisfação dos clientes externos da transmissão- ISCE, medido no primeiro trimestre de 2014, foi de 91,8%, superando a meta estabelecida para o ciclo de 87%, conforme mostra a Figura 1. Com este resultado, o cliente mais uma vez demonstra a sua satisfação quanto aos produtos fornecidos e serviços prestados pela Eletrobras Eletronorte. O ISCE Ciclo 2014 será aferido no primeiro trimestre de 2015.

Os principais clientes externos da Eletrobras Eletronorte para o produto energia elétrica são: Concessionárias Estaduais de Energia Elétrica e Consumidores Industriais: Celpa, Celtins, Eletrobras Distribuição Rondônia, Eletrobras Distribuição Acre, Eletrobras Distribuição Roraima, Cemar, CEA, CEMAT, Albras, Alunorte, Companhia Vale do Rio Doce–MA, Companhia Vale do Rio Doce–PA, Dow Corning, Invesco, Alumar, Hidro Mineração Paragominas e Operador Nacional do Sistema Elétrico -ONS.

O relacionamento com os clientes se dá por meio de reuniões periódicas, videoconferências, intercâmbios técnicos, teleconferência e linha direta 24 horas (hot line), via Centros de Operação Regionais.

Em 2014, foi registrada 1 (uma) reclamação formal de cliente. A Eletrobras Eletronorte estabelece, no plano de ação que trata as reclamações, os prazos para solucionar os problemas, que podem variar de acordo com a sua complexidade, conforme estabelecido no procedimento documentado PD 8.3.01 – Produto não conforme. Na tabela abaixo, é mostrada a evolução das reclamações formais dos clientes externos da transmissão de energia elétrica, nos últimos 03 anos.

Número de reclamações por centro	2012	2013	2014
OEOR-RO	**1**	**1**	**0**
OEOR-AP	**1**	**0**	**0**
OEON	**0**	**0**	**0**
OTTE	**0**	**0**	**0**
OEOS	**1**	**0**	**0**
OEOR-TM (Maranhão)	**0**	**0**	**0**
OEOR-MT	**0**	**0**	**0**
OEOR-AC	**0**	**0**	**1**
OTRT	**0**	**0**	**0**
Total	**3**	**1**	**1**

GESTÃO DA EXPANSÃO

Do total de recursos alocados para investimentos corporativos e em parcerias no ciclo de 2014, a Empresa realizou cerca de R$ 1,365 bilhões de reais, executando com empenho o processo de expansão dos negócios de geração e de transmissão.

Os investimentos em projetos corporativos representaram cerca de 28% do total de recursos executados, valor este aquém das metas planejadas. O desvio verificado na execução ocorre em função principalmente de atraso na emissão de Licença Ambiental, licitações desertas, baixo desempenho das contratadas em relação à execução contratual e obras que aguardam autorização da Agência Reguladora, em geral ligadas a requisitos sócio-ambientais.

Os investimentos em projetos em parcerias (SPE) por meio de inversões financeiras, representaram 72% do esforço realizado para expansão dos negócios.

EMPREENDIMENTOS PRÓPRIOS

OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PROGRAMÁTICAS

Empreendimentos de Geração Corporativa (Própria)

A Eletrobras Eletronorte solicitou a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel a aprovação do Projeto Básico para dois empreendimentos de geração: a) Implantação da 2ª casa de força da UHE Coaracy Nunes, no estado do Amapá e b) Implantação da 4ª unidade geradora da UHE Curuá-Una, no estado do Pará.

Na UHE Coaracy Nunes, a Empresa solicitou a retirada do Projeto Básico da Aneel, após a publicação da Lei 12.783 de 11.01.2013, que impactou consideravelmente as premissas consideradas na elaboração do Projeto. Face ao novo marco regulatório, a Aneel, em 21.01.2013, por meio do Ofício n.º 077/2013-SGH/Aneel, devolveu o Projeto Básico da ampliação da UHE Coaracy Nunes para reavaliação.

O Projeto Básico para a implantação da 4ª unidade da UHE Curuá-Una foi entregue àquela agencia reguladora em 24.07.2014, por meio do Despacho n.º 2.841. Está em elaboração um relatório de informações hidrológicas e hidráulicas para atendimento a solicitação do órgão licenciador - SEMA/PA, o qual solicitou o estudo de reinventário do rio.

Estas ampliações adicionarão 231,6 MW de potência de geração nas usinas já existentes (220 MW em Coaracy Nunes e 11,6 MW em Curuá-Una), que além de caracterizar como um importante suprimento de energia elétrica, contribuirá com o desenvolvimento sustentável do País, por meio da integração ao sistema interligado nacional – SIN.

Transmissão Corporativa (Própria)

Os investimentos realizados nesta ação adicionaram ao SIN 960 MVA de capacidade de transformação, 143,12 Mvar de compensação reativa às subestações existentes e 30,77 km de extensão de linha de transmissão.

Empreendimentos Energizados em 2014

Empreendimento	Autoriz. ANEEL	Data ANEEL	Data ELN	Prazo ANEEL (meses)	Prazo ELN (meses)	Resultado (meses de atraso)	RAP não recebida estimada (R$)	RAP acrescentada (R$) (*****)
SE ABUNÃ - ADEQUAÇÃO DE BARRAMENTOS 138 KV E 230 KV, CONEXÕES DO AT1 E DO AT2 - SB.48707	20/12/2011	20/12/2013	12/01/2014	24	25	1,0	132.092,00	800.890,03
SE GUAMÁ - ETAPA COMPLEMENTAÇÃO DA CONEXÃO 69 KV DO TRAFO TR3 - SB.42407 (*)	08/05/2006	31/03/2008	03/02/2014	23	93	70	487.469,86	81.617,66
SE PRESIDENTE DUTRA: MODERNIZAÇÃO DO COMPENSADOR SÍNCRONO (PMIS) - SB.51112(**)	17/09/2008	17/12/2010	21/02/2014	27	65	38	Não se aplica	Não se aplica
SE UTINGA - ETAPA COMPLEMENTAÇÃO DA CONEXÃO 69 KV DO TRAFO TR1 - SB.42508 (*)	08/05/2006	31/03/2009	21/02/2014	35	93,5	58,5	440.726,61	87.760,62
LT LECHUGA / JORGE TEIXEIRA - 230 KV – CD (C1 E C2) E RESPECTIVAS ENTRADAS DE LINHA - LT.34601, SB.44501 E SB.44901 LEILÃO ANEEL 005/2009 - LOTE H	12/07/2010	12/10/2011	17/03/2014	15	44	29	8.819.528,77	3.454.000,00
SE RURÓPOLIS - IMPLANTAÇÃO DE CHAVEAMENTO PARA INSERÇÃO AUTOMÁTICA DE REATOR - SB.55507	02/01/2014	02/02/2014	17/03/2014	1	2,5	1,5	-	A ser estabelecida no reajuste da RAP
SE PERITORÓ: EL 69 KV P/PEDREIRAS - C2 - (PMIS) SB.51417 (**)	26/08/2009	26/08/2011	25/03/2014	24	55	31	Não se aplica	Não se aplica
SE ALTAMIRA - OPERAÇÃO EM PARALELO DOS TRANSFORMADORES 230/69 KV.	02/01/2014	02/02/2014	07/04/2014	1	3	2	-	A ser estabelecida no reajuste da RAP
SE SANTA MARIA: ETAPA BC1/BC2 230 KV 2X55 Mvar SB.43813 BC1 - TL ONS 049/D/5/2014 BC2 - TL ONS 050/D/5/2014 MG - TL ONS 051/D/5/2014	01/06/2011	01/06/2013	29/04/2014	24	35	11	1.704.839,92	1.650.574,46
SE SÃO LUIS II - AT4 500/230/13,8 KV 3 X 200 MVA - SB.51727	20/12/2011	20/12/2013	26/05/2014	24	29	5	3.122.159,85	5.641.526,47
SE JI-PARANÁ - REATOR DE BARRA MANOBRÁVEL 230 KV 20 Mvar, MÓDULO DE CONEXÃO 230 KV E COMPLEMENTO DO MÓDULO DE INFRAESTRUTURA GERAL - SB.48413	03/09/2010	03/09/2012	06/06/2014	24	45	21	1.321.932,28	703.360,47
SE XINGU - EQUIPAMENTOS REFERENTES À CONEXÃO EM 230 KV DO TRANSFORMADOR 500/230 KV - 336MVA, CEDIDOS À LXTE.	02/01/2014	01/05/2014	09/07/2014	4	6	2	312.798,09	1.049.851,07

Empreendimentos	Investimento Total (R$)	RAP acrescentada (R$)
SE ABUNÃ - ADEQUAÇÃO DE BARRAMENTOS 138 kV E 230 KV, CONEXÕES DO AT1 E DO AT2 - SB.48707	7.200.854,91	800.890,03
SE GUAMÁ - ETAPA COMPLEMENTAÇÃO DA CONEXÃO 69 KV DO TRAFO TR3 - SB.42407	1.006.308,50	81.617,66
SE UTINGA - ETAPA COMPLEMENTAÇÃO DA CONEXÃO 69 KV DO TRAFO TR1 - SB.42508	1.867.776,33	87.760,62
LT LECHUGA / JORGE TEIXEIRA - 230 kV - CD (C1 E C2) E RESPECTIVAS ENTRADAS DE LINHA - LT.34601, SB.44501 E SB.44901 LEILÃO ANEEL 005/2009 - LOTE H	45.539.716,54	3.454.000,00
SE SANTA MARIA: Etapa BC1/BC2 230 kV 2x55 MVAr SB.43813BC1 - TL ONS 049/D/5/2014 BC2 - TL ONS 050/D/5/2014 MG - TL ONS 051/D/5/2014 (**)	9.170.054,33	1.650.574,46
SE SÃO LUIS II - AT4 500/230/13,8 kV 3 x 200 MVA - SB.51727	29.734.958,40	5.641.526,47
SE JI-PARANÁ - Reator de Barra Manobrável 230 kv 20 Mvar, módulo de Conexão 230 kV e complemento do módulo de infraestrutura geral - SB.48413	7.564.994,75	703.360,47
SE XINGU - Equipamentos referentes à conexão em 230 kV do transformador 500/230 kV – 336 MVA, cedidos à LXTE.	0,00	1.049.851,07
SE JI-PARANÁ - TR3 230/69 kV 60 MVA; TR1 e TR2 existentes - SB.48412 TR3 - TL ONS 236/P/9/2014 MG - TL ONS 237/P/9/2014 (**)	9.520.758,30	868.278,72
LT 230 kV TUCURUI/ ALTAMIRA-TAP SE XINGU - LT.13902	2.084.264,63	144.065,27
SE TUCURUÍ - ETAPAS AT2 500/230/13,8 kV 3x150MVA E SUBSTITUIÇÃO TR1 - SB.42228 TR2 – ENERGIZADO IB – ENERGIZADO (**)	5.197.829,43	643.857,66
SE TUCURUÍ - AT3/AT4 3F 230/138/13,8 kV 100 MVA CADA E PÁTIO DE 138 kV - SB.42233 - LEILÃO ANEEL Nº 004/2011 - LOTE B	22.127.998,43	1.600.044,01
TOTAL	**141.015.514,56**	**16.725.826,44**

(*) Os empreendimentos a seguir não foram considerados por não possuir RAP definida pela Aneel:
SE PRESIDENTE DUTRA: Modernização do Compensador Síncrono (PMIS) - SB.51112
SE RURÓPOLIS - Implantação de chaveamento para inserção automática de Reator - SB.55507
SE PERITORÓ: EL 69 KV P/PEDREIRAS - C2 - (PMIS) SB.51417
SE ALTAMIRA - Operação em paralelo dos transformadores 230/69 kV.
(**) Investimento considerado como a razão entre a RAP autorizada para os módulos energizados e a RAP total autorizada para o empreendimento multiplicado pelo investimento total do projeto.

EMPREENDIMENTOS COM PREVISÃO DE ENERGIZAÇÃO PARA 2014 EM JANEIRO/2014 x SITUAÇÃO EM 10/01/2015

SISTEMA	ITEM	DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	ENERGIZAÇÃO			Diferença (meses)
			ANEEL	Eletrobras Eletronorte (14/01/2014)	Eletrobras Eletronorte (10/01/2015)	
AMAZONAS	1	LT LECHUGA / JORGE TEIXEIRA - 230 kV - CD (C1 E C2) - LT.34601 LEILÃO ANEEL 005/2009 - LOTE H	12/10/2011	31/01/2014	Empreendimento em operação comercial desde 14/03/2014	1,5
	2	SE JORGE TEIXEIRA - VÃOS 230 kV PARA LECHUGA - C1 E C2 - SB.44501 LEILÃO ANEEL 005/2009 - LOTE H	12/10/2011	31/01/2014	Empreendimento em operação comercial desde 14/03/2014	1,5
	3	SE LECHUGA - 230 kV - VÃOS PARA JORGE TEIXEIRA - C1 E C2 SB.44901 LEILÃO ANEEL 005/2009 - LOTE H	12/10/2011	31/01/2014	Empreendimento em operação comercial desde 14/03/2014	1,5
	4	LT JORGE TEIXEIRA - LECHUGA - 230 KV - C3 - LT.34701 LEILÃO ANEEL 002/2012 - LOTE C	07/01/2014	31/07/2014	28/02/2015	7,0
	5	SE JORGE TEIXEIRA - VÃO 230 KV PARA SE LECHUGA C3 - SB.44502 LEILÃO ANEEL 002/2012 - LOTE C	07/01/2014	31/07/2014	28/02/2015	7,0
	6	SE LECHUGA - VÃO 230 KV PARA SE JORGE TEIXEIRA C3 E 03 TRAFOS 3F 230/138/13,8 kV 150 MVA CADA - SB.44902 LEILÃO ANEEL 002/2012	07/01/2014	31/07/2014	28/02/2015	7,0
MARANHÃO	1	SE MIRANDA II: Adequação dos Barramentos de 230 kV BPT para Barra Dupla 4 chaves - OEE.252517	03/07/2013	30/03/2014	30/04/2015	13,0
	2	SE PERITORÓ: EL 69 KV P/PEDREIRAS - C2 - OEE.251417	26/08/2011	15/03/2014	Empreendimento concluído em 25/03/2014	0,5
	3	SE PORTO FRANCO - AT3 230/138/13,8 kV 100MVA - OEE.251314	15/03/2014	03/06/2014	28/02/2015	9,0
	4	SE PRESIDENTE DUTRA: Modernização do Compensador Síncrono - OEE.251112	17/12/2010	29/03/2014	Empreendimento concluído em 21/02/2014	-1,5
	5	SE SÃO LUIS II - AT4 500/230/13,8 kV 3 x 200 MVA - OEE.251727	20/12/2013	09/02/2014	Empreendimento em operação comercial desde 26/05/2014	3,5
MATO GROSSO	1	SE RONDONÓPOLIS - AT3 3F 230/138 kV 100 MVA e conexões - OEE: 246220.	10/06/2014	09/05/2014	09/04/2015	11,0

EMPREENDIMENTOS COM PREVISÃO DE ENERGIZAÇÃO PARA 2014 EM JANEIRO/2014 x SITUAÇÃO EM 10/01/2015

PARÁ	1	LT UTINGA/MIRAMAR - CD: Adequação para operar em 230 kV - LT.13101	15/01/2015	30/11/2014	30/04/2015	5,0
	2	SE ALTAMIRA - Etapa BD4 230 KV e Pátio 69 KV (BPT) - SB.53411	15/11/2014	17/07/2014	13/04/2015	9,0
	3	SE GUAMÁ - ETAPA COMPLEMENTAÇÃO DA CONEXÃO 69 KV DO TRAFO TR3 - SB.42407	31/03/2008	17/02/2014	Empreendimento em operação comercial desde 03/02/2014	-0,5
	4	SE MIRAMAR - Etapa 2 EL 230 kV p/ SE Utinga - OEE: SB.42602	15/01/2015	25/07/2014	30/04/2015	9,0
	5	SE MIRAMAR - ETAPA PÁTIOS 69 E 230 KV E TR1/TR2, 3F, 230/69/13,8 kV -150 MVA CADA - SB.42603 -LEILÃO ANEEL Nº 004/2011 - LOTE B	09/12/2013	31/07/2014	30/04/2015	9,0
	6	SE MIRAMAR - ETAPA TR3, 3F, 230/69 kV, 150 MVA - SB.42603 - LEILÃO ANEEL Nº 004/2011 - LOTE B	09/12/2014	09/08/2014	30/04/2015	8,5
RONDÔNIA	1	SE ABUNÃ - ADEQUAÇÃO DE BARRAMENTOS 138 kV E 230 KV, CONEXÕES DO AT1 3F 230/138 KV 55 MVA E DO AT2 3F 230/138 KV 55 MVA - SB.48707	20/12/2013	31/01/2014	Empreendimento em operação comercial desde 12/01/2014	-0,5
	2	SE ARIQUEMES - Adequação do Barramento 69 kV - OEE: 248310.	09/05/2014	09/05/2014	SEM PREVISÃO	-
	3	SE JARU - TR2 3F 230/69 Kv 30 MVA (JÁ DISPONÍVEL NA SE), AMPLIAÇÃO DOS SETORES DE 230 kV e 69 kV - OEE: 255006.	20/11/2013	02/08/2014	31/07/2015	12,0
	4	SE JI-PARANÁ - Transformador TR3 230/69 kV 60 MVA; módulos de conexão 230 kV e 69 kV; módulos de manobra 69 kV do TR1 e TR2 existentes; adequação do MIB 230 kV BD4; complementação do MIG 230 kV, MIB 230 kV e dos 3 módulos de conexão 69 kV; MIB 69 kV BPT - SB.48412	03/05/2013	28/02/2014	31/05/2015	15,0
	5	SE NOVA MUTUM PARANÁ - Transferência do TR 3F 230/69 kV 30 MVA da SE Jaru para a SE Nova Mutum Paraná - SB.45901	20/11/2014	31/05/2014	31/03/2015	10,0
	6	SE PIMENTA BUENO - Adequação do Barramento 138 kV - OEE: 257507.	09/05/2014	09/05/2014	SEM PREVISÃO	-
RORAIMA	1	SE BOA VISTA - Adequação TR1/TR2 aos Procedimentos de Rede - SB.56214	ETAPA TR1/TR2: 20/12/2016	08/08/2014	20/03/2015	7,5
	2	SE BOA VISTA - TR3 230/69/13,8kV - 100MVA - SB.56214	ETAPA TR3: 20/12/2016	08/08/2014	13/03/2015	7,0

Empreendimentos previstos para serem energizados em 2014	34
Empreendimentos energizados em 2014	12 (35%)
Empreendimentos postergados para2015	22 (65%)
Prazo médio de postergação em 2014	07 meses
Empreendimentos energizados no prazo previsto	04 (12%)
Empreendimentos energizados além do prazo previsto	08 (24%)
Empreendimentos com postergação do prazo previsto	30 (88%)

Agregação Física em 2014

Indicador			Corporativo	Parceria (Parte Eletrobras Eletronorte)	Soma
CI (MW)	Capacidade Instalada	Meta	0,00	46,00	46,00
		Real	0,00	46,00	46,00
EL (Km)	Extensão de Linha	Meta	60,00	1.065,00	1.125,00
		Real	30,00	582,00	612,00
CT (MVA)	Capacidade de Transformação	Meta	2.740,00	0,00	2.740,00
		Real	960,00	0,00	960,00
MI (R$)	Montante de Investimento	Meta	600.261.000,00	1.013.083.509,00	1.613.344.509,00
		Real*	378.702.714,00	986.727.514,00	1.365.430.228,00 – **84,6 %**

NOVOS NEGÓCIOS E PARCERIAS

Em 2014 , a Eletrobras Eletronorte participou por meio do Consórcio IE Belo Monte, formado pela Eletrobras Eletronorte, Furnas Centrais Elétricas S.A e State Grid Brazil Holding S.A, sagrando-se vencedores dos Lotes A e B do Leilão Aneel no. 11/2013, realizado em 07 de fevereiro de 2014, referente ao sistema de transmissão da UHE Belo Monte, composto pelos seguintes empreendimentos:

Lote A – Estação Conversora CA/CC, Estação Conversora CA/CC, ± 800kV, 4.000 MW, junto à SE 500 kV Xingu no estado do Pará e Estação Conversora CA/CC, ± 800 kV, 3.850 MW, junto à SE 500 kV Estreito, no estado de Minas Gerais.

Lote B – Linha de transmissão em Corrente Contínua de ± 800kV, Xingu – Estreito, com extensão de 2092 km, nos estados do Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais.

Ainda em 2014, a Eletrobras Eletronorte firmou parcerias com empresas para venda de energia em Leilão de 2015, proveniente de geração Eólica.

A GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A Gestão da Inovação Tecnológica é norteada por dois programas, geridos pela Superintendência de Gestão da Inovação Tecnológica e Eficiência Energética - OIE: Programa Eletronorte de Pesquisa e Desenvolvimento – PEPD, cujo principal objetivo é a gestão de P&D com vistas à inovação e o Programa Eletronorte de Propriedade Intelectual – PEPI, que busca criar a cultura da inovação na Eletronorte.

A Gestão da Inovação possui como diretriz a Lei 11.196/05, segundo a qual Inovação Tecnológica é "a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado".

Como insumo a essa gestão, dentre outras, estão a Lei 9.991/00, que determina a realização de investimentos em P&D e em eficiência energética, a Lei 10973/04, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, e a Lei 9279/96, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Nesse ínterim, percebe-se a busca constante da Eletrobras Eletronorte pelo alcance de produtos aptos a gerarem redução de seus custos operacionais e/ou aumento de sua receita, fortalecendo-a no mercado de geração e transmissão de energia elétrica e outros negócios afins.

Os instrumentos utilizados para apoiar, financiar e incentivar a inovação possuem origem interna:

- Recursos internos voltados ao desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras pelos próprios colaboradores a fim de eliminar perdas nas Plantas da Empresa; e
- Recursos para aquisição de inovações com originalidade apenas para a Eletronorte Eletronorte.

Ou **externa**:

- Lei 9.991/00, que dispõe sobre a realização de investimentos em P&D e eficiência energética;
- Financiadora de Estudos e Projetos – Finep; e
- Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel que além do desenvolvimento de projetos de pesquisas com visão sistêmica para as empresas Eletrobras, atua na realização de ensaios laboratoriais para projetos de P&D+I (aporte financeiro institucional).

O Plano Diretor de Inovação Tecnológica – PDIT, aprovado pela Diretoria da Eletrobras Eletronorte, possui como premissa um funil de ideias cuja saída são inovações, sendo o responsável por direcionar os investimentos em P&D+I da Empresa e adequá-los à sua estratégia. Em 2014, o desdobramento do Plano deu-se, entre outros, por meio da Ideação Externa, onde foram alcançados os seguintes números:

- 281 ideias captadas X 74 ideias aprovadas; e
- 71 projetos captados X 11 projetos aprovados (cerca de R$20 milhões).

O investimento em ciência e tecnologia atingiu, no período de 2001 a 2014, o montante de 252 projetos de P&D geridos, totalizando R$ 181.927.010,67. Nesse último ano, destaca-se a contratação de 4 projetos e a conclusão de outros 4. Os investimentos no fomento à inovação em 2014 podem ser assim detalhados:

Projetos	R$
Projetos Contratados em 2014	R$ 47.090.839,64*
Projetos Concluídos em 2014	R$ 9.938.388,52*
Investimentos em P&D em 2014	
Projetos de P&D	R$ 12.221.969,24
FNDCT	R$ 21.367.501,74
EPE (MME)	R$ 10.683.750,78
CEPEL	R$ 12.414.611,00
TOTAL	**R$ 56.687.832,76**

* Valor total dos projetos.

Os quatro projetos contratados, todos de grande importância para o Setor Elétrico, com os respectivos valores despendidos em 2014 foram:

Projetos	R$
Cabeça de Série para Sistema de Tecnologia Óptica de Medição de Temperatura em UHE	R$ 377.463,11
Desenvolvimento de uma plataforma aérea para configurar uma nova forma de trabalho no processo de manutenção e inspeção em LT's	R$ 4.077.620,82
Ensaios e modelagem da resistência à fadiga eólica da montagem grampo de suspensão/cabo para condutores de alumínio submetidos a altos níveis de EDS	R$ 852.671,77
Transmissão em Ultra Alta Tensão no Sistema Interligado Nacional - Edital de Seleção Pública Conjunta ANEEL/BNDES/FINEP de Apoio à Inovação Tecnológica no Setor Elétrico – INOVA ENERGIA 01/2013	R$ 843,43*
TOTAL	**R$ 5.308.599,13**

* Projeto encontra-se em fase inicial.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Complementarmente, cabe à OIE a gestão do Prêmio Muiraquitã de Inovação Tecnológica da Eletrobras Eletronorte. O evento bienal, atualmente em sua 7ª edição, tendo como objetivo o fomento à inovação continuada e o reconhecimento do esforço inovador dos empregados e dos gerentes de projetos desenvolvidos por instituição de pesquisas, foi realizado no período de 04 a 06.11.2014, na cidade de Tucuruí – PA. De 47 trabalhos participantes, que incluem além de P&D desenvolvidos pelos colaboradores as que foram desenvolvidas por instituições de pesquisas, 21 geraram inovação para a Empresa, sendo premiados:

Categoria	Faixa	Trabalhos premiados
Projeto de P&D desenvolvido por Empregado (recurso interno) - 41	Prata	1
	Bronze	20
Projetos P&D desenvolvido por Instituição de Pesquisa (recurso ANEEL) - 6	Ouro	1
	Bronze	2

Como resultado do efetivo processo de Gestão da Inovação Tecnológica na Eletrobras Eletronorte, menciona-se que, conforme Manual de P&D Aneel, 2012, "após o encerramento do projeto, a ANEEL fará uma avaliação criteriosa dos resultados alcançados e dos gastos incorridos, para fins de aprovação, total ou parcial, do projeto e reconhecimento dos investimentos realizados." Assim, sendo, dos projetos finalizados e avaliados pela ANEEL em 2014, a Empresa obteve 97% de seus gastos reconhecidos:

Valor aportado nos projetos avaliados	R$ 959.595,91
Valor Reconhecido pela ANEEL	R$ 934.948,07
% dos gastos reconhecidos	97,4%

Ainda, como resultado alcançado, pode-se citar:

- Acúmulo, no período de 2001 a 2014, de 54 pedidos de patente, sendo 4 apenas no último ano; e
- Benefício, em 2014 (ano base 2013), obtido pela Empresa no que se refere ao incentivo fiscal previsto na Lei do Bem, que foi de R$3.059.489,65.

A GESTÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A Gestão da Eficiência Energética encontra suporte no Programa Eletronorte de Eficiência Energética – PEEE, criado em 2 de março de 2005, cuja finalidade é ser um instrumento para o desenvolvimento de ações de combate ao desperdício e redução de custo com energia elétrica, por intermédio de programas e projetos de eficiência energética.

As principais diretrizes utilizadas para o desenvolvimento do processo de gestão da eficiência energética originam-se do CIEESE (Comitê Integrado de Eficiência Energética do Sistema Eletrobras), da CPT (Comissão de Política Tecnológica) e das Políticas de Eficiência Energética da Eletrobras Eletronorte. Os principais insumos provém do PROCEL (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica) e do GRI (Global Reporting Initiative), dentro do aspecto da energia. Os recursos utilizados para o desenvolvimentos das ações de eficiência são próprios, oriundos de parcerias ou do próprio PROCEL.

O PEEE desenvolve-se por meio de Ações Externas (voltadas à demanda de energia, ou seja, à sociedade) e Ações Internas (voltadas à oferta de energia, ou seja, às instalações da Eletrobras Eletronorte). As Ações Externas do PEEE possuem três vertentes: Gestão Energética Municipal – GEM, Programas Educacionais e Projetos de Eficiência Energética.

Dentro das ações externas em 2014, destaca-se:

- Continuação da execução de PLAMGEs (Plano Municipal de Gestão da Energia Elétrica) em 09 municípios nos estados do Mato Grosso, Pará, Maranhão e Rondônia na vertente do GEM;
- Entrega de 02 PLAMGEs de Capanema e Bragança, ambos do estado do Pará;
- Economia de mais de R$700mil com a implantação da GEM na prefeitura de Belém-PA. Ressalta-se que a economia com projeto GEM já alcançou um total de R$ 6.255.314,00 dentro das prefeituras que já participaram do projeto;
- Implantação do Programa Educacional de Conservação de Energia no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA.

Do ponto de vista de ações internas realizadas em 2014, ressalta-se que a Diretoria de Operação da Eletrobras Eletronorte inseriu no contrato de gestão de suas unidades descentralizadas um indicador de redução do consumo próprio de energia elétrica, denominado ICEE, alinhado à Declaração de Compromisso sobre Mudança Climática assinada pelo Eletrobras. Diante disso, desencadeou-se uma série de ações como: gestão corporativa de consumo e faturamento de energia elétrica nas instalações da Eletrobras Eletronorte, revitalização das CICEs (Comissões Internas de Conservação de Energia) existentes, início de implantação da ISO 50.001 na usina de Tucuruí, retrofit em sistemas de iluminação, mudança na forma de uso de equipamentos finais de energia elétrica e diagnósticos energéticos.

RECONHECIMENTO EXTERNO
PRINCIPAIS PREMIAÇÕES, CERTIFICAÇÕES E RECONHECIMENTOS EM 2014

Prêmio/Reconhecimento/Certificação	Quem?	Instituição Concedente
Manutenção da certificação ISO 9001:2008, em auditoria externa nos processos de Aquisição e Financeiro da Gerência de Serviços de Apoio de Mato Grosso (OCGA/MT).	Regional de Transmissão do Mato Grosso	Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda. – BSI
Manutenção da certificação ISO 9001:2008 (sem não conformidades), em auditoria externa para o Centro Regional de Operação de Mato Grosso (OEOR/MT).		Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda. – BSI
Manutenção da Certificação ISO 9001 - Sistema de Gestão de Qualidade – Processos de Aquisição e Financeiro.	Regional de Transmissão do Pará - OTP	Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda. – BSI
Manutenção da certificação do SGA pela ISO 14.001 da UHE Tucuruí.	Superintendência de Geração Hidráulica - OGH	Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda. – BSI
Manutenção da certificação de qualidade ISO 9001 dos Processos de Aquisição e Financeiro.		Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda. – BSI
Prêmio Nacional da Qualidade – PNQ.		Fundação Nacional da Qualidade
2º lugar entre "As melhores instituições públicas para trabalhar" – Guia Você S/A – As melhores Empresas para Você trabalhar.		FIA – Fundação Instituto de Administração e Guia VOCE S/A
Prêmio Ibero-Americano de Qualidade – Categoria Prata.		Findibeq – Fundação Ibero-Americana para a Gestão da Qualidade
Manutenção da Certificação ISO 9001:2008 dos Processos Administrativos da OCGA/RO, e no Centro de Operação de Rondônia.	Regional de Transmissão de Rondônia - ORD	Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda - BSI
Manutenção das Certificações ISO 9001:2008 do OEOR/TM e dos processos de Aquisição e Financeiro.	Regional de Transmissão do Maranhão - OMA	BSI Brasil Sistema de Gestão Ltda
Manutenção da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2008 nos processos de Aquisição e Financeiro, na Regional de Tocantins e no Centro de Operações Regional.	Regional de Transmissão do Tocantins - OTT	Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda - BSI
Manutenção da Certificação ISO 9001/2008 do Sistema de Gestão da Qualidade do Centro de Operação de Roraima – OTR/RR	Regional de Transmissão de Roraima - OTRA	Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda BSI
Manutenção da Certificação ISO 9001:2008 dos processos Aquisição e Financeiro do Sistema de Gestão da Qualidade da Divisão Administrativa da Regional de Transmissão de Roraima.		Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda – BSI
Certificação NBR ISO 9001:2008 do Sistema de Gestão da Qualidade nos processos de aquisição de bens e serviços e financeiro, na Regional de Produção e Comercialização do Amapá	Regional de Geração e Transmissão do Amapá - OAP	APECER – Assopciação Portuguesa de Certificação
Manutenção da Certificação ISO 9001:2008 do Sistema de Gestão da OCGA/AC- Processos Financeiro e Aquisição.	Regional de Geração e Transmissão do Acre - OAC	TUV Rheinlan
Manutenção da Certificação ISO 9001:2008 do Sistema de Gestão da Qualidade do OEOR/AC.		Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda - BSI
Prêmio Abraconee 2014	Superintendência de Contabilidade – FCO	Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica - Abraconee

ENCERRAMENTO

O Relatório da Administração da Eletrobras Eletronorte 2014 traz a público, de maneira organizada e clara, um relato resumido sobre os esforços da Empresa para a melhoria dos seus padrões de qualidade e de produtividade e para alcance da sustentabilidade empresarial.

É importante registrar o reconhecimento aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pela contribuição prestada na discussão, orientação e encaminhamento das questões de maior interesse e relevância da Empresa, como também ao nosso quadro de gerentes e empregados, profissionais incansáveis e dedicados na busca do cumprimento da missão da Eletrobras Eletronorte.

TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO
Diretor – Presidente

ADHEMAR PALOCCI
Diretor de Planejamento e Engenharia

ANTONIO MARIA AMORIM BARRA
Diretor Econômico-Financeiro

RICARDO GONÇALVES RIOS
Diretor de Gestão Corporativa

WADY CHARONE JÚNIOR
Diretor de Operação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31.12.2014

VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS
EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	296.950	272.874	344.024	395.324
Títulos e valores mobiliários	7	1.512.459	1.661.925	1.512.459	1.661.925
Clientes	8	921.641	942.075	921.641	960.456
Indenização de concessões	9	367.379	331.364	367.379	331.364
Ativo financeiro-concessão de serviço público	10	355.778	93.074	384.020	271.361
Impostos e contribuições sociais	11	144.670	205.243	152.232	208.638
Direito de ressarcimento	12	287.031	199.031	287.031	199.031
Almoxarifado	13	83.890	57.000	83.890	57.000
Instrumentos financeiros derivativos	14	124.635	108.339	124.635	108.339
Outros ativos	15	331.015	204.280	259.837	204.288
		4.425.448	**4.075.205**	**4.437.148**	**4.397.726**
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Títulos e valores mobiliários	7	220	205	220	205
Clientes	8	56.796	210.302	56.796	210.302
Indenização de concessões	9	-	193.296	-	193.296
Ativo financeiro-concessão de serviço público	10	4.194.230	2.697.649	4.700.324	4.185.989
Impostos e contribuições sociais	11	1.220.719	58.533	1.220.719	142.159
Instrumentos financeiros derivativos	14	135.276	107.816	135.276	107.816
Cauções e depósitos vinculados	16	424.646	290.420	424.646	298.920
Adiantamentos para futuro aumento de capital	17	389.378	21.618	24.556	21.618
Créditos junto à Ceron	18	1.325.397	1.325.397	1.325.397	1.325.397
Outros ativos	15	144.478	184	144.478	184
		7.891.140	**4.905.420**	**8.032.412**	**6.485.886**
INVESTIMENTOS	19	2.709.944	2.829.838	2.709.944	2.145.400
IMOBILIZADO	20	7.547.366	7.826.423	7.547.366	7.826.431
INTANGÍVEL	21	18.006	23.412	18.006	23.412
		18.166.456	**15.585.093**	**18.307.728**	**16.481.129**
TOTAL		**22.591.904**	**19.660.298**	**22.744.876**	**20.878.855**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (continuação)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE					
Fornecedores	22	960.129	496.856	987.132	558.736
Financiamentos e empréstimos	23	524.604	461.074	524.604	505.285
Debêntures	23.7	13.422	-	13.422	12.804
Impostos e contribuições sociais	24	58.577	71.287	63.363	73.725
Remuneração aos acionistas	25	456.994	102.386	456.994	102.386
Folha de pagamento e obrigações estimadas	26	209.405	219.570	209.405	219.570
Encargos setoriais	28	288.184	274.576	288.184	279.396
Instrumentos financeiros derivativos	14	1.867	223.099	1.867	225.423
Adiantamentos de clientes	29	52.813	48.910	52.813	48.910
Outros passivos	30	451.259	365.320	365.556	365.335
		3.017.254	**2.263.078**	**2.963.340**	**2.391.570**
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	22	492.649	-	492.649	-
Financiamentos e empréstimos	23	3.812.246	3.724.661	4.003.132	4.427.367
Debêntures	23.7	205.996	-	205.996	205.878
Impostos e contribuições sociais	24	201.468	17.392	201.468	110.161
Obrigações estimadas	26	20.013	7.929	20.013	7.929
Provisões para riscos	27	567.341	587.045	583.282	587.045
Instrumentos financeiros derivativos	14	70.336	107.816	70.336	195.378
Adiantamentos de clientes	29	718.451	776.252	718.451	776.252
Adiantamentos para futuro aumento de capital	17	12.984	13.330	12.984	13.330
Benefícios pós-emprego	31	44.801	68.822	44.801	68.822
Outros passivos	30	201.400	159.012	201.459	160.162
		6.347.685	**5.462.259**	**6.554.571**	**6.552.324**
		9.364.939	**7.725.337**	**9.517.911**	**8.943.894**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	32.1	11.563.279	11.563.279	11.563.279	11.563.279
Reservas de lucros	32.2	1.246.516	126.605	1.246.516	126.605
Dividendos adicionais propostos	25 e 32.3	456.777	305.053	456.777	305.053
Outros resultados abrangentes	32.4	(39.607)	(59.976)	(39.607)	(59.976)
		13.226.965	**11.934.961**	**13.226.965**	**11.934.961**
TOTAL		**22.591.904**	**19.660.298**	**22.744.876**	**20.878.855**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2014	2013	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	33	**6.005.669**	**4.590.247**	**6.046.351**	**4.855.949**
CUSTO OPERACIONAL					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	34.1	(1.958.821)	(75.732)	(1.958.821)	(75.732)
Encargos de uso da rede de transmissão	34	(525.794)	(556.006)	(525.794)	(544.198)
		(2.484.615)	**(631.738)**	**(2.484.615)**	**(619.930)**
Custo de operação					
Pessoal, material e serviços de terceiros	34	(749.169)	(845.917)	(758.850)	(850.482)
Utilização de recursos hídricos	34	(224.891)	(207.335)	(224.891)	(207.335)
Depreciação e amortização	34	(438.340)	(420.815)	(438.340)	(420.815)
Outros		16.648	(15.907)	16.246	(16.766)
		(1.395.752)	**(1.489.974)**	**(1.405.835)**	**(1.495.398)**
Custo do serviço prestado a terceiros	34	**(27.158)**	**(22.625)**	**(27.158)**	**(22.625)**
Custo de construção	34	**(250.678)**	**(194.589)**	**(251.279)**	**(331.410)**
		(4.158.203)	**(2.338.926)**	**(4.168.887)**	**(2.469.363)**
LUCRO BRUTO		**1.847.466**	**2.251.321**	**1.877.464**	**2.386.586**
DESPESA OPERACIONAL	34	**(997.351)**	**(601.036)**	**(998.069)**	**(604.570)**
RESULTADO DO SERVIÇO		**850.115**	**1.650.285**	**879.395**	**1.782.016**
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	19.2	**(60.582)**	**68.763**	**(75.794)**	**69.572**
RESULTADO FINANCEIRO	35	**290.816**	**(434.741)**	**284.585**	**(567.640)**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		**1.080.349**	**1.284.307**	**1.088.186**	**1.283.948**
Imposto de renda e contribuição social	36	(78.627)	(25.405)	(78.627)	(25.405)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36	1.031.743	9.414	1.023.906	9.773
		953.116	**(15.991)**	**945.279**	**(15.632)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**2.033.465**	**1.268.316**	**2.033.465**	**1.268.316**
Lucro básico por ação (em reais)	37	**13,21**	**8,39**	**13,21**	**8,39**
Lucro diluído por ação (em reais)	37	**12,98**	**8,38**	**12,98**	**8,38**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	2014	2013
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**2.033.465**	**1.268.316**
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE		
Ganhos (Perdas) atuariais	30.862	(15.362)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.493)	5.223
	20.369	**(10.139)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**2.053.834**	**1.258.177**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros			Dividendos Adicionais	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Incentivo fiscal	Retençao de Lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**9.326.355**	**2.011.460**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(734.973)**	**(49.837)**	**10.553.005**
Integralização de capital (nota 32)	2.236.924	(2.011.460)	-	-	-	-	-	-	**225.464**
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	(10.139)	**(10.139)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.268.316	-	**1.268.316**
Destinação do lucro líquido:									
Reserva de incentivo fiscal - IRPJ (nota 36.2)	-	-	-	99.938	-	-	(99.938)	-	-
Constituição de reserva legal (nota 25)	-	-	26.667	-	-	-	(26.667)	-	-
Dividendos propostos (nota 25)	-	-	-	-	-	-	(101.685)	-	**(101.685)**
Dividendos adicionais propostos (nota 25)	-	-	-	-	-	305.053	(305.053)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**11.563.279**	**-**	**26.667**	**99.938**	**-**	**305.053**	**-**	**(59.976)**	**11.934.961**
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(305.053)	-	-	**(305.053)**
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-		-	20.369	**20.369**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.033.465	-	**2.033.465**
Destinação do lucro líquido:									
Reserva de incentivo fiscal - IRPJ (nota 36.2)	-	-	-	104.684	-	-	(104.684)	-	-
Constituição de reserva legal (nota 25)	-	-	101.673	-	-	-	(101.673)	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota 32.2.3)	-	-		-	913.554	-	(913.554)	-	-
Dividendos propostos (nota 25)	-	-	-	-	-	-	(456.777)	-	**(456.777)**
Dividendos adicionais propostos (nota 25)	-	-	-	-	-	456.777	(456.777)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**11.563.279**	**-**	**128.340**	**204.622**	**913.554**	**456.777**	**-**	**(39.607)**	**13.226.965**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	notas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2014	2013	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes dos impostos	36	**1.080.349**	**1.284.307**	**1.088.186**	**1.283.948**
Ajustes para conciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações					
Depreciação e amortização	34	451.324	435.481	451.326	435.493
Acréscimos moratórios em faturas de energia vendida	35	(11.743)	(30.989)	(11.745)	(30.989)
Variação monetária ativa	35	(185.741)	(150.629)	(185.741)	(150.629)
Variação monetária passiva	35	209.355	186.677	209.355	186.677
Encargos de dívidas	35	328.273	323.192	346.025	388.473
Resultado de equivalência patrimonial		60.582	(68.763)	75.794	(69.572)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	34.4	76.888	(698.280)	76.888	(698.280)
Provisões operacionais	34.4	130.226	312.072	130.226	312.247
Baixa de ativo imobilizado e intangível	20.1 e 21	4.285	24.473	4.285	24.477
Ganhos (perdas) com derivativos	35	(382.614)	178.994	(392.354)	238.938
Ativo Financeiro - Taxa interna de retorno (TIR)	33	(193.072)	(2.439)	(239.060)	(170.622)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	34	70.611	165.334	70.611	165.334
Outros despesas (receitas) financeiras		(61.146)	34.776	(61.028)	46.589
Outros resultados abrangentes		20.369	(10.139)	20.369	(10.139)
		1.597.946	**1.984.067**	**1.583.137**	**1.951.945**
Variações nos ativos e passivos operacionais					
Clientes		206.254	203.336	199.867	185.368
Outros ativos		(1.068.808)	(147.266)	(1.129.510)	(182.608)
Fornecedores		887.991	(149.559)	893.232	(119.587)
Outros passivos		834.974	(780.950)	842.878	(773.843)
		860.411	**(874.439)**	**806.467**	**(890.670)**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**2.458.357**	**1.109.628**	**2.389.604**	**1.061.275**
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	23.3	(313.634)	(339.263)	(460.278)	(400.457)
Pagamento de encargos de IR e CS		(56.763)	(9.692)	(56.763)	(9.692)
Recebimento de indenizações das renovação de concessões	9	265.003	1.311.337	265.003	1.311.337
Recebimento de receita anual permitida (RAP)	10	239.605	24.179	293.922	178.702
Recebimento remuneração de participações societárias	19.2	27.794	39.897	27.794	39.897
Pagamento de contingências	27	(17.511)	-	(17.511)	-
Cauções de depósitos vinculados		(91.677)	243.917	(125.726)	237.592
		52.817	**1.270.375**	**(73.559)**	**1.357.379**
Caixa líquido das atividades operacionais		**2.511.174**	**2.380.003**	**2.316.045**	**2.418.654**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Financiamentos e empréstimos obtidos	23.3	36.802	96.232	36.802	127.332
Emissão de debêntures		-	-	-	154.632
Pagamento de financiamentos e empréstimos - principal	23.3	(835.533)	(887.495)	(844.333)	(913.479)
Pagamento de dividendos		(418.013)	-	(418.013)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		**(1.216.744)**	**(791.263)**	**(1.225.544)**	**(631.515)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras		149.451	(939.090)	149.451	(939.090)
Empréstimos concedidos a controlada		(129.155)	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	20.1 e 21	(102.731)	(128.846)	(102.731)	(128.846)
Aquisição de ativo financeiro	10	(285.938)	(194.589)	(286.540)	(335.017)
Aporte de capital em investidas	19.2	(563.269)	(370.430)	(563.269)	(361.430)
Aquisição de outros investimentos		(1.289)	(28.832)	(1.289)	(28.832)
Adiantamentos para futuro aumento de capital concedidos		(337.423)	(21.618)	(337.423)	(21.618)
Caixa líquido das atividades de investimento		**(1.270.354)**	**(1.683.405)**	**(1.141.801)**	**(1.814.833)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**24.076**	**(94.665)**	**(51.300)**	**(27.694)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		272.874	367.539	395.324	423.018
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		296.950	272.874	344.024	395.324

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2014	2013	2014	2013
RECEITAS					
Receitas de vendas de energia e serviços	33	6.862.875	5.303.584	6.910.526	5.588.831
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	34.4	(76.888)	698.280	(76.888)	698.280
		6.785.987	**6.001.864**	**6.833.638**	**6.287.111**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custo de construção	34	(250.678)	(194.589)	(251.279)	(331.410)
Energia elétrica comprada para revenda	34	(1.958.821)	(75.732)	(1.958.821)	(75.732)
Encargos de uso da rede de transmissão	34	(525.794)	(556.006)	(525.794)	(544.198)
Material	34	(39.864)	(37.069)	(39.886)	(37.186)
Serviços de terceiros	34	(257.853)	(256.084)	(267.837)	(260.575)
Combustível	34	(50.699)	(19.127)	(50.699)	(19.127)
Outros		(59.036)	(59.332)	(59.448)	(61.125)
		(3.142.745)	**(1.197.939)**	**(3.153.764)**	**(1.329.353)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**3.643.242**	**4.803.925**	**3.679.874**	**4.957.758**
RETENÇÕES					
Depreciação e amortização	34	(451.323)	(435.481)	(451.324)	(435.496)
Redução ao valor recuperável	34	(70.610)	(165.334)	(70.610)	(165.334)
Provisões operacionais	34.4	(130.226)	(312.072)	(130.226)	(312.247)
		(652.159)	**(912.887)**	**(652.160)**	**(913.077)**
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		**2.991.083**	**3.891.038**	**3.027.714**	**4.044.681**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de participações societárias	19	(60.582)	68.763	(75.794)	69.572
Receitas financeiras	35	856.995	324.786	868.750	328.925
		796.413	**393.549**	**792.956**	**398.497**
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**3.787.496**	**4.284.587**	**3.820.670**	**4.443.178**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração do trabalho	34.3	876.763	940.870	876.794	941.727
Incentivo ao desligamento de pessoal	34.3	-	78.602	-	78.602
		876.763	**1.019.472**	**876.794**	**1.020.329**
Impostos, taxas e contribuições:					
Deduções à receita operacional	33	857.206	713.337	864.175	732.882
Tributos		4.731	5.712	4.731	6.709
Taxa de fiscalização	34	16.771	16.793	17.037	16.889
Utilização de recursos hídricos	34	224.891	207.335	224.891	207.335
Encargos sobre despesa de pessoal	34.3	176.711	207.174	176.711	207.373
Imposto de renda e contribuição social	36	(1.035.767)	15.991	(1.027.930)	15.632
		244.543	**1.166.342**	**259.615**	**1.186.820**
Remuneração de capitais de terceiros:					
Despesas financeiras	35	566.179	759.528	584.166	896.566
Arrendamentos e aluguéis	34	66.546	70.929	66.630	71.147
		632.725	**830.457**	**650.796**	**967.713**
Remuneração de capitais próprios					
Absorção de prejuízos acumulados	25	-	734.973	-	734.973
Constituição de reserva de incentivos fiscais	25	104.684	99.938	104.684	99.938
Lucros retidos	25	1.015.227	26.667	1.015.227	26.667
Remuneração aos acionistas	25	913.554	406.738	913.554	406.738
		2.033.465	**1.268.316**	**2.033.465**	**1.268.316**
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		**3.787.496**	**4.284.587**	**3.820.670**	**4.443.178**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte ("Companhia") é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548 de 30 de julho de 1973, como concessionária de serviços públicos de energia elétrica, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Sua sede está localizada em Brasília – DF, no SCN Quadra 06 – Conj. A – Blocos B e C, Entrada norte 2, Asa Norte, CEP: 70.716-901. A partir do exercício de 2003, com a liberação gradual dos seus contratos de suprimento à razão de 25% ao ano, conforme estabelece a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, a Companhia passou a atender todas as regiões do país.

A Companhia considera que o capital humano é determinante para cumprir sua Missão, alcançar os resultados e fortalecer a Organização. A Companhia adota a Política de Gestão de Pessoas integrada do Sistema Eletrobras, alinhada à estratégia organizacional, ao Código de Ética, à Política de Responsabilidade Social do Sistema Eletrobras, à legislação brasileira e com respeito às diretrizes e convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reforça o compromisso dos colaboradores com a sustentabilidade empresarial.

Estatutariamente, a Companhia tem por objeto social, dentre outras atividades: a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas geradoras, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações associados, distribuição e comercialização de energia elétrica e de transmissão de dados, voz e imagens, podendo para tanto importar e exportar energia elétrica, bem como celebrar atos de comércio decorrentes dessas atividades; b) participar de pesquisas de interesse do setor elétrico ligadas à geração e transmissão, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos; c) prestar serviços de laboratório, operação e manutenção de sistemas de geração e transmissão de energia elétrica, apoio técnico, operacional e administrativo às empresas prestadoras do serviço público de energia elétrica; d) participar de associações ou organizações de caráter técnico-científico e empresarial, de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica; e) associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da geração ou transmissão de energia elétrica, sob regime de concessão ou autorização, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Em 11 de novembro de 2003, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) autorizou a Companhia a explorar os serviços de comunicação multimídia, conforme termo PVST/SPF nº 148/2003 – Anatel, assinado entre a Agência Reguladora e a Companhia. As receitas decorrentes deste contrato são tratadas como não vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica e estão destacados na demonstração dos resultados (nota 33.8).

A maior parte da receita da Companhia é proveniente do fornecimento e suprimento de energia elétrica e da disponibilidade do sistema de transmissão por ela operado. Essas operações estão suportadas por contratos de compra e venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão, assim como pelas operações realizadas no curto prazo, por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Companhia atua, simultaneamente, no Sistema Interligado Nacional (SIN) e nos Sistemas Isolados. Os Sistemas Isolados estão localizados nos estados de Roraima e Amapá, enquanto os estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Rondônia, Acre e São Paulo participam da rede básica do SIN.

As operações da Companhia com geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.860,05 MW e 6 usinas termelétricas, com capacidade de 494,76 MW, perfazendo uma capacidade instalada de 9.354,81 MW. As concessões e autorizações detidas pela Companhia e suas investidas estão relacionadas na nota 2.

A comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais, diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela CCEE e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre a energia gerada e a vendida, na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

A transmissão de energia em corrente alternada é administrada pela Companhia por um sistema composto de 10.006,91 Km de linhas de transmissão e 46 subestações no SIN, 695,89 Km de linhas de transmissão e 10 subestações no sistema isolado, totalizando 10.702,80 km de linhas de transmissão e 56 subestações.

A Companhia possui Contratos de Concessão da Transmissão que asseguram o direito de receber Receita Anual Permitida (RAP), aditivado conforme indicado pela Portaria nº 579, de 31 de outubro de 2012, do Ministério de Minas e Energia (MME), atendendo às exigências da Lei nº 12.783/2013.

A Companhia também administra um sistema de transmissão em corrente contínua, constituído pela estação conversora 01 CA/CC, 500/±600 KV, na SE Coletora Porto Velho, e a Estação Inversora 01 CC/CA, ±600/500 kV, na SE Araraquara II.

A Companhia também aufere receitas adicionais provenientes de contratos bilaterais, relativos às instalações de conexão e demais instalações de transmissão, homologados pela Aneel.

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência Complementar (Previnorte), entidade sem fins lucrativos criada em 1988 com o objetivo de assegurar aos seus participantes a complementação de aposentadorias e pensões proporcionadas pela Previdência Social.

A Companhia atua em ações de responsabilidade social, em sua região de atuação, em projetos sociais inspirados nas políticas públicas que estão pautadas em geração de trabalho e renda; educação, cultura e esporte; direitos humanos e cidadania; gênero e diversidade; e meio ambiente. Dentre os programas, destacam-se: (i) Programa Jovem Aprendiz; (ii) Combate a Exploração Sexual das Crianças e Adolecentes; (iii) Centro de Qualificação Profissional; (iv) Projeto Social APAE Cidadã; (v) Universalização de Energia, entre outros. Ademais, a Companhia dispensa atenção especial às comunidades indígenas Parakanã, Waimiri Atroari e Programa São Marcos, desenvolvendo ações por meio de programas de apoio, como forma de compensar os impactos ambientais e sociais causados por seus empreendimentos.

A Companhia busca o aperfeiçoamento contínuo dos processos de avaliação, registro e mitigação dos impactos ambientais de suas atividades.

A Companhia detém participação societária em Sociedades de Propósitos Específicos de geração e de transmissão de energia elétrica (nota 2.2).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 2 – CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia e suas investidas detêm as seguintes concessões e autorizações do Serviço Público de Energia Elétrica junto ao Poder Concedente:

2.1. Eletronorte

2.1.1. Usinas Hidrelétricas:

RELAÇÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DA ELETRONORTE					
Item	Empreendimento	Documento de Autorização ou Concessão	Prazo de Concessão	Município	Potência Instalada (MW)
1	UHE - Tucuruí (Sistema Interligado)	Despacho nº 11/2013 SCG/ANEEL de 07.01.2013 registra a Potencia Instalada de 8.535.000 kW e Líquida de 8.246.581 kW, DOU 08.01.2013. Decreto nº 74.279 de 11.07.1974 Contrato de Concessão de Geração nº 007/2004 - ANEEL (Termo Aditivo Nº 01, de 07/04/2005 e Termo Aditivo Nº 02, de 10.04.2006)	11/07/2024	Tucuruí - PA	8.535,00
2	UHE - Curuá-Una (Sistema Interligado)	Resolução Autorizativa nº 345 de 18/10/2005; Contrato de Concessão de Geração Nº 007/2004; (Termo Aditivo Nº 02, de 10/04/2006)	27/07/2028	Santarém - PA	30,30
3	UHE - Samuel (Sistema Interligado)	Decreto nº 83.975 de 14.09.1979 - Despacho DNAEE Nº de 02/07/1981 - Contrato de Concessão nº 005/2011 - ANEEL assinado em 16/12/2011; Prorrogação da concessão solicitada através da CE 1.00.480.06 de 18/07/2006, protocolada e entregue na ANEEL na mesma data. Despacho ANEEL Nº 4.671 de 15.12.2009 parecer favorável ao MME - prorrogação por mais 20 anos. Portaria Nº 89 - MME de 11-03-2010 - Prorrogação Concessão UHE Samuel até 14.09.2029	14/09/2029	Candeias do Jamari - RO	216,75
4	UHE - Coaracy Nunes (Sistema Isolado)	Despacho MME publicado D.O.U. 01/11/2012, prorroga concessão UHE até 31/12/2042, com a potência instalada de 78.00mW (78.000kW). Despacho nº 3.324 ANEEL de 23/10/2012, publicado no D.O.U. de 26/10/2012. Contrato de Concessão de Geração Nº 002/2012 - ANEEL de 07/05/2012 Despacho Nº 1.635, de 24.07.2006 Despacho Nº 776 de 22.09.2004 Portaria MME nº 179 de 25.06.1997 Portaria nº 038, de 13.02.92 (Decreto nº 35.701 de 23.06.1954)	31/12/2042	Ferreira Gomes - AP e Macapá - AP	78,00

2.1.2. Usinas Termelétricas:

RELAÇÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DA ELETRONORTE					
Item	Empreendimento	Documento de Autorização ou Concessão	Prazo de Concessão	Município	Potência Instalada (MW)
1	UTE - Rio Madeira (Sistema Interligado)	Despacho Aneel nº 722 de 13.11.2002 (potencia instalada 119,35 mW). Resolução ANEEL Nº 373 de 20.09.2000 (regularizou a implantação e ampliação) Auto de Outorga: Portaria MME nº 1.130 de 08.09.1988	19/09/2018	Porto Velho-RO	119,35
2	UTE - Rio Acre (Sistema Interligado)	Ato de Outorga: Portaria MME 235 de 21.10.1988 Acrescentada Portaria MME 097 de 5/4/1995 aos documentos de autorização.	05/04/2025	Rio Branco-AC	45,49
3	UTE - Rio Branco I (Sistema Interligado)	Despacho ANEEL Nº 1063 de 31.12.01 (potencia instalada 18.65 kW) Ato de Outorga: Portaria MME nº 156 de 06/07/1990 Modificada Portaria MME para DNAEE 156 de 6/7/1990.	10/07/2020	Rio Branco-AC	18,65
4	UTE - Rio Branco II (Sistema Interligado)	Despacho ANEEL Nº 1063 de31.12.01 (potencia instalada 32.75kW) Ato de Outorga: Portaria MME Nº156 de 06.07.1990 Modificada Portaria MME para DNAEE 156 de 6/7/1990.	10/07/2020	Rio Branco-AC	32,75
5	UTE - Santana (Sistema Isolado)	Despacho Nº 1.239 SCG/ANEEL de 21.03.2011 (potencia instalada 177.74 kW) Ato de Outorga: Portaria MME nº 344, de 19/05/1989 Acrescentada Portaria MME 1.130 de 8/9/1988 e Decreto 1.717 de 24/11/1995 aos documentos de autorização.	19/09/2019	Santana-AP	177,74
6	UTE - Senador Arnon Afonso Farias de Mello (antiga UTE Floresta) (Sistema Isolado)	Ato de Outorga: Portaria DNAEE nº 613 de 31/08/1994 Resolução Autorizativa Nº 1.018, de 21/08/2007 Despacho Nº 861 de 01.04.2010 (altera potência instalada de 85.927kW para 85.992kW) Cedida em Comodato à Boa Vista Energia (Portaria MME nº 58 de 10/02/2010). Resolução Autorizativa nº 2.894 de 17.05.2011, publicada D.O.U. de 24.05.2011. Portaria MME nº 396, de 05/11/2013, publicada no DOU de 06/11/2013, autoriza a transferência temporária da UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello, para a Boa Vista Energia, até a efetiva interligação do Sistema Isolado de Boa Vista ao SIN.	31/08/2024	Boa Vista-RR	85,99
7	Usina Termelétrica - UTE Santarém (Sistema Interligado)	Portaria nº 418 MME, de 13 de agosto de 2014, reconhece a necessidade de contratação emergencial de até 5 MW, a partir do 1º /09/2014, de forma excepcional e temporária Despacho nº 3.146 ANEEL, de 14 de agosto de 2014, liberar as unidades geradoras UG1 a UG9, de 1.640 kW cada uma. (operação comercial) Despacho nº 2.135 ANEEL, de 1º de julho de 2014, liberar as unidades geradoras UG1 a UG9, de 1.640 kW cada uma. (operação em teste) Resolução Autorizativa nº 4.723, de 17 de junho de 2014 - D.O.U. 30/06/2014 - Implantar e explorar a Usina Termelétrica - UTE Santarém, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, localizada no município de Santarém, no Estado do Pará.	30/06/2034	Santarém-PA	14,76

2.1.3. Sistema de Transmissão:

RELAÇÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DA ELETRONORTE				
Item	Empreendimento	Documento de Autorização ou Concessão	Prazo de Concessão	Município / Estado
1	Transmissão Rede Básica	Despacho MME publicado D.O.U. 01/11/2012, prorroga Concessão Transmissão. Prazo de vigência: trinta anos contados de 1º de janeiro de 2013. Data de Assinatura: 4 de dezembro de 2012. O Despacho Nº 3.336 ANEEL de 23/10/2012, publicado D.O.U. 26/10/2012, resolve encaminhar ao MME Pleito de prorrogação da concessão de transmissão de energia elétrica requerida pela Eletronorte. Contrato de Concessão-Prorrogação nº 058/2001 de 27/06/2001 Portaria MME nº 185 de 06.06.2001	31.12.2042	Vários
2	LT 230 kV - SE São Luis II / São Luis III	Contrato de Concessão nº 007/2008-ANEEL de 17/03/2008 - SE São Luis II / SE São Luis III(2130/69kV - 150 MVA)	17/03/2038	MA
3	LT 230kV - SE Ribeiro Gonçalves / SE Balsas	Contrato de Concessão nº 001/2009-ANEEL de 28.01.2009 LT 230kV - SE Ribeiro Gonçalves(500/230kV - 300 MVA e 230/69kV - 50 MVA) / SE Balsas(230/69kV - 100 MVA)	28.01.2039	PI, MA
4	LT 500kV - LT Presidente Dutra-São Luis II / SE Miranda II	Contrato de Concessão nº002/2009 de 28.01.2009 LT 500kV - Lt Presidente Dutra-São Luis II(500 kV, C1 e C2) / SE Miranda II	28.01.2039	MA
5	LT 500kV - LT Jorge Teixeira / Lechuga, Circuito Duplo	DECRETO PRESIDENCIAL DE 23 DE JUNHO DE 2010 (publicado DOU 24.06.2010) Contrato de Concessão nº 009/2010-ANEEL (publicado DOU 26.07.2010)	12.07.2040	AM
6	LT Porto Velho - Abunã - C2 - 230kV	Resolução Autorizativa nº 4.454 de 03/12/2013 DOU 10/12/2013, anui com a transferencia de outorga da concessionária Rio Branco Transmissora de Energia para a ELETRONORTE. Contrato de Concessão 022/2009 - RBTE - Rio Branco Transmissora de Energia S.A., de 19.11.2009 1º Termo Aditivo - RBTE de 26.09.2011. 2º Termo Aditivo - RBTE de 09.08.2012 LT 230 kV - 188 km, SE Porto Praco / SE Abunã LT 230 kV - 230 km, SE Abunã / SE Rio branco	19.11.2039	RO, AC
7	SE Nobres 230/138 kV	Contrato de Concessão 013/2011 de 09.12.2011	09.12.2041	MT
8	SE Miramar 230/69 kV	Contrato de Concessão 012/2011 de 09.12.2011 1º Termo Aditivo de 11.03.2013	09.12.2041	AM, RR
9	SE Lucas do Rio Verde 230/138 kV	Contrato de Concessão 004/2011 de 28.06.2011	28.06.2031	MT
10	LT Lechuga - Jorge Teixeira, C3, 230 kV, 3x150 MVA	Contrato de Concessão nº 014/2012 de 07.05.2012	07.05.2043	AM
11	Estação Retificadora nº 01 CA/CC, 800/+-600kV -310 MW Estação Inversora nº 01 CC/CA +-600/500 kV - 2950 MW	Resolução Autorizativa nº4.459 de 10 de dezembro de 2013, anui com a transferência de concessão da empresa Estação Transmissora de Energia - ETE mediante incorporação pela ELETRONORTE e aprova a minuta do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 012/2009-ANEEL, formalizando a transferência de concessão de que trata o art. 1º da Resolução nº 4.459.	25/02/2039	Porto Velho-RO / Araraquara-SP
12	LT 230 kV Rio Branco 1 - Feijó T 230 kV Feijó - Cruzeiro do Sul SE 230169 kV Feijó - (3+1 R) x 10 MVA E 230169 kV Cruzeiro do Sul - (6+1 R) x 10 MVA	Contrato de Concessão nº 091/2014-ANEEL de 29/01/2014	29/01/2034	AC

2.2. Sociedades de Propósito Específico (SPE)

2.2.1. Empreendimentos em parceria:

Considerando que a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.651, de 7 de abril de 2008, trouxe a possibilidade da Eletrobras, diretamente, ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, associar-se com ou sem aporte de recursos para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da geração ou transmissão de energia elétrica, sob regime de concessão ou de autorização, a Companhia se associou a parceiros em SPEs para exploração de empreendimentos, conforme demonstrado a seguir:

2.2.1.1. Empreendimentos em Geração:

SPE	Características do empreendimento	Concessão		Em operação
		Início	Duração (anos)	
Amapari Energia S.A.	UTE Serra do Navio, com 23,30 MW de potência instalada	20/05/2008	29	Sim
Energética Águas da Pedra S.A.	UHE Dardanelos, com 261 MW de potência instalada	03/07/2007	35	Sim
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico Miassaba 3, com 68,47 MW de potência instalada	20/08/2010	35	Sim
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico com 58,45 MW de potência instalada	13/12/2010	35	Sim
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico Rei dos Ventos 3, com 60,12 MW de potência instalada	13/12/2010	35	Sim
Companhia Energética Sinop S.A.	UHE SINOP, com 400 MW de potência instalada, localizada no Rio Teles Pires	26/02/2014	35	Não
Norte Energia S.A.	UHE Belo Monte, com 11.233,1 MW de potência instalada, localizada no Rio Xingú	26/08/2010	35	Não

2.2.1.2. Empreendimentos em Transmissão:

SPE	Características do empreendimento	Concessão		Em operação
		Início	Duração	
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	LT Coxipó-Cuiabá-Rondonópolis (MT), em 230 kV com 193 Km e SE Seccionadora Cuiabá	18/02/2004	30	Sim
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	LT Jauru-Juba (MT) e Maggi - Nova Mutum (MT), ambas em 230 kV e com 402 km, SE Juba e SE Maggi - 230/138 kV	17/06/2008	30	Sim
Integração Transmissora de Energia S.A.	LT Colinas-Miracema-Gurupi-Peixe Nova Serra da Mesa 2 (TO/GO), em 500 kV com 695 Km SE Serra da mesa 2 e SE Peixe 2	27/04/2006	30	Sim
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	LT Jaurú - Cuiabá (MT), com 500 kv e com 348 Km e SE Jaurú, com 500/230 kV	19/11/2009	30	Sim
Manaus Transmissora de Energia S.A.	LT Oriximiná - Silves - Lechuga (PA/AM), em 500 kV, com 586 Km, SE Silves 500/138kv e SE Cariri 500/230 kv	16/10/2008	30	Sim
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	LT Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara 2 (SP), ±600 kV com 2.375 Km	26/02/2009	30	Sim
Construtora Integração Ltda	Empresa constituída para construção do empreendimento da Norte Brasil Transmissora de Energia S/A	-	-	-
Manaus Construtora Ltda	Empresa constituída para construção do empreendimento da Manaus Transmissora de Energia S/A	-	-	-
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	LT Porto Velho - Samuel - Ariquemes - Ji-Paraná - Pimenta Bueno - Vilhena (RO), Jaurú (MT), com 987 Km, 230 kV	19/11/2009	30	Não
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	LT Xingu - Estreito - Pará (PA) a Minas Gerais (MG), em 800 kV com 2.093 km.	16/06/2014	30	Não
Transnorte Energia S.A.	LT Lechuga (AM) - Equador - Boa Vista (RR), com 500 kV e com 715 km, e SE Equador 500kv, SE Boa Vista 500/230 kv	25/01/2012	30	Não

NOTA 3 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2015.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir, sendo adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicados.

3.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme requerido nas normas contábeis vigentes.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 4.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.1.1. Demonstrações financeiras individuais - Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Companhia, apresentadas sob o título de Controladora, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

3.1.2. Demonstrações financeiras consolidadas – Consolidado

As demonstrações financeiras consolidadas, demonstradas sob o título de Consolidado, estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela CVM e os pronunciamentos do CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

3.1.3. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, referente ao exercício 2014, foram preparadas de acordo com as normas vigentes e incluem as da Companhia, da Linha Verde Transmissora de Energia S.A., que passou a ser controlada pela Companhia em 2014 (nota 19.5), e da Estação Transmissora de Energia S.A., da qual a Companhia detinha o controle acionário até 31 de março de 2014 e que foi incorporada pela Companhia nesta data.

No que se refere à consolidação das demonstrações financeiras do exercício comparativo, ou seja, 2013, estão inclusas as demonstrações financeiras da Companhia, da Estação Transmissora de Energia S.A. e da Rio Branco Transmissora de Energia S.A. da qual a Companhia detinha o controle acionário até 30 de dezembro de 2013 e que foi incorporada pela Companhia nesta data.

3.2. Políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

3.2.1. Investidas

Para fins de equivalência patrimonial em suas investidas, foram utilizadas as participações societárias conforme quadro a seguir:

Empresas	Participação (%)	
	2014	2013
Amapari Energia S.A.	49,00	49,00
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	49,00
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50	-
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	49,71
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50	24,50
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	24,50
Construtora Integração Ltda	24,50	24,50
Companhia Energética Sinop	24,50	24,50
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	24,50
Estação Transmissora de Energia S.A. (*)	-	100,00
Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	37,00
Linha Verde Transmissora de Energia S.A. (**)	100,00	49,00
Manaus Construtora Ltda	30,00	30,00
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	30,00
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	24,50	24,50
Norte Energia S.A.	19,98	19,98
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	24,50
Rio Branco Transmissora de Energia S.A. (*)	-	-
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	49,00
Transnorte Energia S.A.	49,00	49,00

(*) A SPE Rio Branco Transmissora de Energia S.A. e a SPE Estação Transmissora de Energia S.A. foram incorporadas a Companhia em 30 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014, respectivamente, conforme descrito na nota 19.4.

(**) O controle da SPE Linha Verde Transmissora de Energia S.A. foi adquirido em 31 de dezembro de 2014, com base em combinação de negócios, conforme nota 19.5. Anteriormente a esta data, a participação da Companhia nesta SPE era de 49%.

3.2.1.1. Controladas

Controladas são todas as entidades, incluindo as entidades de propósito específico, nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.2.1.2. Controladas em conjunto

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.2.1.3. Coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada e nem como uma participação em empreendimento sob controle comum.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as informações financeiras de coligada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.2.2. Participação direta da Companhia

As demonstrações financeiras das investidas, utilizadas para a determinação do valor da equivalência patrimonial, foram levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Entretanto, de acordo com as práticas contábeis, foram utilizadas as informações financeiras com defasagem de 30 dias, para aquelas investidas que não apresentaram suas demonstrações financeiras, na mesma data base, até o fechamento contábil que deu origem a estas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2014. Desta forma, para fins de cálculo de equivalência patrimonial, foram utilizadas as demonstrações financeiras de 30 de novembro de 2014, das investidas Norte Brasil Transmissora de Energia S.A., Manaus Transmissora de Energia S.A., Construtora Integração Ltda. e Manaus Construtora Ltda.. Observamos as demonstrações financeiras destas empresas, com data base de 31 de dezembro de 2014, e as mesmas não apresentaram variação material de seus saldos se comparados aos apresentados em 30 de novembro de 2014.

3.2.3. Principais práticas de consolidação

a) Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas controladas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;

b) Eliminação dos saldos das contas e transações entre a controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

c) Eliminação das transações de resultado das operações realizadas e o resultado de equivalência patrimonial entre a controladora e as suas controladas.

3.3. Conversão de moeda estrangeira

3.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas investidas atuam. A moeda funcional da Companhia e suas investidas é o Real (R$) e as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais.

3.3.2. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como variação cambial em conta de resultado financeiro (nota 35).

3.4. Conta movimento e aplicações financeiras

3.4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, e com risco insignificante de mudança de valor (nota 6).

3.4.2. Títulos e valores mobiliários

A Companhia e suas controladas aplicam recursos em títulos e valores mobiliários com vencimentos de longo prazo e, apesar destas datas de vencimento, a Companhia possui programa de investimento de curto prazo para a utilização desses recursos antes do vencimento. Sua classificação em circulante e não circulante considera o fato dos títulos classificados no curto prazo serem mantidos para negociação ativa e frequente, possuindo liquidez imediata e intenção de aplicação no plano de investimentos da Companhia. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável (nota 7).

3.5. Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da prestação de serviços, da venda de energia elétrica e da disponibilização no sistema de transmissão operado pela Companhia e suas investidas, no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (nota 8).

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.6. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio das aquisições, que não excede ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização (nota 13).

3.7. Cauções e depósitos vinculados

São depósitos judiciais que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judiciais, realizados em moeda corrente, com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Tais depósitos estão avaliados pelo valor original, acrescido de juros e atualização monetária, com base nos dispositivos legais, e ajustados por provisão para perdas na realização, quando aplicáveis (nota 16).

3.8. Investimentos

Os investimentos da Companhia em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliados e registrados pelo método da equivalência patrimonial, reconhecidos inicialmente ao custo, e as variações no resultado do exercício ou diretamente no patrimônio líquido, conforme aplicável (nota 19).

Após o reconhecimento inicial, a entidade mantém os ativos de propriedades para investimentos mensurados pelo seu valor de custo.

Quando necessário, as políticas contábeis das empresas investidas são ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

3.9. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação, das obrigações especiais, e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação (nota 20).

Os terrenos não são depreciáveis. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na nota 20.2.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas ou despesas operacionais na demonstração do resultado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A Companhia e suas investidas efetuam, quando necessário, o teste de recuperabilidade dos seus ativos, utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos (nota 20.6).

3.10. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

As participações não controladoras que correspondem a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação, são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

3.11. Ativo financeiro - Concessão do serviço público

Refere-se às contas a receber da Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

O Contrato de Concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida - RAP. A RAP é reajustada anualmente por índice de preços e revisada a cada cinco anos. A transmissora não pode negociar preços com usuarios; e
- Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

De acordo com a interpretação ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão e a orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação. Desta forma, a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão é classificada como um ativo financeiro (e não como ativo imobilizado) por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão (fase da construção) pelo valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado. A taxa interna de retorno é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura e da indenização que se espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

A Administração entende que o custo de construção da linha de transmissão de energia elétrica da Companhia, contempla todos os custos para implantação do empreendimento. Alguns bens que formam o ativo financeiro da concessão da Companhia foram adquiridos em moeda estrangeira. Desta forma, o custo de variação cambial está intrínseco a operação de construção, formando o ativo financeiro.

Esse crédito está distribuído entre circulante e não circulante, considerando a expectativa de recebimento dos valores envolvidos, tendo como base a data do final das concessões.

O ativo é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia efetua, anualmente, o teste de recuperabilidade dos seus ativos, utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos (nota 10.2.2).

3.12. Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia e suas investidas compreendem basicamente gastos específicos associados à aquisição de direitos (softwares), acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável (nota 21).

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados ao fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos de aquisição e implantação, que são diretamente atribuíveis aos projetos e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e suas investidas, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para usá-lo ou vendê-lo;
- a Administração pretende concluir o *software* para usá-lo ou vendê-lo;
- o software pode ser vendido ou usado;
- o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Nos custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados na implantação de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com aquisição e implantação de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pela taxa descrita na nota 21.

3.13. Gastos com estudos e projetos

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamentos hidrelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional no momento em que ocorrem até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão e/ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos recuperáveis passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto.

3.14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado com base no resultado ajustado ao lucro real, pelas adições e exclusões previstas na legislação, à alíquota vigente de 15% e adicional de 10%, quando aplicável. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustada nos termos da legislação vigente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do IRPJ e bases negativas de CSLL e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O CPC 32 estabelece condições para o registro contábil de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

O passivo do IRPJ e da CSLL diferidos é integralmente reconhecido, enquanto que o ativo depende da expectativa de realização (nota 11.2).

3.15. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo, por meio do resultado, são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.15.1. Ativos financeiros não derivativos

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica outras receitas e despesas financeiras, na demonstração do resultado.

(ii) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não possuem cotação em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas investidas compreendem caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo, contas a receber, valores a receber de empresas ligadas e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.15.2. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado ou financiamentos e empréstimos.

a) Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos decorrentes da transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado, durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos e financiamentos específicos, ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos elegíveis para capitalização, quando o efeito é material.

Todos os demais custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

b) Outros passivos financeiros

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até à data do balanço (custo amortizado).

3.15.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

A Companhia e suas investidas não possuem instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, swaps de taxa de juros e de moedas. A nota 14 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

3.15.3.1. Derivativos embutidos

A Companhia faz uso de derivativos embutidos vinculados a contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica com clientes do setor de alumínio (nota 14.1).

A Estação Transmissora de Energia S.A., enquanto investida da Companhia, firmou contrato de emissão de debêntures em junho de 2011. O contrato possui cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia a critério da Sudam, assim, também fazendo uso de derivativo embutido (notas 14.2). Esse contrato foi transferido para a Companhia quando da incorporação.

Os derivativos embutidos são tratados separadamente de seus contratos principais, quando seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.16. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações provenientes da aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano da data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar a fornecedores não possuem caráter de financiamento e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, se aplicável (nota 22).

3.17. Remuneração aos acionistas

A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de Acionistas, sendo registrados no patrimônio líquido em conta específica denominada Dividendos Adicionais Propostos (nota 25).

3.18. Provisões para riscos

As provisões para riscos, relacionadas a processos judiciais e administrativos (trabalhistas, tributários e cíveis), são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável (nota 27).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

3.19. Obrigações com empregados

3.19.1. Benefícios pós-emprego (Plano de suplementação de aposentadoria)

A Companhia participa de plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego (nota 31).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício, definido na data do balanço, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários externos, usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas referem-se aos requisitos de fundamentos mínimos e são consideradas na determinação de um passivo adicional, referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, no período em que ocorrem.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Exceto pela parcela relacionada aos pecúlios de invalidez e morte, para os quais é efetuado cálculo atuarial por atuário independente, a Companhia não tem outras obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

3.19.2. Incentivo ao desligamento de pessoal

A Companhia possuía, até o fim de 2014, programa de incentivo ao desligamento voluntário, que previa o pagamento de indenizações como reconhecimento ao tempo de trabalho, aos empregados que aderiram aos programas (nota 26.1).

3.19.3. Outras obrigações pós-emprego

A Companhia oferece algumas vantagens a seus empregados, das quais se identificam duas geradoras de obrigações pós-emprego: **(i)** programa de assistência médica vitalícia a empregados aposentados por invalidez e seus dependentes; e (ii) apólice de seguro de vida em grupo estendida à adesão de aposentados. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados (nota 31).

3.20. Adiantamentos de clientes

Os valores antecipados por clientes, por conta de contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo, foram registrados parte no passivo circulante e parte no passivo não circulante (nota 29).

3.21. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes, sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data da formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajustes a valor presente, quando aplicável.

3.22. Capital social

As ações ordinárias sem valor nominal são classificadas no patrimônio líquido (nota 32.1).

3.23. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação, recebido ou a receber, pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas investidas.

A Companhia e suas investidas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e **(iii)** quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A Companhia e suas investidas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A receita é apresentada líquida dos impostos e estão detalhadas na nota 33.

3.23.1. Receita operacional

A Companhia e suas investidas atuam no mercado de energia elétrica e reconhece a receita no momento em que uma das empresas entrega o produto ou presta o serviço.

3.23.2. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia e suas investidas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira (nota 35).

3.24. Receita de Construção e Custo de Construção

A Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras margem de lucro zero sobre os valores registrados a titulo de receita de construção de empreendimentos de transmissão, cuja construção é efetuada por terceiros, haja vista que a condição principal de empresa concessionária de energia elétrica, cujo objeto empresarial é o de manter e operar, pelo prazo da concessão, o empreendimento onde o retorno ocorre por meio do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP).

3.25. *Impairment* de ativos

3.25.1. Não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para análise de eventual reversão ou complemento do impairment na data de apresentação do relatório.

3.25.2. Financeiros

A Administração avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros não possui recuperação de seu valor integralmente. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o seu valor de recuperação.

O valor de recuperação é calculado conforme o maior entre o seu valor justo menos o seu valor em uso, que corresponde aos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.26. Lucro básico e lucro diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas (nota 37).

3.27. Apresentação de informações por segmento

As informações por segmento operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada de decisões estratégicas da Companhia (nota 38).

NOTA 4 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Companhia e suas investidas, decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado.

As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras da controladora e consolidado, a Administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas investidas, a materialização sobre o valor contábil de ativos, passivos e de resultado das operações são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração da Companhia e de suas investidas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

4.1. Tributos diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais na medida em que se considera provável que a Companhia terá lucro tributável futuro em relação aos ativos fiscais diferidos que possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação contábil, a realização esperada do crédito tributário da Companhia e suas investidas está baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações contábeis e que foram aprovadas pela Administração.

O método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos, gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (nota 11.2).

4.2. Provisão para redução do valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia e de suas investidas adotam variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável desses ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela Aneel, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração na determinação do fluxo de caixa futuro descontado, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas investidas da Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela Administração a premissa, de acordo com o novo marco regulatório, utilizando-se o Valor Novo de Reposição (VNR) como parâmetro, sendo que, nos casos em que não houve determinação do valor final pelo regulador, foi utilizado o VNR ou o saldo contábil, entre os dois, o menor.

4.3. Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e suas investidas reconhecem a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das usinas e demais instalações, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário (nota 20.2).

4.4. Ativo financeiro – concessão do serviço público

A Companhia e suas investidas adotaram a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e do novo marco regulatório, considerou-se que a Companhia será indenizada pela Rede Básica de Instalações Existentes (RBSE) e investimentos posteriores (nota 10), de acordo com o determinado na Lei nº 12.783/2013.

As premissas utilizadas pela Companhia e suas investidas para determinação do ativo financeiro de transmissão são as seguintes:

a) Ativo financeiro indenizável - a Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como ativo financeiro, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela Aneel, tendo como base o VNR ou o valor contábil, entre os dois, o menor (nota 10).

b) Ativo financeiro amortizável pela RAP – as adições decorrentes das novas construções e/ou ampliações da infraestrutura de transmissão são registradas como ativo financeiro (notas 10 e 33).

c) Remuneração do ativo financeiro – a Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras, a título de receita operacional, valor calculado sobre recebíveis registrados como ativo financeiro (antigo imobilizado), com base em taxa apurada, conforme o fluxo de recebimento das RAPs (RAP bruta (-) valor alocado para receita de O&M) até o final dos contratos de concessão do serviço de transmissão de energia elétrica (nota 33).

d) Receita de O&M - a Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras receita de operação e manutenção (O&M), considerando os valores realizados de pessoal, material, serviços e outros (PMSO) no período, acrescidos das taxas de PIS/PASEP e COFINS e das taxas referentes a encargos regulatórios (RGR, taxa de fiscalização e P&D) (notas 33 e 34).

e) Margem de Construção, Receita de Construção e Custo de Construção - a Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras margem de lucro zero sobre os valores registrados a titulo de receita de construção de empreendimentos de transmissão, cuja construção é efetuada por terceiros, haja vista que a condição principal de empresa concessionária de energia elétrica, cujo objeto empresarial é o de manter e operar, pelo prazo da concessão, o empreendimento onde o retorno ocorre por meio do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP) (notas 33 e 34).

4.5. Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas investidas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4.6. Benefícios a empregados

4.6.1. Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam várias premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devam ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia e suas investidas consideram as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado (nota 31).

4.6.2. Incentivo ao desligamento de pessoal

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 33, a provisão de benefícios a empregados foi mensurada pelo valor presente dos gastos necessários para fazer face às indenizações previstas nos programas de incentivo ao desligamento voluntário, instituídos nos exercícios anteriores (nota 26).

4.7. .Provisões para riscos

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando a jurisprudência, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (nota 27). As provisões são julgadas pela Administração da Companhia e de suas investidas como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza.

4.8. Compensações socioambientais

Para efeitos de registro contábil dos custos socioambientais relacionados à construção de empreendimentos de geração de energia elétrica, os quais serão desembolsados no futuro durante o prazo da concessão, a geradora deve elaborar a melhor estimativa dos desembolsos futuros trazidos a valor presente. Esse valor é registrado como custo do ativo imobilizado e depreciado a partir da entrada em operação comercial do empreendimento. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, caso a Administração identifique que a estimativa inicial desses custos deverá sofrer ajustes relevantes para mais ou para menos ou por reversão do ajuste a valor presente, a provisão deve ser ajustada em contrapartida ao resultado do exercício. O empreendimento relacionado é a expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí (nota 30.3).

4.9. Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme tem sido amplamente divulgado na mídia, em 2014 foi deflagrada a chamada "Operação Lava Jato", que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas brasileiras responsáveis por obras no setor de óleo e gás do Brasil.

Até a data de aprovação das Demonstrações Financeiras de 2014, a Companhia e seus administradores, não haviam sido notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva contra as empresas Eletrobras, seus projetos ou seus administradores, eventualmente decorrentes de fatos conexos com a Operação Lava Jato. A despeito disso, a Companhia adotou algumas providências acautelatórias de caráter interno, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa, na medida em que se relacionem com a Eletronorte e seus projetos, não tendo identificado qualquer atividade ilegal relacionada ao tema até a aprovação das Demonstrações Financeiras.

Em razão das notícias divulgadas na imprensa envolvendo empresas que prestam serviços para a sociedade de propósito específico ("SPE") Norte Energia S.A (UHE Belo Monte), em março de 2015, foram abertas 3 (três) comissões de correição, pela Eletrobras, a fim de efetuar verificações sobre os processos de contratação de empreiteiras pela referida empresa. Os trabalhos dessas comissões ainda se encontram em curso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A Eletrobras, em acréscimo às providências acima citadas, encaminhou correspondências, em março de 2015, às autoridades encarregadas pelas citadas investigações, e solicitou que lhe fosse esclarecido se (i) há informações ou provas no âmbito da Operação Lava Jato que possam afetar as Empresas Eletrobras e seus projetos e, (ii) em caso positivo, que lhe seja dado acesso aos referidos documentos. No entanto, até a data de aprovação dessas Demonstrações Financeiras, a Eletrobras não havia obtido resposta às suas indagações.

Com base nas informações disponíveis para a Companhia até o momento, a estimativa da Administração é que eventuais impactos relacionados a este assunto, se houver, não seriam materiais nas suas Demonstrações Financeiras relativas a 2014.

NOTA 5 – NOVOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS PELO IASB

As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

5.1. Aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2015 ou exercícios posteriores:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu trechos do *International Accounting Standards* (IAS) 39, relacionado à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que, nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, exceto quando resultar em descasamento contábil.

Essas alterações estão sob a análise da Administração na avaliação dos possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes - A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Quando passar a ser adotada, a nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 terá nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Alterações a IAS 16 e IAS 41 - Agricultura: Plantas Produtivas - Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, a ser contabilizada como imobilizado e incluída no âmbito da IAS 16 Imobilizado, em vez da IAS 41 Agricultura.

As alterações são efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida, porém não afeta a Companhia.

5.2. Outros aspectos

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 14 – Contas regulatórias de diferimento;
- Contabilização de aquisições de participações em operações em conjunto (alteração IFRS 11);
- Esclarecimento sobre métodos aceitáveis de depreciação e amortização (alterações da IAS 16 e IAS 38);
- Plano de benefícios definido: Contribuição de empregados (alteração da IAS 19)
- Melhorias anuais das normas IFRS de 2010-2012
- Melhorias anuais das normas IFRS de 2011-2013

Não existem outras normas IFRS ou interpretações *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e depósitos bancários à vista	88	93	347	39.597
Aplicações financeiras de curto prazo	296.862	272.781	343.677	355.727
TOTAL	**296.950**	**272.874**	**344.024**	**395.324**

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, às operações compromissadas que possuem garantia de recompra diária, a uma taxa previamente estabelecida entre as partes e são lastreadas em títulos públicos, com rentabilidade média equivalente ao CDI. Além disso, os recursos provenientes dos convênios firmados com a Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Águas e outras entidades (nota 30.1), estão aplicados em poupança no Banco da Amazônia S.A. e no Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Todas as operações possuem liquidez imediata, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso.

As aplicações de curto prazo da controlada são compostas pelos Certificados de Depósitos Bancários – CDB – DI, remunerados à taxa média de 99% a.a. do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

A exposição a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 41.

As receitas financeiras dessas aplicações estão registradas no resultado financeiro (nota 35).

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Fundos de Investimentos		
Fundos exclusivos	392.638	282.368
Outros fundos	1.119.821	1.379.557
CIRCULANTE	**1.512.459**	**1.661.925**
Outros	220	205
NÃO CIRCULANTE	**220**	**205**
TOTAL	**1.512.679**	**1.662.130**

As variações nos fundos de aplicações financeiras ocorrem de acordo com as necessidades de caixa. Há aplicações com as sobras de recursos e resgates com a necessidade de pagamentos.

A Administração da Companhia opta por diversificar os investimentos dos fundos exclusivos, visando obter melhor rentabilidade para seus investimentos.

A exposição a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 41.

As receitas financeiras dessas aplicações estão registradas no resultado financeiro (nota 35).

7.1. Circulante

A Companhia e suas investidas classificam os títulos e valores mobiliários como mantidos para negociação com base nas estratégias da Administração para esses ativos, que estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, acrescidos de juros e atualização monetária, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras são realizadas, principalmente, em fundos de investimentos, lastreadas em títulos do Tesouro Nacional, realizadas com o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, conforme determina a legislação específica para as sociedades de economia mista, e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito, cuja rentabilidade média no exercício de 2014 correspondeu a 97% do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (72% no exercício de 2013).

		CONTROLADORA / CONSOLIDADO							
		31/12/2014				31/12/2013			
Período de vencimento	Indexador	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	% Participação	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	% Participação
Títulos públicos - Mantidos para negociação									
Banco do Brasil									
Fundo exclusivo extramercado Exclusivo 10 4211	6 a 11% a.a.	405.451	392.638	(12.813)	100,00	297.701	282.368	(15.333)	100,00
LTN		315.493	310.652	(4.841)		163.780	160.120	(3.660)	
NTNB		22.584	19.316	(3.268)		56.347	50.441	(5.906)	
NTNF		67.374	62.670	(4.704)		77.574	71.807	(5.767)	
Outros Fundos		**1.122.257**	**1.119.821**	**(2.436)**		**1.380.225**	**1.379.557**	**(668)**	
Total		**1.527.708**	**1.512.459**	**(15.249)**	-	**1.677.926**	**1.661.925**	**(16.001)**	-

As receitas financeiras dessas aplicações estão registradas no resultado financeiro (nota 35).

7.2. Não circulante

Os títulos de maior relevância mantidos pela Companhia são as Notas do Tesouro Nacional (NTN), títulos públicos recebidos em pagamento por alienação de investimentos societários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND). Estes títulos são classificados como investimentos mantidos até o vencimento e possuem remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a. incidentes sobre o valor atualizado.

NOTA 8 – CLIENTES

As contas a receber de clientes decorrem da venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão a consumidores e concessionários de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

8.1. Consumidores, concessionárias e permissionárias

	CONTROLADORA				
	31/12/2014				31/12/2013
	VINCENDOS	VENCIDOS		TOTAL	TOTAL
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS		
Consumidores					
Industrial	102.850	-	72	102.922	127.064
	102.850	**-**	**72**	**102.922**	**127.064**
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia	382.058	52.679	9.381	444.118	290.590
Uso da rede elétrica	84.615	1.203	14.202	100.020	48.346
Conexão ao sistema de transmissão	2.642	9	1	2.652	2.328
Comercialização de energia	-	-	2.480	2.480	166.372
Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	-	-	20.980	20.980	18.917
Renegociação - Suprimento (nota 8.3)					
Boa Vista Energia S.A.	96.484	-	-	96.484	37.802
Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)	7.350	-	-	7.350	14.913
Companhia de Eletricidade do Amapá (Cea)	180.404	-	-	180.404	267.619
	753.553	**53.891**	**47.044**	**854.488**	**846.887**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8.2)	**-**	**(121)**	**(34.716)**	**(34.837)**	**(30.640)**
(-) Ajuste a valor presente	**(932)**	**-**	**-**	**(932)**	**(1.236)**
Total circulante	**855.471**	**53.770**	**12.400**	**921.641**	**942.075**
Concessionárias e permissionárias					
Renegociação - Suprimento (nota 8.3)					
Boa Vista Energia S.A.	43.001	-	-	43.001	37.802
Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)	14.699	-	-	14.699	22.049
Companhia de Eletricidade do Amapá (Cea)	-	-	-	-	152.287
	57.700	**-**	**-**	**57.700**	**212.138**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8.2)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
(-) Ajuste a valor presente	**(904)**	**-**	**-**	**(904)**	**(1.836)**
Total não circulante	**56.796**	**-**	**-**	**56.796**	**210.302**
Total	**912.267**	**53.770**	**12.400**	**978.437**	**1.152.377**

	CONSOLIDADO				
	31/12/2014				31/12/2013
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	TOTAL
Consumidores					
Industrial	102.850	-	72	102.922	127.064
	102.850	**-**	**72**	**102.922**	**127.064**
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia	382.058	52.679	9.381	444.118	290.590
Uso da rede elétrica	84.615	1.203	14.202	100.020	66.727
Conexão ao sistema de transmissão	2.642	9	1	2.652	2.328
Comercialização de energia	-	-	2.480	2.480	166.372
Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	-	-	20.980	20.980	18.917
Renegociação - Suprimento (nota 8.3)					
Boa Vista Energia S.A.	96.484	-	-	96.484	37.802
Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)	7.350	-	-	7.350	14.913
Companhia de Eletricidade do Amapá (Cea)	180.404	-	-	180.404	267.619
	753.553	**53.891**	**47.044**	**854.488**	**865.268**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8.2)	-	(121)	(34.716)	(34.837)	(30.640)
(-) Ajuste a valor presente	(932)	-	-	(932)	(1.236)
Total circulante	**855.471**	**53.770**	**12.400**	**921.641**	**960.456**
Concessionárias e permissionárias					
Renegociação - Suprimento (nota 8.3)					
Boa Vista Energia S.A.	43.001	-	-	43.001	37.802
Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)	14.699	-	-	14.699	22.049
Companhia de Eletricidade do Amapá (Cea)	-	-	-	-	152.287
	57.700	**-**	**-**	**57.700**	**212.138**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8.2)	-	-	-	-	-
(-) Ajuste a valor presente	(904)	-	-	(904)	(1.836)
Total não circulante	**56.796**	**-**	**-**	**56.796**	**210.302**
Total	**912.267**	**53.770**	**12.400**	**978.437**	**1.170.758**

8.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

A provisão é constituída com base na análise individualizada dos créditos relevantes, vencidos a partir de 30 dias, sendo provisionados aqueles onde não há certeza no seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência.

O montante provisionado é considerado suficiente, pela Administração, para cobertura de eventuais perdas na realização destes ativos.

CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Saldo em 31/12/2012	**772.468**
Constituição	3.466
Reversão	(745.294)
Saldo em 31/12/2013	**30.640**
Constituição	4.470
Reversão	(273)
Saldo em 31/12/2014	**34.837**

A constituição da PCLD foi registrada no resultado do exercício como provisões operacionais (nota 34.4). Os valores são reconhecidos como perda quando não há expectativa de recuperação.

A exposição ao risco de crédito relacionado ao saldo de clientes está divulgada na nota 41.

8.3. Renegociação

Em junho de 2013, a Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. (CEA) efetuou o pagamento de R$ 319.233, conforme renegociação de dívida celebrada entre a Companhia e a CEA, no exercício anterior. Diante deste fato, a Administração da Companhia procedeu à reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R$ 718.534, naquele ano. No mês de janeiro de 2014, a Companhia recebeu a segunda parcela do acordado com a CEA (nota 23).

O saldo proveniente da renegociação da dívida junto à CEA, em 31 de dezembro de 2014, se refere à parcela com vencimento em janeiro de 2015.

NOTA 9 – INDENIZAÇÃO DAS CONCESSÕES

A posição atualizada até 31 de dezembro de 2014, referente aos valores das indenizações, está demonstrada conforme quadro abaixo:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
	31/12/2013	Atualização monetária	Recebimentos	31/12/2014
Rede Básica - Transmissão	524.660	107.722	(265.003)	367.379
Total	**524.660**	**107.722**	**(265.003)**	**367.379**
Circulante	**331.364**			**367.379**
Não circulante	**193.296**			**-**

A Companhia optou pelo recebimento de 50% do valor à vista e o restante de forma parcelada, nos termos da Portaria Interministerial 580/MME/MF, de 1º de novembro de 2012.

Conforme previsto na legislação, o valor recuperado será recebido em parcelas mensais até a data do encerramento original da concessão prorrogada, atualizado pelo IPCA, acrescido da remuneração pelo custo médio ponderado de capital (WACC) de 5,59% real ao ano, contados a partir de 4 de dezembro de 2012, data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

O valor da atualização monetária está registrado no resultado financeiro (nota 35).

NOTA 10 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica da controladora e suas investidas, a Administração entende que estão atendidas as condições para contabilização dessas concessões como ativo financeiro, abrangendo:

Receita Anual Permitida (RAP)

- O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida - RAP. A RAP é reajustada anualmente por índice de preços e revisada a cada cinco anos. A transmissora não pode negociar preços com usuários; e

Indenizáveis

- Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Os saldos e movimentações dos ativos financeiros vinculados à concessão de serviço público são os seguintes:

	CONTROLADORA							
		Movimentação no exercício						
	31/12/2013	Ingressos	Receita financeira (TIR)	Amortizações	Transferências	*Impairment*	Incorporação SPE	31/12/2014
Transmissão								
Ativo financeiro indenizável	107.848	-	-	-	(65.471)	-	376.204	418.581
Ativo financeiro indenizável (RBSE)	1.732.910	-	-	-	-	-	-	1.732.910
Ativo financeiro (RAP)	949.965	250.679	193.071	(239.605)	77.005	(150.554)	1.282.696	2.363.257
Res. Normativa Aneel 642/14-UHE C. Nunes	-	1.198	-	-	-	-	-	1.198
Res. Normativa Aneel 643/14-RBNI	-	34.062	-	-	-	-	-	34.062
Total	**2.790.723**	**285.939**	**193.071**	**(239.605)**	**11.534**	**(150.554)**	**1.658.900**	**4.550.008**
Circulante	93.074							355.778
Não circulante	2.697.649							4.194.230

	CONSOLIDADO							
		Movimentação no exercício						
	31/12/2013	Ingressos	Receita financeira (TIR)	Amortizações	Transferências	*Impairment*	Combinação de negócio (*)	31/12/2014
Transmissão								
Ativo financeiro indenizável	1.861.715	-	-	-	(65.471)	-	-	1.796.244
Ativo financeiro indenizável (RBSE)	1.732.910	-	-	-	-	-	-	1.732.910
Ativo financeiro (RAP)	862.725	251.280	239.060	(293.922)	77.005	(150.554)	534.336	1.519.930
Res. Normativa Aneel 642/14-UHE C. Nunes	-	1.198	-	-	-	-	-	1.198
Res. Normativa Aneel 643/14-RBNI	-	34.062	-	-	-	-	-	34.062
Total	**4.457.350**	**286.540**	**239.060**	**(293.922)**	**11.534**	**(150.554)**	**534.336**	**5.084.344**
Circulante	271.361							384.020
Não circulante	4.185.989							4.700.324

(*) A Companhia efetuou a combinação de negócios na aquisição do controle da Linha Verde Transmissora de Energia S.A. (nota 19.5).

O valor justo do ativo financeiro é apurado por meio dos fluxos de caixa dos contratos, que contemplam as entradas de caixa previstas com base na receita anual permitida (RAP), deduzida da parcela correspondente à remuneração dos custos com operação e manutenção dos ativos, além da indenização prevista ao término da concessão, ajustada pela correspondente taxa interna de retorno (TIR). A TIR varia entre 0,92% a.a. e 3,20% a.a., de acordo com as características especificadas em cada contrato de concessão e suas respectivas datas de investimentos.

A infraestrutura recebida ou construída de transmissão é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) parte, por meio da disponibilidade para uso da rede de transmissão durante o prazo da concessão; e

(ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e será recebida ao longo de 30 anos com atualização monetária.

Os montantes demonstrados nas colunas "Ingressos" e "Receita financeira (TIR)" foram registrados com contrapartida ao resultado do exercício.

O montante demonstrado na coluna "Amortizações" refere-se ao recebimento da RAP e possui contrapartida registrada no resultado do exercício.

Em atendimento as Resoluções nº 642 e nº 643 da Aneel, os recursos investidos em melhorias dos bens tratados na renovação antecipada das concessões, provisionados como gastos com ativos indenizados, foram revertidos neste exercício de 2014 e lançados no respectivo ativo financeiro.

10.1. Bens do sistema existente em 31 de maio de 2000

A Companhia não realizou a baixa contábil do saldo do ativo financeiro, relativo aos ativos existentes em 31 de maio de 2000, face a previsão de indenização contida na Lei nº 12.783/2013 considerando a estimativa de prazo de amortização de 30 anos por entender que o Valor Novo de Reposição (VNR) é superior ao valor contábil.

A Lei nº 12.783/2013, em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, para as concessionárias que optarem pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º, art. 17, da Lei nº 9.074, de 1995, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados, existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Aneel.

Conforme determina o Despacho nº 155 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de 23 de janeiro de 2013, os ativos não contemplados com indenização previstos no anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, que se referem aos ativos não depreciados, existentes em 31 de maio de 2000, deverão ser mantidos no ativo até que esses investimentos sejam submetidos à avaliação e homologação da Aneel, quando, a partir desse momento, será constituído um contas a receber pelo valor homologado. A Companhia protocolou no dia 15 de outubro de 2014 junto à Aneel o pedido de indenização e o Laudo de Avaliação desses ativos, cuja avaliação total foi estimada em R$ 3.547.111. Até o encerramento destas demonstrações financeiras a Aneel não havia se manifestado.

A Resolução Normativa nº 589, de 10 de dezembro de 2013, define os critérios para cálculo do VNR das instalações de transmissão para fins de indenização. Os valores dos ativos de transmissão abrangidos nessa situação correspondem, em 31 de dezembro de 2014, ao montante de R$ 1.732.910 (2013 – R$ 1.732.910), respectivamente, e foram determinados pela Administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.

10.2. Teste de *impairment* (Transmissão)

10.2.1. Eletronorte

A Administração da Companhia avaliou em 2014, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente os ativos financeiros mantidos e utilizados nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena.

No processo de avaliação são identificadas as circunstâncias que possam exigir a aplicação de testes de recuperabilidade dos ativos a fim de ser determinado o montante de eventuais perdas, tomando como unidade geradora de caixa o conjunto de seus ativos por segmento (geração e transmissão), dada as características operacionais de gestão e operação da Companhia.

A Companhia realizou o teste de recuperabilidade de seus ativos em serviço em 31 de dezembro de 2014, assim como em 2013, com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados e com as mesmas características do realizado para as Unidades Geradoras de Caixas (UGC) do imobilizado (nota 20.6).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10.2.2. Ativos avaliados

A Administração identificou como passíveis de verificação, as seguintes Unidades Geradoras de Caixa (UGC):

Posição estimada antes da avaliação do valor recuperável em 31/12/2014				
	Ativo	Depreciação	Impairment	Ativos líquidos
Eletronorte				
Transmissão				
Contrato nº 058 - Rede básica	195.612	(5.939)	-	189.673
LT São Luis II - São Luis III	62.069	(5.239)	-	56.830
LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	106.047	(6.767)	-	99.280
LT Jorge Teixeira - C1 e C2	44.655	(848)	-	43.807
LT Porto Velho - Abunã - Rio Branco	265.266	(15.131)	-	250.135
Estação Retificadora / Inversora	1.428.809	(129.576)	-	1.299.233
SE Miranda II	78.620	(9.471)	-	69.149
SE Nobres	16.813	(395)	-	16.418
SE Lucas do Rio Verde	20.300	(806)	-	19.494

O valor em uso de ativos foi estimado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do cumprimento dos contratos de concessão, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente. Os fluxos de caixa futuros foram estimados para o ativo em sua condição atual.

A estimativa de fluxos de caixa futuros foi baseada nas previsões e/ou orçamentos aprovados pela Administração da Companhia.

10.2.3. Resultados sobre a avaliação ao valor recuperável (*Impairment*)

	Contrato 058	LT São Luis II - São Luis III	LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	LT Jorge Teixeira - C1 e C2	LT Porto Velho - Abunã	Estação Retificadora / Inversora	SE Miranda II	SE Nobres	SE Lucas do Rio Verde
Ativos em Serviço	195.612	62.069	106.047	44.655	265.266	1.428.809	78.620	16.813	20.300
Depreciação Acumulada	(5.939)	(5.239)	(6.767)	(848)	(15.131)	(129.576)	(9.471)	(395)	(806)
Obrigações Especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	**189.673**	**56.830**	**99.280**	**43.807**	**250.135**	**1.299.233**	**69.149**	**16.418**	**19.494**
Ano do Fim da Concessão	2042	2038	2039	2040	2039	2039	2041	2041	2041
Valor Residual	-	43.678	76.580	29.559	137.700	266.763	-	-	1.962
Taxa de Desconto (Geração)	6,57%	6,57%	6,57%	6,57%	6,57%	6,57%	6,57%	6,57%	6,57%
Resultado	**1.040.207**	**(26.918)**	**(73.317)**	**18.229**	**29.076**	**(43.909)**	**23.129**	**(4.049)**	**(2.361)**
Impairment constituído em 2014	-	(26.918)	(73.317)	-	-	(43.909)	-	(4.049)	(2.361)
Total do *impairment*	**150.554**								

Na avaliação das UGCs, os contratos 058, LT Jorge Teixeira C1 e C2, LT Porto Velho – Abunã – Rio Branco e SE Miranda II não apresentaram *impairment*.

O *impairment*, na LT São Luis II – São Luis III, na LT Ribeiro Gonçalves – Balsas, Estação Retificadora, SE Nobres e SE Lucas do Rio Verde, foi originado, substancialmente, pelos modelos de cálculos, de acordo com os praticados nas concessões renovadas, em função da Lei nº 12.783/2013.

O valor total do *impairment* sobre os ativos financeiros da Companhia montam R$ 150.554 e está registrado em contrapartida do grupo de despesas operacionais (nota 34).

10.2.4. Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2014, a Linha Verde Transmissora de Energia S.A. realizou o teste de *impairment* que resultou numa perda de R$ 100.494. Os principais motivos que levaram àquela administração realizar o teste foram os altos custos já apropriados associados ao atraso nas obras.

NOTA 11 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

Os impostos e contribuições a recuperar estão demonstrados, considerando as eventuais perdas de realização e estão assim representados:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Retenções na fonte (IR / CS) (nota 11.1.1)	136.831	200.521	143.871	203.470
PIS/PASEP/COFINS	4.437	1.519	4.437	1.519
ICMS	75	-	396	75
Outros	3.327	3.203	3.528	3.574
Total circulante	**144.670**	**205.243**	**152.232**	**208.638**
ICMS (nota 11.1.2)	15.768	41.141	15.768	41.141
Ativos fiscais diferidos (nota 11.2)	1.204.951	17.392	1.204.951	101.018
Total não circulante	**1.220.719**	**58.533**	**1.220.719**	**142.159**
Total	**1.365.389**	**263.776**	**1.372.951**	**350.797**

11.1. Tributos a recuperar

11.1.1. Imposto de renda, contribuição social e demais tributos federais retidos na fonte

Refere-se a retenções na fonte sobre aplicações financeiras, serviços prestados e venda de energia elétrica.

11.1.2. ICMS

A Companhia é detentora de créditos escriturais de ICMS incidentes sobre as aquisições de bens para o ativo imobilizado e combustível para produção de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

Créditos de ICMS junto aos Estados	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Rondônia	3.101	3.100
Amapá	133.221	133.199
Maranhão	25.602	29.377
Pará	14.606	10.242
Roraima	6.439	5.470
	182.969	181.388
(-) Provisão p/créditos de liq.duvidosa	(165.261)	(138.669)
(-/+) Ajuste a valor presente - ICMS	(1.940)	(1.578)
TOTAL	**15.768**	**41.141**

Os créditos de ICMS perante os Estados do Amapá e Roraima são oriundos, preponderantemente, da aquisição de combustíveis derivados de petróleo, utilizados no processo de geração de energia elétrica, cabendo ressaltar que nas operações de venda dessa energia para as concessionárias estaduais o ICMS correspondente é diferido, sendo cobrado do consumidor final pela empresa distribuidora, razão pela qual tais créditos encontram-se provisionados, enquanto se discute o mérito na justiça.

11.1.3. Inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/1998 – PIS/PASEP E COFINS

Em julgamento realizado no dia 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º, da Lei nº 9.718/1998, que pretendeu equiparar o termo "faturamento" à totalidade das receitas auferidas pelas empresas, independentemente da classificação contábil adotada e não somente das receitas de vendas e/ou prestação de serviços, para fins de cálculo e recolhimento de PIS/PASEP e COFINS.

O referido julgamento do STF diz respeito, e produz efeitos imediatos, exclusivamente às partes interessadas. Não obstante, tal decisão reflete o entendimento do plenário do STF sobre a questão e o precedente beneficiará a todos que ingressarem na justiça, pois, muito provavelmente, a decisão da Corte máxima será observada pelos demais tribunais do país.

O período de abrangência da citada decisão é de fevereiro/1999 a novembro/2002, para o PASEP e de fevereiro/1999 a janeiro/2004 para a COFINS, antes, portanto, da entrada em vigor das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, que criou o regime de apuração não cumulativa das referidas contribuições.

Na Companhia, o recálculo destas contribuições, expurgando as receitas financeiras, não operacionais e a receita de subvenção concedida pela Conta de Consumo de Combustível (CCC) resultou num montante recolhido a maior de R$ 175.228, já atualizado pela taxa de juros SELIC, até a data do balanço. Inicialmente, a Companhia ingressou com recurso administrativo junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) no sentido de obter o reconhecimento do direito a restituição dos valores pagos a maior, em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação de base de cálculo de tais contribuições pelo STF. Diante do indeferimento do pleito pela RFB, a Companhia ingressou com ação judicial visando preservar os seus direitos.

O valor dessa ação não está refletido no balanço por se configurar como ativo contingente.

11.2. Tributos diferidos

Foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social), conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo fiscal diferido				
Realizável a Longo Prazo				
Instrumentos financeiros derivativos	24.549	-	24.549	-
Ativo financeiro da transmissão	-	3.917	-	87.543
Efeitos atuariais	30.896	13.475	30.896	13.475
Outros ativos fiscais diferidos (nota 11.2.1)	1.149.506	-	1.149.506	-
	1.204.951	**17.392**	**1.204.951**	**101.018**
Passivo fiscal diferido				
Instrumentos financeiros derivativos	88.369	-	88.369	-
Ativo financeiro da transmissão	91.848	3.917	91.848	96.686
Efeitos atuariais	21.251	13.475	21.251	13.475
	201.468	**17.392**	**201.468**	**110.161**
Ativo (passivo) fiscal diferido líquido	**1.003.483**	**-**	**1.003.483**	**(9.143)**

Tais efeitos contemplam a aplicação das alíquotas de 9% para contribuição social e 25% para imposto de renda.

11.2.1. Outros ativos fiscais diferidos

Com a finalização do exercício de 2014, a Companhia obteve as condições necessárias para o registro de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitem tal constituição.

Com base no referido estudo, foi possível estimar a realização dos créditos tributários disponíveis para compensação futura, obtendo o resultado conforme abaixo:

CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Ativos fiscais diferidos	**31/12/2014**
IR - Prejuízos Fiscais	504.503
CS - Bases de cálculo negativas	181.621
IR - Diferenças temporárias - provisões ativas e passivas, líquidas	340.722
CS - Diferenças temporárias - provisões ativas e passivas, líquidas	122.660
Total	**1.149.506**

O reconhecimento desses ativos está fundamentado em premissas de tendências futuras, revelada em estudo técnico e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, que podem sofrer alterações no futuro.

A atual expectativa de resultados tributários futuros indica que a Companhia poderá se beneficiar, do ponto de vista tributário, dos prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e das diferenças temporárias existentes entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis desses elementos nas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia referendou o estudo técnico, em conformidade com normas específicas sobre o tema.

Os valores apurados e demonstrados acima foram registrados no resultado do exercício, diretamente na rubrica do imposto de renda e da contribuição social (nota 36).

11.2.2. Ativos fiscais diferidos não ativados

A Companhia possui ativos fiscais diferidos não ativados, conforme demonstrado abaixo:

CONTROLADORA		
	31/12/2014	31/12/2013
IR-Prejuízos Fiscais	549.212	1.140.408
CS-Bases de cálculo negativas	192.273	416.960
IR-Provisões não dedutíveis	-	314.442
CS-Provisões não dedutíveis	-	113.199
IR-Demais adições	30.323	50.422
CS-Demais adições	10.916	18.152
Total	782.723	2.053.583

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

11.3. Lei 12.973/14 - Revogação do Regime Tributário de Transição (RTT)

No dia 14 de maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627, veio a ser convertida na atual Lei 12.973/14, a qual revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (iv) inclui normatizações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei 12.973/14 têm vigência a partir de 1° de Janeiro de 2015, sendo facultada aos contribuintes a opção pela antecipação de seus efeitos para 1° de janeiro de 2014.

A Administração não optou pela adoção antecipação da referida legislação, tendo em vista que não havia sido identificado nenhum benefício para a Companhia e ainda pelo fato da RFB não ter emitido regulamentação acerca do tratamento a ser aplicado diante de eventuais diferenças (entre RTT e o novo regime) na apuração de impostos, ocorrida durante o período de 2014.

11.4. Estimativa de realização

A realização dos ativos não circulantes foi estimada conforme abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	10.285	-	10.285
2015	199.718	10.285	195.776	10.285
2016	304.332	10.285	300.390	10.285
2017	186.280	10.285	182.338	10.285
2018	160.114	10.285	156.172	10.285
2019	116.204	7.107	116.204	7.107
2020	59.050	-	59.050	-
Após 2020	195.021	-	195.021	83.627
Total não circulante	**1.220.719**	**58.533**	**1.204.951**	**142.159**

NOTA 12 – DIREITO DE RESSARCIMENTO

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Conta de Consumo de Combustível - CCC	380.105	268.973
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(93.074)	(69.942)
Total circulante	**287.031**	**199.031**

Refere-se aos valores a serem reembolsados pela CCC, relativos às aquisições de óleo combustível para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, a partir de agosto de 2009, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.111/2009.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R$ 93.074 (2013 - R$ 69.942) decorre da diferença verificada entre o valor da compra de óleo pela Companhia, para geração de energia elétrica, e o preço estabelecido pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), sendo este considerado pela Aneel para fins de reembolso. A Companhia ingressou com medida judicial visando preservar seus direitos.

Em função da homologação pela Aneel do segundo termo aditivo de 1º de julho de 2013, assinado entre a Eletronorte, Ceron, Termo Norte e Eletrobras, as obrigações assumidas anteriormente pela Companhia para este contrato passaram para Ceron, não cabendo mais à Companhia o reembolso por parte da CCEE (nota 18).

A movimentação da CCC no período foi a seguinte:

CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Saldo em 31/12/2012	**161.607**
Aquisição de combustível	381.867
(-) Recebimentos	(274.501)
Saldo em 31/12/2013	**268.973**
Aquisição de combustível	456.976
(-) Recebimentos	(345.844)
Saldo em 31/12/2014	**380.105**

NOTA 13 – ALMOXARIFADO

Refere-se a materiais de consumo e peças de reposição armazenados em almoxarifados, que se destinam às operações e manutenções das instalações administrativas da Companhia (escritórios regionais e sede), conforme demonstrado abaixo:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Material	83.890	57.000
Total circulante	**83.890**	**57.000**

NOTA 14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo				
Circulante	124.635	108.339	124.635	108.339
Não Circulante	135.276	107.816	135.276	107.816
	259.911	**216.155**	**259.911**	**216.155**
Passivo				
Circulante	1.867	223.099	1.867	225.423
Não Circulante	70.336	107.816	70.336	195.378
	72.203	**330.915**	**72.203**	**420.801**

14.1. Contratos de fornecimento de energia elétrica

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica para dois de seus principais clientes: o Consórcio de Alumínio do Maranhão – Alumar, formado pelas empresas BHP Billiton, Alcoa e a Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás. Parte da receita desses contratos de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais do prêmio.

O encerramento do contrato com a Alcoa foi realizado no final de março de 2013. Dada à celebração do 4º termo aditivo, o contrato passou a ser faturado a preço fixo, não possuindo mais derivativo embutido para a Alcoa.

O prêmio pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga, de forma que o fluxo de caixa do instrumento combinado, em algumas circunstâncias, varia como se fosse um derivativo isolado.

Assim o prêmio é considerado um derivativo embutido, pois a sua precificação deriva do preço do alumínio que é definido neste caso como o ativo básico, também conhecido como ativo subjacente.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

CLIENTE	CONTROLADORA		
	Data do contrato		Volume em Megawatts Médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
BHP	01/07/2004	31/12/2024	de 353,08 a 492

O cálculo do prêmio desses contratos inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2.773,21/ton e US$ 1.450/ton, respectivamente.

A metodologia para avaliação dos derivativos embutidos leva em consideração técnicas de avaliação que convertem valores futuros (por exemplo, fluxos de caixa ou receitas e despesas) em um valor único atual, ou seja, utilização de fluxo de caixa descontado. A mensuração do valor justo é determinada com base no valor indicado pelas expectativas de mercado atuais em relação a esses valores futuros, logo, se trata de uma abordagem de receita.

Para atribuir o valor justo da parte híbrida do contrato é necessário identificar os principais componentes que quantificam o montante faturado mensalmente. As principais variáveis do contrato são: a quantidade de energia vendida (MWh), o preço atribuído à LME e o valor do câmbio do período faturado.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da *commodity* da LME, é possível atribuir o fair value destes contratos. Em Dezembro de 2014, o valor da LME fechou cotado em US$ 1.929,2/ton, o que representou uma variação positiva de 8,12% em relação ao valor verificado em dezembro de 2013, quando o preço da commodity alcançou US$ 1.784,3/ton.

Além disso, no mesmo período de análise, houve uma desvalorização do Real em relação ao Dólar, com a cotação passando de R$ 2,34 para R$ 2,66, ou seja, 13,39% de variação positiva. A variação positiva no preço do alumínio contribuiu com uma melhora na expectativa do valor justo para os derivativos, juntamente com a desvalorização do Dólar no período.

O ganho apurado na operação com derivativos no exercício de 2014 foi de R$ 374.671 (2013 – perda de R$ 178.994) e está apresentada na demonstração do resultado do exercício de 2014 (nota 35).

14.2. Contratos de debêntures

A Estação Transmissora de Energia S.A., antiga investida da Companhia, que foi incorporada em 31 de março de 2014 (nota 19.4.1), firmou contrato de emissão de debêntures, em junho de 2011, e liberação de recursos a partir de 2013, junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), a qual administra os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com a finalidade de captação de recursos para implementação do projeto de estação retificadora e aterramento da subestação coletora.

Os detalhes do contrato de debêntures e as informações da dívida, atualizada até 31 de dezembro de 2014, estão descritos na nota 23.7.

Nesse contrato, por possuir cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia, a critério da Sudam, limitados a 50% das debêntures emitidas, é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a Sudam em caso desta conversão.

Para apuração do valor, foi realizado o cálculo do *valuation* da investida, na apuração do valor da sua ação, e o cálculo do valor presente do contrato, assim utilizando métricas para determinação do valor do derivativo.

O ganho apurado nesta operação com derivativos no exercício de 2014 é de R$ 7.943 e está apresentada na demonstração do resultado do exercício (nota 35).

NOTA 15 – OUTROS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE				
Multas sobre fornecedores (nota 15.1)	57.608	57.608	57.608	57.608
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (nota 15.1)	(57.608)	(57.608)	(57.608)	(57.608)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (nota 15.2)	99.478	87.825	99.478	87.825
Empregados (nota 15.3)	22.412	18.054	22.412	18.054
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (nota 15.3)	(541)	(3.398)	(541)	(3.398)
Eletrobras Participações S.A. - Eletropar (nota 15.4)	11.574	11.574	11.574	11.574
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (nota 15.4)	(11.574)	(11.574)	(11.574)	(11.574)
Serviços prestados a terceiros (nota 15.5)	5.580	5.845	5.580	5.845
Despesas pagas antecipadamente (nota 15.6)	11.753	11.545	11.753	11.545
Créditos junto à Boa Vista Energia S.A. (nota 15.7)	-	29.920	-	29.920
Dispêndios reembolsáveis (nota 15.8)	64.663	48.980	64.663	48.980
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (nota 15.8)	(64.663)	(48.980)	(64.663)	(48.980)
Financiamentos e empréstimos (nota 15.9)	129.155	-	-	-
Convênio PPRS / E-Vida (nota 15.10)	8.233	8.333	8.233	8.333
Ressarcimento de gastos – UTE Electron (nota 15.11)	44.115	23.667	44.115	23.667
Outros	30.425	40.420	88.402	40.428
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(19.595)	(17.931)	(19.595)	(17.931)
TOTAL DO CIRCULANTE	**331.015**	**204.280**	**259.837**	**204.288**
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Despesas pagas antecipadamente (nota 15.12)	16.355	16.355	16.355	16.355
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (nota 15.12)	(16.355)	(16.355)	(16.355)	(16.355)
Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (nota 15.13)	102.963	-	102.963	-
Créditos renegociados - Boa Vista Energia S.A. (nota 15.14)	41.326	-	41.326	-
Outros	6.287	5.498	6.287	5.498
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(6.098)	(5.314)	(6.098)	(5.314)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**144.478**	**184**	**144.478**	**184**
TOTAL GERAL	**475.493**	**204.464**	**404.315**	**204.472**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

15.1. Multa sobre fornecedores

Refere-se a multas contratuais aplicadas aos fornecedores de materiais e serviços por atrasos na entrega de mercadorias, produtos e serviços.

Considerando as dificuldades de realização financeira desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo seu valor total.

15.2. Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

Refere-se a custos com projetos em andamento durante seu período de realização, contabilizados por meio de Ordens de Serviço (ODS) (nota 28.4).

15.3. Empregados

O valor engloba as operações de crédito com empregados, decorrentes de acordos trabalhistas, adiantamentos para despesas de viagens e, principalmente, décimo terceiro salário. A antecipação do décimo terceiro salário é relacionada aos empregados que sairão de férias no início de janeiro do ano subsequente e receberam o adiantamento correspondente. Registra, também, os valores a receber relacionados a empregados cedidos com ônus para órgãos e/ou empresas da administração pública.

Considerando as dificuldades de realização financeira de parte desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa do valor proporcional ao risco envolvido.

15.4. Eletrobras Participações S.A. (Eletropar)

Refere-se ao faturamento da Companhia pela cessão de uso da infraestrutura do seu sistema de transmissão à Eletronet, com a interveniência da Eletropar, e aos adiantamentos concedidos à Eletropar para futuro acerto de contas com os recursos decorrentes da operação com a Eletronet.

Considerando as dificuldades de realização financeira desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo seu valor total.

15.5. Serviços prestados a terceiros

Refere-se, principalmente, aos Contratos de Compartilhamento de Instalações e aos serviços de Operação e Manutenção prestados por empregados da Companhia a outras empresas do setor elétrico, cuja contrapartida está reconhecida no resultado do exercício (nota 33).

15.6. Despesas pagas antecipadamente (curto prazo)

Valores referentes às despesas de seguros pagas antecipadamente.

15.7. Créditos junto à Boa Vista Energia S.A.

Refere-se à venda à Boa Vista Energia S.A. dos ativos da SE/LT Distrito Industrial 69Kv.

O saldo, após renegociação entre as partes, foi transferido para o realizável a longo prazo na conta créditos renegociados (nota 15.14).

15.8. Dispêndios reembolsáveis

Refere-se a gastos realizados pela Companhia e que deverão ser reembolsados por terceiros, inclusive estudos de viabilidade de empreendimentos.

Considerando a incerteza de realização financeira desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo seu valor total.

15.9. Financiamentos e empréstimos

Refere-se a empréstimo realizado para a SPE Linha Verde Transmissora de Energia S.A. para cobertura dos déficits de caixa e pagamento de empréstimo contraído junto ao Banco BTG Pactual.

O montante do empréstimo realizado foi de R$ 124 milhões, com vencimento em parcela única para junho de 2015, a taxa de fundo extramercado do Banco do Brasil, a mesma utilizada nas aplicações financeiras da Companhia.

15.10. Convênio PPRS / E-Vida

Refere-se a valores destinados ao custeio das despesas do plano de saúde dos empregados ativos da Companhia e de seus dependentes.

15.11. Ressarcimento de gastos – UTE Electron

Valor a receber da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. referente aos gastos relacionados com a recuperação/revitalização da UTE Electron, cuja transferência da outorga foi autorizada pela Aneel no exercício anterior.

Há expectativa de recebimento destes valores no decorrer do exercício de 2015, face às negociações realizadas entre a Companhia, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e a Eletrobras (controladora destas empresas).

15.12. Despesas pagas antecipadamente (longo prazo)

Conta de Compensação de Itens da Parcela "A" (CVA)

A Resolução Homologatória da Aneel nº 264, de 24 de novembro 2004, alterada pela Resolução Homologatória nº 151, de 20 de junho de 2005, e pela Resolução Homologatória nº 927, de 15 de dezembro de 2009, autorizou a Companhia a cobrar dos consumidores Alumínio Brasileiro S.A. (Albrás) e Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), respeitadas as condições pactuadas nos contratos existentes na época em que eram cativos, os valores de R$ 17.619 e R$ 16.355, respectivamente. A Albras liquidou seu débito em 31 de maio de 2011, enquanto a Companhia discute com a Alumar uma forma de realizar o crédito.

Considerando as dificuldades de realização financeira desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo seu valor total.

15.13. Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

Em 2014, a Companhia efetuou acordo com a Eletrosul a fim de realizar os aportes de capital como forma de antecipação dos pagamentos sobre a compra da participação da Eletrosul na Sociedade de Propósito Específico (SPE) Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.. Tais valores serão abatidos no valor final da negociação (nota 19.7.13).

15.14. Créditos renegociados – Boa Vista Energia S.A.

Esse saldo se refere aos valores que estavam pendentes de recebimento junto à Boa Vista Energia S.A. e que foram renegociados, bem como o reconhecimento de juros por atraso.

Há expectativa de recebimento destes valores, já no decorrer do exercício de 2015, face às renegociações realizadas entre a Companhia, a Boa Vista Energia S.A. e a Eletrobras (controladora das duas Companhias).

NOTA 16 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Refere-se a valores vinculados a processos judiciais e administrativos, conforme demonstrado abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Processos cíveis	286.339	133.720	286.339	142.220
Processos trabalhistas	84.342	128.321	84.342	128.321
Processos tributários	53.965	28.379	53.965	28.379
Total não circulante	**424.646**	**290.420**	**424.646**	**298.920**

Apresentou aumento de 46% ou R$ 134 milhões, devido, principalmente, ao depósito judicial referente ao processo de desapropriação da Fazenda Santa Inêz S.A., onde está situada a UHE Balbina (nota 27.1), no montante de R$ 74 milhões ou 56% do aumento observado. Há também R$ 26 milhões relativos à atualização monetária dos valores depositados em caução, R$ 36 milhões em novos depósitos, baixas e pagamentos que estão pulverizados em diversos processos judiciais.

O valor referente à atualização monetária, registrado no resultado do exercício de 2014 como receita financeira, é de R$ 25.903 (2013 - R$ 16.007) (nota 35).

NOTA 17 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

17.1. Ativo não circulante

Refere-se a recursos destinados a aumento do capital das Sociedades de Propósito Específicos, nas quais a Companhia tem participação societária (nota 3.2.1), conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Manaus Transmissora de Energia S.A.	24.556	21.618	24.556	21.618
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	364.822	-	-	-
Total não circulante	**389.378**	**21.618**	**24.556**	**21.618**

A variação deste grupo de contas é decorrente dos adiantamentos para futuro aumento de capital na investida Linha Verde Transmissora de Energia S.A., ocorridos neste exercício.

Os contratos dos adiantamentos para futuro aumento de capital vigentes nesse período são corrigidos pelo IPCA.

17.2. Passivo não circulante

Refere-se a adiantamentos por conta de futuro aumento de capital, objeto de contratos celebrados entre a Companhia e a controladora (Eletrobras), cujos recursos visam cobrir a parcela de capital próprio da Eletronorte relativo às inversões financeiras aportadas em SPE.

CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Saldo em 31/12/2012	**218.104**
Encargos	20.690
(-) Capitalização / Integralização	(225.464)
Saldo em 31/12/2013	**13.330**
(-) Ajuste de contas	(346)
Saldo em 31/12/2014	**12.984**

Esse ajuste de contas se refere à conciliação entre os saldos apresentados pela Companhia e a Eletrobras. O referido saldo foi submetido à Eletrobras para integralização de capital que deverá ocorrer em 2015.

NOTA 18 – CRÉDITOS JUNTO À CERON

Em 1999, a Companhia assinou contrato de compra de energia com o Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE) Termo Norte, no montante de 409 MW, para atender às necessidades do sistema isolado, compreendido pelas distribuidoras Eletroacre e Ceron, num montante mensal de aproximadamente R$ 29 milhões.

Em 1º de dezembro de 2008, foi assinado o Termo de Cessão dos contratos nº SUP1.9.S.0108-0 e SUP1.0.S.0056-0, celebrados entre a Companhia e o PIE Termo Norte, para a Ceron, contemplando as usinas Termo Norte I, de 64 MW e Termo Norte II, de 345 MW, e encaminhados à Aneel para sua homologação.

Baseado no Ofício SEM/SGR/SRT/SFF/Aneel nº 304/2009, de 8 de dezembro de 2009, foi celebrado o primeiro termo aditivo aos termos de cessão dos contratos de suprimento de energia elétrica SUP 1.9.S.0108-0 – Termo Norte I e SUP 1.0.S.0056-0 – Termo Norte II, da Companhia para a Ceron, com vigência a partir de 31 de julho de 2009.

Em função do citado primeiro termo aditivo, todos os resultados decorrentes da operação das usinas termelétricas Termo Norte I e Termo Norte II, a partir de agosto de 2009, foram debitados à Ceron.

Conforme determina o Despacho Aneel nº 4.199, de 12 de novembro de 2009, os resultados decorrentes da operação das usinas termelétricas Termo Norte I e Termo Norte II, a partir de 24 de outubro de 2009, passaram a ser liquidados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em 1º. de julho de 2013, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Termo de Cessão do contrato nº SUP1.0.S.0056.0, celebrados entre a Companhia, PIE Termo Norte, Ceron, e a Eletrobras, que passou a vigorar, com termo inicial, a partir de 30 de julho de 2009. A Aneel homologou esse termo aditivo por meio do Despacho nº 2.180, de 09 de julho de 2013. Este aditivo não exime a Ceron e a Eletrobras, sob nenhuma hipótese, de arcar, integralmente, com os pagamentos e reembolsos devidos.

O mencionado termo aditivo estabelece que a Ceron terá a responsabilidade pelos resultados da liquidação mensal do estabelecido no contrato inicial e suas alterações posteriores, tendo a Eletrobras como garantidora destas obrigações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A partir do segundo termo aditivo, a Companhia suspendeu o pagamento mensal de aproximadamente R$ 25 milhões, em setembro de 2013.

Há expectativa de recebimento dos valores junto à Ceron, a partir do exercício de 2015, haja vista que a Portaria Interministerial MME/MF nº 652, de 10 de dezembro de 2014, autorizou a repactuação de dívidas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) com os credores da Conta Consumo de Combustíveis (CCC), referentes a atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica nos sistemas isolados.

A referida portaria estabelece ainda, que o prazo de repactuação de dívidas da CDE, deverá ser de até 120 (cento e vinte) meses após o reconhecimento da Aneel.

Por meio do voto ao processo nº 48500.005122/2014-91, que deu origem à Resolução Homologatória Aneel nº 1.856, de 3 de fevereiro de 2015, publicada no D.O.U. de 4 de fevereiro de 2015 (homologação das quotas anuais provisórias da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para o ano de 2015), é reconhecido pela Agência Reguladora a "Repactuação do passivo do Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) da Ceron com a Companhia de R$ 1,2 bilhões (Portaria Interministerial MME/MF nº 652/2014)", reconhecendo a parcela de R$ 223,5 milhões para o exercício de 2015. Até a data de conclusão destas demonstrações financeiras, a Companhia não havia recebido qualquer parcela desta operação.

NOTA 19 – INVESTIMENTOS

19.1. Composição dos saldos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Participações societárias				
Controladas	-	684.438	-	-
Controladas em conjunto	2.466.576	1.959.492	2.466.576	1.959.492
Coligadas	95.052	96.220	95.052	96.220
	2.561.628	**2.740.150**	**2.561.628**	**2.055.712**
Ágio na combinação de negócio (nota 19.5)	**87.460**	**-**	**87.460**	**-**
Bens e direitos para uso futuro				
Terrenos	61.970	61.970	61.970	61.970
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.146	5.146	5.146	5.146
Máquinas e equipamentos	84.766	84.766	84.766	84.766
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(91.026)	(91.026)	(91.026)	(91.026)
Outros	-	28.832	-	28.832
	60.856	**89.688**	**60.856**	**89.688**
Total	**2.709.944**	**2.829.838**	**2.709.944**	**2.145.400**

19.2. Movimentação das participações societárias permanentes na controladora:

	Saldo em 31/12/2013	Aumento de capital	Dividendos recebidos	Resultado de participações societárias	Incorporação SPE	Combinação de negócios (nota 19.5)	Transferência	Saldo em 31/12/2014
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial								
Participações societárias								
Controladas								
Estação Transmissora de Energia S.A.	684.438	-	-	16.340	(700.778)	-	-	-
	684.438	**-**	**-**	**16.340**	**(700.778)**		**-**	**-**
Controladas em conjunto								
Amapari Energia S.A.	41.623	-	-	(46.932)	-	-	5.309	-
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	39.235	-	(8.348)	8.915	-	-	-	39.802
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	-	6.125	-	(163)	-	-	-	5.962
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	105.921	-	-	9.647	-	-	-	115.568
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	22.306	-	-	(1.591)	-	-	-	20.715
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	31.131	-	-	2.365	-	-	-	33.496
Companhia Energética Sinop	1	91.295	-	(571)	-	-	-	90.725
Construtora Integração Ltda	24.638	-	-	63	-	-	-	24.701
Integração Transmissora de Energia S.A.	121.999	-	(10.430)	16.817	-	-	-	128.386
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	23.257	39.228	-	(55.311)	-	(82.999)	85.825	-
Manaus Construtora Ltda	19.861	-	-	6.406	-	-	-	26.267
Manaus Transmissora de Energia S.A.	318.520	-	-	13.471	-	-	-	331.991
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	230.724	193.122	-	(2.795)	-	-	-	421.051
Norte Energia S.A.	841.589	272.727	-	(44.768)	-	-	-	1.069.548
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	20.447	-	-	893	-	-	-	21.340
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	75.656	-	(1.470)	11.182	-	-	-	85.368
Transnorte Energia S.A.	42.584	-	-	9.072	-	-	-	51.656
	1.959.492	**602.497**	**(20.248)**	**(83.300)**	**-**	**(82.999)**	**91.134**	**2.466.576**
Coligadas								
Energética Águas da Pedra S.A.	96.220	-	(7.546)	6.378	-	-	-	95.052
	96.220	**-**	**(7.546)**	**6.378**	**-**	**-**	**-**	**95.052**
Total	**2.740.150**	**602.497**	**(27.794)**	**(60.582)**	**(700.778)**	**(82.999)**	**91.134**	**2.561.628**
Passivo a descoberto								
Participações societárias								
Controladas								
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	85.825	85.825
Controladas em conjunto								
Amapari Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	5.309	5.309
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**91.134**	**91.134**

Conforme determinado no acordo de acionistas das investidas, os aumentos de capital são aprovados e efetuados por todos os seus investidores, na proporção de suas participações.

Os saldos ora apresentados na coluna "Resultado de participações societárias" possuem reflexo em conta de resultado, com o mesmo título, na demonstração do resultado do exercício.

19.3. Resumo das informações financeiras das empresas investidas em 2014

	Participação (%)	Informações contábeis em 31/12/2014						
		Caixa e equivalente de caixa	Outros ativos circulantes	Ativo não circulante	Emprésitmos e financiamentos (circulante)	Outros passivos circulantes	Emprésitmos e financiamentos (não circulante)	Outros passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Geração									
Amapari Energia S.A.	49,00	16.652	5.005	443	-	28.128	-	1.190	(7.218)
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50	25.412	4.609	230.949	8.331	34.475	115.249	18.362	84.553
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	35.286	4.809	250.211	8.388	9.110	116.036	20.052	136.720
Companhia Energética Sinop S.A.	24,50	116.868	2.690	323.316	-	50.710	-	21.859	370.305
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	9.415	37.570	790.154	35.165	32.425	370.383	11.197	387.969
Norte Energia S.A.	19,98	969.842	278.742	21.814.942	-	733.147	16.759.221	218.064	5.353.094
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	23.452	4.034	227.547	8.780	18.546	121.460	19.141	87.106
Transmissão									
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	9.931	12.480	87.298	6.535	7.492	14.463	-	81.219
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50	6.994	2.006	20.920	-	5.450	-	134	24.336
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	8.121	23.549	259.548	10.868	11.716	5.409	40.168	223.057
Construtora Integração Ltda (*)	24,50	179	8.093	177.100	-	93.464	-	-	91.908
Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	3.241	114.239	510.802	31.199	16.206	147.877	93.128	339.872
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	100,00	47.073	96.279	576.624	127.965	32.722	190.886	435.921	(67.518)
Manaus Construtora Ltda (*)	30,00	667	100.610	540	-	61.977	-	-	39.840
Manaus Transmissora de Energia S.A. (*)	30,00	10.326	161.242	2.350.695	149.491	273.090	724.676	268.374	1.106.631
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (*)	24,50	17.511	180.600	3.364.348	81.130	305.301	986.940	490.352	1.698.736
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	6.487	47.736	286.906	7.710	14.306	144.429	9.809	164.875
Transnorte Energia S.A.	49,00	30.181	7.436	287.047	-	207.019	-	12.228	105.417

(*) Para esta investida foram utilizadas as informações financeiras em 30 de novembro de 2014 (nota 3.2.2).

	Participação (%)	Informações contábeis em 31/12/2014									
		Receita operacional líquida	Custo de operação	Lucro bruto	Despesas operacionais	Receira financeira	Despesa financeira	Lucro antes do imposto de renda	Impostos sobre o lucro	Lucro (prejuízo) líquido	Depreciação e amortização
Geração											
Amapari Energia S.A.	49,00	30.527	(17.577)	12.950	(110.829)	1.285	(6.764)	(103.358)	(3.509)	(106.867)	(5.175)
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50	29.394	(22.325)	7.069	(2.082)	1.749	(9.449)	(2.713)	(2.603)	(5.316)	(9.632)
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	46.316	(25.142)	21.174	(1.988)	2.556	(9.854)	11.888	(3.620)	8.268	(10.879)
Companhia Energética Sinop S.A.	24,50	-	-	-	(5.931)	3.659	(61)	(2.333)	-	(2.333)	-
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	196.394	(141.009)	55.385	(3.121)	6.371	(33.988)	24.647	(4.039)	20.608	(21.066)
Norte Energia S.A.	19,98	-	-	-	(330.454)	116.122	(115.154)	(329.486)	110.092	(219.394)	(1.394)
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	36.108	(23.566)	12.542	(1.563)	1.644	(9.987)	2.636	(2.423)	213	(9.854)
Transmissão											
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	33.051	(4.070)	28.981	(2.633)	859	(2.390)	24.817	(1.600)	23.217	(244)
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50	20.330	(20.330)	-	(1.801)	1.289	(19)	(531)	(134)	(665)	(11)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	34.847	(5.614)	29.233	(1.064)	751	(3.323)	25.597	(7.401)	18.196	-
Construtora Integração Ltda (*)	24,50	105.200	(85.660)	19.540	(250)	358	(1.414)	18.234	(12.390)	5.844	-
Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	93.301	(12.934)	76.231	(4.136)	2.083	(15.378)	62.936	(11.158)	51.778	-
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	100,00	233.844	(212.126)	21.718	(105.746)	6.067	(36.352)	(114.313)	1.887	(112.426)	-
Manaus Construtora Ltda (*)	30,00	25.964	(1.163)	24.801	(201)	302	(19)	24.883	(8.441)	16.442	-
Manaus Transmissora de Energia S.A. (*)	30,00	211.311	(35.297)	176.014	(8.189)	4.422	(70.893)	101.354	(40.212)	61.142	(4.677)
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (*)	24,50	703.012	(602.514)	100.498	(9.707)	-	(93.103)	(2.312)	1.445	(867)	-
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	50.271	(5.231)	45.040	(1.871)	2.546	(14.210)	31.505	(2.635)	28.870	(85)
Transnorte Energia S.A.	49,00	210.839	(185.690)	25.149	(53)	-	(17)	25.079	(8.533)	16.546	(33)

(*) Para esta investida foram utilizadas as informações financeiras em 30 de novembro de 2014 (nota 3.2.2).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19.4. Incorporações

19.4.1. Estação Transmissora de Energia S.A.

Em 31 de março de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Estação Transmissora de Energia S.A. (ETE), sociedade de propósito específico controlada da Companhia, visando simplificar a estrutura legal e reduzir os custos administrativos, operacionais e fiscais, e, também, com objetivo de maximizar a sua eficiência. Como resultado desta incorporação, a ETE foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. A incorporação de seu acervo líquido ocorreu conforme abaixo:

ESTAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2014

Balanço de incorporação			
Ativo		**Passivo e Patrimônio líquido**	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalente de caixa	108.141	Fornecedores	67.931
Clientes	24.770	Financiamentos e empréstimos	50.271
Ativo financeiro	187.677	Debêntures	13.606
Outros ativos circulantes	4.972	Outros passivos circulantes	11.251
	325.560		**143.059**
Não Circulante		**Não Circulante**	
Ativo financeiro	1.471.223	Financiamentos e empréstimos	688.152
Cauções e depósitos vinculados	42.549	Debêntures	210.008
Tributos diferidos	81.428	Tributos diferidos	99.195
Imobilizado	6	Instrumentos financeiros derivativos	78.424
	1.595.206	Provisões para riscos	1.150
			1.076.929
		Patrimônio Líquido	
		Capital Social	667.649
		Reservas	17.917
		Resultado do período	15.212
			700.778
Total do Ativo	**1.920.766**	**Total do Passivo e Patrimônio líquido**	**1.920.766**

Durante o exercício de 2014, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R$ 16.340 (2013 – R$ 367).

19.4.2. Rio Branco Transmissora Energia S.A.

Em 30 de dezembro de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Rio Branco Transmissora de Energia S.A. (RBTE), sociedade de propósito específico controlada da Companhia, visando simplificar a estrutura legal e reduzir os custos administrativos, operacionais e fiscais, e, também, com objetivo de maximizar a sua eficiência. Como resultado desta incorporação, a RBTE foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. A incorporação de seu acervo líquido ocorreu conforme abaixo:

RIO BRANCO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE DEZEMBRO DE 2013

Balanço de incorporação			
Ativo		**Passivo e Patrimônio líquido**	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalente de caixa	8.899	Fornecedores	249
Direitos Realizáveis	3.372	Empréstimos e Financiamentos	16.336
		Obrigações Sociais e Tributárias	285
		Credores Diversos	1.106
	12.271		**17.976**
Não Circulante		**Não Circulante**	
Ativo Financeiro	297.558	Empréstimos e Financiamentos	123.403
Depósitos Judiciais	106	Trib. e Contrib. Sociais Diferidos	3.918
Tributos diferidos	407	Provisões para Causas Judiciais	2
Imobilizado	38		
	298.109		**127.322**
		Patrimônio Líquido	
		Capital Social	156.082
		Reservas	8.999
			165.081
Total do Ativo	**310.380**	**Total do Passivo e Patrimônio líquido**	**310.380**

19.5. Combinação de negócios

19.5.1. Aquisição do controle sobre a Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

A Diretoria Executiva aprovou, no dia 02 de outubro de 2013, a aquisição da participação acionária da Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. na Sociedade de Propósito Específico (SPE), Linha Verde Transmissora de Energia S.A, envolvendo a aquisição pela Companhia da totalidade da participação neste investimento.

Em 13 de março de 2014, foi submetido e aprovado, pelo Conselho de Administração da Companhia, o contrato de Compra e Venda das ações de propriedade da Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. na SPE, Linha Verde Transmissora de Energia S.A. Assim, o contrato ficou somente condicionado à avaliação e aprovação por parte dos órgãos reguladores e de controle da administração federal conforme cláusula 2ª do referido contrato.

A transação foi aprovada pela Aneel em 30 de setembro de 2014 conforme Resolução Autorizativa nº 4.855.

O contrato de Compra e Venda de Ações estabeleceu condições suspensivas para a conclusão da operação. Até a data destas demonstrações financeiras, todas as condições suspensivas foram atendidas, exceto pela aprovação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST).

O referido contrato de Compra e Venda de Ações estabeleceu, ainda, o compromisso de venda, pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., e o compromisso de compra pela Companhia, de 51% do capital social da Linha Verde Transmissora de Energia S.A. pelo valor de R$ 40.000, corrigido monetariamente a partir de agosto de 2013, mediante aplicação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), que deverá ser pago em até 30 dias contados da data do cumprimento das condições suspensivas.

À luz das normas contábeis vigentes, a Administração concluiu que na data de 31 de dezembro de 2014, a Companhia passou a deter direitos substantivos sobre a Linha Verde Transmissora de Energia S.A., sendo esta data definida como da aquisição do controle acionário da Linha Verde Transmissora de Energia S.A. e, portanto, a data efetiva da combinação de negócios.

Os valores justos provisoriamente estimados dos ativos e passivos identificáveis adquiridos da Linha Verde Transmissora de Energia S.A., na data da combinação de negócios, são os seguintes:

Em 31 de dezembro de 2014	**Valor justo estimado na data de aquisição**
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	47.073
Ativo financeiro	534.336
Tributos a compensar	7.562
Outros ativos	57.597
	646.568
Passivos	
Fornecedores	27.813
Tributos a compensar	4.786
Empréstimos e financiamentos	318.851
Adiantamento para futuro aumento de capital	364.880
Provisão para riscos	15.941
Outros passivos	123
	732.394
Ativos / (Passivos) líquidos adquiridos	**(85.826)**
Participação adquirida (51%)	(43.771)
Valor justo da contraprestação (atualizado)	43.689
Ágio na aquisição do investimento	**87.460**

Na data da conclusão destas demonstrações financeiras as avaliações de mercado necessárias e outros cálculos relativos aos ativos e passivos identificáveis adquiridos não tinham sido finalizados e, por consequência, foram provisoriamente apurados com base na melhor estimativa da Administração para esses valores.

19.5.2. Alocação do ágio

O ágio de R$ 87.460, é atribuível ao ativo financeiro da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica nos termos do contrato nº 021/2009 que tem duração de 30 anos a partir da data de assinatura, porém será aguardada a conclusão da apuração para alocação direta.

19.6. Controladas

19.6.1. Linha Verde Transmissora Energia S.A.

A Linha Verde Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, de prazo indeterminado, constituída em 2 de julho de 2009, tendo como objeto social, único e exclusivo, a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão relativa ao Lote C - LT 230 kV - Porto Velho - Jauru, circuito simples, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal, por meio da Aneel.

O contrato de concessão foi assinado em 19 de novembro de 2009 pelo prazo de trinta anos e o início de suas atividades operacionais está prevista para março de 2015.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 100% do Capital Social.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto nos seus estudos de viabilidade técnico-econômico.

Durante o exercício de 2014, a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R$ 65.311 (2013 – R$ 3.776).

19.7. Controladas em conjunto

19.7.1. Amapari Energia S.A.

A Amapari Energia S.A. foi constituída em 12 de abril de 2007 e tem como objeto a implantação e exploração da UTE Serra do Navio, construída no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá concedeu à SPE, em 6 de maio de 2008, Licença de Operação de número 0106/2011, renovada no dia 24 de novembro de 2011, com vigência de 1 ano. Por intermédio da Resolução Autorizativa nº 1.369, de 20 de maio de 2008, a Aneel concedeu autorização para a SPE estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE), com capacidade instalada inicial de 23MW, pelo prazo de 29 anos. Tal capacidade foi revisada, passando para 21,6 MW, conforme Despacho Aneel nº 3.751, de 14 de outubro de 2008.

Em 10 de junho de 2008, a Companhia foi autorizada, por intermédio do Despacho nº 2.197 de 9 de junho de 2008, da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração (SFG), da Aneel, a iniciar a geração de energia em base de teste. Por intermédio do Despacho nº. 4.143, de 7 de novembro de 2008, a Companhia foi autorizada a iniciar suas operações comerciais.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 49% do Capital Social. A Amapari iniciou suas atividades operacionais em 10 de julho de 2008.

Durante o exercício de 2014, a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R$ 46.932 (2013 – ganho de R$ 4.394).

19.7.2. Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.

A Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. foi constituída em 04 de março de 2010 e tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares ao Parque Eólico Rei dos Ventos 1, localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte.

O contrato de concessão foi assinado em 20 de agosto de 2010 pelo prazo de trinta e cinco anos e suas atividades operacionais foram iniciadas em 2014.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto nos seus estudos de viabilidade técnico-econômico.

Durante o exercício de 2014, a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R$ 1.591 (2013 – R$ 1.042).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19.7.3. Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.

A Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. foi constituída em 20 de abril de 2010, e tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares ao Parque Eólico Miassaba 3, localizado no município de Macau, no Rio Grande do Norte.

O contrato de concessão foi assinado em 13 de dezembro de 2010, pelo prazo de trinta e cinco anos e suas atividades operacionais foram iniciadas em 2014.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto nos seus estudos de viabilidade técnico-econômico.

Durante o exercício de 2014, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 2.365 (2013 – perda de R$ 1.253).

19.7.4. Norte Energia S.A.

A Norte Energia S.A. é uma SPE, de capital fechado, constituída em 21 de julho de 2010, com o objetivo de conduzir as atividades necessárias a implantação, operação, manutenção e exploração da UHE Belo Monte, no rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

Em 26 de agosto de 2010, a SPE assinou Contrato de Concessão 001/2010 com o MME, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do citado Contrato. Ainda, de acordo com o referido Contrato, 70% da energia assegurada será destinada no mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

Considerando o cumprimento integral do cronograma da Aneel, o início do enchimento do reservatório está previsto para 2015, devendo o empreendimento estar em pleno funcionamento em 2019.

Em 01 de setembro de 2011, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu Licença de Instalação, contemplando as atividades a serem desenvolvidas dentro dos sítios construtivos de Belo Monte, Pimental, do Canal e Bela Vista, compreendendo a construção das barragens, diques, casas de força, canal de derivação, vertedouro, tomada de água principal, sistema de transposição de embarcações, sistema de transposição de peixes. Essa licença compreende ainda as seguintes atividades associadas ao empreendimento, conforme Relatório do Processo de Licenciamento: implantação das linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construtivos; linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e complementar até as SEs Xingu e Altamira, respectivamente; canteiro de obras dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e do Canal; jazidas minerais e áreas de bota-fora associados à construção das obras principais; estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.

Em função de manifestações de representações de comunidades ribeirinhas, indígenas, liminares judiciais, invasões e greves na região da construção do empreendimento, a SPE encaminhou correspondência a Aneel, pleiteando prorrogação do prazo de entrada em operação do empreendimento.

A Norte Energia aguarda posicionamento da Aneel a respeito do pleito a ela formulado. Qualquer alteração no cronograma do empreendimento e seus impactos, se houver, serão refletidos nas demonstrações financeiras subsequentes.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 19,98% do Capital.

Durante o exercício de 2013, a Companhia efetuou aporte de capital nessa SPE, no montante de R$ 272.727 (2013 - 303.696), e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R$ 45.223 (2013 – R$ 7.993).

19.7.5. Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.

A Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. foi constituída em 04 de março de 2010, e tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares ao Parque Eólico Rei dos Ventos 3, localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte.

O contrato de concessão foi assinado em 13 de dezembro de 2010 pelo prazo de trinta e cinco anos e suas atividades operacionais foram iniciadas em 2014.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto nos seus estudos de viabilidade técnico-econômico.

Durante o exercício de 2014, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 893 (2013 – perda de R$ 1.361).

19.7.6. Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.

A Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 13 de novembro de 2003, com o objetivo de construir, implantar, operar e manter as instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado – LT 230 KV Subestação Coxipó/ Subestação Cuiabá e LT 230 KV Subestação Cuiabá/Subestação Rondonópolis.

Em 18 de fevereiro de 2004, a SPE celebrou Contrato de Concessão n° 008/2004, com a União, por intermédio da Aneel, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da sua celebração. Esse contrato regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, outorgada pelo Decreto n° 21, de janeiro de 2004.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 49% do Capital Social e essa iniciou suas atividades operacionais em 22 de janeiro de 2004.

Durante o exercício de 2014, a Companhia recebeu dividendos da SPE no montante de R$ 8.348 (2013 – R$ 8.961) e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 8.915 (2013 – R$ 9.352).

19.7.7. Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

A Brasnorte Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de dezembro de 2007, e tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, da rede básica do Sistema Elétrico Interligado, relativo às Linhas de Transmissão LT Jubá - Jauru e LT Maggi - Nova Mutum, ambas em 230 kV, com aproximadamente 129 e 273 km, respectivamente, e subestações SE Juba, em 300 MVA, e SE Maggi, de 100 MVA, ambas em 230/138 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, conforme consta no Edital de Leilão nº 004/2007, emitido pela Aneel.

Para exploração das linhas de transmissão LT Jubá - Jauru e LT Maggi - Nova Mutum, a SPE assinou, em 17 de junho de 2008, junto à Aneel, o contrato de concessão nº 003/2008, pelo prazo de trinta anos. A construção da linha foi iniciada ao longo de 2008 e concluída em setembro de 2009.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 49,71% do Capital Social, sendo que esta iniciou suas atividades operacionais em 27 de novembro de 2009.

Durante o exercício de 2014, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R$ 9.647 (2013 – perda de R$ 3.688).

19.7.8. Companhia Energética Sinop

A Companhia Energética Sinop S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 28 de outubro de 2013, com sede em Brasília – Distrito Federal e tem por objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da UHE Sinop, conforme consta no Edital de Leilão nº 006/2013, emitido pela Aneel. Essa UHE será implantada no rio Teles Pires, sub-bacia 17, bacia hidrográfica do Rio Amazonas, nos Municípios de Itaúba e Cláudia, Estado do Mato Grosso, e consiste no aproveitamento do potencial hidráulico, com potência instalada de, no mínimo, 400 MW.

O contrato de concessão foi assinado em 2014, pelo prazo de trinta anos.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social. O início de suas atividades operacionais está previsto para o primeiro semestre de 2018.

Durante o exercício de 2014, a Companhia efetuou aporte de capital no montante de R$ 91.295 (2013 – R$ 1 para sua constituição) e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R$ 571.

19.7.9. Construtora Integração Ltda.

A Construtora Integração Ltda. foi constituída em 30 de junho de 2009, tendo como objeto exclusivo a construção, montagem e serviços sociais associados às instalações referentes ao lote G do leilão Aneel nº 007/ 2008, compreendendo a elaboração do projeto básico, projeto exclusivo, execução das obras, serviços e fornecimento necessários à realização completa e integral do Empreendimento, necessários para a construção da Linha de Transmissão LT +/- 600KV coletora Porto Velho - Araraquara 2, em corrente contínua, circuito simples, com origem na subestação Porto Velho no Estado de Rondônia e término na subestação Araraquara 2, no Estado de São Paulo, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social, tendo essa iniciada suas atividades operacionais em 2010.

Durante o exercício de 2014, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 63 (2013 – R$ 7.263).

A Diretoria Executiva aprovou, no dia 11 de novembro de 2014, a aquisição da participação acionária da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. na Sociedade de Propósito Específico (SPE), Construtora Integração Ltda, que representa 24,5% do capital social desta SPE. Essa aquisição se deve ao fato de a Construtora Integração Ltda. ter sido constituída com o objetivo exclusivo de construir o empreendimento da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A..

A transação ainda está condicionada à conclusão da negociação de aquisição pela Companhia da participação acionária da Eletrosul no capital social da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A..

19.7.10. Integração Transmissora de Energia S.A.

A Integração Transmissora de Energia S.A é uma sociedade por ações, de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2005. Possui como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, localizado nos Estados de Tocantins e Goiás, que compõem 25 municípios entre Colinas do Tocantins - TO e Colinas do Sul - GO.

O contrato de concessão foi assinado em 27 de abril de 2006 pelo prazo de trinta anos, tendo a SPE iniciado suas atividades operacionais em maio de 2008.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 37% do Capital Social.

Durante o exercício de 2014, a Companhia recebeu dividendos da SPE no montante de R$ 10.430 (2013 - 3.683) e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 16.817 (2013 – R$ 13.426).

19.7.11. Manaus Construtora Ltda.

A Manaus Construtora Ltda. foi constituída em 30 de janeiro de 2009, tendo como objetivo a construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a Linha de Transmissão 500KV Oriximaná/Cariri CD, SE Itacoatiara 500/138 KV e SE Cariri 500/230 KV.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 30% do Capital Social, tendo essa iniciada suas atividades operacionais em setembro de 2009.

Durante o exercício de 2014, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 6.406 (2013 – R$ 738).

19.7.12. Manaus Transmissora de Energia S.A.

A Manaus Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de abril de 2008 com o propósito específico de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor.

A SPE detém a concessão, para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de Linha de Transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri CD, SE Itacoatiara 500/138 kV e SE Cariri 500/230kV.

O contrato de concessão foi assinado em 16 de outubro de 2008, pelo prazo de trinta anos, e o início das atividades operacionais iniciou em março de 2013.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 30% do Capital Social.

Durante o exercício de 2014, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 13.471 (2013 – R$ 16.739).

19.7.13. Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

A Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, de prazo indeterminado, constituída em 6 de maio de 2008, tendo como objeto social, único e exclusivo, a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão Coletora Porto Velho - Araraquara 2, n° 2, em Corrente Contínua, em cerca de 600kV bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal, por meio da Aneel.

A Norte Brasil detém a concessão do serviço público de transmissão outorgada pelo Decreto s/ n°, de 26 de fevereiro de 2009, nos termos do Contrato de Concessão n° 016/2009, firmado com a Agencia Nacional de Energia Elétrica – Aneel, em 26 de fevereiro de 2009, pelo prazo de trinta anos e o início de suas atividades operacionais iniciou em novembro de 2014.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social.

Durante o exercício de 2014, a Companhia efetuou aporte de capital na SPE no montante de R$ 193.122 (2103 – R$ 30.625) e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R$ 2.340 (2013 – ganho de R$ 5.615).

A Diretoria Executiva aprovou no dia 04 de julho de 2014, a aquisição da participação acionária da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. na Sociedade de Propósito Específico (SPE), Norte Brasil Transmissora de Energia S.A, que representa 24,5% do capital social desta SPE.

A transação ainda está condicionada à manifestação favorável de entes governamentais e entidade financeira, por se tratar de condições suspensivas à concretização deste negócio.

19.7.14. Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

A Transmissora Matogrossense de Energia S.A. foi constituída em 02 de julho de 2009 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 025/2009 – Aneel, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à SPE pela União, a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos e iniciou suas atividades operacionais em 22 de novembro de 2011.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 49% do Capital Social.

Durante o exercício de 2014, a Companhia recebeu dividendos da SPE no montante de R$ 1.470 (2013 – R$ 0) e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 11.182 (2013 – R$ 12.619).

19.7.15. Transnorte Energia S.A.

A Transnorte Energia S.A. foi constituída em 25 de novembro de 2011 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, e tem por objetivo planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 003/2012 – Aneel, de 25 de janeiro de 2012, foi outorgada à SPE pela União a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos e o início de suas atividades operacionais está previsto para fevereiro de 2015.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 49% do Capital Social.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto nos seus estudos de viabilidade técnico-econômico.

Durante o exercício de 2014, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 9.072 (2013 – R$ 2.197).

19.7.16. Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. é uma SPE de capital fechado, constituída em 20 de março de 2014 com o objetivo de implantação e exploração do empreendimento composto pelas instalações de transmissão de energia nos estados do Pará e Minas Gerais.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 014/2014 – Aneel, de 16 de junho de 2014, foi outorgada à SPE pela União a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos e o início de suas atividades operacionais está previsto para janeiro de 2018.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,5% do Capital Social.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto nos seus estudos de viabilidade técnico-econômico.

Durante o exercício de 2014, a Companhia efetuou aporte de capital na SPE no montante de R$ 6.125 e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R$ 163.

19.8. Coligada

19.8.1. Energética Águas da Pedra S.A.

A Energética Águas da Pedra S.A. é uma SPE de capital fechado, constituída em 3 de abril de 2007 com o objetivo de construir e operar a UHE Dardanelos com o seu sistema de transmissão.

Em 6 de setembro de 2007, Dardanelos recebeu sua Licença de Instalação, incluindo o sistema de transmissão associado, tornando-se assim, um empreendimento apto a iniciar as atividades para a sua implantação. A usina, construída no Município de Aripuanã, em Mato Grosso, no Rio Aripuanã, tem capacidade nominal de 261 MW e um reservatório de 0,24 km², o que corresponde à melhor relação entre a área inundada e energia gerada já construída no Brasil. A operação da UHE Dardanelos é terceirizada pela empresa ENEX O&M de Sistemas Elétricos Ltda.

A energia gerada pela UHE Dardanelos é comercializada com 24 distribuidoras no Brasil, por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

O contrato de concessão foi assinado em 03 de setembro de 2007 pelo prazo de trinta e cinco anos e iniciou suas atividades operacionais em agosto de 2011.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social.

Durante o exercício de 2014, a Companhia recebeu dividendos da SPE no montante de R$ 7.546 (2013 – R$ 7.096) e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 6.378 (2013 – R$ 13.520).

19.9. Uso futuro de bens

As informações a respeito dos bens registrados, transitoriamente, a título de uso futuro no serviço concedido, são as seguintes:

19.9.1. Terrenos

Representados por áreas urbanas e rurais, em fase de avaliação quanto à sua destinação, localizadas em Manaus (AM), São Luís (MA), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). Inclui, ainda, o terreno destinado à construção da futura sede da Companhia em Brasília (DF). Exceto pelo terreno destinado a futura sede, os demais foram totalmente provisionados.

19.9.2. Edificações, obras civis e benfeitorias

Conjunto de edificações específicas, de caráter técnico-operacional e administrativo, decorrentes de desativação de usina termelétrica e subestação, localizadas em Belém (PA) e Porto Velho (RO), e que, devido ao longo tempo em desuso, foram provisionadas em 2012.

19.9.3. Máquinas e equipamentos

- **Compensador estático**

Localizado em Manaus (AM), e que, devido ao longo tempo em desuso, foi provisionado em 2012.

- **UTE Balbina**

Em 14 de agosto de 2012, a Companhia iniciou um processo de seleção de parceiros, visando à criação de Sociedade de Propósito Específico (SPE), para o projeto de uma nova usina termelétrica (UTE Biomassa), com o aproveitamento dos equipamentos inicialmente adquiridos para implementação da UTE Balbina, utilizando-se a biomassa proveniente dos reservatórios da UHE Teles Pires e da UHE Colíder, ambas localizadas no estado de Mato Grosso.

Em 14 de novembro de 2012, a Administração da Companhia autorizou a parceria visando à implantação do citado empreendimento.

No dia 15 de outubro de 2014, a Companhia formalizou o encerramento da parceria, pois ambas as partes não mais visualizaram rentabilidade no projeto.

O saldo contábil referente a UTE Balbina, no montante de R$ 73.109, está totalmente provisionado no balanço da companhia.

NOTA 20 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se à infraestrutura para geração e comercialização de energia elétrica, bem como os bens utilizados na administração. A infraestrutura destinada aos seguimentos de transmissão é tratada nos termos estabelecidos no ICPC 01 (nota 10), exceto a linha de transmissão Brasil – Venezuela que não está abarcada pela referida norma e encontra-se classificada no grupo de comercialização.

Os bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviços públicos, não podem ser vendidos nem oferecidos em garantia a terceiros.

Os contratos de concessão preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, desta forma a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

20.1. Movimentação

	CONTROLADORA								
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		Incorporação SPE	31/12/2014	% (*)
					Para Serviço	Outros			
Geração e comercialização									
Em serviço	17.321.158	2.443	(1.781)	-	14.212	14.578	-	17.350.610	
Depreciação acumulada	(9.135.839)	-	1.930	(420.088)	-	(5.885)	-	(9.559.882)	2,42
Em curso	171.248	61.954	(10.693)	-	(22.797)	(23.053)	-	176.659	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(166.151)	-	-	-	-	-	-	(166.151)	
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	22.346	-	-	2.799	-	-	-	25.145	
Total Geração e comercialização	**8.212.762**	**64.397**	**(10.544)**	**(417.289)**	**(8.585)**	**(14.360)**	**-**	**7.826.381**	
Administração Central									
Em serviço	237.034	32	(4.477)	-	8.585	4.790	31	245.995	
Depreciação acumulada	(112.934)	-	4.022	(27.506)	-	(94)	(25)	(136.537)	11,00
Em curso	126.489	38.301	(7.273)	-	-	(3.002)	-	154.515	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(403)	-	-	-	-	-	-	(403)	
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	130	-	-	10	-	-	-	140	3,00
Total Administração	**250.316**	**38.333**	**(7.728)**	**(27.496)**	**8.585**	**1.694**	**6**	**263.710**	
Indenização da UHE Coaracy Nunes	**(38.505)**	-	3.013	-	-	-	-	**(35.492)**	
Perda sobre indenização Coaracy Nunes	**(77.553)**	-	-	-	-	-	-	**(77.553)**	
Provisão para redução ao valor recuperável	**(520.597)**	-	90.917	-	-	-	-	**(429.680)**	
Total	**7.826.423**	**102.730**	**75.658**	**(444.785)**	**-**	**(12.666)**	**6**	**7.547.366**	

(*) Média anual das taxas de depreciação.

	CONSOLIDADO						
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		31/12/2014
					Para Serviço	Outros	
Geração e comercialização							
Em serviço	17.321.158	2.443	(1.781)	-	14.212	14.578	17.350.610
Depreciação acumulada	(9.135.839)	-	1.930	(420.088)	-	(5.885)	(9.559.882)
Em curso	171.248	61.954	(10.693)	-	(22.797)	(23.053)	176.659
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(166.151)	-	-	-	-	-	(166.151)
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	22.346	-	-	2.799	-	-	25.145
Total Geração e comercialização	**8.212.762**	**64.397**	**(10.544)**	**(417.289)**	**(8.585)**	**(14.360)**	**7.826.381**
Administração Central							
Em serviço	237.065	32	(4.477)	-	8.585	4.790	245.995
Depreciação acumulada	(112.957)	-	4.022	(27.508)	-	(94)	(136.537)
Em curso	126.489	38.301	(7.273)	-	-	(3.002)	154.515
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(403)	-	-	-	-	-	(403)
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	130	-	-	10	-	-	140
Total Administração	**250.324**	**38.333**	**(7.728)**	**(27.498)**	**8.585**	**1.694**	**263.710**
Indenização da UHE Coaracy Nunes	**(38.505)**	-	3.013	-	-	-	**(35.492)**
Perda sobre indenização Coaracy Nunes	**(77.553)**	-	-	-	-	-	**(77.553)**
Provisão para redução ao valor recuperável	**(520.597)**	-	90.917	-	-	-	**(429.680)**
Total	**7.826.431**	**102.730**	**75.658**	**(444.787)**	**-**	**(12.666)**	**7.547.366**

20.2. Taxas anuais de depreciação

As taxas anuais de depreciação estabelecidas pelo Órgão Regulador são as constantes da tabela anexa à Resolução Normativa nº 367/2009, de 2 de junho de 2009, da Aneel. As principais taxas praticadas pela Companhia são as seguintes:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Geração	**2014**	**2013**
Comporta	3,3% a.a.	3,3% a.a.
Reservatório	2% a.a.	2% a.a.
Casa de força	2% a.a.	2% a.a.
Turbina hidráulica	2,5% a.a.	2,5% a.a.
Turbina a gás	4% a.a.	4% a.a.
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3% a.a.	3,3% a.a.
Administração central		
Benfeitorias	3,3% a.a.	3,3% a.a.
Edifícios	3,3% a.a.	3,3% a.a.
Equipamentos gerais	6,25% a.a.	6,25% a.a.
Equipamentos gerais (Informática)	16,67% a.a.	16,67% a.a.

A Companhia possui registrado em seu Ativo Imobilizado, em 31 de dezembro de 2014, o valor contábil bruto de R$ 700.805 (2013 – R$ 320.861), referente aos ativos totalmente depreciados. A Companhia aguarda a autorização da Aneel para realizar as respectivas baixas.

As despesas correspondentes à depreciação dos bens do imobilizado estão registradas em contrapartida a esta conta no resultado do exercício no grupo de "Custos e despesas operacionais" (nota 34).

20.3. Vinculação dos bens do Serviço Público de Energia Elétrica

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução Aneel nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

20.4. Bens em comodato

A Companhia emprestou equipamentos, mediante contrato de comodato, para a Boa Vista Energia S.A.. Trata-se da Usina Termelétrica Senador Arnon Farias de Mello (antiga UTE Floresta), compreendendo unidade geradora a gás LM, transformadores, disjuntores, quadros de comando, controle e proteção, vagão, turbina de potência, gerador de gás, banco de baterias, cabos de alta tensão, equipamentos de serviços auxiliares, sobressalentes e equipamentos de informática, potência instalada de 85,92 MW, no seguinte valor:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2014	**31/12/2013**
Valor Bruto	55.266	55.266
(-) Depreciação acumulada	(42.573)	(40.822)
Subtotal	**12.693**	**14.444**
Ativo Imobilizado em curso	-	-
Subtotal	**12.693**	**14.444**
(-) Provisão para recuperação de ativos	(12.693)	(14.444)

20.5. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores repassados pela União e pelos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

Em virtude da sua natureza, as obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica não representam obrigações financeiras efetivas, não devendo, dessa forma, ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros, inclusive, figuram no Balanço Patrimonial como redutoras do saldo do ativo não circulante-imobilizado.

Essas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2014	**31/12/2013**
Participações da União	134.497	137.242
Outros	6.772	6.836
TOTAL	**141.269**	**144.078**

20.6. Teste de *impairment*

A Administração da Companhia avaliou em 2014, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena.

No processo de avaliação são identificadas as circunstâncias que possam exigir a aplicação de testes de recuperabilidade dos ativos a fim de ser determinado o montante de eventuais perdas, tomando como unidade geradora de caixa o conjunto de seus ativos por segmento (geração e transmissão), dada as características operacionais de gestão e operação da Companhia.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

A Companhia realizou o teste de recuperabilidade de seus ativos em serviço em 31 de dezembro de 2014, assim como em 2013, com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados.

20.6.1. Ativos avaliados – Controladora

A Administração identificou como passíveis de verificação, as seguintes Unidades Geradoras de Caixa (UGC):

Posição estimada antes da avaliação do valor recuperável em 31/12/2014						
	Ativo	**Depreciação**	**Saldo de obrigações especiais**	**Imobilizado em curso**	**Impairment**	**Ativos líquidos**
Geração						
UHE Tucuruí	14.328.702	(7.736.671)	(48.228)	-	-	6.543.803
UHE Samuel	1.930.541	(1.179.706)	(8.965)	-	(344.104)	397.766
UHE Curuá-Una	138.262	(93.274)	-	-	-	44.988
UTE Santana	127.866	(99.239)	-	-	-	28.627
Comercialização						
LT Brasil/Venezuela	98.015	(33.651)	-	-	-	64.364

O valor em uso de ativos será estimado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente. Os fluxos de caixa futuros devem ser estimados para o ativo em sua condição atual. As estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir futuras entradas ou saídas de caixa previstas para uma futura reestruturação com a qual a entidade ainda não esteja formalmente compromissada, melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo e entradas ou saídas de caixa, provenientes de atividades financeiras ou os recebimentos ou pagamentos de impostos sobre a renda.

A estimativa de fluxos de caixa futuros foi baseada nas previsões e/ou orçamentos aprovados pela Administração da Companhia.

A taxa de desconto deve ser uma taxa antes de impostos sobre a renda, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Essa taxa representa o retorno que os investidores exigiriam se eles houvessem de escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de valores, tempo e perfil de risco equivalente àqueles que a entidade espera extrair do ativo. Entretanto, se os fluxos estiverem em moeda de poder aquisitivo constante, a taxa de desconto não deve refletir a estrutura de capital da entidade, os riscos para os quais as futuras estimativas de fluxos de caixa foram ajustadas, nem a inflação projetada. Caso contrário, o efeito das premissas será levado em consideração em duplicidade.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2014 são:

- Os resultados para o fluxo de caixa foram projetados a partir do resultado de 2014;
- O rateio da administração central foi realizado em função da receita, mesmo procedimento realizado no exercício de 2013;
- A taxa de desconto real foi de 6,69% a.a. para a avaliação do grupo de geração e 6,57% a.a. para o grupo de transmissão, que foram apresentados para os empreendimentos antigos pela controladora da Companhia;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- Para a projeção da receita do segmento Transmissão foram consideradas as RAPs estabelecidas na Nota Técnica Aneel nº 178, de 16 de junho de 2014, que originou a Resolução Homologatória Aneel nº 1.756/2014, de 24 de junho de 2014, estabelece a RAP para o ciclo 2014-2015 para as concessionárias de Transmissão. Da mesma forma, foi projetada para o ano de 2014 até 2042 a receita com Contratos de O&M da Transmissão, com base no faturamento apurado no exercício de 2014.
- A Administração da Companhia, amparada em seus contratos de concessão e em opinião de consultores jurídicos, considerou a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil de acordo com o prazo da concessão;
- As concessões ao final do seu contrato não serão prorrogadas;
- Para o valor salvado no fim das concessões foi considerado o VNR. Conforme a Aneel, os ativos a serem indenizados serão calculados com base no seu VNR, que expressa o valor de mercado de um bem adquirido hoje.

A Administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas depois dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

20.6.2. Resultados sobre a avaliação ao valor recuperável (Impairment)

20.6.2.1. Geração

	UHE Tucuruí	UHE Samuel	UHE Curuá-Una	UTE Santana
Ativos em Serviço	14.328.702	1.930.541	138.262	129.313
Depreciação Acumulada	(7.736.671)	(1.179.706)	(93.274)	(99.239)
Obrigações Especiais	(48.228)	(8.965)	-	-
Valor líquido	**6.543.803**	**741.870**	**44.988**	**30.074**
Ano do Fim da Concessão	2024	2029	2028	2015
Valor Residual (VNR)	8.516.572	-	-	48.443
Taxa de Desconto (Geração)	6,69%	6,69%	6,69%	6,69%
Resultado	**9.621.016**	**(340.888)**	**(12.812)**	**(30.074)**
Impairment (constituído) em 2012	-	(344.104)	-	-
Impairment (constituído) em 2013	-	(102.131)	(6.370)	(11.113)
Impairment revertido/(constituído) em 2014	-	105.347	(6.442)	(18.961)

O *impairment*, na UHE Curuá-Una e na UTE Santana, foi originado substancialmente, pelos modelos de cálculos de acordo com as praticados nas concessões renovadas, em função da Lei nº 12.783/2013.

De acordo com os cálculos realizados no exercício de 2014, a UHE Samuel deverá apresentar uma reversão do *impairment* constituído.

Na avaliação da UHE Tucuruí não foi apurado *impairment*.

20.6.2.2. Comercialização

	LT BRASIL VENEZUELA
Ativos em Serviço	98.015
Depreciação Acumulada	(33.651)
Obrigações Especiais	-
Valor líquido	**64.364**
Ano do Fim da Concessão	2021
Valor Residual	31.200
Taxa de Desconto (Transmissão)	6,57%
Resultado	**341.587**

Na avaliação do contrato da linha de transmissão Brasil Venezuela não foi apurado impairment.

20.6.3. Quadro Resumo - *Impairment*

Ativos	Movimentação da provisão em 2014	Movimentação da provisão em 2013
UHE Samuel	105.347	(102.131)
UHE Curuá-Una	(6.442)	(6.370)
UTE Santana	(18.961)	(11.113)
***Impairment* Imobilizado**	**79.944**	**(119.614)**

O impacto referente ao registro do valor recuperável no resultado do exercício de 2014 foi uma reversão de R$ 79.944 (2013 – provisão de R$ 119.614).

20.7. Encargos financeiros capitalizados

A Companhia não efetua capitalização de encargos financeiros nos exercícios apresentados, visto que não possuem empréstimos ligados a imobilizado em curso e que sejam permitidos pelas práticas contábeis.

NOTA 21 – INTANGÍVEL

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2014
Vinculados à Concessão - Geração					
Em serviço					
Custo	157	-	-	-	157
Amortização	(71)	(21)	-	-	(92)
	86	**(21)**	**-**	**-**	**65**
Vinculados à Concessão - Transmissão					
Em serviço					
Custo	2.042	-	-	1.024	3.066
Amortização	(2.007)	(32)	-	-	(2.039)
	35	**(32)**	**-**	**1.024**	**1.027**
Não Vinculados à Concessão					
Em serviço					
Custo	58.862	-	-	108	58.970
Amortização	(35.571)	(6.485)	-	-	(42.056)
	23.291	**(6.485)**	**-**	**108**	**16.914**
Total	**23.412**	**(6.538)**	**-**	**1.132**	**18.006**

Os valores contemplados como intangível referem-se, substancialmente, à aquisição e implantação e/ou direito de uso de softwares. A taxa média anual de amortização é de 20%.

As despesas correspondentes à amortização dos bens do intangível estão registradas em contrapartida a esta conta, no resultado do exercício, no grupo de "Custos e despesas operacionais" (nota 34).

A Companhia avalia, em bases anuais, eventuais mudanças no ambiente econômico e/ou financeiro que indiquem a não recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis. Não foram identificados ajustes de redução ao valor recuperável destes ativos.

NOTA 22 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Encargos de uso da rede elétrica (nota 22.1)	57.095	58.843	57.095	57.513
Fornecedores de energia elétrica (nota 22.2)	450.068	57.879	450.068	57.879
Fornecedores de materiais e serviços (nota 22.3)	225.263	191.629	252.266	254.839
Fornecedores de combustíveis (nota 22.4)	227.703	188.505	227.703	188.505
Total circulante	**960.129**	**496.856**	**987.132**	**558.736**
Fornecedores de energia elétrica (nota 22.2)	492.649	-	492.649	-
Total não circulante	**492.649**	**-**	**492.649**	**-**
Total	**1.452.778**	**496.856**	**1.479.781**	**558.736**

Neste exercício, a Companhia adquiriu energia elétrica com elevado preço por MWh, em face do valor comercializado no mercado do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que é determinado semanalmente para cada patamar de carga, com base no custo marginal de operação e é utilizado para valorar a compra ou a venda de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP).

Adicionalmente, a Companhia adquiriu energia elétrica, por meio do contrato de compra de energia elétrica junto a BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda., no valor de R$ 492.649, composto pelo principal mais juros, para quitação a partir de 2016, sendo constituído um passivo de longo prazo.

22.1. Encargos de uso da rede elétrica

Refere-se a obrigações perante Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, em função do encargo pelo transporte da potência de energia elétrica e dos valores a ele relacionados, conforme avisos de débitos emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

22.2. Fornecedores de energia elétrica

Refere-se a obrigações decorrentes da compra de energia elétrica no âmbito da CCEE, da importação de energia elétrica da Venezuela para a revenda à Boa Vista Energia S.A, e, também, da energia comprada com compromisso de pagamento de longo prazo.

Em setembro de 2014, a Companhia realizou um leilão de compra e venda de energia no mercado de curto prazo para aquisição de 200 MW médios até dezembro de 2014. Foram registradas no exercício despesas no valor de R$ 486.062, referente ao valor principal do contrato firmado junto a BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda., para pagamento a partir do exercício de 2016.

22.2.1. Leilão de compra e venda de energia na modalidade "swap" (permuta)

Em setembro de 2014, a Companhia promoveu uma oferta pública de compra e venda de energia elétrica na modalidade de "swap" (permuta) com o objetivo de cobrir as necessidades de compra/venda/uso da Eletronorte (own use). O vencedor do Leilão foi a BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda., única proponente do certame. Nessa operação a Companhia passou a comprar energia elétrica num preço máximo pré-estabelecido antes do início do leilão e se comprometeu a vender energia também num preço pré-estabelecido, conforme resumo a seguir:

- **Fornecimento de Energia pela COMERCIALIZADORA**
  Período de fornecimento: de 1° de agosto de 2014 a 31 de dezembro de 2014.
  Energia Contratada: 200 MW médios (duzentos megawatts médios).
  Preço Máximo: 720,00 R$/ MWh (setecentos e vinte reais por MWh)

- **Fornecimento de Energia pela ELETRONORTE**
  Período de fornecimento: de 10 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.
  Energia Contratada: 141 ME (cento e quarenta e um megawatts médios).
  Preço: R$ 162,60/MWh (cento e sessenta e dois reais e sessenta centavos por MWh).

Para essa operação não haverá desembolso nem qualquer transferência de recursos financeiros, ou seja, haverá somente a troca de energia aos valores contratados conforme definido em leilão, com exceção dos pagamentos de tributos. A energia contratada será faturada mensalmente por meio de documentos de cobrança, emitidos nos termos da legislação vigente.

As energias físicas objeto de "swap" (permuta) do referido contrato de compra e venda de energia, são equivalentes aos seguintes valores monetários e que deverão ser registrados contabilmente:

COMPRA DE ENERGIA PELA ELETRONORTE			
Período	**MWh**	**R$/MWh**	**Valor**
Agosto a Dezembro/2014	734.200	662,03	486.062
Encargos Financeiros			116.999
Total			**603.061**

VENDA DE ENERGIA PELA ELETRONORTE			
Período	**MWh**	**R$/MWh**	**Valor**
Janeiro a Dezembro/2016	1.238.544	162,60	201.387
Janeiro a Dezembro/2017	1.235.160	162,60	200.837
Agosto a Dezembro/2018	1.235.160	162,60	200.837
Total	**3.708.864**	**162,60**	**603.061**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A operação se assemelha a um financiamento para a Companhia, sendo que a energia elétrica objeto de compra é financiada e o pagamento é efetuado por meio da entrega futura de energia elétrica. Considerando os valores monetários resultantes dos volumes físicos de energia elétrica comprados e vendidos em bases comutativas, a diferença entre esses valores, de R$ 116,9 milhões, conforme demonstrado na tabela acima, refere-se a encargo financeiro da Companhia e que deverá ser apropriada *pro-rata-temporis* ao longo do prazo do financiamento (iniciando em agosto de 2014 e terminando em dezembro de 2018). Esse encargo financeiro como é explicito e negociado entre as partes está compatível com taxa de mercado.

As operações de compra e de venda são registradas de forma separada (mas não de forma independente) quando da efetiva compra (afetando o passivo e a despesa ao longo de 2014) e quando da efetiva venda (afetando contas a receber e a receita ao longo de 2016 a 2018).

O valor negociado da compra de energia já reflete o valor presente, pois é efetuado com base nas tarifas correntes e assim sendo, sobre o passivo serão incorporados os encargos financeiros ao longo do tempo, e na medida em que o faturamento for auferido com a venda da energia elétrica, haverá a compensação entre "contas a pagar" e "contas a receber" a título de amortização.

Os preços de compra e de venda acordados contratualmente entre a Companhia e a BTG Comercializadora são considerados os valores justos das respectivas transações, pois ocorreram entre partes independentes e em condições "não forçadas" (Leilão promovido por meio de um processo licitatório).

O leilão contou com seis proponentes interessados: Brasil Comercializadora de Energias, BTG Pactual, Cemig, Delta Energia, COPEN Energia e Cesp. Após a avaliação dos documentos de inscrição conforme previsto no edital, três proponentes foram habilitados: BTG Pactual, Cemig e Cesp. O leilão foi promovido no dia 03 de setembro de 2014 e apenas o proponente BTG Pactual apresentou proposta.

A possibilidade dessa transação ser considerada um instrumento financeiro derivativo está descartada, uma vez que não há para a Companhia exposição de variação de preço de mercado da commodity (energia elétrica), pois são fixos e sem possibilidade de renegociações, e também não implicar em desembolso financeiro (ou fluxos financeiros) durante o período da transação, nem quando dos respectivos vencimentos das referidas operações de compra e venda de energia elétrica.

22.3. Fornecedores de materiais e serviços

Refere-se a obrigações perante fornecedores, relacionadas à aquisição de materiais e prestação de serviços.

22.4. Fornecedores de combustíveis

Refere-se a obrigações perante fornecedores, relacionadas à aquisição de combustíveis para geração de energia no sistema isolado.

NOTA 23 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos em moedas estrangeiras e moeda nacional são as seguintes:

23.1. Resumo da dívida de financiamentos e empréstimos

	CONTROLADORA						CONSOLIDADO					
	31/12/2014			31/12/2013			31/12/2014			31/12/2013		
	Encargos	Principal Circulante	Não circulante	Encargos	Principal Circulante	Não circulante	Encargos	Principal Circulante	Não circulante	Encargos	Principal Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira												
Eletrobras	9.109	60.864	444.741	9.189	55.209	461.982	9.109	60.864	444.741	9.189	55.209	461.982
Instituições financeiras	4	10	-	8	496	13	4	10	-	8	496	13
Total Moeda estrangeira	**9.113**	**60.874**	**444.741**	**9.197**	**55.705**	**461.995**	**9.113**	**60.874**	**444.741**	**9.197**	**55.705**	**461.995**
Moeda nacional												
Eletrobras	50	273.297	2.352.117	-	264.022	2.824.511	50	273.297	2.352.117	-	264.022	2.824.511
Instituições financeiras	5.282	175.988	1.015.388	2.350	129.800	438.155	5.282	175.988	1.206.274	6.212	170.149	1.140.861
Total Moeda nacional	**5.332**	**449.285**	**3.367.505**	**2.350**	**393.822**	**3.262.666**	**5.332**	**449.285**	**3.558.391**	**6.212**	**434.171**	**3.965.372**
Total	**14.445**	**510.159**	**3.812.246**	**11.547**	**449.527**	**3.724.661**	**14.445**	**510.159**	**4.003.132**	**15.409**	**489.876**	**4.427.367**

Sobre os financiamentos e empréstimos incidem atualização monetária, encargos e taxas de 3,5% a 11,65% a.a., para o mercado interno; e variação cambial, encargos, imposto de renda e taxas de 2,48% a 8% a.a., para o mercado externo.

23.2. Vencimento das parcelas do passivo não circulante

ANO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	439.110	-	486.665
2016	459.176	405.664	459.971	445.854
2017	382.554	329.850	392.098	367.586
2018	327.357	264.197	338.640	298.397
2019	302.166	239.918	312.744	271.718
2020	301.154	245.948	459.840	275.448
Após 2020	2.039.839	1.799.974	2.039.839	2.281.699
Total	**3.812.246**	**3.724.661**	**4.003.132**	**4.427.367**

23.3. Movimentações dos financiamentos e empréstimos

	CONTROLADORA							
	MOEDA NACIONAL				MOEDA ESTRANGEIRA			
	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 31/12/2012	**23.585**	**373.470**	**397.055**	**3.742.484**	**9.250**	**51.603**	**60.853**	**478.996**
Incorporação RBTE (nota 19.4.2)	398	15.938	16.336	123.403	-	-	-	-
Ingressos	-	-	-	96.232	-	-	-	-
Refinanciamentos	(5.629)	-	(5.629)	4.245	-	-	-	-
Provisão de encargos	285.458	-	285.458	-	37.672	-	37.672	-
Variação monetária e cambial	-	2.393	2.393	132.174	76	4.791	4.867	34.570
Transferências	-	835.872	835.872	(835.872)	-	51.571	51.571	(51.571)
Amortizações / pagamentos	(301.462)	(833.851)	(1.135.313)	-	(37.801)	(52.260)	(90.061)	-
Saldo em 31/12/2013	**2.350**	**393.822**	**396.172**	**3.262.666**	**9.197**	**55.705**	**64.902**	**461.995**
Incorporação Estação (nota 19.4.1)	3.696	46.575	50.271	688.152	-	-	-	-
Captação	(304)	-	(304)	36.802	-	-	-	-
Provisão de encargos	274.082	-	274.082	-	37.832	-	37.832	-
Variação monetária e cambial	-	9.396	9.396	141.496	1.226	5.626	6.852	38.512
Transferências	-	761.611	761.611	(761.611)	-	55.766	55.766	(55.766)
Amortizações / pagamentos	(274.492)	(762.119)	(1.036.611)	-	(39.142)	(56.223)	(95.365)	-
Saldo em 31/12/2014	**5.332**	**449.285**	**454.617**	**3.367.505**	**9.113**	**60.874**	**69.987**	**444.741**

	CONSOLIDADO							
	MOEDA NACIONAL				MOEDA ESTRANGEIRA			
	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 31/12/2012	**29.625**	**421.652**	**451.277**	**4.573.099**	**9.250**	**51.603**	**60.853**	**478.996**
Ingressos	-	-	-	127.332	-	-	-	-
Refinanciamentos	(5.629)	-	(5.629)	4.245	-	-	-	-
Provisão de encargos	343.355	-	343.355	-	37.672	-	37.672	-
Variação monetária e cambial	-	2.393	2.393	132.174	76	4.791	4.867	34.570
Transferências	1.517	869.961	871.478	(871.478)	-	51.571	51.571	(51.571)
Amortizações / pagamentos	(362.656)	(859.835)	(1.222.491)	-	(37.801)	(52.260)	(90.061)	-
Saldo em 31/12/2013	**6.212**	**434.171**	**440.383**	**3.965.372**	**9.197**	**55.705**	**64.902**	**461.995**
Captação	(304)	-	(304)	36.802	-	-	-	-
Provisão de encargos	293.067	-	293.067	-	37.832	-	37.832	-
Variação monetária e cambial	-	9.396	9.396	141.496	1.226	5.626	6.852	38.512
Transferências	(472)	776.637	776.165	(776.165)	-	55.766	55.766	(55.766)
Amortizações / pagamentos	(293.171)	(770.919)	(1.064.090)	-	(39.142)	(56.223)	(95.365)	-
Combinação de negócios (nota 19.5)	-	-	-	190.886	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2014	**5.332**	**449.285**	**454.617**	**3.558.391**	**9.113**	**60.874**	**69.987**	**444.741**

As amortizações relevantes no saldo desta conta deve-se, substancialmente, ao encontro de contas realizado entre a Companhia e sua controladora, Eletrobras, referente ao processo de renegociação de dívida junto à CEA, ocorrido nos anos de 2013 e 2014 (nota 8.3).

Os encargos de dívida e as variações monetárias sobre os financiamentos e empréstimos estão reconhecidos no resultado financeiro.

23.4. Composição do saldo da dívida, por indexador e moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Indexador				
TJLP	827.295	449.916	827.295	957.322
IPCA	2.039.292	2.380.752	2.039.292	2.380.752
SELIC	72.925	72.875	72.925	72.875
Outros	882.610	755.294	1.073.496	994.805
Moeda				
US$	382.227	381.089	382.227	381.089
Euro	14	46	14	46
Yen	132.487	145.763	132.487	145.763
Total	**4.336.850**	**4.185.735**	**4.527.736**	**4.932.652**
Principal	4.322.405	4.174.188	4.507.405	4.917.243
Encargos	14.445	11.547	20.331	15.409
Total	**4.336.850**	**4.185.735**	**4.527.736**	**4.932.652**

A exposição da Companhia ao risco de liquidez e juros está divulgada na nota 41.

23.5. Indicadores

Os principais indicadores utilizados para atualização dos financiamentos e empréstimos da Companhia e da controlada tiveram as seguintes variações percentuais:

MOEDAS / INDICADORES	31/12/2014	31/12/2013
Selic	17,79	39,29
IPCA	6,23	5,70
TJLP	5,00	4,60
Y (Iene Japonês)	2,86	(5,86)
US$ (Dólar Americano)	13,38	14,64
EURO	0,02	19,70

23.6. Garantias

23.6.1. Garantias dos empréstimos obtidos

Toda dívida com a Eletrobras tem a mesma como garantidora. A dívida com instituições financeiras é garantida pelo Tesouro Nacional. A dívida com o BNDES é garantida pela receita proveniente da venda de energia elétrica.

23.6.2. Garantias oferecidas pela Companhia na qualidade de interveniente dos empréstimos obtidos pelas investidas

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos por meio de SPEs, em que possui participação societária. Nesses contratos, em sua maioria, a Eletrobras também figura como interveniente garantidora da operação e o valor justo dos contratos de garantia financeiro são registrados na Eletrobras. Os montantes garantidos, projeções e saldos devedores estão demonstrados no quadro abaixo:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Empreendimento	Banco Financiador	Participação da Controladora	Valor do Financiamento (Quota Parte da Controladora)	Saldo Devedor em 31/12/2014	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício			a Liberar após 2017	Término da Garantia
					2015	2016	2017		
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	CEF	49,71%	32.312	16.358	10.833	5.417	-	-	11/02/2016
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	BNDES	24,50%	257.250	1.053.469	855.431	735.325	628.319	-	15/01/2029
	Debêntures		49.000	229.258	247.703	266.148	283.412	-	15/01/2029
Linha Verde Transmissora S.A.	BASA	100,00%	90.650	190.886	196.557	201.432	194.787	-	10/11/2032
Manaus Transmissora de Energia S.A.	BASA (FNO)	30%	61.250	337.453	347.641	325.333	303.024	-	10/07/2030
	BASA (FDA)		36.750	161.346	160.353	158.572	155.729	-	Indeterminado
	BNDES		98.000	376.472	344.974	313.476	282.057	-	15/12/2026
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	BNDES	24,5%	30.851	123.182	114.877	106.573	98.269	-	15/10/2029
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	BNDES	24,5%	32.532	129.821	121.069	112.317	103.565	-	15/10/2029
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	BNDES	24,5%	30.984	124.013	115.653	107.292	98.932	-	15/10/2029
Norte Energia S.A. (UHE Belo Monte)	BNDES	19,98%	2.697	10.015	10.708	11.481	11.967	4.265	15/01/2042
	CEF		1.398	5.245	5.672	6.135	6.473	2.211	15/01/2042
	BTG Pactual		399	1.498	1.620	1.752	1.849	631	15/01/2042
Transnorte Energia S.A.	Itaú BBA	49%	88.200	196.199	-	-	-	-	28/09/2015
Transmissora Matogrossense Energ. S.A.	BB (FCO)	49%	39.200	81.263	81.263	75.459	69.258	-	01/02/2029
	BNDES		42.777	71.452	65.194	58.935	52.676	-	15/05/2026

23.7. Debêntures

Em 20 de janeiro de 2012, a SPE Estação Transmissora de Energia S.A., investida da Companhia já incorporada (nota 19.4.1), em Assembleia de acionistas aprovou a emissão de Debêntures, para subscrição particular, de 221.789.000 (duzentos e vinte e um milhões, setecentos e oitenta e nove mil) debêntures de primeira emissão da SPE, com garantia real e fidejussória por fiança, em quatro séries, todas elas conversíveis em ações da SPE, com ou sem direito a voto, nos termos da Escritura Pública da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis.

23.7.1. As debêntures foram emitidas e os recursos liberados, assim distribuídos:

Data estimada para emissão	Série	Quantidade de debêntures	Valor unitário	Valor Total
21/01/2012	1ª	67.157.589,87	1,00	67.157
30/09/2013	2ª	78.347.824,83	1,00	78.348
30/09/2013	3ª	65.100.762,56	1,00	65.101
30/11/2013	4ª	11.182.822,74	1,00	11.183
Total		**221.789.000,00**		**221.789**

23.7.2. Resumo da dívida das debêntures

			CONTROLADORA			CONSOLIDADO			
			31/12/2014			31/12/2014			31/12/2013
Financeira	Atualização	Vencimento	Principal	(-) Custos	Montante da dívida	Principal	(-) Custos	Montante da dívida	Montante da dívida
BASA/FDA	TJLP + 1,65% a.a	10/07/2031	221.564	(2.146)	219.418	221.564	(2.146)	219.418	218.682
Circulante					**13.422**			**13.422**	**12.804**
Não circulante					**205.996**			**205.996**	**205.878**

23.7.3. Movimentação das debêntures

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31/12/2013	**-**	**-**	**12.804**	**205.878**
Incorporação SPE (nota 19.4.1)	13.606	210.008	-	-
Provisão de encargos	12.995	-	13.797	4.130
Transferências	3.987	(3.987)	3.987	(3.987)
Amortizações / pagamentos	(17.166)	(25)	(17.166)	(25)
Saldo em 30/12/2014	**13.422**	**205.996**	**13.422**	**205.996**

23.7.4. Destinação dos Recursos: os recursos líquidos obtidos pela antiga SPE com a emissão das debêntures foram integralmente utilizados na implantação da estação retificadora de corrente alternada em 500 kV para corrente contínua em ±600kV, número 01, com capacidade de 3150 MW, localizada na subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia e a implantação da Linha de Eletrodo e Eletrodos de Aterramento na subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia.

23.7.5. Período de Conversão: qualquer debenturista poderá, a qualquer tempo a partir da data de emissão, a seu exclusivo critério, solicitar a conversão das debêntures de qualquer série, integral ou parcialmente, em ações de emissão da Companhia, até o limite de 50% do montante subscrito, mediante envio de notificação à Companhia, por escrito, solicitando a referida conversão. As debêntures somente serão convertidas em ações, com direito ou não a voto, se a Companhia detentora estiver registrada na Comissão de Valores Mobiliários como empresa de capital aberto, na forma do regulamento do FDA.

23.7.6. Prazo de subscrição e forma de integralização: as debêntures de cada série serão subscritas em até 05 (cinco) dias úteis, contados da respectiva data de emissão. A integralização das debêntures de cada série será à vista, em moeda nacional, no ato da subscrição ("data de integralização"). As debêntures de cada série serão subscritas e integralizadas pelo seu valor nominal.

23.7.7. Pagamentos e vencimento: a SPE pagará o valor total da emissão no prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) meses, incluído o período de carência, contados a partir da formalização da Escritura de Debêntures, respeitadas as seguintes condições:

As debêntures tiveram prazo de carência de forma que o primeiro pagamento ocorreria até um ano após 26 de abril de 2012 (data prevista para o projeto entrar em operação), conforme Parágrafo único, artigo 21 e artigo 23 do Regulamento do FDA. Foi celebrado um Termo Aditivo ao contrato de financiamento, assinado em 22 de março de 2013, prorrogando para 33 (trinta e três) meses o prazo de carência, contados a partir do primeiro dia 10 (dez) seguinte à data de formalização da cédula de crédito, de forma que o vencimento da primeira amortização do principal e juros passou a ser em 10 de maio de 2014, o que de fato ocorreu.

(i) Havendo exclusão de responsabilidade da emissora, quanto ao atraso no início da entrada em operação do empreendimento, os prazos de carência e vencimento do financiamento poderão ser prorrogados, desde que referida prorrogação seja aprovada pela Sudam, com a anuência do BASA.

(ii) Ainda que haja prorrogação da carência, os encargos financeiros devidos serão estabelecidos da seguinte forma: as debêntures, a partir de sua emissão, sofrerão incidência da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), mais juros de 0,15% a.a. (base 365 dias), a título de "del credere" do agente operador, desde a data da primeira liberação até a data do efetivo pagamento. Após o término da carência, cujo prazo é contado da data da contratação até 1 ano após a data prevista para entrada em operação, serão adicionados juros de 1,50% a.a., sobre o saldo devedor da operação, totalizando encargos de 1,65% a.a. (base 365 dias).

23.7.8. Obrigações contratuais: as obrigações contratuais estão integralmente cumpridas na data destas demonstrações financeiras.

Com a incorporação da Estação Transmissora de Energia S.A., o contrato de emissões de debêntures foi assumido pela Companhia.

Nesse contrato, por possuir cláusula contratual referente à possibilidade da conversão das debêntures em ações da Companhia, a critério da Sudam, limitados a 50% das debêntures emitidas, é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a Sudam, caso tal conversão venha a se concretizar. Diante desse fato, foi avaliado derivativo na operação, mencionado na nota 14.2.

NOTA 24 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
IR Fonte (nota 24.1.1)	20.084	23.059	21.250	24.086
PIS/PASEP/COFINS (nota 24.1.2)	31.467	34.161	31.467	35.313
ICMS (nota 24.1.3)	972	6.978	972	6.978
Contribuições previdenciárias (nota 24.1.4)	3.359	2.925	4.567	3.078
IRPJ / CSLL	8	1.716	8	1.716
ISS	2.579	2.330	4.991	2.405
Outros	108	118	108	149
Total circulante	**58.577**	**71.287**	**63.363**	**73.725**
Passivo fiscal diferido (nota 11.2)	201.468	17.392	201.468	110.161
Total não circulante	**201.468**	**17.392**	**201.468**	**110.161**
Total	**260.045**	**88.679**	**264.831**	**183.886**

24.1. Tributos a recolher

24.1.1. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

Imposto devido à Receita Federal do Brasil (RFB), retido de prestadores de serviços e sobre encargos nos empréstimos de mútuo com a Eletrobrás.

24.1.2. COFINS e PASEP

Contribuições devidas à RFB sobre a receita da Companhia, do mês de dezembro, para recolhimento no mês de janeiro do ano subsequente, apuradas nos regimes cumulativo e não cumulativo de tributação.

24.1.3. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Imposto devido aos fiscos estaduais, incidente sobre a venda de energia elétrica e nas aquisições de mercadorias e serviços, relativo à parcela do diferencial de alíquota das aquisições interestaduais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

24.1.4. Contribuições Previdenciárias
Contribuições devidas à RFB sobre serviços prestados por pessoas físicas.

24.2. Programação de realização
A realização dos passivos não circulantes foi estimada conforme abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
2016	59.916	-	59.916	19.886
2017	59.915	-	59.915	14.585
2018	15.731	-	15.731	14.585
2019	15.731	-	15.731	14.585
2020	15.731	-	15.731	14.585
Após 2020	34.444	17.392	34.444	31.935
Total não circulante	**201.468**	**17.392**	**201.468**	**110.161**

NOTA 25 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em função da apuração de lucro neste exercício, serão distribuídos pela Companhia os dividendos previstos na legislação societária e conforme orientação da Eletrobras, de acordo com o demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
PASSIVO CIRCULANTE		
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:		
Lucro líquido do exercício	2.033.465	1.268.316
Absorção de prejuízos acumulados	-	(734.973)
Constituição da Reserva legal (5%)	(101.673)	(26.667)
Incentivo fiscal	(104.684)	(99.938)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	1.827.108	406.738
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	**456.777**	**101.685**
b) Dividendos propostos	**456.777**	**101.685**
d) Saldo de exercícios anteriores	**217**	**701**
TOTAL	**456.994**	**102.386**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Dividendos adicionais propostos	456.777	305.053
TOTAL	**456.777**	**305.053**
TOTAL GERAL	**913.771**	**407.439**

Sobre os valores dos dividendos incidem encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, até o dia do efetivo pagamento, conforme Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998. Deve ser considerada a taxa diária para atualização do valor durante os cinco dias úteis anteriores à data do pagamento, a mesma taxa SELIC divulgada no quinto dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação, de acordo com a nova redação dada pelo Decreto nº 3.381, de 13 de março de 2000.

NOTA 26 – FOLHA DE PAGAMENTO E OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Folha de pagamento		
Folha de pagamento	32.234	39.150
Encargos sobre folha de pagamento	54.501	58.764
	86.735	**97.914**
Obrigações estimadas		
Provisão de férias	73.155	67.924
Encargos sobre provisão de férias	29.758	29.323
Incentivo ao desligamento de pessoal	-	9.600
Outras	19.757	14.809
	122.670	**121.656**
Total circulante	**209.405**	**219.570**
Obrigações estimadas		
Outras	20.013	7.929
Total não circulante	**20.013**	**7.929**
Total	**229.418**	**227.499**

NOTA 27 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia é parte envolvida em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontra em vários estágios de julgamento.

Na data de encerramento das demonstrações financeiras, existem as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza:

	CONTROLADORA			
	31/12/2013	Provisões/ Reversões	Pagamentos/ Baixas	31/12/2014
Trabalhistas	69.117	39.022	(12.003)	96.136
Tributárias	46.942	(43.351)	(665)	2.926
Cíveis	467.766	2.136	(1.623)	468.279
Outras	3.220	-	(3.220)	-
Total	**587.045**	**(2.193)**	**(17.511)**	**567.341**

	CONSOLIDADO				
	31/12/2013	Provisões/ Reversões	Pagamentos/ Baixas	Combinação de negócio	31/12/2014
Trabalhistas	69.117	39.022	(12.003)	-	96.136
Tributárias	46.942	(43.351)	(665)	1.037	3.963
Cíveis	467.766	2.136	(1.623)	14.904	483.183
Outras	3.220	-	(3.220)	-	-
Total	**587.045**	**(2.193)**	**(17.511)**	**15.941**	**583.282**

A Companhia efetuou a aquisição da participação da Linha Verde Transmissora de Energia S.A., o que resultou na combinação de negócios, conforme descrito na nota 19.5.

As contrapartidas das provisões e reversões estão registradas no grupo de despesas, conforme demonstrada na nota 34.4.

27.1. Processos judiciais

A Companhia tem sido acionada em diversos processos judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, incluindo ações de natureza trabalhista, tributária e cível.

A Administração adota o procedimento de classificar os processos judiciais impetrados contra a Companhia em função do risco de perda, baseado na opinião dos consultores jurídicos, da seguinte forma:

- Para os processos cujo desfecho desfavorável para a Companhia seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- Para os processos cujo desfecho desfavorável para a Companhia seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas;
- Para os processos cujo desfecho desfavorável para a Companhia seja considerado como remoto, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

Durante o exercício de 2014, a Administração procedeu a uma avaliação dos riscos de contingências relacionados a tais processos judiciais e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para os riscos, cujas possibilidades de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis, no seguinte contexto:

- Os processos judiciais trabalhistas são compostos, na sua grande parte, de ações relativas à adicional de periculosidade, horas extras, cálculo de multa de FGTS, etc;
- Na área tributária, existem algumas questões envolvendo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e tributos federais junto à Receita Federal do Brasil.
- Os processos judiciais cíveis de maior relevância são de caráter indenizatório, de natureza financeira e por reclamatórias impetradas por proprietários de áreas inundadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas, conforme abaixo:

Ação de desapropriação – UHE Balbina

Desapropriações ajuizadas pela Companhia com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 364.549 (2013 – R$ 348.662).

27.2. Processos judiciais não provisionados

Conforme prática contábil em vigor e por representarem risco de perda possível para a Companhia, de acordo com opinião dos consultores jurídicos, os valores abaixo não foram provisionados:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas	18.902	19.129
Tributários	438.559	377.409
Cíveis	427.446	401.660
Outros	152.116	-
TOTAL	**1.037.023**	**798.198**

Ação indenizatória – Cível: Ressarcimento de valores pagos à empresa Albrás Alumínio Brasileiro S.A. por força de obrigações assumidas em contratos de seguro, tendo a referida empresa se sub-rogado no crédito em face da Companhia, no montante de R$ 229.835 (2013 – R$ 217.066).

Autor: Sul America Companhia Nacional de Seguros.

Ação Tributária: Aplicação de multa sobre a transferência de crédito de ICMS à Boa Vista Energia, quando da cisão do patrimônio da Companhia para criação desta, por imposição da legislação atinente ao Programa Nacional de Desestatização – PND, no montante de R$ 71.876 (2013 – R$ 66.832).

Autor: Estado de Roraima.

Ação Tributária: Aplicação de multa sobre a não informação de pagamento/compensação de ICMS de acordo com o livro de apuração, pois se trata de exigência fiscal consoante a sistemática de apuração como obrigação acessória, no montante de R$ 36.531.

Autor: Estado de Roraima.

Ação Tributária (Administrativa): A Receita Federal autuou a Companhia, no montante de R$ 123.900, por entender que a correção de contrato, anterior a outubro de 2003, pelo IGPM descaracteriza o caráter predeterminado do preço, de forma que após o primeiro reajuste o regime de tributação seria o da não-cumulatividade. Contudo, existem precedentes judiciais em sentido oposto, favoráveis, portanto, à tese da Companhia.

Autor: Receita Federal do Brasil.

A Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

NOTA 28 – ENCARGOS SETORIAIS

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Reserva global de reversão (RGR) (nota 28.1)	61.604	74.433
Conta de desenvolvimento energético (CDE) (nota 28.2)	875	646
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia (PROINFA) (nota 28.3)	10.114	13.916
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (nota 28.4)	195.457	166.127
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH) (nota 28.5)	20.134	19.410
Outros	-	44
Total	**288.184**	**274.576**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os valores registrados no passivo como RGR, CDE, PROINFA e P&D possuem contrapartida em contas de resultado, como deduções da receita operacional (nota 33). As demais contas estão apresentadas em conta de resultado, no grupo de despesas operacionais (nota 34).

28.1. Reserva Global de Reversão (RGR)

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos das concessionárias e permissionárias, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço.

28.2. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é destinada a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento aos estados que ainda não possuem rede canalizada.

Criada em 26 de abril de 2002, a CDE tem duração de 25 anos e é gerida pela Eletrobras, cumprindo programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia, não afetando o resultado da Companhia.

A CDE também é utilizada para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional.

28.3. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei nº 10.438, de abril de 2002, que busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

28.4. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

A Companhia, na condição de empresa concessionária de energia elétrica, está obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 0,4% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 0,4% para projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 0,2% para o Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

A composição dos recursos aplicados em projetos de pesquisa e desenvolvimento e dos repasses ao FNDCT e ao MME é a seguinte:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
PASSIVO CIRCULANTE		
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	190.071	160.818
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	3.591	3.539
Ministério de Minas e Energia (MME)	1.795	1.770
TOTAL	**195.457**	**166.127**
ATIVO CIRCULANTE		
Custos com projetos em andamento (nota 15)	(99.478)	(87.825)
TOTAL GERAL	**95.979**	**78.302**

Atendendo determinação dos citados dispositivos legais, em contrapartida aos lançamentos registrados no passivo, a Companhia contabiliza no resultado, em pesquisa e desenvolvimento, como dedução da receita operacional (nota 33).

28.5. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos, para fins de geração de energia elétrica, foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A Aneel gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Conforme estabelecido na Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis nº 9.433/1997, nº 9.984/2000 e nº 9.993/2000, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHE's, enquanto os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH´s), são dispensadas do pagamento da compensação financeira.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

NOTA 29 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 2004, a Companhia participou do leilão de compra de energia elétrica realizado pelo consumidor industrial Alumínio Brasileiro S.A. – Albras, para um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço mínimo compatível com a tarifa de equilíbrio da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O preço final ofertado foi composto por um preço base, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio no mercado internacional, se constituindo num derivativo embutido (nota 14.1).

Com base nessas condições, a Albras efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado de R$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW, de 43 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento.

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO						
	2014			2013			31 de dezembro de 2012
	AMORTIZAÇÕES EFETUADAS	GANHOS	Saldo em 31 de dezembro	AMORTIZAÇÕES EFETUADAS	GANHOS	Saldo em 31 de dezembro	
	(51.530)	(2.368)	**771.264**	(47.817)	(2.838)	**825.162**	**875.817**
Circulante			52.813			48.910	45.583
Não circulante			718.451			776.252	830.234

NOTA 30 - OUTROS PASSIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE				
Convênios (nota 30.1)	73.821	91.059	73.821	91.059
Previnorte Fundação de Previdência Complementar	6.013	5.568	6.013	5.568
Compensações Socioambientais (nota 30.3)	34.000	18.879	34.000	18.879
Passivo Curva Salarial (nota 30.2)	-	36.663	-	36.663
Gastos a realizar em empreendimentos	15.931	15.908	15.931	15.908
Provisão - Óleo Combustível (nota 30.4)	53.063	53.063	53.063	53.063
Contratos onerosos (nota 30.5)	1.687	3.066	1.687	3.066
Provisão para passivo a descoberto (nota 19.2)	91.134	-	5.309	
Obrigações a pagar - Aquisição Linha Verde Trasmissora de Energia S.A. (nota 19.5)	43.688	-	43.688	
Diversos	131.922	141.114	132.044	141.129
TOTAL DO CIRCULANTE	**451.259**	**365.320**	**365.556**	**365.335**
NÃO CIRCULANTE				
Compensações Socioambientais (nota 30.3)	136.000	56.638	136.000	56.638
Contratos onerosos (nota 30.5)	45.542	85.860	45.542	85.860
Provisão multa Aneel	15.238	16.514	15.238	16.514
Diversos	4.620	-	4.679	1.150
TOTAL NÃO CIRCULANTE	**201.400**	**159.012**	**201.459**	**160.162**
TOTAL GERAL	**652.659**	**524.332**	**567.015**	**525.497**

30.1. Convênios

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Convênio - Cooperação técnica MME (nota 30.1.1)	63.218	60.000
Convênio - DNIT nº 310/2006 (nota 30.1.2)	3.832	21.799
Convênios - Eletrobras	201	3.980
Outros convênios	6.570	5.280
TOTAL	**73.821**	**91.059**

30.1.1. Acordo cooperação técnica – Ministério de Minas e Energia (MME)

Os valores registrados se referem a acordo de Cooperação Técnica, a ser estabelecido com o MME, por intermédio da Secretaria de Energia, visando aproveitar racionalmente os equipamentos de geração de energia elétrica, mediante cessão em comodato de bens, de propriedade da Companhia, com a transferência das unidades geradoras da UTE Rio Madeira, conforme autorizado pela Lei 12.872/2013, de 24 de outubro de 2013.

30.1.2. Convênio nº 310/2006 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Substancialmente, se refere a saldo de recursos recebidos por conta do convênio nº 310 – DAQ-DNIT, firmado em 29 de dezembro de 2006, para continuidade da execução das obras civis das eclusas 1 e 2, canal, dique intermediário, execução de serviços de projetos, fabricação, fornecimento, transportes, montagem e testes dos equipamentos mecânicos e eletromecânicos específicos para as eclusas, destinadas a transposição do desnível criado pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí, no Estado do Pará.

30.2. Ação trabalhista – Curva salarial

Em abril de 2013, foi transferido para conta de outros passivos o montante de R$ 240.000, referente à conclusão do processo da curva salarial, conforme acordo celebrado entre a Companhia e o sindicato dos empregados, para pagamento ao longo do exercício. Deste montante, a Companhia efetuou o pagamento de R$ 203.337 em 2013, sendo o saldo de R$ 36.663 quitado em 2014.

30.3. Compensações Socioambientais

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí (UHE Tucuruí) e da elevação da cota do seu reservatório, de 72 para 74 metros, houve necessidade de se efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), do Estado do Pará. Foi definido por aquele órgão, como condicionante para liberação da Licença de Instalação (LI), que a Companhia implantasse diversos programas de mitigação e compensações socioambientais, dentre eles:

- **Plano de Inserção Regional da área a montante da UHE Tucuruí (PIRTUC)** - desenvolvimento da microrregião da UHE Tucuruí para a concretização do ideal de desenvolvimento sustentável da região a montante da usina, abrangendo os municípios de Tucuruí, Novo Repartimento, Nova Ipixuna, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá e Breu Branco.
- **Plano de Inserção Regional a jusante da UHE Tucuruí (PIRJUS)** - desenvolvimento da micro-região da UHE Tucuruí e sua contribuição para a concretização do ideal de desenvolvimento sustentável da região à jusante da usina, abrangendo os municípios de Cametá, Baião, Igarapé-Miri, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru.

30.4. Provisão – Óleo combustível

Refere-se à provisão para devolução ou ressarcimento à CCC, da diferença entre o quantitativo de óleo reembolsado pelo fundo setorial e o efetivamente consumido pelas usinas termelétricas Termo Norte II, Santana e Rio Acre, em função de termo de notificação emitido pela Aneel.

A Companhia apresentou justificativa a Aneel e aguarda manifestação daquela agência.

30.5. Contratos onerosos

Contrato oneroso é aquele em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(a) no custo de cumprir o contrato; (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, entre os dois, o menor.

Antes de ser estabelecida uma provisão separada para um contrato oneroso, a entidade deve reconhecer qualquer perda decorrente de desvalorização que tenha ocorrido nos ativos relativos a esse contrato.

As principais premissas utilizadas para apreciação dos contratos que foram avaliados como passiveis de onerosidade são as mesmas apresentadas na nota 20.6.1.

30.5.1. Contratos avaliados

Na avaliação preliminar, a Administração da Companhia verificou que os contratos da UHE Coaracy Nunes e UTE Santana apresentavam evidências significativas de onerosidade. Assim, já considerando a possibilidade de onerosidade, a Administração a estendeu ao Contrato de transmissão nº 058 vigente, relevante para sua operação, apresentada conforme quadro a seguir:

Contratos avaliados no teste de onerosidade		
Contratos	**Segmento**	**Renovados**
UHE Coaracy Nunes	Geração	Sim
UTE Santana	Geração	Não
Contrato nº 058	Transmissão	Sim

30.5.2. Resultado dos testes

Não foi identificada onerosidade no Contrato de transmissão nº 058.

Para o contrato da UHE Coaracy Nunes, foi calculado o montante de onerosidade de R$ 30.360. Como já havia saldo registrado, no exercício de 2013, de R$ 77.879, a Companhia efetuou reversão no montante de R$ 47.519.

Já para o contrato da UTE Santana, considerando que o teste de impairment apresentou necessidade de provisão acima do valor do imobilizado, o registro de impairment foi contabilizado até o valor do saldo do imobilizado e a diferença, ou seja, o valor acima do valor do imobilizado, foi registrado como onerosidade. Neste caso, o montante apurado acima do valor do imobilizado foi de R$ 16.869.

	UHE Coaracy Nunes	**UTE Santana**	**Total**
Saldos em 31.12.2013:			
Passivo circulante	2.685	381	3.066
Passivo não circulante	75.193	10.667	85.860
	77.878	**11.048**	**88.926**
Provisão em 2014	(47.518)	5.821	(41.697)
Saldos em 31.12.2014:			
Passivo circulante	1.084	603	1.687
Passivo não circulante	29.276	16.266	45.542
Total	**30.360**	**16.869**	**47.229**

NOTA 31 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém um programa de benefícios complementares ao concedido pelo Regime Geral da Previdência Social, administrado pela Previnorte - Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia e por outras empresas do Sistema Eletrobras, conforme exigências da legislação brasileira.

A Companhia suporta dois diferentes planos, um do tipo BD - Benefício Definido e outro do tipo CD – Contribuição Definida. No ano 2000 foi permitida a migração do primeiro para o segundo, com transferência de valores saldados.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela Previnorte.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

a) Plano de Contribuição Definida (CD) – Plano 01-B

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela Previnorte e do tempo de contribuição do Participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano proporciona os seguintes benefícios: complemento da aposentadoria, auxílio no caso de incapacidade para o trabalho e pensão por morte.

Plano em sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Dessa forma, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2014, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R$ 28.985 (2013 - R$ 34.923).

b) Plano de Benefício Definido (BD) – Plano 01-A

Plano com características de Benefício Definido sob o regime financeiro de capitalização, que tem como fonte de suas contribuições a Companhia e o empregado, sendo tais contribuições calculadas sobre a folha de salários, em conformidade com plano anual de custeio definido pelo atuário responsável.

Este plano está em extinção desde 1º de janeiro de 2000 e, a partir dessa data, não pode receber novos participantes e proporciona os seguintes benefícios: complementação da aposentadoria, da pensão por morte, do abono anual e garantia de manutenção de direito à renda vitalícia futura para aqueles que se desligarem antes das respectivas aposentadorias, desde que tenham, pelo menos, três anos de efetiva contribuição ao plano.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

DADOS POPULACIONAIS	**31/12/2014**	**31/12/2013**
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	60	78
1.2. Idade Média	58,6	57,9
1.3 Salário Médio em R$	10.462,78	21.148,15
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	492	488
2.2. Idade Média	71,3	71,5
2.3. Benefício Médio em R$	3.853,76	3.566,05
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	197	216
3.2. Benefício Médio em R$	1.712,68	1.420,43
População Total	**749**	**782**

31.1. Programa de Assistência à Saúde e Seguro de Vida em Grupo

Além dos programas previdenciários, a Companhia mantém dois outros benefícios pós-emprego: seguro de vida em grupo e assistência médica aos aposentados por invalidez.

No seguro de vida em grupo, os aposentados arcam com 100% do prêmio contratado em apólice, enquanto para os ativos há uma participação financeira de 80% pela Companhia. Esse prêmio, todavia, é equalizado para toda massa segurada, incluindo ativos e inativos. Quando calculado de forma independente esse prêmio revela existência de subsidio indireto para a massa de aposentados, gerando uma obrigação pós-emprego avaliada neste relatório.

O programa de assistência médica da Companhia para os inativos é restrito à massa aposentada por invalidez.

A avaliação do compromisso pós-emprego da Companhia relativamente a esse benefício considera as hipóteses de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, em conformidade com a tábua biométrica adotada, supondo-se um ônus futuro compatível com o custo atual do benefício.

31.2. Efeitos dos Planos BD, Assistência Saúde e Seguro

31.2.1. Hipóteses Atuariais e Econômicas

	Planos Previdenciários		Assistência Saúde		Seguro	
Hipóteses Econômicas	**31/12/2014**	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	12,20%	11,99%	12,20%	11,99%	12,22%	11,99%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,13%	6,35%	6,13%	6,35%	6,15%	6,35%
Projeção de aumento médio dos salários	7,83%	7,41%	-	7,41%	-	7,41%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,72%	5,30%	-	5,30%	5,72%	5,30%
Projeção de aumento médio dos custos de	-	-	3,50%	3,50%	-	-
Taxa média de inflação anual	5,72%	5,30%	5,72%	5,30%	5,72%	5,30%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,20%	11,99%	12,20%	11,99%	12,22%	11,99%
Hipóteses Atuariais						
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-83 Basic F	AT-2000	AT-83 Basic F	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 DES 2 anos	AT-83	AT-49 DES 2 anos	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%	-	95%	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos	-	4 anos	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado, realizada pela Administração, tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi de R$ 58.710 (2013 - R$ 38.081).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration.

31.2.2. Planos de benefícios em 31 de dezembro

Os planos de benefícios normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento - O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos, crédito de depósito privado e fundo de investimento, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.

Risco de taxa de juros - Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.

Risco de longevidade - O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

Risco de salário - O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

31.2.2.1. Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

	2014				2013			
	Plano BD	**Saúde**	**Seguro**	**Total**	**Plano BD**	**Saúde**	**Seguro**	**Total**
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente	333.613	36.262	8.539	378.414	313.302	68.501	321	382.124
Valor justo dos ativos do plano (-)	(473.042)	-	-	(473.042)	(440.042)	-	-	(440.042)
Passivo(Ativo), Líquido	**(139.429)**	**36.262**	**8.539**	**(94.628)**	**(126.740)**	**68.501**	**321**	**(57.918)**
Efeito da restrição sobre o ativo	139.429	-	-	139.429	126.740	-	-	126.740
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	-	36.262	8.539	44.801	-	68.501	321	68.822
Custo do serviço corrente	1.507	4.620	33	6.160	159	3.949	365	4.473
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	8.137	38	8.175	-	-	-	-
Despesa/ (Receita) atuarial reconhecida no exercício	**1.507**	**12.757**	**71**	**14.335**	**159**	**3.949**	**365**	**4.473**

As movimentações do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício de 2014 e de 2013 estão apresentadas a seguir:

Descritivo	31/12/2014 Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano de 2014	313.302	68.501	321	**382.124**
Custo de serviços corrente líquido	993	4.620	33	**5.646**
Custo de juros	36.034	8.137	38	**44.209**
Benefícios pagos	(29.091)	(2.829)		**(31.920)**
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	5.948	3.051	83	**9.082**
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	9.060	(51.866)	8.064	**(34.742)**
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de alterações premissas biométricas	(2.633)	6.648	-	**4.015**
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano de 2014	**333.613**	**36.262**	**8.539**	**378.414**
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano de 2014	440.042	-	-	**440.042**
Receita de Juros	51.443	-	-	**51.443**
Contribuições patronais	881	2.829	-	**3.710**
Contribuições de participantes do plano	2.500	-	-	**2.500**
Benefícios pagos / adiantados	(29.091)	(2.829)	-	**(31.920)**
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	7.267	-	-	**7.267**
Valor justo dos ativos no fim do exercício de 2014	**473.042**	**-**	**-**	**473.042**

Descritivo	31/12/2013 Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano de 2013	421.078	47.884	4.428	**473.390**
Custo de serviços corrente líquido	2.215	3.949	365	**6.529**
Custo de juros	34.738	-	-	**34.738**
Benefícios pagos	(24.249)	(1.200)	-	**(25.449)**
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(103.893)	(37.805)	(63)	**(141.761)**
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(16.587)	55.673	(4.409)	**34.677**
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano de 2013	**313.302**	**68.501**	**321**	**382.124**
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano de 2013	422.840	-	-	**422.840**
Receita de Juros	34.884	-	-	**34.884**
Contribuições patronais	997	1.200	-	**2.197**
Contribuições de participantes do plano	2.374	-	-	**2.374**
Benefícios pagos / adiantados	(24.249)	(1.200)	-	**(25.449)**
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	3.196	-	-	**3.196**
Valor justo dos ativos no fim do exercício de 2013	**440.042**	**-**	**-**	**440.042**

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Ativos garantidores	31/12/2014	31/12/2013
Disponível	11	6
Realizáveis Previdenciários	4.809	-
Investimentos em Títulos Públicos	227.054	208.767
Investimento em Ações	16.542	22.286
Investimentos em Fundos	60.734	27.956
Créditos de Depósitos Privados	136.951	132.050
Investimento em Renda Variável	438	23.293
Investimentos Imobiliários	24.578	25.043
Empréstimos e Financiamentos	6.978	6.634
Outros	(27)	(609)
(-) Exigíveis Operacionais	(313)	-
(-) Exigíveis de Investimentos	(185)	-
(-) Fundo Administrativo	(4.528)	(5.384)
Total	**473.042**	**440.042**

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

31.2.3. Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Programa Previdenciário	45.283	42.125
Programa de Saúde	12.282	54.449
Programa de Seguro	2.445	(5.702)
Total	**60.010**	**90.872**

31.2.4. Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício

Descritivo	31/12/2014 Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(6.718)	(3.051)	(83)	(9.852)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(9.060)	51.866	(8.064)	34.742
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de pressupostos demográficos	2.633	(6.647)	-	
Retorno sobre ativos do plano	7.267	-	-	7.267
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	2.719	-	-	2.719
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	**(3.159)**	**42.168**	**(8.147)**	**30.862**

Descritivo	31/12/2013 Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	103.080	37.805	63	140.948
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	16.587	(55.673)	4.409	(34.677)
Retorno sobre ativos do plano	3.196	-	-	3.196
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(124.829)	-	-	(124.829)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	**(1.966)**	**(17.868)**	**4.472**	**(15.362)**

31.3. Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R$ 931 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 8,25 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido:

Benefícios de aposentadoria	
Menos de 1 ano	30.445
Entre 1 e 2 anos	30.364
Entre 2 e 5 anos	89.102
Mais de 5 anos	437.509
Total	**587.420**

31.4. Efeitos da variação de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento nos custos médicos e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

31.4.1. Plano de Benefício Definido

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria aumento de R$ 6.626 (redução de R$ 6.872).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 8.019 (redução de R$ 7.878).

31.4.2. Plano de Saúde

- Se os custos médicos fossem 0,25% mais alto (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R$ 2.540 (redução de R$ 2.324).

NOTA 32 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

32.1. Capital social

O capital subscrito e totalmente integralizado, no valor de R$ 11.563.279 (2013 – R$ 11.563.279), está representado por 153.926.055 (2013 - 153.926.055) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme composição acionária abaixo:

ACIONISTAS	31/12/2014 Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL	31/12/2013 Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras	153.124.896	99,480	11.503.094	153.124.896	99,480	11.503.094
Prefeitura Municipal de Manaus	263.513	0,171	19.796	263.513	0,171	19.796
Centrais Elétricas do Pará S.A.-Celpa	247.635	0,161	18.603	247.635	0,161	18.603
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	146.382	0,095	10.996	146.382	0,095	10.996
Governo do Estado de Roraima	35.992	0,023	2.704	35.992	0,023	2.704
Cia. de Eletricidade do Acre-Eletroacre	22.016	0,014	1.654	22.016	0,014	1.654
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.-Ceron	13.949	0,009	1.048	13.949	0,009	1.048
Prefeitura Municipal de Boa Vista	8.568	0,006	644	8.568	0,006	644
União Federal	1.804	0,001	135	1.804	0,001	135
Outras pessoas físicas	31.531	0,021	2.369	31.531	0,021	2.369
Outras pessoas jurídicas	29.769	0,019	2.236	29.769	0,019	2.236
TOTAL	**153.926.055**	**100,000**	**11.563.279**	**153.926.055**	**100,000**	**11.563.279**

O valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 85,93 (2013 - R$ 77,54).

32.2. Reservas de lucros:

32.2.1. Reserva Legal

De acordo com a legislação societária, é constituída Reserva Legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social.

32.2.2. Reserva de incentivo fiscal

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última, foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea "d" do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Em 28 de dezembro de 2012, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) reconheceu o direito da Companhia à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração nas atividades geradas pela usina hidrelétrica de Tucuruí, relativo ao projeto de implantação de empreendimento de infraestrutura na área de atuação da Sudam pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário 2012.

Em 29 de dezembro de 2014, a Sudam reconheceu o direito da Companhia à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração nas atividades geradas pela usina hidrelétrica de Samuel, relativo ao projeto de implantação de empreendimento de infraestrutura na área de atuação da Sudam pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário 2014.

32.2.3. Reserva de retenção de lucros

Está sendo proposta para o exercício a retenção de R$ 913.554, para a reserva de retenção de lucros, prevista no artigo 196 da Lei 6.404/76, tendo como finalidade integrar as fontes de recursos para aplicação em projetos de investimentos da Companhia, com base no orçamento de capital aprovado pela Lei Orçamentária Anual (LOA), para o exercício de 2015, com as seguintes aplicações:

Orçamento de Investimento 2015 Projeto LOA e Reabertura de Crédito Descrição	Dotação orçamentária 2015
Qualidade ambiental	
Preservação e conservação ambiental	36.750
	36.750
Transmissão	
Reforços e melhorias no sistema de transmissão	573.940
Reforços e melhorias nos sistemas de transmissão dos sistemas isolados	3.000
Ampliação do sistema de geração de energia elétrica	10.000
Implantação da LT Rio Branco - Cruzeiro do sul e SE´s associadas	354.189
Implantação Estação Retificadora Porto Velho	28.804
Implantação Estação Inversora Araraquara 2	28.804
	998.737
Geração	
Ampliação da capacidade de geração da UHE Curuá-Una	14.480
Ampliação da capacidade de geração da UHE Coaracy Nunes	5.000
	19.480
Programa de gestão e manutenção da infraestrutura	
Manutenção de sistema de transmissão de energia elétrica	80.000
Manutenção de sistema de geração de energia elétrica	25.000
	105.000
Infraestrutura	
Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento	31.430
Manutenção e adequação de bens imóveis	1.300
Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	1.050
Instalação de edifício-sede no Distrito Federal	1.568
	35.348
Total	**1.195.315**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Desta forma, a Companhia transferiu os recursos excedentes do lucro do exercício, após distribuição do mínimo obrigatório e dos dividendos adicionais propostos, para esta reserva, com a finalidade de desprender os recursos necessários para realização do orçamento apresentado acima.

32.3. Dividendos adicionais propostos

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório, estabelecido em Lei ou noutro instrumento legal, não aprovado em Assembleia Geral de Acionistas, deve ser apresentado no patrimônio líquido.

32.4. Outros resultados abrangentes

A Companhia está demonstrando os ajustes decorrentes de ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes e na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Avaliação atuarial	(60.010)	(90.873)
IR e CS diferidos sobre avaliação atuarial	20.403	30.897
Total	**(39.607)**	**(59.976)**

NOTA 33 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As práticas contábeis estabelecem que a Companhia deve apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita operacional líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

A seguir é demonstrada a composição da receita operacional bruta e da receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Receita operacional bruta				
Geração				
Fornecimento de energia elétrica (nota 33.1)	1.321.835	1.441.592	1.321.835	1.441.592
Suprimento de energia elétrica (nota 33.2)	3.509.260	2.465.123	3.509.260	2.465.123
Energia elétrica de curto prazo (nota 33.3)	955.264	671.710	955.264	671.710
Operação e manutenção de usinas (nota 33.4)	16.513	13.564	16.513	13.564
Transmissão				
Operação e manutenção de linhas de transmissão (nota 33.5)	389.211	277.521	390.273	271.465
Construção de linhas de transmissão (nota 33.6)	250.678	194.589	251.279	331.410
Financeira - retorno do investimento (nota 33.7)	193.071	2.439	239.059	159.704
Outras receitas operacionais				
Serviços de comunicação multimídia (SCM) (nota 33.8)	82.278	72.694	82.278	72.694
Outros	144.765	164.352	144.765	161.569
Total receita operacional bruta	**6.862.875**	**5.303.584**	**6.910.526**	**5.588.831**
(-) Deduções à receita operacional				
Encargos setoriais				
RGR	(163.139)	(119.943)	(164.733)	(124.402)
CDE	(10.103)	(10.585)	(10.103)	(10.585)
CCC	-	(9.582)	-	(9.582)
PROINFA	(82.545)	(91.553)	(58.459)	(91.553)
P&D	(57.998)	(44.339)	(82.545)	(45.641)
Total Encargos setoriais	**(313.785)**	**(276.002)**	**(315.840)**	**(281.763)**
Impostos e contribuições				
ICMS	(16.891)	(33.026)	(16.891)	(33.026)
ISS	(1.780)	(1.689)	(1.780)	(1.689)
COFINS	(430.182)	(329.948)	(434.219)	(341.273)
PIS/PASEP	(93.378)	(71.621)	(94.255)	(74.080)
Outros	(1.190)	(1.051)	(1.190)	(1.051)
Total Impostos e contribuições	**(543.421)**	**(437.335)**	**(548.335)**	**(451.119)**
Total Deduções à receita operacional	**(857.206)**	**(713.337)**	**(864.175)**	**(732.882)**
Total	**6.005.669**	**4.590.247**	**6.046.351**	**4.855.949**

Neste exercício, a Companhia auferiu elevadas receitas na comercialização da energia elétrica de curto prazo e suprimento, em razão do aumento verificado no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que é o preço determinado semanalmente para cada patamar de carga, com base no custo marginal de operação, e é utilizado para valorar a compra ou a venda de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP). O aumento da PLD foi de 106,8%, quando comparados os períodos de dezembro de 2013 de R$ 290,72 (valor expresso em reais) e dezembro de 2014 de R$ 601,21 (valor expresso em reais).

Esse aumento foi verificado a partir de maio de 2014, principalmente nos leilões do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) que variou cerca de 130% em relação ao mesmo período do ano anterior, que era de R$ 93 milhões, o que representa um aumento de R$ 121 milhões no preço do MW médio. Até dezembro de 2014, o preço do MW médio manteve-se próximo a R$ 200 milhões, registrando aumento de 110,8% nos produtos comercializados no ACR e 12,2% nos sistemas isolados, apesar dos decréscimos de 13,9% do portfólio Ambiente de Contratação Livre (ACL) e 160,4% da liquidação curto prazo na CCEE.

A receita com a venda de energia existente, sem considerar a receita de venda na CCEE, no ano, foi de R$ 4,9 bilhões, referente a 4.129 MW médios de energia comercializada nos sistemas interligado e isolado, com acréscimo de 23,4% da receita, em relação ao ano de 2013. Verifica-se que 49,0% da receita estão alocadas no ACR, 45,8% no ACL (curto, médio e longo prazo) e 5,1% nos sistemas isolados.

33.1. Fornecimento de energia elétrica

Nesta conta estão registradas as receitas provenientes do fornecimento de energia elétrica da Companhia e de suas controladas aos consumidores industriais.

33.2. Suprimento de energia elétrica

Nesta conta estão registradas as receitas provenientes de suprimento de energia elétrica da Companhia às concessionárias distribuidoras de energia elétrica.

33.3. Energia elétrica de curto prazo

A Companhia opera com a Câmara de Comercialização de Energia (CCEE), comercializando a energia excedente gerada por suas usinas hidrelétricas. A variação observada se deve à venda, em maior volume de energia excedente em 2014, se comparada com o mesmo período de 2013, proporcionada pelos leilões de energia realizada pela CCEE.

A receita com CCEE foi de R$ 955.235, em 2014, representando um aumento de 42,2% em relação ao ano de 2013. Porém, o custo de aquisição de energia de curto prazo para a Companhia, no mesmo período, foi de R$ 1.383.943, que gerou um incremento de 1.727% em energia comprada para revenda em relação ao ano de 2013. A liquidação na CCEE gerou um resultado negativo de R$ 428.708 no ano de 2014.

33.4. Operação e manutenção de usinas

A partir da renovação das concessões, com base na Lei n.º 12.783/2013, as usinas renovadas passaram também a se enquadrar em novo segmento de negócios, "operação e manutenção de usinas". Desta forma, as receitas oriundas da UHE Coaracy Nunes são discriminadas nesta linha.

33.5. Operação e manutenção de linhas de transmissão

- Receita anual permitida

Nesta conta estão registradas as receitas oriundas dos contratos de transmissão que asseguram o direito da Companhia receber a Receita Anual Permitida (RAP), estabelecida na Resolução nº 167, de 31 de maio de 2000, com reajuste anual e revisão a cada 4 anos.

- Receita de Uso da Rede de Transmissão

A Receita de Uso da Rede, refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados em alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, operada pela Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro, deduzindo-se os valores recebidos que são utilizados para amortização do ativo financeiro.

Inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico, referente à operação e manutenção das linhas de transmissão e, também, o ajuste a valor presente do ativo financeiro de transmissão, constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade com o modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

A variação apresentada na receita de operação e manutenção, de usinas e linhas de transmissão, e na remuneração do ativo financeiro, deve-se aos impactos referentes à renovação das concessões de energia elétrica (nota 10).

33.6. Receita de Construção

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção e corresponde aos investimentos realizados no período pela Companhia em ativos da concessão.

33.7. Remuneração do ativo financeiro

A remuneração do ativo financeiro refere-se ao valor calculado sobre recebíveis registrados como ativo financeiro (antigo Imobilizado), com base em taxa apurada, conforme o fluxo de recebimento das RAPs (RAP bruta (-) valor alocado para receita de O&M) até o final dos contratos de concessão do serviço de transmissão de energia elétrica.

A variação apresentada na receita de operação e manutenção, de usinas e linhas de transmissão, e na remuneração do ativo financeiro, deve-se aos impactos referentes à renovação das concessões de energia elétrica.

33.8. Receita dos serviços de comunicação multimídia (SCM)

Por meio do Termo de Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia nº 148/2003, assinado pela Anatel em 11 de novembro de 2003, foi ratificada a autorização expedida à Companhia para prestação, em regime privado, do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, sem caráter de exclusividade.

O SCM é um serviço fixo de telecomunicações que possibilita a oferta, em âmbito nacional e internacional, de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, utilizando quaisquer meios a assinantes (pessoa natural ou jurídica que possui vínculo contratual com a autorizada, para a fruição do SCM) dentro de uma área de prestação de serviço.

A autorização, objeto do citado termo, tem como área de prestação de serviço o território nacional e foi expedida por prazo indeterminado.

O SCM na Companhia é composto de estações ópticas fixas em operação, que são utilizadas para comunicações corporativas, tais como: teleproteção do sistema elétrico, interligação de centrais privadas de comutação telefônica, transmissão de dados, etc.

Essa atividade é tratada contabilmente como não vinculada ao serviço público de energia elétrica.

A receita líquida com o SCM está demonstrada abaixo:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	2014	2013
Receita do SCM	82.278	72.694
(-) FUST	(794)	(700)
(-) FUNTTEL	(397)	(350)
(-) COFINS	(2.056)	(2.181)
(-) PASEP	(445)	(473)
(-) Taxa de fiscalização ANATEL	(46)	(45)
TOTAL	**78.540**	**68.945**

NOTA 34 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA DE GASTOS

	CONTROLADORA							
	2014				2013			
	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total
Energia comprada p/ revenda (nota 34.1)	(1.958.821)	-	-	**(1.958.821)**	(75.732)	-	-	**(75.732)**
Encargos uso da rede (nota 34.2)	(525.794)	-	-	**(525.794)**	(556.006)	-	-	**(556.006)**
Pessoal (nota 34.3)	(544.880)	(20.061)	(488.533)	**(1.053.474)**	(640.136)	(11.647)	(574.863)	**(1.226.646)**
Material	(37.968)	(131)	(1.765)	**(39.864)**	(35.601)	(44)	(1.424)	**(37.069)**
Serviços de terceiros	(166.321)	(3.960)	(87.572)	**(257.853)**	(170.180)	(5.374)	(80.530)	**(256.084)**
Depreciação e amortização (notas 20.1 e 21)	(438.340)	-	(12.983)	**(451.323)**	(420.815)	-	(14.666)	**(435.481)**
Combustível	(50.699)	-	-	**(50.699)**	(19.127)	-	-	**(19.127)**
Arrendamentos e aluguéis	(22.025)	-	(44.521)	**(66.546)**	(28.845)	-	(42.084)	**(70.929)**
Provisões operacionais (nota 34.4)	-	-	(207.114)	**(207.114)**	-	-	386.208	**386.208**
Utilização de recursos hídricos	(224.891)	-	-	**(224.891)**	(207.335)	-	-	**(207.335)**
Taxa de fiscalização	-	-	(16.771)	**(16.771)**	-	-	(16.793)	**(16.793)**
Construção (nota 33.6)	(250.678)	-	-	**(250.678)**	(194.589)	-	-	**(194.589)**
(-) Recuperação de despesas	131.075	-	15.053	**146.128**	67.009	-	11.014	**78.023**
Redução ao valor recuperável (Nota 34.5)	-	-	(70.610)	**(70.610)**	-	-	(165.334)	**(165.334)**
Outros	(41.703)	(3.006)	(82.535)	**(127.244)**	(34.944)	(5.560)	(102.564)	**(143.068)**
Total	**(4.131.045)**	**(27.158)**	**(997.351)**	**(5.155.554)**	**(2.316.301)**	**(22.625)**	**(601.036)**	**(2.939.962)**

	CONSOLIDADO							
	2014				2013			
	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total
Energia comprada p/ revenda (nota 34.1)	(1.958.821)	-	-	**(1.958.821)**	(75.732)	-	-	**(75.732)**
Encargos uso da rede (nota 34.2)	(525.794)	-	-	**(525.794)**	(544.198)	-	-	**(544.198)**
Pessoal (nota 34.3)	(544.880)	(20.061)	(488.564)	**(1.053.505)**	(640.136)	(11.647)	(575.919)	**(1.227.702)**
Material	(37.986)	(131)	(1.769)	**(39.886)**	(35.630)	(44)	(1.512)	**(37.186)**
Serviços de terceiros	(175.984)	(3.960)	(87.893)	**(267.837)**	(174.716)	(5.374)	(80.485)	**(260.575)**
Depreciação e amortização (notas 20.1 e 21)	(438.340)	-	(12.984)	**(451.324)**	(420.815)	-	(14.681)	**(435.496)**
Combustível	(50.699)	-	-	**(50.699)**	(19.127)	-	-	**(19.127)**
Arrendamentos e aluguéis	(22.093)	-	(44.537)	**(66.630)**	(28.869)	-	(42.278)	**(71.147)**
Provisões operacionais (nota 34.4)	-	-	(207.114)	**(207.114)**	-	-	386.033	**386.033**
Utilização de recursos hídricos	(224.891)	-	-	**(224.891)**	(207.335)	-	-	**(207.335)**
Taxa de fiscalização	-	-	(17.037)	**(17.037)**	-	-	(16.889)	**(16.889)**
Construção (nota 33.6)	(251.279)	-	-	**(251.279)**	(331.410)	-	-	**(331.410)**
(-) Recuperação de despesas	131.075	-	15.053	**146.128**	67.119	-	11.014	**78.133**
Redução ao valor recuperável (Nota 34.5)	-	-	(70.610)	**(70.610)**	-	-	(165.334)	**(165.334)**
Outros	(42.037)	(3.006)	(82.614)	**(127.657)**	(35.889)	(5.560)	(104.519)	**(145.968)**
Total	**(4.141.729)**	**(27.158)**	**(998.069)**	**(5.166.956)**	**(2.446.738)**	**(22.625)**	**(604.570)**	**(3.073.933)**

34.1. Energia elétrica comprada para revenda

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	2014	2013
Importada da Venezuela	(88.816)	(75.086)
Mercado de Curto Prazo - CCEE	(1.383.943)	(646)
Mercado de Curto Prazo - BTG Pactual	(486.062)	-
TOTAL	**(1.958.821)**	**(75.732)**

- **Energia importada da Venezuela**

Refere-se à importação de energia elétrica da Venezuela, que é vendida, na totalidade, para a distribuidora Boa Vista Energia S.A., localizada na cidade de Boa Vista (RR).

- **Mercado de Curto Prazo**

Representa as despesas resultantes das operações processadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), correspondente a débitos junto aos agentes que operam naquela câmara.

Os valores referentes às operações realizadas no âmbito da CCEE foram registrados com base nas informações divulgadas pela mesma.

Em setembro de 2014, a Companhia realizou um leilão de compra e venda de energia no mercado de curto prazo para aquisição de 200 MW médios até dezembro de 2014. Foram registradas no exercício despesas no valor de R$ 486.062, referente ao valor principal do contrato firmado junto a BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda. A atualização monetária deste contrato está registrada no resultado financeiro.

34.2. Encargos de uso da rede

Corresponde aos custos provenientes do uso feito pela Companhia do Sistema de Transmissão Interligado, pertencente a outras concessionárias transmissoras de energia elétrica, para escoar sua energia vendida.

Os valores são faturados mensalmente, por meio de avisos de débitos emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

34.3. Pessoal

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Remuneração do trabalho				
Remuneração direta	(455.649)	(493.428)	(455.649)	(493.968)
Remuneração indireta	(140.527)	(151.668)	(140.527)	(151.668)
Provisão de férias	(97.268)	(103.389)	(97.268)	(103.489)
Provisão de 13º salário	(41.283)	(51.531)	(41.283)	(51.606)
FGTS	(45.434)	(52.629)	(45.434)	(52.677)
Hora extra	(21.669)	(49.640)	(21.669)	(49.640)
Benefícios assistenciais	(9.070)	(9.367)	(9.070)	(9.367)
Outros	(65.863)	(29.218)	(65.894)	(29.312)
	(876.763)	**(940.870)**	**(876.794)**	**(941.727)**
Encargos sobre despesa de pessoal				
Contribuições previdenciárias	(146.436)	(172.319)	(146.436)	(172.518)
Demais encargos sociais	(30.275)	(34.855)	(30.275)	(34.855)
	(176.711)	**(207.174)**	**(176.711)**	**(207.373)**
Subtotal	**(1.053.474)**	**(1.148.044)**	**(1.053.505)**	**(1.149.100)**
Incentivo ao desligamento de pessoal				
Programas de Incentivo ao Desligamento	-	(78.602)	-	(78.602)
	-	**(78.602)**	-	**(78.602)**
Total	**(1.053.474)**	**(1.226.646)**	**(1.053.505)**	**(1.227.702)**

A Companhia aprovou, em 22 de maio de 2013, o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID). Os empregados que possuíam inscrição no antigo Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), aprovado em 21 de junho de 2011, deveriam efetuar a desistência do mesmo para a adesão ao novo programa. Tais desistências geraram uma reversão de provisão, ao longo do exercício de 2013, no montante de R$ 157.613. Como a provisão constituída, também naquele exercício, foi de R$ 236.215 para adesão ao novo programa, o saldo líquido das despesas com os programas de incentivo ao desligamento foi de R$ 78.602.

34.4. Provisões operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Provisões operacionais:				
Riscos (nota 27)	2.193	(86.055)	2.193	(85.763)
Contratos onerosos (nota 30.5)	41.698	(67.375)	41.698	(67.375)
Reversão / (Provisão) para gastos com ativos indenizados	28.756	(48.758)	28.756	(48.758)
Provisões para compensações socioambientais (nota 30.3)	(104.969)	-	(104.969)	-
Demais provisões	(97.904)	(109.884)	(97.904)	(110.351)
	(130.226)	**(312.072)**	**(130.226)**	**(312.247)**
Provisão para crédito de liquidação duvidosa:				
Consumidores e revendedores (nota 8.2)	(4.199)	741.828	(4.199)	741.828
Créditos de ICMS (nota 11)	(37.506)	(6.822)	(37.506)	(6.822)
Demais ativos	(35.183)	(36.726)	(35.183)	(36.726)
	(76.888)	**698.280**	**(76.888)**	**698.280**
Total	**(207.114)**	**386.208**	**(207.114)**	**386.033**

Em atendimento as Resoluções nº 642 e nº 643 da Aneel, os recursos investidos em melhorias dos bens tratados na renovação antecipada das concessões, provisionados como gastos com ativos indenizados, foram revertidos neste exercício de 2014 e lançados no ativo financeiro (nota 10).

Em junho de 2013, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) efetuou o pagamento de R$ 319.233, conforme renegociação de dívida celebrada entre a Companhia e a CEA. Diante deste fato, a Administração da Companhia procedeu à reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa daquela concessionária naquele exercício, no montante de R$ 718.534 (nota 8.3).

34.5. Redução ao valor recuperável (*Impairment*) - Resultados - Quadro Resumo

A Companhia identificou, no exercício de 2014, indícios de que alguns de seus ativos não apresentavam a recuperabilidade esperada. Desta forma, foram testados itens do ativo financeiro (nota 10.2), do imobilizado (nota 20.6), investimentos (notas 19.7 e 30.6) cujos resultados estão apresentados conforme o quadro resumo abaixo:

Ativos / Passivos	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	Movimentação da provisão em 2014	Movimentação da provisão em 2013
LT São Luís II - São Luís III	(26.918)	-
LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	(73.317)	-
Estação Retificadora/Inversora	(43.909)	-
SE Nobres	(4.049)	-
SE Lucas do Rio Verde	(2.361)	-
***Impairment* Ativo Financeiro (nota 10.2.2)**	**(150.554)**	-
UHE Samuel	105.347	(102.131)
UHE Curuá-Una	(6.442)	(6.370)
UTE Santana	(18.961)	(11.113)
***Impairment* Imobilizado (nota 20.6.3)**	**79.944**	**(119.614)**
UTE Balbina	-	(45.720)
***Impairment* Investimento (nota 19.7.3)**	**-**	**(45.720)**
Total	**(70.610)**	**(165.334)**

O impacto referente ao registro do valor recuperável no resultado do exercício de 2014 foi de perda, no montante de R$ 70.610 (2013 – R$ 165.334).

NOTA 35 – RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
RECEITAS FINANCEIRAS				
Rendas				
- Aplicações financeiras	186.200	106.587	188.096	110.726
- Outras	1.000	580	1.000	580
	187.200	**107.167**	**189.096**	**111.306**
Acréscimos moratórios em faturas de energia elétrica				
- Juros sobre atraso de pagamento	7.300	21.439	7.302	21.439
- Multa sobre atraso de pagamento	4.443	9.550	4.443	9.550
	11.743	**30.989**	**11.745**	**30.989**
Variação monetária ativa				
- Emprestimos concedidos	5.155	4.642	5.155	4.642
- Depósitos judiciais (nota 16)	25.903	16.007	25.903	16.007
- Atraso de pagamento - faturas de energia	17.663	41.668	17.663	41.668
- Atualização de AFAC	17.873	618	17.873	618
- Indenização de concessões (nota 9)	107.722	83.497	107.722	83.497
- Outras	11.425	4.197	11.425	4.197
	185.741	**150.629**	**185.741**	**150.629**
Outras receitas financeiras				
- Juros e multas no fornecimento de materiais e serviços	23.287	11.217	23.287	11.217
- Ganhos com derivativos (nota 14)	382.614	-	392.353	-
- Diversas	66.410	24.785	66.529	24.785
	472.311	**36.002**	**482.169**	**36.002**
TOTAL DAS RECEITAS	**856.995**	**324.787**	**868.751**	**328.926**
DESPESAS FINANCEIRAS				
Variação monetária passiva				
- Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(150.892)	(134.567)	(150.892)	(134.567)
- Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(45.364)	(39.437)	(45.364)	(39.437)
- Outras	(13.099)	(12.673)	(13.099)	(12.673)
	(209.355)	**(186.677)**	**(209.355)**	**(186.677)**
Encargos de dívidas				
- Empréstimos e financiamentos	(315.073)	(323.138)	(332.825)	(390.339)
- Dividendos	(13.200)	(53)	(13.200)	(53)
	(328.273)	**(323.191)**	**(346.025)**	**(390.392)**
Outras despesas financeiras				
- Pesquisa e desenvolvimento	(5.915)	(7.744)	(5.915)	(7.744)
- Perdas com derivativos (nota 14)	-	(178.994)	-	(238.938)
- Encargos/ajuste de AFAC (nota 17.2)	346	(20.690)	346	(20.690)
- Juros e multas diversas	(19.235)	(19.790)	(19.235)	(19.790)
- Diversas	(3.747)	(22.442)	(3.982)	(32.335)
	(28.551)	**(249.660)**	**(28.786)**	**(319.497)**
TOTAL DAS DESPESAS	**(566.179)**	**(759.528)**	**(584.166)**	**(896.566)**
RESULTADO FINANCEIRO	**290.816**	**(434.741)**	**284.585**	**(567.640)**

As movimentações nas contas de receitas e despesas com derivativos foram decorrentes, substancialmente, da variação do preço do alumínio no mercado internacional (nota 14). Em 2014, a Companhia apurou ganho de R$ 382.614 sobre esta operação (2013 – perda de R$ 178.994).

NOTA 36 - IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

	CONTROLADORA			
	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.080.349	1.080.349	1.284.307	1.284.307
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	270.087	97.231	321.077	115.588
Efeitos de adições e exclusões:				
Ajustes da Lei no. 11.941/2009	(100.763)	(36.274)	104.568	37.644
Provisões operacionais	75.329	27.118	(293.520)	(105.667)
Equivalência patrimonial	15.145	5.452	(17.191)	(6.189)
Demais adições e exclusões	(65.126)	(25.038)	(15.097)	(2.449)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(58.714)	(21.137)	-	(13.421)
Incentivos fiscais	(104.684)	-	(99.938)	
Impostos diferidos	(753.667)	(278.076)	(6.920)	(2.494)
Total da (receita) despesa de IRPJ e CSLL	**(722.393)**	**(230.723)**	**(7.021)**	**23.012**
Alíquota efetiva	**-66,87%**	**-21,36%**	**-0,55%**	**1,79%**
Imposto de renda e Contribuição Social Corrente	31.274	47.353	(101)	25.506
Imposto de renda e Contribuição Social Diferido	(753.667)	(278.076)	(6.920)	(2.494)
	(722.393)	**(230.723)**	**(7.021)**	**23.012**

	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.088.186	1.088.186	1.283.948	1.283.948
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	272.047	97.937	320.987	115.555
Efeitos de adições e exclusões:				
Ajustes da Lei no. 11.941/2009	(100.763)	(36.274)	123.129	44.627
Provisões operacionais	88.142	31.731	(293.708)	(105.735)
Equivalência patrimonial	11.365	4.091	(17.393)	(6.262)
Demais adições e exclusões	(76.117)	(28.995)	(33.178)	(11.752)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(58.714)	(21.137)	-	(10.927)
Incentivos fiscais	(104.684)	-	(99.938)	
Impostos diferidos	(751.593)	(272.314)	(7.405)	(2.368)
Total da (receita) despesa de IRPJ e CSLL	**(720.318)**	**(224.961)**	**(7.506)**	**23.138**
Alíquota efetiva	**-66,19%**	**-20,67%**	**-0,58%**	**1,80%**
Imposto de renda e Contribuição Social Corrente	31.275	47.353	(101)	25.506
Imposto de renda e Contribuição Social Diferido	(751.593)	(272.314)	(7.405)	(2.368)
	(720.318)	**(224.961)**	**(7.506)**	**23.138**

A variação ocorrida na apuração do IRPJ e CSLL no exercício, quando comparado ao anterior, se refere, substancialmente, aos efeitos do registro dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de CSLL e diferenças temporárias efetuado apenas no exercício de 2014 (nota 11.2).

36.1. Incentivos fiscais

A Medida Provisória nº 2.199/14 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência de Desenvolvimento do Amazônia (Sudam), que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Em 28 de dezembro de 2012, a Sudam, por meio do laudo constitutivo nº 178/2012, reconheceu o direito da Companhia à redução de 75% do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração nas atividades geradas pela usina hidrelétrica de Tucuruí, pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário 2012.

Em 29 de dezembro de 2014, a Sudam, por meio do laudo constitutivo nº 170/2014, reconheceu o direito da Eletronorte à redução de 75% do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração nas atividades geradas pela usina hidrelétrica de Samuel, pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário 2014.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

Neste exercício houve redução de R$ 104.684 (2013 – R$ 99.938) no valor de imposto de renda.

36.2. Créditos Fiscais

Saldos dos créditos fiscais acumulados (bases de cálculo)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízos fiscais acumulados (nota 36.2.1)	4.377.931	4.612.785	4.431.755	4.754.719
Bases de cálculo negativas da CSLL (nota 36.2.1)	4.317.458	4.684.049	4.371.369	4.684.049
Provisões não dedutíveis (nota 36.2.2)	1.362.886	1.257.769	1.363.922	1.258.519
Remuneração das imobilizações em curso - diferida (nota 36.2.3)	119.494	199.441	119.494	199.441
Demais adições temporárias (nota 36.2.4)	1.796	2.245	2.427	2.288

Referem-se aos saldos dos créditos fiscais controlados no livro de apuração do lucro real (LALUR), cujos tributos diferidos com estimativa de realização futura foram contabilizados no ativo (nota 11.2).

36.2.1. Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas acumuladas

Saldos dos prejuízos fiscais (IRPJ) e das bases de cálculo negativas (CSLL) acumuladas, escrituradas na Parte B do LALUR, compensáveis em até 30% dos lucros tributários futuros, sem prescrição.

36.2.2. Provisões não dedutíveis

Provisões contábeis não aceitas pelo fisco como dedutíveis na apuração do IR e CSLL, escrituradas na Parte B do LALUR, passíveis de ajustes futuros por meio de baixas e/ou reversões.

36.2.3. Remuneração das Imobilizações em Curso – diferida

Receita de juros de obras em andamento, sobre o capital de terceiros, isenta de tributação, calculada até o exercício de 1995, diferida por determinação do Poder Concedente à época, e incorporada ao ativo imobilizado, realizada mensalmente pela depreciação e ajustada na apuração do lucro real para fins de IRPJ e CSLL, controlada na Parte B do LALUR.

36.2.4. Demais adições temporárias

Outras adições fiscais registrados na Parte B do LALUR, passíveis de ajustes futuros.

NOTA 37 – LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do período, em Reais, atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações em circulação representativas do capital social no respectivo período.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias no primeiro dia de cada ano corrente.

A Companhia possui apenas ações ordinárias nominativas sem valor nominal e o lucro básico e o diluído por ação estão abaixo apresentados:

	2014	2013
Básico (em R$)		
Saldo de ações ordinárias em 1º de janeiro	153.926.055	150.719.802
Emissão de ações em novembro de 2013	-	3.206.253
Média ponderada de ações em 31 de dezembro	153.926.055	151.254.178
Lucro líquido atribuído aos acionistas	2.033.464.619	1.268.315.549
Lucro básico por ações em R$	**13,21**	**8,39**
Diluído (em R$)		
Saldo de ações ordinárias em 1º de janeiro	153.926.055	150.719.802
Simulação conversão AFAC em 1º de janeiro	2.701.084	171.923
Emissão de ações em novembro de 2013	-	3.206.253
Média ponderada de ações em 31 de dezembro	156.627.139	151.426.100
Lucro líquido atribuído aos acionistas	2.033.464.619	1.268.315.549
Lucro diluído por ações em R$	**12,98**	**8,38**

NOTA 38 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Os segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva. A Diretoria Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

A partir da renovação das concessões, com base na Lei n.º 12.783/2013, as usinas e linhas de transmissão renovadas passaram também a se enquadrar em novo segmento de negócios, "operação e manutenção de usinas e linhas de transmissão", cujos saldos já estão apresentados de forma segregada pela Administração, nesse novo segmento, conforme orientação da controladora.

CONTROLADORA	2014						
	Atividade não vinculada	Geração			Transmissão		Total
		Comercialização	Concessões não prorrogadas	Concessões prorrogadas	Concessões não prorrogadas	Concessões prorrogadas	
Receita operacional líquida	81.591	158.345	4.949.267	15.532	289.931	511.003	6.005.669
Custo operacional	(9.005)	(111.729)	(3.321.371)	(8.458)	(353.878)	(353.762)	(4.158.203)
Lucro operacional bruto	**72.586**	**46.616**	**1.627.896**	**7.074**	**(63.947)**	**157.241**	**1.847.466**
Despesa operacional	(46)	3.050	(750.405)	43.911	(244.010)	(49.851)	(997.351)
Resultado do Serviço	**72.540**	**49.666**	**877.491**	**50.985**	**(307.957)**	**107.390**	**850.115**
Resultado de participações societárias	(60.582)	-	-	-	-	-	(60.582)
Resultado financeiro	21.205	29.005	283.624	916	(133.496)	89.562	290.816
Resultado antes dos impostos	**33.163**	**78.671**	**1.161.115**	**51.901**	**(441.453)**	**196.952**	**1.080.349**
Imposto de renda e contribuição social	(5.511)	(13.487)	(186.646)	-	1.158.760	-	953.116
Lucro (prejuízo) líquido do período	**27.652**	**65.184**	**974.469**	**51.901**	**717.307**	**196.952**	**2.033.465**

CONTROLADORA	2013						
	Atividade não vinculada	Geração			Transmissão		Total
		Comercialização	Concessões não prorrogadas	Concessões prorrogadas	Concessões não prorrogadas	Concessões prorrogadas	
Receita operacional líquida	71.771	141.110	3.884.477	12.093	217.121	263.675	4.590.247
Custo operacional	(7.838)	(105.516)	(1.522.848)	(9.073)	(301.024)	(392.627)	(2.338.926)
Lucro operacional bruto	**63.933**	**35.594**	**2.361.629**	**3.020**	**(83.903)**	**(128.952)**	**2.251.321**
Despesa operacional	199	(63.233)	(382.725)	(63.872)	(55.247)	(36.158)	(601.036)
Resultado do Serviço	**64.132**	**(27.639)**	**1.978.904**	**(60.852)**	**(139.150)**	**(165.110)**	**1.650.285**
Resultado de participações societárias	68.763	-	-	-	-	-	68.763
Resultado financeiro	622	6.472	(415.366)	333	(73.253)	46.451	(434.741)
Resultado antes dos impostos	**133.517**	**(21.167)**	**1.563.538**	**(60.519)**	**(212.403)**	**(118.659)**	**1.284.307**
Imposto de renda e contribuição social	(2.550)	-	(14.927)	-	1.486	-	(15.991)
Lucro (prejuízo) líquido do período	**130.967**	**(21.167)**	**1.548.611**	**(60.519)**	**(210.917)**	**(118.659)**	**1.268.316**

CONSOLIDADO	2014						
	Atividade não vinculada	Geração			Transmissão		Total
		Comercialização	Concessões não prorrogadas	Concessões prorrogadas	Concessões não prorrogadas	Concessões prorrogadas	
Receita operacional líquida	81.591	158.345	4.949.267	15.532	329.551	512.065	6.046.351
Custo operacional	(9.005)	(111.729)	(3.321.371)	(8.458)	(364.562)	(353.762)	(4.168.887)
Lucro operacional bruto	**72.586**	**46.616**	**1.627.896**	**7.074**	**(35.011)**	**158.303**	**1.877.464**
Despesa operacional	(46)	3.050	(750.405)	43.911	(244.728)	(49.851)	(998.069)
Resultado do Serviço	**72.540**	**49.666**	**877.491**	**50.985**	**(279.739)**	**108.452**	**879.395**
Resultado de participações societárias	(75.794)	-	-	-	-	-	(75.794)
Resultado financeiro	21.205	29.005	283.624	916	(139.727)	89.562	284.585
Resultado antes dos impostos	**17.951**	**78.671**	**1.161.115**	**51.901**	**(419.466)**	**198.014**	**1.088.186**
Imposto de renda e contribuição social	(5.511)	(13.487)	(186.646)	-	1.150.923	-	945.279
Lucro (prejuízo) líquido do período	**12.440**	**65.184**	**974.469**	**51.901**	**731.457**	**198.014**	**2.033.465**

CONSOLIDADO	2013							
	Atividade não vinculada	Geração			Transmissão		Eliminações	Total
		Comercialização	Concessões não prorrogadas	Concessões prorrogadas	Concessões não prorrogadas	Concessões prorrogadas		
Receita operacional líquida	71.771	141.110	3.884.477	12.093	380.168	380.920	(14.590)	4.855.949
Custo operacional	(7.838)	(105.516)	(1.521.999)	(9.920)	(443.270)	(392.627)	11.807	(2.469.363)
Lucro operacional bruto	**63.933**	**35.594**	**2.362.478**	**2.173**	**(63.102)**	**(11.707)**	**(2.783)**	**2.386.586**
Despesa operacional:	199	(63.233)	(383.501)	(63.097)	(75.181)	(22.540)	2.783	(604.570)
Resultado do Serviço	**64.132**	**(27.639)**	**1.978.977**	**(60.924)**	**(138.283)**	**(34.247)**	**-**	**1.782.016**
Resultado de participações societárias	68.763	-	-	-	-	-	809	69.572
Resultado financeiro	622	6.472	(415.366)	333	(206.152)	46.451	-	(567.640)
Resultado antes dos impostos	**133.517**	**(21.167)**	**1.563.611**	**(60.591)**	**(344.435)**	**12.204**	**809**	**1.283.948**
Imposto de renda e contribuição social	(2.550)	-	(14.927)	-	-	-	-	(17.477)
Lucro (prejuízo) líquido do período	**130.967**	**(21.167)**	**1.548.684**	**(60.591)**	**(344.435)**	**12.204**	**809**	**1.266.471**

NOTA 39 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os valores e preços dos compromissos operacionais de longo prazo da Controladora e de suas investidas estão apresentados pelo valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia detenha. Os valores dos compromissos das empresas investidas estão apresentados pela proporção das participações da Companhia.

39.1. Socioambientais

39.1.1. Eletronorte

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da UHE Tucuruí, houve necessidade de efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) do Estado do Pará. Diante disso, para liberação da Licença de Instalação (LI), as partes acordaram que a Companhia seria responsável por realizar investimentos em programas de mitigação e compensações socioambientais, visando o desenvolvimento sustentável dos municípios à montante e à jusante da UHE Tucurí envolvidos.

Estes compromissos estão registrados no passivo da Companhia e totalizam R$ 136.000 (2013 – R$ 56.638) (nota 30).

39.1.2. Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

Em decorrência de exigências legais, foi imposto a Linha Verde Transmissora de Energia S.A. cumprir as obrigações relativas a compensação ambiental referente a reposição florestal na grandeza de 148,65 hectares, sendo 108,72 hectares no Estado de Rondônia e 39,93 hectares no Estado do Mato Grosso, previsto no artigo 36 Lei 9.985/2000, a partir da deliberação do Comitê de Compensação Ambiental considerando o grau de impacto do empreendimento de 0,5% e o valor da compensação ambiental estipulada pelo Ibama em R$ 2.230.

39.2. Imobilizado

A Companhia possui contratos de aquisição de bens do imobilizado junto a diversos fornecedores. A seguir são demonstrados os vencimentos anuais destas obrigações:

	Themag Engenharia e Gerenciamento	Leme Enegenharia Ltda	Tabocas Participações Empreendimentos	Outros	Total
2016	7	1	16	2	**26**

39.3. Imobilizado – Investidas

A Norte Energia S.A. possui contratos de aquisição de bens do imobilizado junto a fornecedores. A seguir é demonstrado o vencimento das parcelas, por valores proporcionais à participação acionária da Companhia na investida:

	CCBM	ELM	IMPSA	VOTORANTIM	Outros	Total
2016	202.938	71.205	47.372	2.717	20.597	**344.830**
2017	92.488	29.612	20.502	449	11.520	**154.571**
2018	15.346	6.970	3.032	-	2.469	**27.817**
2019	-	2.873	354	-	-	**3.226**
2020	-	2.873	354	-	-	**3.227**
Ápos 2020	-	2.873	353	-	-	**3.226**
Total	**310.772**	**116.406**	**71.966**	**3.167**	**34.586**	**536.897**

39.4. Uso de bem público - Investidas

39.4.1. Norte Energia S.A.

A investida pagará à União, em parcelas mensais, equivalentes a 1/12 (um doze avos), a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora da UHE Belo Monte, atestada pela fiscalização da Aneel, ou a partir do início da entrega da energia objeto do contrato, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da concessão. Esta obrigação está reconhecida no passivo não circulante, em contrapartida do ativo intangível da investida e está descontada a valor presente pela taxa interna de retorno do projeto. A seguir é demonstrado o vencimento das parcelas proporcionais à participação acionária da Companhia na investida:

Programação de vencimentos	
2016	3.686
2017	3.397
2018	3.131
2019	2.886
2020	2.659
Após 2020	27.218
Total	**42.977**

39.4.2. Energética Águas da Pedra S.A.

Tem origem nas obrigações de pagamento da utilização do bem público, advindas do contrato de concessão junto à União. A dívida é composta em 370 parcelas com valor nominal de R$ 82. A Companhia iniciou os pagamentos quando iniciou a sua operação. A seguir é demonstrado o vencimento das parcelas proporcionais à participação acionária da Companhia na investida:

Programação de vencimentos	
2016	347
2017	347
2018	347
2019	347
2020	347
Após 2020	816
Total	**2.551**

39.5. Custo de Construção - Investidas

A Transnorte Energia S.A. possui contratos de formação de bens do imobilizado junto a fornecedores. A seguir é demonstrado o vencimento das parcelas, por valores proporcionais à participação acionária da Companhia na investida:

	Alusa	Tabocas	Total
2016	77.719	42.961	**120.681**

39.6. Aportes de capital da Companhia em empresas investidas

A Companhia possui compromissos em seu orçamento para realização de aportes de capitais em empresas investidas, conforme descrito no quadro abaixo:

	Norte Energia S.A.	Transnorte Transmissora de Energia S.A.	Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	Total
2016	69.930	219.712	173.460	**463.102**
2017	-	-	81.585	**81.585**
2018	-	-	46.300	**46.300**
Total	**69.930**	**219.712**	**301.345**	**590.987**

39.6.1. Mútuo entre Eletronorte e State Grid Brazil Holding

A Companhia celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa State Grid Brazil Holding, cujo objeto é a concessão de recursos à Eletronorte na importância total de até R$ 294.700, a ser realizada em parcelas, mediante solicitações, no período compreendido pela implantação do empreendimento da Linha de Transmissão em corrente contínua de +- 800Kv, Xingu-Estreito, estação conversora CA/CC, +- 800Kv, 4000 MW, junto à SE 500Kv Xingu, estação conversora CA/CC, +- 800Kv, 3850 MW, junto à SE 500Kv Estreito, que está sendo realizada por meio da Sociedade Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., constituída para tal, cujos sócios são: State Grid (51%), Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%). Até 31 de dezembro de 2014, não havia sido feita nenhuma solicitação de recursos por parte da Companhia.

39.7. Aquisição de ativos da antiga Porto Velho Transmissora de Energia S.A.

A Diretoria Executiva aprovou, no dia 11 de novembro de 2014, o início das tratativas para aquisição de ativos, correspondentes ao contrato de concessão nº 10/2009, da antiga SPE Porto Velho Transmissora de Energia S.A., a qual foi incorporada pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., já que tais ativos estão localizados na área de atuação da Companhia. Os valores dessa operação ainda não conhecidos.

NOTA 40 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo compra e venda de energia elétrica, além de transações de empréstimos e financiamentos. A energia elétrica vendida é baseada em tarifas homologadas pela Aneel.

40.1. As transações com as partes relacionadas em que a Companhia possui participação societária são as seguintes:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.						
Uso da rede de transmissão	-	234	(2.457)	-	265	(2.831)
Serviços prestados	-	-	-	-	-	2.022
	-	**234**	**(2.457)**	**-**	**265**	**(809)**
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.						
Uso da rede de transmissão	-	127	(1.289)	-	139	(1.643)
Serviços prestados	233	-	1.808	2.318	-	4.747
Outros	2.273	-	-	-	-	-
	2.506	**127**	**519**	**2.318**	**139**	**3.104**
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.						
Uso da rede de transmissão	-	-	-	1	-	113
	-	**-**	**-**	**1**	**-**	**113**
Energética Águas da Pedra S.A.						
Uso da rede de transmissão	161	-	1.267	70	-	690
Serviços prestados	-	-	-	-	-	-
	161	**-**	**1.267**	**70**	**-**	**690**
Estação Transmissora e Energia S.A.						
Uso da rede de transmissão	-	-	(3.735)	-	1.646	(10.934)
Serviços prestados	-	-	-	-	-	40
	-	**-**	**(3.735)**	**-**	**1.646**	**(10.894)**
Integração Transmissora de Energia S.A.						
Uso da rede de transmissão	-	709	(7.132)	-	782	(8.264)
Serviços prestados	290	-	-	272	-	3.386
Outros			3.838			
	290	**709**	**(3.294)**	**272**	**782**	**(4.878)**
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.						
Financiamentos e empréstimos	129.155	-	-	-	-	-
Serviços prestados	810	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	364.822	-	8.822	-	-	-
Outros	-	-	810	-	-	-
	494.787	**-**	**9.632**	**-**	**-**	**-**
Manaus Transmissora de Energia S.A.						
Uso da rede de transmissão	-	1.307	(7.902)	-	491	(7.003)
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.556	-	2.938	21.618	-	-
Serviços prestados	271	-	-	271	-	-
Dispêndios a reembolsar	1.067	-	-	1.067	-	-
	25.894	**1.307**	**(4.964)**	**22.956**	**491**	**(7.003)**
Norte Energia S.A.						
Suprimento de energia elétrica	78	-	-	35	-	-
	78	**-**	**-**	**35**	**-**	**-**
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.						
Uso da rede de transmissão	-	1.555	(2.426)	-	-	-
Serviços prestados	-	-	-	68	-	-
	-	**1.555**	**- 2.426**	**68**	**-**	**-**
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.						
Uso da rede de transmissão	-	-	-	1	-	79
	-	**-**	**-**	**1**	**-**	**79**
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.						
Uso da rede de transmissão	-	234	(2.545)	-	294	(2.902)
	-	**234**	**(2.545)**	**-**	**294**	**(2.902)**
Previnorte Fundação de Previdência Complementar						
Dispêndios a reembolsar	63	-	-	-	-	-
Outros	-	7.958	-	383	7.104	-
	63	**7.958**	**-**	**383**	**7.104**	**-**
Caixa de Assistência do Setor Elétrico (E-Vida)						
Outros	8.233	753	-	-	-	-
	8.233	**753**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**532.012**	**12.877**	**(8.003)**	**26.104**	**10.721**	**(22.500)**

40.2. As transações com as outras partes relacionadas são as seguintes:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.						
Suprimento de energia elétrica	2.613	-	-	23.667	-	-
Uso da rede de transmissão	4.401	-	4.123	-	-	-
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	41.659	-	-	14.165	-	-
	48.673	**-**	**4.123**	**37.832**	**-**	**-**
Boa Vista Energia S.A.						
Suprimento de energia elétrica	176.472	-	168.924	103.083	-	151.758
Uso da rede de transmissão	38.822	-	-	-	-	-
Serviços prestados	180	-	-	-	-	-
Outros	-	716	-	29.920	3	(1.012)
	215.474	**716**	**168.924**	**133.003**	**3**	**150.746**
Cia. Energética de Alagoas S.A. - Ceal						
Suprimento de energia elétrica	12.097	-	72.182	5.369	-	43.261
Uso da rede de transmissão	303	-	1.540	59	-	507
	12.400	**-**	**73.722**	**5.428**	**-**	**43.768**
Cia. de Electricidade de Goiás S.A. - Celg						
Suprimento de energia elétrica	14.790	-	144.818	9.856	-	88.821
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	86	-	-	299	-	-
Uso da rede de transmissão	1.191	-	10.170	633	-	6.007
	16.067	**-**	**154.988**	**10.788**	**-**	**94.828**
Cia. Energética do Piauí S.A. - Cepisa						
Suprimento de energia elétrica	6.007	-	49.499	5.406	-	36.578
Uso da rede de transmissão	1.192	-	2.316	129	-	1.229
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	18	-	-	17	-	-
	7.217	**-**	**51.815**	**5.552**	**-**	**37.807**
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron						
Suprimento de energia elétrica	9.494	-	132	15.735	-	15.735
Uso da rede de transmissão	1.765	-	8.253	705	-	10.488
Contas a receber (operação termonorte)	1.325.397	-	-	1.325.397	-	-

	1.336.656	**-**	**8.385**	**1.341.837**	**-**	**26.223**
Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica S.A. - Cgtee						
Suprimento de energia elétrica	49.300	-	173.309	7.350	-	43.616
Uso da rede de transmissão	239	-	1.871	97	-	885
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	15	-	-	13	-	-
	49.554	**-**	**175.180**	**7.460**	**-**	**44.501**
Cia. Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf						
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	45.570	-	536.550
Uso da rede de transmissão (Faturamento)	5.224	-	44.169	2.725	-	28.151
Uso da rede de transmissão (Encargos)	-	3.734	(35.752)	-	3.555	(37.103)
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	285	-	-	107	-	-
	5.509	**3.734**	**8.417**	**48.402**	**3.555**	**527.598**
Cia. de Eletricidade do Acre S.A. - Eletroacre						
Suprimento de energia elétrica	9.723	-	79.778	8.273	-	74.702
Uso da rede de transmissão	366	-	3.896	273	-	2.443
	10.089	**-**	**83.674**	**8.546**	**-**	**77.145**
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras						
Empréstimos e financiamentos	-	3.140.179	234.461	-	3.614.913	(457.967)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	12.984	-	-	13.330	(20.689)
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	5.518	-	-	-	-	-
Remuneração aos acionistas	-	-	-	-	101.156	-
	5.518	**3.153.163**	**234.461**	**-**	**3.729.399**	**(478.656)**
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear						
Uso da rede de transmissão	549	-	4.215	210	-	1.908
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	98	-	-	-	-	-
	647	**-**	**4.215**	**210**	**-**	**1.908**
Eletrobras Partipações S.A. - Eletropar						
Outros	11.574	-	-	11.574	-	-
	11.574	**-**	**-**	**11.574**	**-**	**-**
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.						
Uso da rede de transmissão (Faturamento)	52	-	582	26	-	260
Uso da rede de transmissão (Encargos)	-	4.078	(42.465)	-	4.613	(35.211)
Serviços prestados	12	-	-	173	-	-
Outros	102.963	-	68	5	-	22
	103.027	**4.078**	**(41.815)**	**204**	**4.613**	**(34.929)**
Furnas Centrais Elétricas S.A.						
Uso da rede de transmissão (Faturamento)	3.264	-	26.213	1.564	-	15.119
Uso da rede de transmissão (Encargos)	-	4.158	(42.287)	-	4.379	(46.990)
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	95	-	-	133	-	-
	3.359	**4.158**	**(16.074)**	**1.697**	**4.379**	**(31.871)**
Itaipu Binacional S.A.						
Dispêndios a reembolsar, empregados cedidos e PPRS	-	-	-	52	-	-
	-	-	-	**52**	-	-
TOTAL	**1.825.764**	**3.165.849**	**910.015**	**1.612.585**	**3.741.949**	**459.068**

- **Encargos do uso da rede elétrica**

Corresponde a valores a receber e/ou a pagar referente ao faturamento vinculado à Receita Anual Permitida (RAP).

A tarifa praticada nessas transações entre as partes relacionadas é definida em resoluções da Aneel para todos os usuários do Sistema de Transmissão.

- **Serviços prestados**

Refere-se a serviços de gerenciamento e supervisão de qualidade, serviço de comissionamento e outros serviços prestados às partes relacionadas, executados, normalmente, durante a construção dos empreendimentos.

- **Dispêndios a reembolsar e empregados cedidos:**

Contrato de reciprocidade vinculado ao Plano de Proteção e Recuperação da Saúde

Os custos com a utilização de convênios médicos por empregados das partes relacionadas, assim como os custos com a utilização de convênios médicos da Companhia por empregados das partes relacionadas, são totalmente reembolsados entre as empresas.

Empregados cedidos e requisitados

Os custos com empregados cedidos das partes relacionadas para a Companhia, assim como os custos dos empregados cedidos da Companhia para partes relacionadas, são totalmente reembolsados entre as empresas.

- **Suprimento de energia elétrica**

Refere-se a operações de venda de energia elétrica.

- **Contas a receber (operação Termo Norte)**

Refere-se aos valores a receber da Ceron da manutenção da operação da Termo Norte (nota 18).

- **Remuneração de acionistas**

Refere-se aos pagamentos efetuados como dividendos ao controlador, conforme descrito na nota 25.

- **Contratos de empréstimos e financiamentos**

Sobre as operações de empréstimos e financiamentos concedidos pela Eletrobras à Companhia são cobrados encargos nas mesmas condições existentes no mercado (nota 23).

40.3. Remuneração do pessoal chave da Administração

Os gastos com a remuneração dos conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos estão demonstrados a seguir:

	CONTROLADORA	
	31/12/2014	**31/12/2013**
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	3.215	3.156
Encargos sociais	161	115
Benefícios	335	403
Outros	41	-
Total	**3.752**	**3.674**

NOTA 41 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

41.1. Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e de debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Financiamentos, empréstimos e debêntures (nota 23)	4.556.268	4.185.735	4.747.154	4.932.652
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(296.950)	(272.874)	(344.024)	(395.324)
Dívida líquida	**4.259.318**	**3.912.861**	**4.403.130**	**4.537.328**
Patrimônio líquido	13.226.965	11.934.961	13.226.965	11.934.961
Total do capital	**17.486.283**	**15.847.822**	**17.630.095**	**16.472.289**
Índice de alavancagem financeira	**24%**	**25%**	**25%**	**28%**

41.2. Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, os quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos, conforme segue:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Empréstimos e recebíveis	**8.112.900**	**6.196.652**	**8.446.903**	**7.881.668**
Clientes (nota 8)	978.437	1.152.377	978.437	1.170.758
Financiamentos e empréstimos (nota 15)	129.155	-	-	-
Direitos de ressarcimento (nota 12)	287.031	199.031	287.031	199.031
Ativo financeiro concessões de serviço público (nota 10)	4.550.008	2.790.723	5.084.344	4.457.350
Indenizações de concessões (nota 9)	367.379	524.660	367.379	524.660
Crédito junto à Ceron (nota 18)	1.325.397	1.325.397	1.325.397	1.325.397
Outros ativos (nota 15)	475.493	204.464	404.315	204.472
Mensurados a valor justo por meio do resultado	**2.069.540**	**2.151.159**	**2.116.614**	**2.273.609**
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	296.950	272.874	344.024	395.324
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14)	259.911	216.155	259.911	216.155
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	1.512.679	1.662.130	1.512.679	1.662.130

PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Mensurados ao Custo Amortizado	**6.661.705**	**5.206.923**	**6.793.950**	**6.235.569**
Fornecedores (nota 22)	1.452.778	496.856	1.479.781	558.736
Financiamentos e empréstimos (nota 23)	4.336.850	4.185.735	4.527.736	4.932.652
Debêntures (nota 23.7)	219.418	-	219.418	218.682
Outros passivos (nota 30)	652.659	524.332	567.015	525.499
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	**72.203**	**330.915**	**315.295**	**420.801**
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14)	72.203	330.915	315.295	420.801

41.2.1. Ativos Financeiros - classificados nas seguintes categorias

a) Caixa e Equivalentes de caixa: mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

b) Títulos e valores mobiliários – Curto e Longo Prazo: usualmente mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

c) Clientes: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.

d) Financiamentos e empréstimos concedidos: são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

e) Ativos financeiros da concessão: são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados como empréstimos e recebíveis.

f) Derivativos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo do tipo de cada designação de hedge (se hedge de fluxo de caixa ou de valor justo).

g) Demais ativos financeiros: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

41.2.2. Passivos Financeiros - classificados nas seguintes categorias

a) Fornecedores: são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

b) Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são contratados junto à Controladora da Companhia. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia finalizou o exercício de 2014 com contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e debêntures, que totalizam R$ 4.556.268 (2013 - R$ 4.185.735), e apresentam o equivalente em US$ (dólar) conforme demonstrado a seguir:

Moeda	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	US$ (equivalentes)	R$	%	US$ (equivalentes)	R$	%
Dólar Norte-Americano	143.765	382.227	8%	143.765	382.227	8%
Real	1.520.119	4.041.540	89%	1.591.916	4.232.426	89%
Iene	49.831	132.487	3%	49.831	132.487	3%
Euro	5	14	0%	5	14	0%
	1.713.719	**4.556.268**	**100%**	**1.785.517**	**4.747.154**	**100%**

c) Demais passivos financeiros: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

41.3. Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

41.3.1. Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente de contratos de financiamento. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros em Euro e Iene, relativas a contratos de captação externa (nota 23.4).

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Exposição à moeda estrangeira	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Ativos		
Dólar norte-americano	-	-
Euro	-	-
Iene	-	-
Total	**-**	**-**
Passivos		
Dólar norte-americano	382.227	381.089
Euro	14	46
Iene	132.487	145.763
Total	**514.728**	**526.898**
Passivo líquido exposto	**514.728**	**526.898**

41.3.2. Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa. A Companhia monitora a sua exposição às taxas operadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de análise de sensibilidade desta nota explicativa.

41.3.3. Risco de commodities

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica a três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na LME, como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

CLIENTE	CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	Data do contrato		Volume em Megawatts Médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
BHP	01/07/2004	31/12/2024	de 353,08 a 492

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2,773. 21/ton e US$ 1,450/ton, respectivamente.

O ganho apurado na operação com derivativos no exercício de 2014 é de R$ 139.522 (2013 – perda de R$ 178.994) e está apresentada na demonstração do resultado do exercício de 2014 (notas 14 e 35). A posição patrimonial líquida apresentada é passiva em R$ 55.393 (2013 – R$ 114.760).

41.3.4. Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto a clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A exposição ao risco de crédito da Companhia está demonstrada abaixo:

Ativos (Circulante / Não Circulante)	Saldos em 31 de dezembro de 2014
Caixa e equivalentes de caixa	296.950
Títulos e valores mobiliários	1.512.679
Clientes	978.437
Indenização de concessões	367.379
Ativo financeiro-concessão de serviço público	4.550.008
Direito de ressarcimento	287.031
Créditos junto à Ceron	1.325.397
Outros ativos	475.493
Total	**9.793.374**

Caixa e equivalentes de caixa: Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

Títulos e Valores Mobiliários: As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Clientes: A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

Ativo financeiro-concessão de serviço público: O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

Indenização de concessões e direito de ressarcimento: O valor referente às indenizações a receber e do direito de ressarcimento serão quitados pelo Poder Público, deste modo, o risco de crédito associado a esta operação é baixo.

Créditos junto à Ceron: Há expectativa de recebimento dos valores junto à Ceron, pois já está autorizado a repactuação de dívidas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para pagamento a Ceron já a partir do exercício de 2015. Neste caso, à Ceron, em posse destes recursos, efetuaria o repasse a Companhia. Como os recursos para pagamento a Ceron são administrados pelo Poder Público, o risco associado a esta operação é baixo.

Outros ativos: Os valores transacionados e registrados em outros ativos são, normalmente, de baixa relevância, e quando há expectativa de não recebimento por parte da Companhia, tais valores são provisionados. A partir deste momento a Companhia inicia o processo de renegociação destes valores.

41.3.5. Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar eventuais descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as suas necessidades operacionais.

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas na nota 14. A tabela abaixo mostra os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	CONTROLADORA			
PASSIVOS FINANCEIROS	31/12/2014			
(Circulante / Não Circulante)	ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado	**2.158.819**	**696.120**	**1.805.798**	**2.230.386**
Fornecedores	960.129	164.216	328.433	-
Financiamentos e empréstimos	524.604	459.176	1.313.231	2.039.839
Debêntures	13.422	10.300	41.200	154.496
Folha de pagamento e obrigações estimadas	209.405	6.671	13.342	-
Outros passivos	451.259	55.757	109.592	36.051
Mensurados a valor justo por meio do resultado	**1.867**	**70.336**	**-**	**-**
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.867	70.336	-	-

	CONTROLADORA			
PASSIVOS FINANCEIROS	31/12/2013			
(Circulante / Não Circulante)	ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado	**1.542.820**	**525.915**	**985.665**	**2.380.023**
Fornecedores	496.856	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	461.074	439.110	977.079	2.308.472
Folha de pagamento e obrigações estimadas	219.570	7.929	-	-
Outros passivos	365.320	78.876	8.586	71.551
Mensurados a valor justo por meio do resultado	**223.099**	**107.816**	**-**	**-**
Instrumentos Financeiros Derivativos	223.099	107.816	-	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	CONSOLIDADO			
PASSIVOS FINANCEIROS	**31/12/2014**			
(Circulante / Não Circulante)	ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado	**2.100.119**	**696.974**	**1.995.889**	**2.230.386**
Fornecedores	987.132	164.216	328.433	-
Financiamentos e empréstimos	524.604	459.971	1.503.322	2.039.839
Debêntures	13.422	10.300	41.200	154.496
Folha de pagamento e obrigações estimadas	209.405	6.671	13.342	-
Outros passivos	365.556	55.816	109.592	36.051
Mensurados a valor justo por meio do resultado	**1.867**	**70.336**	**-**	**-**
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.867	70.336	-	-

	CONSOLIDADO			
PASSIVOS FINANCEIROS	**31/12/2013**			
(Circulante / Não Circulante)	ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado	**1.661.730**	**556.585**	**1.147.612**	**3.097.140**
Fornecedores	558.736	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	505.285	443.861	1.097.809	2.885.697
Debêntures	12.804	24.769	41.217	139.892
Obrigações estimadas	219.570	7.929	-	-
Outros passivos	365.335	80.026	8.586	71.551
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	**225.423**	**110.709**	**11.397**	**73.272**
Instrumentos Financeiros Derivativos	225.423	110.709	11.397	73.272

41.4. Análise de Sensibilidade dos instrumentos financeiros

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade, utilizou-se como cenário provável para 2015 previsões e/ou estimativas baseadas, fundamentalmente, em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

41.4.1. Empréstimos obtidos

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição à taxa de câmbio e índice de preços.

41.4.1.1. Depreciação dos índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2014			**Indexador**			**Saldo R$ mil**	
Moeda (Risco)	**Saldo $ mil**	**Saldo R$ mil**	**Provável 2014**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**
Dolar(R$/US$)	143.765	382.227	2,800	2,100	1,400	301.906	201.270
IPCA	-	2.039.292	6,60%	0,050	0,033	2.140.237	2.106.589
TJLP	-	827.295	5,50%	0,041	0,028	861.421	850.046
SELIC	-	72.925	12,50%	0,094	0,063	79.762	77.483
EURO(R$/€)	4	14	3,482	2,612	1,741	11	8
IENE(R$/¥)	5.967.883	132.487	0,025	0,018	0,012	109.660	73.107
TOTAL		**3.454.240**				**3.492.997**	**3.308.502**

CONTROLADORA							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2013			**Indexador**			**Saldo R$ mil**	
Moeda (Risco)	**Saldo $ mil**	**Saldo R$ mil**	**Provável 2014**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**
Dolar(R$/US$)	155.547	381.089	2,450	1,838	1,225	285.817	190.545
IPCA	-	2.380.752	6,00%	4,50%	3,00%	2.487.886	2.452.175
TJLP	-	449.916	5,00%	3,75%	2,50%	466.788	461.164
SELIC	-	72.875	10,50%	7,88%	5,25%	78.614	76.701
EURO(R$/€)	14	46	3,379	2,534	1,690	35	23
IENE(R$/¥)	5.761.383	145.763	0,025	0,019	0,013	109.322	72.882
TOTAL		**3.430.441**				**3.428.461**	**3.253.488**

CONSOLIDADO							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2014			**Indexador**			**Saldo R$ mil**	
Moeda (Risco)	**Saldo $ mil**	**Saldo R$ mil**	**Provável 2014**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**
Dolar(R$/US$)	143.765	382.227	2,800	2,100	1,400	301.906	201.270
IPCA	-	2.039.292	6,60%	0,050	0,033	2.140.237	2.106.589
TJLP	-	827.295	5,50%	0,041	0,028	861.421	850.046
SELIC	-	72.925	12,50%	0,094	0,063	79.762	77.483
EURO(R$/€)	4	14	3,482	2,612	1,741	11	8
IENE(R$/¥)	5.967.883	132.487	0,025	0,018	0,012	109.660	73.107
TOTAL		**3.454.240**				**3.492.997**	**3.308.502**

CONSOLIDADO							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2013			**Indexador**			**Saldo R$ mil**	
Moeda (Risco)	**Saldo $ mil**	**Saldo R$ mil**	**Provável 2014**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**
Dolar(R$/US$)	155.547	381.089	2,450	1,838	1,225	285.817	190.545
IPCA	-	2.380.752	6,00%	4,50%	3,00%	2.487.886	2.452.175
TJLP	-	1.176.004	5,00%	3,75%	2,50%	1.220.104	1.205.404
SELIC	-	72.875	10,50%	7,88%	5,25%	78.614	76.701
EURO(R$/€)	14	46	3,379	2,534	1,690	35	23
IENE(R$/¥)	5.761.383	145.763	0,025	0,019	0,013	108.026	72.017
TOTAL		**4.156.529**				**4.180.481**	**3.996.864**

41.4.1.2. Apreciação dos índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2014			**Indexador**			**Saldo R$ mil**	
Moeda (Risco)	**Saldo $ mil**	**Saldo R$ mil**	**Provável 2014**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**
Dolar(R$/US$)	143.765	382.227	2,800	3,500	4,200	503.176	603.811
IPCA	-	2.039.292	6,60%	0,083	0,099	2.207.534	2.241.182
TJLP	-	827.295	5,50%	0,069	0,083	884.172	895.547
SELIC	-	72.925	12,50%	0,156	0,188	84.320	86.598
EURO(R$/€)	4	14	3,482	4,353	5,223	19	23
IENE(R$/¥)	5.967.883	132.487	0,025	0,031	0,037	182.766	219.320
TOTAL		**3.454.240**				**3.861.986**	**4.046.481**

CONTROLADORA							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2013			**Indexador**			**Saldo R$ mil**	
Moeda (Risco)	**Saldo $ mil**	**Saldo R$ mil**	**Provável 2014**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**
Dolar(R$/US$)	155.547	381.089	2,450	3,063	3,675	476.361	571.634
IPCA	-	2.380.752	6,00%	7,50%	9,00%	2.559.308	2.595.020
TJLP	-	449.916	5,00%	6,25%	7,50%	478.036	483.660
SELIC	-	72.875	10,50%	13,13%	15,75%	82.440	84.353
EURO(R$/€)	14	46	3,379	4,224	5,069	58	69
IENE(R$/¥)	5.761.383	145.763	0,025	0,031	0,038	180.043	216.052
TOTAL		**3.430.441**				**3.776.246**	**3.950.787**

CONSOLIDADO							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2014			**Indexador**			**Saldo R$ mil**	
Moeda (Risco)	**Saldo $ mil**	**Saldo R$ mil**	**Provável 2014**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**
Dolar(R$/US$)	143.765	382.227	2,800	3,500	4,200	503.176	603.811
IPCA	-	2.039.292	6,60%	0,083	0,099	2.207.534	2.241.182
TJLP	-	827.295	5,50%	0,069	0,083	884.172	895.547
SELIC	-	72.925	12,50%	0,156	0,188	84.320	86.598
EURO(R$/€)	4	14	3,482	4,353	5,223	19	23
IENE(R$/¥)	5.967.883	132.487	0,025	0,031	0,037	182.766	219.320
TOTAL		**3.454.240**				**3.861.986**	**4.046.481**

CONSOLIDADO							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2013			**Indexador**			**Saldo R$ mil**	
Moeda (Risco)	**Saldo $ mil**	**Saldo R$ mil**	**Provável 2014**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**
Dolar(R$/US$)	155.547	381.089	2,450	3,063	3,675	476.361	571.634
IPCA	-	2.380.752	6,00%	7,50%	9,00%	2.559.308	2.595.020
TJLP	-	1.176.004	5,00%	6,25%	7,50%	1.249.504	1.264.204
SELIC	-	72.875	10,50%	13,13%	15,75%	82.440	84.353
EURO(R$/€)	14	46	3,379	4,224	5,069	58	69
IENE(R$/¥)	5.761.383	145.763	0,025	0,031	0,038	180.043	216.052
TOTAL		**4.156.529**				**4.547.714**	**4.731.331**

41.4.2. Derivativos embutidos

41.4.2.1. Indexados ao preço do alumínio

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do alumínio no mercado internacional (nota 41.3.3).

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US$ 1.450), logo o valor tende a zero, impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%), a grande variação apresentada refere-se à aplicação dos referidos percentuais nos valores de câmbio, preço de alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

CONTROLADORA / CONSOLIDADO					
	Saldo em 31 de dezembro	**Cenário I (-25%) Índices e preços**	**Cenário II (-50%) Índices e preços**	**Cenário I (+25%) Índices e preços**	**Cenário II (+50%) Índices e preços**
2014	259.911	7.084	-	643.998	842.464
2013	216.155	-	-	587.693	1.067.039

41.4.2.2. Debêntures

Foram realizadas análises de sensibilidade do contrato de debêntures, por possuírem cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia (nota 14).

Na análise a seguir foram considerados cenários para a TJLP com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 2014 e 2015 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório FOCUS, divulgado pelo Banco Central.

Foram realizadas análises de sensibilidade para a curva de pagamento do serviço da dívida contratada com o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), por possuírem cláusula contratual referente à opção de conversibilidade em 50% em ações da companhia na data da efetiva liquidação do papel.

De acordo com o CPC 38, os contratos híbridos que tenham a eles associados elementos voláteis, sejam eles índices de preços e/ou commodities, devem ser marcados a mercado. Com isso, as demonstrações financeiras passam a refletir o valor justo da operação em cada data avaliada.

Desta forma, foi sensibilizada para o contrato uma variação sobre a expectativa de realização da TJLP. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

	Saldo em 31 de dezembro	**Cenário I (-25%) Índices e preços**	**Cenário II (-50%) Índices e preços**	**Cenário I (+25%) Índices e preços**	**Cenário II (+50%) Índices e preços**
2014	72.203	67.176	61.846	76.875	81.165
2013	89.885	85.081	79.919	94.304	98.330

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

41.5. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

(Circulante / Não circulante)	CONTROLADORA							
	31/12/2014				31/12/2013			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total
ATIVOS FINANCEIROS								
Mensurados a valor justo por meio do resultado	**1.809.629**	**259.911**	**-**	**2.069.540**	**1.935.004**	**216.155**	**-**	**2.151.159**
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	296.950	-	-	296.950	272.874	-	-	272.874
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	1.512.679	-	-	1.512.679	1.662.130	-	-	1.662.130
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14)	-	259.911	-	259.911	-	216.155	-	216.155
PASSIVOS FINANCEIROS								
Mensurados a valor justo por meio do resultado	**-**	**72.203**	**-**	**72.203**	**-**	**420.801**	**-**	**420.801**
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14)	-	72.203	-	72.203	-	420.801	-	420.801

(Circulante / Não circulante)	CONSOLIDADO							
	31/12/2014				31/12/2013			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total
ATIVOS FINANCEIROS								
Mensurados a valor justo por meio do resultado	**1.856.703**	**259.911**	**-**	**2.116.614**	**2.057.454**	**216.155**	**-**	**2.273.609**
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	344.024	-	-	344.024	395.324	-	-	395.324
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	1.512.679	-	-	1.512.679	1.662.130	-	-	1.662.130
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14)	-	259.911	-	259.911	-	216.155	-	216.155
PASSIVOS FINANCEIROS								
Mensurados a valor justo por meio do resultado	**-**	**72.203**	**-**	**72.203**	**-**	**420.801**	**-**	**420.801**
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14)	-	72.203	-	72.203	-	420.801	-	420.801

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado, utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia, é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100, classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras estimadas na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

NOTA 42 – SEGUROS

Para proteção do seu patrimônio, a Companhia administra por meio da contratação de seguros os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o seu patrimônio, bem como os riscos sujeitos ao seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A importância segurada apresenta um valor global de R$ 4.559.365 (2013 - R$ 4.559.365) na controladora.

RISCO	CONTROLADORA		
	PERÍODO DE VIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO
Engenharia, modalidade de funcionamento operacional (nota 42.1)	26/12/2014 a 26/12/2015	4.310.692	25.480
Transporte Nacional	17/03/2014 a 17/03/2015	200	-
Incêndio, raio e explosão (nota 42.2)	09/12/2014 a 09/12/2015	61.719	-
Seguro de Pessoas	30/04/2014 a 30/04/2015	-	6.617
Incêndio, raio e explosão - Regionais (nota 42.2)	04/05/2014 a 04/05/2015	86.754	12
Seguro Garantia Participação de Leilão	16/10/2014 a 16/10/2015	-	286
Responsabilidade civil (nota 42.3)	14/12/2013 a 14/12/2014	100.000	718
TOTAL		**4.559.365**	**33.113**

RISCO	CONTROLADA		
	PERÍODO DE VIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO
Garantia de fiel cumprimento da obra	31/03/2014 a 31/03/2015	-	19
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	26/09/2014 a 26/09/2015	-	15

Historicamente, a Companhia e sua controlada não sofreram perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

42.1. Seguro de risco de engenharia - modalidade funcionamento operacional

Cobertura de seguros aplicada para danos materiais, quebra de máquinas, danos elétricos e defeitos mecânicos para os equipamentos em funcionamento operacional nas usinas hidroelétricas, termelétricas e subestações de propriedade da Companhia.

42.2. Seguro de incêndio, raio e explosão

Cobertura de seguros aplicada contra Incêndio, raio e explosão para os prédios e conteúdos do edifício sede em Brasília, escritório da Companhia em São Paulo, e a todos os bens móveis e imóveis, utensílios e instalações dos escritórios, unidades de apoio e Unidades Descentralizadas de propriedade ou sob responsabilidade da Companhia.

42.3. Seguro de responsabilidade civil geral

Cobertura de seguros aplicada para danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros, danos morais e poluição e/ou contaminação ambiental, súbita e acidental de responsabilidade da Companhia.

NOTA 43 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

Em atendimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresentamos a seguir a maior e menor remuneração pagas a empregados e dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2014 e de 2013:

Valores em (R$)	2014		2013	
	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
Diretores	**36.836,78**	**35.082,64**	**34.883,31**	**33.222,20**
Empregados				
Salário Base	28.703,82	2.819,75	26.554,42	2.608,59
Produtividade 50/88	1.250,34	-	1.156,71	-
Gratificação de função	8.424,99	-	7.794,11	-
Irredutibilidade Salarial	2.554,64	-	2.363,34	-
Gratificação por tempo de serviço	14.326,83	-	13.254,00	156,52
	55.260,62	**2.819,75**	**51.122,58**	**2.765,11**

Valores em (R$)	SALÁRIO MÉDIO	REMUNERAÇÃO MÉDIA	SALÁRIO MÉDIO	REMUNERAÇÃO MÉDIA
Diretores	-	35.433,47	-	33.554,42
Empregados	8.849,80	12.237,36	7.998,45	11.112,05

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os Diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nestas demonstrações financeiras.

Brasília – DF, 26 de março de 2015.

TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO
Diretor Presidente
ANTONIO M. A. BARRA
Diretor Econômico-Financeiro
ADHEMAR PALOCCI
Diretor de Planejamento e Engenharia
RICARDO GONÇALVES RIOS
Diretor de Gestão Corporativa
WADY CHARONE JÚNIOR
Diretor de Operação

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE
JOSÉ FRANCISCO DE ABREU
Contador - CRC-DF-003586/O-5

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES
Presidente
MARTHA LYRA NASCIMENTO
Conselheiro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LUIZ ALBERTO DOS SANTOS
Conselheiro
ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL
Conselheiro
TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO
Conselheiro
PAULO CESAR NOBUO KOJIMA
Conselheiro

CONSELHO FISCAL
JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA
Presidente
JOÃO VICENTE AMATO TORRES
Conselheiro
GUSTAVO GONÇALVES MANFRIM
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, aos Conselheiros e aos Diretores da
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte ("Companhia") individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, a Eletronorte aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória nº 579 (Lei n° 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

Os saldos residuais dos ativos de transmissão, existentes em 31 de maio de 2000, foram avaliados pela Eletronorte, e os respectivos laudos estão sendo objeto de análise para posterior homologação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, objetivando recebimento de indenização.

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos residuais dos ativos de transmissão, registrados nas demonstrações financeiras, referentes às avaliações citadas anteriormente, montam a R$ 1.733 milhões e foram determinados pela Eletronorte a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e a realização destes.

Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18, a Eletronorte possui, em 31 de dezembro de 2014, créditos a receber da Centrais Elétricas de Rondônia – CERON oriundos da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, no montante de R$ 1.325 milhões, referente ao contrato de suprimento da usina Termo Norte II. Os recursos para liquidação dos referidos créditos dependem de inclusão no orçamento da CCC.

Nossa opinião não contém modificação em função desses assuntos.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.9, em função de notícias veiculadas na mídia a respeito do suposto envolvimento da Companhia e/ou suas investidas no processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "Lava Jato", a Administração da Companhia adotou algumas ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema. Algumas dessas ações ainda estão em curso, porém, com base nas informações conhecidas pela Companhia até o momento, na avaliação da Administração, eventuais impactos relacionados a este assunto, se houver, não seriam materiais nas Demonstrações Financeiras relativas a 2014. Entretanto, como a operação "Lava Jato" ainda está em andamento, existe incerteza sobre futuros desdobramentos decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas e seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Continuidade operacional de empreendimentos controlados em conjunto

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 19.3, as empresas investidas Amapari Energia S.A., Energética Águas das Pedras, Construtora Integração Ltda, Manaus Transmissora de Energia S.A., Manaus Construtora Ltda., Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A., Linha Verde Transmissora de Energia S.A. e Transnorte Energia S.A., nas quais a Companhia participa com 49,0%, 24,5%, 24,5%, 30,0%, 30,0%, 24,5%, 100% e 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2014, capital de giro negativo total e passivo a descoberto total nos montantes de R$ 298.667 mil e R$ 93.044 mil, respectivamente.

A Companhia mantém investimentos na Norte Energia S.A., Transnorte Energia S.A. e Amapari Energia S.A., as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos de Belo Monte, na construção, a implantação, a operação e a manutenção da Linha de Transmissão de Energia Elétrica LT 500 kV - Lechuga - Equador - Boa Vista, e em projetos de implantação e exploração de Usina Termelétrica, respectivamente. Esses gastos, de acordo com as estimativas da Administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos, exceto quanto aos valores de impairment dos ativos relacionados. A conclusão das obras, e consequente início das operações, dependem da capacidade dessas empresas de continuarem a obter os recursos necessários para continuidade e conclusão dos projetos.

A continuidade operacional das empresas controladas em conjunto citadas acima depende da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas.

Nossa opinião não contém modificação em função desses assuntos.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 24 de março de 2014, que contém modificação de opinião relacionada com a limitação dos trabalhos decorrente da ausência de evidência apropriada e suficiente de parcela do saldo de investimentos societários e dos resultados por eles produzidos. Adicionalmente, o referido relatório contém parágrafo de ênfase sobre os mesmos assuntos mencionados no parágrafo de ênfase acima relativo a valores a receber sujeitos à aprovação do regulador.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 26 de março de 2015
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
ANSELMO NEVES MACEDO
Contador CRC 1SP160482/O-6
DANILO SIMAN SIMÕES
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, complementadas pelas Notas Explicativas e o Relatório da Administração, bem como a proposta de distribuição de dividendos, a qual leva em consideração a distribuição de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2014. Com base nos exames efetuados, bem como considerando o Parecer da KPMG Auditores Independentes, de 26 de março de 2015, opina que os referidos documentos retratam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa e recomenda que os mesmos sejam submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

Brasília - DF, 26 de março de 2015
JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA
JOÃO VICENTE AMATO TORRES
GUSTAVO GONÇALVES MANFRIM

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BOA VISTA ENERGIA S/A

RELATÓRIO ANUAL DE ADMINISTRAÇÃO 2014

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Boa Vista Energia S/A apresenta o Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

No exercício de 2014, dando continuidade ao Plano Estratégico 2012-2020 e aos objetivos estratégicos empresariais, definido no modelo de gestão estabelecido para as Empresas de Distribuição da Eletrobras, foi desenvolvido o Plano Diretor de Negócios e Gestão - PDNG 2014-2018 com foco na expansão sustentável e na eficiência operacional da Empresa. Desta forma, ações foram priorizadas das quais destacaram-se:

- Melhoria na estrutura de capital, com foco na redução das despesas financeiras;
- Continuidade na parceria com o Banco Mundial em projetos de infraestrutura, melhorias operacionais e combate às perdas de energia elétrica;
- Combate à inadimplência, com foco na diminuição do estoque dos débitos em atraso.

Ao passo que o ano de 2013 foi marcado pela redução de tarifa em função da Lei nº 12.783 de 11/01/2013, o ano de 2014 foi marcado pelo grande aumento no preço de compra da energia adquirida para revenda, em decorrência da pouca água nos reservatórios das hidrelétricas. Desta forma, as distribuidoras tiveram que recorrer às usinas termelétricas, que produzem energia mais cara, o que consequentemente impacta na tarifa final cobrada do consumidor.

Foram investidos em 2014, R$ 20,76 milhões nos segmentos de distribuição, comercialização e infraestrutura com vistas a garantir a qualidade e continuidade dos serviços prestados aos clientes.

A Empresa apresentou uma ROL de R$ 207,31 milhões, obtendo uma variação positiva aproximada de 8,79% se comparado com o mesmo período de 2013, baseado principalmente nos aumentos do reajuste tarifário e no crescimento de mercado.

A classe industrial apresentou no exercício de 2014, o maior crescimento, com aumento de 17,90% em relação ao ano anterior, seguida das classes iluminação pública, residencial e rural, com aumentos de 16,73%, 15,99% e 15,14%, respectivamente.

O ano de 2014 também foi marcado pela contratação, em caráter emergencial, de empresas para geração termelétrica local, com o objetivo de garantir as condições de infraestrutura e segurança no abastecimento de energia elétrica no Estado de Roraima.

Recebemos a certificação da ISO 9001:2008 para os processos de operação do sistema elétrico, coleta de dados e apuração de indicadores de continuidade e no processo de atendimento comercial.

Diante desses esforços e das conquistas aqui comentadas, estamos cientes de que um dos maiores desafios da Empresa para o próximo exercício será conquistar o seu equilíbrio econômico-financeiro e, melhorar a capacidade de investimento na expansão e manutenção do sistema elétrico, de forma a garantir sustentação do negócio distribuição, alcançando os níveis de rentabilidade e qualidade, definidos pela agência reguladora - ANEEL.

2. AMBIENTE ECONÔMICO PARA A ÁREA DE CONCESSÃO

Atualmente, o mercado de energia comercializada na capital de Roraima vem demonstrando crescimento contínuo, registrando no ano de 2014 uma taxa de crescimento de 13,11% em relação ao ano anterior. A classe Industrial foi a que apresentou maior crescimento percentual, com aumento de 17,90% em relação a 2013. O alto crescimento dessa classe pode ser atribuído, em parte, a base baixa de comparação verificada em 2013, aliada a leve tendência de recuperação da atividade industrial em Boa Vista.

No ambiente econômico-financeiro, a Empresa apresentou em 2014 um prejuízo de R$ 51,70 milhões em suas Demonstrações Contábeis. Seus maiores impactos ocorreram nas atualizações monetárias, juros e multas decorrentes da aquisição de combustível para geração adquiridos junto à Petrobrás, energia elétrica comprada para a revenda junto à Eletronorte, ações judiciais trabalhistas e atualização do valor devido referente à Subestação Distrito transferida em 2009 da Eletronorte para a Eletrobras Distribuição Roraima.

2.1 PERFIL

2.1.1 A ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RORAIMA

O ano de 1989 foi marcado pelo surgimento da Regional da Eletronorte em Boa Vista, com a encampação de parte da Empresa Energética de Roraima - CERR, pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. Esta regional surgiu com o propósito de empresa de distribuição, comercialização e geração de energia elétrica, assumindo assim as atividades até então desenvolvidas pela CERR na Capital.

Já em 23 de dezembro de 1997, foi criada a Boa Vista Energia S/A denominada neste relatório de "Empresa", começando a atuar no município de Boa Vista em 3 de fevereiro de 1998, a partir da assinatura do "Termo de Compromisso de Assunção de Direitos e Obrigações", juntamente com a Eletronorte. Atua no mercado de acordo com a legislação e normas que regem o Setor Elétrico Brasileiro, conforme Contrato de Concessão nº 021/2001, estabelecido com o Poder Concedente por meio do Órgão Regulador, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Seu Estatuto foi publicado no Diário Oficial da União, nº 31, em 13 de fevereiro de 1998, seção 01, páginas 55 e 56.

Como consequência, se tornou uma Sociedade Anônima Fechada - Empresa Pública, sendo uma subsidiária integral da Eletronorte, inscrita no CNPJ nº 02.341.470/0001-44, controlada pela Eletrobras e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A partir de julho de 2001, com a construção da Linha de Transmissão em tensão de 230 kV, a Subestação de Santa Elena do Uairen na Venezuela, pertencente a CVG EDELCA, foi interligada à Subestação Boa Vista de propriedade da Eletronorte, situada na região do Monte Cristo, zona rural deste município. Dessa Subestação derivam as linhas de Subtransmissão de 69 KV, interligando as 03 (três) Subestações da Boa Vista Energia S/A, SE Centro, SE Floresta e SE Distrito.

Além de atender o mercado do município de Boa Vista a empresa subsidia a CERR, fornecendo energia para oito municípios: Cantá, Bonfim, Alto Alegre, Mucajaí, Iracema, Caracaraí, São Luiz do Anauá e Rorainópolis.

Com o Plano de Transformação do Sistema Eletrobras, foi definida e implantada uma nova arquitetura de marca para as empresas que compõem o Sistema Eletrobras. Nesse contexto, como participante desse Sistema, a Boa Vista Energia S/A com a nova arquitetura e marca construída, a partir de março de 2010 passou a se chamar Eletrobras Distribuição Roraima - EDRR, ficando sob a gestão da Holding Eletrobras.

A partir de março/2010, a Eletrobras criou uma estrutura organizacional específica denominada Diretoria de Distribuição, constituída de um único corpo de Diretores para gerir os negócios e operações das Empresas de Distribuição da Eletrobras, sendo o Conselho de Administração reestruturado e os estatutos reformulados para esta adequação.

Assim, as atividades de distribuição foram reunidas para garantir um tratamento único e possibilidade de sinergia entre as distribuidoras.

Com foco na gestão centralizada, iniciou-se ainda em 2010 os estudos necessários para o processo de transferência acionária da Boa Vista Energia S.A., estudos estes, concluídos em fevereiro de 2013 com a assinatura do aditivo do Contrato de Concessão nº 021/2001, passando a ser uma subsidiária integral da Eletrobras, se desvinculando societariamente da Eletronorte.

Em junho de 2014 foi aprovada uma nova modelagem de funcionamento da alta administração da Empresa, passando a atuar com um diretor - presidente local, com diretorias corporativas, sob a coordenação do Diretor de Distribuição da Eletrobras.

3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E DIRECIONAMENTOS

3.1 DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

A Eletrobras Distribuição Roraima é suprida pelo sistema elétrico Venezuelano através da Eletrobras Eletronorte - Subestação Boa Vista, que por sua vez transmite energia para as Subestações: Floresta, Centro e Distrito.

A empresa também realiza o suprimento à Companhia Energética de Roraima - CERR, por meio de três conexões de distribuição em 13,8kV e uma conexão em 69KV, onde nove municípios são atendidos por esta conexão.

3.2 SUPRIMENTO DE ENERGIA

O Suprimento de energia elétrica através do Sistema interligado Brasil/Venezuela ao Estado de Roraima deu-se em junho/2001, quando a demanda suprida era de 60 MW. Depois de quase dez anos de interligação, com o crescimento gradual da demanda e com características peculiares do sistema de transmissão venezuelano, a grande distância entre a fonte geradora aliado ao fato da ocorrência de estiagem naquele país, o estado de Roraima passou a sofrer consequências face à precariedade, cada vez mais acentuada da energia suprida oriunda da Venezuela.

3.3 GERAÇÃO DE ENERGIA

Diante do cenário apresentado pelo sistema supridor, a Eletrobras Distribuição Roraima atuou em 2014 com o compromisso de sanar deficiências apresentadas pelo sistema supridor atual, e para isso desenvolveu soluções que mitigassem o risco de descontinuidade do sistema.

A empresa gerencia e fiscaliza dois contratos de geradoras de energia termelétrica, no qual já estão em funcionamento com o total de 60MW que contribuíram com o fornecimento de energia para a capital Boa Vista e mais 09 (nove) municípios do Estado de Roraima.

Por meio da Portaria MME-006/2014, o Ministério das Minas e Energia - MME, aprovou a contratação emergencial de 170,8MW de geração termelétrica local em 2014 e 189,1MW em 2015, com o objetivo de garantir as condições de infraestrutura e segurança no abastecimento de energia elétrica no Estado de Roraima.

Três novas usinas estão sendo construídas no município de Boa Vista, e a previsão de entrada em operação comercial está prevista para abril de 2015.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO DA CONCESSÃO

Como concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, a Companhia está sujeita às exigências estabelecidas em seu contrato de concessão e às normas definidas pela ANEEL.

Ao passo que o ano de 2013 foi marcado pela redução de tarifa em função da Lei nº 12.783 de 11/01/2013, o ano de 2014 foi marcado pelo grande aumento no preço de compra da energia adquirida para revenda.

Com pouca água nos reservatórios das hidrelétricas, as distribuidoras tiveram que recorrer às usinas termelétricas, que produzem energia mais cara, o que consequentemente impacta na tarifa final cobrada do consumidor.

As distribuidoras, desde 2013, enfrentam significativas dificuldades para cumprirem suas obrigações, dispostas especialmente na Lei nº 10.848/2004 e no Decreto nº 5.163/2004, de contratar o montante de energia elétrica necessário para garantir o atendimento à totalidade de seus respectivos mercados consumidores.

Tais dificuldades têm como origem eventos aos quais as referidas concessionárias não deram causa, alheios à sua gestão, tais como:

I. a redução compulsória de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEARs") celebrados entre geradoras e distribuidoras, determinada pela Lei nº 12.783, de 11.01.2013 ("Lei nº 12.783/2013");

II. a insuficiência das cotas de garantia física alocadas às distribuidoras, causada pela adesão de apenas parte das geradoras às condições de prorrogação de concessões determinadas pela Lei nº 12.783/2013;

III. transferência para as distribuidoras do risco hidrológico, ou seja, dos efeitos no mercado de curto prazo em decorrência de geração hidrelétrica equivalente de energia abaixo dos montantes contratuais, com a nova modalidade de contratos de cotas instituída pela Lei 12.783/2013;

IV. cancelamento ou insuficiência de oferta em leilões de energia existente nos anos de 2012, 2013 e 2014; e

V. postergação da entrada em operação comercial de usinas hidrelétricas (p.ex., UHE Jirau e UHE Santo Antônio).

Em que pese esse cenário ter dificultado sobremaneira as atividades das empresas atendidas pelo Sistema Interligado Nacional - SIN, não houve impacto direto desses eventos sobre as atividades da Eletrobras Distribuição Roraima, isso porque esta Distribuidora ainda não está conectada ao SIN.

No entanto, indiretamente, o custo da energia comprada para revenda repassado às tarifas dos consumidores de Boa Vista, sofreu aumento significativo tendo em vista que o valor desta componente da tarifa corresponde ao custo médio da energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR do SIN.

4.1 REAJUSTE TARIFÁRIO

Os contratos de concessão firmados entre as distribuidoras de energia elétrica e a União, por intermédio da ANEEL, estabelecem que anualmente deve ocorrer uma atualização do valor da energia paga pelo consumidor. Essa atualização, em função da metodologia estabelecida pela ANEEL, pode ser positiva ou negativa e ocorre anualmente, na data de aniversário da distribuidora.

Segundo o contrato de concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: A e B. Na parcela A, responsável por cerca de 70% do valor da tarifa, são relacionados os custos considerados não gerenciáveis pela distribuidora, ou seja, custos que independem de controle direto da Empresa, tais como a energia comprada para revenda aos consumidores e os encargos e tributos legalmente fixados.

Na parcela B, que representa cerca de 30% do valor da tarifa, são computados os custos chamados de gerenciáveis. São aqueles que a Empresa tem controle direto e plena capacidade de administrá-los, tais como custos de pessoal, custos de material e outras atividades vinculadas diretamente à operação e manutenção dos serviços de distribuição, custos de depreciação e a remuneração dos investimentos realizados pela Empresa para o atendimento do serviço.

No ano de 2014 ocorreu o Reajuste Tarifário Anual. O índice de reajuste para aplicação no período de novembro/2014 a outubro/2015 foi publicado na Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.816, de 29/10/2014, conforme apresentado a seguir:

Efeito Médio Percebido pelo Consumidor Cativo	
Grupo de Consumo	**Variação Tarifária**
AT - Alta Tensão (> 2,3kV)	16,78%
AT - Baixa Tensão (< 2,3kV)	17,04%
Efeito médio Geral	**16,95%**

4.2 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (PEE)

Investimento Regulatório em Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2014 foram realizados um total de R$ 616.699,34 em investimentos obrigatórios às entidades de pesquisa e desenvolvimento científico.

4.3 OUVIDORIA

A Ouvidoria é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Normativa Nº 470, de 13 de dezembro de 2011, sendo um canal permanente de comunicação entre a alta administração, o corpo funcional e a sociedade, responsável por receber, apurar, solucionar e responder as manifestações relativas à prestação do serviço e aos direitos do consumidor que não forem solucionadas pelos demais canais de atendimento disponibilizados pela distribuidora, bem como, propor melhorias no processo interno e prevenir potenciais conflitos. Em 2014 foram realizados um total 2.463 atendimentos internos e externos.

5. INVESTIMENTOS

O programa de investimento para a Eletrobras Distribuição Roraima contemplou em 2014, a execução de obras no valor de R$ 20,76 milhões nos segmentos de distribuição, comercialização e infraestrutura, com vistas a garantir a qualidade e continuidade dos serviços prestados aos clientes, conforme detalhamento abaixo:

Natureza dos Investimentos (R$ milhões)	2014	2013
Distribuição	10,92	11,21
Comercialização	4,98	4,50
Infraestrutura	4,86	2,67
Total Geral	**20,76**	**26,78**

Essa redução 2014/2013 surgiu da redefinição das fontes de financiamentos do Setor Elétrico, ocasionando uma revisão, a luz dos efeitos da Lei nº 12.111/09, do Plano de Investimentos da Empresa.

Ano	Realização (%)
2012	85,24
2013	73,73
2014	45,61
Média	**68,19**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Em termos de realização orçamentária comparada com os valores alocados ao Orçamento de Investimento, observa-se que em 2014 a empresa obteve uma realização inferior ao exercício anterior, em decorrência principalmente das limitações de recursos necessários para totalização do Plano de Investimento previsto para o exercício de 2014.

6. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O mercado de energia vendida na capital do Estado e a CERR, que supre mais nove municípios, registrou em 2014, a quantidade de 889.412MWh, representando um crescimento de 12,64% em relação a 2013.

Em relação à quantidade de energia vendida em MWh, a classe industrial apresentou no exercício de 2014, o maior crescimento, com aumento de 17,90% em relação ao ano anterior, seguida das classes iluminação pública, residencial e rural, com aumentos de 16,73%, 15,99% e 15,14%, respectivamente. O número de unidades consumidoras registrou um crescimento de 5,02% em comparação ao ano anterior, com acréscimo em 2014 de 4.875 unidades consumidoras, predominantemente impulsionado por novos clientes das classes residencial e comercial.

O aumento na quantidade de energia elétrica fornecida em 2014 se deu em função do aumento da renda dos consumidores (maior uso e posse de eletroeletrônicos), em função das altas temperaturas registradas no período, inverno menos rigoroso, redução no índice de perdas elétricas e também devido ao aumento da parcela de energia vendida à CERR (Suprimento).

No ano de 2014, a Empresa faturou com o fornecimento de energia elétrica, o total de R$ 223,3 milhões, o que representou um aumento aproximado da ordem de 7% em comparação com o ano de 2013, que registrou o valor de R$ 208,6 milhões.

6.1 INADIMPLÊNCIA

Com o objetivo de reduzir a inadimplência, além do reaviso de faturas vencidas que são informados na fatura mensal, foram realizadas 184.597 visitas, com a finalidade de informar novamente ao cliente a existência de pendências financeiras, bem como o dia em que será realizada a suspensão de fornecimento de energia elétrica caso a pendência não seja regularizada, com o intuito de evitar a suspensão de fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento. Com essa ação obteve-se 55% de sucesso.

Em 2014 foram realizadas 30.498 suspensões de fornecimento nas classes privadas (residencial, comercial, industrial e rural), obtendo-se a taxa de 93,90% de sucesso.

A negativação de clientes inadimplentes no SERASA é mais uma ação realizada pela empresa que visa à redução da inadimplência. Em 2014 foram realizadas 55.395 negativações, num total de 18,48 milhões. Desse total foram realizadas 30.853 exclusões.

Adicionalmente a essas ações foram realizadas 144 ações judiciais, totalizando 17,6 milhões de reais.

7. DESEMPENHO OPERACIONAL

7.1 QUALIDADE DO FORNECIMENTO

A Eletrobras Distribuição Roraima realiza os serviços de operação do sistema elétrico no município de Boa Vista - RR, em uma área de concessão de 5.687,037 KM², onde apresenta as seguintes características técnicas:

- Três subestações com oito transformadores de 26,6 MVA;
- 5217 transformadores rebaixadores de 13,8Kv/220V/127V;
- 3.508,86 KM quilômetros de rede que atendem 103.633 clientes.

O sistema elétrico da Eletrobras Distribuição Roraima cresceu 11,40% em relação ao ano de 2013, o que representa um acréscimo de demanda de 102.612MWh a mais distribuídos no sistema elétrico em 2014, totalizando em um consumo de 1.003.037MWh.

A Empresa, buscando melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica, operou com os indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica DEC (Duração Equivalente de Interrupções) e FEC (Frequência equivalente de interrupções) abaixo das metas estabelecidas pela ANEEL conforme quadro abaixo:

Indicador	Unidade medida	Resultados			METAS CMDE 2014	METAS ANEEL 2014
		2012	2013	2014		
DEC Global	Hora	11,89	12,94	**14,17**	12,67	21,00
FEC Global	Qtde	23,52	21,6	**19,13**	22,00	25,54
TMAE	Minuto	66,06	86,31	**64,92**	62,20	174

7.2 POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Continuamente a Eletrobras Distribuição Roraima vem procurando melhorar no atendimento e serviços ofertados a seus clientes, sendo que em 2014 foram realizados 44.302 atendimentos no posto presencial e 191.276 atendimentos via call center. A empresa fechou 2014 com 102.078 consumidores, o que representa um aumento de 5% em relação a 2013, devido a expansão habitacional de novos empreendimentos imobiliários.

7.3 CONTROLE DE PERDAS ELÉTRICAS

A perda de energia elétrica é a diferença entre o que a EDRR compra da Eletrobras Eletronorte (energia requerida), acrescida da parcela gerada pelas Usinas Térmicas (energia requerida gerada) e o que é vendido (consumo interno + mercado próprio + suprimento) para os consumidores, calculando-se a média dessa equação nos últimos doze meses.

As inúmeras ações realizadas ao longo do ano, como medidas de inspeção e regularização dirigidas para unidades consumidoras de grande porte, recadastramento da iluminação pública, e melhorias do processo de faturamento, além das ações contínuas de combate às perdas não técnicas, com o objetivo de reduzir o índice de perdas da Empresa, resultou no registro de 11,53% de perdas globais em 2014, o menor índice nos últimos anos, ficando abaixo da meta imposta pela ANEEL, 11,54%.

Perdas de Energia Elétrica Anualizada (%)

2009	2010	2011	2012	2013	2014	ANEEL
17,09	16,14	15,78	12,25	12,12	11,53	11,54

A redução das perdas de energia elétrica representa um dos maiores desafios da Eletrobras Distribuição Roraima, principalmente as perdas não técnicas decorrentes dos procedimentos irregulares nos equipamentos de medição por parte dos consumidores, visto que as perdas comerciais estão correlacionadas com o desenvolvimento socioeconômico da região.

Ações de combate às perdas em 2014

- 26.755 suspensões de fornecimento em unidades consumidoras na condição de clandestinas;
- 27.375 inspeções realizadas;
- 6.771 unidades consumidoras regularizadas, antes na condição de clandestinas;
- 1.708 processos de recuperação de faturamento encerrados;
- 3.489 MWh recuperados por meio do processo de recuperação de faturamento, totalizando um valor de R$ 1.453.762,75.

8. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Dados Econômico-Financeiros (R$ milhões)	2012	2013	2014	%
Receita Operacional Bruta	255,58	244,08	264,72	8,46
Receita Operacional Líquida	192,48	190,56	207,31	8,79
LAJIDA	-106,68	10,75	-51,87	-582,31
Resultado do Serviço	-113,45	1,45	-61,26	-4333,79
Resultado Financeiro	-24,70	4,09	-11,88	-390,70
Lucro/Prejuízo Líquido	-148,97	53,25	-51,70	-197,06
Ativo Total	268,11	323,21	525,70	62,65
Patrimônio Líquido	-71,87	-15,91	-69,73	338,31
Indicadores Econômico-Financeiros(%)	**2012**	**2013**	**2014**	**%**
Margem LAJIDA	-7,03	-21,35	-8,94	-58,15
Margem Líquida	-77,39	27,95	-24,93	-189,22
Cobertura do Serviço da Dívida	-36,67	-47,22	-216,30	358,08
Rentabilidade do Capital Próprio	-207,26	334,76	-74,13	-122,14
Participação do Capital Próprio	-15,80	-4,92	-13,26	169,48
Grau de Endividamento	115,80	104,92	113,26	7,95
Ações (und.)	**2012**	**2013**	**2014**	**%**
Valor Patrimonial da Ação (lote mil ações)	-0,22	-0,05	-0,22	338,31
Lucro/Prejuízo Líquido por Ação	-0,46	0,17	0,16	-197,06

9. GESTÃO DE PESSOAS

A Eletrobras Distribuição Roraima, juntamente com todas as demais empresas que compõem o Grupo Eletrobras, prima pela valorização e qualificação de sua Força de Trabalho. Para tanto, possui políticas de Gestão de Pessoas, visando garantir cada vez mais qualidade de vida e condições de trabalho para seus colaboradores.

Mantem grupos de trabalho para discussão, unificação e implantação das melhores práticas e políticas.

No âmbito da unificação das políticas, destacamos o Grupo de Trabalho para Gestão de Pessoas, composto pelos gerentes das áreas de Gestão de Pessoas de cada empresa, sob a coordenação da Eletrobras. O GT tem como objetivo elaborar um Plano de Gestão Integrada de Pessoas do Sistema Eletrobras sendo dividido em quatro subgrupos, dedicado aos temas: Carreira e Remuneração; Avaliação e Desempenho; Administração de Pessoal; e Benefícios Assistenciais, Saúde e Segurança do Trabalho.

Em 2014 a Empresa contratou 24 novos empregados, atendendo ao Projeto Primarização, que tem como objetivo substituir a mão de obra terceirizada por empregados efetivos, em atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC assinado com o Ministério Público. A primeira atividade encerrada com a Primarização foi o contrato de Inspeção.

Até 31 de dezembro de 2014, a Empresa dispunha de 290 (duzentos e noventa) empregados no quadro próprio. Além disso, visando a promoção da cidadania, cumpre com a Lei de Aprendizagem, assegurando o direito à qualificação profissional de jovens para o trabalho comunitário. Mantêm 10 jovens aprendizes, pertencentes a famílias de baixa renda, contratados como aprendizes junto ao SENAI, e oferece oportunidades de estágio a 57 estudantes, adequado às demandas de preparação de jovens para o mercado do trabalho, com estagiários de nível Médio, Técnico e Superior, remunerados, com carga diária de 4 a 6 horas.

9.1. TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

A Eletrobras Distribuição Roraima é uma Empresa que prima pela valorização e qualificação de sua Força de Trabalho, ofertando capacitações em diversas áreas do conhecimento, garantindo que empregados de todas as áreas sejam contemplados com qualificação e desenvolvimento.

Em 2014 foram realizadas 265 ações educacionais, totalizando R$ 495.155,00 investidos em capacitação.

10. GESTÃO DE RISCOS

Na implementação da nova Estrutura Organizacional em abril de 2014 foi criada uma Área de Riscos Corporativos, Seguros e SOX.

Com o objetivo de se criar uma base para os normativos internos de cada uma das empresas, foi aprovada a Política de Gestão de Riscos, onde estão definidos os principais objetivos, processos e responsabilidades. Esta Política foi atualizada e aprovada pela Eletrobras Distribuição Roraima em dezembro de 2014.

11. A EMPRESA EM NÚMEROS

11.1 NORMAS E QUALIDADE

Certificação da ISO 9001:2008

A Empresa aderiu ao Sistema de Gestão da Qualidade, Certificação ISO 9001, como forma de promover melhorias em seus processos, obtendo a certificação da Norma ISO 9001:2000 em julho de 2007, através da Auditoria de Certificação realizada pela TÜV Rheinland Brasil em dois processos que envolvem: O Atendimento Comercial e a Operação do Sistema Elétrico.

O ano de 2014 foi bastante desafiador devido a necessidade de uma completa reestruturação de todo Sistema de Gestão da Qualidade e ser o ano de recertificação. Foi idealizado um projeto montado dentro dos critérios do PMP e seguindo as diretrizes do Escritório de Projetos da Eletrobras Distribuição Roraima. O projeto levou oito meses, sendo a realização plenamente exitosa. Há que se destacar que o conhecimento para reestruturação foi 100% da Empresa, tendo sido dispensado qualquer tipo de consultoria ou serviços de terceiros. A Eletrobras Distribuição Roraima permanece com a certificação ISO 9001.

11.2 SATISFAÇÃO DO CLIENTE

Pesquisa ABRADEE

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE realiza desde 1999 a Pesquisa de Satisfação com consumidores residenciais de todo país. A pesquisa atende aos Contratos de Concessões das distribuidoras. Essa Pesquisa de Satisfação é a percepção do consumidor com relação aos produtos e serviços prestados pela empresa, uma excelente ferramenta de Gestão. A Eletrobras Distribuição Roraima participa da pesquisa desde o ano 2000. Conforme demonstrado abaixo, o Índice de Satisfação Geral - ISG obtido pela empresa desde o seu início é:

Índice de Satisfação Geral - ISG

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
61,0	71,7	71,0	79,7	69,1	59,2	81,1	69,9	80,0	58,8	73,6	79,3	75,50	64,00	57,33

Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor - IASC

O Índice Aneel de Satisfação do Consumidor - IASC é o resultado da pesquisa junto ao consumidor residencial realizado anualmente pela ANEEL cujo objetivo é avaliar o grau de satisfação dos consumidores residenciais com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica. A seguir, o histórico dos resultados obtidos pela Eletrobras Distribuição Roraima:

Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor - IASC

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
61,0	65,2	62,3	56,9	57,8	50,9	34,4	58,9	58,4	40,8	62,5	-	65,20	58,73	75,5

A ANEEL não divulgou o resultado em 2011.

12. BALANÇO SOCIAL

Balanço Social - Informações de Natureza Social e Ambiental

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e distribuição de riqueza	Em 2014		Em 2013	
Distribuição do Valor Adicionado A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	% governo % acionistas	% empregados % financiadores % outros	% governo % acionistas	% empregados % financiadores % outros
2 - RECURSOS HUMANOS **2.1 - Remuneração**	**Em 2014**		**Em 2013**	
Folha de pagamento bruta (FPB)	51.662.228		59.628	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

- Empregados	51.362.293			59.306		
- Administradores	299.934			322		
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	11,91			21,80		
- Administradores	1,0			1,0		
2.2 - Benefícios Concedidos	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Encargos Sociais	14.063	0,03%	6,79%	14.063	23,58%	7,39%
Alimentação	3.765	0,01%	1,82%	3.484	5,84%	1,83%
Transporte	351	0,00%	0,17%	305	0,51%	0,16%
Previdência privada	2.739	0,01%	1,32%	1.927	3,23%	1,01%
Saúde	3.091	0,01%	1,49%	2.814	4,72%	1,48%
Segurança e medicina do trabalho	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação ou auxilio Creche	430	0,00%	0,21%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	0,00%	0,00%	376	0,63%	0,20%
Creches ou auxílio creche	350	0,00%	0,17%	330	0,55%	0,17%
Participação nos lucros ou resultados	3.366	0,01%	1,63%	4.020	6,74%	2,11%
Outros	-	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Total	**28.155**	**0,05%**	**13,60%**	**27.319**	**45,82%**	**14,35%**
2.3 - Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício	290			261		
Nº de admissões	24			-		
Nº de demissões	6			18		
Nº de estagiários no final do exercício	57			57		
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	5			6		
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	57			269		
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	215			187		
- Feminino	75			74		
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	0			-		
- De 18 a 35 anos	93			80		
- De 36 a 60 anos	185			173		
- Acima de 60 anos	12			8		
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	0			-		
- Com ensino fundamental	32			32		
- Com ensino médio	86			71		
- Com ensino técnico	114			103		
- Com ensino superior	58			55		
- Pós-graduados						
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	63,82%			62,00%		
- Feminino	36,17%			38,00%		
2.4 - Contingências e passivos trabalhistas:						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	60			15		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	2			3		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	11			7		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	619			1.404		
3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
3.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde e infra-estrutura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Alimentação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos	**-**	**0,00%**	**0,00%**	**-**	**0,00%**	**0,00%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	55.480	138,92%	-26,80%	51.018	83,22%	26,80%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total - Relacionamento com a Comunidade	**55.480**	**138,92%**		**51.018**		
3.2 - Interação com os Fornecedores	**São exigidos controles sobre:**					
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores						
4 - Interação com o Meio Ambiente	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente	-	0,00%	0,00%	3	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados		0,00%	0,00%	9	0,01%	0,00%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	2	-0,01%	0,00%	2	-0,01%	0,00%
Investimentos e gatos com educação ambiental para a comunidade		0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	27	-0,07%	0,01%	-	0,00%	0,00%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade		0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente		0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Passivos e contigências ambientais		0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total da Interação com o meio ambiente	**29**	**-0,07%**	**0,01%**	**14**	**0,01%**	**0,006304%**
5 - Outras informações						
Receita Líquida (RL)	207.017			190.340		
Resultado Operacional (RO)	(39.937)			61.308		

13. AGRADECIMENTOS

A Eletrobras Distribuição Roraima agradece o esforço de todos os seus empregados, colaboradores, clientes e fornecedores. Em especial aos seus acionistas, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, Governos Federal, Estadual, Municipal, à Agência Reguladora e outras autoridades interessadas.

A DIRETORIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	**Notas**	**31/12/14**	**31/12/13**
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.286	7.502
Clientes	5	51.871	35.604
Direito de ressarcimento	6	146.857	56.278
Almoxarifado		1.709	1.731
Tributos a recuperar	7	8.797	5.116
Outros	8	13.209	7.264
		229.729	**113.495**
NÃO CIRCULANTE			
Clientes	5	3.502	4.920
Tributos a recuperar	7	1.791	7.812
Cauções e depósitos vinculados	9	17.937	16.464
Ativo financeiro - concessões de serviço público	10	172.524	160.277
Direito de ressarcimento	6	66.185	-
Outros	8	3.198	1.575
Imobilizado	11	11.746	11.372
Intangível	12	19.085	7.299
		295.968	**209.719**
TOTAL DO ATIVO		**525.697**	**323.214**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	**Notas**	**31/12/14**	**31/12/13**
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	228.317	148.730
Financiamentos e empréstimos	14	7.905	7.743
Tributos a recolher	15	6.445	5.024
Obrigações estimadas	16	15.161	17.761
Partes relacionadas	17	38.740	19
Pesquisa e desenvolvimento	18	3.989	1.508
Outros	19	3.037	2.423
		303.594	**183.208**
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	13	128.541	-
Financiamentos e empréstimos	14	36.543	17.495
Obrigação de ressarcimento	6	57.209	57.209
Partes relacionadas	17	17.302	47.222
Provisões para contingências	20	47.713	21.912
Benefícios pós-emprego		3.049	1.986
Concessão onerosa	2.1	-	7.089
Pesquisa e desenvolvimento		1.472	3.001
		291.829	**155.914**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	21	684.204	684.204
Outros Resultados Abrangentes		(3.505)	(1.376)
Prejuízos acumulados		(750.425)	(698.736)
		(69.726)	**(15.908)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		**525.697**	**323.214**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	**31/12/14**	**31/12/13**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	**207.098**	**190.340**
CUSTO OPERACIONAL	23	**(176.337)**	**(179.461)**
Custo com Energia Elétrica		**(97.966)**	**(105.741)**
Energia elétrica comprada para revenda		(97.966)	(105.741)
Custo de Operação		**(63.325)**	**(59.072)**
Pessoal, material e serviços de terceiros		(56.405)	(52.618)
Depreciação e amortização		(6.451)	(6.271)
Outros		(469)	(183)
Custo de Construção		**(15.046)**	**(14.648)**
RESULTADO BRUTO		**30.761**	**10.879**
Despesas Operacionais	24	**(70.569)**	**50.429**
RESULTADO LÍQUIDO		**(39.808)**	**61.308**
Resultado Financeiro	25	**(11.881)**	**4.087**
Resultado Operacional Antes da Lei 12.783/13		**(51.689)**	**65.395**
Ganho com a Lei 12.783/13	2.1	-	(12.142)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(51.689)**	**53.253**
(Prejuízo) Lucro Básico e Diluído por Ação (R$)		**(0,16)**	**0,17**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/14	**31/12/13**
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(51.689)**	**53.253**
Outros Resultados Abrangentes	(2.129)	(1.376)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(53.818)**	**51.877**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Integralizado	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2012	**684.204**	**(4.088)**	**(751.989)**	**(71.873)**
	-	-		
Outros resultados abrangentes - Perda Atuarial com Benefícios pós-emprego	-	2.712	-	2.712
Lucro Líquido Exercício	-	-	53.253	53.253
Em 31 de dezembro de 2013	**684.204**	**(1.376)**	**(698.736)**	**(15.908)**
Outros resultados abrangentes - Perda Atuarial com Benefícios pós-emprego	-	(2.129)	-	(2.129)
Prejuízo do Exercício	-	-	(51.689)	(51.689)
Em 31 de dezembro de 2014	**684.204**	**(3.505)**	**(750.425)**	**(69.726)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/14	31/12/13
(Prejuízo) Lucro Líquido do Período	**(51.689)**	**53.253**
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação do imobilizado	1.348	1.580
Amortização do intangível	9.301	9.206
Encargos do serviço da dívida	4.214	2.695
Benefício Pos-Emprego	(1.066)	1.186
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29.931	(49.771)
Provisão para contingências	4.756	1.455
Baixa do Ativo Imobilizado	-	47
Baixa do Ativo Intangível	-	(1.242)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)	(23.405)	(26.050)
	(26.610)	**(7.641)**
(Aumento) redução de ativo		
Clientes	(44.780)	51.511
Conta de consumo de combustível - CCC	(156.764)	(49.957)
Almoxarifado	22	(27)
Tributos a recuperar	2.340	(4.932)
Cauções e depósitos vinculados	(1.473)	(2.404)
Outros	(7.569)	(5.521)
	(208.224)	**(11.330)**
Aumento (redução) de passivo		
Fornecedores	208.128	48.171
Tributos a recolher	1.421	(2.138)
Obrigações estimadas	(2.600)	3.698
Encargos setoriais	-	(376)
Partes relacionadas	8.801	5.081
Pesquisa e desenvolvimento	952	(2.551)
Provisões para contingências	21.045	(5.794)
Outros	614	(990)
	238.361	**45.101**
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**3.527**	**26.130**
Pagamentos de encargos do serviço da dívida	(2.409)	(2.495)
	(2.409)	**(2.495)**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.118**	**23.635**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativo financeiro - concessões de serviço público	(12.247)	(33.184)
Aquisição no ativo imobilizado	(1.722)	(1.173)
Ativo intangível (concessão)	(4.770)	(2.370)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(18.739)**	**(36.727)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos obtidos	45.122	9.142
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(27.717)	(3.289)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	**17.405**	**5.853**
Aumento líquido de caixa e Equivalentes de caixa	**(216)**	**(7.239)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.502	14.741
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	7.286	7.502
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa	**(216)**	**(7.239)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/14	31/12/13
1 - RECEITA		
Vendas de energia e serviços	264.716	244.075
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.931)	49.771
	234.785	**293.846**
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Serviços de terceiros	(32.322)	(31.543)
Material	(1.076)	(1.304)
Combustível p/ produção de energia elétrica	(23.230)	(14.933)
Custo de energia elétrica comprada	(97.966)	(105.741)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)	23.405	26.050
Outros Custos Operacionais	(14.599)	6.998
	(145.788)	**(120.473)**
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	**88.997**	**173.373**
4 - RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(10.649)	(10.785)
	(10.649)	**(10.785)**
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**78.348**	**162.588**
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	78.742	32.257
	78.742	**32.257**
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**157.090**	**194.845**
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e Encargos	67.434	70.923
Governo (impostos, taxas e contribuições)	55.694	51.739
Aluguéis	191	245
Encargos de dívidas e outros	83.536	16.689
Pesquisa e desenvolvimento	1.924	1.638
Conta de consumo de combustível - CCC	-	358
	208.779	**141.592**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**(51.689)**	**53.253**
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	**157.090**	**194.845**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em milhares de reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Boa Vista Energia S.A. ("Companhia") é uma entidade de capital fechado, de direito privado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras, com atuação na cidade de Boa Vista, Roraima. Estatutariamente suas funções principais são: explorar os serviços de distribuição de energia elétrica, conforme o respectivo contrato de concessão nº. 021/2001-ANEEL, processo ANEEL nº 48100.002181/97-95 e Resolução ANEEL 054/2001, realizando, para tanto, estudos, projetos, subestações, linhas de transmissão e redes de distribuição de energia elétrica e prática dos atos de comércio necessários ao desempenho dessas atividades.

A sede da Companhia está localizada à Av. Ene Garcez, 691, Centro, Boa Vista, estado de Roraima. Para cumprir com as obrigações operacionais e administrativas, a Companhia conta com 292 empregados (261 em 31 de dezembro de 2013), para atender a 102.063 (*) consumidores (97.187 (*) em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia desenvolve também atividades de pesquisa e aproveitamento de fontes alternativas de energia, visando a sua transformação e consequente exploração como energia elétrica.

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 1.481, alterado pelo Decreto nº 1.503/1995 e Decreto nº 2.653/1998, incluiu no Programa Nacional de Desestatização - PND a Eletronorte e suas subsidiárias integrais, juntamente com as demais empresas do Sistema Eletrobras. A Lei nº 10.848/2004 excluiu a Eletrobras e suas controladas do PND, inclusive a Eletronorte. A Companhia permanece incluída no PND, sendo proposta a sua exclusão, em 21 de janeiro de 2010, pela Resolução n° 1 do Conselho Nacional de Desestatização.

1.1 Continuidade Operacional da Companhia

A Companhia apurou prejuízo em suas operações, apresentando prejuízo acumulado de R$ 750.425 no presente período e excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no montante de R$ 75.235.

A Administração vem adotando medidas para a continuidade dos objetivos estratégicos com foco na governança corporativa. Entre essas medidas implantadas, consta o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE que reporta desafios nas seguintes dimensões: econômico-financeira, operacional, e socioambiental. Nele estão estabelecidos metas e resultados objetivando maior eficiência, robustez e rentabilidade financeira, bem como as condições de acompanhamento e monitoramento a vigorar até 31 de dezembro de 2017, conforme a seguir:

- Consolidação da gestão integrada e realização do saneamento e equilíbrio econômico financeiro.

- Aumento da eficácia e eficiência operacional, melhoria da qualidade dos serviços, redução das perdas de energia e inadimplência.

- Modernização da estrutura organizacional e sistema de gestão, melhoria e integração dos processos administrativos, capacitação e profissionalização do quadro gerencial e técnico-administrativo das empresas.

(*) Informações não Auditadas

A Companhia está ciente dos desafios para 2015 e, nesse contexto, confiando em seu corpo funcional, está pronta para concentrar seus esforços na melhoria do serviço prestado a seus consumidores, de modo a cumprir os compromissos com a sociedade, acionistas e fornecedores.

Com a edição da Lei 12.783/13, que dispõe sobre a renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, em seu capitulo II, art. 7º define que as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei nº 9.074, de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, à modicidade tarifária e o atendimento a critérios de racionalidade operacional e econômica. Para este fim a Companhia já apresentou todos os documentos necessários, conforme previsto no art. 11º, §1º da mesma lei.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26 (R1), em seus itens 25 e 26. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 16 de março de 2015.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia detém a concessão junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme Resolução nº 395/2000, combinada com o artigo 22, parágrafo 2º, Lei nº 9.074/1995, Resolução nº 054/2001, Contrato de Concessão nº 21/2001 - ANEEL e 1° Termo Aditivo de 10/2005, para distribuição de energia elétrica no município de Boa Vista - RR, válida até o ano de 2015, atendendo cerca de 98% dos consumidores.

Nº de municípios atendidos	Localidade da sede	Data da concessão	Data do vencimento da concessão
01	Boa Vista - RR	21/03/2001	07/07/2015

2.1. Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

A prorrogação considerou a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições e pressupôs a aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição - VNR.

A legislação prevê que as concessões de energia elétrica não prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015 - 2017), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

Diante da manifestação pela manutenção da Concessão, a Companhia assinou em 10 de dezembro de 2014 o quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a inclusão de dispositivo legal que assegure que os valores da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA e outros itens financeiros possam ser incorporados ao cálculo da indenização quando da extinção da concessão. Com isso a Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL modificou

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

'a redação da cláusula décima primeira do Contrato nº 021/2001 e permitiu que a CVA e itens financeiros configurassem ativos e ou passivos regulatórios com garantia legal para seu devido registro contábil. Nesse mesmo aditivo também ficou expressa a ratificação de todas as demais cláusulas já estabelecidas no referido contrato.

Os efeitos oriundos destas alterações na Lei nº 12.783/2013 são como seguem:

Distribuição	2014	2013
Ajuste ao Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos indenizáveis		- 12.142
Consideração dos efeitos da 3ª. revisão tarifária na BRR para fins de *impairment* do ativo financeiro	(1.980)	37.008
Baixa de sobras contábeis		- (1.089)
Parcela não recuperável do intangível - *impairment*		- (7.089)
Total	**(1.980)**	**16.688**

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

3.1. Base de Apresentação

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as diretrizes contábeis emanadas da ANEEL, quando aplicável.

b) Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2014.

c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos e passivos financeiros que são mensurados ao valor justo.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como são significativas para as demonstrações financeiras são:

- Provisão para redução do valor de ativos de longa duração (notas explicativas nº 11 e 12);

- Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público (nota explicativa nº 10);

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 5.2);

- Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (nota explicativa nº 20).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa nº 26. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco em causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

i. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber. O cálculo considerou todas as unidades consumidoras ligadas e desligadas, utilizando-se dos critérios estabelecidos na Nota 3.5.

ii. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe, quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo, menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado, menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido com investimentos futuros significativos que melhorem a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

iii. Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões do serviço público

A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final do contrato de concessão, com direito de recebimento integral de indenização pelo poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo Valor Novo de Reposição - VNR ao final da concessão.

iv. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

v. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases mensais.

vi. Benefícios Pós-Emprego.

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD) e de contribuição definida (CD).

Programa previdenciário - A Companhia instituiu um programa de benefícios complementares aos concedidos pelo Regime Geral da Previdência Social, cuja administração cabe à PREVINORTE - Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

Seguro Saúde - A Companhia concede aos aposentados por invalidez, e a seus dependentes, a cobertura de gastos médicos.

vii. Base de Apuração para Renda não Faturada

A apuração da renda não faturada ocorre mensalmente, sendo lançada, de acordo com cada livro de leitura e pode ser explicitada da seguinte forma:

RNF = (A/B)*C

Onde: RNF = Renda Não Faturada

A= Faturamento do mês por livro

B= Número de dias do período de consumo, correspondente ao livro faturado.

C= Número de dias decorridos entre a data da última leitura, correspondente ao livro faturado e o último dia do mês de faturamento.

Deste modo, são reconhecidos como receita de renda não faturada os valores apurados referentes aos dias que faltaram para completar o calendário civil e estornados no mês seguinte, quando há a efetivação do faturamento.

3.2. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torne parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados a valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria a valor justo, por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, em parte avaliado ao valor justo por meio do resultado, contas a receber de clientes, Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, e ativo financeiro indenizável (concessão). Estes ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, disponível para venda e outros representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, e financiamentos e empréstimos. Esses passivos financeiros não são negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

3.4. Clientes

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida com base em estimativas da administração em valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia estão demonstrados na Nota 5.

3.5. Subvenção da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC

Os direitos de ressarcimentos do óleo diesel adquirido para geração de energia elétrica por conta da CCC estão apresentados no ativo circulante. Estes são reconhecidos com base nas informações prestadas pela companhia ao fundo da CCC sob o controle da Eletrobras. Esses valores após aprovados podem ser repassados diretamente ao fornecedor, sendo encaminhados os documentos para a baixa, ou repassado para a Companhia para que seja efetuado o pagamento ao fornecedor.

3.6. Almoxarifado

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no Ativo Circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

3.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL (Nota 11). Em função da adoção pela Companhia dos Pronunciamentos Técnicos ICPC 01- Contratos de Concessão e o OCPC 05 - Contratos de Concessão, os valores registrados como ativo imobilizado são bens de uso administrativo. Demais ativos geradores de receita e vinculados à concessão, foram reclassificados como Ativos Financeiros (Concessão) e Intangíveis.

3.8. Ativo financeiro (Concessão)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio um Custo Médio Ponderado de Capital, denominado WACC (sigla Weighted Average Cost of Capital) regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes (Nota 10).

3.9. Intangível (Concessão)

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizado como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 - Ativos Intangíveis e o ICPC 01 - Contratos de Concessão e CPC 05 - Contratos de Construção (Nota 12). É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável quando aplicável. A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição, de acordo com o beneficio econômico esperado de cada bem. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão, pelo método linear.

3.10. Financiamentos e empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As obrigações dessa natureza são em moeda nacional, atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

3.11. Avaliação do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração (ou concessão onerosa) ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto, que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor em que opera a unidade geradora de caixa (vide Nota 28).

3.12. Benefício pós-emprego

A Companhia adota os procedimentos recomendados pela Deliberação CVM nº. 600, realizando anualmente a avaliação atuarial independente dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego e também as orientações de contabilização estabelecidas no CPC 33. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação independente foram realizados pela empresa Gama Consultores Associados Ltda, a qual segue os padrões recomendados pela CVM e pelo Instituto Brasileiro

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

dos Auditores Independentes - IBRACON. A Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, das quais se identificam duas geradoras de obrigações pós-emprego: o programa de assistência médica vitalícia a empregados aposentados por invalidez e seus dependentes (Plano de Assistência Médica na Modalidade de Auto-Gestão, tipo Coletivo Empresarial Patrocinado, conforme previsão da lei 9.656 de junho de 1998, com registro junto a Agencia Nacional de Saúde Suplementar sob o nº 416983); e a apólice de seguro de vida em grupo estendida à adesão de aposentados. O programa de benefícios previdenciários a seus empregados é mantido mediante administração da Fundação de Previdência Complementar - PREVINORTE, que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída pela Eletrobras Eletronorte. Os ganhos e perdas gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais são reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes (vide nota 27).

3.13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda da pessoa jurídica é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, aplicando-se a alíquota de 15% e adicional de 10%, sendo que nos exercícios de 2012 e 2013 foram apurados prejuízos fiscais (vide nota 29). A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada sobre o lucro ajustado, sendo que nos exercícios de 2014 e 2013 foram apurados prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social.

3.14. Receita de construção

O pronunciamento técnico sobre Contratos de Construção (CPC 17) estabelece tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico - para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração de resultado.

3.15. Receitas e despesas financeiras

Compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos concedidos e obtidos e operações com instrumentos financeiros.

3.16. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

(a) Diversos: Os ativos são demonstrados por seu valor de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de encargos incorridos, quando aplicável.

(b) Contrato oneroso: O saldo relativo a concessão onerosa, refere-se a obrigação da Companhia em cumprir com o contrato de concessão, considerando que o resultado futuro até o final do contrato representa, de forma líquida, desembolsos financeiros a serem efetuados. Nesse sentido todos os ativos da concessão alocados no intangível foram baixados por impairment, restando ainda um saldo a pagar da concessão onerosa registrado no passivo não circulante.

3.17. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita no montante dessa obrigação.

3.18. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas de Contabilidade emanadas da Legislação Societária Brasileira, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do fornecimento não faturado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e das provisões para redução ao valor recuperável de ativos (impairment).

3.19. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas dos serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi fornecida. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação e fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

3.20. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Tipo de Movimentação	**31/12/14**	**31/12/13**
Conta Corrente	5.483	1.961
Aplicações Financeiras - Extra Mercado	1.803	5.541
TOTAL	**7.286**	**7.502**

São valores referentes a recursos disponíveis em instituições financeiras a disposição da Companhia para custear obrigações correntes e também aplicações financeiras realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e com remuneração diária pela taxa extra mercado. Tais recursos encontram-se disponíveis em face de obrigações correntes da Companhia.

NOTA 5 - CLIENTES

	31/12/14	**31/12/13**
Circulante		
Consumidores	71.266	75.596
Parcelamentos de Energia Elétrica	154.971	114.945
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(174.366)	(154.937)
Subtotal	**51.871**	**35.604**
Não Circulante		
Parcelamentos de Energia Elétrica	41.492	45.733
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(37.990)	(40.813)
Subtotal	**3.502**	**4.920**
Total	**55.373**	**40.524**

Segue abaixo a composição dos Parcelamentos de Energia Elétrica:

	31/12/14	**31/12/13**
Circulante		
Consumidores	2.254	3.033
Poder Público Estadual	124.081	99.998
Poder Público Municipal	13.165	1.600
Serviço Público	15.471	10.314
Subtotal	**154.971**	**114.945**
Não Circulante		
Poder Público Estadual	10.826	11.287
Poder Público Municipal	3.502	4.920
Serviço Público	27.164	29.526
Subtotal	**41.492**	**45.733**
Total	**196.463**	**160.678**

		31/12/2014			**31/12/2013**
		VENCIDOS			
CIRCULANTE	**VINCENDOS**	**ATÉ 90 DIAS**	**HÁ MAIS DE 90 DIAS**	**TOTAL**	**TOTAL**
CONSUMIDORES					
- Residencial	**13.315**	**6.568**	**9.482**	**29.365**	**25.839**
- Industrial	**602**	**272**	**48**	**922**	**1.321**
- Comércio, serv. outras atividades	**5.076**	**1.745**	**262**	**7.083**	**6.042**
- Rural	**814**	**149**	**146**	**1.109**	**1.251**
- Poder público	**16.389**	**2.660**	**139.217**	**158.266**	**127.193**
- Federal	956	285	2	**1.243**	1.685
- Estadual	1.687	2.283	139.213	**143.183**	120.172
- Municipal	13.746	92	2	**13.840**	5.336
- Iluminação pública	**486**	**-**	**-**	**486**	**368**
- Serviço público	**2.752**	**1.634**	**12.824**	**17.210**	**20.868**
- Renda não faturada	**4.784**			**4.784**	**3.796**
	44.218	**13.028**	**161.979**	**219.225**	**186.678**
REVENDEDORES					
- Suprimento normal	**4.645**	**2.367**		**7.012**	**3.863**
- Suprimento parcelamento	-	-	-	-	-
	4.645	**2.367**	**-**	**7.012**	**3.863**
PCLD	**(4.258)**	**(8.129)**	**(161.979)**	**(174.366)**	**(154.937)**
Total Circulante	**44.605**	**7.266**	**-**	**51.871**	**35.604**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
CONSUMIDORES	**41.492**	**-**	**-**	**41.492**	**45.733**
- Poder público estadual	10.826	-	-	10.826	11.287
- Poder público municipal	3.502	-	-	3.502	4.920
- Iluminação pública		-	-	-	-
- Serviço público	27.164	-	-	27.164	29.526
REVENDEDORES					
- Suprimento parcelamento	-	-	-	-	-
	41.492	**-**	**-**	**41.492**	**45.733**
PCLD	**(37.990)**	**-**	**-**	**(37.990)**	**(40.813)**
Total do Não Circulante	**3.502**	**-**	**-**	**3.502**	**4.920**
TOTAL GERAL	**48.107**	**7.266**	**-**	**55.373**	**40.524**

5.1. Parcelamento de Créditos de Energia Elétrica

Representa os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia.

5.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD, de acordo com a norma das empresas de distribuição do Sistema Eletrobras, é estabelecida para evidenciar, de forma objetiva, a não capacitação de clientes devedores em liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais descritos no estoque de contas a receber e, constitui-se usando premissas básicas que possam garantir à Administração liquidez dos ativos contidos nas Demonstrações Financeiras. Assim, a sua constituição é feita com base em análise dos riscos de realização, reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

A aprovação de procedimentos unificados nas empresas de distribuição do Sistema Eletrobras, corroborou para que a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD mantivesse seu critério rigoroso, principalmente com a inclusão da provisão em relação às rendas não faturadas.

Os critérios utilizados foram:

a) Análise individualizada dos créditos relevantes (para todas as unidades consumidoras atendidas em alta tensão), vencidos a mais de 60 dias, inclusive sendo provisionados aqueles onde não havia certeza no seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência; e

b) Análise conforme os procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (para todas as unidades consumidoras atendidas em baixa tensão) conforme o vencimento das faturas, provisionando-se: contas vencidas há mais de 90 dias para as classes residencial, comercial, industrial, poder público, rural, serviço público e iluminação pública, bem como, que demonstram a expectativa efetiva de perda.

Segue o seguinte quadro demonstrando tal provisão por classe de consumidores:

	31/12/14	**31/12/13**
Residencial	7.681	6.860
Comercial	328	629
Industrial e rural	246	731
Poder público	142.912	120.104
Serviço público	23.172	23.213
Renda não faturada	27	37
Outros	-	3.363
Total	**174.366**	**154.937**

	31/12/14	**31/12/13**
Poder público	10.826	11.287
Serviço público	27.164	29.526
Total	**37.990**	**40.813**

A movimentação ocorrida nos saldos da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período findo em 31 de dezembro de 2014 e exercício de 2013 está assim demonstrada:

	31/12/14	**31/12/13**
Saldo no Inicio do Período/Exercício	**(195.750)**	**(262.402)**
Constituição	(238.047)	(58.821)
Reversão	208.116	108.592
Baixa por Perda no Período	13.325	16.881
Saldo no Final do Período/Exercício	**(212.356)**	**(195.750)**

NOTA 6 - DIREITOS DE RESSARCIMENTO

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) foi criada pelo Decreto nº 73.102, de novembro de 1973 e tem como finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do país.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Com o advento da Lei nº 12.111 de 9 de dezembro de 2009, as premissas para contratação de energia elétrica e recebimento de subsídios receberam modificações nas práticas estabelecidas, inclusive para localidades isoladas a serem interligadas em futuro próximo. O objetivo da respectiva Lei conforme contido em seu Art. 3º é o reembolso dos custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos: à contratação de energia e de potência associada, à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico, aos impostos e investimentos realizados, além dos demais custos necessários para geração.

6.1 - Os valores da Conta de Consumo de Combustível - CCC são fixados anualmente pela ANEEL. A gestão da CCC fica a cargo da Eletrobras, que elabora o planejamento para o exercício seguinte, com base no mercado aprovado pela Empresa de Planejamento Energético - EPE e leva para homologação da ANEEL, o rateio para os agentes envolvidos no processo.

Segue abaixo o detalhamento dos créditos a receber junto à CCC:

	31/12/14	31/12/13
Direitos Circulantes		
Combustível-CCC	12.754	21.891
Arrendamento e Alugueis-CCC	6.162	8.244
ICMS aquisição de combustível-CCC	63.881	5.223
PIS E COFINS Não recuperado	36.825	-
Óleo Diesel em estoque	22.115	12.898
Compra de Energia ELN-CCC	5.120	8.022
	146.857	**56.278**
Direitos Não Circulantes		
Custo Total de Geração(-) Recebimentos	66.185	-
	66.185	**-**
Obrigações não Circulantes		
a) Valores recebidos a maior anteriores a 2013	(57.209)	(57.209)
	(57.209)	**(57.209)**
Direito de Ressarcimento Líquido	**155.833**	**(931)**

(*) Na companhia, o estoque é acompanhado dentro do mesmo grupo contábil, porém o direito de ressarcimento só se constitui no momento da utilização do combustível, quando o montante é transferido para a conta de custo total de geração.

a) A Companhia mantém registrado no seu Passivo Não Circulante valores adiantados anteriores a 2013 a título de reembolso CCC, que, conforme preceitua o embasamento da Lei 12.111/09, estão aguardando identificações dos ativos correspondentes para serem compensados.

Expectativa de Recebimento.

O saldo de R$ 155.833, destacado no item acima está assim distribuído, incluindo o parcelamento efetuado pelo fundo CCC com a Distribuidora no valor de R$ 69.364 para repasse em 120 parcelas.

DESCRIÇÃO	VALOR
Custo Total de Geração sem atualização (considerando repactuação TCRD/CDE)	76.138
Atualização do Custo Total de Geração	2.707
ICMS, PIS/PASEP E COFINS até Dez/13 sem atualização	57.461
ICMS, PIS/PASEP E COFINS 2014 sem atualização	31.065
Total da Circularização Fundo Setorial + TCRD/CDE (01)	**167.371**
a) Apuração estimada de Dez/2014	11.376
b) Atualização IPCA dos Tributos conf. Art. 9º da REN ANEEL 427/2011, § 12	12.180
c) Saldo de combustível em Estoque (controlado no mesmo grupo)	22.115
Total de créditos não circularizados pelo Fundo Setorial (02)	**45.671**
Obrigações Não Circulante	
Valores recebidos a maior anteriores a 2013	(57.209)
Total de créditos ainda não circularizados pelo Fundo Setorial (03)	**(57.209)**
DIREITO DE RESSARCIMENTO LÍQUIDO (01+02+03)	**155.833**

Saldos não circularizados:

a) Apuração estimada de Dez /2014: A CCC leva em média 45 dias para processar as informações de um mês, assim ainda não recebemos os valores finais de dezembro de 2014, porém para atendimento da competência correta realizamos os cálculos com base no combustível já processado pela Eletrobras e os demais dados enviados para o cálculo do mês, assim que for apresentado a apuração final serão ajustados aos valores finais.

b) Atualização IPCA dos Tributos conforme Art. 9º da REN ANEEL 427/2011, § 12: "Excepcionalmente para o período compreendido entre os meses de competência de agosto de 2009 até dezembro de 2013(...) o agente beneficiário deve apresentar à Eletrobras, para fins de reembolso efetivo (...) montante recuperado, montante devido para reembolso pelo fundo CCC (em valores nominais e corrigidos pelo IPCA)".

c) Saldo de combustível em estoque (controlado no mesmo grupo): Refere-se ao saldo em estoque de combustíveis destinados à industrialização que a companhia controla no mesmo grupo contábil e que a medida que vão sendo utilizados vão compondo o valor do custo de geração total.

6.2 - Do Parcelamento com a BR Distribuidora

Visando a regularização dos débitos junto à BR Distribuidora proveniente da aquisição de óleo combustível para Geração, o Conselho de Administração da Companhia aprovou parcelamento do saldo devedor - vencido até NOV/14 - no importe de R$ 133.500, devendo sua quitação ser realizada em 120 meses, conforme regramentos contidos nos Contratos de Confissão de Dívida firmados entre as partes, conforme as seguintes condições: Contrato de Confissão de Dívida no valor de R$ 65.438, tendo como garantia de pagamento os créditos da Companhia junto ao Fundo Setorial/CCC; e Contrato de Confissão de Dívida no valor de R$ 68.062 que será custeado com recursos provenientes da tarifa de energia desta Distribuidora.

NOTA 7 - TRIBUTOS A RECUPERAR

		31/12/14	31/12/13
Circulante			
Imposto de Renda(IR) e CSLL	a	735	1.655
ICMS a compensar	b	4.288	1.739
ICMS a recuperar	c	1.370	
PIS e COFINS Diferidos	d	2.393	1.711
Outros impostos a recuperar		11	11
Total		**8.797**	**5.116**
Não Circulante			
ICMS a recuperar	c	1.791	7.812
Total		**1.791**	**7.812**

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - correspondem às retenções na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras de órgãos públicos e retenções na fonte referente a serviços prestados, de acordo com o Art. 64 da Lei 9.430 de 1996 e art.34 da Lei 10.833 de 2003.

b) ICMS a compensar - ICMS a compensar sobre o ativo fixo calculado de acordo com a Lei Complementar nº 87/1996. Saldo registrado no Livro de Apuração do ICMS.

c) ICMS a recuperar - A Companhia vem registrando ICMS a recuperar no Controle de Apropriação de Crédito do ICMS do Ativo Permanente - CIAP, decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, intangível. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de ICMS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48 avos.

d) PIS e COFINS Diferidos - os valores lançados a título de crédito de PIS/PASEP e COFINS referem-se a créditos a serem aproveitados nos períodos seguintes, os mesmos foram enquadrados como créditos relacionados com a Lei 10.637/02 (PIS/PASEP) e a Lei 10.833/03(COFINS).

NOTA 8 - OUTROS

		31/12/14	31/12/13
Adiantamentos a empregados	a	1.383	1.397
Valores a receber CDE	b	8.295	3.501
CVA - Compra de Energia Elétrica		619	607
Uso mútuo de Poste		668	277
Outros	c	2.244	1.482
Circulante		**13.209**	**7.264**
Empregados Cedidos		3.036	1.409
Outros	c	162	166
Não Circulante		**3.198**	**1.575**

a) Os adiantamentos a empregados referem-se a diárias no país, férias, abonos pecuniários sobre férias, 13º salário e Tratamento Fora de Domicílio - TFD.

b) Repasses referentes ao equilíbrio da redução das tarifas, subsídios rural, Águas, esgoto e saneamento relativos REH da Aneel Nº 1.648 e Subsídios Baixa Renda Homologados pela ANEEL.

c) Em relação à rubrica Outros, as principais composições referem-se a R$ 1.146 de arrecadação a ser repassada pelo agente arrecadador CS Guariente; e os demais valores estão distribuídos em Desativações em Curso; Alienação via leilão de bens desativados, entre outros.

NOTA 9 - CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Cauções e depósitos vinculados a litígios são aqueles que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judicial, realizados em moeda corrente, com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação e estão apresentados conforme detalhamento abaixo:

	31/12/14	31/12/13
Trabalhistas	1.212	1.154
Cíveis	1.805	1.050
Multas ANEEL	9.408	9.000
Caução ICMS	5.512	5.260
Total	**17.937**	**16.464**

- Trabalhistas - depósitos provenientes de recursos realizados na instância superior da Justiça do Trabalho, bem como valores depositados ou bloqueados relativos aos processos em fase de execução;

- Cíveis - valores bloqueados ou depositados judicialmente, referentes aos processos em fase de execução na Justiça Cível;

- Multas ANEEL - ações anulatórias com pedido de liminar visando o cancelamento dos efeitos das penalidades aplicadas em Autos de Infração emanados da SFE/ANEEL. Essas infrações são oriundas de Processos Administrativos pelo não cumprimento de índices regulatórios ou transgressões de ordem técnica ou comercial. Para tais casos, cabe recurso por parte da administração, e, baseado na avaliação da assessoria jurídica, e considerando que estão tramitando em primeiro grau de jurisdição, foram consideradas como possíveis;

- Caução ICMS - valor depositado judicialmente para garantia do juízo de direito de compensação de crédito do ICMS diferido de junho e abril de 2012, objetivando suspender a exigibilidade do tributo e também a obtenção da Certidão Positiva com Parecer de Negativa de Débitos emitida pelo Estado.

NOTA 10 - ATIVO FINANCEIRO - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

A rubrica Ativo Financeiro (concessões de serviço público) refere-se ao ativo financeiro a receber no âmbito das concessões de distribuição de eletricidade, decorrente da aplicação do modelo Bifurcado.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 21/2001, de 21 de junho de 2001 e aditivos posteriores, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionário - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica, bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e da Orientação Técnica OCPC 05 (R1) Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. A variação referente ao aumento do Ativo Financeiro (Concessão) está assim apresentada:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATIVO FINANCEIRO (CONCESSÃO)	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**127.093**
(+) Adições	13.457
(+) Valor Novo de Reposição - VNR	24.866
(-) Baixas	(4.481)
(-) Obrigações Especiais	(658)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**160.277**
(+) Adições	14.589
(+) Valor Novo de Reposição - VNR	(1.980)
(-) Baixas	-
(-) Obrigações Especiais	(362)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**172.524**

A movimentação do ativo financeiro está demonstrada conforme quadro a seguir:

	Ativo Financeiro (Concessão)		
EM SERVIÇO	**Custo**	**(-) Obrigações Especiais**	**Valor Líquido**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**123.473**	**(6.912)**	**116.561**
(+) Adições	-	-	-
(+) Valor Novo de Reposição - VNR	24.866	-	24.866
(-) Baixas	(4.481)	-	(4.481)
(+/-) Transferências	15.660	(8.145)	7.515
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**159.518**	**(15.057)**	**144.461**
(+) Adições	-	-	-
(+) Valor Novo de Reposição - VNR	(1.980)	-	(1.980)
(-) Baixas	-	-	-
(+/-) Transferências	2.815	-	2.815
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**160.353**	**(15.057)**	**145.296**
EM CURSO			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**18.180**	**(7.648)**	**10.532**
(+) Adições	13.457	(152)	13.305
(+/-) Transferências	(15.660)	7.639	(8.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**15.977**	**(161)**	**15.816**
(+) Adições	14.589	(362)	14.227
(+/-) Transferências	(2.815)	-	(2.815)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**27.751**	**(523)**	**27.228**
Total	**188.104**	**(15.580)**	**172.524**

A concessão outorgada tem prazo de vigência de 15 anos, encerrando-se em julho de 2015. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

NOTA 11 - IMOBILIZADO

	ATIVO IMOBILIZADO			
	31/12/14			31/12/13
	Custo	**Depreciação Acumulada**	**Valor Líquido**	**Valor Líquido**
Em serviço				
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.310	(1.635)	1.675	1.781
Máquinas e equipamentos	16.652	(9.923)	6.729	6.660
Móveis e utensílios	949	(456)	493	253
Terrenos	557	-	557	557
Veículos	3.388	(1.942)	1.446	579
Subtotal	**24.856**	**(13.956)**	**10.900**	**9.830**
Em curso				
Compras em Andamento	88	-	88	83
Edificações, obras civis e benfeitorias	402	-	402	402
Máquinas e equipamentos	(62)	-	(62)	63
Material em depósito	415	-	415	994
Móveis e utensílios	3	-	3	-
Subtotal	**846**	**-**	**846**	**1.542**
Total	**25.702**	**(13.956)**	**11.746**	**11.372**

A movimentação do imobilizado está demonstrada conforme quadro a seguir:

	ATIVO IMOBILIZADO				
	EM SERVIÇO			EM CURSO	TOTAL
	Custo	**Depreciação Acumulada**	**Valor Líquido**	**Custo**	**Valor Líquido**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**21.768**	**(11.078)**	**10.690**	**1.136**	**11.826**
(+) Adições	-	(1.580)	(1.580)	1.173	(407)
(-) Baixas	(97)	50	(47)	-	(47)
(+/-) Transferências	767	-	767	(767)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**22.438**	**(12.608)**	**9.830**	**1.542**	**11.372**
(+) Adições	-	(1.348)	(1.348)	1.722	374
(-) Baixas	-	-	-	-	-
(+/-) Transferências	2.418	-	2.418	(2.418)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**24.856**	**(13.956)**	**10.900**	**846**	**11.746**

Os valores agregados ao ativo imobilizado em curso constituem-se basicamente de gastos efetuados pela Companhia na manutenção das atividades administrativas.

A formação do custo de cada empreendimento é efetuada mediante a utilização do instrumento contábil denominado Ordens em Curso, que são processos de registro, acompanhamento e controle para apuração destes custos.

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação aplicando as taxas de depreciação estabelecidas pelo Órgão Regulador conforme Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 22 de junho de 2012, para cada bem ou instalação, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, na forma das instruções contidas na Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994 e Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009 no que for aplicável.

As principais taxas anuais de depreciação praticadas pela Concessionária por Atividades e por Unidades de Cadastro - UC são:

Atividades/Unidades de Cadastro - UC	**Taxa Anual de depreciação %**
Administração	
Equipamento geral	6,25
Edificação	3,33
Veículos	14,29
Comercialização	
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

NOTA 12 - INTANGÍVEL

	ATIVO INTANGÍVEL					
			31/12/14			31/12/13
	Custo	**Amortização Acumulada**	**(-) Obrigações Especiais**	***Impairment***	**Valor Líquido**	**Valor Líquido**
Em serviço						
Intangível Concessão	65.731	(60.309)	958	-	6.380	-
Demais Intangíveis	16.435	(7.485)	-	-	8.950	6.147
Subtotal	**82.166**	**(67.794)**	**958**	**-**	**15.330**	**6.147**
Em curso						
Intangível Concessão	3.718	-	(30)	-	3.688	-
Demais Intangíveis	67	-	-		67	1.152
Subtotal	**3.785**	-	(30)	**-**	**3.755**	**1.152**
Intangível Concessão	**69.449**	**(60.309)**	**928**	**-**	**10.068**	**-**
Demais Intangíveis	**16.502**	**(7.485)**	-	**-**	**9.017**	**7.299**
Total	**85.951**	**(67.794)**	**928**	**-**	**19.085**	**7.299**

Este grupo é formado pelo Intangível (Concessão) que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado que foram bifurcados) e os demais direitos que já faziam parte deste grupo (softwares).

Com a adoção da ICPC 01 (R1) o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de amortização de intangíveis das concessões - ICPC 01 (R1).

Os valores contemplados como Demais Intangíveis referem-se substancialmente a aquisição de licenças de direito de uso de propriedade intelectual (softwares), constituídos pelos gastos realizados com a aquisição das referidas licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados dos equipamentos tangíveis (hardware) e são amortizados em linha reta de acordo com a vida útil estimada na legislação vigente. A movimentação do Intangível está demonstrada conforme quadro a seguir:

	ATIVO INTANGÍVEL				
EM SERVIÇO	**Custo**	**Amortização Acumulada**	**(-) Obrigações Especiais**	***Impairment***	**Valor Líquido**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**75.441**	**(51.491)**	**(325)**	**(17.111)**	**6.514**
(+) Adições	-	-	-	-	-
(+/-) Amortização	-	(8.799)	993		(7.806)
(-) Baixas	(317)	1.558	-	-	1.241
(+/-) Transferências	2.419	-	(842)	4.214	5.791
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**77.543**	**(58.732)**	**(174)**	**(12.897)**	**5.740**
(+/-) Amortização	-	(9.301)	727	-	(8.574)
(-) Baixas	(238)	238	-	-	-
(+/-) Transferências	4.860	-	-	12.897	17.757
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**82.165**	**(67.795)**	**553**	**-**	**14.923**
EM CURSO					
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**4.636**	**-**	**(941)**	**1.390**	**5.085**
(+) Adições	2.370	-	(15)	-	2.355
(+/-) Transferências	(2.419)	-	1.348	(4.810)	(5.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**4.587**	**-**	**392**	**(3.420)**	**1.559**
(+) Adições	4.060	-	(17)	-	4.043
(+/-) Transferências	(4.860)	-	-	3.420	(1.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**3.787**	**-**	**375**	**-**	**4.162**
Total	**85.952**	**(67.795)**	**928**	**-**	**19.085**

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição considerando o benefício econômico esperado. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro (Concessão).

a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição e foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A partir do segundo ciclo de revisões tarifárias periódicas as obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, tomando-se por base uma taxa média regulatória.

Ao final do período de concessão, para efeitos de cálculo da indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis a União, o saldo remanescente dessas obrigações especiais, se houver, será deduzido do valor residual dos ativos, ambos avaliados de acordo com o critério a ser definido pelo poder concedente.

b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avalia o valor de recuperação do seu ativo em uso com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

NOTA 13 - FORNECEDORES

Nesta rubrica encontram-se contabilizadas, por data de competência a entrega do material, da energia elétrica comprada e da execução do respectivo serviço, as notas fiscais provenientes de materiais adquiridos de fornecedores, produtores de energia elétrica e prestadores de serviços.

		31/12/14	**31/12/13**
Fornecedores de energia elétrica	a	176.579	102.905
Fornecedores de materiais e serviços	b	51.738	45.825
Circulante		**228.317**	**148.730**
Fornecedores de materiais e serviços	b	128.541	-
Não Circulante		**128.541**	**-**
Total		**356.858**	**148.730**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	31/12/14	31/12/13
Saldo inicial	**148.730**	**100.559**
Adição	519.228	295.298
Encargos	22.968	12.521
Pagamento	(334.068)	(259.648)
Saldo final	**356.858**	**148.730**

a) Suprimento de energia elétrica - refere-se à aquisição de energia elétrica da Eletrobras Eletronorte, sendo que a principal variação foi decorrente do não pagamento das faturas do 1º semestre de 2014 por falta de recursos financeiros.

b) Materiais e Serviços - correspondem às obrigações perante fornecedores e prestadores de serviços contratados pela Companhia, de modo a realizar operações e manutenções do parque de distribuição de energia elétrica para atender a área de concessão, sendo que o saldo apresentado no Não Circulante é decorrente do Instrumento Particular de Confissão de Dívida e respectivo parcelamento firmado com a Petrobras Distribuidora S/A. relativo ao fornecimento de produtos derivados de petróleo.

NOTA 14 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Composição dos financiamentos e empréstimos	**31/12/14**	**31/12/13**
Circulante	**7.905**	**7.743**
Eletrobras	7.905	7.743
Não Circulante	**36.543**	**17.495**
Eletrobras	36.543	17.495
Total	**44.448**	**25.238**

Movimentação dos financiamentos e empréstimos	**Circulante**	**Não circulante**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**3.223**	**15.962**
Ingressos	-	9.142
Encargos Financeiros Provisionados	2.509	18
Encargos Financeiros Pagos	(2.509)	-
Transferência para o Circulante	7.809	(7.627)
Amortização de Financiamentos	(3.289)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**7.743**	**17.495**
Ingressos	3.367	41.755
Encargos Financeiros Provisionados	4.214	-
Encargos Financeiros Pagos	(2.409)	-
Transferência para o Circulante	22.707	(22.707)
Amortização de Financiamentos	(27.717)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**7.905**	**36.543**

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional são contratados com a Eletrobrás e decorrentes de recursos setoriais provenientes do Fundo de Reserva Global de Reversão - RGR com incidência de encargos de 1,72% a 13,04% ao ano e com indexadores IGPM e IPCA especificados em cláusulas contratuais.

NOTA 15 - TRIBUTOS A RECOLHER

		31/12/14	31/12/13
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS		699	923
Contrib. Social p/ finc. da Seguridade Social - COFINS	a	1.016	575
Contrib. p/ formação patr. servidor público - PASEP	a	220	125
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		2.791	2.264
Fundo de Garantia p/ Tempo de Serviço - FGTS		429	434
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	b	1.168	393
Imposto Sobre Serviço - ISS		44	230
Outros		78	80
Total		**6.445**	**5.024**

a) O aumento nas rubricas de PIS e COFINS deu-se devido ao aumento no faturamento no mês de dezembro.

b) O montante do Imposto de renda retido na fonte - IRRF refere-se à retenção de tributos nos pagamentos efetuados por sociedades de economia mista, que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços, conforme exige a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012. O aumento na rubrica deu-se pelo fato do não processamento dos pagamentos dos fornecedores, e consequentemente, não houve o pagamento dos tributos incidentes.

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	31/12/14	31/12/13
Folha de Pagamento	1.838	1.872
Encargos sociais - INSS	1.158	1.125
Encargos sociais - FGTS	389	376
Férias - Provisão	2.595	2.524
Gratificação de férias - Provisão	2.271	2.209
Curva Tamburello	-	3.949
Outras	6.910	5.706
Total	**15.161**	**17.761**

Os valores evidenciados nesta nota dizem respeito às estimativas das obrigações em potencial referentes a férias e outras assemelhadas, devidas aos empregados, incluindo a Folha de pagamento, na vigência do contrato de trabalho; assim como, aquelas devidas a Diretores e Conselheiros, quando for o caso, da estimativa dos encargos sociais incidentes sobre as obrigações trabalhistas, provisionadas.

NOTA 17 - PARTES RELACIONADAS

	31/12/14	31/12/13
CIRCULANTE		
Eletronorte	38.714	-
Eletrobras	-	19
Amazonas Energia	26	-
Total	**38.740**	**19**
NÃO CIRCULANTE		
Eletrobras	17.302	17.302
Eletronorte	-	29.920
Total	**17.302**	**47.222**

No Circulante o valor a pagar para a Eletronorte refere-se a aquisição de Ativos (Linha de transmissão 69KV - SE Boa Vista, SE Distrito Industrial e da Subestação Distrito Industrial 69/13,8 KV). Em relação ao não circulante o valor corresponde ao saldo remanescente do processo de transferência dos 100% das ações ordinárias pertencentes à Eletronorte e que foram adquiridas pela Eletrobrás em outubro de 2012, o qual aguarda decisão da Eletrobras para ser capitalizado na Companhia, através de aumento de capital ou financiamento.

Remuneração de Empregados e Dirigentes

Os gastos totais com a administração incluindo os conselheiros de administração, fiscal e diretores executivos estão demonstrados a seguir:

	31/12/14	31/12/13
Remuneracao diretores e conselheiros	247	273
Encargos sociais e Benefícios	82	87
Total	**329**	**360**

A maior e menor remuneração para empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2014, foi de R$ 55 e R$ 2 respectivamente, contra R$ 49 e R$ 2 em 2013, de acordo com a política salarial praticada pela Companhia. Quanto ao salário médio e a remuneração média praticada pela Companhia, para pagamento aos seus empregados durante o ano de 2014, foi de respectivamente R$ 5 e R$ 9 contra R$ 5 e R$ 9 em 31/12/2013. Os honorários atribuídos aos dirigentes corresponderam a R$ 227 em 2014.

NOTA 18 - P&D e PEE

CIRCULANTE	**31/12/14**	**31/12/13**
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	2.503	1.481
PEE - Programa de eficiência energética	1.486	27
	3.989	**1.508**
NÃO CIRCULANTE		
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	851	1.642
PEE - Programa de eficiência energética	621	1.359
	1.472	**3.001**

Os valores registrados no Circulante já estão assim direcionados:

a) P&D - Pesquisa e Desenvolvimento: Projeto Smart Grid Parintins (projeto cooperado entre as seis Empresas Distribuidoras da Eletrobras, para desenvolver um modelo de referência, fundamentado na experimentação de aplicações de um conjunto de tecnologias dentro do conceito Smart Grid (redes inteligentes), através de um projeto piloto a ser implantado na cidade de Parintins, no Amazonas). E Projetos de blindagem de Medidores e de Barramento.

b) PEE - Programa de Eficiência Energética: Aquisição de Refrigeradores (para consumidores comunidades de baixo poder aquisitivo) e o Projeto Educacional Energia para Novos tempos.

A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização. Os recursos registrados no Passivo Não Circulante estão sem destinação estabelecida.

NOTA 19 - OUTROS PASSIVOS

	31/12/14	31/12/13
Contribuição para iluminação pública arrecadada	1.291	819
Consumidores	900	941
Credores diversos	150	492
Outras	696	171
Total	**3.037**	**2.423**

NOTA 20 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	31/12/14	31/12/13
Trabalhistas	35.420	20.540
Cíveis	12.293	1.372
Total	**47.713**	**21.912**

Mutações das provisões para demanda judiciais:

	31/12/13	Constituição	Atualização	(-) Reversão	(-) Baixa	31/12/14
Trabalhistas	20.540	1.913	21.391	(7.608)	(816)	35.420
Cíveis	1.372	10.422	499	-	-	12.293
Total	**21.912**	**12.335**	**21.890**	**(7.608)**	**(816)**	**47.713**

Os passivos contingentes são periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos tornou-se provável de realização, e, caso seja provável, a provisão deve ser reconhecida nas Demonstrações Financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa da probabilidade. A Administração da Companhia, fundamentada na apreciação da avaliação de seus consultores jurídicos, quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas e registradas nas Demonstrações Financeiras são suficientes para cobrir prováveis perdas em demandas judiciais de qualquer natureza. As ações estão assim classificadas:

a) Trabalhistas: referem-se a vínculo laboral, danos morais e/ou materiais, adicionais de penosidade e periculosidade, diferenças salariais e encargos previdenciários.

b) Cíveis: referem-se a ações indenizatórias por cobrança indevida de fatura de energia, por danos morais e/ou materiais, sendo que o principal valor provisionado é decorrente de processos de Auto de Infração da ANEEL provisionados no montante de R$ 9.757.

c) Atualização monetária: para uma melhor estimativa de desembolso das provisões contingenciais com provável risco de perda, a partir de fevereiro de 2011 (conforme publicado no DJE nº 4510 de 15/3/2011), foi utilizado o Fator de Correção e Atualização Monetária, tendo como base de cálculo do índice a TR (Taxa Referencial) divulgada pelo Banco Central. Esse fator é publicado mensalmente no Diário da Justiça Eletrônico, acrescido de juros simples de 1% ao mês sobre o valor determinado na sentença judicial (para as ações cíveis); e se utilizou a Tabela Única de atualização e conversão de débitos trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho (para as ações trabalhistas), também acrescidos de juros simples de 1% a.m. sobre o valor determinado na sentença.

d) Demandas não provisionadas: a maioria dessas demandas é oriunda dos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor de causa limita-se a quarenta vezes o salário mínimo (conforme Art. 3º, I, da Lei 9.099/95), sendo que os fatos geradores de maior frequência descrito na petição inicial das ações são referentes à cortes indevidos, repetição de indébitos e danos elétricos. Não foram provisionadas por representarem baixo risco de perda para a Companhia (possível ou remoto), conforme opinião dos consultores jurídicos e estão demonstradas a seguir:

	31/12/14	31/12/13
Demandas trabalhistas	10.741	3.421
Demandas cíveis	53.724	49.373
Total	**64.465**	**52.794**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

NOTA 21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

21.1 Capital Social

A Composição acionária em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está representada por ações como segue:

Acionistas	Quantidade de Ações Ordinárias	%	Valor (Reais/Mil)
Eletrobras	320.742.889	100	684.204

Acionistas	Quantidade de ações	31/12/14	31/12/13
Eletrobras	320.743	(0,16)	0,17

O Capital Social da Companhia é de R$ 684.204, representado por 320.742.889 (trezentas e vinte milhões, setecentos e quarenta e duas Mil e oitocentas e oitenta e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

21.2 Ajustes de Avaliação Patrimonial

Valores referentes aos ajustes de perdas atuariais conforme relacionado abaixo:

Outros Resultados Abrangentes Acumulados	31/12/14	31/12/13
Programa Previdenciário	977	935
Programa de Saúde	2.528	441
Total	**3.505**	**1.376**

NOTA 22 - RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

	Notas	31/12/14	31/12/13
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia elétrica	a	161.019	148.745
Suprimento de energia elétrica	a	31.138	29.147
Uso da rede de distribuição		35.536	34.814
Receita de construção	b	15.046	14.648
Receita de remuneração Ativo Financeiro		12.599	10.824
Outras receitas	c	9.378	5.897
		264.716	**244.075**
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	d	**(57.618)**	**(53.735)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**207.098**	**190.340**

a)Fornecimento e suprimento de energia elétrica

	N° de Consumidores (*)		Mwh (*)		R$ Mil	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
FORNECIMENTO FATURADO						
- Residencial	89.082	84.325	372.966	321.545	88.959	80.503
- Industrial	326	337	16.525	14.016	3.951	3.889
- Comércio, serviço e outras atividades	8.907	8.765	161.713	145.342	38.494	37.666
- Rural	2.787	2.813	16.611	14.427	2.965	2.618
- Poder Público	785	796	84.808	80.625	18.329	19.130
- Iluminação Pública	96	82	28.163	24.127	3.824	3.408
- Serviço Público	79	68	19.679	19.218	2.995	2.847
FORNECIMENTO NÃO FATURADO	0	-	0	0	988	(1.316)
(+/-) CVA	-	-	-	-	514	
	102.062	**97.186**	**700.465**	**619.300**	**161.019**	**148.745**
SUPRIMENTO	1	1	189.946	170.274	31.138	29.147
TOTAL	**102.063**	**97.187**	**890.411**	**789.574**	**192.157**	**177.892**

(*) Informações não auditadas

A Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL, por meio da Resolução nº 1.455, homologou o resultado do reajuste tarifário extraordinário de 2013 da Companhia correspondendo a um efeito negativo na tarifa de 18,00%, com vigência de 24 de janeiro 2013 a outubro de 2013. Em outubro de 2013 a ANEEL, por meio da Resolução nº 1.648/2013, homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2013 da Companhia correspondendo a um efeito tarifário médio negativo de 6,98%, com vigência de novembro 2013 a outubro de 2014. Em outubro de 2014 a ANEEL, por meio da Resolução nº 1.816/2014, homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2014 correspondendo a um efeito tarifário médio de 16,95%, com vigência de novembro 2014 a outubro 2015.

b) Receita de construção - a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a de distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada no quadro anterior. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível e financeiro em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c) Outras receitas operacionais

	31/12/14	31/12/13
Renda de prestações de serviços	786	470
Arrendamento, aluguéis de bens	1.696	1.022
Serviço taxado	1.198	978
Subvenções e Baixa Renda	4.014	2.987
Outras	1.684	440
Total	**9.378**	**5.897**

d) Deduções das receitas operacionais

	31/12/14	31/12/13
ICMS	(32.083)	(30.570)
PIS/PASEP	(4.361)	(3.724)
COFINS	(18.929)	(17.154)
ISS	(107)	(73)
Encargos PEE	(962)	(819)
Encargos CCC	-	(358)
Encargos P&D	(962)	(819)
Taxa de fiscalização	(214)	(218)
	(57.618)	**(53.735)**

NOTA 23 - CUSTO OPERACIONAL

O custo do serviço apresentado na Demonstração do Resultado pode ser assim apresentado:

		31/12/14	31/12/13
Energia elétrica comprada para revenda	a	(97.966)	(105.741)
Pessoal	b	(31.297)	(34.575)
Material		(186)	(395)
Materia prima e insumo p/ produção de energia	c	(23.230)	(14.933)
Serviços de terceiros	d	(16.738)	(17.363)
Depreciação e amortização		(6.451)	(6.271)
Outras		(469)	(183)
		(176.337)	**(179.461)**

a) Energia Elétrica comprada para revenda - a variação a menor foi decorrente dos efeitos do Decreto nº 7.945, de junho de 2013, o qual autorizou que a ANEEL repassasse às distribuidoras de energia elétrica Recursos da Conta de Desenvolvimento energético - CDE, para fazer frente aos custos adicionais incorridos pelas concessionárias na prestação de seus serviços aos consumidores, sendo que a contabilização do reembolso da CDE deve ser feito nas contas contábeis que deram origem aos custos adicionais, que em nossa companhia foi na conta de energia elétrica comprada para revenda;

b) Pessoal - a principal variação da redução com pessoal no período foi devido, principalmente, ao Programa de Incentivo à Demissão - PID ocorrido em 2013.

c) Matéria prima e insumos para produção de energia - maior consumo desses insumos na geração de energia foi devido ao complemento do fornecimento de energia elétrica na área de concessão.

d) Serviços de terceiros - do valor total desta rubrica, R$ 15.046 em 2014 e R$ 14.648 em 2013, referem-se aos valores de Custo de construção.

NOTA 24 - DESPESAS OPERACIONAIS

As Despesas Operacionais (constituídas pelas despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas operacionais) especificadas na Demonstração do Resultado possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

		31/12/14	31/12/13
Pessoal		(33.804)	(33.893)
Administradores		(329)	(528)
Entidade de previdência privada		(2.004)	(1.927)
Material		(890)	(909)
Serviço de terceiros		(15.584)	(14.180)
Depreciação		(2.944)	(3.036)
(Provisões) Reversões p/ créditos de liquidação duvidosa - clientes	a	(29.931)	49.771
Provisão para contingências		(17.894)	(7.425)
Reversão (Provisões) para contingências		13.138	5.970
Arrendamentos e aluguéis		(191)	(245)
Provisão/Reversão para redução de valor recuperável de ativos	b	23.405	26.050
Ganhos (perdas) da Lei 12.783/13		-	37.008
Perdas na Desativação de Bens e Direitos		-	(3.515)
Outras Receitas (Despesas)		(3.541)	(2.712)
Total		**(70.569)**	**50.429**

a) A principal variação das provisões e reversões no período foi decorrente do pagamento em 2013 efetuado pela Companhia Energética de Roraima - CERR, para quitação dos valores referentes a contratos de parcelamentos pendentes e também valores de suprimento de energia elétrica devidos, os quais se encontravam provisionados.

b) Vide nota 28.

NOTA 25 - RESULTADO FINANCEIRO

		31/12/14	31/12/13
Receitas Financeiras			
Renda de aplicações financeiras		834	1.581
Variação monetária ativa	a	49.194	29.309
Outras		28.714	1.367
Total de Receitas		**78.742**	**32.257**
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas	b	(4.214)	(3.084)
Variação monetária passiva	c	(79.322)	(13.605)
Outros		(7.087)	(11.481)
Total de Despesas		**(90.623)**	**(28.170)**
Efeito líquido no resultado		**(11.881)**	**4.087**

a) Referem-se aos juros, multas e acréscimos moratórios relacionados aos contratos de parcelamentos; e atualizações da energia elétrica vendida aos consumidores.

b) Os valores de 2014 referem-se a encargos do serviço da dívida de todos os contratos registrados como Empréstimos e Financiamentos junto à Eletrobras.

c) Os principais valores registrados em Variações monetárias passivas decorreram: da atualização de valores devidos à Petrobrás Distribuidora referente a fornecimento de produtos derivados de petróleo; de juros e multas de devido a inadimplência no pagamento das faturas de energia elétrica comprada para revenda junto à Eletronorte; da atualização monetária referente a valores da ação Reclamatória Trabalhista Ordinária (Remuneração Global); e da atualização via IGPM referente ao valor devido dos Ativos adquiridos (Linha de transmissão 69KV - SE Boa Vista, SE Distrito Industrial e da Subestação Distrito Industrial 69/13,8 KV) em 2009.

NOTA 26 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

26.1. Gestão de Risco de Capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA

	31/12/14	31/12/13
Total dos Empréstimos	44.448	25.238
Fornecedores	228.317	148.730
Obrigações de Ressarcimento	57.209	57.209
	329.974	231.177
Menos:		
Caixa e equivalente a caixa	(7.286)	(7.502)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Direito de ressarcimento	(146.857)	(56.278)
	(154.143)	(63.780)
Dívida Líquida	175.831	167.397
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	69.726	15.908
Total do Capital	245.557	183.305
%	**139,66**	**109,50**

26.2. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40.

26.2.1. Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias:

a) Caixa e equivalentes de caixa - incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

b) Contas a receber de clientes - engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

c) Ativo Financeiro (Concessão)- refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro disponível para venda por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

26.2.2. Passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Estão classificados nas seguintes categorias:

a) Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são mensurados pelo custo, na prática o valor apresentado na nota fiscal de compra.

b) Empréstimos e financiamentos - após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método taxa efetiva de juros.

26.2.3. Estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, menos a PCLD, e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)	31/12/14			31/12/2013		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e Recebíveis						
Clientes	55.373			40.524		
Disponível para venda						
Ativo Financeiro - Concessões	-	172.524	-	-	160.277	-
	55.373	**172.524**	-	**40.524**	**160.277**	-
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Conta Corrente	5.483			1.961		
Aplicações Financeiras		1.803	-		5.541	-
	5.483	**1.803**	-	**1.961**	**5.541**	-
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)	**31/12/14**			**31/12/2013**		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Mensurados a custo Amortizado						
Financiamentos e Empréstimos	44.448	-		25.238		
Fornecedores	228.317	-		148.730		
	272.765	-	-	**173.968**	-	-

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou sem realização. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 são classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.

- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado, quando aplicável.

- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente, quando aplicável.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Análise da sensibilidade:

Instrumentos Financeiros	Valor 31/12/14	Índice em 31/12/14 % a.a	Cenário I (-25%) Índice	Cenário II (-50%) Índice	Cenário I (-25%) Valor	Cenário II (-50%) Valor
ATIVOS						
Aplicações Financeiras	1.803	9,15	6,86	4,575	1.352	902
PASSIVOS						
Empréstimos e Financiamentos	44.448	11,44	8,58	5,72	33.336	22.224

26.2.4. Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Administração da Companhia segue a orientação do Conselho de Administração na gestão de riscos financeiros e operacionais.

Os principais riscos identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Risco de crédito - a política da Companhia considera o risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. O acompanhamento dos prazos concedidos são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber de clientes. Para recuperação da inadimplência a Companhia atua por meio de: Programas de renegociação dos débitos pendentes; Suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; Contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso; e Cobrança judicial. Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a aplicação financeira apenas em instituições oficiais utilizando-se de fundos de investimentos com risco baixo.

b) Risco de liquidez - é o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros (quadro abaixo com valores futuros com fluxos não descontados), em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria financeira.

				Controlada
	Menos de um ano	entre um e dois anos	entre dois e cinco anos	acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014	**236.222**	**19.035**	**54.451**	**91.598**
Empréstimos	7.905	12.299	15.801	8.443
Fornecedores	228.317	6.736	38.650	83.155
		-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	**156.473**	**8.264**	**7.593**	**1.638**
Empréstimos	7.743	8.264	7.593	1.638
Fornecedores	148.730	-	-	-

c) Risco de escassez de energia - o risco é decorrente do racionamento de energia elétrica importada da Venezuela para atender o Estado de Roraima por meio da Interligação elétrica Santa Helena - Boa Vista em 230kv. Este risco é minimizado em função de contratos firmados junto a produtores independentes e de comodato da Usina UTE Floresta com a Eletronorte.

d) Risco de mercado

- Risco com taxa de juros - o risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, na Companhia este risco é baixo devido nossos empréstimos serem captados somente junto a Eletrobras.

e) Instrumentos financeiros por categoria

Na tabela abaixo a Companhia classifica seus instrumentos financeiros por Categoria:

Ativos, conforme o balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativo financeiro - concessões de serviço público	-	160.277	-	**160.277**
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	40.524	-	-	**40.524**
Caixa e equivalentes de caixa		-	7.502	**7.502**
31 de dezembro de 2013	**40.524**	**160.277**	**7.502**	**208.303**
Ativo financeiro - concessões de serviço público	-	172.524	-	**172.524**
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	55.373	-	-	**55.373**
Caixa e equivalentes de caixa			7.286	**7.286**
31 de dezembro de 2014	**55.373**	**172.524**	**7.286**	**235.183**

Passivos, conforme o balanço patrimonial	Outros passivos financeiros	Total
Empréstimos	25.238	**25.238**
Fornecedores	148.730	**148.730**
31 de dezembro de 2013	**173.968**	**173.968**
Empréstimos	44.448	**44.448**
Fornecedores	356.858	**356.858**
31 de dezembro de 2014	**401.306**	**401.306**

NOTA 27 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD) e de contribuição definida (CD).

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego.

27.1 Programa Previdenciário

A Companhia instituiu um programa de benefícios complementares aos concedidos pelo Regime Geral da Previdência Social, cuja administração cabe à PREVINORTE - Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, caracterizada como entidade fechada de previdência complementar, instituída e patrocinada pela Companhia, entre outras entidades do Sistema Eletrobras, conforme exigências da legislação brasileira.

O programa de benefícios previdenciários é mantido através de dois planos de benefícios. O Plano de Benefícios Definidos - Plano BD, instituído com a finalidade de assegurar aos empregados aposentados pela Companhia uma renda de inatividade assemelhada à da ativa, quando somada àquela paga pelo Regime Geral da Previdência Social, e o Plano de Contribuições Definidas - Plano CD, com o objetivo de assegurar uma renda de inatividade determinada pelos aportes de contribuição e de suas capitalizações durante a fase de atividade. O Plano BD foi fechado para novas adesões quando do lançamento do Plano CD no ano 2000.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela PREVINORTE.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

Plano CD

O plano CD, por sua vez, oferece basicamente os mesmos benefícios do Plano BD, abaixo descrito, entretanto sem paralelo direto com os salários da atividade. Constitui um plano de acumulação de poupanças durante a fase da vida ativa na companhia, com reversão em renda de aposentadoria.

Esse regime contributivo estabelece aportes mensais por parte de empregados e da Companhia, com base em plano de custeio atuarial pré-concebido. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2014, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R$ 1.376 (31.12.2013 - R$ 1.375).

Plano BD

Em resumo, no plano BD, os benefícios são concedidos com base no salário de atividade, descontado o valor garantido pelo Regime Geral da Previdência Social. O programa garante a concessão de um patamar mínimo de renda, além do resgate ou portabilidade de contribuições para desligados e a possibilidade de continuarem vinculados, mesmo após o rompimento do vínculo empregatício, mediante contribuição plena. Além disso, há a concessão de um pecúlio por morte, em regime de pagamento único.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrada:

DADOS POPULACIONAIS	2014	2013
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	11	12
1.2. Idade Média	49	48
1.3 Salário Médio em R$	9.805	9.027,88
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	4	4
2.2. Idade Média	66	64
2.3. Benefício Médio em R$	2.696	1.690,06
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	2	1
3.2. Benefício Médio em R$	1.658	2900,08
População Total	**17**	**17**

27.2 Outros benefícios pós-emprego

27.2.1 Seguro-saúde

A Companhia concede aos aposentados por invalidez, e a seus dependentes, a cobertura de gastos médicos. De acordo com os dados de custos incorridos, foram avaliados, sob a hipótese de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, conforme tábua biométrica selecionada, os compromissos potenciais de longo prazo.

27.3 Efeitos do Plano BD e Assistência Saúde

27.3.1 Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas	2014	2013
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,27%	12,11%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,20%	6,47%
Projeção de aumento médio dos salários	7,83%	7,41%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,72%	5,30%
Taxa média de inflação anual	5,72%	5,30%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,27%	12,11%
Hipóteses Demográficas		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT -83 BASIC F	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 49 DES 2 ANOS	AT-83
Tábua de invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi de R$ 990 (R$ 208 em 2013).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration.

27.3.2 Planos de benefícios em 31 de dezembro

O plano de benefício normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos, crédito de depósitos privados e ações, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução n° 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

A conciliação dos passivos e ativos dos planos de benefícios estão apresentadas a seguir:

Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

	2014			2013		
	Plano BD	Saúde	Total	Plano BD	Saúde	Total
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	7.829	2.421	10.250	6.317	888	7.205
Valor justo dos ativos do plano (-)	(7.199)	-	(7.199)	(6.152)	-	(6.152)
Passivo(Ativo) Líquido	630	2.421	3.051	165	888	1.053
Custo do serviço corrente	157	189	346	97	-	97
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	2	107	109	158	151	309
Despesa/ (Receita) atuarial reconhecida no exercício	159	296	455	255	151	406

Descritivo	2014			2013		
	Plano BD	Saúde	Total	Plano BD	Saúde	Total
Alterações nas obrigações						
Valor das obrigações atuariais no início do ano	6.317	888	**7.205**	7.563	1.719	**9.282**
Custo de serviços corrente líquido	297	189	**486**	231	-	**231**
Custo de juros	1.151	107	**1.258**	665	151	**816**
Benefícios pagos	(212)	(848)	**(1.060)**	(106)	(10)	**(116)**
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração	*275*	*2.085*	***2.360***	*(2.036)*	*(972)*	***(3.008)***
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas biométricas	121	84	**205**	-	-	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	100	1.456	**1.556**	(3.554)	(636)	**(4.190)**
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	55	545	**600**	1.518	(336)	**1.182**
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	**7.829**	**2.421**	**10.250**	**6.317**	**888**	**7.205**

Alterações nos ativos financeiros	2014			2013		
	Plano BD	Saúde	Total	Plano BD	Saúde	Total
Valor justo dos ativos no início do ano	6.152	-	**6.152**	5.770	-	**5.770**
Receita de Juros	756	-	**756**	507	-	**507**
Contribuições patronais	128	848	**976**	147	10	**157**
Contribuições de participantes do plano	141	-	**141**	133	-	**133**
Benefícios pagos / adiantados	(212)	(848)	**(1.060)**	(106)	(10)	**(116)**
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração	-	-	-	-	-	-
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	234	-	**234**	(299)	-	**(299)**
Valor justo dos ativos no fim do exercício	**7.199**	**-**	**7.199**	**6.152**	**-**	**6.152**

As principais categorias de ativos do Plano BD, no final do período de relatório, e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Categoria de Ativo	2014	2013
Disponível	2	2
Realizável	207	-
Títulos Publicos	2.474	2.267
Crédito de Depósitos Privados	1.880	2.441
Fundos de Investimento	2.366	1.017
Investimentos em Renda Variável	158	272
Investimentos Imobiliários	173	174
Empréstimos e Financiamentos	121	155
Outros	(5)	-
(-) Exigíveis Previdenciários	(13)	(17)
(-) Exigíveis Contingencial	-	-
(-) Fundo de Investimentos	-	(2)
(-) Fundo Administrativo	(164)	(159)
Total dos Ativos Garantidos	**7.199**	**6.152**

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

27.3.3 Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2014	31.12.2013
Programa Previdenciário	977	935
Programa de Saúde	2.528	441
Total	**3.505**	**1.376**

Descritivo	2014			2013		
	Plano BD	Saúde	Total	Plano BD	Saúde	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício						
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(121)	(84)	(205)	-	-	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(100)	(1.456)	(1.556)	3.554	636	4.190
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(55)	(545)	(600)	(1.518)	336	(1.182)
Retorno sobre ativos do plano	234	-	234	(299)	-	(299)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	**(42)**	**(2.085)**	**(2.127)**	**1.737**	**972**	**2.709**

27.3.4 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R$ 136 com o plano de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 15,25 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Benefícios de aposentadoria	218	261	921	22.033	**23.433**

27.4. Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento nos custos médicos, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Plano BD

- Se a taxa de desconto fossem 0,25% pontos-base mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 270 (aumento de R$ 286).

- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 117 (redução de R$ 121).

Plano Saúde

- Se os custos médicos fossem 0,25% pontos-base mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria alta de R$218 (redução de R$196).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NOTA 28 - ANÁLISE DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

A Companhia elaborou estudo técnico de recuperação dos seus ativos em uso com base no valor presente dos fluxos de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos.

Para tanto, foi realizada análises do fluxo de caixa da concessionária até 2015, data limite da concessão de distribuição de energia elétrica com a premissa de renovação a partir de 2015, calculando-se o seu valor descontado acumulado e comparando-o ao valor do ativo imobilizado e o ativo financeiro líquidos em serviço no final de 2014.

Os procedimentos utilizados para as elaborações das projeções financeiras na base econômica seguem integralmente os parâmetros empregados na elaboração dos demonstrativos financeiros da Companhia determinados pela legislação brasileira e para o setor elétrico nacional.

Para o ano de 2014, foi considerado o resultado societário contábil realizado até dezembro de 2014, considerando os critérios a seguir:

a) Taxa de desconto de 6,14%;

b) Receita com fornecimento de Energia, foi considerada a variação da previsão de mercado para o mês de dezembro, valorado pela tarifa média real em 2014;

c) Crescimento vegetativo (vertical) do mercado;

d) Considerado o plano de perdas;

e) Compra de energia, considerando os valores projetados com base na energia requerida contratada para 2013 e com os efeitos da Lei 12.111/09;

f) Custos de Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras Despesas Operacionais, foi considerada a valor realizado e as projeções do Plano de Negócios;

g) Imposto de Renda e CSSL foram considerados para fins de cálculo de impairment;

h) Nenhum novo investimento;

i) Inadimplência: foi projetada uma inadimplência, calculada sobre as vendas brutas, utilizando o nível de perdas realizadas no ano de 2014. Estes valores estão computados na rubrica Provisões (Inadimplência, contencioso e perdas);

j) Deduções: permanecido a relação desta rubrica com as Vendas Brutas no ano de 2014;

De acordo com a análise realizada, o teste apontou para uma reversão da totalidade da onerosidade registrada em dezembro de 2013, em função dos seguintes aspectos:

- Princípio da evidencia contábil para sustentar os valores anteriormente registrados.
- A onerosidade já está refletida nos resultados das demonstrações financeiras.
- A possiblidade da renovação da concessão deve ampliar o horizonte do estudo o que em parte eliminaria qualquer onerosidade anteriormente registrada.

NOTA 29 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda da pessoa jurídica, de que trata a Lei nº 9.249/95 é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, aplicando-se a alíquota de 15% e adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada sobre o lucro ajustado, aplicando-se a alíquota de 9%.

No período findo em 31 de dezembro de 2014, foram apurados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. Conforme CPC-32 (Tributos sobre o Lucro) Companhias com histórico de resultados negativos e sem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, não devem constituir ativo fiscal diferido.

a) Apuração do lucro real

	31/12/14	31/12/13
(Prejuízo) Lucro do período antes do IR e CSLL	**(51.689)**	**35.159**
Provisões (reversão de provisões)	56.547	(54.777)
Demais adições (exclusões)	(13.284)	(9.222)
RTT	-	(4.400)
(Prejuízo) Lucro do período	**(8.426)**	**(33.240)**

Encontram-se registrados, na Parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR, prejuízos fiscais, sem prazos de prescrição, compensáveis com lucros a serem auferidos futuramente, conforme legislação vigente.

A Lei nº 12.973/14, que resultou da conversão da MP 627/13, tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime de Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015.

A Companhia antecipou para o exercício de 2014 a extinção do RTT, conforme opção dada pela IN nº 1.499 de 14 de outubro de 2014. As novas regras não geraram impactos relevantes, tendo em vista que os itens tratados como RTT permanecerão tendo o mesmo efeito tributário.

b) Créditos fiscais

	31/12/14	31/12/13
Prejuízos fiscais acumulados	552.282	529.195
Base de cálculo negativa da CSLL	498.233	522.921
Provisões não dedutíveis	212.355	167.115
Demais adições temporárias	47.713	19.583
Total	**1.310.583**	**1.238.814**

A Companhia tem, ao longo dos anos, apurado valores decorrentes de Base de Cálculo Negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

NOTA 30 - ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

30.1. Reconhecimento dos valores a receber e obrigações de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte - Poder Concedente. Esse novo evento altera, a partir dessa data, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo. São condições, assim, que diferem em essência das que ocorriam anteriormente.

Os efeitos do aditamento dos contratos de concessão e permissão não têm natureza de mudança de política contábil, mas, sim, a de uma nova situação e, consequentemente, sua aplicação será prospectiva. Portanto, o registro dos valores a receber e/ou obrigações foi efetuado em contas de ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, em contrapartida ao resultado do exercício (receita de venda de bens e serviços).

30.2. Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, incorporando os saldos dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. O referido evento demanda o reconhecimento do saldo de quaisquer diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros ainda não recuperados ou liquidados. Conforme Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 021/2001-ANEEL 10 de dezembro de 2014, processo nº 48500.005603/2014-05.

	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO CIRCULANTE		
a. Parcela A - CVA	619	607
PASSIVO CIRCULANTE		
a. Parcela A - CVA	150	3.024
Total dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	**469**	**(2.417)**

(*) O saldo de 31 de dezembro de 2013 está apresentado apenas para fins de comparabilidade nessa nota explicativa, o reconhecimento contábil dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros foi realizado de maneira prospectiva a partir de dezembro de 2014.

Os valores residuais líquidos registrados como valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros apresentaram a movimentação no exercício de 2014 conforme abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	**2.417**
(-) (Perdas) / ganhos	(46)
(-) Realizado	(2.840)
Total registrado em 31 de dezembro de 2014	(2.886)
Saldo a realizar em 31 de dezembro de 2014	**(469)**

a) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os montantes registrados no ativo circulante referem-se aos valores já homologados pela ANEEL quando do reajuste tarifário concluído em Outubro de 2014, e os montantes registrados no passivo circulante representam uma estimativa da formação da CVA a ser homologada no próximo reajuste tarifário outubro de 2015).

NOTA 31 - SEGUROS

31.1. Risco Nomeado e Operacional

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia seguem especificamente a política de Gerenciamento de Seguros definida por sua Administração, visando à contratação de coberturas securitárias adequadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 8.666/93, 8.987/95, 10.520/02, Decreto 5.450/05 e demais legislações aplicáveis. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

SEGUROS

Seguradora	Risco	2011	Data da Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Tókio Marine	Engenharia	115.271	21/02/2014 a 21/02/2015	496.068	39

A apólice de seguros nº 9600000000070 oferece cobertura aos riscos de engenharia sob a condição de primeiro risco absoluto, considerando risco coberto o acidente que exija reparo ou reposição do bem segurado, de forma a possibilitar que o mesmo possa continuar a trabalhar ou operar normalmente, respondendo a seguradora pelos prejuízos cobertos, independente dos valores em risco.

Estão cobertos pela apólice vigente, os principais equipamentos das subestações, com seus respectivos valores segurados e Limites Máximos de Indenizações. A apólice contratada possui cobertura securitária básica de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, e cobertura adicional contra danos elétricos, roubo e vendaval, roubo e furto qualificado, Cobertura de Equipamentos Eletrônicos, além de cobertura para inclusões e exclusões de locais, equipamentos até o limite de R$ 12.640.

31.2. Seguro de Vida

Seguro contratado para 286 empregados da Companhia, através da Apólice de Seguros nº 3557126160, Seguradora Tokio Marine, limitado ao valor máximo de indenização R$ 355.670,50 (trezentos e cinquenta e cinco Mil seiscentos e setenta reais e cinquenta centavos).

NOTA 32 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados aos contratos de compra de energia elétrica e com alugueis de grupos geradores, os quais estão previstos conforme segue:

POSIÇÕES VENDIDAS

	Vigência	2016	2017	2018	2019
Energia Elétrica	2016 a 2019	201.779	271.009	298.252	327.021
Total		**201.779**	**271.009**	**298.252**	**327.021**

POSIÇÕES COMPRADAS

	Vigência	2016	2017	2018	2019
Geração	2016	194.297	-	-	-
Total		**194.297**	**-**	**-**	**-**

José Lélis de Morais Jota
Diretor Presidente-Interino

Paulo Roberto dos Santos Silveira
Diretor Financeiro

Luís Hiroshi Sakamoto
Diretor de Gestão

Pedro Mateus de Oliveira
Diretor de Planejamento e Expansão

Luiz Armando Crestana
Diretor Comercial

Nelisson Sergio Hoewell
Diretor de Assuntos Reg. e Projetos Especiais

Licínio da Trindade Santana Jardim
Contador - CRC/AM - 010097/O-0 T-RR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PARECER

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Boa Vista Energia S.A.

Boa Vista - RR

Examinamos as demonstrações financeiras da Boa Vista Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Boa Vista Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1 e 2 às demonstrações financeiras, que indicam que a Companhia, em 31 de dezembro de 2014, apresenta passivo a descoberto no montante de R$ 69.726 mil e excesso de passivo circulante sobre ativo circulante de R$ 73.865 mil. Adicionalmente, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não houve a decisão final do poder concedente sobre a aprovação quanto ao pedido de prorrogação da concessão, cujo vencimento será em julho de 2015. Essas condições, juntamente com a dependência financeira de sua controladora, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Valores a receber sujeitos à aprovação do órgão regulador

Chamamos atenção para o mencionado na nota explicativa nº 6, pelo fato da Companhia possuir, em 31 de dezembro de 2014, créditos a receber da conta de consumo de combustíveis fósseis - CCC-ISOL, no montante de R$ 155.833 mil, líquidos dos valores registrados no ativo, montante de R$ 213.042 mil, e no passivo, no montante de R$ 57.209 mil, referente à subvenção pela distribuição de energia nos sistemas isolados do período de janeiro a dezembro de 2014. Tais créditos a receber vêm sendo calculados e registrados mensalmente pela Companhia, com base na Lei nº 12.111/2009, no Decreto nº 7.246/2010 e em resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia recebeu o último reembolso em agosto de 2014, referente a reembolsos de competência de 2013 e, desde então, vem acumulando os créditos mensalmente apurados ao valor histórico, uma vez que não há previsão para sua atualização monetária. A realização deste saldo depende, em última instância, de transferência de recursos oriundos da União Federal, controladora final da Companhia. A administração da Companhia não espera incorrer em perdas nestes montantes. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram seu relatório datado de 28 de abril de 2014, com modificações sobre os seguintes assuntos: (i) a não quantificação dos impactos em exercícios anteriores do montante de R$ 7,1 milhões registrados no resultado do exercício de 2012 referentes ao processo trabalhista denominado "Curva de Tamburello"; (ii) o não fornecimento de análises apropriadas e suficientes sobre o montante de R$ 33,9 milhões registrados em provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício de 2012; (iii) a não constituição da provisão para contingência referente à multas aplicadas pela ANEEL em anos anteriores no montante de R$ 9 milhões; e (iv) a não conciliação dos direitos e obrigações com ICMS, PIS/PASEP e COFINS decorrentes das operações compra e distribuição de energia elétrica no sistema isolado. Adicionalmente, os referidos relatórios continham parágrafo de ênfase sobre continuidade operacional, tal como mencionado acima.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Manaus, 25 de março de 2015

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP014428/O-6

LUCIANO MEDEIROS

Contador CRC SP-138148/O-3 T-AM

DANILO SIMAN SIMÕES

Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

RELAÇÃO Nº 43/2015 - SEDE - DF

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

800.690/2014-ASSOCIAÇÃO DOS ASSENTADOS DO CAPIM GROSSO-ALVARÁ N°2595/2015-Destacado do DNPM 800.784/2013-ALVARÁ N°498/2014-Vencimento em 17/01/2016

896.272/2014-SIDINEI RODRIGUES LIMA MARMORARIA ESTRELA DO SUL ME-ALVARÁ N°2596/2015-Destacado do DNPM 896.476/2012-ALVARÁ N°5.806/2013-Vencimento em 14/06/2015

896.404/2014-QUIUQUI MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°2597/2015-Destacado do DNPM 896.468/2012-ALVARÁ N°2.498/2013-Vencimento em 09/04/2015

896.441/2014-DARCY RIBEIRO DE OLIVEIRA-ALVARÁ N°2598/2015-Destacado do DNPM 896.706/2011-ALVARÁ N°11.128/2013-Vencimento em 23/10/2015

896.474/2014-DTG DO BRASIL LTDA. ME-ALVARÁ N°2599/2015-Destacado do DNPM 896.146/2014-ALVARÁ N°6.659/2014-Vencimento em 21/07/2016

896.499/2014-GUILHERME CHICON MOSCA-ALVARÁ N°2600/2015-Destacado do DNPM 896.001/2013-ALVARÁ N°4.545/2014-Vencimento em 28/05/2016

896.500/2014-AREIA RIO DOCE LTDA-ALVARÁ N°2601/2015-Destacado do DNPM 896.001/2013-ALVARÁ N°4.545/2014-Vencimento em 28/05/2016

896.503/2014-CARLOS PEREIRA DA SILVA M R S MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES ME-ALVARÁ N°2602/2015-Destacado do DNPM 896.001/2013-ALVARÁ N°4.545/2014-Vencimento em 28/05/2016

RELAÇÃO Nº 47/2015-CE

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(322)

2637/2015-800.001/2015-NEMESIO BEZERRA HOLANDA PINTO-

2638/2015-800.063/2015-AJ MINERACAO E TRANSPORTES LTDA ME-

2639/2015-800.065/2015-A J S GOMES PREMOLDADOS ME-

2640/2015-800.066/2015-AJ MINERACAO E TRANSPORTES LTDA ME-

2641/2015-800.074/2015-LED MINERAÇÃO LTDA ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(323)

2642/2015-800.073/2015-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-

RELAÇÃO Nº 37/2015-SP

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(321)

2603/2015-820.689/2010-MINERAÇÃO E CALCÁRIO VITTI LTDA.-

2604/2015-820.009/2013-ALEXANDRE WHATELY PAIVA-

2605/2015-820.537/2014-LUIZ RAIMUNDO NEVES-

2606/2015-820.557/2014-LUIZ RAIMUNDO NEVES-

2607/2015-820.750/2014-JOSEMARY NUNES MARIN-

2608/2015-820.755/2014-EMPRESA DE MINERAÇÃO E ARTEFATOS DE CIMENTO JBS LTDA EPP-

2609/2015-820.759/2014-ABÍLIO CESAR COMERON ME-

2610/2015-820.766/2014-PONTEPEDRAS MINERAÇÃO E BRITAGEM LTDA.-

2611/2015-820.768/2014-JOÃO THARSICIO ANTUNES-

2612/2015-820.770/2014-ROBERTO TADEU TEIXEIRA MACHADO-

2613/2015-820.771/2014-CERÂMICA MOMBUCA LTDA-

2614/2015-820.781/2014-DIONISIO EDVALDO DE GODOY-

2615/2015-820.787/2014-MINERAÇÃO STELA MARIS LTDA ME-

2616/2015-820.788/2014-MINERAÇÃO STELA MARIS LTDA ME-

2617/2015-820.792/2014-PGV LOCAÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS LTDA ME-

2618/2015-820.793/2014-PGV LOCAÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS LTDA ME-

2619/2015-820.794/2014-PGV LOCAÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS LTDA ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(322)

2620/2015-820.175/2009-PECUÁRIA SERRAMAR LTDA-

2621/2015-820.115/2014-ANUAR DE OLIVEIRA LAUAR ENGENHARIA-

2622/2015-820.116/2014-ANUAR DE OLIVEIRA LAUAR ENGENHARIA-

2623/2015-820.117/2014-ANUAR DE OLIVEIRA LAUAR ENGENHARIA-

2624/2015-820.773/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A-

2625/2015-820.774/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(323)

2626/2015-820.534/2011-HAMILTON MORGADO-

2627/2015-820.535/2011-HAMILTON MORGADO-

2628/2015-820.414/2012-JOSÉ JOÃO DAL BON-

2629/2015-821.199/2013-BARRETOS COUNTRY ACQUAPARK LTDA-

2630/2015-821.299/2013-JOSE MARCOS FACCIOLI-

2631/2015-820.036/2014-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA-

2632/2015-820.232/2014-AGOSTINHO SERGIO ZAMUNER-

2633/2015-820.610/2014-AGUA MINERAL HYLEM PRODUÇÃO COMERCIALIZAÇÃO LTDA-

2634/2015-820.625/2014-ALAN INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA-

2635/2015-820.646/2014-ANTONIO CARLOS ESPER CURIATI-

2636/2015-820.719/2014-MAURO ESTEVES-

SERGIO AUGUSTO DAMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 16/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

851.166/1983-SERGIO CERQUEIRA BARCELLOS

851.174/1983-SERGIO CERQUEIRA BARCELLOS

851.307/1983-NEWTON DE ALMEIDA RODRIGUES

851.239/1984-CARBOMIL S A MINERAÇÃO E INDÚSTRIA

851.561/1984-MINERAÇÃO SERRA MORENA LTDA

RELAÇÃO Nº 17/2015

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) **da não apresentação de recurso administrativo**; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Notificado: Mineração Vila Nova ltda. CNPJ: 02.008461/0001-36. - Processo de Cobrança Nº 958.059/2013, Decisão Nº 001/2015 - Superintendência do DNPM/AP, Valor: R$ 184.808,86.

GEORGE MORAIS DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 48/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
801.097/2011-SANTA INES MISTURINI ME-OF. N°309/2015
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
800.882/2011-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-OF. N°310/2015
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
800.174/2013-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-GRANJA/CE - Guia n° 02/2015-2.600TONELADAS-QUARTZITO- Validade:20/05/2015
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
800.100/2007-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.- Área de 875,58 para 178,48-ARENITO
800.453/2011-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.- Área de 904,32 para 231,19-ARENITO
800.455/2011-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.- Área de 790,13 para 48,85-ARENITO
800.981/2011-ANTÔNIO ROBERTO ROCHA SILVA ME-Área de 555,30 para 177,41-CALCÁRIO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.008/2014-RHUANNY AGROPECUARIA LTDA. ME
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
800.351/2010-FRANCISCO RAIMUNDO SANTIAGO BESSA ME- Alvará n°7.493/2010 - Cessionário: COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI- CNPJ 10.260.249/0001-90
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.408/2006-MINETE MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°396/2015
801.042/2008-MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-OF. N°402/2015
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
800.408/2006-MINETE MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°394/2015 e 395/2015-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
801.042/2008-MILGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-OF. N°401/2015
801.106/2008-JOSÉ DE ARIMATÉA LIMA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA. EPP-OF. N°392/2015
800.736/2009-EMPRESA DE MINERAÇÃO GRANITOS DE ITAITINGA LTDA-OF. N°403/2015
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.405/2006-CONTERRÂNEA INDÚSTRIA DE ÁGUAS LTDA-OF. N°381/2015

RELAÇÃO Nº 49/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
800.208/2013-JOSÉ WANGINALDO DE GOIS- DOU de 19/03/2014
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
801.074/2010-MDN MINERIOS DO NORDESTE LTDA EPP- Publicado DOU de 05/06/2014
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
800.089/2010-AGROVALE COMPANHIA AGROINDUSTRIAL VALE DO CURU S.A.- NOT. N°37/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
800.098/2006-EMPRESA DE MINERAÇÃO GRANITOS DE ITAITINGA LTDA-OF. N°1421/2014-DOU de 16/10/2014

RELAÇÃO Nº 50/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.057/2015-F GUTO MORDONIO OLIVEIRA ME-OF. N°340/2015
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
800.553/2014-ISAQUES LUZIA NEVES-OF. N°333/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
800.941/2012-FOROSOJA INVESTIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA ME-Registro de Licença N°27/2015 de 01/04/2015-Vencimento em 27/12/2017
800.340/2013-EMX MINERAÇÕES E LIGAS DO BRASIL LTDA ME-Registro de Licença N°25/2015 de 01/04/2015-Vencimento em 26/11/2022 S.A
800.534/2014-F T DE SOUSA MINERAÇÕ ME-Registro de Licença N°26/2015 de 01/04/2015-Vencimento em 03/09/2016 S.A
800.012/2015-FEIJO E MACIEL INDUSTRIA CERAMICA LTDA ME-Registro de Licença N°24/2015 de 18/03/2015-Vencimento em 24/10/2015 S.A
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.552/2014-JOÃO NETO DE SOUSA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO ME-OF. N°301/2015 S.A
800.575/2014-FORTLAND CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA EPP-OF. N°393/2015 S.A
800.579/2014-CERÂMICAS KAPPA INDUSTRIA LTDA-OF. N°315/2015 S.A
800.618/2014-PADRE CICERO MINERAÇÃO E PECUÁRIA LTDA-OF. N°316/2015 S.A
800.663/2014-PADRE CICERO MINERAÇÃO E PECUÁRIA LTDA-OF. N°331/2015 S.A
800.029/2015-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-OF. N°301/2015 S.A
800.041/2015-CEARÁ INDÚSTRIA DE ARGAMASSA COLANTE LTDA ME-OF. N°314/2015 S.A
800.051/2015-CERÂMICA AGUAS BELAS LTDA ME-OF. N°312/2015 S.A
800.052/2015-J B P DANTAS-OF. N°299/2015 S.A
800.053/2015-CONSORCIO AGUAS DO CEARÁ-OF. N°313/2015 S.A
800.062/2015-PORCINA NEUMA COELHO DE SÁ-OF. N°345/2015 S.A
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281) S.A
800.093/2015-CERÂMICA JUAZEIRO DA SANTANA LTDA ME S.A
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282) S.A
800.368/2011-DAVI LINHARES ANDRADE
800.310/2012-ESTRELA PARTICIPAÇÕES LTDA S.A
800.395/2013-JOSE WAGNER VIANAA AVELINO TRANSPORTES E MINERAÇÕES ME S.A
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742) S.A
800.428/2006-J MOURA DE OLIVEIRA ME- Registro de Licença N°:862/2008 - Vencimento em 31/12/2015 S.A
801.104/2011-BARREIRO TABATINGA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA ME- Registro de Licença N°:1325/2013 - Vencimento em 27/02/2018 S.A
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749) S.A
800.365/2006-MAURÍCIO FREDERICO DIAS SIMÕES-Cessionário:MAURÍCIO FREDERICO DIAS SIMÕES ME- CNPJ 07.095.857/0001-81- Registro de Licença n°815/2007- Vencimento da Licença: 06/04/2025
800.440/2006-CERÂMICAS KAPPA INDUSTRIA LTDA-Cessionário:LUIZ GENTIL NETO ME- CNPJ 08.585.373/0001-83-Registro de Licença n°804/2007- Vencimento da Licença: 24/02/2018
800.053/2008-CERÂMICAS KAPPA INDUSTRIA LTDA-Cessionário:LUIZ GENTIL NETO ME- CNPJ 08.585.373/0001-83-Registro de Licença n°933/2009- Vencimento da Licença: 24/02/2018
Homologa renúncia do registro de Licença(784)
800.004/2003-MHS ARRAES CERAMICA LTDA

RELAÇÃO Nº 53/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
800.106/2015-ANDERSON GASPARELO BAIENSE
Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
801.074/2010-MDN MINERIOS DO NORDESTE LTDA EPP-GRANITO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.245/2008-INGO GUSTAV WENDER
800.198/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.212/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.213/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.214/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.215/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.216/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.217/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.218/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.219/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.220/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.221/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.222/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.223/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.224/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.225/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.226/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.227/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.229/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.231/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.233/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.236/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.237/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.238/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.239/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.240/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.241/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.242/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.243/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.244/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.245/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.246/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.247/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.248/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.249/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.251/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.253/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.255/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.256/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.257/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.258/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.485/2012-CALMAPI INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS DO PIAUÍ LTDA.
800.841/2012-EVEREST MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EIRELI
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
800.236/2013-FRUTUOZO V COSTA EIRELI M.E.-Registro de Licença N°1478/2014 de 03/10/2014-Vencimento em 03/12/2032

RELAÇÃO Nº 54/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
800.011/2015-PEDREIRA ANHANGUERA S A EMPRESA DE MINERAÇÃO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.020/2015-CONGONHAS MINÉRIOS S.A.-OF. N°311/2015
800.030/2015-IRAPUAN ROBERTO DE PAULA-OF. N°344/2015
800.031/2015-BURITI ÁGUAS MINERAIS LTDA ME-OF. N°305/2015
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.945/2008-COAL & COOPER MINERAÇÃO LTDA.
800.946/2008-COAL & COOPER MINERAÇÃO LTDA.
800.145/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.146/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.147/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.148/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.149/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.150/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.151/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.152/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

800.153/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.154/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.155/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.156/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.157/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.158/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.159/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.160/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.161/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.162/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.163/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.164/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.165/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.166/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.167/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.168/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.169/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.170/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.171/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.172/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.173/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.174/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.175/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.176/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.177/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.178/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.179/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.180/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.199/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.200/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.201/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.202/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.203/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.204/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.205/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.206/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.207/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.208/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.209/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.210/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.211/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.228/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.230/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.250/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.252/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A
800.254/2012-BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS S.A

FRANCISCO FEITOSA DE CARVALHO FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 58/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
868.037/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.
868.038/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.
868.040/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.
868.041/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.
868.042/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.
868.043/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.227/2010-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-OF. N°442/15
868.214/2014-FRANCISCO DE ASSIS MOURA-OF. N°444/15
868.215/2014-FRANCISCO DE ASSIS MOURA-OF. N°444/15
868.248/2014-DUPLAN CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.-OF. N°439/15
868.030/2015-PORTO DE AREIA ANJO DA GUARDA EIRELI ME-OF. N°350/15
868.033/2015-OURO BRANCO EXTRATIVISMO E COMERCIO LTDA EPP-OF. N°382/15
868.035/2015-CARLOS JOSÉ SCARPINI-OF. N°386/15
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(134)
868.037/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°2178/14
868.038/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°2178/14
868.040/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°2178/14
868.041/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°2178/14
868.042/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°2178/14
868.043/2013-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°2178/14
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
868.129/2002-BUNGE FERTILIZANTES S A
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
868.276/2013-DEMOP PARTICIPAÇÕES LTDA.
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
868.123/2014-MINERAÇÃO SANTO ANTÔNIO LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Determina a interdição da lavra(442)
866.744/1985-ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE ITABIRITO LTDA- N° do Termo de Interdição:02/2015, de 13/04/2015- Lacre N° s/nº
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
806.723/1970-MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA SA-OF. N°221.44.001/15
814.160/1974-MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA SA-OF. N°221.44.001/15
814.161/1974-MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA SA-OF. N°221.44.001/15
960.229/1979-MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA SA-OF. N°221.44.001/15
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
807.203/1971-VETORIAL MINERAÇÃO S A- AI N°56/15 - 57/15 - 58/15
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
001.280/1959-MINERAÇÃO MATO GROSSO SA.-OF. N°221.44.020/15
001.282/1959-MINERAÇÃO MATO GROSSO SA.-OF. N°221.44.020/15
000.050/1966-MINERAÇÃO DOBRADOS S A INDÚSTRIA E COMÉRCIO-OF. N°221.44.019/15
000.051/1966-MINERAÇÃO DOBRADOS S A INDÚSTRIA E COMÉRCIO-OF. N°221.44.019/15
000.052/1966-MINERAÇÃO DOBRADOS S A INDÚSTRIA E COMÉRCIO-OF. N°221.44.019/15
000.053/1966-MINERAÇÃO DOBRADOS S A INDÚSTRIA E COMÉRCIO-OF. N°221.44.019/15
000.054/1966-MINERAÇÃO DOBRADOS S A INDÚSTRIA E COMÉRCIO-OF. N°221.44.019/15
000.055/1966-MINERAÇÃO OCIREMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°221.44.021/15
000.057/1966-MINERAÇÃO OCIREMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°221.44.021/15
000.058/1966-MINERAÇÃO OCIREMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°221.44.021/15
000.059/1966-MINERAÇÃO OCIREMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°221.44.021/15
806.723/1970-MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA SA-OF. N°221.44.018/15
814.160/1974-MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA SA-OF. N°221.44.018/15
814.161/1974-MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA SA-OF. N°221.44.018/15
960.229/1979-MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA SA-OF. N°221.44.018/15
861.647/1981-MINERAÇÃO MATO GROSSO SA.-OF. N°221.44.020/15
861.648/1981-MINERAÇÃO MATO GROSSO SA.-OF. N°221.44.020/15
866.744/1985-ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE ITABIRITO LTDA-OF. N°221.44.022/15
966.347/1989-URUCUM MINERAÇÃO SA.-OF. N°221.44.017/15
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
868.233/2014-MINERAÇÃO SANTO ANTÔNIO LTDA-Registro de Licença N°07/2015 de 09/04/2015-Vencimento em 18/08/2019
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
868.017/2015-DEMOP PARTICIPAÇÕES LTDA.
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
868.019/2010-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA - EPP-Registro de Licença N°:22/2010 - Vencimento em 03/03/2020
868.160/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.- Registro de Licença N°:23/2010 - Vencimento em 05/03/2016
868.161/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.- Registro de Licença N°:24/2010 - Vencimento em 05/05/2016
868.162/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.- Registro de Licença N°:25/2010 - Vencimento em 05/05/2016
868.163/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.- Registro de Licença N°:26/2010 - Vencimento em 05/05/2016
868.164/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.- Registro de Licença N°:27/2010 - Vencimento em 05/05/2016
868.165/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.- Registro de Licença N°:28/2010 - Vencimento em 05/05/2016
868.167/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.- Registro de Licença N°:29/2010 - Vencimento em 05/05/2016
868.169/2010-HIDROPLAN EXTRAÇÃO MINERAL LTDA.- Registro de Licença N°:31/2010 - Vencimento em 05/05/2016
868.091/2013-KARRÚ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA- Registro de Licença N°:26/2013 - Vencimento em 19/03/2018
868.243/2013-KARRÚ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS CERÂMICOS LTDA- Registro de Licença N°:49/2013 - Vencimento em 24/09/2018

ANTONIO CARLOS NAVERRETE SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 99/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
851.426/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.427/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.428/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.429/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.430/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.431/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.434/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.435/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.437/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.440/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.441/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.442/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.444/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.445/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.446/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.448/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.449/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.450/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.451/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.452/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.454/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.460/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

851.461/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.464/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.466/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.469/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.470/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.471/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.472/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.473/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.474/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.475/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.476/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.477/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.478/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.479/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.480/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.481/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.483/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.484/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.485/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.486/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.487/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.489/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.490/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.491/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.492/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.493/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.494/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.496/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.497/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.605/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.606/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.608/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.609/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.610/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.611/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.612/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.613/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.614/2011-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.

THIAGO MARQUES DE ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 108/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
846.464/2007-EUFRÁSIO ALVES PAMPLONA-AI N°065/2015

RELAÇÃO Nº 109/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
846.023/2010-THOR NORDESTE GRANITOS LTDA-OF. N°357/2015

RELAÇÃO Nº 110/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1711)
846.432/2007-MARIA APARECIDA AMORIM FARIAS-AI N°004/2015

RELAÇÃO Nº 114/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Despacho publicado(156)
846.038/2015-MARCELLE LEITE IMPERIANO TOLEDO-Oficío n° 371/2015 - Intima para apresentar manifestação acerca da juntada n° 48415-000446/2015-83, no prazo de 05 (cinco) dias.
846.047/2015-MINERAÇÃO FLORENTINO LTDA-Oficío n° 370/2015 - Intima para apresentar manifestação acerca da juntada n° 48415-000446/2015-83, no prazo de 05 (cinco) dias.

GUILHERME HENRIQUE SILVEIRA E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 20/2015

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
826.103/1995-MINERAÇÃO FLORESTA DE GUAÍRA LTDA-OF. N°95/2015/DGTM/DNPM/PR-DOU de 23/03/2015
826.104/1995-MINERAÇÃO FLORESTA DE GUAÍRA LTDA-OF. N°96/2015/DGTM/DNPM/PR-DOU de 23/03/2015
826.106/1995-MINERAÇÃO FLORESTA DE GUAÍRA LTDA-OF. N°97/2015/DGTM/DNPM/PR-DOU de 23/03/2015
826.107/1995-MINERAÇÃO FLORESTA DE GUAÍRA LTDA-OF. N°98/2015/DGTM/DNPM/PR-DOU de 23/03/2015
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
826.087/1993-AREAL CERAMITEL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME - Publicado DOU de 19/07/1999, Relação n° 8/1999, Seção I, pág. 24- Onde se lê:"...no município de Paranaguá-PR..." Leia-se:"...nos municípios de Paranaguá-PR e Morretes-PR..."
826.490/1995-NAVEGAÇÃO SÃO MARTINHO LTDA. - Publicado DOU de 26/02/2003, Relação n° 63/2003, Seção I, pág. 71- Onde se lê: "...reserva medida: 495.223 m³ e reserva indicada: 193.543 m³..." Leia-se: "...reserva medida 171.955 m³ e reserva indicada: 60.949 m³..."
826.288/2000-MINERAÇÃO RIO BRANCO DO SUL LTDA. - Publicado DOU de 24/10/2011, Relação n° 200/2011, Seção I, pág. 81- Onde se lê: '...Aprova o relatório Final de Pesquisa para mármore dolomítico...", Leia-se: "... Aprova o Relatório final de Pesquisa para Calcário..."
826.264/2002-AMAZON SPRING WATERS RECURSOS MINERAIS S A - Publicado DOU de 18/10/2006, Relação n° 348/2006, Seção I, pág. 49- Onde se lê: "...Poço 02 "Fonte Amazon Spring Water" vazão 26.400 l/h, Leia-se: "...Poço 01 " Fonte amazon Spring Water" vazão 26.400 l/h..."
826.519/2005-KINAI EDA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA EPP - Publicado DOU de 11/05/2010, Relação n° 40/2010, Seção I, pág. 77- Onde se lê: "...Kiani Eda Extração de areia Ltda Epp - área de 68,81ha para 49,67ha...", Leia-se: "...Kinai Eda Extração de Areia Ltda Epp - área de 68,81ha para 40,85ha..."

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 32/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
810.227/2009-IBARÉ MINERAL LTDA-LAVRAS DO SUL/RS, SÃO GABRIEL/RS - Guia n° 001/2015-10.000toneladas-Granito- Validade:08/04/2016
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
811.189/2010-ILGO JOÃO KOPPLIN FIRMA INDIVIDUAL-Areia
811.190/2010-ILGO JOÃO KOPPLIN FIRMA INDIVIDUAL-Areia
811.191/2010-ILGO JOÃO KOPPLIN FIRMA INDIVIDUAL-Areia
811.208/2010-ILGO JOÃO KOPPLIN FIRMA INDIVIDUAL-Areia
811.209/2010-ILGO JOÃO KOPPLIN FIRMA INDIVIDUAL-Areia
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
810.398/2005-ELCIDES LUIZ SEBBEN
810.569/2005-SUPERTEX CONCRETO LTDA
810.252/2007-VALDIR JOÃO VENTURA
810.823/2007-VALDIR JOÃO VENTURA
810.476/2009-THIAGO MERCK REALI
811.467/2011-NERVO INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS LTDA ME
811.402/2012-VENILDO ALBERTO VOGELEI
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
810.631/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°14905/2008
810.676/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°18079/2008
810.677/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°18080/2008
810.681/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°18081/2008
810.682/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°18082/2008
810.683/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°18083/2008
810.684/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°18084/2008
810.685/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°18085/2008
810.686/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°18086/2008
810.687/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°14911/2008
811.026/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3362/2009
811.027/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3363/2009
811.028/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3364/2009
811.029/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3365/2009
811.030/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3366/2009
811.031/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3367/2009
811.032/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3369/2009
811.033/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3368/2009
811.034/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3370/2009
811.035/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3371/2009
811.036/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3372/2009
811.037/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3373/2009
811.038/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3374/2009
811.039/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3375/2009
811.040/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3376/2009
811.041/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3377/2009
811.042/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3378/2009
811.043/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3379/2009
811.044/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3380/2009
811.045/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3381/2009
811.046/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3384/2009
811.047/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3382/2009
811.048/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3383/2009
811.049/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3388/2009
811.050/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3389/2009
811.051/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3390/2009
811.052/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3391/2009
811.053/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3392/2009
811.054/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3393/2009
811.055/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3394/2009
811.056/2008-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°3395/2009
810.425/2009-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°10148/2009
810.426/2009-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°10149/2009
810.427/2009-SOMAR SOCIEDADE MINERADORA LTDA.-ALVARÁ N°10150/2009
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
811.080/2009-JOSÉ LUIZ BARRETO DA COSTA-ALVARÁ N°133/2012
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
810.985/2007-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA-ALVARÁ N°9114/2011
810.648/2008-ALTA MERIDIONAL PESQUISA E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°13834/2010

SERGIO BIZARRO CEZAR

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 11/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
884.062/2014-NAZARE BATISTA AZEVEDO-OF. N°038/2015

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
884.018/2007-VALDOIR DA CONCEIÇÃO
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
884.007/2009-RIO BRANCO COMERCIAL LTDA-ALVARÁ N°11125/2010
884.008/2009-RIO BRANCO COMERCIAL LTDA-ALVARÁ N°11.126/2010
884.010/2009-RIO BRANCO COMERCIAL LTDA-ALVARÁ N°11.128/2010
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
884.025/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS-OF. N°048/2015
884.026/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS-OF. N°048/2015
884.027/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS-OF. N°048/2015
884.029/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS-OF. N°048/2015
884.031/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS-OF. N°048/2015
884.034/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS-OF. N°048/2015
884.035/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS-OF. N°048/2015
884.037/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS-OF. N°048/2015
884.038/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS-OF. N°048/2015
884.039/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS-OF. N°048/2015
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
884.028/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS
884.030/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS
884.032/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS
884.033/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS
884.036/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS
884.040/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS
884.041/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
884.045/2015-RIO BRANCO COMERCIAL LTDA-Registro de Licença N°155/2015 de 18/11/2014-Vencimento em 18/11/2018
884.047/2015-RIO BRANCO COMERCIAL LTDA-Registro de Licença N°156/2015 de 18/11/2014-Vencimento em 18/11/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
884.023/2015-ALEX CARVALHO MAIA-OF. N°044/2015
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
884.084/2010-PEDRA NORTE EXTRAÇÃO DE PEDRA LTDA- Registro de Licença N°:094/2010 - Vencimento em 06/04/2021

RELAÇÃO Nº 12/2015

Fase de Licenciamento
Retificação de despacho(1391)
884.164/2014-TERRAPLAN CONSTRUÇÕES LTDA - Publicado DOU de 25/03/2015, Relação n° 9/2015, Seção 1, pág. 58-Onde-se lê: Registro de Licença Nº 164, Leia-se: Registro de Licença Nº 152/2015

EUGÊNIO PACELLI TAVARES

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 53/2015

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
816.102/1996-PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA.-SCHROEDER/SC - Guia n° 037/2015-10.000Toneladas-Saibro- Validade:13/04/2016
815.691/2006-CEMAN COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-SÃO JOÃO BATISTA/SC - Guia n° 035/2015 e 036/2015-12.000 e 30.000Toneladas-Argilar e Areia- Validade:10/04/2016
815.410/2007-EXTRAÇÃO DE AREIA MINAZÉM LTDA-GRAVATAL/SC - Guia n° 031/2015-13.200Toneladas-Areia- Validade:06/04/2016
815.337/2009-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-TURVO/SC - Guia n° 032/2015-15.000Toneladas-Argila refratária- Validade:08/04/2016
815.738/2010-BIANCO EXTRAÇÃO DE AREIA, COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA.-CURITIBANOS/SC, PONTE ALTA DO NORTE/SC - Guia n° 034/2015-18.000Toneladas-Areia- Validade:20/01/2016
815.739/2010-BIANCO EXTRAÇÃO DE AREIA, COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA.-CURITIBANOS/SC, PONTE ALTA DO NORTE/SC, SÃO CRISTOVÃO DO SUL/SC - Guia n° 033/2015-18.000Toneladas-Areia- Validade:20/01/2016

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 53/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
864.006/2015-ANDERSON DE ALMEIDA OLIVEIRA ME
864.008/2015-ANDERSON DE ALMEIDA OLIVEIRA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.333/2014-XYZ BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA EPP-OF. N°062/2015 - SUP/DNPM/TO
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
864.037/2013-GRB GRAFITE DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
864.600/2010-EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA- Alvará n°5904/2011 - Cessionario:864.094/2015-DENISE DO PRADO SILVA ZORDAN- CPF ou CNPJ 709.313.051-87
864.600/2010-EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA- Alvará n°5904/2011 - Cessionario:864.095/2015-DUBAI MINERADORA LTDA.- CPF ou CNPJ 21.315.565/0001-38
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
864.386/2013-XIXTO MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. -Alvará N°1992/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
864.090/2014-ADEILDE DA S. BEZERRA-Registro de Licença N°09/2015 de 10/04/2015-Vencimento em 13/04/2024
864.050/2015-AILTON LOPES DA CONCEIÇÃO CERÂMICA SANTA CATARINA-Registro de Licença N°06/2015 de 08/04/2015-Vencimento em 19/02/2025
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
864.036/2014-JOÃO HÉLIO TEIXEIRA MONTEIRO ME
864.291/2014-ANTÔNIO DOMINGOS BARBOSA RODRIGUES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.048/2014-PASQUALI EXTRAÇÃO EIRELI ME-OF. N°131/2015 - SUP/DNPM/TO
864.075/2014-JR DAMACENO MATOS ME-OF. N°084/2015 - SUP/DNPM/TO
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
864.041/2014-PASQUALI EXTRAÇÃO EIRELI ME
Fase de Licenciamento
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de licenciamento(750)
864.883/2008-SPA ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Fase de Registro de Extração
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 1 ano(939)
864.047/2014-PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLÂNDIA-Registro de Extração N°03/2014 de 16/06/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
864.173/2004-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1154/2014 - SUP/DNPM/TO/SGTM
864.175/2004-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°188/2015 - SUP/DNPM/TO/SGTM
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
864.007/2015-JOÃO DA CRUZ DA PAZ
864.013/2015-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS E PRODUTORES DE OURO DE CHAPADA DE NATIVIDADE
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
864.222/2004-EMS EMPRESA DE RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS LTDA.

RELAÇÃO Nº 54/2015

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
864.536/2007-RUBENS MALAQUIAS AMARAL-OF. N°398/2015 - DNPM/TO
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
860.506/1990-NATIVA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.004/2015 - DNPM/TO
860.507/1990-NATIVA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.004/2015 - DNPM/TO
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
864.300/2008-MINERAX MINERAÇÃO XAMBIOÁ LTDA.-OF. N°221.44.003/2015 - DNPM/TO

RÔMULO SOARES MARQUES

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 139, DE 15 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.001164/2015-34, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.069, de 24 de fevereiro de 2015, de titularidade da empresa Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.626.861/0001-91, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput é alcançado pelo art. 4º, inciso III, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de fevereiro de 2015 e são de exclusiva responsabilidade da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.			02	CNPJ 08.626.861/0001-91
03	Logradouro Avenida Presidente Vargas			04	Número 955
05	Complemento 14º Andar, Sala 1401 (Parte)	06	Bairro/Distrito Centro	07	CEP 20071-004
08	Município Rio de Janeiro	09	UF RJ	10	Telefone (21) 2223-7342
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	Reforços na Subestação Pirapora II (Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.069, de 24 de fevereiro de 2015).				
Descrição do Projeto	Reforços em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica, relativos à Subestação Pirapora II, compreendendo: I - instalação de um Banco de Reatores de Barra em 345 kV de 3x26,6 MVAr; e II - instalação de um Módulo de Conexão, em 345 kV, Arranjo Disjuntor e Meio, para o Banco de Reatores de Barra em 345 kV.				
Período de Execução	De 27/2/2015 a 27/1/2017.				
Localidade do Projeto [Município/UF]	Município de Pirapora, Estado de Minas Gerais.				
12	REPRESENTANTES, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: Ramon Sade Haddad.				CPF: 284.517.086-68.	
Nome: Murilo Magalhães Nogueira.				CPF: 829.271.117-15.	
Nome: Aldrea Giorgia Wernek.				CPF: 053.411.387-75.	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)
Bens	12.821.386,00.
Serviços	4.755.403,95.
Outros	....
Total (1)	**17.576.789,95**.
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)
Bens	11.723.875,36.
Serviços	4.755.403,95.
Outros	....
Total (2)	**16.479.279,31**.

PORTARIA Nº 140, DE 15 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.000895/2015-62, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote F do Leilão nº 01/2014-ANEEL, de titularidade da empresa Cantareira Transmissora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.732.109/0001-20, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, objeto do Contrato de Concessão nº 019/2014-ANEEL, celebrado em 5 de setembro de 2014, é alcançado pelo art. 4º, inciso II, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de fevereiro de 2015 e são de exclusiva responsabilidade da Cantareira Transmissora de Energia S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Cantareira Transmissora de Energia S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Cantareira Transmissora de Energia S.A.			02	CNPJ 20.732.109/0001-20
03	Logradouro Rua Coronel Dulcídio			04	Número 800
05	Complemento	06	Bairro/Distrito Batel	07	CEP 80420-170
08	Município Curitiba	09	UF PR	10	Telefone (41) 3331-2443
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	Lote F do Leilão nº 01/2014-ANEEL (Contrato de Concessão nº 019/2014-ANEEL, celebrado em 5 de setembro de 2014).				
Descrição do Projeto	Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, relativo ao Lote F do Leilão nº 01/2014-ANEEL, compreendendo: I - Linha de Transmissão Estreito - Fernão Dias, em 500 kV, Circuito Duplo, com extensão aproximada de trezentos e vinte e oito quilômetros, com origem na Subestação Estreito e término na Subestação Fernão Dias; e II - Entradas de Linha, Interligações de Barramentos, Barramentos, Equipamentos de Compensação Reativa e respectivas Conexões nas Subestações Estreito e Fernão Dias, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.				
Período de Execução	De 5/9/2014 a 5/3/2018.				
Localidade do Projeto [Município(s)/UF(s)]	Municípios de Ibiraci, Claraval, São Tomás de Aquino, São Sebastião do Paraíso, Itamogi, Monte Santo de Minas, Arceburgo, Andradas, Albertina, Jacutinga e Monte Sião, Estado de Minas Gerais, Franca, Patrocínio Paulista, Itirapuã, Mococa, São José do Rio Pardo, Divinolândia, São Sebastião da Grama, Vargem Grande do Sul, São João da Boa Vista, Santo Antônio do Jardim, Itapira, Lindóia, Serra Negra, Monte Alegre do Sul, Pinhalzinho, Tuiuti, Bragança Paulista e Atibaia, Estado de São Paulo.				
12	REPRESENTANTES, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: Leonardo André Machado de Castro.				CPF: 026.417.529-80.	
Nome: José Caetano de Mattos Neto.				CPF: 856.396.216-72.	
Nome: Danielle Bernardo Costa.				CPF: 087.918.147-82.	
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	428.524.250,00.				
Serviços	320.174.250,00.				
Outros	108.350.000,00.				
Total (1)	**857.048.500,00**.				
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	395.500.000,00.				
Serviços	295.500.000,00.				
Outros	100.000.000,00.				
Total (2)	**791.000.000,00**.				

Ministério do Desenvolvimento Agrário

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No Art. 1º da Portaria n° 109, de 13 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 14 de abril de 2015, página 65, Seção 1, onde se lê: "Tornar pública a meta global do quinto ciclo de avaliação de desempenho institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário, na forma do anexo", leia-se: "Tornar pública a meta global do sexto ciclo de avaliação de desempenho institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário, na forma do anexo".

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 153, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Substituto, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº. 1.100, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº. 7.231 de 23 de outubro de 1984, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 21, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº. 6.812, de 3 de abril de 2009, combinado com os incisos V e VII, do art. 122, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/nº. 20, de 8 de abril de 2009, e

Considerando os termos e exposições do Processo Administrativo nº 54220.001784/2005-41, referente à regularização fundiária do Território Quilombola de Mormaça/RS.

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT; e as Instruções Normativas/INCRA nº 20/2005, 49/2008 e 57/2009.

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Mormaça apresentado pela Comissão instituída pela Ordem de Serviço/INCRA/SR (11)/RS/GAB nº 54, de 01 de setembro de 2006.

Considerando os termos e exposições dos documentos na INFORMAÇÃO TÉCNICA/INCRA/DF/DFQ/Nº 22/2012, fls. 807 a 820, e PARECER nº 140/2012/CGA/PRCF/PFE-INCRA, fls. 799 a 805, presentes no Processo Administrativo INCRA nº 54220.001784/2005-41, resolve:

Art. 1º Julgar, ad referendum do Conselho Diretor, improcedentes os recursos apresentados por Cesar Santos Clamer, Cezar Saccardo, Claudecir Luiz Pagote, Eduardo Saccardo, Ermindo Domingos Cesca, Itacir Sacardo, Ivo Sacardo, Loreni José Polese, Marcellino Belaver, Mario Serro, Maximino Saccardo, Nelson Guerra, Onildo Serro, Orlando Serro, Roberto Rosseto, Valdecir Sacardo, Amélio Antônio Rodighero, Azor João Rodihero, Darci Clamer, Leodimir José Pagote, Luciano Pagote, Luiz Estevão Anversa e Olice Vitalino Serro, todos constantes dos autos do processo administrativo nº 54220.001784/2005-41.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GOÉS SILVA

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 102, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Altera o Processo Produtivo Básico para os produtos TELEJOGOS E SEUS ACESSÓRIOS ("JOYSTICKS") e CARTUCHOS PARA TELEJOGOS, industrializados na Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.000613/2009-87, de 5 de junho de 2009, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para os produtos TELEJOGOS E SEUS ACESSÓRIOS ("JOYSTICKS") e CARTUCHOS PARA TELEJOGOS, industrializados na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 26, de 28 de janeiro de 2013, passa a ser o seguinte:

I - fabricação da unidade magnética de disco rígido (HD), quando aplicável;

II - encapsulamento da unidade de disco rígido, por meio da montagem mecânica e soldagem das tampas do gabinete que a envolve, quando aplicável;

III - fabricação do gabinete do telejogo (tampa superior e inferior) a partir da injeção plástica, quando aplicável;

IV - fabricação dos chicotes elétricos (feixe de fios com seus conectores) não sobreinjetados, a partir da trefilação e recozimento do fio de cobre;

V - fabricação dos cabos de força para corrente alternada, mesmo sobreinjetados, fabricados a partir da trefilação e recozimento do fio de cobre;

VI - fabricação dos circuitos impressos (placa nua) da placa mãe;

VII - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas do Módulo Wi-Fi, quando aplicável;

VIII - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso com componentes ou circuito integrado ou módulos que implementem a função de memória, do tipo DRAM ou NAND Flash, quando aplicável;

IX - fabricação da unidade de armazenamento de dados, não volátil em meio semicondutor (SSD - Solid State Drive), quando aplicável;

X - fabricação da fonte de alimentação (conversor CA/CC) ou gabinete metálico (chassi);

XI - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso;

XII - montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XIII - integração das placas e das partes elétricas e mecânicas na formação do produto final, montadas de acordo com as etapas descritas nos incisos XI e XII.

§ 1º Todas as etapas descritas no caput deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, exceto as etapas descritas nos incisos VI, VII e IX, que poderão ser realizadas em outras regiões do País.

§ 2º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto a etapa descrita no inciso XIII do caput, que não poderá ser objeto de terceirização.

§ 3º Ficam dispensadas, até 31 de dezembro de 2015, as etapas estabelecidas nos incisos I e II do caput deste artigo.

§ 4º O cumprimento das etapas previstas nos incisos III a X do caput deste artigo deverá observar o disposto no art. 4º.

Art. 2º Fica dispensado o cumprimento da etapa estabelecida no inciso XI do art. 1º até o limite de 18% (dezoito por cento) da quantidade total de placas montadas, a ser utilizada pela empresa na fabricação do produto, conforme produção no ano-calendário.

Parágrafo único. No caso de início de produção, a partir do segundo semestre do ano-calendário, o cumprimento do percentual a que se refere o caput poderá ser efetuado até 31 de dezembro do ano subsequente ao em que se verificar o início de produção.

Art. 3º Fica temporariamente dispensada a montagem dos seguintes módulos ou subconjuntos:

I - subconjunto mecanismo leitor de mídia para telejogos;

II - dispositivos de entrada de dados e/ou acionamento para controle de telejogos (joysticks e controle remoto), com ou sem sensor de captura de movimento e/ou som;

III - módulo de comunicação sem fio tecnologia Bluetooth;

IV - antena interna para rede de comunicação sem fio (rede wireless);

V - módulo de interface de comunicação sem fio (wireless) do console com o controle de telejogo (joystick);

VI - subconjuntos mecânicos constituídos de peças plásticas e/ou metálicas, com ou sem fiação elétrica, compostos de, até, 15 (quinze) componentes, exceto quando constituídos de gabinetes (tampa superior e inferior);

VII - módulo de comunicação sem fio (Wi-Fi) combinado com tecnologia Bluetooth, sob a forma de circuito integrado híbrido com encapsulamento tipo BGA (Ball Grid Array); e

VIII - placa de interface entre o painel frontal e a placa mãe (com função liga/desliga).

Parágrafo único. As dispensas a que se refere o caput para os dispositivos constantes dos incisos I e II aplicam-se, apenas, à fabricação do produto TELEJOGO.

Art. 4º Os seguintes subconjuntos, partes, peças e componentes deverão ser fabricados, conforme seus respectivos Processos Produtivos Básicos, e de acordo com o cronograma abaixo, no qual os percentuais são calculados sobre a base total de utilização dos respectivos componentes, no ano-calendário:

SUBCONJUNTOS, PARTES, PEÇAS E COMPONENTES	2013	2014	2015	2016	2017 em diante
I - Gabinete do telejogo (tampa superior e inferior) a partir da injeção plástica.		50%	80%	80%	80%
II - Chicotes elétricos (feixe de fios com seus conectores) não sobreinjetados, fabricados a partir da trefilação e recozimento do fio de cobre.	50%	60%	80%	80%	80%
III - Cabos de força para corrente alternada, mesmo sobreinjetados, fabricados a partir da trefilação e recozimento do fio de cobre, observado o disposto no § 1º deste artigo.	50%	60%	80%	80%	80%
IV - Circuitos impressos (placa nua) da placa mãe.			20%	40%	50%
V - Módulo Wi-Fi		30%	40%	50%	50%
VI - Placa de circuito impresso com componentes ou circuito integrado ou módulos que implementem a função de memória, do tipo DRAM ou NAND Flash, quando aplicável.		30%	40%	50%	50%
VII - Unidade de armazenamento de dados, não volátil em meio semicondutor (SSD - Solid State Drive), quando aplicável.		30%	40%	50%	50%
VIII - Fonte de alimentação (conversor CA/CC) ou gabinete metálico (chassi)		50%	60%	80%	80%

1º Os cabos de força para corrente alternada aos quais se refere o inciso III do cronograma estabelecido no caput deste artigo deverão ser fabricados a partir da trefilação e recozimento do fio de cobre, quando produzidos em outras regiões do País, de acordo com o percentual mínimo de 90% (noventa por cento), em peso, tomando por base a quantidade total utilizada na produção, no ano-calendário.

§ 2º Caso os percentuais estabelecidos neste artigo não sejam alcançados, a empresa ficará obrigada a cumprir a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro do ano subsequente, sem prejuízo das obrigações correntes.

§ 3º A diferença residual a que se refere o § 2º não poderá exceder a 10% (dez por cento), tomando-se por base a produção do ano em que não for possível atingir o limite estabelecido.

§ 4º A fonte de alimentação (conversor CA/CC) a que se refere este artigo deverá ser fabricada a partir da montagem dos componentes na placa de circuito impresso e adição do cabo de força fabricado de acordo com o disposto no inciso III e no § 1º.

§ 5º Os percentuais de utilização de fontes de alimentação (conversores CA/CC) ou gabinetes metálicos (chassis), para fins de cumprimento do inciso VIII do cronograma estabelecido no caput deste artigo, podem ser contabilizados de forma isolada ou cumulativa.

§ 6º Excepcionalmente, o percentual de 50% estabelecido pelo inciso I do caput para a fabricação dos gabinetes do telejogo a partir da injeção plástica, com relação ao ano de 2014, poderá ultrapassar o percentual disposto no § 3º e ser compensado, em quantidade, pelas empresas, até o ano de 2017, sem prejuízo das obrigações correntes.

§ 7º Excepcionalmente, o percentual de 50% estabelecido pelo inciso II do caput para a fabricação de chicotes elétricos, com relação ao ano de 2013, poderá ser compensado, em quantidade, pelas empresas, até o ano de 2017, sem prejuízo das obrigações correntes.

§ 8º Excepcionalmente, o percentual de 50% estabelecido pelo inciso III do caput para a fabricação de cabos de força para corrente alternada, com relação ao ano de 2013, poderá ultrapassar o percentual disposto no § 3º e ser compensado, em quantidade, pelas empresas, até o ano de 2015, sem prejuízo das obrigações correntes.

§ 9º Excepcionalmente, o percentual de 30% estabelecido pelo inciso V do caput para a fabricação de módulos Wi-Fi do telejogo, com relação ao ano de 2014, poderá ultrapassar o percentual disposto no § 3º e ser compensado, em quantidade, pelas empresas, até o ano de 2017, sem prejuízo das obrigações correntes.

§ 10. Excepcionalmente, o percentual de 50% estabelecido pelo inciso VIII do caput para a fabricação da fonte de alimentação ou gabinete metálico, com relação ao ano de 2014, poderá ultrapassar o percentual disposto no § 3º e ser compensado, em quantidade, pelas empresas, até o ano de 2016, sem prejuízo das obrigações correntes.

Art. 5º No caso de empresa que não apresente produção, no ano seguinte, por motivo de encerramento de sua atividade fabril, encerramento de fabricação própria ou comprovação de término de contrato, em caso de fabricante atuando sob contrato de manufatura para terceiros, a empresa poderá repassar as obrigações de que tratam os §§ 5º a 10 do art. 4º à empresa sucessora do contrato, ou à empresa contratada para a manufatura do produto, desde que com a anuência desta.

Art. 6º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 26, de 28 de janeiro de 2013.

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

ALDO REBELO
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

RETIFICAÇÃO

Notas Explicativas às demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2014 - publicado em 30 de março de 2015, na seção 1, página 231.

Nota explicativa nº. 2, Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, no segundo parágrafo, onde se lê:

As demonstrações financeiras da BNDESPAR foram aprovadas para emissão pela Diretoria, em 12 de fevereiro de 2015.

Leia-se:

As demonstrações financeiras da BNDESPAR foram aprovadas para emissão pela Diretoria, em 24 de março de 2015.

Essa redação cancela a retificação publicada em 16 de abril de 2015, na seção 1, página 67.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 197, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea i do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que outorga ao Inmetro competência para compor comissões técnicas para o desenvolvimento de instrumentos efetivos de operacionalização de Programas de Avaliação da Conformidade;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 76, de 28 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 01 de fevereiro de 2011, seção 1, páginas 172 e 173, que aprova a primeira revisão do Regimento Interno das Comissões Técnicas para assessorar o Inmetro no desenvolvimento destes Programas;

Considerando a necessidade de atualização da Comissão Técnica para "Bicicletas de Uso Adulto", criada pela Portaria Inmetro n.º 101 de 12 de abril de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 17 de abril de 2006, seção 01, página 78, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Revisar a composição da Comissão Técnica "Bicicletas de Uso Adulto", conforme abaixo:

I. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro;
a) Coordenação Geral de Acreditação - Cgcre;
b) Diretoria da Avaliação da Conformidade - Dconf;
c) Diretoria de Metrologia Científica e Industrial - Dimci;
d) Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ-I;
II. Associação Brasileira de Avaliação da Conformidade - Abrac;
III. Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
IV. Associação Brasileira do Setor de Bicicletas - Aliança Bike;
V. Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares - Abraciclo;
VI. Associação Brasileira dos Fabricantes, Distribuidores, Exportadores e Importadores de Bicicletas, Peças e Acessórios - Abradibi;
VII Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos - Anip;
VIII. Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP;
IX. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp;
X. Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - Fecomercio;
XI. Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica - FUCAPI;
XII. Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários - Simefre.

Parágrafo único. Cada uma das instituições supramencionadas deverá ser representada por um titular e um suplente, conforme estabelecido no Regimento Interno das Comissões Técnicas.

Art. 2º Estabelecer que a Comissão Técnica ora revisada tem como objetivo propor instrumentos efetivos de operacionalização, implementação e melhoria das atividades relativas aos Programas de Avaliação da Conformidade para Bicicletas de Uso Adulto.

Art. 3º Revogar a Portaria Inmetro n.º 101/2006 a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 62, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de esfigmomanômetros mecânicos de medição não invasiva, aprovado pela Portaria Inmetro n° 153/2005, e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 52600.050349/2014, resolve:

Aprovar o modelo Braçadeira Desinfetável de braçadeira para esfigmomanômetros mecânicos destinados à medição não invasiva da pressão arterial humana, marca Riester, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 63, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para esfigmomanômetros eletrônicos digitais, destinado à medição não-invasiva da pressão arterial humana, aprovado pela Portaria Inmetro n° 96/2008, e,

Considerando constante do Processo Inmetro n.º 52600.038432/2014, resolve:

Aprovar o modelo Desktop 2.0 GT-6630 de esfigmomanômetros eletrônicos digitais, destinado à medição não-invasiva da pressão arterial humana, marca Geratherm, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 25, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, em consonância com o disposto no Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 e o contido no Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, especialmente o previsto nos arts. 5º e 72, e tendo em vista o constante no Processo MDIC/SECEX 52272.000947/2014-28, decide:

Prorrogar por até oito meses, a partir de 25 de abril de 2015, o prazo para conclusão da investigação de prática de dumping, de dano à indústria doméstica e de relação causal entre esses, nas exportações para o Brasil de tubos de borracha elastomérica, comumente classificadas no item 4009.11.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República Federal da Alemanha, da República da Coréia, dos Emirados Árabes Unidos, do Estado de Israel, da República Italiana e da República da Malásia, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 36, de 20 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 25 de junho de 2014.

DANIEL MARTELETO GODINHO

PORTARIA Nº 24, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Estabelece critérios para alocação de cotas para importação, determinada pela Resolução CAMEX nº 24, de 13 de abril de 2015.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 24, de 13 de abril de 2015, RESOLVE:

Art. 1º O inciso III do art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - Resolução CAMEX nº 24, de 13 de abril de 2015, publicada no D.O.U. de 14 de abril de 2015:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
3904.10.20	Obtido por processo de emulsão	2%	12.000 toneladas	14/04/2015 a 13/04/2016

a) o exame dos pedidos de LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;

b) será concedida inicialmente a cada empresa uma cota máxima de 500 toneladas do produto, podendo cada importador obter mais de uma LI, desde que a soma das quantidades informadas nas LI seja inferior ou igual ao limite inicialmente estabelecido;

c) após atingida a quantidade máxima inicialmente estabelecida, novas concessões para a mesma empresa estarão condicionadas à comprovação do efetivo despacho para consumo da mercadoria objeto das concessões anteriores, mediante a apresentação da cópia do CI e da DI correspondentes, e a quantidade liberada será, no máximo, igual à parcela já desembaraçada; e

d) caso seja constatado o esgotamento da cota global, o DECEX não emitirá novas licenças de importação para essa cota, ainda que já registrado pedido de LI no SISCOMEX."

Art. 2º O inciso XXI do art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"XXI - Resolução CAMEX nº 33, de 28 de abril de 2014, Resolução CAMEX nº 56, de 22 de julho de 2014, publicada no D.O.U. de 23 de julho de 2014, e Resolução CAMEX nº 24, de 13 de abril de 2015, publicada no D.O.U. de 14 de abril de 2015:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
2933.71.00	6-Hexanolactama (epsilon-caprolactama)	2%	32.000 toneladas	29/04/2014 a 25/06/2015

.....".(NR)

Art. 3º O inciso XXVII do art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"XXVII - Resolução CAMEX nº 31, de 11 de abril de 2014, publicada no D.O.U. de 14 de abril de 2014, Resolução CAMEX nº 92, de 7 de outubro de 2014, publicada no D.O.U. de 8 de outubro de 2014, e Resolução CAMEX nº 24, de 13 de abril de 2015, publicada no D.O.U. de 14 de abril de 2015:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
5402.46.00	-- Fios de poliésteres, parcialmente orientados	2%	120.600 toneladas	14/04/2014 a 08/10/2015

.....".(NR)

Art. 4º O inciso XXXI do art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"XXXI - Resolução CAMEX nº 24, de 13 de abril de 2015, publicada no D.O.U. de 14 de abril de 2015:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
3910.00.90	-- Outros ..... Ex 001 - Gel de polidimetilsiloxano em grau médico para uso em próteses de silicone (Ref. 40.008 e 40.077)	2%	132 toneladas	14/04/2015 a 13/04/2016

a) o exame dos pedidos de LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;

b) o importador deverá fazer constar no pedido de LI a descrição constante da tabela acima; e

c) caso seja constatado esgotamento da cota, o DECEX não emitirá novas licenças de importação para essa cota, ainda que já registrado pedido de LI no SISCOMEX."

Art. 5º O inciso XLIX do art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"XLIX - Resolução CAMEX nº 24, de 13 de abril de 2015, publicada no D.O.U. de 14 de abril de 2015:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
2921.19.22	Di-n-propilamina e seus sais	2%	2.400 toneladas	14/04/2015 a 13/04/2017

.....".(NR)

Art. 6º Fica incluído o inciso LXXII ao art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, com a seguinte redação:

"LXXII - Resolução CAMEX nº 24, de 13 de abril de 2015, publicada no D.O.U. de 14 de abril de 2015:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
2906.21.00	-- Álcool benzílico	2%	3.000 toneladas	14/04/2015 a 13/04/2016

a) o exame dos pedidos de LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;

b) será concedida inicialmente a cada empresa uma cota máxima de 300 toneladas do produto, podendo cada importador obter mais de uma LI, desde que a soma das quantidades informadas nas LI seja inferior ou igual ao limite inicialmente estabelecido;

c) após atingida a quantidade máxima inicialmente estabelecida, novas concessões para a mesma empresa estarão condicionadas à comprovação do efetivo despacho para consumo da mercadoria objeto das concessões anteriores, mediante a apresentação da cópia do CI e da DI correspondentes, e a quantidade liberada será, no máximo, igual à parcela já desembaraçada; e

d) caso seja constatado o esgotamento da cota global, o DECEX não emitirá novas licenças de importação para essa cota, ainda que já registrado pedido de LI no SISCOMEX."

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARTELETO GODINHO

PORTARIA Nº 25, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Estabelece critérios para alocação de cota para importação, determinada pela Resolução CAMEX nº 24, de 13 de abril de 2015.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 24, de 13 de abril de 2015, resolve:

Art. 1º O inciso LXVIII do art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"LXVIII - Resolução CAMEX nº 24, de 13 de abril de 2015, publicada no D.O.U. de 14 de abril de 2015:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
5403.31.00	-- De raiom viscose, sem torção ou com torção não superior a 120 voltas por metro ..... Ex 001 - Fios de raiom viscose, simples, crus, com torção não superior a 120 voltas por metro	2%	624 toneladas	20/06/2015 a 19/12/2015

a) .....

b) o importador deverá fazer constar no pedido de LI a descrição constante da tabela acima;

c) será concedida inicialmente a cada empresa uma cota máxima de 62 toneladas do produto, podendo cada importador obter mais de uma LI, desde que a soma das quantidades informadas nas LI seja inferior ou igual ao limite inicialmente estabelecido;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

d) após atingida a quantidade máxima inicialmente estabelecida, novas concessões para a mesma empresa estarão condicionadas à comprovação do efetivo despacho para consumo da mercadoria objeto das concessões anteriores, mediante a apresentação da cópia do CI e da DI correspondentes, e a quantidade liberada será, no máximo, igual à parcela já desembaraçada; e

e) caso seja constatado o esgotamento da cota global, o DECEX não emitirá novas licenças de importação para essa cota, ainda que já registrado pedido de LI no SISCOMEX."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 20 de junho de 2015.

DANIEL MARTELETO GODINHO

PORTARIA Nº 26, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Estabelece critérios para alocação de cota para importação, determinada pela Resolução CAMEX nº 24, de 13 de abril de 2015.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 24, de 13 de abril de 2015, resolve:

Art. 1º O inciso XXI do art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"XXI - Resolução CAMEX nº 24, de 13 de abril de 2015, publicada no D.O.U. de 14 de abril de 2015:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
2933.71.00	-- 6-Hexanolactama (epsilon-caprolactama)	2%	18.000 toneladas	26/06/2015 a 25/06/2016

....."(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 26 de junho de 2015.

DANIEL MARTELETO GODINHO

PORTARIA Nº 27, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Estabelece critérios para alocação de cota para importação, determinada pela Resolução CAMEX nº 25, de 13 de abril de 2015.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 25, de 13 de abril de 2015, resolve:

Art. 1º O inciso LXV do art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"LXV - Resolução CAMEX nº 25, de 13 de abril de 2015, publicada no D.O.U. de 14 de abril de 2015:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
7208.51.00	-- De espessura superior a 10 mm ..... Ex 002 - Chapas grossas de aço carbono, laminadas a quente, com espessuras variando de 21,0 mm a 30,0 mm, largura de 1.495 mm a 1.860 mm e comprimento de 12.250 mm a 12.500 mm, conforme norma DNV OS F101 de Outubro 2010 e grau 450 SFDU, com requisitos para atender a testes de resistência à corrosão ácida, segundo as normas NACE - TM 0284 e NACE - TM 0177, sendo a solução de teste nível B da norma NACE - TM0177 para o teste de HIC (Hydrogen-Induced Cracking) e a solução de teste nível B da norma NACE - TM0284 para o teste de SSC (Sulfide Stress Cracking)	2%	21.825 toneladas	15/04/2015 a 14/07/2015

....."(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARTELETO GODINHO

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 727 DE 16 DE ABRIL DE 2015

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 04/03/2015 e 08/04/2015.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 96, de 13 de abril de 2015, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 04/03/2015 e 08/04/2015.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE CASTRO PATRÍCIO
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.002100/2015-48
Proponente: COOPER - Sociedade Cooperativa de Trabalho dos Atletas e Profissionais da Área do Esporte
Título: Projeto Poderosa
Registro: 02SP109802012
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 04.513.910/0001-29
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.957.330,54
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1531 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 21559-7
Período de Captação até: 31/12/2015

2 - Processo: 58701.002686/2014-60
Proponente: Instituto Superar
Título: Apoio a Atletas Paraolímpicos
Registro: 02RJ032742008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 08.986.683/0001-00
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 848.997,16
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2909 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 45173-8
Período de Captação até: 31/12/2015

ANEXO II

1 - Processo: 58701.001934/2012-93
Proponente: ONG Futebol de Rua
Título: I Circuito Brasileiro de Futebol de Rua e Freestyle
Valor aprovado para captação: R$ 512.630,94
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1518 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25861-X
Período de Captação até: 31/12/2015

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58701.002621/2014-14

No Diário Oficial da União nº 236, de 5 de dezembro de 2014, na Seção 1, página 119 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 671/2014, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 249.757,67, leia-se: Valor aprovado para captação: R$ 280.912,00.

Processo Nº 58701.004359/2014-42

No Diário Oficial da União nº 72, de 16 de abril de 2015, na Seção 1, página 67 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 726/2014, ANEXO I, onde se lê: Proponente: Associação de Pais e Amigos da Natação de São Carlos, leia-se: Proponente: Confederação Brasileira de Hispismo.

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 15 DE ABRIL DE 2015 (*)

Dispõe sobre a obtenção da "Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM)" por Máquinas Agrícolas ou Rodoviárias (MAR) novas e os seus motores, nacionais ou importados, junto ao Programa de Controle da Poluição do ar por Veículos Automotores (PROCONVE).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado por Decreto de 16 de maio, publicado no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22 do Anexo I do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007, e art. 111 do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº GM/MMA nº 341, de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente;

Considerando o disposto na Resolução Conama nº 433, de 13 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 14 de julho de 2011, que regulamenta a inclusão das máquinas agrícolas e rodoviárias novas e os seus motores no Proconve - Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, e dá outras providências;

Considerando o processo administrativo nº 02001.003765/2014-21; resolve:

Art. 1º Estabelecer procedimentos técnicos e administrativos complementares aos já existentes no PROCONVE para a execução das ações previstas na Resolução Conama nº 433/2011.

CAPÍTULO I

DA HOMOLOGAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONFIGURAÇÃO

Art. 2º Para fins de obtenção da Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor (LCVM) para máquinas agrícolas ou rodoviárias novas e seus motores, nacionais ou importados, junto ao PROCONVE, os interessados devem fazer requerimento ao IBAMA, através do sistema INFOSERV, preenchendo nele os campos correspondentes aos Anexos A, B, C, D e E desta Instrução Normativa.

Art. 3º Os ensaios de emissão de gases para fins de atendimento da Resolução Conama nº 433/2011 deverão ser realizados conforme a norma ABNT NBR ISO 8178-1 - Motores alternativos de combustão interna - Medição da emissão de gases no escapamento - Parte 1: Medição das emissões de gases e material particulado em banco de ensaio.

§ 1º O ciclo de ensaio deve ser definido conforme norma ABNT NBR ISO 8178-4 - Motores alternativos de combustão interna - Medição da emissão de gases de exaustão - Parte 4: Ciclos de ensaio em regime constante para diferentes aplicações de motor.

§ 2º O combustível de referência para o ensaio de homologação, certificação e desenvolvimento é o especificado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível - ANP na Resolução ANP nº 71 de 20/12/2011, Regulamento Técnico ANP nº 09/2011 ou regulamentos que venham substituí-la.

§ 3º A especificação do óleo lubrificante utilizado no motor durante os ensaios de emissões deverá ser o recomendado no respectivo manual do proprietário da máquina agrícola ou rodoviária, podendo recomendar várias marcas de óleos lubrificantes, desde que possuam a especificação certificada nos ensaios.

§ 4º Quando aplicável, os motores homologados de acordo com a norma ABNT NBR ISO 8178-1 devem ser observados como um único conjunto "motor-sistema de pós-tratamento dos gases de escapamentos", sistema de pós-tratamento, tais como, catalisador de NOx, filtro de partículas, catalisador SCR e outros.

Art. 4º A escolha das configurações de motores a serem tomadas como representativas, para fins de homologação e certificação, pode ser feita usando o critério de família de motores, conforme ABNT NBR ISO 8178-7 - Motores alternativos de combustão interna - Medição da emissão de gases de exaustão - Parte 7: Determinação de família de motor, Método 2, que deverá ser justificada pelo fabricante e submetido para aprovação ao IBAMA e ao seu Agente Técnico Conveniado - ATC, previamente à execução dos ensaios.

§ 1º O conceito de família proposto se aplica somente a motores com o mesmo número de cilindros, respeitados os demais parâmetros constantes da norma ABNT NBR ISO 8178-7.

§ 2º O motor representante da família deve ser selecionado pelo critério de maior débito de combustível por curso à velocidade de torque máximo declarado.

§ 3º No caso de dois ou mais motores satisfazerem o critério constante do § 2º deste art., o motor representante deve ser selecionado utilizando o critério de débito de combustível mais elevado por curso à velocidade de potência máxima declarada.

§ 4º O IBAMA ou seu ATC pode solicitar ensaio adicional em motor representado para comprovar atendimento aos níveis de emissões dos motores da família.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 5º No caso de um motor representado de uma família possuir alguma característica que possa elevar as emissões de escape acima das do representante adotado pelo critério do § 2º deste artigo, essa característica deve também ser identificada e ser considerada na seleção do motor representante.

§ 6º Será facultada a introdução futura de motores representados definidos pelo critério do § 2º deste artigo em uma família de motores já existente.

Art. 5º Para máquinas agrícolas e rodoviárias equipadas com mais de um motor propulsor considera-se a homologação individual de cada motor, nos casos em que os motores forem de famílias diferentes.

Parágrafo único. Para motores de mesma família, a homologação segue o mesmo critério de uma máquina com motor único.

Art. 6º Os ensaios de medição dos níveis de ruído para fins de atendimento à Resolução Conama nº 433/2011 deverão ser realizados conforme a norma ABNT NBR ISO - 6395 - Máquinas rodoviárias - Determinação do nível de potência sonora - Condições de ensaio dinâmico.

§ 1º A aplicação das tabelas II e III do Anexo A da Resolução CONAMA nº 433/2011 se dá conforme descrito no quadro a seguir:

Tipo de máquina rodoviária	Potência Instalada (kW)	Critério de Limites
Tratores de lâminas de esteiras, pás-carregadeiras de esteiras, retroescavadeiras de esteiras.	P > 55 kW	Tabela II
	P ≤ 55 kW	Tabela III
Tratores de lâminas de rodas, pás-carregadeiras de rodas, retroescavadeiras de rodas, motoniveladoras, rolos-compactadores não vibratórios.	P > 55 kW	Tabela II
	P ≤ 55 kW	Tabela III
Rolos-compactadores vibratórios	P > 70 kW	Tabela II
	P ≤ 70 kW	Tabela III
Escavadeiras	P > 15 kW	Tabela II
	P ≤ 15 kW	Tabela III

§ 2º As configurações opcionais de mesmo modelo de máquinas do fabricante podem ser agrupadas em família que, pelo seu projeto, tenha características similares de emissão de ruídos, onde todos os seus membros devem atender aos limites aplicáveis de ruídos e ainda, com as seguintes características básicas comuns:

a) Tipo de Sistema de rodado (metálico ou borracha);

b) Motores da mesma família conforme definido no artigo 2º da Resolução Conama 433/11; e,

c) Dentro do mesmo valor de limite de ruído conforme tabelas II e III.

§ 3º Para a certificação da conformidade dos níveis de potência sonora das máquinas rodoviárias pertencentes a uma mesma família, os ensaios poderão ser realizados em apenas uma máquina, considerada como configuração mestre de família.

§ 4º A configuração prevista no § 3º deste art. deve ser aquela com ruído mais alto, baseado em experiência anterior e conhecimento comum para aquele tipo de produto.

§ 5º A configuração ensaiada, e outras abrangidas pela mesma família, deve ser documentada de acordo com os critérios técnicos detalhados no Anexo B.

§ 6º O nível medido de potência sonora e o nível permissível de potência sonora (LWA) devem ser arredondados para o número inteiro mais próximo conforme norma ABNT 5891/1977.

§ 7º Os equipamentos para realizar os ensaios de medição de níveis de ruído devem ser calibrados pelo INMETRO ou laboratório credenciado pertencente à Rede Brasileira de Calibração - RBC ou reconhecido pelo Inmetro em acordo de mutuo reconhecimento.

§ 8º Para o sistema de escapamento que tenha contato direto dos gases de exaustão com materiais fibrosos, este deve ser previamente submetido a um condicionamento em conformidade com o Anexo C da Resolução CONAMA nº 01/1993, antes que sejam realizados os ensaios de medição dos níveis de ruído.

CAPÍTULO II

DAS DISPENSAS

Art. 7º Para os volumes anuais da produção ou importação de configurações de máquinas ou motores que não ultrapassem 50 unidades/ano, por configuração de veículo (marca/modelo) ou de motor, estará o fabricante/importador dispensado da exigência de realizar testes testemunhados pelo IBAMA ou seu ATC.

§ 1º Para fins de obtenção da LCVM nos casos previstos no caput deste artigo, o fabricante/ importador deverá fornecer relatórios de ensaio de emissões conforme legislação brasileira, ficando a critério do IBAMA ou seu ATC a aceitação destes ensaios.

§ 2º Os relatórios previstos no § 1º deste art. são aceitos somente em português.

Art. 8º Para um volume anual de vendas, no mercado nacional, de no máximo 20 unidades/ano por fabricante/importador, de até 2 (duas) marcas/modelos de máquinas agrícolas ou rodoviárias novas e seus motores, o IBAMA poderá dispensar o fabricante/importador, pessoa física ou jurídica, das exigências previstas no art. 2º desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. A dispensa de que trata este artigo não isenta o fabricante/importador de solicitar a respectiva LCVM, por meio do sistema INFOSERV.

CAPÍTULO III

DAS MODIFICAÇÕES

Art. 9º Quando uma modificação de componentes e/ou sistemas dos motores não implicar alteração significativa dos valores de emissão de poluentes ou ruído homologados, deve ser realizado registro de atualização das especificações por meio do sistema INFOSERV, que será analisado pelo ATC.

Parágrafo único. Nos casos em que o ATC considerar que a modificação de componentes e/ou sistemas dos motores altera significativamente os valores de emissão de poluentes ou ruído homologados, o fabricante / importador deverá solicitar nova LCVM para a configuração alterada.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. Os custos de quaisquer ensaios de comprovação de conformidade, realizados no Brasil ou no exterior, correrão por conta do fabricante ou importador.

Art. 11. O fabricante ou importador assume a responsabilidade pela continuidade das especificações homologadas para as máquinas agrícolas ou rodoviárias e seus motores.

Parágrafo único. Os seguintes componentes, relevantes para emissões de gases e ruído, deverão ter seu número de identificação gravado de forma indelével e de fácil leitura: Motor, Silencioso, Ventilador(es), Bomba(s) hidráulica(s), Transmissão, ECU, Injetores de combustível, Bomba de combustível, Turbo-compressor e Sistemas antipoluição (EGR, SCR, DPF, outros)

Art. 12. As máquinas agrícolas ou rodoviárias novas cujos motores sejam equipados com sistemas de recirculação de gases de escapamento (EGR) devem ter garantido, por seus fabricantes e importadores, que este sistema tem condições técnicas de operar em altitudes de até 1.000 metros.

Parágrafo único. A comprovação da exigência do caput deste artigo poderá ser feita em laboratório, sendo permitida a simulação artificial da altitude na unidade de controle eletrônico do motor ou no dispositivo que exerça esta função.

Art. 13. O fabricante/importador deve permitir a entrada do agente credenciado pelo IBAMA em suas instalações, sempre que este considere necessário para o cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa; não o fazendo, estará sujeito às penalidades constantes do art. 77 do Decreto nº 6.514, de 22 de junho de 2008.

Art. 14. Para configuração de motor que utilizar o sistema de pós-tratamento por redução catalítica seletiva (SCR), este deve ter um mecanismo de avaliação que identifique o uso inadequado da solução de ureia ou do próprio sistema ou, ainda, sua presença, e deve assumir estratégia conforme os métodos e procedimentos estabelecidos nos parágrafos 4º e 5º, e seus respectivos subitens, do Apêndice I do Anexo I da Diretiva 2012/46, de 6 de dezembro de 2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, e suas sucedâneas e complementos, até a publicação de Norma Brasileira equivalente.

Art. 15. O fabricante ou importador deverá registrar anualmente no INFOSERV, relatório do volume de vendas dos modelos de máquinas agrícolas ou rodoviárias e motores comercializados no país por seu intermédio, no prazo de 90 dias após o término do ano civil vigente.

Art. 16. Quando da entrada em vigor de novos limites de emissão de poluentes para máquinas agrícolas ou rodoviárias novas e seus motores, a validade das Licenças para Uso da Configuração de Veículo ou Motor - LCVM emitidas para modelos que não atendam aos novos limites fica prorrogada até 180 dias após a data de início dos novos limites.

Art. 17. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

VOLNEY ZANARDI JÚNIOR

(*) Republicada por ter saido com incorreções no DOU de 16.04.2015, Seção 1, pág. 67/69.

Anexo A

Características do motor - Ciclo Diesel

1. Descrição do motor

1.1. Fabricante: [Razão social e endereço completos]

1.2. Importador: [Razão social e endereço completos]

1.3. Motor Mestre:

1.3.1. Modelo: [Denominação comercial e completa do fabricante quando forem diferentes]

1.4. Tempos do motor: [2/4]

1.5. Número e disposição dos cilindros:

1.6. Posição de montagem na máquina:

1.7. Diâmetro dos cilindros (mm):

1.8. Curso dos pistões (mm):

1.9. Deslocamento volumétrico (cm3):

1.10. Relação de compressão:

1.11. Fluido de arrefecimento:

1.12. Tipo de aspiração: [Natural / sobre alimentado]

1.13. Tipo de combustível:

1.14. Tipo de injeção: [direta/indireta, tipo de câmara de combustão]

1.15. Número de válvulas por cilindro:

1.16. Fase de atendimento da Resolução CONAMA 433/2011:

1.17. Tipo de aplicação veicular: [máquina agrícola, rodoviária/ outros]

1.18. Débito de combustível por curso à velocidade de torque máximo declarado [kg/h]:

1.19. Débito de combustível mais elevado por curso à velocidade de potência máxima declarada [kg/h]:

2. Características de funcionamento

2.1. Rotação da marcha lenta (RPM): [*]

2.2. Rotação de corte em carga (RPM): [*]

2.3. Rotação de corte sem carga (RPM): [*]

2.4. Temperaturas de trabalho do óleo lubrificante (ºC):

2.5. Depressão máxima admissível na admissão (kPa):

2.6. Contrapressão máxima no escapamento (kPa):

2.7. Torque efetivo líquido máximo (N.m):

2.8. Potência efetiva líquida (kW)(ABNT NBR ISO 14396):

2.9. Procedimento para a estabilização da temperatura de funcionamento: [Descrever]

3. Gerenciamento eletrônico

3.1. Marca, tipo e denominação do módulo de controle da injeção: [Incluindo código do mapeamento se diferente do constante na peça]

3.2. Marca, tipo e denominação do módulo da transmissão: [Caso incorporado ao anterior, apenas indicar; se não, incluir código do mapeamento se diferente do constante na peça]

4. Sistema de injeção

4.1. Bomba injetora ou equivalente

4.1.1. Marca, tipo e denominação: (Correlacionar com o item 3 quando eletrônico)

4.1.2. Código da função de controle de injeção:

4.1.3. Vazão máxima (mm3/ciclo): [*]

4.1.4. Lacres: [tipo e esquema de localização]

4.1.5. Ponto de injeção estático (º):

4.1.6. Pressão de abertura dos bicos injetores (MPa):

4.2. Regulador ou equivalente

4.2.1. Marca, tipo e denominação:

4.2.2. Descrição do funcionamento:

4.3. Dispositivos de correção de injeção auxiliares: [Avanço centrifugo ou outros]

4.4. Bomba de transferência de combustível

4.4.1. Pressão de trabalho (kPa):

4.4.2. Tipo e localização: [mecânica / elétrica]

5. Sistema de admissão e escapamento

5.1. Filtro de ar: [Citar o tipo do elemento filtrante e o tipo de serviço]

5.2. Sobre alimentador e sua pressão máxima de funcionamento (kPa): [Citar o tipo]

5.3. Resfriador de ar: [Citar o tipo]

5.4. Descrição do sistema de admissão: [Anexar desenhos e esquemas detalhando e posicionando os componentes]

5.5. Sistema de variação da geometria da admissão: [Descrever funcionamento e anexar esquema]

5.6. Acionamento das válvulas

5.6.1. Número de válvulas de admissão e de escape e suas aberturas máximas (mm):

5.6.2. Número de árvores de comando de válvulas por carreira de cilindros e sua localização:

5.6.3. Ângulos de abertura e fechamento das válvulas (º):

5.6.4. Dispositivos de variação dos ângulos/levantamentos de abertura: [Descrever funcionamento dos sistemas e variações obtidas]

6. Dispositivo auxiliar de partida a frio [Descrever o sistema, sua localização e procedimentos de operação por parte do usuário]

7. Dispositivo antipoluição

7.1. Descrição da recirculação dos gases do cárter: [Descrever funcionamento e anexar esquema]

7.2. Descrição da recirculação dos gases do escape: [Descrever funcionamento e anexar esquema]

7.3. Descrição da injeção de ar no escape: [Descrever funcionamento e anexar esquema]

7.4. Descrição de outros: [Descrever funcionamento e anexar esquema quando aplicável]

8. Relação de componentes citados nos itens anteriores

Componente	Item do anexo	Quantidade	Fabricante	Código

[Na relação dos componentes o código deve ser o estampado na peça]

Notas:

a) Quando um item não for aplicável, indicar "N.A.". Os itens derivados deste devem ser omitidos;

b) No caso de motores ou sistemas não convencionais, indicar os dados equivalentes para os itens solicitados;

c) Nos itens marcados com (*) devem ser especificadas as tolerâncias;

d) As descrições e esquemas solicitados devem ser apresentados em "APÊNDICES" com a mesma numeração do item correspondente.

Anexo B

Características da Configuração de Máquinas Agrícolas ou Rodoviárias

1. CONFIGURACÃO DO VEÍCULO

1.1. Fabricante: [Razão social e endereço completos]

1.2. Importador: [Razão social e endereço completos]

1.3. Marca / Modelo / Versão:

1.4. Tipo de combustível:

1.5. Motor utilizado:

1.6. Tipo de carroçaria do veículo (máquina):

1.8. Massa total máxima indicada/autorizada (t):

1.9. Massa máxima indicada/autorizada de veículo (máquina) combinado (t):

2. TRANSMISSÃO

2.1. Tipo: [manual / automática / hidráulica / hidrostática]

2.2. Nº de marchas:

2.3. Característica da transmissão

2.3.1. Relação máxima do conversor de torque

2.4. Relação do eixo traseiro

2.5. Tipo de tração

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2.6. Número de eixos
3. RESERVATORIO DE COMBUSTÍVEL
3.1. Capacidade (l):
3.2. Posição no veículo (máquina):
3.3. Material construtivo:
4. SISTEMA DE ESCAPAMENTO
4.1. Descrição do sistema: [Anexar esquema]
4.2. Outros sistemas de controle de emissões no escapamento
4.3. Material fibroso em constato com gases do escapamento
5. Ventilador(es) [tipo, diâmetro, n.º pás]
5.1. Sistema de acionamento [direto / variação contínua / variação discreta]
6. Descrição do pacote acústico: [Anexar desenhos]
7. Sistema hidráulico: [Código, quantidade de bombas, pressão e vazão máximas]
8. RELACAO DE COMPONENTES CITADOS NOS ITENS ANTERIORES

Componente	Item do anexo	Quantidade	Fabricante	Código	OBD

[Na relação dos componentes o código deve ser o estampado na peça]
Notas:
a) Quando um item não for aplicável, indicar "N.A.". Os itens derivados deste devem ser omitidos;
b) No caso de motores ou sistemas não convencionais, indicar os dados equivalentes para os itens solicitados;
c) Nos itens marcados com (*) devem ser especificadas as tolerâncias;
d) As descrições e esquemas solicitados devem ser apresentados em "APÊNDICES" com a mesma numeração do item correspondente.
9. OUTRAS INFORMACOES
9.1. Tipo do gás utilizado no ar condicionado. (quando couber)
9.2. Componentes que utilizam amianto em sua composição. (quando couber)

Anexo C

Relatório de ensaio de emissão de gases no escapamento do motor para máquinas agrícolas ou rodoviárias
1. Laboratório:
Ensaio nº:
Data:
2. Caracterização dos equipamentos
Dinamômetro:
Medidor de consumo de combustível:
Analisadores de gases:
Opacímetro:
3. Caracterização do motor
Marca:
Modelo:
Nº de série:
Data de fabricação:
Amaciamento (h):
Tipo de injeção:
Deslocamento volumétrico (cm^3):
4. Características de Funcionamento
Tipo de aspiração:
Contrapressão no escapamento (máx.), em kPa:
Depressão na admissão (máx.), em kPa:
Velocidade angular M.L, em RPM:
Velocidade angular intermediária, em RPM:
Velocidade angular máx. livre, em RPM:
Potência (ABNT NBR ISO 14396), em kW, a que velocidade angular, em RPM:
Momento de força máxima (em Nm) a que velocidade angular, em RPM:
Baixa Rotação (RPM):
Alta Rotação (RPM):
5. Sistema de Injeção
Bomba injetora ou equivalente:
Marca, tipo e denominação:
Código da função de controle de injeção:
Regulador ou equivalente:
Marca, tipo e denominação:
Marca, tipo e denominação do módulo de controle de injeção:
6. Combustível
Tipo:
Massa específica, em kg/l:
7. Fase de atendimento do PROCONVE:
8. Normas utilizadas
Emissões de gases de escapamento:
Consumo de combustível:
Emissão de material particulado:
9. Responsável pelo ensaio:
10. Resultados do ensaio de emissão gasosa:

Pontos	1	2	3	4	5	6	7	8
Velocidade angular (RPM)								
Carga observada (Nm)								
Pressão barométrica (kPa)								
Temperatura em bulbo seco (ºC)								
Temperatura em bulbo úmido (ºC)								
Temperatura do ar de admissão (ºC)								
Temperatura do combustível em bureta (ºC)								
Depressão na admissão (kPa)								
Vazão do ar de admissão (kg/h)								
Consumo de combustível (kg/mín.)								
Contrapressão no escape (kPa)								
Concentração de CO (ppm)								
Concentração de CO2(%)								
Concentração de HC (ppm)								
Concentração de NOx (PPM)								
Massa MP (g)								
Emissões específicas ponderadas (g/kWh) CO _____ HC _____ NOx _____ MP _____								

Anexo D

Ensaio de ruídos- Configuração da máquina e resultados
1. Marca do produto:
2. Modelo de vendas:
2.1. Número de identificação do produto (PIN):
2.2. Peso bruto (Configuração Típica):
2.3. Configuração da máquina (arranjo básico + acessórios):
3. Nome e endereço do fabricante:
4. Nome e endereço do representante legal:
5. Motor
5.1. Fabricante:
5.2. Tipo:
5.2.1. Combustível:
5.2.2. Ciclos:
5.3. Modelo:
5.4. Potência (ABNT NBR ISO 14396): _____ kW _____ a (min) (rpm)
5.5. Cilindrada: _____ (cm^3) _____ (L)
6. Transmissão
6.1. Caixa de mudanças - tipo (mecânica / automática / hidrostática / outras):
6.2. Número de marchas (exceto ré):
7. Rotação do(s) ventilador(es) durante o ensaio:
8. Medições:
Nível de potência sonora medido durante operação dinâmica conforme a ABNT NBR-ISO 6395.

Identificação da máquina:				
Modelo de vendas:				
Número Identificação do Produto(PIN)	Potência (kW)	Fórmula	Nível permissível dB (A)	Valor encontrado dB (A)

9. Número do relatório de ensaio:
10. Data do relatório de ensaio:
11. Local:
12. Nome e assinatura do responsável pelo ensaio:
Anexo E
Condição de ventiladores para realização dos ensaios de ruído

O ventilador de arrefecimento deve operar na rotação especificada pelo fabricante dependendo do tipo de sistema utilizado no seu acionamento e as opções descritas nos itens abaixo e, ainda, conforme as definições de velocidades do ventilador especificadas na norma ABNT NBR ISO-6395:
1. No caso do acionamento do ventilador conectado diretamente ao motor por uma relação fixa de rotação (por exemplo: acionamento por correias ou engrenagem), deve o ventilador operar nessa mesma relação durante o ensaio.
2. No caso do acionamento do ventilador com diversas rotações distintas, o ensaio deve ser feito da seguinte forma:
a) na sua rotação máxima de operação; ou
b) em um primeiro ensaio com o ventilador ajustado na rotação zero, em um segundo ensaio com o ventilador ajustado na rotação máxima. O nível de pressão sonora resultante LpA será obtido através de cálculo, utilizando a fórmula a seguir:
$LpA=10\log(0,3\times10^{?????????} + 0,7\times10^{??????????})$
onde:
LpA,0% = nível de pressão sonora determinado com o ventilador ajustado na rotação zero.
LpA,100% = nível de pressão sonora determinado com o ventilador ajustado na rotação máxima.
3. No caso de acionamento do ventilador com rotação variável contínua, o ensaio deve ser conduzido com a rotação ajustada pelo fabricante, em não menos que 70% da rotação máxima.
4. O fabricante que atender aos requisitos de acionamento do ventilador estabelecidos nos parágrafos "itens 2. e 3. deste anexo, bem como o fabricante que realizar o ensaio de ruído em outra rotação máxima do ventilador, deve indicar na sua documentação de ensaio os seguintes dados:
a) Descrição do tipo de acionamento do ventilador e o número de rotações do ventilador.
b) Rotação máxima e mínima do ventilador.
c) Explanação da lógica de controle da rotação do ventilador do sistema de arrefecimento (quais são as entradas do controle e a saída resultante).
d) Correlação entre a rotação do(s) ventilador(es) e a temperatura ambiente sob condições reais de operação, a fim de demonstrar o benefício que o ventilador trará ao ambiente de ruído.
5. No caso de ventiladores múltiplos que não operam ao mesmo tempo, a medição de ruído deve ser conduzida na condição de ruído mais alto possível na aplicação.

PORTARIA Nº 2, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Autoriza o Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo a contratar Brigadas Federais temporárias para prevenção e combate aos incêndios florestais nas regiões especificadas pela Portaria nº 35, de 03 de março de 2015 do Ministério do Meio Ambiente.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA, nomeado pelo Decreto de 16 de maio, publicado no Diário Oficial da União, de 17 de maio de 2012, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22 do Anexo 1, do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União, de 27 de abril de 2007, e art. 111 do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº GM/MMA nº 341, de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente.

Considerando a Portaria nº 155, de 16 de junho de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que autoriza o IBAMA a contratar brigadistas;

Considerando o Art. 18 do Decreto nº 2.661 de 08 de julho de 1998, que cria o Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo;

Considerando que a Portaria nº 35, de 03 de março de 2015 do Ministério do Meio Ambiente, que declara em estado de emergência ambiental os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima e Tocantins;

Considerando as operações de fiscalização do IBAMA nas áreas prioritárias do PPCDAM, PP Cerrado e PP Caatinga;

Considerando a seleção de áreas críticas feita pelo Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo, que envolvem critérios técnicos como as detecções de focos de calor registrados pelo INPE, no período de 2010 a 2014, a presença de unidades de conservação federais, de terras indígenas e de projetos de assentamento rurais e a cobertura de remanescentes florestais, resolve:

Art. 1º Autorizar o Prevfogo a contratar Brigadas Federais temporárias com a estrutura de um Brigadista Chefe de Brigada, quatro Brigadistas Chefe de Esquadrão e vinte e quatro Brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais nas seguintes localidades:
I - Humaitá, no Amazonas;
II - Barreiras e Itaetê, na Bahia;
III - Quixeramobim, no Ceará;
IV - Corumbá no Mato Grosso do Sul;
V - Parque Indígena do Xingú, dividida nos municípios de Nova Ubiratã, Canarana, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, Marcelândia e Paranatinga, no Mato Grosso;
VI - Lagoa da Confusão, Formoso do Araguaia, Tocantínia e Tocantinópolis no Tocantins;
VII - Terra Indígena Krahô, dividida nos municípios de Itacajá e Goiatins, no Tocantins;
VIII - Porto Velho, em Rondônia;
IX - Mojú e Itaituba no Pará.
Parágrafo único. Nas localidades constantes dos incisos V e VII do caput deste artigo, a autorização limita-se à contratação de uma brigada.

Art. 2º Autorizar o Prevfogo a contratar Brigadas Federais temporárias com a estrutura de um Brigadista Chefe de Brigada, dois Brigadistas Chefe de Esquadrão e doze Brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais nas seguintes localidades:
I - Brasiléia e Feijó, no Acre;
II - Manicoré, Humaitá e Apuí, no Amazonas;
III - Tartarugalzinho e Oiapoque, no Amapá;
IV - Porto Seguro, Santa Rita de Cássia e Serra do Ramalho, na Bahia;
V - Alto Paraíso, Minaçú e Cavalcante, em Goiás;
VI - Amarante do Maranhão, Grajaú e Fernando Falcão, no Maranhão;
VII - São João das Missões e Araçuaí, em Minas Gerais;
VIII - Serra Nova Dourada, Cotriguaçú, Paranatinga, Campo Novo dos Parecis, Cáceres, Poconé, Nova Bandeirantes, Luciara e Tangará da Serra, no Mato Grosso;
IX - Miranda, Aquidauana e Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul;
X - Altamira, Novo Progresso, Monte Alegre e Rurópolis, no Pará;
XI - Terra Indígena Sororó, dividida nos municípios de São Geraldo do Araguaia e São Domingos do Araguaia, no Pará;
XII - Petrolina e Serra Talhada, em Pernambuco
XIII - Alvorada do Gurguéia, Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro, Canto do Buriti, Floriano e Bom Jesus, no Piauí;
XIV - Porto Velho, Machadinho D'Oeste e Cujubim, em Rondônia;
XV - Boa Vista, Uiramutã, Pacaraima, Normandia, Amajari e Cantá, em Roraima;
XVI - Tocantínia, em Tocantins.
§1º A autorização constante do caput deste artigo, no que se refere aos Municípios de Cavalcante/GO, Amarante do Maranhão/MA, Grajaú/MA, Fernando Falcão/MA e Altamira/PA, limita-se à contratação de duas brigadas.
§2º Em relação à localidade especificada no inciso XI do caput deste artigo, a autorização limita-se à contratação de uma brigada

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º Autorizar o Prevfogo a contratar Brigada Federal temporária, especializada de pronto emprego, com a estrutura de dois Brigadistas Chefe de Brigada, quatro Brigadistas Chefe de Esquadrão e vinte e quatro Brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais nos seguintes municípios:

I - Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro;

II - Porto Velho, em Rondônia.

Art. 4º Autorizar o Prevfogo a contratar Brigada Federal temporária, especializada de pronto emprego, com a estrutura de dois Brigadistas Chefe de Brigada, seis Brigadistas Chefe de Esquadrão e trinta e seis Brigadistas para a prevenção e combate aos incêndios florestais em Brasília, no Distrito Federal.

Art. 5º Autorizar o Prevfogo a contratar trinta e três Brigadistas Gerente do Fogo Estadual para apoio às Coordenações Estaduais do Prevfogo, nas seguintes quantidades por estados:

I - um no estado do Acre;

II - um no estado do Amazonas;

III - um no estado do Amapá;

IV - dois no estado da Bahia;

V - um no estado do Ceará,

VI - três no Distrito Federal;

VII - um no estado de Goiás;

VIII - dois no estado do Maranhão;

IX - um no estado de Minas Gerais;

X - três no estado do Mato Grosso;

XI - dois no estado do Mato Grosso do Sul;

XII - três no estado do Pará;

XIII - um no estado de Pernambuco;

XIV - dois no estado do Piauí;

XV - dois no estado do Rio de Janeiro;

XVI - três no estado de Rondônia;

XVII - um no estado de Roraima;

XVIII - três no estado do Tocantins.

Art. 6º Fica o Centro Especializado Prevfogo responsável pela seleção, contratação, administração e gerenciamento das atividades das brigadas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VOLNEY ZANARDI JÚNIOR

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 13 DE ABRIL DE 2015

Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec sobre o regime de previdência complementar de que trata a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 26 do Anexo I ao Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e tendo em vista o disposto no art. 40 da Constituição Federal, na Lei n° 12.618, de 30 de abril de 2012, no Decreto n° 7.808, de 20 de setembro de 2012 resolve:

Art. 1º Estabelecer orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec quanto aos procedimentos a serem adotados no que tange ao regime de previdência complementar instituído pela Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.

CAPÍTULO I

DA APLICAÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Seção I

Do ingresso de novos servidores

Art. 2º Estão sujeitos ao regime de previdência complementar de que trata a Lei nº 12.618, de 2012:

I - os servidores públicos federais que tenham ingressado ou venham a ingressar em cargo público efetivo do Poder Executivo Federal a partir de 4 de fevereiro de 2013;

II - os servidores públicos federais egressos de órgãos ou entidades de quaisquer dos entes da federação que tenham ingressado ou venham a ingressar em cargo público efetivo do Poder Executivo Federal a partir de 4 de fevereiro de 2013;

III - os servidores públicos federais egressos das carreiras militares que tenham ingressado ou venham a ingressar em cargo público efetivo do Poder Executivo Federal após 4 de fevereiro de 2013; e

IV - os servidores antes integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que tenham ingressado ou venham a ingressar em cargo público efetivo no Poder Executivo Federal a partir de 4 de fevereiro de 2013.

§ 1º Consideram-se, para os fins de que trata esta Orientação Normativa:

a) servidores egressos de outros entes da federação, de que trata o inciso II deste artigo, aqueles oriundos de órgãos ou entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios que passaram a ocupar cargo público efetivo do Poder Executivo Federal; e

b) servidores públicos egressos de carreiras militares, de que trata o inciso III deste artigo, aqueles que foram membros das Forças Armadas, das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros Militares.

§ 2º O disposto nos incisos II, III e IV deste artigo aplica-se inclusive aos servidores que tenham tomado posse no respectivo órgão ou entidade federal sem solução de continuidade com o vínculo anterior.

§ 3º Os servidores de que tratam os incisos I a IV terão suas contribuições previdenciárias submetidas ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Seção II

Do benefício especial

Art. 3º Será devido benefício especial, conforme estabelecido no art. 3º, inciso II, § 1º da Lei nº 12.618, de 2012, ao servidor detentor de cargo público efetivo no Poder Executivo Federal que tenha ingressado no serviço público federal anteriormente a 4 de fevereiro de 2013, e que tenha optado pela migração para o regime de previdência complementar, nos termos do § 16 do art. 40 da Constituição Federal.

§ 1º O benefício especial, a ser pago pelo órgão competente da União, será devido por ocasião da concessão de aposentadoria ao servidor, inclusive por invalidez, ou pensão por morte pelo próprio regime de previdência da União, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, enquanto perdurar o benefício pago por esse regime, inclusive junto com a gratificação natalina.

§ 2º O benefício especial de que trata o caput será devido também ao servidor público titular de cargo efetivo no Poder Executivo Federal, oriundo, sem descontinuidade, de cargo público estatutário de outro ente da federação que não tenha instituído o respectivo regime de previdência complementar e que tenha ingressado em cargo público efetivo federal a partir de 4 de fevereiro de 2013.

§3º Não se aplica aos servidores egressos de carreiras militares o direito ao benefício especial de que trata o § 2º, quando ocorrer migração para o regime de previdência complementar na condição de servidor detentor de cargo efetivo.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 4º Compete aos órgãos e entidades integrantes do Sipec:

I - dar ciência e oferecer a inscrição no Plano Executivo Federal aos servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Executivo, conforme previsto no Regulamento do Plano e no art. 16 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, observado o disposto no art. 7º;

II - orientar os servidores públicos e esclarecer as suas dúvidas em relação ao regime de previdência complementar instituído pela Lei n° 12.618, de 2012, e ao Plano Executivo Federal;

III - classificar os servidores públicos interessados em aderir ao Plano Executivo Federal nas modalidades de Participante de que trata o art. 8° desta Orientação Normativa, conforme previsto no Regulamento do Plano;

IV - receber e encaminhar à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp-Exe) os formulários de inscrição dos servidores públicos que optarem por aderir ao Plano Executivo Federal, conforme previsto no art. 6° desta Orientação Normativa, assim como os demais termos e formulários previstos no Regulamento do Plano;

V - registrar todas as adesões ao Plano Executivo Federal no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siape;

VI - acompanhar o desconto das contribuições devidas pelos servidores públicos e transferi-las à Funpresp-Exe, conforme previsto no Regulamento do Plano;

VII - repassar à Funpresp-Exe as contribuições devidas pelo órgão ou entidade, conforme previsto no Regulamento do Plano;

VIII - comunicar à Funpresp-Exe, no prazo de cinco dias, contado da data da ocorrência do fato:

a) os afastamentos e licenças sem direito à remuneração dos servidores públicos que sejam Participantes do Plano Executivo Federal; e

b) a perda da condição de servidor público dos Participantes do Plano Executivo Federal;

IX - fornecer à Funpresp-Exe as demais informações solicitadas pela entidade.

§ 1º A efetivação do procedimento de que trata o inciso V dar-se-á até o prazo para o fechamento da folha de pagamento, conforme o cronograma mensal disponibilizado no SIAPE.

§ 2º O descumprimento do prazo ou de qualquer das obrigações previstas neste artigo sujeitará o responsável às sanções cabíveis.

§ 3º O Siape calculará automaticamente o valor das contribuições devidas pelo servidor público e pelo órgão ou entidade à Funpresp-Exe, observado o disposto no art. 8º desta Orientação Normativa.

Art. 5º Aplica-se o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS (teto do RGPS), de que trata o art. 201 da Constituição, às aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos da União - RPPS , de que trata o art. 40 da Constituição, na forma disposta na Lei nº 12.618, de 2012.

Parágrafo único. Os servidores públicos de que trata o caput deste artigo que aderirem ao Plano Executivo Federal terão direito aos benefícios previdenciários complementares em conformidade com as regras previstas no Regulamento do Plano.

Art. 6° A adesão do servidor público ao Plano Executivo Federal será realizada por meio do preenchimento e assinatura do formulário de inscrição, conforme previsto no Regulamento do Plano.

§ 1º A adesão de que trata o caput produzirá efeitos, desde que o servidor já se encontre em exercício no cargo:

a) a partir da data de recebimento do formulário no protocolo da unidade de Gestão de Pessoas do órgão ou entidade, caso o participante esteja no exercício do cargo; e

b) a partir da data do recebimento do formulário na Funpresp-Exe, caso o participante esteja no exercício do cargo, quando realizada diretamente na Entidade.

§ 2º Nos casos em que a inscrição tiver sido efetuada eletronicamente no Siapenet, o servidor deverá entregar o formulário de que trata o caput na unidade de Gestão de Pessoas de seu órgão de origem até o fechamento da folha subsequente à data de sua inscrição.

§ 3º Se descumprido o prazo de que trata o parágrafo anterior, o servidor terá que efetuar nova inscrição, com vigência a partir de sua efetivação.

Art. 7º Aos candidatos nomeados para investidura em cargo efetivo federal deverá ser informado, no momento da posse, da existência do Plano Executivo Federal por meio do Termo de Oferta do Plano, que conterá, em anexo, o formulário de inscrição, conforme modelos disponíveis no Siapenet, nos termos do art. 15, e que será entregue ao candidato com os demais documentos obrigatórios exigidos para a posse.

§ 1° O servidor público que optar por aderir ao Plano de Benefícios administrado pela Funpresp-Exe deverá preencher e assinar, em conjunto com a respectiva unidade de recursos humanos, o formulário de que trata o caput deste artigo, devendo:

I - uma cópia ser entregue ao servidor;

II - uma cópia ser arquivada no assentamento funcional do servidor; e

III - o original ser enviado à Funpresp-Exe até o quinto dia útil após o fechamento da folha de pagamento.

§ 2° O servidor público que optar por não aderir ao Plano deverá assinar o formulário constante do anexo desta Orientação Normativa, indicando expressamente a sua opção pela não adesão, devendo:

I - uma cópia ser entregue ao servidor; e

II - o original ser arquivado no assentamento funcional do servidor.

§ 3º Caso o servidor opte por não aderir ao Plano de Benefícios da Funpresp-Exe no momento da posse, poderá fazê-lo a qualquer momento de sua vida funcional, nos termos do Regulamento do Plano de Benefícios.

§ 4º A adesão ao Plano de Benefícios também poderá ser realizada diretamente junto à Funpresp-Exe, inclusive por meio de agentes autorizados pela Fundação, hipótese em que a entidade deverá encaminhar:

a) o requerimento digitalizado do servidor, devidamente assinado, por intermédio de e-mail institucional, para o respectivo órgão de origem, visando à homologação imediata da inscrição do participante; e

b) o documento físico, por meio de ofício, o qual será arquivado no assentamento funcional do servidor.

§ 5º Compete ao dirigente da unidade de Gestão de Pessoas oferecer, obrigatoriamente, o plano de benefícios de previdência complementar da Funpresp-Exe a todos os servidores do órgão ou entidade, bem como zelar pelo cumprimento das obrigações previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 6º O descumprimento do disposto no § 5º sujeitará o responsável às sanções cabíveis.

Art. 8º No momento da sua adesão ao Plano Executivo Federal, o servidor público será classificado em uma das seguintes categorias:

I - Participante Ativo Normal: servidor público que esteja submetido ao teto do RGPS e cuja base de contribuição seja superior ao teto RGPS; ou

II - Participante Ativo Alternativo:

a) servidor público que esteja submetido ao teto do RGPS e cuja base de contribuição seja igual ou inferior ao teto do RGPS; e

b) servidor público que não esteja submetido ao teto do RGPS.

§ 1° Para os fins desta Orientação Normativa, considera-se base de contribuição aquela definida pelo § 1° do art. 4° da Lei n° 10.887, de 18 de junho de 2004, podendo o servidor público optar pela inclusão de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência do local de trabalho e do exercício de cargo em comissão ou função de confiança, conforme previsto no § 1° do art. 16 da Lei n° 12.618, de 2012.

§ 2° Caso a base de contribuição do servidor público classificado como Participante Ativo Normal seja reduzida a um nível igual ou inferior ao teto do RGPS em razão de perda permanente de remuneração, o servidor poderá, em conformidade com as regras previstas no Regulamento do Plano:

a) optar pelo instituto do Autopatrocínio; ou

b) não optar pelo instituto do Autopatrocínio, sendo reclassificado automaticamente na categoria de Participante Ativo Alternativo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 3º A unidade de Gestão de Pessoas, ao constatar a perda parcial ou total da remuneração do servidor participante do Plano de Benefícios da Funpresp-Exe, deverá proceder à sua imediata notificação para possibilitar o exercício da opção pelo instituto do autopatrocínio ou efetuar a escolha do salário de participação e respectiva alíquota de contribuição na condição de participante ativo alternativo.

§ 4º Se o participante não se manifestar no prazo de até cinco dias, a contar da data do recebimento da notificação, o participante será automaticamente reclassificado para a categoria Participante Ativo Alternativo, nos termos do previsto na alínea 'b' do §2º deste artigo.

§ 5º Se o participante Ativo Alternativo não indicar o valor de seu salário de participação, será utilizado o valor correspondente a dez URPs vigentes no mês de competência.

§ 6º Na ausência de definição da alíquota da Contribuição Básica e da Contribuição Alternativa pelo participante, aplicar-se-á o percentual de 7,5%.

§ 7° Caso a base de contribuição do servidor público classificado como Participante Ativo Alternativo que esteja submetido ao teto do RGPS seja aumentada a um nível superior ao teto do RGPS em razão de aumento permanente de remuneração, o servidor será reclassificado na categoria de Participante Ativo Normal, conforme previsto no Regulamento do Plano.

§ 8º Na definição da base de contribuição para os fins da classificação e da reclassificação de que tratam o caput e os §§ 2° e 7°º deste artigo, será levada em consideração a remuneração normal devida ao servidor público por um mês regular de trabalho, independentemente de eventuais variações excepcionais e transitórias decorrentes de:

I - pagamento de exercícios anteriores;
II - pagamento de meses anteriores;
III - decisões judiciais;
IV - devoluções diversas;
V - reposições e indenizações ao erário;
VI - faltas;
VII - atrasos;
VIII - aplicação de sanção disciplinar de suspensão;
IX - férias; e
X - outros eventos e ocorrências similares.

§ 9° Em caso de afastamentos e licenças sem direito à remuneração, o servidor público poderá optar pelo instituto do Autopatrocínio, conforme previsto no Regulamento do Plano.

§ 10. Em caso de perda do vínculo funcional, o servidor público poderá optar pelos institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido, da Portabilidade ou do Resgate, conforme previsto no Regulamento do Plano.

Art. 9º O servidor público que aderir ao Plano Executivo Federal deverá escolher a alíquota da contribuição incidente sobre o seu Salário de Participação de acordo com uma das seguintes opções, conforme previsto no Regulamento do Plano:

I - 7,5%;
II - 8%; ou
III - 8,5%.

§ 1° Caso o servidor público deseje contribuir regularmente com alíquota superior a 8,5%, deverá fazê-lo na forma de contribuição facultativa, conforme previsto no Regulamento do Plano.

§ 2º O Salário de Participação do servidor público classificado na categoria Participante Ativo Normal será equivalente à parcela da sua base de contribuição que exceder o teto do RGPS.

§ 3º O Salário de Participação do servidor público classificado na categoria Participante Ativo Alternativo será definido pelo próprio servidor, observados os seguintes limites:

I - limite mínimo: valor equivalente a dez Unidades de Referência do Plano - URPs, conforme previsto no Regulamento do Plano; e

II - limite máximo: valor equivalente à sua base de contribuição.

§ 4° A alíquota da contribuição devida pelo órgão ou entidade integrante do Sipec em benefício do servidor público classificado na categoria Participante Ativo Normal será igual à alíquota escolhida pelo servidor e incidirá sobre o seu respectivo Salário de Participação, observado o limite de 8,5%.

§ 5° Não será devida pelos órgãos e entidades integrantes do Sipec qualquer contribuição em benefício do servidor público classificado na categoria Participante Ativo Alternativo.

§ 6° Na definição da base de contribuição para os fins do cálculo mensal do Salário de Participação e da incidência mensal da alíquota das contribuições de que trata este artigo, será levada em consideração o subsídio ou remuneração do servidor no respectivo cargo efetivo.

Art. 10. O servidor público que aderir ao Plano Executivo Federal deverá optar expressamente por incluir ou não em sua base de contribuição as parcelas remuneratórias que venham a ser percebidas em decorrência do local de trabalho e do exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Parágrafo único. A opção de que trata o caput deste artigo poderá ser revista a qualquer tempo pelo servidor.

Art. 11. O servidor público que aderir ao Plano Executivo Federal deverá escolher o regime de tributação do Imposto de Renda, progressivo ou regressivo:

I - no ato de adesão ao Plano, por meio de opção expressa no formulário de inscrição; ou

II - até o último dia útil do mês subsequente ao da adesão, por meio do "Termo de Opção pelo Regime Regressivo de Tributação", conforme modelo disponível no Siapenet, na forma orientada no art. 14 desta Orientação Normativa.

Parágrafo único. Caso não realize a opção de que trata o caput deste artigo, o servidor público será automaticamente vinculado ao regime progressivo, conforme previsto no § 6º do art. 1º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Para viabilizar o repasse das contribuições devidas à Funpresp-Exe, serão disponibilizados mensalmente no portal Siapenet relatórios sobre a adesão dos servidores públicos ao Plano Executivo Federal, observado o cronograma da folha de pagamento.

Art. 13. O desconto das contribuições devidas pelos servidores públicos à Funpresp-Exe corresponderá às rubricas relacionadas a seguir, que constam dos relatórios l.54120.AM, l.54120BY e l.54120CY, disponíveis na opção "Obtenção e Envio de Arquivos/Relatórios da Folha" do módulo "Órgão" do portal Siapenet:

a) 32740 FUNPRESP-CONTR. MENSAL NORMAL;

b) 32741 FUNPRESP-CONTR. MENSAL ALTERNATIVA;

c) 32750 FUNPRESP-GRAT. NATALINA NORMAL; e

d) 32751 FUNPRESP-GRAT. NATALINA ALTERNATIVA.

Parágrafo único. As contribuições devidas pelos órgãos e entidades integrantes do Sipec à Funpresp-Exe corresponderão às rubricas de que tratam os incisos I e III do caput deste artigo.

Art. 14. As contribuições devidas pelos servidores públicos e pelos órgãos e entidades integrantes do Sipec à Funpresp-Exe serão repassadas à Funpresp-Exe até o dia dez do mês seguinte ao da competência, sob pena de ensejar a aplicação dos acréscimos de mora previstos para os tributos federais e de sujeitar o responsável pelo atraso às sanções penais e administrativas cabíveis, conforme previsto no art. 11 da Lei n° 12.618, de 2012.

Parágrafo único. Para os fins do repasse de que trata o caput deste artigo, o órgão ou entidade observará os seguintes códigos do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi:

a) CPR - SITUACAO ENC015 - ENCARGOS SOCIAIS - PREVIDÊNCIA REGIME PRÓPRIO - FUNPRESP (ENCARGO PATRONAL); e

b) DOB032 - RETENÇÃO PARA REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA - FUNPRESP (DEDUÇÃO).

Art. 15. Para o registro da adesão dos servidores ao plano de benefícios, as Unidades de Recursos Humanos deverão observar os formulários e orientações disponíveis nas opções "Obtenção de Arquivos" e "Aplicativos" do módulo "Órgão" do portal Siapenet."

Art. 16. Ficam revogadas:

I - a Orientação Normativa SEGEP/MP n° 12, de 23 de setembro de 2013;

II - a Orientação Normativa SEGEP/MP nº 6, de 13 de agosto de 2014; e

III - a Orientação Normativa SEGEP/MP nº 8, de 1º de outubro de 2014.

Art. 17. Esta Orientação Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

ANEXO

DECLARAÇÃO DE NÃO OPÇÃO - PLANO EXEC-PREV

Eu, _____, portador da cédula de identidade nº_____ e CPF nº _____, DECLARO que fui cientificado por representante do órgão/entidade _____ (SIGLA) acerca do Plano de Benefícios ExecPrev, administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funprep-Exe, e que, optei por não me inscrever no referido plano no ato da posse no cargo público que ora ocupo.

Declaro, ainda, estar ciente que, :

a) independentemente do valor de minha remuneração, o desconto de 11% (onze por cento) a título de contribuição ao Plano de Seguridade Social do Servidor Público (PSS) será efetuado em minha remuneração limitado ao valor máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

b) independentemente do valor de minha remuneração, os proventos devidos pela União, em decorrência de minha aposentadoria, bem como eventual pensão estatutária devida a meus dependentes, também não excederão o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) vigente à época da concessão.

c) Ao não aderir ao Plano Exec-Prev, deixo de fazer jus ao direito de ser beneficiado pela contribuição paritária da União ao referido plano, em percentual de até 8,5% de minha base de contribuição, em caso de classificação como participante ativo normal, conforme previsto no art. 16, § 3º da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012

_____, _____ de _____ de 20__.

_____

Assinatura do (a) servidor (a)

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 58, DE 14 DE ABRIL DE 2015

Altera dispositivo da Instrução Normativa nº 02, de 17 de maio de 2010.

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, nomeada pela Portaria nº 111, de 20 de fevereiro de 2013, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 41, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e conforme estabelecido no artigo 52, ANEXO XII, da Portaria nº 220 de 25 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 39 da Instrução Normativa nº 02, de 17 de maio de 2010, que dispõe sobre a fiscalização dos imóveis da União, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de maio de 2010, seção 1, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39. Até que se promova a implantação de sistema informatizado de controle e gerenciamento das fiscalizações, as Superintendências do Patrimônio da União deverão trimestralmente, enviar ao Departamento de Caracterização do Patrimônio - DECAP, os relatórios das ações de fiscalização, de acordo com modelo elaborado pela Unidade Central, contendo, no mínimo, as seguintes informações:" (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CASSANDRA MARONI NUNES

PORTARIA Nº 59, DE 14 DE ABRIL DE 2015

Altera dispositivo da Portaria nº 149, de 23 de maio de 2013.

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, nomeada pela Portaria nº 111, de 20 de fevereiro de 2013, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 41, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e conforme estabelecido no artigo 52, ANEXO XII, da Portaria 220 de 25 de junho de 2014, art. 39 da Instrução Normativa nº 2, de 17 de maio de 2010, que dispões sobre a fiscalização de imóveis da União, e ao art. 21, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 01, de 02 de dezembro de 2014, que dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos de avaliação para cobrança em razão de sua utilização, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 4º, da Portaria nº 149, de 23 de maio de 2013, que estabelece o acompanhamento das avaliações e fiscalizações/vistorias de imóvel da União ou de seu interesse, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º As atividades de avaliação e fiscalização/vistoria devem ser registradas em laudos de avaliação e relatórios próprios de fiscalização, respectivamente.

§1º As folhas de rosto dos laudos e as cópias dos Relatórios de Fiscalização de Território e Circunstanciados de Território (conforme Manual de Fiscalização do Patrimônio da União), de que trata o caput deste artigo deverão ser encaminhadas trimestralmente ao Departamento de Caracterização do Patrimônio - DECAP na Unidade Central da SPU.

§2º Juntamente com as cópias dos Relatórios de Fiscalização de Território e Circunstanciados de Território, deverá ser encaminhado relatório sintético trimestral da fiscalização, contendo as seguintes informações, além das solicitadas pelo art. 39 da IN SPU nº 02/2010:

I - valores e quantidades de multas e indenizações pagas, não pagas e canceladas (com cópias dos eventuais Termos de Cancelamento de Auto de Infração emitidos);

II - débitos de eventuais multas e indenizações incluídos no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;

III - débitos de eventuais multas e indenizações inseridos na Dívida Ativa da União - DAU.

§3º Os modelos de folha de rosto de laudo e dos Relatórios de Fiscalização de Território e Circunstanciados de Território deverão ser conforme Anexos I, II e III desta Portaria.

§4º O DECAP consolidará, também trimestralmente, as informações contidas nas folhas de rosto dos laudos e nos relatórios da fiscalização em planilhas de acompanhamento." (NR)

Art. 2º Anexados a esta portaria estão os modelos de folha de rosto de laudo e dos Relatórios de Fiscalização de Território e Circunstanciados de Território.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CASSANDRA MARONI NUNES

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 505, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Altera a Norma Regulamentadora nº 6 (NR6) - EPI - Equipamento de Proteção Individual.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º incluir as alínea 'd' no item A.2 (Capuz ou balaclava) e 'f' no item F.3 (Manga) do Anexo I - LISTA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - da NR6, aprovada pela Portaria 3.214, de 8 de junho de 1978, com a seguinte redação:

".....

A.2 .....

.....

d) capuz para proteção da cabeça e pescoço contra umidade proveniente de operações com uso de água.

.....

F.3 .....

f) manga para proteção do braço e do antebraço contra agentes químicos.

....."

Art. 2º Alterar as alíneas 'b', do item A.2, 'c' do item E.1, 'g' do item G.1, 'c' do item G.3, 'b' do item G.4, 'b' do item H.1, e 'a' do item H.2, do Anexo I - LISTA DE EQUIPAMENTOS DE PRO-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TEÇÃO INDIVIDUAL - da NR6, aprovada pela Portaria 3.214, de 8 de junho de 1978 que passam a vigorar, respectivamente, com a seguinte redação:

"....

A.2 ....

....

b) capuz para proteção do crânio, face e pescoço contra agentes químicos;

....

E.1 ....

....

c) vestimentas para proteção do tronco contra agentes químicos;

....

G.1 ....

....

g) calçado para proteção dos pés e pernas contra agentes químicos.

....

G.3 ....

....

c) perneira para proteção da perna contra agentes químicos;

....

G.4 ....

....

b) calça para proteção das pernas contra agentes químicos;

....

H.1 ....

....

b) macacão para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra agentes químicos;

....

H.2 ....

a) vestimenta para proteção de todo o corpo contra riscos de origem química;

...."

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS

PORTARIA Nº 506, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Suspende os efeitos da Portaria MTE n.º 1.565, de 13 de outubro de 2014, em relação às empresas associadas à ABEPREST - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE SOLUÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA, em razão de antecipação de tutela concedida nos autos do processo n.º 0007506-22.2015.4.01.3400, que tramita na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, atendendo a determinação judicial proferida nos autos do processo nº 0007506-22.2015.4.01.3400, que tramita na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal - Tribunal Regional Federal da Primeira Região, resolve:

Art. 1º Suspender os efeitos da Portaria MTE n.º 1.565, de 13 de outubro de 2014, em relação às empresas associadas à ABEPREST - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE SOLUÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA, em razão do processo nº 0007506-22.2015.4.01.3400, que tramita na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal - Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS

Ministério dos Transportes

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 118, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Cria Grupo de Trabalho com vista à coordenação de ações e a elaboração de Plano de Ação para atendimento às deliberações proferidas pelo Tribunal de Contas da União para os Corredores Logísticos de Transportes.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso de suas atribuições, e:

Considerando as determinações contidas no Acórdão nº 2891/2014 - Plenário, o qual trata da tempestividade da execução das principais obras e empreendimentos do corredor logístico centro sudeste, relacionados no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e no Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT);

Considerando a necessidade de uma visão integrada e transversal dos empreendimentos e obras com os demais corredores logísticos responsáveis pelo escoamento da safra (BR-163/MT/PA e Rio Madeira);

Considerando a necessidade de assessorar e manter informado o Secretário-Executivo desta Pasta sobre a execução das ações no âmbito deste Ministério;

Considerando a necessidade de coordenar e integrar as ações, planos, programas e empreendimentos do setor transportes com o objetivo de melhorar o escoamento da produção agropecuária, resolve:

Art. 1º Criar grupo de trabalho, subordinado à Secretaria Executiva, constituído pelos seguintes unidades, sob a coordenação da primeira:

I - Secretaria Executiva;

II - Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES/MT;

III - Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT/MT;

IV - Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT/MT;

V - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;

VI - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;

VII - Empresa de Planejamento e Logística - EPL; e

VIII - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A.

Parágrafo único. Os representantes dos órgãos e entidades a que se refere o caput serão designados pelo Secretário-Executivo.

Art. 2º São atribuições do Grupo de Trabalho:

I - desenvolver plano de ação contendo medidas para tornar o acompanhamento das obras prioritárias do corredor logístico Centro Sudeste efetivo e tempestivo, contemplando visão integrada e transversal das obras, na forma prevista no item 9.1.1 do citado acórdão;

II - desenvolver plano de ação contendo medidas para melhorar as condições de operação dos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário no corredor logístico Centro Sudeste, na forma do item 9.1.2 do citado acórdão;

III - propor ao Grupo Interministerial criado pela Portaria MAPA nº 231, de 24 de abril de 2013, os ajustes necessários no plano de ação interministerial descrito na Nota Técnica n° 04, de 31 de dezembro de 2013, na forma prevista no item 9.1.2 do citado acórdão;

III - estabelecer metas de acompanhamento da execução dos empreendimentos e fazer gestão, com vistas a assegurar o cumprimento dos respectivos Cronograma físicos; e

IV - propor ao Secretário-Executivo, caso necessário, providências visando ajustes, correções ou inserções nos projetos, obras e/ou recursos financeiros.

Parágrafo único. A elaboração dos planos de ação deverá considerar as ações a serem desenvolvidas para promover o adequado escoamento da safra, em consonância com os corredores logísticos da BR-163/MT/PA e do rio Madeira, objeto do Acórdão nº 3290/2014 e Acórdão nº 2831/2014, ambos plenário, proporcionando uma visão integrada dos empreendimentos.

Art. 3º Estabelecer prazo, até dia 29 de maio de 2015, para apresentação dos planos de ação a que se refere o Acórdão nº 2891/2014 - Plenário.

Art. 4º O Grupo de Trabalho poderá solicitar informações e convocar os responsáveis pelas ações, programas, planos e projetos para auxiliar na elaboração dos planos de ação, saneamento de problemas ou de dificuldades encontradas em determinado modo de transporte.

Art. 5º O Assessor Especial de Controle Interno deverá acompanhar e monitorar o cumprimento dos prazos estabelecidos nesta Portaria, bem como oferecer o suporte necessário, dentro de sua área de competência.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDSON GIROTO

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 47, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições legais estabelecidas na Portaria/SE/MT n° 281, de 05 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 192, de 06 de outubro de 2010, e

Considerando as conclusões acatadas pelo Senhor Coordenador Geral de Recursos Logísticos constantes no Despacho à fl. 60, do Processo n.° 50000.008308/2015-66, e com base no Art. 7° da Lei 10.520/2002 e no Art. 28 do Decreto 5.450/2005, resolve:

Art. 1° Aplicar à empresa INFORGERAIS EIRELI - ME, cadastrada no CNPJ n° 18.387.009/0001-62, a penalidade impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 2 (dois) anos, com o respectivo registro no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedores da Administração Pública Federal), diante da inexecução total do objeto da Nota de Empenho 2014NE800324, registrado na Ata de Registro de Preços n.º 37/2014-MC, referente ao Pregão n.º 04/2014-MC, como previsto nos itens 18.3, item "d" do Termo de Referência do Edital.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACYR ROBERTO DE LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 4.670, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Concede prazo adicional de 60 (sessenta) dias para o cumprimento do disposto no § 4º da Resolução ANTT nº 4.300, de 2014

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 104, de 15 de abril de 2015, e no que consta do Processo n° 50500.029844/2013-01, resolve:

Art. 1° Conceder à América Latina Logística Malha Paulista S.A. prazo adicional de 60 (sessenta) dias para o cumprimento do disposto no § 4º da Resolução ANTT nº 4.300, de 2014.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 114, DE 1º DE ABRIL DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 093, de 1º de abril de 2015, no Contrato de Concessão nº 01/2014, e no que consta do Processo nº 50500.052216/2015-82, delibera:

Art. 1º Conhecer do pedido de suspensão da execução do Contrato de Concessão nº 01/2014, interposto pela Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 S.A., para no mérito, negar-lhe provimento.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

RETIFICAÇÕES

Na Resolução nº 4.669, de 15.3.2015, publicada no D.O.U nº 72, de 16 de abril de 2015, Seção 1, pág. 78, Onde se lê: "...Resolução nº 4.669, de 15 de março de 2015...", leia-se: "...Resolução nº 4.669, de 15 de abril de 2015...".

Na Deliberação 124, de 15.3.2015, publicada no D.O.U nº 72, de 16 de abril de 2015, Seção 1, pág. 82, Onde se lê: "...Deliberação nº 124, de 15 de março de 2015...", leia-se: "...Deliberação nº 124, de 15 de abril de 2015...".

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 92, DE 15 DE ABRIL DE 2015

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50510.017396/2014-56, resolve:

Art. 1º Autorizar a construção de acesso provisório na faixa de domínio da Rodovia Fernão Dias, BR-381/MG, no km 483+350m, na Pista Norte, em Betim/MG, de interesse da Parque Torino Imóveis S/A.

Parágrafo único. Para a substituição do acesso provisório autorizado por um acesso definitivo, a Parque Torino deverá apresentar à Autopista Fernão Dias S/A o projeto executivo correspondente, para análise prévia à aprovação pela ANTT.

Art. 2º Na construção e conservação do referido acesso provisório, a Parque Torino deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fernão Dia S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Parque Torino não poderá iniciar a construção do acesso provisório objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Fernão Dia S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Fernão Dia S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais - URMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Parque Torino assumirá todo o ônus relativo à construção, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso provisório, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Parque Torino deverá concluir a obra de construção do acesso provisório no prazo de 04 (quatro) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Parque Torino verifique a impossibilidade de conclusão da obra de construção do acesso provisório no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Fernão Dia S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Autopista Fernão Dia S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso provisório.

Art. 8º A Parque Torino deverá apresentar, à URMG e à Autopista Fernão Dia S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Parque Torino abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 161, DE 15 DE ABRIL DE 2015

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentado no Processo nº 50500.074119/2015-41, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da VIAÇÃO MOTTA LTDA. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros SAO PAULO (SP) - BATAGUASSU (MS), prefixo 08-1469-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO
Substituta

PORTARIA Nº 162, DE 15 DE ABRIL DE 2015

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentado no Processo nº 50515.013885/2015-70, resolve:

Art. 1º Indeferir o requerimento da VIAÇÃO ITAPEMIRIM S/A para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros BELO HORIZONTE (MG) - NATAL (RN), prefixo 06-1431-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO
Substituta

PORTARIA Nº 163, DE 15 DE ABRIL DE 2015

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentado no Processo nº 50500.056616/2015-67, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da NORDESTE TRANSPORTES LTDA. para redução de frequência mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros PONTA GROSSA (PR) - SÃO PAULO (SP) - VIA ITARARÉ (SP), prefixo 09-0374-00, para 6 (seis) horários semanais, por sentido, todos os meses do ano.

Art. 2º Determinar à autorizatária sob regime especial de operação que comunique aos usuários do serviço acerca da redução da frequência mínima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua efetiva implantação, conforme o art. 8º da Resolução nº 597, de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA CAMPOS DO CARMO
Substituta

RETIFICAÇÃO

Nas Portarias abaixo relacionadas, retificar o texto, Onde se lê: "...Alexandre Muñoz Lopes de Oliveira...", leia-se: "...Karla Campos do Carmo, Substituta...".

- Portarias nº 138, 140, 141, 142 e 143, de 24.3.2015, publicada no DOU nº 56, Seção 1, pág. 53;
- Portaria nº 139, de 25.3.2015, publicada no DOU nº 57, Seção 1, pág. 87;
- Portaria nº 151, 152, 153 e 154, de 10.4.2015, publicada no DOU nº 68, Seção 1, pág. 45;
- Portaria nº 148 e 149, de 2.4.2015, publicada no DOU nº 53, Seção 1, pág. 141;
- Portaria nº 157, 158 e 159, de 14.4.2015, publicada no DOU nº 70, Seção 1, pág. 71.

SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 140, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Concede prioridade ad referendum e dá publicidade ao cancelamento de prioridades de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - CDFMM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º do Decreto nº 5.269, de 10 de novembro de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder prioridade de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, à empresa brasileira e respectivos projetos, abaixo relacionados, pelo prazo de 120 dias contados a partir da publicação desta Resolução:

I. BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA., suplementação para construção de 1 (uma) embarcação do tipo PSV 4.500, casco NAV-131, com valor de R$ 4.218.189,29 (quatro milhões, duzentos e dezoito mil, cento e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos) que correspondem a US$ 2.123.855,44 (dois milhões, cento e vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e cinco dólares norte americanos e quarenta e quatro centavos), com data-base de 09/04/2013, processo nº 50000.021062/2013-56.

II. BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA., suplementação para construção de 06 (seis) embarcações do tipo PSV 4.500, cascos NAV-132 ao NAV-137, com valor total do projeto de R$ 15.077.766,53 (quinze milhões, setenta e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos) que corresponde a US$ 7.591.645,20 (sete milhões, quinhentos e noventa e um mil, seiscentos e quarenta e cinco dólares norte americanos e vinte centavos), com data-base de 09/04/2013, processo nº 50000.021062/2013-56.

Art. 2º Dar publicidade ao CANCELAMENTO por decurso do prazo, previsto no § 5º do art. 8º da Portaria GM/MT nº 253, de 12 de março de 2009, às prioridades de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, concedidas aos seguintes postulantes e respectivos projetos, aprovadas na 26ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, abaixo enumerados conforme disposto na Resolução CDFMM Nº 136, publicada em 25 de setembro de 2014:

I. BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA., suplementação para construção de 1 (uma) embarcação do tipo PSV 4.500, casco NAV - 131, processo nº 50000.021062/2013-56 (Art. 3º, inc. V).

II. BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA., suplementação para construção de 6 (seis) embarcações do tipo PSV 4.500, cascos NAV - 132 ao NAV - 137, processo nº 50000.021062/2013-56 (Art. 3º, inc. VI).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL SIGELMANN

PAUTA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2015

Dia: 28/04/15
Hora: 14:00 horas
Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público - Setor de Administração Federal Sul Quadra 2, Lote 3 - Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação das Atas da 6ª Sessão Ordinária (24/03/2015) e da 7ª Sessão Ordinária (14/04/2015).

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 18/11/2013

2) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001328/2012-95
Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Advogados: Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior - OAB/DF nº 16.275; Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior - OAB/PA nº 3.259; Rafael Barbosa de Castilho - OAB/DF nº 19.979; Bruno Matias Lopes - OAB/DF nº 31.490; Roberta Franco de Souza Reis Pinto - OAB/DF nº 26.060
Assunto: Requer a realização de auditoria e inspeção nos sistemas de escuta e monitoramento denominado "Guardião", adquiridos por órgãos do Ministério Público Estadual e Federal, bem como a análise dos respectivos processos de licitação e aquisição, condições de uso e sua aplicabilidade.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alessandro Tramujas Assad
Cons. Jarbas Soares Júnior

Pedido de Vista em 03/02/2014

3) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001441/2011-90
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT
Interessados: Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Vice-Presidente da ANPT
Sebastião Vieira Caixeta - Presidente da ANPT
Assunto: Consoante Recomendação constante dos relatórios de inspeção deste Conselho Nacional, acerca da necessidade de diminuir a disparidade de recursos humanos constatada entre os ramos do Ministério Público da União, requer providências que garantam a alocação dos recursos orçamentários, para que seja alcançado um critério de proporcionalidade no provimento dos cargos e funções criados pela Lei nº 1.321/2010.
Relator(a): Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedidos de Vista em 06/10/2014

4) Proposição n.º 0.00.000.000328/2012-78
Proponente: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre o Código de Ética no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alessandro Tramujas Assad
Cons. Jarbas Soares Júnior
Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

5) Proposição n.º 0.00.000.001310/2013-74
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Recomendação que revoga a Recomendação CNMP n° 16, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior

Pedidos de Vista em 17/11/2014

6) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.000225/2014-70 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000465/2013-93)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alexandre Berzosa Saliba

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7) Proposição n.º 0.00.000.001285/2014-18
Proponente: Conselheiro Antônio Pereira Duarte
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a criação de uma Comissão Temporária de Preservação da Memória Institucional do Ministério Público.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Pedido de Vista em 27/01/2015

8) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001151/2014-99 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001250/2012-17)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Advogado: Aristides Junqueira Alvarenga - OAB/DF n.º 12.500
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho da 10ª Região.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alexandre Berzosa Saliba

Pedidos de Vista em 10/02/2015

9) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000519/2014-00
Requerente: Jailson Lima da Silva - Deputado Estadual/SC
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Requer a averiguação de supostas irregularidades no valor dos subsídios pagos aos membros do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, os quais extrapolam o teto remuneratório.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior
Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

10) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.001509/2014-83
Requerentes: Fernando Ferreira dos Santos - Promotor de Justiça/PI
Leida Maria de Oliveira Diniz - Promotora de Justiça/PI
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Requer a devolução dos autos do Procedimento Investigatório Preliminar n° 09/2014 a 35ª Promotoria de Justiça de Teresina, bem como que se considere arguido o impedimento do Subprocurador-Geral de Justiça e de todos os Procuradores de Justiça do Estado do Piauí para a condução do referido Procedimento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Piauí
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedidos de Vista em 24/02/2015

11) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24
Requerente: Ailton José da Silva - Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis - Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan - Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar - ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti - Vice-Presidente da ANPR
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

12) Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36
Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros - Presidente do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Alessandro Tramujas Assad

Pedido de Vista em 24/03/2015

13) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001423/2014-51 (Recurso Interno)
Recorrente: Ênderson Flávio Costa Lima
Recorrido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Recurso interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerido o controle em relação a criação e provimento de cargos em comissão no Ministério Público do Estado do Piauí, em detrimento da nomeação de aprovados em concurso público para o cargo de Analista Ministerial/Área Processual.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Piauí
Vista: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Pedidos de Vista em 14/04/2015

14) Proposição n.º 0.00.000.000394/2011-67
Proponente: Conselheiro Almino Afonso
Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Alessandro Tramujas Assad

15) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000036/2013-16 (Embargos de Declaração)
Embargante: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Procedimento de Controle Administrativo, que visa rever atos administrativos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro firmados com o Banco Itaú e que envolvem o grupo El Corte Inglês e a Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - FEMPERJ.
Relator Originário: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Relator dos Embargos de Declaração: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior

16) Proposição n.º 0.00.000.000837/2013-81
Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina o funcionamento dos plantões na primeira instância das diversas unidades do Ministério Público, nos horários de inocorrência de expediente forense.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

17) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n° 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior
Cons. Antônio Pereira Duarte

18) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000397/2014-43 (Recurso Interno)
Recorrente: Rafael de Araújo Gomes - Procurador do Trabalho/SP
Recorrido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada contra membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

19) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)
Embargante: Dirceu Dresch
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior
Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

20) Proposição n.º 0.00.000.000704/2014-96
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a agilização dos processos de adoção e destituição do poder familiar no âmbito do Ministério Público dos Estados.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alessandro Tramujas Assad

21) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001282/2014-76 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000417/2009-19)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal
Interessado: Membro do Ministério Público Federal
Advogado: Fernando Bessa Vieira - OAB/DF n.º 15.078
Assunto: Revisão do Processo Disciplinar nº 1.00.001.00117/2011-99-MPF e sua avocação, para que passe a tramitar diretamente perante o Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

22) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001552/2014-49
Requerentes: Alberto Loreno Fracasso; Everaldo Mazieira; Marcio Junji Hayashida; Rogério Dobrzanski; Thiago Stanley Gurski
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Paraná
Assunto: Visa apurar a regularidade de ato administrativo da Procuradoria da República no Município de Pato Branco/PR, que impõe aos servidores o desempenho de plantão criminal à margem de qualquer regulamentação ou contrapartida mediante banco de horas.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Paraná
Vista: Presidente

23) Proposição n.º 0.00.000.001568/2014-51
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a criação de Carteira de Identidade Especial para os Conselheiros do CNMP e padronização da Carteira de Identidade de Membro do Ministério Público dos Estados.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alessandro Tramujas Assad

24) Proposição n.º 0.00.000.001569/2014-04
Proponente: Conselheiro Jarbas Soares Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que altera o § 4° do art. 2°, da Resolução CNMP n.° 23/2007.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

25) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001746/2014-44 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001755/2014-35)
Requerente: José Carlos Paes - Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
Advogado: André Hespanhol - OAB/RJ n.º 109.359
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Requer que seja determinado ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o cumprimento do inciso VII do Art. 7°, da Resolução CNMP n° 89/2012, com o fornecimento de todas as informações cabíveis para todos os meses posteriores à sua edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Processos Remanescentes

Incluídos na pauta da 16ª Sessão Ordinária (18/08/2014)

26) Proposição n.º 0.00.000.000235/2013-24
Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes
Assunto: Proposta de Resolução que proíbe a subvenção de entidades privadas com fins lucrativos aos congressos, seminários, simpósios, encontros jurídicos e culturais e eventos similares realizados, promovidos ou apoiados pelo Ministério Público e suas Escolas Oficiais, com participação dos seus membros.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal

27) Proposição n.º 0.00.000.000356/2014-57
Proponente: Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho
Assunto: Proposta de Resolução, que altera a Resolução CNMP n° 23/2007, regulamentando os art. 6°, inciso VII, e art. 7°, inciso I, da Lei Complementar n° 75/93 e os art. 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei n° 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 19ª Sessão Ordinária (06/10/2014)

28) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000800/2014-34
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Visa apurar o exercício cumulativo de funções de membro do Ministério Público do Estado do Ceará (Relatório de Inspeção, item 3.9.15.1).
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

29) Consulta n.º 0.00.000.001157/2014-66
Requerente: Regina Lúcia de Almeida Rocha - Procuradora-Geral de Justiça/MA
Assunto: Apresenta consulta acerca de situações que possam caracterizar eventual nepotismo no Ministério Público.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho - Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Origem: Maranhão

Incluído na pauta da 3ª Sessão Ordinária (10/02/2015)

30) Consulta n.º 0.00.000.000540/2014-05
Requerente: Geder Luiz Rocha Gomes - Procurador-Geral de Justiça Adjunto/BA
Assunto: Consulta realizada pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto do Estado da Bahia, acerca do alcance da aplicação da Resolução CNMP nº 01/2005, diante do conteúdo da Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Bahia

Incluídos na pauta da 4ª Sessão Ordinária (24/02/2015)

31) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000543/2014-31
Requerente: Christiano Baía Fernandes de Araujo - Promotor de Justiça/RN
Assunto: Requer providências de alteração do art. 7°, da Resolução CNMP n° 14/06, que cria regras gerais de concursos públicos realizados pelos Ministérios Públicos.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Rio Grande do Norte

32) Proposição n.º 0.00.000.001106/2014-34
Proponentes: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que visa alterar o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante ao pedido de sustentação oral nas sessões deste Conselho.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

33) Proposição n.º 0.00.000.001107/2014-89
Proponentes: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que visa alterar o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante ao momento processual adequado para o oferecimento de rol de testemunhas, pelo processado, no processo administrativo disciplinar.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

34) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001281/2014-21
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Advogados: Francisco das Chagas Rebêlo Júnior - OAB/PI n.º 3.518/02
Ricardo Ilton Correia dos Santos - OAB/PI n.º 3.047/98
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar em face de membro do Ministério Público do Estado do Piauí.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 5ª Sessão Ordinária (10/03/2015)

35) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001785/2013-61 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000371/2012-33)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar em face de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

36) Proposição n.º 0.00.000.001498/2014-31
Proponente: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Assunto: Proposição que visa recomendar a observância da Instrução Normativa nº 02/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, nas contratações de serviços, continuados ou não, pelos órgãos do Ministério Público.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 6ª Sessão Ordinária (24/03/2015)

37) Proposição n.º 0.00.000.000860/2014-57
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a adoção de videoconferência na instrução de processos e procedimentos disciplinares no âmbito do Ministério Público dos Estados.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

38) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001589/2014-77 (Recurso Interno)
Recorrente: Rinaldo Reis Lima - Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Revisão de Processo Disciplinar, que tramitou no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Rio Grande do Norte

39) Nota Técnica n.º 0.00.000.001622/2014-69
Proponente: Conselheiro Jarbas Soares Júnior - Presidente da Comissão de Defesa Direitos Fundamentais
Assunto: Nota Técnica que propõe a alteração do disposto no § 1º do art. 306, do Decreto-Lei nº 3.689/1941, referente ao Projeto de Lei nº 554/2011, que tramita no Senado Federal, propondo que seja estabelecido o prazo de vinte e quatro horas para apresentação física do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

40) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001770/2014-83
Requerente: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga - OAB/DF n° 12.500
Juliana Moura Alvarenga Dilascio - OAB/DF n° 20.522
Assunto: Requer a revisão da Resolução CNMP n° 09/2006, para que nela conste o valor mínimo a ser pago a título de subsídio aos membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal

41) Proposição n.º 0.00.000.000135/2015-60
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Assunto: Proposta de Emenda Regimental, que altera o parágrafo único do artigo 59, da Resolução CNMP n° 92/2013 (Regimento Interno).
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (28/04/2015)

42) Procedimento Avocado n.º 0.00.000.000534/2012-88 (Recurso Interno)
Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba
Advogado: Alexandre Vieira de Queiroz - OAB/DF n.º 18.976
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que apreciou pedido de produção de provas pelo membro do Ministério Público do Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal

43) Procedimento Avocado n.º 0.00.000.000535/2012-22 (Recurso Interno)
Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba
Advogado: Alexandre Vieira de Queiroz - OAB/DF n.º 18.976
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que apreciou pedido de produção de provas pelo membro do Ministério Público do Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal

44) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000886/2012-33
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Assunto: Revisão de Procedimento Administrativo Disciplinar que tramitou no Ministério Público do Estado de Alagoas.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Alagoas

45) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001290/2012-51
Requerente: Antônio Eduardo Barleta de Almeida - Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Pedido de revisão de decisão disciplinar proferida pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Pará, no Recurso Administrativo n° 004/2012-MP/CPJ.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Pará

46) Proposição n.º 0.00.000.001478/2013-80
Proponente: Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre as férias dos membros dos Ministérios Públicos a União e dos Estados.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal

47) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001746/2013-63 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerida a suspensão dos efeitos do art. 1º, do Ato Normativo nº 008/200, bem assim dos §§ 1º, 2º, 5º e 8º do art. 22, e do § 3º do art. 5º, do Ato Normativo nº 020/2008, ambos exarados pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Bahia

48) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000370/2014-51 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação Nacional do Ministério Público de Contas
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que não conheceu Procedimento de Controle Administrativo, em razão da falta de competência do CNMP para o controle dos atos administrativos dos Tribunais de Contas, nos concursos para a carreira do Ministério Público de Contas.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Espírito Santo

49) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000479/2014-98 (Recurso Interno) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000369/2014-26)
Recorrente: Artur Sérgio de Almeida Reis
Advogado: Alex de Jesus Souza - OAB/DF nº 6.550
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Sergipe

50) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000639/2014-07 (Recurso Interno)
Recorrente: Flavio Martins de Souza
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Goiás

51) Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

52) Revisão de Decisão do Conselho n.º 0.00.000.001082/2014-13
Requerente: Paulo César dos Reis Sales
Assunto: Requer a revisão da decisão exarada na Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo nº 0.00.000.000223/2014-81, que tramitou neste Conselho Nacional.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Rio de Janeiro

53) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001241/2014-80
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Assunto: Visa apurar a legalidade da Resolução n.º 021/2014, editada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, que promove alterações nas atribuições dos cargos de técnico daquela instituição.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Mato Grosso do Sul

54) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001419/2014-92 (Recurso Interno)
Recorrente: José Carlos Paes
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Rio de Janeiro

55) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001476/2014-71
Requerente: Mauro Viveiros - Corregedor-Geral do Estado de Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Assunto: Pedido de revisão de processo disciplinar GEDOC n.º 000009-024/2014, que tramita no Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Mato Grosso

56) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001480/2014-30 (Recurso Interno)
Recorrente: Gilson Mesquita de Farias
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Espírito Santo

57) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000010/2015-30 (Recurso Interno)
Recorrente: André Luís Alves de Melo - Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerida a sustação da proibição imposta, pela Corregedoria Geral do Estado de Minas Gerais, a membro do mencionado Parquet, para fazer sustentação oral e embargos declaratórios nos recursos interpostos no Tribunal de Justiça do referido Estado.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Minas Gerais

58) Proposição n.º 0.00.000.000134/2015-15
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n° 63/2010, para incluir as Tabelas Unificadas da área de gestão administrativa.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

59) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000143/2015-14
Requerente: Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado - Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer a desconstituição do ato proferido pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará, que determinou o pagamento da ajuda de custo pelo exercício cumulativo de funções a membro do Ministério Público do mencionado Estado.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Ceará

60) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000162/2015-32
Requerente: Bruno Momesso Bertolo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Requer a suspensão do Ato Normativo n° 829/2014-PGJ-CGMP, do Ministério Público do Estado de São Paulo, que prevê a faculdade de o Promotor de Justiça delegar o acompanhamento do ato de incineração de entorpecentes a um servidor.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: São Paulo

61) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000172/2015-78
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia - AMPEB
Advogado: Manoel Pinto - OAB/BA n° 11.024
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Requer o controle de legalidade sobre o Ato n° 009/2014, da Corregedoria Geral do Estado da Bahia, de modo a consignar que as obrigações e prazos que coincidam em dias de fim de semana e feriados sejam prorrogados ao primeiro dia útil seguinte.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Bahia

62) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000194/2015-38 (Apensos: Processos n.º 0.00.000.000199/2015-61 e n.º 0.00.000.000223/2015-61)
Requerentes: Rejane Duarte de Almeida - OAB/BA n.º 23.537
Licia Ferreira Reis - OAB/BA n.º 30.997
Marcela Maria Pereira da Silva Barros - OAB/BA n.º 37.246
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Requer a suspensão do concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado da Bahia, em razão da decisão administrativa que habilitou candidatos cotistas em desacordo com a proporcionalidade/razoabilidade.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Bahia

63) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000241/2015-43
Requerentes: Promotores de Justiça do Estado do Espírito Santo: Lélio Marcarini; Pablo Drews Bittencourt Costa; Tiago Boucault Pinhal
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Requer a anulação do Edital n° 006/15, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, que deflagrou processo para preenchimento de vaga no Tribunal de Justiça do mencionado Estado, em virtude de o referido ato ter sido editado sem a vacância do cargo de Desembargador que compõe o quinto Constitucional.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Espírito Santo

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho

PLENÁRIO

ACÓRDÃO DE 14 DE ABRIL DE 2015

PROCESSO: RD Nº 0.00.000.001148/2013-94
RELATOR: Conselheiro Antônio Pereira Duarte
REQUERENTE: Matias Joaquim Coelho Neto
REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Trabalho
EMENTA: RECURSO INTERNO EM RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO ESTADO DO CEARÁ. DECISÃO RECORRIDA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. IMPROVIMENTO DO RECURSO INTERNO.

1. Recurso Interno que desafia decisão de arquivamento proferida pelo ilustre corregedor nacional.

2. Reclamação Disciplinar fundada na alegação de que membro do Ministério Público do Trabalho no Estado do Ceará teria desobedecido as regras contidas na Resolução CNMP nº 73/2011.

3. Falta disciplinar não caracterizada.

4. Inteligência do art. 5º da aludida resolução.

5. Novas situações fáticas que evidenciem o desrespeito da aludida resolução poderão ser objeto de outra reclamação disciplinar.

6. Recurso Interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, em negar provimento ao Recurso Interno.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro Relator

DECISÕES DE 14 DE ABRIL DE 2015

Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo N° 0.00.000.000118/2015-22
RELATOR: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
REQUERENTE: Robson dos Santos Silva
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Pará

DECISÃO

(...)

Ante exposto, mostra-se de rigor o arquivamento desta Representação, nos termos do art. 43, IX, "b", do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

LEONARDO CARVALHO
Conselheiro Relator

Pedido de Providências nº 0.00.000.00152/2015-05
Requerente: Walber Pydd
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

DECISÃO

(...)

Destarte, a teor do que assinala o artigo 46, inciso X, alínea "b", do Regimento Interno, determina-se o arquivamento monocrático dos autos.

Comunique-se o requerente.

MARCELO FERRA DE CARVALHO
Conselheiro Relator

Procedimento De Controle Administrativo N° 0.00.000.001753/2014-46
RELATOR: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
REQUERENTE: Conselho Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Ministério Público do Estado da Paraíba

DECISÃO

(...)

Pelo exposto, mostra-se de rigor o arquivamento do Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do art. 43, IX, "b", do Regimento Interno deste Conselho Nacional.

LEONARDO CARVALHO
Conselheiro relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000271/2015-50
RELATOR: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
REQUERENTE: Felipe Alvarez Madeira
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
DECISÃO
(...)
Por todo o exposto, com fulcro no art. 43, IX, "a", combinado com os artigos 36, §§ 1º e 6°, e 87, § 1º, todos do RI/CNMP, não conheço do presente procedimento e determino o seu ARQUIVAMENTO.

LEONARDO CARVALHO
Conselheiro Relator

Pedido de Providências n° 0.00.000.000224/2015-14
RELATOR: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
REQUERENTE: Tadeu Azevedo Pereira de Lyra
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Paraná
DECISÃO
(...)
Diante do exposto, não conheço do presente Pedido de Providências, nos termos do artigo 36, § 6° combinado com o artigo 43, inciso IX, alínea "a", do Regimento Interno, e determino, após as providências de estilo pela Coordenadoria Processual, o seu arquivamento.

LEONARDO CARVALHO
Conselheiro Relator

DECISÃO DE 15 DE ABRIL DE 2015

Pedido de Providências nº 0.00.000.00331/2015-34
Requerente: Klaus Figueiredo
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
DECISÃO
(...)
Em razão do exposto, com fundamento no artigo 43, inciso IX, letras "a" e "c", do Regimento Interno, não conheço do pedido e determino o arquivamento deste procedimento.

MARCELO FERRA DE CARVALHO
Conselheiro Relator

DECISÕES DE 16 DE ABRIL DE 2015

PROCESSO N° 0.00.000.000354/2015-49
ASSUNTO: Procedimento de Controle Administrativo
REQUERENTE: Juliana Cardoso Nascimento
REQUERIDO: Ministério Público do Estado da Bahia
DECISÃO
(...)
Dessa forma, em sede de exame precário, utilizando a mesma ratio da decisão anterior acima referida, neste momento, não vislumbro os requisitos capazes de ensejar concessão de tal medida, no entanto, em razão da multiplicidade de demandas e informações adicionais carreadas aos autos, entendo que deve ser angularizada a relação processual, a fim de se estabelecer o contraditório e, então, realizado o exame do pedido liminar.
Diante disso, notifique-se o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, Dr. Márcio José Cordeiro Fahel, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, preste as informações que entender cabíveis, para tanto que seja encaminhada a cópia integral dos autos.
Após, retornem os autos conclusos para apreciação do pedido liminar.
Intimem-se as partes.

PCA Nº 0.00.000.000241/2015-43
REQUERENTE: LÉLIO MARCARINI E OUTROS
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATOR: CONSELHEIRO WALTER DE AGRA JÚNIOR
DECISÃO
(...)
Considerando que a homologação da referida lista contribuirá para a agilidade do processo de escolha do membro que substituirá o desembargador aposentado, e não trará qualquer prejuízo para as partes requerentes, ao contrário será benéfico para todos, DEFIRO o pedido, e determino a homologação do certame e o envio da lista sêxtupla para o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, bem como determino que o Procurador-geral de Justiça comunique a este Relator no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após o envio da lista para o referido Tribunal de Justiça para fins de apreciação se houve ou não perda do objeto do presente procedimento.
Publique-se e intime-se.

WALTER DE AGRA JÚNIOR
Conselheiro Nacional do Ministério Público

REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU EXCESSO DE PRAZO Nº 0.00.000.000248/2015-65
RELATOR: CONSELHEIRO JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
REQUERENTE: SÉRGIO LUIS DA SILVA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
DECISÃO
(...)
Ante o exposto, com fundamento no art. 43, inciso IX, alínea "a", do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público1, NÃO CONHEÇO da presente representação e determino o arquivamento dos autos.

JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Conselheiro Nacional do Ministério Público

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000003/2015-38
RECLAMANTE: INSTITUTO JEQUITIBÁ
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
DECISÃO:
(...)
Ante o exposto, com fundamento no art. 75, "caput", da Resolução nº 92/2013 (RICNMP), sugere-se o indeferimento liminar da presente reclamação disciplinar, uma vez que a representação está em desacordo com as regras do art. 36, RICNMP.
É o pronunciamento que se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Brasília, 24 de fevereiro de 2015
ALISSON NELICIO CIRILO CAMPOS
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 416/420, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para indeferir liminarmente o presente feito, com fulcro no art. 75 c./c. Art. 36, do RICNMP.
Dê-se ciência ao Plenário e aos interessados, nos termos regimentais.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 27 de fevereiro de 2015
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÃO DE 3 DE MARÇO DE 2015

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000555/2014-65
RECLAMANTES: JOSÉ CARLOS NEVES DA SILVA
CARLOS AUGUSTO CREMA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
DECISÃO:
(...)
Isso posto, opina-se pelo ARQUIVAMENTO desta reclamação disciplinar, face a atuação suficiente do órgão disciplinar de origem, com fundamento no art. 80, parágrafo único, do RICNMP, comunicando-se os reclamantes, o reclamado e a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Paraná.
É a manifestação sub censura.

Brasília, 26 de fevereiro de 2015
ADRIANO TEIXEIRA KNEIPP
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir.

Cumpra-se

Brasília, 3 de março de 2015
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÃO DE 26 DE MARÇO DE 2015

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000237/2015-85
RECLAMANTE: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
DECISÃO:
(...)
Isso posto, opina-se pelo ARQUIVAMENTO DE PLANO da presente reclamação disciplinar com fundamento no art. 76, parágrafo único, do RICNMP, com ciência ao Plenário e ao reclamante.
É a manifestação sub censura.

Brasília, 23 de março de 2015
ADRIANO TEIXEIRA KNEIPP
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

1. Acolho o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir.
2. Ao manifestar-se nos autos de forma diversa de outro membro do Ministério Público que o antecedeu, agiu o reclamado amparado pelo princípio da independência funcional.
3. Determino o ARQUIVAMENTO DE PLANO desta reclamação disciplinar, cientificando-se o Plenário e o reclamante.
Cumpra-se.

Brasília, 26 de março de 2015
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÕES DE 8 DE ABRIL DE 2015

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001084/2013-21
RECLAMANTE: GERDAU AÇOS LONGOS S/A.
ADVOGADO DO REQUERENTE: DECIO FREIRE - OAB/MG Nº 56.543
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DECISÃO:
(...)
Ante o exposto, não havendo indícios da prática de falta funcional por MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, sugere-se, com fundamento no art. 80, parágrafo único , da Resolução nº 92/2013 (RICNMP), o arquivamento da presente reclamação disciplinar, diante da suficiência da atuação do órgão disciplinar de origem.
É o pronunciamento que se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Brasília, 27 de março de 2015
ALISSON NELICIO CIRILO CAMPOS
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 1054/1066, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no art. 80, parágrafo único do RICNMP.
Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem e aos interessados, nos termos regimentais.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília, 8 de abril de 2015
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001318/2013-31
RECLAMANTE: PAULO HENRIQUE TOMAZ MOREIRA
RECLAMADO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
DECISÃO:
(...)
Diante de tudo o que foi exposto, considerando que não restou configurada infração disciplinar, sugere-se ao Exmo. Sr. Corregedor Nacional, com base no art. 77, inciso I, do Regimento Interno do RICNMP, seja promovido o arquivamento dos autos.

Brasília, 7 de abril de 2015
RODRIGO LEITE FERREIRA CABRAL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional de fls. 945/953, adotando-o como razões de decidir, para determinar o arquivamento da presente feito, com fulcro no art. 77, I, do RICNMP.
Dê-se ciência ao Plenário, ao reclamante, à Corregedoria de origem e ao reclamado, nos termos regimentais.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se

Brasília, 8 de abril de 2015
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÃO DE 14 DE ABRIL DE 2015

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000775/2014-99
RECLAMANTE: DESENVOLVIMENTO ENGENHARIA LTDA.
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Trata-se de recurso interno interposto pelo requerente (fls. 899/923) em face da decisão de f. 895, que determinou o arquivamento da reclamação disciplinar, nos termos do parecer de fls. 880/894.
Considerando que a petição foi protocolizada neste Conselho Nacional do Ministério Público em 30/03/2015 (fl. 899), antes mesmo da juntada do aviso de recebimento aos autos, conheço do recurso interposto, eis que tempestivo.
Outrossim, recebo o recurso como pedido de reconsideração e acolho as razões recursais para determinar o prosseguimento da Reclamação Disciplinar, com a colheita de informações adicionais junto ao Reclamado.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília/DF, 14 de abril de 2015
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO DE 15 DE ABRIL DE 2015

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001717/2014-82
REQUERENTE: JULIANO PATRICK DA CUNHA E OUTRO
REQUERIDO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO:

(...)

Trata-se de Recurso Interno interposto pelo requerente (f. 44) em face da decisão de f. 38, que determinou o arquivamento da reclamação disciplinar, nos termos do parecer de f. 30/37.

Em que pese a petiçao do recurso interno tenha sido protocolizada neste Conselho Nacional do Ministério Público em 06/04/2015 (f.44), não foram encaminhados os originais no prazo regimental de 5 dias (Art. 36, §6º, do RICNMP), razão porque não conheço do recurso interno.

Publique-se,
Registre-se,
Intime-se e
Arquive-se.

Brasília, 15 de abril de 2015
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nª 293, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e IX do artigo 26 da Lei Complementar nº 75, de 20/5/1993, e tendo em vista o que consta do Processo MPF/PGR nº 1.00.000.006786/2013-46, resolve:

Art. 1º Transformar o emprego de confiança, denominado Encargo de Representação de Gabinete - Auxiliar de Gabinete, criado pelo Decreto nº 77.242, de 26/2/1976, e exercido pelo servidor DIRCEU LUSTOSA RODRIGUES, desde 16/11/1988, em cargo de provimento efetivo de Agente de Portaria - TP - 1202, pertencente ao grupo de serviços de transporte oficial e portaria - TP - 1200, constante da Lei nº 5.645, de 10/12/1970, em atendimento ao comando do artigo 243, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

Parágrafo único. O cargo de provimento efetivo acima indicado deve:

I - ser transposto para o cargo da carreira de Auxiliar do Quadro Permanente do Ministério Público Federal, conforme artigo 2º da Lei nº 8.428, de 29/5/1992;

II - ter a denominação atribuída para Auxiliar Administrativo - NAU-302, na forma determinada pelo artigo 7º da Lei nº 8.628, de 19/2/1993;

III - passar a integrar o nível de Assistente, no cargo de Assistente Administrativo - NAS-206, da Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do MPU, conforme artigo 1º da Lei nº 8.972, de 29/12/1994; e

IV - ser transformado no cargo de Técnico Administrativo da nova carreira de Técnico, conforme artigo 4º da Lei nº 9.953, de 4/1/2000, atualmente denominado de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração.

Art. 2º Conceder ao servidor em referência:

I - progressão funcional, conforme artigo 6º da Lei nº 5.645, de 10/12/1970 e artigo 7º do Decreto-Lei nº 1.445, de 13/2/1976, na forma regulamentada pelo Decreto nº 84.669, de 29/4/1980;

II - adicional por tempo de serviço, na forma do artigo 67 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, combinado com o artigo 7º da Lei nº 8.162, de 8/1/1991, até 8/3/1999, tendo em vista o disposto no artigo 15 da Medida Provisória nº 2.225-45, de 4/9/2001;

III - licença prêmio por assiduidade, na forma do artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, até 15/10/1996, tendo em vista o disposto no artigo 7º da Lei nº 9.527, de 10/12/1997; e

IV - incorporação de quintos/décimos, até 11/12/1990, com base no artigo 62 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, no artigo 3º da Lei nº 8.911, de 11/7/1994, e no artigo 2º da Medida Provisória nº 1.160, de 26/10/1995, conforme Acórdão TCU nº 749/2007 - Plenário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 14/5/2013.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO

Na estatística do mês de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 15/04/2015, pág. 79, onde se lê:

Eliane Araque dos Santos[3]	4	6	6	0	0	2	2	0

Leia-se:

Eliane Araque dos Santos[3]	4	6	6	4	0	2	2	0

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 226ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2015

Aos vinte e seis dias de março de dois mil e quinze, às dez horas e vinte minutos, iniciou-se com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Ducentésima Vigésima Sexta (226a) Sessão Ordinária da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões do CSMPT da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no Setor Comercial Sul, Edifício Parque Cidade Corporate, em Brasília-DF. Presentes a Coordenadora, Junia Soares Nader, a Subprocuradora-Geral do Trabalho, Vera Regina Della Pozza Reis e os Procuradores Regionais do Trabalho, Edelamare Barbosa Melo, Adriana Silveira Machado e Fábio Leal Cardoso. Ausente justificadamente o Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. Acompanhou a sessão o Servidor integrante do Núcleo de Apoio à Comissão de Gestão do MPT Digital, Sr. Rogério Veiga Lima, visando dar continuidade ao aprimoramento do Sistema Digital da CCR/MPT. Registra-se a presença do Dr. Luís Fabiano de Assis, Presidente da Comissão de Gestão do MPT Digital, que acompanhou a sessão a partir das 14 horas.

1) ASSUNTOS GERAIS

A) Ofício nº 323/2014-CSMPT de 17/12/14 - Referente Processo CSMPT nº 08130.005881/2011 que trata de revisão da Resolução nº 69/2007-CSMPT. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, retificar o entendimento do Ofício nº 256/12-CCR, nos seguintes termos: em cumprimento ao art. 9º, caput e § 1º, da Lei 7.347/85 - Lei de Ação Civil Pública -, os indeferimentos liminares de instauração de ICP devem, obrigatoriamente, serem submetidos à apreciação da CCR, razão pela qual a CCR opina pela supressão do parágrafo 4º, do art. 5º, da Resolução 69/2007, o que reclama ampliação da sua estrutura para absorção da demanda adicional de serviço. Vencida a Dra Vera Regina Della Pozza Reis ressalvou que se deve manter a invocação que se fez da decisão do CNMP quanto ao destino dos indeferimentos liminares e, se entender o CSMPT em alterar, o faça elencando taxativamente quais as matérias não devam vir à CCR/MPT. B) Processo 2.00.000.043840/2013 que trata sobre a solicitação de que sejam publicadas as estatísticas da instituição contendo a informação de quantas sessões e audiências cada Membro efetivamente realizou a cada mês. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, devolver os autos ao Eg. CSMPT, com solicitação de que sejam arquivados. C) Ofício nº 1586/2014-GAB-PGT sobre edição de nota técnica por Coordenadoria Nacional Temática. A Câmara de Coordenação e Revisão apreciou, com ressalva de fundamentação contida no Ofício nº 1586/14-GAB-PGT, concordando com a tese de que as Coordenadorias Nacionais Temáticas tem a faculdade de expedir notas técnicas sobre os temas deliberados no âmbito desses colegiados, arquivando-se o feito. Ausente, nesta deliberação, a Dr.ª Vera Regina Della Pozza Reis. D) Boletim eletrônico da CCR. Foi deliberado que os votos que integrarão o boletim eletrônico da CCR serão escolhidos em sessão. D) O Dr. Fábio Leal Cardoso justificou que o processo 1247.2009.04.000/6 ainda se encontra em seu poder devido à complexidade da matéria abordada no feito e por não ter ainda firmado sua convicção. F) Fica designada sessão extraordinária da CCR/MPT para as 14 horas do dia 14/05/2015 para discussão da proposta de regimento interno da CCR, com encaminhamento de proposta de voto pelo Relator, aos gabinetes, até o dia 12/05/15.

A Dra. Vera Regina Della Pozza Reis renovou as vistas regimentais dos seguintes feitos PGT/CCR/PP nº 8702/2014; PGT/CCR/ICP nº 1554/2011; PGT/CCR/ICP nº 10103/2014 (físicos) e solicitou vistas dos feitos eletrônicos: IC 667.2000.02.000/2 e MED 655.2012.07.000/0. O Dr. Fábio Leal Cardoso renovou os pedidos de vistas de todos os feitos que se encontram em seu gabinete.

2) CONSULTAS

Processo PGT/CCR/nº 17326/2014 - Assunto: Prevenção - Mediação como paradigma - Interessados: Dr.ª Carolina Marzola Hirata Zedes - Coordenadora de 1º Grau da PRT 15ª Região - Relatora: Adriana Silveira Machado. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pela Dra. Edelamare Barbosa Melo.

Processo MED-000655.2012.07.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: REQUERENTE: ASSEMPECE - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MPE/CE, REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS REGISTROS PÚBLICOS, DAS FUNDAÇÕES E DAS ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL - CAOFURP - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado.

Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pela Dra. Edelamare Barbosa Melo.

Processo PP-001061.2004.04.000/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso.

A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, que a repactuação de TAC, que contempla a manutenção, no novo compromisso, da cláusula que veda expressamente o desconto da contribuição assistencial sobre os trabalhadores não associados à respectiva entidade sindical, com a consequente renegociação ou mesmo isenção das multas previstas no ajuste original, equipara-se ao aditamento do TAC, disciplinado no § 5°, do art. 14-A, da Resolução 69/2007/CSMPT, sendo desnecessária a autorização do Orgão de revisão, para essa finalidade, termos do voto do(a) relator(a), vencida em parte a Dr.ª Vera Regina Della Pozza Reis que prefacialmente levantou, com divergência do Relator, a questão referente à competência da CCR para casos tais.

3) CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO

Processo NF-002348.2013.02.000/7 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: JOÃO EDUARDO DE AMORIM, SUSCITADO: ELIANE LUCINA - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do conflito negativo de atribuições, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000524.2013.03.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: DRA ADVANE DE SOUZA MOREIRA, SUSCITADO: DRA LUTIANA N. LORENTZ - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Lutiana Nacur Lorentz, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000287.2013.03.008/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: WAGNER GOMES DO AMARAL, SUSCITADO: DIRCE APARECIDA FERNANDES OLIVEIRA - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Dirce Aparecida Fernandes Oliveira , nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000288.2013.03.008/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: WAGNER GOMES DO AMARAL, SUSCITADO: DIRCE APARECIDA FERNANDES OLIVEIRA - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Dirce Aparecida Fernandes Oliveira , nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002787.2014.02.000/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição de conduzir este feito na pessoa do Exmo. Sr. Procurador do Trabalho, Dr. LUIZ CARLOS MICHELE FABRE - Suscitante, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002988.2014.03.000/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITANTE: ADVANE DE SOUZA MOREIRA, SUSCITADO: ROBERTO GOMES DE SOUZA - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir fixar a atribuição do Dr. Roberto Gomes de Souza, oficiante na PTM de Divinópolis, para atuar no caso concreto, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000091.2014.03.007/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: MARIA HELENA DA SILVA GUTHIER , SUSCITADO: RAFAEL ALBERNAZ CARVALHO - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição para conduzir o presente feito resta, a priori, ao encargo do d. Procurador do Trabalho, Dr. Rafael Albernaz Carvalho, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Coronel Fabriciano/MG (PRT 3ª Região), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000092.2014.03.007/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITANTE: MARIA HELENA DA SILVA GUTHIER , SUSCITADO: RAFAEL ALBERNAZ CARVALHO - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição para conduzir o presente feito resta, a priori, ao encargo do d. procurador do Trabalho, Dr. Rafael Albernaz Carvalho, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Coronel Fabriciano/MG (PRT 3ª Região), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000399.2014.03.010/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: REPRESENTANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, REPRESENTADO: GLOBAL TELEATENDIMENTO E TELESSERVIÇOS DE COBRANÇAS LTDA - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso.
A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir fixar a atribuição do Dr. Roberto Gomes de Souza, oficiante na PTM de Divinópolis, para atuar no caso concreto, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000384.2014.15.003/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM ARARAQUARA, INVESTIGADO: ELEVADA COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir fixar a atribuição do Dr. Cássio Calvilani Dalla-Déa, para atuar no caso concreto, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000767.2014.15.006/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: DANIELLE OLIVARES CORRÊA MASSERAN , SUSCITADO: CÁSSIO CALVILANI DALLA-DÉA - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir fixar atribuição do Dr° Cássio Calvilani Dalla-Déa, para atuar no caso concreto, nos termos do voto do(a) relator(a).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo NF-000597.2015.02.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITANTE: LUIZA YUKIKO KINOSHITA AMARAL , SUSCITADO: ELISABETH PRISCILA SATAKE SATO - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir fixar a atribuição da Dra Elisabeth Priscila Satake Sato, para atuar no caso concreto, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000130.2015.03.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: MARIA HELENA DA SILVA GUTHIER , SUSCITADO: RAFAEL ALBERNAZ CARVALHO - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição para conduzir o presente feito resta, a priori, ao encargo do d. Procurador do Trabalho, Dr. Rafael Albernaz Carvalho, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Coronel Fabriciano/MG (PRT 3ª Região) , nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000160.2015.03.000/6 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: MARIA HELENA DA SILVA GUTHIER , SUSCITADO: RAFAEL ALBERNAZ CARVALHO - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição para conduzir o presente feito resta, a priori, ao encargo do d. Procurador do Trabalho, Dr. Rafael Albernaz Carvalho, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Coronel Fabriciano/MG (PRT 3ª Região), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000169.2015.03.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: MARIA HELENA DA SILVA GUTHIER , SUSCITADO: RAFAEL ALBERNAZ CARVALHO - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição para conduzir o presente feito resta, a priori, ao encargo do d. Procurador do Trabalho, Dr. Rafael Albernaz Carvalho, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Coronel Fabriciano/MG (PRT 3ª Região), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000176.2015.03.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: MARIA HELENA DA SILVA GUTHIER , SUSCITADO: RAFAEL ALBERNAZ CARVALHO - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição para conduzir o presente feito resta, a priori, ao encargo do d. Procurador do Trabalho, Dr. Rafael Albernaz Carvalho, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Coronel Fabriciano/MG (PRT 3ª Região), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000197.2015.03.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: MARIA HELENA DA SILVA GUTHIER , SUSCITADO: RAFAEL ALBERNAZ CARVALHO - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição para conduzir o presente feito resta, a priori, ao encargo do d. Procurador do Trabalho, Dr. Rafael Albernaz Carvalho, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Coronel Fabriciano/MG (PRT 3ª Região), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000200.2015.03.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: MARIA HELENA DA SILVA GUTHIER , SUSCITADO: RAFAEL ALBERNAZ CARVALHO - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição para conduzir o presente feito resta, a priori, ao encargo do d. Procurador do Trabalho, Dr. Rafael Albernaz Carvalho, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Coronel Fabriciano/MG (PRT 3ª Região), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000220.2015.03.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: MARIA HELENA DA SILVA GUTHIER , SUSCITADO: RAFAEL ALBERNAZ CARVALHO - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição para conduzir o presente feito resta, a priori, ao encargo do d. Procurador do Trabalho, Dr. Rafael Albernaz Carvalho, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Coronel Fabriciano/MG (PRT 3ª Região), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000222.2015.03.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: MARIA HELENA DA SILVA GUTHIER , SUSCITADO: RAFAEL ALBERNAZ CARVALHO - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis.A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC n° 75/93 e decidir pela atribuição para conduzir o presente feito resta, a priori, ao encargo do d. Procurador do Trabalho, Dr. Rafael Albernaz Carvalho, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Coronel Fabriciano/MG (PRT 3ª Região), nos termos do voto do(a) relator(a).

4) ANULAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA

Processo IC-000667.2000.02.000/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT/PRT 2ª REGIÃO (DENÚNCIA SIGILOSA), DENUNCIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS DE BORRACHA, PNEUMÁTICOS E AFINS DE SÃO PAULO - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. Pedido de vista renovado pela Dra. Vera Regina Della Pozza Reis.

Processo IC-000084.2008.03.003/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: 1ª VT-Varginha/MG, INQUIRIDO: UNIMED VARGINHA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO - FILIAL - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a promoção de arquivamento e, no mérito, por unanimidade, homologar a revisão/alteração do TAC n. 39/2009, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo IC-000539.2012.04.000/8 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO , INQUIRIDO: JAD TAXI AÉREO LTDA, INQUIRIDO: F. G. M. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E EVENTOS, INQUIRIDO: FABIA GUIMARÃES MACHADO, INQUIRIDO: DANIEL CRISTIANO SOARES LEDESMA, INQUIRIDO: MAXIMIANO GUIMARÃES MACHADO, INQUIRIDO: GUSTAVO GUIMARÃES DECARLI, INQUIRIDO: ANTÔNIO JOLAIR MOURA DOS SANTOS, INQUIRIDO: CARLOS ALBERTO DA SILVA MEDEIROS - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, homologar a anulação dos TACs e, em sede revisional, homologar o arquivamento quanto ao investigado remanescente, nos termos do voto do(a) Relator(a). Vencido parcialmente o Dr. Fábio Leal Cardos que não anulava os TACs. Processo IC-000427.2013.15.003/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE DOURADO, DENUNCIANTE: MPT/PRT 15ª REGIÃO - PTM ARARAQUARA - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a promoção de arquivamento e, no mérito, por unanimidade, homologar alteração parcial da cláusula do TAC, nos termos do voto do(a) Relator(a).

5) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS

Processo IC-001052.2014.09.000/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: HOSPITAL ERASTO GAERTNER (LIGA PARANAENSE DE COMBATE AO CÂNCER), DENUNCIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002858.2007.01.000/3 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: BRADESCO SEGUROS S.A, DENUNCIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso.

A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000191.2008.04.001/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: COOPERATIVA TRITÍCOLA TAPERENSE LTDA, DENUNCIANTE: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS E DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS DE FIBROCIMENTO - ABIFIBRO - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pelo Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo IC-000134.2009.17.003/4 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: UNIMARKA DISTRIBUIDORA S.A, DENUNCIANTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO - SRTE/ES) - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000302.2011.01.000/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: UNIÃO DE LOJAS LEADER S.A., DENUNCIANTE: SIGILOSO, DENUNCIANTE: PRT1ª/PTM/NT/RJ - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-004422.2012.02.000/3 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: DENUNCIANTE: MPT/PRT2ªREGIÃO DENUNCIANTE SIGILOSO ACOMPANHA PASTA ESPELHO, DENUNCIADO: INSTITUTO BRASILEIRO DA FORMAÇÃO E DO EMPREGO - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001306.2012.17.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO), INQUIRIDO: RODOPLAN TRANSPORTE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencido o Dr. Fábio Leal Cardoso que votou pela homologação do arquivamento do feito.

Processo IC-000304.2013.01.003/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: SIGILOSO, INVESTIGADO: DEFRAUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000390.2013.06.000/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: UNILEVER BRASIL HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA LTDA. , DENUNCIANTE: JANAINA MONTEIRO DE MOURA - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000325.2013.15.007/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: DENUNCIANTE: JOCASTA MARCOS DA SILVA, DENUNCIANTE: ILDINÉIA DE OLIVEIRA NEVES, DENUNCIANTE: DAMIANA FERREIRA SERAFIM, DENUNCIANTE: DAMIANA MARTINS DE SOUZA , INQUIRIDO: COMPANHIA AGRÍCOLA COLOMBO - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001604.2013.19.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO: AUTO POSTO ROSA MARIA LTDA - EPP - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001363.2013.20.000/4 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: DENUNCIANTE: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, INQUIRIDO: FRANCIANE - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001293.2013.21.000/4 - Assunto: 3.CONAFRET, 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL (UFRN), DENUNCIANTE: CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 16ª REGIÃO - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000105.2014.01.004/1 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: DENUNCIANTE: Procuradoria do Trabalho no Município de Nova Iguaçu, INVESTIGADO: HOERBIGER DO BRASIL INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-005289.2014.02.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), DENUNCIADO: TRIEFE PROMOÇÕES LTDA - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a proposta de arquivamento do presente procedimento no que concerne à ausência de registro do vínculo empregatício na CTPS, pagamento irregular de verbas trabalhistas (FGTS, auxílio-alimentação, férias, 1/3 salário, vale-transporte, INSS) e não homologar quanto a jornada extraordinária de trabalho (incluindo domingos e feriados), com inobservância às limitações constitucionais e legais, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-005978.2014.02.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), DENUNCIADO: LUCIANA DE SOUSA SANTOS ESTÉTICA CORPORAL ME (REALCE CLÍNICA DE ESTÉTICA) - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a proposta de arquivamento do presente procedimento no que concerne à ausência de registro do vínculo empregatício na CTPS, pagamento irregular de verbas trabalhistas (vale-alimentação, vale-transporte), não obediência ao salário mínimo exigido por lei e desvio de função e não homologar quanto a jornada extraordinária de trabalho, com inobservância às limitações constitucionais e legais, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-001734.2014.03.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE SARZEDO, DENUNCIANTE: FÁBIO JOBEL SILVEIRA - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002413.2014.03.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTADO: USIBET - CONEXOES HIDRAULICAS LTDA , REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000137.2014.05.005/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTADO: MEDIAL EMPREENDIMENTOS E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001052.2014.09.000/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: HOSPITAL ERASTO GAERTNER (LIGA PARANAENSE DE COMBATE AO CÂNCER), DENUNCIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000245.2014.09.005/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE UMUARAMA, DENUNCIANTE: MARIA JOSÉ SOLATERI - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a proposta de arquivamento do presente procedimento no que concerne à falta de fornecimento de EPI's aos funcionários que trabalham com manipulação de matéria-prima para medicamentos, e homologar quanto à não anotação da CTPS, pagamento irregular de verbas trabalhistas (FGTS, auxílio-alimentação, vale-transporte) e não concessão de adicional de insalubridade, nos termos do voto do(a) relator(a).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo IC-000245.2014.10.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: LM PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA (VIVA FARMA) - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a proposta de arquivamento do presente procedimento no que concerne à falta de fornecimento de EPI?s aos funcionários que trabalham com manipulação de matéria-prima para medicamentos, e homologar quanto à não anotação da CTPS, pagamento irregular de verbas trabalhistas (FGTS, auxílio-alimentação, vale-transporte) e não concessão de adicional de insalubridade, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000197.2014.17.002/5 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: DENUNCIANTE: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - DEPARTAMENTO DE OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS), INVESTIGADO: A APURAR - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000578.2014.18.000/8 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: DENUNCIADO: CONSERVAS ODERICH S.A. - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar promoção de arquivamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000981.2014.18.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: SETE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA LTDA - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000873.2014.24.000/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO , NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000180.2014.24.001/8 - Assunto: 1.CODEMAT, 2.CONAETE, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: NERISERVT LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA-EPP, DENUNCIANTE: RODOLFO CARDOSO DA SILVA - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000231.2014.24.001/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: VALDETE DOS SANTOS BRAGA, INVESTIGADO: KALSING RESTAURANTE, LANCHONETE E AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento proposto pela Exma. Procuradora do Trabalho, Dra. Cândice Gabriela Arosio, no tocante ao item "assédio moral", e homologar a promoção de arquivamento quanto aos demais atributos trabalhistas denunciados (aviso prévio, verbas rescisórias e FGTS) , nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000237.2015.09.000/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SIGILOSO, NOTICIADO: LOJA PLAY GAMES BRASIL - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

6) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo PGT/CCR/nº 11881/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: MPF/PR/AL; SINDSPMEA/AL e SINDACS/AL - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dra. Vera Regina Della Pozza Reis, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo interposto e homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 17091/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: Paulo Roberto Moreira Morani e Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro - Relatora: Junia Soares Nader. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dr.ª Edelamare Barbosa Melo que apresentou voto vista divergente, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, dar provimento ao recurso administrativo e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da vistora. Vencida a Dra. Junia Soares Nader.

Processo PGT/CCR/nº 17321/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Sigiloso e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e SCMM Serviços de Limpeza e Conservação - Relatora: Adriana Silveira Machado. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dr.ª Edelamare Barbosa Melo, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo IC-000377.2013.03.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: DENUNCIANTE: SINDIPOL - SINDICATO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS, INQUIRIDO: GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SECRETARIA DE ESTADO DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader.

Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pelo Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo IC-001490.2011.08.000/4 - Assunto: 5.CONATPA - Interessados: DENUNCIADO: OGMO - ÓRGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA DO TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO NOS PORTOS DE BELÉM E VILA DO CONDE - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis.

A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002394.2014.04.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: REPRESENTADO: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RS - FPERGS, REPRESENTANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader.

A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002782.2014.15.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTANTE: SOB SIGILO, REPRESENTADO: AGAXTUR TURISMO LTDA. - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader.

A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002415.2011.02.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO , DENUNCIADO: ITAL SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LTDA (HOSPITAL SÃO CARLOS), DENUNCIADO: ITAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LTDA (HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO CARLOS) - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado.

A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001490.2011.08.000/4 - Assunto: 5.CONATPA - Interessados: DENUNCIADO: OGMO - ÓRGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA DO TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO NOS PORTOS DE BELÉM E VILA DO CONDE - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000297.2012.01.005/3 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: DENUNCIANTE: UNIÃO FEDERAL/MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/ GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM CABO FRIO, INVESTIGADO: WEATHERFORD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. Procedimento retirado de pauta a pedido do Relator.

Processo IC-003492.2012.02.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: DENUNCIANTE: SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO, DENUNCIADO: ABRIL COMUNICAÇÕES S/A - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000080.2012.04.007/4 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: LANXESS ELASTOMEROS DO BRASIL S.A. , DENUNCIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS PETROQUÍMICAS DE TRIUNFO/RS - SINDIPOLO - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000337.2012.04.008/6 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: SINDICATO DOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, DENUNCIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000924.2013.01.004/2 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INVESTIGADO: MEDPED - MEDICINA PEDIÁTRICA LTDA, DENUNCIANTE: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - RIO DE JANEIRO - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000103.2013.01.007/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: COMDEP - COMPANHIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE PETRÓPOLIS, DENUNCIANTE: YASMIN STAR, DENUNCIANTE: GLAUCILENE ESTEVES DE OLIVEIRA CARNEVALLI - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a). A Dra. Vera Regina Della Pozza Reis apresentou ressalva de fundamentação.

Processo IC-000113.2013.04.004/9 - Assunto: 5.CONATPA - Interessados: DENUNCIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: OGMOPEL - ÓRGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA AVULSA DO PORTO DE PELOTAS/RS - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001754.2013.06.000/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, INQUIRIDO: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a). A Dra. Vera Rera Regina Della Pozza Reis apresentou ressalva de fundamentação.

Processo IC-000781.2013.07.000/8 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIANTE: SINDICATO DA ALIMENTAÇÃO- Sindicato dos Trabalhadores nas Inds. de Açucar, Doces, Conservas Alimentícias, Café, Trigos, Rações Balanc, INQUIRIDO: DUBOI FRIGORÍFICO INDUSTRIAL LTDA - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Dra. Adriana Silveira Machado arguiu divergência para negar provimento ao recurso e homologar o arquivamento do feito, no que foi acompanhada pela Dra. Junia Soares Nader e Dr. Fábio Leal Cardoso. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pela Dra. Edelamare Barbosa Melo.

Processo IC-000243.2013.10.003/4 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: INQUIRIDO: BANCO BRADESCO S/A, DENUNCIANTE: PRT DA 15ª REGIÃO - PTM DE ARARAQUARA - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento parcial e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000306.2013.18.003/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: DENUNCIADO: RG LOG LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002378.2014.01.000/7 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: Investigado: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAUDE, TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DENUNCIANTE: FABIANO DE OLIVEIRA VILLARDO - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002157.2014.02.000/5 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO - ACOMPANHA PASTA ESPELHO), DENUNCIADO: SEMEAR ASSOCIAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO E APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002976.2014.02.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: DENUNCIANTE: SIMPRATEC SINDICATO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS PRÁTICOS, PROFISSIONAIS TÉCNICOS, INTÉRPRETES, AUTORES E TITULARES DE DIREITOS AUTORAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO , DENUNCIADO: SINDMUSSP SINDICATO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003837.2014.02.000/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: DENUNCIANTE: CIRO SAKAI E OUTROS, DENUNCIADO: SEESP SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004995.2014.02.000/4 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: DENUNCIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO , DENUNCIADO: BRF SA (PERDIGÃO E SADIA) - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004996.2014.02.000/0 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: DENUNCIADO: CARGILL AGRÍCOLA SA , DENUNCIANTE: SINTHORESP SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART-HOTÉIS, LANCHONETES, SORVETERIAS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, BARES, CHURRASCARIAS, PIZZARIAS, FAST-FOODS E ASSEMELHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-005404.2014.02.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: DENUNCIANTE: MARCIA ROSALVO BRITO, DENUNCIADO: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO - HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOSÉ SOARES HUNGRIA PIRITUBA - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000407.2014.02.003/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: DENUNCIANTE: CLAUDIO ROBERTO BEZERRA , DENUNCIADO: SINDICATO DOS OPERADORES EM APARELHOS GUINDASTESCOS, EMPILHADEIRAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS TRANSPORTADORES DE CARGA DOS POR-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TOS E TERMINAIS MARÍTIMOS E FLUVIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDOGEESP - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003115.2014.03.000/8 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: REPRESENTADO: RIP SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA, REPRESENTANTE: J. PEREIRA & REFRAMINAS SERVIÇOS LTDA - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Junia Soares Nader e o Dr. Fabio Leal Cardoso que negavam provimento ao recurso e homologavam o arquivamento do feito.

Processo NF-003133.2014.03.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO-PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO, REPRESENTADO: CONSTRUTORA ALGON LIMITADA , REPRESENTADO: CONSTRUTORA ALMEIDA LTDA - ME - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003459.2014.03.000/7 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: REPRESENTANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, REPRESENTADO: CONSTRUTORA ALGON LIMITADA , REPRESENTADO: CONSTRUTORA ALMEIDA LTDA - ME, REPRESENTADO: MARCO ANTONIO RODRIGUES GONÇALVES DE ALMEIDA, REPRESENTADO: JOSÉ PEREIRA MAGALHÃES, REPRESENTADO: LUIZ CAMILO DINIZ, REPRESENTADO: NANCY RODRIGUES DE ALMEIDA - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000243.2014.03.006/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTADO: UNIÃO - MINISTÉRIO DA SAÚDE, REPRESENTANTE: CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a). A Dra. Vera Regina Della Pozza Reis apresentou divergência parcial de conclusão pois aplicava o §5°, art. 5° da Resolução n° 69/2007-CSMPT.

Processo PP-000389.2014.03.007/8 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE DOM CAVATI, INVESTIGADO: CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por maioria, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Vera Regina Della Pozza Reis que aplicava o §5, art. 5°, da Resolução n° 69/2007-CSMPT.

Processo NF-000274.2014.03.008/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, REPRESENTADO: CAROLE COSTA GOMES - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000275.2014.03.008/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, REPRESENTADO: LOJÃO STANDELLES COMÉRCIO LTDA - ME - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado.A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer o recurso e, no mérito, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Vera Regina Della Pozza Reis que dava provimento ao recurso e não homologava o arquivamento.

Processo NF-000424.2014.03.010/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, REPRESENTADO: TOP CAR - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001501.2014.04.000/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: REPRESENTANTE: SINDPPD/RS - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, REPRESENTADO: SINDICATO DAS EMPRESAS EM INFORMÁTICA DO ESTADO DOS RIO GRANDE DO SUL - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002655.2014.04.000/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: REPRESENTANTE: PAULO ROBERTO FARIAS DA ROSA, REPRESENTADO: LOURIVAL PEREIRA - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pela Dra. Edelamare Barbosa Melo.

Processo NF-003062.2014.04.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTADO: EMPRESA NYCY DE MUDANÇAS LTDA - ME , REPRESENTANTE: NEEMIAS ARLINDO JUNIOR - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000068.2014.04.005/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: SANTA CASA DE CARIDADE DE URUGUAIANA , DENUNCIANTE: SRTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM URUGUAIANA - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer o recurso e homologar o arquivamento do feito. Todavia, considerando-se que a não concessão de intervalo interjornada e de descanso semanal remunerado de 24 horas não foram objeto de investigação no presente feito e, não sendo possível constatar se a matéria já é objeto de outra investigação, determina-se a instauração de nova notícia de fato, caso a questão ainda não tenha sido analisada, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Vera Regina Della Pozza Reis quanto aos temas FGTS e contribuição previdenciária.

Processo NF-001708.2014.06.000/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTADO: ASSOCIACAO DAS RELIGIOSAS DA INSTRUCAO CRISTA, REPRESENTANTE: ELIÉZER QUEIROS DE SOUTO, REPRESENTANTE: JOSEMAR MENDES ROCHA FILHO, REPRESENTANTE: MARGARITA MARIA ASUNCION LARA NEVES, REPRESENTANTE: NÚBIA CARLA DE AZEVEDO MESQUITA - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001099.2014.07.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: REPRESENTANTE: MPT 7ª REGIÃO, REPRESENTADO: SEEACONCE - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, REPRESENTADO: SEACEC - SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001100.2014.07.000/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: REPRESENTANTE: MPT 7ª REGIÃO - FORTALEZA, REPRESENTADO: SINTTEL - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MESAS TELEFÔNICAS DO ESTADO DO CEARÁ, REPRESENTADO: SEACEC - SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001617.2014.09.000/4 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: REPRESENTADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CURITIBA E REGIÃO, REPRESENTANTE: PRISCILA VIVIANE DA CRUZ CHIODI - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000444.2014.09.001/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE MARINGÁ E REGIÃO, NOTICIADO: ITAU UNIBANCO S/A - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002057.2014.10.000/7 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: REPRESENTADO: DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, REPRESENTADO: IDECACE - INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PELA CULTURA E ESPORTE, REPRESENTANTE: DEUSIMAR DA COSTA - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001275.2014.12.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: DENUNCIADO: INSTITUTO ILHA DO CAMPECHE, DENUNCIANTE: VIVIANA PATRICIA FERNANDEZ MENDEZ - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pela Dra. Vera Regina Della Pozza Reis.

Processo PP-001186.2014.15.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: NPCC -NUCLEO DE PERICIAS CRIMINALISTICAS DE CAMPINAS - SUPERINTENDENCIA DE POLICIA TECNICO-CIENTIFICA DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA DO ESTADO DE SAO PAULO, DENUNCIANTE: HAMILTON SANT'ANA MOREIRA, DENUNCIANTE: RICARDO DA SILVA AURELIANO, DENUNCIANTE: ANGELA SAMPAIO DE MARA - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001307.2014.15.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: REPRESENTANTE: SINTRAUTODESCAMP - SINDICATO DOS TRABALHADORES EMPREGADOS EM AUTO MOTO ESCOLAS,CFC DE CONDUTORES A E B,DESPACHANTES,EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSP. ESCOLAR SEUS ANEXOS E AFINS CAMPINAS E REGIÃO E CIDADES ANEXAS , REPRESENTADO: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES FORMULA UM LTDA - ME - Relator: Dr. Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001141.2014.17.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTANTE: CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - CRTR, REPRESENTADO: HOSPITAL INFANTIL SÃO FRANCISCO DE ASSIS - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pelo Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo NF-000008.2015.03.003/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: REPRESENTANTE: DENUNCIA SIGILOSA, REPRESENTADO: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a). A Dra. Vera Regina Della Pozza Reis apresentou ressalva apenas no que pertine à questão patrimonial.

Processo NF-000029.2015.04.002/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTANTE: BRUCE DANIEL DE AMARANTE DA SILVA, REPRESENTADO: REDE SUSTENTABILIDADE - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000068.2015.09.000/8 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIANTE: MPT - PRT9 - SEDE, NOTICIADO: C.E.S. LOPES TALENT MODEL CURITIBA ESCOLA E AGÊNCIA DE MODELOS - ME - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000293.2015.10.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: REPRESENTADO: REDE D'OR SÃO LUIZ S.A HCBR, REPRESENTANTE: DAIANA LIBERATO DA SILVA, REPRESENTANTE: VASTY DAYARA MARTINS DE PAULA, REPRESENTANTE: GILDA MARQUES DOS ANJOS, REPRESENTANTE: ANDREIA PEREIRA DOS SANTOS - Relatora: Dra. Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

7) PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE

Processo IC-000128.2014.03.005/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETROLEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS - MINASPETRO, DENUNCIANTE: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS EMPREGADOS EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO - FENEPOSPETRO - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado. Procedimento retirado de pauta a pedido da Relatora.

8) CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA

Processo IC-000304.2012.01.005/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: NORSKAN OFFSHORE LTDA, DENUNCIANTE: UNIÃO FEDERAL/MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/ GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM CABO FRIO - Relatora: Dra. Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência com envio dos autos à Coordenadora da COORDIGUALDADE, Dra. Lisyane Chaves Motta, para manifestação e posterior restituição dos autos à CCR/MPT, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003123.2014.03.000/3 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: REPRESENTANTE: J. PEREIRA & REFRAMINAS SERVIÇOS LTDA, REPRESENTADO: TACHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP - Relatora: Dra. Júnia Soares Nader.

A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, converter o julgamento do feito em diligência com envio dos autos ao Membro Oficiante para os devidos fins, nos termos do voto do(a) vistora. Vencida a Relatora e o Dr. Fábio Leal Cardoso que negavam provimento ao recurso e homologavam o arquivamento do feito.

9) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Ressalvando-se que a Dra. Edelamare Barbosa Melo restou vencida em todos os feitos que envolvam assédio moral, foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ:

IC-002188.2006.01.004/4, IC-005512.2009.01.000/1, IC-002100.2009.01.006/0, IC-001443.2010.01.000/2, IC-000269.2010.01.001/5, IC-000274.2010.01.006/5, IC-001486.2011.01.000/6, IC-002668.2011.01.000/7, IC-004425.2011.01.000/7, IC-000759.2011.01.004/4, IC-000273.2011.01.005/0, IC-000282.2011.01.006/2, IC-001257.2012.01.000/0, IC-001349.2012.01.000/1, IC-000011.2012.01.001/5, IC-000102.2012.01.001/4, IC-000188.2012.01.002/1, IC-000017.2012.01.005/6, IC-000524.2012.01.005/8, IC-000445.2013.01.000/9, IC-000628.2013.01.000/0, IC-001404.2013.01.000/8, IC-001696.2013.01.000/0, IC-001731.2013.01.000/2, IC-002431.2013.01.000/9, IC-000344.2013.01.001/5, IC-000421.2013.01.001/0, IC-000546.2013.01.001/4, IC-000598.2013.01.001/3, IC-000135.2013.01.006/2, IC-000238.2013.01.007/0, IC-000244.2013.01.007/2, IC-000165.2014.01.000/1, IC-000276.2014.01.000/3, IC-000710.2014.01.000/2, IC-001288.2014.01.000/8, IC-001698.2014.01.000/3, NF-001737.2014.01.000/7, NF-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

001819.2014.01.000/2, NF-002223.2014.01.000/0, NF- 001183.2014.03.000/5, IC-001256.2014.03.000/0, NF- 000416.2014.04.002/3, PP-000425.2014.04.002/4, PP-
002551.2014.01.000/0, PP-002561.2014.01.000/7, NF- 001375.2014.03.000/4, IC-001610.2014.03.000/0, IC- 000113.2014.04.004/1, NF-000340.2014.04.004/0, PP-
002871.2014.01.000/5, PP-003055.2014.01.000/4, PP- 001979.2014.03.000/0, IC-001983.2014.03.000/3, IC- 000403.2014.04.004/4, IC-000062.2014.04.005/8, PP-
003219.2014.01.000/5, NF-003320.2014.01.000/0, NF- 002061.2014.03.000/2, IC-002192.2014.03.000/4, IC- 000131.2014.04.005/8, PP-000156.2014.04.005/4, PP-
003486.2014.01.000/8, IC-003626.2014.01.000/4, NF- 002302.2014.03.000/1, IC-002765.2014.03.000/5, PP- 000160.2014.04.005/3, IC-000222.2014.04.005/5, IC-
004176.2014.01.000/8, NF-004240.2014.01.000/3, PP- 002858.2014.03.000/2, IC-003181.2014.03.000/0, IC- 000410.2014.04.006/9, PP-000428.2014.04.006/6, NF-
004423.2014.01.000/1, IC-000020.2014.01.001/3, IC- 003273.2014.03.000/2, NF-000052.2014.03.001/8, PP- 000760.2014.04.006/9, IC-000086.2014.04.007/5, IC-
000052.2014.01.001/2, IC-000057.2014.01.001/9, IC- 000114.2014.03.001/3, IC-000200.2014.03.001/9, PP- 000290.2014.04.007/6, IC-000466.2014.04.007/1, IC-
000149.2014.01.001/3, IC-000243.2014.01.001/3, IC- 000361.2014.03.001/7, IC-000039.2014.03.003/6, IC- 000070.2014.04.008/5, IC-000138.2014.04.008/1, IC-
000275.2014.01.001/8, IC-000321.2014.01.001/4, IC- 000126.2014.03.003/5, IC-000142.2014.03.003/4, IC- 000248.2014.04.008/7, IC-000350.2014.04.008/1, IC-
000358.2014.01.001/0, IC-000386.2014.01.001/0, IC- 000391.2014.03.003/0, IC-000025.2014.03.004/0, NF- 000421.2014.04.008/4, IC-000422.2014.04.008/0, NF-
000390.2014.01.001/9, IC-000409.2014.01.001/9, IC- 000290.2014.03.004/7, IC-000062.2014.03.005/3, IC- 000007.2015.04.000/1, NF-000028.2015.04.000/8, NF-
000436.2014.01.001/1, NF-000614.2014.01.001/0, NF- 000077.2014.03.005/8, PP-000101.2014.03.006/1, NF- 000030.2015.04.000/8, NF-000032.2015.04.000/2, NF-
000618.2014.01.001/6, IC-000037.2014.01.002/4, IC- 000333.2014.03.006/2, NF-000495.2014.03.007/2, NF- 000066.2015.04.000/6, NF-000089.2015.04.000/4, NF-
000078.2014.01.002/4, IC-000103.2014.01.002/7, PP- 000526.2014.03.007/1, IC-000067.2014.03.008/5, IC- 000153.2015.04.000/6, NF-000201.2015.04.000/5, NF-
000304.2014.01.004/1, IC-000596.2014.01.004/6, IC- 000087.2014.03.008/1, IC-000155.2014.03.009/6, IC- 000283.2015.04.000/6, PP-000003.2015.04.002/2 - PRT 5ª Região-
000105.2014.01.005/2, NF-000482.2014.01.005/6, NF- 000158.2014.03.009/5, PP-000037.2014.03.010/8, IC- BA - IC-000056.2008.05.002/4, IC-000184.2009.05.005/1, PP-
000545.2014.01.005/4, IC-000016.2014.01.006/8, IC- 000080.2014.03.010/8, IC-000113.2014.03.010/7, IC- 000211.2011.05.002/9, IC-000010.2011.05.006/4, IC-
000324.2014.01.006/8, PP-000462.2014.01.006/2, IC- 000219.2014.03.010/3, IC-000232.2014.03.010/3, IC- 001405.2012.05.000/5, IC-002741.2012.05.000/9, IC-
000624.2014.01.006/2, IC-000645.2014.01.006/3, IC- 000235.2014.03.010/2, IC-000248.2014.03.010/9, PP- 000104.2012.05.002/5, IC-000237.2012.05.003/5, IC-
000750.2014.01.006/7, IC-000019.2014.01.007/1, IC- 000335.2014.03.010/0, IC-000016.2015.03.003/1 - PRT 4ª Região-RS 000253.2012.05.003/4, IC-000132.2012.05.006/8, IC-
000082.2014.01.007/8, PP-000091.2014.01.007/9, IC- - IC-000002.2005.04.005/2, IC-000005.2005.04.005/7, IC- 000282.2012.05.006/2, IC-001677.2013.05.000/7, IC-
000095.2014.01.007/8, IC-000127.2014.01.007/1, IC- 000006.2005.04.005/5, IC-000002.2006.04.005/7, IC- 001899.2013.05.000/5, IC-001907.2013.05.000/4, IC-
000233.2014.01.007/6, IC-000237.2014.01.007/1, IC- 000198.2008.04.001/6, IC-000209.2008.04.001/5, IC- 002246.2013.05.000/1, PP-002256.2013.05.000/8, IC-
000256.2014.01.007/0, IC-000263.2014.01.007/8, IC- 000156.2008.04.004/7, IC-000006.2008.04.005/9, IC- 000148.2013.05.002/2, IC-000154.2013.05.003/5, IC-
000266.2014.01.007/7, PP-000270.2014.01.007/1, PP- 000081.2008.04.005/5, IC-000098.2008.04.005/4, IC- 000095.2013.05.004/0, MED-000065.2013.05.006/9, IC-
000016.2014.01.008/1, PP-000021.2014.01.008/3, NF- 000119.2008.04.005/8, IC-000053.2008.04.007/9, IC- 000133.2013.05.006/7, IC-000298.2013.05.006/0, IC-
000213.2015.01.000/3 - PRT 2ª Região-SP - IC- 000047.2009.04.005/0, IC-001392.2010.04.000/4, IC- 000304.2013.05.006/8, IC-000592.2013.05.006/7, NF-
001557.2004.02.000/3, IC-004944.2008.02.000/1, IC- 000171.2010.04.004/1, IC-000077.2010.04.005/6, IC- 000208.2013.05.007/6, PP-000121.2014.05.000/4, IC-
006181.2008.02.000/9, IC-004816.2009.02.000/8, IC- 000200.2011.04.000/1, IC-001166.2011.04.000/4, IC- 000268.2014.05.000/6, IC-000529.2014.05.000/8, IC-
001185.2010.02.000/8, IC-002397.2010.02.000/8, IC- 001188.2011.04.000/8, IC-001717.2011.04.000/1, IC- 000906.2014.05.000/7, IC-001417.2014.05.000/6, IC-
002434.2010.02.000/0, IC-000511.2010.02.001/4, IC- 000286.2011.04.001/9, IC-000038.2011.04.004/2, IC- 001833.2014.05.000/6, IC-001891.2014.05.000/3, IC-
000022.2010.02.004/1, IC-000612.2011.02.000/0, IC- 000261.2011.04.004/5, IC-000144.2011.04.008/5, IC- 000035.2014.05.002/0, IC-000070.2014.05.002/7, IC-
001609.2011.02.000/7, IC-001615.2011.02.000/1, IC- 000350.2012.04.000/9, IC-000490.2012.04.000/6, IC- 000073.2014.05.002/9, IC-000099.2014.05.002/9, NF-
001960.2011.02.000/8, IC-002699.2011.02.000/2, IC- 000677.2012.04.000/2, IC-000753.2012.04.000/0, IC- 000209.2014.05.003/1, IC-000099.2014.05.004/2, IC-
003436.2011.02.000/1, IC-004148.2011.02.000/5, IC- 000868.2012.04.000/8, IC-000955.2012.04.000/0, IC- 000080.2014.05.005/0, IC-000209.2014.05.005/3, IC-
000421.2012.02.000/8, IC-002601.2012.02.000/3, IC- 001022.2012.04.000/1, IC-001731.2012.04.000/3, IC- 000072.2014.05.006/9, IC-000392.2014.05.006/3 - PRT 6ª Região-PE
003283.2012.02.000/4, IC-003736.2012.02.000/5, IC- 001741.2012.04.000/0, IC-002149.2012.04.000/8, IC- - IC-000595.2006.06.000/7, NF-000067.2007.06.000/5, IC-
004847.2012.02.000/2, IC-005849.2012.02.000/1, IC- 000248.2012.04.004/8, IC-000370.2012.04.004/7, IC- 000891.2008.06.000/1, IC-001156.2008.06.000/0, IC-
000128.2012.02.004/1, IC-000506.2013.02.000/6, IC- 000381.2012.04.004/0, IC-000494.2012.04.004/5, IC- 000325.2009.06.000/8, IC-001179.2009.06.000/0, IC-
000526.2013.02.000/0, IC-001123.2013.02.000/4, IC- 000022.2012.04.005/6, IC-000150.2012.04.008/0, IC- 000965.2010.06.000/5, IC-000399.2011.06.000/6, IC-
001240.2013.02.000/8, IC-001480.2013.02.000/8, IC- 000192.2012.04.008/1, IC-000311.2012.04.008/3, IC- 001997.2011.06.000/9, IC-002600.2011.06.000/0, IC-
001750.2013.02.000/0, IC-001861.2013.02.000/0, IC- 000018.2013.04.000/6, IC-000403.2013.04.000/2, IC- 000958.2012.06.000/2, IC-000973.2012.06.000/5, PP-
001983.2013.02.000/0, IC-002383.2013.02.000/5, IC- 000543.2013.04.000/0, IC-000559.2013.04.000/5, IC- 002067.2012.06.000/4, PP-002428.2012.06.000/3, PP-
002630.2013.02.000/9, IC-002655.2013.02.000/9, IC- 000689.2013.04.000/5, IC-001469.2013.04.000/6, IC- 000915.2013.06.000/3, IC-001158.2013.06.000/4, PP-
002862.2013.02.000/3, IC-003405.2013.02.000/0, IC- 001594.2013.04.000/5, IC-001848.2013.04.000/7, IC- 001304.2013.06.000/5, IC-000071.2013.06.002/3, IC-
003584.2013.02.000/3, IC-003969.2013.02.000/7, IC- 002053.2013.04.000/6, IC-002181.2013.04.000/1, IC- 000162.2013.06.002/0, IC-000386.2013.06.002/7, IC-
000072.2013.02.001/8, IC-000283.2013.02.001/1, IC- 002283.2013.04.000/9, IC-002332.2013.04.000/9, IC- 000406.2013.06.002/7, IC-000407.2013.06.002/3, PP-
000371.2013.02.001/0, IC-000394.2013.02.001/3, IC- 002340.2013.04.000/4, IC-002345.2013.04.000/1, IC- 000134.2014.06.000/2, IC-000457.2014.06.000/0, IC-
000413.2013.02.001/7, IC-000529.2013.02.001/0, IC- 002397.2013.04.000/4, IC-002541.2013.04.000/4, IC- 000796.2014.06.000/8, IC-000810.2014.06.000/0, IC-
000570.2013.02.001/0, IC-000519.2013.02.002/4, IC- 002591.2013.04.000/6, IC-002630.2013.04.000/0, IC- 000005.2014.06.001/4, IC-000169.2014.06.001/7, IC-
000004.2013.02.003/2, IC-000264.2013.02.003/5, IC- 002665.2013.04.000/6, IC-000011.2013.04.001/7, IC- 000178.2014.06.001/8, NF-000351.2014.06.001/5, IC-
000038.2013.02.004/4, IC-000059.2014.02.000/4, IC- 000034.2013.04.001/5, IC-000126.2013.04.004/5, IC- 000038.2014.06.002/5, IC-000154.2014.06.002/9, IC-
000300.2014.02.000/4, IC-000335.2014.02.000/8, IC- 000194.2013.04.004/3, IC-000216.2013.04.004/6, PP- 000284.2014.06.002/9, IC-000323.2014.06.002/7, PP-
000540.2014.02.000/0, IC-000576.2014.02.000/0, IC- 000352.2013.04.004/8, PP-000358.2013.04.004/6, PP- 000021.2015.06.001/8, IC-000051.2015.06.001/2, IC-
000651.2014.02.000/1, IC-000831.2014.02.000/3, IC- 000364.2013.04.004/8, PP-000366.2013.04.004/0, PP- 000052.2015.06.001/0 - PRT 7ª Região-CE - IC-
000914.2014.02.000/6, IC-001134.2014.02.000/8, IC- 000370.2013.04.004/0, PP-000376.2013.04.004/8, PP- 001506.2005.07.000/2, IC-002186.2007.07.000/6, IC-
001220.2014.02.000/7, IC-001285.2014.02.000/2, IC- 000404.2013.04.004/2, IC-000423.2013.04.004/0, PP- 000420.2010.07.000/5, IC-000453.2010.07.000/6, IC-
001720.2014.02.000/3, IC-001758.2014.02.000/6, PP- 000437.2013.04.004/3, IC-000475.2013.04.004/0, IC- 000537.2010.07.000/5, IC-000819.2010.07.000/8, IC-
001816.2014.02.000/7, PP-002605.2014.02.000/9, IC- 000118.2013.04.005/1, IC-000290.2013.04.006/8, IC- 000862.2010.07.000/0, IC-001121.2010.07.000/2, IC-
002629.2014.02.000/3, IC-002653.2014.02.000/0, PP- 000566.2013.04.006/9, IC-000684.2013.04.006/9, IC- 000128.2010.07.002/3, IC-000138.2010.07.002/0, IC-
003090.2014.02.000/3, PP-003193.2014.02.000/7, IC- 000307.2013.04.007/6, IC-000197.2013.04.008/6, IC- 001179.2011.07.000/0, IC-000111.2011.07.002/4, IC-
003222.2014.02.000/4, PP-003445.2014.02.000/8, PP- 000201.2013.04.008/0, IC-000356.2013.04.008/7, IC- 000124.2012.07.000/1, IC-000148.2012.07.000/1, IC-
003497.2014.02.000/0, PP-003824.2014.02.000/9, PP- 000031.2014.04.000/1, IC-000139.2014.04.000/7, PP- 000456.2012.07.000/0, IC-000514.2012.07.000/7, IC-
004105.2014.02.000/9, PP-004657.2014.02.000/8, PP- 000349.2014.04.000/0, PP-000445.2014.04.000/3, IC- 000552.2012.07.000/3, IC-000667.2012.07.000/0, IC-
004803.2014.02.000/9, PP-004813.2014.02.000/5, PP- 000594.2014.04.000/1, IC-000604.2014.04.000/4, IC- 000854.2012.07.000/0, IC-000966.2012.07.000/9, IC-
004847.2014.02.000/6, PP-004856.2014.02.000/7, PP- 000681.2014.04.000/3, IC-000713.2014.04.000/3, IC- 000122.2013.07.000/1, IC-000273.2013.07.000/2, IC-
005015.2014.02.000/6, PP-005437.2014.02.000/9, NF- 000744.2014.04.000/1, IC-000749.2014.04.000/3, PP- 000611.2013.07.000/9, IC-000671.2013.07.000/2, IC-
005473.2014.02.000/2, PP-005564.2014.02.000/9, PP- 000768.2014.04.000/1, IC-000838.2014.04.000/8, IC- 000698.2013.07.000/1, IC-000730.2013.07.000/5, IC-
005802.2014.02.000/1, PP-006111.2014.02.000/0, NF- 001048.2014.04.000/0, IC-001067.2014.04.000/7, PP- 000839.2013.07.000/0, IC-001041.2013.07.000/3, IC-
006621.2014.02.000/2, PP-000113.2014.02.001/5, IC- 001087.2014.04.000/0, PP-001125.2014.04.000/9, PP- 001154.2013.07.000/3, IC-001163.2013.07.000/4, IC-
000202.2014.02.001/0, PP-000558.2014.02.001/9, IC- 001175.2014.04.000/0, PP-001243.2014.04.000/7, IC- 001174.2013.07.000/6, IC-001178.2013.07.000/8, IC-
000204.2014.02.003/3, IC-000260.2014.02.003/2, NF- 001286.2014.04.000/9, PP-001287.2014.04.000/4, IC- 001286.2013.07.000/0, IC-001295.2013.07.000/1, IC-
000162.2014.02.004/8, IC-000076.2014.02.005/8, IC- 001305.2014.04.000/0, IC-001312.2014.04.000/0, IC- 001306.2013.07.000/7, PP-001308.2013.07.000/8, IC-
000133.2014.02.005/3, IC-000166.2014.02.005/4, PP- 001354.2014.04.000/7, IC-001568.2014.04.000/9, IC- 000216.2013.07.002/0, IC-000080.2013.07.003/9, PP-
000186.2014.02.005/9, PP-000091.2015.02.000/2 - PRT 3ª Região- 001591.2014.04.000/0, IC-001647.2014.04.000/8, IC- 000035.2014.07.000/2, IC-000101.2014.07.000/3, PP-
MG - IC-001481.2008.03.000/0, IC-000403.2009.03.001/4, IC- 001697.2014.04.000/0, PP-001698.2014.04.000/5, PP- 000365.2014.07.000/9, PP-000910.2014.07.000/0, PP-
000057.2009.03.003/1, IC-000786.2010.03.000/4, IC- 001744.2014.04.000/9, IC-002042.2014.04.000/5, IC- 000978.2014.07.000/8, PP-001132.2014.07.000/2, PP-
000289.2010.03.001/3, IC-000061.2010.03.003/8, IC- 002045.2014.04.000/1, PP-002098.2014.04.000/0, PP- 001337.2014.07.000/3, NF-001443.2014.07.000/6, NF-
000145.2010.03.004/3, IC-000088.2010.03.005/9, IC- 002154.2014.04.000/0, PP-002162.2014.04.000/5, IC- 001656.2014.07.000/3, NF-001762.2014.07.000/5, IC-
001080.2011.03.000/6, IC-002002.2011.03.000/4, IC- 002186.2014.04.000/0, IC-002208.2014.04.000/7, PP- 000022.2014.07.001/4, PP-000058.2014.07.001/2, IC-
000429.2011.03.001/9, IC-000173.2011.03.007/8, IC- 002424.2014.04.000/2, NF-002465.2014.04.000/3, NF- 000024.2014.07.002/0 - PRT 8ª Região-PA - IC-
000258.2011.03.007/3, IC-000273.2011.03.007/6, IC- 002525.2014.04.000/5, PP-002549.2014.04.000/0, NF- 001154.2011.08.000/9, IC-000147.2012.08.000/0, IC-
001985.2012.03.000/0, IC-002451.2012.03.000/1, IC- 002592.2014.04.000/3, NF-002660.2014.04.000/0, NF- 000228.2012.08.001/8, IC-001384.2013.08.000/6, IC-
000030.2012.03.001/0, IC-000457.2012.03.001/0, IC- 002774.2014.04.000/6, NF-002819.2014.04.000/2, NF- 000224.2013.08.001/5, IC-000329.2013.08.001/5, PP-
000619.2012.03.001/0, IC-000242.2012.03.003/7, IC- 002886.2014.04.000/0, NF-002888.2014.04.000/1, NF- 000385.2013.08.001/3, PP-000036.2014.08.000/5, IC-
000134.2012.03.010/2, IC-000162.2012.03.010/1, IC- 002897.2014.04.000/2, NF-002928.2014.04.000/0, PP- 000775.2014.08.000/0, IC-001107.2014.08.000/0 - PRT 9ª Região-PR
000374.2012.03.010/8, IC-000313.2013.03.000/0, IC- 002935.2014.04.000/0, PP-002964.2014.04.000/4, PP- - IC-000528.2009.09.000/0, IC-001903.2009.09.000/0, IC-
000336.2013.03.000/3, IC-000356.2013.03.000/8, IC- 002996.2014.04.000/4, NF-003081.2014.04.000/3, NF- 000392.2010.09.000/4, IC-000849.2010.09.000/3, IC-
001249.2013.03.000/8, IC-003017.2013.03.000/0, IC- 003149.2014.04.000/9, IC-003151.2014.04.000/1, NF- 001272.2010.09.000/9, IC-000296.2010.09.001/1, IC-
003150.2013.03.000/4, IC-000200.2013.03.001/6, PP- 003153.2014.04.000/2, PP-003176.2014.04.000/1, NF- 000519.2010.09.001/7, IC-000253.2011.09.000/6, IC-
000217.2013.03.001/8, PP-000378.2013.03.001/6, IC- 003207.2014.04.000/0, NF-003223.2014.04.000/1, PP- 000256.2011.09.000/5, IC-000113.2011.09.001/0, IC-
000421.2013.03.001/3, PP-000431.2013.03.001/0, PP- 003224.2014.04.000/6, NF-003234.2014.04.000/2, NF- 000515.2011.09.003/7, IC-000325.2011.09.004/9, IC-
000487.2013.03.001/5, IC-000317.2013.03.003/8, IC- 003307.2014.04.000/7, NF-003346.2014.04.000/7, NF- 000091.2011.09.006/8, IC-000311.2012.09.000/5, IC-
000372.2013.03.003/0, IC-000375.2013.03.003/9, IC- 003354.2014.04.000/2, NF-003410.2014.04.000/2, NF- 001444.2012.09.000/9, PP-001826.2012.09.000/6, PP-
000104.2013.03.004/6, IC-000121.2013.03.004/1, IC- 003438.2014.04.000/9, NF-003463.2014.04.000/0, IC- 001838.2012.09.000/3, IC-002045.2012.09.000/3, IC-
000372.2013.03.005/1, IC-000141.2013.03.006/8, IC- 000069.2014.04.001/5, PP-000070.2014.04.001/8, PP- 002500.2012.09.000/7, IC-002582.2012.09.000/9, IC-
000363.2013.03.006/1, IC-000364.2013.03.006/8, IC- 000076.2014.04.001/1, IC-000247.2014.04.001/4, PP- 000268.2012.09.001/9, IC-000441.2012.09.001/6, IC-
000094.2013.03.010/1, IC-000219.2013.03.010/0, IC- 000295.2014.04.001/0, PP-000378.2014.04.001/2, IC- 000536.2012.09.001/9, IC-000553.2012.09.001/4, IC-
000249.2013.03.010/2, IC-000181.2014.03.000/4, IC- 000420.2014.04.001/5, NF-000079.2014.04.002/0, PP- 000480.2012.09.003/0, IC-000296.2012.09.006/2, PP-
000341.2014.03.000/1, NF-000434.2014.03.000/1, IC- 000208.2014.04.002/2, IC-000286.2014.04.002/8, PP- 000082.2013.09.000/3, IC-000120.2013.09.000/2, PP-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

001255.2013.09.000/8, PP-001336.2013.09.000/8, PP-
001737.2013.09.000/2, IC-001771.2013.09.000/5, NF-
001817.2013.09.000/7, IC-001911.2013.09.000/1, IC-
001975.2013.09.000/1, IC-000105.2013.09.001/0, IC-
000226.2013.09.001/0, IC-000229.2013.09.001/9, IC-
000476.2013.09.001/2, NF-000376.2013.09.003/6, IC-
000122.2013.09.005/0, IC-000265.2013.09.006/7, IC-
000041.2013.09.007/6, IC-000083.2013.09.007/3, IC-
000137.2013.09.007/0, PP-000006.2013.09.010/9, IC-
000205.2014.09.000/0, IC-000336.2014.09.000/7, PP-
000381.2014.09.000/1, IC-000677.2014.09.000/7, PP-
000758.2014.09.000/7, IC-000778.2014.09.000/1, PP-
000822.2014.09.000/5, IC-000901.2014.09.000/2, PP-
001067.2014.09.000/2, PP-001076.2014.09.000/3, IC-
001441.2014.09.000/6, PP-001447.2014.09.000/9, PP-
001452.2014.09.000/8, PP-001586.2014.09.000/6, PP-
001637.2014.09.000/7, IC-001696.2014.09.000/0, PP-
001779.2014.09.000/0, PP-001889.2014.09.000/4, NF-
001959.2014.09.000/2, NF-002056.2014.09.000/9, PP-
002079.2014.09.000/8, PP-002160.2014.09.000/0, PP-
002279.2014.09.000/2, NF-002282.2014.09.000/0, PP-
002320.2014.09.000/9, PP-002433.2014.09.000/9, PP-
000067.2014.09.001/9, PP-000116.2014.09.001/7, IC-
000140.2014.09.001/0, IC-000200.2014.09.001/0, IC-
000154.2014.09.003/5, IC-000167.2014.09.003/1, IC-
000193.2014.09.003/8, IC-000225.2014.09.003/8, PP-
000315.2014.09.003/9, PP-000371.2014.09.003/7, PP-
000412.2014.09.003/8, PP-000458.2014.09.003/5, IC-
000047.2014.09.004/8, IC-000064.2014.09.004/2, PP-
000229.2014.09.004/0, PP-000157.2014.09.005/6, IC-
000003.2014.09.006/2, IC-000022.2014.09.006/9, IC-
000041.2014.09.006/8, PP-000091.2014.09.006/7, IC-
000163.2014.09.006/9, IC-000183.2014.09.006/3, IC-
000206.2014.09.006/2, IC-000213.2014.09.006/9, IC-
000080.2014.09.007/5, PP-000189.2014.09.007/2, IC-
000209.2014.09.008/3, NF-000280.2014.09.008/4, IC-
000109.2014.09.009/6, IC-000167.2014.09.009/7, PP-
000117.2014.09.010/3, PP-000165.2014.09.010/7, PP-
000193.2014.09.010/6, PP-000194.2014.09.010/2, IC-
000205.2014.09.010/1, NF-000016.2015.09.000/2, PP-
000017.2015.09.000/0, NF-000048.2015.09.000/1, NF-
000057.2015.09.000/2, NF-000060.2015.09.000/0, NF-
000092.2015.09.000/9, NF-000157.2015.09.000/4, NF-
000176.2015.09.000/2, NF-000178.2015.09.000/5 - PRT 10ª Região-DF - IC-000150.2005.10.000/1, IC-000763.2011.10.000/0, IC-
001135.2012.10.000/9, IC-000245.2012.10.002/6, IC-
000152.2013.10.000/2, IC-000211.2013.10.000/5, IC-
000931.2013.10.000/7, PP-000983.2013.10.000/6, IC-
001048.2013.10.000/6, IC-001091.2013.10.000/0, IC-
001126.2013.10.000/0, IC-000041.2013.10.001/2, IC-
000147.2013.10.001/5, IC-000172.2013.10.001/5, IC-
000226.2013.10.001/2, PP-000007.2014.10.000/0, PP-
000018.2014.10.000/1, IC-000023.2014.10.000/3, IC-
000038.2014.10.000/8, IC-000082.2014.10.000/5, PP-
000111.2014.10.000/0, IC-000317.2014.10.000/4, IC-
000377.2014.10.000/8, IC-000682.2014.10.000/8, PP-
000727.2014.10.000/4, IC-000804.2014.10.000/9, IC-
000834.2014.10.000/0, IC-000852.2014.10.000/2, IC-
000853.2014.10.000/9, IC-000882.2014.10.000/4, PP-
000886.2014.10.000/0, IC-000979.2014.10.000/0, PP-
001164.2014.10.000/6, PP-001384.2014.10.000/3, IC-
001390.2014.10.000/8, PP-001500.2014.10.000/5, IC-
001537.2014.10.000/2, NF-001687.2014.10.000/1, PP-
001694.2014.10.000/1, PP-001836.2014.10.000/9, IC-
001899.2014.10.000/3, IC-001966.2014.10.000/5, IC-
002112.2014.10.000/1, IC-002145.2014.10.000/7, PP-
002153.2014.10.000/2, NF-002157.2014.10.000/4, NF-
002208.2014.10.000/5, PP-002324.2014.10.000/3, IC-
000057.2014.10.001/8, PP-000212.2014.10.001/2, IC-
000010.2014.10.003/6, PP-000041.2015.10.000/9, PP-
000061.2015.10.000/5, IC-000327.2015.10.000/4 - PRT 11ª Região-AM - IC-000502.2009.11.000/2, IC-000096.2012.11.001/8, IC-
000225.2013.11.000/9 - PRT 12ª Região-SC - IC-
000066.2008.12.003/4, IC-000180.2009.12.003/0, IC-
000083.2009.12.004/3, IC-000089.2010.12.004/9, IC-
000170.2011.12.000/0, IC-001020.2011.12.000/2, IC-
000096.2011.12.004/9, IC-000134.2011.12.004/0, IC-
000150.2011.12.004/9, IC-000200.2011.12.004/0, IC-
000016.2011.12.006/5, IC-000973.2012.12.000/8, PP-
000220.2012.12.001/3, IC-000089.2012.12.002/4, IC-
000233.2012.12.004/4, IC-000241.2012.12.004/9, IC-
000311.2012.12.005/3, IC-000365.2012.12.005/5, IC-
000066.2013.12.000/8, IC-000593.2013.12.000/2, IC-
001100.2013.12.000/0, IC-001121.2013.12.000/9, PP-
000649.2013.12.001/0, IC-000070.2013.12.003/5, IC-
000158.2013.12.003/7, IC-000165.2013.12.003/5, IC-
000218.2013.12.003/6, IC-000093.2013.12.004/4, IC-
000097.2013.12.004/3, IC-000098.2013.12.004/0, IC-
000251.2013.12.005/7, IC-000057.2013.12.006/2, IC-
000151.2013.12.006/7, IC-000057.2014.12.000/0, IC-
000261.2014.12.000/6, IC-000276.2014.12.000/5, IC-
000507.2014.12.000/5, IC-000867.2014.12.000/3, NF-
001098.2014.12.000/6, PP-001130.2014.12.000/1, PP-
001143.2014.12.000/4, PP-001182.2014.12.000/4, NF-
001218.2014.12.000/0, NF-000111.2014.12.001/0, IC-
000214.2014.12.001/7, PP-000265.2014.12.001/0, IC-
000015.2014.12.002/5, NF-000319.2014.12.002/5, IC-
000009.2014.12.004/9, IC-000076.2014.12.004/3, IC-
000109.2014.12.004/8, IC-000055.2014.12.005/0, IC-
000128.2014.12.005/4, PP-000305.2014.12.005/8, IC-
000025.2014.12.006/7, PP-000093.2014.12.006/8, PP-

000113.2014.12.006/2, PP-000117.2014.12.006/9, PP-
000120.2014.12.006/0, PP-000146.2014.12.006/4, NF-
000155.2014.12.006/5, NF-000046.2015.12.001/0, NF-
000054.2015.12.001/3, NF-000057.2015.12.001/5 - PRT 13ª Região-PB - IC-020161.2008.13.001/5, IC-010025.2009.13.000/9, IC-
010213.2009.13.000/8, IC-000928.2011.13.000/1, IC-
000021.2012.13.000/7, IC-000157.2012.13.000/4, IC-
000351.2012.13.000/2, IC-000607.2012.13.000/9, IC-
000811.2012.13.000/4, IC-001011.2012.13.000/1, IC-
001079.2012.13.000/3, IC-001171.2012.13.000/7, IC-
000634.2012.13.001/0, PP-000067.2013.13.000/7, PP-
000235.2013.13.000/8, IC-000500.2013.13.000/9, IC-
000819.2013.13.000/8, IC-000887.2013.13.000/6, PP-
001070.2013.13.000/6, PP-001249.2013.13.000/0, PP-
001263.2013.13.000/0, PP-001671.2013.13.000/5, IC-
000035.2013.13.001/9, IC-000385.2013.13.001/0, PP-
000448.2013.13.001/9, IC-000480.2013.13.001/7, IC-
000565.2013.13.001/2, IC-000698.2013.13.001/1, IC-
000704.2013.13.001/9, IC-000708.2013.13.001/4, IC-
000711.2013.13.001/7, PP-000225.2014.13.000/3, PP-
000293.2014.13.000/1, IC-000160.2014.13.001/0, PP-
000167.2014.13.001/5, PP-000344.2014.13.001/8, IC-
000410.2014.13.001/9, IC-000467.2014.13.001/0, NF-
000058.2015.13.001/4, NF-000064.2015.13.001/0 - PRT 14ª Região-RO - IC-000473.2011.14.000/6, IC-000122.2013.14.000/4, IC-
000464.2013.14.000/0, IC-000048.2014.14.000/3, IC-
000238.2014.14.000/0, PP-000593.2014.14.000/7, NF-
000861.2014.14.000/7, IC-000065.2014.14.001/9, IC-
000194.2014.14.001/9 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-
000105.2007.15.002/3, IC-001443.2011.15.000/5, IC-
001268.2012.15.000/2, IC-001331.2012.15.000/2, IC-
001381.2012.15.000/4, IC-002167.2012.15.000/8, IC-
000235.2012.15.002/3, IC-000472.2012.15.005/4, IC-
000454.2012.15.008/7, IC-000518.2012.15.008/1, IC-
001449.2013.15.000/1, IC-001479.2013.15.000/0, IC-
002420.2013.15.000/8, IC-002449.2013.15.000/0, IC-
002585.2013.15.000/0, IC-002868.2013.15.000/6, IC-
000426.2013.15.001/3, IC-000454.2013.15.002/0, IC-
000491.2013.15.002/0, IC-000551.2013.15.002/0, IC-
000560.2013.15.002/0, IC-000580.2013.15.002/5, IC-
000585.2013.15.002/7, IC-000418.2013.15.003/5, IC-
000641.2013.15.003/9, IC-000218.2013.15.004/7, IC-
000292.2013.15.005/5, IC-000519.2013.15.005/6, IC-
000536.2013.15.006/0, IC-000654.2013.15.006/0, IC-
000690.2013.15.006/3, IC-000315.2013.15.008/9, IC-
000366.2013.15.008/1, IC-000420.2013.15.008/2, IC-
000629.2013.15.008/6, PP-000070.2014.15.000/1, IC-
000590.2014.15.000/9, IC-000746.2014.15.000/7, PP-
000749.2014.15.000/6, IC-000969.2014.15.000/7, IC-
001149.2014.15.000/1, PP-001249.2014.15.000/9, IC-
001289.2014.15.000/4, IC-001331.2014.15.000/6, PP-
001332.2014.15.000/1, IC-001399.2014.15.000/8, PP-
001484.2014.15.000/1, IC-001578.2014.15.000/4, IC-
002112.2014.15.000/2, IC-002211.2014.15.000/4, NF-
002337.2014.15.000/7, PP-002574.2014.15.000/0, NF-
002642.2014.15.000/8, PP-002689.2014.15.000/1, PP-
000739.2014.15.001/7, PP-000748.2014.15.001/8, PP-
000773.2014.15.001/8, PP-001139.2014.15.001/2, IC-
000054.2014.15.002/6, PP-000097.2014.15.002/0, PP-
000102.2014.15.002/0, PP-000111.2014.15.002/0, IC-
000125.2014.15.002/3, PP-000347.2014.15.002/7, NF-
000599.2014.15.002/2, IC-000100.2014.15.003/5, IC-
000206.2014.15.003/1, IC-000494.2014.15.003/0, PP-
000564.2014.15.003/7, PP-000126.2014.15.004/6, PP-
000270.2014.15.004/2, IC-000077.2014.15.005/7, IC-
000133.2014.15.005/2, PP-000242.2014.15.005/1, PP-
000246.2014.15.005/7, IC-000269.2014.15.005/0, IC-
000283.2014.15.005/7, IC-000139.2014.15.006/9, IC-
000161.2014.15.006/0, IC-000199.2014.15.006/2, IC-
000398.2014.15.006/1, PP-000402.2014.15.006/6, PP-
000871.2014.15.006/4, IC-000056.2014.15.007/5, IC-
000038.2014.15.008/4, IC-000046.2014.15.008/8, IC-
000220.2014.15.008/9, IC-000249.2014.15.008/0, IC-
000314.2014.15.008/5, PP-000399.2014.15.008/5, PP-
000403.2014.15.008/0, PP-000405.2014.15.008/2, IC-
000417.2014.15.008/2, PP-000420.2014.15.008/5, PP-
000426.2014.15.008/3, PP-000431.2014.15.008/4, IC-
000472.2014.15.008/4, PP-000492.2014.15.008/9, IC-
000526.2014.15.008/1, IC-000557.2014.15.008/0, IC-
000664.2014.15.008/6 - PRT 16ª Região-MA - IC-
000087.2009.16.002/8, IC-000059.2011.16.002/3, IC-
000034.2012.16.002/4, IC-000121.2012.16.002/3, IC-
000147.2012.16.002/6, IC-000591.2013.16.000/3, IC-
000644.2013.16.000/4, IC-000675.2013.16.000/2, IC-
000911.2013.16.000/8, IC-000136.2014.16.000/1, IC-
000324.2014.16.000/8, IC-000507.2014.16.000/9, IC-
000559.2014.16.000/8, IC-000714.2014.16.000/3 - PRT 17ª Região-ES - IC-000018.2009.17.003/0, IC-000127.2011.17.003/8, IC-
000122.2012.17.003/9, IC-000203.2013.17.000/7, IC-
000797.2013.17.000/9, IC-001099.2013.17.000/0, IC-
001104.2013.17.000/3, PP-001109.2013.17.000/0, IC-
001110.2013.17.000/8, IC-001167.2013.17.000/8, IC-
001220.2013.17.000/1, IC-001277.2013.17.000/1, IC-
001417.2013.17.000/8, IC-001451.2013.17.000/0, IC-
000099.2013.17.002/5, IC-000178.2013.17.003/6, IC-
000231.2013.17.003/0, IC-000249.2013.17.003/9, IC-
000367.2013.17.003/9, IC-000404.2013.17.003/4, IC-
000015.2014.17.000/2, IC-000220.2014.17.000/5, IC-
000227.2014.17.000/0, IC-000261.2014.17.000/0, PP-
000290.2014.17.000/6, PP-000305.2014.17.000/0, PP-
000336.2014.17.000/9, PP-000509.2014.17.000/2, IC-

000510.2014.17.000/2, PP-000518.2014.17.000/3, PP-
000608.2014.17.000/4, PP-000802.2014.17.000/2, PP-
000842.2014.17.000/1, PP-000894.2014.17.000/0, PP-
000897.2014.17.000/0, PP-000922.2014.17.000/5, PP-
000956.2014.17.000/2, PP-000961.2014.17.000/8, PP-
000972.2014.17.000/1, PP-001025.2014.17.000/6, PP-
001205.2014.17.000/8, PP-001209.2014.17.000/0, PP-
001357.2014.17.000/8, NF-001392.2014.17.000/6, IC-
000033.2014.17.002/6, IC-000113.2014.17.002/5, IC-
000163.2014.17.002/8, IC-000182.2014.17.002/0, PP-
000205.2014.17.002/9, IC-000213.2014.17.002/3, IC-
000001.2014.17.003/5, IC-000012.2014.17.003/3, IC-
000014.2014.17.003/8, IC-000050.2014.17.003/1, IC-
000094.2014.17.003/3, IC-000114.2014.17.003/0, PP-
000257.2014.17.003/6, IC-000259.2014.17.003/9, IC-
000262.2014.17.003/1, IC-000319.2014.17.003/2, PP-
000358.2014.17.003/0, IC-000381.2014.17.003/8, NF-
000127.2015.17.000/4 - PRT 18ª Região-GO - IC-
000648.2006.18.000/6, IC-000742.2007.18.000/9, IC-
000163.2009.18.000/6, IC-000258.2009.18.000/9, IC-
000895.2010.18.000/7, IC-000898.2010.18.000/6, IC-
000004.2010.18.003/4, IC-000127.2010.18.003/6, IC-
000186.2011.18.000/1, IC-000272.2011.18.000/7, IC-
000505.2011.18.000/0, IC-000882.2011.18.000/3, IC-
001000.2011.18.000/9, IC-001139.2011.18.000/4, IC-
001180.2011.18.000/7, IC-001389.2011.18.000/0, IC-
000288.2012.18.000/5, IC-000477.2012.18.000/8, IC-
000479.2012.18.000/0, IC-000617.2012.18.000/0, IC-
000712.2012.18.000/7, IC-000714.2012.18.000/0, IC-
000789.2012.18.000/2, IC-000901.2012.18.000/0, IC-
001214.2012.18.000/3, IC-001226.2012.18.000/0, IC-
001237.2012.18.000/2, IC-000075.2012.18.002/8, IC-
000179.2012.18.003/0, IC-000310.2012.18.003/6, IC-
000315.2012.18.003/8, IC-000103.2013.18.000/0, IC-
000164.2013.18.000/0, IC-000240.2013.18.000/8, IC-
000259.2013.18.000/2, IC-000289.2013.18.000/4, IC-
000388.2013.18.000/6, IC-000433.2013.18.000/6, IC-
000588.2013.18.000/2, IC-000617.2013.18.000/3, IC-
000635.2013.18.000/5, IC-000731.2013.18.000/8, IC-
000771.2013.18.000/7, IC-000818.2013.18.000/6, IC-
001023.2013.18.000/1, IC-001044.2013.18.000/0, IC-
001185.2013.18.000/8, IC-001191.2013.18.000/2, IC-
001213.2013.18.000/0, IC-001252.2013.18.000/0, IC-
000213.2013.18.002/1, IC-000224.2013.18.003/3, IC-
000252.2013.18.003/2, IC-000329.2013.18.003/3, IC-
000415.2013.18.003/9, IC-000418.2013.18.003/8, PP-
000069.2014.18.000/4, IC-000113.2014.18.000/0, IC-
000123.2014.18.000/7, IC-000213.2014.18.000/8, IC-
000297.2014.18.000/1, IC-000375.2014.18.000/2, IC-
000378.2014.18.000/1, IC-000401.2014.18.000/4, PP-
000404.2014.18.000/3, PP-000405.2014.18.000/0, IC-
000419.2014.18.000/2, IC-000530.2014.18.000/8, IC-
000655.2014.18.000/2, IC-000701.2014.18.000/9, IC-
000888.2014.18.000/0, IC-001066.2014.18.000/5, IC-
001134.2014.18.000/2, PP-001295.2014.18.000/3, IC-
001443.2014.18.000/5, IC-001543.2014.18.000/2, IC-
001567.2014.18.000/7, PP-001971.2014.18.000/0, IC-
000006.2014.18.002/7, IC-000156.2014.18.002/0, IC-
000029.2014.18.003/4, IC-000166.2014.18.003/0, IC-
000167.2014.18.003/6, IC-000188.2014.18.003/7, IC-
000231.2014.18.003/4, IC-000279.2014.18.003/4, IC-
000351.2014.18.003/7, IC-000434.2014.18.003/0, NF-
000018.2015.18.000/0 - PRT 19ª Região-AL - IC-
000196.2011.19.000/0, IC-000900.2011.19.000/1, IC-
000035.2011.19.001/2, NF-001349.2012.19.000/5, IC-
001680.2012.19.000/3, IC-000095.2013.19.000/8, IC-
000702.2013.19.000/3, IC-000717.2013.19.000/2, IC-
000924.2013.19.000/7, NF-001066.2013.19.000/1, IC-
001103.2013.19.000/4, IC-001117.2013.19.000/2, IC-
001266.2013.19.000/6, IC-001295.2013.19.000/0, NF-
001503.2013.19.000/3, IC-001507.2013.19.000/5, IC-
001639.2013.19.000/2, IC-001671.2013.19.000/4, PP-
001715.2013.19.000/5, IC-000171.2014.19.000/1, IC-
000174.2014.19.000/0, IC-000189.2014.19.000/0, IC-
000265.2014.19.000/8, IC-000318.2014.19.000/9, IC-
000359.2014.19.000/4, IC-000728.2014.19.000/9, IC-
001046.2014.19.000/0, IC-001157.2014.19.000/0, PP-
001185.2014.19.000/8, NF-001308.2014.19.000/8, NF-
001351.2014.19.000/1, IC-001431.2014.19.000/6, IC-
000043.2014.19.001/7, IC-000097.2014.19.001/7, PP-
000130.2014.19.001/4, IC-000208.2014.19.001/1 - PRT 20ª Região-SE - IC-000113.2008.20.000/1, IC-000145.2008.20.000/6, IC-
000155.2009.20.000/6, IC-000703.2009.20.000/6, IC-
000184.2010.20.000/0, IC-000176.2011.20.000/9, IC-
000300.2011.20.000/6, IC-000546.2011.20.000/0, IC-
000711.2011.20.000/2, IC-000271.2012.20.000/8, IC-
000631.2012.20.000/1, IC-000817.2012.20.000/1, IC-
000913.2012.20.000/4, IC-001028.2012.20.000/2, IC-
001142.2012.20.000/0, IC-000241.2013.20.000/9, IC-
000552.2013.20.000/7, IC-000935.2013.20.000/4, IC-
001075.2013.20.000/0, IC-001466.2013.20.000/8, IC-
001614.2013.20.000/0, IC-001683.2013.20.000/9, IC-
001833.2013.20.000/1, IC-000067.2013.20.001/5, IC-
000092.2013.20.001/3, IC-000094.2013.20.001/8, IC-
000080.2014.20.000/3, IC-000699.2014.20.000/1, PP-
000929.2014.20.000/5, PP-000937.2014.20.000/0, PP-
000939.2014.20.000/2, IC-000942.2014.20.000/5, IC-
000995.2014.20.000/0, PP-001188.2014.20.000/1, PP-
001325.2014.20.000/1, PP-001362.2014.20.000/0, NF-
001436.2014.20.000/0, PP-001784.2014.20.000/3, IC-
000065.2014.20.001/4 - PRT 21ª Região-RN - IC-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

000263.2011.21.000/1, PP-000332.2011.21.000/1, IC-000660.2011.21.000/5, PP-001007.2012.21.000/2, IC-001111.2012.21.000/3, IC-000001.2013.21.000/2, IC-000465.2013.21.000/6, IC-000473.2013.21.000/0, IC-000544.2013.21.000/3, IC-000675.2013.21.000/0, IC-000984.2013.21.000/5, IC-001136.2013.21.000/5, PP-001303.2013.21.000/4, PP-001431.2013.21.000/0, IC-000080.2014.21.000/5, IC-000234.2014.21.000/4, PP-000548.2014.21.000/1, PP-000553.2014.21.000/7, PP-000636.2014.21.000/0, IC-000691.2014.21.000/1, PP-000694.2014.21.000/0, PP-000725.2014.21.000/4, PP-000752.2014.21.000/7, PP-000900.2014.21.000/4, PP-000946.2014.21.000/1, PP-000957.2014.21.000/5, PP-000975.2014.21.000/7, PP-000993.2014.21.000/9, PP-001060.2014.21.000/6, IC-001244.2014.21.000/0, IC-000208.2014.21.001/6, IC-000233.2014.21.001/6, IC-000242.2014.21.001/7, IC-000286.2014.21.001/1, IC-000023.2014.21.002/0, PP-000069.2014.21.002/6 - PRT 22ª Região-PI - IC-001050.2013.22.000/6, IC-000250.2013.22.001/0, IC-000003.2014.22.000/6, IC-000321.2014.22.000/7, IC-000081.2014.22.001/5 - PRT 23ª Região-MT - IC-000492.2011.23.000/5, IC-000182.2011.23.003/8, IC-000706.2012.23.000/2, IC-000304.2013.23.000/0, IC-000291.2013.23.004/0, IC-000367.2013.23.004/5, IC-000119.2014.23.000/5, IC-000161.2014.23.000/0, IC-000468.2014.23.000/0, PP-000480.2014.23.000/3, IC-000586.2014.23.000/0, PP-000124.2014.23.004/3, PP-000226.2014.23.004/4, PP-000274.2014.23.004/8 - PRT 24ª Região-MS - IC-000188.2011.24.001/0, IC-000702.2012.24.000/8, IC-000061.2012.24.002/6, IC-000564.2013.24.000/0, IC-000962.2013.24.000/0, IC-000140.2013.24.002/4, IC-000030.2014.24.000/0, IC-000170.2014.24.000/2, NF-000223.2014.24.000/3, IC-000280.2014.24.000/8, PP-000460.2014.24.000/0, IC-000590.2014.24.000/0, IC-000606.2014.24.000/0, NF-000611.2014.24.000/6, NF-000662.2014.24.000/9, NF-000703.2014.24.000/0, NF-000713.2014.24.000/7, NF-000760.2014.24.000/4, IC-000053.2014.24.001/9, IC-000077.2014.24.001/4, IC-000082.2014.24.001/6, PP-000105.2014.24.001/1, IC-000143.2014.24.001/8, PP-000146.2014.24.001/7, IC-000158.2014.24.001/7, PP-000160.2014.24.001/3, PP-000161.2014.24.001/0, PP-000185.2014.24.001/0, PP-000190.2014.24.001/5, IC-000194.2014.24.001/0, IC-000199.2014.24.001/2, PP-000203.2014.24.001/7, PP-000207.2014.24.001/2, PP-000208.2014.24.001/9, PP-000211.2014.24.001/1, PP-000227.2014.24.001/7, PP-000229.2014.24.001/0, NF-000306.2014.24.001/4, NF-000023.2014.24.003/6.

Ata lavrada nesta Sessão e encaminhada a todos os Membros da CCR/MPT para leitura e aprovação, com posterior publicação no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às dezesseis horas e trinta minutos.

JÚNIA SOARES NADER
Coordenadora

VERA REGINA DELLA POZZA REIS
Membro

ADRIANA SILVEIRA MACHADO
Membro

EDELAMARE BARBOSA MELO
Membro

FÁBIO LEAL CARDOSO
Membro

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 153, DE 13 DE ABRIL DE 2015

INQUÉRITO CIVIL n.° 000422.2015.20.000/2
REPRESENTADO: SINDICVC-SINDICATO DOS TRANSPORTADORES RODOVIARIOS AUTONOMOS DE BENS DOS MUNICIPIOS DE LARANJEIRAS, RIACHUELO, MARUIM, SANTO AMARO E ROSARIO DO CATETE
TEMA(s): TEMAS: 08.01.04. - Irregularidades Administrativas e/ou Financeiras, 08.08.01. - Irregularidades na Constituição ou na Representatividade Sindical

O Ministério Público do Trabalho, por seu Procurador do Trabalho, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: TEMAS: 08.01.04. - Irregularidades Administrativas e/ou Financeiras, 08.08.01. - Irregularidades na Constituição ou na Representatividade Sindical; resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor Diego Silva Nunes para atuar como secretário;

ALEXANDRE MAGNO MORAIS B. DE ALVARENGA

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 83, DE 18 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre remoção, por permuta, de Membros do Ministério Público Militar

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 e

CONSIDERANDO as regras contidas nos artigos 124, X, principalmente no que concerne a expressão "necessidade de serviço", 124, X, "a", 210, parágrafo único, 213 e 217, todos contidos na Lei Complementar nº 75, acima mencionada;

CONSIDERANDO que a permuta em referência quando um dos requerentes se encontra na iminência de deixar o cargo em virtude de promoção, aposentadoria ou exoneração, bem como em qualquer outra hipótese, possa ferir o interesse público contido na necessidade de serviço, gerando prejuízo não só a Administração como a eventuais interessados, ferindo direito certo da competição em igualdade de condições;

CONSIDERANDO, finalmente, os princípios da antiguidade, da moralidade, da legalidade, da imparcialidade, da paridade e das normas que regem a remoção a pedido singular; resolve:

Art. 1º A remoção dos ofícios do Ministério Público Militar, por permuta, prevista no art. 210, parágrafo único, da Lei Complementar nº 75/93, deve ser entre ocupantes de cargos da mesma classe.

Art. 2º Os pedidos de remoção deverão ser feitos conjuntamente e dirigidos ao Procurador-Geral em requerimentos fundamentados, com indicação da conveniência da remoção e comprovação de os interessados estarem em dia com seus respectivos deveres funcionais, devendo, ainda, indicar os ofícios a serem permutados.

Art. 3º Não será deferida a permuta quando um dos requerentes estiver na iminência de se afastar de suas funções em virtude de aposentadoria compulsória, promoção ou exoneração, quando estiver lotado há menos de 1 (um) ano na respectiva Procuradoria de Justiça Militar, bem como quando, por motivo de substituições de longa duração ou afastamento para ocupar função no Conselho Nacional do Ministério Público ou Conselho Nacional de Justiça ou qualquer outra função na Administração Pública, não for assumir o ofício permutado, salvo se não houver Membro com interesse no Ofício.

§ 1º Uma vez recebidos os requerimentos de remoção por permuta, todos os Procuradores de Justiça Militar e Promotores de Justiça Militar, dentre aqueles pertencentes às categorias envolvidas na permuta, serão intimados, por meio do sítio eletrônico do MPM, no prazo de quinze dias, para exercer fundamentadamente direito à impugnação, ou manifestarem o desejo de concorrerem a remoção para permuta.

§ 2º O pedido de impugnação deverá ser endereçado oficialmente ao Procurador-Geral de Justiça Militar, que intimará os Membros que tenham requerido a remoção por permuta, para, querendo, sobre ele se manifestar pelo mesmo prazo.

§ 3º O recurso será dirigido ao Procurador-Geral de Justiça Militar, que decidirá nos termos do art. 124, X, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, no prazo de quinze dias.

§ 4º A manifestação quanto ao desejo de concorrer à remoção por permuta, objeto de análise, deverá ser procedida por aqueles Ofícios que integrarem as localidades, Procuradorias, cujo requerimento por permuta foi manifestado, devendo ser respeitado, como requisito, o critério de antiguidade.

Art. 4º Deferida a remoção por permuta, os interessados não poderão, antes do decurso de um ano na nova lotação, pleitear nova permuta ou remoção, exceto em casos de reversão.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar
Presidente do Conselho

MÁRIO SÉRGIO MARQUES SOARES
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Conselheiro

CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA PEREIRA
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Conselheiro

ROBERTO COUTINHO
Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar
Conselheiro-Relator

PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Conselheiro

ALEXANDRE CONCESI
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Conselheiro

ARILMA CUNHA DA SILVA
Subprocuradora-Geral da Justiça Militar
Conselheira

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JUNIOR
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Conselheiro

MARIA DE NAZARÉ GUIMARÃES DE MORAES
Subprocuradora-Geral da Justiça Militar
Conselheira

GIOVANNI RATTACASO
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Conselheiro

CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 5, DE 13 DE ABRIL DE 2015

A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 137 c/c o artigo 139, I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no artigo 4º, inciso I, da Resolução nº 22/CSMPM, de 29 de novembro de 1996, e o Plano de Correições Ordinárias - 2015, resolve:

I - Determinar a alteração do período de realização da Correição Ordinária na Procuradoria da Justiça Militar em Porto Alegre/RS, fixando-o de 5 a 8 de maio de 2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HERMINIA CELIA RAYMUNDO

PORTARIA Nº 6, DE 14 DE ABRIL DE 2015

A CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 137 c/c o artigo 139, I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e no artigo 4º, inciso I, da Resolução nº 22/CSMPM, de 29 de novembro de 1996, e o Plano de Correições Ordinárias - 2015, resolve:

I - Determinar a alteração do período de realização da Correição Ordinária na Procuradoria da Justiça Militar em Manaus/AM, fixando-o de 26 a 29 de maio de 2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HERMINIA CELIA RAYMUNDO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA Nº 435, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

ICP n.º 08190.049714/15-05

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Segunda Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei nº 8.078/90);

Considerando que Lei Federal nº 8.078/80, em seu . 6º, IV, dispõe que é direito básico do consumidor a proteção contra métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas impostas no fornecimento de produtos e serviços;

Considerando a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, VI, do CDC);

Considerando chegou ao conhecimento do Ministério Público, por intermédio de representação, que a o Colégio Olimpo Ltda. vem inserindo em seu contrato de adesão cláusulas consideradas abusivas ,em infringência aos termos do art. 51, inciso IV, do Código de Defesa do Consumidor

Considerando a cláusula referente à rescisão contratual prevê o pagamento do valor de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, a título de multa por rescisão contratual; resolve:

com suporte nas Leis Federais nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93,instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto determina-se:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1) encaminhe-se ao Setor de Análise Processual para verificação de eventuais cláusulas abusivas constantes do contrato de adesão;

2) comunique-se a E. Câmara de Coordenação e Revisão Cível Especializada;

3) Publique-se

Após, conclusos.

CÍNTIA COSTA DA SILVA
Promotora de Justiça Adjunta

PORTARIA Nº 436, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

ICP n.º 08190.049715/15-60

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Segunda Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei nº 8.078/90);

Considerando que Lei Federal nº 8.078/80, em seu . 6º, IV, dispõe que é direito básico do consumidor a proteção contra métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas impostas no fornecimento de produtos e serviços;

Considerando a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, VI, do CDC);

Considerando chegou ao conhecimento do Ministério Público, por intermédio de representação, que a empresa DGM Assistência Técnica, autorizada técnica da marca Delonghi, estaria efetuando a cobrança de uma taxa, no valor de R$ 100,00 (cem reais), referente a realização de orçamento para verificação de possíveis defeitos dos produtos;

Considerando que a cobrança ao consumidor pela elaboração do orçamento para realização de serviços e consertos de assistência técnica somente é permitida; se informada ao consumidor de maneira clara, precisa e de forma antecipada, exceto se o produto estiver dentro do prazo da garantia legal (90 dias), ou no caso de garantia contratual (concedida pelo fabricante); se tal condição estiver estipulada no certificado de garantia.

Considerando que cobrança pela confecção de orçamento sem que o consumidor tenha sido informado previamente é abusiva, de acordo com o artigo 6 ? , III, e o 46 do Código de Defesa do Consumidor resolve:

com suporte nas Leis Federais nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto determina-se:

1. Autue-se e registre-se esta Portaria;

2. Encaminhe-se cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. Comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;

Após cumpridas as providências acima, voltem os autos conclusos.

CÍNTIA COSTA DA SILVA
Promotora de Justiça Adjunta

PORTARIA Nº 459, DE 23 DE MARÇO DE 2015

ICP n.º 08190.049613/15-90

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Segunda Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei nº 8.078/90);

Considerando que Lei Federal nº 8.078/80, em seu . 6º, IV, dispõe que é direito básico do consumidor a proteção contra métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas impostas no fornecimento de produtos e serviços;

Considerando a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, VI, do CDC);

Considerando chegou ao conhecimento do Ministério Público, por intermédio de expediente encaminhado pelo Ministério Público Federal no DF, que o Instituto Técnico Educacional Madre Teresa estaria efetuando a cobrança de taxa para a realização de provas de segunda chamada dos integrantes do seu corpo discente, inclusive para aqueles que se ausentaram em razão de força maior ou enfermidade;

Considerando o esgotamento do prazo para o trâmite do procedimento preparatório, havendo ainda investigações pendentes a serem diligenciadas, resolve:

com suporte nas Leis Federais nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto determina-se:

2) comunique-se a E. Câmara de Coordenação e Revisão Cível Especializada;

3) Publique-se

Após, conclusos.

CÍNTIA COSTA DA SILVA
Promotora de Justiça Adjunta

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 46, DE 15 DE ABRIL DE 2015

A Promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.019400/15-70, que tem como interessados: Secretaria de Estado de Modernização e Tecnologia e Victor Bandeira Macedo, para apurar suposta irregularidade no exercício de cargo público.

JULIANA FERRAZ DA ROCHA SANTILLI

PORTARIA Nº 47, DE 15 DE ABRIL DE 2015

A Promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.019403/15-68, que tem como interessado: Banco Regional de Brasília (BRB), para apurar suposta irregularidade envolvendo a nomeação de Dario Oswaldo Garcia Junior para o cargo de Diretor de Crédito no BRB.

JULIANA FERRAZ DA ROCHA SANTILLI

PORTARIA Nº 49, DE 15 DE ABRIL DE 2015

A Promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.019401/15-32, que tem como interessado: Central de Abastecimento do DF (CEASA/DF), para apurar suposta criação ilegal de "empregos comissionados" na Central de Abastecimento do DF.

JULIANA FERRAZ DA ROCHA SANTILLI

PORTARIA Nº 112, DE 14 DE ABRIL DE 2015

A Promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.019402/15-03, que tem como interessado: Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do DF, para apurar suposta irregularidade no funcionamento e na lotação dos servidores arquitetos, que estaria ocorrendo noa Central de Aprovação de Projetos do DF, órgão da Secretaria de Gestão do Território e Habitação do DF.

JULIANA FERRAZ DA ROCHA SANTILLI

PORTARIA Nº 113, DE 15 DE ABRIL DE 2015

A Promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.019404/15-21, que tem como interessado: TERRACAP, para apurar suposta ausência injustificada de servidores da Terracap.

JULIANA FERRAZ DA ROCHA SANTILLI

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 85, DE 10 DE ABRIL DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXVII do artigo 147 da Resolução nº 20/1971,

Considerando que a empresa TSK Comércio em Geral Ltda. - ME, com domicílio profissional na Avenida Giovani Piassi, n. 645, Bairro Boa Fé, Castelo - ES, inscrita no CNPJ sob o n. 20.620.960/0001-61, não forneceu os materiais que são objeto da Nota de Empenho n. 2014NE000321, conforme demonstrado nos Autos do Processo nº 109.226/2014, resolve:

Aplicar à empresa TSK Comércio em Geral Ltda. - ME a sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com a União, com descredenciamento do SICAF, pelo período de 06 (seis) meses, com fundamento no item n. 4 do Anexo n. 3 ao Edital de Pregão Eletrônico n. 173/2014 e nos arts. 28 do Decreto n. 5.450/2005 e 7° da Lei n. 10.520/2002.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ACORDÃOS(*)

PROCESSO: 5003544-36.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA SALETE VIEIRA NEVES
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELA UNIÃO. TRIBUTÁRIO. VERBAS RECEBIDAS EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. DIFERENÇAS DE REAJUSTE SALARIAL. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE JUROS MORATÓRIOS. CARÁTER REMUNERATÓRIO DAS VERBAS RECEBIDAS. NOVA ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RESP N. 1.089.720/RS. CONTEXTO RESCISÓRIO NÃO CONFIGURADO. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA DEVIDA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.

1. Decido com fundamento no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, considerando que, na sessão que se realizou em 11 de março último, esta TNU firmou entendimento sobre a matéria.

2. A questão foi objeto de extensa discussão e análise por esta TNU, que na sessão de 11.03.2015 fixou posicionamento a respeito do tema, conforme julgamento nos processos 5006124-39.2013.4.04.7200 e 5007972-61.2013.4.04.7200, de relatoria do Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ, como segue:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO PAGAMENTO DE VERBAS EMINENTEMENTE REMUNERATÓRIAS. AÇÃO TABALHISTA QUE TRATA DE INCORPORAÇÃO DE PLANOS ECONÔMICOS. DEMANDA COLETIVA QUE NÃO TRATA DA EXTINÇÃO DE CONTRATO DE EMPREGO. CABIMENTO DA EXAÇÃO TRIBUTÁRIA. ALINHAMENTO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela União em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina que, em sede de adequação, reconheceu a isenção do IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o crédito pago em ação trabalhista, sob o fundamento de que os valores se referem à verba recisória de relação de trabalho.

2. O recorrente aduz que os valores em comento dizem respeito à verba eminentemente remuneratória (salário e/ou diferenças reflexas), apontando como paradigma da divergência decisão oriunda do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que os juros moratórios, como acessórios, devem ter a mesma sorte da verba principal. Assim, incidindo imposto de renda sobre verbas de caráter remuneratório, o mesmo tributo deve incidir sobre os juros de mora respectivos, exceto quando se tratar de verbas recebidas em ação trabalhista em razão da perda do emprego (REsp 1.227.133/RS e o REsp 1.089.720/RS).

3. O acórdão ora recorrido julgou procedente o reconhecimento da referida isenção, sob os seguintes termos:

(...) Assim, adotando-se o entendimento fixado no REsp n. 1.089.720/RS, a regra é a incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora, ressalvados os casos em que a verba principal for isenta ou estiver fora do campo de incidência do tributo, ou quando no contexto da rescisão de contrato de trabalho (...)

No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento do reajuste de 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

4. Com efeito, no julgamento do representativo da controvérsia - PEDILEF 5000554-76.2012.4.04.7113 - foi firmado, com base na teste esposada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.089.720/RS, o entendimento de que há incidência do IR sobre os juros de mora, no caso de pagamento de verbas recebidas judicial e administrativamente, inclusive em reclamações trabalhistas, quando presente o caráter remuneratório das verbas concedidas - o acessório segue o principal.

4.1 Ao revés, foram reconhecidas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada (aqui o acessório segue o principal)". No mesmo sentido o AgRg no REsp 1436720/PR, DJ 02/05/2014 e AgRg no AREsp 337.837/RS, 27/08/2013.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4.2 Dessa sorte, cuidando-se de verbas recebidas em ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias, para que haja a referida isenção.

4.3 Da análise do acórdão vergastado, depreende-se claramente que as verbas recebidas pela parte autora não se enquadram nas referidas exceções. E explico.

4.4 Em que pese o entendimento de que a alteração do regime jurídico de trabalho do celetista para o estatutário implica em extinção do contrato de trabalho, não foi o que ocorreu na apresente situação.

4.5 No caso me exame, as verbas restringem-se ao pagamento de incorporações de reajustes e diferenças salariais - reajuste 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

4.6 Destarte, a situação em exame, cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial. De fato, o acórdão recorrido predica explicitamente que a demanda trabalhista, de onde surgiu as verbas ora discutidas, não tratou da rescisão do contrato de emprego, de maneira a recair na regra geral estabelecida pelo STJ, o que justifica a exação.

5. Por essas razões, conheço e dou provimento ao Incidente de Uniformização para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame, ressalvado o regime de competência".

3. Pedido de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para, diante do caráter remuneratório das verbas recebidas na reclamação trabalhista em comento, JUGAR IMPROCEDENTE o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF sobre os juros moratórios decorrentes das verbas impugnadas, pois a tributação do acessório deve ter o mesmo tratamento da verba principal, observando-se o regime de competência.

Brasília-DF, 23 de março de 2015.
ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

(*) Republicado por ter saído no DOU de 13-4-2015, Seção 1, página 252, com incorreção no original.

ACORDÃOS

PROCESSO: 5010090-86.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): NANCI MELGAREJO ANTUNES
PROC./ADV.: GUILHERME VALENTINI
OAB: RS-54207
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA UNIÃO. ACÓRDÃO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM 13. SERVIDOR MILITAR. PENSIONISTA. MARGEM CONSIGNÁVEL PARA FINS DE EMPRESTIMO FINANCEIRO. PATAMAR DE 70% (SETENTA POR CENTO). AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos declaratórios apresentados pela União, com fulcro no art. 535 do CPC, em face de decisão monocrática que não conheceu do seu pedido de uniformização, com fundamento na Questão de Ordem n. 13 desta TNU. Decido com fundamento no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, e de acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 1073184:

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 537, 557 E 535 DO

CPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE - AGRAVO

REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE

PRECEDENTES.

"1. Insurge a Fazenda Nacional contra acórdão que ratificou decisão que apreciou monocraticamente os embargos de declaração e negou provimento ao agravo interno. Fundamenta sua irresignação na infringência dos artigos 537, 557 e 535 do Código de Processo Civil. 2. Eventual nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental. Precedente: REsp 824.406/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, em 18.5.2006.

3. Esta Corte entende que não há violação do art. 537 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração opostos contra acórdão se há o manejo de agravo regimental que, ao ser apreciado, ratifica a decisão monocrática. Precedentes: REsp 787.460/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 6.6.2007 e REsp 753.805/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJ4.6.2007. Agravo regimental improvido. (DJe 05/03/2009, Ministro Humberto Martins)".

2. Também nesse sentido, REsp 940859:

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - DÍVIDA DE PEQUENO VALOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. Não há violação do art. 557 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração, opostos contra acórdão, se há o manejo de agravo regimental que, em última ratio, encampa a decisão monocrática. (REsp 741784/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJ de 05.09.2005, p. 432). 2. Recurso especial não provido. (DJ 21/11/2007, Ministra Eliana Calmon).

3. A embargante alega vício no julgado, ao argumento de que "a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça esposa entendimento diametralmente oposto àquele defendido pela parte adversa e adotado pela eg. Turma Recursal do Estado do Rio Grande de Sul e pela eg. Turma Nacional de Uniformização". Afirma, também, que a premissa adotada por esta TNU "passou ao largo da sólida jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, reclamando seja sanado o vício da omissão a fim de adequar o posicionamento da eg. TNU".

4. Nos termos do artigo 48, da lei nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, "Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida".

5. No caso em tela, não verifico nenhuma destas hipóteses legais, havendo apenas inconformismo da parte autora com a decisão impugnada. Divergência de entendimento não implica nenhum dos vícios acima apontados.

6. Os embargos não constituem via adequada para expressar inconformismo com questões já analisadas e decididas pelo julgador, o que configura o desvirtuamento da função jurídico-processual do instituto. Nesse sentido, julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"(...) 1. A pretexto de sanar omissão ou erro de fato, repisa o embargante questões exaustivamente analisadas pelo acórdão recorrido. 2. Mero inconformismo diante das conclusões do julgado, contrárias às teses do embargante, não autoriza a reapreciação da matéria nesta fase recursal. 3. Embargos rejeitados por inexistir omissão a ser suprida além do cunho infringente de que se revestem". (ADI-ED 2666 / DF, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 10-11-2006, PP-00049).

7. Por fim, o Supremo Tribunal Federal, prestigiando sua Súmula n. 356, firmou posição no sentido de considerar prequestionada a matéria constitucional objeto do recurso extraordinário pela mera oposição de embargos declaratórios, ainda que o juízo a quo se recuse a suprir a omissão. (v. REsp 383.492-MA, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 17/12/2002, in Informativo n. 0159 Período: 16 a 19 de dezembro de 2002).

8. Ausente vício de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida na decisão impugnada, REJEITO os presentes embargos.

Brasília-DF, 7 de abril de 2015.
ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5000412-13.2014.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): IVONE NOGUEIRA VIGNOLI
PROC./ADV.: ANA PAULA MEDINA KONZEN
OAB: RS-55671
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA UNIÃO. ACÓRDÃO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM 13. SERVIDOR MILITAR. PENSIONISTA. MARGEM CONSIGNÁVEL PARA FINS DE EMPRESTIMO FINANCEIRO. PATAMAR DE 70% (SETENTA POR CENTO). AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos declaratórios apresentados pela União, com fulcro no art. 535 do CPC, em face de decisão monocrática que não conheceu do seu pedido de uniformização, com fundamento na Questão de Ordem n. 13 desta TNU. Decido com fundamento no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, e de acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 1073184:

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 537, 557 E 535 DO

CPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE - AGRAVO

REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE

PRECEDENTES.

"1. Insurge a Fazenda Nacional contra acórdão que ratificou decisão que apreciou monocraticamente os embargos de declaração e negou provimento ao agravo interno. Fundamenta sua irresignação na infringência dos artigos 537, 557 e 535 do Código de Processo Civil. 2. Eventual nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental. Precedente: REsp 824.406/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, em 18.5.2006.

3. Esta Corte entende que não há violação do art. 537 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração opostos contra acórdão se há o manejo de agravo regimental que, ao ser apreciado, ratifica a decisão monocrática. Precedentes: REsp 787.460/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 6.6.2007 e REsp 753.805/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJ4.6.2007. Agravo regimental improvido. (DJe 05/03/2009, Ministro Humberto Martins)".

2. Também nesse sentido, REsp 940859:

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - DÍVIDA DE PEQUENO VALOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. Não há violação do art. 557 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração, opostos contra acórdão, se há o manejo de agravo regimental que, em última ratio, encampa a decisão monocrática. (REsp 741784/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJ de 05.09.2005, p. 432). 2. Recurso especial não provido. (DJ 21/11/2007, Ministra Eliana Calmon).

3. A embargante alega vício no julgado, ao argumento de que "a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça esposa entendimento diametralmente oposto àquele defendido pela parte adversa e adotado pela eg. Turma Recursal do Estado do Rio Grande de Sul e pela eg. Turma Nacional de Uniformização". Afirma, também, que a premissa adotada por esta TNU "passou ao largo da sólida jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, reclamando seja sanado o vício da omissão a fim de adequar o posicionamento da eg. TNU".

4. Nos termos do artigo 48, da lei nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, "Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida".

5. No caso em tela, não verifico nenhuma destas hipóteses legais, havendo apenas inconformismo da parte autora com a decisão impugnada. Divergência de entendimento não implica nenhum dos vícios acima apontados.

6. Os embargos não constituem via adequada para expressar inconformismo com questões já analisadas e decididas pelo julgador, o que configura o desvirtuamento da função jurídico-processual do instituto. Nesse sentido, julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"(...) 1. A pretexto de sanar omissão ou erro de fato, repisa o embargante questões exaustivamente analisadas pelo acórdão recorrido. 2. Mero inconformismo diante das conclusões do julgado, contrárias às teses do embargante, não autoriza a reapreciação da matéria nesta fase recursal. 3. Embargos rejeitados por inexistir omissão a ser suprida além do cunho infringente de que se revestem". (ADI-ED 2666 / DF, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 10-11-2006, PP-00049).

7. Por fim, o Supremo Tribunal Federal, prestigiando sua Súmula n. 356, firmou posição no sentido de considerar prequestionada a matéria constitucional objeto do recurso extraordinário pela mera oposição de embargos declaratórios, ainda que o juízo a quo se recuse a suprir a omissão. (v. REsp 383.492-MA, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 17/12/2002, in Informativo n. 0159 Período: 16 a 19 de dezembro de 2002).

8. Ausente vício de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida na decisão impugnada, REJEITO os presentes embargos.

Brasília-DF, 7 de abril de 2015.
ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5033545-13.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CEZAR AUGUSTO ALDABE
PROC./ADV.: FÁBIO STEFANI
OAB: RS-46571
PROC./ADV.: PRISCILA ZAMBERLAN
OAB: RS-75 260
PROC./ADV.: LISIANE S. DA SILVA
OAB: RS-81 419
PROC./ADV.: LARISSA F. M. LONGO
OAB: RS-57 388
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE DA APOSENTADORIA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado pela Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que concedeu a ordem em mandamus, assentando o entendimento de que a gratificação é devida pelo seu valor integral aos servidores aposentados, independentemente de a aposentadoria ter sido concedida de forma proporcional.

2. O incidente foi admitido na origem.

3. A União alega, em seu pleito, que a proporcionalidade da aposentadoria também deve ser observada para o cálculo da gra-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tificação de desempenho. Aponta como paradigmas julgados da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo (processo n.º 0018718-57.2008.4.03.6301) e da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará (feito n.º 0517120- 84.2011.4.05.8100).

4. Considero que os paradigmas prestam-se para o conhecimento do pedido de uniformização.

5. Quanto ao mérito, entendia eu, com espeque na jurisprudência da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, que, mesmo para aposentados de forma proporcional, o pagamento das diferenças alusivas às gratificações de desempenho deveria ser feito de forma integral (5032627-72.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Osório Ávila Neto, juntado aos autos em 16/12/2014; 5031211-69.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 10/12/2014; 5032631-12.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Fernando Zandoná, juntado aos autos em 14/10/2014; 5031099-03.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Fernando Zandoná, juntado aos autos em 14/10/2014; IUJEF 0026731-22.2010.404.7150, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Giovani Bigolin, D.E. 21/10/2014; 5002398-70.2012.404.7110, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relatora p/ Acórdão Maria Lucia Germano Titton, juntado aos autos em 25/06/2013; 5002444-59.2012.404.7110, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator André Luís Medeiros Jung, juntado aos autos em 07/12/2012; 5014890-27.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 27/09/2012; 5006647-94.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Joane Unfer Calderaro, juntado aos autos em 27/09/2012; 5001940-59.2012.404.7108, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Claudio Gonsales Valerio, juntado aos autos em 27/09/2012; 5002077-41.2012.404.7108, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Joane Unfer Calderaro, juntado aos autos em 27/07/2012; e 5006606-30.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 28/05/2012).

Entretanto, recentemente, esta TNU uniformizou jurisprudência em sentido contrário ao que eu adotava:

ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA UNIÃO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE DA APOSENTADORIA. RE Nº 400344/CE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual concedeu ordem em Mandado de Segurança para declarar o direito à parte autora, servidora inativa, de percepção da gratificação de Desempenho no valor integral em sua aposentadoria proporcional. 2. Inconformada, a União interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento 4ª Turma Recursal de São Paulo (autos nº 0018718-57.2008.4.03.6301) e da 1ª Turma Recursal do Ceará (autos nº 0157120-84.2011.4.05.8100), segundo as quais o cálculo do valor da gratificaçãode Desempenho deve observar a proporcionalidade da aposentadoria. 3. Incidente admitido na origem, uma vez os autos encaminhados à TNU foram distribuídos a este Relator. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Comprovada a divergência jurisprudencial, conheço do incidente e passo ao exame do mérito. 6. Dispõe a alínea "b", do inciso III, do §1º, do art. 40, da Constituição Federal, que a proporcionalidade da aposentadoria deve incidir sobre o total da remuneração do servidor. A esse respeito, o seguinte julgado do E. STF: "EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. APOSENTADORIA PROPORCIONAL PREVISTA ALÍNEA "C" DO INCISO III DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA, REDAÇÃO ANTERIOR À EC 20/98. PROVENTOS PROPORCIONAIS. BASE DE CÁLCULO DA PROPORCIONALIDADE - VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA, PELO ENTE FEDERADO, DAS NORMAS DE APOSENTADORIA CONSTANTES DO MAGNO TEXTO. PRECEDENTES. A proporcionalidade da aposentadoria prevista na alínea "c" do inciso III do art. 40 da carta de outubro, com a redação anterior à EC 20/98, deve incidir sobre o total da remuneração do servidor, e não apenas sobre o vencimento básico do cargo. Este é o sentido da expressão "proventos proporcionais" (no plural), lançada no dispositivo. É assente nesta colenda Corte o entendimento de que as regras estaduais de concessão de aposentadoria devem pautar-se pelos critérios estabelecidos no art. 40 da Lei das Leis. Precedentes: ADIs 101, 369 e 755. Recurso provido". (STF - RE: 400344 CE , Relator: Min. CARLOS BRITTO, Data de Julgamento: 15/02/2005, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 09-09-2005 PP-00046 EMENT VOL-02204-03 PP-00494 RTJ VOL-00195-02 PP-00686 RMP n. 28, 2008, p. 375-380) 7. Desse modo, sendo, a remuneração, o vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes instituídas por lei, impõe-se que estas vantagens, nas quais incluem as gratificações de desempenho, sofram a incidência da proporção do tempo de serviço do servidor público. 8. Nesse sentido, os seguintes julgados do C. STJ: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATIFICAÇÕES GESS E GDAS. PROPORCIONALIZAÇÃO POR ATO DO TCU AOS INATIVOS/PENSIONISTAS QUE SE APOSENTARAM PROPORCIONALMENTE AO TEMPO DE SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA, DIREITO ADQUIRIDO E SEGURANÇA JURÍDICA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 16, 17-A E 18 DA LEI 10.855/2004. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO CAPAZ DE ALTERAR OS FUNDAMENTOS DO VOTO CONDUTOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 1. In casu, o Tribunal de Contas da União, dentro de sua competência, ao analisar os registros de aposentadorias de alguns servidores inativos, constatou que alguns deles estavam recebendo os valores da gratificação de desempenho de atividade do seguro social (GDASS) e da gratificação específica do seguro social e do trabalho (GESS) de forma integral. Diante disso, prolatou acórdãos nºs 2.030/2007 e 2.768/2007, determinando que o pagamento das verbas de forma condizente com a proporcionalidade dos proventos ao tempo de serviço. 2. No que se refere à alínea "a", III, 105, da CF, ou seja, quanto aos arts. 16 e 17 da Lei 10.855/2004, o recorrente não fundamenta de modo particularizado as supostas violações ao dispositivo que enumera, limitando-se a citá-los genericamente. Não há precisa explanação sobre as apontadas ofensas. Incide, na espécie, a Súmula 284/STF. Sob essa ótica, verifica-se também que os dispositivos trazidos não têm o condão de acarretar a nulidade do acórdão recorrido, considerando que a lei não disciplina a forma de aplicação aos aposentados/pensionistas que recebem proventos proporcionais ao tempo de serviço. 3. Agravo regimental não provido." (STJ.AGRESP 1216478. Órgão Julgador: Primeira Turma. Relator: Ministro Benedito Gonçalves. DJE: 04/03/2013). "PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA (GED). APOSENTADORIA PROPORCIONAL. EXCESSO DE EXECUÇÃO. ART. 5º DA LEI 9.678/1998. NORMA SEM COMANDO PARA INFIRMAR FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULA 284/STF. 1. A origem da controvérsia reside no acolhimento dos Embargos à Execução de Sentença, ajuizados pela ora recorrida, em que foi reconhecido excesso de execução sob o fundamento de que, embora beneficiários da aposentadoria proporcional, os recorrentes apresentaram memória de cálculos indicando como integrante do crédito o valor integral da Gratificação de Estímulo à Docência - GED percebido em atividade. 2. A norma supostamente violada (art. 5º da Lei 9.678/1998) estabelece como se dá o cálculo da parcela da Gratificação de Estímulo à Docência - GED que será incluída no benefício previdenciário em favor do aposentado ou pensionista, afirmando que sua apuração será feita "a partir da média aritmética dos pontos utilizados para fins de pagamento da gratificação durante os últimos vinte e quatro meses em que a percebeu", ou, em caso de impossibilidade, pelo valor de 115 pontos. 3. O Tribunal a quo consignou que o disposto na Lei 9.678/1998 não disciplina a res in judicium deducta, mas sim o art. 40 da CF/1988 (na redação anterior à Emenda Constitucional 20/1998) e os arts. 40, 41 e 186 da Lei 8.112/1990. Concluiu que a legislação federal e constitucional preveem que a aposentadoria tem por base o termo "proventos", correspondente à soma do vencimento (retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público, com valor fixado em lei) e das vantagens pecuniárias permanentes instituída por lei. 4. É importante atentar para o fato de que o cálculo do benefício previdenciário é definido por uma equação na qual os componentes são a base de cálculo e a aplicação de percentual concernente à integralidade ou proporcionalidade da aposentadoria. É justamente em relação à alíquota, normalmente definida no padrão "percentual", que se diferencia a aposentadoria ou pensão integral da proporcional. 5. O que o Tribunal local firmou, portanto, é que a GED, por integrar a remuneração dos recorrentes (e, desse modo, a base de cálculo sobre a qual recairá a alíquota), está sujeita à incidência do coeficiente de proporcionalidade. 6. Conclui-se que são inconfundíveis o argumento dos agravantes (identificação do montante da GED) e a matéria decidida (sujeição do GED ao cálculo proporcional da aposentadoria devida). 7. As razões recursais encontram-se divorciadas do thema decidendum. O art. 5º da Lei 9.678/1998 não possui comando para infirmar os fundamentos do decisum impugnado, tampouco para sustentar a tese construída pelo recorrente. Súmula 284/STF. Nessa linha: AgRg no AgRg no REsp 1.339.842/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 22/8/2013. 8. Agravo Regimental não provido." (STJ. AGRESP 1392757. Órgão Julgador: Segunda Turma. Relator: Herman Benjamin. DJE: 04/10/2013). 9. Oportuno mencionar, ainda, que o Tribunal de Contas da União, conforme Súmula nº 266/2011, decidiu que as únicas parcelas que integram os proventos e que são isentas de proporcionalização, no caso de aposentadoria proporcional, são a gratificação Adicional por Tempo de Serviço, a Vantagem Pessoal dos 'Quintos' e a Vantagem consignada no art. 193 da Lei nº 8.112/1990. 10. Por todo o exposto, entendo que a gratificação de desempenho do servidor inativo na forma proporcional deve ser paga proporcionalmente. 11. Incidente conhecido e provido para afirmar a tese no sentido de que a gratificação de Desempenho em tela deve ser paga proporcionalmente ao servidor inativo aposentado na forma proporcional. Retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação." (PEDILEF nº 5001115-71.2014.4.04.7100, Relator Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzáles, DJ 11/02/2015) (grifei)

6. Desse modo, tenho que o incidente nacional de uniformização formulado pela União deve ser conhecido e provido, para que seja adotado o entendimento uniformizado por esta TNU, no sentido de que ao servidor inativo aposentado de forma proporcional deve ser paga proporcionalmente a gratificação de desempenho.

Os autos devem ser encaminhados à Turma de Origem para adequação do julgado ao entendimento uniformizado, nos termos do art. 8º, X e parágrafo único, da Resolução n.º 022/2008 do Conselho da Justiça Federal e da Questão de Ordem n.º 001 desta TNU.

Brasília, 25 de março de 2015.
DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5058012-90.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOÃO BRILHANTE PAIVA
PROC./ADV.: CLÁUDIA FREIBERG
OAB: RS-55832
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE DA APOSENTADORIA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado pela Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que deu provimento ao recurso da parte autora, assentando o entendimento de que a gratificação é devida pelo seu valor integral aos servidores aposentados, independentemente de a aposentadoria ter sido concedida de forma proporcional.

2. O incidente foi admitido na origem.

3. A União alega, em seu pleito, que a proporcionalidade da aposentadoria também deve ser observada para o cálculo da gratificação de desempenho. Aponta como paradigmas julgados da Quarta Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo (processo n.º 0018718-57.2008.4.03.6301) e da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará (feito n.º 0517120-84.2011.4.05.8100).

4. Considero que os paradigmas prestam-se para o conhecimento do pedido de uniformização.

5. Quanto ao mérito, entendia eu, com espeque na jurisprudência da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, que, mesmo para aposentados de forma proporcional, o pagamento das diferenças alusivas às gratificações de desempenho deveria ser feito de forma integral (5032627-72.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Osório Ávila Neto, juntado aos autos em 16/12/2014; 5031211-69.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 10/12/2014; 5032631-12.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Fernando Zandoná, juntado aos autos em 14/10/2014; 5031099-03.2014.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Fernando Zandoná, juntado aos autos em 14/10/2014; IUJEF 0026731-22.2010.404.7150, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Giovani Bigolin, D.E. 21/10/2014; 5002398-70.2012.404.7110, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relatora p/ Acórdão Maria Lucia Germano Titton, juntado aos autos em 25/06/2013; 5002444-59.2012.404.7110, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator André Luís Medeiros Jung, juntado aos autos em 07/12/2012; 5014890-27.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 27/09/2012; 5006647-94.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Joane Unfer Calderaro, juntado aos autos em 27/09/2012; 5001940-59.2012.404.7108, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Claudio Gonsales Valerio, juntado aos autos em 27/09/2012; 5002077-41.2012.404.7108, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Joane Unfer Calderaro, juntado aos autos em 27/07/2012; e 5006606-30.2012.404.7100, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Leonardo Castanho Mendes, juntado aos autos em 28/05/2012).

Entretanto, recentemente, esta TNU uniformizou jurisprudência em sentido contrário ao que eu adotava:

ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA UNIÃO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE DA APOSENTADORIA. RE Nº 400344/CE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual concedeu ordem em Mandado de Segurança para declarar o direito à parte autora, servidora inativa, de percepção da gratificação de Desempenho no valor integral em sua aposentadoria proporcional. 2. Inconformada, a União interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento 4ª Turma Recursal de São Paulo (autos nº 0018718-57.2008.4.03.6301) e da 1ª Turma Recursal do Ceará (autos nº 0157120-84.2011.4.05.8100), segundo as quais o cálculo do valor da gratificaçãode Desempenho deve observar a proporcionalidade da aposentadoria. 3. Incidente admitido na origem, uma vez os autos encaminhados à TNU foram distribuídos a este Relator. 4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 5. Comprovada a divergência jurisprudencial, conheço do incidente e passo ao exame do mérito. 6. Dispõe a alínea "b", do inciso III, do §1º, do art. 40, da Constituição Federal, que a proporcionalidade da aposentadoria deve incidir sobre o total da remuneração do servidor. A esse respeito, o seguinte julgado do E. STF: "EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

APOSENTADORIA PROPORCIONAL PREVISTA ALÍNEA "C" DO INCISO III DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA, REDAÇÃO ANTERIOR À EC 20/98. PROVENTOS PROPORCIONAIS. BASE DE CÁLCULO DA PROPORCIONALIDADE - VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA, PELO ENTE FEDERADO, DAS NORMAS DE APOSENTADORIA CONSTANTES DO MAGNO TEXTO. PRECEDENTES. A proporcionalidade da aposentadoria prevista na alínea "c" do inciso III do art. 40 da carta de outubro, com a redação anterior à EC 20/98, deve incidir sobre o total da remuneração do servidor, e não apenas sobre o vencimento básico do cargo. Este é o sentido da expressão "proventos proporcionais" (no plural), lançada no dispositivo. É assente nesta colenda Corte o entendimento de que as regras estaduais de concessão de aposentadoria devem pautar-se pelos critérios estabelecidos no art. 40 da Lei das Leis. Precedentes: ADIs 101, 369 e 755. Recurso provido". (STF - RE: 400344 CE , Relator: Min. CARLOS BRITTO, Data de Julgamento: 15/02/2005, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 09-09-2005 PP-00046 EMENT VOL-02204-03 PP-00494 RTJ VOL-00195-02 PP-00686 RMP n. 28, 2008, p. 375-380) 7. Desse modo, sendo, a remuneração, o vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes instituídas por lei, impõe-se que estas vantagens, nas quais incluem as gratificações de desempenho, sofram a incidência da proporção do tempo de serviço do servidor público. 8. Nesse sentido, os seguintes julgados do C. STJ: "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATIFICAÇÕES GESS E GDAS. PROPORCIONALIZAÇÃO POR ATO DO TCU AOS INATIVOS/PENSIONISTAS QUE SE APOSENTARAM PROPORCIONALMENTE AO TEMPO DE SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA, DIREITO ADQUIRIDO E SEGURANÇA JURÍDICA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 16, 17-A E 18 DA LEI 10.855/2004. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO CAPAZ DE ALTERAR OS FUNDAMENTOS DO VOTO CONDUTOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 1. In casu, o Tribunal de Contas da União, dentro de sua competência, ao analisar os registros de aposentadorias de alguns servidores inativos, constatou que alguns deles estavam recebendo os valores da gratificação de desempenho de atividade do seguro social (GDASS) e da gratificação específica do seguro social e do trabalho (GESS) de forma integral. Diante disso, prolatou acórdãos nºs 2.030/2007 e 2.768/2007, determinando que o pagamento das verbas de forma condizente com a proporcionalidade dos proventos ao tempo de serviço. 2. No que se refere à alínea "a", III, 105, da CF, ou seja, quanto aos arts. 16 e 17 da Lei 10.855/2004, o recorrente não fundamenta de modo particularizado as supostas violações ao dispositivo que enumera, limitando-se a citá-los genericamente. Não há precisa explanação sobre as apontadas ofensas. Incide, na espécie, a Súmula 284/STF. Sob essa ótica, verifica-se também que os dispositivos trazidos não têm o condão de acarretar a nulidade do acórdão recorrido, considerando que a lei não disciplina a forma de aplicação aos aposentados/pensionistas que recebem proventos proporcionais ao tempo de serviço. 3. Agravo regimental não provido." (STJ.AGRESP 1216478. Órgão Julgador: Primeira Turma. Relator: Ministro Benedito Gonçalves. DJE: 04/03/2013). "PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA (GED). APOSENTADORIA PROPORCIONAL. EXCESSO DE EXECUÇÃO. ART. 5º DA LEI 9.678/1998. NORMA SEM COMANDO PARA INFIRMAR FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULA 284/STF. 1. A origem da controvérsia reside no acolhimento dos Embargos à Execução de Sentença, ajuizados pela ora recorrida, em que foi reconhecido excesso de execução sob o fundamento de que, embora beneficiários da aposentadoria proporcional, os recorrentes apresentaram memória de cálculos indicando como integrante do crédito o valor integral da Gratificação de Estímulo à Docência - GED percebido em atividade. 2. A norma supostamente violada (art. 5º da Lei 9.678/1998) estabelece como se dá o cálculo da parcela da Gratificação de Estímulo à Docência - GED que será incluída no benefício previdenciário em favor do aposentado ou pensionista, afirmando que sua apuração será feita "a partir da média aritmética dos pontos utilizados para fins de pagamento da gratificação durante os últimos vinte e quatro meses em que a percebeu", ou, em caso de impossibilidade, pelo valor de 115 pontos. 3. O Tribunal a quo consignou que o disposto na Lei 9.678/1998 não disciplina a res in judicium deducta, mas sim o art. 40 da CF/1988 (na redação anterior à Emenda Constitucional 20/1998) e os arts. 40, 41 e 186 da Lei 8.112/1990. Concluiu que a legislação federal e constitucional preveem que a aposentadoria tem por base o termo "proventos", correspondente à soma do vencimento (retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público, com valor fixado em lei) e das vantagens pecuniárias permanentes instituída por lei. 4. É importante atentar para o fato de que o cálculo do benefício previdenciário é definido por uma equação na qual os componentes são a base de cálculo e a aplicação de percentual concernente à integralidade ou proporcionalidade da aposentadoria. É justamente em relação à alíquota, normalmente definida no padrão "percentual", que se diferencia a aposentadoria ou pensão integral da proporcional. 5. O que o Tribunal local firmou, portanto, é que a GED, por integrar a remuneração dos recorrentes (e, desse modo, a base de cálculo sobre a qual recairá a alíquota), está sujeita à incidência do coeficiente de proporcionalidade. 6. Conclui-se que são inconfundíveis o argumento dos agravantes (identificação do montante da GED) e a matéria decidida (sujeição do GED ao cálculo proporcional da aposentadoria devida). 7. As razões recursais encontram-se divorciadas do thema decidendum. O art. 5º da Lei 9.678/1998 não possui comando para infirmar os fundamentos do decisum impugnado, tampouco para sustentar a tese construída pelo recorrente. Súmula 284/STF. Nessa linha: AgRg no AgRg no REsp 1.339.842/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 22/8/2013. 8. Agravo Regimental não provido." (STJ. AGRESP 1392757. Órgão Julgador: Segunda Turma. Relator: Herman Benjamin. DJE: 04/10/2013). 9. Oportuno mencionar, ainda, que o Tribunal de Contas da União, conforme Súmula nº 266/2011, decidiu que as únicas parcelas que integram os proventos e que são isentas de proporcionalização, no caso de aposentadoria proporcional, são a gratificação Adicional por Tempo de Serviço, a Vantagem Pessoal dos 'Quintos' e a Vantagem consignada no art. 193 da Lei nº 8.112/1990. 10. Por todo o exposto, entendo que a gratificação de desempenho do servidor inativo na forma proporcional deve ser paga proporcionalmente. 11. Incidente conhecido e provido para afirmar a tese no sentido de que a gratificação de Desempenho em tela deve ser paga proporcionalmente ao servidor inativo aposentado na forma proporcional. Retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação." (PEDILEF nº 5001115-71.2014.4.04.7100, Relator Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzáles, DJ 11/02/2015) (grifei)

6. Desse modo, tenho que o incidente nacional de uniformização formulado pela União deve ser conhecido e provido, para que seja adotado o entendimento uniformizado por esta TNU, no sentido de que ao servidor inativo aposentado de forma proporcional deve ser paga proporcionalmente a gratificação de desempenho.

Os autos devem ser encaminhados à Turma de Origem para adequação do julgado ao entendimento uniformizado, nos termos do art. 8º, X e parágrafo único, da Resolução n.º 022/2008 do Conselho da Justiça Federal e da Questão de Ordem n.º 001 desta TNU.

Brasília, 25 de março de 2015.
DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5014157-61.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOSÉ WEICHEL DA SILVA
PROC./ADV.: FÁBIA RAMOS BARLETTE
OAB: RS-31108
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (GDAA). FATOR DE REAJUSTE COM LIMITAÇÃO DE 0,8 (LEI N.º 10.480/02). INAPLICABILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N.º 013 DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência interposto pela União contra acórdão da C. Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que, mantendo a sentença, reconheceu o direito da parte autora ao pagamento de diferenças da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo (GDAA) no período de 07/2008 a 12/2008, no grau obtido na avaliação de desempenho, sem a restrição imposta pelo fator de reajuste de 0,8 de que trata o art. 2º da Lei n.º 10.480/02.

2. O incidente foi admitido.

3. Sustenta, em síntese, a União que não cabe o pagamento no valor correspondente a 100 pontos, no período que mediou a publicação da MP n.º 441/08, convertida na Lei n.º 11.907/09, e a conclusão do primeiro ciclo de avaliação prevista na Lei n.º 10.480/02, em sua redação atual. Aponta como paradigma julgado da C. Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará (processo n.º 513352-87.201.4.05.81005).

4. A Gratificação de Atividade de Apoio Técnico Administrativo (GDAA) foi criada pela Lei n.º 10.480/2002, tendo o § 3º do art. 2º da referida lei estabelecido um limite máximo global de pontos passíveis de atribuição aos servidores situados em determinado nível da carreira, limitação esta correspondente a 80 vezes o número de servidores ativos naquele nível. Administrativamente, a GDAA foi regulamentada pela Portaria AGU n.º 705, de 18/11/2003.

Antes da vigência da MP n.º 441/2008, foi editada a Portaria AGU n.º 205, de 31/07/2008, a qual determinou que os servidores avaliados no primeiro semestre de 2008 e que obtivessem a totalidade dos pontos na avaliação individual (80 pontos) e na avaliação institucional (20 pontos), totalizando 100 pontos, teriam sua pontuação reduzida para 80 pontos, pela aplicação do mencionado fator de ajuste (0,8).

Posteriormente, veio a lume a Medida Provisória n.º 441, de 29/09/2008 (posteriormente convertida na Lei nº 11.907/2009), que alterou a redação do art. 2º da Lei n.º 10.480/2002, suprimindo a limitação aludida, e trazendo norma transitória (art. 2º, § 6º), prevendo que, enquanto não confeccionada norma administrativa reguladora e enquanto não processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, o servidor faria jus à GDAA em valor correspondente à última pontuação que lhe foi atribuída a título de avaliação de desempenho, sendo prevista, a avaliação de desempenho, no art. 19, parágrafo único, da Portaria AGU n.º 705/03.

Portanto, a pontuação de desempenho resulta da somatória das avaliações individual e institucional de cada servidor, antes da limitação prevista originariamente pela Lei n.º 10.480/2002 (art. 2º, §3º).

Em sendo assim, no período de transição entre a MP n.º 441/2008 e a nova sistemática, regulamentada pela Portaria AGU n.º 1829, de 26/12/2008, a qual suprimiu o referido fator de ajuste e estabeleceu novos critérios de avaliação individual e institucional, com o primeiro ciclo de avaliação, correspondente ao período de julho a dezembro de 2008, regulado pela Portaria AGU n.º 01, de 02/01/2009, com efeitos financeiros a partir de jan/2009, o servidor faz jus à percepção da GDAA em valor correspondente à sua última pontuação de desempenho, antes da limitação prevista originariamente na Lei nº 10.480/2002 (art. 2º, §3º).

Isso é o que já restou decidido, na sessão do dia 11/03/2015, por esta TNU no PEDILEF n.º 5045486-28.2011.4.04.7100, de minha relatoria.

5. Em sendo assim, nos termos da Questão de Ordem n.º 013 desta TNU e do art. 8º, IX, da Resolução n.º 022 / 2008 do Conselho da Justiça Federal, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO.

Brasília, 25 de março de 2015.
DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5007430-43.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDA GONCALVES DA SILVEIRA
PROC./ADV.: TATIANA COELHO
OAB: SC-23641
PROC./ADV.: MARCELA BRASCA FERREIRA
OAB: SC-26405
PROC./ADV.: VICTOR HUGO COELHO MARTINS
OAB: SC-30095
PROC./ADV.: KLEBER COELHO
OAB: SC-11669
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

ADMINISTRATIVO. GDPGPE. EXTENSÃO AOS INATIVOS. ATÉ QUE SEJAM PROCESSADOS OS RESULTADOS DA PRIMEIRA AVALIAÇÃO INDIVIDUAL E INSTITUCIONAL, A REFERIDA GRATIFICAÇÃO POSSUI CARÁTER GENÉRICO. JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. QUESTÃO DE ORDEM N.º 013 DA TNU.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado pela Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que negou provimento ao seu recurso, assentando o entendimento de que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) é devida aos inativos no mesmo patamar concedido aos servidores em atividade até 31/08/2010 (data final do primeiro ciclo de avaliação de desempenho).

2. O incidente foi admitido quanto ao termo final do pagamento das diferenças remuneratórias pleiteadas, mas inadmitido referentemente à questão dos juros capitalizados.

3. Esclareço, inicialmente, que o anatocismo não foi objeto do pleito de uniformização.

4. A União requer, em seu pedido, em síntese, que seja limitada a condenação ao pagamento de diferenças da GDPGPE a 01/2009. Aponta como paradigmas julgados da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará (processo n.º 0502810-86.2010.4.05.8107T), da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Goiás (feito n.º 0002723-17-201-4-01-3500) e do C. Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1.368.150-PE).

5. Considero que os paradigmas prestam-se para o conhecimento do pedido de uniformização.

6. O tema objeto do presente incidente já foi uniformizado por esta TNU, no sentido de que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) deve ser paga aos inativos no mesmo patamar concedido aos servidores em atividade, observada a classe e padrão do servidor, até o momento em que regulamentada a aludida gratificação e que processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional.

Transcrevo ementas de julgados sobre o assunto:

ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. GDPGPE. EXTENSÃO AOS INATIVOS. AUSÊNCIA DE EFETIVA AVALIAÇÃO. NATUREZA PRO LABORE FACIENDO PREJUDICADA. INCIDENTE DESPROVIDO. 1. As diversas categorias de gratificações de desempenho pagas aos servidores públicos têm natureza pro labore faciendo, mas a ausência de avaliação de desempenho transforma-as em gratificações de natureza genérica, quando passam a ser devidas na mesma proporção aos pensionistas e servidores inativos. Precedente do STF (RE 572.052/RN, DJ 17-4-2009, Pleno, com repercussão geral, relator o Sr. Ministro Ricardo Lewandowski). 2. A gratificação de desempenho somente mantém a natureza pro labore faciendo enquanto realizada a avaliação contemporânea ao período trabalhado. Assim, retroagir uma pontuação fixa, mesmo que baseada em avaliação individual posterior, confere à gratificação de desempenho o caráter geral de revisão, devendo ser estendida aos pensionistas e servidores aposentados. 3. Não se aplica ao caso o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de suspender o julgamento em decorrência de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal, tendo em vista que no RE 631.389/CE discute-se a aplicação do princípio da isonomia entre servidores ativos e inativos. Nestes autos, a uniformização de jurisprudência envolve apenas o momento a partir do qual a GDPGPE perde o caráter genérico. Não se tratou propriamente da isonomia entre ativos e inativos nestes autos. 4. Incidente desprovido. (PEDILEF 05101183620114058400, Rel. Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DOU 16/08/2013 pág. 79/115) (grifei)

EXEMPLAR DE ASSINANTE IMPRENSA NACIONAL

ADMINISTRATIVO - GRATIFICAÇÃO - GDPGPE - AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO E DO INÍCIO DO CICLO DE AVALIAÇÃO - EXTENSÃO AOS INATIVOS - ANÁLISE FÁTICO PROBATÓRIA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. As razões apontadas no presente Incidente de uniformização não são aptas a revogar as conclusões elencadas na decisão da Turma Recursal de origem. 2. A lide foi decidida em consonância com a jurisprudência desta Turma Nacional, segundo a qual até que seja regulamentada a gratificação em tela e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, há de ser reconhecido o direito de os ativos e pensionistas perceberem a gratificação. 3. Incidente de uniformização conhecido e não provido com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto que envolvam questionamentos sobre a natureza da GDPGE e seu diferenciado pagamento entre ativos e inativos às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida." (PEDILEF 00485018720094013400, Rel. Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, DOU 30/09/2011) (grifei)

Isso é o que, mutatis mutandis, dispõe a Súmula Vinculante n.º 020 do C. Supremo Tribunal Federal e a Súmula n.º 016 da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região:

Súmula Vinculante n.º 020 do STF. A gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei n.º 10.404/02, deve ser deferida aos inativos nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e, nos termos do art. 5º, parágrafo único, da Lei 10.404/02, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o art. 1º da Medida Provisória 198/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos. (grifei)

Súmula n.º 016 da TRU 4ª Região. O direito dos inativos à paridade de pagamento da gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST no mesmo patamar recebido pelos servidores em atividade cessa apenas com o encerramento do ciclo de avaliação dos servidores em atividade e a implantação em folha de pagamento dos novos valores, momento a partir do qual a referida parcela adquire efetivamente o caráter de gratificação de desempenho, desimportando eventuais efeitos patrimoniais pretéritos. (grifei)

7. Desse modo, adoto o entendimento uniformizado por esta TNU - no sentido de que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) deve ser paga aos inativos no mesmo patamar concedido aos servidores em atividade, observada a classe e o padrão do servidor, até o momento em que regulamentada a aludida gratificação e que processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional -, NÃO CONHECENDO, PORTANTO, DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO.

Em sendo assim, nos termos da Questão de Ordem n.º 013 desta TNU e do art. 8º, IX, da Resolução n.º 022 / 2008 do Conselho da Justiça Federal, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO.

Brasília, 25 de março de 2015.
DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000642-68.2013.4.04.7214
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANGELA MARIA STOCK
PROC./ADV.: ANTONIO PINHEIRO JÚNIOR
OAB: SC-19 636
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

ADMINISTRATIVO. GDPGPE. EXTENSÃO AOS INATIVOS. ATÉ QUE SEJAM PROCESSADOS OS RESULTADOS DA PRIMEIRA AVALIAÇÃO INDIVIDUAL E INSTITUCIONAL, A REFERIDA GRATIFICAÇÃO POSSUI CARÁTER GENÉRICO. JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. QUESTÃO DE ORDEM N.º 013 DA TNU.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado pela Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que negou provimento ao seu recurso, assentando o entendimento de que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) é devida aos inativos no mesmo patamar concedido aos servidores em atividade.

2. O incidente foi admitido quanto ao termo final do pagamento das diferenças remuneratórias pleiteadas, mas inadmitido referentemente à questão dos juros capitalizados.

Posteriormente, esclarece a União que o anatocismo não foi objeto do pleito de uniformização.

3. A União requer, em seu pedido, em síntese, que seja limitada a condenação ao pagamento de diferenças da GDPGPE a 01/2009. Aponta como paradigmas julgados da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará (processo n.º 0502810-86.2010.4.05.8107T), da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Goiás (feito n.º 0002723-17-201-4-01-3500) e do C. Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1.368.150-PE).

4. Considero que os paradigmas prestam-se para o conhecimento do pedido de uniformização.

5. O tema objeto do presente incidente já foi uniformizado por esta TNU, no sentido de que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) deve ser paga aos inativos no mesmo patamar concedido aos servidores em atividade, observada a classe e padrão do servidor, até o momento em que regulamentada a aludida gratificação e que processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional.

Transcrevo ementas de julgados sobre o assunto:

ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. GDPGPE. EXTENSÃO AOS INATIVOS. AUSÊNCIA DE EFETIVA AVALIAÇÃO. NATUREZA PRO LABORE FACIENDO PREJUDICADA. INCIDENTE DESPROVIDO. 1. As diversas categorias de gratificações de desempenho pagas aos servidores públicos têm natureza pro labore faciendo, mas a ausência de avaliação de desempenho transforma-as em gratificações de natureza genérica, quando passam a ser devidas na mesma proporção aos pensionistas e servidores inativos. Precedente do STF (RE 572.052/RN, DJ 17-4-2009, Pleno, com repercussão geral, relator o Sr. Ministro Ricardo Lewandowski). 2. A gratificação de desempenho somente mantém a natureza pro labore faciendo enquanto realizada a avaliação contemporânea ao período trabalhado. Assim, retroagir uma pontuação fixa, mesmo que baseada em avaliação individual posterior, confere à gratificação de desempenho o caráter geral de revisão, devendo ser estendida aos pensionistas e servidores aposentados. 3. Não se aplica ao caso o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de suspender o julgamento em decorrência de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal, tendo em vista que no RE 631.389/CE discute-se a aplicação do princípio da isonomia entre servidores ativos e inativos. Nestes autos, a uniformização de jurisprudência envolve apenas o momento a partir do qual a GDPGPE perde o caráter genérico. Não se tratou propriamente da isonomia entre ativos e inativos nestes autos. 4. Incidente desprovido. (PEDILEF 05101183620114058400, Rel. Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DOU 16/08/2013 pág. 79/115) (grifei)

ADMINISTRATIVO - GRATIFICAÇÃO - GDPGPE - AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO E DO INÍCIO DO CICLO DE AVALIAÇÃO - EXTENSÃO AOS INATIVOS - ANÁLISE FÁTICO PROBATÓRIA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. As razões apontadas no presente Incidente de uniformização não são aptas a revogar as conclusões elencadas na decisão da Turma Recursal de origem. 2. A lide foi decidida em consonância com a jurisprudência desta Turma Nacional, segundo a qual até que seja regulamentada a gratificação em tela e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, há de ser reconhecido o direito de os ativos e pensionistas perceberem a gratificação. 3. Incidente de uniformização conhecido e não provido com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto que envolvam questionamentos sobre a natureza da GDPGE e seu diferenciado pagamento entre ativos e inativos às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida." (PEDILEF 00485018720094013400, Rel. Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, DOU 30/09/2011) (grifei)

Isso é o que, mutatis mutandis, dispõe a Súmula Vinculante n.º 020 do C. Supremo Tribunal Federal e a Súmula n.º 016 da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região:

Súmula Vinculante n.º 020 do STF. A gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei n.º 10.404/02, deve ser deferida aos inativos nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e, nos termos do art. 5º, parágrafo único, da Lei 10.404/02, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o art. 1º da Medida Provisória 198/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos. (grifei)

Súmula n.º 016 da TRU 4ª Região. O direito dos inativos à paridade de pagamento da gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST no mesmo patamar recebido pelos servidores em atividade cessa apenas com o encerramento do ciclo de avaliação dos servidores em atividade e a implantação em folha de pagamento dos novos valores, momento a partir do qual a referida parcela adquire efetivamente o caráter de gratificação de desempenho, desimportando eventuais efeitos patrimoniais pretéritos. (grifei)

6. Desse modo, adoto o entendimento uniformizado por esta TNU - no sentido de que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) deve ser paga aos inativos no mesmo patamar concedido aos servidores em atividade, observada a classe e o padrão do servidor, até o momento em que regulamentada a aludida gratificação e que processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional -, NÃO CONHECENDO, PORTANTO, DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO.

Em sendo assim, nos termos da Questão de Ordem n.º 013 desta TNU e do art. 8º, IX, da Resolução n.º 022 / 2008 do Conselho da Justiça Federal, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO.

Brasília, 25 de março de 2015.
DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501170-05.2011.4.05.8304
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LIDUINA LEONIDAS TRAPIÁ
PROC./ADV.: RODRIGO MUNIZ DE BRITO GALINDO
OAB: PE-20 860
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

ADMINISTRATIVO. GDPGPE. EXTENSÃO AOS INATIVOS. ATÉ QUE SEJAM PROCESSADOS OS RESULTADOS DA PRIMEIRA AVALIAÇÃO INDIVIDUAL E INSTITUCIONAL, A REFERIDA GRATIFICAÇÃO POSSUI CARÁTER GENÉRICO. JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. QUESTÃO DE ORDEM N.º 013 DA TNU.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, que deu provimento ao recurso da parte autora, assentando o entendimento de que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) é devida aos inativos no mesmo patamar concedido aos servidores em atividade até que processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional.

2. O incidente foi admitido pelo Min. Presidente desta TNU.

3. A União requer, em seu pedido, em síntese, que seja limitada a condenação ao pagamento de diferenças da GDPGPE a 01/2009. Aponta como paradigmas julgados da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul (processos de números 2010.71.58.005745-6 e 2010.71.50.030896-0).

4. Considero que os paradigmas prestam-se para o conhecimento do pedido de uniformização.

5. O tema objeto do presente incidente já foi uniformizado por esta TNU, no sentido de que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) deve ser paga aos inativos no mesmo patamar concedido aos servidores em atividade, observada a classe e o padrão do servidor, até o momento em que regulamentada a aludida gratificação e que processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional.

Transcrevo ementas de julgados sobre o assunto:

ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. GDPGPE. EXTENSÃO AOS INATIVOS. AUSÊNCIA DE EFETIVA AVALIAÇÃO. NATUREZA PRO LABORE FACIENDO PREJUDICADA. INCIDENTE DESPROVIDO. 1. As diversas categorias de gratificações de desempenho pagas aos servidores públicos têm natureza pro labore faciendo, mas a ausência de avaliação de desempenho transforma-as em gratificações de natureza genérica, quando passam a ser devidas na mesma proporção aos pensionistas e servidores inativos. Precedente do STF (RE 572.052/RN, DJ 17-4-2009, Pleno, com repercussão geral, relator o Sr. Ministro Ricardo Lewandowski). 2. A gratificação de desempenho somente mantém a natureza pro labore faciendo enquanto realizada a avaliação contemporânea ao período trabalhado. Assim, retroagir uma pontuação fixa, mesmo que baseada em avaliação individual posterior, confere à gratificação de desempenho o caráter geral de revisão, devendo ser estendida aos pensionistas e servidores aposentados. 3. Não se aplica ao caso o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de suspender o julgamento em decorrência de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal, tendo em vista que no RE 631.389/CE discute-se a aplicação do princípio da isonomia entre servidores ativos e inativos. Nestes autos, a uniformização de jurisprudência envolve apenas o momento a partir do qual a GDPGPE perde o caráter genérico. Não se tratou propriamente da isonomia entre ativos e inativos nestes autos. 4. Incidente desprovido. (PEDILEF 05101183620114058400, Rel. Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DOU 16/08/2013 pág. 79/115) (grifei)

ADMINISTRATIVO - GRATIFICAÇÃO - GDPGPE - AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO E DO INÍCIO DO CICLO DE AVALIAÇÃO - EXTENSÃO AOS INATIVOS - ANÁLISE FÁTICO PROBATÓRIA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. As razões apontadas no presente Incidente de uniformização não são aptas a revogar as conclusões elencadas na decisão da Turma Recursal de origem. 2. A lide foi decidida em consonância com a jurisprudência desta Turma Nacional, segundo a qual até que seja regulamentada a gratificação em tela e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, há de ser reconhecido o direito de os ativos e pensionistas perceberem a gratificação. 3. Incidente de uniformização conhecido e não provido com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto que envolvam questionamentos sobre a natureza da GDPGE e seu diferenciado pagamento entre ativos e inativos às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida." (PEDILEF 00485018720094013400, Rel. Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, DOU 30/09/2011) (grifei)

Isso é o que, mutatis mutandis, dispõe a Súmula Vinculante n.º 020 do C. Supremo Tribunal Federal e a Súmula n.º 016 da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região:

Súmula Vinculante n.º 020 do STF. A gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei n.º 10.404/02, deve ser deferida aos inativos nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e, nos termos do art. 5º, parágrafo único, da Lei 10.404/02, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o art. 1º da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Medida Provisória 198/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos. (grifei)

Súmula n.º 016 da TRU 4ª Região. O direito dos inativos à paridade de pagamento da gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST no mesmo patamar recebido pelos servidores em atividade cessa apenas com o encerramento do ciclo de avaliação dos servidores em atividade e a implantação em folha de pagamento dos novos valores, momento a partir do qual a referida parcela adquire efetivamente o caráter de gratificação de desempenho, desimportando eventuais efeitos patrimoniais pretéritos. (grifei)

6. Desse modo, adoto o entendimento uniformizado por esta TNU - no sentido de que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) deve ser paga aos inativos no mesmo patamar concedido aos servidores em atividade, observada a classe e o padrão do servidor, até o momento em que regulamentada a aludida gratificação e que processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional -, NÃO CONHECENDO, PORTANTO, DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO.

Em sendo assim, nos termos da Questão de Ordem n.º 013 desta TNU e do art. 8º, IX, da Resolução n.º 022 / 2008 do Conselho da Justiça Federal, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO.

Brasília, 25 de março de 2015.
DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500557-07.2010.4.05.8308
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ERALDO LIRA DE MACÊDO
PROC./ADV.: RODRIGO MUNIZ DE BRITO GALINDO
OAB: PE-20 860
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

ADMINISTRATIVO. GDPGPE. EXTENSÃO AOS INATIVOS. ATÉ QUE SEJAM PROCESSADOS OS RESULTADOS DA PRIMEIRA AVALIAÇÃO INDIVIDUAL E INSTITUCIONAL, A REFERIDA GRATIFICAÇÃO POSSUI CARÁTER GENÉRICO. JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. QUESTÃO DE ORDEM N.º 013 DA TNU.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, que negou provimento ao seu recurso, assentando o entendimento de que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) é devida aos inativos no mesmo patamar concedido aos servidores em atividade até que processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional.

2. O incidente foi admitido pelo Min. Presidente desta TNU.

3. A União requer, em seu pedido, em síntese, que seja limitada a condenação ao pagamento de diferenças da GDPGPE a 01/2009. Aponta como paradigmas julgados da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul (processos de números 2010.71.58.005745-6 e 2010.71.50.030896-0).

4. Considero que os paradigmas prestam-se para o conhecimento do pedido de uniformização.

5. O tema objeto do presente incidente já foi uniformizado por esta TNU, no sentido de que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) deve ser paga aos inativos no mesmo patamar concedido aos servidores em atividade, observada a classe e o padrão do servidor, até o momento em que regulamentada a aludida gratificação e que processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional.

Transcrevo ementas de julgados sobre o assunto:

ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. GDPGPE. EXTENSÃO AOS INATIVOS. AUSÊNCIA DE EFETIVA AVALIAÇÃO. NATUREZA PRO LABORE FACIENDO PREJUDICADA. INCIDENTE DESPROVIDO. 1. As diversas categorias de gratificações de desempenho pagas aos servidores públicos têm natureza pro labore faciendo, mas a ausência de avaliação de desempenho transforma-as em gratificações de natureza genérica, quando passam a ser devidas na mesma proporção aos pensionistas e servidores inativos. Precedente do STF (RE 572.052/RN, DJ 17-4-2009, Pleno, com repercussão geral, relator o Sr. Ministro Ricardo Lewandowski). 2. A gratificação de desempenho somente mantém a natureza pro labore faciendo enquanto realizada a avaliação contemporânea ao período trabalhado. Assim, retroagir uma pontuação fixa, mesmo que baseada em avaliação individual posterior, confere à gratificação de desempenho o caráter geral de revisão, devendo ser estendida aos pensionistas e servidores aposentados. 3. Não se aplica ao caso o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de suspender o julgamento em decorrência de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal, tendo em vista que no RE 631.389/CE discute-se a aplicação do princípio da isonomia entre servidores ativos e inativos. Nestes autos, a uniformização de jurisprudência envolve apenas o momento a partir do qual a GDPGPE perde o caráter genérico. Não se tratou propriamente da isonomia entre ativos e inativos nestes autos. 4. Incidente desprovido. (PEDILEF 05101183620114058400, Rel. Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DOU 16/08/2013 pág. 79/115) (grifei)

ADMINISTRATIVO - GRATIFICAÇÃO - GDPGPE - AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO E DO INÍCIO DO CICLO DE AVALIAÇÃO - EXTENSÃO AOS INATIVOS - ANÁLISE FÁTICO PROBATÓRIA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. As razões apontadas no presente Incidente de uniformização não são aptas a revogar as conclusões elencadas na decisão da Turma Recursal de origem. 2. A lide foi decidida em consonância com a jurisprudência desta Turma Nacional, segundo a qual até que seja regulamentada a gratificação em tela e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, há de ser reconhecido o direito de os ativos e pensionistas perceberem a gratificação. 3. Incidente de uniformização conhecido e não provido com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto que envolvam questionamentos sobre a natureza da GDPGE e seu diferenciado pagamento entre ativos e inativos às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida." (PEDILEF 00485018720094013400, Rel. Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, DOU 30/09/2011) (grifei)

Isso é o que, mutatis mutandis, dispõe a Súmula Vinculante n.º 020 do C. Supremo Tribunal Federal e a Súmula n.º 016 da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região:

Súmula Vinculante n.º 020 do STF. A gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei n.º 10.404/02, deve ser deferida aos inativos nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e, nos termos do art. 5º, parágrafo único, da Lei 10.404/02, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o art. 1º da Medida Provisória 198/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos. (grifei)

Súmula n.º 016 da TRU 4ª Região. O direito dos inativos à paridade de pagamento da gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST no mesmo patamar recebido pelos servidores em atividade cessa apenas com o encerramento do ciclo de avaliação dos servidores em atividade e a implantação em folha de pagamento dos novos valores, momento a partir do qual a referida parcela adquire efetivamente o caráter de gratificação de desempenho, desimportando eventuais efeitos patrimoniais pretéritos. (grifei)

6. Desse modo, adoto o entendimento uniformizado por esta TNU - no sentido de que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) deve ser paga aos inativos no mesmo patamar concedido aos servidores em atividade, observada a classe e o padrão do servidor, até o momento em que regulamentada a aludida gratificação e que processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional -, NÃO CONHECENDO, PORTANTO, DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO.

Em sendo assim, nos termos da Questão de Ordem n.º 013 desta TNU e do art. 8º, IX, da Resolução n.º 022 / 2008 do Conselho da Justiça Federal, NÃO CONHEÇO DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO.

Brasília, 25 de março de 2015.
DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

DECISÕES(*)

PROCESSO: 0010663-06.2010.4.01.3100
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: DOMINGOS COSTA PEREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, considerando que tanto o preâmbulo quanto o conteúdo do decisum pertenciam a outros autos.

Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação de nova decisão, já constando o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacita ao exercício de outras atividades laborais.

Inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem, para se aferir a natureza da incapacidade, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 171, no dia 03/10/2014 com incorreção no original.

PROCESSO: 0525602-84.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: TELMA CAPISTRANO DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCELO CAPISTRANO CAVALCANTE OAB: CE-25293
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de equiparação de auxílio-alimentação.

É, no essencial, o relatório.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento a respeito de tese que se encontra com repercussão geral reconhecida no Supremo Tribunal Federal, pendente de julgamento no RE 710.293:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. AFASTADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 339 DO STF. DECLARADA A INCONSTITUCIONALIDADE DAS PORTARIAS Nº 71, DE 15.04.2004, e 42, DE 09.02.2010, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. APLICAÇÃO DO REAJUSTE POR EQUIPARAÇÃO. PORTARIAS NºS 99, DE 14.03.2007, 44, DE 26.02.2008, 306, DE 10.12.2008, E 145, DE 26.05.2010, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, E PORTARIAS SEGEDAM NºS 48, 27.05.2010, E 24, DE 04.02.2011. LEI 8.460/92. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO PLENÁRIO VIRTUAL DESTA CORTE."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que for pacificado no âmbito do STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo. Determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Suprema.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de fevereiro de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 136, no dia 13/03/2015 com incorreção no original.

PROCESSO: 5008255-24.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): GERALDINA ANETE SCHIMOIA CARLOSSO
PROC./ADV.: ADRIANO FALLEIRO OAB: RS 50.933

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sule que, ao revogar a tutela antecipada concedida, isentou a parte requerida da devolução dos valores pagos anteriormente, sob o fundamento de que se trata de verba alimentar recebida de boa fé.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, é flagrante a divergência suscitada.

Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, ao editar a Súmula 51, firmou entendimento nos seguintes termos:

"Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento."

No entanto, o Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo da controvérsia, já firmou entendimento no sentido de que é devida a devolução dos valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada. Vejamos:

"PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. VERBA DE NATUREZA

PROIBIDA A IMPRESSÃO NACIONAL
PENDENTE DE ASSINATURA

ALIMENTAR RECEBIDA DE BOA-FÉ PELA PARTE SEGURADA. REPETIBILIDADE. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO.

1. A Corte a quo não analisou a controvérsia à luz dos arts. 467 a 468 do Código de Processo Civil. Desse modo, ausente o prequestionamento. Incidência do enunciado da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

2. A Primeira Seção, por maioria, ao julgar o REsp 1.384.418/SC, uniformizou o entendimento no sentido de que é dever do titular de direito patrimonial devolver valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento reafirmado sob o regime do art. 543-c do CPC, no julgamento do REsp 1.401.560/MT (acórdão pendente de publicação).

Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1416294/RS, Rel. , SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 24/03/2014).

Tendo em vista o evidente conflito entre súmula a Súmula 51 desta TNU e o entendimento pacificado do STJ em recurso repetitivo, necessária se faz a distribuição do feito a um dos juízes da TNU, para que o colegiado reexamine a matéria.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de agosto de 2014.

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 291, no dia 14/11/2014 com incorreção no original.

PROCESSO: 5001720-63.2014.4.04.7117
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GELCI SANCHOTENE BURGARDT
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT OAB: RS-41818
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A sentença, mantida pelo acórdão da turma recursal, extinguiu o feito sem resolução do mérito, por falta de interesse processual, considerando que a pretensão foi alcançada com o advento da MPV 2.225-45/2001 (artigos 8º e 9º), .

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e da TNU no sentido de que deve ser afastado o reconhecimento da prescrição e julgada procedente a ação, a fim de reconhecer o direito da parte autora às diferenças do reajuste de 3,17%, de forma retroativa a janeiro de 1995.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 2006.71.54.000117-5, DJ de 6.9.2012, firmou entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESÍDUO DE 3,17%. LIMITE TEMPORAL. ARTIGO 10 DA MP N. 2.225-45/2001. QUESTÃO DECIDIDA PELO STJ EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PRECEDENTES DA TNU. RECURSO REPETITIVO. PEDIDO CONHECIDO E PROVIDO

1. O STJ, no julgamento de incidente de uniformização de interpretação de Lei Federal fixou o entendimento de que "a Medida Provisória 2.225-45, de 4/9/01, embora tenha ensejado renúncia do prazo prescricional, porquanto reconheceu o direito ao reajuste residual de 3,17% aos servidores públicos federais com efeitos a partir de janeiro de 1995, não o interrompeu" e também que "a renúncia, contudo, não opera efeitos indefinidamente. Se proposta a ação por servidores públicos com a finalidade de auferir o resíduo de 3,17% até 4/9/06, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; se ajuizada após esse termo, aplica-se tão somente o enunciado da Súmula 85/STJ" (STJ, Pet. 7.558, Rel. Min Arnaldo Esteve Lima, DJE n. 7-6-2010).

2. O julgamento do STJ é decorrente de recurso contra precedente desta TNU, de cuja ementa se extrai: "5.1 Em se tratando de ação ajuizada até 04.09.2006 [ou seja, até 5 (cinco) anos antes da publicação da Medida Provisória nº 2.225-45?2001], não há prescrição sobre quaisquer diferenças, devendo os efeitos financeiros retroagirem a janeiro de 1995. 5.2 E em se tratando de ação ajuizada a partir de 05.09.2006 [ou seja, a partir de 5 (cinco) anos contados da publicação da Medida Provisória nº 2.225-45?2001] deve ser aplicado o enunciado da Súmula 85 do STJ quanto à prescrição qüinqüenal, o que significa que estão prescritas apenas as parcelas anteriores aos últimos 5 (cinco) anos contados do ajuizamento da ação. 5.3 Em ambas as situações, as diferenças decorrentes do reajuste residual de 3,17% cessaram em 31.12.2001 (quando houve a incorporação mensal prevista no art. 9º da Medida Provisória nº 2.225-45?2001) ou quando houve a reestruturação ou reorganização do cargo ou carreira do servidor, o que ocorreu primeiro, sendo que a combinação da prescrição com essas limitações temporais poderá acarretar, em cada caso concreto, a prescrição de todas as parcelas decorrentes da condenação" (PEDILEF nº 2007.38.00.719140-2/MG, Rel. Juíza Fed. Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 28.07.2009). No mesmo sentido: PEDILEF 200638007270675, Rel. Juiz Federal Vanessa Vieira de Mello, j. 16-3-2012, DOU de 13-4-2012.

3. No caso, a sentença, confirmada pelo acórdão, deixou de fixar o termo final das diferenças a serem apuradas, negando vigência ao referido artigo 10 da MP n. 2.225-45/2001, o que vai de encontro à jurisprudência da TNU acima citada.

4. Assim, o recurso da Escola Agrotécnica Federal de Sertão merece provimento para fixar a premissa jurídica de que o marco final das diferenças deve ser fixado em 31-12-2001 ou quando tiver ocorrido a reestruturação ou reorganização do cargo ou carreira do servidor, o que ocorreu primeiro, devendo o Juizado de origem adequar o seu julgamento.

Dessa forma, o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que, com a edição da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04.09.2001, a União Federal reconheceu retroativamente a 01.01.95 o direito postulado, ato este incompatível com o instituto da prescrição,

Assim, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de fevereiro de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 195, no dia 13/03/2015 e para redisponibilizar peças.

PROCESSO: 5005860-16.2013.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ZÉLIO MARIO ZARDO
PROC./ADV.: LAURIANE S. CHIAPARINI OAB: SC-23847
LITISCONSORTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, , reconheceu a inexigibilidade de juros e multa no cálculo da indenização para expedição de certidão de tempo de serviço.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

A Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.

No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.

No caso em exame, verifica-se que o acolhimento da pretensão deduzida importaria no reconhecimento da ilegitimidade passiva ad causam da União, discussão incabível tendo em vista o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de fevereiro de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 161, no dia 13/03/2015 com incorreção no original.

PROCESSO: 5053756-07.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): RAPHAEL DOS SANTOS MELLO
PROC./ADV.: LUCAS DUTRA BARTOLOZZO
OAB: RS-70702

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, concedeu pagamento da ajuda de custo por força de remoção a pedido.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do(a) PET 8345/SC:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REMOÇÃO E PROCESSO SELETIVO. ART. 36, § ÚNICO, III, 'C' DA LEI 8.112/90. AJUDA DE CUSTO. ART. 53 DA LEI 8.112/90. INCABÍVEL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. LEI 10.259/2001. DIVERGÊNCIA DA TNU EM RELAÇÃO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PROCEDÊNCIA.

1. A Turma Nacional de Uniformização consignou que há o direito à percepção da ajuda de custo, para servidores removidos a pedido, em razão do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça (AgRg no RESP 779.276/SC, Sexta turma, Rel. Min.Desembargador convocado Celso Limongi, DJ 18.5.2009; AgRg no RESP 714.297/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Desembargadora convocada Jane Silva, DJ 1.12.2008).

2. A parte requerente alega que deveria ser aplicado o entendimento esposado no RESP 387.189/SC (Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ 1º.8.2006) e, assim, não seria devido pagamento da ajuda de custo, na hipótese de remoção por força da alínea 'c' do inciso III do parágrafo único do art. 36 da Lei n. 8.112/90.

3. No caso da remoção de servidor, com fulcro na hipótese da alínea 'c' do inciso III do parágrafo único do art. 36, é evidente o descabimento do pagamento de ajuda de custo na forma do art. 53, todos da Lei n. 8.112/90, uma vez que a oferta de vagas pela administração pública somente tem por objetivo racionalizar os interesses particulares dos servidores que, de forma contumaz, entram em conflito no que se refere à escolha de lotação; não há portanto, falar, nesse caso, em "interesse de serviço". Pedido de uniformização julgado procedente. Pedido de liminar prejudicado.

(Pet 8.345/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, julgado em 08/10/2014, DJe 12/11/2014)"

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de fevereiro de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 80, no dia 13/03/2015 com incorreção no original.

PROCESSO: 5040082-93.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARCO ANTÔNIO DOLZAN PIMENTEL
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA OAB: RS-23021
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de condenação ao pagamento das Gratificações Desempenho GDATA e GDPGTAS também aos servidores inativos.

Sustenta a requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ no sentido de que a proporcionalidade da aposentadoria não deve ser observada para o cálculo da gratificação de desempenho, fazendo jus ao recebimento no mesmo patamar do ativos.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

Verifica-se nos autos que a divergência trazida nos acórdãos paradigmas são oriundas de Tribunal Regional Federal, de modo que não se prestam a demonstrar a divergência suscitada para admissão de incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5000543-52.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELZIA ROSA DA SILVA
PROC./ADV.: TATIANA DE SOUZA OLIVEIRA OAB: RS-56438
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora porquanto a moléstia é preexistente ao ingresso como segurada na Previdência Social.

Sustenta a requerente divergência com entendimento do STJ, no sentido de que o acórdão recorrido contrariou laudos judiciais, mudando a data do início da incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0010516-35.2006.4.03.6310, firmou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE ANTERIOR AO REINGRESSO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Pretende o autor a modificação de acórdão que reformou sentença de procedência de benefício previdenciário. Insiste ele na manutenção daquela decisão monocrática, ao argumento de ser irrelevante o reingresso ao RGPS após a instalação de incapacidade laborativa, eis que o obstáculo legal se refere exclusivamente à impossibilidade de primeira filiação subsequente a uma inaptidão laboral já instalada.

2. O paradigma apontado, originado desta TNU, se presta à configuração da necessária divergência. Ocorre que reflete entendimento que restou superado.

3. Esta julgadora esclarece que possuía entendimento no sentido de que o impedimento legal à concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez somente se configurava quando a incapacidade fosse anterior ao ingresso - considerada a primeira vinculação ao regime. Ocorre que amadureceu seu entendimento, não somente por força da pacificação da jurisprudência a respeito do tema, em sentido contrário, mas também por perceber que ele permitia a prática de verdadeiras fraudes em prejuízo de um sistema cujo equilíbrio é muito singelo. Alinhou, pois, seu posicionamento ao atualmente adotado por este Colegiado, que pacificou o entendimento de que o óbice legal da incapacidade pré-existente previsto no art. 42, § 2º, e no art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 se aplica tanto para o ingresso quanto para o reingresso na Previdência Social (Cf. PEDILEF nº 2007.38.00.730193-7/MG, Rel. Juiz Fed. Sebastião Ogê Muniz, DJ 07.07.2009; PEDILEF nº 2008.72.55.005224-5/SC, Rel. Juíza Fed. Joana Carolina L. Pereira, DJ 11.06.2010).

4. Incidente improvido.

Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que o óbice legal da incapacidade pré-existente (arts. 42, § 2º, e 59, par. único, da Lei 8.213/91) se aplica tanto para o ingresso quanto para o reingresso na Previdência Social.

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Além do mais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo acerca da verificação da data de início da incapacidade não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0054327-96.2011.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA DE SOUSA CASTRO
PROC./ADV.: RITA DE CASSIA GOMES VELIKY RIFF OLIVEIRA OAB: SP-267269
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade do acórdão por violação ao princípio da ampla defesa, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão (incapacidade).

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0064949-16.2006.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: RAIMUNDO SOARES DE BARROS
PROC./ADV.: ROQUE RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR OAB: SP-89472
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004314-71.2008.4.03.6310
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): NIVALDO LEMES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOSÉ APARECIDO BUIN OAB: SP-74541

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora tem direito ao benefício pleiteado, pelo preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0094160-97.2006.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): LAILSON FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE OAB: SP-123545

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora tem direito ao benefício pleiteado, pelo preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006530-36.2007.4.03.6311
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MAURO DE CARVALHO
PROC./ADV.: FÁBIO BORGES BLAS RODRIGUES OAB: SP-153037

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora tem direito ao benefício pleiteado, pelo preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003534-59.2013.4.04.7016
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IRIS REICHERT WAGNER
PROC./ADV.: ITAMAR DALL´AGNOL OAB: PR-36 775
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a condição de miserabilidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da condição de miserabilidade.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007598-21.2007.4.03.6311
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JANE DE SOUZA ALMEIDA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004436-11.2008.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA NAZARÉ PAULA DE MORAES SILVA
PROC./ADV.: ANA PAULA ACKEL RODRIGUES DE OLIVEIRA OAB: SP-150596
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007001-79.2007.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: DALVA LUIZ GUIDETI
PROC./ADV.: IVETE MARIA FALEIROS MACEDO OAB: SP-204303
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio doença/ aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507267-68.2013.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ANTONIA SILVA FERNANDES
PROC./ADV.: JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA OAB: PB-12519
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade do acórdão, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505441-10.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ARLINDO JOSÉ DE SOUZA
PROC./ADV.: JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA OAB: PB-12519
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500460-23.2013.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ FABRÍCIO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB: PB-11 662
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Demais disso, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que, "quando o julgador não reconhece incapacidade para o trabalho, não tem obrigação de analisar as condições pessoais e sociais do segurado, muito embora não fique impedido de fazer tal análise se, segundo seu livre convencimento motivado, entender cabível" (PEDILEF 0052862.57.2008.4.03.6301).

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505546-21.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ANTONIO FIRME DA COSTA
PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB: PB-11 662

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que acolheu o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora tem direito ao benefício pleiteado, pelo preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511562-54.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: BENEDITO FERREIRA DE SOUSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523831-71.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA SOARES CARMO
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0524507-19.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA MÁRCIA DE SOUZA NASCIMENTO
PROC./ADV.: FRANCISCO CORDEIRO ANGELO OAB: CE-10560
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0517627-11.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIO CARLOS PEREIRA DE MENEZES
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0526647-13.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: GILVANDRO DA COSTA PAIVA
PROC./ADV.: TOMAZ DE AQUINO CRISÓSTOMO DA SILVA OAB: PE-3996
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que julgou improcedente a ação em que a parte autora busca a transformação do cargo ocupado na extinta SUDENE em cargo integrante da Categoria Funcional de Técnico em Planejamento, a qual passou a compor o Grupo-Planejamento do Serviço Civil da União (Decreto n. 75.461/75).

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003856-06.2013.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CARLOS ROBERTO MELO RIEGER
PROC./ADV.: NARA MARIA DIEL OAB: RS-35429
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a condição de miserabilidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da condição de miserabilidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508932-07.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DOS ANJOS MAURICIO DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, afastando a sentença, determinou como data de início de recebimento do benefício a da realização do laudo pericial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, a instância de origem consignou que somente na ocasião da perícia médica é que restou demonstrada a incapacidade da autora.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001674-88.2011.4.04.7211
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANDERSON LODETTI CUNHA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: RODRIGO LUIS BROLEZE OAB: SC 11.143

DECISÃO

Trata-se de petição, a qual ora recebo como embargos de declaração, apresentada pela parte ora requerida contra decisão que determinou a remessa do feito à origem para sobrestamento, em razão da PET 8345, a qual trata de pagamento de ajuda de custo por remoção a pedido de servidor público.

A parte embargante alega, em síntese, que, por ser Procurador da República, a referida PET a ele não se aplica, uma vez que trata de caso de servidor público de modo geral.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

De fato, não é possível a aplicação da PET 8345 à carreira de Procurador da República. A TNU, por meio do PEDILEF n. 200837007015970, decidiu que:

"DIREITO ADMINISTRATIVO. REMOÇÃO "A PEDIDO". ALTERAÇÃO DE DOMICÍLIO. PROCURADOR DA REPÚBLICA. INAMOVIBILIDADE. CONCURSO DE REMOÇÃO (EDITAL). INTERESSE PÚBLICO. LEI Nº. 8.112/1990 (RJU). APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 287 E 277 DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 75/1993 (LOMP). DIREITO À AJUDA DE CUSTO. PRECEDENTES DESTA TNU. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO STJ EM RELAÇÃO À MAGISTRATURA. SIMETRIA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. DEVOLUÇÃO À TURMA RECURSAL DE ORIGEM, PARA ADEQUAÇÃO DO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

JULGADO. ARTS. 7º VII, "A" E 15, §§ 1º E 3º, DA RESOLUÇÃO CJF Nº. 22 DE 4 DE SETEMBRO DE 2008 (RI/TNU). 1 - Trata-se de Pedido de Uniformização interposto em face de acórdão que negou provimento a recurso inominado de sentença que julgou improcedente pedido de pagamento de ajuda de custo por remoção "a pedido" de membro do Ministério Público Federal em decorrência de "Concurso de Remoção" promovido pela Instituição. 2 - O acórdão recorrido fixou a tese de que apenas remoção "de ofício", não "a pedido", enseja o pretendido pagamento, nos termos do disposto no art. 277 da Lei Complementar nº. 75/1993 - Estatuto do Ministério Público da União - ("Os membros do Ministério Público da União farão jus, ainda, às seguintes vantagens: I - ajuda de custo em caso de: a) remoção de ofício, promoção ou nomeação que importe em alteração do domicílio legal, para atender às despesas de instalação na nova sede de exercício em valor correspondente a até três meses de vencimentos"). Fixou, ainda, a tese de que o tratamento exaustivo das hipóteses de pagamento de ajuda de custo pela LC nº. 75/1993, lei especial, afasta a aplicação, ainda que subsidiária, da Lei nº. 8.112/1990 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União -, lei geral, conforme art. 287, LC nº. 75/1993 ("Aplicam-se subsidiariamente aos membros do Ministério Público da União as disposições gerais referentes aos servidores públicos, respeitadas, quando for o caso, as normas especiais contidas nesta lei complementar."). 3 - Imprestabilidade do acórdão proferido no Processo nº. 2006.83.08.500113-4 (TRPE - 5ª Região) para caracterização da divergência, com efeito, não é indicada sua fonte. Aplicação do entendimento consolidado na Questão de Ordem nº. 3, TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões") combinado com o consolidado no PEDILEF nº. 0500654-50.2009.4.05.8402, Relª Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, pub. DOU 7.10.2011, Julgado sob o rito do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU ("(...) exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência. Pode o recorrente se desincumbir desse ônus através da juntada aos autos de certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao acórdão indicado como paradigma (inteligência do art. 13 do Regimento Interno desta Turma c/c art. 541 do CPC)"). 4 - Apontados como paradigmas válidos das divergências de interpretação de direito material os acórdãos proferidos nos seguintes processos: PEDILEF nº. 2006.51.51.002075-6, Rel. Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz e PEDILEF Regional nº. 2005.30.00.708783-4, Rel. Juiz Federal Julier Sebastião da Silva (TRU 1ª Região), que fixam a tese de que se aplica subsidiariamente o art. 53, caput, da Lei nº. 8.112/1990 às remoções do MPF perpetradas no interesse do serviço; Processo nº. 2004.51.51.036446101, Rel. Juiz Federal Marcelo Leonardo Tavares (TRRJ - 2ª Região), que fixa a tese de que a realização de concurso de remoção pressupõe interesse do serviço a ensejar o direito à ajuda de custo; Processo nº. 2008.82.00.502980-3, Rel. Juiz Federal Emiliano Zapata de Miranda Leitão (TRPB - 5ª Região), que fixa a tese de que a remoção de ofício, de caráter punitivo, não pode ensejar um regime jurídico mais privilegiado. Caracterização da divergência. 5 - O art. 277, I, "a", da LC nº. 75/1993 não previu todas as hipóteses de concessão da vantagem ajuda de custo por remoção; com efeito, refere-se apenas àquela de ofício, de caráter eminentemente punitivo, fundada no interesse público e decidida pelo voto da maioria absoluta dos membros do órgão colegiado competente, assegurada ampla defesa. Não tendo a LC nº. 75/1993 tratado exaustivamente do tema, aplica-se subsidiariamente a Lei nº. 8.112/1990, como previsto em seu art. 287. O art. 53 dessa última lei contém disposição geral aplicável aos servidores públicos civis da União não conflitante com qualquer disposição especial do Estatuto do Ministério Público da União, confira-se: "A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede". 6 - Gozando os membros do Ministério Público da garantia constitucional da inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, "b", CF), sua remoção pressupõe manifestação de vontade, materializada na formulação de "pedido". O edital publicado pela Administração, por sua vez, revela a existência de vagas e o interesse público em provê-las. A remoção nessa hipótese atende primariamente o interesse do serviço e apenas secundariamente o interesse do agente. Fazem jus, portanto, os membros do MPF ao pagamento de ajuda de custo quando a remoção no interesse público importa em alteração do domicílio. 7 - Precedentes da TNU: PEDILEF nº. 2006.51.51.002075-6, Rel. Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJU 18.2.2008; PEDILEF nº. 200251520015144, Relª Juíza Federal Mônica Sifuentes, DJU 29.9.2004. 8 - Consolidação no STJ, ademais, de entendimento que acolhe idêntica ratio acerca do pagamento de ajuda de custo à magistratura (art. 65, I, LC nº. 35/1979 - LOMAN), carreira simétrica à do Ministério Público (cf. CNJ, PP nº. 0002043-22.2009.2.00.0000, Rel. Conselheiro Gilberto Valente Martins, pub. DJe 14.12.2010), verbis: "3. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o magistrado faz jus à ajuda de custo, seja na remoção ex officio, seja na levada a efeito a pedido do interessado, uma vez que em ambas está presente o interesse público. Precedentes: AgRg no REsp 945.420/SC, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 27.9.2010; AgRg no REsp 779.276/SC, Rel. Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ-SP), Sexta Turma, DJe 18.5.2009; AgRg no Ag 1.354.482/SC, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 18.2.2011". (Processo AgRg no AREsp 64318/RS - 2011/0242466-9, Segunda Turma, Rel. Ministro Humberto Martins, pub. DJe 5.3.2012). 9 - Incidente de uniformização conhecido e provido. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado à premissa de direito uniformizada. 10 - O julgamento deste incidente de uniformização, que reflete o entendimento consolidado da Turma Nacional de Uniformização, resultará na devolução às Turma de origem de todos os outros recursos que versem sobre o mesmo objeto a fim de que mantenham ou promovam a adequação do acórdão recorrido à tese jurídica firmada, em cumprimento ao disposto nos arts. 7º VII, "a" e 15, §§ 1º e 3º, da Resolução CJF nº. 22 de 4 de setembro de 2008 (RI/TNU)"

Verifica-se, portanto, que o entendimento consolidado neste TNU é o mesmo firmado nas instâncias originárias.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, acolho os embargos para negar provimento ao agravo interposto pela UNIÃO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500799-22.2012.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUCIENE LOPES DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE OAB: CE-4072
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005760-32.2011.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VALI POERNER
PROC./ADV.: JOSÉ DELMAR MATZENBACKER OAB: RS-31331
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, considerando que tanto o preâmbulo quanto o conteúdo do decisum pertenciam a outros autos.
Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação da nova decisão, já constando o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de reajuste formulado na inicial, sob o fundamento de que a revisão já foi efetuada administrativamente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No julgamento do RE 564.354/SE, em sede de repercussão geral, assim decidiu o STF:

"DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada.

2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional.

3. Negado provimento ao recurso extraordinário".

(Recurso Extraordinário n. 564.354/SE Rel. Ministra Carmem Lúcia, Tribunal Pleno, DJe de 14.2.11 - grifo nosso)

Dessa forma, em tese seria possível acolher a pretensão da parte requerente, considerando que seu benefício foi limitado ao teto previdenciário no momento de sua concessão, e que tal limitação não foi totalmente recuperada com a revisão prevista nos arts. 26, da Lei 8.870/94, e 21, § 3º, da Lei 8.880/94.

Entretanto, in casu as instâncias de origem consignaram que a autarquia requerida já efetuou administrativamente a revisão pretendida.

Conclui-se, portanto, pela ausência de interesse processual, considerando que a demanda foi atendida. Sendo assim, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal encontra óbice no enunciado da Súmula 43/TNU, segundo a qual "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."

Inviável a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem, no sentido de que a revisão postulada foi efetivamente realizada, diante da necessidade de revisão de provas dos autos. Incidência do óbice contido na Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005721-35.2011.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ARMINDO ALOISIO TERHORST
PROC./ADV.: JOSÉ DELMAR MATZENBACKER OAB: RS-31331
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, considerando que tanto o preâmbulo quanto o conteúdo do decisum pertenciam a outros autos.
Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação da nova decisão, já constando o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de reajuste formulado na inicial, sob o fundamento de que o benefício do autor não foi limitado pelo teto previdenciário.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O acórdão recorrido está alinhado ao entendimento do STF que, no julgamento do RE 564.354/SE, em sede de repercussão geral, assim decidiu:

"DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada.

2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda

PUBLICAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional.

3. Negado provimento ao recurso extraordinário".

(Recurso Extraordinário n. 564.354/SE Rel. Ministra Carmem Lúcia, Tribunal Pleno, DJe de 14.2.11 - grifo nosso)

Inviável a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem, no sentido de que o benefício previdenciário não foi limitado pelo teto geral de previdência, diante da necessidade de revisão de provas dos autos. Incidência do óbice contido na Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005755-10.2011.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: AMELIA MARIA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOSÉ DELMAR MATZENBACKER OAB: RS-31331
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, considerando que tanto o preâmbulo quanto o conteúdo do decisum pertenciam a outros autos.
Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação da nova decisão, já constando o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de reajuste formulado na inicial, sob o fundamento de que o benefício da autora não foi limitado pelo teto previdenciário.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O acórdão recorrido está alinhado ao entendimento do STF que, no julgamento do RE 564.354/SE, em sede de repercussão geral, assim decidiu:

"DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada.

2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional.

3. Negado provimento ao recurso extraordinário".

(Recurso Extraordinário n. 564.354/SE Rel. Ministra Carmem Lúcia, Tribunal Pleno, DJe de 14.2.11 - grifo nosso)

Inviável a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem, no sentido de que o benefício não foi limitado pelo teto geral de previdência, diante da necessidade de revisão de provas dos autos. Incidência do óbice contido na Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500749-95.2014.4.05.8502
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: JOSÉ FERNANDO TEIXEIRA DE JESUS
PROC./ADV.: SÉRGIO ARAGÃO DE MELO OAB: SE-3236
REQUERENTE: MARIA NIDE TEIXEIRA
PROC./ADV.: SÉRGIO ARAGÃO DE MELO OAB: SE-3236
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não restaram demonstrados os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, consignou não estar comprovada a condição de rurícola do falecido.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 00139766120104014300, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente, nos seguintes termos:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. PROVAS QUE FORAM ADMITIDAS, MAS NÃO FORAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À CONVICÇÃO DOS JULGADORES. QUESTÃO DE ORDEM 22 E SÚMULA 42 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. O julgamento proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins não apresenta qualquer contrariedade com o julgamento apresentado como paradigma, já que não negou aos documentos apresentados a potencialidade probante desejada pela parte autora da demanda, mas sim que sua força efetiva de comprovação da situação fática subjacente ao direito alegado foi insuficiente ao convencimento dos julgadores, tanto do JEF como da TR-SJTO. Portanto, não há similitude fática e jurídica do paradigma apresentado, porque o julgamento pela TR-SJTO não negou validade às provas apresentadas, mas antes as ponderou, junto a outros elementos dos autos, para considerar não comprovada a situação fática do exercício do labor rural pelo período de carência exigido na hipótese dos autos, de 156 meses. Aqui incide a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)." Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU, se vencida a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato (Publicada no DJ de 03/11/2011, à página 128)." Assim, voto pelo não conhecimento do Pedilef da parte autora da demanda."

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501156-59.2013.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: GLAUCILENE MONTENEGRO ARAÚJO
PROC./ADV.: JOSÉ ALBERTO E. DA SILVA OAB: PB-10248
PROC./ADV.: ANNA KARINA MARTINS S. REIS OAB: PB-8266
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, considerando que tanto o preâmbulo quanto o conteúdo do decisum pertenciam a outros autos.
Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação da nova decisão, já constando o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade permanente da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade diagnosticada causa incapacitação de natureza temporária à requerente, com duração aproximada de seis meses.

Inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem, para se aferir a natureza da incapacidade, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003678-59.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MIGUEL MESQUITA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

O aresto combatido manteve a sentença que rejeitou pedido de revisão de benefício previdenciário, sob o fundamento de que na ocasião da concessão da aposentadoria ao autor, já estava em vigência a alteração legislativa que excluiu o décimo terceiro do cálculo do salário de benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização, ao enfrentar a matéria, editou a Súmula 60, segundo a qual "o décimo terceiro salário não integra o salário de contribuição para fins de cálculo do salário de benefício, independentemente da data da concessão do benefício previdenciário."

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5000051-33.2013.4.04.7109
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ZACARIAS DE BORBA LOPES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tanto no preâmbulo quanto em seu conteúdo. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação da nova decisão, já constando o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez/auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a incapacidade portada pelo requerente é anterior ao seu reingresso no RGPS.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001462-96.2013.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO: NELSON GUILHERME PRASS
PROC./ADV.: CLAUDIA VOLKMER DESTEFANI OAB: RS-74750

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo INSS contra decisão que negou provimento ao agravo interposto pela ora embargada, a qual, por aplicação da Súmula 31 desta TNU, determinou a restituição dos autos à origem.

A parte embargante alega, em síntese, que a decisão foi omissa acerca da divergência do referido entendimento com a orientação pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual a sentença trabalhista homologatória só constitui início de prova material para fins previdenciários se corroborada com outros elementos probatórios.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

A TNU, por meio do PEDILEF n. 50365865620114047100, firmou entendimento no seguinte sentido:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SENTENÇA TRABALHISTA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA DE EXAME DAS DEMAIS PROVAS. QUESTÃO DE ORDEM 20. PROVIMENTO DO INCIDENTE. RETORNO À TR DE ORIGEM. EXAME DAS PROVAS. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela parte-autora pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, rejeitou pedido de auxílio-doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez. 2. O aresto combatido considerou que não foram satisfeitos os requisitos à concessão do benefício previdenciário pleiteado, sob o entendimento de que não restou demonstrada a condição de segurada da parte-autora, uma vez que o reconhecimento da condição de segurado baseou-se em sentença homologatória trabalhista cuja prolação "não resultou de provas apresentadas nesse sentido, nem de oitivas de testemunhas que corroborassem as alegações da reclamante". 3. No Incidente de Uniformização, a parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), considerou(aram) a anotação na CTPS por força de sentença trabalhista como prova suficiente da atividade laborativa para fins de previdenciários, além de sustentar que o julgado recorrido afrontou expressamente as demais provas existentes nos autos. 4. Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que "as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório" (grifei). 5. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º). 6. Inicialmente, observo que não cabe o incidente de uniformização com base em divergência com julgados proferidos por Tribunais Regionais Federais (caso dos apresentados pela parte-requerente) e que o julgado do STJ (Processo nº 1998/0059339-0) apontado como paradigma trata de matéria diversa a que examinada pelo julgado recorrido: naquele trata de tempo de serviço e neste de tempo de contribuição. 7. Na hipótese, conheço do incidente pela alegada ofensa pelo acórdão recorrido à Súmula 31 da TNU ("a anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários"), hipótese expressamente prevista no Regimento Interno da Corte (art. 8º, X) como caso de provimento do incidente (caso confirmada a alegação inicial). 8. No acórdão recorrido, a Turma Recursal do Rio Grande do Sul, reformando a sentença, rejeitou pedido de auxílio-doença e sua conversão em aposentadoria por invalidez, sob o seguinte fundamento: "Na hipótese dos autos, a autarquia alega, com razão, que o vinculo empregatício reconhecido em reclamatória trabalhista não resultou de provas apresentadas nesse sentido, nem da oitiva de testemunhas que corroborassem as alegações da reclamante. Observa-se que, de fato, não há qualquer elemento material que comprove o efetivo exercício da atividade de doméstica, nem tampouco, produção de prova testemunhal no sentido de corroborar a existência do vinculo empregatício, de modo que o reconhecimento, por parte do reclamado, de tempo de trabalho, equipara-se a acordo trabalhista. Ademais, cumpre frisar que a reclamatória foi ajuizada muito tempo após o alegado vinculo e o registro em CTPS, bem como os recolhimentos, são posteriores ao início da incapacidade." (grifei). 9. A questão controversa, portanto, centra-se na exigibilidade, para fins de admissão como início de prova da anotação da CTPS por força judicial, de elementos de provas (documentais e/ou testemunhais) que embasem o julgado da Justiça do Trabalho. 10. Sobre o ponto, observo que a Súmula 31 desta TNU prescreve que "a anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários", não tratando expressamente sobre o ponto controverso. 11. Porém, definindo a anotação na CTPS por força de sentença trabalhista como início de prova material, o entendimento pacificado pela TNU aponta no sentido de se admitir prova em contrário ou outros meios de provas que a ratifique. 12. Neste sentido, extrai-se de um dos precedentes que ensejaram o Enunciado (PEDILEF 2002.51.51.023535-4/RJ, rel. Juíza Federal Mônica Sifuentes) a abordagem de posições distintas do STJ sobre a matéria: ou anotação da CTPS seria início de prova, caso estivesse amparada em elementos de prova na ação trabalhista ou previdenciária; ou seria prova plena independentemente da apresentação de outras provas. 13. Ao final, naquele julgamento, concluiu-se que "o melhor entendimento é o que considera a anotação decorrente de sentença trabalhista como início de prova material, devendo ser corroborado por outras provas, para efeito de comprovação do tempo de serviço". 14. Assim, a tese que se ratifica é que a anotação da CTPS por força de sentença trabalhista homologatória constitui-se em início de prova material para fins previdenciários, demandando, porém, o exame de elementos de provas, seja na seara trabalhista em que se prolatou o julgado, ou na ação previdenciária, de forma ratificadora do vínculo trabalhista. 15. Na hipótese, contudo, verifica-se que a Turma Recursal de origem negou validade à anotação em face da apontada ausência de outros elementos corroborativos do vínculo trabalhista reconhecido na Justiça do Trabalho. 16. No entanto, na sentença, o magistrado do JEF citou outros elementos de prova nos autos que, em tese, serviriam à consolidação do início de prova representado pelo reconhecimento da atividade laboral pelo ex-empregador na seara trabalhista: "verifica-se que a parte autora prestou serviços, na condição de empregada, para o Sr. Leonardo Donadio, conforme depoimento do empregador (ATA1- evento 92), ata de audiência trabalhista (PROCADM1 - evento 88), em que é reconhecido o vínculo no período de 13/12/2003 a 01/08/2009, e recibos de pagamento assinados pela autora, no período de 13/01/2004 a 15/06/2006, e em 15/12/06". 17. É o caso de dar-se provimento ao incidente para, em face de implicar o provimento do presente incidente, quanto à matéria de direito, na necessidade de reexame da matéria de fato, determinar o retono à TR de origem para reapreciação das provas (conforme a Questão de Ordem nº 20/TNU)."

Tendo em vista o entendimento acima, cumpre transcrever trecho do acórdão que indica a ausência, no caso concreto, de documentos aptos a corroborar o que consta da sentença homologatória trabalhista, a qual, por si só, de fato, não pode ser tida como início de prova material. Verbis:

"Pretendendo comprovar o exercício de atividade de trabalho no período de 02/08/99 a 30/08/2003, a parte autora anexou ao processo apenas uma ata de audiência de conciliação realizada na Justiça do Trabalho, em que homologado acordo reconhecendo a existência de vínculo empregatício no referido período; destarte, inexistem elementos materiais comprobatórios do exercício de atividade de trabalho no período de 02/08/99 a 30/08/2003.

Por conseguinte, deve ser afastado o reconhecimento do tempo de serviço correspondente ao período de 02/08/99 a 30/08/2003, porquanto a sentença trabalhista, desacompanhada de elementos que evidenciem o exercício de atividade laborativa, não pode ser utilizada como início de prova material, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça."

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Assim sendo, deve ser anulada a decisão anteriormente prolatada e acolhidos os embargos para sanar a omissão existente no referido decisum.

Ante o exposto, acolho os embargos e nego provimento ao agravo interposto pela ora embargada, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000489-81.2012.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MELQUIDES DEBIASI
PROC./ADV.: ALEX JACSON CARVALHO OAB: RS-49563
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de petição, que ora recebo como embargos de declaração, interposta pela parte ora requerente contra decisão que determinou o retorno dos autos à origem para apreciação do pedido de uniformização regional de jurisprudência.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de erro na decisão, porquanto já houve julgamento do seu pedido regional de uniformização.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Parcial razão assiste à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

No caso vertente, verifica-se que houve equívoco na decisão proferida, uma vez que a Turma Recursal a quo já analisou o pedido regional de uniformização, o qual não foi conhecido.

Destarte, a fim de sanar o vício apontado, passo a analisar o agravo interposto contra a decisão que negou seguimento ao incidente nacional, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de reconhecimento e cômputo do tempo de atividade rural, em regime de economia familiar, sob o fundamento de que não restaram demonstrados os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado.

Sustenta a parte ora requerente que, nos termos da Súmula 41 da TNU, o fato de seu pai exercer atividades urbanas no período de carência não teria o condão de descaracterizar o regime de economia familiar do seu labor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cabe destacar o entendimento da TNU acerca da matéria: "A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto." (Súmula 41/TNU)

Destarte, comprovado o exercício de atividade urbana por algum membro do grupo familiar, cabe ao julgador analisar as provas dos autos a fim de determinar se a parte preenche os requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado.

In casu, verifica-se que a decisão recorrida seguiu a orientação acima exposta, haja vista que analisou o conjunto probatório após a constatação da existência de atividade urbana, dentro do período de carência, exercida pelo pai do autor, concluindo pelo indeferimento dos pedidos autorais, uma vez que a atividade urbana do pai do demandante, no caso, descaracterizou o seu labor rurícola.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Logo, entendo que a parte embargante está com a razão quanto à existência do alegado erro, porém, no mérito, o pedido de uniformização não merece prosperar, tendo em vista que a decisão da Turma de origem está em consonância com o entendimento da TNU.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para sanar o vício alegado, porém, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0011718-11.2004.4.01.3000
ORIGEM: AC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE
REQUERENTE: IZAIAS DA PAIXÃO SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Acre que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0010233-38.2012.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO
REQUERENTE: MARIA EDUARDA DA SILVA SANTANA
REPRESENTANTE LEGAL: ROBERTA DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Mato Grosso que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-reclusão à parte autora.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 2 de fevereiro de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511585-03.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: REGINA JOSE DOS SANTOS
PROC./ADV.: NELSON GONÇALVES MACEDO MAGALHÃES OAB: CE-16 650
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria por idade rural, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a condição de rurícola do requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da condição de segurada especial da requerente, até porque os documentos juntados não foram aptos a servir de início de prova material para tal comprovação.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 2 de fevereiro de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503618-41.2012.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANISIA LUCIA FREITAS DOS REIS
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE 7.576
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por idade, na qualidade de segurada especial, sob o fundamento de que não restaram demonstrados os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cabe destacar o entendimento da TNU acerca da matéria: "A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto." (Súmula 41/TNU)

Destarte, comprovado o exercício de atividade urbana por algum membro do grupo familiar, cabe ao julgador analisar as provas dos autos a fim de determinar se a parte preenche os requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado.

In casu, verifica-se que a decisão recorrida seguiu a orientação acima exposta, haja vista que analisou o conjunto probatório após a constatação da existência de atividade urbana, dentro do período de carência, exercida pelo marido e pelo filho da autora, concluindo pelo indeferimento do benefício pleiteado em virtude da fragilidade da prova material apresentada, bem como pelo fato de que o depoimento pessoal e a inspeção judicial não foram favoráveis à requerente.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ainda que assim não fosse, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 2 de fevereiro de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0020212-20.2009.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: LAENY SILVA BAIA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003283-77.2013.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DOZOLINA SILVA BONATTI
PROC./ADV.: JOÃO LUIZ SPANCERSKI OAB: PR-33257
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a condição de miserabilidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da condição de miserabilidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006338-55.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: HELIO CESAR SAMPAIO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5013364-47.2011.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VERGILIO CARVALHO BUENO
PROC./ADV.: J.N. COELHO NETO OAB: SC-5596
PROC./ADV.: RODRIGO COELHO OAB: SC-18124

DECISÃO

Recebo o agravo pela parte ora requerente nos termos do § 2º do art. 36 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, verbis:

§ 2º Inadmitido o incidente, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, que o feito seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a remessa dos autos ao STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003596-42.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIHA GONZAGA LIMA
PROC./ADV.: MARCELO RICARDO MAES OAB: SC-9510

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de pensão por morte, reconhecendo a qualidade de segurado do de cujus, sob o fundamento de que restou demonstrada a desocupação involuntária.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 200461845869134, firmou entendimento no sentido do aresto recorrido, verbis:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-DOENÇA. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. PROVA DA SITUAÇÃO DE DESEMPREGO. DESNECESSIDADE DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO. IMPRESTABILIDADE DA PROVA NEGATIVA, RELATIVA À AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO EM CTPS E DE REGISTRO DE VÍNCULO NA CNIS PARA ESSA FINALIDADE. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO POR OUTROS MEIOS DE PROVA. INCIDENTE PROVIDO EM PARTE. 1. Nos termos de posição pacificada pelo Eg. Superior Tribunal de Justiça após o julgamento do incidente de uniformização inaugurado pela Pet. 7.115, a comprovação da situação de desemprego que autoriza a extensão do período de graça não necessita ser demonstrada através de registro junto ao Ministério do Trabalho. Necessário, para tanto, a produção de qualquer tipo de prova em direito admitida, à exceção da negativa consubstanciada na ausência de anotações em CTPS ou de registro de vínculos em CNIS. 2. Não tendo sido exaurida a instrução processual com relação à situação de desemprego, impõe-se a anulação do julgado e o retorno dos autos ao Juízo de origem, para que seja oportunizada à parte autora a comprovação do referido fato, por outros meios de prova admitidos em Direito. 3. Incidente de uniformização provido em parte, para anulação da sentença e do acórdão recorridos.

(PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO 200461845869134; Relatora: Juíza Federal Simone Lemos Fernandes; julgado em 02/08/2011)"

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

A Turma Recursal de origem, após soberana análise do acervo fático-probatório, manteve a sentença ao concluir pela ocorrência do desemprego involuntário do de cujus. Inviável a alteração de tal entendimento, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5007365-97.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SANTOS EVANIR DIAS FIGUEIRO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004414-34.2010.4.03.6317
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: KEVIN SILVA DE MORAES
PROC./ADV.: SHIRLEY CANIATTO OAB: SP-140776
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado do cônjuge falecido da parte autora, sendo devido o benefício previdenciário.

A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")

Ante o exposto, com base no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5010126-43.2013.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): ESPÓLIO DE LÍDIA DE PAULA GONÇALVES
PROC./ADV.: RICARDO PAVÃO TUMA OAB: PR-16680
REQUERIDO(A): ROSELI MARIA FREDERICO
PROC./ADV.: RICARDO PAVÃO TUMA OAB: PR-16680

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que determinou a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado ao entendimento do STJ, REsp 1.211.676/RN, pacificado em sede de repetitivo.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não se aplica ao caso em análise a jrisprudência do STJ acima referida, uma vez que há entendimento contrário no âmbito do STF.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.211.676/RN, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, pacificou o entendimento de que assiste aos dependentes de ex-ferroviário o direito à complementação da pensão paga, devendo ser preservada a equivalência com a renda do trabalhador em atividade, senão vejamos:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. PENSIONISTAS DE EX-FERROVIÁRIOS.

DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO RECONHECIDO NA FORMA DO ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 8.186/91. DEMANDA QUE NÃO CORRESPONDE AO TEMA DE MAJORAÇÃO DE PENSÃO NA FORMA DA LEI 9.032/95, APRECIADOS PELO STF NOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS 415.454/SC E 416.827/SC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Controvérsia que se cinge ao reconhecimento, ou não, do direito à complementação da pensão paga aos dependentes do ex-ferroviário, mantendo-se a equivalência com a remuneração do ferroviário em atividade.

2. Defende a recorrente que as pensões sejam pagas na forma dos benefícios previdenciários concedidos na vigência do art. 41 do Decreto 83.080/79, ou seja, na proporção de 50% do valor da aposentadoria que o segurado percebia ou daquela a que teria direito, se na data do seu falecimento fosse aposentado, acrescida de tantas parcelas de 10% (dez por cento) para cada dependente segurado.

3. A jurisprudência desta Casa tem reiteradamente adotado o entendimento de que o art. 5º da Lei 8.186/91 assegura o direito à complementação à pensão, na medida em que determina a observância das disposições do parágrafo único do art. 2º da citada norma, o qual, de sua parte, garante a permanente igualdade de valores entre ativos e inativos.

4. Entendimento da Corte que se coaduna com o direito dos dependentes do servidor falecido assegurado pelo art. 40, § 5º, da CF/88, em sua redação original, em vigor à época da edição da Lei 8.186/91, segundo o qual "O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo anterior".

5. A Lei 8.186/91, destinada a disciplinar a complementação dos proventos dos ferroviários aposentados e das pensões devidas aos seus dependentes, por ser norma específica, em nada interfere na regra de concessão da renda mensal devida a cargo do INSS, a qual permanece sendo regida pela legislação previdenciária.

6. Ressalva de que o caso concreto não corresponde àqueles apreciados pelo Supremo Tribunal Federal nos RE 415.454/SC e RE 416.827/SC, ou ainda, no julgado proferido, com repercussão geral, na Questão de Ordem no RE 597.389/SP. Em tais assentadas, o STF decidiu ser indevida a majoração das pensões concedidas antes da edição da Lei 9.032/95, contudo, a inicial não veiculou pleito relativo a sua aplicação.

7. A Suprema Corte não tem conhecido dos recursos interpostos em ações análogas aos autos, acerca da complementação da pensão aos beneficiários de ex-ferroviários da extinta RFFSA, por considerar que a ofensa à Constituição, se existente, seria reflexa.

8. Recurso especial conhecido e não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ."

(REsp 1211676/RN, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 17/08/2012)

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5019360-67.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL
PROC./ADV.: PROCURADOR DO BANCO CENTRAL DO BRASIL
REQUERIDO(A): SIRLEI DO AMARAL DA SILVA
PROC./ADV.: DEIVTI DIMITRIOS PORTO DOS SANTOS OAB: RS-48 951

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que reformou sentença entendendo pela legitimidade do requerente para figurar no polo passivo da demanda.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação do requerente já que focada exclusivamente na discussão sobre sua legitimidade para responder pela demanda.

Portanto, a questão em discussão não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.

Destarte, incide a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001826-45.2013.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: LUCILDO PEDROSA DA COSTA
PROC./ADV.: WILSON MOLINA PORTO OAB: AM-805
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de benefício assistencial, com efeitos a partir da juntada do laudo socioeconômico.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias consignaram que somente no curso processual é que os requisitos de incapacidade e miserabilidade restaram atendidos.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5020123-77.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: OTILIA BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.: NOEMIA INGRACIO DE SILVA OAB: PR-57 087
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, modificando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 580.963/PR, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, assim decidiu:

"Benefício assistencial de prestação continuada ao idoso e ao deficiente. Art. 203, V, da Constituição. A Lei de Organização da Assistência Social (LOAS), ao regulamentar o art. 203, V, da Constituição da República, estabeleceu os critérios para que o benefício mensal de um salário mínimo seja concedido aos portadores de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. 2. Art. 20, § 3º, da Lei 8.742/1993 e a declaração de constitucionalidade da norma pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 1.232. Dispõe o art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93 que: "considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo". O requisito financeiro estabelecido pela Lei teve sua constitucionalidade contestada, ao fundamento de que permitiria que situações de patente miserabilidade social fossem consideradas fora do alcance do benefício assistencial previsto constitucionalmente. Ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.232-1/DF, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS. 3. Decisões judiciais contrárias aos critérios objetivos preestabelecidos e processo de inconstitucionalização dos critérios definidos pela Lei 8.742/1993. A decisão do Supremo Tribunal Federal, entretanto, não pôs termo à controvérsia quanto à aplicação em concreto do critério da renda familiar per capita estabelecido pela LOAS. Como a Lei permaneceu inalterada, elaboraram-se maneiras de contornar o critério objetivo e único estipulado pela LOAS e de avaliar o real estado de miserabilidade social das famílias com entes idosos ou deficientes. Paralelamente, foram editadas leis que estabeleceram critérios mais elásticos para concessão de outros benefícios assistenciais, tais como: a Lei 10.836/2004, que criou o Bolsa Família; a Lei 10.689/2003, que instituiu o Programa Nacional de Acesso à Alimentação; a Lei 10.219/01, que criou o Bolsa Escola; a Lei 9.533/97, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. O Supremo Tribunal Federal, em decisões monocráticas, passou a rever anteriores posicionamentos acerca da intransponibilidade dos critérios objetivos. Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro). 4. A inconstitucionalidade por omissão parcial do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. O Estatuto do Idoso dispõe, no art. 34, parágrafo único, que o benefício assistencial já concedido a qualquer membro da família não será computado para fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a LOAS. Não exclusão dos benefícios assistenciais recebidos por deficientes e de previdenciários, no valor de até um salário mínimo, percebido por idosos. Inexistência de justificativa plausível para discriminação dos portadores de deficiência em relação aos idosos, bem como dos idosos beneficiários da assistência social em relação aos idosos titulares de benefícios previdenciários no valor de até um salário mínimo. Omissão parcial inconstitucional. 5. Declaração de inconstitucionalidade parcial, sem pronúncia de nulidade, do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento."

(RE 580963, Relator Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 18.4.2013, processo eletrônico repercussão geral - Mérito DJe fl. 225 Divulg 13.11.2013 Public 14.11.2013)

O acórdão recorrido concluiu ser inaplicável o art. 34, parágrafo único, do Estatuto do Idoso, tendo em vista que o benefício percebido pelo membro familiar idoso é superior a um salário mínimo.

Assim, estando o acórdão recorrido de acordo com entendimento pacífico do STJ, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fulcro no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004510-70.2011.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MAURO JOSÉ RUBIN
PROC./ADV.: JOÃO FRANCISCO BOL DA SILVA OAB: RS-81 023
PROC./ADV.: ALTEMIR FELTRIN OAB: RS-83 611
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36, caput, do RITNU, suscitado contra decisão do que negou seguimento ao incidente, pela aplicação da Sumula 42/TNU.

É, no essencial, o relatório.

O pedido não merece acolhimento.

O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que "O pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização" (grifei, AgRg na Pet 10463/PE, 28.5.2014, DJe 02/06/2014), sendo inviável a interposição do referido incidente para o STJ contra decisão monocrática do Presidente da TNU.

Além disso, inexistindo decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0046934-76.2009.4.02.5151
ORIGEM: TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: EDISON VARELLA DA COSTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36 do RITNU, suscitado contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do pedido.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado na TNU diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é permitida a cumulação do auxílio-acidente com a aposentadoria desde que o primeiro benefício tenha sido deferido antes da alteração legislativa que passou a vedar tal cumulação.

Requer, assim, seja admitido o seu pedido de uniformização.

É, no essencial, o relatório.

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, o pedido deve ser analisado pela Corte Superior de Justiça (art. 36, § 1º, do RITNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, admito o incidente. Em consequência, determino a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002705-66.2013.4.04.7117
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VERA LÚCIA BOBERMIM
PROC./ADV.: RONALDO RÓDIO OAB: RS-23044
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que a autora perdeu a qualidade de segurada especial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente é anterior ao seu reingresso no RGPS.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5027333-49.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELIANE MARIA WICIENSKI DE ALMEIDA
PROC./ADV.: CARLA DE OLIVEIRA LOPES AMARO OAB: RS-36 857
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001482-11.2013.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIZETE DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: LEONARDO HAAB OAB: RS-63 074
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade total da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício de outras atividades laborais, devendo se submeter à processo de reabilitação profissional.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003410-20.2009.4.03.6309
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA DO CARMO ANDRE DE SOUZA
PROC./ADV.: JOÃO FRANCISCO DA SILVA OAB: SP-245 468
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado do cônjuge falecido da parte autora, sendo indevido o benefício previdenciário.

A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")

Ante o exposto, com base no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005379-39.2010.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA APARECIDA GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA OAB: SP-172851
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que a incapacidade da parte é preexistente ao retorno do segurado ao regime de previdência.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Esta TNU, por meio do PEDILEF n. 05035474320064058200, nesse sentido, entendeu que:

"VOTO-EMENTA INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PREEXISTÊNCIA DA DOENÇA E DA INCAPACIDADE AO REINGRESSO NO RGPS. ART. 59, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 8.213/91. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO. SÚMULA 42/TNU. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE ACÓRDÃO RECORRIDO E PARADIGMA APONTADO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Pedido de concessão de benefício de auxílio-doença e posterior conversão em aposentadoria por invalidez, mediante reconhecimento da incapacidade laboral que acometeria a autora. 2. Sentença de improcedência do pedido, ao argumento de que a tanto a doença que acomete a autora quanto a incapacidade daí resultante são preexistentes ao reingresso ao Regime Geral de Previdência Social. 3. Manutenção da sentença pela Turma Recursal da Paraíba. 4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001. 5. Sustenta a recorrente que, embora a doença seja preexistente ao reingresso no RGPS, a incapacidade lhe é posterior, resultando do agravamento da doença, dessa forma, seria possível a concessão do benefício, conforme entendimento adotado pela 1ª Turma Recursal do Mato Grosso. 6. Incidente inadmitido pela Presidência da Turma Recursal da Paraíba, sob fundamento de que seu seguimento importaria em reexame de matéria de fato, bem como em razão de as decisões citadas não servirem como paradigma da alegada divergência. 7. Com efeito, analisar se a incapacidade laboral resultante da patologia que atinge a autora é efetivamente preexistente ou não ao reingresso da demandante ao RGPS, contraria o ditame da Súmula n.º 42/TNU, que veda o conhecimento de incidente que implique em reexame da matéria de fato. 8. Outrossim, os acórdãos apontados pela recorrente como paradigma da dissonância não guardam exata correspondência fático-jurídica com a situação dos autos, considerando que no caso concreto a incapacidade que acomete a autora não decorre de agravamento de doença preexistente ao reingresso no RGPS, mas a própria incapacidade precede o referido reingresso. 9. Em que pese o laudo pericial produzido em juízo não tenha conseguido precisar a data de início da incapacidade, a sentença prolatada e confirmada pela Turma Recursal da Paraíba consigna expressamente que a autora refere em seu depoimento pessoal que a incapacidade que lhe acomete principiou após a realização de uma cirurgia, a qual, segundo a prova oral produzida, realizou-se em 1998. 10. Os arestos apontados como paradigma, por sua vez, versam acerca da concessão do benefício com base no parágrafo único do art. 59 da Lei n.º 8213/91, em que, embora a doença preceda o ingresso ou o reingresso ao RGPS, a incapacidade que causa decorre de seu agravamento, o que ocorre tão-somente após o reingresso. 11. Nesse sentido, já se manifestou este Colegiado: "PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU AUXÍLIO-DOENÇA. REINGRESSO NO RGPS. DOENÇA PRÉ-EXISTENTE. NÃO CONCESSÃO. 1. O reingresso no Regime Geral de Previdência Social não gera direito ao auxílio-doença ou à aposentadoria por invalidez, quando comprovado que a incapacidade que acomete o autor preexistia à data de início de seu novo vínculo com a Previdência Social. 2. Entendimento diverso atentaria contra o caráter contributivo que o art. 201 da Constituição da República atribui à Previdência Social, ferindo, ainda, o equilíbrio financeiro, que também lhe é resguardado pelo texto constitucional. 3. Na hipótese dos autos, havendo-se concluído que a incapacidade do autor precederia ao seu reingresso na Previdência Social, acertado o indeferimento de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, mesmo porque, no caso, não incide a ressalva da incapacidade decorrente de progressão ou agravamento da doença pré-existente, que, diferentemente, autorizaria o deferimento do benefício pleiteado. 4. Pedido de Uniformização a que se nega provimento.A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, negar provimento ao Incidente, nos termos do relatório, do voto e da ementa constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. (PEDILEF 200872550052245, JUÍZA FEDERAL JOANA CAROLINA LINS PEREIRA, DJ 11/06/2010.)". 12. Dessa forma, uma vez que a improcedência do pleito parte de premissas diversas daquelas utilizadas nos casos apontados como paradigma da divergência, não se configura o pressuposto de admissibilidade do pedido de uniformização previsto no art. 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/01. 13. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido, nos termos acima."

Dessa forma, incide também, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0011096-18.2008.4.03.6303
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: RAUL MONTEIRO DA SILVA
PROC./ADV.:
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, não foi verificada a incapacidade hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Ademais, a incapacidade para o trabalho e para a vida independente merece cuidadosa análise em cada caso concreto, vez que a idade e a escolaridade são fatores decisivos. Uma pessoa com idade avançada (ainda que não idosa) e com baixo nível de escolaridade, ao ver-se incapaz para o exercício regular de sua atividade habitual, encontra-se, de fato, incapaz de se inserir em atividade que desconhece. De outra sorte, é a situação de uma pessoa ainda jovem, com um nível de escolaridade razoável, que lhe permita o reingresso no mercado de trabalho.

Ressalte-se que esta Relatora entende que, uma vez constatado algum grau de incapacidade, há que se levar em consideração os aspectos sociais da parte autora, tais como, grau de escolaridade e idade.

[...]

Dito isto, passo a análise do caso concreto.

A parte autora foi submetida a uma perícia médica judicial, a qual concluiu pela inexistência de incapacidade para o trabalho.

[...]

Contudo, na situação dos autos, não posso discordar das conclusões do(s) perito(s), pois estão embasadas em documentos médicos constantes nos autos, máxime exames objetivos, expressamente mencionados no laudo, bem como em exame clínico realizado. Também não verifico contradições entre as informações constantes do laudo ptas a ensejar dúvida em relação ao mesmo, o que afasta qualquer nulidade.

Observo, ainda, que o nível de especialização apresentado pelo perito é suficiente para promover a análise do quadro clínico apresentado nos autos.

Destarte, uma vez ausente o requisito subjetivo da incapacidade, desnecessária a análise do requisito objetivo da hipossuficiência."

In casu, verifica-se que o acórdão recorrido analisou as condições especiais da parte ora recorrente, não sendo possível prosperar, portanto, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006362-56.2010.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANTONIO DE OLIVEIRA PINTO
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, não foi verificada a incapacidade hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Em que pese a autora apresentar determinadas moléstias e/ou patologias, detalhadamente descritas e analisadas no laudo pericial, o perito médico nomeado neste juizado concluiu pela presença de capacidade laboral da parte autora.

[...]

O nível de especialização apresentado pelo(s) perito(s) é suficiente para promover a análise do quadro clínico apresentado nos autos. Não há necessidade de que o mesmo seja especialista em cada uma das patologias mencionadas pelo segurado, até porque estas devem ser avaliadas em conjunto. Ademais, este procedimento multiplicaria desnecessariamente o número de perícias realizadas neste órgão, acarretando injustificada demora no provimento jurisdicional."

In casu, verifica-se que o acórdão recorrido analisou as condições especiais da parte ora recorrente, não sendo possível prosperar, portanto, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, no tocante aos demais paradigmas, verifico que tampouco a sugerida divergência jurisprudencial restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0011501-45.2008.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ERALDO QUIRINO XAVIER
PROC./ADV.: WILSON MIGUEL OAB: SP 99858
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se, na origem, de pedido de concessão de auxílio-doença que foi julgado improcedente, o que foi mantido pela Turma de origem.

Inconformada, a parte autora formulou pedido de uniformização regional, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei 10.259/01.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, a parte autora interpôs agravo, equivocadamente, para a Turma Nacional, quando o deveria ter feito para a Turma Regional.

Assim sendo, não conheço do agravo apresentado, com fundamento no art. 7º, inciso VII, c, do RITNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500716-14.2014.4.05.8306
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: SEVERINO JOSÉ COSTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Por meio de petição, a parte autora requer a desistência do presente pedido de uniformização de jurisprudência.

Tendo em vista a presença nos autos de instrumento de mandato com poderes específicos para desistência, homologo, para que produza seus efeitos jurídicos, o pedido de desistência formulado, com fundamento no art. 8º, XII, do RITNU.

Certificado o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514175-38.2013.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DE VASCONCELOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

A parte autora requer a desistência do presente pedido de uniformização de jurisprudência.

Tendo em vista a presença nos autos de instrumento de mandato com poderes específicos para desistência, homologo, para que produza seus efeitos jurídicos, o pedido de desistência formulado, com fundamento no art. 8º, XII, do RITNU.

Certificado o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500111-29.2013.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA SHEILA GOMES DO NASCIMENTO REP. POR JULIANA GOMES DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

A parte autora requer a desistência do presente pedido de uniformização de jurisprudência.

Tendo em vista a presença nos autos de instrumento de mandato com poderes específicos para desistência, homologo, para que produza seus efeitos jurídicos, o pedido de desistência formulado, com fundamento no art. 8º, XII, do RITNU.

Certificado o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510976-42.2012.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: KAROLAINE MARIA DA CONCEIÇÃO REP. POR ZULEIDE MARIA DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

A parte autora requer a desistência do presente pedido de uniformização de jurisprudência.

Tendo em vista a presença nos autos de instrumento de mandato com poderes específicos para desistência, homologo, para que produza seus efeitos jurídicos, o pedido de desistência formulado, com fundamento no art. 8º, XII, do RITNU.

Certificado o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500821-93.2011.4.05.8306
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ADEMILSON LUCIANO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

A parte autora requer a desistência do presente pedido de uniformização de jurisprudência.

Tendo em vista a presença nos autos de instrumento de mandato com poderes específicos para desistência, homologo, para que produza seus efeitos jurídicos, o pedido de desistência formulado, com fundamento no art. 8º, XII, do RITNU.

Certificado o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002259-96.2013.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ELIZABETH APARECIDA RIBEIRO
PROC./ADV.: CLAUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão (ausência de incapacidade).

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005203-23.2012.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA SILVA SANTOS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANDRÉA ROLDÃO DOS SANTOS MUNHOZ OAB: PR-36932
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000737-93.2011.4.04.7012
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANDREIA SMOLARK DOS SANTOS
PROC./ADV.: ARNI DEONILDO HALL OAB: PR-13837
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.34.00.700264-2
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): CARLOS MOREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal que acolheu o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora tem direito ao benefício pleiteado, pelo preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003842-65.2012.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JAIR MIGUEL DA SILVA
PROC./ADV.: LEONARDO DOLFINI AUGUSTO OAB: PR-28799
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o nome da parte autora contido no preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo sócio-econômico e das provas dos autos, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido pela parte autora, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002904-25.2012.4.04.7214
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARILDA TERESINHA BERNARDI
PROC./ADV.: ELISANGELA PEREIRA OAB: PR-26296
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício previdenciário, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, não foi verificada a condição de segurado especial hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Os documentos constituem início de prova material do período rural relativo ao ano de 1976, ao período de 1989 a 1988 e de 2007 a 2011.

Deixo de admitir a ficha de integraçãoi da autora ao quadro de associados do sindicato da categoria dos trabalhadores rurais, em conjuntamente com o marido, apesar de conter histórico de pagamento de anuidades de 2004 a 2011, trata-se de documento firmado em 2011 e não há recibos de pagamentos.

[...]

Dessa forma, entendo que não existe início razoável de prova material a amparar o reconhecimento do tempo de serviço rural em todo o período da carência. E inexistindo inicio de prova material exigido pela legislação para o reconhecimento da atividade rural, não há como ser reconhecido o tempo de serviço postulado com base exclusivamente na prova testemunhal..."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5047459-27.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: APARECIDA DO PRADO INÁCIO
PROC./ADV.: WILLYAN ROWER SOARES OAB: PR-19887
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36 do RITNU, suscitado contra decisão de minha relatoria que negou provimento ao agravo, por incidência da Súmula 42 desta TNU.

Apresentada contrarrazões.

É, no essencial, o relatório.

O pedido não merece acolhimento.

No presente caso, não há decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de direito material acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, razão pela qual descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, nego seguimento ao pedido uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000677-76.2013.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CLÁUDIO TERRE DO AMARAL
PROC./ADV.: LEONEL FALCÃO OAB: RS-62099

DECISÃO

A parte autora, ora requerido, pleiteia a desistência do presente pedido de uniformização de jurisprudência, nos termos do art. 269, v, do CPC c/c art. 3º da Lei 9.469/97, em razão de pagamento, no âmbito administrativo, da ajuda de custo perseguida no presente feito.

Apresentou comprovantes do pagamento, bem como afirma que renúncia ao direito em que se funda a ação.

Ante o exposto, homologo, para que produza seus efeitos jurídicos, o pedido de desistência formulado, com fundamento no art. 8º, XII, do RITNU.

Certificado o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006898-57.2013.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ALTEMIR MACHADO
PROC./ADV.: DOUGLAS S. E. MATTOS OAB: RS-92 481

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que "a decadência não se interrompe nem se suspende, e que o prazo decadencial deve ser verificado a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo"

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0027748-62.2007.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): GENI SOARES DA SILVA
PROC./ADV.: BERARDO GOMES OAB: MT-3587
PROC./ADV.: PATRÍCIA DANIELA MORAIS GOMES OAB: MT-8829
PROC./ADV.: DANYELE APARECIDA GOMES DE AQUINO OAB: MT-9140

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Questão de Ordem 24/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não houve discussão acerca de inexistência do direito à paridade nos casos em que a pensão por morte foi instituída em data posterior à EC 41/2003.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o acórdão recorrido parece, em uma análise perfunctória, dissentir da jurisprudência das Cortes superiores.

Ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500492-70.2014.4.05.8502
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): REGINALDO DOS SANTOS
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que determinou a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pelo STF, no julgamento do RE 677.730/RS.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não houve discussão acerca do termo final para pagamento da GDIT aos inativos no mesmo percentual pago aos servidores em atividade, se até a regularização da gratificação ou até a implementação dos resultados do primeiro ciclo de avaliação.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o acórdão recorrido parece, em uma análise perfunctória, dissentir da jurisprudência das Cortes superiores.

Ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5001261-15.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FELICIANO QUINTANA BRITO
PROC./ADV.: ALOISIO JORGE HOLZMEIER OAB: RS-30384

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que determinou a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pelo STF, no julgamento do RE 597.154/PB.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto "o resultado do RE não repercute nos assuntos levantados no incidente - preliminar de julgamento ultra petita e prejudicial de prescrição".

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o acórdão recorrido parece, em uma análise perfunctória, dissentir da jurisprudência das Cortes superiores.

Ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.51.55.000285-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: PAULO MAURICIO SALLES COIMBRA
PROC./ADV.: IGOR TEIXEIRA OAB: RJ-156342
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5007841-38.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ERNESTO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009303-93.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ELIAS JOSE DE LIRA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, concluindo que o requerente não detinha qualidade de segurado no momento em que se tornou incapaz, vindo a readquirir essa qualidade posteriormente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0010516-35.2006.4.03.6310, firmou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE ANTERIOR AO REINGRESSO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Pretende o autor a modificação de acórdão que reformou sentença de procedência de benefício previdenciário. Insiste ele na manutenção daquela decisão monocrática, ao argumento de ser irrelevante o reingresso ao RGPS após a instalação de incapacidade laborativa, eis que o obstáculo legal se refere exclusivamente à impossibilidade de primeira filiação subsequente a uma inaptidão laboral já instalada.

2. O paradigma apontado, originado desta TNU, se presta à configuração da necessária divergência. Ocorre que reflete entendimento que restou superado.

3. Esta julgadora esclarece que possuía entendimento no sentido de que o impedimento legal à concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez somente se configurava quando a incapacidade fosse anterior ao ingresso - considerada a primeira vinculação ao regime. Ocorre que amadureceu seu entendimento, não somente por força da pacificação da jurisprudência a respeito do tema, em sentido contrário, mas também por perceber que ele permitia a prática de verdadeiras fraudes em prejuízo de um sistema cujo equilíbrio é muito singelo. Alinhou, pois, seu posicionamento ao atualmente adotado por este Colegiado, que pacificou o entendimento de que o óbice legal da incapacidade pré-existente previsto no art. 42, § 2º, e no art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 se aplica tanto para o ingresso quanto para o reingresso na Previdência Social (Cf. PEDILEF nº 2007.38.00.730193-7/MG, Rel. Juiz Fed. Sebastião Ogê Muniz, DJ 07.07.2009; PEDILEF nº 2008.72.55.005224-5/SC, Rel. Juíza Fed. Joana Carolina L. Pereira, DJ 11.06.2010).

4. Incidente improvido.

Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que o óbice legal da incapacidade pré-existente (arts. 42, § 2º, e 59, par. único, da Lei 8.213/91) se aplica tanto para o ingresso quanto para o reingresso na Previdência Social.

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000120-68.2013.4.04.7011
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁRIA BERTO
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA OAB: PR-23771
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito do incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002475-22.2011.4.04.7011
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CECILIA VILANOVA SPERANDIO
PROC./ADV.: MAURO LUCIO RODRIGUES OAB: PR-26868
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a qualidade de segurada da requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da qualidade de segurada.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a análise acerca da tese de cerceamento de defesa encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5015949-29.2012.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OLMIRO BORGES PINTO
PROC./ADV.: CELSO PALAURO OAB: RS-77892

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de aposentadoria por idade com averbação, para fins de carência, do período em que a parte recebeu benefício por incapacidade, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos legais.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual não permite "como cômputo de carência, período durante o qual não houve o efeito recolhimento de contribuições previdenciárias, tais como, aqueles em que o segurado se encontrava em gozo de benefício previdenciário por incapacidade".

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 583.834/SC, firmou entendimento no seguinte sentido:

CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. CARÁTER CONTRIBUTIVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. COMPETÊNCIA REGULAMENTAR. LIMITES.

1. O caráter contributivo do regime geral da previdência social (caput do art. 201 da CF) a princípio impede a contagem de tempo ficto de contribuição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. O § 5º do art. 29 da Lei nº 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS) é exceção razoável à regra proibitiva de tempo de contribuição ficto com apoio no inciso II do art. 55 da mesma Lei. E é aplicável somente às situações em que a aposentadoria por invalidez seja precedida do recebimento de auxílio-doença durante período de afastamento intercalado com atividade laborativa, em que há recolhimento da contribuição previdenciária. Entendimento, esse, que não foi modificado pela Lei nº 9.876/99.

3. O § 7º do art. 36 do Decreto nº 3.048/1999 não ultrapassou os limites da competência regulamentar porque apenas explicitou a adequada interpretação do inciso II e do § 5º do art. 29 em combinação com o inciso II do art. 55 e com os arts. 44 e 61, todos da Lei nº 8.213/1991.

4. A extensão de efeitos financeiros de lei nova a benefício previdenciário anterior à respectiva vigência ofende tanto o inciso XXXVI do art. 5º quanto o § 5º do art. 195 da Constituição Federal. Precedentes: REs 416.827 e 415.454, ambos da relatoria do Ministro Gilmar Mendes.

5. Recurso extraordinário com repercussão geral a que se dá provimento.

A Turma Nacional de Uniformização editou a Súmula 73, no sentido de que "O tempo de gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez não decorrentes de acidente de trabalho só pode ser computado como tempo de contribuição ou para fins de carência quando intercalado entre períodos nos quais houve recolhimento de contribuições para a previdência social".

No mesmo sentido, o PEDILEF 0047837-63.2008.4.03.6301, reiterando o entendimento já consolidado, decidiu que "a contagem do tempo de gozo de benefício por incapacidade é admissível para fins de carência, quando intercalado com períodos de contribuição".

No presente caso, a Turma Recursal concluiu que os benefícios por incapacidade percebidos pela parte autora foram devidamente intercalados com períodos contributivos, o que autoriza o seu cômputo para fins de carência.

Destarte, incide, mutatis mutandis, a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001342-90.2006.4.03.6313
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: LUZIA FREITAS DE MORAES
PROC./ADV.: ALETÉIA PINHEIRO GUERRA ALVES OAB: SP-175 595
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte previdenciária, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que a parte ora requerente não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. O aresto do Tribunal Regional Federal da 3ª Região mostra-se inservível.

A Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º da Lei nº 10.259/2001.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501036-95.2013.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: RAIMUNDO JÁCOME DE LIMA
PROC./ADV.: MARCIEL ANTONIO DE SALES OAB: RN-9883
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pagamento de valores atrasados relativos às pensões por morte de seus genitores.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que a parte não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Os arestos dos Tribunais Regionais Federais da 3ª e 4ª Regiões mostram-se inservíveis.

A Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º da Lei nº 10.259/2001.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500384-90.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ADELAIDE REGO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela UNIÃO contra decisão que determinou a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pelo STF, no julgamento do RE 677.730/RS.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão no julgado, porquanto a decisão embargada não tratou da questão dos autos, qual seja: o termo final de pagamento da GDIT aos inativos no mesmo percentual pago aos servidores em atividade, bem como da alegada inacumulatividade das gratificações do Plano Geral de Cargos com aquelas do Plano Especial de cargos do DNIT.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Não foi apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Com razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Verifico, no presente caso, a existência da alegada omissão, pois o julgado utilizado para o sobrestamento do feito na origem trata de matéria diversa daquela dos presentes autos.

Ademais, no caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para determinar a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509463-93.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GERALDO FELIPE DE SOUZA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela UNIÃO contra decisão que determinou a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pelo STF, no julgamento do RE 677.730/RS.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão no julgado, porquanto a decisão embargada não tratou da questão dos autos, qual seja: o termo final de pagamento da GDIT aos inativos no mesmo percentual pago aos servidores em atividade, bem como da alegada inacumulatividade das gratificações do Plano Geral de Cargos com aquelas do Plano Especial de cargos do DNIT.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Não foi apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Com razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Verifico, no presente caso, a existência da alegada omissão, pois o julgado utilizado para o sobrestamento do feito na origem trata de matéria diversa daquela dos presentes autos.

Ademais, no caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para determinar a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0019056-76.2009.4.01.3900
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE: FRANCISCO DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0057985-70.2007.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: LUCY MAUAD MADRIGANO
PROC./ADV.: ADILSON SANCHEZ OAB: SP-92102
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão de benefício previdenciário.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0024235-25.2008.4.01.3900
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE: EVERALDO CARRERA DE CARVALHO FILHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

da Seção Judiciária do Pará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004076-83.2007.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOEL ALVES DE AMORIM
PROC./ADV.: KÁTIA HELENA FERNANDES SIMÃOES AMARO OAB: SP-204950
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

Alega o autor a ocorrência de julgamento extra petita, ao fundamento de que a Turma de origem, em julgamento do recurso de apelação interposto pela parte autora, não examinou o pleito de alteração da data de início do benefício.

Consignou ainda o acórdão não assistir direito à percepção de aposentadoria por invalidez, benefício concedido na sentença.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501856-11.2013.4.05.8309
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): OTILIA JOANA DA SILVA
PROC./ADV.: NEMÉZIO DE VASCONCELOS JÚNIOR OAB: PE 18.185

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela UNIÃO contra decisão que determinou a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pelo STF, no julgamento do RE 677.730/RS.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão no julgado, porquanto a decisão embargada não tratou da questão dos autos, qual seja: o termo final de pagamento da GDIT aos inativos no mesmo percentual pago aos servidores em atividade, bem como da alegada inacumulatividade das gratificações do Plano Geral de Cargos com aquelas do Plano Especial de cargos do DNIT.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Com razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Verifico, no presente caso, a existência da alegada omissão, pois o julgado utilizado para o sobrestamento do feito na origem trata de matéria diversa daquela dos presentes autos.

Ademais, no caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para determinar a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0020400-29.2008.4.01.3900
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE: MARIZETE DE PAULA DE CASTRO RODRIGUES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que inexistem nos autos provas de que a enfermidade portada pela requerente esteja ativa, estando a mesma sob controle oncológico, não restando presente a incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0020662-42.2009.4.01.3900
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE: JUREMA PAMPLONA TRINDADE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a requerente não apresenta moléstia que a incapacite ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003693-71.2008.4.03.6311
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ ARNALDO DA SILVA
PROC./ADV.: SILVIO RODRIGO MONTEIRO PEZATTO OAB: SP-198 866

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de pensão por morte ao autor, proveniente de sua esposa, trabalhadora urbana.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STF e do STJ no sentido da impossibilidade de concessão de pensão por morte ao marido não inválido, para óbitos ocorridos entre a Constituição Federal e a edição da Lei 8.213/91.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 2008.33.00.709665-2, assim dirimiu a controvérsia:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PENSÃO POR MORTE. MARIDO CAPAZ. ÓBITO DA SEGURADA ANTERIOR À LEI N.º 8.213/91 E DEPOIS DE PROMULGADA A CONSTITUIÇÃO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL DO CEARÁ. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DE DECISÃO DA TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA. PARADIGMA DE TR/SC. AUSÊNCIA DE CÓPIA AUTENTICADA OU INDICAÇÃO DA FONTE DO QUAL EXTRAÍDO O JULGADO. COTEJO ANALÍTICO PREJUDICADO. PARADIGMAS DO STJ. ISONOMIA ENTRE HOMENS E MULHERES. SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. DIVERGÊNCIA COMPROVADA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO INCIDENTE.

(...)

- A TNU alterou seu antigo entendimento para firmar que "viola o princípio da isonomia a exigência de invalidez do viúvo (cônjuge varão supérstite) para concessão do benefício previdenciário por morte de segurada ocorrida no interregno entre a promulgação da Constituição [...]. O art. 201, V, da Constituição Federal, declarado auto-aplicável pelo STF, não recepciona a parte discriminatória da legislação anterior, tendo equiparado homens e mulheres para efeito de pensão por morte". (PEDILEF 5028294320114058500, Rel. Juíza Federal SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU de 1º/6/12).

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento firmado na TNU, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0017301-51.2008.4.01.3900
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ENOQUE COSTA NASCIMENTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou estar comprovada a incapacidade total e permanente do requerido para o trabalho.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003630-62.2007.4.03.6317
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ROSANA RIVEIRO FERNANDEZ
PROC./ADV.: FÁBIO MONTANHINI OAB: SP-254285
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Ju-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

diciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

Sustenta a parte ora requerente a possibilidade de rateio da pensão por morte entre esposa e concubina, bem como alega a nulidade do acórdão recorrido, por ausência de fundamentação, uma vez que, apenas, limitou-se a manter os termos da sentença.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece prosperar.

Inicialmente, no que tange ao rateio de pensão por morte entre esposa e concubina, a Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 05083345520104058013, reafirmou o seu entendimento, em sentido contrário à pretensão autoral, senão vejamos:

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RATEIO ENTRE ESPOSA E CONCUBINA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL. PRECEDENTES DO STJ, DA TNU E DO STF. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. PEDIDO INICIAL IMPROCEDENTE. 1 - Pedido de Uniformização interposto em face de acórdão que, negando provimento ao recurso inominado da parte ré, manteve, por seus próprios fundamentos, a sentença do JEF que julgou procedente o pedido de rateio da pensão por morte instituída por segurado da previdência social, sob o fundamento de que "o falecido mantinha relação conjugal, bem como relação de dependência econômica, simultaneamente, com o cônjuge civil e com a demandante, (...)"; "(...) é cediço que a jurisprudência dos tribunais Superiores (...) e da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (...), entendendo pela incompatibilidade de existência simultânea de casamento e união estável, tem se inclinado no sentido da impossibilidade de divisão da pensão por morte entre cônjuge sobrevivente e a concubina com quem o falecido tenha mantido relação extra-conjugal concomitante ao casamento. Todavia, (...) adoto o posicionamento no sentido de que não deve o julgado se afastar da realidade social, sendo possível a divisão da pensão entre viúva e a companheira [concumbina] (...)". 2 - Apontados como paradigmas da divergência: a) REsp nº. 813.175/RJ; b) PEDILEF nº. 200770950160607; c) PEDILEF nº. 200640007098359 e d) RE 590779, nos quais se fixou, em síntese, o entendimento de que a pensão por morte deve ser deferida apenas à esposa ou à companheira, não cabendo o rateio com concubina. Caracterização da divergência. 3 - A jurisprudência dominante do STJ e da TNU, refletida nos paradigmas supracitados, bem como no PEDILEF nº. 200872950013668, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DOU 28/10/2011, julgado na forma do art. 7º do RI TNU, reconhece que o concurso entre esposa e companheira para o recebimento de pensão por morte só é possível na hipótese de "cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão de alimentos", nos termos do art. 76, §2º, da Lei nº. 8.213/91. Do contrário, não deve se falar em relação de companheirismo, mas de concubinato, que não gera direito à pensão previdenciária". De igual modo, já decidiu o Supremo Tribunal Federal no RE 590779/ES, 1ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 26.03.2009, que a proteção do Estado à união estável alcança apenas as situações legítimas, nas quais não está incluído o concubinato. 4 - O concubinato impuro do tipo adulterino, isto é, a relação extra-conjugal paralela ao casamento, não caracteriza união estável pelo que não justifica o rateio da pensão por morte entre cônjuge supérstite e concubina. 5 - Incidente de uniformização conhecido e provido para, reafirmando a tese de que não há concurso entre esposa e concubina pela pensão previdenciária, julgar improcedente o pedido inicial."

Ademais, a TNU, por meio do PEDILEF n. 05069407720094058100, firmou orientação no sentido de que:

"EMENTA/VOTO PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO QUE MANTÉM SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. POSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO NO INCIDENTE, APTO, POR SI SÓ, A ANCORAR O DECRETO DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. QUESTÃO DE ORDEM N. 18. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Este Colegiado tem anulado acórdãos genéricos que violam o constitucional direito de obtenção de uma manifestação jurisdicional que veicule adequada fundamentação, exigida pelo inciso IX do art. 93 da Carta Constitucional. Esta pecha não alcança, no entanto, acórdãos que confirmam sentenças por seus próprios e suficientes fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei n.º 9.099/95, eis que tal confirmação equivale a uma encampação das razões de decidir. Hipótese dos autos, na qual o acórdão mantém incólume a sentença de improcedência do pedido de aposentadoria rural por idade. 2. Ocorre que a sentença de improcedência, longe de desprezar a documentação colacionada aos autos, afastou a pretensão da autora por verificar contradição entre o seu depoimento pessoal e o de sua testemunha, relativamente à data na qual teria havido o encerramento do labor rural. A testemunha informou que a autora trabalhou no meio rural até 2001, sendo que a partir daí parou de se dedicar ao labor e passou a viver do benefício de pensão deixado por seu marido. Não houve pois demonstração de trabalho no campo até a data do implemento da idade mínima necessária à concessão do benefício vindicado. 3. Como se vê, o decisum recorrido ancora-se em dois fundamentos e o incidente proposto ataca apenas um deles. Conquanto o primeiro fundamento do julgado - ausência de início de prova material - seja questionado no presente incidente, o segundo fundamento, relativo à contradição da prova testemunhal restou sem irresignação, situação que por si só justifica a manutenção do decreto de improcedência do pedido. 4. As razões do incidente não abrangem todos os fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai, à espécie, a aplicação da questão de ordem n. 18 desta Turma Nacional, que estabelece ser inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles. 5. Incidente não conhecido."

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509346-05.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSINETE PAIXÃO BEZERRA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA... OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo autor, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

A Turma Recursal manteve a sentença que, por sua vez, acolheu parcialmente o pedido formulado pelo autor, concedendo-lhe benefício assistencial a partir da data do laudo médico-pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão atacado diverge da jurisprudência da TNU segundo a qual o termo inicial do benefício pleiteado retroage à data do requerimento administrativo em razão do princípio in dubio pro misero.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade em momento anterior à elaboração do laudo pericial, nos seguintes termos:

"No caso dos autos, considerando que o laudo pericial em que se baseia o comando judicial atacado fixa o início da incapacidade apenas no momento da elaboração do exame judicial, em razão da ausência de elementos que possam firmar a convicção do perito a respeito, mormente pela suspeita de metassimulação, deve a data inicial do benefício (DIB) ser fixada na data da elaboração do laudo (02/08/2013), não sendo possível, no caso concreto, mediante análise do atestado médico e receituários acostados (anexo 02), atestar a incapacidade laboral desde o requerimento administrativo.

Observando-se, entretanto, que o entendimento ora firmado irá ocasionar a reformatio in pejus, deve a DIB ser mantida na data da citação, conforme o mandamento sentencial."

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao laudo pericial, e somado ao risco de se ter a reformatio in pejus o presente decisum deve ser mantido, mantendo o termo inicial à data do laudo pericial.

Ainda que assim não fosse, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500381-26.2013.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: CLEOMAR GUIDO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo autor, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

A Turma Recursal manteve a sentença que, por sua vez, acolheu parcialmente o pedido formulado pelo autor, concedendo-lhe benefício assistencial a partir da data da citação válida.

Sustenta a parte requerente que o acórdão atacado diverge da jurisprudência da TNU segundo a qual o termo inicial do benefício pleiteado retroage à data do requerimento administrativo em razão do princípio in dubio pro misero.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foram verificadas as condições necessárias à percepção do benefício em momento anterior, nos seguintes termos:

"Dessa forma, em face do conjunto fático-probatório encontrado nos presentes autos desta demanda, merece acolhida a pretensão requerida na peça inicial no que concerne à concessão do benefício assistencial pleiteado.

Entretanto, observo que não houve erro no indeferimento administrativo do benefício, tendo em vista que, na época, o autor declarou residir com sua irmã, Maria Seandra Guido da Silva, a qual era empregada e remunerada com um salário mínimo, conforme CNIS (anexo 12). Desse modo, o INSS cumpriu determinação legal ao indeferir o benefício do autor, devendo a DIB ser fixada a contar da citação válida."

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser fixados em privilegio ao princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Nesse sentido, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0015465-09.2009.4.01.3900
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE: MARIA NALVA ALVES DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Pará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de salário maternidade, sob o fundamento de que restou demonstrada a qualidade de segurada da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar comprovado pela requerente o exercício da atividade rurícola no período anterior ao nascimento de sua filha.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0502694-63.2008.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA CLAUDIA DE ANDRADE
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de salário maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar comprovada pela requerente a condição de rurícola.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501458-05.2010.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARCELA DE SOUSA NOBRE GOMES
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA OAB: CE-8342
PROC./ADV.: VANDECLEIA FERNANDES DE LIMA OAB: CE-8677
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de salário maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar comprovado pela requerente o exercício da atividade rurícola no período anterior ao nascimento.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505199-62.2010.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA ANDRÉA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de salário maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar comprovada a condição de rurícola da requerente.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0026904-17.2009.4.01.3900
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE: MARIA MERCEDES ALHO LOPES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Amapá que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de salário maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0032771-93.2006.4.01.3900
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE: ANTONIA MARIA FERREIRA NUNES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do PA/AP que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foram verificadas as condições que habilitam a parte autora à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Posto isto, constata-se que a autora é capaz para a vida independente e para as atividades habituais, bem como para atividades laborais, exceto àquelas que demandam esforço físico. Outrossim, conforme consta na sentença, a autora possui a enfermidade há 7 (sete) anos, exercendo inclusive atividade laboral durante este período. Não preenchido um dos requisitos para a concessão do benefício, qual seja, a incapacidade, não há obrigatoriedade da realização do laudo sócio-econômico, pois dispensável nesta situação."

Verifica-se inicialmente que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ainda que assim não fosse, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500580-40.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAYSSA CRISTINA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que foram verificadas as condições que habilitam a parte autora à percepção do benefício, nos seguintes termos:

Relata o perito que a incapacidade da autora necessita de "acompanhamento permanente, ao longo do dia, de um dos pais da menor, e neste caso impede que este acompanhante saia para trabalhar" (anexo 15, quesito 3 do juízo)

Excele notar que o laudo se mostra bem fundamentado, mediante a descrição pormenorizada das condições de saúde da parte, de conformidade com os elementos e as técnicas usualmente aceitas para as perícias judiciais.

[...]

Consta nos autos declaração de renda comprovando o requisito legal exigido (item 03), confirmando, destarte, a versão de que a renda familiar é insuficiente, ou seja, que é inferior a um quarto (¼) do salário mínimo.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500527-07.2012.4.05.8403
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ELIZABETE DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA... OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo autor, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

A Turma Recursal manteve a sentença que, por sua vez, acolheu parcialmente o pedido formulado pelo autor, concedendo-lhe benefício assistencial a partir da data do laudo médico-pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão atacado diverge da jurisprudência da TNU e de Turma Recursal de outra região segundo a qual o termo inicial do benefício pleiteado retroage à data do requerimento administrativo.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser fixados em privilégio ao princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 50172312720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram "que o autor é portador de discopatia em coluna lombar, fixando a DII em 14/02/2011. Sendo assim, correta a sentença que condenou o INSS a implantar o benefício de auxílio-doença da parte autora a contar da data do ajuizamento da ação, (04/05/2012), tendo em vista que inexistia incapacidade ao tempo do requerimento do benefício (DER: 24/02/2010)", sendo irretocável o acórdão impugnado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0025680-44.2009.4.01.3900
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE: DAVID LIMA CARDOSO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Amapá que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0048560-98.2007.4.01.3900
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE: ANA DALVA BATISTA NERY
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Amapá que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500600-02.2009.4.05.8300
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: THEONIZE OTTONI
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB: PE-20 304
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que determinou o retorno dos autos à origem para a adequação do julgado ao entendimento da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto adota o mesmo entendimento do acórdão recorrido, mas, contraditoriamente, dá provimento ao agravo e ao incidente da parte contrária.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Verifico, no presente caso, a existência do alegado vício.

Destarte, considerando que há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas decidiram em sentido oposto ao acórdão vergastado e, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005263-12.2011.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ARIOSVALDO MANOEL PEDRO
PROC./ADV.: MARIA DE LOURDES RICARDO XAVIER OAB: SC-13260
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial de pensão por morte de filho maior inválido.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e da TNU segundo a qual há presunção de dependência econômica de filho maior inválido.

É, no essencial, o relatório.

O presente não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que o benefício não poderá ser conferido à parte ora requerente em razão da incapacidade e dependência econômica ter surgido em momento posterior ao óbito do segurado, nos seguintes termos:

" desse modo, não restou devidamente provada sua invalidez nem sua dependência econômica em relação aos falecidos na data do óbito da mãe, pois exercia atividade remunerada, sendo segurado obrigatório da previdência.

[...]

Portanto, tratando-se de filho maior, e não inválido na época do óbito, pois exercente de atividade remunerada capaz de garantir a subsistência, é indevido o benefício de pensão por morte.

Com efeito, a TNU, ao julgar o PEDILEF 50442434920114047100, assim decidiu:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR APOSENTADO POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE OCORRIDA APÓS A MAIORIDADE E ANTES DO ÓBITO DA GENITORA. POSSIBILIDADE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO RELATIVA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

[...]

10. Embora a literalidade do artigo 16, inciso I e §4º, da Lei nº 8.213/91 possa levar à conclusão de que é absoluta a dependência econômica que estamos a tratar, a melhor exegese deve ser aquela que torna relativa essa presunção, máxime quando o filho maior inválido possui renda própria, como no caso em tela. 11. Consta da sentença como um dos argumentos para a relativização da presunção ora tratada, o princípio da seletividade da Seguridade Social, e cita lição do Ilustre Juiz Federal Luiz Cláudio Flores da Cunha, atual integrante desta Casa, segundo o qual, "o princípio da seletividade é aquele que propicia ao legislador uma espécie de mandato específico, com o fim de estudar as maiores carências sociais em matéria de seguridade social, e que ao mesmo tempo oportuniza que essas sejam priorizadas em relação às demais" (Direito Previdenciário, aspectos, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 1988, p. 35). 12. Diz-se que a proteção aos dependentes elencados no inciso I do artigo 16, da Lei nº 8.213/91 excluiu as demais classes e cria para eles a presunção iures et de iure de dependência econômica, e o fundamento encontra-se no direito de família. E aqui não posso deixar de fazer um paralelo entre o filho maior que posteriormente adquire invalidez e o cônjuge ou companheiro que se separa e se defronta com a necessidade de alimentos (os doutrinadores a denominam de "dependência econômica superveniente"). Note-se que em ambos os casos houve uma ruptura da relação, seja pela maioridade ou emancipação do filho, seja pela separação do convívio marital, no caso de cônjuge/companheiro. Neste último caso, a lei previdenciária prevê expressamente nos §§ 1º e 2º do artigo 76, da Lei de Benefícios a possibilidade de percepção da pensão por morte ao cônjuge ausente ou separado desde que haja prova da dependência econômica. E a mesma regra deve ser aplicado ao filho maior que se torna inválido, pois onde existe a mesma razão, deve-se estatuir o mesmo direito - "ubi eadem ratio, ibi idem jus statuendum". Deveras, há de estar caracterizado o restabelecimento do amparo material fornecido pelo segurado ainda em vida, para aqueles com quem, a despeito da "ruptura" (entendida como a maioridade/emancipação, no caso dos filhos ou separação judicial/ou de fato, tratando-se de cônjuge/companheiro), manteve-se (caso de recebimento de alimentos) ou retornou à condição de dependente econômico. Não será demais recordar que a pensão por morte destina-se aos "dependentes supérstites", ou seja, não será devida para aqueles que não dependiam economicamente do falecido quando este ainda era vivo. 13. O Eg. STJ tem-se manifestado igualmente no sentido de ser relativa a presunção de dependência econômica em se tratando de filho maior inválido. Confira-se: AgRg no REsp nº 1.369.296/RS, Rel. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 23/04/13; AgRg no REsp nº 1.254.081/SC, Rel. MIN. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA, DJe 25/02/13; AgRg nos EDcl no REsp 1.250.619 / RS, Rel. DJe 17/12/2012. 14. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para firmar o entendimento de que (i) o filho que se torna inválido após a maioridade ou emancipação, mas antes do óbito dos genitores pode ser considerado dependente para fins previdenciários; (ii) essa presunção da dependência econômica é relativa. Retornem os autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme as premissas jurídicas ora fixadas.

Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, segundo a qual, sendo a presunção de dependência econômica do filho maior inválido relativa, para efeito da concessão do benefício de pensão por morte, devem ser consideradas as circunstâncias do caso concreto.

Assim, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13: Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5031370-12.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO BENTO DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA DE LOURDES POETA DORNELLES OAB: RS-15442
PROC./ADV.: VILSON TRAPP LANZARINI OAB: RS-59127

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por idade, sob o fundamento de que o requerido atendeu aos requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou restar atendido pelo autor o requisito da carência, tendo vertido o número de contribuições suficientes á concessão do benefício.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0025073-31.2009.4.01.3900
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE: ANTONIA DA CUNHA ALMEIDA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do PA/AP que, mantendo a sentença, não concedeu o auxílio-doença solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que o benefício não poderá ser conferido quando for ausente a incapacidade, nos seguintes termos:

"A avaliação clínica é soberana. No caso, o laudo médico-pericial é conclusivo quanto à inexistência da incapacidade laboral. Satisfeitos os requisitos para fins de prequestionamento quanto à matéria debatida no recurso."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Destarte, incide de igual modo à espécie a Súmula 77 da TNU: "O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0029414-08.2006.4.01.3900
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE: JOSE PROGENIO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do PA/AP que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que a aposentadoria rural por idade não poderá ser concedida em razão da ausência de inicio de prova material capaz de demonstrar a qualidade de segurado especial da parte ora requerente, nos seguintes termos:

"Na hipótese dos autos, não há nenhum documento que evidencie início de prova material da atividade rurícola, pois os documentos acostados são recentes e, portanto, não são hábeis à comprovação do período de atividade agrícola correspondente ao período de carência exigido (art. 143 da Lei 8.213/91 e Súmula 34 da TNU). Diante da ausência de comprovação da atividade rural por inicio de prova material, não há que se conceder o benefício por exclusiva prova testemunhal, conforme enunciado da Súmula 149 do STJ. Deixo de condenar o recorrente vencido ao pagamento de honorários advocatícios, haja vista que foi assistido por Defensor Público (art. 130, III, da LC nº 80/94). Sem custas. Acórdão lavrado na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/95."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, no tocante aos demais paradigmas, verifico que tampouco a sugerida divergência jurisprudencial restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510013-18.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANNE RIVELLY RAMOS
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO DE LIMA OAB: CE-24252
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo autor, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.

A Turma Recursal manteve a sentença que, rejeitou benefício previdenciário à parte requerente ao fundamento de não terem sido preenchido os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade hábil a ensejar a percepção do benefício desejado, nos seguintes termos:

"Com efeito, uma perícia a ser realizada por junta médica somente se justificaria, nos termos do Art. 437 do CPC, se a matéria não se apresentasse suficientemente esclarecida ou, ainda, na hipótese de invalidade da perícia, motivada por vício formal ou material, o que não é o caso.

Deveras, o exame foi realizado por médico de confiança do juízo, de forma clara, criteriosa e isenta, obedecendo aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

[...]

Na hipótese em apreço, o perito não identificou na parte autora nenhum impedimento apto a obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade por mais de dois anos, de acordo com sua faixa etária, conquanto seja portadora de estrabismo e Epilepsia [...]"

Verifica-se inicialmente que tampouco a sugerida divergência jurisprudencial restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ainda que assim não fosse, impõe assentar o entendimento da TNU sobre o assunto, exposto por meio do PEDILEF 2009.72.50.004468-3, reafirmou o entendimento no sentido de que "A realização de perícia por médico especialista só é necessária em casos especialíssimos e maior complexidade, como, por exemplo, no caso de doença rara, o que não é o caso dos autos. Precedentes da TNU (PEDILEF 200872510048413, 200872510018627, 200872510031462)."

Incide, assim, a Questão de Ordem 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Por fim, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501061-69.2012.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ISRAEL FRANCISCO DA SILVA
PROC./ADV.: SEBASTIÃO FIGUEIREDO DA SILVA OAB: PB-11 454
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.

O acórdão recorrido afastou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de aposentadoria por idade, sob o fundamento de que não restou atendido o requisito da carência.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501529-27.2012.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EMILIANO CAMILO DE SOUSA
PROC./ADV.: JOSÉ ALBERTO E. DA SILVA OAB: PB-10248

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.

O acórdão recorrido afastou a sentença, para reconhecer como especial o período compreendido entre 27.09.2002 e 30.06.2004, no exercício da atividade de vigilante.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5039976-63.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOSÉ FRANCISCO PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS OAB: DF-5939
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA OAB: RS-23021
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT OAB: RS-41818
PROC./ADV.: ALINE MENDONÇA STERF OAB: DF-25415

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que, apesar de ter acolhido os embargos de declaração anteriormente opostos, manteve a parte dispositiva da decisão embargada, ante a incidência da Questão de Ordem 24/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão, porquanto a decisão embargada não tratou da questão dos autos, qual seja: "a proporcionalidade da gratificação nos casos em que a aposentadoria se dá de forma proporcional".

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Não foi apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Com razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Verifico, no presente caso, a existência do alegado vício, pois o julgado utilizado para o sobrestamento do feito na origem retrata matéria diversa daquela debatida nos presentes autos.

Ademais, no caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para determinar a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2011.51.02.003662-7
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ROSE MARY LIMA PEREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo interposto pela incidência da Súmula 42 desta TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de obscuridade na decisão embargada, tendo em vista que não se verificou que a incapacidade da parte se deu por agravamento da doença da qual é portadora, qual seja, neoplasia maligna.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que o acórdão vergastado está em dissonância em relação ao paradigma quanto à possibilidade de consideração de recolhimentos de contribuições realizados após o surgimento de doença, agravada posteriormente ao reingresso ao sistema, o que permitiria o reconhecimento da qualidade de segurada da requerente quando do referido agravamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dar provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5041244-55.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): NILSON ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS OAB: DF-5939
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA OAB: RS-23021
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT OAB: RS-41818

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao incidente de uniformização ante a incidência da Questão de Ordem 24/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão, porquanto a decisão embargada não tratou da questão dos autos, qual seja: "a proporcionalidade da gratificação nos casos em que a aposentadoria se dá de forma proporcional".

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Não foi apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Com razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Verifico, no presente caso, a existência do alegado vício, pois o julgado utilizado para o sobrestamento do feito na origem retrata matéria diversa daquela debatida nos presentes autos.

Ademais, no caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para determinar a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5011009-67.2011.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LUCAS LEOPOLDO MORAIS DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença em juízo de retratação, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-reclusão, sob o fundamento de que o requerido não atendeu aos requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não restar demonstrada a qualidade de segurado do autor.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000899-33.2012.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: BEATRIZ DE MENDONÇA CLAUDINO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
REQUERENTE: LUCI TERESINHA MACHADO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
REQUERENTE: RICHARD MACHADO CLAUDINO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

O acórdão recorrido afastou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de auxílio-reclusão, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do autor.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006379-74.2011.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DIVINA RAMOS
PROC./ADV.: ÁGDA CECÍLIA DE LIMA PEREIRA OAB: PR-48823
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que, enquanto as instâncias ordinárias entenderam que a epilepsia que acomete a requerente não causa incapacidade, os acórdãos paradigmas entenderam que causa.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000115-68.2012.4.04.7015
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LEONOR FELIX DOS SANTOS
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença por maioria, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503421-37.2013.4.05.8300
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: EMANUEL JOSÉ DA CUNHA
PROC./ADV.: -
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que manteve a sentença para reconhecer como especiais os períodos laborados como vigilante armado.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Ademais, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0011521-80.2010.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA WILMA DOS SANTOS
PROC./ADV.: VITOR HUGO P. DE L. C. XAVIER OAB: SP-223890
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por idade à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Com efeito, a TNU, por meio da Súmula 44, pacificou o entendimento no sentido de que "Para efeito de aposentadoria urbana por idade, a tabela progressiva de carência prevista no art. 142 da Lei nº 8.213/91 deve ser aplicada em função do ano em que o segurado completa a idade mínima para concessão do benefício, ainda que o período de carência só seja preenchido posteriormente".

No presente caso, as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão, não cumprindo a carência legalmente exigida.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005034-02.2007.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES RIBEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por idade à parte autora.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501707-32.2010.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: DAMIÃO CARNEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial ao fundamento de não ter sido verificada a miserabilidade da parte ora requerente.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500513-97.2010.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ELIZÂNGELA PEREIRA OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA... OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo autor, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

A Turma Recursal manteve a sentença que, por sua vez, acolheu parcialmente o pedido formulado pelo autor, concedendo-lhe benefício assistencial a partir da data do laudo médico-pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão atacado diverge da jurisprudência da TNU e de Turma Recursal de outra região segundo a qual o termo inicial do benefício pleiteado retroage à data do requerimento administrativo.

Decido.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora, motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data do laudo pericial, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509695-69.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARLON MOREIRA DE MESQUITA REP. LEGAL ANTONIA SUELDA DA SILVA MOREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5022871-44.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANA PATRÍCIA MERLIN
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: VICTORIA MERLIN LEWIS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: VIKTOR RAFAEL BARRETO LEWIS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, não concedeu o auxílio-reclusão solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que o benefício não poderá ser conferido quando a prova do desemprego se fundar em ausência de anotação na CTPS, nos seguintes termos:

"Consigno, ainda, que o Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento da Petição 7115, consolidou o entendimento no sentido de que a mera ausência de registro de vínculo laboral na CTPS não comprova o desemprego.

[...]

Saliento que não se trata de caso de reabertura da instrução, uma vez que este feito ajuizado após a decisão do STJ (16.06.2011) e a parte autora poderia ter feito prova do desemprego, mas baseou suas alegações em mera ausência de anotações na CTPS/CNIS, o que, por só, não elide eventual trabalho/renda no mercado informal."

Verifica-se inicialmente que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, enquanto o acórdão recorrido não concede o pedido inicial ao fundamento de inexistir nos autos elementos capazes de demonstrar a situação de renda zero do solicitante, os paradigmas retratam a possibilidade de ser reconhecida a qualidade de segurado àquele que estiver no período de carência após o desligamento laboral. Com efeito, o recorrente não demonstrou a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009172-77.2011.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLAUDIO DAVID DA ROCHA SAIDELLES
PROC./ADV.: DANIEL FIGUEIRA TONETTO OAB: RS-58691

DESPACHO

Trata-se de petição na qual os procuradores da parte recorrida informam sua renúncia no feito.

De plano, importa destacar que os advogados atuais continuam na causa, por determinação contida no art. 45 do CPC, pelo prazo de 10 (dez) dias.

Determino a intimação pessoal da parte para constituir novo advogado.

À Secretaria da TNU para as providências cabíveis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002293-20.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZ ERNANI DE VARGAS
PROC./ADV.: DANIEL FIGUEIRA TONETTO OAB: RS-58691
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de petição na qual os procuradores da parte recorrida informam sua renúncia no feito.

De plano, importa destacar que os advogados atuais continuam na causa, por determinação contida no art. 45 do CPC, pelo prazo de 10 (dez) dias.

Determino a intimação pessoal da parte para constituir novo advogado.

À Secretaria da TNU para as providências cabíveis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006488-27.2011.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JAIME MENDES FRANCISCO
PROC./ADV.: WILSON MIGUEL OAB: SP 99858

DESPACHO

Trata-se de petição na qual foi informado o falecimento do requerido, bem como se habilita a esposa do falecido como sucessora.

Intimado a se manifestar, o INSS requereu a habilitação dos demais sucessores - herdeiros necessários, posto que o de cujus deixou filhos - os quais constam da certidão de óbito trazida aos autos.

Assim sendo, intimo os herdeiros do requerido para que se habilitem no feito.

À Secretaria da TNU para as providências cabíveis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500437-31.2014.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSE LUCAS DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR OAB: PB-17228
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

da Turma Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial "para declarar como marco inicial para contagem dos interstícios das progressões e promoções funcionais da parte autora a data do seu ingresso no órgão, bem como para condenar a parte ré a pagar as parcelas atrasadas devidas a esse título, devidamente corrigidas".

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgado de Turma Recursal de outra região, no sentido de que "os atos de regência das progressões e promoções funcionais dos Agentes de Polícia Rodoviária Federal não são incompatíveis com o art. 100, da Lei n. 8.112/1990; as normas postas estão em consonância com o princípio da isonomia; e as condições individuais de cada servidor não podem se sobrepor ao interesse público".

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) entendimento em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5017055-89.2013.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO CECÍLIO LUCIAN
PROC./ADV.: ALEX JACSON CARVALHO OAB: RS-49563
PROC./ADV.: FRANCESCA CASAGRANDE LUCHESE OAB: RS-75584
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Defiro prazo de 30 dias para manifestação do INSS, conforme requerimento.

Após, retornem os autos conclusos.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514949-73.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: TEOLINDA MAGALHÃES
PROC./ADV.: TOMAZ DE AQUINO CRISÓSTOMO DA SILVA OAB: PE-3996
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que não conheceu do agravo regimental, afastando a possibilidade de interposição do citado agravo contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU.

Sustenta a parte embargante, em síntese, a ocorrência de vícios no julgado, tendo em vista que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual, "sendo a Administração Pública omissa em proceder à devida inclusão dos servidores, a lesão se renova mensalmente, restando caracterizada, por conseguinte, relação jurídica de trato sucessivo, pelo que incide, na espécie, o verbete da Súmula n. 85".

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas decidiram em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Deste modo, esclarecido o debate de mérito levantado pelos presentes embargos, e ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500809-32.2013.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA TEMOTEO DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora recorrente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais, tendo em vista a existência de vínculo urbano de janeiro de 2005 a março de 2013.

Sustenta a parte, por sua vez, que a atividade urbana era realizada somente por quatro horas diárias, sendo que, no restante do tempo, o labor exercido era o rural.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002892-67.2008.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: RODOLFO APARECIDO LOPES
PROC./ADV.: JOSÉ BRUN JÚNIOR OAB: SP 128.366
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tanto no preâmbulo quanto em seu conteúdo.

Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação da nova decisão, já constando o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

O acórdão recorrido manteve a sentença, para determinar como data de início do benefício a da citação, considerando que neste momento processual é que a autarquia ré tomou conhecimento do pleito autoral, após a constatação da incapacidade pela perícia médica judicial.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 19 de fevereiro de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502235-65.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA CARNEIRO BARBOSA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: ALYSSANDRA DE PAIVA PINHEIRO T. LIMA OAB: CE-16516
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS M. PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004988-20.2006.4.03.6310
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIO CARLOS TETZNER
PROC./ADV.: JULIANA GIUSTI CAVINATTO OAB: SP-262090

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de aposentadoria por tempo de contribuição à parte autora, com averbação de períodos laborados em atividades especiais. Entendeu ainda que a autarquia é parte ilegítima para se insurgir contra alegada sentença ilíquida.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Sustenta a parte autora que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU segundo a qual é possível o INSS se insurgir contra uma sentença ilíquida, e não apenas o autor.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o paradigma juntado adota posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007203-90.2006.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GILBERTO TEODORO SOARES
PROC./ADV.: THIAGO A. QUARANTA OAB: SP-208708

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de averbação de período laborado em condições especiais à parte autora.

Sustenta a parte autora que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU segundo a qual é possível o INSS se insurgir contra uma sentença ilíquida, e não apenas o autor.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É, no essencial, o relatório.
Razão assiste à parte requerente.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o paradigma juntado adota posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0011565-38.2006.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): SEBASTIAO ALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DIEGO GONÇALVES DE ABREU OAB: SP-228568

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de concessão de benefício por incapacidade à parte autora.
Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.
Sustenta a parte autora que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU segundo a qual é possível o INSS se insurgir contra uma sentença ilíquida, e não apenas o autor.
É, no essencial, o relatório.
Razão assiste à parte requerente.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o paradigma juntado adota posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0011565-38.2006.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): SEBASTIAO ALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DIEGO GONÇALVES DE ABREU OAB: SP-228568

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de concessão de benefício por incapacidade à parte autora.
Sustenta a parte autora que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU segundo a qual é possível o INSS se insurgir contra uma sentença ilíquida, e não apenas o autor.
É, no essencial, o relatório.
Razão assiste à parte requerente.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o paradigma juntado adota posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0015622-02.2006.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): FERNANDO PASCOAL SAUD FREGONEZI
PROC./ADV.: HUGO GONÇALVES DIAS OAB: SP-194212

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de concessão de aposentadoria por tempo de serviço à parte autora.
Sustenta a parte autora que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU segundo a qual é possível o INSS se insurgir contra uma sentença ilíquida, e não apenas o autor.
É, no essencial, o relatório.
Razão assiste à parte requerente.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o paradigma juntado adota posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0014767-84.2010.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MATHEUS KUMPEL VALENTIM MENDES E OUTRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(S): OS MESMOS

DECISÃO

Tratam-se de incidentes de uniformização nacionais suscitados pelas partes, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
Sustenta a parte autora que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU segundo a qual, se ao tempo do requerimento administrativo todos os requisitos para a concessão do benefício já haviam sido preenchido, a data de início do benefício deve ser na data do próprio requerimento.
Já o INSS, em suas razões, defende que, por se tratar de sentença ilíquida na origem, tal sentença deve ser anulada.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada em ambos os recursos, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge dos entendimentos esposados no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito os incidentes de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002531-39.2006.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: GILDA DE MORAES
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI OAB: SP 65.415
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): OS MESMOS
PROC./ADV.: OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravos interpostos de decisões que inadmitiram os incidentes de uniformização nacionais suscitados pelas partes, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
Sustenta a parte autora que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU segundo a qual, se ao tempo do requerimento administrativo todos os requisitos para a concessão do benefício já haviam sido preenchido, a data de início do benefício deve ser na data do próprio requerimento.
Já o INSS, em suas razões, defende que, por se tratar de sentença ilíquida na origem, tal sentença deve ser anulada.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada em ambos os recursos, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge dos entendimentos esposados no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0022748-72.2007.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA DAS DORES SANTOS
PROC./ADV.: IGOR DOS REIS FERREIRA OAB: SP-229469
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restituição de valores relativos à pensão por morte devidos à companheira habilitada tardiamente.
Sustenta a parte requerente divergência com julgados do STJ, no sentido de que o termo inicial do benefício em questão é a data do requerimento administrativo e não a data da habilitação como dependente do segurado falecido perante o INSS.
É, no essencial, o relatório.
Razão assiste à parte requerente.
Com efeito, no caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002597-73.2013.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: DELAIR ALVES PEREIRA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
PROC./ADV.: SERGEY RAMYRES SCHUTZ OAB: SC-28594
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
No caso, a parte requerente busca a revisão da aposentadoria por tempo de contribuição concedida, ao fundamento de que não deveria ter incidido fator previdenciário por se tratar de aposentadoria especial, mormente porque se trata de exercício do magistério.
É, no essencial, o relatório.
Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador, posto que demonstrada divergência em relação à condição de atividade especial do professor, com a concessão de aposentadoria especial e consequente não incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002589-96.2013.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: CLAUDETE BOSCHETTI DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
PROC./ADV.: SAYLES RAMYRES SCHUTZ OAB: SC 15.426
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

No caso, a parte requerente busca a revisão da aposentadoria por tempo de contribuição concedida, ao fundamento de que não deveria ter incidido fator previdenciário por se tratar de aposentadoria especial, mormente porque se trata de exercício do magistério.

É, no essencial, o relatório.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador, posto que demonstrada divergência em relação à condição de atividade especial do professor, com a concessão de aposentadoria especial e consequente não incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001772-57.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADELOR LOHSE
PROC./ADV.: LETÍCIA TRIBESS VOLKMANN OAB: SC-15497

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

O acórdão recorrido afastou a sentença, para reconhecer a especialidade de atividades desenvolvidas entre 01.06.1992 e 27.05.2011, sob o fundamento de que restou demonstrada a exposição do autor a hidrocarbonetos aromáticos.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0008639-72.2006.4.03.6306
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ROMUALDO BARROS CAVALCANTE
PROC./ADV.: JESUS GIMENO LOBACO OAB: SP 174.550
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando parcialmente a sentença, rejeitou o pedido de reajuste de benefício previdenciário nos termos da Súmula 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001731-05.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
PROC./ADV.: CAUÊ ARDENGHI BIEDACHA OAB: RS-83473
REQUERIDO(A): ADILZA DA CONCEIÇÃO JULIANI
PROC./ADV.: MIRSON STEFENON GUEDES OAB: RS-12628
PROC./ADV.: ROGÉRIO MANSUR GUEDES OAB: RS-44253
PROC./ADV.: PAULO AZEVEDO OAB: RS-79738

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu em parte o pedido de declaração de ilegalidade da cobrança de contribuições profissionais exigidas com base em resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, independentemente da comprovação de recolhimento de tais contribuições para que fosse possível a repetição do indébito.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508392-74.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: THIAGO VICTOR DE ANDRADE CHIBA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou os pedidos de concessão de auxílio-doença ou benefício assistencial, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002764-78.2013.4.04.7109
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

O acórdão recorrido, em juízo de retratação, afastou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5045431-09.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EDUARDA MARTINS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CLÁUDIO KIEFFER VEIGA OAB: RS-60 171
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

O acórdão recorrido manteve a sentença que rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrado o estado de miserabilidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502462-51.2013.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LINDOMAR JOSÉ MEDEIROS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença de parcial procedência, acolheu o pedido de auxílio-doença com data do início do benefício a partir de 02/10/2013 (data da entrada do requerimento) e data de cessação do benefício em 28/02/2014.

Sustenta a parte ora requerente que o acórdão recorrido diverge do entendimento da Turma Recursal de São Paulo, no sentido de que "não deve-se fixar uma data específica para a cessação do benefício, posto que tal determinação significaria instituir uma alta automática do benefício, independente da verificação da recuperação do segurado".

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000795-49.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ALBERTO BLAYA PEREZ
PROC./ADV.: JOSÉ LUIS WAGNER OAB: RS-18097
PROC./ADV.: DÉBORA DE SOUZA BENDER OAB: RS-32924

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, reconheceu o pedido de pagamento de adicional de insalubridade, mormente em período anterior à elaboração do laudo técnico.

Sustenta o ora requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência de turma recursal de outra região segundo a qual viabiliza o pagamento do adicional de insalubridade a partir do laudo técnico das condições ambientais do trabalho, quando reconhecido administrativamente tal direito.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015 .
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500691-44.2013.4.05.8303
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOÃO VIANEI SANTANA DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

Sustenta a parte ora requerente que o acórdão recorrido diverge do entendimento da Turma Recursal de Goiás, no sentido de que é "plenamente cabível a concessão de benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, ao postulante portador de incapacidade parcial e temporária, já que também se deve considerar as suas condições pessoais".

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500355-06.2014.4.05.8303
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO EVARISTO FERREIRA SOBRINHO
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE 20.418

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, anulando a sentença, determinou o retorno dos autos à origem, para citação e regular processamento do feito.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 24 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005070-78.2012.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TANIA MARIA MACHADO PEREIRA
PROC./ADV.: RENATO DUARTE DOS PASSOS FILHO OAB: RS-84273

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu a preliminar de ilegitimidade da União, bem como deferiu o pedido de recebimento da parcela remuneratória denominada "DECISÃO JUDICIAL TRANS. JUG. APO", bem como "declarou a nulidade do ato administrativo expedido pela FURG e União que determinou a cessação dos pagamentos e determinar que as rés (FURG e União) se abstenham de realizar a supressão da URP sobre os vencimentos da parte autora, nos termos da fundamentação, além de condenar a FURG a restituir à parte autora os valores a tal título descontados"

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5019201-52.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: NAIR DUTRA DA SILVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com base no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0520082-28.2012.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: GERALDO FERREIRA DO SANTOS
PROC./ADV.: JOSÉ AROLDO DE SOUSA PACHECO OAB: PE-25280
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de conversão da aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial, sob o fundamento de que a autora já requereu o mesmo em feitos anteriores, razão pela qual ocorreu o fenômeno da perempção.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003971-02.2008.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ANTONIETA RIBEIRO FERNANDES
PROC./ADV.: DIEGO GONÇALVES DE ABREUOAB: SP 228.568
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o nome da parte contida no preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, modificando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os acórdãos confrontados parecem adotar posições jurídicas diferentes e, ainda, as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500212-17.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GENIVAL FELINTO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O acórdão recorrido afastou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que a incapacidade do autor é preexistente á sua refiliação no RGPS.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 25 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502775-44.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO CASECA DOS SANTOS
PROC./ADV.: CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA OAB: CE12564
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.

A Turma Recursal de origem, acolhendo o recurso da parte ré, reformou a sentença de procedência quanto à aposentadoria por invalidez, determinando a concessão de auxílio-doença à parte autora.

Sustenta a parte ora requerente que faz jus à aposentadoria por invalidez, conforme havia sido concedido pelo juiz de piso, ante a aplicação da Súmula 47 da TNU.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003122-19.2013.4.04.7117
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EUNICE SEIBT
PROC./ADV.: MARCOS HUGO DELLA LATTA OAB: RS-31698
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5033432-59.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANA LUCIA DA SILVA TEIXEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

O acórdão recorrido afastou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a existência de impedimentos significativos de longo prazo, que possam obstruir a participação plena e efetiva da autora na sociedade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0517636-41.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO PEREIRA TABOSA
PROC./ADV.: ANTÔNIO HAROLDO DE PAIVA CORDEIRO OAB: CE-9711
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.

O acórdão recorrido afastou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que a enfermidade portada pelo autor não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 25 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508143-31.2010.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: SEVERINO RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, concedeu parcialmente o pedido de benefício por incapacidade com a data de início do benefício a partir da data do ajuizamento da ação, nos seguintes termos:

Quanto à data de início do benefício discutida em sede recursal, igualmente não merece provimento o recurso autoral, devendo ser fixada na data do ajuizamento da ação, pois a incapacidade da parte autora teve início após o requerimento administrativo e antes do mencionado ajuizamento. Percebe-se, por outro lado, que se trata de auxílio-doença antes usufruído pela parte autora, que fora cessado posteriormente por perícia médica administrativa. Tem-se, pois, que, embora o laudo haja afirmado apenas incapacidade parcial e permanente do autor, o MM juiz de primeiro grau, ao analisar o caso concreto, concedeu-lhe a aposentadoria por invalidez. Sendo o quadro clínico distinto no tempo (auxílio-doença e aposentadoria), ainda que a patologia seja a mesma, a concessão de um novo benefício (que não aquele cessado e nem requerido administrativamente), não gera o direito à retroação pleiteada quanto à data de seu início.

Sustenta a parte ora requerente que o benefício concedido deve ser fixado com data retroativa ao cancelamento do benefício anterior, visto que a aposentadoria por invalidez ter sido configurada em razão do agravamento da mesma doença que ensejou o antigo auxílio-doença.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido assegura que a concessão de um novo benefício impede que haja o pagamento retroativo à DIB do benefício cancelado, ainda que o novo seja decorrente da mesma doença, ao passo que o entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s) fala em continuidade da mesma doença para análise dos efeitos retroativos.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0081861-54.2007.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA APARECIDA DE FATIMA SANTOS
PROC./ADV.: MARTA REGINA RODRIGUES SILVA BORGES OAB: SP-138809

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de pagamento das parcelas atrasadas referentes ao período de suspensão do auxílio-doença percebido pela parte autora.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5018572-33.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA IVANIRA DA LUZ SAWA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

A Turma Recursal de origem, acolhendo o recurso da parte ré, reformou a sentença de procedência quanto à aposentadoria por invalidez, determinando a concessão de auxílio-doença à parte autora no período de 01.12.2010 a 02.05.2011.

Sustenta a parte ora requerente que faz jus, também, à conversão do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, conforme havia sido concedido pelo juiz de piso, ante a aplicação da jurisprudência da TNU e do STJ.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006521-89.2007.4.03.6306
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: LEOZITA MEDEIROS PESTANA
PROC./ADV.: ROSANGELA CONCEIÇÃO COSTA OAB: SP-108307
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de auxílio-doença no período em que perdurou sua incapacidade laborativa, afastando-se a hipótese de concessão de aposentadoria por invalidez.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503841-12.2008.4.05.8302
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO VIEIRA GALINDO
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20418

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que acolheu o pedido de reajuste de benefício previdenciário pela Súmula 260 do extinto Tribunal Federal de Recursos.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004302-28.2012.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA DA GLORIA FERNANDES PEREIRA
PROC./ADV.: CLÓVIS ROGÉRIO OAB: SC-2717
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006080-33.2012.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MAXCIMILIA PEREIRA FERNANDES
PROC./ADV.: GISELE FIDELIS CONSTANTE OAB: SC-18 595

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem, anulando a sentença, determinou o retorno dos autos à origem para a prolação de nova sentença, após oportunizada a devida instrução probatória acerca da comprovação da qualidade de segurada da parte autora.

Sustenta a requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência de Turma Recursal de outra região, que aponta pela impossibilidade de extensão do período de graça a segurado contribuinte individual.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5051198-08.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSE TEODORO DE ANDRADE
PROC./ADV.: ROBERTO CARLOS ALVES DE SOUZA OAB: PR-53 262
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001562-52.2011.4.04.7007
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VILMAR FERNANDES PARIZ
PROC./ADV.: FERNANDO SALVATTI GODOI OAB: PR-39078
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que, enquanto as instâncias de origem entenderam que bastava a perícia realizada por médico do trabalho para a aferição da incapacidade psiquiátrica, o acórdão paradigma entendeu que seria necessária perícia por médico especializado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500997-70.2014.4.05.8305
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUCÚLIO GUEIROS DA SILVA
PROC./ADV.: JARISSÉ ALEXANDRE DE SOUSA FERREIRA MELO OAB: PE-23189

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, concedeu parcialmente o pedido de benefício assistencial solicitado na inicial ao fundamento de terem sido preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514848-31.2013.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ADRIANA RAFAELA PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial solicitado na inicial ao fundamento de não terem sido preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000999-96.2013.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA NOEL GIOIA BORCA COCH
PROC./ADV.: LEANDRO DE AZEVEDO BEMVENUTI OAB: RS-59 893

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, deferiu o pedido de recebimento da parcela remuneratória denominada " DECISÃO JUDICIAL TRANS. JUG. APO", bem como determinou à FURG que restabeleça o pagamento da URP sobre os proventos da parte autora.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513441-13.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: DIÓGENES CORREIA MOREIRA
PROC./ADV.: GUSTAVO HENRIQUE SILVA BORGES OAB: CE-18590
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.

O acórdão recorrido manteve a sentença, que rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que a renda auferida pela família do autor permite inferir o estado de miserabilidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 26 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515839-46.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSEFA MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial ao fundamento de não terem sido preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501861-42.2013.4.05.8403
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: WILSON ALVES DE SOUZA
PROC./ADV.: RODRIGO CAVALCANTI CONTRERAS OAB: RN-5990
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial ao fundamento de não terem sido preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

Sustenta a parte ora requerente que as circunstancia pessoais devem ser analisadas, uma vez que o critério objetivo de incapacidade mínima por 2 anos não é suficiente para concessão ou indeferimento do benefício.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002239-32.2008.4.03.6319
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLAUDINEIA PEREIRA
PROC./ADV.: JOSÉ BRUN JÚNIOR OAB: SP 128.366

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, concedeu o pedido de benefício assistencial ao fundamento de terem sido preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501427-16.2014.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA SINARA COSTA MOURA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício previdenciário ao fundamento de terem sido preenchidos os requisitos exigidos pela norma, uma vez que o juízo de origem reconheceu a condição de segurado de maneira equivocada.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006054-44.2011.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: RITA DE CÁSSIA COSTA
PROC./ADV.: ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA OAB: SP-172851
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que diante da condição de transplantada da requerente, surge a necessidade de análise da capacidade laboral considerando-se suas condições pessoais, análise esta que não se encontra impedida diante do entendimento desta TNU: "quando o julgador não reconhece incapacidade para o trabalho, não tem obrigação de analisar as condições pessoais e sociais do segurado, muito embora não fique impedido de fazer tal análise se, segundo seu livre convencimento motivado, entender cabível" (grifei - PEDILEF 0052862.57.2008.4.03.6301).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0502378-50.2013.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EVANGELISTA AZEVEDO DANTAS NETO
PROC./ADV.: VITÓRIA RÉGIA DE MEDEIROS DANTAS OAB: RN-9876
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou pedido de aposentadoria por invalidez.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que enquanto o acórdão vergastado entendeu que não era o caso de incapacidade, os acórdãos paradigmas decidiram que em caso de amputados há incapacidade.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006386-70.2009.4.03.6318
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EURÍPIDES DONIZETI ROSA
PROC./ADV.: FERNANDA FERREIRA REZENDE DE ANDRADE OAB: SP-193368

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, concedeu aposentadoria por invalidez ao requerido.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0008426-05.2011.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FÁBIO ALEX ESPURI
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004876-23.2007.4.03.6308
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: EUNICE APARECIDA RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA OAB: SP-172851
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício previdenciário, ao fundamento de ter sido verificada a preexistência da doença à condição de segurado da parte ora requerente.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0009639-58.2007.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: IVONE SILVA GOMES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, concedeu benefício assistencial a partir da data do exame pericial realizado.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que há divergência quanto à data do início do benefício, se desde a realização da perícia judicial, ou desde a cessação do benefício anteriormente concedido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000873-96.2005.4.03.6307
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): SERGIO LUIS RIBEIRO CANUTO
PROC./ADV.: PAULO ANTÔNIO CORADI OAB: SP-132923

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 43 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não versam os autos sobre matéria processual, mas acerca da prescrição para a cobrança de honorários periciais, bem como da impossibilidade de fixação desses honorários em salários mínimos.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

De fato, merece reparos a decisão embargada porquanto a matéria em debate vem sendo analisada nesta Turma Recursal, razão pela qual anulo a decisão anterior e procedo à nova apreciação da lide.

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, entendeu que estão prescritos apenas os honorários fixados nos processos com trânsito em julgado em data anterior a cinco anos da propositura da presente ação.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual o prazo precricional da ação de cobrança de honorários do perito é de um ano, nos termos do art. 206, § 1º, III, do Código Civil. Insurge-se a ainda, quanto à fixação de honorários no valor de salários mínimos.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para anular a decisão embargada e, com base no art. 7º, VII, d, do RITNU, dar provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501884-34.2012.4.05.8205
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JUAREZ DIONISIO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, com base no contexto fático-probatório da lide, inclusive laudo sócio-econômico, concluiu pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias acerca dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Ante o exposto, com fulcro no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505656-80.2013.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DAS VITÓRIAS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de concessão de benefício assistencial, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao requerimento administrativo, motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data do laudo pericial, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507761-52.2007.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS SOARES DA SILVA
PROC./ADV.: CIRO BARBOSA DOS SANTOS OAB: CE-7387
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, concluiu pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício assistencial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias acerca dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Ante o exposto, com fulcro no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502942-79.2011.4.05.8311
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MÁRIA DAS DORES NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 580.963/PR, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, assim decidiu:

"Benefício assistencial de prestação continuada ao idoso e ao deficiente. Art. 203, V, da Constituição. A Lei de Organização da Assistência Social (LOAS), ao regulamentar o art. 203, V, da Constituição da República, estabeleceu os critérios para que o benefício mensal de um salário mínimo seja concedido aos portadores de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. 2. Art. 20, § 3º, da Lei 8.742/1993 e a declaração de constitucionalidade da norma pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 1.232. Dispõe o art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93 que: "considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo". O requisito financeiro estabelecido pela Lei teve sua constitucionalidade contestada, ao fundamento de que permitiria que situações de patente miserabilidade social fossem consideradas fora do alcance do benefício assistencial previsto constitucionalmente. Ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.232-1/DF, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS. 3. Decisões judiciais contrárias aos critérios objetivos preestabelecidos e processo de inconstitucionalização dos critérios definidos pela Lei 8.742/1993. A decisão do Supremo Tribunal Federal, entretanto, não pôs termo à controvérsia quanto à aplicação em concreto do critério da renda familiar per capita estabelecido pela LOAS. Como a Lei permaneceu inalterada, elaboraram-se maneiras de contornar o critério objetivo e único estipulado pela LOAS e de avaliar o real estado de miserabilidade social das famílias com entes idosos ou deficientes. Paralelamente, foram editadas leis que estabeleceram critérios mais elásticos para concessão de outros benefícios assistenciais, tais como: a Lei 10.836/2004, que criou o Bolsa Família; a Lei 10.689/2003, que instituiu o Programa Nacional de Acesso à Alimentação; a Lei 10.219/01, que criou o Bolsa Escola; a Lei 9.533/97, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. O Supremo Tribunal Federal, em decisões monocráticas, passou a rever anteriores posicionamentos acerca da intransponibilidade dos critérios objetivos. Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro). 4. A inconstitucionalidade por omissão parcial do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. O Estatuto do Idoso dispõe, no art. 34, parágrafo único, que o benefício assistencial já concedido a qualquer membro da família não será computado para fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a LOAS. Não exclusão dos benefícios assistenciais recebidos por deficientes e de previdenciários, no valor de até um salário mínimo, percebido por idosos. Inexistência de justificativa plausível para discriminação dos portadores de deficiência em relação aos idosos, bem como dos idosos beneficiários da assistência social em relação aos idosos titulares de benefícios previdenciários no valor de até um salário mínimo. Omissão parcial inconstitucional. 5. Declaração de inconstitucionalidade parcial, sem pronúncia de nulidade, do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento."

(RE 580963, Relator Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 18.4.2013, processo eletrônico repercussão geral - Mérito DJe fl. 225 Divulg 13.11.2013 Public 14.11.2013)

A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, concluiu pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício assistencial, ao fundamento de que "Inaplicável o art. 34 , parágrafo único, do Estatuto do Idoso, tendo em vista que o benefício percebido é superior a um salário mínimo".

Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fulcro no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500691-23.2013.4.05.8310
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): LINDALVA PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão do benefício de amparo social ao deficiente.

Sustenta a parte requerente que a decisão de origem está em confronto com o entendimento majoritário no âmbito do Superior Tribunal de Justiça que revela a impossibilidade de aplicação analógica do art. 34, parágrafo único do Estatuto do Idoso.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que as instâncias ordinárias examinaram todo o conjunto fático-probatório, concluindo que o requerente preenche os requisitos necessários à concessão do benefício.

Ressalte que, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 580.963/PR (DJe 14.11.2013), assim decidiu:

Benefício assistencial de prestação continuada ao idoso e ao deficiente. Art. 203, V, da Constituição.

A Lei de Organização da Assistência Social (LOAS), ao regulamentar o art. 203, V, da Constituição da República, estabeleceu os critérios para que o benefício mensal de um salário mínimo seja concedido aos portadores de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

2. Art. 20, § 3º, da Lei 8.742/1993 e a declaração de constitucionalidade da norma pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 1.232.

Dispõe o art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93 que:

"considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo".

O requisito financeiro estabelecido pela Lei teve sua constitucionalidade contestada, ao fundamento de que permitiria que situações de patente miserabilidade social fossem consideradas fora do alcance do benefício assistencial previsto constitucionalmente.

Ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.232-1/DF, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4499599. Supremo Tribunal Federal Inteiro Teor do Acórdão - Página 1 de 97

3. Decisões judiciais contrárias aos critérios objetivos preestabelecidos e processo de inconstitucionalização dos critérios definidos pela Lei 8.742/1993.

A decisão do Supremo Tribunal Federal, entretanto, não pôs termo à controvérsia quanto à aplicação em concreto do critério da renda familiar per capita estabelecido pela LOAS. Como a Lei permaneceu inalterada, elaboraram-se maneiras de

contornar o critério objetivo e único estipulado pela LOAS e de avaliar o real estado de miserabilidade social das famílias com entes idosos ou deficientes. Paralelamente, foram editadas leis que estabeleceram critérios mais elásticos para concessão de outros benefícios assistenciais, tais como: a Lei 10.836/2004, que criou o Bolsa Família; a Lei 10.689/2003, que instituiu o Programa Nacional de Acesso à Alimentação; a Lei 10.219/01, que criou o Bolsa Escola; a Lei 9.533/97, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. O Supremo Tribunal Federal, em decisões monocráticas, passou a rever anteriores posicionamentos acerca da intransponibilidade dos critérios objetivos. Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais

por parte do Estado brasileiro).

4. A inconstitucionalidade por omissão parcial do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. O Estatuto do Idoso dispõe, no art. 34, parágrafo único, que o benefício assistencial já concedido a qualquer membro da família não será computado para fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a LOAS. Não exclusão dos benefícios assistenciais recebidos por deficientes e de previdenciários, no valor de até um salário mínimo, percebido por 2 Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 4499599. Supremo Tribunal Federal Inteiro Teor do Acórdão -

idosos. Inexistência de justificativa plausível para discriminação dos portadores de deficiência em relação aos idosos, bem como dos idosos beneficiários da assistência social em relação aos idosos titulares de benefícios previdenciários no valor de até um salário mínimo. Omissão parcial inconstitucional.

5. Declaração de inconstitucionalidade parcial, sem pronúncia de nulidade, do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003.

6. Recurso extraordinário a que se nega provimento.

Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STF, no sentido de que o benefício de caráter previdenciário concedido a membro da família não será considerado para efeitos de cálculo da renda familiar.

Deste modo, incide à espécie a Questão de Ordem nº 24: "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0517983-22.2011.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA LÚCIA DE SANTANA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de concessão de benefício assistencial, com efeitos a partir da data do ajuizamento da ação.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao requerimento administrativo, motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data do ajuizamento da ação, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502318-30.2011.4.05.8311
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ZULEIDE DE ALMEIDA SALES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão do benefício assistencial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, concluiu pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício assistencial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias acerca dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Ante o exposto, com fulcro no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0517622-73.2009.4.05.8300
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: NILTON CEZAR DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão do benefício assistencial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, concluiu pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício assistencial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias acerca dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Ante o exposto, com fulcro no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502800-75.2011.4.05.8311
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ODETE VALENTIN DE MELO GONÇALVES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 580.963/PR, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, assim decidiu:

"Benefício assistencial de prestação continuada ao idoso e ao deficiente. Art. 203, V, da Constituição. A Lei de Organização da Assistência Social (LOAS), ao regulamentar o art. 203, V, da Constituição da República, estabeleceu os critérios para que o benefício mensal de um salário mínimo seja concedido aos portadores de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. 2. Art. 20, § 3º, da Lei 8.742/1993 e a declaração de constitucionalidade da norma pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 1.232. Dispõe o art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93 que: "considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo". O requisito financeiro estabelecido pela Lei teve sua constitucionalidade contestada, ao fundamento de que permitiria que situações de patente miserabilidade social fossem consideradas fora do alcance do benefício assistencial previsto constitucionalmente. Ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.232-1/DF, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS. 3. Decisões judiciais contrárias aos critérios objetivos preestabelecidos e processo de inconstitucionalização dos critérios definidos pela Lei 8.742/1993. A decisão do Supremo Tribunal Federal, entretanto, não pôs termo à controvérsia quanto à aplicação em concreto do critério da renda familiar per capita estabelecido pela LOAS. Como a Lei permaneceu inalterada, elaboraram-se maneiras de contornar o critério objetivo e único estipulado pela LOAS e de avaliar o real estado de miserabilidade social das famílias com entes idosos ou deficientes. Paralelamente, foram editadas leis que estabeleceram critérios mais elásticos para concessão de outros benefícios assistenciais, tais como: a Lei 10.836/2004, que criou o Bolsa Família; a Lei 10.689/2003, que instituiu o Programa Nacional de Acesso à Alimentação; a Lei 10.219/01, que criou o Bolsa Escola; a Lei 9.533/97, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. O Supremo Tribunal Federal, em decisões monocráticas, passou a rever anteriores posicionamentos acerca da intransponibilidade dos critérios objetivos. Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro). 4. A inconstitucionalidade por omissão parcial do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. O Estatuto do Idoso dispõe, no art. 34, parágrafo único, que o benefício assistencial já concedido a qualquer membro da família não será computado para fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a LOAS. Não exclusão dos benefícios assistenciais recebidos por deficientes e de previdenciários, no valor de até um salário mínimo, percebido por idosos. Inexistência de justificativa plausível para discriminação dos portadores de deficiência em relação aos idosos, bem como dos idosos beneficiários da assistência social em relação aos idosos titulares de benefícios previdenciários no valor de até um salário mínimo. Omissão parcial inconstitucional. 5. Declaração de inconstitucionalidade parcial, sem pronúncia de nulidade, do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento."

(RE 580963, Relator Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 18.4.2013, processo eletrônico repercussão geral - Mérito DJe fl. 225 Divulg 13.11.2013 Public 14.11.2013)

A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, concluiu pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício assistencial, ao fundamento de que é inaplicável o art. 34 , parágrafo único, do Estatuto do Idoso, tendo em vista que o benefício percebido pelo membro familiar idoso é superior a um salário mínimo.

Assim, estando o acórdão recorrido de acordo com entendimento pacífico do STJ, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fulcro no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510892-07.2013.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): DIJANIRA MARIA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de benefício assistencial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, após analisar todo o contexto fático-probatório da lide, inclusive laudo sócio-econômico, concluiu pelo preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício assistencial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias acerca dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Ante o exposto, com fulcro no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502441-84.2013.4.05.8302
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JOSÉ MARCELO GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: EDICREIZE DA CRUZ SANTOS OAB: PE-24203

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de benefício assistencial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, após analisar todo o contexto fático-probatório da lide, inclusive laudo sócio-econômico, concluiu pelo preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício assistencial.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias acerca dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fulcro no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500665-72.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ADELAIDE PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

Sustenta a parte ora requerente que o acórdão recorrido está em dissonância com o entendimento firmado pela pelas Turmas Recursais das demais regiões, no qual consideram para incapacidade laborativa "não apenas a limitação de saúde da pessoa, mas igualmente a limitação imposta pelo seu universo social, pelo tipo de atividade que desempenha, pelos fatores pessoais e sociais que impossibilitem a reinserção do segurado no mercado de trabalho." Requerendo ao final a reforma da decisão de origem.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade da parte ora requerente hábil a percepção do benefício, nos seguintes termos:

"O laudo pericial constante do anexo 14, atesta que a autora não é incapaz para o trabalho, apresentando apenas limitação para atividades que demandem o emprego de força. No caso dos autos, a autora relatou no exame pericial que exerce a função de merendeira e zeladora de colégio, atividade compatível com a limitação que apresenta. Assim, não sendo constatada incapacidade a impedir o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, não faz jus à concessão de auxílio-doença.

Nesse contexto, impõe-se a manutenção da sentença de improcedência do pedido, em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos, na forma prevista no art. 46 da Lei n.º 9.099/95."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5027166-27.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARCUS VINICIUS AGUIAR MACEDO
PROC./ADV.: KARINE TERESINHA LOVATTO OAB: RS-57 431

DECISÃO

Trata-se de petição, a qual ora recebo como embargos de declaração, apresentada pela parte ora requerida contra decisão que determinou a remessa do feito à origem para sobrestamento, em razão da PET 8345 (a qual trata de pagamento de ajuda de custo por remoção a pedido de servidor público), ainda pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

A parte embargante alega, em síntese, que, por ser Procurador da República, a referida PET a ele não se aplica, uma vez que trata de caso de servidor público de modo geral.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

De fato, não é possível a aplicação da PET 8345 à carreira de Procurador da República. A TNU, por meio do PEDILEF n. 200837007015970, decidiu que:

"DIREITO ADMINISTRATIVO. REMOÇÃO "A PEDIDO". ALTERAÇÃO DE DOMICÍLIO. PROCURADOR DA REPÚBLICA. INAMOVIBILIDADE. CONCURSO DE REMOÇÃO (EDITAL). INTERESSE PÚBLICO. LEI Nº. 8.112/1990 (RJU). APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 287 E 277 DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 75/1993 (LOMP). DIREITO À AJUDA DE CUSTO. PRECEDENTES DESTA TNU. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO STJ EM RELAÇÃO À MAGISTRATURA. SIMETRIA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. DEVOLUÇÃO À TURMA RECURSAL DE ORIGEM, PARA ADEQUAÇÃO DO JULGADO. ARTS. 7º VII, "A" E 15, §§ 1º E 3º, DA RESOLUÇÃO CJF Nº. 22 DE 4 DE SETEMBRO DE 2008 (RI/TNU). 1 - Trata-se de Pedido de Uniformização interposto em face de acórdão que negou provimento a recurso inominado de sentença que julgou improcedente pedido de pagamento de ajuda de custo por remoção "a pedido" de membro do Ministério Público Federal em decorrência de "Concurso de Remoção" promovido pela Instituição. 2 - O acórdão recorrido fixou a tese de que apenas remoção "de ofício", não "a pedido", enseja o pretendido pagamento, nos termos do disposto no art. 277 da Lei Complementar nº. 75/1993 - Estatuto do Ministério Público da União - ("Os membros do Ministério Público da União farão jus, ainda, às seguintes vantagens: I - ajuda de custo em caso de: a) remoção de ofício, promoção ou nomeação que importe em alteração do domicílio legal, para atender às despesas de instalação na nova sede de exercício em valor correspondente a até três meses de vencimentos"). Fixou, ainda, a tese de que o tratamento exaustivo das hipóteses de pagamento de ajuda de custo pela LC nº. 75/1993, lei especial, afasta a aplicação, ainda que subsidiária, da Lei nº. 8.112/1990 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União -, lei geral, conforme art. 287, LC nº. 75/1993 ("Aplicam-se subsidiariamente aos membros do Ministério Público da União as disposições gerais referentes aos servidores públicos, respeitadas, quando for o caso, as normas especiais contidas nesta lei complementar."). 3 - Imprestabilidade do acórdão proferido no Processo nº. 2006.83.08.500113-4 (TRPE - 5ª Região) para caracterização da divergência, com efeito, não é indicada sua fonte. Aplicação do entendimento consolidado na Questão de Ordem nº. 3, TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões") combinado com o consolidado no PEDILEF nº. 0500654-50.2009.4.05.8402, Relª Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, pub. DOU 7.10.2011, Julgado sob o rito do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU ("(...) exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência. Pode o recorrente se desincumbir desse ônus através da juntada aos autos de certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao acórdão indicado como paradigma (inteligência do art. 13 do Regimento Interno desta Turma c/c art. 541 do CPC)"). 4 - Apontados como paradigmas válidos das divergências de interpretação de direito material os acórdãos proferidos nos seguintes processos: PEDILEF nº. 2006.51.51.002075-6, Rel. Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz e PEDILEF Regional nº. 2005.30.00.708783-4, Rel. Juiz Federal Julier Sebastião da Silva (TRU 1ª Região), que fixam a tese de que se aplica subsidiariamente o art. 53, caput, da Lei nº. 8.112/1990 às remoções do MPF perpetradas no interesse do serviço; Processo nº. 2004.51.51.036446101, Rel. Juiz Federal Marcelo Leonardo Tavares (TRRJ - 2ª Região), que fixa a tese de que a realização de concurso de remoção pressupõe interesse do serviço a ensejar o direito à ajuda de custo; Processo nº. 2008.82.00.502980-3, Rel. Juiz Federal Emiliano Zapata de Miranda Leitão (TRPB - 5ª Região), que fixa a tese de que a remoção de ofício, de caráter punitivo, não pode ensejar um regime jurídico mais privilegiado. Caracterização da divergência. 5 - O art. 277, I, "a", da LC nº. 75/1993 não previu todas as hipóteses de concessão da vantagem ajuda de custo por remoção; com efeito, refere-se apenas àquela de ofício, de caráter eminentemente punitivo, fundada no interesse público e decidida pelo voto da maioria absoluta dos membros do órgão colegiado competente, assegurada ampla defesa. Não tendo a LC nº. 75/1993 tratado exaustivamente do tema, aplica-se subsidiariamente a Lei nº. 8.112/1990, como previsto em seu art. 287. O art. 53 dessa última lei contém disposição geral aplicável aos servidores públicos civis da União não conflitante com qualquer disposição especial do Estatuto do Ministério Público da União, confira-se: "A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede". 6 - Gozando os membros do Ministério Público da garantia constitucional da inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, "b", CF), sua remoção pressupõe manifestação de vontade, materializada na formulação de "pedido". O edital publicado pela Administração, por sua vez, revela a existência de vagas e o interesse público em provê-las. A remoção nessa hipótese atende primariamente o interesse do serviço e apenas secundariamente o interesse do agente. Fazem jus, portanto, os membros do MPF ao pagamento de ajuda de custo quando a remoção no interesse público importa em alteração do domicílio. 7 - Precedentes da TNU: PEDILEF nº. 2006.51.51.002075-6, Rel. Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJU 18.2.2008; PEDILEF nº. 200251520015144, Relª Juíza Federal Mônica Sifuentes, DJU 29.9.2004. 8 - Consolidação no STJ, ademais, de entendimento que acolhe idêntica ratio acerca do pagamento de ajuda de custo à magistratura (art. 65, I, LC nº. 35/1979 - LOMAN), carreira simétrica à do Ministério Público (cf. CNJ, PP nº. 0002043-22.2009.2.00.0000, Rel. Conselheiro Gilberto Valente Martins, pub. DJe 14.12.2010), verbis: "3. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o magistrado faz jus à ajuda de custo, seja na remoção ex officio, seja na levada a efeito a pedido do interessado, uma vez que em ambas está presente o interesse público. Precedentes: AgRg no REsp 945.420/SC, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 27.9.2010; AgRg no REsp 779.276/SC, Rel. Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ-SP), Sexta Turma, DJe 18.5.2009; AgRg no Ag 1.354.482/SC, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 18.2.2011". (Processo AgRg no AREsp 64318/RS - 2011/0242466-9, Segunda Turma, Rel. Ministro Humberto Martins, pub. DJe 5.3.2012). 9 - Incidente de uniformização conhecido e provido. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado à premissa de direito uniformizada. 10 - O julgamento deste incidente de uniformização, que reflete o entendimento consolidado da Turma Nacional de Uniformização, resultará na devolução às Turma de origem de todos os outros recursos que versem sobre o mesmo objeto a fim de que mantenham ou promovam a adequação do acórdão recorrido à tese jurídica firmada, em cumprimento ao disposto nos arts. 7º VII, "a" e 15, §§ 1º e 3º, da Resolução CJF nº. 22 de 4 de setembro de 2008 (RI/TNU)"

Verifica-se, portanto, que o entendimento consolidado neste TNU é o mesmo firmado nas instâncias originárias.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, acolho os embargos para negar provimento ao agravo interposto pela UNIÃO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502385-22.2011.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA JOSE SOARES SAMPAIO
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
PROC./ADV.: ALYSSANDRA DE PAIVA PINHEIRO T. LIMA OAB: CE-16516
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que não foi verificada a sua condição de segurado especial hábil a percepção do benefício, nos seguintes termos:

"No caso em exame, como bem ressaltado pela sentença recorrida, cujos fundamentos adoto in totum como razões de decidir, nos termos autorizados pelo Art. 46 da Lei 9.099/95, verifico que a parte autora, de fato, não comprovou a condição de segurado(a) especial pelo tempo necessário à concessão do benefício, mediante a apresentação de início de prova material, contemporâneo à época dos fatos (TNU, Súmula 34) e que revele a prestação da atividade agrícola, ainda que de forma descontínua, pelo tempo necessário à concessão da aposentadoria.

[...]

De qualquer modo, resta evidente que a autora somente comprova alguma ligação com atividade agrícola a contar de 2009, quando se filiou ao sindicato, portanto, não preenche a carência (180 meses) necessária para se aposentar por idade em 2011."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507313-11.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MANOEL ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

mantendo a sentença, não concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que não foi verificada a sua condição de segurado especial hábil a percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Assim, observa-se que o conjunto probatório carreado aos autos é insuficiente para comprovação da qualidade de segurado da parte recorrente durante o período de carência, apto a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural.

Ante o exposto, analisando atentamente a sentença recorrida, constata-se que o Juízo a quo formou seu convencimento à luz de uma análise adequada dos fatos, aplicando corretamente as normas de regência. Por tal razão, deve o julgado ser mantido em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos, na forma prevista no art. 46 da Lei n.º 9.099/95."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000889-44.2011.4.04.7109
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NEIVA COELHO RITTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora embargante contra decisão que negou provimento ao agravo interposto, por aplicação da Questão de Ordem 22 e da Súmula 42, ambas da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de erro material e de omissão na decisão embargada, porquanto não se trata de reexame de provas, mas, sim, da possibilidade de realização de perícia por médico especialista nas patologias apresentadas pela parte autora, bem como alega que os paradigmas apresentados retratam questão análoga à debatida nos autos.

Requer, assim, o acolhimento dos embargos para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Compulsando os autos, verifica-se que, em sede de recurso inominado, a parte ora embargante alegou a necessidade de realização de outra perícia com médico especialista em neurologia, uma vez que o próprio perito do juízo teria indicado a necessidade de avaliação, por neurologista, de outras queixas apresentadas pela autora.

Entretanto, a Turma de origem, em detrimento das alegações da parte ora embargante, decidiu que a sentença deveria ser mantida, haja vista que as razões recursais trazidas pela parte autora não mereciam acolhimento.

Dessa forma, entendo que houve equívoco na decisão anteriormente proferida, uma vez que não foi deferida a prova pericial requerida pela parte, necessária para a análise da alegada doença de ordem neurológica. Por esse motivo, é aplicável a Questão de Ordem nº 20/TNU: se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito.".

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dar provimento ao agravo. Em consequência, sejam anulados os atos prolatados pela origem e realizada perícia por profissional especialista em neurologia.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506315-37.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIA BARBOSA JACÓ
PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES OAB: CE-14553
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que não foi verificada a sua condição de segurado especial hábil a percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Conforme o precedente citado, o exercício de atividade urbana pelo cônjuge, por si só, não descaracterizaria a condição de rurícola da parte autora. Entretanto, analisando o caso concreto, constata-se que durante o período da carência do benefício, há extenso vínculo urbano do cônjuge da autora (com início em 1999), o que, na prática, tornaria dispensável o exercício do trabalho rural para a subsistência da família."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, impõe registrar que a TNU, por meio do PEDILEF nº 05000002920054058103, já firmou seu entendimento sobre a matéria, no sentido de não conceder da aposentadoria rural especial ao segurado que tenha laborado em atividade urbana intercalada de modo a não demonstrar o cumprimento da atividade rural descontínuo pelo período necessário à percepção do benefício, verbis:

"VOTO / EMENTA APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE RURAL DESCONTÍNUA. ATIVIDADE URBANA INTERCALADA. 1. Sobre a alegação do INSS de que o requerente exerceu trabalho urbano, a sentença considerou que tal fato não desnatura o labor rural na qualidade de segurado especial, na medida em que não suplantou nem se deu em concomitância ao período de carência exigido pela Lei 8.213/91. A Turma Recursal reformou a sentença por considerar que, apesar de alguns documentos poderem servir como início de prova material, acabaram ficando descaracterizados em razão da função da informação constante do CNIS. 2. Demonstrada divergência com acórdão paradigma da Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual o exercício de atividade urbana, durante parte do período de carência, quando não interrompe o curso normal do trabalho rural, não afasta a caracterização da condição de segurado especial. (Processo nº 2006.70.95.001723-5, DJU 31/08/2007). 3. O incidente de uniformização não embute pretensão direta a reexame de prova, mas apenas arguição de divergência jurisprudencial em torno de critério jurídico para valoração da prova..."

In casu, verifica-se que a decisão do acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511111-63.2012.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO ALEXANDRE DE MESQUITA
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA OAB: CE-8342

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que, admitindo o agravo interposto, determinou a distribuição do feito a um dos membros do Colegiado da TNU para julgamento do incidente de uniformização.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, tendo em vista que, por equívoco, interpôs agravo da decisão que inadmitiu o incidente de uniformização interposto pela parte ré.

Requer, assim, o acolhimento dos embargos para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

De início, cabe uma descrição dos fatos ocorridos nos autos:

Trata-se de ação em que a parte autora pleiteia a concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

O juiz de piso negou provimento aos pedidos autorais, sob o fundamento de que não restou preenchido o requisito da incapacidade laboral;

Inconformada, a parte autora interpôs recurso inominado contra a sentença de improcedência que, após análise da Turma de origem, restou provido, concedendo-se o auxílio-doença.

Em consequência, a autarquia previdenciária interpôs incidente de uniformização, que restou inadmitido pela Turma Recursal de origem, sob o fundamento de que, para alterar o acórdão vergastado, seria necessário o reexame de provas.

Da decisão de inadmissão do pedido de uniformização do INSS, mesmo obtendo êxito no seu pleito, a parte autora agravou, requerendo a imediata remessa dos autos a esta TNU. Entretanto, após perceber o equívoco, a parte ora embargante atravessou uma nova petição, na qual solicitou a desconsideração dos termos do citado agravo.

Em detrimento do pedido de desconsideração, os autos vieram conclusos para decisão, restando proferida a decisão embargada.

Dessa forma, verifico a existência de equívoco na decisão embargada, uma vez que a parte embargante, realmente, solicitou a desistência do agravo equivocadamente interposto, bem como pelo fato de que não houve interposição de agravo, pela parte ré, após a inadmissão do pedido de uniformização de jurisprudência.

Destarte, considerando que não há interesse recursal da parte embargante no julgamento do agravo, julgo prejudicado o referido recurso, posto que os autos não deveriam ter sido remetidos à TNU.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para sanar o vício apontado, tornando sem efeito a decisão embargada e julgando prejudicado o agravo apresentado pela ora embargante. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para as providências cabíveis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501245-79.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO DE CASTRO SOUSA
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE OAB: CE-12235
PROC./ADV.: CÉLIA BRITO OAB: CE-10560
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que não foi verificado o preenchimento da carência pelo período hábil a percepção do benefício, nos seguintes termos:

"No caso dos autos, as provas apresentadas pela parte autora são extremamente frágeis, uma vez que apresentou apenas uma carteira sindical. Ademais, intimada por duas vezes, não compareceu em juízo para viabilizar a produção de outras provas que sustentassem seu pleito.

Ante o exposto, analisando atentamente a sentença recorrida, constata-se que o Juízo a quo formou seu convencimento à luz de uma análise adequada dos fatos, aplicando corretamente as normas de regência. Por tal razão, deve o julgado ser mantido em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos, na forma prevista no art. 46 da Lei n.º 9.099/95."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0024604-14.2011.4.01.3900
ORIGEM: SEÇÃO JUDICIÁRIA PA/AP
REQUERENTE: JOÃO PASTOR DE CASTRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora embargante contra decisão que negou provimento ao agravo interposto pela incidência da Súmula 42 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão e contradição na decisão embargada, porquanto se trata, na verdade, de revaloração de provas, bem como alega que o acórdão vergastado negou provimento aos pedidos autorais sem analisar as condições pessoais e sociais da parte autora, conforme entendimento da TNU.

Requer, assim, o provimento do recurso para que sejam sanados os vícios apontados.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Não há, na decisão embargada, qualquer vício.

Isto porque as instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, concluíram que não houve comprovação do requisito da incapacidade laboral, uma vez que o perito do juízo atestou que a parte autora não está incapacitada para as suas atividades habituais.

Assim, de fato, para infirmar as conclusões das instâncias de origem, necessário seria o reexame do acervo fático-probatório, o que encontra óbice na súmula 42/TNU, como consignado na decisão embargada.

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreram os vícios alegados, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0027325-25.2009.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo interposto pela incidência da Súmula 42 e da Questão de Ordem 22, ambas da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão/erro material na decisão embargada, porquanto houve a similitude fática entre acórdão recorrido e paradigmas indicados, que versam sobre "a possibilidade ou não da doença preexistente à filiação do segurado à previdência social conferir direito à aposentadoria por invalidez quando a incapacidade sobrevier à filiação por motivo de progressão ou agravamento dessa doença".

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Independentemente da ocorrência de similitude fática, as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que, ao tempo da data de início da incapacidade fixada pelo perito do juízo, a parte autora já não mais ostentava a qualidade de segurado. Do acórdão vergastado, destaca-se:

"No caso em concreto, analisando os documentos acostados aos autos, observa-se que a incapacidade atestada pelo Sr. Perito é anterior à filiação ou reingresso da parte autora ao Regime Geral de Previdência Social.

Assim, considerando a preexistência da incapacidade, não há como ser concedida a aposentadoria por invalidez ou o auxílio-doença, uma vez que os artigos 42, § 2º, e 59, parágrafo único, vedam a concessão de tais benefícios se a incapacidade resultar de doença ou lesão preexistente à sua filiação ao Regime Geral de Previdência Social."

Assim, de fato, para infirmar as conclusões do acórdão recorrido, necessário seria o reexame do acervo fático-probatório, o que encontra óbice na súmula 42/TNU, como consignado na decisão embargada.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreram os vícios alegados, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501460-78.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARLUCIA DAS DORES DE ARAUJO
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que não foi verificada a sua condição de segurado especial hábil a percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Conforme o precedente citado, o exercício de atividade urbana pelo cônjuge, por si só, não descaracterizaria a condição de rurícola da parte autora. Entretanto, em análise ao CNIS do esposo da demandante (anexo 6), verifica-se que, em alguns períodos da carência do benefício, há registro de salários superiores ao mínimo, o que, na prática, torna dispensável o exercício do trabalho rural para a subsistência da família.."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502254-07.2007.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO CARMO BARBOSA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que não foi verificada a sua condição de segurado especial hábil a percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Reexaminando a causa, observo que a autora atende ao requisito etário, pois nasceu no dia 30/12/1947, contando com 55 anos de idade ao tempo do requerimento (DER em 09/3/2006). Quanto à condição de segurada especial, verifico que a autora não apresentou documentos que satisfaçam a condição legal contida no Art. 55, § 3º, da Lei 8.213/91. A declaração do sindicato somente é acolhida como início de prova material quando homologada pelo INSS, nos termos do Art. 106, III, da LB. As demais declarações comprovam apenas os fatos declarados, mas não os respectivos contеúdos, que devem ser demonstrados pelo interessado (Art. 368, § único, do CPC). Os documentos de terra em nome de terceiros, não integrantes do núcleo familiar, não comprovam, por si, o exercício de atividade rural. Portanto, nota-se a completa ausência de documentos que sirvam de início de prova material da alegada atividade agrícola pela carência legal (150 meses), sendo pacífico que a prova exclusivamente testemunhal não se presta para tal fim, conforme o entendimento consolidado pela Súmula 149 do STJ."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502463-76.2007.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA LUIZA PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: DANIELLY FIGUEIREDO XIMENES OAB: RN-5591

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, julgou procedente o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A TNU, por meio de seu verbete sumular n. 41, consignou que: "A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto."

Assim sendo, estando o entendimento desta TNU firmado no mesmo sentido da orientação fixada no acórdão recorrido, aplicável, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ainda que assim não fosse, a fim de que se pudesse alterar o entendimento do aresto vergastado, necessário seria o revolvimento da matéria fático-probatória dos autos, pois a Turma Recursal, de posse de todas as provas dos autos, entendeu que:

"No caso em apreço, verifica-se que constam nos autos documentos aptos a conferir à parte a condição de rurícola, prestando-se a demonstrar o desempenho da atividade rural no período exigido em lei, sobretudo por não serem documentos expedidos em nome de terceiros, resultantes de declarações unilaterais ou de mera adesão da parte ou, ainda, expedidos fora do período de carência ou na iminência da propositura do pleito.

Também não está descaracterizada a condição alegada por eventual contraprova apresentada pelo INSS, uma vez que a existência de vínculo empregatício urbano, por si só, não é suficiente para afastar a condição de segurado especial, se houver início de prova material do exercício de labor rural por tempo equivalente ao período de carência para concessão do benefício, confirmado por prova testemunhal harmônica e coerente com os fatos alegados, o que ocorre na hipótese em liça."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501246-43.2013.4.05.8309
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HÉLIO FERREIRA DE LIMA SANTOS
PROC./ADV.: FAGNER FALCÃO DE FRANÇA OAB: PB-12428
PROC./ADV.: SUHELLEN FALCÃO DE FRANÇA OAB: PE-15475
PROC./ADV.: KILDARE MELO PORDEUS OAB: PE-1109

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de averbação de período laborado na condição de aluno-aprendiz, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, de posse de todo o caderno probatório dos autos, entendeu que a parte cumpriu todos os requisitos necessários à averbação do período pleiteado. Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5007484-40.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ROGERIO SALUSTIANO DA COSTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, afastando parcialmente a sentença, acolheu o pedido de concessão de benefício assistencial, com efeitos a partir de 01/01/2013.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, a instância de origem concluiu que somente a partir de 01/01/2013 restou demonstrado o estado de miserabilidade social do requerente.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500770-03.2011.4.05.8203
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: IVONETE DE SOUSA FÉLIX
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-doença, com efeitos a partir de 15/12/2010.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, a instância de origem concluiu que somente a partir de 15/12/2010 restou evidenciada a incapacidade da autora, após a realização de tomografia computadorizada.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501219-33.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): AÉRCIO PEREIRA DE LIMA FILHO
PROC./ADV.: GEORGE OTTÁVIO BRASILINO OLEGÁRIO OAB: PB-15 013

DECISÃO

Trata-se de petição, a qual ora recebo como embargos de declaração, apresentada pela parte ora requerida contra decisão que determinou a remessa do feito à origem para sobrestamento, em razão da PET 8345 (a qual trata de pagamento de ajuda de custo por remoção a pedido de servidor público), ainda pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

A parte embargante alega, em síntese, que, por ser Procurador da República, a referida PET a ele não se aplica, uma vez que trata de caso de servidor público de modo geral.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

De fato, não é possível a aplicação da PET 8345 à carreira de Procurador da República. A TNU, por meio do PEDILEF n. 200837007015970, decidiu que:

"DIREITO ADMINISTRATIVO. REMOÇÃO "A PEDIDO". ALTERAÇÃO DE DOMICÍLIO. PROCURADOR DA REPÚBLICA. INAMOVIBILIDADE. CONCURSO DE REMOÇÃO (EDITAL). INTERESSE PÚBLICO. LEI Nº. 8.112/1990 (RJU). APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 287 E 277 DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 75/1993 (LOMP). DIREITO À AJUDA DE CUSTO. PRECEDENTES DESTA TNU. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO STJ EM RELAÇÃO À MAGISTRATURA. SIMETRIA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. DEVOLUÇÃO À TURMA RECURSAL DE ORIGEM, PARA ADEQUAÇÃO DO JULGADO. ARTS. 7º VII, "A" E 15, §§ 1º E 3º, DA RESOLUÇÃO CJF Nº. 22 DE 4 DE SETEMBRO DE 2008 (RI/TNU). 1 - Trata-se de Pedido de Uniformização interposto em face de acórdão que negou provimento a recurso inominado de sentença que julgou improcedente pedido de pagamento de ajuda de custo por remoção "a pedido" de membro do Ministério Público Federal em decorrência de "Concurso de Remoção" promovido pela Instituição. 2 - O acórdão recorrido fixou a tese de que apenas remoção "de ofício", não "a pedido", enseja o pretendido pagamento, nos termos do disposto no art. 277 da Lei Complementar nº. 75/1993 - Estatuto do Ministério Público da União - ("Os membros do Ministério Público da União farão jus, ainda, às seguintes vantagens: I - ajuda de custo em caso de: a) remoção de ofício, promoção ou nomeação que importe em alteração do domicílio legal, para atender às despesas de instalação na nova sede de exercício em valor correspondente a até três meses de vencimentos"). Fixou, ainda, a tese de que o tratamento exaustivo das hipóteses de pagamento de ajuda de custo pela LC nº. 75/1993, lei especial, afasta a aplicação, ainda que subsidiária, da Lei nº. 8.112/1990 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União -, lei geral, conforme art. 287, LC nº. 75/1993 ("Aplicam-se subsidiariamente aos membros do Ministério Público da União as disposições gerais referentes aos servidores públicos, respeitadas, quando for o caso, as normas especiais contidas nesta lei complementar."). 3 - Imprestabilidade do acórdão proferido no Processo nº. 2006.83.08.500113-4 (TRPE - 5ª Região) para caracterização da divergência, com efeito, não é indicada sua fonte. Aplicação do entendimento consolidado na Questão de Ordem nº. 3, TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões") combinado com o consolidado no PEDILEF nº. 0500654-50.2009.4.05.8402, Relª Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, pub. DOU 7.10.2011, Julgado sob o rito do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU ("(...) exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência. Pode o recorrente se desincumbir desse ônus através da juntada aos autos de certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao acórdão indicado como paradigma (inteligência do art. 13 do Regimento Interno desta Turma c/c art. 541 do CPC)"). 4 - Apontados como paradigmas válidos das divergências de interpretação de direito material os acórdãos proferidos nos seguintes processos: PEDILEF nº. 2006.51.51.002075-6, Rel. Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz e PEDILEF Regional nº. 2005.30.00.708783-4, Rel. Juiz Federal Julier Sebastião da Silva (TRU 1ª Região), que fixam a tese de que se aplica subsidiariamente o art. 53, caput, da Lei nº. 8.112/1990 às remoções do MPF perpetradas no interesse do serviço; Processo nº. 2004.51.51.036446101, Rel. Juiz Federal Marcelo Leonardo Tavares (TRRJ - 2ª Região), que fixa a tese de que a realização de concurso de remoção pressupõe interesse do serviço a ensejar o direito à ajuda de custo; Processo nº. 2008.82.00.502980-3, Rel. Juiz Federal Emiliano Zapata de Miranda Leitão (TRPB - 5ª Região), que fixa a tese de que a remoção de ofício, de caráter punitivo, não pode ensejar um regime jurídico mais privilegiado. Caracterização da divergência. 5 - O art. 277, I, "a", da LC nº. 75/1993 não previu todas as hipóteses de concessão da vantagem ajuda de custo por remoção; com efeito, refere-se apenas àquela de ofício, de caráter eminentemente punitivo, fundada no interesse público e decidida pelo voto da maioria absoluta dos membros do órgão colegiado competente, assegurada ampla defesa. Não tendo a LC nº. 75/1993 tratado exaustivamente do tema, aplica-se subsidiariamente a Lei nº. 8.112/1990, como previsto em seu art. 287. O art. 53 dessa última lei contém disposição geral aplicável aos servidores públicos civis da União não conflitante com qualquer disposição especial do Estatuto do Ministério Público da União, confira-se: "A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede". 6 - Gozando os membros do Ministério Público da garantia constitucional da inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, "b", CF), sua remoção pressupõe manifestação de vontade, materializada na formulação de "pedido". O edital publicado pela Administração, por sua vez, revela a existência de vagas e o interesse público em provê-las. A remoção nessa hipótese atende primariamente o interesse do serviço e apenas secundariamente o interesse do agente. Fazem jus, portanto, os membros do MPF ao pagamento de ajuda de custo quando a remoção no interesse público importa em alteração do domicílio. 7 - Precedentes da TNU: PEDILEF nº. 2006.51.51.002075-6, Rel. Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJU 18.2.2008; PEDILEF nº. 200251520015144, Relª Juíza Federal Mônica Sifuentes, DJU 29.9.2004. 8 - Consolidação no STJ, ademais, de entendimento que acolhe idêntica ratio acerca do pagamento de ajuda de custo à magistratura (art. 65, I, LC nº. 35/1979 - LOMAN), carreira simétrica à do Ministério Público (cf. CNJ, PP nº. 0002043-22.2009.2.00.0000, Rel. Conselheiro Gilberto Valente Martins, pub. DJe 14.12.2010), verbis: "3. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o magistrado faz jus à ajuda de custo, seja na remoção ex officio, seja na levada a efeito a pedido do interessado, uma vez que em ambas está presente o interesse público. Precedentes: AgRg no REsp 945.420/SC, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 27.9.2010; AgRg no REsp 779.276/SC, Rel. Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ-SP), Sexta Turma, DJe 18.5.2009; AgRg no Ag 1.354.482/SC, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 18.2.2011". (Processo AgRg no AREsp 64318/RS - 2011/0242466-9, Segunda Turma, Rel. Ministro Humberto Martins, pub. DJe 5.3.2012). 9 - Incidente de uniformização conhecido e provido. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado à premissa de direito uniformizada. 10 - O julgamento deste incidente de uniformização, que reflete o entendimento consolidado da Turma Nacional de Uniformização, resultará na devolução às Turma de origem de todos os outros recursos que versem sobre o mesmo objeto a fim de que mantenham ou promovam a adequação do acórdão recorrido à tese jurídica firmada, em cumprimento ao disposto nos arts. 7º VII, "a" e 15, §§ 1º e 3º, da Resolução CJF nº. 22 de 4 de setembro de 2008 (RI/TNU)"

Verifica-se, portanto, que o entendimento consolidado neste TNU é o mesmo firmado nas instâncias originárias.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Na-

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

cional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, acolho os embargos para negar provimento ao agravo interposto pela UNIÃO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500298-36.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): PAULO ROBERTO OLEGÁRIO DE SOUSA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de petição, a qual ora recebo como embargos de declaração, apresentada pela parte ora requerida contra decisão que determinou a remessa do feito à origem para sobrestamento, em razão da PET 8345 (a qual trata de pagamento de ajuda de custo por remoção a pedido de servidor público), ainda pendente de julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

A parte embargante alega, em síntese, que, por ser Procurador da República, a referida PET a ele não se aplica, uma vez que trata de caso de servidor público de modo geral.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

De fato, não é possível a aplicação da PET 8345 à carreira de Procurador da República. A TNU, por meio do PEDILEF n. 200837007015970, decidiu que:

"DIREITO ADMINISTRATIVO. REMOÇÃO "A PEDIDO". ALTERAÇÃO DE DOMICÍLIO. PROCURADOR DA REPÚBLICA. INAMOVIBILIDADE. CONCURSO DE REMOÇÃO (EDITAL). INTERESSE PÚBLICO. LEI Nº. 8.112/1990 (RJU). APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 287 E 277 DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 75/1993 (LOMP). DIREITO À AJUDA DE CUSTO. PRECEDENTES DESTA TNU. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO STJ EM RELAÇÃO À MAGISTRATURA. SIMETRIA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. DEVOLUÇÃO À TURMA RECURSAL DE ORIGEM, PARA ADEQUAÇÃO DO JULGADO. ARTS. 7º VII, "A" E 15, §§ 1º E 3º, DA RESOLUÇÃO CJF Nº. 22 DE 4 DE SETEMBRO DE 2008 (RI/TNU). 1 - Trata-se de Pedido de Uniformização interposto em face de acórdão que negou provimento a recurso inominado de sentença que julgou improcedente pedido de pagamento de ajuda de custo por remoção "a pedido" de membro do Ministério Público Federal em decorrência de "Concurso de Remoção" promovido pela Instituição. 2 - O acórdão recorrido fixou a tese de que apenas remoção "de ofício", não "a pedido", enseja o pretendido pagamento, nos termos do disposto no art. 277 da Lei Complementar nº. 75/1993 - Estatuto do Ministério Público da União - ("Os membros do Ministério Público da União farão jus, ainda, às seguintes vantagens: I - ajuda de custo em caso de: a) remoção de ofício, promoção ou nomeação que importe em alteração do domicílio legal, para atender às despesas de instalação na nova sede de exercício em valor correspondente a até três meses de vencimentos"). Fixou, ainda, a tese de que o tratamento exaustivo das hipóteses de pagamento de ajuda de custo pela LC nº. 75/1993, lei especial, afasta a aplicação, ainda que subsidiária, da Lei nº. 8.112/1990 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União -, lei geral, conforme art. 287, LC nº. 75/1993 ("Aplicam-se subsidiariamente aos membros do Ministério Público da União as disposições gerais referentes aos servidores públicos, respeitadas, quando for o caso, as normas especiais contidas nesta lei complementar."). 3 - Imprestabilidade do acórdão proferido no Processo nº. 2006.83.08.500113-4 (TRPE - 5ª Região) para caracterização da divergência, com efeito, não é indicada sua fonte. Aplicação do entendimento consolidado na Questão de Ordem nº. 3, TNU ("A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre Turmas Recursais de diferentes Regiões") combinado com o consolidado no PEDILEF nº. 0500654-50.2009.4.05.8402, Relª Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, pub. DOU 7.10.2011, Julgado sob o rito do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU ("(...) exige-se, na hipótese de incidente calcado no conflito entre decisões de Turmas de Regiões diversas, que o recorrente comprove a sua existência. Pode o recorrente se desincumbir desse ônus através da juntada aos autos de certidão, cópia autenticada ou citação do repositório de jurisprudência oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente. Admite-se ainda, para essa finalidade, a reprodução de julgado disponível na internet, desde que com indicação da respectiva fonte ou link que remeta o interessado diretamente ao acórdão indicado como paradigma (inteligência do art. 13 do Regimento Interno desta Turma c/c art. 541 do CPC)"). 4 - Apontados como paradigmas válidos das divergências de interpretação de direito material os acórdãos proferidos nos seguintes processos: PEDILEF nº. 2006.51.51.002075-6, Rel. Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz e PEDILEF Regional nº. 2005.30.00.708783-4, Rel. Juiz Federal Julier Sebastião da Silva (TRU 1ª Região), que fixam a tese de que se aplica subsidiariamente o art. 53, caput, da Lei nº. 8.112/1990 às remoções do MPF perpetradas no interesse do serviço; Processo nº. 2004.51.51.036446101, Rel. Juiz Federal Marcelo Leonardo Tavares (TRRJ - 2ª Região), que fixa a tese de que a realização de concurso de remoção pressupõe interesse do serviço a ensejar o direito à ajuda de custo; Processo nº. 2008.82.00.502980-3, Rel. Juiz Federal Emiliano Zapata de Miranda Leitão (TRPB - 5ª Região), que fixa a tese de que a remoção de ofício, de caráter punitivo, não pode ensejar um regime jurídico mais privilegiado. Caracterização da divergência. 5 - O art. 277, I, "a", da LC nº. 75/1993 não previu todas as hipóteses de concessão da vantagem ajuda de custo por remoção; com efeito, refere-se apenas àquela de ofício, de caráter eminentemente punitivo, fundada no interesse público e decidida pelo voto da maioria absoluta dos membros do órgão colegiado competente, assegurada ampla defesa. Não tendo a LC nº. 75/1993 tratado exaustivamente do tema, aplica-se subsidiariamente a Lei nº. 8.112/1990, como previsto em seu art. 287. O art. 53 dessa última lei contém disposição geral aplicável aos servidores públicos civis da União não conflitante com qualquer disposição especial do Estatuto do Ministério Público da União, confira-se: "A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede". 6 - Gozando os membros do Ministério Público da garantia constitucional da inamovibilidade (art. 128, § 5º, I, "b", CF), sua remoção pressupõe manifestação de vontade, materializada na formulação de "pedido". O edital publicado pela Administração, por sua vez, revela a existência de vagas e o interesse público em provê-las. A remoção nessa hipótese atende primariamente o interesse do serviço e apenas secundariamente o interesse do agente. Fazem jus, portanto, os membros do MPF ao pagamento de ajuda de custo quando a remoção no interesse público importa em alteração do domicílio. 7 - Precedentes da TNU: PEDILEF nº. 2006.51.51.002075-6, Rel. Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJU 18.2.2008; PEDILEF nº. 200251520015144, Relª Juíza Federal Mônica Sifuentes, DJU 29.9.2004. 8 - Consolidação no STJ, ademais, de entendimento que acolhe idêntica ratio acerca do pagamento de ajuda de custo à magistratura (art. 65, I, LC nº. 35/1979 - LOMAN), carreira simétrica à do Ministério Público (cf. CNJ, PP nº. 0002043-22.2009.2.00.0000, Rel. Conselheiro Gilberto Valente Martins, pub. DJe 14.12.2010), verbis: "3. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o magistrado faz jus à ajuda de custo, seja na remoção ex officio, seja na levada a efeito a pedido do interessado, uma vez que em ambas está presente o interesse público. Precedentes: AgRg no REsp 945.420/SC, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 27.9.2010; AgRg no REsp 779.276/SC, Rel. Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ-SP), Sexta Turma, DJe 18.5.2009; AgRg no Ag 1.354.482/SC, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 18.2.2011". (Processo AgRg no AREsp 64318/RS - 2011/0242466-9, Segunda Turma, Rel. Ministro Humberto Martins, pub. DJe 5.3.2012). 9 - Incidente de uniformização conhecido e provido. Devolução dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado à premissa de direito uniformizada. 10 - O julgamento deste incidente de uniformização, que reflete o entendimento consolidado da Turma Nacional de Uniformização, resultará na devolução às Turma de origem de todos os outros recursos que versem sobre o mesmo objeto a fim de que mantenham ou promovam a adequação do acórdão recorrido à tese jurídica firmada, em cumprimento ao disposto nos arts. 7º VII, "a" e 15, §§ 1º e 3º, da Resolução CJF nº. 22 de 4 de setembro de 2008 (RI/TNU)".

Verifica-se, portanto, que o entendimento consolidado neste TNU é o mesmo firmado nas instâncias originárias.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, acolho os embargos para negar provimento ao agravo interposto pela UNIÃO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5007683-50.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: DOLOLORIT LACH
PROC./ADV.: TATIANA DENISE DOS SANTOS OAB: SC-11313
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, condenou o INSS ao pagamento de prestações vencidas, a partir do requerimento administrativo de revisão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, a instância de origem concluiu que o pedido de reconhecimento de atividade especial somente foi formulado na ocasião do requerimento administrativo de revisão.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0013584-56.2007.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARISA DE FATIMA BORGES DO AMARAL OLIVEIRA
PROC./ADV.: EDSON LUIZ LAZARINI OAB: SP 101.789
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-doença, a partir da data de elaboração do laudo pericial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias de origem concluíram que a perícia médica não precisou o início da incapacidade.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0502820-82.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIS DE SANTANA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício previdenciário ao fundamento de não terem sido preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.51.70.000815-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: CARLA FABIANA CORRÊA CRESPO
PROC./ADV.: CARLOS LUCIANO B. RIBEIRO OAB: RJ-72 172
PROC./ADV.: CARLOS RIBEIRO JÚNIOR OAB: RJ-123 951
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de petição, que ora recebo como embargos de declaração, opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo pela incidência da Súmula 42 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, que não pretende o reexame de provas, mas a sua revaloração, além da avaliação da tese de cerceamento de defesa, havendo omissão, portanto. Alega, ainda, a ocorrência de erro material já que a matéria, segundo sustenta, não poderia ter sido decidida monocraticamente.

Requer, assim, o provimento do recurso para que sejam sanados os vícios apontados.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência da qualidade de segurada da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000108-75.2013.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
EMBARGANTE: RICARDO JOSÉ LUCAS
PROC./ADV.: ROSEMAR CRISTINA L. M. VALONE OAB: PR-30 511
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de petição, que ora recebo como embargos de declaração, opostos pela parte ora embargante contra decisão que negou provimento ao pedido de submissão de incidente antes manejado.

A parte embargante alega que, primeiramente, seu pedido de submissão foi recebido pelas instâncias ordinárias como agravo e que não pretende o reexame de provas, mas a sua revaloração.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

As instâncias ordinárias, de fato, receberam o pedido de submissão manejado como agravo, motivo pelo qual os embargos, neste ponto, devem ser providos.

Quanto ao mérito, o acórdão vergastado, mantendo a sentença e com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam que a doença/incapacidade que acomete o embargante é anterior ao seu reingresso ao regime geral de previdência e, em consequência, decidiu pelo indeferimento do benefício pleiteado.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, neste ponto, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa e de sua matéria fática, com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, em parte, nos termos da fundamentação supra, aplicando ao caso a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Em consequência, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5017441-87.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: AMÁLIA DILMA PIRES
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA OAB: RS-33075
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de petição, que ora recebo como embargos de declaração, opostos pela parte ora embargante contra decisão que negou provimento ao agravo pela incidência da Súmula 42 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não pretende o reexame de provas, mas a sua revaloração, com a anulação do acórdão vergastado.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência de incapacidade da parte autora e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005069-90.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUISA IGNACIO RIBEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte ao menor sob guarda do segurado.

O Ministério Público manifestou-se pelo não seguimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, verfica-se que no E. STJ há entendimentos tanto contrários como em consonância com o pedido do requerente.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004337-84.2011.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: NATAN PINTO SEABRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte ao menor sob guarda do segurado.

O Ministério Público manifestou-se pelo não seguimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, verfica-se que no E. STJ há entendimentos tanto contrários como em consonância com o pedido do requerente.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002019-26.2012.4.04.7015
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: PEDRO TEIXEIRA
PROC./ADV.: ALBINA MARIA DOS ANJOS OAB: PR 13.619
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício de prestação continuada (LOAS).

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5005712-51.2012.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALEXANDRINA BELONI NUNES
PROC./ADV.: JOÃO LUIZ SPANCERSKI OAB: PR-33257
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício de prestação continuada (LOAS).

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000683-80.2007.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ALINE PATRÍCIA BADIN
PROC./ADV.: DÁZIO VASCONCELOS OAB: SP 133.791
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Tratam-se de incidentes de uniformização nacional suscitados pelas partes ora requerentes, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, limitou a data do início do benefício assistencial para o ajuizamento da ação.

Sustenta a parte autora que o acórdão recorrido diverge de julgados de Turmas Recursais de outras regiões, que defere a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

Já o INSS, em suas razões, defende que, por se tratar de sentença ilíquida na origem, tal sentença deve ser anulada.

É, no essencial, o relatório.

O recurso da parte autora não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 501723172009405850O).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao requerimento administrativo, motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data do ajuizamento da ação, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Quanto ao recurso do INSS, verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge dos entendimentos esposados no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c e d, do RITNU, nego seguimento ao incidente da parte autora e admito o incidente de uniformização da autarquia. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001756-94.2012.4.04.7111
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SOLANGE BEATRIZ WENDT
PROC./ADV.: ANDRÉIA T. HABEKOST OAB: RS-71882
PROC./ADV.: GUSTAVO FLORIO DA ROSA OAB: RS-62461
REQUERIDO (A): CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO RS
PROC./ADV.: SUELEN WALTZER TIMM OAB: RS-69251

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de restituição do indébito tributário relativo à Taxa de Anotação de Responsabilidade Técnica, com base na sua inconstitucionalidade.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505282-34.2013.4.05.8502
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): SEBASTIÃO JARDIM BITENCOURT
PROC./ADV.: RAPHAELA DO AMOR BARROS OAB: SE 5491
PROC./ADV.: RODOLFO ORSINI FILHO OAB: SE 405

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que determinou a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pelo STJ, no julgamento da PET 8.345/SC.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não analisou a condição fática, que demonstra haver interesse público na oferta das vagas do concurso de remoção para a abertura de Vara nova na cidade de Alagoinhas, interior da Bahia, onde antes não existia vara federal.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Não cabe a esta Turma Nacional analisar tema que exige o revolvimento de matéria fático-probatória, qual seja, se havia ou não oferta de vagas do concurso de remoção.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5007925-88.2012.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: HILDEGARD LAGEMANN
PROC./ADV.: MÁRCIA MARIA PIEROZAN OAB: RS-44061
EMBVARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora embargante contra decisão que negou provimento ao agravo interposto pela mesma parte, por aplicação do enunciado sumular n. 42 desta TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição no julgado, porquanto, muito embora tenha entendido que é vedado a esta Turma o revolvimento da matéria fático-probatória dos autos, examinou a questão de direito, consistente na valoração da prova produzida no caso concreto ao manter os termos do acórdão recorrido.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Não verifico, no caso concreto, a presença de qualquer óbice. Explico:

Muito embora a parte alegue que a decisão embargada valorou as provas dos autos ao manter os termos do aresto combatido, isto não se observa.

No referido decisum, eu trouxe à luz o entendimento desta TNU no sentido de que "o exercício de atividade urbana intercalada não impede a concessão de benefício previdenciário de trabalhador rural", porém, o mesmo entendimento traz consigo a ressalva de que a condição de rurícola deve ser analisada no caso concreto.

O que fiz, portanto, foi demonstrar que tal condição já fora analisada pelas instâncias originárias, as quais entenderam que:

"É entendimento desta Turma Recursal que é possível que a juntada de um único documento possa comprovar o exercício de atividade rural dentro de um perídio, tendo sua eficácia ampliada, em face do princípio da continuidade do labor rural, quando comprovada a vocação rural da família e sua permanência no núcleo rural juntamente com a célula familiar.

No caso em exame, contudo, tal não se faz possível. Conforme se verifica no processo administrativo, a autora tem CTPS data de 1976 (ev. 5 PRCADMI - fl. 12) e contribuiu para o RGPS como contribuinte individual no interregno de 08.1989 a 08.1989. Assim, verificado rompimento do vínculo com o labor rural da autora, é-lhe exigida prova mais robusta, que não logrou produzida.

A documentação em nome do pai não lhe aproveita, já que ao casar abandonou as lides rurais. Ademais, conforme depoimento prestado na entrevista rural, ao separar-se foi morar com os pais que viviam no Bairro Campestre, em Lajeado (ev. 5 - PROCADM3 - fl. 17), ainda, referiu que os pais venderam as terras para comprar área no Bairro Campestre em Lajeado.

As testemunhas ouvidas, por sua vez, não ampararam as alegações da autora. A testemunha Clirede Anna Dalpra (ev. 1 - PROCADM4 - fl. 4) afirmou que quando a autora tinha entre 15 e 16 anos de idade, os pais venderam as terras e foram morar em Lajeado. A testemunha Alzira Dahm (ev. PROCADM4 - FL. 5) afirmou que a autora tinha em torno de 14 anos de idade quando seus pais venderam as terras e foram morar em Lajeado. A testemunha Nelsi Theresa Kappes, por fim, afirmou que a autora somente saiu de casa quando se casou, retornando à casa paterna após o separação e ajudando os pais até iniciar o vínculo laboral com o Hospital Bruno Born (ev. 1 - PROCADM4 - fl. 8). O mesmo depoimento foi dado pela testemunha Semilda Schneider (ev. 1 - PROCADM4 - fl. 8).

Assim, não existindo prova material das alegações da autora e sendo a prova testemunhal desencontrada, há que se confirmar a sentença recorrida".

Logo, repito: não cabe a esta Turma Nacional analisar tema que exige o revolvimento de matéria fático-probatória, qual seja, se a prova dos autos comprova cabalmente a realização de atividade rural pela embargante.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0014864-61.2012.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: JOSE SILVA DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao incidente de uniformização ante a incidência da Questão de Ordem 22/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de erro material e omissão na decisão embargada, porquanto há similitude entre os termos do acórdão recorrido e os paradigmas colacionados, bem como alega que a decisão embargada não foi suficientemente fundamentada.

Requer, assim, o acolhimento dos embargos para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à embargante, em parte.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Analisando-se os paradigmas colacionados aos autos, verifica-se que houve equívoco na decisão embargada, tendo em vista que, em tese, há similitude entre os arestos confrontados, tendo em vista que retratam a possibilidade de reconhecimento da especialidade do trabalho exercido sob a exposição aos agentes nocivos ruído e eletricidade.

Assim, a fim de sanar os vícios apontados, decido:

No que tange ao mérito da demanda, verifica-se que as instâncias ordinárias negaram provimento à pretensão autoral, sob o fundamento de que a parte autora, em razão das funções desempenhadas, não logrou êxito em demonstrar a sua efetiva exposição aos citados agentes nocivos, uma vez que as atividades desempenhadas pelo autor não estavam relacionadas aos equipamentos ou setores expostos aos agentes de risco.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicando-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Logo, entendo que a parte embargante está com a razão quanto à existência dos alegados vícios, porém, o mérito do pedido de uniformização não terá seu resultado modificado, uma vez que a decisão da Turma de origem está em consonância com o entendimento da TNU.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para sanar os vícios alegados, porém, sem efeitos infringentes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5038482-37.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALCINDO ANTONIO MICHELON
PROC./ADV.: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI OAB: RS-45 071
PROC./ADV.: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI. OAB: DF-1805
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração, ora recebido como embargos de declaração, opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo pela incidência da Questão de Ordem 22 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, que a decisão impugnada incorre em contradição em sua fundamentação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Inicialmente, cabe destacar que o embargante destaca trecho descontextualizado do paradigma ("a entrega de produtos feita pelo associado à cooperativa não é fato gerador da contribuição FUNRURAL"), no intuito de fazer prevalecer a tese ora defendida.

Entretanto, tanto o acórdão vergastado quanto o acima citado reconhecem a incidência da exação em momento posterior da cadeia, qual seja, a comercialização do produto pela cooperativa.

Destarte, resta claro que, neste caso, não há que se falar em vício na decisão embargada.

Ademais, a contradição é um vicio interno do julgado e não uma mácula que se atesta pela comparação da decisão judicial com outro ato ou elemento do processo. Refere-se a um vício de lógica interna do ato decisório, uma desconformidade entre a fundamentação e a conclusão, entre elementos da fundamentação, entre capítulos componentes dispositivos, entre a ementa do acórdão e o voto do condutor.

Assim, a contradição capaz de justificar os presentes embargos seria aquela extraída do próprio corpo da decisão, não sendo possível justificá-la, como pretende a parte ora recorrente, em possível inconsistência entre a prova dos autos e a decisão embargada.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515982-64.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JÚLIA CAVALCANTI DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Por meio de petição, a parte autora, assistida pela Defensoria Pública da União, requer a desistência do presente pedido de uniformização de jurisprudência.

Homologo, para que produza seus efeitos jurídicos, o pedido de desistência formulado, com fundamento no art. 8º, XII, do RITNU.

Certificado o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5035979-18.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EUNICE MARIA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36 do RITNU, suscitado contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do pedido.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado na TNU diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é cabível a condenação da autarquia em danos morais em virtude de indevida interrupção de benefício previdenciário.

Requer, assim, seja admitido o seu pedido de uniformização.

É, no essencial, o relatório.

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, o pedido deve ser analisado pela Corte Superior de Justiça (art. 36, § 1º, do RITNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, admito o incidente. Em consequência, determino a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0525551-60.2009.4.05.8300
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ MILTON DOS SANTOS MELO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36 do RITNU, suscitado contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do pedido.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado na TNU diverge da jurisprudência do STJ, firmada no julgamento do REsp 291.404/SP, segundo a qual "o Decreto 53.831/64, no seu item 2.2.1, considera como insalubre somente os serviços e atividades profissionais desempenhados na agropecuária, não se enquadrando coo tal a atividade laboral exercida apenas na lavoura".

Requer, assim, seja admitido o seu pedido de uniformização.

É, no essencial, o relatório.

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, o pedido deve ser analisado pela Corte Superior de Justiça (art. 36, § 1º, do RITNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, determino a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça.

Intimem-se.

Brasília, 10 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515108-96.2013.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: MARGARIDA MARIA CÉSAR
PROC./ADV.: RUBENS MARCELO PEREIRA DA SILVA OAB: AL-6638
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora embargante contra decisão que determinou a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado a entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça.

A parte embargante alega, em síntese, que a decisão padece de omissão quanto a preceitos constitucionais e legais afrontados, para fins de prequestionamento.

Não foi apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Compulsando os autos, verifica-se que a controvérsia gira em torno da desaposentação, com implantação de nova aposentadoria computado o tempo de contribuição posterior à primeira aposentadoria, sem devolução dos valores anteriormente recebidos.

Destarte, considerando que o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial n. 1334488 - representativo da controvérsia, já pacificou o seu entendimento acerca da citada questão jurídica, determinou-se o retorno dos autos à origem para a adequação do julgado ao entendimento do Colendo STJ, conforme a seguinte ementa:

"RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DESAPOSENTAÇÃO E REAPOSENTAÇÃO. RENÚNCIA A APOSENTADORIA. CONCESSÃO DE NOVO E POSTERIOR JUBILAMENTO. DEVOLUÇÃO DE VALORES. DESNECESSIDADE."

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas preencher o requisito do prequestionamento para fins de conhecimento de um possível recurso extraordinário.

Ademais, doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502581-04.2011.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARCONE ANTONIO DE SOUSA
PROC./ADV.: VERONICA LEITE A. DE BRITO OAB: PB-2212
REQUERIDO (A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Recebo a petição trazida pela parte ora requerente nos termos do § 2º do art. 36 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, verbis:

§ 2º Inadmitido o incidente, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, que o feito seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a remessa dos autos ao STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0500017-09.2012.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: CREUZA MIZAEL DA SILVA
PROC./ADV.: HUMBERTO DE SOUZA FÉLIX OAB: PB-5069
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Recebo o agravo pela parte ora requerente nos termos do § 2º do art. 36 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, verbis:

§ 2º Inadmitido o incidente, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, que o feito seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a remessa dos autos ao STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5067730-48.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CRISTIANO MORAES DOS SANTOS
REQUERENTE: CRISTILAINE CAROLINE MORAES DOS SANTOS
PROC./ADV.: RODRIGO DA SILVA BOLZANI OAB: RS-56653
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Recebo o agravo pela parte ora requerente nos termos do § 2º do art. 36 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, verbis:

§ 2º Inadmitido o incidente, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, que o feito seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a remessa dos autos ao STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510398-59.2010.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MÁRIA DO CARMO GONÇALVES DA SILVA
PROC./ADV.: HUMBERTO DE SOUSA FELIX OAB: RN-5069
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Recebo o agravo pela parte ora requerente nos termos do § 2º do art. 36 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, verbis:

§ 2º Inadmitido o incidente, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, que o feito seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a remessa dos autos ao STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508652-36.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: CREUSA NIRA DUARTE
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não se trata de requerimento de benefício assistencial, conforme restou consignado no relatório, mas, sim, de aposentadoria rural por idade.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste, parcialmente, à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

De início, constato a existência de erro material no relatório dos presentes autos, o qual se referiu equivocadamente a processo em que se pleiteia benefício assistencial, quando, na verdade, trata-se de requerimento de aposentadoria rural por idade.

Por essa razão, a fim de sanar o vício apontado, a decisão deve ser alterada, apenas, no que tange ao seu relatório, passando a constar o seguinte:

"Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que não restou comprovada a qualidade de segurada especial da autora"

Quanto à matéria de fundo, as instâncias de origem, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam que a parte autora não comprovou a sua alegada qualidade de segurada especial, uma vez que "os elementos de prova constantes dos autos, documentos e depoimentos, não foram suficientemente capazes de atestar a condição de segurado especial do(a) autor(a)".

Demais disso, esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 00139766120104014300, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente quanto à revaloração das provas apresentadas, nos seguintes termos:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. PROVAS QUE FORAM ADMITIDAS, MAS NÃO FORAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À CONVICÇÃO DOS JULGADORES. QUESTÃO DE ORDEM 22 E SÚMULA 42 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. O julgamento proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins não apresenta qualquer contrariedade com o julgamento apresentado como paradigma, já que não negou aos documentos apresentados a potencialidade probante desejada pela parte autora da demanda, mas sim que sua força efetiva de comprovação da situação fática subjacente ao direito alegado foi insuficiente ao convencimento dos julgadores, tanto do JEF como da TR-SJTO. Portanto, não há similitude fática e jurídica do paradigma apresentado, porque o julgamento pela TR-SJTO não negou validade às provas apresentadas, mas antes as ponderou, junto a outros elementos dos autos, para considerar não comprovada a situação fática do exercício do labor rural pelo período de carência exigido na hipótese dos autos, de 156 meses. Aqui incide a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)." Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU, se vencida a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato (Publicada no DJ de 03/11/2011, à página 128)." Assim, voto pelo não conhecimento do PEDILEF da parte autora da demanda."

Desta forma, incide, de fato, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Logo, entendo que a parte embargante está com a razão quanto à existência do alegado vício, porém, o mérito do pedido de uniformização não terá seu resultado modificado, tendo em vista que a decisão da Turma de origem está em consonância com o entendimento da TNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006226-08.2011.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SALMA MERCEDES MAURICIA
PROC./ADV.: DENÍSIO DOLÁSIO BAIXO OAB: SC-15 548
PROC./ADV.: SILVANA LORENÇO PATRICIO OAB: SC-22 158

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora recorrente, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra decisão proferida pelo colegiado da TNU, que conheceu do pedido de uniformização interposto pela parte ré, dando-lhe provimento.

A parte recorrente alega, em síntese, que o referido decisum ofende o art. 5º, incisos XXXV e XXXVI, da Carta Magna.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O recurso merece seguimento.

Em um primeiro juízo de admissibilidade, verifico que o recurso interposto atende aos requisitos formais necessários, quais sejam: a) legitimidade e interesse recursal; b) recurso interposto contra decisão de mérito exarada pelo colegiado desta TNU; c) demonstração de alegada ofensa a dispositivo da Constituição Federal/1988; e d) demonstração de alegada existência de repercussão geral da matéria discutida nos autos.

Logo, preenchidos os pressupostos formais necessários, admito o Recurso Extraordinário e determino sejam os autos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal para julgamento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506583-22.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OSMAN VIEIRA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: FERNANDA SILVA SOUSA OAB: SE-3229

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora recorrente, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra decisão proferida pelo colegiado da TNU, que conheceu do pedido de uniformização da parte autora, dando-lhe provimento.

A parte recorrente alega, em síntese, que o referido decisum ofende os arts. 5º, caput e inciso XXXVI; 97; 195, caput e § 5º; e 201, caput e § 1º, da Carta Magna.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O recurso merece seguimento.

Em um primeiro juízo de admissibilidade, verifico que o recurso interposto atende aos requisitos formais necessários, quais sejam: a) legitimidade e interesse recursal; b) recurso interposto contra decisão de mérito exarada pelo colegiado desta TNU; c) demonstração de alegada ofensa a dispositivo da Constituição Federal/1988; e d) demonstração de alegada existência de repercussão geral da matéria discutida nos autos.

Logo, preenchidos os pressupostos formais necessários, admito o Recurso Extraordinário e determino sejam os autos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal para julgamento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504108-62.2009.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSEMI DE LIRA
PROC./ADV.: MARCO ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora recorrente, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra decisão proferida pelo colegiado da TNU, que conheceu do pedido de uniformização da parte autora, dando-lhe provimento.

A parte recorrente alega, em síntese, que o referido decisum ofende os arts. 2º, 5º, inciso XXXV; e 37, da Carta Magna.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O recurso merece seguimento.

Em um primeiro juízo de admissibilidade, verifico que o recurso interposto atende aos requisitos formais necessários, quais sejam: a) legitimidade e interesse recursal; b) recurso interposto contra decisão de mérito exarada pelo colegiado desta TNU; c) demonstração de alegada ofensa a dispositivo da Constituição Federal/1988; e d) demonstração de alegada existência de repercussão geral da matéria discutida nos autos.

Logo, preenchidos os pressupostos formais necessários, admito o Recurso Extraordinário e determino sejam os autos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal para julgamento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.53.002507-8
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ ADALBERTO MOURÃO DANTAS
PROC./ADV.: DALILA MARIA CRISTINA DE SOUZA PAZ OAB: PR-24453

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora recorrente, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Fe-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

deral, contra decisão proferida pelo colegiado da TNU, que conheceu do pedido de uniformização da parte autora, dando-lhe parcial provimento.

A parte recorrente alega, em síntese, que o referido decisum ofende os arts. 165, XX, da CF/1967 na redação da EC 18/81, arts. 202, III, e 40, III, b, da CF/1988, na sua redação original, arts. 201, § 8º e 40, § 5º da CF, na redação da EC 20/98.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O recurso merece seguimento.

Em um primeiro juízo de admissibilidade, verifico que o recurso interposto atende aos requisitos formais necessários, quais sejam: a) legitimidade e interesse recursal; b) recurso interposto contra decisão de mérito exarada pelo colegiado desta TNU; c) demonstração de alegada ofensa a dispositivo da Constituição Federal/1988; e d) demonstração de alegada existência de repercussão geral da matéria discutida nos autos.

Logo, preenchidos os pressupostos formais necessários, admito o Recurso Extraordinário e determino sejam os autos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal para julgamento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.71.52.005486-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FLAVIO BREZOLIN CHRIST
PROC./ADV.: ROGER HONÓRIO MEREGALLI DA SILVA OAB: RS45470
PROC./ADV.: KARINE VIGANIGO DA SILVA CIPRIANI OAB: RS-60270
PROC./ADV.: ENIO MEREGALLI JÚNIOR OAB: RS-67456
PROC./ADV.: ALESSANDRO MEDEIROS OAB: SC-11200

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora recorrente, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra decisão proferida pelo colegiado da TNU, que conheceu do pedido de uniformização da parte autora, dando-lhe provimento.

A parte recorrente alega, em síntese, que o referido decisum ofende os arts. 2º, 5º, LV e 37, caput, II,da Carta Magna.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O recurso merece seguimento.

Em um primeiro juízo de admissibilidade, verifico que o recurso interposto atende aos requisitos formais necessários, quais sejam: a) legitimidade e interesse recursal; b) recurso interposto contra decisão de mérito exarada pelo colegiado desta TNU; c) demonstração de alegada ofensa a dispositivo da Constituição Federal/1988; e d) demonstração de alegada existência de repercussão geral da matéria discutida nos autos.

Logo, preenchidos os pressupostos formais necessários, admito o Recurso Extraordinário e determino sejam os autos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal para julgamento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0008320-37.2007.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA DO CARMO RANJATO
PROC./ADV.: WILSON MIGUEL OAB: SP 99858
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte autora, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra decisão proferida pelo colegiado da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado, diante da incidência dos óbices contidos nas Questões de Ordem 22 e 24, ambas desta Turma Nacional de Uniformização.

A recorrente alega, em síntese, que o referido decisum ofende o art. 100, e parágrafos, da Carta Magna, bem como a Súmula Vinculante 17.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O recurso merece seguimento.

Em um primeiro juízo de admissibilidade, verifico que o recurso interposto atende aos requisitos formais necessários, quais sejam: a) legitimidade e interesse recursal; b) recurso interposto contra decisão de mérito exarada pelo colegiado desta TNU; c) demonstração de alegada ofensa a dispositivo da Constituição Federal/1988; e d) demonstração de alegada existência de repercussão geral da matéria discutida nos autos.

Logo, preenchidos os pressupostos formais necessários, admito o Recurso Extraordinário e determino sejam os autos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal para julgamento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2010.71.52.007392-5
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARISA DO CARMO ALVEZ BECK
PROC./ADV.: DIEGO DOS SANTOS DIFANTE OAB: RS-59707
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela União, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra decisão proferida pelo colegiado da TNU, que deu provimento ao agravo apresentado pela parte autora, para anular o acórdão proferido e determinar a adequação do julgamento, observando o entendimento de que o rol do art. 186 da Lei 8.112/90 é exemplificativo, devendo ser considerado o caso concreto e o princípio do livre convencimento motivado.

A recorrente alega, em síntese, que o referido decisum ofende os arts. 2º, 37, caput e inciso X; 40, §1º, I; 61, §1º, II, a e c; 167, II e 169, §1º, I e II e 93, IX, da Carta Magna.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O recurso merece seguimento.

Em um primeiro juízo de admissibilidade, verifico que o recurso interposto atende aos requisitos formais necessários, quais sejam: a) legitimidade e interesse recursal; b) recurso interposto contra decisão de mérito exarada pelo colegiado desta TNU; c) demonstração de alegada ofensa a dispositivo da Constituição Federal/1988; e d) demonstração de alegada existência de repercussão geral da matéria discutida nos autos.

Logo, preenchidos os pressupostos formais necessários, admito o Recurso Extraordinário e determino sejam os autos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal para julgamento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.84.00.504056-6
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: THIAGO PEREIRA PINHEIRO
REQUERIDO(A): ANDERSON SANTASUSAGNA DE LIMA
PROC./ADV.: SANDRA REGINA DO N. JUNQUEIRA SILVA OAB: RS-56104

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte autora, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra decisão proferida pelo colegiado da TNU, que deu provimento ao incidente de uniformização apresentado pela União, para fixar a tese de que se faz necessária a comprovação do deslocamento do(s) dependente(s) para fazer jus ao recebimento de ajuda de custo no valor integral de remuneração em face de afastamento.

O recorrente alega, em síntese, que o referido decisum ofende o art. 61, §1º, f, da Carta Magna.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O recurso merece seguimento.

Em um primeiro juízo de admissibilidade, verifico que o recurso interposto atende aos requisitos formais necessários, quais sejam: a) legitimidade e interesse recursal; b) recurso interposto contra decisão de mérito exarada pelo colegiado desta TNU; c) demonstração de alegada ofensa a dispositivo da Constituição Federal/1988; e d) demonstração de alegada existência de repercussão geral da matéria discutida nos autos.

Logo, preenchidos os pressupostos formais necessários, admito o Recurso Extraordinário e determino sejam os autos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal para julgamento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2007.71.64.000509-2
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VÂNIA BRUCH WARKEN
PROC./ADV.: MÁRCIA MARIA PIEROZAN OAB: RS-44061
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo INSS, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra decisão proferida pelo colegiado da TNU, que deu parcial provimento ao agravo apresentado pela autora, para reconhecer como especiais os intervalos de períodos laborados pela recorrida entre 07/08/1984 e 28/04/1995, na condição de professora.

A autarquia recorrente alega, em síntese, que o referido decisum ofende os arts. 165, XX, da Constituição de 1967; arts. 202, III e 40, III, b, da Carta Magna de 1988.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O recurso merece seguimento.

Em um primeiro juízo de admissibilidade, verifico que o recurso interposto atende aos requisitos formais necessários, quais sejam: a) legitimidade e interesse recursal; b) recurso interposto contra decisão de mérito exarada pelo colegiado desta TNU; c) demonstração de alegada ofensa a dispositivo da Constituição Federal/1988; e d) demonstração de alegada existência de repercussão geral da matéria discutida nos autos.

Logo, preenchidos os pressupostos formais necessários, admito o Recurso Extraordinário e determino sejam os autos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal para julgamento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0012060-19.2005.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ELZA GRANER ARAÚJO
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de petição na qual a parte pleiteia o processamento do recurso especial como incidente de uniformização dirigido ao STJ, nos termos do § 4º do art. 14 da Lei 10.259/2001.

É, no essencial, o relatório.

O pedido merece acolhimento.

O princípio da fungibilidade permite a conversão de um recurso em outro, desde que atendidos os requisitos legais para a sua interposição, o que ocorreu no caso dos autos.

Assim sendo, converto o presente recurso em incidente de uniformização dirigido ao STJ.

No entanto, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que "O pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização" (grifei, AgRg na Pet 10463/PE, 28.5.2014, DJe 02/06/2014), sendo inviável a interposição do referido incidente para o STJ contra decisão monocrática do Presidente da TNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523058-26.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA PAULA SAMPAIO NOGUEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de nova interposição de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que rejeitou os aclaratórios anteriormente interpostos.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão/erro material, aduzindo que não pode ser prejudicada, "por não ter produzido prova, inclusive testemunhal, quando esta chance lhe foi retirada, repita-se, pelo próprio Poder Judiciário ao entender madura a questão e julgar a lide de forma antecipada.", com o simples retorno dos autos à origem para adequação do julgado ao entendimento do STJ, conforme restou determinado pela decisão de admissibilidade do pedido de uniformização.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

De fato, a decisão embargada rejeitou os embargos de declaração anteriormente opostos, uma vez que, na decisão de admissibilidade do pedido de uniformização, concluiu-se que estava presente a necessidade de adequação do julgado ao entendimento do Colendo STJ, no sentido de que a ausência de vínculo empregatício na CTPS não é suficiente para comprovação do desemprego.

Entretanto, verifica-se que houve equívoco quanto ao deslinde do caso concreto, tendo em vista que não me manifestei sobre a possibilidade de produção de novas provas, conforme requerido nos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

primeiros embargos de declaração, ou se seria o caso de novo julgamento a partir das provas já colacionadas aos autos.

Dessa forma, adoto como fundamento de decidir os termos do PEDILEF 2008.33.00.700541-2 desta TNU, que julgou caso semelhante ao ora retratado, senão vejamos:

"(...) No caso dos autos, o acórdão de origem considerou que a situação de desemprego pode ser afirmada por presunção a partir simplesmente do fim do último vínculo de emprego registrado na CTPS da segurada - possibilidade rejeitada pelo STJ em seu entendimento atual.

Contudo, a aplicação deste entendimento a determinados processos em grau de recurso pode gerar situações um tanto quanto perplexas. É o caso dos autos.

De fato, a autora carreou aos autos cópias de sua CTPS, na qual consta que o último vínculo empregatício findou-se em 11.11.2003.

A sentença proferida reconheceu que a CTPS era suficiente para a prova da situação de desemprego que autoriza a prorrogação da qualidade de segurado, sem realização de audiência de instrução e julgamento ou comprovação por outros meios de prova da situação de desemprego.

Evidentemente, desta sentença - que lhe foi favorável - não tinha a autora interesse em recorrer para anular a sentença de modo a permitir a produção de mais provas, pois o próprio juiz considerou suficiente a simples juntada da CTPS, decidindo favoravelmente à autora.

Não obstante, poderia a autora demonstrar sua situação de desemprego por meio de outras provas complementares ao último registro de emprego na CTPS.

Contudo, sobreveio novo entendimento do STJ, que passou a entender que (1) o registro em órgão do MTPS não é obrigatório e (2) a tão só ausência de anotações de vínculos na CTPS não prova o desemprego.

Este entendimento não pode pura e simplesmente ser aplicado para julgamento do mérito da demanda, sob pena de ofensa ao princípio da segurança jurídica e ao devido processo legal, constituindo cerceamento de defesa.

Do ponto de vista da autora, a prova plena da situação de desemprego não foi produzida, porque o juiz que presidia o processo entendeu que bastava a cópia da CTPS da segurada para a comprovação do desemprego, baseando sua convicção tão somente na prova documental. Não pode a autora, agora, ser surpreendida pela exigência de provas complementares, que não foram produzidas em primeiro grau, o que acarretaria a improcedência do pedido por falta de provas quanto a este ponto.

Em certos casos, especialmente para solucionar de forma mais justa situações intercorrentes, a aplicação de novo entendimento jurisprudencial consolidado no curso de demandas já ajuizadas deve obedecer ao princípio da segurança jurídica. Situação similar à das leis novas.

O entendimento consolidado pelo STJ na PET 7115 / PR não pode ser ignorado, até porque bastaria ao INSS levar a questão, pelas vias processuais adequadas, novamente ao STJ, que certamente a uniformizaria no mesmo sentido.

Por outro lado, não pode a autora ser simplesmente surpreendida em grau de incidente de uniformização interposto pelo INSS, contra acórdão que lhe foi favorável, e que entendeu suficiente a CTPS para a comprovação da situação de desemprego, com a exigência de outras provas - a acarretar o provimento do recurso do INSS e a improcedência do pedido por falta de provas.

A única solução adequada é a anulação da sentença para que seja reaberta a instrução probatória.

Pelo exposto, voto no sentido de conhecer e dar parcial provimento ao incidente de uniformização para anular o processo desde a sentença, para que seja reaberta ampla instrução probatória tendo por objeto a situação de desemprego. (...)"

Outrossim, incide, à espécie, a Questão de Ordem 20/TNU: "Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito".

Desse modo, acolho os embargos de declaração para sanar os vícios apontados, complementando a decisão embargada, bem como determino a remessa dos autos à origem para que seja reaberta ampla instrução probatória, considerando o entendimento pacificado pelo STJ acerca da prova do desemprego.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0531428-78.2009.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ADAUTO SEVERO SALES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora embargante contra decisão que negou provimento ao agravo interposto pela incidência da Súmula 42 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto não está em consonância com o entendimento do STF, haja vista que restou fundamentada apenas no critério objetivo da renda per capita inferior a ¼ do salário-mínimo ao negar a concessão de benefício assistencial.

Requer, assim, o provimento do recurso para que sejam sanados os vícios apontados.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Não há, na decisão embargada, qualquer vício.

Isto porque as instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte autora, concluíram pela ausência de comprovação do requisito da miserabilidade, nos seguintes termos:

"[...]O INSS alega que o pai da parte autora mantém vínculo laboral ativo, percebendo remuneração mensal de R$560,00 (maior que o salário mínimo atual - de R$ 510,00), não preenchendo, assim, o requisito renda.

De fato, tal rendimento, termina por fazer a renda per capita do autor superar 1/4 do salário mínimo, acima, portanto, do padrão de miserabilidade a que se destina o amparo social, e não havendo sido trazidas provas de despesas extraordinárias da parte autora que façam reduzir essa renda ao patamar da miserabilidade disposto na lei.

Em outras palavras, mesmo se fazendo o estudo da situação concreta do autor, não encontro nada que autorize a conclusão pela miserabilidade legal do seu núcleo familiar, tampouco compreendo que se possa excluir do cômputo da renda familiar a remuneração percebida por seu genitor, visto que não se está a pleitear um amparo social ao idoso (em que se pudesse aplicar a analogia com o art. 34 do Estatuto do Idoso), em ordem a autorizar tão larga exegese, sob pena de se deferir indiscriminadamente um benefício que tem destinatários certos.

Friso, por fim, que a teleologia do amparo social não é a de elevar a renda das famílias que vivem com poucos recursos (do contrário, inúmeras seriam as famílias titulares desse benefício, inviabilizando mesmo a política de assistência social do Estado), mas sim prover com o mínimo existencial aquelas que se encontram em situação de penúria miserabilidade, o que, a meu sentir, não é o caso do autor. [...]"

Assim, de fato, para infirmar as conclusões das instâncias de origem, necessário seria o reexame do acervo fático-probatório, o que encontra óbice na súmula 42/TNU, como consignado na decisão embargada.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500884-50.2013.4.05.8403
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSEILSON JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora embargante contra decisão que negou provimento ao agravo interposto, por aplicação da Súmula 42 e da Questão de Ordem 22, ambas da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão e contradição na decisão embargada, tendo em vista que não houve manifestação acerca da nulidade do acórdão recorrido, que julgou matéria não levada a debate pelas partes em sede de recurso inominado.

Requer, assim, o acolhimento dos embargos para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à embargante, em parte.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Compulsando os autos, verifica-se que o juiz de piso julgou improcedente o pedido de restabelecimento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, haja vista que não restaram preenchidos os requisitos para tanto, porém concedeu o benefício de auxílio-acidente à parte, sob o fundamento de que:

"Desconsidero a manifestação da autarquia ré no que se refere à preexistência da sequela pois no referido depoimento prestado em sede de audiência de instrução, o autor afirma ter sofrido o acidente em 1993, estando na época com 19 (dezenove) anos de idade.

Sendo assim, é lógico constatar que se o autor sofreu o acidente de trabalho é porque já laborava na agricultura naquela ocasião.

Amparado por tais razões, reputo o autor capaz para o trabalho, porém entendo ter havido uma diminuição na sua capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, restando configurados os requisitos necessários à concessão do auxílio-acidente."

As partes, inconformadas com a sentença proferida, recorreram. A parte autora se insurgiu contra os termos da sentença, pois considera que faz jus ao auxílio-doença e não ao auxílio-acidente. Por sua vez, a parte ré alegou que o autor não detinha a qualidade de segurado no momento do início da incapacidade.

Ao julgar os recursos interpostos, a Turma de origem, acolhendo suposta preliminar de mérito suscitada pela parte ré, determinou a remessa dos autos à Justiça Estadual, tendo em vista que: "Nas ações em que se discute a concessão, restabelecimento ou revisão de benefício previdenciário decorrente de acidente de trabalho, compete à Justiça Estadual o julgamento da demanda, diante da competência residual prevista no art. 109, I, da Constituição Federal. (CC 63923 - STJ - Terceira Seção. DJ 08/10/2007). Preliminar de incompetência da Justiça Federal acolhida.".

No presente caso, entendo que houve equívoco na decisão anteriormente proferida, uma vez que não me manifestei acerca da alegação de nulidade do acórdão, que julgou matéria não suscitada pelas partes em sede de recurso inominado.

Desse modo, considerando-se que restou comprovado que a Turma a quo proferiu acórdão extra petita, pois acolheu preliminar de incompetência do juízo não levantada pelas partes em sede de recurso inominado, acolho os embargos de declaração para sanar os vícios apontados, bem como anulo o acórdão recorrido e determino a remessa dos autos à origem para a continuação da instrução processual, com novo julgamento pela Turma de origem, analisando-se efetivamente as teses jurídicas debatidas pelas partes contra a sentença de piso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508463-89.2012.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES CABRAL DOS SANTOS
PROC./ADV.: GLAUBER ROCHA SILVA OAB: AL-7 945
PROC./ADV.: MARCEL GAMELEIRA OAB: AL-9 096
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora embargante contra decisão que negou provimento ao agravo interposto pela incidência da Súmula 42 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição e omissão na decisão embargada, porquanto não está em consonância com o entendimento da TNU quanto à definição do termo inicial nos casos de restabelecimento de benefício previdenciário por incapacidade.

Requer, assim, o provimento do recurso para que sejam sanados os vícios apontados.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Não há, na decisão embargada, qualquer vício.

Com efeito, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o seu entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11 jun. 2010)".

Entretanto, ocorre que a Turma de origem, com base no acervo fático probatório da lide, concluiu que:

"[...]8. No caso concreto, verifica-se nos esclarecimentos do perito, anexo nº 41, que:" Torna-se bastante plausível que desde a prova apresentada aos RX's datados de 19/09/12, a autora já encontrava-se limitada para as atividades laborais", pelo que, considerando que a patologia da recorrente é de caráter crônico e de evolução lenta, bem assim que dos sintomas até a realização dos exames médicos decorre, sempre, um certo lapso temporal, afigura-se

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cabível o provimento parcial do recurso, apenas no tocante ao pagamento das parcelas retroativas, desde o ajuizamento da ação, retificando o início da incapacidade para a data de 19 de junho de 2012, conforme esclarecimentos do perito e exame médico apresentado em perícia médica, observando, ainda, que, quando da realização de exame de ultra-sonografia, em 04/07/2011 (anexo nº 07, página 12), inexistia qualquer alteração no joelho direito da autora, não sendo possível concluir que em novembro do mesmo ano estaria incapacitada.

9. No mais, não prospera a alegação da recorrente de que os esclarecimentos prestados pelo perito não responderam ao questionamento, não sendo possível afirmar que os outros documentos médicos anexados aos autos foram de fato analisados. Da análise dos autos, temos que o perito do juízo, em esclarecimentos ao laudo, anexo 41, fez registrar: "O laudo pericial levou em consideração todas as provas acostadas e apresentadas até o momento do exame médico-pericial, a despeito da perícia ter sido realizada em 14/01/13, a instrução normativa que veda o recebimento de provas não colacionadas até o dia e horário do ato médico (Art. 1º, Or. Conj. JEF nº 001, 22/05/13), somente será absoluta a partir de 1º de agosto'.. [...]"

Assim, de fato, para infirmar as conclusões das instâncias de origem, necessário seria o reexame do acervo fático-probatório, o que encontra óbice na súmula 42/TNU, como consignado na decisão embargada.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508448-75.2011.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MANOEL PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo ante a incidência da Súmula 42/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, tendo em vista que não houve manifestação acerca das questões jurídicas suscitadas no pedido de uniformização, bem como alega a existência de erro material no relatório da citada decisão.

Requer, assim, o acolhimento dos embargos para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à embargante, apenas, no que tange ao erro material.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Compulsando os autos, verifica-se que restou consignada, no relatório da decisão embargada, a rejeição de todos os pedidos autorais, quando, na verdade, foi deferido o benefício de auxílio-doença com efeitos a partir do laudo pericial.

Dessa forma, a fim de sanar o vício apontado, a decisão deve ser alterada apenas no que tange ao seu relatório, passando a constar o seguinte:

"Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de auxílio-doença, com efeitos a partir da data do laudo pericial, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão foram cumpridos."

Por outro lado, no que tange ao mérito, percebe-se que a decisão embargada não merece reforma, pois diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se conceder a aposentadoria por invalidez, haja vista que não restaram preenchidos os requisitos para tanto, bem como decidiram que a fixação da DIB na DER, também, não merece acolhimento, pois a patologia geradora da limitação laboral do promovente só foi constatada no laudo pericial, não havendo nos autos comprovação de que a incapacidade do postulante já existisse na época do requerimento administrativo, motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data do laudo pericial.

Desta forma, incide, de fato, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato"

Logo, entendo que a parte embargante está com a razão quanto à existência do alegado erro material, porém, o mérito do pedido de uniformização não terá seu resultado modificado, uma vez que a decisão da Turma de origem está em consonância com o entendimento da TNU.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para sanar o vício alegado, porém, sem efeitos infringentes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501954-34.2010.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: HERMANO LEANDRO DA CUNHA
PROC./ADV.: GERSON MOUSINHO DE BRITO OAB: PB-1995
REQUERIDO(A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado, em razão da aplicação da Súmula 58 da TNU: "Não é devido o reajuste na indenização de campo por força de alteração trazida pelo Decreto 5.554/2005".

É, no essencial, o relatório.

Não há como prosperar o presente recurso.

Os arts. 14, §4º, e 15, da Lei 10.259/2001, ao tratarem da possibilidade de interposição de Recurso Extraordinário no âmbito da Turma Nacional de Uniformização - TNU dispõem que o referido recurso só será cabível contra proferida pela Turma, ou seja, pelo órgão colegiado.

Tendo em vista que o presente recurso foi interposto contra decisão monocrática, certo é que ele não pode prosseguir, em razão dos referidos dispositivos legais.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504165-66.2012.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOÃO VIEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36 do RITNU, suscitado contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do pedido pela incidência da Questão do Ordem 24/TNU.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado na TNU diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual basta apenas a apresentação do formulário PPP para comprovação do tempo especial.

Requer, assim, seja admitido o seu pedido de uniformização.

É, no essencial, o relatório.

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, o pedido deve ser analisado pela Corte Superior de Justiça (art. 36, § 1º, do RITNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 5 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500987-03.2012.4.05.8303
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOÃO GOMES DO NASCIMENTO NETO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo ante a incidência da Questão de Ordem 22 e da Súmula 42, ambas da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, tendo em vista que não está postulando reexame de provas, bem como alega a existência de erro material no relatório da citada decisão.

Requer, assim, o acolhimento dos embargos para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à embargante, apenas, no que tange ao erro material.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Compulsando os autos, verifica-se que restou consignada, no relatório da decisão embargada, a rejeição do pedido de concessão de benefício assistencial, quando, na verdade, foi deferido o benefício requerido, restringindo-se o pedido de uniformização à alteração da DIB para a data do requerimento administrativo.

Dessa forma, a fim de sanar o vício apontado, a decisão deve ser alterada apenas no que tange ao seu relatório, passando a constar o seguinte:

"Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de benefício assistencial, com efeitos a partir data do laudo particular anexado junto à petição inicial (07/02/2012)."

Por outro lado, no que tange ao mérito, verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

"a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500)."

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias, considerando que a data do início da incapacidade não foi indicada pelo perito, concluíram que o termo inicial deve ser a data do laudo particular acostado aos autos, sendo irretocável o acórdão impugnado, pois, tal entendimento está em conformidade com a jurisprudência da TNU acima exposta.

Desta forma, incide, de fato, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato"

Logo, entendo que a parte embargante está com a razão quanto à existência do alegado erro material, porém, o mérito do pedido de uniformização não terá seu resultado modificado, uma vez que a decisão da Turma de origem está em consonância com o entendimento da TNU.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para sanar o vício alegado, porém, sem efeitos infringentes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 5 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501938-48.2008.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: PEDRO MARTINS DA COSTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo ante a incidência da Súmula 42/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, tendo em vista que a incapacidade laborativa não é requisito para a concessão de aposentadoria por idade rural, fundamentado apresentado no relatório da citada decisão para a rejeição do pedido autoral.

Requer, assim, o acolhimento dos embargos para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à embargante, apenas, no que tange ao erro material.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Compulsando os autos, verifica-se que restou consignado, no relatório da decisão embargada, que a aposentadoria rural pleiteada foi indeferida sob o fundamento de ausência de comprovação da incapacidade laborativa, quando, na verdade, foi indeferida por falta de comprovação da qualidade de segurado especial do autor.

Dessa forma, a fim de sanar o vício apontado, a decisão deve ser alterada apenas no que tange ao seu relatório, passando a constar o seguinte:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, ao fundamento de que não restou comprovada a qualidade de segurado especial do autor."

Por outro lado, no que tange ao mérito, cabe frisar que a TNU, por intermédio da Súmula 46, disciplina que: "O exercício de atividade urbana intercalada não impede a concessão de benefício previdenciário de trabalhador rural, condição que deve ser analisada no caso concreto".

Destarte, apesar do exercício de atividade urbana intercalada não ser óbice à concessão do benefício, cabe ao julgador analisar as provas dos autos, a fim de determinar se a parte preenche os requisitos legais.

In casu, verifica-se que a decisão recorrida seguiu a orientação acima exposta, haja vista que analisou o conjunto probatório após a constatação da existência de atividade urbana dentro do período de carência, entendendo que a parte não faz jus ao benefício pleiteado em virtude da fragilidade da prova material apresentada, bem como pela existência de vínculos urbanos dentro do período de carência.

Desta forma, incide, de fato, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato"

Logo, entendo que a parte embargante está com a razão quanto à existência do alegado erro material, porém, o mérito do pedido de uniformização não terá seu resultado modificado, uma vez que a decisão da Turma de origem está em consonância com o entendimento da TNU.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para sanar o vício alegado, porém, sem efeitos infringentes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 5 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0035378-29.2008.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SANDRA MARIA LOPES
PROC./ADV.: VANUSA RAMOS BATISTA LORIATO OAB: SP-193 207
PROC./ADV.: SICARLE JORGE RIBEIRO FLORENTINO OAB: SP-262 756
PROC./ADV.: CLAUDETE PACHECO DOS SANTOS OAB: SP-232 962
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão proferida pela Presidência da TNU que não inadmitiu recurso extraordinário interposto pela parte autora, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal.

É, no essencial, o relatório.

Após análise profícua do feito, decido por manter a decisão agravada, por seus próprios fundamentos, ao tempo em que determino a remessa dos presentes autos ao Supremo Tribunal Federal para processamento do presente agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501788-85.2013.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ANTÔNIO LUIZ DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: HUMBERTO DE SOUSA FELIX OAB: RN-5069
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora embargante contra decisão que negou provimento ao agravo interposto pela incidência da Súmula 42 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto não houve manifestação acerca da nulidade do acórdão recorrido, em virtude de que não restaram demonstrados os nomes dos vogais que participaram do julgamento do seu recurso inominado, bem como em razão de que não foi determinada a complementação do laudo pericial com os quesitos formulados pelo autor.

Requer, assim, o provimento do recurso para que sejam sanados os vícios apontados.

Apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Não há, na decisão embargada, qualquer vício.

Isto porque as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pela ausência de comprovação do requisito da incapacidade laborativa e, em consequência, pelo indeferimento do benefício pleiteado. Assim, de fato, para infirmar as conclusões das instâncias de origem, necessário seria o reexame do acervo fático-probatório, o que encontra óbice na súmula 42/TNU, como consignado na decisão embargada.

Ademais, verifica-se que a não publicação dos nomes dos demais participantes do julgamento do acórdão não acarretou qualquer prejuízo à defesa da ora embargante, notadamente em razão de que restou consignado pelo perito que a parte autora não se encontra incapacitada para a sua atividade laborativa.

Ainda que assim não fosse, a arguição de nulidade do acórdão deve ser rejeitada por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 5 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5062699-47.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELIDA EDELINDA ALVES
PROC./ADV.: MARCOS MAZZOTTI OAB: -
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização, sob o fundamento de que não foi interposto o recurso adequado à espécie.

Sustenta a parte embargante a ocorrência de erro material, tendo em vista que o seu pedido de uniformização foi admitido pela Turma recursal a quo e, dessa forma, não há de se falar em falta de interposição de agravo.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

De início, cabe frisar que o art. 15, parágrafos 4º e 5º, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, disciplina que:

"Art. 15 - O Presidente da Turma Recursal ou o Presidente da Turma Regional decidirão preliminarmente sobre a admissibilidade do incidente de uniformização.

[...]

§ 4º Em caso de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização, a parte poderá interpor agravo nos próprios autos, no prazo de dez dias, a contar da publicação da decisão recorrida, devendo fundamentar o pleito, demonstrando o equívoco da decisão recorrida e a circunstância de se encontrar em confronto com súmula e jurisprudência dominante da TNU, do STJ e do STF.

§ 5º Após a interposição do agravo e ante os fundamentos colacionados, poderá o Presidente da Turma Recursal ou o Presidente da Turma Regional reconsiderar a decisão. Não havendo reconsideração, os autos serão encaminhados à TNU."

Destarte, nos termos da legislação acima, em casos de inadmissão do pedido nacional de uniformização, poderá a parte interpor agravo nos próprios autos a fim de remeter a controvérsia à Turma Nacional de Uniformização.

In casu, ao contrário do que alega a parte ora embargante, verifica-se que o pedido de uniformização interposto pela autora foi inadmitido, uma vez que não houve juízo de retratação/adequação.

Em consequência, ao invés de interpor o recurso de agravo, limitou-se a parte ora embargante a apresentar petição, na qual reitera os termos do pedido de uniformização anteriormente interposto.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 5 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509456-98.2013.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: MONICA JACINTO SOARES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OAB: BB-0000000

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora embargante contra decisão que negou provimento ao agravo interposto pela incidência da Súmula 42 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de vícios na decisão embargada, porquanto não se trata de reexame de provas, pois, busca-se, no máximo, uma nova valoração das provas produzidas.

Requer, assim, o provimento do recurso para que sejam sanados os vícios apontados.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Não há, na decisão embargada, qualquer vício.

Isto porque as instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, concluíram que não houve falha ou negligência na prestação do serviço, uma vez que não há indícios de que os saques na conta da embargante tenham sido realizados por terceiro, bem como concluíram que não restou configurado o alegado dano moral.

Assim, de fato, para infirmar as conclusões das instâncias de origem, necessário seria o reexame do acervo fático-probatório, o que encontra óbice na súmula 42/TNU, como consignado na decisão embargada.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 5 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.33.00.702566-1
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RENILDE SUZANA DOS SANTOS E OUTROS
PROC./ADV.: MARCOS ROGÉRIO CIPRIANO OAB: BA-21895

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia.

A Turma de origem manteve a sentença que determinou a concessão do benefício de pensão por morte.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido encontra-se divergente da Súmula 111/STJ, segundo a qual "os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre as prestações vencidas após a sentença."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Súmula 7/TNU dispõe que "Descabe incidente de uniformização versando sobre honorários advocatícios por se tratar de questão de direito processual". Nesse sentido: PEDILEF 00056277120104013200.

Destarte, aplicam-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 29/TNU ("Nos casos de incidência das Súmulas 42 e 43, o Presidente ou o Relator determinará a devolução imediata dos autos à Turma Recursal de origem").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0007983-63.2011.4.03.6105
ORIGEM: SP- SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA REPÚBLICA
REQUERIDO(A):JOSÉ CAETANO DA SILVA FILHO
PROC./ADV.: SAMUEL DE SOUZA AYEROAB: SP- 236488

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

O acórdão recorrido afastou a sentença, para absolver a parte requerida, sob o fundamento de que a prática da atividade de radiodifusão sem autorização da União constitui fato atípico.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0057344-68.2010.4.01.3800
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: GERALDA PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: REGINALDO LUIS FERREIRA OAB: MG-79550
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA OAB: MG-70727
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua miserabilidade.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0009803-59.2011.4.04.7150
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIZA MARTINE PEREIRA
PROC./ADV.: CESAR GILBERTO PASTRO OAB: RS-25096
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERA
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão prolatado pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que denegou a segurança pleiteada por entender que não há reparos a serem realizados na decisão impugnada.

Sustenta a parte ora recorrente que a execução do julgado em comento não poderia ser realizada no Juizado Especial por extrapolar o teto de sua competência e que não houve observância aos ditames legais e contratuais quanto à correção monetária e juros incidentes sobre a condenação.

É, no essencial, o relatório.

A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais no julgamento do PEDILEF 200932007021984 dirimiu a primeira questão jurídica com a mesma similitude fática no sentido de que "o valor da causa não se confunde com o valor da condenação, podendo este ser perfeitamente superior ao teto de sessenta salários mínimos, o que não afasta a competência dos Juizados Especiais Federais" . Eis a ementa do referido julgado:

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO IMPUTADA AO ACÓRDÃO. DIFERENÇAS RELATIVAS À APLICAÇÃO DO IRSM DE FEVEREIRO DE 1994. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. VALOR DA CAUSA E ALÇADA. EXECUÇÃO DE VALOR SUPERIOR A SESSENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. MANDADO DE SEGURANÇA DENEGADO. IMPROVIMENTO DO INCIDENTE. AUSÊNCIA DE LIMITE À EXECUÇÃO, SALVO PARA FINS DE PAGAMENTO VIA RPV OU PRECATÓRIO. PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO (LEI N.º 10.259/01, ART. 3.º, § 2.º; CPC, ART. 260). OMISSÃO RECONHECIDA. PROVIMENTO DOS EMBARGOS. - Cabem embargos declaratórios quando houver obscuridade, contradição ou omissão, inclusive para fins de prequestionamento, de matéria não enfrentada pela sentença ou acórdão. - Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de valor até sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças, mesmo superiores ao limite fixado, caso em que o pagamento far-se-á sempre por meio do precatório, facultado ao exequente a renúncia ao excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo pela via da RPV. - Para a atribuição do valor da causa quando se pedirem prestações vencidas e vincendas, tomar-se-á em consideração o valor de umas e outras; mas o valor das prestações vincendas será igual a uma prestação anual, se a obrigação for por tempo indeterminado, ou por tempo superior a um ano. - Acórdão embargado que sufragou a decisão da Turma Recursal de origem, no sentido de que "o valor da causa não se confunde com o valor da condenação, podendo este ser perfeitamente superior ao teto de sessenta salários mínimos, o que não afasta a competência dos Juizados Especiais Federais", conforme entendimento fixado pela TNU (PEDILEF n.º 200833007122079, Relator Juiz Federal Eduardo do Nascimento, j. 13 set. 2010). - Sendo o valor de sessenta salários mínimos superior ao somatório das parcelas pleiteadas vencidas e vincendas à época do ajuizamento da demanda, limitadas estas últimas a doze e apuradas conforme último valor da diferença em novembro de 2003, não há superação da alçada, nem violação aos critérios de atribuição do valor da causa, ou da competência dos Juizados Especiais Federais. - Ausência de violação aos dispositivos prequestionados. - Provimento dos Embargos.

Quanto à correção monetária e os juros moratórios o que se observa é que o título executivo judicial já foi formado, a sentença já transitou em julgado, e a execução está ocorrendo em consonância com este título. Não há que se falar, portanto, em divergência jurisprudencial a ser dirimida em sede de incidente de uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000335-33.2011.4.04.7195
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO NATO DA ROSA
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA OAB: RS 33.075
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA OAB: RS-59469
PROC./ADV.: FELIPE LOCATELLI OAB: RS-69124

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

No caso, a parte requerente alega que há divergência quanto ao índice de correção monetária e juros aplicáveis em caso de sentença transitada em julgada com entendimento diverso daquele definido pela lei posterior. Também alega divergência em relação ao pagamento por meio de precatório ou RPV.

É, no essencial, o relatório.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador, posto que demonstrada divergência em relação à correção monetária, juros e forma de pagamento do título executivo judicial em face da Fazenda Pública.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002379-24.2011.4.01.3601
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): CLARICE FERRARI
PROC./ADV.: MARISTELA REIS FRIZON OAB: MT-13535

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Mato Grosso que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora tem direito ao benefício pleiteado, pelo preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.33.07.701835-1
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): OSMAR JOSÉ PINHEIRO
PROC./ADV.: EDSON FERREIRA LIMA OAB: BA-15468
PROC./ADV.: JANAÍNA NOGUEIRA LIMA OAB: BA-32702

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, modificando a sentença, acolheu parcialmente o pedido de restabelecimento de auxílio-doença e a sua conversão em aposentadoria por invalidez à parte autora, decorrente de visão monocular.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001094-47.2012.4.01.3314
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ERENITA DO NASCIMENTO RIBEIRO
PROC./ADV.: MANUELLA ACCIOLY SOUZA OAB: BA-18537
PROC./ADV.: ANDREZA DE O. CERQUEIRA OAB: BA-18482
PROC./ADV.: SAMARA PEREIRA TEIXEIRA OAB: BA-32762
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0006082-43.2010.4.01.3812
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: SILVIA HELENA PINHEIRO
PROC./ADV.: REGINALDO LUIS FERREIRA OAB: MG-79550
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA OAB: MG-70727
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001588-38.2010.4.01.3812
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: EDUARDO AVELAR DE CARVALHO
PROC./ADV.: GILSON LIBOREIRO DA SILVA OAB: MG 46.849
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2006.38.00.700076-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: HELIO ESPINDOLA MACHADO
PROC./ADV.: REGINALDO LUIS FERREIRA OAB: MG-79550
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA OAB: MG-70727
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, confirmando a sentença, negou provimento ao recurso inominado tendo em vista a extinção do processo sem julgamento do mérito, por ausência de interesse da parte autora em agir.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunal Regional Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Além do mais, a Lei 10.259/01, em seu art. 14, ao tratar sobre o cabimento do pedido de uniformização de interpretação de lei federal, impõe, para o conhecimento da divergência, que a questão versada seja de direito material.

No mesmo sentido, o art. 6º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização prevê a competência da Turma Nacional para processar e julgar o incidente de uniformização de interpretação de lei federal, desde que trate sobre questões de direito material.

Na hipótese em exame, o incidente suscitado se fundou em questão processual, qual seja, ausência de interesse de agir, questão que não tem cabimento no âmbito de Incidente de Uniformização de Jurisprudência.

Destarte, incide a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2010.38.12.700033-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: CLOVIS FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: GILSON LIBOREIRO DA SILVA OAB: MG 46.849
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.38.00.715107-7
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: JANE MARIA DA SILVA REIS
REQUERENTE: PATRÍCIA DA SILVA REIS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, modificando a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.38.08.700636-9
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: JOSÉ BENEDITO TERRA
PROC./ADV.: MARITA AMORELLI ANDRADE OAB: MG-104967
PROC./ADV.: RENATO STECCA CARCIOFI OAB: MG-112798
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, modificando a sentença, acolheu o pedido de restabelecimento do auxílio-doença, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do devido cancelamento do benefício anterior.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 2008.33.00.711504-2, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao requerimento administrativo, motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data do laudo pericial, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.38.13.701771-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: ANTÔNIO PEREIRA DE PAIVA
PROC./ADV.: GILSON LIBOREIRO DA SILVA OAB: MG 46.849
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.38.00.727019-6
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: ADEMIR GONÇALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: REGINALDO LUIS FERREIRA OAB: MG 79.550
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA OAB: MG-70727
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.38.00.700362-5
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: VALDETE MARIA DE ALMEIDA PIVA
PROC./ADV.: DANIELA VILELA PELOSO VASCONCELOS OAB: MG-103623 REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0040953-38.2010.4.01.3800
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: CELINA DE JESUS PEREIRA
PROC./ADV.: REGINALDO LUIS FERREIRA OAB: MG-79550
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA OAB: MG-70727
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.38.00.722145-7
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: JÚNIOR RAMOS MARTINS REP. LEGAL JOSÉ SIMEÃO MARTINS
PROC./ADV.: REGINALDO LUIS FERREIRA OAB: MG-79550
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA OAB: MG-70727
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a condição de miserabilidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da hipossuficiência econômica da parte requerente.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001013-25.2012.4.01.3306
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: GEVAN GOMES MELO ROCHA
PROC./ADV.: MANOEL DA SILVA OAB: BA-826-B
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a condição de miserabilidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da hipossuficiência econômica da parte requerente.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004724-49.2010.4.01.3810
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: SIRLEI MARIA DE LIMA PEREIRA
PROC./ADV.: REGINALDO LUIS FERREIRA OAB: MG-79550
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA OAB: MG-70727
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a condição de miserabilidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da hipossuficiência econômica da requerente mormente porque houve várias tentativas de realização de estudo sócio-econômico, sem sucesso ante a ausência da requerente, e porque não há nos autos qualquer prova que demonstre esta condição.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2007.38.00.735953-5
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: ELIZÂNGELA CÉLIA DOMINGUES
PROC./ADV.: REGINALDO LUIS FERREIRA OAB: MG-79550
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA OAB: MG-70727
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, concedeu benefício assistencial a partir da data do estudo social realizado.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que há divergência quanto à data do início do benefício, se desde a realização do estudo social, ou desde a cessação do benefício anteriormente concedido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2010.38.10.700417-1
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: REGINA DOS ANJOS SILVA ESTEVES
PROC./ADV.: REGINALDO LUIS FERREIRA OAB: MG-79550
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA OAB: MG-70727
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a condição de miserabilidade da requerente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da hipossuficiência econômica.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.38.00.728897-6
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NAIR ALVES PEREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais.

No caso, a parte requerente busca alteração quanto aos juros e correção monetária incidentes sobre os débitos da Fazenda Pública.

É, no essencial, o relatório.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador, posto que demonstrada divergência em relação à forma de cálculo dos débitos contra a Fazenda Pública.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004837-32.2011.4.01.3304
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ISMAEL CARDOSO LOPES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a condição de miserabilidade da requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da hipossuficiência econômica.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2010.33.00.702109-9
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: SILVANA MIRANDA DOS SANTOS REP. LEGAL MARIA CARMELITA MIRANDA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a condição de miserabilidade da requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da hipossuficiência econômica.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001917-55.2012.4.01.3820
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: HELENA CÉSAR CORRÊA
PROC./ADV.: REGINALDO LUIS FERREIRA OAB: MG-79550
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA OAB: MG-70727
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrado o estado de miserabilidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Terceira Seção do STJ, através do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, firmou entendimento na seguinte direção:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

No presente caso, a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar comprovada a situação de vulnerabilidade social, considerando que a família da requerente aufere renda per capita superior à mínima prevista legalmente, reside em moradia própria com piscina, em bom estado de conservação, possuindo diversos móveis e eletrodomésticos.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.38.12.702298-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: CAROLINA DE OLIVEIRA ÁVILA
PROC./ADV.: REGINALDO LUIS FERREIRA OAB: MG-79550
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA OAB: MG-70727
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrado o estado de miserabilidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Terceira Seção do STJ, através do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, firmou entendimento na seguinte direção:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

No presente caso, a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar comprovada a situação de vulnerabilidade social, considerando que a família da requerente aufere renda per capita superior à mínima prevista legalmente, reside em moradia própria bem conservada, guarnecida de mobiliário incompatível com o estado de vulnerabilidade alegado, possuindo automóvel.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.38.07.701342-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: GENI DE JESUS TEIXEIRA DOS SANTOS E OUTROS
PROC./ADV.: MATEUS AUGUSTO SILVA
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial por incapacidade ante o falecimento do autor e a ausência de provas que demonstrassem a incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que enquanto o acórdão vergastado decidiu que era desncessária a realização de mais provas, os paradigmas afirmaram que era possível e necessária a realização de prova pericial indireta para a comprovação da incapacidade.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006003-90.2011.4.01.3307
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO: ALZINA SILVA MACEDO
PROC./ADV.: JANAÍNA NOGUEIRA LIMA OAB: BA-32702

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, reformando a sentença, concedeu o pedido de benefício assistencial ao deficiente.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.38.00.719165-3
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: MARIA HELENA PEREIRA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: REGINALDO LUIS FERREIRA OAB: MG 79.550
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA OAB: MG-70727
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial por incapacidade, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2010.38.00.700260-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): OSCAR MONTEIRO GUIMARÃES
PROC./ADV.: OLIVIO VICENTE DE CAMPOSOAB: MG-22615

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais, que manteve a sentença em que restou parcialmente acolhido o pedido de revisão formulado pela parte requerida, diante da intempestividade na interposição do recurso inominado.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

In casu, o mérito da ação, relativo à incidência ou não de prescrição após a edição da MP 2.225-45/2001, não foi examinado na instância de origem, que reconheceu a intempestividade do recurso inominado interposto.

Desta forma, incide por analogia o óbice da Súmula 211/STJ, segundo a qual é "inadmissível o recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2010.33.00.701694-3
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: JOÃO ALVES DE OLVEIRA
PROC./ADV.: PALOMA ACCIOLY JULIANI OAB: BA-19478
PROC./ADV.: CICERO EMERECIANO DA SILVA OAB: BA-17690
PROC./ADV.: MANUELLA ACCIOLY SOUZA OAB: BA-18537
PROC./ADV.: ANDREZA DE O. CERQUEIRA OAB: BA-18482
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado especial do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não haver comprovação da condição de rurícola do requerente, uma vez que restou verificada a existência de mão de obra assalariada não eventual, bem como em virtude de que a parte autora possui imóvel rural que descaracteriza a sua condição de rurícola.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Demais disso, incide à espécie a Questão de Ordem 18 da TNU (É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles.), tendo em vista que a parte ora requerente limitou-se a atacar apenas um dos fundamentos apresentados pelas instâncias a quo.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003710-48.2010.4.03.6308
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: BENEDITA LEILA DE SOUSA
PROC./ADV.: ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA OAB: SP-172851
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

O acórdão recorrido manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que a incapacidade da parte autora é preexistente ao seu retorno ao RGPS.

Sustenta a requerente que não há que se falar em incapacidade preexistente quando o benefício foi indeferido na esfera administrativa sob a alegação de inexistência da incapacidade laborativa.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507212-48.2012.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: FREDERICO ARTUR DO NASCIMENTO FONSECA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20418
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a limitação sofrida pelo requerente não o incapacita ao exercício de outras atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501354-27.2012.4.05.8303
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSÉ EUDES DA FONSECA VERAS
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20418
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a limitação sofrida pelo requerente não o incapacita ao exercício de outras atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501398-72.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: TEREZINHA LINA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade do acórdão, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão (incapacidade).

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502784-71.2013.4.05.8305
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA ANTERO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada especial da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar comprovada pela requerente a prática da agricultura de subsistência.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0519983-15.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: SANDOVAL NICOLAU DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade do acórdão, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão (incapacidade).

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504514-89.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUIZ PEDRO DAS CHAGAS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade do acórdão, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão (incapacidade).

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0013007-08.2007.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSÉ LUIZ DA SILVA SOBRINHO
PROC./ADV.: FÁBIO F. F. TERTULIANO OAB: SP-195284
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

O acórdão recorrido manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou preenchido o requisito da incapacidade laborativa.

Sustenta a requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência de Turma Recursal de outra região, no sentido de que é devido o auxílio-doença ainda que a incapacidade seja apenas parcial e permanente.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500236-50.2011.4.05.8303
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ESPOLIO DE ISIVALDO CONRADO DE LORENA SÁ
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor, já falecido.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacitava ao exercício das atividades habituais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501065-20.2014.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES DA SILVA
PROC./ADV.: ELÓI LUÍS DE MOURA OAB: RN-8243
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão (incapacidade).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007982-06.2010.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CAMILA ALESSANDRA FERNANDES
PROC./ADV.: DIANA PAOLA SALOMÃO FERRAZ OAB: SP-182 250

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, concedeu o auxílio-doença, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Inicialmente, verifica-se que a parte não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. O aresto da Quinta Turma Recursal do JEF de São Paulo mostra-se inservível.

Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º da Lei nº 10.259/2001.

Ademais, no presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que é possível conceder o benefício previdenciário de auxílio-doença ainda que a invalidez seja parcial e permanente.

A decisão da origem seguiu orientação firmada na TNU, por meio do PEDILEF nº200663020129897:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INADMITIDO. CONFIRMAÇÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVA, ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM POSIÇÃO PACÍFICA DESTA TURMA NACIONAL. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL QUE APONTA INCAPACIDADE PARCIAL. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS PELO MAGISTRADO SENTENCIANTE. INCAPACIDADE CONSIDERADA COMO TOTAL E PERMANENTE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Pretende o INSS a modificação de decisão monocrática do em. Presidente desta Turma Nacional, que inadmitiu o incidente de uniformização que suscitou, em face de acórdão que confirmou, por seus próprios fundamentos, sentença de parcial procedência de pedido de aposentadoria por invalidez. Alega o recorrente que o pedido de uniformização não envolve o reexame de matéria fática. 2. A decisão agravada negou seguimento ao recurso sob o fundamento de não ter sido realizada a indispensável demonstração analítica do dissídio, além de implicar o revolvimento de matéria fática. 3. De fato, infirmar a conclusão das instâncias ordinárias, no sentido da comprovação da incapacidade total da autora, feita com base na análise de todo o conjunto probatório e no princípio do livre convencimento motivado, implica autêntico reexame de prova, vedado nesta instância por disposição legal e por determinação veiculada na súmula n.º 42 deste Colegiado. 4. Ademais, vinco que a posição adotada pelo julgado recorrido está em consonância com o entendimento consolidado neste Colegiado, que atrai para a espécie a aplicação da Questão de Ordem n.º13. A simples leitura do acórdão recorrido e da sentença que confirma convence de que os julgadores promoveram a análise das condições pessoais e sociais que envolvem o postulante, o que é adequado e desejável. De fato, a magistrada sentenciante, verificando que a autora tem idade avançada e baixa escolaridade, estando impedida de exercer sua função habitual de doméstica, está, em verdade, completamente inábil do ponto de vista laboral, eis que afastada da possibilidade de reinserção no mercado de trabalho. 5. Sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os incidentes que questionem eventual conversão de incapacidade parcial constatada no laudo pericial em incapacidade total, por força de condições sociais e pessoais consideradas pelos julgadores, nos termos da redação do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma. 5. Agravo Regimental improvido.

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ainda que assim não fosse, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0519772-76.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA NOGUEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: ROSA MARIA DUARTE DE ANDRADE OAB: RN-4918
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão (incapacidade).

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501092-03.2014.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO LOPES SOBRINHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária Do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504519-11.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: MÁRIA JOSE DA SILVA CASSIANO
PROC./ADV.: ISAURA CLEIDE LAURINDO DE OMENA OAB: AL-4 172
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão (incapacidade).

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0524060-81.2010.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JORGE BARBOSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A TNU, através da Súmula 78, aprovada na Sessão do dia 11.9.2014, pacificou o entendimento no sentido de que, "Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.".

No presente caso, entretanto, a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que o requerente não se encontra incapacitado fisicamente, estando sua doença controlada e sem sequelas.

Registrou, ainda, o órgão de origem, inexistirem dificuldades e estigma social que possam causar obstáculo à reinserção do autor no mercado de trabalho, em razão de sua patologia.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500790-10.2014.4.05.8002
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: TAMIRES RAFAELLA SILVA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: KÁTIA FELINA DE O. FERREIRA OAB: PE-933
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão (incapacidade).

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0519650-60.2013.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: JOSÉ AMÉRICO DE LIMA SANTOS
PROC./ADV.: GLAUBER ROCHA SILVA OAB: AL-7 945
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502444-19.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DAS DORES GARCIA DE SOUSA
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE OAB: CE-4072
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária Ceará que, confirmando a sentença, acolheu o pedido do benefício previdenciário solicitado na inicial, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do devido cancelamento do benefício anterior.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 50172317200940585OO).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao requerimento administrativo, uma vez que 'em atestados anteriores sita-se (sic) quadro de limitações difusas que a mesma não apresenta, pois atualmente só apresenta comprometimento articular do joelho direito'.motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data do laudo pericial, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ainda que assim não fosse, o verifica-se que o acórdão recorrido indicou nas suas razões os termos utilizados na sentença de origem, conforme autoriza a jurisprudência vigente, por meio do (RE 635729):

Parágrafo 5º do art. 82 da Lei nº 9.099/95. Ausência de fundamentação. Artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal. Não ocorrência. Possibilidade de o colégio recursal fazer remissão aos fundamentos adotados na sentença. Jurisprudência pacificada na Corte. Matéria com repercussão geral. Reafirmação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. (RE 635729 RG, Relator Min. Dias Toffoli, julgado em 30/06/2011, DJe 24.08.2011).

Nessa linha, no que concerne ao pedido de anulação do acórdão recorrido, tem-se por inviável este pleito, uma vez que incide à espécie a Súmula 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508971-13.2013.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSEFA JOSEFINA DE LIMA ANDRADE
PROC./ADV.: SIMONE ALVES SPINELLI OAB: PE 14.700

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, com efeitos a partir da data do requerimento administrativo, sob o fundamento de que os exames apresentados nos autos apontam a existência de incapacidade desde 29.06.2012.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A divergência com fundamento em paradigma oriundo de Turma Recursal da mesma Seção Judiciária não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos artigos 14, §2º, da Lei 10.259/01, e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003201-96.2011.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALTAIR PEREIRA
PROC./ADV.: SANDRA HELENA BETIOLLO OAB: RS-32829
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora recorrente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem manteve a sentença que determinou averbação de apenas parte do período pleiteado como passível de aposentadoria especial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas apresentados, mormente porque enquanto parte do pedido foi negada porque os níveis de exposição ao agente químico eram inferiores ao nível de tolerância suportado pelo homem, nos termos de laudo presente nos autos, o paradigma refere-se à diminuição dos efeitos da exposição ao agente nocivo em razão do uso de EPI.

Assim, conforme Questão de Ordem 22 da TNU, "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006524-53.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LUZIA VIEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

De início, a análise acerca da tese de cerceamento de defesa encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Além do mais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Por fim, a TNU, no julgamento do PEDILEF 2009.72.50.004468-3, reafirmou o entendimento no sentido de que "A realização de perícia por médico especialista só é necessária em casos especialíssimos e maior complexidade, como, por exemplo, no caso de doença rara, o que não é o caso dos autos. Precedentes da TNU (PEDILEF 200872510048413, 200872510018627, 200872510031462)."

Incide, assim, a Questão de Ordem 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002182-84.2013.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: TEREZA DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: FABRICIO MACHADO OAB: SC-12245
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão (incapacidade).

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000033-82.2011.4.03.6305
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ENI ALVES DA COSTA
PROC./ADV.: RICARDO AUGUSTO ULIANA SILVÉRIO OAB: SP-260685
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou a concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência de Turma Recursal de outra região, no sentido de que o exercício de atividades laborativas no período em que estava incapaz não impede a concessão de auxílio-doença.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso merece prosperar.

Com efeito, a TNU por meio do PEDILEF 200933007005625, reafirmou entendimento no sentido contrário ao entendimento da Turma Recursal de origem, senão vejamos:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA CESSADO ADMINISTRATIVAMENTE. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORAL REMUNERADA NO PERÍODO EM QUE RECONHECIDA A INCAPACIDADE PELA PERÍCIA JUDICIAL. DIREITO AOS VALORES RELATIVOS AO BENEFÍCIO DESDE A INCORRETA CESSAÇÃO PELO INSS. APLICAÇÃO DAS QUESTÕES DE ORDEM 03 E 13 DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO (...) 9. Outrossim, a questão já foi pacificada no âmbito desta Turma Nacional de Uniformização, no seguinte sentido: "PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHO EXERCIDO NO PERÍODO EM QUE RECONHECIDO INCAPACIDADE LABORAL PELA PERÍCIA MÉDICA. DIREITO AO BENEFÍCIO DESDE O INCORRETO CANCELAMENTO PELO INSS. 1. O trabalho exercido pelo segurado no período em que estava incapaz decorre da necessidade de sobrevivência, com inegável sacrifício da saúde do obreiro e possibilidade de agravamento do estado mórbido. 2. O benefício por incapacidade deve ser concedido desde o indevido cancelamento, sob pena de o Judiciário recompensar a falta de eficiência do INSS na hipótese dos autos, pois, inegavelmente, o benefício foi negado erroneamente pela perícia médica da Autarquia. 3. Incidente conhecido e improvido. (PEDILEF

CÓPIA DIGITALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

200650500062090, JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, DOU 25/11/2011.). 10. Aplicação da Questão de Ordem 13/TNU - "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido". 11. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido, nos termos acima."

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado nesta TNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para adequação do julgado ao entendimento da TNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006372-21.2012.4.04.7206
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LUZIA DENK CULAS
PROC./ADV.: JAIR FRANCISCO VERDI OAB: SC-11053
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001123-27.2008.4.03.6307
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSÉ FELIX DE ALMEIDA
PROC./ADV.: ODENEY KLEFENS OAB: SP-21350
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o pedido de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo.

As instâncias de origem impuseram ao INSS multa equivalente a dois mil reais, em razão de a autarquia ter implantado com atraso o benefício concedido judicialmente. Pleiteia o autor a majoração do valor da astreinte.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Inicialmente verifica-se impossível o conhecimento do pleito relativo á fixação de multa diária, diante do óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal, para se aferir o valor adequado da multa, em virtude da Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0037847-14.2009.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ARGEMIRO MANOEL DIAS
PROC./ADV.: RICARDO A. M. SALGADO JR OAB: SP-138058
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, consignaram que a parte não cumpriu com o requisito da incapacidade, conforme estabelecido no laudo pericial e analisadas as demais provas trazidas pela parte. A fim de que se pudesse alterar tal entendimento, necessário seria o revolvimento da matéria fática dos autos, o que é vedado à esta Turma, em razão da aplicação da Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0012185-76.2008.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VANDERCI ALVEZ MARTINS
PROC./ADV.: MARIA CRISTINA PEREZ DE SOUZA OAB: SP-131305

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, concedeu auxílio-doença ao requerido, sob o fundamento de que todos os requisitos para tal foram preenchidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que se verificou o cumprimento de todos os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004069-79.2011.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ELZA GALHARDO DE LIMA
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacita ao exercício das suas atividades laborais. Da decisão da Turma de origem, destaca-se:

"Afirma a parte autora que suas condições pessoais não foram consideradas para a concessão do benefício por incapacidade, o que teria violado a disposição contida na súmula nº 47, da Turma Nacional de Uniformização, que assim dispõe: "Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez".

Todavia, ao contrário do que afirma a parte autora, suas condições pessoais foram determinantes para a reforma da r. sentença, uma vez que se trata de autora com curso técnico (protética) e profissão definida (proprietária de loja de locação de veículos), ambas atividades intelectuais que não demandam esforço físico para realizar."

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0520735-84.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: DANIEL NUNES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504545-41.2011.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUIZ BONIFACIO DE LIMA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, ao fundamento de não terem sido cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade, nos seguintes termos:

"Entendo, com amparo na perícia judicial realizada, não merecer acolhida a pretensão exposta na inicial, haja vista que o laudo pericial concluiu pela capacidade da parte autora para o exercício de atividade laborativa, apesar de a mesma ser portadora de uma doença e/ou sequela.

Para corroborar o posicionamento, transcrevo as respostas de alguns quesitos constantes do laudo:

1 - A autora é portadora de alguma doença, deficiência ou seqüela? Desde quando? Portador de lombalgia, com atestado médico a partir de 2009.

2 - Se positiva a resposta anterior, tal doença, deficiência ou seqüela acarreta ou acarretou alguma limitação no seu relacionamento psíquico e/ou social? Não.

3 - A doença, deficiência ou seqüela limita ou restringe as atividades laborativas da autora? Não.

4 - A doença, deficiência ou seqüela levou a restrição de sua participação social, impedindo a sua convivência com outras pessoas ou familiares? Não.

6 - A doença, deficiência ou seqüela tornou imprescindível o uso de medicamentos controlados, a serem ministrados com rigor e cautela em horários pré-determinados? Não, já que paciente não faz

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

uso regular de medicação para dor, nem é acompanhado por especialista (ortopedista).

9 - Se o(a) Promovente tem condições de exercer alguma atividade laborativa? Sim.

10 - Preste o perito os esclarecimentos que julgar necessários

Periciando não realizou acompanhamento com especialista para solução da lombalgia, não faz uso de medicação, além de não ter apresentado exames de imagem suficientes para comprovação da doença, como tomografia ou ressonância de coluna lombar, além do atestado do médico ortopedista.

[...]

In casu, porém, o que se observa é que as conclusões periciais se apresentam como coerentes e devidamente fundamentadas, nada havendo nestes fólios que justifique o não acolhimento destas pelo Juízo a quo, que nelas acertadamente se apoiou, motivo pelo qual não se justifica, nos termos do art. 437 do CPC, a realização de nova perícia como requerido pela parte autora em sua peça recursal."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, o verifica-se que o acórdão recorrido indicou a ausência de incapacidade de maneira fundamenta, de modo que incide à espécie a Súmula 77 da TNU: Súmula 77/TNU "O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002423-91.2008.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA LUCIA BARBOSA
PROC./ADV.: ROSANGELA JULIAN SZULC OAB: SP-113 424
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Demais disso, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que, "quando o julgador não reconhece incapacidade para o trabalho, não tem obrigação de analisar as condições pessoais e sociais do segurado, muito embora não fique impedido de fazer tal análise se, segundo seu livre convencimento motivado, entender cabível" (grifei - PEDILEF 0052862.57.2008.4.03.6301).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500271-85.2012.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DA COSTA ALMEIDA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, ao fundamento de não terem sido cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade, nos seguintes termos:

"Entendo, com amparo na perícia judicial realizada, não merecer acolhida a pretensão exposta na inicial, haja vista que o laudo pericial concluiu pela capacidade da parte autora para o exercício de atividade laborativa, apesar de a mesma ser portadora de uma doença e/ou sequela.

Para corroborar o posicionamento, transcrevo as respostas de alguns quesitos constantes do laudo:

01 - A autora é portadora de alguma doença, deficiência ou sequela? Desde quando? Dorso lombalgia e escoliose, está última com exames de julho de 2011.

02 - Se positiva a resposta anterior, tal doença, deficiência ou sequela acarreta ou acarretou

alguma limitação no seu relacionamento psíquico e/ou social? Não.

03 - A doença, deficiência ou sequela limita ou restringe as atividades laborativas da autora? Não.

04 - A doença, deficiência ou sequela levou a restrição de sua participação social, impedindo a sua convivência com outras pessoas ou familiares? Não.

05 - A doença, deficiência ou sequela levou a internações frequentes ou algum tipo de isolamento que a impediu da frequência ao trabalho)? Não.

06 - A doença, deficiência ou sequela tornou imprescindível o uso de medicamentos controlados, a serem ministrados com rigor e cautela em horários pré-determinados? Não.

07 - Há tratamento e acompanhamento na rede pública no local onde reside a autora? Os medicamentos são fornecidos gratuitamente? Há necessidade de deslocamento do município de residência do autor para os tratamentos e/ou aquisição de medicamentos? Não.

08 - Se a enfermidade do(a) autor(a) é irreversível? Quanto a escoliose, sim, mas sem incapacitar a autora.

09 - Se o(a) Promovente tem condições de exercer alguma atividade laborativa? Sim.

Ora, é certo que, em conformidade com o art. 436 do Código de Processo Civil, o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar o seu convencimento com outros elementos ou fatos provados nos autos. Todavia, é inegável, também, que não pode ele se afastar das conclusões ali exaradas sem um motivo contundente que o leve a isso, pois a prova pericial é justamente destinada a trazer ao juízo elementos de convicção acerca de fatos que dependam de conhecimento técnico-especializado, que o magistrado não detém, sobre pontos relevantes e imprescindíveis para a solução do litígio.

In casu, porém, o que se observa é que as conclusões periciais se apresentam como coerentes e devidamente fundamentadas, nada havendo nestes fólios que justifique o não acolhimento destas pelo Juízo a quo, que nelas acertadamente se apoiou, motivo pelo qual não se justifica, nos termos do art. 437 do CPC, a realização de nova perícia como requerido pela parte autora em sua peça recursal."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, o verifica-se que o acórdão recorrido indicou a ausência de incapacidade de maneira fundamenta, de modo que incide à espécie a Súmula 77 da TNU: Súmula 77/TNU "O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001471-94.2007.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IRANI GABRIEL DE LIMA LANCA
PROC./ADV.: FRANCISCO ANTONIO CAMPOS LOUZADA OAB: SP-253284

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que restaram atendidos pela autora os requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou estarem comprovadas a incapacidade e a qualidade de segurada da requerida.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001049-34.2008.4.03.6319
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LEONICE APARECIDA BRAZ DE ANTONIO
PROC./ADV.: MEIRY LEAL DE OLIVEIRA OAB: SP-133 436

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que restaram atendidos pela autora os requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou estar comprovada a incapacidade parcial e permanente, bem como a qualidade de segurada da requerida.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506823-38.2013.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ OSMAR DE SOUZA
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES OAB: CE-9761
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, ao fundamento de não terem sido cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se inicialmente que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ainda que assim não fosse, importa dispor que no presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade, nos seguintes termos:

"No caso, conforme laudo pericial, o autor possui parestesia em hemicorpo direito devido a um AVC que sofrera em 2008, entretanto não foram constatadas alterações físicas que o impeçam de exercer as suas atividades laborais, tendo capacidade para a sua atividade habitual como agricultor. Segundo o perito, há uma discreta redução na capacidade laborativa que não deve chegar a 25% devido a hemiparestesia direita.

[...]

In casu, porém, o que se observa é que as conclusões periciais se apresentam como coerentes e devidamente fundamentadas, nada havendo nestes fólios que justifique o não acolhimento destas pelo Juízo a quo, que nelas acertadamente se apoiou."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda, o acórdão recorrido indicou a ausência de incapacidade de maneira fundamenta, de modo que incide à espécie a Súmula 77 da TNU: Súmula 77/TNU "O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001465-39.2007.4.03.6318
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLEIDEMAR APARECIDA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: LÉLIANA FRITZ SIQUEIRA VERONEZ OAB: SP-111 059

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A TNU, através da Súmula 78, aprovada na Sessão do dia 11.9.2014, pacificou o entendimento no sentido de que, "Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.".

No presente caso, a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não haver condições de a requerida exercer atividade laboral, em razão do estigma social causado pela doença.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001561-75.2007.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): COSME HENRIQUE RAMOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que restaram atendidos pelo autor os requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou estarem comprovados a incapacidade e a qualidade de segurado do requerido.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001810-53.2007.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERMELINDA CAMARGO DEMEI
PROC./ADV.: FABRÍCIO VACARO DE OLIVEIRA OAB: SP-163909

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

O acórdão recorrido afastou a sentença, para acolher o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que restou demonstrada a existência de incapacidade total e permanente da requerida para o exercício de atividades laborais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501280-39.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO VALDIR MOREIRA DE SOUSA
PROC./ADV.: CLÍNIO DE OLIVEIRA MEMÓRIA CORDEIRO OAB: CE-20281
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, ao fundamento de não terem sido cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificado o preenchimento da carência exigida a condição de segurado especial hábil a percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Dentre as provas juntadas aos autos, destaco a existência de vínculos empregatícios urbanos longos em nome da esposa do autor.

[...]

Destaque-se que, conquanto a parte autora tenha, porventura, desempenhado algum labor rurícola, restou comprovado que, durante largo período de tempo, em interregno concomitante com parcela do período de carência do benefício ora pleiteado, a esposa do autor dedicou-se à atividade urbana, com rendimentos elevados para realidade do agricultor nordestino (remuneração superior a dois mil reais nos últimos meses do extrato do CNIS), descaracterizando a indispensabilidade da atividade rural para a subsistência da família.

Note-se que a testemunha, que se qualificou igualmente como agricultor em juízo, também apresenta perfil semelhante ao da parte autora, com esposa trabalhando na prefeitura com remuneração em torno de R$ 1.900,00. Embora tal fato não seja óbice à existência de algum labor rural do postulante, o testemunho reforça, contudo, que o contexto da parte autora não é de agricultura de subsistência."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, cumpre registrar que a TNU por meio do PEDILEF nº 200771540032851, já decidiu que a condição de segurado especial pode ser descaracterizada se a atividade urbana for capaz de desnaturar o trabalho rural em regime de economia familiar, como ocorre nos presentes autos, verbis: "ATIVIDADE ESPECIAL. TRABALHO URBANO DO CÔNJUGE. DESCARACTERIZAÇÃO."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0008518-64.2008.4.03.6309
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE MARIA OLIVEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIA REIS DOS SANTOS OAB: SP-206193

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, concedeu auxílio-doença, sob o fundamento de que todos os requisitos para tal foram preenchidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que se verificou o cumprimento de todos os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0010165-31.2007.4.03.6309
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA TEREZA DE MORAIS RIBEIRO
PROC./ADV.: ANA JÚLIA B. PIRES KACHAN OAB: SP-180541
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a qualidade de segurada.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da qualidade de segurada no momento da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0502699-94.2013.4.05.8302
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: LUZINETE ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da miserabilidade.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005185-89.2008.4.03.6314
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCOS JUSSAFA FERNANDES
PROC./ADV.: MARCIA REGINA ARAUJO PAIVA OAB: SP-134910

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que o requerido não pode ser reabilitado ao exercício de função que não exija grande esforço físico.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0057642-40.2008.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOÃO LUIZ DE CARVALHO
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE OAB: SP-123545
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que o requerente não é portador de enfermidade que possa causar incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004206-79.2007.4.03.6309
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOAO DE ALMEIDA PONTES
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, concedeu auxílio-doença, sob o fundamento de que todos os requisitos para tal foram preenchidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que se verificou o cumprimento de todos os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506247-55.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEBASTIÃO LIMA DE ARAUJO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUIDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que concedeu o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, ao fundamento de não terem sido cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que foi verificado o preenchimento da carência e da incapacidade hábil a percepção do benefício, nos seguintes termos:

"No caso presente, realizado exame clínico a cargo de perito judicial, sob o crivo do contraditório, restou verificado que a autor é portador de "asma brônquica, com crises intermitentes de grau moderada", que lhe confere grau de incapacidade "total e permanente para a vida na agricultura", estando insuscetível de reabilitação, face as "Crises freqüentes de bronco-espasmos (falta de ar) com risco de vida, uso de medicações especiais, acompanhamento médico freqüente".

No tocante à qualidade de segurado especial do suplicante, verifica-se que ele chegou a perceber auxílio-doença nessa condição, nos períodos de 27/8/2002 a 19/12/2002; 13/5/2005 a 4/3/2006 e 20/6/2007 a 20/7/2007, conforme verificado por este Juízo no sistema PLENUS do INSS.

Deste modo, o fato de o INSS ter concedido anteriormente o benefício de auxílio-doença ao demandante, na qualidade de trabalhador rural, indica a inexistência de controvérsia acerca da sua qualidade de segurado especial."

In casu, a indicação da preexistência da doença incapacitante encontra óbice à sua análise circunstancial por duas razões, a primeira diz respeito a ausência dessa conclusão pela sentença e acórdão e a segunda, pela necessidade de se realizar o reexame das provas contidas nos autos, incidindo à espécie a Súmula 42 da TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Ainda que assim não fosse, impõe registrar que o entendimento pacificado nesta TNU insurge quanto a impossibilidade de se conceder benefício quanto a incapacidade for preexistente. De modo que simples preexistência da doença não é fator impeditivo, quando a incapacidade ou o agravamento da doença sobrevier após a filiação, verbis:

Não há direito a auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez quando a incapacidade para o trabalho se consolida antes do reingresso do segurado no Regime Geral de Previdência Social. Rejeitada a tese jurídica segundo a qual o art. 42, § 2º, e o art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 somente se aplicam quando a incapacidade para o trabalho é preexistente ao momento em que ocorre a filiação previdenciária pela primeira vez. Precedentes da TNU: PEDIDO 2008.70.51.004022-7, Relator Juiz Federal Alcides Saldanha, DOU 22/07/2011; PEDIDO 2007.70.51.004608-0, Relator Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, DOU 25/03/2011; PEDIDO 2008.72.55.005224, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 11/06/2010. (PEDILEF 200933007050980, Rel. Juiz Federal ROGÉRIO MOREIRA ALVES, DOU de 13/4/12)

De outra parte, verifica-se que o acórdão recorrido não destoa da jurisprudência da TNU, incidindo a Questão de Ordem 13/TNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0014914-03.2007.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ERENICE CATUNI VENTURA E OUTRO
PROC./ADV.: TATIANE CRISTINA LEME BERNARDO OAB: SP-256 608

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

O acórdão recorrido afastou a sentença, para acolher o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, sob o fundamento de que restou demonstrada a incapacidade da autora, já falecida.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503690-19.2012.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MOACIR BARROSO DE SOUSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária Ceará que, confirmando a sentença, acolheu o pedido do benefício previdenciário solicitado na inicial, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do devido cancelamento do benefício anterior.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser fixado na data do ajuizamento do feito se a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

Ainda, importa ratificar que "em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório." (Precedente: PEDILEF 50172317200940585000).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram "no caso concreto que o laudo pericial indicou o início da incapacidade posterior à DER, mas anterior

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ao ajuizamento da ação", o que torna, desta maneira o acórdão recorrido irretocável.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ademais, no tocante aos demais paradigmas, verifico que tampouco a sugerida divergência jurisprudencial restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514272-38.2013.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ PETRONILO DONATO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, modificando a sentença, acolheu o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, com efeitos a partir da data do requerimento administrativo.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, a instância de origem consignou que a incapacidade do autor remonta á data do requerimento administrativo.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500015-52.2011.4.05.8308
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOÃO DA LUZ DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, modificando a sentença, acolheu o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, com efeitos a partir da data do ajuizamento da ação.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias consignaram que a ação de restabelecimento foi protocolada após o decurso de prazo superior a cinco anos, contado da data da cessação do benefício, implicando na prescrição das parcelas anteriores á data doajuizamento.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501375-42.2008.4.05.8303
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: HELDER DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da miserabilidade.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501864-06.2013.4.05.8303
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARCO ANTÔNIO DE LIMA FREIRE
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da miserabilidade.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503820-60.2013.4.05.8302
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: LÚCIA MARIA CORDEIRO DE MORAIS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, modificando a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-doença, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias consignaram que somente na ocasião da perícia médica é que restou comprovada a incapacidade da autora.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0510887-28.2012.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ AROLDO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, ao fundamento de não terem sido cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade, nos seguintes termos:

"No presente caso, muito embora o benefício tenha sido indeferido na via administrativa sob o motivo da falta do período de carência, verifica-se que o requerente contribuiu para a Previdência Social, na qualidade de contribuinte individual, como já exposto acima, no período compreendido entre 12/1986 a 02/1988 e 03/2012 a 02/2013 (anexo 11), restando, pois, devidamente preenchido o requisito da carência. Cumpre ressaltar, por oportuno, que o período anterior à perda da qualidade de segurado do autor (12/1986 a 02/1988) deve ser computado, tendo em vista o requerente ter contribuído com a fração de 1/3 sobre a carência do benefício pleiteado, após o reingresso à Previdência, em conformidade com o § único do art. 24 da Lei 8.213/90.

No que tange ao requisito da incapacidade laborativa, restou comprovado, mediante perícia judicial (anexo 9), haver permanecido o autor, em virtude de doença arterial coronariana (CID: I24.8), temporariamente incapaz para o exercício de suas atividades laborativas, até 6 (seis) meses após abril de 2012, quando necessitou realizar tratamento cirúrgico.

O laudo asseverou, ainda, que não há incapacidade laboral atual."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, o verifica-se que o acórdão recorrido indicou a ausência de incapacidade de maneira fundamenta, de modo que o pedido de nulidade da decisão de origem encontra óbice na Súmula 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0031455-92.2008.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DURVALINO BARBOSA TELES
PROC./ADV.: BRUNO LEONARDO FOGAÇA OAB: SP-194818
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Demais disso, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que, "quando o julgador não reconhece incapacidade para o trabalho, não tem obrigação de analisar as condições pessoais e sociais do segurado, muito embora não fique impedido de fazer tal análise se, segundo seu livre convencimento motivado, entender cabível" (grifei - PEDILEF 0052862.57.2008.4.03.6301).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514846-66.2010.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: KEVIANE ERLE DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da miserabilidade.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006791-94.2008.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FRANCISCO SAMPAIO DOS SANTOS
PROC./ADV.: SINVAL MIRANDA DUTRA JUNIOR OAB: SP-159517
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, modificando a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-doença, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias consignaram que somente na ocasião da perícia médica é que restou comprovada a nova incapacidade do autor.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500981-90.2012.4.05.8304
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSUÉ SILVA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518731-83.2013.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA JOSÉ FELIPE
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da miserabilidade.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0500184-27.2014.4.05.9830
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JONAS DOMINGOS DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o pedido de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

A instância de origem extinguiu o processo sem resolução de mérito, sob o fundamento de que não se pode utilizar o Mandado de Segurança como sucedâneo recursal.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O pedido apresentado não pode ser apreciado no âmbito deste órgão uniformizador de jurisprudência, diante do óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Na mesma direção, o entendimento firmado no PEDILEF n. 0500103-19.2012.4.05.9840, verbis:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELO PARTE AUTORA. MANDADO DE SEGURANÇA NO ÂMBITO DO SISTEMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. MATÉRIA PROCESSUAL. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INADMISSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N.º 22. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

(...)

3. Mandado de Segurança utilizado como sucedâneo recursal. Inadmissível.

4. O Incidente é tempestivo, porém não é conhecido.

5. O incidente de uniformização tem cabimento quando fundado em divergência de interpretação de lei federal em questões de direito material entre Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

6. Questão discutida no Pedido de Uniformização com caráter nitidamente processual, assim entendida eis que versa sobre a possibilidade de impetração de Mandado de Segurança como sucedâneo Recursal em sede de Juizado Especial Federal na fase de execução do processo. (Súmula 43 da TNU).

7. O Mandado de Segurança, ainda que tenha natureza de garantia constitucional não deixa de se constituir em instrumento processual para a proteção de direitos.

8. Pedido de uniformização não conhecido."

(PEDILEF 05001031920124059840; Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio; Julgado em 20/02/2013; D.O.U 08/03/2013)

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500103-03.2014.4.05.8303
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA JOSELMA FRANCELINO SOUSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da miserabilidade.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510776-64.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: HOZANO LUIZ DA SILVA
PROC./ADV.: PAULIANNE ALEXANDRE TENÓRIO OAB: PE 20.070
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da miserabilidade.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0521072-19.2012.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: THAIANI DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: FREDERICO LUIZ PIMENTEL OLIVEIRA OAB: PE-22654
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502570-89.2013.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: EDNALDO NARCISO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500230-29.2014.4.05.8306
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: AMARA CÍCERA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso, a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002521-40.2007.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: NELSON TEIXEIRA RODRIGUES
PROC./ADV.: ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA OAB: SP-172851
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, rejeitou pedido de benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0002949-06.2008.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LÁZARO DA SILVA GONÇALVES
PROC./ADV.: THALLES OLIVEIRA CUNHA OAB: SP-261820

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, concedeu benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0009355-46.2008.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARLENE RICARTI BEZERRA
PROC./ADV.: ILZA ALVES DA SILVA CALDAS OAB: SP-151697

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de conversão do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que, em todos os casos deve ser privilegiado o princípio do livre convencimento motivado (d).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0010288-19.2008.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ VICENTE GOMES
PROC./ADV.: ANTONIO MAURO CELESTINO OAB: SP-80804

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, concedeu benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006238-40.2011.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ODILA REGINA CANABARRO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO CACENOTE OAB: RS-29173
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria especial.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508498-39.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO DE BRITO
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, ao fundamento de não terem sido cumpridos os requisitos para sua concessão.

Sustenta a parte ora requerente que o acórdão recorrido encontra-se em dissonância com o entendimento firmado no STJ e nas Turmas Recursais das demais regiões uma vez que é inadmissível acórdão genérico para o afastamento das condições necessárias à percepção de benefício e pede ao final a anulação da decisão de origem.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade, nos seguintes termos:

"No caso sob exame, a despeito de qualquer análise acerca da qualidade de segurado da parte promovente ou do preenchimento da carência exigida, depreende-se claramente dos autos o não atendimento à terceira condição acima enumerada, qual seja, a incapacidade para o exercício de atividades laborais por mais de quinze dias, conforme disposto no artigo 59 do Texto Normativo acima referido. É que, realizada perícia médica na parte recorrente, o perito designado pelo Juízo concluiu que, embora existente enfermidade, não há impossibilidade de exercício da atividade laboral do autor.

Para corroborar o posicionamento, transcrevo as respostas de alguns quesitos constantes do laudo:

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Deste exame conclui-se que a periciada é portadora de Transtorno depressivo recorrente (F33/CID-10).

Atualmente encontra-se estável do ponto de vista psiquiátrico.

Não há incapacidade.

7.1) A parte autora é portadora de alguma doença ou de alguma sequela? Qual e desde quando?

R: Sim. Transtorno depressivo recorrente (F33/CID-10). Não há como informar a data de início.

7.2) Se positiva a resposta anterior, tal doença ou sequela a incapacita para o exercício de atividade laborativa? Qual a data do início da incapacidade?

R: Não. Não há incapacidade

No caso vertente, porém, o que se observa é que as conclusões periciais se apresentam como coerentes e devidamente fundamentadas, nada havendo nestes autos que justifique o não acolhimento destas pelo Juízo a quo, que nelas acertadamente se apoiou."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da incidência da Súmula 42/TNU, que veda o reexame do acervo fático-probatório.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510267-82.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MAISMAR FERNANDES DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, ao fundamento de não terem sido cumpridos os requisitos para sua concessão.

Sustenta a parte ora requerente que o acórdão recorrido encontra-se em dissonância com o entendimento firmado no STJ e nas Turmas Recursais das demais regiões uma vez que é inadmissível acórdão genérico para o afastamento das condições necessárias à percepção de benefício e pede ao final a anulação da decisão de origem.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade, nos seguintes termos:

"No que se refere à comprovação da incapacidade laborativa, deve, em princípio, o benefício de auxílio-doença, ser negado quando a perícia médica pelo Juízo concluiu que a parte não é incapaz (A periciando em questão é portadora de cervicolombalgia, apresentando-se no momento da perícia com quadro controlado. Esta patologia leva a episódios de dor, seguidos por períodos de remissão do quadro. Esse quadro pode ser minorado com tratamento fisioterápico e farmacológico.

Pelo exposto, atualmente, a periciada não apresenta incapacidade).

4. Recurso Inominado denegado, sendo a sentença mantida pelos seus próprios fundamentos, na forma prevista no art. 46 da Lei nº. 9099/95."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da incidência da Súmula 42/TNU, que veda o reexame do acervo fático-probatório.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509330-72.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE WILSON DE SOUSA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, ao fundamento de não terem sido cumpridos os requisitos para sua concessão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Sustenta a parte ora requerente que o acórdão recorrido encontra-se em dissonância com o entendimento firmado no STJ e nas Turmas Recursais das demais regiões uma vez que é inadmissível acórdão genérico para o afastamento das condições necessárias à percepção de benefício e pede ao final a anulação da decisão de origem.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade, nos seguintes termos:

"Na situação que em análise, o perito do juízo, asseverou que:

4 - Em caso de incapacidade, informe o Senhor Perito se ela é PERMANENTE ou TEMPORÁRIA. Justifique com base no conhecimento médico atual acerca do agravo, explicitando se as enfermidades apresentadas pelo autor poderiam ser controladas ou ao menos minoradas com medicamentos, tratamento clínico, cirúrgico, fisioterápico, fonoaudiológico, psiquiátrico ou outro tratamento médico indicado ao caso?

Não se identificou incapacidade laborativa diante dos dados, do exame físico e dos documentos comprobatórios.

5 - Em caso de incapacidade, ela é para qualquer atividade física e laborativa (INCAPACIDADE TOTAL) ou somente para algumas atividades laborais (INCAPACIDADE PARCIAL)? No caso de haver uma incapacidade apenas parcial, especifique para quais atividades laborais haveria tal incapacidade, indicando NECESSARIAMENTE se o perito considera que há incapacidade para as atividades laborais habituais do periciando e quais seriam estas atividades consideradas como habituais para fins de averiguação da incapacidade do autor?

Não se identificou incapacidade laborativa diante dos dados, do exame físico e dos documentos comprobatórios.

[...]

In casu, porém, o que se observa é que as conclusões periciais se apresentam como coerentes e devidamente fundamentadas, nada havendo nestes fólios que justifique o não acolhimento destas pelo Juízo a quo, que nelas acertadamente se apoiou.

Dessarte, podendo, teoricamente, exercer a atividade profissional que lhe garanta a susbsistência, a parte autora não faz jus ao benefício por incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da incidência da Súmula 42/TNU, que veda o reexame do acervo fático-probatório.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500803-27.2010.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ MOREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE OAB: CE-4072
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, ao fundamento de não terem sido cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade, nos seguintes termos:

"In casu, porém, o que se observa é que as conclusões periciais se apresentam como coerentes e devidamente fundamentadas, nada havendo nestes fólios que justifique o não acolhimento destas pelo Juízo a quo, que nelas acertadamente se apoiou.

No caso em apreço, o perito do juízo, no laudo (anexo 14), asseverou que apesar de ter sido constatado que o periciado apresenta patologias, ficou evidente, no ato do exame pericial e após a análise das provas documentais apresentadas, que tais patologias não causam qualquer incapacidade, seja para o trabalho ou para os atos da vida independente.

Dessarte, podendo, teoricamente, exercer a atividade profissional que lhe garanta a susbsistência, a parte autora não faz jus ao benefício por incapacidade.".

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da incidência da Súmula 42/TNU, que veda o reexame do acervo fático-probatório.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500839-04.2012.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: AURINETE DA SILVA
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE OAB: CE-4072
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, ao fundamento de não terem sido cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade, nos seguintes termos:

"Entendo, com amparo na perícia judicial realizada, não merecer acolhida a pretensão exposta na inicial, haja vista que o laudo pericial concluiu pela capacidade da parte autora para o exercício de atividade laborativa, apesar de a mesma ser portadora de uma doença e/ou sequela.

Para corroborar o posicionamento, transcrevo as respostas de alguns quesitos constantes do laudo:

1- Esta enfermidade, distúrbio, lesão ou anomalia, caso existente, incapacita ou CHEGOU A INCAPACITAR o autor para o desempenho de sua atividade laboral habitual? Ou seja, o autor encontra-se incapacitado para desempenhar a profissão que anteriormente exercia? Explicar o porquê.

RESPOSTA - SIM, HOUVE INCAPACIDADE FISICA PARA O TRABALHO DEVIDO AO INFARTO DO MIOCARDIO, PELO TEMPO DE RECUPERAÇÃO CLINICA DA PERICIANDA.

2- Esta enfermidade, distúrbio, lesão ou anomalia, caso existente, incapacita ou chegou a incapacitar o autor para o desempenho de toda e qualquer atividade laboral? Ou seja, o autor encontra-se incapacitado para desempenhar qualquer profissão que lhe garanta a subsistência? Explicar o porquê.

RESPOSTA - SIM. PORQUE O INFARTO (DOENÇA VASCULAR ISQUEMICA) OCASIONA AO PACIENTE O RISCO PROVAVEL DE EVOLUÇÃO CLINICA DESVAVORAVEL (HÁ O RISCO DE MORTE), SENDO O MESMO OCASIONADO POR DIVERSOS FATORES DE RISCOS, DE FORMA QUE A PROBABILIDADE DE UM SEGUNDO EVENTO É MAIOR QUE A DO PRIMEIRO.

3- Tal enfermidade, caso existente, incapacita ou chegou a incapacitar o autor para o desempenho de suas atividades diárias, tal como vestir-se, alimentar-se ou assear-se? Ou seja, o autor é incapaz de levar uma vida independente? Explicar o porquê.

RESPOSTA - NÃO, POIS EMBORA UM DOS RISCOS DE OCORRER UM INFARTO EM QUEM JÁ TEM FATORES DE RISCOS É A ATIVIDADE FISICA, AS ATIVIDADES DO COTIDIANO NÃO AUMENTAM A CHANCE DE UM NOVO INFARTO.

[...]

In casu, porém, o que se observa é que as conclusões periciais se apresentam como coerentes e devidamente fundamentadas, nada havendo nestes fólios que justifique o não acolhimento destas pelo Juízo a quo, que nelas acertadamente se apoiou, motivo pelo qual não se justifica, nos termos do art. 437 do CPC, a realização de nova perícia como requerido pela parte autora em sua peça recursal.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da incidência da Súmula 42/TNU, que veda o reexame do acervo fático-probatório.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500300-92.2013.4.05.8205
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MANOEL ALVES DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que não concedeu o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, ao fundamento de não terem sido cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificado o preenchimento da qualidade de segurado hábil percepção do benefício, nos seguintes termos:

"De acordo com o laudo pericial, o autor, atualmente com 54 anos de idade e agricultor, já tendo trabalhado como calçadista, é portador Insuficiência cardíaca; Doença de Chagas; Arritmia ventricular, enfermidades que lhe acarretam incapacidade parcial. Acrescenta o perito que não pode precisar a data de início da enfermidade, tendo, no entanto, se baseado em exames médicos apresentados dos anos de 2003 e 2008.

Extrai-se dos autos que a parte autora foi beneficiária de auxílio-doença, em razão da Doença de Chagas, de 17/09/2003 a 17/12/2003. Após a cessação do benefício, não consta no CNIS nenhum recolhimento vertido ao RGPS, não podendo se presumir que a incapacidade persistiu desde sua cessação, até por que o autor permaneceu inerte até o ajuizamento da presente demanda, em 31/01/2013."

In casu, não se aplica o entendimento buscado pelo paradigma colacionado, uma vez que o requerente não se manteve na percepção do benefício até a propositura da ação, de modo que não há como precisar em que momento surgiu a incapacidade.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000172-58.2012.4.03.6318
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: LUIZ GONZAGA INÁCIO
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS THÉO MAIA CORDEIRO OAB: SP-74491
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501148-70.2013.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LAUDECI DOS SANTOS CATÔNIO
PROC./ADV.: HEWERTON FERNANDES OAB: RN-5275
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, modificando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por invalidez à parte autora e concedeu o auxílio-doença, tendo em vista a sua incapacidade parcial e temporária.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505685-27.2013.4.05.8300
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: CLEBER FERNANDO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARIA NEIDE DA SILVA OAB: PE-6092
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de inexigibilidade da incidência de imposto de renda sobre juros moratórios decorrente de verbas trabalhistas.

A parte requerente sustenta que as verbas recebidas pela parte recorrida tem caráter eminentemente indenizatório e são decorrentes de ação trabalhista, motivo pelo qual sobre elas incide o imposto de renda.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

Acerca desta matéria, a TNU, no julgamento do PEDILEF n. 50061243920134047200 (ainda pendente de publicação - sessão do dia 11.3.2015), o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pela possibilidade de incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas ora em discussão, tendo em vista a sua natureza remuneratória. Senão, vejamos:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO PAGAMENTO DE VERBAS EMINENTEMENTE REMUNERATÓRIAS. AÇÃO TABALHISTA QUE TRATA DE INCORPORAÇÃO DE PLANOS ECONÔMICOS. DEMANDA COLETIVA QUE NÃO TRATA DA EXTINÇÃO DE CONTRATO DE EMPREGO. CABIMENTO DA EXAÇÃO TRIBUTÁRIA. ALINHAMENTO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela União em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina que, em sede de adequação, reconheceu a isenção do IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o crédito pago em ação trabalhista, sob o fundamento de que os valores se referem à verba recisória de relação de trabalho.

2. O recorrente aduz que os valores em comento dizem respeito à verba eminentemente remuneratória (salário e/ou diferenças reflexas), apontando como paradigma da divergência decisão oriunda do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que os juros moratórios, como acessórios, devem ter a mesma sorte da verba principal. Assim, incidindo imposto de renda sobre verbas de caráter remuneratório, o mesmo tributo deve incidir sobre os juros de mora respectivos, exceto quando se tratar de verbas recebidas em ação trabalhista em razão da perda do emprego (REsp 1.227.133/RS e o REsp 1.089.720/RS).

3. O acórdão ora recorrido julgou procedente o reconhecimento da referida isenção, sob os seguintes termos:

(...) Assim, adotando-se o entendimento fixado no REsp n. 1.089.720/RS, a regra é a incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora, ressalvados os casos em que a verba principal for isenta ou estiver fora do campo de incidência do tributo, ou quando no contexto da rescisão de contrato de trabalho (...)

No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento do reajuste de 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

4. Com efeito, no julgamento do representativo da controvérsia - PEDILEF 5000554-76.2012.4.04.7113 - foi firmado, com base na teste esposada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.089.720/RS, o entendimento de que há incidência do IR sobre os juros de mora, no caso de pagamento de verbas recebidas judicial e administrativamente, inclusive em reclamações trabalhistas, quando presente o caráter remuneratório das verbas concedidas - o acessório segue o principal.

4.1 Ao revés, foram reconhecidas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada (aqui o acessório segue o principal)". No mesmo sentido o AgRg no REsp 1436720/PR, DJ 02/05/2014 e AgRg no AREsp 337.837/RS, 27/08/2013.

4.2 Dessa sorte, cuidando-se de verbas recebidas em ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias, para que haja a referida isenção.

4.3 Da análise do acórdão vergastado, depreende-se claramente que as verbas recebidas pela parte autora não se enquadram nas referidas exceções. E explico.

4.4 Em que pese o entendimento de que a alteração do regime jurídico de trabalho do celetista para o estatutário implica em extinção do contrato de trabalho, não foi o que ocorreu na apresente situação.

4.5 No caso me exame, as verbas restringem-se ao pagamento de incorporações de reajustes e diferenças salariais - reajuste 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

4.6 Destarte, a situação em exame, cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial. De fato, o acórdão recorrido predica explicitamente que a demanda trabalhista, de onde surgiu as verbas ora discutidas, não tratou da rescisão do contrato de emprego, de maneira a recair na regra geral estabelecida pelo STJ, o que justifica a exação.

5. Por essas razões, conheço e dou provimento ao Incidente de Uniformização para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame, ressalvado o regime de competência. "

No presente caso, o acórdão recorrido confirmou que a verba principal tem natureza remuneratória, havendo a incidência do imposto de renda sobre tal verba.

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2011.51.67.003256-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ROSAURA DOS SANTOS CARVALHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pagamento de diferenças relativas ao reajuste de 28,86%, estendidas aos servidores públicos civis da União.

A Turma de origem declarou a ocorrência de prescrição quinquenal, sob o fundamento de que a ação deveria ter sido ajuizada até 30/06/2003, cinco anos após o advento da M.P 1.704/98. No entanto, somente veio a ser aforada em 2011.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 0502622-83.2007.4.05.8500, firmou entendimento no mesmo sentido do aresto combatido, senão vejamos:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA DAS PARCELAS DE ACORDO REFERENTE AOS 28,86%. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL DE SERGIPE. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO. PAGAMENTO PARCELADO EM 14 PARCELAS SEMESTRAIS. TERMO A QUO DO PRAZO PRESCRICIONAL. DIVERGÊNCIA DEMONSTRADA. PRESCRIÇÃO AFASTADA EM PARTE. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM. QUESTÃO DE ORDEM N.º 7 DA TNU. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE.

- Comprovada a similitude fático-jurídica e a divergência entre o acórdão recorrido e a jurisprudência dominante do Superior Tribuna de Justiça (REsp n.º 914528 RS, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias (Des. Fed. Convocado do TRF - 1.ª Região, DJ 15 out. 2007; AgRg no REsp n.º 1004380 RS, Rel. Min. Laurita Vaz, DJE 15 set. 2008), tem cabimento o Incidente. Não comprovada a divergência, porém, relativamente ao REsp n.º 508093 RS, Rel. Min. Laurita Vaz, DJ 26 jun. 2007, por não dizer respeito à matéria extintiva em causa no acórdão recorrido. - As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. A prescrição de que se trata somente pode ser interrompida uma vez, e recomeça a correr, pela metade, da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper; e consumar-se-á no curso da lide sempre que a partir do último ato ou termo da mesma, inclusive da sentença nela proferida, embora passada em julgado, decorrer o prazo de dois anos e meio. - Hipótese na qual o recorrente alega que o acórdão da Turma Recursal de origem, mantença sentença que julgou o processo com resolução de mérito para reconhecer a prescrição, divergia da jurisprudência dominante do STJ, no sentido de ser cabível a incidência da correção monetária nos pagamentos das parcelas relativas ao índice de 28,86%, estando prescritas tão-somente as parcelas vencidas anteriormente a cinco anos do ajuizamento da ação.

- Decisão impugnada que reconheceu e declarou a prescrição por entender que, "Em relação aos servidores civis, o percentual do índice de 28,86% foi incorporado a partir da edição da Medida Provisória n.º 1.704, de 30 de junho de 1998, após essa data nenhuma diferença lhes é devida. Forçoso reconhecer, portanto, que nas ações ajuizadas após 30/06/2003, passados mais de 5 (cinco) anos, há a ocorrência da prescrição de qualquer direito pleiteado pelos servidores civis referente a essa matéria (PEDILEF n.º 200671600002464, Rel. Manoel Rolim Campbell Penna, Data decisão: 08/02/2010, DJ 15/03/2010)". Não considerou, porém, a decisão recorrida a jurisprudência do STJ segundo a qual "Nas demandas objetivando reposição de parcela remuneratória, por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, que se renova mensalmente, não ocorre a prescrição do chamado fundo de direito" (REsp n.º 914528 RS, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias - Des. Fed. Convocado do TRF - 1.ª Região, DJ 15 out. 2007), cabendo observar, com a jurisprudência desta TNU, que "'Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição' (Código Civil, art. 189), contando-se de tal fato o termo inicial do prazo extintivo (STJ - ERESP n.º 201000309627, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJU 1 fev. 2011)", implicando em tais casos que "a lesão ao direito só ocorreu no inadimplemento das parcelas devidas e reconhecidas pela MP n.º 1962-25/00, em junho de 2001 a dezembro de 2002, iniciando-se sua contagem na data do vencimento de cada uma delas (actio nata), atingindo apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação (STJ - Súmula n.º 85)" (PEDILEF n.º 200571500359110, Rel. Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, j. 15 mai. 2012). - No caso, o reconhecimento do direito, em relação aos atrasados, operado anteriormente pela Medida Provisória n.º 1.704, de 30 de junho de 1998 (art. 6.º e parágrafos), com renúncia ao prazo de prescrição, e a formalização do acordo de parcelamento desses atrasados em 14 prestações, importando interrupção do prazo renunciado em relação a cada parcela, reinicia sua contagem nas respectivas datas de vencimento, pela metade (Decreto n.º 20.910/32, art. 9.º), observada a Súmula n.º 383 do STF ("A prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo"). Se a União não implementou o pagamento dos valores objeto do parcelamento nos respectivos vencimentos, daí começou a correr o novo prazo prescricional (dois anos e meio).

- Tendo a presente demanda sido ajuizada em 2007, e parcelado o débito em 14 prestações semestrais sucessivas (a União reconhece nas contrarrazões do recurso ter concedido aos servidores a "opção de assinarem um acordo, até o final do (sic) de 1999, com o propósito de efetuar o pagamento dos valores retroativos e o autor assinou o termo de acordo efetivamente cumprido, conforme se extrai da tela SIAPE anexada aos autos. Saliente-se, que a ação foi distribuída somente em 13.06.2007"), apenas prescreve a pretensão às diferenças anteriores à metade do prazo (Decreto n.º 20.910/32, art. 9.º), a ser contado do vencimento da última parcela. - Na Turma Nacional de Uniformização, afastada a prescrição ou a decadência decretada na instância ordinária, os autos são devolvidos ao juizado ou à Turma Recursal, conforme o caso (TNU - Questão de Ordem n.º 7). - Pedido de uniformização conhecido para, reiterando a tese de que a contagem do prazo de prescrição renunciada ou interrompida em relação aos 28,86% se reinicia por mais cinco anos, nos casos de parcelamentos dos débitos respectivos, a partir do vencimento de cada prestação (STJ - Súmula n.º 85), dar parcial provimento ao Incidente e afastar a prescrição do total da pretensão, determinando o retorno dos autos à Turma de origem para novo julgamento, ficando as instâncias ordinárias vinculadas à questão de direito material uniformizada pela TNU." (PEDILEF 05026228320074058500, JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, TNU, DJ 28/09/2012. - grifado)

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Na mesma direção o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial n. 990.284/RS, verbis:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. REAJUSTE DE 28,86%. EXTENSÃO AOS MILITARES. CABIMENTO. ISONOMIA. BASE DE CÁLCULO. REMUNERAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DE CADA PARCELA. COMPENSAÇÃO COM A COMPLEMENTAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO. NÃO-CABIMENTO. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.704/98. RESSALVA DO ENTENDIMENTO DA RELATORA, PARA QUEM SE TRATA DE INTERRUPÇÃO, ANTE O RECONHECIMENTO DO DIREITO AO REAJUSTE. LIMITAÇÃO TEMPORAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131/2000. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONTADA DA DATA EM QUE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.131/2000 PASSOU A GERAR EFEITOS. OCORRÊNCIA. 1. Mostra-se inviável a apreciação de ofensa a dispositivos constitucionais, uma vez que não cabe a esta Corte, em sede de recurso especial, o exame de matéria constitucional, cuja competência é reservada ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, inciso III, da Carta Magna. 2. Se o recorrente aduz ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil mas não evidencia qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao mencionado dispositivo, aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 284 do Excelso Pretório. 3.Quanto ao reajuste de 28,86%, este Superior Tribunal de Justiça firmou jurisprudência no sentido de que o reconhecimento, por parte egrégio Supremo Tribunal Federal, dos reajustes decorrentes das Leis nºs 8.622/93 e 8.627/93, importou em revisão geral de remuneração, assegurando aos servidores públicos civis a percepção do mencionado índice. A negativa desse direito aos militares beneficiados com reajustes abaixo daquele percentual implicaria em desrespeito ao princípio da isonomia. 4. No que toca à base de cálculo do reajuste de 28,86%, predomina nesta Corte entendimento de que incide sobre a remuneração do servidor, o que inclui o vencimento básico (servidor público civil) ou o soldo (militar), acrescido das parcelas que não os têm como base de cálculo, a fim de evitar a dupla incidência do reajuste. 5. De acordo com a jurisprudência deste Tribunal, a correção monetária deve ser aplicada a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento de cada parcela. Precedentes. 6. Consolidou-se neste Sodalício a tese de que, por terem naturezas distintas, é vedada a compensação do reajuste com valores pagos a título de complementação do salário mínimo. 7. Adoção pela Terceira Seção, por maioria, do entendimento de que a edição da referida Medida Provisória implicou na ocorrência de renúncia tácita da prescrição, nos termos do artigo 191 do Código Civil vigente. Nesse sentido, se ajuizada a ação ordinária dos servidores até 30/6/2003, os efeitos financeiros devem retroagir a janeiro de 1993; e se proposta após 30/6/2003, deve ser aplicado apenas o enunciado da Súmula 85 desta Corte. 8. Ressalva do entendimento da Relatora, para quem a Medida Provisória nº 1.704/98 implicou no reconhecimento do direito dos servidores ao reajuste de 28,86% desde janeiro de 1993, a importar na interrupção do prazo prescricional (arts 202, I, CC/2002 e 172, V, CC/16), com sua redução pela metade (art. 9º do Decreto nº 20.910/32). 9. Aplicação da orientação do Supremo Tribunal Federal segundo a qual a concessão do reajuste de 28,86% deve se limitar ao advento da Medida Provisória nº 2.131, de 28/12/2000, que reestruturou a remuneração dos militares das Forças Armadas, com absorção das diferenças de reajustes eventualmente existentes. 10. Considerando que a Medida Provisória nº 2.131/2000 gerou efeitos financeiros a partir de 01º/01/2001, após superado o prazo de cinco anos da mencionada data ocorre a prescrição da pretensão dos militares ao reajuste em tela. 10. Recurso especial conhecido em parte e provido, para julgar improcedente o pedido formulado na inicial, ante a ocorrência da prescrição à pretensão ao reajuste de 28,86% por força da limitação temporal promovida pela Medida Provisória nº 2.131/2000." (RESP 990.284/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, STJ - TERCEIRA SEÇÃO, DJE DATA:13/04/2009)

Por esta razão, é de se atrair o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0009390-66.2009.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CHRISLEIDE APARECIDA SOUSA BENTO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, concedeu o pedido de auxílio-doença.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que se verificou o cumprimento de todos os requisitos necessários à concessão do benefício.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508004-88.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAQUEL FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO OAB: CE-11410
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício de suas atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2005.63.14.003277-3
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDECIR APARECIDO PUZINANTE
PROC./ADV.: FERNANDO BALDAN NETO OAB: SP-221199

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

O acórdão recorrido não exerceu o juízo de adequação, mantendo a sentença que acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que restou demonstrada a qualidade de segurado do requerido.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504985-68.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO: MARIA JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, concedeu o pedido de aposentadoria por idade rural.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que se verificou o cumprimento de todos os requisitos necessários à concessão do benefício.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0038469-25.2011.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA DE JESUS GONÇALVES FREIRE
PROC./ADV.: GUILHERME DE CARVALHO. OAB: SP-229461
PROC./ADV.: LUANA DA PAZ BRITO SILVA OAB: SP-291815
PROC./ADV.: DIMITRI DE SOUZA OAB: SP-327442
PROC./ADV.: POLLYANA LEONEL DE AGUILAR OAB: SP-304710
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de reajuste formulado na inicial, sob o fundamento de que a renda mensal inicial não foi limitada pelo teto previdenciário.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O acórdão recorrido está alinhado ao entendimento do STF que, no julgamento do RE 564.354/SE, em sede de repercussão geral, assim decidiu:

"DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada.

2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional.

3. Negado provimento ao recurso extraordinário".

(Recurso Extraordinário n. 564.354/SE Rel. Ministra Carmem Lúcia, Tribunal Pleno, DJe de 14.2.11 - grifo nosso)

Resta inviável a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem, no sentido de que o benefício previdenciário não foi limitado pelo teto geral de previdência, diante da necessidade de revisão de provas dos autos. Incidência do óbice contido na Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0062997-94.2009.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ARARIPE DE COL
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo interposto ante a incidência da Súmula 42/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão, porquanto não se trata de reexame de provas.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Com razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas decidiram em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Deste modo, esclarecido o debate de mérito levantado pelos presentes embargos, e ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dar provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509377-90.2011.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: NELCY LINS FELIX
PROC./ADV.: JOSÉ DANTAS LOUREIRO NETO OAB: SP-264779
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão da renda mensal inicial de benefício previdenciário, sob o fundamento de que o lapso temporal em que houve o gozo do auxílio-doença não foi intercalado com período laboral.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A TNU, no julgamento do PEDILEF n. 2009.72.66.000190-0, reafirmou entendimento no sentido de que "o art. 29, §5º, da Lei n. 8.213/91 apenas autoriza computar tempo de gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez nos casos em que o benefício por incapacidade, dentro do período básico de cálculo de futuro benefício, tenha sido auferido de forma intercalada com períodos de atividade normal. Em outras palavras, é necessário que tenha havido recolhimento de contribuições previdenciárias antes e depois do gozo do benefício por incapacidade."

Na mesma direção, o entendimento da Suprema Corte, verbis:

"CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. CARÁTER CONTRIBUTIVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. COMPETÊNCIA REGULAMENTAR. LIMITES.

1. O caráter contributivo do regime geral da previdência social (caput do art. 201 da CF) a princípio impede a contagem de tempo ficto de contribuição. 2. O § 5º do art. 29 da Lei nº 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS) é exceção razoável à regra proibitiva de tempo de contribuição ficto com apoio no inciso II do art. 55 da mesma Lei. E é aplicável somente às situações em que a aposentadoria por invalidez seja precedida do recebimento de auxílio-doença durante período de afastamento intercalado com atividade laborativa, em que há recolhimento da contribuição previdenciária. Entendimento, esse, que não foi modificado pela Lei nº 9.876/99.

3. O § 7º do art. 36 do Decreto nº 3.048/1999 não ultrapassou os limites da competência regulamentar porque apenas explicitou a adequada interpretação do inciso II e do § 5º do art. 29 em combinação com o inciso II do art. 55 e com os arts. 44 e 61, todos da Lei nº 8.213/1991.

4. A extensão de efeitos financeiros de lei nova a benefício previdenciário anterior à

respectiva vigência ofende tanto o inciso XXXVI do art. 5º quanto o § 5º do art. 195 da Constituição Federal. Precedentes: REs 416.827 e 415.454, ambos da relatoria do

Ministro Gilmar Mendes.

5. Recurso extraordinário com repercussão geral a que se dá provimento."

(RE 583.834, Relator MIN. AYRES BRITTO, DJE 14/02/2012, divulgado em 13/02/2012)

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501958-77.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDELICE ARAUJO PEREIRA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de benefício assistencial, ao fundamento de que a família da requerida possui renda mensal per capita inferior a um quarto do salário mínimo.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização no julgamento do PEDILEF 201070500195518 reafirmou sua jurisprudência no sentido do aresto recorrido, de que "a renda mensal per capita inferior a 1/4 do salário mínimo denota presunção absoluta de miserabilidade, não sendo possível ser confrontada com os outros critérios."

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006153-54.2011.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CILENE AUGUSTA KESSLER
PROC./ADV.: ACADIO DEWES OAB: RS-34270
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, considerando que tanto o preâmbulo quanto o conteúdo do decisum pertenciam a outros autos.

Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação da nova decisão, já constando o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício de suas atividades laborais.

Inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem, para se aferir a natureza da incapacidade, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5007445-13.2012.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARLENE SELTENREICH
PROC./ADV.: MÁRCIA MARIA PIEROZAN OAB: RS-44061
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo interposto ante a incidência da Súmula 42/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão, porquanto não se trata de reexame de provas.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Com razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas decidiram em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Deste modo, esclarecido o debate de mérito levantado pelos presentes embargos, e ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dar provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508757-89.2008.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANA GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: RICARDO JOSÉ AMORIM CAMPOS OAB: PE-19091

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

O acórdão recorrido manteve a sentença que julgou procedente o pedido de reconhecimento e indenização por dano moral, afastando a prescrição, sob o fundamento de que a mora absolutamente injustificada da União em pagar á requerida valores em atraso é suficiente a ocasionar prejuízos em sua integridade psíquica.

Sustenta a União que o início do prazo prescricional, nas ações de caráter indenizatório, deve ser contado da data do fato gerador do dano reclamado.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008143-31.2012.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LILI DA SILVA CARDOSO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504107-66.2012.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS BATISTA
PROC./ADV.: JOSÉ VIEIRA DA SILVA OAB: PB-13 665
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, negou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A instância de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, entendeu que a parte autora não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado.

Assim, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508480-49.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ALEXANDRE CARLOS DE ALBUQUERQUE FARIAS
PROC./ADV.: ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR OAB: PB-17228

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo interposto ante a incidência da Questão de Ordem 13 e da Súmula 42, ambas da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão, porquanto não se trata de reexame de provas.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Com razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas decidiram em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Deste modo, esclarecido o debate de mérito levantado pelos presentes embargos, e ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dar provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5053398-17.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ALFREDO KOVALEK
PROC./ADV.: MARILÉIA BOSAK OAB: PR-45244
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, extinguiu o processo sem resolução de mérito, sob o fundamento de que se operou a coisa julgada material.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal encontra óbice no enunciado da Súmula 43/TNU, segundo a qual "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002093-40.2013.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SOELI MATTJE
PROC./ADV.: LUIZ GUSTAVO BITTENCOURT MARINONI OAB: RS-86808

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

O acórdão recorrido afastou a sentença, condenando o INSS à revisão de benefício previdenciário, sob o fundamento de que não restou operada a decadência.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501397-61.2007.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO RIBEIRO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576
PROC./ADV.: FRANCISCO RONALDO VIEIRA MARTINS OAB: CE-8008
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria por idade rural, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a condição de segurado especial do requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da condição de segurado especial do requerente, mormente em razão da ausência de início de prova material da referida condição.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500404-84.2013.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EUGÊNIO BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.: ANDRÉA LÚCIA DA SILVA OAB: PE-14756

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, concedeu aposentadoria por idade rural, sob o fundamento de que todos os requisitos para tal foram preenchidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que se verificou o cumprimento de todos os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0519770-75.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RIBAMAR SERAFIM GOMES
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua condição de trabalhador rural, nos seguintes termos:

"Com efeito, o segurado especial pode ter exercido atividade urbana sem descaracterizar sua qualidade, desde que o vínculo seja curto e não seja incompatível com a atividade agrícola. Não obstante,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

não foi isso que se apurou nos autos: o autor trabalhava como transportador, que, por óbvio, é incompatível com o labor rural."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0516383-13.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE FERREIRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão de benefício previdenciário, sob o fundamento de que a pretensão autoral restou fulminada pela decadência, diante do decurso de prazo decadencial superior a dez anos entre a concessão do benefício e o ajuizamento da ação.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2008.71.61.002964-5, indicado como representativo de controvérsia, firmou entendimento alinhado ao do aresto combatido, nos seguintes termos:

"PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. REVISÃO DE ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DIREITO INTERTEMPORAL. CONFLITO DE LEIS NO TEMPO. SUCESSÃO DE NORMAS REDUZINDO E AUMENTANDO O PRAZO. BENEFÍCIO CONCEDIDO APÓS 28/6/1997.

1. A partir de 28/06/1997, começou a correr o prazo decadencial de dez anos para a revisão dos benefícios previdenciários. O prazo decadencial foi reduzido para cinco anos a partir de 21/11/1998 e tornou a ser aumentado para dez anos a partir de 20/11/2003. Quando sobreveio norma jurídica reduzindo para cinco anos o prazo decadencial em curso, prevaleceu a solução clássica de direito intertemporal concernente à retroatividade das leis sobre prazos prescricionais: se, para terminar o prazo antigo, falta tempo igual ou maior que o estabelecido pela lei nova, aplica-se esta, contando-se da data da sua vigência o novo prazo. Quando a lei tornou a aumentar o prazo de decadência para dez anos, a nova lei aplicou-se imediatamente, mas computando-se o lapso temporal já decorrido na vigência da norma revogada.

2. Para os benefícios concedidos até 27/06/1997, aplica-se o prazo de decadência de dez anos, contado a partir de 27/6/1997; para os benefícios concedidos a partir de 28/06/1997, ao final, sempre se aplica o prazo de decadência de dez anos, contado a partir do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.

3. Incidente parcialmente provido.

4. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011.

(PEDILEF n. 2008.71.61.002964-5; Relator: Juiz Federal Rogéri Moreira Alves; julgado em 20/2/2013.)

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5040755-52.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANA CRISTINA MENEZES LUCKEI
PROC./ADV.: IVONE DA FONSECA GARCIA OAB: RS-36827
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002147-37.2012.4.04.7115
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EUCLIDES FOLLMANN
PROC./ADV.: MARILONE SEIBERT OAB: RS-58828

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, ao revogar a tutela antecipada concedida, isentou a parte requerida da devolução dos valores pagos anteriormente, sob o fundamento de que se trata de verba alimentar recebida de boa fé.

É, no essencial, o relatório.

Acerca desta matéria, a TNU, no julgamento do PEDILEF n. 5027095-54.2013.4.04.7100 (publicado no dia 20.3, na Seção I, do Diário Oficial da União), o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pela irrepetibilidade dos valores recebidos em sede de tutela posteriormente revogada. Senão, vejamos:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - PREVIDENCIÁRIO - VALORES RECEBIDOS DE BOA FÉ POR FORÇA DE TUTELA ANTECIPADA POSTERIORMENTE REVOGADA - IRREPETÍVEIS - RECURSO CONHECIDO - PROVIMENTO NEGADO.

Trata-se de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte ré, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, cujo objeto é a verificação se são repetíveis os valores recebidos por força de tutela antecipada em demanda previdenciária e posteriormente revogada. A Sentença de procedência de 1º grau (anexo 18) julgou procedente o pedido, declarando a irrepetibilidade dos valores recebidos de boa fé pela parte autora por força de decisão, em outro processo, que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela, foi mantida pela Turma Recursal (anexo 44/45).

Suscitado o Pedido de Uniformização pela autarquia Ré (anexo 51), foi sustentado pelo Recorrente que o acórdão prolatado pela Turma Recursal de origem divergiu do entendimento adotado em decisão proferida no Recurso Especial nº 1.384.418 - SC (2013/0032089-3), pela 1ª Seção do STJ, bem como, pelo Recurso Especial nº 988.171 - RS, pelo Recurso Especial 1.350.804 - PR e pelo Recurso Especial 1.384.418.

É o relatório.

Ab initio , verifica-se a similitude fática ente o acórdão recorrido e os trazidos a cotejo para embasar a divergência visando ao conhecimento do presente pedido, proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça. As questões são congêneres em sua substância e o deslinde da causa se deu em contextos probatórios análogos.

A decisão impugnada, malgrado haver posições antagônicas, alinhava-se com a jurisprudência dominante pelo STJ, pela Terceira Seção e pelas Turmas que a compõem firmada à época em que prolatada, no sentido de que não estão sujeitos à repetição dos valores referentes a benefícios previdenciários recebidos de boa-fé o segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada posteriormente revogada. Invoco, para fundamentar esta posição, acorroboração de alguns precedentes: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS EM RAZÃO DA MEDIDA ANTECIPATÓRIA. DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO. HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO. I- É incabível a devolução pelos segurados do Regime Geral da Previdência Social de valores recebidos por força de decisãojudicial antecipatória dos efeitos da tutela, posteriormente revogada. II - Entendimento sustentado na boa-fé do segurado, na sua condição de hipossuficiente e na natureza alimentar dos benefícios previdenciários. Aplicação da Súmula 83/STJ. Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 1138706/RS, Rel.Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2009, DJe de 03/08/2009).

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO PARADIGMA. RECONSIDERAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA. I - Não há divergência a ser sanada na via dos presentes embargos, se a decisão apontada como dissonante foi posteriormente reconsiderada. PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALORES.DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO.HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SÚMULA 168/STJ. APLICAÇÃO. II - Na espécie, cuida-se da irrepetibilidade dos valores recebidos de boa-fé por segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento conforme à orientação jurisprudencial desta e. Corte Superior. Aplicação da Súmula nº168/STJ. Agravo regimental desprovido (AgRg nos EREsp993.725/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO,julgado em 05/12/2008, DJe de 02/02/2009). PODER Ressalto que, neste caso em particular, quando o beneficiário vê-se diante de posterior indeferimento de sua pretensão e fruído tendo antecipadamente o direto material invocado, não há que se vislumbrar a inexistência da boa fé objetiva, vista a legítima confiança, ou mesmo a justificada expectativa, que o Suscitado adquiriu como legais os valores recebidos , e que os mesmos passaram a integrar definitivamente o seu patrimônio. O requisto subjetivo relativo à percepção, pelo segurado, no sentido de juridicamente estar legitimado a receber tais quantias, ao meu ver, e neste caso peculiar, reitero, acarreta o cumprimento do objetivo, assegurando o beneficiário quanto à definitividade da incorporação do patrimônio recebido via tutela antecipatória, mesmo porque, à época quando prolatada a decisão antecipatória, a jurisprudência em quase toda sua totalidade entendia pela irrepetibilidade de tais valores. A decisão guerreada que julgairrepetíveis os valores com fundamento na natureza alimentar dos benefícios previdenciários não nega, tampouco, vigência a nenhum dispositivo legal, pelo contrário, integra-o ao ordenamento jurídico, dando contornos razoáveis a sua aplicabilidade, em homenagem, sobretudo, aos princípios da boa fé e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, I, da CF). Por fim, indispensável não esquecer que as verbas pagas e recebidas de boa fé têm nítido caráter alimentar, recebidas para suprir as necessidades do segurado e de sua família. É o entendimento firmado pela Súmula 51 desta Corte,nos seguintes termos: "Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento." Concebo, diante do exposto, não ser razoável determinar a devolução das parcelas recebidas por força da tutela judicial antecipada, e posteriormente revogada pela mudança do entendimento de parte da jurisprudência até então incontroverso, devendo-se privilegiar o princípio da irrepetibilidade dos alimentos, não estando obrigado o titular do direto patrimonia l de caráter alimentar a restituir ao Erário tais valores. Por tais razões, voto por CONHECER DO PEDILEF E LHE NEGAR PROVIMENTO"

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008331-59.2014.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: RENÍ LUÍS EVANGELISTA DOS SANTOS
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA OAB: RS 36.024
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora recorrente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido de aposentadoria especial, com início do benefício a partir da prolação da sentença.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas apresentados, mormente porque os paradigmas não tratam da data do início do pagamento da aposentadoria especial concedida, considerando que a prova essencial para a concessão foi produzida em juízo, tal qual consignado na decisão vergastada.

Assim, conforme Questão de Ordem 22 da TNU, "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5001738-52.2012.4.04.7118
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LAUTERIO ZANG
PROC./ADV.: EDMILSO MICHELON OAB: RS-36152
PROC./ADV.: KARLA SCHWERZ OAB: RS-61 344

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que foi verificada a sua especialidade hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"De início, merece ser salientado que, no tocante ao trabalho de frentista até 05.03.1997, a Turma Regional de Uniformização entendeu, no julgamento do IUJEF 2007.70.51.001311-6/PR que, comprovada a exposição permanente do frentista a condições de risco, como no caso, há o enquadramento de atividade especial.

[...]

Por fim, na medida em que esta decisão encontra amparo nos dispositivos da Constituição Federal de 1988 e da legislação infraconstitucional, aos quais inexiste violação, considero prequestionados os dispositivos enumerados pelas partes nas razões e contrarazões recursais.

Dessa forma, mantenho a sentença recorrida e condeno o recorrente INSS ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005637-54.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLOVIS LEMKE
PROC./ADV.: DANIEL ALBERTO LEMMERTZ OAB: RS-59 730

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

O acórdão recorrido manteve a sentença que acolheu o pedido de revisão de benefício previdenciário, sob o fundamento de que restaram atendidos os requisitos exigidos.

Sustenta a autarquia requerente que o ajuizamento de ação trabalhista não impede o curso do prazo decadencial.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005949-86.2011.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROSANE SANTOS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA OAB: RS 36.024
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO OAB: RS-33559
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo interposto, pela incidência da Questão Súmula 42/TNU e por ausência de cotejo analítico.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de erro/omissão na decisão embargada, tendo em vista que, para o exame da controvérsia, não é necessária a reanálise da matéria fático-probatória dos autos, tendo em vista que a própria sentença traz consigo os dados necessários.

Alega, ainda, que no caso do acórdão paradigma, muito embora fosse necessário o auxílio de terceiros somente para certas atividades, ainda assim fora concedido à parte o adicional de 25%.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, acolho os embargos de declaração, para dar provimento ao agravo e, assim, determinar a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515277-71.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MILTON JOSE MORAIS DE MENEZES
PROC./ADV.: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR. OAB: PE-849-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, afastou a prescrição quinquenal, em razçai do reconhecimento administrativo da diferença remuneratória de 11,98%.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0508104-77.2009.4.05.8100, decidiu que "o reconhecimento administrativo do direito à diferença de 11,98%, implica renúncia tácita à prescrição, em face do que dispõe o art. 191 do Código Civil. II. Com a suspensão dos pagamentos parcelados, ainda que realizados de forma aleatória, iniciou-se a contagem por inteiro de novo prazo prescricional quinquenal".

Assim, aplica-se a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004667-46.2011.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VANESSA CHAVES WEBBER
PROC./ADV.: GUILHERME ACOSTA MONCKS OAB: RS-65405
PROC./ADV.: FABRÍCIO CAGOL OAB: RS-65111
PROC./ADV.: IGOR DE OLIVEIRA ZIBETTI OAB: RS-69123
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: -

DECISÃO

Trata-se de incidente interposto pela ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de condenação da recorrida ao pagamento de indenização por danos morais à recorrente.

Sustenta a parte requerente que o recurso inominado da recorrida não deveria ser conhecido, tampouco provido, pois o procurador que o subscreve não tem documento de procuração desde o início do trâmite processual, razão pela qual requer a decretação de sua revelia.

Ademais, assevera que a recorrida agiu de má-fé quando não observou alegado pedido de encerramento de conta da parte no banco ora recorrido, tendo continuado a cobrar multas e juros nessa conta.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) decidiram de modo contrário ao que restou consignado no aresto recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5011502-92.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OSMIR VALCANAIA
PROC./ADV.: JOÃO CARLOS STAACK OAB: SC-31 779

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de pensão por morte, por entender que, para fins previdenciários, o marido capaz se enquadra na qualidade de dependente da esposa.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias examinaram todo o conjunto fático-probatório, concluindo que a parte autora faz jus ao benefício.

Destarte, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a TNU, por ocasião do julgamento do PEDILEF 200833007096652, firmou entendimento no mesmo sentido do acórdão combatido. Vejamos:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PENSÃO POR MORTE. MARIDO CAPAZ. ÓBITO DA SEGURADA ANTERIOR À LEI N.º 8.213/91 E DEPOIS DE PROMULGADA A CONSTITUIÇÃO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL DO CEARÁ. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DE DECISÃO DA TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA. PARADIGMA DE TR/SC. AUSÊNCIA DE CÓPIA AUTENTICADA OU INDICAÇÃO DA FONTE DO QUAL EXTRAÍDO O JULGADO. COTEJO ANALÍTICO PREJUDICADO. PARADIGMAS DO STJ. ISONOMIA ENTRE HOMENS E MULHERES. SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. DIVERGÊNCIA COMPROVADA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO INCIDENTE. - Comprovada a similitude fático-jurídica e a divergência entre o acórdão recorrido e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (REsp n.º 177290 SP, Rel. Min. Edson Vidigal, DJU 11 out. 1999; REsp n.º 192056 SP, Rel. Min. Vicente Leal, DJU 5 abr. 1999), tem cabimento o incidente de uniformização. - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, sendo homens e mulheres iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição. E a Previdência Social concederá pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o piso de um salário mínimo. - Hipótese na qual o recorrente alega que o acórdão da Turma Recursal de origem, confirmando sentença de parcial procedência, divergiria da jurisprudência dominante do STJ e de decisão da Turma Recursal de Santa Catarina, segundo a qual a lei aplicável à concessão de pensão por morte previdenciária é aquela vigente na data do óbito do segurado. - Afastada a divergência em relação ao paradigma da TR-SC, porque, apesar de o recorrente juntar cópia do acórdão, não o fez de forma autenticada, não citando o repositório de jurisprudência nem indicando o link da internet onde localizada a decisão, na se viabilizando o Incidente. Nesse sentido, já decidiu a TNU que, "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte eletrônica (URL)" (TNU - Questão de Ordem n.º 3; PEDILEF n.º 05044427120104058100, Rel. Juiz Federal Rogério Moreira Alves, j. 29 mar. 2012). "Nessa linha de entendimento, a mera transcrição do julgado paradigma no corpo do recurso, mesmo que na sua integralidade, ou ainda, a juntada de cópia da íntegra do paradigma só tem validade quando acompanhada da indicação do repositório de jurisprudência ou fonte da qual foi extraído, de forma a conferir autenticidade ao texto reproduzido. Ônus da parte que não se transfere ao juiz. Aplicação da Questão de Ordem n.º 3 desta TNU" (TNU - PEDILEF n.º 200972540034573, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DJU 31 mar. 2012). -

A TNU alterou seu antigo entendimento para firmar que "viola o princípio da isonomia a exigência de invalidez do viúvo (cônjuge varão supérstite) para concessão do benefício previdenciário por morte de segurada ocorrida no interregno entre a promulgação da Constituição [...]. O art. 201, V, da Constituição Federal, declarado autoaplicável pelo STF, não recepciona a parte discriminatória da legislação anterior, tendo equiparado homens e mulheres para efeito de pensão por morte (PEDILEF n.º 05028294320114058500, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, DOU 1.º jun. 2012). -

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre a mesma questão sejam automaticamente devolvidos às respectivas Turmas de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido (TNU - Regimento Interno, art. 7.º, inciso VII, letra "a")."

Assim, incide à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000674-09.2013.4.04.7009
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DEUSDETE CARNEIRO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, o qual, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.

A parte ora requerente busca a revisão do benefício de aposentadoria por invalidez, computando, para tanto, período em que fora recebido auxílio-doença, nos moldes do art. 29, §5º, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

A questão jurídica objeto do presente recurso encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 7114/RJ, de relatoria da Ministra Assusete Magalhães.

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503876-89.2010.4.05.8305
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: JOSÉ PEREIRA SOBRINHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): OS MESMOS
PROC./ADV.: OS MESMOS

DECISÃO

Tratam-se de agravos interpostos contra decisão que inadmitiu incidentes de uniformização nacional suscitados por ambas as partes, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, determinou a averbação de apenas parte do período de atividade rural em regime de economia familiar solicitado.

Alega a autarquia que não restou demonstrada a atividade rural no período concedido, em especial porque constam períodos de atividade urbana concomitantes.

A outra parte afirma que a prova material apresentada não precisa abranger todo o período requerido, desde que a prova testemunhal amplie a eficácia da material.

É, no essencial, o relatório.

Os presentes recursos não merecem prosperar.

No que tange ao incidente manejado pelo INSS destaca-se que é possível a concessão de aposentadoria rural especial ao segurado que tenha laborado em atividade urbana intercalada de modo a não demonstrar o cumprimento da atividade rural descontínuo pelo período necessário à percepção do benefício, verbis:

"VOTO / EMENTA APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE RURAL DESCONTÍNUA. ATIVIDADE URBANA INTERCALADA. 1. Sobre a alegação do INSS de que o requerente exerceu trabalho urbano, a sentença considerou que tal fato não desnatura o labor rural na qualidade de segurado especial, na medida em que não suplantou nem se deu em concomitância ao período de carência exigido pela Lei 8.213/91. A Turma Recursal reformou a sentença por considerar que, apesar de alguns documentos poderem servir como início de prova material, acabaram ficando descaracterizados em razão da função da informação constante do CNIS. 2. Demonstrada divergência com acórdão paradigma da Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual o exercício de atividade urbana, durante parte do período de carência, quando não interrompe o curso normal do trabalho rural, não afasta a caracterização da condição de segurado especial. (Processo nº 2006.70.95.001723-5, DJU 31/08/2007). 3. O incidente de uniformização não embute pretensão direta a reexame de prova, mas apenas arguição de divergência jurisprudencial em torno de critério jurídico para valoração da prova..."

Quanto ao incidente manejado pelo Sr. José a TNU já pacificou o entendimento no sentido de que "embora o enunciado da súmula 34 da TNU disponha que 'para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar', nada impede que o julgador estenda para o futuro ou para o passado, de acordo com o seu prudente arbítrio, a eficácia probatória de um documento, sobretudo se ratificado pelos demais elementos informativos trazidos aos autos". (PEDILEF 0503164-94.2008.4.05.8200, DOU de 3/5/13).

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que se verificou o cumprimento dos requisitos para o reconhecimento do labor rural apenas pelo período definido na decisão.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento aos agravos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005616-41.2008.4.03.6309
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CRISTINA DE FÁTIMA SILVA COSTA
PROC./ADV.: ISAC ALBONETI DOS SANTOS OAB: SP-228624
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial por deficiência.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503955-61.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA MESSIAS RODRIGUES
PROC./ADV.: CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA OAB: CE12564
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial de prestação continuada.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademias, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0021323-05.2010.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: VALDIR MOREIRA DE JESUS
PROC./ADV.: RICARDO A. M. SALGADO JR OAB: SP-138058
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem entenderam que era o caso de reconhecimento da coisa julgada, enquanto que os acórdãos paradigmas apresentados adotaram entendimento segundo o qual relações de continuidade tais como aquelas presentes a partir de um agravamento de patologias, ou mesmo do surgimento de novas doenças, não devem ser impedidas de nova análise em razão do referido instituto.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0017211-59.2007.4.01.4100
ORIGEM: RO - SEÇAO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: GERVANO NUNES GOULART
PROC./ADV.: MARLI TERESA MUNARINI DE QUEVEDO OAB: RO-2297
PROC./ADV.: ANA PAULA MORAIS DA ROSA OAB: RO-1793
REQUERIDO (A): FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Rondônia que, mantendo a sentença, pronunciou, de ofício, a prescrição em ação na qual a parte autora pleiteia o pagamento da diferença do passivo relativo ao Adicional por Tempo de Serviço.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ, no sentido de que, "como a prescrição em face do Poder Público somente pode ser interrompida uma vez, contando-se pela metade do prazo a partir desta interrupção, o termo ad quem do prazo prescricional deu-se em 29/10/2002, uma vez que a MP nº. 1962/2000 começou a vigorar em 29/04/2000".

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0508210-64.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: LUCAS FERREIRA DE FREITAS
PROC./ADV.: DAVID SARMENTO CÂMARA OAB: PB-11227
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.

O acórdão recorrido manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de indenização por dano moral, sob o fundamento de que inexistiu comprovação de que o autor tenha sofrido humilhação, desrespeito ou qualquer outra espécie de violação à sua honra, revelando o fato mero aborrecimento ou chateação.

Sustenta o requerente ser pacífico o entendimento jurisprudencial de que em casos como o seu há presunção absoluta da ocorrência de dano moral.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001227-50.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELTON COLLET
PROC./ADV.: ADEMIR LUIS COLLET OAB: RS-82703
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de indenização por danos materiais, decorrentes do pagamento de honorários contratuais pagos pelo ora requerente ao seu advogado, em ação judicial na qual foi vencedor.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada.

A discussão trazida à TNU versa sobre a responsabilidade da parte vencida de ressarcir à vencedora os honorários advocatícios contratuais despendidos para a propositura de ação judicial, com fundamento no princípio da restituição integral, estabelecido nos arts. 389, 395 e 404 do Código Civil de 2002.

O acórdão recorrido entendeu ser incabível a restituição dos honorários advocatícios contratuais, em sentido oposto ao do(s) aresto(s) colacionado(s) como paradigmático(s) da alegada divergência jurisprudencial.

Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004568-84.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LOURIVAL DALPIAZ
PROC./ADV.: JORGE BUSS OAB: SC-25183
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de indenização por danos materiais, decorrentes do pagamento de honorários contratuais pagos pelo ora requerente ao seu advogado, em ação judicial na qual foi vencedor.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada.

A discussão trazida à TNU versa sobre a responsabilidade da parte vencida de ressarcir à vencedora os honorários advocatícios contratuais despendidos para a propositura de ação judicial, com fundamento no princípio da restituição integral, estabelecido nos arts. 389, 395 e 404 do Código Civil de 2002.

O acórdão recorrido entendeu ser incabível a restituição dos honorários advocatícios contratuais, em sentido oposto ao do(s) aresto(s) colacionado(s) como paradigmático(s) da alegada divergência jurisprudencial.

Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008667-68.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LILIANI SPINDLER RUCKERT
PROC./ADV.: VICENTE FLECK OAB: RS-73662

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo interposto ante a incidência da Súmula 42/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de erro material.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Com razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Compulsando os autos, verifica-se que restou consignado, no relatório da decisão embargada, que a Turma de origem, mantendo a sentença, rejeitou o pedido da parte autora, quando, na verdade, a Turma a quo, reformando a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria por idade rural.

Dessa forma, a fim de sanar o vício apontado, a decisão deve ser alterada, passando a constar o seguinte:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que restaram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas decidiram em sentido oposto ao acórdão vergastado. Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Deste modo, esclarecido o debate de mérito levantado pelos presentes embargos, e ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dar provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5036526-49.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ILSON SCHWANCK SELAU
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA OAB: RS 36.024
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO OAB: RS-33559
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que, dando provimento ao agravo da parte ré, determinou a distribuição do feito ao Colegiado da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, tendo em vista que não houve manifestação acerca do agravo interposto pelo autor, o qual, também, requer a admissão do seu pedido de uniformização.

Requer, assim, o acolhimento dos embargos para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Compulsando os autos, verifica-se que a Turma de origem negou seguimento aos pedidos de uniformização interpostos tanto pelo autor quanto pelo réu. Entretanto, a decisão embargada somente se manifestou acerca do recurso interposto pelo réu.

Dessa forma, a fim de sanar o vício apontado, a decisão deve ser alterada, passando a constar o seguinte:

Trata-se de recursos interpostos contra decisão que inadmitiu os incidentes de uniformização nacional suscitados pelas partes, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu aposentadoria por tempo de contribuição reconhecendo que o requerido exerceu atividade rural em regime de economia familiar e aplicando o fator 1,4 de conversão em tempo de serviço comum para todo o período.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas decidiram em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Deste modo, esclarecido o debate de mérito levantado pelos presentes embargos, e ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dar provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito, a fim de que o colegiado se manifeste sobre a insurgência de ambas as partes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008153-35.2013.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LEOMAR RIBEIRO SOUZA
PROC./ADV.: DELMAR BATISTA SILVEIRA OAB: RS-63934
PROC./ADV.: SAMARA PAZINI OAB: RS-88186

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

O acórdão recorrido anulou a sentença, devolvendo os autos ao Juízo de origem, sob o fundamento de que não restou operada a decadência para a revisão de benefício previdenciário.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, está demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005420-96.2013.4.04.7209
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: RICARDO EMMENDORFER SCHEUER
PROC./ADV.: DANILO FAGGIAN DOS SANTOS OAB: SC-30 570
REQUERIDO(A): CONSELHO REGIONAL DE ENG. E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA
PROC./ADV.: ADRIANO CHAVES OAB: SC-18 898

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina, que, reformando a sentença, julgou improcedente a pretensão inicial para declarar a inexigibilidade da taxa cobrada pelo CREA à título de Anotação de Responsabilidade Técnica do recorrente na condição de autônomo.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e do STF, na qual e no sentido de considerar ilegal a cobrança instituída pelo órgão fiscalizador, uma vez que a instituição de Tributo é exclusiva do Estado.

É, no essencial, o relatório.

No presente caso a Turma Recursal reformou o entendimento da sentença ao fundamento de que é legítima cobrança instituída pelo CREA por ter sido instituída antes da Lei nº 12574/11, nos seguintes termos: "No caso dos autos, o pedido da parte autora limitou-se ao período anterior a vigência da Lei nº 12.514/11. Logo, o recurso do CREA merece acolhimento."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto o acórdão recorrido acolhe a pretensão da parte ré ao fundamento de ser legítima a cobrança da taxa de ART em razão das regras de direito intertemporal ao passo que os paradigmas enfrentam a ilegalidade/inconstitucionalidade da referida cobrança por considerar que o ato instituidor é exclusivo do Estado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500342-06.2011.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JACINTA CARLOS GUEDES
PROC./ADV.: BARTOLOMEU FERREIRA DA SILVA OAB: PB-14412
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, não concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001936-53.2011.4.04.7206
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: GILVANETE ANDRADE PEREIRA
PROC./ADV.: JÚLIO CÉSAR PEREIRA FURTADO OAB: SC-4893
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que a preexistência da doença incapacitante é causa impeditiva à concessão do benefício.

Verifica-se que o acórdão recorrido não destoa da jurisprudência da TNU, incidindo a Questão de Ordem 13/TNU. Confira-se o seguinte julgado:

"NÃO HÁ DIREITO A AUXÍLIO-DOENÇA OU A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ QUANDO A INCAPACIDADE PARA O TRABALHO SE CONSOLIDA ANTES DO REINGRESSO DO SEGURADO NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. Rejeitada a tese jurídica segundo a qual o art. 42, § 2º, e o art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 somente se aplicam quando a incapacidade para o trabalho é preexistente ao momento em que ocorre a filiação previdenciária pela primeira vez. Precedentes da TNU: PEDIDO 2008.70.51.004022-7, Relator Juiz Federal Alcides Saldanha, DOU 22/07/2011; PEDIDO 2007.70.51.004608-0, Relator Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, DOU 25/03/2011; PEDIDO 2008.72.55.005224, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 11/06/2010. (PEDILEF 200933007050980, Rel. Juiz Federal ROGÉRIO MOREIRA ALVES, DOU de 13/4/12)"

Nesse sentido, aplica-se à espécie a Questão de Ordem nº 13: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514053-50.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JORGE CAVALCANTI BOUCINHAS
PROC./ADV.: TATIELY CORTES TEIXEIRA OAB: RN-9002
PROC./ADV.: ANDREIA DE ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-419
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, reconheceu a prescrição do fundo de direito.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que foi verificada a prescrição do fundo de direito, nos seguintes termos:

Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional, evidenciada no julgamento do PEDILEF 05080324920074058 2012:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. RESTABELECIMENTO. DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS ENTRE CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO E AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI N. 8.213/91. QUESTÃO DE ORDEM 20/TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

(...)

12. Não obstante tais considerações, entendo que, no que concerne à prescrição do fundo de direito, ou decadência, no âmbito previdenciário, aplicável as disposições da Lei nº 8.213/91, que traz regras específicas e que, por se tratar de lei especial, prevalece ao Decreto nº 20.910/32, que é lei geral.

13. Nesse particular, o art. 103, caput, da LBPS refere que "É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação OU, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo". Note-se que a redação do artigo, a priori, trataria apenas de prazo para a revisão do ato de concessão do benefício, "ato de concessão positivo", se assim podermos denominar. Porém, tenho que é aplicável também ao "ato de concessão negativo", ou de indeferimento, visto que um dos marcos iniciais de contagem do prazo é "do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo" (grifei). Ao meu ver, entender que o caput do art. 103 seria aplicável tão somente aos benefícios deferidos seria tornar inócua a parte final do dispositivo.

14. Saliento, por oportuno, que a previsão de prazo prescricional de cinco anos no parágrafo único do aludido art. 103 é aplicável tão somente a valores devidos ou a serem restituídos pelo INSS, não se aplicando ao caso dos autos.

15. Assim, em observância ao art. 103 da Lei nº 8.213/91, a parte autora possuía o prazo de dez anos para intentar ação judicial buscando a revisão do ato administrativo de indeferimento de seu benefício, e não prazo qüinqüenal como defendido pela decisão impugnada.

De igual modo, a TNU, por meio do PEDILEF nº 200651510562450 já firmou seu entendimento sobre o assunto, reconhecendo o ato de concessão de aposentadoria como marco para o prazo prescricional à pretensão de pedido de averbação ao período laborado em condições especiais, verbis:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL ANTERIOR À LEI N° 8.112/90. REVISÃO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO. PEDIDO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Trata-se de ação em que se objetiva a revisão de aposentadoria por tempo de contribuição, mediante o reconhecimento de tempo de serviço especial no período de 01/04/1982 a 11/12/1990. 2. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, para determinar a conversão do tempo de serviço especial da autora em comum, bem como a averbação de tal período convertido. 3. O acórdão da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro negou provimento ao recurso da ré, a manter a sentença de primeiro grau. 4. Pedido de uniformização da União Federal, em que sustenta a prescrição do fundo de direito do servidor e não apenas a prescrição de trato sucessivo, considerando o disposto no Decreto n° 20.910/32. Traz como paradigmas: Resp 759.731 e 746.253. 5. Preliminarmente, verifico que o referente pedido é tempestivo, considerando os termos da Portaria n° 66, de 4 de fevereiro de 2010 do Presidente do TRF da 2ª Região, no dia 17/02/2010 (quarta-feira de cinzas). 6. Conheço do incidente, ante a evidente divergência entre o acórdão recorrido e os paradigmas. 7. No mérito, o incidente é de ser provido. Com efeito, a jurisprudência dominante do STJ consolidou-se no sentido de que ocorre "a prescrição do fundo de direito nos casos em que houver pretensão de revisão do ato de aposentadoria de servidor público, com inclusão de tempo de serviço insalubre, desde que decorridos mais de cinco anos entre o ato da concessão e o ajuizamento da ação". Precedentes: AGRESP 1174119, AGA 1285546, Resp 1032428. 8. Referido entendimento também foi acolhido no âmbito desta TNU, conforme PEDILEF 200651510056600 e 200451510075724. 9. In casu, considerando que a autora se aposentou em maio de 1999 e a ação foi proposta em dezembro de 2006, constato o transcurso do prazo prescricional de cinco anos para revisão do ato de aposentação. 10. Pedido de Uniformização conhecido e provido, para uniformizar o entendimento desta Turma Nacional no sentido de que a prescrição do fundo de direito nos casos em que houver pretensão de revisão do ato de aposentadoria de servidor público, com inclusão de tempo de serviço insalubre, decorre em cinco anos contados a partir do ato da concessão. 11. Sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os processos que tenham por objeto esta mesma questão, nos termos do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma."

In casu, a aposentadoria da parte ora recorrente se deu em 16.04.2003 sendo o pedido de averbação se deu dezembro de 2012, perfazendo, portanto, mais de cinco anos da concessão inicial.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004753-17.2010.4.02.5154
ORIGEM: Turma Recursal Seção Judiciária do Rio de Janeiro
REQUERENTE: MURILO JORGE TRONI DOS SANTOS REP. POR AMANDA CAROLINA DE ABREU TRONI
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de auxílio reclusão.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A TNU, por meio do julgamento proferido no PEDILEF 200770590037647, firmou o entendimento de que "o valor a ser considerado, para enquadramento do segurado no conceito de baixa renda para fins de percepção de auxílio reclusão, deve corresponder ao último salário-de-contribuição efetivamente apurado antes do encarceramento", não havendo que se falar em "salário-de-contribuição zero" na hipótese de o segurado se encontrar desempregado.

Assim, o que se observa é que é necessário o enquadramento do segurado no conceito de baixa renda para a concessão do benefício pleiteado, em consonância com o que foi decidido no acórdão vergastado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000166-97.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: PEDRO FRAGOSO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio doen-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ça/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Demais disso, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que, "quando o julgador não reconhece incapacidade para o trabalho, não tem obrigação de analisar as condições pessoais e sociais do segurado, muito embora não fique impedido de fazer tal análise se, segundo seu livre convencimento motivado, entender cabível" (grifei - PEDILEF 0052862.57.2008.4.03.6301).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003257-62.2012.4.04.7118
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOSE VALDIR DORNELES
PROC./ADV.: EDMILSO MICHELON OAB: RS-36152
PROC./ADV.: KARLA J. SCHWERZ OAB: RS-61 344
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Tratam-se de incidentes de uniformização nacional suscitados por ambas as partes, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, determinou a averbação de parte do período de contribuição requerido, sem, contudo, conceder a aposentadoria por tempo de contribuição, tal qual pleiteado.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, no que tange ao recurso do INSS, restou demonstrada a divergência quanto ao reconhecimento de tempo de trabalho em condições de periculosidade como sendo caso de aposentadoria especial.

Quanto ao recurso do autor, restou demonstrado que o acórdão paradigma considerou nula decisão em que não se considerou a necessidade de realização de perícia. Ademais, restou demonstrado que os documentos apresentados nos presentes autos já foram considerados como início de prova material suficiente ao reconhecimento do direito a aposentadoria por idade rural.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505525-21.2007.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DO CARMO GOMES
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria por idade rural, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a condição de segurada especial da requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da condição de segurada especial da requerente, mormente em razão da ausência de início de prova material da referida condição e porque o depoimento da requerente mostrou-se contraditório e inconsistente.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.51.67.005984-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FUNDAÇÃO OSWALD CRUZ - FIOCRUZ
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ILMA PEREIRA DA COSTA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de extensão aos inativos da gratificação de desempenho GDACT no mesmo patamar do que é recebido pelos servidores que ainda estão na atividade.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0042105-56.2007.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): VALDIVINO GOMES DE PAULA
PROC./ADV.: WESLEY NEIVA TEIXEIRA OAB: GO-24494

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Goiás que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de conversão em pecúnia de licença-prêmio não usufruída e não convertida em dobro para fins de tempo de serviço.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual, "para configurar o direito à conversão de licença prêmio em pecúnia para os servidores federais, é necessário que a Administração lhes tenha negado o pedido de desfrute".

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001084-80.2012.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: EDITE MARIA MASERA ODIA
PROC./ADV.: ALEX JACSON CARVALHO OAB: RS-49563
PROC./ADV.: FRANCESCA CASAGRANDE LUCHESE OAB: RS-75584 EMBARGADO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Questão de Ordem 22 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição na decisão embargada, porquanto "no caso concreto a aposentadoria por idade foi concedida mediante a soma de tempo rural e urbano, mas considerando a idade exigida para a aposentadoria por idade urbana, não sendo aplicável a QO 22/TNU".

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Afasto o óbice da ausência de similitude para apreciar o agravo interposto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por idade, sob o fundamento de que inexiste previsão legal que autorize a soma de períodos rurais e urbanos quando o trabalhador se afastou há muito tempo da atividade campesina.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para anular a decisão impugnada, e, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dar provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506666-38.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: ELZA BARRETO SAMPAIO
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAÚJO OAB: SE-461A
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de reajustes de vencimentos, sob o fundamento de que houve modificação na estrutura remuneratória dos servidores, e incorporação do reajuste com o advento do Decreto-Lei nº 2.453/88 e do art. 1º da Lei n. 7.686/88.

É, no essencial, o relatório.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 20074100901307, firmou entendimento no sentido contrário à pretensão da requerente, nos termos da seguinte ementa:

"VOTO-EMENTA - ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO - URP DE 16,19% (3,77%) - NÃO CARACTERIZADA A PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO - PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO - ENTENDIMENTO DO E. STJ - PET. 7.154/RO - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO POR MOTIVO DIVERSO - ABSORÇÃO DO REAJUSTE E MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA - INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO NOS VENCIMENTOS POSTERIORES - INCIDENTE DO AUTOR CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, em face de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Rondônia que estaria em dissonância com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, tendo a parte autora realizado pedido de submissão à Presidência da Turma Nacional de Uniformização, ocasião em que foi admitido o incidente e determinada sua suspensão, por ordem do Exmo Ministro Presidente da TNU. Inicialmente, revogo a decisão

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

retro, que determinou o sobrestamento do presente feito. A parte autora postula o recebimento de diferenças remuneratórias concernentes à incorporação do percentual de 7/30 de 16,19% (URP de abril/maio de 1988). O acórdão da Turma Recursal de origem manteve a sentença de improcedência sob o fundamento de que o reajuste de 7/30 de 16,19% já estaria prescrito. É o relatório do necessário. O entendimento esboçado pelo E. STJ no julgamento da Pet. 7154/RO restou sedimentada a não ocorrência da prescrição do fundo de direito do reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), por se tratar de prestação de trato sucessivo. Neste sentido: DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 3,77%. URP DE ABRIL E MAIO DE 1988. PRESCRIÇÃO DO CHAMADO FUNDO DE DIREITO NÃO CARACTERIZADA. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ. 1. Incidente de Uniformização de Jurisprudência que discute a prescrição do direito ao reajuste de vencimento de Servidor Público da FUNASA decorrente da Unidade de Referência de Preços - URP de abril/maio de 1988, no índice de 3, 77%, que corresponde a 7/30 de 16,19%, variação do IPC do trimestre anterior. 2. Conforme entendimento firmado sobre a matéria, pretende-se a percepção de diferenças pecuniárias derivadas do reconhecimento de uma situação jurídica, que se renova no tempo, guardando a natureza de obrigação de trato sucessivo. Incidência da Súmula n. 85/STJ. Precedente: Pet 7154/RO, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho,publicado no DJ de 05/11/2010. 3. Agravo regimental improvido. (STJ - 3ª T - AgRg na Pet 7553 / AP - Ministro Jorge Mussi - DJe 08/04/2011). Pois bem, todavia, a questão não é somente quanto à prescrição/decadência, mas sim tendo em vista que passados mais de vinte e três anos (de 1988 a 2011) houve incorporação de tal reajuste bem como modificação na estrutura remuneratória. Assim, nada é devido à parte autora. Ocorre que em agosto e novembro de 1988, foram, respectivamente, repostas as URP de abril e maio, em atenção ao disposto no art. 1º do Decreto-Lei nº 2.453/88 (art. 1º) e no art. 1º da Lei nº 7.686/88. Deste modo, fica evidente que eventuais diferenças já restaram pagas, por ter os vencimentos do autor sido recompostos integralmente em novembro de 1988, fazendo estancar a lesão que, não se perpetuando, não lhe confere qualquer direito. Na sequência, as URPs de abril e de maio de 1988 produziram reflexos na remuneração dos servidores públicos, repercutindo financeiramente apenas até outubro de 1988. Primeiro porque a URP de abril de 1988 foi incorporada/reposta em agosto de 1988 conforme o disposto no inciso I do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.453/88, mês em que os salários foram efetivamente reajustados em 36,73%, índice que corresponde à soma da antecipação salarial da URP do respectivo trimestre (17,68%), conforme determinado pela Portaria nº 1.662, de 28 de julho de 1988, do Ministro-Chefe da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República - SEDAP, com o índice integral da URP de abril de 1988 (16,19%), conforme determinado pela Portaria nº 1.861, de 11 de agosto de 1988, do Ministro-Chefe da Secretaria de Administração Pública, a saber: Decreto-Lei nº 2.453/88: "Art. 1º Será feita a reposição, nos salários, vencimentos, soldos, proventos, pensões e demais remunerações correspondentes ao mês de agosto de 1988, do reajuste mensal, a título de antecipação, instituído pelo art. 8º do Decreto-lei nº. 2.335, de 12 de junho de 1987, que: I - no mês de abril de 1988, deixou de ser aplicado ao pessoal referido no art. 1º do Decreto-lei nº 2.425, de 7 de abril de 1988;" E segundo porque a URP de maio de 1988 foi incorporada/resposta em novembro de 1988, mas com efeitos financeiros apenas daquele momento em diante, isto é, apenas de novembro de 1988 em diante, conforme a combinação do disposto no inciso I do art. 1º com o disposto no art. 4º da Lei nº 7.686/88, a qual converteu a Medida Provisória nº 20/88 em lei, mês em que os salários foram reajustados em 41,04%, índice que corresponde à soma da antecipação salarial da URP do respectivo trimestre (21,39%), conforme determinado pela Portaria nº 298, de 31 de agosto de 1988, do Ministro de Estado da Fazenda, com o índice integral da URP de maio de 1988 (16,19%), conforme determinado pela Portaria nº 2.991, de 14 de novembro de 1988, do Secretário de Recursos Humanos da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República - SEDAP, a saber: Lei nº 7.686/88: "Art. 1º Será feita a reposição, nos salários, vencimentos, soldos, proventos, pensões e demais remunerações correspondentes ao mês de novembro de 1988, no reajuste mensal, a título de antecipação, instituído pelo art. 8º do Decreto-lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, que: I - no mês de maio de 1988, deixou de ser aplicado ao pessoal de que trata o art. 1º do Decreto-lei nº 2.425, de 7 de abril de 1988;" "Art. 4º. A reposição de que trata esta Lei não importará efeitos financeiros retroativos aos meses de maio a outubro, no que se refere a salários, vencimentos, soldos, proventos, pensões e demais remunerações" Portanto, as diferenças decorrentes da aplicação das URPs de abril e de maio de 1988 e respectivos reflexos sobre a remuneração dos servidores públicos cessaram em outubro de 1988, circunstância relevante que não foi analisada e nem decidida nos acórdãos invocados como paradigmas. Assim sendo, forçoso é reconhecer que, se as diferenças cessaram em outubro de 1988 e não se refletiram nos salários subseqüentes (não influenciando, por isso, nos reajustes futuros), assim nada mais é devido. Como se já não fosse suficiente, necessário lembrar que, quanto aos militares, a MP 2.131, de 28/12/2000 inaugurou um novo sistema remuneratório. A nova estrutura remuneratória substituiu a anterior, de modo que, ainda que diferenças existissem, estas não mais poderiam ser pagas ao autor que passou a se beneficiar de um novo e mais vantajoso regime estipendial. Ante o exposto, CONHEÇO DO INCIDENTE E NEGO-LHE PROVIMENTO." (PEDILEF 200741009017307, Juiz Federal Vladimir dos Santos Vitovsky, DOU 08/06/2012, grifo inexistente no original).

Desta forma, verifica-se que a pretensão da requerente também esbarra no óbice contido na Questão de Ordem 13 da TNU, segundo a qual "não cabe pedido de uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de maio de 2014.

PROCESSO: 0521207-85.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCA RIBEIRO DO VALE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505637-56.2013.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSE MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN-560-A REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de restabelecimento do auxílio-doença, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do devido cancelamento do benefício anterior.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 2008.33.00.711504-2, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao requerimento administrativo, motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data do laudo pericial, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503761-57.2013.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN-560-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de concessão/restabelecimento do auxílio-doença, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao requerimento administrativo, motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data do laudo pericial, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511465-57.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CÍCERO BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502524-15.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ERILANDIO FEITOSA BARROS PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001715-15.2012.4.04.7116
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LISANGELA COSTA DA SILVA
PROC./ADV.: LUIS FERNANDO SCHAFER OAB: RS-60860
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de concessão/restabelecimento de benefício assistencial, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 2008.33.00.711504-2, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao requerimento administrativo, , sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505635-86.2013.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES ROZENDO DE ALENCAR
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de concessão/restabelecimento de benefício assistencial, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 2008.33.00.711504-2, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao requerimento administrativo, , sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5010935-28.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ELZA ROSA DE JESUS AGUIAR
PROC./ADV.: RENATA SILVA BRANDÃO OAB: PR-30452
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, considerando que tanto o preâmbulo quanto o conteúdo do decisum pertenciam a outros autos.

Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação da nova decisão, já constando o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, com posterior conversão em aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002102-31.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ADIMAR MISSFELD
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183 642
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, considerando que tanto o preâmbulo quanto o conteúdo do decisum pertenciam a outros autos.

Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação da nova decisão, já constando o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, o qual, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiu da jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, segundo a qual é possível a revisão do benefício previdenciário mediante a incorporação do 13º salário no cômputo dos salários de contribuição da renda mensal inicial, tendo em vista que, quando deferido o benefício, a legislação vigente previa tal possibilidade.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, ao enfrentar a matéria, editou a Súmula 60, segundo a qual "o décimo terceiro salário não integra o salário de contribuição para fins de cálculo do salário de benefício, independentemente da data da concessão do benefício previdenciário."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Dessa forma, atrai-se a incidência da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501867-95.2012.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: BENEDITA LINO ALVES
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, considerando que tanto o preâmbulo quanto o conteúdo do decisum pertenciam a outros autos.

Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação da nova decisão, já constando o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar atendido pela requerente o requisito da carência.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511204-89.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ERNANI CAPITULINO DE ARAÚJO
PROC./ADV.: ANA C. V. ANDRADE OAB: RN-481
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.

A Turma de origem manteve a sentença que decretou a decadência do direito da parte autora em rever benefício previdenciário.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, no sentido de que "O prazo decadencial previsto no artigo 103, caput, da Lei 8.213/91, não afasta o direito de revisão do benefício transformado ainda que tenha que ser recalculado o salário de benefício do auxílio-doença precedente concedido há mais de dez anos.".

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE (julgado em 16.10.2013, DJe 214, de 28/10/2013), firmou entendimento no seguinte sentido:

"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.

1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"

No mesmo sentido, a Primeira Seção do STJ, por meio do julgamento proferido no REsp 1.309.529/PR, em regime de recurso repetitivo, consolidou o entendimento no sentido de que "incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997)."

No presente caso, a DIB do auxílio-doença foi fixada em 23.2.2001 e a ação de revisão foi ajuizada apenas em 2013, tendo transcorrido o prazo decadencial decenal.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514070-95.2012.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): IVONETE MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: PAULIANNE ALEXANDRE TENÓRIO OAB: PE 20.070

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma de origem anulou a sentença em razão da inexistência de decadência do direito de revisão e determinou a devolução dos autos à origem para regular processamento do feito.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, no sentido de que ocorreu a decadência do direito de a parte autora pleitear a revisão de benefício previdenciário.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE (julgado em 16.10.2013, DJe 214, de 28/10/2013), firmou entendimento no seguinte sentido:

"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.

1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"

No mesmo sentido, a Primeira Seção do STJ, por meio do julgamento proferido no REsp 1.309.529/PR, em regime de recurso repetitivo, consolidou o entendimento no sentido de que "incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997)."

No presente caso, a DIB do auxílio-doença foi fixada em 2004 e a ação de revisão foi ajuizada apenas em 2012, não tendo transcorrido o prazo decadencial decenal.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508812-95.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: SANDOVAL COSTA
PROC./ADV.: FELIPPE DE QUEIROZ BESSA BANDEIRA LEITE OAB: RN-5938
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, afastou a responsabilidade civil da União na negativação indevida do nome da parte ora requerente por ausência do nexo de causalidade verificado nos autos.

Sustenta a parte ora requerente que a decisão de origem deve ser reformada, uma vez que se encontra de maneira diversa do entendimento firmado pelo STJ que seria no sentido de considerar a responsabilidade civil por danos morais objetiva quando houver duplicidade de CPFs.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que não foi verificada a responsabilidade civil da União no caso concreto, nos seguintes termos:

"A documentação apresentada com a inicial revela que o débito que originou a restrição no CPF da parte autora decorreu de fraude, tendo o seu CPF sido possivelmente utilizado por terceiros em operações fraudulentas, sem o seu consentimento.

Todavia, percebe-se que a União não deu causa à possível fraude perpetrada em desfavor da parte autora, tendo apenas agido dentro da legalidade e com base nas informações enviadas pela internet em sua na declaração anual de IRPF, não tendo a obrigação de verificar a autenticidade das informações que lhe são espontaneamente apresentadas, cabendo-lhe, apenas, a análise da regularidade formal. Evidentemente, nesse caso, não se trata de erro imputável ao Fisco, mas sim, a quem transmitiu as informações.."

In casu, as instâncias ordinárias não verificaram o nexo de causalidade para condenar a parte ré por entender que a existência da duplicidade do CPF da parte ora requerente decorreu de fraude de terceiro, tendo a União agido dentro da legalidade, uma vez que confiou nas informações prestadas pelo emissor dos dados do IRPF.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre as bases fáticas presentes no acórdão recorrido e nos paradigmas lançados no recurso. Enquanto o acórdão recorrido afasta a responsabilidade da União por ausência de nexo de causalidade em decorrência da fraude de terceiro, os paradigmas assumem a responsabilidade da União, de maneira objetiva, quando ela emite CPFs em duplicidade. Nessa linha, incide à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ainda que assim não fosse, o presente recurso não comportaria seguimento em razão da aplicação da Questão de Ordem nº 18: "É inadmissível o pedido de uniformização quando a decisão impugnada tem mais de um fundamento suficiente e as respectivas razões não abrangem todos eles."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505069-34.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: ELISIANE CARA TUNES
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAUJO OAB: SE-461-A
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36, caput, do RITNU, suscitado contra decisão do que negou provimento ao agravo interposto, pela aplicação das Questões de Ordem 18 e 22 da TNU.

Na petição inicial a parte ora requerente, servidor público federal, pleiteia o recebimento de diferenças salariais decorrentes da inclusão do índice correspondente a 7/30 avos da URP dos meses de abril e maio de 1988.

O juiz de piso julgou improcedentes os pedidos autorais, tendo em vista que as diferenças pretendidas pela parte autora já se encontravam prescritas, nos termos da Súmula 85 do STJ. Ressaltou, ainda, que a questão ora proposta já fora objeto de apreciação pela TNU, no âmbito do julgamento do PEDILEF 2007.41.00.901896-7, em sentido em contrário à pretensão autoral.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A parte ora requerente, inconformada com a improcedência do seu pedido, interpôs recurso inominado, no qual alega que: 1) as diferenças pecuniárias pleiteadas não se encontram prescritas, uma vez que são derivadas do reconhecimento de uma situação jurídica que se renova no tempo; 2) que o novo posicionamento da TNU é no sentido de que, nas ações em que se discute o direito ao reajuste correspondente a 7/30 do índice de 16,19% referente à URP dos meses de abril e maios de 1988, não há que se falar em prescrição do fundo de direito.

A Turma de Origem negou provimento ao recurso interposto, uma vez que, nos termos do entendimento da TNU, a incorporação da URP não se encontra prescrita, entretanto os valores pleiteados pelo autor já foram incorporados às revisões e aos novos planos de cargos e salários percebidos pela parte autora. O aresto impugnado foi assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTES DE VENCIMENTOS. URP ABRIL E MAIO DE 1988. VALOR CORRESPONDENTE A 7/30 DE 16/19%. INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. ABSORÇÃO DO REAJUSTE E MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE REPERCURSSÃO NOS VENCIMENTOS POSTERIORES. PRECEDENTE DA TNU. RECURSO DA AUTORA IMPROVIDO.

01. A parte autora pleiteia no presente recurso a reforma do decisum a quo que julgou improcedente a demanda referente à ação de cobrança do valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração pertinente aos meses de abril/maio de 1988.

02. A TNU, com base no julgamento realizado pelo STJ na Pet n.º 7154/RO firmou posicionamento de que não há prescrição do fundo do direito fundo de direito do reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), por se tratar de prestação de trato sucessivo. No entanto, aquela mesma Corte de uniformização reconheceu houve incorporação do reajuste com o advento do Decreto-Lei nº 2.453/88 (art. 1º) e do art. 1º da Lei nº 7.686/88, bem ainda modificação na estrutura remuneratória dos servidores, de onde se conclui inexistir direito ao pagamento de quaisquer diferenças (PEDILEF 200741009017307, Juiz Federal Vladimir dos Santos Vitovsky, DOU 08/06/2012).

03. Recurso conhecido e improvido."

De tal acórdão, fora apresentado pedido de uniformização, o qual fora inadmitido pelo juiz presidente, na origem, pois, segundo ele, o acórdão combatido já se alinha ao entendimento mais recente da TNU (PEDILEF 200741009017307 Juiz Federal Vladimir Dos Santos Vitovsky. DJ. 25/04/2012).

No incidente, a parte ora requerente alega que o entendimento de que houve absorção do reajuste pretendido na demanda pela modificação superveniente na estrutura remuneratória do servidor resta equivocado, ressaltando, mais uma vez, que os valores requeridos não se encontram prescritos.

Ante a inadmissão do seu pedido de uniformização, a parte demandante interpôs agravo, requerendo a retratação da decisão de inadmissão ou a remessa dos autos a TNU.

Mantendo a decisão agravada, a Turma encaminhou os autos a TNU.

Em 14/11/2013, o então Presidente desta TNU proferiu decisão negando provimento ao agravo interposto ante a incidência das Questões de Ordem 18 e 22, ambas da TNU, uma vez que o recorrente não demonstrou, de forma inequívoca, a similitude fática entre o acórdão vergastado e os paradigmas colacionados, pois, enquanto os paradigmas se referiam à questão da ausência de prescrição do fundo de direito, a Turma de origem julgou improcedentes os pedidos autorais sob o fundamento de que as diferenças salariais pleiteadas foram incorporadas às revisões e aos novos planos de cargos e salários posteriores.

Em 21/01/2014, foram apresentados pedidos de reconsideração da decisão que negou provimento ao agravo, no qual a parte alega que, em processos semelhantes, a Presidência da TNU deu provimento ao agravo, determinado a distribuição do feito ao colegiado da TNU.

Assim, em 22/04/2014, o então Presidente desta TNU proferiu nova decisão, indeferindo os pedidos de reconsideração, tendo em vista que, apesar de retratar o mesmo direito material, os outros processos possuíam particularidades diversas e/ou não chegaram a ser conhecidos pelo colegiado da TNU, em virtude da ausência de similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os paradigmas colacionados.

Por fim, inconformada com a decisão monocrática que negou provimento ao agravo, a parte ora requerente interpôs pedido de uniformização dirigido ao STJ, o qual passo a analisar.

É, no essencial, o relatório.

O pedido não merece acolhimento.

O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que "O pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização" (grifei, AgRg na Pet 10463/PE, 28.5.2014, DJe 02/06/2014), sendo inviável a interposição do referido incidente para o STJ contra decisão monocrática do Presidente da TNU.

Além disso, inexistindo decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505993-45.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: ANA LÚCIA MELO DIAS
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAUJO OAB: SE-461-A
REQUERIDO(A): INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36, caput, do RITNU, suscitado contra decisão do que negou provimento ao agravo interposto, pela aplicação das Questões de Ordem 18 e 22 da TNU.

Na petição inicial a parte ora requerente, servidor público federal, pleiteia o recebimento de diferenças salariais decorrentes da inclusão do índice correspondente a 7/30 avos da URP dos meses de abril e maio de 1988.

O juiz de piso julgou improcedente o pedido autoral, tendo em vista que as diferenças pretendidas pela parte autora já se encontravam prescritas, nos termos da Súmula 85 do STJ. Ressaltou, ainda, que a questão ora proposta já fora objeto de apreciação pela TNU, no âmbito do julgamento do PEDILEF 2007.41.00.901896-7, em sentido em contrário à pretensão autoral.

A parte ora requerente, inconformada com a improcedência do seu pedido, interpôs recurso inominado, no qual alega: 1) que as diferenças pecuniárias pleiteadas não se encontram prescritas, uma vez que são derivadas do reconhecimento de uma situação jurídica que se renova no tempo; 2) que o novo posicionamento da TNU é no sentido de que, nas ações em que se discute o direito ao reajuste correspondente a 7/30 do índice de 16,19% referente à URP dos meses de abril e maio de 1988, não há que se falar em prescrição do fundo de direito.

A Turma de Origem, negando provimento ao recurso interposto, alterou o fundamento da sentença de improcedência, uma vez que, nos termos do entendimento da TNU, a incorporação da URP não se encontra prescrita, entretanto os valores pleiteados pelo autor já foram incorporados às revisões e aos novos planos de cargos e salários percebidos pela parte autora. O aresto impugnado foi assim ementado:

"EMENTA: REAJUSTE DE VENCIMENTOS E CORREÇÃO SALARIAL - URP DE FEVEREIRO DE 1989 (26,05%) - PLANO VERÃO - URP DE ABRIL E MAIO/88 (16,19%) - RECONHECIMENTO APENAS DO DIREITO A 7/30 SOBRE O ÍNDICE DE 16,19% - RE CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

Trata-se de recurso contra a sentença que indeferiu o pedido de reajuste dos valores dos vencimentos de servidor público federal mediante a aplicação do valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração, incluídas todas as vantagens, pertinentes aos meses de abril e maio de 1988, não cumulativamente.

A questão não é somente quanto à prescrição/decadência, mas sim tendo em vista que passados mais de vinte e três anos (de 1988 a 2011) houve incorporação de tal reajuste bem como modificação na estrutura remuneratória. Assim, nada é devido à parte autora.

Pedido rejeitado."

De tal acórdão, fora apresentado pedido de uniformização, o qual fora inadmitido pelo juiz presidente, na origem, pois, segundo ele, o acórdão combatido já se alinha ao entendimento mais recente da TNU (PEDILEF 200741009017307 Juiz Federal Vladimir Dos Santos Vitovsky. DJ. 25/04/2012).

No incidente, a parte ora requerente alega que o entendimento de que houve absorção do reajuste pretendido na demanda pela modificação superveniente na estrutura remuneratória do servidor resta equivocado, ressaltando, mais uma vez, que os valores requeridos não se encontram prescritos.

Ante a inadmissão do seu pedido de uniformização, a parte demandante interpôs agravo, requerendo a retratação da decisão de inadmissão ou a remessa dos autos a TNU.

Mantendo a decisão agravada, a Turma encaminhou os autos a TNU.

Em 22/04/2014, o então Presidente desta TNU proferiu decisão negando provimento ao agravo interposto ante a incidência das Questões de Ordem 18 e 22, ambas da TNU, uma vez que o recorrente não demonstrou, de forma inequívoca, a similitude fática entre o acórdão vergastado e os paradigmas colacionados, pois, enquanto os paradigmas se referiam à questão da ausência de prescrição do fundo de direito, a Turma de origem julgou improcedentes os pedidos autorais sob o fundamento de que as diferenças salariais pleiteadas foram incorporadas às revisões e aos novos planos de cargos e salários posteriores.

Por fim, inconformada com a decisão monocrática que negou provimento ao agravo, a parte ora requerente interpôs pedido de uniformização dirigido ao STJ, o qual passo a analisar.

É, no essencial, o relatório.

O pedido não merece acolhimento.

O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que "O pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização" (grifei, AgRg na Pet 10463/PE, 28.5.2014, DJe 02/06/2014), sendo inviável a interposição do referido incidente para o STJ contra decisão monocrática do Presidente da TNU.

Além disso, inexistindo decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0010375-58.2010.4.01.3100
ORIGEM: PA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: ADVOGADO DA ECT
REQUERIDO (A): ROBERTO LUIZ GOMES SADALA
PROC./ADV.: ELIAS NETO OAB: AP-1747

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Pará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de indenização por dano material e moral à parte autora, em razão do extravio de mercadoria.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e da TNU segundo a qual é necessária a prova do conteúdo da correspondência para que haja condenação da empresa em danos morais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A TNU já pacificou o entendimento no sentido de que a demonstração do conteúdo da correspondência extraviada pode ser feito por outras provas admitidas no direito, como ocorreu no presente caso.

Nesse sentido a Súmula 59/TNU, segundo a qual "A ausência de declaração do objeto postado não impede a condenação da ECT a indenizar danos decorrentes do extravio, desde que o conteúdo da postagem seja demonstrado por outros meios de prova admitidos em direito".

Assim, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento do art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506314-80.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: CRISTOVAM SANTOS BARRETO
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAUJO OAB: SE-461-A
REQUERIDO(A): INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36, caput, do RITNU, suscitado contra decisão do que negou provimento ao agravo interposto, pela aplicação das Questões de Ordem 18 e 22 da TNU.

Na petição inicial a parte ora requerente, servidor público federal, pleiteia o recebimento de diferenças salariais decorrentes da inclusão do índice correspondente a 7/30 avos da URP dos meses de abril e maio de 1988.

O juiz de piso julgou improcedentes os pedidos autorais, tendo em vista que as diferenças pretendidas pela parte autora já se encontravam prescritas, nos termos da Súmula 85 do STJ. Ressaltou, ainda, que a questão ora proposta já fora objeto de apreciação pela TNU, no âmbito do julgamento do PEDILEF 2007.41.00.901896-7, em sentido em contrário à pretensão autoral.

A parte ora requerente, inconformada com a improcedência do seu pedido, interpôs recurso inominado, no qual alega que: 1) as diferenças pecuniárias pleiteadas não se encontram prescritas, uma vez que são derivadas do reconhecimento de uma situação jurídica que se renova no tempo; 2) que o novo posicionamento da TNU é no sentido de que, nas ações em que se discute o direito ao reajuste correspondente a 7/30 do índice de 16,19% referente à URP dos meses de abril e maios de 1988, não há que se falar em prescrição do fundo de direito.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A Turma de Origem, negando provimento ao recurso interposto, alterou o fundamento da sentença de improcedência, uma vez que, nos termos do entendimento da TNU, a incorporação da URP não se encontra prescrita, entretanto os valores pleiteados pelo autor já foram incorporados às revisões e aos novos planos de cargos e salários percebidos pela parte autora. O aresto impugnado foi assim ementado:

""EMENTA: REAJUSTE DE VENCIMENTOS E CORREÇÃO SALARIAL - URP DE FEVEREIRO DE 1989 (26,05%) - PLANO VERÃO - URP DE ABRIL E MAIO/88 (16,19%) - RECONHECIMENTO APENAS DO DIREITO A 7/30 SOBRE O ÍNDICE DE 16,19% - RE CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

Trata-se de recurso contra a sentença que indeferiu o pedido de reajuste dos valores dos vencimentos de servidor público federal mediante a aplicação do valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração, incluídas todas as vantagens, pertinentes aos meses de abril e maio de 1988, não cumulativamente.

A questão não é somente quanto à prescrição/decadência, mas sim tendo em vista que passados mais de vinte e três anos (de 1988 a 2011) houve incorporação de tal reajuste bem como modificação na estrutura remuneratória. Assim, nada é devido à parte autora.

Pedido rejeitado."

De tal acórdão, fora apresentado pedido de uniformização, o qual fora inadmitido pelo juiz presidente, na origem, pois, segundo ele, o acórdão combatido já se alinha ao entendimento mais recente da TNU (PEDILEF 200741009017307 Juiz Federal Vladimir Dos Santos Vitovsky. DJ. 25/04/2012).

No incidente, a parte ora requerente alega que o entendimento de que houve absorção do reajuste pretendido na demanda pela modificação superveniente na estrutura remuneratória do servidor resta equivocado, ressaltando, mais uma vez, que os valores requeridos não se encontram prescritos.

Ante a inadmissão do seu pedido de uniformização, a parte demandante interpôs agravo, requerendo a retratação da decisão de inadmissão ou a remessa dos autos a TNU.

Mantendo a decisão agravada, a Turma encaminhou os autos a TNU.

Em 14/04/2014, o então Presidente desta TNU proferiu decisão negando provimento ao agravo interposto ante a incidência das Questões de Ordem 18 e 22, ambas da TNU, uma vez que o recorrente não demonstrou, de forma inequívoca, a similitude fática entre o acórdão vergastado e os paradigmas colacionados, pois, enquanto os paradigmas se referiam à questão da ausência de prescrição do fundo de direito, a Turma de origem julgou improcedentes os pedidos autorais sob o fundamento de que as diferenças salariais pleiteadas foram incorporadas às revisões e aos novos planos de cargos e salários posteriores.

Por fim, inconformada com a decisão monocrática que negou provimento ao agravo, a parte ora requerente interpôs pedido de uniformização dirigido ao STJ, o qual passo a analisar.

É, no essencial, o relatório.

O pedido não merece acolhimento.

O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que "O pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização" (grifei, AgRg na Pet 10463/PE, 28.5.2014, DJe 02/06/2014), sendo inviável a interposição do referido incidente para o STJ contra decisão monocrática do Presidente da TNU.

Além disso, inexistindo decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506165-84.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: JOSÉ DOS ANJOS FILHO
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAUJO OAB: SE-461-A
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36, caput, do RITNU, suscitado contra decisão do que negou provimento ao agravo interposto, pela aplicação das Questões de Ordem 18 e 22 da TNU.

Na petição inicial a parte ora requerente, servidor público federal, pleiteia o recebimento de diferenças salariais decorrentes da inclusão do índice correspondente a 7/30 avos da URP dos meses de abril e maio de 1988.

O juiz de piso julgou improcedentes os pedidos autorais, tendo em vista que as diferenças pretendidas pela parte autora já se encontravam prescritas, nos termos da Súmula 85 do STJ. Ressaltou, ainda, que a questão ora proposta já fora objeto de apreciação pela TNU, no âmbito do julgamento do PEDILEF 2007.41.00.901896-7, em sentido em contrário à pretensão autoral.

A parte ora requerente, inconformada com a improcedência do seu pedido, interpôs recurso inominado, no qual alega que: 1) as diferenças pecuniárias pleiteadas não se encontram prescritas, uma vez que são derivadas do reconhecimento de uma situação jurídica que se renova no tempo; 2) que o novo posicionamento da TNU é no sentido de que, nas ações em que se discute o direito ao reajuste correspondente a 7/30 do índice de 16,19% referente à URP dos meses de abril e maios de 1988, não há que se falar em prescrição do fundo de direito.

A Turma de Origem, negando provimento ao recurso interposto, alterou o fundamento da sentença de improcedência, uma vez que, nos termos do entendimento da TNU, a incorporação da URP não se encontra prescrita, entretanto os valores pleiteados pelo autor já foram incorporados às revisões e aos novos planos de cargos e salários percebidos pela parte autora. O aresto impugnado foi assim ementado:

""EMENTA: REAJUSTE DE VENCIMENTOS E CORREÇÃO SALARIAL - URP DE FEVEREIRO DE 1989 (26,05%) - PLANO VERÃO - URP DE ABRIL E MAIO/88 (16,19%) - RECONHECIMENTO APENAS DO DIREITO A 7/30 SOBRE O ÍNDICE DE 16,19% - RE CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

Trata-se de recurso contra a sentença que indeferiu o pedido de reajuste dos valores dos vencimentos de servidor público federal mediante a aplicação do valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração, incluídas todas as vantagens, pertinentes aos meses de abril e maio de 1988, não cumulativamente.

A questão não é somente quanto à prescrição/decadência, mas sim tendo em vista que passados mais de vinte e três anos (de 1988 a 2011) houve incorporação de tal reajuste bem como modificação na estrutura remuneratória. Assim, nada é devido à parte autora.

Pedido rejeitado."

De tal acórdão, fora apresentado pedido de uniformização, o qual fora inadmitido pelo juiz presidente, na origem, pois, segundo ele, o acórdão combatido já se alinha ao entendimento mais recente da TNU (PEDILEF 200741009017307 Juiz Federal Vladimir Dos Santos Vitovsky. DJ. 25/04/2012).

No incidente, a parte ora requerente alega que o entendimento de que houve absorção do reajuste pretendido na demanda pela modificação superveniente na estrutura remuneratória do servidor resta equivocado, ressaltando, mais uma vez, que os valores requeridos não se encontram prescritos.

Ante a inadmissão do seu pedido de uniformização, a parte demandante interpôs agravo, requerendo a retratação da decisão de inadmissão ou a remessa dos autos a TNU.

Mantendo a decisão agravada, a Turma encaminhou os autos a TNU.

Em 10/04/2014, o então Presidente desta TNU proferiu decisão negando provimento ao agravo interposto ante a incidência das Questões de Ordem 18 e 22, ambas da TNU, uma vez que o recorrente não demonstrou, de forma inequívoca, a similitude fática entre o acórdão vergastado e os paradigmas colacionados, pois, enquanto os paradigmas se referiam à questão da ausência de prescrição do fundo de direito, a Turma de origem julgou improcedentes os pedidos autorais sob o fundamento de que as diferenças salariais pleiteadas foram incorporadas às revisões e aos novos planos de cargos e salários posteriores.

Por fim, inconformada com a decisão monocrática que negou provimento ao agravo, a parte ora requerente interpôs pedido de uniformização dirigido ao STJ, o qual passo a analisar.

É, no essencial, o relatório.

O pedido não merece acolhimento.

O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que "O pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização" (grifei, AgRg na Pet 10463/PE, 28.5.2014, DJe 02/06/2014), sendo inviável a interposição do referido incidente para o STJ contra decisão monocrática do Presidente da TNU.

Além disso, inexistindo decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000453-66.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ERCILIA MARIA FACCENDA
PROC./ADV.: RODOLFO ACCADROLLI NETO OAB: RS-71 787
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, considerando que tanto o preâmbulo quanto o conteúdo do decisum pertenciam a outros autos.

Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação da nova decisão, já constando o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem manteve a sentença que rejeitou o pedido inicial de conversão de períodos laborados em condições especiais (agentes biológicos) de 29.4.1995 a 10.10.2011.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente da jurisprudência de turma recursal de outra região segundo a qual a comprovou a exposição a agentes biológicos de maneira habitual e permanente.

É, no essencial, o relatório.

A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, a TNU, no julgamento do PEDILEF 50027348020124047011, firmou o entendimento de que "a permanência e a habitualidade da exposição a agentes nocivos à saúde são requisitos exigíveis apenas para as atividades exercidas a partir de 29/04/1995, quando entrou em vigor a Lei nº 9.032/95, que alterou a redação do art. 57, § 3º, da Lei nº 8.213/91".

As instâncias de origem foram claras ao afirmar que não restou comprovada a habitualidade e permanência após a edição da referida legislação.

Assim, a pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.

Aplicam-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505387-17.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: BRUNO MARCELO LIMA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAUJO OAB: SE-461-A
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36, caput, do RITNU, suscitado contra decisão do que negou provimento ao agravo interposto, pela aplicação das Questões de Ordem 18 e 22 da TNU.

Na petição inicial a parte ora requerente, servidor público federal, pleiteia o recebimento de diferenças salariais decorrentes da inclusão do índice correspondente a 7/30 avos da URP dos meses de abril e maio de 1988.

O juiz de piso julgou improcedentes os pedidos autorais, tendo em vista que houve incorporação de tal reajuste bem como modificação na estrutura remuneratória.

A parte ora requerente, inconformada com a improcedência do seu pedido, interpôs recurso inominado, no qual alega que: 1) as diferenças pecuniárias pleiteadas não se encontram prescritas, uma vez que são derivadas do reconhecimento de uma situação jurídica que se renova no tempo; 2) que o novo posicionamento da TNU é no sentido de que, nas ações em que se discute o direito ao reajuste correspondente a 7/30 do índice de 16,19% referente à URP dos meses de abril e maios de 1988, não há que se falar em prescrição do fundo de direito.

A Turma de Origem negou provimento ao recurso interposto, uma vez que, nos termos do entendimento da TNU, a incorporação da URP não se encontra prescrita, entretanto os valores pleiteados pelo autor já foram incorporados às revisões e aos novos planos de cargos e salários percebidos pela parte autora. O aresto impugnado foi assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTES DE VENCIMENTOS. URP ABRIL E MAIO DE 1988. VALOR CORRESPONDENTE A 7/30 DE 16/19%. INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. ABSORÇÃO DO REAJUSTE E MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE REPERCURSSÃO NOS VENCIMENTOS POSTERIORES. RECURSO DA PARTE AUTORA IMPROVIDO.

1. A parte autora é servidor(a) público(a) federal e pleiteia, no presente recurso, a reforma do decisum a quo que julgou improcedente a demanda referente à ação de cobrança do valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração pertinente aos meses de abril/maio de 1988.

2. A TNU, com base no julgamento realizado pelo STJ na Pet n.º 7.154/RO, firmou posicionamento de que não há prescrição do fundo do direito fundo de direito do reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), por se tratar de prestação de trato sucessivo. No entanto, aquela mesma Corte de uniformização reconheceu que houve incorporação do reajuste com o advento do Decreto-Lei nº 2.453/88 (art. 1º) e do art. 1º da Lei nº 7.686/88, bem ainda modificação na estrutura remuneratória dos servidores, de onde se conclui inexistir direito ao pagamento de quaisquer diferenças (PEDILEF 200741009017307, Juiz Federal Vladimir dos Santos Vitovsky, DOU 08/06/2012).

3. Recurso conhecido e improvido."

De tal acórdão, fora apresentado pedido de uniformização, o qual fora inadmitido pelo juiz presidente, na origem, pois, segundo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ele, o acórdão combatido já se alinha ao entendimento mais recente da TNU (PEDILEF 200741009017307 Juiz Federal Vladimir Dos Santos Vitovsky. DJ. 25/04/2012).

No incidente, a parte ora requerente alega que o entendimento de que houve absorção do reajuste pretendido na demanda pela modificação superveniente na estrutura remuneratória do servidor resta equivocado, ressaltando, mais uma vez, que os valores requeridos não se encontram prescritos.

Ante a inadmissão do seu pedido de uniformização, a parte demandante interpôs agravo, requerendo a retratação da decisão de inadmissão ou a remessa dos autos a TNU.

Mantendo a decisão agravada, a Turma encaminhou os autos a TNU.

Em 10/04/2014, o então Presidente desta TNU proferiu decisão negando provimento ao agravo interposto ante a incidência das Questões de Ordem 18 e 22, ambas da TNU, uma vez que o recorrente não demonstrou, de forma inequívoca, a similitude fática entre o acórdão vergastado e os paradigmas colacionados, pois, enquanto os paradigmas se referiam à questão da ausência de prescrição do fundo de direito, a Turma de origem julgou improcedentes os pedidos autorais sob o fundamento de que as diferenças salariais pleiteadas foram incorporadas às revisões e aos novos planos de cargos e salários posteriores.

Por fim, inconformada com a decisão monocrática que negou provimento ao agravo, a parte ora requerente interpôs pedido de uniformização dirigido ao STJ, o qual passo a analisar.

É, no essencial, o relatório.

O pedido não merece acolhimento.

O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que "O pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização" (grifei, AgRg na Pet 10463/PE, 28.5.2014, DJe 02/06/2014), sendo inviável a interposição do referido incidente para o STJ contra decisão monocrática do Presidente da TNU.

Além disso, inexistindo decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506205-66.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: SIGELMAN SILVA DE ARAÚJO
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAUJO OAB: SE-461-A
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36, caput, do RITNU, suscitado contra decisão do que negou provimento ao agravo interposto, pela aplicação das Questões de Ordem 18 e 22 da TNU.

Na petição inicial a parte ora requerente, servidor público federal, pleiteia o recebimento de diferenças salariais decorrentes da inclusão do índice correspondente a 7/30 avos da URP dos meses de abril e maio de 1988.

O juiz de piso julgou improcedentes os pedidos autorais, tendo em vista que houve incorporação de tal reajuste bem como modificação na estrutura remuneratória.

A parte ora requerente, inconformada com a improcedência do seu pedido, interpôs recurso inominado, no qual alega que: 1) as diferenças pecuniárias pleiteadas não se encontram prescritas, uma vez que são derivadas do reconhecimento de uma situação jurídica que se renova no tempo; 2) que o novo posicionamento da TNU é no sentido de que, nas ações em que se discute o direito ao reajuste correspondente a 7/30 do índice de 16,19% referente à URP dos meses de abril e maios de 1988, não há que se falar em prescrição do fundo de direito.

A Turma de Origem negou provimento ao recurso interposto, uma vez que, nos termos do entendimento da TNU, a incorporação da URP não se encontra prescrita, entretanto os valores pleiteados pelo autor já foram incorporados às revisões e aos novos planos de cargos e salários percebidos pela parte autora. O aresto impugnado foi assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTES DE VENCIMENTOS. URP ABRIL E MAIO DE 1988. VALOR CORRESPONDENTE A 7/30 DE 16/19%. INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. ABSORÇÃO DO REAJUSTE E MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE REPERCURSSÃO NOS VENCIMENTOS POSTERIORES. RECURSO DA AUTORA IMPROVIDO.

1. A parte autora é servidora pública federal e pleiteia no presente recurso a reforma do decisum a quo que declarou a prescrição das parcelas pretendidas e julgou improcedente a demanda referente à ação de cobrança do valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração pertinente aos meses de abril/maio de 1988.

2. A TNU, com base no julgamento realizado pelo STJ na Pet n.º 7154/RO firmou posicionamento de que não há prescrição do fundo do direito fundo de direito do reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), por se tratar de prestação de trato sucessivo. No entanto, aquela mesma Corte de uniformização reconheceu houve incorporação do reajuste com o advento do Decreto-Lei nº 2.453/88 (art. 1º) e do art. 1º da Lei nº 7.686/88, bem ainda modificação na estrutura remuneratória dos servidores, de onde se conclui inexistir direito ao pagamento de quaisquer diferenças (PEDILEF 200741009017307, Juiz Federal Vladimir dos Santos Vitovsky, DOU 08/06/2012).

3. Recurso conhecido e improvido.."

De tal acórdão, fora apresentado pedido de uniformização, o qual fora inadmitido pelo juiz presidente, na origem, pois, segundo ele, o acórdão combatido já se alinha ao entendimento mais recente da TNU (PEDILEF 200741009017307 Juiz Federal Vladimir Dos Santos Vitovsky. DJ. 25/04/2012).

No incidente, a parte ora requerente alega que o entendimento de que houve absorção do reajuste pretendido na demanda pela modificação superveniente na estrutura remuneratória do servidor resta equivocado, ressaltando, mais uma vez, que os valores requeridos não se encontram prescritos.

Ante a inadmissão do seu pedido de uniformização, a parte demandante interpôs agravo, requerendo a retratação da decisão de inadmissão ou a remessa dos autos a TNU.

Mantendo a decisão agravada, a Turma encaminhou os autos a TNU.

Em 10/04/2014, o então Presidente desta TNU proferiu decisão negando provimento ao agravo interposto ante a incidência das Questões de Ordem 18 e 22, ambas da TNU, uma vez que o recorrente não demonstrou, de forma inequívoca, a similitude fática entre o acórdão vergastado e os paradigmas colacionados, pois, enquanto os paradigmas se referiam à questão da ausência de prescrição do fundo de direito, a Turma de origem julgou improcedentes os pedidos autorais sob o fundamento de que as diferenças salariais pleiteadas foram incorporadas às revisões e aos novos planos de cargos e salários posteriores.

Por fim, inconformada com a decisão monocrática que negou provimento ao agravo, a parte ora requerente interpôs pedido de uniformização dirigido ao STJ, o qual passo a analisar.

É, no essencial, o relatório.

O pedido não merece acolhimento.

O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que "O pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização" (grifei, AgRg na Pet 10463/PE, 28.5.2014, DJe 02/06/2014), sendo inviável a interposição do referido incidente para o STJ contra decisão monocrática do Presidente da TNU.

Além disso, inexistindo decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504957-65.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: JOSÉ MAGNO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAUJO OAB: SE-461-A
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36, caput, do RITNU, suscitado contra decisão do que negou provimento ao agravo interposto, pela aplicação das Questões de Ordem 18 e 22 da TNU.

Na petição inicial a parte ora requerente, servidor público federal, pleiteia o recebimento de diferenças salariais decorrentes da inclusão do índice correspondente a 7/30 avos da URP dos meses de abril e maio de 1988.

O juiz de piso julgou improcedentes os pedidos autorais, tendo em vista que houve incorporação de tal reajuste bem como modificação na estrutura remuneratória.

A parte ora requerente, inconformada com a improcedência do seu pedido, interpôs recurso inominado, no qual alega que: 1) as diferenças pecuniárias pleiteadas não se encontram prescritas, uma vez que são derivadas do reconhecimento de uma situação jurídica que se renova no tempo; 2) que o novo posicionamento da TNU é no sentido de que, nas ações em que se discute o direito ao reajuste correspondente a 7/30 do índice de 16,19% referente à URP dos meses de abril e maios de 1988, não há que se falar em prescrição do fundo de direito.

A Turma de Origem negou provimento ao recurso interposto, uma vez que, nos termos do entendimento da TNU, a incorporação da URP não se encontra prescrita, entretanto os valores pleiteados pelo autor já foram incorporados às revisões e aos novos planos de cargos e salários percebidos pela parte autora. O aresto impugnado foi assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTES DE VENCIMENTOS. URP ABRIL E MAIO DE 1988. VALOR CORRESPONDENTE A 7/30 DE 16/19%. INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. ABSORÇÃO DO REAJUSTE E MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE REPERCURSSÃO NOS VENCIMENTOS POSTERIORES. PRECEDENTE DA TNU. RECURSO DA AUTORA IMPROVIDO.

01. A parte autora pleiteia no presente recurso a reforma do decisum a quo que julgou improcedente a demanda referente à ação de cobrança do valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração pertinente aos meses de abril/maio de 1988.

02. A TNU, com base no julgamento realizado pelo STJ na Pet n.º 7154/RO firmou posicionamento de que não há prescrição do fundo do direito fundo de direito do reajuste de 7/30 de 16,19% (3,77%), por se tratar de prestação de trato sucessivo. No entanto, aquela mesma Corte de uniformização reconheceu houve incorporação do reajuste com o advento do Decreto-Lei nº 2.453/88 (art. 1º) e do art. 1º da Lei nº 7.686/88, bem ainda modificação na estrutura remuneratória dos servidores, de onde se conclui inexistir direito ao pagamento de quaisquer diferenças (PEDILEF 200741009017307, Juiz Federal Vladimir dos Santos Vitovsky, DOU 08/06/2012).

03. Recurso conhecido e improvido."

De tal acórdão, fora apresentado pedido de uniformização, o qual fora inadmitido pelo juiz presidente, na origem, pois, segundo ele, o acórdão combatido já se alinha ao entendimento mais recente da TNU (PEDILEF 200741009017307 Juiz Federal Vladimir Dos Santos Vitovsky. DJ. 25/04/2012).

No incidente, a parte ora requerente alega que o entendimento de que houve absorção do reajuste pretendido na demanda pela modificação superveniente na estrutura remuneratória do servidor resta equivocado, ressaltando, mais uma vez, que os valores requeridos não se encontram prescritos.

Ante a inadmissão do seu pedido de uniformização, a parte demandante interpôs agravo, requerendo a retratação da decisão de inadmissão ou a remessa dos autos a TNU.

Mantendo a decisão agravada, a Turma encaminhou os autos a TNU.

Em 10/04/2014, o então Presidente desta TNU proferiu decisão negando provimento ao agravo interposto ante a incidência das Questões de Ordem 18 e 22, ambas da TNU, uma vez que o recorrente não demonstrou, de forma inequívoca, a similitude fática entre o acórdão vergastado e os paradigmas colacionados, pois, enquanto os paradigmas se referiam à questão da ausência de prescrição do fundo de direito, a Turma de origem julgou improcedentes os pedidos autorais sob o fundamento de que as diferenças salariais pleiteadas foram incorporadas às revisões e aos novos planos de cargos e salários posteriores.

Por fim, inconformada com a decisão monocrática que negou provimento ao agravo, a parte ora requerente interpôs pedido de uniformização dirigido ao STJ, o qual passo a analisar.

É, no essencial, o relatório.

O pedido não merece acolhimento.

O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que "O pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização" (grifei, AgRg na Pet 10463/PE, 28.5.2014, DJe 02/06/2014), sendo inviável a interposição do referido incidente para o STJ contra decisão monocrática do Presidente da TNU.

Além disso, inexistindo decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de mérito acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502567-34.2013.4.05.8303
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARINES CAZUZA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de concessão/restabelecimento de benefício assistencial, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 2008.33.00.711504-2, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao requerimento administrativo, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500868-39.2012.4.05.8304
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARCOS ANTÔNIO SIMPLICIO DE BARROS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de concessão/restabelecimento de benefício assistencial, com efeitos a partir da data do ajuizamento da ação.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 2008.33.00.711504-2, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao requerimento administrativo, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514434-38.2010.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JOÃO DARC DE LIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ré, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, condenou a autarquia a devolução dos valores indevidamente pagos a título de benefício previdenciário, por erro da administração.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido, ao entender que não seria possível o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiu de julgado do STJ, que, ao contrário, decidiu pela possibilidade dos descontos, mesmo diante de boa-fé, a quem é garantido o parcelamento do débito.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela

Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.

[...]

5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.

6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.

7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."

(PEDILEF 2011.70.54.000676-2, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, julgado pela TNU em 07/05/2014)

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5058664-10.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANNELISE WINGE
PROC./ADV.: ISADORA COSTA MORAES OAB: RS-43166
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou a incidência de imposto de renda sobre juros moratórios decorrente de sentença trabalhista.

A parte requerente sustenta que as verbas recebidas pela parte recorrida tem caráter indenizatório, devido aos prejuízos causados ao credor pelo pagamento atrasado de seu crédito.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte requerente.

A TNU, no julgamento do PEDILEF n. 50061243920134047200 (Sessão do dia 11.3.2015), o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pela possibilidade de incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas ora em discussão, tendo em vista a sua natureza remuneratória. Senão, vejamos:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO PAGAMENTO DE VERBAS EMINENTEMENTE REMUNERATÓRIAS. AÇÃO TABALHISTA QUE TRATA DE INCORPORAÇÃO DE PLANOS ECONÔMICOS. DEMANDA COLETIVA QUE NÃO TRATA DA EXTINÇÃO DE CONTRATO DE EMPREGO. CABIMENTO DA EXAÇÃO TRIBUTÁRIA. ALINHAMENTO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela União em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina que, em sede de adequação, reconheceu a isenção do IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o crédito pago em ação trabalhista, sob o fundamento de que os valores se referem à verba recisória de relação de trabalho.

2. O recorrente aduz que os valores em comento dizem respeito à verba eminentemente remuneratória (salário e/ou diferenças reflexas), apontando como paradigma da divergência decisão oriunda do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que os juros moratórios, como acessórios, devem ter a mesma sorte da verba principal. Assim, incidindo imposto de renda sobre verbas de caráter remuneratório, o mesmo tributo deve incidir sobre os juros de mora respectivos, exceto quando se tratar de verbas recebidas em ação trabalhista em razão da perda do emprego (REsp 1.227.133/RS e o REsp 1.089.720/RS).

3. O acórdão ora recorrido julgou procedente o reconhecimento da referida isenção, sob os seguintes termos:

(...) Assim, adotando-se o entendimento fixado no REsp n. 1.089.720/RS, a regra é a incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora, ressalvados os casos em que a verba principal for isenta ou estiver fora do campo de incidência do tributo, ou quando no contexto da rescisão de contrato de trabalho (...)

No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento do reajuste de 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

4. Com efeito, no julgamento do representativo da controvérsia - PEDILEF 5000554-76.2012.4.04.7113 - foi firmado, com base na teste esposada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.089.720/RS, o entendimento de que há incidência do IR sobre os juros de mora, no caso de pagamento de verbas recebidas judicial e administrativamente, inclusive em reclamações trabalhistas, quando presente o caráter remuneratório das verbas concedidas - o acessório segue o principal.

4.1 Ao revés, foram reconhecidas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada (aqui o acessório segue o principal)". No mesmo sentido o AgRg no REsp 1436720/PR, DJ 02/05/2014 e AgRg no AREsp 337.837/RS, 27/08/2013.

4.2 Dessa sorte, cuidando-se de verbas recebidas em ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias, para que haja a referida isenção.

4.3 Da análise do acórdão vergastado, depreende-se claramente que as verbas recebidas pela parte autora não se enquadram nas referidas exceções. E explico.

4.4 Em que pese o entendimento de que a alteração do regime jurídico de trabalho do celetista para o estatutário implica em extinção do contrato de trabalho, não foi o que ocorreu na apresente situação.

4.5 No caso me exame, as verbas restringem-se ao pagamento de incorporações de reajustes e diferenças salariais - reajuste 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

- UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

4.6 Destarte, a situação em exame, cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial. De fato, o acórdão recorrido predica explicitamente que a demanda trabalhista, de onde surgiu as verbas ora discutidas, não tratou da rescisão do contrato de emprego, de maneira a recair na regra geral estabelecida pelo STJ, o que justifica a exação.

5. Por essas razões, conheço e dou provimento ao Incidente de Uniformização para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame, ressalvado o regime de competência. "

No presente caso, as instâncias ordinárias concluíram que não se trata das exceções anteriormente elencadas, aplicando-se, à espécie, a regra geral.

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5012184-28.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: BATISTA RIBEIRO PINTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5017004-90.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: DEBORAH TERRA VASQUES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009615-97.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: BENEDITO CELESTINO
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA OAB: PR-23771
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com súmula da TNU segundo a qual, mesmo no caso de não comprovação da incapacidade, o julgador deve levar em consideração as condições pessoais do segurado. Requer, assim, o provimento do recurso para a concessão de benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5011617-40.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ÂNGELA MARIA HERNANDES MAZZOTTI
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA OAB: PR-23771
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com súmula da TNU segundo a qual, mesmo no caso de não comprovação da incapacidade, o julgador deve levar em consideração as condições pessoais do segurado. Requer, assim, o provimento do recurso para a concessão de benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003935-10.2012.4.04.7011
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MÁYCON WILLIAN VIEIRA
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA OAB: PR-23771
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com súmula da TNU segundo a qual, mesmo no caso de não comprovação da incapacidade, o julgador deve levar em consideração as condições pessoais do segurado. Requer, assim, o provimento do recurso para a concessão de benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001281-22.2013.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ELTO FRANSISCO BOBATO
PROC./ADV.: SILMAR FERREIRA DITRICH OAB: PR-25134
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, trazendo julgados dito paradigmas e demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ainda que assim não fosse, as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5011656-53.2011.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SUELI DIAS DE PAULA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com súmula da TNU segundo a qual, mesmo no caso de não comprovação da incapacidade, o julgador deve levar em consideração as condições pessoais do segurado. Requer, assim, o provimento do recurso para a concessão de benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0530586-64.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA MESSIAS DAS FLORES
PROC./ADV.: ROMERO DE GOUVEIA GRANJA OAB: PE-20 914
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que foram verificadas as condições necessárias à percepção do benefício, nos seguintes termos:

Destarte, havendo restado provado, de acordo com o livre entendimento do Magistrado singular, que a situação econômica da parte Autora é idônea a lhe lastrear a obtenção do benefício de assistência social requerido nos autos, caberia ao INSS fazer prova em contrário, melhor dizendo, tendo em vista que ficou demonstrado e reconhecido a existência de fato constitutivo do direito do Autor, deveria o Instituto recorrente afastá-lo, através da demonstração de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de tal direito, nos termos do que preceitua o Código de Ritos Adjetivos Pátrio, o que, no caso dos autos, não ocorreu.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500125-86.2013.4.05.8306
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: SEVERINA FRANCISCA DE SOUSA
PROCURADOR: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVAOAB/PB 4007
RÉU: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

A Turma de origem fixou o termo inicial do benefício assistencial a partir da data da juntada da citação do réu.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual o termo a quo do benefício em debate é a data do requerimento administrativo.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que o benefício deverá ser concedido a partir da data da citação do réu, nos seguintes termos:

"Com efeito. Andou bem a sentença em não conceder o benefício a partir da DER, tendo em vista que o laudo pericial informou que não há como precisar a data de início da incapacidade.

Nada obstante, é de se ver que a parte apresentou vários atestados médicos, sendo todos posteriores à data do requerimento. Nesta esteira, a adoção da data da citação como DIB mostra-se a decisão mais acertada, uma vez que, de um lado, a incapacidade já existia a esta época, e, de outro, somente com a citação o réu teve ciência de que o benefício seria devido."

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser fixado em privilegio ao princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora, motivo pelo qual o termo inicial deve não pode ser a data do requerimento administrativo, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511512-65.2012.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: DEMONTIER PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004231-27.2009.4.03.6308
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: DALGISA DO PORTO DIAS
PROC./ADV.: ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA OAB: SP-172851
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou a concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Inicialmente, verifica-se que a parte não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. O aresto da Terceira Turma Recursal do JEF de São Paulo mostra-se inservível.

Com efeito, a Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º da Lei nº 10.259/2001.

Ademais, no presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais e pessoais do caso concreto, entendeu que a incapacidade da parte autora é preexistente ao seu reingresso no regime geral de previdência.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510319-78.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO LEONARDO SALDANHA DA SILVA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrado o impedimento de longo prazo do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que o prazo estipulado como razoável à reinserção social do requerente é de aproximadamente seis meses.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511126-98.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CARLOS ROBERTO PEREIRA SILVA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0000950-79.2008.4.03.6314
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): SAMUEL DE PAULA
PROC./ADV.: CÉZAR DE SOUZA OAB: SP-133 459

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente da jurisprudência de Turmas Recursais de outras regiões no sentido de que a parte autora possui condições de exercer atividades que não requeiram esforço físico, não tendo direito ao benefício pleiteado.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após exame das provas e estudo socioeconômico, entendeu que foram preenchidos os requisitos legais para a concessão do benefício assistencial - LOAS, julgando procedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001964-53.2007.4.03.6308
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: GUARACY JULIANO DE VASCONCELOS
PROC./ADV.: ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA OAB: SP-172851
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501668-61.2012.4.05.8306
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: PEDRO LUCAS DA SILVA
PROC./ADV.: FABIANA BENIGNA MUNIZ DE SOUSA OAB: PE-31662
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a incapacidade hábil a percepção do beneficio, nos seguintes termos:

"O perito judicial é profissional legalmente habilitado cuja função é a elucidação do juízo quanto à condição da parte autora; no caso, o expert afirmou (anexo 22), categoricamente, que a enfermidade da demandante, atualmente com onze anos de idade, a saber, Pé torto congênito (PTC)-(CID: Q.66), não o incapacita para a vida independente nem para as atividades normais da sua idade (quesito 08, 09, 11). Concluiu o expert: "(...) não se pode olvidar que, quando atingir a maioridade e de acordo com o seu desenvolvimento motor e cognitivo, o periciando possa conseguir desenvolver habilidades motoras que o possibilitem futuramente exercer atividade laborativa compatível coma utilização das mãos (...)".

Apesar do juiz não estar restrito às conclusões do laudo pericial, creio que, para o caso em questão, restou evidenciada a capacidade da parte autora para atividades normais de sua idade.

Esta Turma Recursal adota o entendimento de que a concessão de benefício assistencial quando se trata de menor, cuja incapacidade para o trabalho é inerente à própria idade, só é viável quando as limitações impostas pela doença implicam na necessidade de acompanhamento de um dos pais de forma a impedir de trabalhar, o que não se verifica no caso dos autos."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000608-41.2007.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: GERALDO ENZO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Demais disso, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que, "quando o julgador não reconhece incapacidade para o trabalho, não tem obrigação de analisar as condições pessoais e sociais do segurado, muito embora não fique impedido de fazer tal análise se, segundo seu livre convencimento motivado, entender cabível" (grifei - PEDILEF 0052862.57.2008.4.03.6301).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500950-22.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: IVÁN INÁCIO DE SOUZA FILHO
PROC./ADV.: ANTÔNIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a limitação sofrida pelo requerente não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504681-18.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: LÚCIA MARIA FERREIRA DE ARAÚJO
PROC./ADV.: ISADORA COELHO DE AMORIM OLIVEIRA OAB: PE-16455
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a miserabilidade hábil a percepção do beneficio, nos seguintes termos:

"Tendo em vista esse entendimento, e analisando detidamente a prova dos autos, em especial o mandado de verificação/perícia social, sobretudo as fotos da residência da requerente, observo que esta não se encontra em situação de miserabilidade, não sendo necessária a proteção do Estado, que deve se dar apenas de modo subsidiário.

- Conforme mencionado pelo juízo monocrático:

[...]

Destaca-se que foi informado à assistente social a percepção de renda no valor de um salário mínimo por mês percebido pelo filho da autora referente ao seu emprego como zelador. Conforme petição apresentada pela autarquia ré, constante do anexo 17, foi demonstrado que o mesmo recebe em média R$ 780,00 (setecentos e oitenta reais) mensais.

[...]

Destarte, o que se pode concluir é que a autora não passa por grave situação de necessidade que enseje a concessão do benefício postulado. As simples dificuldades financeiras, de resto enfrentadas por significativa parcela da população brasileira, não têm o condão de autorizar o benefício em espécie.

[...]

Vê-se claramente, portanto, que não se trata de grupo familiar miserável, mas apenas pobre. De se salientar que muitos brasileiros garantem seu sustento na informalidade. Assim, ainda que seja alegado que a renda per capita seja inferior a ¼ do salário-mínimo, as condições de vida do grupo familiar verificadas dão conta que existe outras rendas não declaradas."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000506-82.2008.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANTONIO ALCEU BELOTI
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de be-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

nefício assistencial, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a condição de miserabilidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da condição de miserabilidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000924-23.2008.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JAINE NATALY RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: BRUNO LEONARDO FOGAÇA OAB: SP-194818
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente da jurisprudência do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões no sentido de que é possível a utilização de outros meios para averiguação concreta da renda familiar

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo do laudo sócio-econômico, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500089-63.2007.4.05.8303
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: CÍCERO NASCIMENTO DA SILVA
PROC./ADV.: FRANCISCO MARIANO BARROS OAB: PE 14.824
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a incapacidade hábil a percepção do beneficio.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, no tocante aos demais paradigmas, verifico que tampouco a sugerida divergência jurisprudencial restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501267-49.2013.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA MARIA PATRÍCIO MERANDA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
PROC./ADV.: JACY CHAGAS PINTO OAB: CE-10336
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001338-21.2008.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ELIENE OLIVEIRA SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente da jurisprudência do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões no sentido de que é possível a utilização de outros meios para averiguação concreta da renda familiar

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo do laudo sócio-econômico, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001283-65.2007.4.03.6314
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ADAUTO PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: ROMUALDO VERONESE ALVES OAB: SP-144034
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente da jurisprudência do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões no sentido de que é possível a utilização de outros meios para averiguação concreta da renda familiar

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo do laudo sócio-econômico, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503093-28.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ XAVIER DE LIMA FILHO
PROC./ADV.: FRANCISCO CORDEIRO ANGELO OAB: CE-10560
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade de longo prazo do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juizo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou haver prognóstico positivo do tratamento a que o autor se submete, cuja duração é de um prazo compreendido entre seis meses e cento e oitenta dias.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001543-81.2007.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MANUEL EUGÊNIO SOBRINHO
PROC./ADV.: DÁZIO VASCONCELOS OAB: SP 133.791
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente da jurisprudência do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões no sentido de que é possível a utilização de outros meios para averiguação concreta da renda familiar

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo do laudo sócio-econômico, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000863-65.2008.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE MONTEIRO DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, concedeu benefício assistencial, sob o fundamento de que todos os requisitos para tal foram preenchidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que se verificou o cumprimento de todos os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002974-19.2008.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ CARLOS DE SOUZA VALENTE
PROC./ADV.: RICARDO VASCONCELOS OAB: SP-120698

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que a parte autora faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez, uma vez que restaram preenchidos os requisitos legais exigidos pela norma.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510059-41.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA RAIANE DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.

O acórdão recorrido afastou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001884-64.2008.4.03.6305
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: KAREN WERNEQUE DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo da provas dos autos, bem como laudo socioeconômico, entendeu que não foram preenchidos os requisitos legais para a concessão do benefício LOAS, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002405-97.2008.4.03.6308
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ODETE MARIA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARIA AUXILIADORA MACEDO DO AMARAL OAB/SP - 269240

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que a parte autora faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez, uma vez que restaram preenchidos os requisitos legais exigidos pela norma.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0015548-96.2007.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FRANCISCA MOREIRA PEREIRA
PROC./ADV.: EDELI DOS SANTOS SILVA OAB: SP-36063
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Demais disso, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que, "quando o julgador não reconhece incapacidade para o trabalho, não tem obrigação de analisar as condições pessoais e sociais do segurado, muito embora não fique impedido de fazer tal análise se, segundo seu livre convencimento motivado, entender cabível" (grifei - PEDILEF 0052862.57.2008.4.03.6301).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518292-72.2013.4.05.8300
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDILZA VIDAL GOMES TRAJANO
PROC./ADV.: PAULIANNE ALEXANDRE TENÓRIO OAB: PE 20.070

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que foram verificadas as condições hábeis à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Sendo incontroverso o preenchimento do requisito atinente à miserabilidade, faz-se necessária a análise da incapacidade.

- No pertinente a incapacidade, o laudo pericial constatou que a parte autora é portadora de infecção de artroplastia total do quadril direito realizada após fratura do colo femoral ipsilatera. De acordo com o perito, o pericianda apresenta incapacidade total e temporária, entretanto, segundo ele o prognóstico é pessimista. Logo, considerando que a demandante nunca exerceu atividade remunerada, apenas algumas poucas, temporárias e breves atividade informais e é analfabeta, percebe-se que são remotas as possibilidades de integração ao mercado de trabalho.

- No presente caso, o perito judicial constatou que a incapacidade total e temporária existia há 4 (quatro) meses e estipulou tratamento pelo período de 6 (seis) meses, após a submissão ao tratamento cirúrgico para a revisão da artroplastia do quadril direito e consequente resolução do processo infeccioso local. No entanto, afirmou que a incapacidade é contínua e que o prognóstico é pessimista (quesitos nº 13 e 14)."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sobre o tema, a TNU, por meio do PEDILEF nº 00138265320084013200, já assentou seu entendimento sobre o assunto, no sentido de ser possível a concessão do benefício assistencial ainda que a incapacidade seja temporária, analisadas as condições especiais do caso concreto, verbis:

"EMENTA-VOTO PREVIDENCIÁRIO. LOAS. INCAPACIDADE PARCIAL E TEMPORÁRIA. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. PRECEDENTES DA TNU. 1. "O art. 20 da Lei n° 8.742/93 não impõe que somente a incapacidade permanente, mas não a temporária, permitiria a concessão do benefício assistencial, não cabendo ao intérprete restringir onde a lei não o faz, mormente quando em prejuízo do necessitado do benefício e na contramão da sua ratio essendi, que visa a assegurar o mínimo existencial e de dignidade da pessoa." (PEDILEF 200770530028472, Rel. JUIZ FEDERAL MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Data da Decisão 13/09/2010, DOU 08/02/2011, SEÇÃO 1). 2. Esta Eg. TNU também já assentou que "a transitoriedade da incapacidade não é óbice à concessão do benefício assistencial, visto que o critério de definitividade da incapacidade não está previsto no aludido diploma legal. Ao revés, o artigo 21 da referida lei corrobora o caráter temporário do benefício em questão, ao estatuir que o benefício 'deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem'". (PEDILEF n° 200770500108659 - rel. Juiz Federal OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT - DJ de 11/03/2010). 3. "Resta assente que este conceito de capacidade para a vida independente não está adstrito apenas às atividades do dia-a-dia, vez que não se exige que o(a) interessado(a) esteja em estado vegetativo para obter o Benefício Assistencial. Dele resulta uma exigência de se fazer uma análise mais ampla das suas condições pessoais, familiares, profissionais e culturais do meio em que vive para melhor avaliar a existência ou não dessa capacidade". (PEDILEF 200932007033423, Rel. JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, Data da Decisão 05/05/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 30/08/2011). 4. Pedido conhecido e improvido."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002552-36.2007.4.03.6316
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTÔNIO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: FABIANO BANDECA OAB: SP-191 632

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0037170-18.2008.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: SANDRO JOSÉ DE SOUZA
PROC./ADV.: CÉLIA REGINA REGIO OAB: SP-264692
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de concessão do benefício assistencial, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios por incapacidade deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao requerimento administrativo, motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data do laudo pericial, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007973-22.2007.4.03.6311
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: DENNER DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de concessão do benefício assistencial, com efeitos a partir da data do laudo sócioeconômico.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios por incapacidade deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao requerimento administrativo, motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data do laudo pericial, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504365-51.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CARLOS FLORÊNCIO GALDINO
PROC./ADV.: HIACY QUEIROZ OAB: CE-21762
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade de longo prazo do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que dentro do prazo aproximado de cinco meses o requerente estará reabilitado ao exercício de atividades que exijam menor esforço físico.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510984-31.2012.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ VÍTOR DA SILVA TELES
PROC./ADV.: MARCIAL FERREIRA CARVALHO OAB: CE-10649
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que a renda familiar permite inferir a ausência do estado de miserabilidade.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

A Terceira Seção do STJ, através do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para que sejam analisadas as condições sociais da parte, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000186-18.2007.4.03.6318
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IVONE BORASCHI
PROC./ADV.: JULIANA MOREIRA LANCE COLI OAB: SP-194657

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, concedeu/manteve auxílio-doença, sob o fundamento de que todos os requisitos para tal foram preenchidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que se verificou o cumprimento de todos os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500765-10.2013.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO ADALBERTO LOURENÇO JARDIM
PROC./ADV.: KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO OAB: CE-17762
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacita aos estudos e atos da vida independente.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500692-25.2014.4.05.8002
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: DORIZETE MARIA DA SILVA ARAÚJO
PROC./ADV.: KÁTIA FELINA DE O. FERREIRA OAB: PE-933
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a limitação sofrida pela requerente não a incapacita ao exercício de atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502450-34.2013.4.05.8015
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS
PROC./ADV.: EDES SOARES DE OLIVEIRA OAB: AL 5.777
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacita ao exercício de outras atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500068-46.2014.4.05.8302
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: GENILDO TEMÓTEO BEZERRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foram verificadas a incapacidade e a miserabilidade hábeis a percepção do beneficio, nos seguintes termos:

"No pertinente a incapacidade, o laudo pericial constatou que a parte autora é portadora de Doença renal crônica compensada no momento. De acordo com o perito: "O periciado fez nefrectomia à direita em maio de 2012 e desenvolveu, em seguida, doença crônica no rim remanescente. Está clinicamente estável, o quadro vem sendo bem controlado até o momento sem a necessidade de diálise. Não há incapacidade para a função de vendedor de confecção em feira." Logo, é possível perceber que a incapacidade não está configurada. (anexo 16).

-Quanto à miserabilidade, no caso desses autos, a autora com seu cônjuge e duas filhas, os quais declaram possuir renda mensal de R$380,00. Entretanto, é possível observar nas fotos da residência que o imóvel está em boa condição, possui cerâmica, foro, além disso, o fogão e a geladeira são novos, o grupo familiar tem computador e televisão de LCD. Ademais, o demandante possui um automóvel do modelo Fox 2008.

- Portanto, a partir das provas colacionadas aos autos, o autor não preenche nenhum dos requisitos exigidos para concessão do benefício."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500780-67.2013.4.05.8303
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: BARBARA VICTORIA CAVALCANTI
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20418
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se inicialmente que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.

Ainda que assim não fosse, tem-se que no presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foram verificadas a incapacidade e a miserabilidade hábeis a percepção do beneficio, nos seguintes termos:

"(...) Realizada a perícia médica (doc. 16), a especialista do juízo constatou que a demandante é portadora de talassemia minor (CID D56) e de dermatite atópica (CID L20), desde o seu nascimento (quesito 05). A perita judicial constatou que a autora não apresenta sinais de incapacidade para suas atividades habituais, necessitando, porém, de acompanhamento médico rigoroso das patologias existentes. Isso porque, a dermatite atópica não tratada pode se transformar em porta para infecções, que em virtude da anemia decorrente da talassemia, pode demorar para ser debelada, expondo a menor a risco de agravamento. Expôs a expert que não há deficiência física nem incapacidade, mas apenas a possibilidade de anemia e descamação de pele, sem repercussões no dia-a-dia. Ressalvou a perita que apenas se a autora permanecer longos períodos sem tratamento é que as lesões da dermatitite podem se tornar porta de infecções, o que pode se complicar em virtude da anemia. Entretanto, como ressaltado pela especialista, isso não está ocorrendo no momento. (...)"

- Recurso improvido. Sentença que se mantém por seus próprios fundamentos."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

No que concerne ao pedido de análise das condições pessoais e sociais da parte ora recorrente aplica-se o óbice presente na Súmula 77 da TNU: "O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual"

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500465-02.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: GILIEL EXPEDITO DA CONCEIÇÃO SANTOS
PROC./ADV.: KATIA FELINA DE O. FERREIRA OAB: AL-5797
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a limitação sofrida pelo requerente não o incapacita ao exercício das atividades compatíveis com sua idade, podendo no futuro ser reabilitado profissionalmente para executar funções que não exijam grande eficácia visual.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006545-95.2008.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROSEMEIRE RIBEIRO
PROC./ADV.: JOSÉ MARCELO ZANIRATO OAB: SP-18007

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que a parte autora faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez, uma vez que restaram preenchidos os requisitos legais exigidos pela norma.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0036274-72.2008.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA PEREIRA DE MATOS DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO FRANCISCO ALVES DE SOUSA OAB: SP-151432

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que a parte autora faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez, uma vez que restaram preenchidos os requisitos legais exigidos pela norma.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0046662-97.2009.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AIRTON ALVES DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

Sustenta a parte ora requerente que, por se tratar de sentença ilíquida na origem, tal sentença deve ser anulada. Alega, ainda, a aplicabilidade da Lei 11.960/09 quanto aos juros.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada quanto à sentença ilíquida, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge dos entendimentos esposados no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

No que tange aos juros, verifico que a sentença mantida no acórdão vergastado já determinou a incidência da Lei 11.960/09 ao caso, havendo falta de interesse de agir neste aspecto.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003383-56.2008.4.03.6314
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ONESIMO JOSE DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCIA REGINA ARAUJO PAIVA OAB: SP-134910

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que a parte autora faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez, uma vez que restaram preenchidos os requisitos legais exigidos pela norma.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000270-10.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: APARECIDA TAVARES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: RUBENS PEREIRA DE CARVALHO OAB: PR-16794
PROC./ADV.: EDNA MARIA ARDENGHI DE CARVALHO OAB: PR-39716
PROC./ADV.: LEONARDO ARDENGHI DE CARVALHO OAB: PR-49369
PROC./ADV.: LARIANE ARDENGHI DE CARVALHO OAB: PR-54 103
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrado o estado de miserabilidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Terceira Seção do STJ, através do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, firmou entendimento na seguinte direção:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

No presente caso, a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar comprovada a situação de vulnerabilidade social, considerando que a requerente aufere renda per capita superior à mínima prevista legalmente, vive em residência própria bem conservada, composta por seis cômodos, possuindo automóvel, telefone fixo, móveis, eletrodomésticos e plano de assistência funerária.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501207-80.2012.4.05.8309
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLEOMÁCIO DOS SANTOS ALENCAR
PROC./ADV.: JOÃO PAULO GOMES PEDROSA BEZERRA OAB: PE-1171

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo parcialmente a sentença, concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se inicialmente que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que as bases fáticas versadas no acórdão paradigma não são consonantes às debatidas no acórdão recorrido, uma vez que este último mantém a concessão do benefício assistencial por terem sido verificadas as condições de miserabilidade e deficiência do autor da demanda, enquanto que os paradigmas defendem a possibilidade de ocorrer a prescrição de fundo de direito no prazo de 5 anos do requerimento administrativo. Nesse sentido, inexistente é o requisito formal, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Incide à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0061789-46.2007.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA INES MOREIRA MACIEL
PROC./ADV.: FABIANA SEMBERGAS PINHAL OAB: SP-253 100

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que a parte autora faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez, uma vez que restaram preenchidos os requisitos legais exigidos pela norma.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503150-37.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: VICTOR PONTES AMORIM
PROC./ADV.: JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA OAB: PB-12 519
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacita aos atos da vida diária ou ao desempenho das futuras atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523620-80.2013.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MATEUS FELIPE DE ALBUQUERQUE BOTELHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais do recorrente, decidiu que não foram verificadas as condições hábeis à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Quanto ao aspecto da miserabilidade, declarou-se no formulário de renda familiar (anexo 8) que a parte autora reside com sua genitora, que aufere renda no valor de R$ 600,00 por mês, e mais duas irmãs, sendo que uma dela já recebe benefício da Previdência Social no valor de um salário mínimo mensal.

Do ponto de vista formal, a renda familiar mensal gira em torno de R$ 1.350,00, valor que, de per si, já se afigura suficiente para garantir a sobrevivêncvia digna dda família da autora.

Outrossim, as informações e fotografias constantes do mandado de verificação (anexos 23 e 24) comprovam que a requerente não se encontra em situação de vulnerabilidade econômica. A extensão da residência e a quantidade e qualidade dos móveis que guarnecem a casa estão a demonstrar que a autora desfruta de uma vida provida de um mínimo de conforto, que em muito difere da realidade dos grupos familiares miseráveis. "

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, não há como prosperar o pedido de uniformização suscitado pelo recorrente, uma vez que os paradigmas não representam as mesmas bases fáticas do acórdão recorrido. Enquanto este último afasta o benefício por reconhecer que a renda per capita é superior a ¼, tanto pelo valor elaborado no formulário da renda familiar quanto pelas condições pessoais, os paradigmas debatem a presunção absoluta da miserabilidade quando verificada a renda inferior a ¼ do salário mínimo.

Incide deste modo, a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005614-55.2009.4.03.6303
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: JOSÉ CARLOS RODRIGUES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, entendeu que a incapacidade da parte autora é preexistente ao seu reingresso ao regime geral de previdência.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5035488-36.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANA LUIZA DOS S. MACHADO REP. LEGAL LUIZA OTÍLIA DOS SANTOS MACHADO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

O acórdão recorrido manteve a sentença que rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrado o estado de miserabilidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000547-25.2008.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ROBERTINA ELIAS TONIN
PROC./ADV.: JOSÉ ALEXANDRE FERREIRA OAB: SP 192.911
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de SP que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria por invalidez, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data da cessação indevida.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 501723172009405850O).

Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que, em qualquer caso se privilegia o livre convencimento motivado do magistrado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0061885-90.2009.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: DORACI DA CONCEIÇÃO RIBEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU e de Turmas Recursais de outras regiões, segundo a qual, para a concessão do benefício por incapacidade aos portadores do vírus da AIDS, é necessário considerar outros pontos relativos ao caso concreto a fim de avaliar a existência da incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte agravante.

A TNU, por meio da Súmula 78, aprovada na Sessão do dia 11.9.2014, pacificou o entendimento no sentido de que, "Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.".

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0030495-73.2007.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ARNALDO SANTO OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade laborativa.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503621-10.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ROSÂNGELA MARIA DIAS DO VALE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a miserabilidade hábil a percepção do beneficio, nos seguintes termos:

"A Parte Autora é portadora de perda auditiva bilateral, há quatro anos, sendo o requisito da deficiência devidamente comprovado. Muito embora em caráter parcial e podendo exercer outras atividades que não demandem acuidade auditiva, entendo, de igual modo como o juízo a quo, que a incapacidade da Autora é total, analisadas suas condições pessoais, vez que sua idade, 55 anos, não a credencia a um novo esforço de adaptação ao concorrido mercado de trabalho.

Com relação a miserabilidade, conforme se depreende do Mandado de Verificação (anexo 27), a parte reside com seu esposo e um filho. Seu esposo vende confecções e aufere renda de aproximadamente R$ 200,00 a R$ 300,00 mensais e a Autora recebe auxílio do programa Bolsa Família no valor de R$ 70,00.

No mesmo Mandado de Verificação, verifica-se que a Parte Autora ostenta móveis e eletrodomésticos que não condizem com a situação de penúria perseguida pela legislação em comento, denotando a existência de renda não declarada. Se este relativo conforto se deve ao fato de receber ajuda do filho, Lucrécio Dias Leite, ou, ainda, se parte dos eletrodomésticos pertencerem ao mesmo, verdade é que não está caracterizada a situação de vulnerabilidade social narrada pela Recorrente.

[...]

É preciso ponderar que o benefício assistencial não tem por fim complementar a renda familiar ou proporcionar maior conforto ao beneficiário, mas se destina ao idoso ou deficiente em estado de penúria, que comprove os requisitos legais, sob pena de ser concedido indiscriminadamente em prejuízo daqueles que realmente necessitam, na forma da lei."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505176-53.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: SEVERINO LINDOLFO MOUSINHO
PROC./ADV.: EZANDRO GOMES DE FRANÇA OAB: RN-9827
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de aposentadoria por idade rural, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Inicialmente, verifica-se que a Turma recursal de origem concluiu pelo indeferimento do pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora não demonstrou a sua qualidade de segurado especial, haja vista a ausência de início de prova material apto, bem como pelo fato de que restou constatado o exercício de atividade urbana pelo autor dentro do período de carência.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 00139766120104014300, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente quanto à revaloração das provas apresentadas, nos seguintes termos:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. PROVAS QUE FORAM ADMITIDAS, MAS NÃO FORAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À CONVICÇÃO DOS JULGADORES. QUESTÃO DE ORDEM 22 E SÚMULA 42 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. O julgamento proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins não apresenta qualquer contrariedade com o julgamento apresentado como paradigma, já que não negou aos documentos apresentados a potencialidade probante desejada pela parte autora da demanda, mas sim que sua força efetiva de comprovação da situação fática subjacente ao direito alegado foi insuficiente ao convencimento dos julgadores, tanto do JEF como da TR-SJTO. Portanto, não há similitude fática e jurídica do paradigma apresentado, porque o julgamento pela TR-SJTO não negou validade às provas apresentadas, mas antes as ponderou, junto a outros elementos dos autos, para considerar não comprovada a situação fática do exercício do labor rural pelo período de carência exigido na hipótese dos autos, de 156 meses. Aqui incide a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)." Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU, se vencida a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato (Publicada no DJ de 03/11/2011, à página 128)." Assim, voto pelo não conhecimento do PEDILEF da parte autora da demanda."

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503618-46.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: IVONETE FAUSTINO FERREIRA
PROC./ADV.: EZANDRO GOMES DE FRANÇA OAB: RN-9827
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de aposentadoria por idade rural, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Inicialmente, verifica-se que a Turma recursal de origem concluiu pelo indeferimento do pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora não demonstrou a sua qualidade de segurada especial, haja vista a ausência de início de prova material apto, a fragilidade da prova testemunhal, bem como pelo fato de que restou constatado que "a recorrente possui contribuições individuais na condição de vendedor ambulante no ano de 2005 e endereço cadastrado junto ao INSS em Parnamirim (anexo 18) nessa mesma época".

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 00139766120104014300, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente quanto à revaloração das provas apresentadas, nos seguintes termos:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. PROVAS QUE FORAM ADMITIDAS, MAS NÃO FORAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À CONVICÇÃO DOS JULGADORES. QUESTÃO DE ORDEM 22 E SÚMULA 42 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. O julgamento proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins não apresenta qualquer contrariedade com o julgamento apresentado como paradigma, já que não negou aos documentos apresentados a potencialidade probante desejada pela parte autora da demanda, mas sim que sua força efetiva de comprovação da situação fática subjacente ao direito alegado foi insuficiente ao convencimento dos julgadores, tanto do JEF como da TR-SJTO. Portanto, não há similitude fática e jurídica do paradigma apresentado, porque o julgamento pela TR-SJTO não negou validade às provas apresentadas, mas antes as ponderou, junto a outros elementos dos autos, para considerar não comprovada a situação fática do exercício do labor rural pelo período de carência exigido na hipótese dos autos, de 156 meses. Aqui incide a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)." Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU, se vencida a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato (Publicada no DJ de 03/11/2011, à página 128)." Assim, voto pelo não conhecimento do PEDILEF da parte autora da demanda."

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002661-19.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FERNANDO BATISTA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, concedeu aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que todos os requisitos para tal foram preenchidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que se verificou o cumprimento de todos os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509665-16.2012.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MICHELLE SANTANA DOS SANTOS
PROC./ADV.: PAULIANNE ALEXANDRE TENÓRIO OAB: PE 20.070
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a miserabilidade hábil a percepção do benefício, nos seguintes termos:

"In casu, foi realizada perícia social (anexo 27), em que restou comprovado que a autora reside com sua mãe. Informa a assistente social que a renda da família é composta mensalmente por R$220,00, proveniente faxinas realizadas pela genitora; mais R$100,00 proveniente de venda de salsicha, aos finais de semana; mais uma ajuda de valor não especificado dado por uma igreja.

Analisando o laudo social e as fotos da residência da demandante (anexo 27) verifica-se que a casa é própria, de alvenaria, com 06 (seis) cômodos: 02 quartos, sala, cozinha, banheiro e terraço; com forro de gesso, piso revestido por cerâmica; guarnecendo fogão, geladeira, aparelho telefônico sem fio etc. Uma condição de moradia modesta, todavia diferente da realidade das famílias que sobrevivem com um valor inferior ao critério de ¼ do salário mínimo.

Portanto, verifica-se haver incompatibilidade entre a renda declarada e as condições de vida da autora.."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504034-66.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: SEVERINA MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de aposentadoria por idade rural, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Inicialmente, verifica-se que as instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado em virtude da fragilidade da prova material apresentada, tendo em vista que as provas não são suficientes para a comprovação da qualidade de segurada especial, bem como pelo fato de que o depoimento pessoal e a inspeção judicial não foram favoráveis à requerente.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 00139766120104014300, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente quanto à revaloração das provas apresentadas, nos seguintes termos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DO

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. PROVAS QUE FORAM ADMITIDAS, MAS NÃO FORAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À CONVICÇÃO DOS JULGADORES. QUESTÃO DE ORDEM 22 E SÚMULA 42 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. O julgamento proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins não apresenta qualquer contrariedade com o julgamento apresentado como paradigma, já que não negou aos documentos apresentados a potencialidade probante desejada pela parte autora da demanda, mas sim que sua força efetiva de comprovação da situação fática subjacente ao direito alegado foi insuficiente ao convencimento dos julgadores, tanto do JEF como da TR-SJTO. Portanto, não há similitude fática e jurídica do paradigma apresentado, porque o julgamento pela TR-SJTO não negou validade às provas apresentadas, mas antes as ponderou, junto a outros elementos dos autos, para considerar não comprovada a situação fática do exercício do labor rural pelo período de carência exigido na hipótese dos autos, de 156 meses. Aqui incide a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)." Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU, se vencida a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato (Publicada no DJ de 03/11/2011, à página 128)." Assim, voto pelo não conhecimento do PEDILEF da parte autora da demanda."

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507341-73.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LEILA LUANA DA SILVA COSTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de salário-maternidade, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a condição de segurada especial da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

In casu, verifica-se que as instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram que a parte ora requerente não faz jus ao benefício pleiteado em virtude de que não restou comprovada a qualidade de segurada especial da demandante, ante a fragilidade da prova material apresentada.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2012.51.51.013757-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): RICARDO MÁXIMO BARCELLOS
PROC./ADV.: PATRÍCIA MARTINS DOS SANTOS MÁXIMO BARCELLOS OAB: RJ-104268

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização interposto pela União, visando à reforma de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, o qual, mantendo a sentença, concedeu ao ora requerido - procurador da Fazenda - a ajuda de custo por ele pleiteada, sob o fundamento de que lhe é devida, pois, muito embora a sua remoção tenha se dado a pedido, houve interesse público em seu deferimento.

Sustenta a requerente que não há falar em ajuda de custo para membros do MP que são removidos a pedido.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à requerente.

A TNU, por meio do PEDILEF n. 05057003520094058300, decidiu que:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. REMOÇÃO A PEDIDO. PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. AJUDA DE CUSTO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL DE PERNAMBUCO. SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE ACÓRDÃO RECORRIDO E PARADIGMAS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL DEMONSTRADA. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DA TNU. INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO NA REMOÇÃO. AJUDA DE CUSTO DEVIDA. PROVIMENTO DO INCIDENTE. - O incidente de uniformização de interpretação do direito federal tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal. - A ajuda de custo é devida para instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, e destina-se a compensar as despesas respectivas, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede (Lei n.º 8112/90, art. 53). - Hipótese na qual alega o recorrente que a decisão da Turma de origem, confirmando a sentença de improcedência da ajuda de custo decorrente de remoção a pedido, divergiu da jurisprudência dominante desta TNU, segundo a qual a ajuda de custo é devida mesmo no caso de remoção a pedido, considerando-se presente o interesse da Administração. - Identificada a similitude fática e jurídica entre o acórdão recorrido, que entendeu incabível a ajuda de custo no caso de remoção por interesse do servidor, e os paradigmas da TNU, reconhecedores do direito à vantagem, ainda que a remoção seja a pedido do servidor público. - Conhecimento do incidente de uniformização por divergência entre acórdão impugnado e decisões paradigmas. - No mérito, esta TNU firmou jurisprudência entendendo devida a ajuda de custo decorrente da remoção de servidor público, mesmo a pedido, presente o interesse da Administração no preenchimento do cargo vago (TNU - PEDILEF n.º 200651510020756, Juiz Federal Sebastião Ogê Muniz, DJU 18 fev. 2008; PEDILEF n.º 200772510005124, Juiz Federal João Carlos Costa Mayer Soares, DJU 5 abr. 2010). Por ocasião do último julgamento citado, fixou a Turma que "o interesse do serviço na remoção está presente no oferecimento do cargo vago e não no procedimento administrativo tomado para preenchê-lo, criando-se, a partir daí, o direito do agente público de exigir a ajuda de custo". Destarte, embora incontestável o interesse do servidor na remoção a pedido, não se pode negar, também, o interesse da Administração no preenchimento do cargo vago, razão pela qual cabível a vantagem, não exigindo o art. 53 do RJU o interesse exclusivo da Administração. - Pedido de Uniformização provido, para reformar o acórdão recorrido e julgar procedente o pedido do autor, reconhecendo-lhe o direito à percepção da ajuda de custo pleiteada. Excluem-se os honorários advocatícios fixados no acórdão recorrido em desfavor do recorrente. - O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre a mesma questão sejam automaticamente devolvidos às respectivas Turmas de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido (TNU - Regimento Interno, art. 7.º, inciso VII, letra "a").

Verifica-se, portanto, que o entendimento consolidado neste TNU é o mesmo firmado nas instâncias originárias.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo interposto pela UNIÃO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5010812-23.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SIMONE RIBEIRO BURKERT
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
PROC./ADV.: ANELISE RIBEIRO PLETSCH OAB: RS-54270
REQUERIDO (A): MUNICÍPIO DE PELOTAS - RS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE PELOTAS-RS

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de quitação de parcelas alusivas ao contrato firmado com a CEF, de declaração de inexistência de mora e de nulidade das cláusulas que entende abusivas.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0534103-14.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: AGRIMON MARCOS BRASILEIRO DE LIMA
PROC./ADV.: ANDREA CARLA LIMA DA SILVA OAB: PE-29104
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, julgou extinto o processo pela prescrição do direito de pleitear o reconhecimento do direito de transformação de cargo público de Técnico em Desenvolvimento Econômico da SUDENE para o de Técnico de Planejamento, com fundamento na Lei nº 5.645/70 e no Decreto nº 75.461/75.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008875-76.2011.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VERALDINA MARIA DE SOUZA
PROC./ADV.: CAMILA M. TREVISAN DE OLIVEIRA OAB: PR-36511
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

O acórdão recorrido afastou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a condição de rurícola da autora.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501266-12.2014.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GERALDO SEVERIANO DA SILVA
PROC./ADV.: THIAGO DE AZEVEDO ARAUJO OAB: RN-11 670
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

O acórdão recorrido afastou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do autor.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000042-18.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: AIDE SILVA TAVARES E OUTROS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
IMPETRADO (A): MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Defiro o benefício da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei 1.060/50.

Distribua-se o feito a um dos juízes da Turma Nacional de Uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 8 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509668-82.2009.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA DE LOURDES BATISTA BARBOSA
PROC./ADV.: IVANA LUDMILLA VILLAR MAIA OAB: PB-10446

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo interposto ante a incidência da Súmula 43/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão, porquanto a decisão embargada não aplicou o entendimento do STJ acerca da possibilidade de reiteração dos argumentos já apresentados na contestação em sede de apelação/recurso inominado, não acarretando a inépcia da apelação.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Com razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas decidiram em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Deste modo, esclarecido o debate de mérito levantado pelos presentes embargos, e ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dar provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 8 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504753-88.2012.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO RABELO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.

O acórdão recorrido afastou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que não restou atendido o requisito da carência.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 8 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0009973-85.2008.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUZIA ANTÔNIA DA SILVA GARCIA
PROC./ADV.: DIEGO GONÇALVES DE ABREU OAB: SP-228568
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

O acórdão recorrido afastou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que não restou demonstrada a condição de rurícola da autora.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 8 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005082-83.2006.4.03.6304
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: APARECIDA MARTINS XAVIER
PROC./ADV.: TIAGO DE GÓIS BORGES OAB: SP-198325
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

O acórdão recorrido afastou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que não restou demonstrada a condição de rurícola da autora.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 8 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501735-64.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ALESSANDRO DE CASTRO VITALIANO REP. POR DAYRIS CASTRO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: ALEXSANDRO DE CASTRO VITALIANO REP. POR DAYRIS CASTRO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: DAYRIS CASTRO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-reclusão, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s), no que tange à possibilidade ou não de extensão do período de graça, em virtude da situação de desemprego, ao contribuinte individual.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502477-14.2013.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSEFA SOUZA LIMA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande Norte que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0502696-44.2010.4.05.8303
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROSIANE PEREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, anulando a sentença, determinou o retorno dos autos à origem para o prosseguimento do feito.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502172-47.2010.4.05.8303
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSÉ ELENÍCIO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando parcialmente a sentença, acolheu o pedido de auxílio-doença, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 50172317 20094058500).

Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que, se o médico não precisar a data do início da incapacidade, deverá ser a da elaboração do laudo pericial, conforme alínea "a", acima transcrita.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000359-72.2007.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: THEREZINHA DE JESUS LIBERATO GONÇALVES
PROC./ADV.: DAVID VITORIO MINOSSI ZAINA OAB: SP-196581
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000434-17.2007.4.03.6307
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANA ROSA DOS SANTOS
PROC./ADV.: ROSALI DE FÁTIMA DEZEJÁCOMO MARUSCHI OAB: SP-123598
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000073-69.2008.4.03.6305
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AGEMIRO ANDRELINO DA SILVA
PROC./ADV.: ADILSON COUTINHO RIBEIRO JÚNIOR OAB: SP-226 476

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, concedeu o pedido de benefício previdenciário por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0022152-54.2008.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO CARMO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCELO DE SOUSA MUSSOLINO OAB: SP-163 285

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, concedeu o pedido de benefício previdenciário por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000814-03.2008.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SANTO LUIZ DE ANDRADE
PROC./ADV.: JOSÉ BRUN JÚNIOR OAB: SP 128.366
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001687-55.2007.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): APARECIDO AUGUSTO ROMAO
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, concedeu o pedido de benefício assistencial.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503616-16.2013.4.05.8302
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JULIANY VALDENICY CARVALHO
PROC./ADV.: DAVI LUCAS DONATO CUNHA OAB: PE-853-
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514919-33.2013.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DJALMA XAVIER DOS SANTOS
PROC./ADV.: ROSETE SOARES OAB: PE-13154

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509502-65.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos o requisito da miserabilidade exigido pela norma.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004865-80.2005.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MIZAEL JOSE DOS SANTOS
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo interposto ante a incidência da Questão de Ordem 13/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição, porquanto a decisão embargada não tratou da questão dos autos, qual seja: revisão de aposentadoria por tempo de contribuição.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Com razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Verifico, no presente caso, a existência do alegado vício, pois restou consignado na decisão embargada que a discussão dos autos se refere à concessão de benefício por incapacidade, quando, na verdade, se trata de debate acerca de revisão de aposentadoria por tempo de contribuição.

Dessa forma, a fim de sanar o vício apontado, decido:

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

A parte ora embargante sustenta que "a aposentadoria por tempo de contribuição deve ter como marco inicial o requerimento administrativo, independentemente da juntada de todos os documentos comprobatórios da atividade especial".

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para determinar a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5041359-76.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): NOELI DA SILVA
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS OAB: DF-5939
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA OAB: RS-23021
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT OAB: RS-41818
LITISCONSORTE : JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DO JEF CIVIL DE PORTO ALEGRE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que determinou a distribuição do feito ao Colegiado da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão, porquanto a decisão embargada não tratou da questão dos autos, qual seja: o termo final de pagamento da GDPST aos inativos no mesmo percentual pago aos servidores em atividade.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Com razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Verifico, no presente caso, a existência do alegado vício, pois restou consignado na decisão embargada que a discussão dos autos se refere ao pagamento proporcional da GDPST em observância à proporcionalidade da aposentadoria percebida pelo autor, quando, na verdade, se trata de debate acerca do termo final de pagamento da GDPST aos inativos no mesmo percentual pago aos servidores em atividade.

Dessa forma, a fim de sanar o vício apontado, decido:

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A União sustenta que o acórdão atacado diverge da jurisprudência de turmas recursais de outras regiões, no que tange ao termo final de pagamento da GDPST aos inativos no mesmo percentual pago aos servidores em atividade.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para sanar os vícios apontados. Porém, no que tange ao mérito, mantenho a decisão que determinou a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001092-13.2008.4.03.6305
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FRANCIELE APARECIDA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial por deficiência.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que enquanto o acórdao vergastado entendeu pela inexistência de deficiência diante da surdez bilateral da requerente, o acórdão paradigma decidiu em sentido oposto, segundo segue:

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500380-75.2012.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EUNICE FREIRE DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade, determinando o restabelecimento da aposentadoria por idade já implantada anteriormente, e negando o recebimento dos valores retroativos desde a cessação do auxílio-doença até a implantação da aposentadoria por idade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502703-19.2013.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: KAIO VINICIUS RAMOS DA SILVA MARIANO REP.POR MARIA ELIZABETE RAMOS DA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, não concedeu o pedido de benefício assistencial por deficiência.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502476-35.2013.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO FERREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505010-52.2013.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA RODRIGUES XAVIER REP. POR NILSON XAVIER
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que enquanto o acórdão vergastado entendeu que era incabível a concessão de benefício assistencial após o pedido inicial ter sido no sentido de concessão de benefício previdenciário, o acórdão paradigma entendeu que seria aplicável o princípio da fungibilidade ao caso, concedendo referido benefício.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501884-45.2014.4.05.8502
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NILZETE SOUZA NUNES
PROC./ADV.: ZILDA MARIA FONTES CALDAS OAB: SE-2207

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe que, reformando a sentença, concedeu o pedido de benefício assistencial por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500606-68.2012.4.05.8311
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROSEANE HORACIO DE LIMA
PROC./ADV.: ANDRÉ LUIZ SIQUEIRA GOMES OAB: PE-23869

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, determinou a restituição dos autos à origem ao fundamento de inexistir prescrição de fundo de direito no que concerne ao pedido de beneficio previdenciário ou assistencial.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, enquanto o acórdão recorrido não reconhece a existência da prescrição de fundo de direito diante da solicitação de benefícios previdenciários os acórdãos paradigmas reconhecem a existência dessa modalidade extintiva ao direito material, ainda que se tenha apenas o ato de indeferimento no âmbito administrativo.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5048810-26.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIS CARLOS DA SILVA SOUZA
PROC./ADV.: LUCIANA RAMBO OAB: RS-52887
REQUERIDO (A): INST. BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, decretou a prescrição do direito de parte autora pleitear as parcelas a título do GDATA.

Alega a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ, no sentido de que não ocorreu a aludida prescrição porquanto a citação válida constitui causa interruptiva do prazo prescricional, ainda que realizada em processo extinto sem resolução do mérito.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o acórdão recorrido parece, em uma análise perfunctória, dissentir da jurisprudência colacionada.

Ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5015154-54.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LEONEL AMADOR FOGAÇA
PROC./ADV.: GIBRAN QUEIROZ DE VASCONCELOS OAB: RS-70494
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
PROC./ADV.: MARIO KESSLER DA SILVA NETO OAB: RS-43187

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de indenização por danos morais à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506958-12.2011.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ANDERSON CORREIA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5069890-12.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ALZENIRA GONÇALVES ESMERIO
PROC./ADV.: MARIA DE LOURDES DE MATTOS SEVERO OAB: RS-24588

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, modificando a sentença, acolheu o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados da TNU, no sentido de que, "no caso de contribuinte individual, para fins de carência, se faz indispensável o recolhimento, ao menos, da primeira contribuição previdenciária no prazo legal".

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003770-72.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IVANIO FREITAS
PROC./ADV.: EDSON FERNANDO R. ZANETTI OAB: SC-17 430

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando a sentença, concedeu o pedido de benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 8 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501787-82.2013.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: CRISTIANE MOREIRA DA SILVAE
PROC./ADV.: ADEILSON FERREIRA DE ANDRADE OAB: RN-4741
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de salário-maternidade.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 8 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2008.72.50.007218-2
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: OLGA MARIA SCHEIDT
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

De início, a análise acerca da tese de cerceamento de defesa encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Além do mais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Por fim, a TNU, no julgamento do PEDILEF 2009.72.50.004468-3, reafirmou o entendimento no sentido de que "A realização de perícia por médico especialista só é necessária em casos especialíssimos e maior complexidade, como, por exemplo, no caso de doença rara, o que não é o caso dos autos. Precedentes da TNU (PEDILEF 200872510048413, 200872510018627, 200872510031462)."

Incide, assim, a Questão de Ordem 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5012668-52.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): EMILIO GONÇALVES MOREIRA JUNIOR
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA OAB: RS-56506

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, modificando a sentença, deu provimento ao recurso inominado da parte autora para determinar ao INSS que proceda à de revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 5007045-38.2012.4.04.7101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU.

1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem.

2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5007013-78.2013.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ANTONIO DE SOUZA
PROC./ADV.: FABRICIO MACHADO OAB: SC-12245
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença/concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a limitação sofrida pelo requerente não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508159-25.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: SEVERINA MARIA SOARES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua miserabilidade, nos seguintes termos:

"No caso em apreço, verifica-se que, a despeito do entendimento consagrado no âmbito da Suprema Corte, admitindo a prevalência da avaliação concreta da miserabilidade, não foi a parte autora capaz de comprovar o preenchimento do requisito legal, extraindo-se dos elementos constantes dos autos que o grupo familiar do qual faz parte não ostenta as vestes da miserabilidade.

Conforme narrado pela sentença recorrida, "(...) quando da audiência de conciliação, realizada em julho de 2014, a autora e a testemunha ouvida afirmaram que o núcleo familiar da demandante é composto apenas por ela, que se encontra separada de fato de seu esposo. Contudo, quando do ajuizamento da demanda, em junho de 2014, foi juntada declaração que dá conta que a autora ainda residia com seu esposo (anexo 2)(...)".

Sendo assim, tendo em vista tais divergências, especialmente as contradições verificadas nos depoimentos ouvidos que informaram que a autora encontrava-se separada a 07 (sete) meses, bem como pelo fato do esposo da requerente perceber renda oriunda de aposentadoria como servidor público, entendo que a sentença não merece reforma.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518110-77.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DILMA RAFAEL DA COSTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

A Turma de origem, reformando parcialmente a sentença, determinou a concessão de aposentadoria por invalidez, com efeitos financeiros desde a data da realização do laudo médico pericial.

Sustenta a requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU e de turma Recursal de outra região, que aponta pela concessão do benefício requerido a partir da data da cessação indevida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11 jun. 2010)".

Entretanto, ocorre que a Turma de origem, com base no acervo fático probatório da lide, concluiu que:

"(...) 7. No caso dos autos, restou configurado o requisito da incapacidade para o exercício da atividade laborativa, por meio de exame médico (anexo 15) que identificou ser a autora portadora de diabetes mellitus tipo II, cardiopatia hipertensiva, linfedema grava em membro inferior direito e sobrepeso, tendo o perito fixado o início da incapacidade na data da perícia médica judicial por não ter provas para estabelecer outra data.

8. Portanto, considerando os parâmetros acima fixados, deve o início do benefício ser fixado na data da realização do laudo médico pericial - 06/11/2013, não sendo possível, no caso concreto, mediante análise dos atestados e exames médicos acostados (anexo 03), presumir a continuidade do estado incapacitante desde a cessação do benefício.

9. Recurso inominado parcialmente provido para reformar a sentença, fixando a data do início do benefício (DIB) em 06/11/2013. (...)"

Dessa forma, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, ao caso, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506937-22.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DAS DORES OLIVEIRA DE LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua miserabilidade, nos seguintes termos:

"Avançando na análise deste requisito em específico, observo que, de acordo com a declaração de composição e renda familiar (anexo 4) e os depoimentos ouvidos em audiência, a família da parte demandante é composta por 4 (quatro) pessoas: a autora, dois netos e seu marido, sendo que este último percebe um benefício de aposentadoria de valor superior ao salário mínimo.

Portanto, não é possível a aplicação analógica do dispositivo do artigo 34 do Estatuto do Idoso, uma vez que o esposo da autora aufere renda superior a um salário mínimo. Os netos da demandante, por sua vez, não podem ser considerados integrantes do núcleo familiar, pois não constam do rol do artigo 20 da Lei 8.742/93.

Note-se ainda que não foram anexados documentos comprobatórios de despesas extraordinárias.

Assim, entendo que o grupo familiar da parte autora é capaz de prover o sustento dos seus integrantes, pelo que não é possível a concessão do benefício pleiteado."

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 580.963/PR, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, assim decidiu:

"Benefício assistencial de prestação continuada ao idoso e ao deficiente. Art. 203, V, da Constituição. A Lei de Organização da Assistência Social (LOAS), ao regulamentar o art. 203, V, da Constituição da República, estabeleceu os critérios para que o benefício mensal de um salário mínimo seja concedido aos portadores de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. 2. Art. 20, § 3º, da Lei 8.742/1993 e a declaração de constitucionalidade da norma pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 1.232. Dispõe o art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93 que: "considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo". O requisito financeiro estabelecido pela Lei teve sua constitucionalidade contestada, ao fundamento de que permitiria que situações de patente miserabilidade social fossem consideradas fora do alcance do benefício assistencial previsto constitucionalmente. Ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.232-1/DF, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS. 3. Decisões judiciais contrárias aos critérios objetivos preestabelecidos e processo de inconstitucionalização dos critérios definidos pela Lei 8.742/1993. A decisão do Supremo Tribunal Federal, entretanto, não pôs termo à controvérsia quanto à aplicação em concreto do critério da renda familiar per capita estabelecido pela LOAS. Como a Lei permaneceu inalterada, elaboraram-se maneiras de contornar o critério objetivo e único estipulado pela LOAS e de avaliar o real estado de miserabilidade social das famílias com entes idosos ou deficientes. Paralelamente, foram editadas leis que estabeleceram critérios mais elásticos para concessão de outros benefícios assistenciais, tais como: a Lei 10.836/2004, que criou o Bolsa Família; a Lei 10.689/2003, que instituiu o Programa Nacional de Acesso à Alimentação; a Lei 10.219/01, que criou o Bolsa Escola; a Lei 9.533/97, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. O Supremo Tribunal Federal, em decisões monocráticas, passou a rever anteriores posicionamentos acerca da intransponibilidade dos critérios objetivos. Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro). 4. A inconstitucionalidade por omissão parcial do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. O Estatuto do Idoso dispõe, no art. 34, parágrafo único, que o benefício assistencial já concedido a qualquer membro da família não será computado para fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a LOAS. Não exclusão dos benefícios assistenciais recebidos por deficientes e de previdenciários, no valor de até um salário mínimo, percebido por idosos. Inexistência de justificativa plausível para discriminação dos portadores de deficiência em relação aos idosos, bem como dos idosos beneficiários da assistência social em relação aos idosos titulares de benefícios previdenciários no valor de até um salário mínimo. Omissão parcial inconstitucional. 5. Declaração de inconstitucionalidade parcial, sem pronúncia de nulidade, do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento."

(RE 580963, Relator Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 18.4.2013, processo eletrônico repercussão geral - Mérito DJe fl. 225 Divulg 13.11.2013 Public 14.11.2013)

A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, concluiu pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício assistencial, ao fundamento de que é inaplicável o art. 34 , parágrafo único, do Estatuto do Idoso, tendo em vista que o benefício percebido pelo membro familiar idoso é superior a um salário mínimo.

Assim, estando o acórdão recorrido de acordo com entendimento pacífico do STJ, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502728-10.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

A Turma de origem, mantendo a sentença, determinou a concessão de auxílio-doença, com efeitos financeiros desde a data da sentença.

Sustenta a requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU e de turma Recursal de outra região, que aponta pela concessão do benefício pleiteado a partir da data da cessação indevida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11 jun. 2010)".

Entretanto, ocorre que a Turma de origem, com base no acervo fático probatório da lide, concluiu que:

"(...) 6. No caso dos autos, destacou o juízo monocrático: "O laudo pericial anexado aos autos concluiu que a parte autora apresenta sequela leve de paralisia facial periférica e comprometimento articular no nível do punho esquerdo. Salientou a perita judicial que a sequela de paralisia não é incapacitante, mas que a patologia no punho do autor torna-o inválido para qualquer atividade laborativa de forma temporária. Tendo em vista a natureza temporária da incapacidade, o

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

pleito de concessão do benefício de aposentadoria por invalidez deve ser, desde logo, rechaçado. Por outro lado, de acordo com as conclusões periciais, encontrando-se a parte autora impossibilitada de desempenhar a sua atividade laborativa habitual, restou preenchido o requisito da incapacidade para fins de concessão do auxílio-doença. No que tange à data da incapacidade, ratifico a conclusão pericial de que deve ser fixada realmente na data de realização do exame judicial, em 26/05/2014. É que, nada obstante o autor tenha sido beneficiário de auxílio-doença até 20/02/2013, os documentos acostados aos autos dão conta de que a doença que ensejou a concessão do benefício foi justamente a paralisia facial, ora tida como não incapacitante pela perita designada por este Juízo. Por seu turno, não há qualquer documento médico a respeito da doença no punho apresentada pelo requerente, somente informada no momento do exame pericial. Sendo assim, não há como se retroagir a data de início da incapacidade para momento anterior à perícia realizada em Juízo". (...)"

Dessa forma, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, ao caso, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0521636-52.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: SEVERINA BRITO RODRIGUES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a condição de miserabilidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da miserabilidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500152-44.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: DAVI GADELHA MARINHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

A Turma de origem, mantendo a sentença, determinou a concessão de aposentadoria por invalidez, com efeitos financeiros desde a cessação do último benefício percebido pela parte autora.

Sustenta a requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU e de turma Recursal de outra região, que aponta pela concessão do benefício requerido a partir da data de cessação do penúltimo benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11 jun. 2010)".

Entretanto, ocorre que a Turma de origem, com base no acervo fático probatório da lide, concluiu que:

"(...) - No presente caso, o laudo pericial (anexo nº 18) apontou que a incapacidade do autor não pode ter a DII precisada, fixando-a na data da perícia médica, 13.03.2014. Todavia, conforme disposto na sentença recorrida, existem elementos nos autos que corroboram com a existência da incapacidade no momento da cessação do último benefício. (...)"

Dessa forma, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, ao caso, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503684-48.2013.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARCOS NONATO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, concedeu o benefício assistencial solicitado, a partir da citação do réu ao fundamento de não terem sido verificada a incapacidade à época do Requerimento Administrativo.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve em todos os casos em privilégio ao princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela à época do requerimento administrativo não havia a reunião de condições legais à obtenção do benefício assistencial o que impossibilita de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora conforme pretende demonstrar, motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data da citação, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502667-77.2013.4.05.8403
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO WELLINGTON FERREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, concedeu o benefício assistencial solicitado, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma após a elaboração do laudo pericial .

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve em todos os casos em privilégio ao princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que à época do requerimento administrativo não havia a reunião de condições legais à obtenção do benefício assistencial, motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data da citação, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502684-85.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO CABELEIRA DE AMORIM
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a incapacidade do requerente não alcança o período de graça, tendo em vista que se iniciou em momento posterior a 02/06/2013, período em que o autor não mais ostentava a qualidade de segurado.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500997-07.2013.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JANAINA DE MELO SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, concedeu o benefício assistencial solicitado a partir data do ajuizamento da demanda.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve em todos os casos em privilégio ao princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que o perito não foi capaz de informar desde quanto a paciente encontra-se incapacitada, de modo que deve se considerar a DIB a partir da data do ajuizamento da demanda, qual seja, 17/06/2013, motivo pelo qual deve ser irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500359-68.2013.4.05.8403
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: DINA MARIA BEZERRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, acolheu o pedido de auxílio-doença, com efeitos a partir da data do ajuizamento da presente ação.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, a Turma Recursal de origem concluiu que:

"- No caso em apreço, o laudo pericial (anexo 11) revela que a autora é portadora de ansiedade e depressão, encontrando-se temporariamente incapacitada para sua atividade laborativa. Atesta, ainda, que a data de início da incapacidade corresponde à data de realização da perícia (26/03/2013).

- Sob este umbral, a mera circunstância de a autora/recorrente ter vertido sua última contribuição previdenciária na competência dezembro de 2011, não detém o condão de ensejar a perda da qualidade de segurado.

- Isto porque, constando na CTPS e na pesquisa do CNIS da recorrente que seu último vínculo cessou em dezembro de 2011, e, considerando a previsão legal que prorroga o período de graça por mais 12 (doze) meses quando comprovadamente desempregado o segurado, tem-se que o seu período de graça somente se encerrou em 15 de fevereiro de 2014, de modo que faz jus o recorrente à concessão do benefício de auxílio-doença pleiteado.

- Ademais, o fato de o expert ter apontado a data da realização do exame pericial (26/03/2013) como data de início do estado de incapacidade não deve constituir óbice ao reconhecimento do estado de incapacidade em uma data mais remota, pois, consoante se extrai dos autos (Laudo de Saúde Mental, constante do anexo nº 2), a incapacidade já se verificava desde dezembro de 2012, em decorrência da doença que lhe acomete.

- Faz jus a recorrente, portanto, à concessão do benefício de auxílio-doença, com DIB na data do ajuizamento do presente feito (08/03/2013)."

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503548-51.2013.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ WILTON TAVARES LEITE
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade total e temporária da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade total e temporária do requerente. Ao contrário, assentou que resta comprovada a incapacidade parcial e permanente, passível de concessão de auxílio-acidente, benefício este já concedido na via administrativa e inacumulável com o auxílio-doença.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003459-53.2007.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: GERALDA PEDRO DE LIMA ROCHA
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, concedeu o benefício assistencial solicitado a partir data da juntada do laudo pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve em todos os casos em privilégio ao princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que "a perícia médica atestou a incapacidade com base nos achados do exame clínico", motivo pelo qual deve ser irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0519198-53.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCA CABRAL DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, concedeu o benefício assistencial solicitado a partir data do ajuizamento da ação.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve em todos os casos em privilégio ao princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que "à época do requerimento administrativo a autora não se encontrava incapacitada para as atividades laborais", motivo pelo qual deve ser irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500610-54.2011.4.05.8307
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA JOSÉ CORREIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, modificando a sentença, acolheu o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, a instância de origem concluiu que a perícia não conseguiu fixar com segurança a data do início da incapacidade.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503294-56.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ FELIX DA COSTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503115-47.2013.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA APARECIDA PINHEIRO DA MOTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a condição de segurada especial da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da qualidade de segurada especial.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501629-33.2013.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: CLÁUDIO JOSÉ LIMA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501943-47.2011.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: DOMINGOS DE ARAÚJO DANTAS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA... OAB: RN-560-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de restabelecimento do auxílio-doença, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 2008.33.00.711504-2, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao requerimento administrativo, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508985-40.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JACIELMA BATISTA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente da jurisprudência do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões no sentido de que é possível a utilização de outros meios para averiguação concreta da renda familiar

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo sócio-econômico, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de maio de 2014.

PROCESSO: 0505376-60.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUCIVANIA KELLY FREITAS DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar comprovado o atendimento do requisito da carência, tendo em vista que a requerente não verteu o número mínimo de contribuições necessárias.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0502110-93.2013.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ DAMÁSIO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de auxílio-doença, com efeitos a partir da data da cessação indevida, pelo prazo de 60 dias, conforme prazo para a recuperação firmado pelo perito judicial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge de julgados Turma Recursal de outra região no que concerne à cessação do benefício pela alta programada, sem que seja realizada uma perícia para alta médica.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A intenção de alterar as decisões de origem não deve prosperar uma vez que a TNU já firmou seu entendimento sobre o assunto, por meio do PEDILEF nº 00092212820094014300, e assentou que independe da concordância do segurado a data fixada para a cessação do benefício, ainda que se trate de alta programada, uma vez que é admissível a solicitação de prorrogação do benefício.

EMENTA - PREVIDENCIÁRIO. ALTA PROGRAMADA. DATA DO INÍCIO DA INCAPACIDADE. FIXAÇÃO PELO ACORDÃO NA DATA DA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA NÃO COINCIDENTE COM A DATA FIXADA NO LAUDO PERICIAL. POSSIBILIDADE. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. PRECEDENTES RECENTES DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. 1. Mesmo nos casos de alta programada, a fixação da data do início da incapacidade corresponderá à data da realização da perícia apenas quando o juízo, diante de todas as provas produzidas, não puder fixá-la em outra data, sendo possível, porém, sua fixação em data diversa, tal qual na data da cessação do benefício, ainda que se trate de alta programada, não havendo que se falar em concordância do segurado com o prazo para sua recuperação. 2. A data de início da incapacidade corresponderá à data da realização da perícia apenas quando o juízo, diante de todas as provas produzidas, não puder fixá-la em outra data, sendo possível, porém, sua fixação em data diversa, como a data da cessação do benefício, ainda que se trate de alta programada, não havendo que se falar em concordância do segurado com o prazo para sua recuperação ante a inexistência de requerimento de prorrogação 3. Incidente conhecido e provido para restabelecimento da sentença condenando o INSS em horários advocatícios de R$400,00. 4. Sugiro, respeitosamente, ao MM. Ministro Presidente que imprima a sistemática prevista no art. 7º do Regimento Interno, que determina a devolução às Turmas de origem dos feitos congêneres, para manutenção ou adaptação dos julgados conforme a orientação ora pacificada.

Nestes termos, incide na espécie a Questão de Ordem nº "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.(Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005)."

Além disso, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5014951-73.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: GABRIEL JOLAN PINTADO PEREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente da jurisprudência do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões no sentido de que é possível a utilização de outros meios para averiguação concreta da renda familiar

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo sócio-econômico, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501036-68.2012.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MATEUS LOPES DA SILVA
REP. LEGAL AGLAISA LOPES DA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576
PROC./ADV.: CLÁUDIO MILITÃO SABINO OAB: CE-19570
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente da jurisprudência do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões no sentido de que é possível a utilização de outros meios para averiguação concreta da renda familiar

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo sócio-econômico, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507285-40.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUIZA ALEXANDRE GABRIEL
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a condição de miserabilidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da miserabilidade.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503395-82.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO SOARES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2009.70.53.002523-6
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANTONIO MARCOS BALBINO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARIA ISABEL WATANABE DE PAULA OAB: PR-16802
PROC./ADV.: AMARO HEITOR DANTAS OAB: RJ-142057
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500736-03.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: SEVERINA LUCAS DOS SANTOS
PROC./ADV.: JURANDIR PEREIRA DA SILVA OAB: PB 5.334
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada da autora.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade incapacitante portada pela requerente remonta á data anterior a do ingresso no RGPS.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5017235-83.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA NOGUEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: ROSA MARIA DUARTE DE ANDRADE OAB: RN-4918
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

Com base nos elementos probatórios dos autos, a Turma de origem consignou que a cobrança do imposto de renda incidiu sobre verba relativa à rescisão do contrato de trabalho, que possui natureza indenizatória.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500940-54.2011.4.05.8403
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: NILCIA CAETANO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, modificando a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-doença, com efeitos a partir da data do ajuizamento da ação.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, a instância de origem concluiu que não houve formulação de requerimento administrativo pela autora após a data de início da incapacidade.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501661-72.2012.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: RAIMUNDA ALMIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, modificando a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-doença, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, a instância de origem concluiu que somente após a elaboração da perícia médica é que restou demonstrada a incapacidade da autora.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501376-08.2014.4.05.8403
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EUNIZA FIRMINO DE AQUINO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade incapacitante portada pela requerente remonta á data anterior a do ingresso no RGPS.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501288-76.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MANOEL MESSIAS DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, com posterior conversão em aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que o quadro atual de saúde do requerente não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009903-17.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ELZA LELIS DO AMARAL
PROC./ADV.: LUIZ LOPES BARRETO OAB: PR-23 516
PROC./ADV.: TÂNIA VALERIA DE OLIVEIRA OLIVER OAB: PR-25554
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não foi verificada a miserabilidade hábil a percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Observo que o grupo familiar é composto pela autora (65 anos) e seu cônjuge (63 anos). De acordo com o laudo socioeconômico, a subsistencia da família é provida devida à aposentadoria recebida pelo cônjuge da autora, no valor de R$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais) mensais

Nestas circunstancias não se pode aplicar, por analogia, a norma do parágrafo único, do art. 34, da Lei nº 10.741/03, a qual exclui da renda familiar benefícios previdenciários de valor mínimo auferidos por idosos. Afinal, o beneficio é pago em valor superior ao salário mínimo."

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 580.963/PR, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, assim decidiu:

"Benefício assistencial de prestação continuada ao idoso e ao deficiente. Art. 203, V, da Constituição. A Lei de Organização da Assistência Social (LOAS), ao regulamentar o art. 203, V, da Constituição da República, estabeleceu os critérios para que o benefício mensal de um salário mínimo seja concedido aos portadores de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. 2. Art. 20, § 3º, da Lei 8.742/1993 e a declaração de constitucionalidade da norma pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 1.232. Dispõe o art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93 que: "considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo". O requisito financeiro estabelecido pela Lei teve sua constitucionalidade contestada, ao fundamento de que permitiria que situações de patente miserabilidade social fossem consideradas fora do alcance do benefício assistencial previsto constitucionalmente. Ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.232-1/DF, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS. 3. Decisões judiciais contrárias aos critérios objetivos preestabelecidos e processo de inconstitucionalização dos critérios definidos pela Lei 8.742/1993. A decisão do Supremo Tribunal Federal, entretanto, não pôs termo à controvérsia quanto à aplicação em concreto do critério da renda familiar per capita estabelecido pela LOAS. Como a Lei permaneceu inalterada, elaboraram-se maneiras de contornar o critério objetivo e único estipulado pela LOAS e de avaliar o real estado de miserabilidade social das famílias com entes idosos ou deficientes. Paralelamente, foram editadas leis que estabeleceram critérios mais elásticos para concessão de outros benefícios assistenciais, tais como: a Lei 10.836/2004, que criou o Bolsa Família; a Lei 10.689/2003, que instituiu o Programa Nacional de Acesso à Alimentação; a Lei 10.219/01, que criou o Bolsa Escola; a Lei 9.533/97, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. O Supremo Tribunal Federal, em decisões monocráticas, passou a rever anteriores posicionamentos acerca da intransponibilidade dos critérios objetivos. Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro). 4. A inconstitucionalidade por omissão parcial do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. O Estatuto do Idoso dispõe, no art. 34, parágrafo único, que o benefício assistencial já concedido a qualquer membro da família não será computado para fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a LOAS. Não exclusão dos benefícios assistenciais recebidos por deficientes e de previdenciários, no valor de até um salário mínimo, percebido por idosos. Inexistência de justificativa plausível para discriminação dos portadores de deficiência em relação aos idosos, bem como dos idosos beneficiários da assistência social em relação aos idosos titulares de benefícios previdenciários no valor de até um salário mínimo. Omissão parcial inconstitucional. 5. Declaração de inconstitucionalidade parcial, sem pronúncia de nulidade, do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento."

(RE 580963, Relator Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 18.4.2013, processo eletrônico repercussão geral - Mérito DJe fl. 225 Divulg 13.11.2013 Public 14.11.2013)

A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, concluiu pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício assistencial, ao fundamento de que é inaplicável o art. 34 , parágrafo único, do Estatuto do Idoso, tendo em vista que o benefício percebido pelo membro familiar idoso é superior a um salário mínimo.

Assim, estando o acórdão recorrido de acordo com entendimento pacífico do STJ, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500692-83.2014.4.05.8403
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA ELZA DA SILVA MARTINS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, com posterior conversão em aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada especial da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar comprovada a condição de rurícola da requerente.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506117-03.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA IRENE MARTINS DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005518-96.2013.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: GISLAINE ANTONIO CHIAVAGATI
PROC./ADV.: FABRICIO MACHADO OAB: SC-12245
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004694-61.2013.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANA APARECIDA CORRE
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA OAB: PR-23771
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrado o cumprimento da carência e a qualidade de segurado anterior à incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento dos requisitos: cumprimento da carência e qualidade de segurado, anteriores à incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506085-47.2013.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JÚLIO MALAQUIAS DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não foram verificadas as condições necessárias à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"No caso em análise, a renda familiar per capita é superior a ½ salário mínimo, ademais o filho do promovente que é separado e reside com a família, também, recebe mensalmente um salário mínimo em razão de vínculo laboral, devendo, também ser ressaltado que a juíza de primeiro grau, por meio de mandado de constatação, verificou que a família do postulante reside em imóvel próprio, que, malgrado simples, tem sido objeto de reforma, afora ser guarnecido com móveis e eletrodomésticos de qualidade, como geladeira, fogão e microondas, não restando configurada a situação de miserabilidade necessária para a concessão do benefício pleiteado."

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 580.963/PR, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, assim decidiu:

"Benefício assistencial de prestação continuada ao idoso e ao deficiente. Art. 203, V, da Constituição. A Lei de Organização da Assistência Social (LOAS), ao regulamentar o art. 203, V, da Cons-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

tituição da República, estabeleceu os critérios para que o benefício mensal de um salário mínimo seja concedido aos portadores de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. 2. Art. 20, § 3º, da Lei 8.742/1993 e a declaração de constitucionalidade da norma pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 1.232. Dispõe o art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93 que: "considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo". O requisito financeiro estabelecido pela Lei teve sua constitucionalidade contestada, ao fundamento de que permitiria que situações de patente miserabilidade social fossem consideradas fora do alcance do benefício assistencial previsto constitucionalmente. Ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.232-1/DF, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS. 3. Decisões judiciais contrárias aos critérios objetivos preestabelecidos e processo de inconstitucionalização dos critérios definidos pela Lei 8.742/1993. A decisão do Supremo Tribunal Federal, entretanto, não pôs termo à controvérsia quanto à aplicação em concreto do critério da renda familiar per capita estabelecido pela LOAS. Como a Lei permaneceu inalterada, elaboraram-se maneiras de contornar o critério objetivo e único estipulado pela LOAS e de avaliar o real estado de miserabilidade social das famílias com entes idosos ou deficientes. Paralelamente, foram editadas leis que estabeleceram critérios mais elásticos para concessão de outros benefícios assistenciais, tais como: a Lei 10.836/2004, que criou o Bolsa Família; a Lei 10.689/2003, que instituiu o Programa Nacional de Acesso à Alimentação; a Lei 10.219/01, que criou o Bolsa Escola; a Lei 9.533/97, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. O Supremo Tribunal Federal, em decisões monocráticas, passou a rever anteriores posicionamentos acerca da intransponibilidade dos critérios objetivos. Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro). 4. A inconstitucionalidade por omissão parcial do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. O Estatuto do Idoso dispõe, no art. 34, parágrafo único, que o benefício assistencial já concedido a qualquer membro da família não será computado para fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a LOAS. Não exclusão dos benefícios assistenciais recebidos por deficientes e de previdenciários, no valor de até um salário mínimo, percebido por idosos. Inexistência de justificativa plausível para discriminação dos portadores de deficiência em relação aos idosos, bem como dos idosos beneficiários da assistência social em relação aos idosos titulares de benefícios previdenciários no valor de até um salário mínimo. Omissão parcial inconstitucional. 5. Declaração de inconstitucionalidade parcial, sem pronúncia de nulidade, do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento."

(RE 580963, Relator Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 18.4.2013, processo eletrônico repercussão geral - Mérito DJe fl. 225 Divulg 13.11.2013 Public 14.11.2013)

A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, concluiu pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício assistencial, ao fundamento de que é inaplicável o art. 34 , parágrafo único, do Estatuto do Idoso, tendo em vista que o benefício percebido pelo membro familiar idoso é superior a um salário mínimo.

Assim, estando o acórdão recorrido de acordo com entendimento pacífico do STJ, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ainda que assim não fosse, também é inexistente o requisito etário, uma vez que o benefício assistencial leva em consideração a idade do idoso na forma estabelecida pela Lei 10.741/2003.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501046-07.2011.4.05.8309
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: DAMIÃO BENTO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, com posterior conversão em aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que o requerente não demonstrou que a incapacidade detectada remonta á data de cessação do benefício.

Registrou ainda o acórdão recorrido não haver comprovação de que o requerente tenha sofrido desemprego involuntário, inexistindo direito á prorrogações do estado de graça, previstas nos §§ 1º e 2º, art. 15, da Lei 8.231/91.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500145-97.2014.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARLETE GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
LITISCONSORTE : JUÍZO DA 12ª VARA FEDERAL DA SJ DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que denegou a segurança pleiteada, sob o fundamento de que o writ não se presta á impugnação de valor exequendo, inexistindo no caso ilegalidade ou abuso de poder.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal encontra óbice no enunciado da Súmula 43/TNU, segundo a qual "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."

A propósito:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA (SIC) PARTE AUTORA. MANDADO DE SEGURANÇA NO ÂMBITO DO SISTEMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. MATÉRIA PROCESSUAL. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INADMISSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N.º 22. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Mandado de Segurança impetrado pela parte autora contra ato do Juiz Federal da 3ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte.

2. O acórdão extinguiu o processo sem resolução do mérito.[1]

3. Mandado de Segurança utilizado como sucedâneo recursal. Inadmissível.

4. O Incidente é tempestivo, porém não é conhecido.

5. O incidente de uniformização tem cabimento quando fundado em divergência de interpretação de lei federal em questões de direito material entre Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal. 6. Questão discutida no Pedido de Uniformização com caráter nitidamente processual, assim entendida eis que versa sobre a possibilidade de impetração de Mandado de Segurança como sucedâneo Recursal em sede de Juizado Especial Federal na fase de execução do processo. (Súmula 43 da TNU).

7. O Mandado de Segurança, ainda que tenha natureza de garantia constitucional não deixa de se constituir em instrumento processual para a proteção de direitos. 8. Pedido de uniformização não conhecido."

(PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO N. 05001031920124059840; Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio; Julgado em 20/02/2013; D.O.U de 08/03/2013)

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513357-77.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: SHEILA DE LIMA DANTAS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não foi verificada a incapacidade hábil a percepção do benefício, nos seguintes termos:

"No caso em espécie, o laudo pericial é claro ao informar que o(a) autor(a)/recorrente não pode ser considerado(a) portador(a) de deficiência com impedimento de longo prazo. Ademais, conforme asseverou o perito, a autora pode exercer atividades as quais possam ser realizadas sentada: manicure, auxiliar de costureira, portaria, ascensorista, contagem e seleção de botões, e ou outros, em fábrica de confecção, entre outras. Só que, para exercê-las, precisa se habilitar (é jovem e mora nesta capital).

- Sobressai isento de dúvida o fato de que a incapacidade não precisa ser permanente para fins de concessão do benefício assistencial de prestação continuada (Súm. nº 48 - TNU), entrementes, há que restar evidenciado o impedimento de longo prazo, que, a teor do disposto no § 10 do art. 20 da Lei nº 8.742/1993, é aquele capaz de produzir efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos.

- Com efeito, não evidenciado, in casu, o impedimento de longo prazo, imperioso convir no sentido de não se mostrar devido o benefício assistencial almejado."

A TNU, por meio do PEDILEF nº 00138265320084013200, já firmou seu entendimento sobre a matéria no mesmo sentido do acórdão recorrido, verbis:

"EMENTA-VOTO PREVIDENCIÁRIO. LOAS. INCAPACIDADE PARCIAL E TEMPORÁRIA. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. PRECEDENTES DA TNU. 1. "O art. 20 da Lei n° 8.742/93 não impõe que somente a incapacidade permanente, mas não a temporária, permitiria a concessão do benefício assistencial, não cabendo ao intérprete restringir onde a lei não o faz, mormente quando em prejuízo do necessitado do benefício e na contramão da sua ratio essendi, que visa a assegurar o mínimo existencial e de dignidade da pessoa." (PEDILEF 200770530028472, Rel. JUIZ FEDERAL MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Data da Decisão 13/09/2010, DOU 08/02/2011, SEÇÃO 1). 2. Esta Eg. TNU também já assentou que "a transitoriedade da incapacidade não é óbice à concessão do benefício assistencial, visto que o critério de definitividade da incapacidade não está previsto no aludido diploma legal. Ao revés, o artigo 21 da referida lei corrobora o caráter temporário do benefício em questão, ao estatuir que o benefício 'deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem'". (PEDILEF n° 200770500108659 - rel. Juiz Federal OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT - DJ de 11/03/2010). 3. "Resta assente que este conceito de capacidade para a vida independente não está adstrito apenas às atividades do dia-a-dia, vez que não se exige que o(a) interessado(a) esteja em estado vegetativo para obter o Benefício Assistencial. Dele resulta uma exigência de se fazer uma análise mais ampla das suas condições pessoais, familiares, profissionais e culturais do meio em que vive para melhor avaliar a existência ou não dessa capacidade". (PEDILEF 200932007033423, Rel. JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, Data da Decisão 05/05/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 30/08/2011). 4. Pedido conhecido e improvido."

In casu, diante da análise fática e das provas colhidas nos autos, as instâncias de origem verificaram que a incapacidade constatada não é suscetível à concessão do benefício assistencial de prestação continuada, de modo que o acórdão recorrido deve-se manter irretocável.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, no tocante aos demais paradigmas, verifico que tampouco a sugerida divergência jurisprudencial restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0501269-98.2013.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA ANGELA DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, concedeu o benefício assistencial solicitado a partir data do ajuizamento da ação.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve em todos os casos em privilégio ao princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 50172317200940585OO).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que "do laudo pericial não se pode inferir que a situação social ora vivenciada pela autora, assim como o núcleo familiar agora ostentado perdura desde a data do requerimento administrativo", motivo pelo qual deve ser irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504800-98.2013.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GERCINA LOPES DE SENA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

No presente caso, a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não foi verificada a miserabilidade hábil a percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Conforme se extrai das informações colhidas em laudo social (anexo 26), o demandante mora com mais 2 pessoas (neto e esposo), no entanto, para os fins do art. 20, § 1º, da Lei 8.742/93, que deve ser interpretado literalmente, no conceito de família deve ser excluído o neto para fins de cômputo da renda mensal bruta. O esposo, por sua vez, é considerado pela lei integrante do grupo familiar, pois se trata de cônjuge.

Em seguida, constatou-se que a renda é proveniente unicamente do trabalho com conserto de cadeira do marido da autora, o qual percebe mensalmente R$ 300,00 (trezentos reais).

O que se observa é que a situação fática existente não se compatibiliza com a renda afirmada no laudo social (anexo 26), vez que a demandante possui diversos eletrodomésticos (liquidificador, fogão, geladeira, televisão, ventiladores, aparelho de som, microondas, máquina de lavar, gelágua), móveis (armário, sofás, cômoda); bens simples, porém em bom estado de conservação. Há água encanada, luz elétrica e piso inteiramente azulejado, inclusive o banheiro, na residência, o que de forma alguma denota miserabilidade. Trata-se de imóvel razoável para os padrões da localidade, de semelhante nível a inúmeros outros da cidade.

Sendo assim, a parte autora pode ter poucos recursos financeiros, como tantas outras pessoas, mas não em situação que reclame proteção da Assistência Social. Apenas a situação de vulnerabilidade social deve ser protegida e, em tal circunstância, não se encontra o promovente.

Portanto, concluo que não restou configurado o requisito miserabilidade para a concessão do benefício.."

O STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 20/11/2009)

In casu, verifica-se que a renda objetivamente declarada pela requerente, por si só, ultrapassa o valor suscetível à percepção do beneficio, entretanto, em atenção ao entendimento firmado pela Corte Superior as instâncias de origem promoveram a análise das condições pessoais e sociais para avaliarem a real situação financeira da parte. Nesse sentido, ainda sim restou ausente o requisito da miserabilidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501218-47.2014.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: BERNARDINO LEITE DIAS
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não foi verificada a incapacidade hábil a percepção do benefício, nos seguintes termos:

"No caso em espécie, o laudo pericial é claro ao informar que o(a) autor(a)/recorrente não pode ser considerado(a) portador(a) de deficiência com impedimento de longo prazo. Ademais, conforme asseverou o perito, a autora pode exercer atividades as quais possam ser realizadas sentada: manicure, auxiliar de costureira, portaria, assistente administrativo, auxiliar de escritório, operador de telemarketing, recepcionista, vendedor, balconista, atendente, caixa, costureira, censorista, contagem e seleção de botões, e ou outros, em fábrica de confecção, entre outras. Só que, para exercê-las, precisa se habilitar (é jovem e mora nesta capital).

- Sobressai isento de dúvida o fato de que a incapacidade não precisa ser permanente para fins de concessão do benefício assistencial de prestação continuada (Súm. nº 48 - TNU), entrementes, há que restar evidenciado o impedimento de longo prazo, que, a teor do disposto no § 10 do art. 20 da Lei nº 8.742/1993, é aquele capaz de produzir efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos.

- Com efeito, não evidenciado, in casu, o impedimento de longo prazo, imperioso convir no sentido de não se mostrar devido o benefício assistencial almejado."

Destarte, a TNU, por meio do PEDILEF nº 00138265320084013200, já firmou seu entendimento sobre a matéria no mesmo sentido do acórdão recorrido, verbis:

"EMENTA-VOTO PREVIDENCIÁRIO. LOAS. INCAPACIDADE PARCIAL E TEMPORÁRIA. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. PRECEDENTES DA TNU. 1. "O art. 20 da Lei n° 8.742/93 não impõe que somente a incapacidade permanente, mas não a temporária, permitiria a concessão do benefício assistencial, não cabendo ao intérprete restringir onde a lei não o faz, mormente quando em prejuízo do necessitado do benefício e na contramão da sua ratio essendi, que visa a assegurar o mínimo existencial e de dignidade da pessoa." (PEDILEF 200770530028472, Rel. JUIZ FEDERAL MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Data da Decisão 13/09/2010, DOU 08/02/2011, SEÇÃO 1). 2. Esta Eg. TNU também já assentou que "a transitoriedade da incapacidade não é óbice à concessão do benefício assistencial, visto que o critério de definitividade da incapacidade não está previsto no aludido diploma legal. Ao revés, o artigo 21 da referida lei corrobora o caráter temporário do benefício em questão, ao estatuir que o benefício 'deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem'". (PEDILEF n° 200770500108659 - rel. Juiz Federal OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT - DJ de 11/03/2010). 3. "Resta assente que este conceito de capacidade para a vida independente não está adstrito apenas às atividades do dia-a-dia, vez que não se exige que o(a) interessado(a) esteja em estado vegetativo para obter o Benefício Assistencial. Dele resulta uma exigência de se fazer uma análise mais ampla das suas condições pessoais, familiares, profissionais e culturais do meio em que vive para melhor avaliar a existência ou não dessa capacidade". (PEDILEF 200932007033423, Rel. JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, Data da Decisão 05/05/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 30/08/2011). 4. Pedido conhecido e improvido."

In casu, diante da análise fática e das provas colhidas nos autos, as instâncias de origem verificaram que a incapacidade constatada não é suscetível a instalação do benefício assistencial de prestação continuada, de modo que o acórdão recorrido deve-se manter irretocável.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523326-96.2011.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA JOSÉ VIEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Pernambuco que, mantendo a sentença, extinguiu o processo sem resolução do mérito ao fundamento de não terem sido recolhidas as custas processuais devidas ao desenvolvimento da demanda.

É, no essencial, o relatório.

No presente caso verifica-se que não houve decisão quanto ao mérito da causa, de modo que o presente incidente busca a modificação da decisão de origem com o intuito de se ter o deferimento ao pedido de gratuidade de justiça na presente instância.

Em que pese ser possível avaliar as condições da gratuidade de justiça em qualquer grau de jurisdição não é cabível em sede de incidente de uniformização haver a restrição a este pleito.

Nesse sentido, a TNU por meio da Questão de Ordem nº 35 já pacificou seu entendimento sobre o assunto, nos seguintes termos:

"O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

In casu, não é possível prosseguir à análise do pedido suscita em razão da incidência da Súmula 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501158-36.2012.4.05.8310
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: TEREZINHA FAUSTINA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não foi verificada a incapacidade hábil a percepção do benefício, nos seguintes termos:

"No caso dos autos, não obstante a recorrente alegue preencher tais requisitos, o laudo pericial (anexo 19) demonstra que a patologia constatada, a saber, atrofia muscular e anquilose radiocárpica, acarreta incapacidade meramente parcial, restrita a atividades que exijam esforço repetitivo e pegar carga. Em casos extraordinários, a despeito da incapacidade parcial mencionada no laudo, as circunstâncias pessoais do postulante, como por exemplo, idade, família, despesas médicas, necessidade de cuidados especiais, escolaridade, local de residência podem autorizar a concessão do benefício. No caso em apreço, essa excepcionalidade não foi verificada. A autora é pessoa ainda jovem, atualmente, com 40 anos de idade, devendo tentar se reabilitar profissionalmente com vistas a conseguir um labor compatível com a sua doença. O perito esclarece, ainda, ser possível para a autora desempenhar atividades profissionais manuais leves, pelo que se vislumbra a possibilidade de inserção da autora no mercado de trabalho.

Penso que o benefício de amparo social (Lei nº 8.742/93) não foi criado para solucionar o problema social de desemprego e da dificuldade de inserção no mercado de trabalho para os portadores de deficiência física com capacidade laborativa. Para tanto, já há mecanismos na legislação previdenciária, como a exigência de contratação de profissionais portadores de necessidades especiais, de acordo com o porte da empresa, nos moldes do art. 93, da Lei nº 8.213/91."

Destarte, a TNU, por meio do PEDILEF nº 00138265320084013200, já firmou seu entendimento sobre a matéria no mesmo sentido do acórdão recorrido, verbis:

"EMENTA-VOTO PREVIDENCIÁRIO. LOAS. INCAPACIDADE PARCIAL E TEMPORÁRIA. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. PRECEDENTES DA TNU. 1. "O art. 20 da Lei n° 8.742/93 não impõe que somente a incapacidade permanente, mas não a temporária, permitiria a concessão do benefício assistencial, não cabendo ao intérprete restringir onde a lei não o faz, mormente quando em prejuízo do necessitado do benefício e na contramão da sua ratio essendi, que visa a assegurar o mínimo existencial e de dignidade da pessoa." (PEDILEF 200770530028472, Rel. JUIZ FEDERAL MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Data da Decisão 13/09/2010, DOU 08/02/2011, SEÇÃO 1). 2. Esta Eg. TNU também já assentou que "a transitoriedade da incapacidade não é óbice à concessão do benefício assistencial, visto que o critério de definitividade da incapacidade não está previsto no aludido diploma legal. Ao revés, o artigo 21 da referida lei corrobora o caráter temporário do benefício em questão, ao estatuir que o benefício 'deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem'". (PEDILEF n° 200770500108659 - rel. Juiz Federal OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT - DJ de 11/03/2010). 3. "Resta assente que este conceito de capacidade para a vida independente não está adstrito apenas às atividades do dia-a-dia, vez que não se exige que o(a) interessado(a) esteja em estado vegetativo para obter o Benefício Assistencial. Dele resulta uma exigência de se fazer uma análise mais ampla das suas condições pessoais, familiares, profissionais e culturais do meio em que vive para melhor avaliar a existência ou não dessa capacidade". (PEDILEF 200932007033423, Rel. JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, Data da Decisão 05/05/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 30/08/2011). 4. Pedido conhecido e improvido."

In casu, diante da análise fática e das provas colhidas nos autos, as instâncias de origem verificaram que a incapacidade constatada não é suscetível à concessão do benefício assistencial de prestação continuada, de modo que o acórdão recorrido deve-se manter irretocável.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501573-91.2013.4.05.8307
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO TAVARES DA SILVA
PROC./ADV.: RAFAELA MAGNA SANTOS RODRIGUES OAB: AL-7825

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, concedeu o benefício assistencial solicitado, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que foram verificadas as condições necessárias à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"O presente caso, está presente o primeiro requisito. De efeito, o laudo do perito judicial demonstra que o autor é portador de SEQUELA DE FRATURA EM PERNA DIREITA (CID M84.0), patologia que acarreta incapacidade parcial e definitiva para atividades laborativas (quesitos I.10 e I.11).

Embora o laudo pericial tenha fixado a incapacidade laborativa apenas parcial, é necessário ressaltar que a deficiência é definitiva e irreversível para as atividades já exercidas pelo autor (agricultor), sendo que este possui 56 anos, e esses elementos, somados às condições socioeconômicas e ao local de residência, indicam a reduzida possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

[...]

Desta forma, comprovada a existência de incapacidade para prover o próprio sustento, nos termos exigidos pela lei, e considerando que a miserabilidade não é ponto controvertido, é imperiosa a concessão do benefício."

Destarte, a TNU, por meio do PEDILEF nº 00138265320084013200, já firmou seu entendimento sobre a matéria no mesmo sentido do acórdão recorrido, verbis:

"EMENTA-VOTO PREVIDENCIÁRIO. LOAS. INCAPACIDADE PARCIAL E TEMPORÁRIA. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. PRECEDENTES DA TNU. 1. "O art. 20 da Lei n° 8.742/93 não impõe que somente a incapacidade permanente, mas não a temporária, permitiria a concessão do benefício assistencial, não cabendo ao intérprete restringir onde a lei não o faz, mormente quando em prejuízo do necessitado do benefício e na contramão da sua ratio essendi, que visa a assegurar o mínimo existencial e de dignidade da pessoa." (PEDILEF 200770530028472, Rel. JUIZ FEDERAL MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Data da Decisão 13/09/2010, DOU 08/02/2011, SEÇÃO 1). 2. Esta Eg. TNU também já assentou que "a transitoriedade da incapacidade não é óbice à concessão do benefício assistencial, visto que o critério de definitividade da incapacidade não está previsto no aludido diploma legal. Ao revés, o artigo 21 da referida lei corrobora o caráter temporário do benefício em questão, ao estatuir que o benefício 'deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem'". (PEDILEF n° 200770500108659 - rel. Juiz Federal OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT - DJ de 11/03/2010). 3. "Resta assente que este conceito de capacidade para a vida independente não está adstrito apenas às atividades do dia-a-dia, vez que não se exige que o(a) interessado(a) esteja em estado vegetativo para obter o Benefício Assistencial. Dele resulta uma exigência de se fazer uma análise mais ampla das suas condições pessoais, familiares, profissionais e culturais do meio em que vive para melhor avaliar a existência ou não dessa capacidade". (PEDILEF 200932007033423, Rel. JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, Data da Decisão 05/05/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 30/08/2011). 4. Pedido conhecido e improvido."

In casu, diante da análise fática e das provas colhidas nos autos, as instâncias de origem verificaram que a incapacidade constatada é suscetível à concessão do benefício assistencial de prestação continuada, de modo que o acórdão recorrido deve-se manter irretocável.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5022966-69.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: TANIA REGINA DUARTE PRATINI
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem manteve a sentença que decretou a decadência do direito da parte autora em rever o benefício previdenciário.

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, no sentido de que o prazo decadencial do direito à revisão de ato de concessão de benefício previdenciário não alcança os benefícios concedidos antes de 27.06.97, data da edição da MP 1.523/97.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE (julgado em 16.10.2013, DJe 214, de 28/10/2013), firmou entendimento no seguinte sentido:

"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.

1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"

No mesmo sentido, a Primeira Seção do STJ, por meio do julgamento proferido no REsp 1.309.529/PR, em regime de recurso repetitivo, consolidou o entendimento no sentido de que "incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997)."

No presente caso, o benefício foi cessado em 31.1.1994 e a ação foi proposta em 26.10.2009, tendo ocorrido a decadência do direito da parte autora.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504658-58.2012.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA STELA AVELINO DE ALMEIDA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE 7.576
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por idade, na qualidade de segurada especial, sob o fundamento de que não restaram demonstrados os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado.

Sustenta a parte ora requerente que, nos termos da Súmula 41 da TNU, o fato de seu esposo exercer atividades urbanas no período de carência não teria o condão de descaracterizar o regime de economia familiar do seu labor, bem como alega que os documentos apresentados são suficientes a comprovar o início de prova material da sua atividade de pescadora.

É, no essencial, o relatório.

VEDADA A IMPRENSA NACIONAL DA VERSÃO DE ASSINANTE DA

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cabe destacar o entendimento da TNU acerca da matéria: "A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto." (Súmula 41/TNU)

Destarte, comprovado o exercício de atividade urbana por algum membro do grupo familiar, cabe ao julgador analisar as provas dos autos a fim de determinar se a parte preenche os requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado.

In casu, verifica-se que a decisão recorrida seguiu a orientação acima exposta, haja vista que analisou o conjunto probatório após a constatação da existência de atividade urbana, dentro do período de carência, exercida pelo cônjuge da autora, concluindo pelo indeferimento do benefício pleiteado em virtude da não comprovação da qualidade de segurada especial, em especial pelas inconsistências verificadas em audiência.

Demais disso, esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 00139766120104014300, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente quanto à revaloração das provas apresentadas, nos seguintes termos:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. PROVAS QUE FORAM ADMITIDAS, MAS NÃO FORAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À CONVICÇÃO DOS JULGADORES. QUESTÃO DE ORDEM 22 E SÚMULA 42 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. O julgamento proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins não apresenta qualquer contrariedade com o julgamento apresentado como paradigma, já que não negou aos documentos apresentados a potencialidade probante desejada pela parte autora da demanda, mas sim que sua força efetiva de comprovação da situação fática subjacente ao direito alegado foi insuficiente ao convencimento dos julgadores, tanto do JEF como da TR-SJTO. Portanto, não há similitude fática e jurídica do paradigma apresentado, porque o julgamento pela TR-SJTO não negou validade às provas apresentadas, mas antes as ponderou, junto a outros elementos dos autos, para considerar não comprovada a situação fática do exercício do labor rural pelo período de carência exigido na hipótese dos autos, de 156 meses. Aqui incide a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)." Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU, se vencida a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato (Publicada no DJ de 03/11/2011, à página 128)." Assim, voto pelo não conhecimento do PEDILEF da parte autora da demanda."

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ainda que assim não fosse, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 2 de fevereiro de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510354-20.2008.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO BARBOSA
PROC./ADV.: MANUEL BEZERRA DA SILVA OAB: CE-8731
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, concluiu pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (incapacidade e miserabilidade).

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias acerca dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Ante o exposto, com fulcro no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503848-19.2008.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA ALBA DE OLIVEIRA CASUSA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão (qualidade de segurado especial).

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001186-77.2013.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CRYSTIAN DA SILVA CARDOSO
PROC./ADV.: GISELE COSTA CANDIDO OAB: SC-25411

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando parcialmente a sentença, determinou ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício da parte autora de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010; b) A prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma vez; c) A prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que: d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503530-45.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA BARBOSA QUEIROZ
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE-6584
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE-12152
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, considerando que tanto o preâmbulo quanto o conteúdo do decisum pertenciam a outros autos.

Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação da nova decisão, já constando o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de salário maternidade, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar comprovada a condição de rurícola da requerente.

Inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem, para se aferir a natureza da incapacidade, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500773-78.2013.4.05.8205
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: EVA MARIA MARQUES FERREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de restabelecimento do auxílio-doença, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 50172317 20094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que "não havendo provas de que a incapacidade permaneceu ao tempo da cessação administrativa, a DIB deve ser fixada na data da juntada do laudo pericial aos autos do processo judicial, a teor do enunciado n.º 22 da súmula da TNU", motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data do laudo pericial, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501843-73.2012.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA SOUZA
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA OAB: CE-8342
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, considerando que tanto o preâmbulo quanto o conteúdo do decisum pertenciam a outros autos.

Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação da nova decisão, já constando o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício das atividades laborais.

Inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem, para se aferir a natureza da incapacidade, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500815-10.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA ALEXANDRE DA SILVA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, considerando que tanto o preâmbulo quanto o conteúdo do decisum pertenciam a outros autos.

Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação da nova decisão, já constando o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada especial da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar atendido o requisito da carência.

Inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem, para se aferir a natureza da incapacidade, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502306-72.2013.4.05.8205
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO RAMOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de auxílio-doença, com efeitos a partir da data da prolação da sentença.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado em respeito ao privilegio do princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 50172317 20094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que "o perito não precisou um data de início da incapacidade apontada, apenas informando que, segundo o periciado, desde 2011 ele já se encontrava incapaz.", motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data da prolação da sentença, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506334-98.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: RITA DE CÁSSIA DE LIMA MARQUES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua condição de segurado especial, nos seguintes termos:

"a incapacidade laboral da parte autora diagnosticada no laudo pericial judicial é anterior ao seu pretendido ingresso no RGPS como segurada especial, razão pela qual não faz jus ao benefício postulado."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500917-30.2014.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: RONIVALDO FERREIRA LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade, nos seguintes termos:

"O laudo judicial atestou que a parte "apresenta quadro da classificação internacional das doenças (CID 10), F 41 com Grau de estabilidade pelo uso regular de fármacos sintomatológicos que pela titulação psicofarmacológica não lhe promove quaisquer efeitos colaterais", não influindo, portanto, no exercício de sua atividade habitual.

Não havendo reconhecimento da incapacidade, é de se manter a sentença que julgou improcedente o pedido.."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Destarte, o pedido de análise das condições pessoais e sociais da parte ora requerente encontra óbice na Súmula 77 da TNU: "O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501068-21.2013.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ ESTEVÃO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB: PB-11 662
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que acolheu o pedido de auxílio-doença, com efeitos a partir da data do ajuizamento da demanda.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado em privilegio do princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que "o início da incapacidade do autor se deu em julho de 2013, data esta posterior àquela em que ocorreu o requerimento administrativo, 04/09/2012, contudo, há nos autos exames, atestados e processo administrativo, que já existia a patologia, no mínimo, na data do ajuizamento da demanda.", motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data do ajuizamento do feito, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503387-84.2012.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ROBERTO MARINHO COSTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição à parte autora

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no acervo fático probatório da lide, concluíram pela não comprovação dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507579-47.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: FRANCISCA FRANCINETE TAVARES FERNANDES
PROC./ADV.: RACHEL FRANCA FALCÃO B. DANTAS OAB: PB-15 533
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua qualidade de segurado, nos seguintes termos:

"A sentença foi de improcedência . Conclui pela ausência da qualidade de segurado da parte autora. As provas acostadas aos autos apontam para a ausência ou perda da qualidade de segurado, requisito indispensável para a concessão do benefício em tela.

No presente caso, conforme CNIS, a última anotação de vínculo da parte autora se refere a um vínculo empregatício com a SUDEMA em 2003, sem data de baixa, e registra última remuneração em setembro de 2007. Na inicial, a autora diz que trabalhou na SUDEMA em 2003 e 2004, e na empresa RIO GRANDE CONSTRUÇÕES LTDA de 03/03/2001 a 30/03/2012. Este último vínculo não possuía registro no CNIS nem em CTPS (a cópia desta anexada com a inicial está sem a assinatura do vínculo, mas quando apresentada em original na audiência, já com o mesmo anotado e com as anotações de salários - todas lançadas com mesma grafia e cor, na mesma data, aparentemente -, sendo o valor do último anotado de R$ 4.976,00), mas consta apenas um acordo firmado em Reclamação Trabalhista.

A sentença, portanto, deve ser mantida por seus próprios fundamentos."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500420-49.2010.4.05.8203
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DE QUEIROZ
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-doença e posterior conversão em aposentadoria por invalidez, com efeitos a partir da data do ajuizamento da ação.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que após declarada a interdição da requerente, não houve renovação do pedido administrativa junto à autarquia, que apenas tomou conhecimento da nova condição da autora após o ajuizamento da ação.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502013-08.2013.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA GOMES DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de auxílio-doença, com efeitos a partir do ajuizamento da ação.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da data do cancelamento indevido anterior.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado em respeito ao privilegio do princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que "os atestados médicos presentes nos autos são posteriores à DCB. Ademais, o perito não informou a data precisa do início da incapacidade, devendo ser entendida que esta teve início apenas na data da perícia judicial, data na qual ficou devidamente constatada a incapacidade.", motivo pelo qual o termo inicial deve ser a data ajuizamento da ação, sendo irretocável o acórdão impugnado.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0049896-40.2011.4.03.9301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: VALTER JAMES BARREIRO
PROC./ADV.: NILTON MORENO OAB: SP 175057
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão da renda mensal inicial (RMI) de benefício previdenciário sem a inclusão do fator previdenciário.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que a parte não se desincumbiu do ônus de colacionar paradigmas aptos a demonstrar a divergência. Sentenças prolatadas pela 1ª Vara Federal Previdenciária da Seção Judiciária de São Paulo, bem assim acórdãos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal mostram-se inservíveis.

A Turma Nacional limita-se a dirimir divergência entre decisões de Turmas Recursais de Juizados Especiais Federais de diferentes regiões ou contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do STJ, consoante determinação do art. 14, §2º da Lei nº 10.259/2001.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5001740-70.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLEUSA MARIAZINHA RUVIARO ZANINI
PROC./ADV.: BIBIANA HEUSER OAB: RS-55 367

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de aposentadoria por idade à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 583.834/SC, firmou entendimento no seguinte sentido:

CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. CARÁTER CONTRIBUTIVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. COMPETÊNCIA REGULAMENTAR. LIMITES.

1. O caráter contributivo do regime geral da previdência social (caput do art. 201 da CF) a princípio impede a contagem de tempo ficto de contribuição.

2. O § 5º do art. 29 da Lei nº 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social - LBPS) é exceção razoável à regra proibitiva de tempo de contribuição ficto com apoio no inciso II do art. 55 da mesma Lei. E é aplicável somente às situações em que a aposentadoria por invalidez seja precedida do recebimento de auxílio-doença durante período de afastamento intercalado com atividade laborativa, em que há recolhimento da contribuição previdenciária. Entendimento, esse, que não foi modificado pela Lei nº 9.876/99.

3. O § 7º do art. 36 do Decreto nº 3.048/1999 não ultrapassou os limites da competência regulamentar porque apenas explicitou a adequada interpretação do inciso II e do § 5º do art. 29 em combinação com o inciso II do art. 55 e com os arts. 44 e 61, todos da Lei nº 8.213/1991.

4. A extensão de efeitos financeiros de lei nova a benefício previdenciário anterior à respectiva vigência ofende tanto o inciso XXXVI do art. 5º quanto o § 5º do art. 195 da Constituição Federal. Precedentes: REs 416.827 e 415.454, ambos da relatoria do Ministro Gilmar Mendes.

5. Recurso extraordinário com repercussão geral a que se dá provimento.

provimento.

Além do mais, a TNU, por meio do PEDILEF 201071520076598, se manifestou no mesmo sentido do julgado da Corte Suprema, segundo o qual "O art. 29, § 5º, precisa ser interpretado sistematicamente com o inciso II do art. 55 da Lei nº 8.213/91. E este dispositivo somente aceita computar como tempo de contribuição o tempo intercalado em que o segurado esteve em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez. A contrario sensu, o tempo de gozo de benefício por incapacidade posterior ao afastamento definitivo da atividade não pode ser contado para fins de tempo de contribuição nem, consequentemente, para fins de carência. Em outras palavras, é necessário que tenha havido recolhimento de contribuições previdenciárias antes e depois do gozo do benefício por incapacidade.".

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508222-05.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: SEVERINA TAVARES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte ora requerente e as especialidades do caso concreto, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Merece destaque, o seguinte trecho da sentença: "Logo, embora detentora de uma limitação moderada, há que se registrar que a autora apenas exerce atividades domésticas em seu próprio lar (anamnese do laudo judicial), e não mediante vínculo laboral, motivo pelo qual pode adequar o exercício de seus afazeres com sua condição de saúde por intervalos e períodos de serviço necessários. Quando o fator etário está associado a limitações laborais para o exercício de atividades que demandam força física ou destreza, tem este juízo feito interpretação sistemática para concluir pela existência de incapacidade laboral quando o segurado não possui alternativas de modo de execução de seu mister ou quando o restante da capacidade laboral não lhe dá condições de prover o seu sustento mediante a percepção de rendimentos suficientes. Porém, esse entendimento não se aplica ao caso da doméstica do seu próprio lar

, como é a autora, que pode adaptar os trabalhos domésticos às suas limitações. Vale ressaltar também que, mesmo que se reconhecesse que a limitação apresentada pela autora hoje já configura incapacidade para sua atividade doméstica, seria forçoso reconhecer que ela perdeu a qualidade de segurada, tendo em vista que sua última contribuição se deu em 02.2012 (consulta ao CNIS) e, embora esteja cadastrada como contribuinte individual, a autora é dona de casa, o que só admite a filiação como segurada facultativa. A diferença é relevante porque o período de graça dessa última categoria de segurados é de apenas 06 meses, de modo que, no caso da autora, a qualidade de segurada se estenderia até 10.2012 apenas. Portanto, não há como se conceder o benefício requerido pela parte autora."

Não havendo reconhecimento do(s) requisito(s) necessário(s) para a concessão do benefício pleiteado, é de se manter a sentença que julgou improcedente o pedido.."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501009-70.2012.4.05.8203
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DA SALETE MONTEIRO DE BRITO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de auxílio-doença, com efeitos à data imediatamente posterior à DCB do segundo auxílio-doença.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e de Turma Recursal de outra região, que defere a concessão do benefício a partir da à data da primeira cessação administrativa (28/07/2011).

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado em respeito ao privilegio do princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que "O laudo, que reconhece a incapacidade, foi produzido em 03/2013 e aponta o início da incapacidade há mais de 01 ano. A parte autora traz atestados médicos anteriores à cessação administrativa, que não retratam sua condição laboral após a cessação. Desse modo, não havendo provas de que a incapacidade permaneceu em período anterior à nova concessão, a DIB deve ser fixada na data da última DCB.", motivo pelo qual deve ser mantida a decisão recorrida.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5032696-41.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CÁTIA REGINA DA SILVA VELHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrado o estado de miserabilidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Terceira Seção do STJ, através do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, firmou entendimento na seguinte direção:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

No presente caso, a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar comprovada a situação de vulnerabilidade social, considerando que a requerente aufere renda familiar per capita superior à mínima prevista legalmente, residindo em moradia que se encontra em bom estado de conservação, guarnecida com móveis e eletrodomésticos aptos a suprir o mínimo existencial.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0500952-18.2013.4.05.8203
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ ALVES SOBRINHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou comprovado o requisito da incapacidade laborativa.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002111-68.2011.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LILIAN APARECIDA PINTO CARVALHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A TNU, através da Súmula 78, aprovada na Sessão do dia 11.9.2014, pacificou o entendimento no sentido de que, "Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.".

No presente caso, entretanto, a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a requerente não se encontra incapacitada, inexistindo limitações físicas que impeçam a realização das atividades cotidianas e escolares.

Registrou, ainda, o órgão de origem, que a autora não necessita de auxílio de terceiros, nem de cuidados especiais e permanentes por parte de membro da família, inexistindo qualquer alegação ou prova relativa à limitação ou exclusão social.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512259-75.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ELIZABETE MARIA FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou comprovado o requisito da incapacidade laborativa.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511520-05.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: REGINALDO DE ASSIS SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, entendeu que a incapacidade da parte autora é preexistente ao seu reingresso no regime geral de previdência.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008083-24.2013.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ALDA RODRIGUES DE CASTRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrado o estado de miserabilidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Terceira Seção do STJ, através do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, firmou entendimento na seguinte direção:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

No presente caso, a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a perita nomeada pelo Juízo concluiu que não se verificam condições de miserabilidade no âmbito familiar, apesar das dificuldades materiais encontradas.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002743-39.2012.4.04.7109
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUCIA MARIA SOUZA FERNANDES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a requerente é capaz para a vida independente, inexistindo limitações quanto à comunicação e mobilidade.

Registrou ainda o aresto recorrido não estar caracterizada situação de estigma social que possa atingir a requerente.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501327-73.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANA CAROLINA DE GOIS BARBOSA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte ora requerente, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"A autora é portadora de osteoartrose na coluna cervical (protusão discal) CID: M47.8 (M50.8), apresentando incapacidade parcial e definitiva para os atos da vida independente (anexo 14).

Por outro lado, muito embora exista incapacidade parcial, a pericianda tem possibilidade de desempenhar algumas atividades manuais, técnicas e intelectuais, conforme descrito no laudo médico. Ademais, considerando sua idade (46 anos) e local de domicílio (Extremoz/RN), vislumbra-se que pode ingressar no mercado de trabalho. Não há reparos a serem feitos, assim, na decisão monocrática.."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Destarte, incide de igual modo a espécie a Súmula 77 da TNU: "O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507043-07.2011.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ADELINA SOUSA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.

A Turma de origem confirmou a sentença quanto à concessão de auxílio-doença, com efeitos financeiros desde a data do laudo pericial judicial.

Sustenta a requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU e de turma Recursal de outra região, que aponta pela concessão do benefício requerido a partir da data da cessação indevida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11 jun. 2010)".

Entretanto, ocorre que a Turma de origem, com base no acervo fático probatório da lide, concluiu que:

"(...) Faz jus, pois, a parte autora à concessão de auxílio-doença desde a data do laudo pericial judicial (24.01.2012), vez que este atesta que suas limitações, acima interpretadas como incapacitantes, tiveram início um ano antes dessa data, portanto, bem posteriormente à cessação de seu anterior auxílio-doença (30.01.2009). (...)"

Dessa forma, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, ao caso, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0520887-35.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GABRIEL DE BARROS FAUSTINO PEIXOTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte ora requerente, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"O autor é portador de epilepsia (CID G40), sem qualquer limitação no desempenho de atividade e restrição da participação social, com demanda parental compatível com a idade. (Anexo 17). Não há reparos a serem feitos, assim, na decisão monocrática.

Ressalte-se que, o fato do demandante ainda não saber ler ou escrever não induz que tenha limitação intelectual, devendo ser promovida sua inclusão e permanência na educação fundamental, com o apoio e incentivo parental neste sentido."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Destarte, incide de igual modo a espécie a Súmula 77 da TNU: "O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500277-70.2009.4.05.8308
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JORIEDSON PEREIRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte ora requerente, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade/miserabilidade hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"No caso em apreço, observa-se que não houve o preenchimento do requisito legal da renda per capita, e modo que a condição de miserabilidade não restou configurada.

- Mesmo considerando que para se aferir a capacidade ou incapacidade laborativa do candidato à percepção do benefício assistencial, deve-se analisar o caso concreto, a parte recorrente não preenche os requisitos necessários para concessão do benefício em apreço.

- Por tais razões, ausente o requisito da miserabilidade, ainda quando analisadas as peculiaridades do caso concreto, não merece acolhimento o pedido de concessão de benefício assistencial. ."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500077-11.2014.4.05.8204
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSE MATIAS DE OLIVEIRA NETO
PROC./ADV.: ANNA KARINA MARTINS S. REIS OAB: PB-8266
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002172-34.2013.4.04.7109
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DANIEL MENDES DUARTE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrado o estado de miserabilidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Terceira Seção do STJ, através do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, firmou entendimento na seguinte direção:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

No presente caso, a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar comprovada a situação de vulnerabilidade social, considerando que a família do requerente aufere renda per capita superior à mínima prevista legalmente, sendo os valores recebidos por seu genitor suficientes ao provimento das despesas básicas com aluguel, alimentação, água, luz, gás e medicamentos.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506570-11.2008.4.05.8302
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ADMILSON JOSÉ LOURENÇO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte ora requerente, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade/miserabilidade hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Na hipótese em exame, o laudo pericial concluiu que a parte autora não apresenta incapacidade total para a vida independente e para o trabalho.

Em casos extraordinários, as circunstâncias pessoais do postulante - v. g., idade, família, despesas médicas, escolaridade, local de residência - podem autorizar a concessão do benefício. Essa excepcionalidade, contudo, não restou comprovada nos autos.."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503090-64.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA GOMES DA COSTA
PROC./ADV.: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB: PB-11 662
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5013249-02.2011.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CAMILA PINTO MACIEL
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a requerente não apresenta incapacidade laboral futura, devendo apenas submeter-se a programa de atividade física e alimentação hipocalórica.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001618-60.2012.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PATRICIA GUIMARÃES MEDEIROS
PROC./ADV.: MARINALVA FONSECA FEIJÓ OAB: RS-23916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A TNU, através da Súmula 78, aprovada na Sessão do dia 11.9.2014, pacificou o entendimento no sentido de que, "Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.".

No presente caso, entretanto, a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a requerente não se encontra incapacitada para os atos da vida cotidiana, inexistindo comprometimento em sua rotina e hábitos sociais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501902-36.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA BRAZ
PROC./ADV.: ROBERTO PESSOA PEIXOTO DE VASCONCELLOS OAB: PB-12 378
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade da sentença por cerceamento de defesa, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ademais, no presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0519851-55.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCINETH PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

A Turma Recursal manteve a sentença que, por sua vez, acolheu parcialmente o pedido formulado pelo autor, concedendo-lhe aposentadoria por invalidez a partir da data do laudo médico-pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão atacado diverge da jurisprudência do STJ e de Turma Recursal de outra região, segundo a qual o termo inicial do benefício pleiteado retroage à data do requerimento administrativo em razão do princípio in dubio pro misero.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que, em razão da natureza da doença, não foi possível estabelecer a data do início da incapacidade definitiva quando da realização da perícia, nos seguintes termos:

"(...) Em sede de recurso, a parte autora pleiteia a alteração da DIB para a data de entrada do requerimento administrativo, alegação que não merece acolhimento. Isto porque, na ausência de documentos hábeis a comprovar claramente o inicio da incapacidade, deve esta ser estabelecida na data de realização do laudo pericial. (...)"

Verifica-se que essa matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

"a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500)."

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela impossibilidade de se determinar a data de início da incapacidade da parte autora em momento anterior ao laudo pericial, mantendo-se, assim, o termo inicial à data do laudo pericial nos termos do entendimento acima referido.

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ainda que assim não fosse, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março 2015.

PROCESSO: 5013943-49.2012.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARINA ANGELINA OLIVEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: VIVIAN VIEIRA ALBRECHT OAB: RS-47180
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício de suas atividades habituais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500708-43.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ALTAMIRA ASSIS DE ARAGÃO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

A Turma de origem confirmou a sentença quanto à concessão de auxílio-doença, com efeitos financeiros desde a data da propositura da ação.

Sustenta a requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU e de turma Recursal de outra região, que aponta pela concessão do benefício requerido a partir da data da cessação indevida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11 jun. 2010)".

Entretanto, ocorre que a Turma de origem, com base no acervo fático probatório da lide, concluiu que:

"(...) 6. No caso dos autos, a autora é portadora de transtorno mental classificado no CID 10 como F17.1 (Transtornos Mentais e Comportamentais devido ao uso de fumo - uso nocivo para a saúde) + F41.9 (Transtorno Ansioso Não-especificado) + F33.2 (Transtorno depressivo recorrente, episodio atual grave sem sintomas psicóticos) + I69 (Sequelas de doenças cerebrovasculares) + G45 (Acidentes vasculares cerebrais isquêmicos transitórios e síndromes correlatas). Destacou o juízo monocrático: "Com relação à data do início da incapacidade, o médico perito foi categórico em afirmar que esta se iniciou em 04/2010. Ocorre que, não sendo a patologia que deu causa ao benefício anteriormente percebido ("CID 10 G 98 - Outros transtornos do sistema nervoso", anexo 18, fls. 06) idêntica à atestada pelo perito desta lide (anexo 20), não há que se falar em restabelecimento, mas sim em concessão do benefício de auxílio-doença". (...)"

Dessa forma, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, ao caso, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003569-43.2013.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: TIAGO JOSIAS DA SILVA QUARESMA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS TEIXEIRA DE MOURA OAB: RS-6258
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrado o estado de miserabilidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Terceira Seção do STJ, através do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, firmou entendimento na seguinte direção:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

No presente caso, a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar comprovada a situação de vulnerabilidade social, considerando que a família do requerente aufere renda per capita superior à mínima prevista legalmente, vivendo em condições dignas de habitação.

Registrou-se, ainda, que as despesas básicas declaradas com alimentação, água e luz são supridas, com sobra, pela renda percebida pelo genitor do requerente.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5007433-70.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLAUDIO FERNANDES CORREA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrado o estado de miserabilidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Terceira Seção do STJ, através do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, firmou entendimento na seguinte direção:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

No presente caso, a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar comprovada a situação de vulnerabilidade social, considerando que o requerente aufere renda per capita superior à mínima prevista legalmente, residindo em moradia própria que apresenta boas condições de manutenção, mobiliada com variados móveis e eletrodomésticos.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502313-52.2013.4.05.8403
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTÔNIO MATEUS DA COSTA FILHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

A Turma Recursal manteve a sentença que, por sua vez, acolheu parcialmente o pedido formulado pelo autor, concedendo-lhe auxílio-doença a partir da data do laudo médico-pericial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão atacado diverge da jurisprudência do STJ e de Turma Recursal de outra região, segundo a qual o termo inicial do benefício pleiteado retroage à data do requerimento administrativo em razão do princípio in dubio pro misero.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que a parte autora faz jus ao benefício pleiteado, fixando a DIB na data da realização da perícia, tendo em vista que o perito somente atestou a sua incapacidade a partir desta data, nos seguintes termos:

"(...) 3. No presente caso, o laudo pericial (anexo nº 20) apontou que a incapacidade do autor pode ter a DII precisada na data de sua elaboração. Sendo assim, correta a sentença que condenou o INSS a implantar o benefício de auxílio-doença da parte autora a contar da data indicada pelo profissional médico designado. (...)"

Verifica-se que essa matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

"a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500)."

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que, em virtude do exame pericial não ter indicado que a incapacidade teve início em momento anterior, a data de início do benefício deve corresponder à do laudo. Desse modo, deve permanecer irretocável a decisão vergastada, haja vista que se encontra em consonância com o entendimento acima referido.

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ainda que assim não fosse, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março 2015.

PROCESSO: 2011.51.51.022413-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MARCIA DOS SANTOS CUNHA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500418-31.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LINDALVA SOARES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501891-52.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: NÚBIA MARIA CAVALCANTI DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade do acórdão recorrido, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ademais, no presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou comprovada a alegada incapacidade laborativa da parte autora.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5013301-73.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: PEDRO ROCHA
PROC./ADV.: ANTÔNIO C. B. CRAVO OAB: SC-31 865
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem confirmou a sentença quanto à concessão de auxílio-doença, com efeitos financeiros desde a data da perícia judicial.

Sustenta a requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência de turma Recursal de outra região, que aponta pela concessão do benefício requerido a partir da data da cessação indevida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11 jun. 2010)".

Entretanto, ocorre que a Turma de origem, com base no acervo fático probatório da lide, concluiu que:

"(...) Não há elementos no recurso que se autorizem a retroação da data do início do benefício, fixada na sentença em 5-2-2013, para 13-8-2012 (DEC3-evento 5).

O laudo pericial não comprovou haver incapacidade em data pretérita, ou seja, antes da realização do exame em juízo, em 5-2-2013 (LAUPERÍ1, quesitos'4', '5.a e '5.b'). (...)"

Dessa forma, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, ao caso, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com base no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500548-45.2010.4.05.8308
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA ISABEL DE AMORIM SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua miserabilidade hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"No caso em apreço, a parte recorrida é pessoa idosa. Ocorre que se constatou em audiência que a parte autora não atendo o requisito da miserabilidade, não conseguindo a testemunha e o depoimento pessoal prová-lo.

Outrossim, constatou-se que o cônjuge da autora recebe o benefício de auxílio-acidente no valor de R$ 816,00 (oitocentos reais), acima do valor mínimo, além de bolsa família e ajuda da filha. Compulsando que o núcleo familiar consiste na autora e seu esposo (filha maior ou emancipada e netos não entram no cômputo), não há como conceder o benefício."

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 580.963/PR, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, assim decidiu:

"Benefício assistencial de prestação continuada ao idoso e ao deficiente. Art. 203, V, da Constituição. A Lei de Organização da Assistência Social (LOAS), ao regulamentar o art. 203, V, da Constituição da República, estabeleceu os critérios para que o benefício mensal de um salário mínimo seja concedido aos portadores de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. 2. Art. 20, § 3º, da Lei 8.742/1993 e a declaração de constitucionalidade da norma pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 1.232. Dispõe o art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93 que: "considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo". O requisito financeiro estabelecido pela Lei teve sua constitucionalidade contestada, ao fundamento de que permitiria que situações de patente miserabilidade social fossem consideradas fora do alcance do benefício assistencial previsto constitucionalmente. Ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.232-1/DF, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS. 3. Decisões judiciais contrárias aos critérios objetivos preestabelecidos e processo de inconstitucionalização dos critérios definidos pela Lei 8.742/1993. A decisão do Supremo Tribunal Federal, entretanto, não pôs termo à controvérsia quanto à aplicação em concreto do critério da renda familiar per capita estabelecido pela LOAS. Como a Lei permaneceu inalterada, elaboraram-se maneiras de contornar o critério objetivo e único estipulado pela LOAS e de avaliar o real estado de miserabilidade social das famílias com entes idosos ou deficientes. Paralelamente, foram editadas leis que estabeleceram critérios mais elásticos para concessão de outros benefícios assistenciais, tais como: a Lei 10.836/2004, que criou o Bolsa Família; a Lei 10.689/2003, que instituiu o Programa Nacional de Acesso à Alimentação; a Lei 10.219/01, que criou o Bolsa Escola; a Lei 9.533/97, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. O Supremo Tribunal Federal, em decisões monocráticas, passou a rever anteriores posicionamentos acerca da intransponibilidade dos critérios objetivos. Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro). 4. A inconstitucionalidade por omissão parcial do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. O Estatuto do Idoso dispõe, no art. 34, parágrafo único, que o benefício assistencial já concedido a qualquer membro da família não será computado para fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a LOAS. Não exclusão dos benefícios assistenciais recebidos por deficientes e de previdenciários, NO VALOR DE ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO, percebido por idosos. Inexistência de justificativa plausível para discriminação dos portadores de deficiência em relação aos idosos, bem como dos idosos beneficiários da assistência social em relação aos idosos titulares de benefícios previdenciários no valor de até um salário mínimo. Omissão parcial inconstitucional. 5. Declaração de inconstitucionalidade parcial, sem pronúncia de nulidade, do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento."

(RE 580963, Relator Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 18.4.2013, processo eletrônico repercussão geral - Mérito DJe fl. 225 Divulg 13.11.2013 Public 14.11.2013)

No mesmo sentido, o STJ já pacificou seu entendimento. Verbis:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE ENTRE A DECISÃO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO E A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência é cabível quando a orientação acolhida pela Turma Nacional de Uniformização - TNU contrariar súmula ou jurisprudência dominante neste Tribunal Superior (art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001 e art. 36 da Resolução/CJF n. 22/2008), o que não ocorreu na espécie.

2. De fato, a decisão da TNU não destoa do entendimento firmado por esta Corte no julgamento da Pet 7.203/PE, no sentido de que "deve ser excluído do cálculo da renda familiar per capita qualquer benefício DE VALOR MÍNIMO recebido por maior de 65 anos, independentemente se assistencial ou previdenciário, aplicando-se, analogicamente, o disposto no parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso" (3ª Seção, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 11/10/2011).

3. Não subsiste a pretensão de suspensão do presente feito até o julgamento de recurso submetido ao rito do art. 543-C do CPC, pois a norma inserta nesse preceito legal dirige-se aos feitos a serem processados nos tribunais de segunda instância. Precedentes da Corte Especial e desta Terceira Seção.

4. Agravo Regimental desprovido."

(AgRg na Pet 8.479/PR, Rel. Ministra Marilza Maynard (Desembargadora convocada do TJ/SE), Terceira Seção, julgado em 11.12.2013, DJe 3.2.2014)

In casu, verifica-se que o benefício da parte ora requerente é superior ao salário mínimo, de modo que não pode ser excluído do cálculo da renda per capita, estando, deste modo o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002571-88.2012.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LORI PINHEIRO DOMINGOS
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA OAB: RS-56506
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de benefício assistencial, com efeitos a partir da data do ajuizamento da ação.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que a parte autora não compareceu ao exame pericial realizado na via administrativa.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510844-24.2008.4.05.8300
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: SANDRA MARIA DE FREITAS DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade, nos seguintes termos:

"Assim sendo, como bem relevado no bojo do ato monocrático recorrido, não foi satisfeito o indispensável requisito da incapacidade, haja vista que a perícia judicial foi clara neste sentido, o que afasta a possibilidade de se deferir o beneficio perseguido nestes autos. Com efeito, explicitou o douto Magistrado singular, "In casu, a perícia médica determinada judicialmente constatou que a parte autora é portadora de sequela de poliomelite. Não obstante tal patologia gerar incapacidade parcial e definitiva, o laudo pericial elucida que a mesma encontra-se apta para o desempenho de atividades laborativas que não exijam deambulação prolongada, abaixamento e levantamento de pesos. Desse modo, entendo possível sua inserção no mercado de trabalho.". (Trecho extraído da sentença).

Com efeito, vê-se, pois, que a parte autora pode exercer atividades outras que assegurem a sua manutenção, não sendo escorreito concluir pelo existência de direito à percepção do benefício ora requerido tão-somente pela sua impossibilidade de exercer determinada profissão específica (ou mesmo a última profissão exercida), porquanto não há previsão legal que albergue tal pretensão; ora, tanto a Lei nº 8.742/93, quanto a CF/88 são claras ao explicitar que a incapacidade laboral, para fins de obtenção de Benefício Assistencial (LOAS), é caracterizada somente nas situações em que a parte comprova não possuir meios de prover a própria manutenção, através de qualquer atividade laborativa possível, o que, repita-se, não se revela caracterizado na hipótese, tal como visto."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502420-81.2013.4.05.8311
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): SEVERINO MARQUES DA SILVA
PROC./ADV.: FRANCISCO PIRES BRAGA FILHO OAB: PE-12505

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou a preliminar de prescrição do fundo de direito e, no mérito, julgou procedente o pedido de revisão da complementação paga pela União no benefício de aposentadoria da parte autora, ex-ferroviário.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sustenta a requerente que o entendimento firmado no acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e de turma recursal de outra região segundo a qual operou-se a decadência do direito de revisão de ato concessório de benefício previdenciário instituído anteriormente a 28/6/97, data de edição da MP 1.523-9, que deu nova redação ao art. 103 da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Supremo Tribunal Federal, através do RE 626.489/SE (julgado em 16.10.2013, DJe 214, de 28/10/2013), firmou entendimento no seguinte sentido:

"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA.

1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexiste prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexiste direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência"

Além do mais, o Superior Tribunal de Justiça, em recurso submetido ao rito do art. 543-C do CPC, pacificou o entendimento de que assiste aos dependentes de ex-ferroviário o direito à complementação da pensão paga.

Confira-se a ementa do julgado:

PREVIDENCIÁRIO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE EX-FERROVIÁRIO. TEMA JÁ JULGADO PELA SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO ART. 543-C DO CPC E DA RESOLUÇÃO STJ 8/2008.

1. A Primeira Seção do STJ, em Recurso Representativo da Controvérsia, decidiu que a complementação da pensão aos beneficiários de ex-ferroviários, prevista no art. 5º da Lei 8.168/91, assegura-lhes a percepção de proventos equivalentes à remuneração do pessoal em atividade na RFFSA e suas subsidiárias. Estabeleceu-se ainda que "a lei destinada a disciplinar a complementação dos proventos dos ferroviários aposentados das pensões devidas aos seus dependentes, por ser norma específica, em nada interfere na regra de concessão da renda mensal devida a cargo do INSS, a qual permanece sendo regida pela legislação previdenciária geral" (REsp 1.211.676 / RN, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJe 17.8.2012).

2. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 165.663/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 15.2.2013)

No presente caso, como bem salientou o acórdão recorrido, "admitido o instituidor a pensão na Rede Ferroviária Federal S/A em 11.1975, portanto, dentro do prazo estabelecido pela Lei 10.478/2002, não há como negar a parte autora o direito a complementação do valor da pensão".

Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009245-15.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROSA MARIA MENEZES GONÇALVES
PROC./ADV.: RAFAEL HÖHER OAB: RS-33 313
PROC./ADV.: TATIANE BISOGNIN OAB: RS-60 951
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A TNU, através da Súmula 78, aprovada na Sessão do dia 11.9.2014, pacificou o entendimento no sentido de que, "Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.".

No presente caso, entretanto, a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a requerente não se encontra incapacitada, inexistindo limitações físicas que impeçam a realização das atividades laborais.

Registrou, ainda, o órgão de origem, inexistirem provas de que a autora estivesse sofrendo estigmatização decorrente de sua enfermidade, não havendo dificuldade de inserção em seu meio social.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508741-77.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA JOSÉ BARBOSA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade da sentença, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0519537-21.2013.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DJALMA ANTONIO FRANQUELINO DA SILVA
PROC./ADV.: DEOLINDA CARLA CORREIA BARBOSA OAB: PE-23 272

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco a que afastou a prescrição do fundo de direito em favor da parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que não houve prescrição do fundo de direito, tão somente a incidência da prescrição quinquenal, nos seguintes termos:

"Em sede de benefícios previdenciários, caracterizados pela relação de trato sucessivo e pela natureza alimentar, não se opera a prescrição do fundo do direito, devendo-se perquirir sobre eventual prescrição das prestações vencidas não pagas nos cinco anos anteriores à propositura da ação.

O art. 103 da Lei n. 8.213/91 institui que é de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício. Contudo, incabível é a alegação de decadência do direito do autor, tendo em vista que o caso em comento não se trata de revisão do benefício, mas de ato de concessão.

Dessa forma, há que ser rejeitada a arguição da prescrição, uma vez que, por se tratar de prestações por trato sucessivo, a prescrição não atinge o fundo de direito, mas apenas as parcelas anteriores ao quinquênio que antecede o ajuizamento da ação."

Nesse sentido, verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional, evidenciada no julgamento do PEDILEF 05080324920074058201 2:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. RESTABELECIMENTO. DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS ENTRE CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO E AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI N. 8.213/91. QUESTÃO DE ORDEM 20/TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

(...)

12. Não obstante tais considerações, entendo que, no que concerne à prescrição do fundo de direito, ou decadência, no âmbito previdenciário, aplicável as disposições da Lei nº 8.213/91, que traz regras específicas e que, por se tratar de lei especial, prevalece ao Decreto nº 20.910/32, que é lei geral.

13. Nesse particular, o art. 103, caput, da LBPS refere que "É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a REVISÃO do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo". Note-se que a redação do artigo, a priori, trataria apenas de prazo para a revisão do ato de concessão do benefício, "ato de concessão positivo", se assim podermos denominar. Porém, tenho que é aplicável também ao "ato de concessão negativo", ou de indeferimento, visto que um dos marcos iniciais de contagem do prazo é "do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo" (grifei). Ao meu ver, entender que o caput do art. 103 seria aplicável tão somente aos benefícios deferidos seria tornar inócua a parte final do dispositivo.

14. Saliento, por oportuno, que a previsão de prazo prescricional de cinco anos no parágrafo único do aludido art. 103 é aplicável tão somente a valores devidos ou a serem restituídos pelo INSS, não se aplicando ao caso dos autos.

15. Assim, em observância ao art. 103 da Lei nº 8.213/91, a parte autora possuía o prazo de dez anos para intentar ação judicial buscando a revisão do ato administrativo de indeferimento de seu benefício, e não prazo qüinqüenal como defendido pela decisão impugnada.

In casu, o acórdão recorrido afastou a ocorrência da prescrição de fundo de direito, de acordo com o entendimento firmado pela TNU, termos em que não enseja a reparação do julgado originário.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500937-52.2013.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ SOARES PEREIRA SOBRINHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Inicialmente, verifica-se que a Turma recursal de origem concluiu pelo indeferimento do pedido inicial, sob o fundamento de que a parte autora não demonstrou a sua qualidade de segurado especial, haja vista que, após a conjugação das provas materiais com a prova testemunhal e o depoimento da parte autora, não restou demonstrado o labor rurícola dentro do período de carência.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 00139766120104014300, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente quanto à revaloração das provas apresentadas, nos seguintes termos:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. PROVAS QUE FORAM ADMITIDAS, MAS NÃO FORAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À CONVICÇÃO DOS JULGADORES. QUESTÃO DE ORDEM 22 E SÚMULA 42 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. O julgamento proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins não apresenta qualquer contrariedade com o julgamento apresentado como paradigma, já que não negou aos documentos apresentados a potencialidade probante desejada pela parte autora da demanda, mas sim que sua força efetiva de comprovação da situação fática subjacente ao direito alegado foi insuficiente ao convencimento dos julgadores, tanto do JEF como da TR-SJTO. Portanto, não há similitude fática e jurídica do paradigma apresentado, porque o julgamento pela TR-SJTO não negou validade às provas apresentadas, mas antes as ponderou, junto a outros elementos dos autos, para considerar não comprovada a situação fática do exercício do labor rural pelo período de carência exigido na hipótese dos autos, de 156 meses. Aqui incide a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)." Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU, se vencida a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato (Publicada no DJ de 03/11/2011, à página 128)." Assim, voto pelo não conhecimento do PEDILEF da parte autora da demanda."

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501194-93.2012.4.05.8305
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAIANY JESSE PONTES
PROC./ADV.: AURÉLIO BATISTA DE AGUIAR NETO OAB: PE-25 980

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que foi verificada a sua incapacidade hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"A propósito, pela análise do laudo médico pericial (anexo 16), o perito do juízo afirmou, categoricamente, que a pericianda é acometida de doença genética, desde o nascimento, com controle ambulatorial, sem cura (questão n° 3 e 6) e que a demandante realiza acompanhamento ambulatorial no HEMOPE em Recife.

Quanto à necessidade de dedicação exclusiva, a menor pericianda necessita de cuidados especiais por parte de quem cuida da criança, no sentido de garantir seu tratamento médico (locomoção de Capoeiras/PE para tratamento no HEMOPE, em Recife) e a manutenção dos estudos, visando assim, uma profissionalização futura e sua inclusão no mercado de trabalho. Desse modo, tendo em vista a enfermidade (Anemia falciforme - CID D57.1) que exige cuidados especiais dos pais, além de despesas extraordinárias, tenho como devida a concessão do benefício, perfilhando do mesmo entendimento da TNU.

[...]

Assim, verifica-se preenchido o requisito de incapacidade exigido para a concessão do Loas, pois a deficiência da autora exige cuidados constantes e acompanhamento, sendo necessária dedicação de um dos membros do grupo familiar para seus cuidados, impossibilitando, assim, esse familiar de trabalhar e obter a existência digna do núcleo familiar."

A TNU, por meio do PEDFILEF nº 05000807920134058307 decidiu situação análoga ao presente caso concreto, conferindo o benefício previdenciário/assistencial quando a deficiência demandar cuidados contínuos que inviabilizem a atividade laborativa da genitora, verbis:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO - PREVIDENCIÁRIO - ASSISTÊNCIA SOCIAL - CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (LOAS) - INCAPACIDADE PARCIAL - MENOR DE IDADE - PORTADOR DE CEGUEIRA - HIPOSSUFICIÊNCIA - DESNECESSIDADE DE CUIDADOS CONTÍNUOS E ININTERRUPTOS QUE INVIABILIZEM ATIVIDADE LABORATIVA DA GENITORA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

[...]

Há que se perscrutar, dentro do padrão considerado normal para a idade da Recorrente, se sua deficiência incapacitante gera eficaz limitação para os atos do cotidiano. Não consigo reconhecê-la sob o ponto de vista da "perda ou anormalidade da função psicológica, fisiológica ou anatômica. A incapacidade, de acordo com o Decreto n. 6.214, de 26/09/2007, é um fenômeno multidimensional, que abrange limitação do desempenho de atividade e restrição da participação, com redução efetiva e acentuada da capacidade de inclusão social, em correspondência à interação entre a pessoa com deficiência e seu ambiente físico e social e, por isso mesmo, deve ser vista de forma espaçosa, abrangendo o mundo em que vive o deficiente. Ou seja, não necessita decorrer, exclusivamente, de alguma regra específica que indique esta ou aquela patologia, mas pode ser assim reconhecida com lastro em análise mais ampla, atinente às condições sócio-econômicas, profissionais, culturais e locais do interessado, a inviabilizar a vida laboral e independente.

[...]

O entendimento perfilhado por esta Corte com relação a este tema é no sentido de que a deficiência alcance toda a vida do menor, de modo a comprometer, no hoje e no futuro, uma vida independente, restrições sociais e econômicas que lhe imponha a enfermidade, ou mesmo de que o suporte a ser dado no trato da enfermidade abale a economia familiar. Confira-se: LOAS. CRIANÇA. SÚMULA 29 DA TNU. AMPLITUDE DO CONCEITO DE INCAPACIDADE PARA VIDA INDEPENDENTE. APLICAÇÃO DAS CONDICIONANTES CONSTANTES DO VOTO PROFERIDO NO PROCESSO Nº 2007.83.03.50.1412-5. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. PRECEDENTES DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. "Ao menor de dezesseis anos, ao qual o trabalho é proibido pela Constituição, salvo o que se veja na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos, bastam a confirmação da sua deficiência, que implique limitação ao desempenho de atividades ou restrição na participação social, compatíveis com sua idade, ou impacto na economia do grupo familiar do menor, seja por exigir a dedicação de um dos membros do grupo para seus cuidados, prejudicando a capacidade daquele familiar de gerar renda, seja por terem que dispor de recursos maiores que os normais para sua idade, em razão de remédios ou tratamentos; confirmando-se ainda a miserabilidade de sua família, para que faça jus à percepção do benefício assistencial previsto no art. 203, inc. V, da Constituição e no art. 20 da Lei n° 8.742/93" (TNU, PEDILEF 200783035014125, Rel. Juiz Federal Manoel Rolim Campbell Penna, DOU 11-3-2011). 2. "Acórdão recorrido, reformando a sentença, não concedeu Benefício Assistencial a menor, seja por entender que não há falar em incapacidade de menor de 16 (catorze) anos, em face de expressa vedação constitucional (art. 7º, XXXIII, da CF), seja pelo fato de laudo pericial atestar a sua capacidade para os atos do dia-a-dia. 2. Esta Turma Nacional tem firme orientação, assentada na sua Súmula 29, no sentido de que a interpretação do art. 20, § 2º, da Lei 8.742/03 deve ser mais ampla, a partir da premissa que a capacidade para a vida independente engloba a impossibilidade de prover o seu sustento como a prática das atividades mais elementares da pessoa. 3. Resta assente que este conceito de capacidade para a vida independente não está adstrito apenas às atividades do dia-a-dia, vez que não se exige que o(a) interessado(a) esteja em estado vegetativo para obter o Benefício Assistencial. Dele resulta uma exigência de se fazer uma análise mais ampla das suas condições pessoais, familiares, profissionais e culturais do meio em que vive para melhor avaliar a existência ou não dessa capacidade. 4. Nessa análise ampliada é de se verificar se a deficiência de menor de 16 (dezesseis) anos poderá impactar de tal modo a sua vida e, bem como de sua família, a reduzir as suas possibilidades e oportunidades, no meio em que vive. Precedentes nesta TNU: 2007.83.03.50.1412-5; 200580135061286 e 200682025020500". (PEDILEF 200932007033423, Relator JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, Data da Decisão 05/05/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 30/08/2011). 3. Pedido de Uniformização conhecido e parcialmente provido, para determinar à Turma Recursal de origem para, com base na premissa jurídica firmada, fazer a devida adequação, proferindo nova decisão. Aplicação da Questão de Ordem nº 20 desta Turma Nacional. Ou mesmo: PREVIDENCIÁRIO - LOAS - PORTADOR DE VISÃO MONOCULAR - MENOR -INCAPACIDADE QUE DEVE SER CONJUGADA COM CONDIÇÕES PESSOAIS - PRECEDENTE DESTA TNU PEDILEF 2007.83.03.5014125 - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO 1

[...]

O benefício será igualmente devido na situação em que a deficiência do menor gere significativo impacto econômico no seu grupo familiar, o que pode ocorrer basicamente por duas formas, quais sejam, pela exigência de dispêndios incompatíveis com a condição social da família, como com remédios ou tratamentos médicos, ou pela afetação na sua capacidade de angariar renda, como quando limita ou impossibilita algum de seus membros produtivos de trabalhar pelos cuidados necessários à deficiência do menor. De tal sorte que tais considerações a respeito do menor - quanto ao desempenho de atividades compatíveis com sua idade, a prejuízos para sua integração social, a excepcionais dispêndios médicos ou à limitação da renda de sua família -- devem ser avaliadas pelo Juiz em cada caso concreto de forma alternativa, e não cumulativa, de forma a assegurar a maior amplitude de acesso do menor deficiente e carente ao benefício assistencial que há de lhe assegurar uma vida mais condigna. À luz de tais considerações, firma-se a compreensão de que ao menor de dezesseis anos, bastam a confirmação da sua deficiência, que implique limitação ao desempenho de atividades ou restrição na participação social, compatíveis com sua idade, ou impacto na economia do grupo familiar do menor, seja por exigir a dedicação de um dos membros do grupo para seus cuidados, prejudicando a capacidade daquele familiar de gerar renda, seja por terem que dispor de recursos maiores que os normais para sua idade, em razão de remédios ou tratamentos; confirmando-se ainda a miserabilidade de sua família, para que faça jus à percepção do benefício assistencial

[...]

Importa, por último, registrar que, na eventualidade da menor deficiente não poder exercer trabalho remunerado, a partir da sua maioridade, que lhe assegure a própria manutenção, em função de agravamento da patologia, o benefício deverá, igualmente, ser concedido, cujas circunstâncias deverão ser verificadas pelo INSS, periodicamente, nos termos da lei, devendo eventual deferimento ou cancelamento do benefício observar o devido processo legal, assegurando-se à beneficiária o contraditório e a ampla defesa Assim, voto para desaconselhar, por incabível, a concessão do benefício em epígrafe. Pelo exposto, CONHEÇO do incidente de uniformização nacional suscitado pela Autora e NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nessa linha, assegura-se a incidência da Questão de Ordem nº 13: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.(Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005)."

Ainda que assim não fosse, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506526-31.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARGARETE BEZERRA DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, entendeu que a incapacidade da parte autora é preexistente ao seu reingresso ao regime geral de previdência.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506670-05.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JACIRA SILVESTRE DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, man-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, entendeu que a incapacidade da parte autora é preexistente ao seu reingresso ao regime geral de previdência.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501266-46.2013.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA INÊS DE ARAÚJO
PROC./ADV.: SILVANA MARIA DE AZEVEDO OAB: RN-5474
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que rejeitou benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que foi verificada a sua miserabilidade hábil à percepção do benefício.

Verifica-se nos autos que a divergência trazida nos acórdãos paradigmas são oriundas de Tribunal Regional Federal, de modo que não se prestam a demonstrar a divergência suscitada para admissão de incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ainda que assim não fosse, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505367-87.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: WILLIAM FELLIPPE DE OLIVEIRA MACENA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501260-29.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MÁRIA GUEDES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacita ao exercício de outras atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511970-27.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JAIME FERREIRA RODRIGUES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua miserabilidade hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Pela documentação juntada, verifica-se que a senhora Isabel Rodrigues Ferreira, genitora do autor, percebe uma aposentadoria especial e uma pensão por morte, ambas no valor de um salário mínimo, conforme se observa no anexo 21. O núcleo familiar, nos termos legais, constitui-se pelo autor, sua mãe e sua irmã. A renda a ser considerada envolve os dois salários mínimos percebidos pela genitora do requerente, bem como os rendimentos no montante de um salário mínimo percebidos pela irmã do autor, haja vista a existência de recolhimentos em nome desta como contribuinte individual neste montante. Não se tem como desconsiderar as anotações contidas no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) em relação a esta, porquanto gozam de presunção de veracidade e noticiam a existência de atividade remunerada exercida pela irmã do requerente na condição de trabalhadora autônoma.

[...]

Por fim, deve-se frisar que não se mostra aplicável por analogia o art. 34, parágrafo único, do Estatuto do Idoso, porquanto as rendas percebidas pela mãe do requerente ultrapassam o benefício mínimo, em dissonância com o parâmetro fixado na norma protetiva do idoso.

Assim, entendo que não há como se reputar o requisito da miserabilidade preenchido na presente hipótese, haja vista que a renda familiar demonstra a possibilidade de a família se manter sem a necessidade do amparo social em questão.."

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 580.963/PR, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, assim decidiu:

"[...] A inconstitucionalidade por omissão parcial do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. O Estatuto do Idoso dispõe, no art. 34, parágrafo único, que o benefício assistencial já concedido a qualquer membro da família não será computado para fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a LOAS. Não exclusão dos benefícios assistenciais recebidos por deficientes e de previdenciários, NO VALOR DE ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO, percebido por idosos. Inexistência de justificativa plausível para discriminação dos portadores de deficiência em relação aos idosos, bem como dos idosos beneficiários da assistência social em relação aos idosos titulares de benefícios previdenciários no valor de até um salário mínimo. Omissão parcial inconstitucional. 5. Declaração de inconstitucionalidade parcial, sem pronúncia de nulidade, do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento."

(RE 580963, Relator Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 18.4.2013, processo eletrônico repercussão geral - Mérito DJe fl. 225 Divulg 13.11.2013 Public 14.11.2013)

No mesmo sentido, o STJ já pacificou seu entendimento. Verbis:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE ENTRE A DECISÃO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO E A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência é cabível quando a orientação acolhida pela Turma Nacional de Uniformização - TNU contrariar súmula ou jurisprudência dominante neste Tribunal Superior (art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001 e art. 36 da Resolução/CJF n. 22/2008), o que não ocorreu na espécie.

2. De fato, a decisão da TNU não destoa do entendimento firmado por esta Corte no julgamento da Pet 7.203/PE, no sentido de que "deve ser excluído do cálculo da renda familiar per capita qualquer benefício DE VALOR MÍNIMO recebido por maior de 65 anos, independentemente se assistencial ou previdenciário, aplicando-se, analogicamente, o disposto no parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso" (3ª Seção, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 11/10/2011).

3. Não subsiste a pretensão de suspensão do presente feito até o julgamento de recurso submetido ao rito do art. 543-C do CPC, pois a norma inserta nesse preceito legal dirige-se aos feitos a serem processados nos tribunais de segunda instância. Precedentes da Corte Especial e desta Terceira Seção.

4. Agravo Regimental desprovido."

(AgRg na Pet 8.479/PR, Rel. Ministra Marilza Maynard (Desembargadora convocada do TJ/SE), Terceira Seção, julgado em 11.12.2013, DJe 3.2.2014)

In casu, verifica-se que o benefício da parte ora requerente é superior ao salário mínimo, de modo que não pode ser excluído do cálculo da renda per capita, estando, deste modo o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506981-93.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ ANTONIO FARIAS IRMÃO
PROC./ADV.: JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA OAB: PB-12519
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a limitação sofrida pelo requerente não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0512184-41.2010.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ANTÔNIO BERNANRDO PEREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora recorrente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença de parcial procedência, acolheu o pedido de auxílio-doença pelo prazo de três meses ao autor.

Sustenta a parte ora requerente que, ao contrário da decisão recorrida, faz jus ao auxílio-acidente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente, verifica-se que o presente recurso não merece prosperar em razão da ausência de similitude encontrada entre o acórdão recorrido e os paradigmas anexos, haja vista que suas bases fáticas são distintas. Enquanto o acórdão recorrido consignou que a parte autora não faz jus ao auxílio-acidente, uma vez que se trata de segurado especial, ressaltando que tais segurados não fazem jus ao benefício de auxílio-acidente, o paradigma debate a possibilidade de concessão benefício diverso do requerido na petição inicial, não configurando nulidade por sentença extra petita. Da decisão recorrida, destaca-se:

"(...)4. No direito previdenciário os benefícios são regidos pela lei da época em que a parte reunia as condições necessárias à concessão do benefício. O acidente que acometeu a parte autora ocorreu no ano de 2010, data anterior à publicação da lei 12.873/2013, que em seu artigo 5º, alterou a Lei 8.213/1991 em vários artigos, dentre os quais o inciso I do art. 39. Portanto, pela leitura no novo texto legal, apenas a partir de outubro de 2013, o auxílio-acidente passou a constar no rol de benefícios destinados aos segurados especiais.

5. Por outro lado, no art. 18, § 1º, da Lei 8.213/1991, já estava previsto que o segurado especial poderia beneficiar-se do auxílio-acidente. Assim, conforme se depreende do antigo inciso I do art. 39, não foi prevista a concessão do auxílio-acidente aos segurados especiais abrangidos pelo inciso VII do art. 11 da lei em referência, por omissão do legislador, fato este que foi corrigido com a promulgação da lei 12.873/2013.

6. Contudo, o segurado especial só terá direito ao auxílio-acidente, caso seja contribuinte facultativo, conforme o art. 39, II, da Lei 8.213/1991.."

Assim, restando claro que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma apresentado, incide à espécie a Questão de Ordem 22 da TNU, "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500696-50.2014.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: DEYVESON NATALIAN DE MELO
PROC./ADV.: JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA OAB: PB-12 519
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a limitação sofrida pelo requerente não o incapacita ao exercício de outras atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513786-44.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: PAULO ALEXANDRE MACHADO DA SILVA
PROC./ADV.: FELIPPE DE QUEIROZ BESSA BANDEIRA LEITE OAB: RN-5938
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária d Rio Grande do Norte que rejeitou o pedido de reestabelecimento de benefício previdenciário ao fundamento de ter ocorrido a decadência ao direito de revisão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que houve prescrição do fundo de direito haja vista o transcurso de mais de 10 (dez) anos entre o cancelamento do benefício anterior e o pedido de reestabelecimento, nos seguintes termos:

"Hipótese em que a Sentença atacada, acatou a prescrição de fundo do direito, fundada no fato de que se requer a revisão do ato que indeferiu o benefício ao demandante em 1999, afirmando que o lapso temporal entre o indeferimento administrativo e a propositura da ação (29/07/2013) obsta o direito do autor em ingressar com demanda judicial pleiteando a concessão de benefício previdenciário."

Nesse sentido, verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional, evidenciada no julgamento do PEDILEF 05080324920074058201 2:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. RESTABELECIMENTO. DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS ENTRE CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO E AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI N. 8.213/91. QUESTÃO DE ORDEM 20/TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

(...)

12. Não obstante tais considerações, entendo que, no que concerne à prescrição do fundo de direito, ou decadência, no âmbito previdenciário, aplicável as disposições da Lei nº 8.213/91, que traz regras específicas e que, por se tratar de lei especial, prevalece ao Decreto nº 20.910/32, que é lei geral.

13. Nesse particular, o art. 103, caput, da LBPS refere que "É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a REVISÃO do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo". Note-se que a redação do artigo, a priori, trataria apenas de prazo para a revisão do ato de concessão do benefício, "ato de concessão positivo", se assim podermos denominar. Porém, tenho que é aplicável também ao "ato de concessão negativo", ou de indeferimento, visto que um dos marcos iniciais de contagem do prazo é "do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo" (grifei). Ao meu ver, entender que o caput do art. 103 seria aplicável tão somente aos benefícios deferidos seria tornar inócua a parte final do dispositivo.

14. Saliento, por oportuno, que a previsão de prazo prescricional de cinco anos no parágrafo único do aludido art. 103 é aplicável tão somente a valores devidos ou a serem restituídos pelo INSS, não se aplicando ao caso dos autos.

15. Assim, em observância ao art. 103 da Lei nº 8.213/91, a parte autora possuía o prazo de dez anos para intentar ação judicial buscando a revisão do ato administrativo de indeferimento de seu benefício, e não prazo qüinqüenal como defendido pela decisão impugnada.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509862-43.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSELITO TAVARES DE LIMA
PROC./ADV.: JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA OAB: PB-12 519
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503205-85.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INALVA MARIA DA SILVA
PROC./ADV.: JUSSARA TAVARES SANTOS SOUSA OAB: PB-12 519
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a limitação sofrida pela requerente não a incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009676-40.2012.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ILDA AMARO ANKLER
PROC./ADV.: JANDREI ALDEBRAND. OAB: SC-14980
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, na qualidade de segurada especial, sob o fundamento de que não restaram demonstrados os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado.

Sustenta a parte ora requerente que, nos termos da Súmula 41 da TNU, o fato de seu esposo exercer atividades urbanas no período de carência não teria o condão de descaracterizar o regime de economia familiar do seu labor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cabe destacar o entendimento da TNU acerca da matéria: "A circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto." (Súmula 41/TNU)

Destarte, comprovado o exercício de atividade urbana por algum membro do grupo familiar, cabe ao julgador analisar as provas dos autos a fim de determinar se a parte preenche os requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

In casu, verifica-se que a decisão recorrida seguiu a orientação acima exposta, haja vista que analisou o conjunto probatório após a constatação da existência de atividade urbana, dentro do período de carência, exercida pelo cônjuge da autora, concluindo pelo indeferimento do benefício pleiteado em virtude de que não restou demonstrada a condição pessoal de rurícola da autora.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ainda que assim não fosse, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001407-81.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ZELIA MARIA SONCINI
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, entendeu que a incapacidade da parte autora é preexistente ao seu reingresso ao regime geral de previdência.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500682-88.2013.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO KALIANE DE ARAUJO SOUSA
PROC./ADV.: KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO OAB: CE-17762
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505529-85.2012.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ JUARISVAM GONÇALVES DIAS
PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES OAB: CE-14553

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente o incapacita ao exercício de qualquer atividade laboral.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500353-93.2010.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO VIANA PEREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA DA REPÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.

A Turma de origem, reformando parcialmente a sentença, determinou a concessão de auxílio-doença, com efeitos financeiros desde a data da propositura da ação.

Sustenta a requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU e de turma Recursal de outra região, que aponta pela concessão do benefício requerido a partir da data da cessação indevida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11 jun. 2010)".

Entretanto, ocorre que a Turma de origem, com base no acervo fático probatório da lide, concluiu que:

"(...) Note-se que o perito judicial não precisou o início da incapacidade e que o atestado médico particular do anexo nº 2 é datado de 8/5/2007 (momento posterior à cessação do benefício, ocorrida em 30/4/2007)... (...)"

Dessa forma, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, ao caso, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507652-19.2013.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA SOCORRO RIBEIRO
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES OAB: CE-9761
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503609-36.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIA MAINHO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não haver comprovação de impedimento superior a dois anos, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que possa obstruir a plena e efetiva participação da requerente em sociedade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500607-46.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: TEREZA MARIA BASILIO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO OAB: CE-11410
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501756-20.2012.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GESSICA FREITAS OLIVEIRA
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE-7576
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a limitação sofrida pela requerente não impede a sua inserção no mercado de trabalho.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5016884-62.2013.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSÉ APARECIDO LIVIEIRO
PROC./ADV.: RENATA SILVA BRANDÃO OAB: PR-30452
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no acervo fático-probatório da lide, inclusive estudo sócio-econômico, concluíram pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.

A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Ante o exposto, com fulcro no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502522-21.2013.4.05.8403
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JORDANIA DE SOUZA LEONEZ
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente da jurisprudência do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões no sentido de que é possível a utilização de outros meios para averiguação concreta da renda familiar

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo do laudo sócio-econômico, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518169-65.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOÃO BATISTA DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo do laudo pericial, entendeu que o requisito da incapacidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502051-05.2013.4.05.8403
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JAIANE CAMILA LOPES DUTRA SERAFIM
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente da jurisprudência do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões no sentido de que é possível a utilização de outros meios para averiguação concreta da renda familiar

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

A Turma de origem, após estudo do laudo sócio-econômico, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505404-62.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LEILSON FERREIRA PAZ
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente da jurisprudência do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões no sentido de que é possível a utilização de outros meios para averiguação concreta da renda familiar

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo do laudo sócio-econômico, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0519212-37.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ DIAS DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo do laudo pericial, entendeu que o requisito da incapacidade por longo período não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0011597-38.2009.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: VIVIANE RANDI SILVA
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença no ponto, rejeitou o pedido de aposentadoria por invalidez, concedendo auxílio-doença.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade total e permanente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Demais disso, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que, "quando o julgador não reconhece incapacidade para o trabalho, não tem obrigação de analisar as condições pessoais e sociais do segurado, muito embora não fique impedido de fazer tal análise se, segundo seu livre convencimento motivado, entender cabível" (grifei - PEDILEF 0052862.57.2008.4.03.6301).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503613-41.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: REGINALDO SILVA DE SOUSA
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE OAB: CE-4072
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade laboral. Da decisão recorrida, destaca-se:

"(...) Entendo, com amparo na perícia judicial realizada e demais elementos de prova, não merecer acolhida a pretensão exposta na inicial.

Com efeito, como bem ressaltou o juiz sentenciante, o INSS procedeu de forma regular, porquanto o autor teve concedido benefício de auxílio-doença, o qual foi substituído, de ofício, por auxílio-acidente percebido desde 1/10/2009 (CNIS - fl. 6 do anexo 40).

Esclareço que o laudo médico concluiu pela capacidade da parte autora para o exercício de atividade laborativa habitual, apesar de ela apresentar sequela (visão monocular) oriunda de acidente acobertado pelo benefício previdenciário mencionado.

Para corroborar o posicionamento, transcrevo as respostas de alguns quesitos constantes do laudo:

Esta enfermidade, distúrbio, lesão ou anomalia, caso existente, incapacita ou chegou a incapacitar o autor para o desempenho de sua atividade laboral habitual? Ou seja, o autor encontra-se incapacitado para desempenhar a profissão que anteriormente exercia? Explicar o porquê.

RESPOSTA - não. A perda de visão monocular não incapacita o periciando para sua atividade de agricultor já que nesta atividade a visão binocular não é relevante. (...)"

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503061-59.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MAURÍCIO DE JESUS SILVA
PROC./ADV.: RODRIGO CAVALCANTI CONTRERAS OAB: RN-5990
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade, nos seguintes termos:

" No caso em apreço, de acordo com a perita (anexo 06), a parte autora é portadora de retardo mental moderado (F 71) e transtorno decorrente de uso de álcool (F 10.2), sendo que a especialista informou que a incapacidade teve início dois meses antes da data da perícia e não perdurará por dois anos, visto que o autor certamente recuperará sua capacidade laborativa em cerca de seis meses de tratamento. Assim, embora a expert tenha concluído pela incapacidade total e temporária para o exercício de atividade laborativa, afirmou que é provável que a recuperação se dê antes de dois anos, de modo que não está configurado o impedimento de longo prazo, nos termos do artigo 20, § 2º da Lei 8.742/93."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, impõe registrar que a TNU, por meio do PEDILEF 00138265320084013200, já decidiu em caso análogo que para concessão do beneficio assistencial às incapacidades inferiores a 2 anos é necessário que se analise as condições pessoais do recorrente, verbis:

"EMENTA-VOTO PREVIDENCIÁRIO. LOAS. INCAPACIDADE PARCIAL E TEMPORÁRIA. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. PRECEDENTES DA TNU. 1. "O art. 20 da Lei n° 8.742/93 não impõe que somente a incapacidade permanente, mas não a temporária, permitiria a concessão do benefício assistencial, não cabendo ao intérprete restringir onde a lei não o faz, mormente quando em prejuízo do necessitado do benefício e na contramão da sua ratio essendi, que visa a assegurar o mínimo existencial e de dignidade da pessoa." (PEDILEF 200770530028472, Rel. JUIZ FEDERAL MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Data da Decisão 13/09/2010, DOU 08/02/2011, SEÇÃO 1). 2. Esta Eg. TNU também já assentou que "a transitoriedade da incapacidade não é óbice à concessão do benefício assistencial, visto que o critério de definitividade da incapacidade não está previsto no aludido diploma legal. Ao revés, o artigo 21 da referida lei corrobora o caráter temporário do benefício em questão, ao estatuir que o benefício 'deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem'". (PEDILEF n° 200770500108659 - rel. Juiz Federal OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT - DJ de 11/03/2010). 3. "Resta assente que este conceito de capacidade para a vida independente não está adstrito apenas às atividades do dia-a-dia, vez que não se exige que o(a) interessado(a) esteja em estado vegetativo para obter o Benefício Assistencial. Dele resulta uma exigência de se fazer uma análise mais ampla das suas condições pessoais, familiares, profissionais e culturais do meio em que vive para melhor avaliar a existência ou não dessa capacidade". (PEDILEF 200932007033423, Rel. JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, Data da Decisão 05/05/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 30/08/2011). 4. Pedido conhecido e improvido."

In casu, o acórdão recorrido, após a análise das condições pessoais do recorrente, confirmou os termos da sentença, reconhecendo que a limitação temporária não é hábil à percepção do benefício. Destarte, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.(Aprovada na 2ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 14.03.2005)."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000492-30.2010.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LEONICE DO CARMO PORTO DA SILVA GIORGETTI
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade total.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Demais disso, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que, "quando o julgador não reconhece incapacidade para o trabalho, não tem obrigação de analisar as condições pessoais e sociais do segurado, muito embora não fique impedido de fazer tal análise se, segundo seu livre convencimento motivado, entender cabível" (grifei - PEDILEF 0052862.57.2008.4.03.6301).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504979-32.2013.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANA MARIA DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente é preexistente à sua refiliação no RGPS.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502473-80.2013.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO JOSÉ DA FONSECA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, com efeitos a partir da data do ajuizamento da ação.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que inexistia incapacidade do autor à época do requerimento administrativo.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006970-08.2011.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA DA SOLIDADE SILVA DA COSTA
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE OAB: SP-123545
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Demais disso, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que, "quando o julgador não reconhece incapacidade para o trabalho, não tem obrigação de analisar as condições pessoais e sociais do segurado, muito embora não fique impedido de fazer tal análise se, segundo seu livre convencimento motivado, entender cabível" (grifei - PEDILEF 0052862.57.2008.4.03.6301).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006178-48.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LUCIANA CORREIA DOS SANTOS
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA OAB: PR-23771
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001686-53.2010.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA LOUIZA RIBEIRO DE AQUINO
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE OAB: SP-123545
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Demais disso, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que, "quando o julgador não reconhece incapacidade para o trabalho, não tem obrigação de analisar as condições pessoais e sociais do segurado, muito embora não fique impedido de fazer tal análise se, segundo seu livre convencimento motivado, entender cabível" (grifei - PEDILEF 0052862.57.2008.4.03.6301).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501190-91.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EDNA ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5013164-18.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VALDENICE PINHEIRO PINHO PIEDADE
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA OAB: PR-23771
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a análise acerca da tese de cerceamento de defesa encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002410-87.2011.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: BENEDITA SANTOS DE MEDEIROS
PROC./ADV.: MARILIN CUTRI DOS SANTOS OAB: SP-296181
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009276-41.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IRACI FERREIRA CORREA
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA OAB: PR-23771
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500955-41.2011.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JACINTO DE ARAUJO LIMA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada especial do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não haver comprovação do exercício da atividade campesina em regime de economia familiar.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000879-88.2013.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CAMILA JOANA ALVES LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas que, mantendo a sentença, declarou a irrepetibilidade de valores recebidos pela parte autora, sob o argumento de que as verbas foram recebidas de boa fé, ocorrendo erro administrativo.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no sentido do aresto combatido:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela

Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.

[...]

5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.

6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.

7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."

(PEDILEF 2011.70.54.000676-2, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, julgado pela TNU em 07/05/2014)

O acórdão de origem, portanto, alinha-se ao entendimento desta TNU.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal, para verificar a ocorrência ou ausência da má fé, não se torna possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005220-56.2012.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VANESSA MARCA
PROC./ADV.: VILMAR COZER OAB: PR-33156
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500613-10.2014.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTONIO SOARES PINHEIRO
PROC./ADV.: HEWERTON FERNANDES OAB: RN-5275
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por invalidez, concedendo auxílio-doença.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade total e permanente.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001772-02.2013.4.04.7115
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO RENATO RIBAS DE SOUZA
PROC./ADV.: FABIANA RAFAELA MINUSSI OAB: RS-85 339
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

O incidente foi inadmitido na origem por ser intempestivo.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Com efeito, do exame dos autos, verifica-se que o Pedido de Uniformização interposto pela parte requerente é intempestivo. Isso porque, consoante o art. 13 do RITNU, o prazo para interposição do referido incidente é de dez dias contados da publicação do acórdão que se pretende impugnar, independente do prazo informado pelo sistema.

O prazo recursal começou a fluir em 17.2.2014 e o incidente de uniformização somente foi interposto em 28.2.2014, quando já ultrapassado o prazo legal (26.2.2014).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001988-63.2007.4.03.6314
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA JOSÉ FERREIRA RIBEIRO
PROC./ADV.: BENEDITO APARECIDO GUIMARÃES ALVES OAB: SP-104 442
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, não foram verificadas as condições hábeis à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Por outro lado, consoante se extrai do Estudo Sócio-Econômico realizado por Assistente Social nomeada pelo Juízo, a demandante vive em um grupo familiar composto por quatro pessoas, a autora, seu filho, sua nora e sua avó. Residem em um imóvel alugado no valor de R$ 230,00(duzentos e tinta reais). A moradia onde mora o filho é construída em alvenaria, composta por dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, parte do piso de cerâmica, e outra no cimento "vermelhão" e forro de madeira. Os móveis e utensílios que guarnecem a residência são de propriedade do filho e da nora, estão em bom estado de uso e conservação, atendendo as necessidades do grupo familiar. Já os móveis da autora, que ficam em seu quarto, se resumem a uma cama de casal, guarda roupa e armário, velhos, mas em bom estado de uso e conservação. Também apurou a Sra. Perita que a autora recebe cesta básica de projeto assistencial do município, assim como medicação necessária para seu tratamento. A sua manutenção é garantida pelo filho, pela nora e pela avó, uma vez que não possui nenhum rendimento.

Ainda segundo o laudo, a família sobrevive com a renda percebida pelo filho, pela nora e pela avó da autora, advinda de salários e benefício previdenciário de aposentadoria, que resulta no montante de no valor de R$ 1.565,00 (um mil quinhentos e sessenta e cinco reais)."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501546-29.2013.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSEFA MARIA BEZERRA
PROC./ADV.: JUCIÊ FERREIRA DE MEDEIROS OAB: CE-18543-B
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a requerente encontra-se totalmente curada de sua enfermidade, não se encontrando incapaz para o desempenho das atividades habituais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5018078-04.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GENECI TELLES
PROC./ADV.: IRMA SORAIA LIMA DE SOUZA OAB: RS-90 773
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não foi constatada a incapacidade laborativa da parte autora.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, no que concerne ao pedido de realização de nova perícia por médico especialista, a TNU, no julgamento do PEDILEF 2009.72.50.004468-3, reafirmou o entendimento no sentido de que "A realização de perícia por médico especialista só é necessária em casos especialíssimos e maior complexidade, como, por exemplo, no caso de doença rara, o que não é o caso dos autos. Precedentes da TNU (PEDILEF 200872510048413, 200872510018627, 200872510031462)."

Incide, assim, a Questão de Ordem 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500080-21.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA MOREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, com posterior conversão em aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511401-53.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO ALMEIDA DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES OAB: CE-9761
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009831-34.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SONIA MARIA TERNUS
PROC./ADV.: NILCE LOURDES KAPPES OAB: RS-12141
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não foi constatada a incapacidade laborativa da parte autora.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, no que concerne ao pedido de realização de nova perícia por médico especialista, a TNU, no julgamento do PEDILEF 2009.72.50.004468-3, reafirmou o entendimento no sentido de que "A realização de perícia por médico especialista só é necessária em casos especialíssimos e maior complexidade, como, por exemplo, no caso de doença rara, o que não é o caso dos autos. Precedentes da TNU (PEDILEF 200872510048413, 200872510018627, 200872510031462)."

Incide, assim, a Questão de Ordem 13 da TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505234-51.2012.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA HELENA ALEXANDRE DA SILVA
PROC./ADV.: DYEGO PEREIRA NUNES OAB: CE-20 636
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar demonstrado pela requerente o efetivo exercício da atividade campesina durante o período de carência exigido.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501951-53.2013.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JURACI ALVES DE MACEDO
PROC./ADV.: VITÓRIA RÉGIA DE MEDEIROS DANTAS OAB: RN-9876
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte ora requerente e as especialidades do caso concreto, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"autor tem 42 anos, é agricultor e reside em Parelhas -RN.

Laudo pericial (anexo 17) atesta que a parte autora é portadora de espondiloartrose, sendo incisivo no sentido de que o periciando não apresenta incapacidade laborativa, seja total ou parcial para atividade que desempenha. Frise-se que o laudo não vincula a convicção judicial, contudo, considerando que não há nos autos outros documentos capazes de infirmar a conclusão pericial, ele constitui ferramenta fundamental para reconhecer a inexistência de incapacidade.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Os conceitos de doença e incapacidade não se confundem, pois enquanto a doença representa um mal de saúde, a incapacidade somente se caracteriza quando os sintomas da doença obstam o desenvolvimento de determinada atividade laborativa."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5011305-74.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ADALMO SILVA DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA SILÉSIA PEREIRA OAB: RS-33075
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA OAB: RS-59469
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501327-73.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANA CAROLINA DE GOIS BARBOSA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte ora requerente, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"A autora, de 6 anos de idade, é portadora de má formação na mão e no pé direito. Não há impedimento, muito menos inviabiliza a frequência e o aprendizado escolar. Além disso, também não enseja cuidados especiais dos pais, a impedirem o trabalho destes. A prova oral não conseguir afastar esse contexto clínico a partir de uma necessidade social específica. A sentença analisou superiormente a matéria."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Destarte, incide de igual modo a espécie a Súmula 77 da TNU: "O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505189-83.2013.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: TEREZA NEUMA CABRAL
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte ora requerente, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Na espécie em apreço, após acurada análise do laudo pericial em cotejo com os demais elementos probantes encontrados nos autos (atestados e outros exames médicos e/ou hospitalares, além de outros), inclusive em relação à idade, ao grau de escolaridade, ao meio social em que vive, o nível econômico e a atividade desenvolvida, não remanesce qualquer reparo a se empreender na sentença hostilizada, dada a inexistência de qualquer deficiência considerada impedimento de longo prazo capaz de ensejar o reconhecimento do benefício assistencial do deficiente.

Sentença que deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0013707-15.2006.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: EDILEUZA TIMOTEO REIS DE ANDRADE
PROC./ADV.: EZEQUIEL GONÇALVES DE SOUSA OAB: SP-251801
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias entenderam não haver comprovação da qualidade de segurado do cônjuge falecido da parte autora, sendo indevido o benefício previdenciário.

A pretensão de se alterar tal entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509327-20.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCIVALDO FERREIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a fratura da tíbia esquerda do requerente encontra-se consolidada, não havendo incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004991-96.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LEONILDA FACCO MARTINS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, entendeu que a incapacidade da parte autora é preexistente ao seu reingresso ao regime geral de previdência.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510308-49.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARGARIDA BATISTA GOMES
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a fratura no pé esquerdo do requerente encontra-se consolidada, não havendo incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500671-36.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INÁCIO CASTELO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-doença, com efeitos a partir da data do laudo pericial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que a incapacidade do autor somente restou demonstrada na ocasião da perícia médica judicial.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0521599-86.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO ANTÔNIO MOTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-doença, com efeitos a partir da data de juntada do laudo pericial.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que a incapacidade do autor somente restou demonstrada na ocasião da perícia médica judicial.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503597-87.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIO FÉLIX DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, com efeitos a partir da data de 29.02.2012

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, a Turma de origem consignou que a perícia medica indicou o início da incapacidade definitiva em dezembro de 2011, devendo ser fixada como data de início do novo benefício o dia 29.02.2012, ocasião em que houve a cessação do último benefício de auxílio-doença.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0050841-45.2007.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MOHAMAD AHMAD MOURAD
PROC./ADV.: ROQUE RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR OAB: SP-89472
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, entendeu que a incapacidade da parte autora é preexistente ao seu reingresso ao regime geral de previdência.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505056-10.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GENIVAL ANACLETO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: ALISSON TAVEIRA OAB: RN-13931
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício previdenciário, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, não foi verificada a condição de segurado hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"No presente caso, a parte demandante não demonstrou ter exercido atividades rurícolas, atendendo a carência legal, para fazer jus ao benefício postulado, visto que as provas apresentadas se mostraram ineficazes para complementar a prova testemunhal, bastante frágil, que sozinha é insuficiente para a comprovação da atividade laborativa do rurícola (Súmula n.º 149/STJ), não se apresentado conjunto probatório suficiente para o convencimento do julgador a fim de ensejar o reconhecimento do direito da postulante à percepção do benefício.

Dessa forma, não se pode inferir que o mesmo retirou da agricultura o seu próprio sustento durante o período de carência legalmente exigido, o que afasta qualquer convencimento sobre sua condição de segurado especial para fins de aposentadoria por idade rural."

In casu, o acórdão recorrido manteve a rejeição do benefício previdenciário por não ter sido reconhecia a condição de segurado pela carência exigida à concessão do auxílio-doença, porquanto os acórdãos paradigmas debatem a possibilidade de determinados documentos comprovarem a condição rural da parte, bem como quanto a manutenção da qualidade de segurado especial ainda que um dos membros possua atividade urbana. Tão logo, incide inicialmente a Questão de Ordem 22 da TNU: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

De igual modo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2011.51.51.030086-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ANTONIO SILVA SOUZA
PROC./ADV.: MARCOS DA PAZ PERDIGÃO. OAB: RJ-114103
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502537-59.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS VIEIRA
PROC./ADV.: ANDREYA DE ALBUQUERQUE BARRETO OAB: RN-11821
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício previdenciário, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, não foi verificada a condição de segurado hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"No presente caso, a parte autora tem 58 anos, primeiro grau incompleto, agricultor, é portadora de insuficiência renal em estágio final. O laudo médico pericial (anexo nº 44) indica incapacidade definitiva e total desde o final do ano de 2013.

Todavia, a parte demandante não demonstrou ter exercido atividades na agricultura de subsistência, atendendo a carência legal, para fazer jus ao benefício postulado, visto que, existe informação nos autos (documento nº 42, fl. 13) de que o autor está há quatro anos afastado da agricultura.

Dessa forma, não se pode inferir que o mesmo retirou da agricultura o seu próprio sustento durante o período de carência legalmente exigido, o que afasta qualquer convencimento sobre sua condição de segurado especial para fins de percepção do benefício pleiteado."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006896-52.2010.4.03.6317
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: DELINA CAVALHEIRO BUENO
PROC./ADV.: WILSON MIGUEL OAB: SP 99858
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício previdenciário, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, não foi verificada a condição de incapaz hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Assim, contrariamente aos termos do recurso interposto pela parte autora, as exigências legais para a concessão/restabelecimento do benefício previdenciário não se encontram presentes, tendo em vista a ausência de incapacidade da parte autora, consoante atestado no laudo do perito judicial.

Assim, nego provimento ao recurso da parte autora, confirmando a sentença por seus próprios e jurídicos fundamentos, nos termos do art. 46, da Lei nº. 9.099/95, combinado com a Lei nº. 10.259/01."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503752-07.2013.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUCIANO FERNANDES DE LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício previdenciário, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, não foi verificada a condição de segurado hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"No caso em apreço, o conjunto probatório carreado aos autos, corrobora o entendimento de que a parte autora não possuía a qualidade de segurado quando do seu requerimento, requisito indispensável para a concessão do benefício pleiteado."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001933-96.2008.4.03.6308
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: CELINA INÁCIO
PROC./ADV.: JOICE HELENA FRATONE RICE OAB: SP-322799
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, não foram verificadas as condições hábeis à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"No que se refere ao Laudo Social apresentado nos Autos, a Sra. Assistente Social asseverou que a parte autora, nascida aos 14/03/1947, à época da elaboração do Laudo, encontrava-se desempregada. Estudou até a 2ª Série do Ensino Primário. O grupo familiar é formado por 04 (quatro) pessoas. Residem em imóvel cedido. No que se refere ao aspecto "saúde", apurou-se que a parte Autora tem "osteoporose" e "hipertensão". Recebe acompanhamento médico. Faz uso de medicamentos. A renda familiar é de R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais). As despesas com água, energia elétrica, gás de cozinha e alimentação, totalizam R$ 593,55 (quinhentos e noventa e três reais e cinqüenta e cinco centavos)."

Com efeito, o STJ já sedimentou seu entendimento sobre o assunto, conferindo a necessidade de se analisar as condições pessoais do grupo familiar para verificação da miserabilidade, bem como a relação objetiva de ¼ do salário mínimo a partir do caso concreto. Verbis:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE ENTRE A DECISÃO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO E A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência é cabível quando a orientação acolhida pela Turma Nacional de Uniformização - TNU contrariar súmula ou jurisprudência dominante neste Tribunal Superior (art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001 e art. 36 da Resolução/CJF n. 22/2008), o que não ocorreu na espécie.

2. De fato, a decisão da TNU não destoa do entendimento firmado por esta Corte no julgamento da Pet 7.203/PE, no sentido de que "deve ser excluído do cálculo da renda familiar per capita qualquer benefício DE VALOR MÍNIMO recebido por maior de 65 anos, independentemente se assistencial ou previdenciário, aplicando-se, analogicamente, o disposto no parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso" (3ª Seção, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 11/10/2011).

3. Não subsiste a pretensão de suspensão do presente feito até o julgamento de recurso submetido ao rito do art. 543-C do CPC, pois a norma inserta nesse preceito legal dirige-se aos feitos a serem processados nos tribunais de segunda instância. Precedentes da Corte Especial e desta Terceira Seção.

4. Agravo Regimental desprovido."

(AgRg na Pet 8.479/PR, Rel. Ministra Marilza Maynard (Desembargadora convocada do TJ/SE), Terceira Seção, julgado em 11.12.2013, DJe 3.2.2014)

In casu, verifica-se que o benefício que foi computado na renda per capita é superior ao salário mínimo, de modo que não pode ser excluído do cálculo da renda per capita, estando, deste modo o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, o presente incidente não merece prosperar em razão da ausência de similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas colacionados, por possuírem bases fáticas distintas, nessa linha aplica-se à espécie a Questão de Ordem nº 22:"é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5012609-73.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA LENIR DE FREITAS DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não restou demonstrado o cumprimento do requisito da incapacidade laboral.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2012.51.60.002800-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MARIA HILDA FERREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos, decidiu que não foi constatada a incapacidade laborativa da parte autora.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2012.51.51.008505-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: NEIDE SILVA TORQUATO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

A Turma de origem, mantendo a sentença, determinou a concessão de auxílio-doença, com efeitos financeiros desde a data da realização da perícia médica judicial.

Sustenta a requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, que aponta pela concessão do benefício requerido a partir da data da cessação indevida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o seu entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11 jun. 2010)".

Entretanto, ocorre que a Turma de origem, com base no acervo fático probatório da lide, concluiu que:

"(...) Ainda que a mesma doença tenha servido de fundamento tanto para a constatação da incapacidade no laudo pericial judicial quanto para a concessão administrativa do benefício previdenciário anteriormente percebido, não é possível presumir que a autora esteve constantemente incapaz durante todo o período em lide, isto é, entre 23/12/2011 e 13/07/2012 (...)"

Dessa forma, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, ao caso, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0522892-44.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: EVERALDO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: NARA TORRES CARVALHO LISBÔA OAB: PE-24625
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Rejeito, inicialmente, a arguição de nulidade da sentença, por esbarrar no óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001314-15.2013.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: NERI DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JANDREI ALDEBRAND OAB: SP-14 980
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505920-95.2007.4.05.8302
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: IVANISE LOPES DA SILVA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE 20.418
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"No caso em apreço, o laudo pericial constatou que a parte autora é portadora de fissura seqüela de poliomielite, acarretando-lhe incapacidade apenas parcial.

Mesmo considerando que para se aferir a capacidade ou incapacidade laborativa do candidato à percepção do benefício assistencial, deve-se analisar o caso concreto, considerando o nível de escolaridade e a capacitação do pretenso beneficiário, de sorte a verificar a real possibilidade de sua reinserção no mercado de trabalho, a parte recorrente não preenche os requisitos necessários para concessão do benefício em apreço.

Por tais razões, ausente o requisito da incapacidade, ainda quando analisadas as peculiaridades do caso concreto, não merece acolhimento o pedido de concessão de benefício assistencial."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5013588-42.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LENIR OLIVEIRA AVILA
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO OAB: PR 47606
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de restabelecimento do auxílio-doença, com efeitos a partir da data do requerimento administrativo.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados do STJ, que defere a concessão do benefício a partir da data do início da incapacidade constatada pela perícia.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

No caso, tendo a perícia constatado o início da incapacidade em momento anterior ao requerimento administrativo, este deverá ser o marco inicial do benefício.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001971-04.2011.4.04.7015
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA DOS ANJOS RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000440-77.2011.4.04.7015
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: PAULO SAQUELI
PROC./ADV.: CLAUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001778-98.2011.4.04.7011
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOCIANA ANTUNES DA SILVA
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA OAB: PR-23771
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006736-83.2013.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DOUGLAS APARECIDO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA OAB: PR-23771
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002405-58.2013.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MATILDE RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA OAB: PR-23771
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000969-74.2012.4.04.7011
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: OLIVIA FLAUSINO RODRIGUES
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA OAB: PR-23771
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000122-38.2013.4.04.7011
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: VILSON FIDELIS DA SILVA
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA OAB: PR-23771
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, concluindo que não há comprovação da sua incapacidade para o trabalho.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com súmula da TNU segundo a qual, mesmo no caso de não comprovação da incapacidade, o julgador deve levar em consideração as condições pessoais do segurado. Requer, assim, o provimento do recurso para a concessão de benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002364-91.2013.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LEDIR MARIA CAVALLIN
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA OAB: PR-23771
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5005133-15.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FLORISA APARECIDA PEDROSO DE ASSIS
PROC./ADV.: RENATA SILVA BRANDÃO OAB: PR-30452
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004503-47.2012.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA TEREZINHA DA SILVA PIRES
PROC./ADV.: JOÃO LUIZ SPANCERSKI OAB: PR-33257
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003231-21.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SANDRA GORETI DA SILVA
PROC./ADV.: RUBENS PEREIRA DE CARVALHO OAB: PR-16794
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5047001-73.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES FRANCOSO NASCIMENTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5016220-02.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES MELENDES
PROC./ADV.: RENATA SILVA BRANDÃO OAB: PR-30452
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pelo não preenchimento dos requisitos legais para a sua concessão.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006072-20.2010.4.03.6309
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA DO CARMO DA SILVA
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE OAB: SP-123545
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003510-78.2009.4.03.6307
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ALEXANDRE TIBURCIO
PROC./ADV.: RAFAEL PROTTI OAB: SP-253 433

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, concedeu o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, foram verificadas as condições hábeis à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"A parte autora contava com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade por ocasião do ajuizamento da ação, preenchendo, portanto, o requisito etário do benefício.

No que toca ao cumprimento do segundo requisito de concessão da prestação perseguida pela parte autora, verifico que o laudo de estudo social esclarece que a família da requerente é composta por 02 (dois) membros (a parte requerente e seu marido/sua esposa), sendo que a única fonte de renda do grupo consiste no benefício previdenciário auferido por seu marido/sua esposa, no valor de um salário mínimo.

Referido estudo social revela, ainda, que o valor do benefício percebido pelo marido/pela esposa da parte autora não é suficiente para que a família tenha uma vida digna.

Desconsiderado o benefício previdenciário recebido por seu marido/sua esposa, não dispõe a parte autora de qualquer renda que lhe proporcione a subsistência. Assim, sua situação econômica amolda-se ao disposto no parágrafo 3º, do art. 20, da Lei nº 8.742/1993.

Compreendo que o pleito merece ser albergado, uma vez que o critério econômico não é o único determinante da necessidade assistencial da parte requerente.

As provas produzidas revelam que a parte autora e sua família enfrentam situação de vulnerabilidade social, não vivendo de forma digna, o que me leva a concluir não poder prevalecer na espécie a disposição contida no § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/1993, diante do disposto no art. 1º, inciso III, da Constituição, que estabelece como fundamento da República a dignidade da pessoa humana."

Nesse sentido, a Terceira Seção do STJ, através do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, firmou entendimento na seguinte direção:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

In casu, verifica-se que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento versado pela Corte Superior, de modo a incidir o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ademais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000187-97.2011.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EDILENE MARIA CORDEIO DE OLIVEIRA PEREIRA
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE OAB: SP-123545
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001847-29.2011.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSÉ CARLOS DE JESUS
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE OAB: SP-123545
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500365-93.2013.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: EVANDA RODRIGUES DE MORAES
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE OAB: CE-4072
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0030242-17.2009.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA ARAUJO PINTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, consignaram que a parte não cumpriu com o requisito da incapacidade, conforme estabelecido no laudo pericial e analisadas as demais provas trazidas pela parte.

A fim de que se pudesse alterar tal entendimento, necessário seria o revolvimento da matéria fática dos autos, o que é vedado à esta Turma, em razão da aplicação da Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0054644-31.2010.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DOMINGOS JAIRO DE SENA
PROC./ADV.: VALTER FRANCISCO MESCHEDE OAB: SP-123545
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, consignaram que a parte não cumpriu com o requisito da incapacidade, conforme estabelecido no laudo pericial e analisadas as demais provas trazidas pela parte.

A fim de que se pudesse alterar tal entendimento, necessário seria o revolvimento da matéria fática dos autos, o que é vedado à esta Turma, em razão da aplicação da Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003279-77.2011.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: TEREZINHA DA CRUZ COSTA
PROC./ADV.: ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA OAB: SP-172851
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, consignaram que a parte não cumpriu com o requisito da incapacidade, conforme estabelecido no laudo pericial e analisadas as demais provas trazidas pela parte. A fim de que se pudesse alterar tal entendimento, necessário seria o revolvimento da matéria fática dos autos, o que é vedado à esta Turma, em razão da aplicação da Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005127-20.2011.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: IDALINA BATISTA CARLOS
PROC./ADV.: ANA PAULA ACKEL RODRIGUES DE OLIVEIRA OAB: SP-150596
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, consignaram que a parte não cumpriu com o requisito da incapacidade, conforme estabelecido no laudo pericial e analisadas as demais provas trazidas pela parte. A fim de que se pudesse alterar tal entendimento, necessário seria o revolvimento da matéria fática dos autos, o que é vedado à esta Turma, em razão da aplicação da Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0091968-60.2007.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES HADER DIAS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, consignaram que a parte não cumpriu com o requisito da incapacidade, conforme estabelecido no laudo pericial e analisadas as demais provas trazidas pela parte. A fim de que se pudesse alterar tal entendimento, necessário seria o revolvimento da matéria fática dos autos, o que é vedado à esta Turma, em razão da aplicação da Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005224-36.2010.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: OLIVINA FRANCISCA RODRIGUES
PROC./ADV.: ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA OAB: SP-172851
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, consignaram que a parte não cumpriu com o requisito da incapacidade, conforme estabelecido no laudo pericial e analisadas as demais provas trazidas pela parte. A fim de que se pudesse alterar tal entendimento, necessário seria o revolvimento da matéria fática dos autos, o que é vedado à esta Turma, em razão da aplicação da Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004197-84.2011.4.03.6307
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ALZIRA FERREIRA GUIMARÃES
PROC./ADV.: ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA OAB: SP-172851
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, consignaram que a parte não cumpriu com o requisito da incapacidade, conforme estabelecido no laudo pericial e analisadas as demais provas trazidas pela parte. A fim de que se pudesse alterar tal entendimento, necessário seria o revolvimento da matéria fática dos autos, o que é vedado à esta Turma, em razão da aplicação da Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502888-32.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: WELLINGTON SOARES RODRIGUES
PROC./ADV.: JUCIÊ FERREIRA DE MEDEIROS OAB: CE-18543-B
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício previdenciário, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, não foram verificadas as condições hábeis à percepção da pensão por morte, nos seguintes termos:

"Os documentos apresentados pelo recorrente, a meu sentir, não são suficientes para servir como início de prova material do exercício de atividade rural pelo extinto, não comprovando, por conseguinte, sua condição de segurado especial.

Observe-se que o demandante colacionou certidão de óbito, constando o falecido como agricultor; ficha do SUS sem carimbo, número ou outro tipo de identificação de pessoal responsável pelo cadastro; ficha de matrícula escolar do falecido, de 21/1/81, qualificando os pais do de cujus como agricultores; dentre outros documentos de menor importância.

Constata-se, portanto, que a prova documental juntada é demasiadamente frágil, tendo em vista que, além de escassa e, em sua maioria, posterior à data do óbito, não apresenta idoneidade suficiente à comprovação de efetivo exercício de atividade rurícola pela falecida, nos termos do art.106 da Lei n.º 8.213/91. Não se pode descurar que o início de prova material tem caráter meramente indiciário dos fatos alegados, não se revestindo em prova robusta e incontrastável. Esse início de prova material tem o condão de, tão só, revelar que os fatos alegados podem ser verdadeiros, a depender de posterior confirmação após análise de todo o contexto probatório."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003849-81.2011.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA JOSÉ NEVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: DANIELA VILELA P. VASCONCELOS OAB: SP-161110
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, consignaram que a parte não cumpriu com o requisito da incapacidade, conforme estabelecido no laudo pericial e analisadas as demais provas trazidas pela parte. A fim de que se pudesse alterar tal entendimento, necessário seria o revolvimento da matéria fática dos autos, o que é vedado à esta Turma, em razão da aplicação da Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500217-39.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: PEDRO LUCAS LIMA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício assistencial solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não foi verificada a sua miserabilidade, nos seguintes termos:

"Avançando na análise deste requisito em específico, observo que, no presente feito, a parte autora declarou que seu núcleo familiar é composto por 5 (cinco) pessoas: o autor, seus pais e dois irmãos, sobrevivendo da renda auferida por sua genitora, que totaliza R$ 2.010,00 (dois mil e dez reais).

Ressalte-se que a documentação juntada pela parte autora a título de despesas extraordinárias não se mostra capaz de demonstrar a miserabilidade da família, até porque a maior parte dos documentos refere-se a despesas ordinárias, como aluguel e alimentação.

Diante dessas informações, fica evidente que a família da parte demandante tem condições de continuar a trabalhar para garantir a sua subsistência."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002980-02.2008.4.03.6310
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: EDSON BATAGELO
PROC./ADV.: JOSÉ ALEXANDRE FERREIRA OAB: SP 192.911
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, não foram verificadas as condições hábeis à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Todavia, o Laudo Assistencial elaborado pela Perícia deste Juizado e consultas realizadas no sistema DATAPREV, apontaram a existência de um benefício previdenciário de aposentadoria por tempo de contribuição, NB.: 025.319.964-6, com renda mensal atual no valor de R$ 1.583,53 (um mil, quinhentos e oitenta e três reais e cinqüenta e três centavos) em nome do genitor da parte autora, o Sr. Alcides Batagelo. A parte autora e sua genitora não possuem vínculo empregatício ou benefício previdenciário."

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, através do RE 580.963/PR, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, assim decidiu:

"Benefício assistencial de prestação continuada ao idoso e ao deficiente. Art. 203, V, da Constituição. A Lei de Organização da Assistência Social (LOAS), ao regulamentar o art. 203, V, da Constituição da República, estabeleceu os critérios para que o benefício mensal de um salário mínimo seja concedido aos portadores de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. 2. Art. 20, § 3º, da Lei 8.742/1993 e a declaração de constitucionalidade da norma pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 1.232. Dispõe o art. 20, § 3º,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

da Lei 8.742/93 que: "considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo". O requisito financeiro estabelecido pela Lei teve sua constitucionalidade contestada, ao fundamento de que permitiria que situações de patente miserabilidade social fossem consideradas fora do alcance do benefício assistencial previsto constitucionalmente. Ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.232-1/DF, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS. 3. Decisões judiciais contrárias aos critérios objetivos preestabelecidos e processo de inconstitucionalização dos critérios definidos pela Lei 8.742/1993. A decisão do Supremo Tribunal Federal, entretanto, não pôs termo à controvérsia quanto à aplicação em concreto do critério da renda familiar per capita estabelecido pela LOAS. Como a Lei permaneceu inalterada, elaboraram-se maneiras de contornar o critério objetivo e único estipulado pela LOAS e de avaliar o real estado de miserabilidade social das famílias com entes idosos ou deficientes. Paralelamente, foram editadas leis que estabeleceram critérios mais elásticos para concessão de outros benefícios assistenciais, tais como: a Lei 10.836/2004, que criou o Bolsa Família; a Lei 10.689/2003, que instituiu o Programa Nacional de Acesso à Alimentação; a Lei 10.219/01, que criou o Bolsa Escola; a Lei 9.533/97, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. O Supremo Tribunal Federal, em decisões monocráticas, passou a rever anteriores posicionamentos acerca da intransponibilidade dos critérios objetivos. Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro). 4. Inconstitucionalidade por omissão parcial do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. O Estatuto do Idoso dispõe, no art. 34, parágrafo único, que o benefício assistencial já concedido a qualquer membro da família não será computado para fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a LOAS. Não exclusão dos benefícios assistenciais recebidos por deficientes e de previdenciários, NO VALOR DE ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO, percebido por idosos. Inexistência de justificativa plausível para discriminação dos portadores de deficiência em relação aos idosos, bem como dos idosos beneficiários da assistência social em relação aos idosos titulares de benefícios previdenciários no valor de até um salário mínimo. Omissão parcial inconstitucional. 5. Declaração de inconstitucionalidade parcial, sem pronúncia de nulidade, do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento."

(RE 580963, Relator Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 18.4.2013, processo eletrônico repercussão geral - Mérito DJe fl. 225 Divulg 13.11.2013 Public 14.11.2013)

No mesmo sentido, o STJ já pacificou seu entendimento. Verbis:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE ENTRE A DECISÃO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO E A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência é cabível quando a orientação acolhida pela Turma Nacional de Uniformização - TNU contrariar súmula ou jurisprudência dominante neste Tribunal Superior (art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001 e art. 36 da Resolução/CJF n. 22/2008), o que não ocorreu na espécie.

2. De fato, a decisão da TNU não destoa do entendimento firmado por esta Corte no julgamento da Pet 7.203/PE, no sentido de que "deve ser excluído do cálculo da renda familiar per capita qualquer benefício DE VALOR MÍNIMO recebido por maior de 65 anos, independentemente se assistencial ou previdenciário, aplicando-se, analogicamente, o disposto no parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso" (3ª Seção, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 11/10/2011).

3. Não subsiste a pretensão de suspensão do presente feito até o julgamento de recurso submetido ao rito do art. 543-C do CPC, pois a norma inserta nesse preceito legal dirige-se aos feitos a serem processados nos tribunais de segunda instância. Precedentes da Corte Especial e desta Terceira Seção.

4. Agravo Regimental desprovido."

(AgRg na Pet 8.479/PR, Rel. Ministra Marilza Maynard (Desembargadora convocada do TJ/SE), Terceira Seção, julgado em 11.12.2013, DJe 3.2.2014)

In casu, verifica-se que o benefício que foi computado na renda per capita é superior ao salário mínimo, de modo que não pode ser excluído do cálculo da renda per capita, estando, deste modo o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002798-80.2013.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JESSELINA CONCEIÇÃO DE LIMA
PROC./ADV.: MARIA ISABEL WATANABE DE PAULA OAB: PR-16802
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrado o estado de miserabilidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Terceira Seção do STJ, através do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, firmou entendimento na seguinte direção:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

No presente caso, a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar comprovada a situação de vulnerabilidade social, considerando que a requerente aufere renda per capita superior à mínima prevista legalmente, vive em residência de dimensões satisfatórias, suprida de mobiliário e eletrodomésticos que lhe proporcionam conforto, higiene e segurança.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0029139-38.2010.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: DORA MACIESIS FERREIRA
PROC./ADV.: DANILO PEREZ GARCIA OAB: SP-195 512
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício previdenciário, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, não foi verificada a condição de incapaz hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Em que pese a autora apresentar determinadas moléstias e/ou patologias, detalhadamente descritas e analisadas no laudo pericial, o perito médico nomeado neste juizado concluiu pela presença de capacidade laboral da parte autora.

Não vislumbro motivo para discordar das conclusões do perito, profissional qualificado e que goza da confiança deste Juízo, pois este fundou suas conclusões nos documentos médicos constantes nos autos, inclusive exames objetivos, expressamente mencionados no laudo, bem como no exame clínico realizado. Também não verifico contradições entre as informações constantes do laudo aptas a ensejar dúvida em relação ao mesmo, o que afasta qualquer nulidade.

O nível de especialização apresentado pelo(s) perito(s) é suficiente para promover a análise do quadro clínico apresentado nos autos. Não há necessidade de que o mesmo seja especialista em cada uma das patologias mencionadas pelo segurado, até porque estas devem ser avaliadas em conjunto. Ademais, este procedimento multiplicaria desnecessariamente o número de perícias realizadas neste órgão, acarretando injustificada demora no provimento jurisdicional."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

No que concerne ao pedido de anulação do julgado de origem aplica-se o óbice presente na Súmula 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002983-93.2014.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: RELINDES DOMANSKI LIMA CARDOZO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pela requerente não a incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0005480-36.2006.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: NEIDE IZABEL DE PAULA
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI OAB: SP 65.415
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, acolheu o pedido de auxílio-doença, com a DIB fixada a partir do ajuizamento da ação.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e do STJ, que defere a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado em respeito ao privilegio do princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que a incapacidade somente foi reconhecida em momento posterior ao requerimento administrativo, motivo pelo qual deve ser mantida a decisão recorrida.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0030592-05.2009.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LÚCIA APARECIDA DE OLIVEIRA COSTA
PROC./ADV.: RICARDO A. M. SALGADO JR OAB: SP-138058
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora, concluindo que houve o reingresso do requerente à previdência quando já se encontrava incapaz.

Sustenta a parte requerente que a incapacidade se deve ao agravamento de doença pré-existente, ou seja, que o reingresso se deu quando ainda não havia incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0010516-35.2006.4.03.6310, firmou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE ANTERIOR AO REINGRESSO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Pretende o autor a modificação de acórdão que reformou sentença de procedência de benefício previdenciário. Insiste ele na manutenção daquela decisão monocrática, ao argumento de ser irrelevante o reingresso ao RGPS após a instalação de incapacidade laborativa, eis que o obstáculo legal se refere exclusivamente à impossibilidade de primeira filiação subsequente a uma inaptidão laboral já instalada.

2. O paradigma apontado, originado desta TNU, se presta à configuração da necessária divergência. Ocorre que reflete entendimento que restou superado.

3. Esta julgadora esclarece que possuía entendimento no sentido de que o impedimento legal à concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez somente se configurava quando a incapacidade fosse anterior ao ingresso - considerada a primeira vinculação ao regime. Ocorre que amadureceu seu entendimento, não somente por força da pacificação da jurisprudência a respeito do tema, em sentido contrário, mas também por perceber que ele permitia a prática de verdadeiras fraudes em prejuízo de um sistema cujo equilíbrio é muito singelo. Alinhou, pois, seu posicionamento ao atualmente adotado por este Colegiado, que pacificou o entendimento de que o óbice legal da incapacidade pré-existente previsto no art. 42, § 2º, e no art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 se aplica tanto para o ingresso quanto para o reingresso na Previdência Social (Cf. PEDILEF nº 2007.38.00.730193-7/MG, Rel. Juiz Fed. Sebastião Ogê Muniz, DJ 07.07.2009; PEDILEF nº 2008.72.55.005224-5/SC, Rel. Juíza Fed. Joana Carolina L. Pereira, DJ 11.06.2010).

4. Incidente improvido.

Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que o óbice legal da incapacidade pré-existente (arts. 42, § 2º, e 59, par. único, da Lei 8.213/91) se aplica tanto para o ingresso quanto para o reingresso na Previdência Social.

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ademais, para que fosse possível verificar se a incapacidade foi gerada por agravamento da doença pré-existente, seria necessária reanálise do acervo fático-probatório, o que não é possível em sede de incidente de uniformização. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005216-59.2010.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANTONIO LÁZARO TENEBRÃO
PROC./ADV.: ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRA OAB: SP-172851
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária DE São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício previdenciário, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, não foi verificada a condição de segurado hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Voltando-se os olhos para as informações acima explicitadas, verifica-se que assiste razão à Autarquia Ré em negar a concessão do benefício pleiteado. Com efeito, depreende-se dos documentos juntados aos Autos que, à época da data do início da incapacidade (DII), a parte Autora não possuía mais "qualidade de segurado". Vale frisar, após o período contributivo de 02/05/1997 a 05/05/2000 (CLT), NÃO mais efetuou contribuições junto à "Previdência Social". Desta feita, manteve a "qualidade de segurado", no máximo, até 15/07/2002, nos termos da legislação vigente."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

No que concerne ao pleito de nulidade do julgamento de origem em razão da ausência de provas relevantes ao deslinde da causa, tem-se que é situação correspondente à aplicação da Súmula 43: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000023-13.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: CAMILA BETINARDI DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: GUSTAVO CABRAL DE OLIVEIRA OAB: SP-160929
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício previdenciário por incapacidade, sob o fundamento de que não foram cumpridos os requisitos necessários para tanto, em especial, não foi demonstrada a incapacidade da parte requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não se verificou o cumprimento do requisito da incapacidade.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Demais disso, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que, "quando o julgador não reconhece incapacidade para o trabalho, não tem obrigação de analisar as condições pessoais e sociais do segurado, muito embora não fique impedido de fazer tal análise se, segundo seu livre convencimento motivado, entender cabível" (grifei - PEDILEF 0052862.57.2008.4.03.6301).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514753-89.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: ROSALBA GOMES DE BRITO FERREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO APOLINÁRIO SILVA OAB: PE-24957

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões no sentido de que é possível a utilização de outros meios para averiguação concreta da renda familiar

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo do laudo sócio-econômico, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500302-13.2014.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: RICELIO KAUAN DE SOUZA FERREIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões no sentido de que é possível a utilização de outros meios para averiguação concreta da renda familiar

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo do laudo sócio-econômico, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512900-45.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: WISLEM CONFESSOR PONTES
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões no sentido de que é possível a utilização de outros meios para averiguação concreta da renda familiar

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo do laudo sócio-econômico, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0520100-06.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSEFA RODRIGUES DA ROCHA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões no sentido de que é possível a utilização de outros meios para averiguação concreta da renda familiar

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo do laudo sócio-econômico, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500584-96.2010.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: AMADEUS CAETANO LEITE
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões no sentido de que é possível a utilização de outros meios para averiguação concreta da renda familiar

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo do laudo sócio-econômico, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500757-23.2010.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: DAMIÃO VICENTE DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e de Turmas Recursais de outras regiões no sentido de que é possível a utilização de outros meios para averiguação concreta da renda familiar

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo do laudo sócio-econômico, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5041989-15.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANA MARIA SLUSARSCKI DA ROSA
PROC./ADV.: ELISANGELA PEREIRA OAB: PR-26296
REQUERENTE: EVA CRISTINA SLUSARSCKI CUSTÓDIO
PROC./ADV.: ELISANGELA PEREIRA OAB: PR-26296
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício previdenciário, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

Sustenta a parte ora requerente que o entendimento exposto nas instancias de origem estão em desacordo com o entendimento firmado pelas Turmas Recursais de outras regiões, por terem se pautado exclusivamente no laudo pericial auferido por um juízo de probabilidade, desconsiderando os laudos médicos acostados aos autos, bem como o recolhimento da competência 10/2010 .

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, foi verificada a preexistência da doença o que impossibilita a percepção do benefício, nos seguintes termos:

"A perícia teve que ser realizada de forma indireta, vez que o periciando faleceu. O perito do juízo fixou a DII em 26.10.2010, tomando como base o exame de TC do pescoço, juntado pela parte recorrente, vez que este foi o exame mais antigo apresentado. O fato de a DII ter sido fixada em um exame de tomografia do pescoço, leva a crer que se o falecido submeteu-se a tal exame, é muito provável que este já estivesse apresentando sintomas anteriormente.

[...]

Assim sendo, analisando todos os elementos probatórios trazidos aos autos como o fato do falecido ter voltado a vincular-se ao RGPS após 20 anos sem contribuir; o fato de ser a parte autora quem traz os documentos para que o perito analise e o fato de a data da incapacidade na pericia indireta ser aproximada, entendo não ser crível que por uma diferença de um mês o pai da autora não tenha reingressado ao sistema incapaz."

Inicialmente cumpre registrar que o acórdão recorrido não destoa da jurisprudência da TNU, incidindo a Questão de Ordem 13/TNU. Confira-se o seguinte julgado:

Não há direito a auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez quando a incapacidade para o trabalho se consolida antes do reingresso do segurado no Regime Geral de Previdência Social. Rejeitada a tese jurídica segundo a qual o art. 42, § 2º, e o art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 somente se aplicam quando a incapacidade para o trabalho é preexistente ao momento em que ocorre a filiação previdenciária pela primeira vez. Precedentes da TNU: PEDIDO 2008.70.51.004022-7, Relator Juiz Federal Alcides Saldanha, DOU 22/07/2011; PEDIDO 2007.70.51.004608-0, Relator Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, DOU 25/03/2011; PEDIDO 2008.72.55.005224, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 11/06/2010. (PEDILEF 200933007050980, Rel. Juiz Federal ROGÉRIO MOREIRA ALVES, DOU de 13/4/12)

Ainda, a solicitação de revisão do julgado de origem nos termos solicitados não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002743-35.2013.4.04.7002
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FRANCISCA APARECIDA PEREIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: EMERSON CHIBIAQUI OAB: PR-39700
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, o qual, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.

A parte ora requerente busca a revisão do benefício de aposentadoria por invalidez, computando, para tanto, período em que fora recebido auxílio-doença, nos moldes do art. 29, §5º, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A questão jurídica objeto do presente recurso encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 7114/RJ, de relatoria da Ministra Assusete Magalhães.

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5012930-81.2013.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IDE EIRICH HARTMAN
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK.. OAB: PR-42746
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, o qual, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.

A parte ora requerente busca a revisão do benefício de aposentadoria por invalidez, computando, para tanto, período em que fora recebido auxílio-doença, nos moldes do art. 29, §5º, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A questão jurídica objeto do presente recurso encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 7114/RJ, de relatoria da Ministra Assusete Magalhães.

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000396-08.2013.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DUARTE DE MELLO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, o qual, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de revisão de benefício previdenciário.

A parte ora requerente busca a revisão do benefício de aposentadoria por invalidez, computando, para tanto, período em que fora recebido auxílio-doença, nos moldes do art. 29, §5º, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A questão jurídica objeto do presente recurso encontra-se afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 7114/RJ, de relatoria da Ministra Assusete Magalhães.

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502407-97.2013.4.05.8015
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: EDSON CORDEIRO DA ROCHA
PROC./ADV.: ISAURA CLEIDE LAURINDO DE OMENA OAB: AL-4 172
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que não restou comprovado o requisito da incapacidade laborativa.

Logo, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500134-68.2014.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: OTACÍLIO PEREIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): 7ª VARA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

Após sentença de improcedência do pedido, a requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita. Requer, assim, seja reconhecida a divergência quanto à possibilidade de análise do recurso após nova avaliação quanto ao pedido de isenção de custas, desta feita, a ser realizado em sede de instância superior.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Com efeito, a TNU, no julgamento do PEDILEF 0500097-12.2012.4.05.9840, assim dirimiu a controvérsia, in verbis:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. RECONHECIMENTO DE DESERÇÃO DO RECURSO INOMINADO. MANDADO DE SEGURANÇA. DENEGADA A SEGURANÇA. INSTRUMENTO PROCESSUAL INADEQUADO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. A autora ingressou com ação em face da União Federal para obter o provimento jurisdicional para que a ré fosse condenada a pagar o valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração, incluídas todas as vantagens, pertinentes aos meses de abril e maio de 1988, não cumulativamente, processo nº 0518580-79.2011.4.05.8400.

2. A ação foi julgada improcedente com reconhecimento da prescrição das diferenças decorrentes da URP de abril a maio de 1998. Inconformada a parte autora ingressou com recurso inominado para apreciação da Turma Recursal do Rio Grande do Norte. O recurso foi julgado deserto porque a parte autora não obteve o benefício da gratuidade judiciária e nem recolheu o valor das custas.

3. Da decisão que julgou deserto o recurso, foi impetrado Mandado de Segurança, que teve sua ordem denegada, eis que a Turma Recursal considera o writ instrumento processual inadequado para impugnar decisão que reconhece a deserção do recurso.

4. Incidente de uniformização de jurisprudência, manejado pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5. O Incidente não foi admitido pela Turma Recursal de origem. Posteriormente, os autos foram encaminhados a esta Turma Nacional e distribuídos a esta relatora para análise da admissibilidade.

6. A parte recorrente acostou aos autos como paradigma julgado do Superior Tribunal de Justiça entendendo que quando a decisão for teratológica é cabível o Mandado de Segurança. Traz à baila também, acórdão proferido pelo STJ no sentido de que cabe mandado de segurança quando a decisão que decidiu pelo indeferimento da justiça gratuita impede o conhecimento pelo tribunal ad quem.

7. De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrario sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

10. Pedido de uniformização não conhecido.

Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500034-16.2014.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA GERCINA BORGES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

Após sentença de improcedência do pedido, a requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita. Requer, assim, seja reconhecida a divergência quanto à possibilidade de análise do recurso após nova avaliação quanto ao pedido de isenção de custas, desta feita, a ser realizado em sede de instância superior.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Com efeito, a TNU, no julgamento do PEDILEF 0500097-12.2012.4.05.9840, assim dirimiu a controvérsia, in verbis:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. RECONHECIMENTO DE DESERÇÃO DO RECURSO INOMINADO. MANDADO DE SEGURANÇA. DENEGADA A SEGURANÇA. INSTRUMENTO PROCESSUAL INADEQUADO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. A autora ingressou com ação em face da União Federal para obter o provimento jurisdicional para que a ré fosse condenada a pagar o valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre a remuneração, incluídas todas as vantagens, pertinentes aos meses de abril e maio de 1988, não cumulativamente, processo nº 0518580-79.2011.4.05.8400.

2. A ação foi julgada improcedente com reconhecimento da prescrição das diferenças decorrentes da URP de abril a maio de 1998. Inconformada a parte autora ingressou com recurso inominado para apreciação da Turma Recursal do Rio Grande do Norte. O recurso foi julgado deserto porque a parte autora não obteve o benefício da gratuidade judiciária e nem recolheu o valor das custas.

3. Da decisão que julgou deserto o recurso, foi impetrado Mandado de Segurança, que teve sua ordem denegada, eis que a Turma Recursal considera o writ instrumento processual inadequado para impugnar decisão que reconhece a deserção do recurso.

4. Incidente de uniformização de jurisprudência, manejado pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001.

5. O Incidente não foi admitido pela Turma Recursal de origem. Posteriormente, os autos foram encaminhados a esta Turma Nacional e distribuídos a esta relatora para análise da admissibilidade.

6. A parte recorrente acostou aos autos como paradigma julgado do Superior Tribunal de Justiça entendendo que quando a decisão for teratológica é cabível o Mandado de Segurança. Traz à baila também, acórdão proferido pelo STJ no sentido de que cabe mandado de segurança quando a decisão que decidiu pelo indeferimento da justiça gratuita impede o conhecimento pelo tribunal ad quem.

7. De acordo com o art. 14 da Lei nº 10.259/2001, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. A contrario sensu, divergência jurisprudencial em torno de questões de direito processual não pode ser dirimida em sede de pedido de uniformização de jurisprudência. Nesse sentido enuncia a Súmula nº 43 da TNU: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

10. Pedido de uniformização não conhecido.

Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0517312-19.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: RONALDO FERREIRA DE MELO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

Após sentença de improcedência do pedido, o requerente ingressou com recurso inominado, que foi julgado deserto por não terem sido recolhidas as custas processuais, nem ter sido deferida a justiça gratuita.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Com efeito, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200570510014770, assim dirimiu a controvérsia, in verbis:

"EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESERÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 14 DA LEI 9.289/96. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE E JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. O Incidente de Uniformização de Jurisprudência proposto nos termos do artigo 2º, caput, da Resolução CJF n. 390/2006, somente é cabível nas hipóteses de divergência em questões de direito material. 2. Não se conhece do Incidente de Uniformização de Jurisprudência cujo objeto envolve matéria de direito processual (aplicação da pena de deserção por ausência do preparo recursal). 3. Incidente de uniformização não conhecido."

Desse modo, incidem, à espécie, a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual") e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003112-78.2011.4.03.6302
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: MARIA SONIA BATISTA GIROTO
PROC./ADV.: DANIELA VILELA P. VASCONCELOS OAB: SP-161110
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, acolheu o pedido de auxílio-doença, com a DIB fixada a partir da perícia médica.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgados da TNU e do STJ, que defere a concessão do benefício a partir da data do cancelamento do benefício anterior.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado em respeito ao privilegio do princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 50172317200940585OO).

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que a incapacidade somente foi reconhecida com a realização da perícia médica, motivo pelo qual deve ser mantida a decisão recorrida.

Incidem, à espécie, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato" e a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0018418-04.2012.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS SAMPAIO MELO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício previdenciário, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, não foi verificada a condição de segurado especial hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"Com base nos documentos acostados aos autos, a autora não logrou êxito em comprovar o exercício de atividade rural em regime de economia familiar pelo período de carência. Os documentos são frágeis e insuficiente para comprovar a atividade rurícula, não constituindo início de prova material como exigido pela legislação de regência;

É o tempo de trabalho rural em regime de economia familiar que caracteriza o segurado especial e autoriza a concessão do beneficio pleitedo. E tal condição especial não restou comprovada neste caso."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511841-56.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO INÁCIO DANTAS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de limitação da contribuição previdenciária de servidor militar ao teto previdenciário.

Sustenta o requerente que a partir da Emenda Constitucional 41/2003, a contribuição para a pensão somente poderia incidir sobre os proventos dos militares inativos na parte que excedesse o limite máximo previsto para os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, devendo ser observadas as regras atinentes aos servidores públicos civis.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 0011503-70.2011.4.01.3200, firmou entendimento alinhado ao do aresto combatido, nos seguintes termos:

"TRIBUTÁRIO. SERVIDOR MILITAR INATIVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À IMUNIDADE CONFERIDA AOS SEGURADOS DO RGPS E SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1Trata-se de pedido de uniformização interposto pela União em face de acórdão que, confirmando a sentença de parcial procedência, reconheceu à parte autora o direito de não recolher a contribuição para a pensão militar sobre os valores inferiores ao teto fixado para os benefícios do RGPS, bem como deferiu a repetição do alegado indébito, respeitada a prescrição quinquenal. Segundo o julgado, o texto do art. 40 da Constituição Federal, alterado pela EC nº 41/03, é claro ao eleger como destinatários de seu comando tanto o funcionalismo civil como o militar.

2Argumenta a União que o acórdão recorrido, da TR do Amazonas, diverge do entendimento da 3ª Turma Recursal do Paraná (2009.70.50.019036-1, 21/11/2011, Rel. juíza federal Flávia da Silva Xavier) no sentido da exigibilidade da contribuição.

3A divergência está bem demonstrada, razão pela qual conheço do presente incidente.

4No mérito, tenho que assiste razão à União. Esta TNU já teve oportunidade de firmar tese, em processo representativo de controvérsia, de que a contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores (Pedilef 201051510407060, Rel. Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DF 01/06/2012). Com efeito, desde o advento da EC 18/98 os militares foram deslocados do capítulo da Administração Pública para o capítulo das Forças Armadas. Não havendo inconstitucionalidade na cobrança tanto após a Constituição de 1988, quanto depois da reestruturação provocada pela EC nº 20/1998 ou pela EC nº 41/2003

5Incidente conhecido e provido para julgar improcedente o pedido inicial."

(PEDILEF 00115037020114013200 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL; Relatora: Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo; Julgado em 09/04/2014)

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0045944-95.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: HUMBERTO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: DANILO AUGUSTO GARCIA BORGES OAB: SP-267636
PROC./ADV.: GUILHERME DE CARVALHO. OAB: SP-229461
PROC./ADV.: ELISA VASCONCELOS BARREIRA OAB: SP-289712
PROC./ADV.: LUANA PAZ BRITO SILVA OAB: SP-291815
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o pedido de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão de seu benefício previdenciário, por meio do afastamento do fator previdenciário no cálculo de apuração da renda mensal inicial respectiva.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Inicialmente verifica-se que, quanto ao alegado cerceamento de defesa, bem como à aventada violação do artigo 285-A do CPC, o pedido apresentado não pode ser apreciado no âmbito deste órgão uniformizador de jurisprudência, diante do óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ademais, a divergência com fundamento em julgados paradigmas oriundos do Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional do Trabalho não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0045944-95.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: HUMBERTO JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: DANILO AUGUSTO GARCIA BORGES OAB: SP-267636
PROC./ADV.: GUILHERME DE CARVALHO. OAB: SP-229461
PROC./ADV.: ELISA VASCONCELOS BARREIRA OAB: SP-289712
PROC./ADV.: LUANA PAZ BRITO SILVA OAB: SP-291815
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o pedido de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão de seu benefício previdenciário, por meio do afastamento do fator previdenciário no cálculo de apuração da renda mensal inicial respectiva.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Inicialmente verifica-se que, quanto ao alegado cerceamento de defesa, bem como à aventada violação do artigo 285-A do CPC, o pedido apresentado não pode ser apreciado no âmbito deste órgão uniformizador de jurisprudência, diante do óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ademais, a divergência com fundamento em julgados paradigmas oriundos do Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional do Trabalho não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007888-92.2009.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA HELENA COELHO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, concedeu o pedido de aposentadoria por invalidez.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, decidiu que se verificou o cumprimento de todos os requisitos necessários à concessão do benefício.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511831-12.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ SAMUEL FILHO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de limitação da contribuição previdenciária de servidor militar ao teto previdenciário.

Sustenta o requerente que a partir da Emenda Constitucional 41/2003, a contribuição para a pensão somente poderia incidir sobre os proventos dos militares inativos na parte que excedesse o limite máximo previsto para os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, devendo ser observadas as regras atinentes aos servidores públicos civis.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 0011503-70.2011.4.01.3200, firmou entendimento alinhado ao do aresto combatido, nos seguintes termos:

"TRIBUTÁRIO. SERVIDOR MILITAR INATIVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À IMUNIDADE CONFERIDA AOS SEGURADOS DO RGPS E SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1Trata-se de pedido de uniformização interposto pela União em face de acórdão que, confirmando a sentença de parcial procedência, reconheceu à parte autora o direito de não recolher a contribuição para a pensão militar sobre os valores inferiores ao teto fixado para os benefícios do RGPS, bem como deferiu a repetição do alegado indébito, respeitada a prescrição quinquenal. Segundo o julgado, o texto do art. 40 da Constituição Federal, alterado pela EC nº 41/03, é claro ao eleger como destinatários de seu comando tanto o funcionalismo civil como o militar.

2Argumenta a União que o acórdão recorrido, da TR do Amazonas, diverge do entendimento da 3ª Turma Recursal do Paraná (2009.70.50.019036-1, 21/11/2011, Rel. juíza federal Flávia da Silva Xavier) no sentido da exigibilidade da contribuição.

3A divergência está bem demonstrada, razão pela qual conheço do presente incidente.

4No mérito, tenho que assiste razão à União. Esta TNU já teve oportunidade de firmar tese, em processo representativo de controvérsia, de que a contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores (Pedilef 201051510407060, Rel. Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DF 01/06/2012). Com efeito, desde o advento da EC 18/98 os militares foram deslocados do capítulo da Administração Pública para o capítulo das Forças Armadas. Não havendo inconstitucionalidade na cobrança tanto após a Constituição de 1988, quanto depois da reestruturação provocada pela EC nº 20/1998 ou pela EC nº 41/2003

5Incidente conhecido e provido para julgar improcedente o pedido inicial."

(PEDILEF 00115037020114013200 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL; Relatora: Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo; Julgado em 09/04/2014)

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0032524-57.2011.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ZELIA JULIA DE JESUS DOS REIS
PROC./ADV.: DANILO AUGUSTO GARCIA BORGES OAB: SP-267636
PROC./ADV.: GUILHERME DE CARVALHO. OAB: SP-229461
PROC./ADV.: LUANA PAZ BRITO SILVA OAB: SP-291815
PROC./ADV.: JULIANA MARTINS FLORIO OAB: SP-184122
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o pedido de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão de seu benefício previdenciário, por meio do afastamento do fator previdenciário no cálculo de apuração da renda mensal inicial respectiva.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Inicialmente verifica-se que, quanto ao alegado cerceamento de defesa, bem como à aventada violação do artigo 285-A do CPC, o pedido apresentado não pode ser apreciado no âmbito deste órgão uniformizador de jurisprudência, diante do óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ademais, a divergência com fundamento em julgados paradigmas oriundos do Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional do Trabalho não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0049377-10.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIO LUCIO DE FARIA
PROC./ADV.: DANILO AUGUSTO GARCIA BORGES OAB: SP-267636
PROC./ADV.: GUILHERME DE CARVALHO. OAB: SP-229461
PROC./ADV.: DIMITRI DE SOUZA OAB: SP-327442
PROC./ADV.: LUANA PAZ BRITO SILVA OAB: SP-291815
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o pedido de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão de seu benefício previdenciário, por meio do afastamento do fator previdenciário no cálculo de apuração da renda mensal inicial respectiva.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Inicialmente verifica-se que, quanto ao alegado cerceamento de defesa, bem como à aventada violação do artigo 285-A do CPC, o pedido apresentado não pode ser apreciado no âmbito deste órgão uniformizador de jurisprudência, diante do óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Ademais, a divergência com fundamento em julgados paradigmas oriundos de Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional do Trabalho não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01, e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502299-29.2012.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDA DE MELO CHAVES
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4224
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade rural, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos necessários para tanto.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

As instâncias de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluíram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da qualidade de segurado.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2014.

PROCESSO: 0510004-21.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA ILMA DOS SANTOS
PROC./ADV.: YANNA PAULA LUNA ESMERALDO OAB: CE-16696
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.

Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pela não comprovação da incapacidade laboral.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500884-80.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO MONTEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: NELSON GONÇALVES MACEDO MAGALHÃES OAB: CE-16 650
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36 do RITNU, suscitado contra decisão de minha relatoria que negou provimento ao agravo, por incidência da Súmula 42.

Apresentada contrarrazões.

É, no essencial, o relatório.

O pedido não merece acolhimento.

No caso em exame, neguei provimento ao recurso, concluindo pela necessidade para tanto, de reexame da matéria fático-probatória dos autos, aplicando a Súmula 42/TNU.

Desse modo, inexistindo decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de direito material acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, nego seguimento ao pedido uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001147-78.2012.4.04.7122
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: AMANCIO ERNESTO DE SOUZA
PROC./ADV.: RODRIGO DA VEIGA LIMA OAB: RS-77 503
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cabe frisar que a análise acerca da tese de cerceamento de defesa encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Além do mais, as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, uma vez que não restou comprovado o exercício de atividade especial em todos os períodos alegados pela parte autora. Da decisão recorrida, destaca-se:

"Contudo, verifico que a cópia do documento de trabalho do recorrente constitui o único documento idôneo constante nos autos que se presta como início de prova material atinente ao indigitado período. Por óbvio que, havendo o enquadramento da especialidade com fulcro na atividade desempenhada pelo segurado, tal documento se tornaria suficiente à comprovação do regime diferenciado ora pleiteado pelo autor.

Ocorre, todavia, que a CTPS do demandante infere apenas a profissão de 'motorista', não especificando o veículo no qual efetuava suas atividades.

Pelo contrário, o que se constata no caso em apreço é que o único subsídio que se tem para tanto é a alegação do autor de que efetivamente trabalhava como motorista de caminhão, o que possui estrito caráter unilateral.

Dessa forma, inexistindo nos autos qualquer documento idôneo que venha a comprovar a atividade de 'motorista de caminhão', resta impossível o reconhecimento do regime diferenciado para o período controvertido, motivo pelo qual se mostra irrepreensível a sentença quanto ao ponto."

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelo Tribunal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503326-19.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE ANTÔNIO DE SOUZA
PROC./ADV.: NELSON GONÇALVES MACEDO MAGALHÃES OAB: CE-16 650
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36 do RITNU, suscitado contra decisão de minha relatoria que negou provimento ao agravo, por incidência da Súmula 42 desta TNU.

Apresentada contrarrazões.

É, no essencial, o relatório.

O pedido não merece acolhimento.

No presente caso, não há decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de direito material acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, razão pela qual descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 36, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, nego seguimento ao pedido uniformização.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2011.51.51.018761-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: LUIZ GUILHERME PERCEGONI
PROC./ADV.: CLÁUDIO VALE OLIVEIRA FREIRE OAB: RJ-106034
PROC./ADV.: LOURDES MARIA DE SOUZA OAB: RJ-67877
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, extinguiu o processo sem resolução de mérito, em razão da ausência de interesse processual de agir.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 200970520011563, firmou entendimento no seguinte sentido:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. QUESTÃO DE NATUREZA PROCESSUAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência interposto pela Fazenda Nacional sob alegação de contrariedade do acórdão impugnado à jurisprudência do STJ, afirmando, em síntese, que com o reconhecimento administrativo quanto à não incidência de imposto de renda sobre as verbas pagas em razão de PDV, através de Atos Declaratórios da Receita Federal, a ausência de requerimento administrativo implica em falta de interesse processual. 2. O acórdão reformou a sentença e julgou procedente o pedido de repetição de indébito ajuizado pela parte autora, condenando a Fazenda Nacional à restituição dos valores indevidamente cobrados sobre as verbas rescisórias de natureza indenizatória. 3. O incidente não foi admitido na origem. 4. A questão discutida - ausência de interesse de agir - constitui matéria essencialmente processual, passível de cognição por esta Turma Nacional somente pela via de consulta, a teor do que dispõe o parágrafo único do art. 6º do Regimento Interno desta Turma Nacional, atraindo, por conseqüência, a incidência da Súmula 43 deste Colegiado: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual". 5. Incidente de Uniformização não conhecido."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506832-97.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ANTÔNIO FERNANDES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, não concedeu o benefício previdenciário solicitado na inicial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições especiais do caso concreto, decidiu que não foi verificada a sua incapacidade hábil à percepção do benefício, nos seguintes termos:

"A conclusão do perito é de que as patologias que acometem a parte autora unicamente a limitação, de forma leve, para o exercício de sua atividade laboral habitual.

Acontece que, como previamente dito, a incapacidade laboral da autora foi atestada pela perícia administrativa com DII em 19.12.2012. Sendo assim, nota-se que entre as duas perícias houve melhora na saúde da parte autora, motivo pelo qual somente é devida a esta os valores referentes ao intervalo situado entre a data de entrada do requerimento administrativo (25.01.2013) e a data de cessação do benefício, ou seja, a data de melhora médica fixada na perícia administrativa (10.02.2013), como dito acima."

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Destarte, no que concerne ao pedido de análise das condições pessoais e sociais da requerente, aplica-se o entendimento sumulado no enunciado 77: "O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

ATOS ORDINATÓRIOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao embargado para resposta:

PROCESSO: 5006478-64.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:WALTER LINDOLFO WEINGAERTNER
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006469-05.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:VERA LUCIA VAZ DE ARRUDA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006477-79.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:WALTER ANTONIO BAZZO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5006470-87.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:VERA LUCIA CHACON VALENCA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006466-50.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:VALMIR GOMES
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006448-29.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:TELMO TAVARES
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006458-73.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:VALDIR ROSA CORREIA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006418-91.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:RUI SEARA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006330-53.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:PEDRO CARLOS SCHENINI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5002096-25.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:ANTONIO ALIR DIAS RAITANI JUNIOR
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5008309-50.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:MARIA LUIZA FERRARO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006498-55.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:ODILSON BORINI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006497-70.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:OLIMPIO SCALCO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006489-93.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:WILSON VALGAS DOS SANTOS
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006467-35.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:VERA BEATRIZ FELIX TEIXEIRA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5005629-92.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:ALONSO MARQUES SILVA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5005640-24.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:ANA MARIA WESTPHAL BATISTA DA SILVA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5003960-04.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:HAMILTON EMIDIO DUARTE
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5003959-19.2013.4.04.7200
EMBARGANTE:GILBERTO DE OLIVEIRA MORITZ
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5003870-93.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:ANTONIO CESAR CAVALLAZZI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5003698-54.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:ELZA BERGER SALEMA COELHO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5003697-69.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:EDIS MAFRA LAPOLLI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5003758-27.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:VERA LUCIA BAZZO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5003600-69.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:TEREZINHA ISABEL MANSO MUNIZ
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5003590-25.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:ROSSANA PACHECO DA COSTA PROENCA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5003580-78.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:RAFAEL MURILLO DIGIACOMO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5003570-34.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:NILTON JOSÉ MACHADO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5003925-44.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:EMILIA ADDISON MACHADO MOREIRA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5003588-55.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:ROSI MELO DIGIACOMO LEMOS
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC - 25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 0007153-23.2004.4.02.5151
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):CLAUDIA LEITE DA COSTA E SÁ
PROC./ADV.: MARCOS RAMALHO DA SILVA
OAB: RJ-69355

PROCESSO: 2009.71.64.001652-9
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: ARI JOSÉ KERN
PROC./ADV.: MÁRCIA MARIA PIEROZAN
OAB: RS-44061
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0001949-39.2006.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
EMBARGANTE: ADELINO JOSÉ DOS SANTOS
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
OAB: SP-90916
EMBARGADO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0006645-21.2006.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
EMBARGANTE: JOSÉ FERREIRA ROSA
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao suscitado para contrarrazões ao Incidente de Uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO: 0003400-32.2012.4.01.4302
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
SUSCITANTE: MARIA LOPES DA SILVA
PROC./ADV.: ROCHELE M. R. LOCATELLI.
OAB: DF-24444
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0004036-19.2007.4.03.6306
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: MARIA DO ROSÁRIO SILVA
PROC./ADV.: ROSANGELA CONCEIÇÃO COSTA
OAB: SP-108307
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0000193-69.2009.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
SUSCITANTE: CARLOS ALEXANDRE MOURA (REPRESENTADO POR MARIA ODETE BUENO MOURA)
PROC./ADV.: JOSÉ BRUN JÚNIOR
OAB: SP 128.366
PROC./ADV.: FLAYRES J. P. DE LIMA DIAS
OAB: SP-287 025
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao recorrido para contrarrazões ao Recurso Extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal:

PROCESSO: 0523912-20.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO EVANDRO QUEIROS SOUSA
PROC./ADV.: DANIEL LAGE ALENCAR
OAB: CE-8512
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

PROCESSO: 0505115-50.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: SEVERINO DO RAMO DA SILVA SANTOS
PROC./ADV.: HUMBERTO DE SOUSA FÉLIX
OAB: RN-5069
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 5004117-84.2012.4.04.7111
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JORGE LUIZ DE MORAIS
PROC./ADV.: AUGUSTINHO G G TELÖKEN
OAB: RS-28 958
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0002866-06.2007.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: NAIR PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOSÉ BRUN JÚNIOR
OAB: SP 128.366
PROC./ADV.: HELEN SILVA MENDONÇA PAULIN
OAB: SP-213 900
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÕES

ROCESSO: 5022984-90.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERENTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SOTER DE PAULA VIEIRO
PROC./ADV.: ALOÍSIO JORGE HOLZMEIER
OAB: RS-30 384

DECISÃO(*)

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu o pedido relativo a abono de permanência.

Decisão anterior desta presidência determinou aplicação do entendimento que viesse a ser pacificado no âmbito desta Turma Nacional no PEDILEF n. 2010.71.50.031885-0/RS, julgamento concluído sem análise de mérito, razão pela qual os autos retornaram conclusos.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que "O sistema criado após a EC no. 41/2003 é diferente: não foi criada isenção para o pagamento de contribuição, mas sim crédito de abono de permanência em serviço, a partir do momento em que o servidor OPTE por permanecer em atividade (art. 40,parágrafo 19, da CRFB/88, com nova redação), o que indica necessidade de requerimento", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de fevereiro de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 157, no dia 13/03/2015 com incorreção no original.

PROCESSO: 5034695-63.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VALDIR GLUFKE
PROC./ADV.: FÁBIO STEFANI
OAB: RS-46571
PROC./ADV.: LARISSA F. MACIEL LONGO
OAB: RS-57 388
REQUERIDO(A): UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO(*)

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem reformou a sentença para julgar improcedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência desta TNU, no sentido de que, "ante o caráter indenizatório dos juros moratórios, previsto no Código Civil de 2002, não deve incidir imposto de renda sobre os valores recebidos a tal título".

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento, inicialmente através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

No presente caso, não se tratando das exceções supramencionadas, correta a decisão impugnada. Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fundamento do art. 7º, II, c, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 271, no dia 27/03/2015 com incorreção no original.

PROCESSO: 0519082-18.2011.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: SEBASTIÃO SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO(*)

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de limitação da contribuição previdenciária de servidor limitar ao teto previdenciário.

Sustenta o requerente que a partir da Emenda Constitucional 41/2003, a contribuição para a pensão somente poderia incidir sobre os proventos dos militares inativos na parte que excedesse o limite máximo previsto para os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, devendo ser observadas as regras atinentes aos servidores públicos civis.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 0011503-70.2011.4.01.3200, firmou entendimento alinhado ao do aresto combatido, nos seguintes termos:

"TRIBUTÁRIO. SERVIDOR MILITAR INATIVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À IMUNIDADE CONFERIDA AOS SEGURADOS DO RGPS E SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1Trata-se de pedido de uniformização interposto pela União em face de acórdão que, confirmando a sentença de parcial procedência, reconheceu à parte autora o direito de não recolher a contribuição para a pensão militar sobre os valores inferiores ao teto fixado para os benefícios do RGPS, bem como deferiu a repetição do alegado indébito, respeitada a prescrição quinquenal. Segundo o julgado, o texto do art. 40 da Constituição Federal, alterado pela EC nº 41/03, é claro ao eleger como destinatários de seu comando tanto o funcionalismo civil como o militar.

2Argumenta a União que o acórdão recorrido, da TR do Amazonas, diverge do entendimento da 3ª Turma Recursal do Paraná (2009.70.50.019036-1, 21/11/2011, Rel. juíza federal Flávia da Silva Xavier) no sentido da exigibilidade da contribuição.

3A divergência está bem demonstrada, razão pela qual conheço do presente incidente.

4No mérito, tenho que assiste razão à União. Esta TNU já teve oportunidade de firmar tese, em processo representativo de controvérsia, de que a contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores (Pedilef 201051510407060, Rel. Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DF 01/06/2012). Com efeito, desde o advento da EC 18/98 os militares foram deslocados do capítulo da Administração Pública para o capítulo das Forças Armadas. Não havendo inconstitucionalidade na cobrança tanto após a Constituição de 1988, quanto depois da reestruturação provocada pela EC nº 20/1998 ou pela EC nº 41/2003

5Incidente conhecido e provido para julgar improcedente o pedido inicial."

(PEDILEF 00115037020114013200 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL; Relatora: Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo; Julgado em 09/04/2014)

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 147, no dia 27/03/2015 com incorreção no original.

PROCESSO: 0513351-07.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ADENILSON FELICIANO DANTAS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO(*)

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de limitação da contribuição previdenciária de servidor limitar ao teto previdenciário.

Sustenta o requerente que a partir da Emenda Constitucional 41/2003, a contribuição para a pensão somente poderia incidir sobre os proventos dos militares inativos na parte que excedesse o limite máximo previsto para os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, devendo ser observadas as regras atinentes aos servidores públicos civis.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 0011503-70.2011.4.01.3200, firmou entendimento alinhado ao do aresto combatido, nos seguintes termos:

"TRIBUTÁRIO. SERVIDOR MILITAR INATIVO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À IMUNIDADE CONFERIDA AOS SEGURADOS DO RGPS E SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1.Trata-se de pedido de uniformização interposto pela União em face de acórdão que, confirmando a sentença de parcial procedência, reconheceu à parte autora o direito de não recolher a contribuição para a pensão militar sobre os valores inferiores ao teto fixado para os benefícios do RGPS, bem como deferiu a repetição do alegado indébito, respeitada a prescrição quinquenal. Segundo o julgado, o texto do art. 40 da Constituição Federal, alterado pela EC nº 41/03, é claro ao eleger como destinatários de seu comando tanto o funcionalismo civil como o militar.

2.Argumenta a União que o acórdão recorrido, da TR do Amazonas, diverge do entendimento da 3ª Turma Recursal do Paraná (2009.70.50.019036-1, 21/11/2011, Rel. juíza federal Flávia da Silva Xavier) no sentido da exigibilidade da contribuição.

3.A divergência está bem demonstrada, razão pela qual conheço do presente incidente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4.No mérito, tenho que assiste razão à União. Esta TNU já teve oportunidade de firmar tese, em processo representativo de controvérsia, de que a contribuição previdenciária dos militares inativos e pensionistas deve incidir sobre o total das parcelas que compõem os proventos da inatividade, de acordo com a norma do artigo 3-A da Lei nº 3.765/60, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2215-10/2001, não havendo direito à imunidade conferida aos segurados do RGPS e servidores (Pedilef 201051510407060, Rel. Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DF 01/06/2012). Com efeito, desde o advento da EC 18/98 os militares foram deslocados do capítulo da Administração Pública para o capítulo das Forças Armadas. Não havendo inconstitucionalidade na cobrança tanto após a Constituição de 1988, quanto depois da reestruturação provocada pela EC nº 20/1998 ou pela EC nº 41/2003

5.Incidente conhecido e provido para julgar improcedente o pedido inicial."

(PEDILEF 00115037020114013200 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL; Relatora: Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo; Julgado em 09/04/2014)

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 148, no dia 27/03/2015 com incorreção no original.

PROCESSO: 0507613-22.2013.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA DAS GRAÇAS ALVES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
OAB: CE-6004
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO(*)

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade/restituição de contribuição para PSS sobre a pontuação de GDPGE que ultrapassar aquela a ser incorporada em sua aposentadoria/pensão, ao fundamento de que "A avaliação institucional, para efeito de calcular o percentual de GDPGPE, não retira o caráter contraprestacional e, portanto, passível de incidência da contribuição previdenciária do servidor público da União."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intime-se

Brasília, 04 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 207, no dia 27/03/2015 com incorreção no original.

PROCESSO: 5004454-63.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): BERNARDETE WRUBLEVISKI AUED
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS OAB: SC - 25763

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, rejeitou a incidência de imposto de renda sobre juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) afasta(m) a exação sobre o acessório derivado de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, situação que o acórdão vergastado entendeu configurada no caso de transformação de vínculo celetista em cargo público.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de fevereiro de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006180-82.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): GILSON CARLOS DOS SANTOS
PROC./ADV.: MANUELLA PEREIRA DA SILVA OAB: SC-30720

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem, reformando a sentença, julgou procedente o pedido inicial de restituição do valor pago a título de imposto de renda - IRPF sobre terço constitucional de férias, ao fundamento de que não há incidência do respectivo imposto, tendo em vista que as referidas verbas possuem caráter indenizatório.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A partir da análise dos autos verifica-se que a divergência jurisprudencial trazida no bojo do incidente de uniformização não guarda consonância com os termos das decisões de origem, uma vez que o objeto de debate encontra-se pautado na não incidência do IRPF sobre as férias e o respectivo 1/3 enquanto que os paradigmas colacionados versam sobre a legitimidade/ilegitimidade do trabalhador avulso ao gozo de férias. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Nesse sentindo, incidem os óbices previstos na Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2012.51.60.001465-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOELSON MIGUEL PIRES
PROC./ADV.: LINCOLN PAGANOTO RAMOS OAB: RJ-94 639

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, modificando a sentença, acolheu o pedido de não incidência do imposto de renda sobre o terço constitucional de férias não gozadas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual incide imposto de renda sobre o terço de férias pretendido, por possuir caráter remuneratório.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

Com efeito, a TNU, ao julgar o PEDILEF 2006.63.06.006356-3, DJU 14.3.2008, reafirmou o entendimento consolidado no STJ, nos seguintes termos:

"IMPOSTO DE RENDA. FÉRIAS NÃO GOZADAS. ABONO PECUNIÁRIO. NATUREZA INDENIZATÓRIA. NÃO INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. DISPENSADA A COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DO SERVIÇO.

1. A conversão das férias em pecúnia possui natureza indenizatória, ainda que se tenha dado por opção do empregado, não havendo necessidade de comprovação da necessidade do serviço, eis que esta é presumida. (Precedentes do STJ).

2. As Súmulas nº 125 e 136, editadas pelo STJ, consagraram o entendimento de não ser devido imposto de renda sobre o abono de férias não gozadas, eis que possuem natureza indenizatória.

3. Incidente de Uniformização conhecido e provido."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2011.51.51.020750-5
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ISAIAS BATISTA XAVIER
PROC./ADV.: LUIZ FELIPPE CHELLES OAB: RJ-80 899

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, modificando a sentença, acolheu o pedido de não incidência do imposto de renda sobre o terço constitucional de férias não gozadas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual incide imposto de renda sobre o terço de férias pretendido, por possuir caráter remuneratório.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

Com efeito, a TNU, ao julgar o PEDILEF 2006.63.06.006356-3, DJU 14.3.2008, reafirmou o entendimento consolidado no STJ, nos seguintes termos:

"IMPOSTO DE RENDA. FÉRIAS NÃO GOZADAS. ABONO PECUNIÁRIO. NATUREZA INDENIZATÓRIA. NÃO INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. DISPENSADA A COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DO SERVIÇO.

1. A conversão das férias em pecúnia possui natureza indenizatória, ainda que se tenha dado por opção do empregado, não havendo necessidade de comprovação da necessidade do serviço, eis que esta é presumida. (Precedentes do STJ).

2. As Súmulas nº 125 e 136, editadas pelo STJ, consagraram o entendimento de não ser devido imposto de renda sobre o abono de férias não gozadas, eis que possuem natureza indenizatória.

3. Incidente de Uniformização conhecido e provido."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2013.51.70.112404-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ADVALDO SOARES AMORIM
PROC./ADV.: EVANDRO JOSÉ LAGO OAB: RJ 136.516

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, modificando a sentença, acolheu o pedido de não incidência do imposto de renda sobre o terço constitucional de férias não gozadas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual incide imposto de renda sobre o terço de férias pretendido, por possuir caráter remuneratório.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

Com efeito, a TNU, ao julgar o PEDILEF 2006.63.06.006356-3, DJU 14.3.2008, reafirmou o entendimento consolidado no STJ, nos seguintes termos:

"IMPOSTO DE RENDA. FÉRIAS NÃO GOZADAS. ABONO PECUNIÁRIO. NATUREZA INDENIZATÓRIA. NÃO INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. DISPENSADA A COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DO SERVIÇO.

1. A conversão das férias em pecúnia possui natureza indenizatória, ainda que se tenha dado por opção do empregado, não havendo necessidade de comprovação da necessidade do serviço, eis que esta é presumida. (Precedentes do STJ).

2. As Súmulas nº 125 e 136, editadas pelo STJ, consagraram o entendimento de não ser devido imposto de renda sobre o abono de férias não gozadas, eis que possuem natureza indenizatória.

3. Incidente de Uniformização conhecido e provido."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0530383-39.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA DO ROSÁRIO AUSTREGÉSILO
PROC./ADV.: TIAGO UCHÔA MARTINS DE MORAES OAB: PE 18.593

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo ante a incidência das Questões de Ordem 13 e 24/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto se pretende que a decisão seja adequada ao entendimento do STJ no tocante à forma de execução do julgado.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam que é indevida a incidência do imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes aos recolhimentos para entidade privada ocorridos no período de 01.01.1989 a 31.12.1995, bem como que a forma de cálculo deve obedecer a sistemática predisposta nos representativos da TNU.

No que concerne à decisão monocrática objeto do presente recurso de embargos, não merece prosperar o pedido de modificação do decisum, uma vez que foi analisada a forma de cálculo do indébito devido ao segurado, inclusive, nos moldes do entendimento do STJ, conforme se verifica no trecho abaixo colacionado:

""TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).

1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).

2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA - série especial - em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08."

(REsp n. 1.012.903/RJ, rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, Dje de 13.10.2008.)

Quanto à sistemática de cálculo dos valores a restituir, a Turma Nacional de Uniformização, por meio do incidente de uniformização de jurisprudência n. 2006.83.00.51.5712-4, assim se pronunciou, verbis:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).

Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:

a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;

b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem")."."

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreram os vícios alegados, e sim uma ratificação da decisão de origem, lançando em suas razões de decidir o entendimento já firmado pelo STJ. Assim, busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5011592-94.2012.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DOMINGOS JOSÉ SANTOS RENSI FILHO
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS OAB: DF-5939
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO OAB: RS-65084
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora embargante contra decisão que negou provimento ao agravo interposto pela incidência da Questão de Ordem 24 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão, porquanto o caso retratado nos autos se enquadra em uma das hipóteses de isenção do imposto de renda sobre os juros moratórios, segundo a jurisprudência do STJ.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Quanto a matéria em debate, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.227.133/MG, complementado pelo REsp 1.089.720/RS, consolidou o entendimento no sentido de que, em regra, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

No caso dos autos, o acórdão reconheceu a legalidade da incidência do imposto de renda sobre os juros de mora, uma vez que a hipótese retratada nos autos se coaduna com a regra geral de incidência, nos termos do entendimento jurisprudencial do STJ acima exposto. Da decisão recorrida, destaca-se:

"No caso em apreço, pela análise dos autos da reclamatória trabalhista em que auferidos os juros moratórios, não verifico a perda do emprego, consoante se infere da inicial da cópia da reclamatória trabalhista (evento 1 - OUT4).

Sendo assim, aplica-se a regra geral, pelo que incide imposto de renda sobre a verba em comento."

Assim, de fato, para infirmar as conclusões das instâncias de origem, necessário seria o reexame do acervo fático-probatório, o que encontra óbice na súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Depreende-se, dessa forma, que, ao contrário do afirmado pela embargante, a decisão da Turma de origem está em consonância com a jurisprudência do Colendo STJ, haja vista que, no caso, concluiu-se que se tratava de aplicação da regra geral de incidência de imposto de renda sobre juros de mora.

Ademais, doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5010061-98.2011.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IVO DOS SANTOS MARTINS
PROC./ADV.: ISADORA COSTA MORAES OAB: RS-43166
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de não incidência de IRPF sobre valores recebidos a título de incentivo à adesão a novo plano de previdência complementar - PETROS.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Inicialmente, o primeiro precedente trazido não enseja o conhecimento da almejada divergência jurisprudencial pela TNU, por não atender aos requisitos do art. 6º da Resolução 22/08.

Quanto ao paradigma do STJ, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada, uma vez que o entendimento pacífico da Corte Superior de Justiça, diferentemente do que fora defendido, é no sentido de que, "se as verbas pagas aos inativos que não migraram de plano submetem-se ao imposto de renda e as verbas pagas aos ativos também sofrem a mesma incidência, não há motivos para crer que as verbas pagas aos inativos que migraram de plano devam escapar da incidência do tributo. Tais novas verbas herdam a mesma natureza daquelas que foram suprimidas, sendo assim remuneratórias e sujeitas ao imposto de renda. Precedentes: REsp 1.111.177/MG, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Seção, DJe de 10/9/09; REsp 1.173.279/AM, REsp 957.350/RS, Rel. TEORI ALBINO ZAVASCKI, Primeira Turma, DJe de 18/12/07 e Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe de 23/5/12.

Nota-se, portanto, que o paradigma colacionado não reflete a orientação firmada no Superior Tribunal de Justiça, de modo que se mostra inafastável a incidência do óbice da Questão de Ordem n. 5/TNU, que assim dispõe: "Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte." - grifei.

Ainda que assim não fosse, verifico que o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006278-13.2011.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO (A): ALLAN GIOVANI ABREU DA SILVA
PROC./ADV.: GIOVANA ABREU DA SILVA SEGER OAB: SC-20998

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte FAZENDA NACIONAL contra decisão que negou provimento ao agravo interposto pela mesma parte, por aplicação do enunciado sumular n. 43 desta TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto entende que, muito embora a matéria acerca da legitimidade passiva ad causam seja de cunho processual, certo é que interfere diretamente no direito material das partes, motivo pelo qual deve ser analisado por esta Turma.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Assiste razão à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Inicialmente, cumpre destacar que, de fato, a matéria atinente à legitimidade passiva ad causam, muito embora seja de natureza processual, interfere no próprio direito, razão pela qual pode ser analisada por esta TNU. Vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. COMPETÊNCIA E LEGITIMIDADE. TEMAS QUE INTERFEREM, DIRETAMENTE, NA DEVOLUÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE CARACTERIZAÇÃO COMO MATÉRIA MERAMENTE PROCESSUAL. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. DEVOLUÇÃO DE PARCELAS COBRADAS SOBRE VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. PACIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DA ILEGITIMIDADE DA UNIÃO PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO INCIDENTE. 1. Competência e legitimidade não são matérias puramente processuais, às quais foi vedada a via da uniformização por este Sodalício, uma vez que interferem, de forma direta, na devolução da prestação jurisdicional vindicada. 2. O Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça pacificaram o entendimento de que a competência para conhecimento e julgamento de feitos nos quais se objetive a restituição de imposto de renda incidente sobre vencimentos de servidores públicos estaduais é da Justiça Comum Estadual, por considerarem que a responsabilidade pela restituição do indébito é apenas do Estado Membro. Ressalva de entendimento desta Relatora. 3. Agravo Regimental provido. Pedido de Uniformização conhecido e provido, com determinação de remessa dos autos à Justiça Comum Estadual."

No mais, o presente caso trata da legitimidade da União para estar no polo passivo de demanda ajuizada para a restituição de valores indevidamente recolhidos pela autora a título de juros sobre contribuição previdenciária, cobrados antes da vigência do art. 45-A, da Lei 8.212/91.

Verifico que há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dar provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008022-24.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FLAVIO HENRIQUE FETT
PROC./ADV.: FABIANO MATOS DA SILVA OAB: SC-13585

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte FAZENDA NACIONAL contra decisão que negou provimento ao agravo interposto pela mesma parte, por aplicação do enunciado sumular n. 43 desta TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto entende que, muito embora a matéria acerca da legitimidade passiva ad causam seja de cunho processual, certo é que interfere diretamente no direito material das partes, motivo pelo qual deve ser analisado por esta Turma.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Inicialmente, cumpre destacar que, de fato, a matéria atinente à legitimidade passiva ad causam, muito embora seja de natureza processual, interfere no próprio direito, razão pela qual pode ser analisada por esta TNU. Vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. COMPETÊNCIA E LEGITIMIDADE. TEMAS QUE INTERFEREM, DIRETAMENTE, NA DEVOLUÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE CARACTERIZAÇÃO COMO MATÉRIA MERAMENTE PROCESSUAL. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. DEVOLUÇÃO DE PARCELAS COBRADAS SOBRE VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. PACIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DA ILEGITIMIDADE DA UNIÃO PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO INCIDENTE. 1. Competência e legitimidade não são matérias puramente processuais, às quais foi vedada a via da uniformização por este Sodalício, uma vez que interferem, de forma direta, na devolução da prestação jurisdicional vindicada. 2. O Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça pacificaram o entendimento de que a competência para conhecimento e julgamento de feitos nos quais se objetive a restituição de imposto de renda incidente sobre vencimentos de servidores públicos estaduais é da Justiça Comum Estadual, por considerarem que a responsabilidade pela restituição do indébito é apenas do Estado Membro. Ressalva de entendimento desta Relatora. 3. Agravo Regimental provido. Pedido de Uniformização conhecido e provido, com determinação de remessa dos autos à Justiça Comum Estadual."

No mais, o presente caso trata da legitimidade da União para estar no polo passivo de demanda ajuizada para a restituição de valores indevidamente recolhidos pela autora a título de juros sobre contribuição previdenciária, cobrados antes da vigência do art. 45-A, da Lei 8.212/91.

Verifico que há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dar provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004333-82.2011.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): DOMINGOS JOÃO RODRIGUES
PROC./ADV.: MAYCON MARTINS DA ROSA OAB: SC-15892

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte FAZENDA NACIONAL contra decisão que negou provimento ao agravo interposto pela mesma parte, por aplicação do enunciado sumular n. 43 desta TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto entende que, muito embora a matéria acerca da legitimidade passiva ad causam seja de cunho processual, certo é que interfere diretamente no direito material das partes, motivo pelo qual deve ser analisado por esta Turma.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Inicialmente, cumpre destacar que, de fato, a matéria atinente à legitimidade passiva ad causam, muito embora seja de natureza processual, interfere no próprio direito, razão pela qual pode ser analisada por esta TNU. Vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. COMPETÊNCIA E LEGITIMIDADE. TEMAS QUE INTERFEREM, DIRETAMENTE, NA DEVOLUÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE CARACTERIZAÇÃO COMO MATÉRIA MERAMENTE PROCESSUAL. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. DEVOLUÇÃO DE PARCELAS COBRADAS SOBRE VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. PACIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DA ILEGITIMIDADE DA UNIÃO PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO INCIDENTE. 1. Competência e legitimidade não são matérias puramente processuais, às quais foi vedada a via da uniformização por este Sodalício, uma vez que interferem, de forma direta, na devolução da prestação jurisdicional vindicada. 2. O Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça pacificaram o entendimento de que a competência para conhecimento e julgamento de feitos nos quais se objetive a restituição de imposto de renda incidente sobre vencimentos de servidores públicos estaduais é da Justiça Comum Estadual, por considerarem que a responsabilidade pela restituição do indébito é apenas do Estado Membro. Ressalva de entendimento desta Relatora. 3. Agravo Regimental provido. Pedido de Uniformização conhecido e provido, com determinação de remessa dos autos à Justiça Comum Estadual."

No mais, o presente caso trata da legitimidade da União para estar no polo passivo de demanda ajuizada para a restituição de valores indevidamente recolhidos pela autora a título de juros sobre contribuição previdenciária, cobrados antes da vigência do art. 45-A, da Lei 8.212/91.

Verifico que há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dar provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5044955-05.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: HERMES WILAGRAN CATTANI
PROC./ADV.: ISADORA COSTA MORAES OAB: RS-43166
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem reformou a sentença que julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, salvo quando decorrerem de verbas trabalhistas de natureza indenizatória recebidas no contexto da despedida/rescisão do contrato de trabalho, fixadas em decisão judicial, consoante expressa redação do art. 6º, V, da Lei 7.713/88.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.133/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada, situação na qual o acessório segue o principal.

Dessa forma, observa-se que o acórdão vergastado está em perfeita consonância com o entendimento firmado acima.

Incide, portanto, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5012628-10.2012.4.04.7002
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MIGUEL KLAUCK
PROC./ADV.: JORGE ANDRÉ MENEZES OAB: PR-27941

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo ante a incidência da Súmula 43/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, tendo em vista que a controvérsia acerca da legitimidade passiva, apesar de retratar matéria processual, interfere no direito material debatido nos autos.

Requer, assim, o acolhimento dos embargos para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

De início, cumpre ressaltar que a questão acerca da legitimidade não atrai a incidência da Súmula 43/TNU, porquanto esta Turma Nacional de Uniformização pacificou o seu entendimento no sentido de que "a análise da legitimidade ad causam, não obstante possua natureza processual, reflete no direito material das partes a ponto de ser passível de uniformização de jurisprudência". (PEDILEF 0000734-43.2011.4.01.9330, DOU 22.3.2013)

Com efeito, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0502873-66.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VALDIR CABRAL
PROC./ADV.: VENÍCIO BARBALHO NETO OAB: RN 3.682

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

No caso, a parte ora requerente busca que seja reconhecida a legalidade do desconto da PSS sobre os valores percebidos pelo requerido em decorrência de título judicial.

É, no essencial, o relatório.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador, posto que demonstrada divergência em relação à possibilidade de desconto da contribuição previdenciária conforme defendido pela Fazenda Nacional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515800-98.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ZENILDO GOMES DA TRINDADE
PROC./ADV.: MARIA DE LOURDES ALBANO OAB: RN-1650

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

No caso, a parte ora requerente busca que seja reconhecida a legalidade do desconto da PSS sobre os valores percebidos pelo requerido em decorrência de título judicial.

É, no essencial, o relatório.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador, posto que demonstrada divergência em relação à possibilidade de desconto da contribuição previdenciária conforme defendido pela Fazenda Nacional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502179-28.2013.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: HAMILTON SIMIÃO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

O acórdão recorrido afastou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez e deferir o benefício de auxílio-doença, sob o fundamento de que existe possibilidade de recuperação do autor, mediante tratamento clínico.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 25 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5038472-90.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTONIO GILBERTO POZZEBOM
PROC./ADV.: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI OAB: RS-45 071
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo interposto ante a incidência da Questão de Ordem 22/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição, porquanto a decisão embargada, equivocadamente, não reconheceu a similitude entre o acórdão recorrido e os paradigmas colacionados, bem como alega que, em casos semelhantes a este, houve decisão acolhendo o recurso dos autores, determinando-se a distribuição da matéria para o colegiado da TNU.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Com razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Verifico, no presente caso, a existência do alegado vício, pois se trata de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade da contribuição FUNRURAL, uma vez que considerou que o contribuinte de fato é o produtor rural em regime de economia familiar, não havendo qualquer impedimento para que a cooperativa retenha antecipadamente os valores da citada contribuição.

A parte ora embargante sustenta que não se há de confundir a entrega da mercadoria pelo produtor rural à Cooperativa, da qual é associado, com a comercialização do produto por ela realizada, que constitui o fato gerador da contribuição previdenciária em causa.

Destarte, constata-se que há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para determinar a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5039289-23.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PAULO ROBERTO DE SOUSA
PROC./ADV.: CARLOS HENRIQUE POPHAL OAB: RS-65 702
PROC./ADV.: JEFERSON LUÍS CARVALHO OAB: RS-80 375
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de repetição de indébito de imposto de renda incidente sobre verbas indenizatórias trabalhistas e declarou a prescrição das parcelas vencidas antes do quinquênio do ajuizamento da ação.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ ao argumento de que "não há falar em prescrição, visto que entre a data do recolhimento indevido e o da propositura da ação não se completou cinco anos".

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

O Supremo Tribunal Federal, através do RE 566.621/RS, firmou entendimento nestes termos:

DIREITO TRIBUTÁRIO - LEI INTERPRETATIVA - APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 - DESCABIMENTO - VIOLAÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA - NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA VACACIO LEGIS - APLICAÇÃO DO PRAZO REDUZIDO PARA REPETIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE INDÉBITOS AOS PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DE 9 DE JUNHO DE 2005.

- Quando do advento da LC 118/05, estava consolidada a orientação da Primeira Seção do STJ no sentido de que, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo para repetição ou compensação de indébito era de 10 anos contados do seu fato gerador, tendo em conta a aplicação combinada dos arts. 150, § 4º, 156, VII, e 168, I, do CTN. A LC 118/05, embora tenha se autoproclamado interpretativa, implicou inovação normativa, tendo reduzido o prazo de 10 anos contados do fato gerador para 5 anos contados do pagamento indevido. Lei supostamente interpretativa que, em verdade, inova no mundo jurídico deve ser considerada como lei nova. Inocorrência de violação à autonomia e independência dos Poderes, porquanto a lei expressamente interpretativa também se submete, como qualquer outra, ao controle judicial quanto à sua natureza, validade e aplicação. A aplicação retroativa de novo e reduzido prazo para a repetição ou compensação de indébito tributário estipulado por lei nova, fulminando, de imediato, pretensões deduzidas tempestivamente à luz do prazo então aplicável, bem como a aplicação imediata às pretensões pendentes de ajuizamento quando da publicação da lei, sem resguardo de nenhuma regra de transição, implicam ofensa ao princípio da segurança jurídica em seus conteúdos de proteção da confiança e de garantia do acesso à Justiça. Afastando-se as aplicações inconstitucionais e resguardando-se, no mais, a eficácia da norma, permite-se a aplicação do prazo reduzido relativamente às ações ajuizadas após a vacatio legis, conforme entendimento consolidado por esta Corte no enunciado 445 da Súmula do Tribunal. O prazo de vacatio legis de 120 dias permitiu aos contribuintes não apenas que tomassem ciência do novo prazo, mas também que ajuizassem as ações necessárias à tutela dos seus direitos. Inaplicabilidade do art. 2.028 do Código Civil, pois, não havendo lacuna na LC 118/08, que pretendeu a aplicação do novo prazo na maior extensão possível, descabida sua aplicação por analogia. Além disso, não se trata de lei geral, tampouco impede iniciativa legislativa em contrário. Reconhecida a inconstitucionalidade art. 4º, segunda parte, da LC 118/05, considerando-se válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC aos recursos sobrestados. Recurso extraordinário desprovido.

No mesmo sentido, a Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0506802-35.2008.4.05.8201, pacificou o entendimento no sentido de que "a redução do prazo prescricional trazida pela LC 118/2005 se aplica tão-somente às ações ajuizadas após 09 de junho de 2005".

Destarte, incide, por analogia, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia", bem como a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003876-03.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ARIOVALDO BOLZAN
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS OAB: SC - 25763

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

Com base nos elementos probatórios dos autos, a Turma de origem consignou que a cobrança do imposto de renda incidiu sobre verba relativa à rescisão do contrato de trabalho, que possui natureza indenizatória.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008347-62.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): TARSO FERNANDO CASSOL
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS OAB: SC - 25763

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

Com base nos elementos probatórios dos autos, a Turma de origem consignou que a cobrança do imposto de renda incidiu sobre verba relativa à rescisão do contrato de trabalho, que possui natureza indenizatória.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003510-61.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ARNALDO JOSE PERIN
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS OAB: SC - 25763

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

Com base nos elementos probatórios dos autos, a Turma de origem consignou que a cobrança do imposto de renda incidiu sobre verba relativa à rescisão do contrato de trabalho, que possui natureza indenizatória.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003550-43.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): HENRIQUE DE MELO LISBOA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS OAB: SC - 25763

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

Com base nos elementos probatórios dos autos, a Turma de origem consignou que a cobrança do imposto de renda incidiu sobre verba relativa à rescisão do contrato de trabalho, que possui natureza indenizatória.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008317-27.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MIRNA DE BORBA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS OAB: SC - 25763

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

Com base nos elementos probatórios dos autos, a Turma de origem consignou que a cobrança do imposto de renda incidiu sobre verba relativa à rescisão do contrato de trabalho, que possui natureza indenizatória.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003606-76.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VILMA MARIA ROSA AMARO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS OAB: SC - 25763

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

Com base nos elementos probatórios dos autos, a Turma de origem consignou que a cobrança do imposto de renda incidiu sobre verba relativa à rescisão do contrato de trabalho, que possui natureza indenizatória.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003607-61.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARISA GULARTE
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS OAB: SC - 25763

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

Com base nos elementos probatórios dos autos, a Turma de origem consignou que a cobrança do imposto de renda incidiu sobre verba relativa à rescisão do contrato de trabalho, que possui natureza indenizatória.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003568-64.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA BERNADETE RAMOS FLORES
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS OAB: SC - 25763

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

Com base nos elementos probatórios dos autos, a Turma de origem consignou que a cobrança do imposto de renda incidiu sobre verba relativa à rescisão do contrato de trabalho, que possui natureza indenizatória.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003879-55.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ESPÓLIO DE AYEZO CAMPOS
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS OAB: SC - 25763

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

Com base nos elementos probatórios dos autos, a Turma de origem consignou que a cobrança do imposto de renda incidiu sobre verba relativa à rescisão do contrato de trabalho, que possui natureza indenizatória.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003498-47.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ROSANE MARIA BUDAL
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS OAB: SC - 25763

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

Com base nos elementos probatórios dos autos, a Turma de origem consignou que a cobrança do imposto de renda incidiu sobre verba relativa à rescisão do contrato de trabalho, que possui natureza indenizatória.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518596-76.2010.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARTUR CÉSAR MOREIRA DIAS
PROC./ADV.: JOSÉ ALBERTO DE ALBUQUERQUE PEREIRA OAB: PE-520-A

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo ante a incidência das Questões de Ordem 13 e 24/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto se pretende que a decisão seja adequada ao entendimento do STJ no tocante à forma de execução do julgado.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam que é indevida a incidência do imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes aos recolhimentos para entidade privada ocorridos no período de 01.01.1989 a 31.12.1995, bem como que a forma de cálculo deve obedecer a sistemática predisposta nos representativos da TNU.

No que concerne à decisão monocrática objeto do presente recurso de embargos, não merece prosperar o pedido de modificação do decisum, uma vez que foi analisada a forma de cálculo do indébito devido ao segurado, inclusive, nos moldes do entendimento do STJ, conforme se verifica no trecho abaixo colacionado:

""TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).

1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA - série especial - em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08."

(REsp n. 1.012.903/RJ, rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, Dje de 13.10.2008.)

Quanto à sistemática de cálculo dos valores a restituir, a Turma Nacional de Uniformização, por meio do incidente de uniformização de jurisprudência n. 2006.83.00.51.5712-4, assim se pronunciou, verbis:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).

Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:

a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;

b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem")."."

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreram os vícios alegados, e sim uma ratificação da decisão de origem, lançando em suas razões de decidir o entendimento já firmado pelo STJ. Assim, busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0526560-23.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSÉ ZORIVALDO SILVA RÉGES
PROC./ADV.: JOSÉ ALBERTO DE ALBUQUERQUE PEREIRA
OAB: PE-520-A

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo ante a incidência das Questões de Ordem 13 e 24/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto se pretende que a decisão seja adequada ao entendimento do STJ no tocante à forma de execução do julgado.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam que é indevida a incidência do imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes aos recolhimentos para entidade privada ocorridos no período de 01.01.1989 a 31.12.1995, bem como que a forma de cálculo deve obedecer a sistemática predisposta nos representativos da TNU.

No que concerne à decisão monocrática objeto do presente recurso de embargos, não merece prosperar o pedido de modificação do decisum, uma vez que foi analisada a forma de cálculo do indébito devido ao segurado, inclusive, nos moldes do entendimento do STJ, conforme se verifica no trecho abaixo colacionado:

""TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).

1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).

2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA - série especial - em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08."

(REsp n. 1.012.903/RJ, rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, Dje de 13.10.2008.)

Quanto à sistemática de cálculo dos valores a restituir, a Turma Nacional de Uniformização, por meio do incidente de uniformização de jurisprudência n. 2006.83.00.51.5712-4, assim se pronunciou, verbis:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).

Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:

a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;

b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem")."."

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreram os vícios alegados, e sim uma ratificação da decisão de origem, lançando em suas razões de decidir o entendimento já firmado pelo STJ. Assim, busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509457-66.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ERASMO NICOLAU BIDÔ
PROC./ADV.: JOSÉ ALBERTO DE ALBUQUERQUE PEREIRA
OAB: PE-520-A

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo ante a incidência das Questões de Ordem 13 e 24/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto se pretende que a decisão seja adequada ao entendimento do STJ no tocante à forma de execução do julgado.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam que é indevida a incidência do imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes aos recolhimentos para entidade privada ocorridos no período de 01.01.1989 a 31.12.1995, bem como que a forma de cálculo deve obedecer a sistemática predisposta nos representativos da TNU.

No que concerne à decisão monocrática objeto do presente recurso de embargos, não merece prosperar o pedido de modificação do decisum, uma vez que foi analisada a forma de cálculo do indébito devido ao segurado, inclusive, nos moldes do entendimento do STJ, conforme se verifica no trecho abaixo colacionado:

""TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).

1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).

2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA - série especial - em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08."

(REsp n. 1.012.903/RJ, rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, Dje de 13.10.2008.)

Quanto à sistemática de cálculo dos valores a restituir, a Turma Nacional de Uniformização, por meio do incidente de uniformização de jurisprudência n. 2006.83.00.51.5712-4, assim se pronunciou, verbis:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).

Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:

a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;

b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem")."."

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreram os vícios alegados, e sim uma ratificação da decisão de origem, lançando em suas razões de decidir o entendimento já firmado pelo STJ. Assim, busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512970-71.2013.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA AUXILIADORA BEZERRA DA SILVA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE 20.418

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo ante a incidência da Questão de Ordem 13/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto se pretende que a decisão seja adequada ao entendimento do STJ no tocante à forma de execução do julgado.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam que é indevida a incidência do imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes aos recolhimentos para entidade privada ocorridos no período de 01.01.1989 a 31.12.1995, bem como que a forma de cálculo deve obedecer a sistemática predisposta nos representativos da TNU.

No que concerne à decisão monocrática objeto do presente recurso de embargos, não merece prosperar o pedido de modificação do decisum, uma vez que foi analisada a forma de cálculo do indébito devido ao segurado, inclusive, nos moldes do entendimento do STJ, conforme se verifica no trecho abaixo colacionado:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).

Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:

a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;

b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem")."."

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreram os vícios alegados, e sim uma ratificação da decisão de origem, lançando em suas razões de decidir o entendimento já firmado pelo STJ. Assim, busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518872-73.2011.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FERNANDO FIRMO DE LIMA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE 20.418

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo ante a incidência da Questão de Ordem 13/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto se pretende que a decisão seja adequada ao entendimento do STJ no tocante à forma de execução do julgado.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam que é indevida a incidência do imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes aos recolhimentos para entidade privada ocorridos no período de 01.01.1989 a 31.12.1995, bem como que a forma de cálculo deve obedecer a sistemática predisposta nos representativos da TNU.

No que concerne à decisão monocrática objeto do presente recurso de embargos, não merece prosperar o pedido de modificação do decisum, uma vez que foi analisada a forma de cálculo do indébito devido ao segurado, inclusive, nos moldes do entendimento do STJ, conforme se verifica no trecho abaixo colacionado:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).

Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:

a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;

b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem")."."

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreram os vícios alegados, e sim uma ratificação da decisão de origem, lançando em suas razões de decidir o entendimento já firmado pelo STJ. Assim, busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0528592-98.2010.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARGARIDA MARIA FERREIRA LIMA
PROC./ADV.: REGINALDO BEZERRA DUARTE OAB: PE-15537

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo ante a incidência da Questão de Ordem 13/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto se pretende que a decisão seja adequada ao entendimento do STJ no tocante à forma de execução do julgado.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam que é indevida a incidência do imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes aos recolhimentos para entidade pri-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

vada ocorridos no período de 01.01.1989 a 31.12.1995, bem como que a forma de cálculo deve obedecer a sistemática predisposta nos representativos da TNU.

No que concerne à decisão monocrática objeto do presente recurso de embargos, não merece prosperar o pedido de modificação do decisum, uma vez que foi analisada a forma de cálculo do indébito devido ao segurado, inclusive, nos moldes do entendimento do STJ, conforme se verifica no trecho abaixo colacionado:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).

Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:

a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;

b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem")."

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreram os vícios alegados, e sim uma ratificação da decisão de origem, lançando em suas razões de decidir o entendimento já firmado pelo STJ. Assim, busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509544-90.2009.4.05.8300
ORIGEM: 1ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA DE LOURDES COELHO BONFIM OLIVEIRA
PROC./ADV.: JULIA LANCRY C. WERNECK OAB: PE-24023
REQUERIDO(A): REGINALDO RODRIGUES DE MOURA FILHO
PROC./ADV.: JULIA LANCRY C. WERNECK OAB: PE-24023

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo ante a incidência da Questão de Ordem 13/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto se pretende que a decisão seja adequada ao entendimento do STJ no tocante à forma de execução do julgado.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam que é indevida a incidência do imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes aos recolhimentos para entidade privada ocorridos no período de 01.01.1989 a 31.12.1995, bem como que a forma de cálculo deve obedecer a sistemática predisposta nos representativos da TNU.

No que concerne à decisão monocrática objeto do presente recurso de embargos, não merece prosperar o pedido de modificação do decisum, uma vez que foi analisada a forma de cálculo do indébito devido ao segurado, inclusive, nos moldes do entendimento do STJ, conforme se verifica no trecho abaixo colacionado:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).

Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:

a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;

b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem")."

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreram os vícios alegados, e sim uma ratificação da decisão de origem, lançando em suas razões de decidir o entendimento já firmado pelo STJ. Assim, busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0532611-21.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SEVERINO RAMOS NUNES DA SILVA
PROC./ADV.: ANA CLÁUDIA NEIVA COELHO OAB: PE-18189

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo ante a incidência da Questão de Ordem 13/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto se pretende que a decisão seja adequada ao entendimento do STJ no tocante à forma de execução do julgado.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam que é indevida a incidência do imposto de renda sobre a complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes aos recolhimentos para entidade privada ocorridos no período de 01.01.1989 a 31.12.1995, bem como que a forma de cálculo deve obedecer a sistemática predisposta nos representativos da TNU.

No que concerne à decisão monocrática objeto do presente recurso de embargos, não merece prosperar o pedido de modificação do decisum, uma vez que foi analisada a forma de cálculo do indébito devido ao segurado, inclusive, nos moldes do entendimento do STJ, conforme se verifica no trecho abaixo colacionado:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).

Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:

a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;

b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem")."

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreram os vícios alegados, e sim uma ratificação da decisão de origem, lançando em suas razões de decidir o entendimento já firmado pelo STJ. Assim, busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5046497-67.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSÉ IVO KUSSTER
PROC./ADV.: SABRINA NASCHENWENG OAB: SC 12.020

DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando parcialmente a sentença, rejeitou a incidência de imposto de renda sobre abono pecuniário de férias acrescido do terço constitucional.

É, no essencial, o relatório.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA DIVULGAÇÃO - NÃO IMPRESSO PARA COMERCIALIZAÇÃO

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5039286-05.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JONES COVATTI
PROC./ADV.: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI OAB: RS-45 071
REQUERIDO (A): UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de declaração de inexigibilidade/restituição da contribuição devida à Seguridade Social pelo empregador/produtor rural, pessoa física, sobre a receita decorrente da comercialização da sua produção rural.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5038323-94.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ZENO JOSÉ FERRARI
PROC./ADV.: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI OAB: RS-45 071
PROC./ADV.: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI. OAB: DF-1805
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração, ora recebido como embargos de declaração, opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo pela incidência da Questão de Ordem 22 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, que a decisão impugnada incorre em contradição em sua fundamentação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Inicialmente, cabe destacar que o embargante destaca trecho descontextualizado do paradigma ("a entrega de produtos feita pelo associado à cooperativa não é fato gerador da contribuição FUNRURAL"), no intuito de fazer prevalecer a tese ora defendida.

Entretanto, tanto o acórdão vergastado quanto o acima citado reconhecem a incidência da exação em momento posterior da cadeia, qual seja, a comercialização do produto pela cooperativa.

Destarte, resta claro que, neste caso, não há que se falar em vício na decisão embargada.

Ademais, a contradição é um vicio interno do julgado e não uma mácula que se atesta pela comparação da decisão judicial com outro ato ou elemento do processo. Refere-se a um vício de lógica interna do ato decisório, uma desconformidade entre a fundamentação e a conclusão, entre elementos da fundamentação, entre capítulos componentes dispositivos, entre a ementa do acórdão e o voto do condutor.

Assim, a contradição capaz de justificar os presentes embargos seria aquela extraída do próprio corpo da decisão, não sendo possível justificá-la, como pretende a parte ora recorrente, em possível inconsistência entre a prova dos autos e a decisão embargada.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5042880-27.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROVANI LUIZ BARIVIEIRA
PROC./ADV.: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI OAB: RS-45 071
PROC./ADV.: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI. OAB: DF-1805
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração, ora recebido como embargos de declaração, opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo pela incidência da Questão de Ordem 22 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, que a decisão impugnada incorre em contradição em sua fundamentação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Inicialmente, cabe destacar que o embargante destaca trecho descontextualizado do paradigma ("a entrega de produtos feita pelo associado à cooperativa não é fato gerador da contribuição FUNRURAL"), no intuito de fazer prevalecer a tese ora defendida.

Entretanto, tanto o acórdão vergastado quanto o acima citado reconhecem a incidência da exação em momento posterior da cadeia, qual seja, a comercialização do produto pela cooperativa.

Destarte, resta claro que, neste caso, não há que se falar em vício na decisão embargada.

Ademais, a contradição é um vicio interno do julgado e não uma mácula que se atesta pela comparação da decisão judicial com outro ato ou elemento do processo. Refere-se a um vício de lógica interna do ato decisório, uma desconformidade entre a fundamentação e a conclusão, entre elementos da fundamentação, entre capítulos componentes dispositivos, entre a ementa do acórdão e o voto do condutor.

Assim, a contradição capaz de justificar os presentes embargos seria aquela extraída do próprio corpo da decisão, não sendo possível justificá-la, como pretende a parte ora recorrente, em possível inconsistência entre a prova dos autos e a decisão embargada.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5038479-82.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ADEMIR MICHELON
PROC./ADV.: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI OAB: RS-45 071
PROC./ADV.: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI. OAB: DF-1805
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração, ora recebido como embargos de declaração, opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo pela incidência da Questão de Ordem 22 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, que a decisão impugnada incorre em contradição em sua fundamentação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Inicialmente, cabe destacar que o embargante destaca trecho descontextualizado do paradigma ("a entrega de produtos feita pelo associado à cooperativa não é fato gerador da contribuição FUNRURAL"), no intuito de fazer prevalecer a tese ora defendida.

Entretanto, tanto o acórdão vergastado quanto o acima citado reconhecem a incidência da exação em momento posterior da cadeia, qual seja, a comercialização do produto pela cooperativa.

Destarte, resta claro que, neste caso, não há que se falar em vício na decisão embargada.

Ademais, a contradição é um vicio interno do julgado e não uma mácula que se atesta pela comparação da decisão judicial com outro ato ou elemento do processo. Refere-se a um vício de lógica interna do ato decisório, uma desconformidade entre a fundamentação e a conclusão, entre elementos da fundamentação, entre capítulos componentes dispositivos, entre a ementa do acórdão e o voto do condutor.

Assim, a contradição capaz de justificar os presentes embargos seria aquela extraída do próprio corpo da decisão, não sendo possível justificá-la, como pretende a parte ora recorrente, em possível inconsistência entre a prova dos autos e a decisão embargada.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003432-08.2011.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VALDIR GIOTTO
PROC./ADV.: ANA ISABEL DAL PAI TOMASETTO OAB: RS-47929 REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora recorrente, com fundamento no art. 102, III, alíneas "a" e "b", da Constituição Federal, contra decisão proferida pelo colegiado da TNU, que conheceu do pedido de uniformização interposto pela parte ré, dando-lhe parcial provimento.

A parte recorrente alega, em síntese, que o referido decisum ofende o inciso III do art. 153 da Carta Magna.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O recurso merece seguimento.

Em um primeiro juízo de admissibilidade, verifico que o recurso interposto atende aos requisitos formais necessários, quais sejam: a) legitimidade e interesse recursal; b) recurso interposto contra decisão de mérito exarada pelo colegiado desta TNU; c) demonstração de alegada ofensa a dispositivo da Constituição Federal/1988; e d) demonstração de alegada existência de repercussão geral da matéria discutida nos autos.

Logo, preenchidos os pressupostos formais necessários, admito o Recurso Extraordinário e determino sejam os autos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal para julgamento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 6 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001864-77.2013.4.04.7115
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PAULO PRESTES DE MATOS
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS OAB: DF-5939
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO OAB: RS-65084
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora embargante contra decisão que negou provimento ao agravo interposto pela incidência da Questão de Ordem 24 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão, porquanto o caso retratado nos autos se enquadra em uma das hipóteses de isenção dos juros moratórios, segundo a jurisprudência do STJ.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decido.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Quanto a matéria em debate, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.227.133/MG, complementado pelo REsp 1.089.720/RS, consolidou o entendimento no sentido de que, em regra, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

No caso dos autos, o acórdão reconheceu a legalidade da incidência do imposto de renda sobre os juros de mora, uma vez que a hipótese retratada nos autos se coaduna com a regra geral de incidência, nos termos do entendimento jurisprudencial do STJ acima exposto. Da decisão recorrida, destaca-se:

"No presente caso, constato que as verbas trabalhistas em questão não decorreram da demissão da parte autora, sem justa causa e sem pagamento regular das parcelas previstas na legislação laboral."

Assim, de fato, para infirmar as conclusões das instâncias de origem, necessário seria o reexame do acervo fático-probatório, o que encontra óbice na súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Depreende-se, dessa forma, que, ao contrário do afirmado pela embargante, a decisão da Turma de origem está em consonância com a jurisprudência do Colendo STJ, haja vista que, no caso, concluiu-se que se tratava de aplicação da regra geral de incidência de imposto de renda sobre juros de mora.

Ademais, doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500874-24.2013.4.05.8300
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ROBERTO COUTINHO HOLMES LINS
PROC./ADV.: DIOGO DE MORAES RABELLO OAB: PE-17005

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo ante a incidência da Questão de Ordem 22 da TNU.

Sustenta a parte embargante que há contradição na presente decisão, haja vista que os paradigmas colacionados no seu pedido de uniformização retratam a mesma questão jurídica debatida nos autos.

Requer, assim, que seja sanado o vício alegado.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Não há, na decisão embargada, qualquer vício.

In casu, entendo que se mantém a ausência de similitude no recurso interposto, visto que enquanto o acórdão recorrido concluiu pela não incidência de imposto de renda sobre o terço constitucional de férias, os paradigmas colacionados pela parte ora embargante trouxeram debatem acerca da incidência de imposto sobre verba decorrente de horas extraordinárias e sobre reparação por danos morais.

Destarte, verifica-se que as bases fáticas dos acórdãos paradigmas não são as mesmas do acórdão recorrido, de modo que deve ser mantida a incidência da Questão de Ordem 22/TNU.

Ante o exposto, recebo os embargos pela sua tempestividade, e, no mérito, rejeito as razões do recurso.

Publique-se.Intimem-se.

Brasília, 5 de março de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004253-31.2014.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO (A): RUBI SCHINATO DOS SANTOS
PROC./ADV.: GILBERTO GALESKI OAB: SC-25 328

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra embargos de declaração, desta vez opostos contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 43 da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada ao não apreciar o seu argumento de que a questão referente à legitimidade da parte envolve questão de mérito, podendo ser analisada pela TNU.

Requer, assim, o acolhimento dos embargos para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Razão assiste à embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Com efeito, verifica-se que esta Turma Nacional de Uniformização pacificou o entendimento nos sentido de que "a análise da legitimidade ad causam, não obstante possua natureza processual, reflete no direito material das partes a ponto de ser passível de uniformização de jurisprudência". (PEDILEF 0000734-43.2011.4.01.9330, DOU 22.3.2013)

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dar provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512519-37.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: SEISAKU SAVAGUCHI
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, afastando a sentença, acolheu o pedido inicial de restituição dos valores referentes ao Imposto de Renda incidente sobre o montante recebido de entidade de previdência privada, a título de complementação de aposentadoria.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a questão versada nos presentes autos, qual seja, a incidência do imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada, ocorridos entre 1989 e 1995, foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.012.903/RJ, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, conforme ementa do julgado:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).

1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).

2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA - série especial - em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08."

(REsp n. 1.012.903/RJ, rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, Dje de 13.10.2008.)

A Turma Nacional de Uniformização, por meio do incidente de uniformização de jurisprudência n. 2006.83.00.51.5712-4, também se manifestou sobre a matéria, verbis:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).

Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:

a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;

b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem')."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5020314-75.2011.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): BRUNO GIACOMELLI
PROC./ADV.: FABIANO MATOS DA SILVA OAB: SC-13585

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

O acórdão recorrido manteve a sentença que julgou procedente o pedido de restituição de multa e juros, relativos ao pagamento de contribuições previdenciárias pagas em atraso.

Sustenta a Fazenda Nacional não possuir legitimidade passiva na lide.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 27 de março de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5003070-98.2014.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ZELARI JOSÉ BAVARESCO
PROC./ADV.: ANA ISABEL DAL PAI TOMASETTO OAB: RS-47929
REQUERIDO(A): UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou pedido de inexigibilidade de contribuição sobre a comercialização da sua produção rural.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Na hipótese em exame verifica-se que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004912-45.2011.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): EDUARDO ANDRÉ MENEZES
PROC./ADV.: JATIR JOSÉ BALBINOT OAB: SC-23 231
PROC./ADV.: CALIXTO CLEMENTE FLACH OAB: SC- 28 421

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte FAZENDA NACIONAL contra decisão que negou provimento ao agravo interposto pela mesma parte, por aplicação do enunciado sumular n. 43 desta TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto entende que, muito embora a matéria acerca da legitimidade passiva ad causam seja de cunho processual, certo é que interfere diretamente no direito material das partes, motivo pelo qual deve ser analisado por esta Turma.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Inicialmente, cumpre destacar que, de fato, a matéria atinente à legitimidade passiva ad causam, muito embora seja de natureza processual, interfere no próprio direito, razão pela qual pode ser analisada por esta TNU. Vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. COMPETÊNCIA E LEGITIMIDADE. TEMAS QUE INTERFEREM, DIRETAMENTE, NA DEVOLUÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE CARACTERIZAÇÃO COMO MATÉRIA MERAMENTE PROCESSUAL. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. DEVOLUÇÃO DE PARCELAS COBRADAS SOBRE VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. PACIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DA ILEGITIMIDADE DA UNIÃO PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO INCIDENTE. 1. Competência e legitimidade não são matérias puramente processuais, às quais foi vedada a via da uniformização por este Sodalício, uma vez que interferem, de forma direta, na devolução da prestação jurisdicional vindicada. 2. O Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça pacificaram o entendimento de que a competência para conhecimento e julgamento de feitos nos quais se objetive a restituição de imposto de renda incidente sobre vencimentos de servidores públicos estaduais é da Justiça Comum Estadual, por considerarem que a responsabilidade pela restituição do indébito é apenas do Estado Membro. Ressalva de entendimento desta Relatora. 3. Agravo Regimental provido. Pedido de Uniformização conhecido e provido, com determinação de remessa dos autos à Justiça Comum Estadual."

No mais, o presente caso trata da legitimidade da União para estar no polo passivo de demanda ajuizada para a restituição de valores indevidamente recolhidos pela autora a título de juros sobre contribuição previdenciária, cobrados antes da vigência do art. 45-A, da Lei 8.212/91.

Verifico que há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dar provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507934-39.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTONIO RODRIGUES NETO
PROC./ADV.: TATIELY CORTÊS TEIXEIRA OAB: RN-9002
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou pedido de inexigibilidade de IOF sobre a renovação de empréstimo comercial realizado pela parte ora requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Na hipótese em exame verifica-se que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.

Ademais, no tocante aos demais paradigmas, verifico que tampouco a sugerida divergência jurisprudencial restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, uma vez que enquanto o acórdão recorrido reconhece a incidência do IOF sobre renegociação de empréstimos os paradigmas debatem a possibilidade/impossibilidade de cobrança de tarifas pela abertura de conta bancária não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5013232-90.2011.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): AGOSTINHO IRINEU WELTER
PROC./ADV.: EDUARDO GONZAGA DE OLIVEIRA OAB: SC 15.476

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina, que, mantendo a sentença, julgou procedente a pretensão inicial para declarar a inexigibilidade de juros e multa no cálculo da indenização para expedição de certidão de tempo de serviço.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ no sentido de que o INSS é parte legítima exclusiva para responder pela controvérsia instaurada acerca da indenização de que trata o art. 45-A da Lei 8.212/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

De início, cumpre ressaltar que a questão acerca da legitimidade não atrai a incidência da Súmula 43/TNU, porquanto esta Turma Nacional de Uniformização pacificou o entendimento nos sentido de que "a análise da legitimidade ad causam, não obstante possua natureza processual, reflete no direito material das partes a ponto de ser passível de uniformização de jurisprudência". (PEDILEF 0000734-43.2011.4.01.9330, DOU 22.3.2013)

O Superior Tribunal de Justiça, por meio do REsp 1.325.977/SC, DJe de 24.9.2012, assim elucidou a questão, verbis:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. LEGITIMIDADE DA FAZENDA NACIONAL PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DA DEMANDA. LEI 11.457/2007. TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE PELAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO INSS PARA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. APOSENTADORIA. RECOLHIMENTO EXTEMPORÂNEO DAS CONTRIBUIÇÕES. INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS E MULTA SOMENTE A PARTIR DA EDIÇÃO DA MP 1.523/96. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. Trata-se, na origem, de ação ordinária que objetiva o reconhecimento da inexigibilidade de multa e juros de mora no cálculo de indenização necessária à expedição de certidão de tempo de serviço para contagem recíproca. Tal indenização relaciona-se com o recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelo recorrido, ora agravado.

2. O recolhimento dessas contribuições previdenciárias foi transferido à Secretaria da Receita Federal do Brasil pelo art. 2o. da Lei 11.457/07, que previu, por outro lado, em seus arts. 16 e 23, a transferência da responsabilidade pela sua cobrança judicial para a Fazenda Nacional, de modo que à Procuradoria-Geral Federal compete apenas a representação judicial e extrajudicial do INSS.

3. Em outras palavras, da mesma forma que se atribui à Fazenda Nacional a legitimidade ativa para a cobrança judicial da dívida ativa da União Federal, atribui-se-lhe também a legitimidade, no caso, passiva, para a sua defesa em processos como o presente, em que se pleiteia a inexigibilidade de multa e juros de mora incidentes sobre o montante relativo ao recolhimento, em atraso, das contribuições previdenciárias mencionadas no art. 2o. da Lei 11.457/07.

4. Esta Corte firmou entendimento de que a obrigatoriedade imposta pelo § 4o. do art. 45 da Lei 8.212/91 quanto à incidência de juros moratórios e multa no cálculo da indenização das contribuições previdenciárias somente opera a partir da edição da MP 1.523/96 que, conferindo nova redação à Lei de Organização da Seguridade Social acrescentou tal parágrafo ao referido art. 45.

5. Recurso Especial da Fazenda Nacional desprovido.

Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501121-93.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSÉ DE OLIVEIRA TRAJANO
PROC./ADV.: LEONARDO DA COSTA OAB: AC-3 584

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, concedeu o pedido de não incidência de IRPF sobre o valor recebido a título de Gratificação de Atividade de combate e controle de endemias - GACEN, diante de sua natureza indenizatória.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5016169-90.2013.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOÃO CLAUDIO SOZINHO
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO OAB: RS-33559

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração, o qual ora recebo como agravo, interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que declarou a inexigibilidade de imposto de renda sobre os juros de mora recebidos nos autos de ação previdenciária, por sua natureza indenizatória.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Consignou, ainda, a Turma de origem, que ao montante recebido em razão de benefício pago em atraso e acumuladamente, aplicável é o regime de competência para a apuração dos respectivos valores, ou seja, o montante a ser pago deve ser calculado mês a mês.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual incide imposto de renda sobre os juros moratórios vinculados a verbas de natureza previdenciária, recebidos em sede de demanda judicial, por sua natureza salarial. Importante salientar que a parte não mais tece considerações a respeito da aplicabilidade ou não do regime de competência.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial n. 1.470.443/PR, afetado sob o rito dos repetitivos. Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. REGRA GERAL DE INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA, MESMO EM SE TRATANDO DE VERBA INDENIZATÓRIA. ART. 16, CAPUT E PARÁGRADO ÚNICO DA LEI 4.506/64. CASO DE JUROS DE MORA DECORRENTES DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PAGOS EM ATRASO."

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso repetitivo acima referido.

Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0515650-20.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): AGENOR DE SANTANA
PROC./ADV.: VENÍCIO BARBALHO NETO OAB: RN 3.682

DECISÃO

Trata-se de recurso de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pelo ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que declarou a inexigibilidade contribuição social sobre o PSS recebidos nos autos de ação previdenciária, por sua natureza indenizatória.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual incide a contribuição social sobre o PSS e sobre os juros moratórios vinculados a verbas de natureza previdenciária, recebidos em sede de demanda judicial, por sua natureza salarial.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

Verifica-se que a matéria em discussão foi decidida pelo Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial n. 1239203/PR, verbis:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO DO PLANO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO (PSS). RETENÇÃO. VALORES PAGOS EM CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL (DIFERENÇAS SALARIAIS).

INEXIGIBILIDADE DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A PARCELA REFERENTE AOS JUROS DE MORA.

1. O ordenamento jurídico atribui aos juros de mora a natureza indenizatória. Destinam-se, portanto, a reparar o prejuízo suportado pelo credor em razão da mora do devedor, o qual não efetuou o pagamento nas condições estabelecidas pela lei ou pelo contrato. Os juros de mora, portanto, não constituem verba destinada a remunerar o trabalho prestado ou capital investido.

2. A não incidência de contribuição para o PSS sobre juros de mora encontra amparo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que autoriza a incidência de tal contribuição apenas em relação às parcelas incorporáveis ao vencimento do servidor público.

Nesse sentido: REsp 1.241.569/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 13.9.2011.

3. A incidência de contribuição para o PSS sobre os valores pagos em cumprimento de decisão judicial, por si só, não justifica a incidência da contribuição sobre os juros de mora. Ainda que se admita a integração da legislação tributária pelo princípio do direito privado segundo o qual, salvo disposição em contrário, o bem acessório segue o principal (expresso no art. 59 do CC/1916 e implícito no CC/2002), tal integração não pode implicar na exigência de tributo não previsto em lei (como ocorre com a analogia), nem na dispensa do pagamento de tributo devido (como ocorre com a equidade).

4. Ainda que seja possível a incidência de contribuição social sobre quaisquer vantagens pagas ao servidor público federal (art. 4º, § 1º, da Lei 10.887/2004), não é possível a sua incidência sobre as parcelas pagas a título de indenização (como é o caso dos juros de mora), pois, conforme expressa previsão legal (art. 49, I e § 1º, da Lei 8.112/90), não se incorporam ao vencimento ou provento. Por tal razão, não merece acolhida a alegação no sentido de que apenas as verbas expressamente mencionadas pelos incisos do § 1º do art. 4º da Lei 10.887/2004 não sofrem a incidência de contribuição social.

5. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 543-C do CPC, c/c a Resolução 8/2008 - Presidência/STJ.

(REsp 1239203/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2012, DJe 01/02/2013)"

Assim, levando-se em consideração o entendimento pacificado pela Corte Superior, aplica-se a incidência da Questão de Ordem nº 24: Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5017214-10.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOÃO JOSÉ AMANDIO
PROC./ADV.: RAPHAEL NEVES PICKLER OAB: SC-23 271

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, salvo quando decorrerem de verbas trabalhistas de natureza indenizatória recebidas no contexto da despedida/rescisão do contrato de trabalho, fixadas em decisão judicial. Aduz que, no caso de verbas de natureza remuneratória, admite-se a incidência do imposto de renda sobre os juros de mora respectivos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.133/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada, situação na qual o acessório segue o principal.

No caso dos autos, verifica-se da sentença que foi recolhido imposto de renda sobre valores pagos à parte autora na reclamação trabalhista, derivada de rescisão do contrato de trabalho firmado com a TELESC, conforme o trecho da decisão abaixo transcrita:

Ocorre que, no caso concreto, a verba recebida já está no contexto da rescisão do contrato de trabalho, atendendo, portanto, à decisão do Superior Tribunal de Justiça referida inicialmente, razão pela qual não vejo motivos para se reconhecer a inconstitucionalidade dos dispositivos acima, tendo em vista o resultado final do provimento judicial não será alterado, mesmo porque alcança os objetivos da parte-autora e atende à tese jurídica defendida pela Fazenda Nacional em seu pedido de uniformização...

Dessa forma, entendo que é aplicável a exceção prevista na alínea "a" acima, tendo em vista tratar-se de verbas indenizatórias provenientes de rescisão contratual, hipótese esta que enseja a não incidência do referido tributo.

Incide, portanto, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5017224-54.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ELENO DE ASSIS NEVES
PROC./ADV.: RAPHAEL NEVES PICKLER OAB: SC-23 271

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, salvo quando decorrerem de verbas trabalhistas de natureza indenizatória recebidas no contexto da despedida/rescisão do contrato de trabalho, fixadas em decisão judicial. Aduz que, no caso de verbas de natureza remuneratória, admite-se a incidência do imposto de renda sobre os juros de mora respectivos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.133/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada, situação na qual o acessório segue o principal.

No caso dos autos, verifica-se da sentença que foi recolhido imposto de renda sobre valores pagos à parte autora na reclamação trabalhista, derivada de rescisão do contrato de trabalho firmado com a TELESC, conforme o trecho da decisão abaixo transcrita:

Ocorre que, no caso concreto, a verba recebida já está no contexto da rescisão do contrato de trabalho, atendendo, portanto, à decisão do Superior Tribunal de Justiça referida inicialmente, razão pela qual não vejo motivos para se reconhecer a inconstitucionalidade dos dispositivos acima, tendo em vista o resultado final do provimento judicial não será alterado, mesmo porque alcança os objetivos da parte-autora e atende à tese jurídica defendida pela Fazenda Nacional em seu pedido de uniformização...

Dessa forma, entendo que é aplicável a exceção prevista na alínea "a" acima, tendo em vista tratar-se de verbas indenizatórias provenientes de rescisão contratual, hipótese esta que enseja a não incidência do referido tributo.

Incide, portanto, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005980-31.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): NICOLAU SCHAPPO NETO
PROC./ADV.: RAPHAEL NEVES PICKLER OAB: SC-23 271

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, salvo quando decorrerem de verbas trabalhistas de natureza indenizatória recebidas no contexto da despedida/rescisão do contrato de trabalho, fixadas em decisão judicial. Aduz que, no caso de verbas de natureza remuneratória, admite-se a incidência do imposto de renda sobre os juros de mora respectivos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento, inicialmente, através do REsp 1.227.133/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada, situação na qual o acessório segue o principal.

No caso dos autos, verifica-se da sentença que foi recolhido imposto de renda sobre valores pagos à parte autora na reclamação trabalhista, derivada de rescisão do contrato de trabalho firmado com a TELESC, conforme o trecho da decisão abaixo transcrita:

Ocorre que, no caso concreto, a verba recebida já está no contexto da rescisão do contrato de trabalho, atendendo, portanto, à decisão do Superior Tribunal de Justiça referida inicialmente, razão pela qual não vejo motivos para se reconhecer a inconstitucionalidade dos dispositivos acima, tendo em vista o resultado final do provimento judicial não será alterado, mesmo porque alcança os objetivos da parte-autora e atende à tese jurídica defendida pela Fazenda Nacional em seu pedido de uniformização...

Dessa forma, entendo que é aplicável a exceção prevista na alínea "a" acima, tendo em vista tratar-se de verbas indenizatórias provenientes de rescisão contratual, hipótese esta que enseja a não incidência do referido tributo.

Incide, portanto, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005947-41.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARCO AURÉLIO CAPELLA
PROC./ADV.: RAPHAEL NEVES PICKLER OAB: SC-23 271

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, salvo quando decorrerem de verbas trabalhistas de natureza indenizatória recebidas no contexto da despedida/rescisão do contrato de trabalho, fixadas em decisão judicial. Aduz que, no caso de verbas de natureza remuneratória, admite-se a incidência do imposto de renda sobre os juros de mora respectivos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento, inicialmente, através do REsp 1.227.133/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada, situação na qual o acessório segue o principal.

No caso dos autos, verifica-se da sentença que foi recolhido imposto de renda sobre valores pagos à parte autora na reclamação trabalhista, derivada de rescisão do contrato de trabalho firmado com a TELESC, conforme o trecho da decisão abaixo transcrita:

Ocorre que, no caso concreto, a verba recebida já está no contexto da rescisão do contrato de trabalho, atendendo, portanto, à decisão do Superior Tribunal de Justiça referida inicialmente, razão pela qual não vejo motivos para se reconhecer a inconstitucionalidade dos dispositivos acima, tendo em vista o resultado final do provimento judicial não será alterado, mesmo porque alcança os objetivos da parte-autora e atende à tese jurídica defendida pela Fazenda Nacional em seu pedido de uniformização...

Dessa forma, entendo que é aplicável a exceção prevista na alínea "a" acima, tendo em vista tratar-se de verbas indenizatórias provenientes de rescisão contratual, hipótese esta que enseja a não incidência do referido tributo.

Incide, portanto, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005970-84.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOÃO JOAQUIM DE SOUZA FILHO
PROC./ADV.: RAPHAEL NEVES PICKLER OAB: SC-23 271

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, salvo quando decorrerem de verbas trabalhistas de natureza indenizatória recebidas no contexto da despedida/rescisão do contrato de trabalho, fixadas em decisão judicial. Aduz que, no caso de verbas de natureza remuneratória, admite-se a incidência do imposto de renda sobre os juros de mora respectivos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento, inicialmente, através do REsp 1.227.133/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada, situação na qual o acessório segue o principal.

No caso dos autos, verifica-se da sentença que foi recolhido imposto de renda sobre valores pagos à parte autora na reclamação trabalhista, derivada de rescisão do contrato de trabalho firmado com a TELESC, conforme o trecho da decisão abaixo transcrita:

Ocorre que, no caso concreto, a verba recebida já está no contexto da rescisão do contrato de trabalho, atendendo, portanto, à decisão do Superior Tribunal de Justiça referida inicialmente, razão pela qual não vejo motivos para se reconhecer a inconstitucionalidade dos dispositivos acima, tendo em vista o resultado final do provimento judicial não será alterado, mesmo porque alcança os objetivos da parte-autora e atende à tese jurídica defendida pela Fazenda Nacional em seu pedido de uniformização...

Dessa forma, entendo que é aplicável a exceção prevista na alínea "a" acima, tendo em vista tratar-se de verbas indenizatórias provenientes de rescisão contratual, hipótese esta que enseja a não incidência do referido tributo.

Incide, portanto, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005960-40.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARCELO ANDRADE TAULOIS DE MESQUITA
PROC./ADV.: RAPHAEL NEVES PICKLER OAB: SC-23 271

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, salvo quando decorrerem de verbas trabalhistas de natureza indenizatória recebidas no contexto da despedida/rescisão do contrato de trabalho, fixadas em decisão judicial. Aduz que, no caso de verbas de natureza remuneratória, admite-se a incidência do imposto de renda sobre os juros de mora respectivos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento, inicialmente, através do REsp 1.227.133/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada, situação na qual o acessório segue o principal.

No caso dos autos, verifica-se da sentença que foi recolhido imposto de renda sobre valores pagos à parte autora na reclamação trabalhista, derivada de rescisão do contrato de trabalho firmado com a TELESC, conforme o trecho da decisão abaixo transcrita:

Ocorre que, no caso concreto, a verba recebida já está no contexto da rescisão do contrato de trabalho, atendendo, portanto, à decisão do Superior Tribunal de Justiça referida inicialmente, razão pela qual não vejo motivos para se reconhecer a inconstitucionalidade dos dispositivos acima, tendo em vista o resultado final do provimento judicial não será alterado, mesmo porque alcança os objetivos da parte-autora e atende à tese jurídica defendida pela Fazenda Nacional em seu pedido de uniformização...

Dessa forma, entendo que é aplicável a exceção prevista na alínea "a" acima, tendo em vista tratar-se de verbas indenizatórias provenientes de rescisão contratual, hipótese esta que enseja a não incidência do referido tributo.

Incide, portanto, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5017215-92.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MOACIR BRUSTOLIN
PROC./ADV.: RAPHAEL NEVES PICKLER OAB: SC-23 271

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, salvo quando decorrerem de verbas trabalhistas de natureza indenizatória recebidas no contexto da despedida/rescisão do contrato de trabalho, fixadas em decisão judicial. Aduz que, no caso de verbas de natureza remuneratória, admite-se a incidência do imposto de renda sobre os juros de mora respectivos.

É, no essencial, o relatório.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O presente recurso não comporta provimento.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.133/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada, situação na qual o acessório segue o principal.

No caso dos autos, verifica-se da sentença que foi recolhido imposto de renda sobre valores pagos à parte autora na reclamação trabalhista, derivada de rescisão do contrato de trabalho firmado com a TELESC, conforme o trecho da decisão abaixo transcrita:

Ocorre que, no caso concreto, a verba recebida já está no contexto da rescisão do contrato de trabalho, atendendo, portanto, à decisão do Superior Tribunal de Justiça referida inicialmente, razão pela qual não vejo motivos para se reconhecer a inconstitucionalidade dos dispositivos acima, tendo em vista o resultado final do provimento judicial não será alterado, mesmo porque alcança os objetivos da parte-autora e atende à tese jurídica defendida pela Fazenda Nacional em seu pedido de uniformização...

Dessa forma, entendo que é aplicável a exceção prevista na alínea "a" acima, tendo em vista tratar-se de verbas indenizatórias provenientes de rescisão contratual, hipótese esta que enseja a não incidência do referido tributo.

Incide, portanto, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0518302-87.2011.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: UNIÃO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): IRENE RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - Impostos - Direito Tributário

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, acolheu o pedido inicial de restituição dos valores referentes ao Imposto de Renda incidente sobre o montante recebido de entidade de previdência privada, a título de complementação de aposentadoria.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a questão versada nos presentes autos, qual seja, a incidência do imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos entre 1989 e 1995, foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.012.903/RJ, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, conforme ementa do julgado:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).

1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).

2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA - série especial - em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08."

(REsp n. 1.012.903/RJ, rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, Dje de 13.10.2008.)

Verifico, ademais, que a Turma Nacional de Uniformização, por meio do incidente de uniformização de jurisprudência n. 2006.83.00.51.5712-4, também se manifestou sobre a matéria, verbis:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).

Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:

a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;

b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem')."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002724-24.2012.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: TRAJANO CASTRO FILHO
REQUERIDO(A): UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de não incidência de IRPF sobre valores recebidos a título de incentivo à adesão a novo plano de previdência complementar - PETROS.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Observo que o precedente trazido não enseja o conhecimento da almejada divergência jurisprudencial pela TNU, por não atender aos requisitos do art. 6º da Resolução 22/08.

Ainda que assim não fosse, a Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0003761-84.2009.4.03.6311, firmou o entendimento no sentido de que:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. INCENTIVO À ADESÃO AO PROCESSO DE REPACTUAÇÃO DO REGULAMENTO DE PLANO DE BENEFÍCIOS DE FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. VALOR MONETÁRIO. INCIDÊNCIA DE IRPF. INCIDENTE PROVIDO. 1. A União Federal interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo, sob o fundamento de que a decisão impugnada está em desacordo com entendimento do STJ (REsp 908914 / MG, Resp 960029 / SC, REsp 957.350/CE) ao reconhecer a não incidência do Imposto de Renda sobre os valores recebidos em virtude da adesão à repactuação do plano de previdência complementar da Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS. 2. O STJ já firmou entendimento reconhecendo o caráter remuneratório da verba "valor monetário - repactuação" (REsp 1173279/AM, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/05/2012, DJe 23/05/2012). 3. O tema em questão já foi pacificado por esta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 05036615120124058400, Relator Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, DOU 20/09/2013), quando se reafirmou o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que incide imposto de renda sobre os valores percebidos a título de "valor monetário" como incentivo à migração para novo plano de benefícios de previdência privada. 4. Incidente de Uniformização conhecido e provido para reformar o v. acórdão, reconhecendo a incidência de IRPF sobre o valor recebido a título de "valor monetário" referente à repactuação do plano de previdência complementar da Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5009442-71.2011.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LUIZ JOSE BRATKOSKI
PROC./ADV.: ISADORA COSTA MORAESOAB: RS 43.166
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONALPFN

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de não incidência de IRPF sobre valores recebidos a título de incentivo à adesão a novo plano de previdência complementar - PETROS.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Inicialmente, o primeiro precedente trazido não enseja o conhecimento da almejada divergência jurisprudencial pela TNU, por não atender aos requisitos do art. 6º da Resolução 22/08.

Quanto ao paradigma do STJ, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada, uma vez que o entendimento pacífico da Corte Superior de Justiça, diferentemente do que fora defendido, é no sentido de que, "se as verbas pagas aos inativos que não migraram de plano submetem-se ao imposto de renda e as verbas pagas aos ativos também sofrem a mesma incidência, não há motivos para crer que as verbas pagas aos inativos que migraram de plano devam escapar da incidência do tributo. Tais novas verbas herdam a mesma natureza daquelas que foram suprimidas, sendo assim remuneratórias e sujeitas ao imposto de renda. Precedentes: REsp 1.111.177/MG, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Seção, DJe de 10/9/09; REsp 1.173.279/AM, REsp 957.350/RS, Rel. TEORI ALBINO ZAVASCKI, Primeira Turma, DJe de 18/12/07 e Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe de 23/5/12.

Nota-se, portanto, que o paradigma colacionado não reflete a orientação firmada no Superior Tribunal de Justiça, de modo que se mostra inafastável a incidência do óbice da Questão de Ordem n. 5/TNU, que assim dispõe: "Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte." - grifei.

Ainda que assim não fosse, verifico que o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002998-41.2014.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): EDIMAR SEVERINO
PROC./ADV.: LEANDRO RODRIGUES ROSA OAB: SP-295308

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem, reformando a sentença, julgou parcialmente procedente o pedido inicial de restituição do valor pago a título de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, sob o fundamento de que, possuindo natureza indenizatória, não há como distinguir, para fins de incidência de tributação da contribuição previdenciária, entre o adicional de férias pago aos servidores públicos regidos pelo Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - e o pago aos empregados sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e desta TNU, segundo a qual, diferentemente do que ocorre com os servidores regidos pelo regime próprio de previdência, no caso daqueles regidos pelo regime geral, o terço constitucional de férias inclui-se no salário de contribuição, possuindo, portanto, caráter remuneratório, razão pela qual é devida a incidência tributária sobre tal verba.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O Superior Tribunal de Justiça, por meio do REsp 1.230.957/RS, decidido em sede de repetitivo da controvérsia, consolidou entendimento no sentido de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. DISCUSSÃO A RESPEITO DA INCIDÊNCIA OU NÃO SOBRE AS SEGUINTES VERBAS: TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS; SALÁRIO MATERNIDADE; SALÁRIO PATERNIDADE; AVISO PRÉVIO INDENIZADO; IMPORTÂNCIA PAGA NOS QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O AUXÍLIO-DOENÇA.

[...]

1.2 Terço constitucional de férias.

No que se refere ao adicional de férias relativo às férias indenizadas, a não incidência de contribuição previdenciária decorre de expressa previsão legal (art. 28, § 9º, "d", da Lei 8.212/91 - redação dada pela Lei 9.528/97).

Em relação ao adicional de férias concernente às férias gozadas, tal importância possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária (a cargo da empresa). A Primeira Seção/STJ, no julgamento do AgRg nos EREsp 957.719/SC (Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJe de 16.11.2010), ratificando entendimento das Turmas de Direito Público deste Tribunal, adotou a seguinte orientação: "Jurisprudência das Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte consolidada no sentido de afastar a contribuição previdenciária do terço de férias também de empregados celetistas contratados por empresas privadas".

[...]

Recurso especial de HIDRO JET EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS LTDA parcialmente provido, apenas para afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre o adicional de férias (terço constitucional) concernente às férias gozadas.

Recurso especial da Fazenda Nacional não provido.

Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 543-C do CPC, c/c a Resolução 8/2008 - Presidência/STJ."

(REsp 1230957/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 26.2.2014, DJe 18.3.2014)

Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5010070-79.2014.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CLAITO ANTONIO OLIVEIRO
PROC./ADV.: LEANDRO RODRIGUES ROSA OAB: SP-295308

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem, reformando a sentença, julgou parcialmente procedente o pedido inicial de restituição do valor pago a título de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, sob o fundamento de que, possuindo natureza indenizatória, não há como distinguir, para fins de incidência de tributação da contribuição previdenciária, entre o adicional de férias pago aos servidores públicos regidos pelo Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - e o pago aos empregados sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e desta TNU, segundo a qual, diferentemente do que ocorre com os servidores regidos pelo regime próprio de previdência, no caso daqueles regidos pelo regime geral, o terço constitucional de férias inclui-se no salário de contribuição, possuindo, portanto, caráter remuneratório, razão pela qual é devida a incidência tributária sobre tal verba.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O Superior Tribunal de Justiça, por meio do REsp 1.230.957/RS, decidido em sede de repetitivo da controvérsia, consolidou entendimento no sentido de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. DISCUSSÃO A RESPEITO DA INCIDÊNCIA OU NÃO SOBRE AS SEGUINTES VERBAS: TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS; SALÁRIO MATERNIDADE; SALÁRIO PATERNIDADE; AVISO PRÉVIO INDENIZADO; IMPORTÂNCIA PAGA NOS QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O AUXÍLIO-DOENÇA.

[...]

1.2 Terço constitucional de férias.

No que se refere ao adicional de férias relativo às férias indenizadas, a não incidência de contribuição previdenciária decorre de expressa previsão legal (art. 28, § 9º, "d", da Lei 8.212/91 - redação dada pela Lei 9.528/97).

Em relação ao adicional de férias concernente às férias gozadas, tal importância possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária (a cargo da empresa). A Primeira Seção/STJ, no julgamento do AgRg nos EREsp 957.719/SC (Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJe de 16.11.2010), ratificando entendimento das Turmas de Direito Público deste Tribunal, adotou a seguinte orientação: "Jurisprudência das Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte consolidada no sentido de afastar a contribuição previdenciária do terço de férias também de empregados celetistas contratados por empresas privadas".

[...]

Recurso especial de HIDRO JET EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS LTDA parcialmente provido, apenas para afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre o adicional de férias (terço constitucional) concernente às férias gozadas.

Recurso especial da Fazenda Nacional não provido.

Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 543-C do CPC, c/c a Resolução 8/2008 - Presidência/STJ."

(REsp 1230957/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 26.2.2014, DJe 18.3.2014)

Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015
MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006266-06.2014.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANDREA JERÔNIMO PALHARES
PROC./ADV.: LEANDRO RODRIGUES DA ROSA OAB: SC-25908

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem, julgou parcialmente procedente o pedido inicial de restituição do valor pago a título de contribuição previdenciária sobre terço constitucional de férias, sob o fundamento de que, possuindo natureza indenizatória, não há como distinguir, para fins de incidência de tributação da contribuição previdenciária, entre o adicional de férias pago aos servidores públicos regidos pelo Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - e o pago aos empregados sujeitos ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e desta TNU, segundo a qual, diferentemente do que ocorre com os servidores regidos pelo regime próprio de previdência, no caso daqueles regidos pelo regime geral, o terço constitucional de férias inclui-se no salário de contribuição, possuindo, portanto, caráter remuneratório, razão pela qual é devida a incidência tributária sobre tal verba.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O Superior Tribunal de Justiça, por meio do REsp 1.230.957/RS, decidido em sede de repetitivo da controvérsia, consolidou entendimento no sentido de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DA EMPRESA. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. DISCUSSÃO A RESPEITO DA INCIDÊNCIA OU NÃO SOBRE AS SEGUINTES VERBAS: TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS; SALÁRIO MATERNIDADE; SALÁRIO PATERNIDADE; AVISO PRÉVIO INDENIZADO; IMPORTÂNCIA PAGA NOS QUINZE DIAS QUE ANTECEDEM O AUXÍLIO-DOENÇA.

[...]

1.2 Terço constitucional de férias.

No que se refere ao adicional de férias relativo às férias indenizadas, a não incidência de contribuição previdenciária decorre de expressa previsão legal (art. 28, § 9º, "d", da Lei 8.212/91 - redação dada pela Lei 9.528/97).

Em relação ao adicional de férias concernente às férias gozadas, tal importância possui natureza indenizatória/compensatória, e não constitui ganho habitual do empregado, razão pela qual sobre ela não é possível a incidência de contribuição previdenciária (a cargo da empresa). A Primeira Seção/STJ, no julgamento do AgRg nos EREsp 957.719/SC (Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJe de 16.11.2010), ratificando entendimento das Turmas de Direito Público deste Tribunal, adotou a seguinte orientação: "Jurisprudência das Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte consolidada no sentido de afastar a contribuição previdenciária do terço de férias também de empregados celetistas contratados por empresas privadas".

[...]

Recurso especial de HIDRO JET EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS LTDA parcialmente provido, apenas para afastar a incidência de contribuição previdenciária sobre o adicional de férias (terço constitucional) concernente às férias gozadas.

Recurso especial da Fazenda Nacional não provido.

Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 543-C do CPC, c/c a Resolução 8/2008 - Presidência/STJ."

(REsp 1230957/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 26.2.2014, DJe 18.3.2014)

Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VII, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005948-26.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSÉ AGUIAR MARIN
PROC./ADV.: RAPHAEL NEVES PICKLER OAB: SC-23 271

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, salvo quando decorrerem de verbas trabalhistas de natureza indenizatória recebidas no contexto da despedida/rescisão do contrato de trabalho, fixadas em decisão judicial. Aduz que, no caso de verbas de natureza remuneratória, admite-se a incidência do imposto de renda sobre os juros de mora respectivos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.133/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada, situação na qual o acessório segue o principal.

No caso dos autos, verifica-se da sentença que foi recolhido imposto de renda sobre valores pagos à parte autora na reclamação trabalhista, derivada de rescisão do contrato de trabalho firmado com a TELESC, conforme o trecho da decisão abaixo transcrita:

"Ocorre que, no caso concreto, a verba recebida já está no contexto da rescisão do contrato de trabalho, atendendo, portanto, à decisão do Superior Tribunal de Justiça referida inicialmente, razão pela qual não vejo motivos para se reconhecer a inconstitucionalidade dos dispositivos acima, tendo em vista o resultado final do provimento judicial não será alterado, mesmo porque alcança os objetivos da parte-autora e atende à tese jurídica defendida pela Fazenda Nacional em seu pedido de uniformização..."

Dessa forma, entendo que é aplicável a exceção prevista na alínea "a" acima, tendo em vista tratar-se de verbas indenizatórias provenientes de rescisão contratual, hipótese esta que enseja a não incidência do referido tributo.

Incide, portanto, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 8 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5015400-82.2013.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: TADEU ROCKENBACH
PROC./ADV.: ISADORA COSTA MORAES OAB: RS-43166
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou a incidência de imposto de renda sobre juros moratórios decorrente de sentença trabalhista.

A parte requerente sustenta que as verbas recebidas pela parte recorrida tem caráter indenizatório, devido aos prejuízos causados ao credor pelo pagamento atrasado de seu crédito.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte requerente.

A TNU, no julgamento do PEDILEF n. 50061243920134047200 (Sessão do dia 11.3.2015), o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pela possibilidade de incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas ora em discussão, tendo em vista a sua natureza remuneratória. Senão, vejamos:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO PAGAMENTO DE VERBAS EMINENTEMENTE REMUNERATÓRIAS. AÇÃO TABALHISTA QUE TRATA DE INCORPORAÇÃO DE PLANOS ECONÔMICOS. DEMANDA COLETIVA QUE NÃO TRATA DA EXTINÇÃO DE CONTRATO DE EMPREGO. CABIMENTO DA EXAÇÃO TRIBUTÁRIA. ALINHAMENTO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela União em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina que, em sede de adequação, reconheceu a isenção do IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o crédito pago em ação trabalhista, sob o fundamento de que os valores se referem à verba recisória de relação de trabalho.

2. O recorrente aduz que os valores em comento dizem respeito à verba eminentemente remuneratória (salário e/ou diferenças reflexas), apontando como paradigma da divergência decisão oriunda do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que os juros moratórios, como acessórios, devem ter a mesma sorte da verba principal. Assim, incidindo imposto de renda sobre verbas de caráter remuneratório, o mesmo tributo deve incidir sobre os juros de mora respectivos, exceto quando se tratar de verbas recebidas em ação trabalhista em razão da perda do emprego (REsp 1.227.133/RS e o REsp 1.089.720/RS).

3. O acórdão ora recorrido julgou procedente o reconhecimento da referida isenção, sob os seguintes termos:

(...) Assim, adotando-se o entendimento fixado no REsp n. 1.089.720/RS, a regra é a incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora, ressalvados os casos em que a verba principal for isenta ou estiver fora do campo de incidência do tributo, ou quando no contexto da rescisão de contrato de trabalho (...)

No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento do reajuste de 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

4. Com efeito, no julgamento do representativo da controvérsia - PEDILEF 5000554-76.2012.4.04.7113 - foi firmado, com base na teste esposada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.089.720/RS, o entendimento de que há incidência do IR sobre os juros de mora, no caso de pagamento de verbas recebidas judicial e administrativamente, inclusive em reclamações trabalhistas, quando presente o caráter remuneratório das verbas concedidas - o acessório segue o principal.

4.1 Ao revés, foram reconhecidas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada (aqui o acessório segue o principal)". No mesmo sentido o AgRg no REsp 1436720/PR, DJ 02/05/2014 e AgRg no AREsp 337.837/RS, 27/08/2013.

4.2 Dessa sorte, cuidando-se de verbas recebidas em ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias, para que haja a referida isenção.

4.3 Da análise do acórdão vergastado, depreende-se claramente que as verbas recebidas pela parte autora não se enquadram nas referidas exceções. E explico.

4.4 Em que pese o entendimento de que a alteração do regime jurídico de trabalho do celetista para o estatutário implica em extinção do contrato de trabalho, não foi o que ocorreu na apresente situação.

4.5 No caso me exame, as verbas restringem-se ao pagamento de incorporações de reajustes e diferenças salariais - reajuste 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

4.6 Destarte, a situação em exame, cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial. De fato, o acórdão recorrido predica explicitamente que a demanda trabalhista, de onde surgiu as verbas ora discutidas, não tratou da rescisão do contrato de emprego, de maneira a recair na regra geral estabelecida pelo STJ, o que justifica a exação.

5. Por essas razões, conheço e dou provimento ao Incidente de Uniformização para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame, ressalvado o regime de competência. "

No presente caso, as instâncias ordinárias concluíram que não se trata das exceções anteriormente elencadas, aplicando-se, à espécie, a regra geral.

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5070593-06.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MILTON JOSE DA SILVA E SILVA
PROC./ADV.: ISADORA COSTA MORAES OAB: RS-43166
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou a incidência de imposto de renda sobre juros moratórios decorrente de sentença trabalhista.

A parte requerente sustenta que as verbas recebidas pela parte recorrida tem caráter indenizatório, devido aos prejuízos causados ao credor pelo pagamento atrasado de seu crédito.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte requerente.

A TNU, no julgamento do PEDILEF n. 50061243920134047200 (Sessão do dia 11.3.2015), o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pela possibilidade de incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas ora em discussão, tendo em vista a sua natureza remuneratória. Senão, vejamos:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO PAGAMENTO DE VERBAS EMINENTEMENTE REMUNERATÓRIAS. AÇÃO TABALHISTA QUE TRATA DE INCORPORAÇÃO DE PLANOS ECONÔMICOS. DEMANDA COLETIVA QUE NÃO TRATA DA EXTINÇÃO DE CONTRATO DE EMPREGO. CABIMENTO DA EXAÇÃO TRIBUTÁRIA. ALINHAMENTO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela União em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina que, em sede de adequação, reconheceu a isenção do IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o crédito pago em ação trabalhista, sob o fundamento de que os valores se referem à verba recisória de relação de trabalho.

2. O recorrente aduz que os valores em comento dizem respeito à verba eminentemente remuneratória (salário e/ou diferenças reflexas), apontando como paradigma da divergência decisão oriunda do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que os juros moratórios, como acessórios, devem ter a mesma sorte da verba principal. Assim, incidindo imposto de renda sobre verbas de caráter remuneratório, o mesmo tributo deve incidir sobre os juros de mora respectivos, exceto quando se tratar de verbas recebidas em ação trabalhista em razão da perda do emprego (REsp 1.227.133/RS e o REsp 1.089.720/RS).

3. O acórdão ora recorrido julgou procedente o reconhecimento da referida isenção, sob os seguintes termos:

(...) Assim, adotando-se o entendimento fixado no REsp n. 1.089.720/RS, a regra é a incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora, ressalvados os casos em que a verba principal for isenta ou estiver fora do campo de incidência do tributo, ou quando no contexto da rescisão de contrato de trabalho (...)

No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento do reajuste de 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

4. Com efeito, no julgamento do representativo da controvérsia - PEDILEF 5000554-76.2012.4.04.7113 - foi firmado, com base na teste esposada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.089.720/RS, o entendimento de que há incidência do IR sobre os juros de mora, no caso de pagamento de verbas recebidas judicial e administrativamente, inclusive em reclamações trabalhistas, quando presente o caráter remuneratório das verbas concedidas - o acessório segue o principal.

4.1 Ao revés, foram reconhecidas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada (aqui o acessório segue o principal)". No mesmo sentido o AgRg no REsp 1436720/PR, DJ 02/05/2014 e AgRg no AREsp 337.837/RS, 27/08/2013.

4.2 Dessa sorte, cuidando-se de verbas recebidas em ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias, para que haja a referida isenção.

4.3 Da análise do acórdão vergastado, depreende-se claramente que as verbas recebidas pela parte autora não se enquadram nas referidas exceções. E explico.

4.4 Em que pese o entendimento de que a alteração do regime jurídico de trabalho do celetista para o estatutário implica em extinção do contrato de trabalho, não foi o que ocorreu na apresente situação.

4.5 No caso me exame, as verbas restringem-se ao pagamento de incorporações de reajustes e diferenças salariais - reajuste 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

4.6 Destarte, a situação em exame, cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial. De fato, o acórdão recorrido predica explicitamente que a demanda trabalhista, de onde surgiu as verbas ora discutidas, não tratou da rescisão do contrato de emprego, de maneira a recair na regra geral estabelecida pelo STJ, o que justifica a exação.

5. Por essas razões, conheço e dou provimento ao Incidente de Uniformização para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame, ressalvado o regime de competência. "

No presente caso, as instâncias ordinárias concluíram que não se trata das exceções anteriormente elencadas, aplicando-se, à espécie, a regra geral.

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5053788-75.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NELSON MIGUEL LONGO VIERO
PROC./ADV.: ISADORA COSTA MORAES OAB: RS-43166
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou a incidência de imposto de renda sobre juros moratórios decorrente de sentença trabalhista.

A parte requerente sustenta que as verbas recebidas pela parte recorrida tem caráter indenizatório, devido aos prejuízos causados ao credor pelo pagamento atrasado de seu crédito.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte requerente.

A TNU, no julgamento do PEDILEF n. 50061243920134047200 (Sessão do dia 11.3.2015), o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pela possibilidade de incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas ora em discussão, tendo em vista a sua natureza remuneratória. Senão, vejamos:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO PAGAMENTO DE VERBAS EMINENTEMENTE REMUNERATÓRIAS. AÇÃO TABALHISTA QUE TRATA DE INCORPORAÇÃO DE PLANOS ECONÔMICOS. DEMANDA COLETIVA QUE NÃO TRATA DA EXTINÇÃO DE CONTRATO DE EMPREGO. CABIMENTO DA EXAÇÃO TRIBUTÁRIA. ALINHAMENTO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela União em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina que, em sede de adequação, reconheceu a isenção do IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o crédito pago em ação trabalhista, sob o fundamento de que os valores se referem à verba recisória de relação de trabalho.

2. O recorrente aduz que os valores em comento dizem respeito à verba eminentemente remuneratória (salário e/ou diferenças reflexas), apontando como paradigma da divergência decisão oriunda do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que os juros moratórios, como acessórios, devem ter a mesma sorte da verba principal. Assim, incidindo imposto de renda sobre verbas de caráter remuneratório, o mesmo tributo deve incidir sobre os juros de mora respectivos, exceto quando se tratar de verbas recebidas em ação trabalhista em razão da perda do emprego (REsp 1.227.133/RS e o REsp 1.089.720/RS).

3. O acórdão ora recorrido julgou procedente o reconhecimento da referida isenção, sob os seguintes termos:

(...) Assim, adotando-se o entendimento fixado no REsp n. 1.089.720/RS, a regra é a incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora, ressalvados os casos em que a verba principal for isenta ou estiver fora do campo de incidência do tributo, ou quando no contexto da rescisão de contrato de trabalho (...)

No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento do reajuste de 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

4. Com efeito, no julgamento do representativo da controvérsia - PEDILEF 5000554-76.2012.4.04.7113 - foi firmado, com base na teste esposada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.089.720/RS, o entendimento de que há incidência do IR sobre os juros de mora, no caso de pagamento de verbas recebidas judicial e administrativamente, inclusive em reclamações trabalhistas, quando presente o caráter remuneratório das verbas concedidas - o acessório segue o principal.

4.1 Ao revés, foram reconhecidas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada (aqui o acessório segue o principal)". No mesmo sentido o AgRg no REsp 1436720/PR, DJ 02/05/2014 e AgRg no AREsp 337.837/RS, 27/08/2013.

4.2 Dessa sorte, cuidando-se de verbas recebidas em ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias, para que haja a referida isenção.

4.3 Da análise do acórdão vergastado, depreende-se claramente que as verbas recebidas pela parte autora não se enquadram nas referidas exceções. E explico.

4.4 Em que pese o entendimento de que a alteração do regime jurídico de trabalho do celetista para o estatutário implica em extinção do contrato de trabalho, não foi o que ocorreu na apresente situação.

4.5 No caso me exame, as verbas restringem-se ao pagamento de incorporações de reajustes e diferenças salariais - reajuste 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

4.6 Destarte, a situação em exame, cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial. De fato, o acórdão recorrido predica explicitamente que a demanda trabalhista, de onde surgiu as verbas ora discutidas, não tratou da rescisão do contrato de emprego, de maneira a recair na regra geral estabelecida pelo STJ, o que justifica a exação.

5. Por essas razões, conheço e dou provimento ao Incidente de Uniformização para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame, ressalvado o regime de competência. "

No presente caso, as instâncias ordinárias concluíram que não se trata das exceções anteriormente elencadas, aplicando-se, à espécie, a regra geral.

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 9 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000172-10.2012.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VALMIR SERAFIM SUELO
PROC./ADV.: ELISANGELA GUCKERT BECKER OAB: SC-16 409

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo interposto ante a incidência da Questão de Ordem 24/TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de obscuridade/omissão, porquanto a decisão embargada aplicou precedente isolado da 1ª Turma do STJ, que não foi julgado em sede de representativo da controvérsia.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório.

Com razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

Verifico, no presente caso, a existência do alegado vício, pois o julgado utilizado, para negar provimento ao agravo interposto, não foi proferido em sede de repetitivo.

Ademais, no caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, acolho os embargos para determinar a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 8 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001850-70.2011.4.04.7210
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOÃO PEDRO DE GODOY
PROC./ADV.: FRANCIELE CADORE OAB: SC-27 386

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina, que, mantendo a sentença, julgou procedente a pretensão inicial para declarar a inexigibilidade de juros e multa no cálculo da indenização para expedição de certidão de tempo de serviço.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ no sentido de que o INSS é parte legítima exclusiva para responder pela controvérsia instaurada acerca da indenização de que trata o art. 45-A da Lei 8.212/91.

É, no essencial, o relatório.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 8 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001652-62.2013.4.04.7210
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LUIZ CARLOS FRODER
PROC./ADV.: DERLI IVETE KLAGENBERG OAB: SC-24 792
LITISCONSORTE : INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem reformou a sentença de origem reconhecendo a legitimidade passiva da União e do INSS ao feito, bem como considerando inexigível o pagamento dos juros e multa sobre a indenização necessária à expedição de certidão de tempo de serviço para contagem recíproca debatida na demanda, nos seguintes termos:

"Nestes termos, impõe-se o reconhecimento da legitimidade passiva tanto da União quanto do INSS, estendendo a resolução do mérito a este último.

No caso concreto, a parte-autora teve reconhecido período de contribuição anterior a sua filiação como segurado facultativo laborado de 04/1982 a 08/1988, não estando, portanto, sujeita ao pagamento de juros e multa.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso a fim de reconhecer a legitimidade passiva tanto da União quanto do INSS do Seguro Social, estendendo a resolução do mérito a este último."

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da orientação firmada no âmbito do STJ, segundo a qual incide juros de mora decorrente da regulamentação prevista no art. 45-A da Lei nº 8212/91.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 8 de abril de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0517860-44.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA IARA ALVES
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de isenção de IRPF por não reconhecer que a requerente sofre de qualquer das patologias em que incide a isenção legal.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Com efeito, para avaliação do enquadramento da requerente nas hipóteses de isenção legal, seria necessária a revisão de provas, o que não é possível em sede de incidente de uniformização. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0505941-58.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): INALDO MARINHO DE QUEIROZ
PROC./ADV.: ROBERTO DE A. TOLENTINO OAB: RN-4 096

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, desconstituiu o crédito tributário relativo a dívida de ITR no exercício de 2007.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Com efeito, para avaliação do laudo técnico apresentado pelo ora requerido, se passível ou não de servir como prova suficiente para a desconstituição do crédito em comento, seria necessário o revolvimento de provas, o que não é possível em sede de incidente de uniformização. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512948-04.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ELIETE MATIAS DE ARAÚJO
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial de restituição dos valores referentes ao Imposto de Renda incidente sobre o montante recebido de entidade de previdência privada, a título de complementação de aposentadoria.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que a questão versada nos presentes autos, qual seja, a incidência do imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada, ocorridos entre 1989 e 1995, foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial n. 1.012.903/RJ, afeto à Primeira Seção daquela Corte como representativo da controvérsia, conforme ementa do julgado:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33).

1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008).

2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA - série especial - em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07).

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08."

(REsp n. 1.012.903/RJ, rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, Dje de 13.10.2008.)

A Turma Nacional de Uniformização, por meio do incidente de uniformização de jurisprudência n. 2006.83.00.51.5712-4, também se manifestou sobre a matéria, verbis:

"Em data recente (08 de outubro do ano em curso), foi veiculada a seguinte notícia no sítio do Superior Tribunal de Justiça na internet: "A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou, nesta quarta-feira (8), o primeiro recurso repetitivo encaminhado ao colegiado1 e definiu: é indevida a cobrança de Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição correspondente para entidade de previdência privada. A União/Fazenda Nacional deverá devolver aos aposentados o que foi recolhido indevidamente a título de Imposto de Renda, com correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em 2007".

Penso, com arrimo no artigo 8º, inciso X, do Regimento desta Turma, possa, diante da jurisprudência dominante no STJ, dar provimento ao recurso. Desse modo, conheço do presente Pedido de Uniformização para lhe dar provimento, de maneira a reconhecer o direito do autor à não incidência do Imposto de Renda sobre o benefício de aposentadoria suplementar, até o limite do que recolheu durante a vigência da Lei nº 7713/88, ou seja, entre 01/01/1989 e a data da aposentadoria (ocorrida em 01/04/1991), bem como condeno a ré à restituição dos valores indevidamente cobrados a este título sobre a aposentadoria suplementar mencionada, desde 01.01.1996, respeitada a prescrição (quanto a esta, aplica-se aqui o entendimento que prevaleceu no STJ no AgRg no REsp 929887/SP, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13.11.2007, DJ 29.11.2007, p.230).

Dadas as dificuldades para se proceder à execução do julgado, esclareço que, inicialmente, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor entre as datas mencionadas (01/01/1989 e 01/04/1991). Na seqüência, deverá ser apurado o 'quantum' recolhido pelo autor sobre a sua complementação de aposentadoria após 01/01/1996 (ou seja, após a vigência da Lei nº 9.250/95). A partir de tais valores se deverá operar da seguinte forma:

a) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for superior ao recolhido após 01/01/1996, deverá ser restituído ao autor o montante recolhido após esta última data (respeitada a prescrição qüinqüenal) e deverá a complementação da aposentadoria permanecer não sujeita à incidência do imposto até que a soma da restituição e da "não incidência" alcancem o total recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991;

b) se o valor recolhido entre 01/01/1989 e 01/04/1991 for inferior ao recolhido após 01/01/1996, somente haverá restituição (respeitada a prescrição qüinqüenal) do 'quantum' correspondente ao que se recolheu no primeiro período mencionado, sem direito à não incidência (uma vez que tal representaria 'bis in idem')."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0506732-93.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: IZAIAS NETO LOPES
PROC./ADV.: CINTYA CARVALHO DE SILVA OAB: CE-19987
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, decidiu que "como a aposentadoria ocorreu em julho/98 e a ação foi proposta em abril/09, a pretensão autoral encontra-se fulminada pela prescrição" quanto ao pedido de não-incidência do imposto de renda sobre resgate ou valor de complementação de aposentadoria recebida de entidade de previdência privada.

É, no essencial, o relatório.

Razão não assiste à parte requerente.

O Supremo Tribunal Federal, através do RE 566.621/RS, firmou entendimento nestes termos:

DIREITO TRIBUTÁRIO - LEI INTERPRETATIVA - APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005 - DESCABIMENTO - VIOLAÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA - NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA VACACIO LEGIS - APLICAÇÃO DO PRAZO REDUZIDO PARA REPETIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE INDÉBITOS AOS PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DE 9 DE JUNHO DE 2005.

Quando do advento da LC 118/05, estava consolidada a orientação da Primeira Seção do STJ no sentido de que, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo para repetição ou compensação de indébito era de 10 anos contados do seu fato gerador, tendo em conta a aplicação combinada dos arts. 150, § 4º, 156, VII, e 168, I, do CTN. A LC 118/05, embora tenha se auto-proclamado interpretativa, implicou inovação normativa, tendo reduzido o prazo de 10 anos contados do fato gerador para 5 anos contados do pagamento indevido. Lei supostamente interpretativa que, em verdade, inova no mundo jurídico deve ser considerada como lei nova. Inocorrência de violação à autonomia e independência dos Poderes, porquanto a lei expressamente interpretativa também se submete, como qualquer outra, ao controle judicial quanto à sua natureza, validade e aplicação. A aplicação retroativa de novo e reduzido prazo para a repetição ou compensação de indébito tributário estipulado por lei nova, fulminando, de imediato, pretensões deduzidas tempestivamente à luz do prazo então aplicável, bem como a aplicação imediata às pretensões pendentes de ajuizamento quando da publicação da lei, sem resguardo de nenhuma regra de transição, implicam ofensa ao princípio da segurança jurídica em seus conteúdos de proteção da confiança e de garantia do acesso à Justiça. Afastando-se as aplicações inconstitucionais e resguardando-se, no mais, a eficácia da norma, permite-se a aplicação do prazo reduzido relativamente às ações ajuizadas após a vacatio legis, conforme entendimento consolidado por esta Corte no enunciado 445 da Súmula do Tribunal. O prazo de vacatio legis de 120 dias permitiu aos contribuintes não apenas que tomassem ciência do novo prazo, mas também que ajuizassem as ações necessárias à tutela dos seus direitos. Inaplicabilidade do art. 2.028 do Código Civil, pois, não havendo lacuna na LC 118/08, que pretendeu a aplicação do novo prazo na maior extensão possível, descabida sua aplicação por analogia. Além disso, não se trata de lei geral, tampouco impede iniciativa legislativa em contrário. Reconhecida a inconstitucionalidade art. 4º, segunda parte, da LC 118/05, considerando-se válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005. Aplicação do art. 543-B, § 3º, do CPC aos recursos sobrestados. Recurso extraordinário desprovido.

No mesmo sentido, a Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 0506802-35.2008.4.05.8201, pacificou o entendimento no sentido de que "a redução do prazo prescricional trazida pela LC 118/2005 se aplica tão-somente às ações ajuizadas após 09 de junho de 2005".

Assim, ainda que se aplicasse o entendimento anterior à LC 118/2005 ou o texto expresso da lei posterior, de qualquer modo a pretensão da requerente estaria fulminada pela prescrição já que se passaram mais de 10 anos entre a aposentadoria e o ingresso com a ação.

Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, razão pela qual, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5038734-06.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROSÂNGELA MARIA RIBAS KAIPPER
PROC./ADV.: FÁBIO STEFANI OAB: RS-46571
PROC./ADV.: LARISSA F. M. LONGO OAB: RS-57 388
PROC./ADV.: LISIANE S. DA S. FERRÃ OAB: RS- 81 419
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, determinou a incidência de imposto de renda sobre juros moratórios porque os valores auferidos pela requerente em ação trabalhista não o seriam em razão de demissão.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à requerente.

Acerca desta matéria, a TNU, no julgamento do PEDILEF n. 50061243920134047200 (ainda pendente de publicação), o qual é semelhante ao presente feito, decidiu pela possibilidade de incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas ora em discussão, tendo em vista a sua natureza remuneratória. Senão, vejamos:

"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO PAGAMENTO DE VERBAS EMINENTEMENTE REMUNERATÓRIAS. AÇÃO TABALHISTA QUE TRATA DE INCORPORAÇÃO DE PLANOS ECONÔMICOS. DEMANDA COLETIVA QUE NÃO TRATA DA EXTINÇÃO DE CONTRATO DE EMPREGO. CABIMENTO DA EXAÇÃO TRIBUTÁRIA. ALINHAMENTO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela União em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina que, em sede de adequação, reconheceu a isenção do IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o crédito pago em ação trabalhista, sob o fundamento de que os valores se referem à verba recisória de relação de trabalho.

2. O recorrente aduz que os valores em comento dizem respeito à verba eminentemente remuneratória (salário e/ou diferenças reflexas), apontando como paradigma da divergência decisão oriunda do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que os juros moratórios, como acessórios, devem ter a mesma sorte da verba principal. Assim, incidindo imposto de renda sobre verbas de caráter remuneratório, o mesmo tributo deve incidir sobre os juros de mora respectivos, exceto quando se tratar de verbas recebidas em ação trabalhista em razão da perda do emprego (REsp 1.227.133/RS e o REsp 1.089.720/RS).

3. O acórdão ora recorrido julgou procedente o reconhecimento da referida isenção, sob os seguintes termos:

(...) Assim, adotando-se o entendimento fixado no REsp n. 1.089.720/RS, a regra é a incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora, ressalvados os casos em que a verba principal for isenta ou estiver fora do campo de incidência do tributo, ou quando no contexto da rescisão de contrato de trabalho (...)

No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento do reajuste de 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

4. Com efeito, no julgamento do representativo da controvérsia - PEDILEF 5000554-76.2012.4.04.7113 - foi firmado, com base na tese esposada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.089.720/RS, o entendimento de que há incidência do IR sobre os juros de mora, no caso de pagamento de verbas recebidas judicial e administrativamente, inclusive em reclamações trabalhistas, quando presente o caráter remuneratório das verbas concedidas - o acessório segue o principal.

4.1 Ao revés, foram reconhecidas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada (aqui o acessório segue o principal)". No mesmo sentido o AgRg no REsp 1436720/PR, DJ 02/05/2014 e AgRg no AREsp 337.837/RS, 27/08/2013.

4.2 Dessa sorte, cuidando-se de verbas recebidas em ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias, para que haja a referida isenção.

4.3 Da análise do acórdão vergastado, depreende-se claramente que as verbas recebidas pela parte autora não se enquadram nas referidas exceções. E explico.

4.4 Em que pese o entendimento de que a alteração do regime jurídico de trabalho do celetista para o estatutário implica em extinção do contrato de trabalho, não foi o que ocorreu na apresente situação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4.5 No caso me exame, as verbas restringem-se ao pagamento de incorporações de reajustes e diferenças salariais - reajuste 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no mês de junho de 1987 e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na Ação Trabalhista n. 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

4.6 Destarte, a situação em exame, cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial. De fato, o acórdão recorrido predica explicitamente que a demanda trabalhista, de onde surgiu as verbas ora discutidas, não tratou da rescisão do contrato de emprego, de maneira a recair na regra geral estabelecida pelo STJ, o que justifica a exação.

5. Por essas razões, conheço e dou provimento ao Incidente de Uniformização para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame, ressalvado o regime de competência. "

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006035-79.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ALBA LÚCIA ALVES CORREA
PROC./ADV.: MÁRCIA ELENA SOARES OAB: SC-11696

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, salvo quando decorrerem de verbas trabalhistas de natureza indenizatória recebidas no contexto da despedida/rescisão do contrato de trabalho, fixadas em decisão judicial, consoante expressa redação do art. 6º, V, da Lei 7.713/88. Aduz que, no caso de verbas de natureza remuneratória, como, por exemplo, salários, admite-se a incidência do imposto de renda sobre os juros de mora respectivos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.133/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada, situação na qual o acessório segue o principal.

No caso dos autos, verifica-se da petição inicial e da sentença que foi recolhido imposto de renda sobre valores pagos à parte autora na reclamação trabalhista, derivada de rescisão do contrato de trabalho firmado com a TELESC.

Dessa forma, entendo que é aplicável a exceção prevista na alínea "a" acima, tendo em vista tratar-se de verbas indenizatórias provenientes de rescisão contratual, hipótese esta que enseja a não incidência do referido tributo.

Incide, portanto, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006037-49.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ALMIR PIOVEZAN
PROC./ADV.: MÁRCIA ELENA SOARES OAB: SC-11696

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, salvo quando decorrerem de verbas trabalhistas de natureza indenizatória recebidas no contexto da despedida/rescisão do contrato de trabalho, fixadas em decisão judicial, consoante expressa redação do art. 6º, V, da Lei 7.713/88. Aduz que, no caso de verbas de natureza remuneratória, como, por exemplo, salários, admite-se a incidência do imposto de renda sobre os juros de mora respectivos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.133/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada, situação na qual o acessório segue o principal.

No caso dos autos, verifica-se da petição inicial e da sentença que foi recolhido imposto de renda sobre valores pagos à parte autora na reclamação trabalhista, derivada de rescisão do contrato de trabalho firmado com a TELESC.

Dessa forma, entendo que é aplicável a exceção prevista na alínea "a" acima, tendo em vista tratar-se de verbas indenizatórias provenientes de rescisão contratual, hipótese esta que enseja a não incidência do referido tributo.

Incide, portanto, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001960-76.2014.4.04.7206
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CLEONICE DA SILVA SALMORIA ARRUDA
PROC./ADV.: MÁRCIA ELENA SOARES OAB: SC-11696

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, salvo quando decorrerem de verbas trabalhistas de natureza indenizatória recebidas no contexto da despedida/rescisão do contrato de trabalho, fixadas em decisão judicial, consoante expressa redação do art. 6º, V, da Lei 7.713/88. Aduz que, no caso de verbas de natureza remuneratória, como, por exemplo, salários, admite-se a incidência do imposto de renda sobre os juros de mora respectivos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.133/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada, situação na qual o acessório segue o principal.

No caso dos autos, verifica-se da petição inicial e da sentença que foi recolhido imposto de renda sobre valores pagos à parte autora na reclamação trabalhista, derivada de rescisão do contrato de trabalho firmado com a TELESC.

Dessa forma, entendo que é aplicável a exceção prevista na alínea "a" acima, tendo em vista tratar-se de verbas indenizatórias provenientes de rescisão contratual, hipótese esta que enseja a não incidência do referido tributo.

Incide, portanto, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005949-11.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ÂNGELA MARIA LOPES E SOUZA
PROC./ADV.: MÁRCIA ELENA SOARES OAB: SC-11696

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, salvo quando decorrerem de verbas trabalhistas de natureza indenizatória recebidas no contexto da despedida/rescisão do contrato de trabalho, fixadas em decisão judicial, consoante expressa redação do art. 6º, V, da Lei 7.713/88. Aduz que, no caso de verbas de natureza remuneratória, como, por exemplo, salários, admite-se a incidência do imposto de renda sobre os juros de mora respectivos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.133/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada, situação na qual o acessório segue o principal.

No caso dos autos, verifica-se da petição inicial e da sentença que foi recolhido imposto de renda sobre valores pagos à parte autora na reclamação trabalhista, derivada de rescisão do contrato de trabalho firmado com a TELESC, conforme expõe a decisão (evento 153-20) transcrita:

Ocorre que, no caso concreto, a verba recebida já está no contexto da rescisão do contrato de trabalho, atendendo, portanto, à decisão do Superior Tribunal de Justiça referida inicialmente, razão pela qual não vejo motivos para se reconhecer a inconstitucionalidade dos dispositivos acima, tendo em vista o resultado final do provimento judicial não será alterado, mesmo porque alcança os objetivos da parte-autora e atende à tese jurídica defendida pela Fazenda Nacional em seu pedido de uniformização...

Dessa forma, entendo que é aplicável a exceção prevista na alínea "a" acima, tendo em vista tratar-se de verbas indenizatórias provenientes de rescisão contratual, hipótese esta que enseja a não incidência do referido tributo.

Incide, portanto, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5014658-76.2012.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA REJANE FERREIRA SAMUEL
PROC./ADV.: MARÍ ROSA AGAZZI OAB: RS-41955
PROC./ADV.: ANGELINA INÊS CASTRO MATTIA OAB: RS-73109
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem afastou a sentença, para julgar improcedente o pedido inicial de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios recebidos em decorrência de decisão judicial proferida em reclamatória trabalhista.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é devida a incidência do imposto de renda sobre verbas recebidas a título de juros moratórios.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.113/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Entretanto, não incidirá imposto de renda nas seguintes hipóteses: a) nos juros de mora relativos a valores pagos no caso de despedida ou rescisão do contrato de trabalho; e b) quando a verba principal for isenta ou não sujeita à incidência do tributo.

Com base nos elementos probatórios dos autos, a Turma de origem consignou não restar demonstrado nos autos o caráter de isenção da verba principal, ou a ocorrência de rescisão de contrato trabalhista.

Por esta razão, incide o óbice da Questão de Ordem 24/TNU, segundo a qual "não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5005984-68.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ALTAIR DEMÉTRIO
PROC./ADV.: MÁRCIA ELENA SOARES OAB: SC-11696

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, salvo quando decorrerem de verbas trabalhistas de natureza indenizatória recebidas no contexto da despedida/rescisão do contrato de trabalho, fixadas em decisão judicial, consoante expressa redação do art. 6º, V, da Lei 7.713/88. Aduz que, no caso de verbas de natureza remuneratória, como, por exemplo, salários, admite-se a incidência do imposto de renda sobre os juros de mora respectivos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento inicialmente, através do REsp 1.227.133/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, no sentido de que não incide imposto de renda sobre os juros moratórios legais vinculados a verbas trabalhistas reconhecidas em decisão judicial.

Posteriormente, o REsp 1.089.720/RS, esclarecendo o julgado anterior, entendeu que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada, situação na qual o acessório segue o principal.

No caso dos autos, verifica-se da petição inicial e da sentença que foi recolhido imposto de renda sobre valores pagos à parte autora na reclamação trabalhista, derivada de rescisão do contrato de trabalho firmado com a TELESC, conforme expõe a decisão (evento 130-20) transcrita:

"No entanto, infere-se do acórdão recorrido que os juros de mora foram pagos no contexto da rescisão do contrato de trabalho, motivo pelo qual estão isentos da incidência de imposto de renda, nos termos art.6º, inciso V, da Lei nº 7712/88, conforme orientação extraída do Resp's 1227.133 e 1089.720."

Dessa forma, entendo que é aplicável a exceção prevista na alínea "a" acima, tendo em vista tratar-se de verbas indenizatórias provenientes de rescisão contratual, hipótese esta que enseja a não incidência do referido tributo.

Incide, portanto, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507934-70.2012.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: DJALMA DUARTE CAVALCANTE
PROC./ADV.: ANTONIO PIMENTEL CAVALCANTE OAB: AL-8 821
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de isenção de imposto de renda de pessoa física portadora de moléstia grave, nos termos do artigo 6º, inciso XIV da Lei n.º 7.713/88.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ademais, verifica-se que o paradigma juntado pelo requerente aborda questão jurídica não debatida pelo acórdão recorrido, razão pela qual se aplica na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2015.
Min HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 646, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 26 da Lei 11.416/2006 e no artigo 6º da Portaria Conjunta nº 3/2007, subscrita por Presidentes de diversos Tribunais Federais, incluído este Tribunal e em face do contido no P.A. 2.891/2015, resolve:

Art. 1º Alterar a Área e Especialidade de 1 (um) cargo vago de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Serviço Social, decorrente da aposentadoria da servidora Maria Aparecida Medeiros da Fonseca, por meio da Portaria GPR n. 2135, publicada no DOU de 07/01/2015, para 1 (um) cargo de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Psicologia. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA

PORTARIA Nº 652, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 26 da Lei 11.416/2006 e no artigo 6º da Portaria Conjunta nº 3/2007, subscrita por Presidentes de diversos Tribunais Federais, incluído este Tribunal e em face do contido no P.A. 1.468/2015, resolve:

Art. 1º Alterar a Área e Especialidade de 1 (um) cargo vago de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Administração, decorrente da posse em outro cargo público inacumulável da servidora Gisleine Cândido Barcelos, por meio da Portaria SERH n. 255, publicada no DOU de 10/12/2014, para 1 (um) cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, sem especialidade. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 477, DE 14 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a atuação de Enfermeiros na assistência às gestantes, parturientes e puérperas.

O Conselho Federal de Enfermagem COFEN, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução COFEN nº 421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 5º, inciso XIII, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício de Enfermagem e dá outras providencias; e o Decreto n.º 94.406, de 08 de junho de 1987, que regulamenta a Lei nº 7.498/1986;

CONSIDERANDO a Resolução COFEN nº 195, de 18 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a solicitação de exames complementares por enfermeiros:

CONSIDERANDO os princípios fundamentais e as normas do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN nº 311 de 08 de fevereiro de 2007;

CONSIDERANDO a Resolução COFEN nº 358, de 15 de outubro de 2009, que dispõe sobre Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambiente, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5º, inciso III da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas como objetivo do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei Orgânica da Saúde;

CONSIDERANDO que a Portaria GM nº 2.815, de 29/05/1998, MS, inclui na Tabela do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), e na Tabela do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), o Grupo de Procedimentos Parto Normal sem Distócia realizado por Enfermeiro Obstetra, e a Assistência ao Parto sem Distócia por Enfermeiro Obstetra, visando a redução da morbimortalidade materna e perinatal;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 985, de 05 de agosto de 1999, que cria os Centros de Parto Normal (CPN), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para atendimento da mulher no ciclo gravídico-puerperal;

CONSIDERANDO que a Portaria SAS/MS nº 743, de 20 de dezembro de 2005, define que somente os profissionais portadores do diploma ou certificado de Enfermeiro(a) Obstetra estão autorizados a emitir laudos de AIH para o procedimento código 35.080.01.9-parto normal sem distócia realizado por Enfermeiro(a) Obstetra, do grupo 35.150.01.7 da tabela do SIH/SUS;

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui no âmbito do SUS, a Rede Cegonha;

CONSIDERANDO a Portaria nº 904, de 29 de maio de 2013, que Estabelece diretrizes para implantação e habilitação de Centro de Parto Normal (CPN), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento à mulhr e ao recém-nascido no momento do parto e do nascimento, em conformidade com o componente PARTO E NASCIMENTO da Rede Cegonha, e dispõe sobre os respectivos incentivos financeiros, de investimento, custeio e custeio mensal;

CONSIDERANDO a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), nº 36, de 03 de junho de 2008, que dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de serviços de atenção obstétrica e neonatal;

CONSIDERANDO a Portaria MS-SAS Nº 371, de 7 de maio de 2014 que Institui diretrizes para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido (RN) no Sistema Único de Saúde(SUS);

CONSIDERANDO a Resolução Normativa RN da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS Nº 368, de 6 de janeiro de 2015 que Dispõe sobre o direito de acesso à informação das beneficiárias aos percentuais de cirurgias cesáreas e de partos normais, por operadora, por estabelecimento de saúde e por médico e sobre a utilização do partograma, do cartão da gestante e da carta de informação à gestante no âmbito da saúde suplementar;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar as normatizações existentes no âmbito do COFEN/Conselhos Regionais de Enfermagem relacionadas a atuação do enfermeiro na assistência à gestação, parto e puerpério;

CONSIDERANDO todas as evidências científicas disponíveis;

CONSIDERANDO o teor da Decisão Liminar da lavra da MMª Juíza

Federal Substituta da 9ª Vara Cível da 1ª Subseção Judiciária em São Paulo, nos autos da Ação Cível Pública nº 0021244-76.2012.403.6100 promovida pelo Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO que, conforme previsto no Art. 11 da Lei nº 7.498 de 25 de junho de 1986, a Enfermeira Obstétrica é a enfermeira titular do diploma ou certificado de Enfermeira Obstétrica, que tem a competência legal de realizar assistência obstétrica, além de todas as atividades de enfermagem; e que a Obstetriz é a titular do diploma de Obstetriz, com competência legal de realizar assistência obstétrica, e cuja graduação em Obstetrícia tem ênfase na promoção da saúde da mulher e na assistência da mulher durante a gravidez, o parto e o pós-parto;

CONSIDERANDO deliberação do Plenário na 462ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de março de 2015 e tudo o que mais consta do PAD COFEN nº 477/2013; resolve:

Art. 1º - O Enfermeiro Obstetra e a Obstetriz exercem todas as atividades de Enfermagem na área de obstetrícia, cabendo-lhes:

I Privativamente:

a) Direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da

instituição de saúde, pública e privada, e chefia de serviço e de unidade de enfermagem, relacionado à área da obstetrícia;

b) Organização e direção dos serviços da assistência de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares em empresas prestadoras desses serviços relacionados à área de obstetrícia;

c) Planejamento, organização, coordenação e avaliação dos serviços de assistência de enfermagem na área de obstetrícia;

d) Consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem obstétrica;

e) Consulta de enfermagem obstétrica;

f) Prescrição de assistência de enfermagem obstétrica;

g) Cuidados diretos de enfermagem a pacientes obstétricas graves, com risco de vida;

h) Cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica, ligada à área de obstetrícia, e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas.

II Como integrantes de equipes de saúde na área da obstetrícia:

a) Participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde, na área da obstetrícia;

b) Participação na elaboração, execução, e avaliação dos planos assistenciais de saúde na área da obstetrícia;

c) Prescrição de medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde, na área da obstetrícia;

d) Participação em projetos de construção ou reformas de unidades de internação, na área de obstetrícia;

e) Prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar e de doenças transmissíveis, na área de obstetrícia;

f) Prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados à clientela durante a assistência de enfermagem;

g) Assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e recém-nascido;

h) Acompanhamento da evolução e do trabalho de parto;

i) Assistência à parturiente e ao parto normal;

j) Execução do parto sem distócia;

k) Emissão de laudos de autorização de internação hospitalar (AIH) para o procedimento parto normal sem distócia, realizado pelo Enfermeiro (a) Obstetra, da tabela do SIH/SUS;

l) Identificação das distócias obstétricas e tomada de providências necessárias, até a chegada do médico, devendo intervir, em conformidade com sua capacitação técnico-científica, adotando os procedimentos que entender imprescindíveis, para garantir a segurança da mãe e do recém-nascido;

m) Realização de episiotomia e episiorrafia e aplicação de anestesia local, quando necessária;

n) Acompanhamento obstétrico da mulher e do recém-nascido, sob seus cuidados, da internação até a alta.

o) Educação em saúde, na área obstétrica, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 2º - Os enfermeiros obstetras além das atividades referidas no artigo 1º desta Resolução, cabem também exercer as atividades de Enfermagem em todas as áreas de assistência assegurados pela Lei nº 7.498/86 e Decreto nº 94.406 que a regulamenta;

Parágrafo Único: À Obstetriz está vetado o exercício de atividades de

Enfermagem fora da área obstétrica, exceto em casos de urgência, na qual, efetivamente haja eminente e grave risco de vida, não podendo tal exceção aplicar-se às situações previsíveis e rotineira.

Art. 3º - Aos Enfermeiros que não possuam certificado de especialista em Enfermagem Obstétrica, como integrante da equipe de saúde compete:

a) Assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido;

b) Acompanhamento da evolução e do trabalho de parto;

c) Execução do parto sem distócia;

d) Prescrição da assistência de Enfermagem, conforme normativas do

COFEN;

e) Prescrição de medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde;

f) Participação em programas de atenção à saúde sexual e reprodutiva.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário, em especial a Resolução COFEN nº 223, de 03 de dezembro de 1999.

IRENE C. A. FERREIRA
Presidente do Conselho

GELSON L. DE ALBUQUERQUE
Primeiro-Secretário

ACÓRDÃO Nº 23, DE 26 DE MARÇO DE 2015

Processo Ético Cofen nº 018/2014
Denúncia Coren-SP PRCI nº 94165/2010
Parecer de Relator nº 063/2015
Conselheiro Relator: Dr. Márcio Barbosa da Silva
Denunciante: Sra. Edite Rosa Correa
Denunciados: Dr. Silvio Antônio de Souza Barreto; Dr. Wellington Azevedo Belo; Sra. Luciana Maiara Lima; Sr. Marcelo Pedro
EMENTA: Aprovar o Parecer de Relator nº 063/2015 e arquivar a Denúncia Coren-SP PRCI nº 94165/2010 contra os enfermeiros Dr. Silvio Antônio de Souza Barreto, Coren-SP n° 171464-ENF, Dr. Wellington Azevedo Belo, Coren-SP n° 148526-ENF, a técnica em enfermagem Sra. Luciana Maiara Lima, Coren-SP n° 32881-TE, e o auxiliar de enfermagem Sr. Marcelo Pedro, Coren-SP n° 626807-AE.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 018/2014, originário do COREN-SP, Denúncia Coren-SP PRCI nº 94165/2010.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 12ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 26 de março de 2015, por unanimidade, em conformidade com o relatório e votos que integram o presente julgado, pelo arquivamento do processo, sem julgamento do mérito, diante dos fatos apontados no parecer e presente o instituto da prescrição, previsto no Art. 156, do Código de Processo Ético-Disciplinar dos Conselhos de Enfermagem.

IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA
Presidente do Cofen

MÁRCIO BARBOSA DA SILVA
Conselheiro Federal

ACÓRDÃO Nº 24, DE 26 DE MARÇO DE 2015

Processo Ético Cofen nº 42/2014
Denúncia Coren-MG nº 020/2013
Parecer de Relator nº 073/2015
Conselheiro Relator: Dr. Antônio Marcos Freire Gomes
Denunciante: Sra. Naianne Pedroso Silva
Denunciada: Dra. Daniela Faria da Silva
EMENTA: Reformar a Decisão Coren-MG nº 093/2013, desarquivar a denúncia e, consequentemente, devolver ao Regional para instaurar processo ético em desfavor da enfermeira Dra. Daniela Faria da Silva, Coren-MG nº 352044-ENF.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 042/2014, originário do COREN-MG, Denúncia Coren-MG nº 020/2013.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 12ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 26 de março de 2015, por unanimidade, em conformidade com o relatório e votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso, dar-lhe provimento, reformar a Decisão Coren-MG nº 093/2013, desarquivar a denúncia e, consequentemente, devolver o processo ao Regional para instauração de processo ético em desfavor da enfermeira Dra. Daniela Faria da Silva, Coren-MG nº 352044-ENF, por indicativo de infração aos artigos 5º e 9º, do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução nº 311/2007.

IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA
Presidente do Cofen

ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES
Conselheiro Federal

ACÓRDÃO Nº 25, DE 26 DE MARÇO DE 2015

Processo Ético Cofen nº 045/2014
Processo Ético Coren-SP nº 022/2012
Parecer de Relator nº 057/2015
Conselheira Relatora: Dra. Rachel Cristine Diniz da Silva
Denunciante: Coren-SP
Denunciada: Sra. Elaine Maria da Silva
EMENTA: Cassação do direito ao exercício profissional da auxiliar de enfermagem, Sra. Elaine Maria da Silva, Coren-SP nº 375718-AE, pelo período de 10 (dez) anos.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 045/2014, originário do COREN-SP, Processo Ético Coren-SP nº 022/2012.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 12ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 26 de março de 2015, por unanimidade, em conformidade com a ata constante no presente julgado, aprovar a penalidade de CASSAÇÃO DO DIREITO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL pelo período de 10 (dez) anos em face da auxiliar de enfermagem, Sra. Elaine Maria da Silva, Coren-SP nº 375718-AE, por infração aos artigos 5º, 9º, 12, 13, 33, 51, 52 e 56 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007. Cabe recurso a Assembleia dos Presidentes no prazo de 15 (quinze) dias, conforme estabelece o art. 137 da Resolução COFEN 370/2010 e art. 9º, I, da Resolução COFEN 421/2012.

IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA
Presidente do Cofen

RACHEL CRISTINE DINIZ DA SILVA
Conselheira Federal

ACÓRDÃO Nº 26, DE 26 DE MARÇO DE 2015

Processo Ético Cofen nº 047/2014
Denúncia Coren-SP PRCI nº 99295/2012
Parecer de Relator nº 036/2015
Conselheiro Relator: Dra. Maria do Rozário de Fátima Borges Sampaio
Denunciante: Sra. Leila Maria da Silva
Denunciada: Sra. Cleusa José Reinaldo
EMENTA: Manter a Decisão Coren-SP de arquivamento da denúncia contra a auxiliar de enfermagem Sra. Cleusa José Reinaldo, Coren-SP nº 151325-AE.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 047/2014, originário do COREN-SP, Denúncia Coren-SP PRCI nº 99295/2012.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 12ª Reunião, realizada no dia 26 de março de 2015, por unanimidade, em conformidade com os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para manter a Decisão Coren-SP de arquivamento da denúncia contra a auxiliar de enfermagem Sra. Cleusa José Reinaldo, Coren-SP nº 151325-AE.

IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA
Presidente do Cofen

MARIA DO ROZÁRIO DE FÁTIMA B. SAMPAIO
Conselheira Federal

ACÓRDÃO Nº 27, DE 26 DE MARÇO DE 2015

Processo Ético Cofen nº 048/2014
Denúncia Coren-SP PRCI nº 100728/2012
Parecer de Relator nº 049/2015
Conselheiro Relator: Dr. Sebastião Junior Henrique Duarte
Denunciante: Sras. Kátia Cristina Costa e Marise Meire de Miranda
Denunciado: Sr. Wagner da Silva Fernandes
EMENTA: Manter a Decisão Coren-SP de arquivamento da denúncia contra o auxiliar de enfermagem Sr. Wagner da Silva Fernandes, Coren-SP nº 607505-AE.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 048/2014, originário do COREN-SP, Denúncia Coren-SP PRCI nº 100728/2012.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 12ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 26 de março de 2015, por unanimidade, em conformidade com os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para manter a Decisão Coren-SP de arquivamento da denúncia contra o auxiliar de enfermagem Sr. Wagner da Silva Fernandes, Coren-SP nº 607505-AE.

IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA
Presidente do Cofen

SEBASTIÃO JUNIOR HENRIQUE DUARTE
Conselheiro Federal

ACÓRDÃO Nº 28, DE 26 DE MARÇO DE 2015

Processo Ético Cofen nº 052/2014
Processo Ético Coren-SP nº 141/2013
Parecer de Relator nº 071/2015
Conselheiro Relator: Dra. Sílvia Maria Neri Piedade
Denunciante: Sra. Teresinha Alves de Macedo
Denunciada: Sra. Cleusa dos Santos Pereira
EMENTA: Manter a Decisão Coren-SP nº 633/2013 e aplicar da pena de suspensão de 05 (cinco) dias para a auxiliar de enfermagem Sra. Cleusa dos Santos Pereira, Coren-SP nº 515242-AE.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 055/2014, originário do COREN-SP, Processo Ético Coren-SP nº 141/2013.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 12ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 26 de março de 2015, por unanimidade, em conformidade com os votos que integram o presente julgado, por não conhecer do recurso por ser o mesmo intempestivo, para manter a Decisão Coren-SP nº 633/2013 e aplicar a pena de suspensão de 05 (cinco) dias para a auxiliar de enfermagem Sra. Cleusa dos Santos Pereira, Coren-SP nº 515242-AE.

IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA
Presidente do Cofen

SÍLVIA MARIA NERI PIEDADE
Conselheira Federal

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 32, DE 26 DE MARÇO DE 2015

Processo Ético Cofen nº 055/2014
Processo Ético Coren-RJ nº 014/2013
Parecer de Relator nº 074/2015
Conselheiro Relator: Dr. José Maria Barreto de Jesus
Denunciante: Coren-RJ
Denunciado: Sr. Joel de Mattos Milato
EMENTA: Cassação do direito ao exercício profissional do técnico em enfermagem, Sr. Joel de Mattos Milato, Coren-RJ nº 187877-TE, pelo período de 10 (dez) anos.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 055/2014, originário do COREN-RJ, Processo Ético Coren-RJ nº 014/2013.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 12ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 26 de março de 2015, por unanimidade, em conformidade com a ata constante no presente julgado, aprovar a penalidade de CASSAÇÃO DO DIREITO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL pelo período de 10 (dez) anos em face do técnico de enfermagem, Sr. Joel de Mattos Milato, Coren-RJ nº 187877-TE, por infração aos artigos 5º e 9º do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007. Cabe recurso a Assembleia dos Presidentes no prazo de 15 (quinze) dias, conforme estabelece o art. 137 da Resolução COFEN 370/2010 e art. 9º, I, da Resolução COFEN 421/2012.

IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA
Presidente do Cofen

JOSÉ MARIA BARRETO DE JESUS
Conselheiro Federal

RETIFICAÇÃO

No Acórdão nº 031/2014, de 19 de agosto de 2014, publicado no Diário Oficial da União nº 165 em 28 de agosto de 2014, na Seção 01, página 128, onde se lê: "Denunciada: Sra. Adriana Ferreira de Souza", leia-se: "Denunciada: Sra. Adriana Ferreira dos Santos"; onde se lê: "Discordar da Decisão Coren-SP quanto ao enquadramento da conduta da auxiliar de enfermagem Sra. Adriana Ferreira de Souza, Coren-SP nº 492100-AE", leia-se: "Discordar da Decisão Coren-SP quanto ao enquadramento da conduta da auxiliar de enfermagem Sra. Adriana Ferreira dos Santos, Coren-SP nº 492100-AE"; onde se lê "...contra a auxiliar de enfermagem enfermagem Sra. Adriana Ferreira de Souza, Coren-SP nº 492100-AE, mas...", leia-se: "...contra a auxiliar de enfermagem enfermagem Sra. Adriana Ferreira dos Santos, Coren-SP nº 492100-AE, mas...".

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

PAUTA DE JULGAMENTO
Em 16 de abril de 2015

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 3.820/60, determina a inclusão dos seguintes processos para julgamento na Sessão Plenária dos dias 29 e 30 de abril 2015, ou em sessões ulteriores, a partir das 09h00min, a se realizar na sede desta Autarquia Federal, na SHIS QI 15 - Lote "L" - Lago Sul - Brasília/DF, intimando as partes e os advogados legalmente constituídos nos autos, quando for o caso, que poderão promover sustentação oral, na forma regimental:

PROCESSO Nº: 2019/2013
Recorrente: ELI LILLY DO BRASIL LTDA
Advogados: Alberto Magalhães da Silva OAB/SP Nº 267.367; Gustavo de Freitas Morais OAB/SP Nº 158.301 e Rodrigo Augusto Oliveira Rocci OAB/SP Nº 287.685
Recorrido: CRF/SP
RELATOR: Conselheiro Federal PAULO ROBERTO BOFF

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 11ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 146, DE 21 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre o Regimento Eleitoral a ser utilizado pelo Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região - CREF11/MS-MT na eleição de 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 11ª REGIÃO - CREF11/MS-MT, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o art. 40 do Estatuto do CREF11/MS-MT, e:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 30, inciso XII do Estatuto do Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região - CREF11/MS-MT;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONFEF nº 279/2015 que estabelece as diretrizes para as eleições que ocorrerão nos Conselhos Regionais de Educação Física;

CONSIDERANDO, a deliberação do Plenário do CREF11/MS-MT, em reunião ordinária, de 21 de março de 2015; resolve:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Eleitoral, que passa a fazer parte integrante desta Resolução, a ser utilizado, como norma do procedimento eleitoral, pelo Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região - CREF11/MS-MT na eleição que realizar-se-á no dia 1º de setembro de 2015.

Parágrafo único - O Regimento Eleitoral estará disponível na integra na página eletrônica do CREF11/MS-MT.

Art. 2º - Esta Resolução entre em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

UBIRATAM BRITO DE MELLO

RESOLUÇÃO Nº 147, DE 21 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação dos membros que comporão a Comissão Eleitoral para eleição 2015 do CREF11/MS-MT

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 11ª REGIÃO - CREF11/MS-MT, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o art. 40 do Estatuto do CREF11/MS-MT, e:

CONSIDERANDO o disposto no artigo art. 8º do Regimento Eleitoral do Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região - CREF11/MS-MT;

CONSIDERANDO o Oficio/PRES/OAB/MS nº 083/2015 que dispõe sobre a indicação de um membro da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso do Sul para integrar a Comissão Eleitoral do CREF11/MS-MT;

CONSIDERANDO, a deliberação do Plenário do CREF11/MS-MT, em reunião ordinária, de 21 de março de 2015; resolve:

Art. 1º - Nomear sob a presidência do primeiro, os membros efetivos da Comissão Eleitoral do CREF11/MS-MT, relatados a seguir: César Augusto Progetti Paschoal OAB/MS5657, Nilmare Daniele da Silva Irala OAB/MS 12.220, Ramon José Brizuena Aniz CREF 000306-G/MS, Ronaldo Pockel Monteiro CREF 000021-G/MS e Paulo César Mansano CREF 000294-G/MS.

Art.2º- Nomear os membros suplentes da Comissão Eleitoral do CREF11/MS-MT, relatados a seguir: Odilio Ferreira Alves Pereira CREF 001656-G/MS e Alfredo Anastácio Neto CREF 000245-G/MS.

Art. 3º - Esta Resolução entre em vigor nesta data.

UBIRATAM BRITO DE MELLO

RESOLUÇÃO Nº 148, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre normas para concessão e pagamento auxílio representação e reembolso de despesas de viagem no CREF11/MS-MT para o exercício de 2015.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso II e IX, do art.40; e:

CONSIDERANDO que o inciso VIII do artigo 70 c/c artigo 106, inciso II, ambos do Estatuto do CONFEF, Resolução CONFEF nº 206/2010 de 07 de novembro de 2010, que reconhecem formas de ressarcimento de despesas, necessárias ao desempenho das funções de Conselheiros e Representantes designados pelo Sistema CONFEF/CREFs;

CONSIDERANDO o §3º do Artigo 2º da Lei Federal nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004;

CONSIDERANDO que aos Conselheiros do CREF11/MS-MT e representantes designados, em efetivo desempenho das funções é devido o pagamento de diárias, jetons, auxílios de representação, deslocamentos e ressarcimento de despesas eventuais, nos termos do artigo 30, inciso VIII c/c art.63, inciso II, ambos do Estatuto do CREF11/MS-MT, Resolução CREF11/MS-MT nº 085/2010, publicada no DO/MS. nº 7.897 , pág. 42 de 25/02/2011 e no DO/MT nº 25515, pág.397, 10/03/2011;

CONSIDERANDO a definição estabelecida pelo Tribunal de Contas da União em relação a necessidade de proceder a avaliação periódica das contas de todos os Conselhos de Fiscalização Profissional, nos termos da Decisão Normativa - TCU nº 127, de 15 de maio de 2013;

COSIDERANDO o disposto no inciso VIII, do artigo 30 do Estatuto do CREF11/MS-MT que atribui ao Plenário o poder de fixação e normatização, quando houver, da concessão de diárias, jetons e ajuda de custo;

CONSIDERANDO que os Conselheiros do Sistema CONFEF/CREFs exercem função gratuita e honorífica, de caráter de relevância pública e social;

CONSIDERANDO a deliberação da Reunião Plenária realizada no dia 21 de março de 2015. Resolve:

CAPITULO I
DO AUXILIO DE REPRESENTAÇÃO

Art. 1º - Os Conselheiros Regionais do CREF11/MS-MT, os integrantes do quadro pessoal do CREF11/MS-MT, os prestadores de serviço quando convocados, bem como o profissional delegado, quando no efetivo exercício de suas funções ou representações por designação e ou convocação, farão jus à percepção de auxilio representação ou reembolso segundo as disposições desta Resolução. Art. 2º - Será devido o auxílio representação pela prática de atividades político-representativas, destinado à indenização dos meios materiais utilizados para o desempenho de suas funções, bem como para deslocamentos, alimentação, estacionamento, lanches, refeições e outros.

Art. 3º - Para o pagamento do auxílio representação fica fixado o valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), correspondentes a um dia de atividade, sendo obrigatório o relatório de representação com os devidos documentos comprobatórios do exercício das atividades.

CAPITULO II
DA VERBA INDENIZATÓRIA

Art. 4º - Compreende-se por Verba Indenizatória a indenização destinada a cobertura de despesas de alimentação, lanches, estacionamento, deslocamento e outras correlatas, na cidade de origem, não acumulável com diárias, quando do efetivo exercício das funções executivas e administrativas que tiverem que comparecer à sede do Conselho ou a outro local designado, os Conselheiros Regionais do CREF11/MS-MT, os integrantes do quadro de pessoal do CREF11/MS-MT, os prestadores de serviços, quando convocados, bem como o profissional delegado assim considerado o profissional colaborador autorizado pelo Plenário do CREF11/MS-MT ou pela Presidência para desenvolver atividades junto as Comissões Estatutárias e Especiais e de representações perante o Sistema CONFEF/CREFs e demais órgãos ou entidades.

Art. 5º - A verba indenizatória correspondente ao comparecimento às sessões plenárias do CREF11/MS-MT será de R$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais);

Art. 6º - A verba indenizatória correspondente ao comparecimento às reuniões de comissões estatutárias e especiais, e reuniões de diligencias regimentais, do CREF11/MS-MT será de uma verba de representação por período (matutino, vespertino ou noturno), no importe de R$ 60,00 (sessenta reais)

Art. 7º - A verba indenizatória regulamentada neste capitulo, quando utilizada deve ser comprovada sua utilização mediante relatório e juntada de documentos comprobatórios das atividades realizadas.

CAPITULO III
DO REEMBOLSO/INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE

Art. 8º - Conceder-se-á indenização de transporte aos que por opção, e condicionado ao interesse da administração, realizar despesas com utilização de meio próprio de locomoção para execução de serviços externos inerentes às atribuições próprias do cargo ou função que ocupa, mediante reembolso das despesas efetuadas quer a título de combustível, pedágios e outros necessários ao transporte.

CAPITULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.9º- - As verbas de que tratam esta resolução serão concedidas pelo Presidente do CREF11/MS-MT, ou a quem for por este, delegada tal competência através de Portaria.

Parágrafo único - Nos casos em que o Presidente for o beneficiário, a concessão dos valores será autorizada por outro membro da Diretoria, na ordem funcional decrescente, ou outro funcionário do CREF11/MS-MT, para qual seja delegada competência em caráter geral, para evitar a auto concessão de diárias.

Art. 10º - As despesas extraordinárias efetuadas por membro de conselho, integrantes do quadro de pessoal e prestadores de serviço, no exercício de suas atividades durante uma viagem a serviço, não relacionadas com pousada, alimentação e locomoção, podem ser indenizadas, a título de verba de representação, uma vez que efetuadas no desempenho de sua função pública.

Art.11 - As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CREF11/MS-MT.

Art. 12 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria ad referendum do Plenário do CREF11/MS-MT.

Art. 13 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

UBIRATAM BRITO DE MELLO

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO Nº 2.401, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 451ª Reunião Plenária, de 25.02.2015, resolve:

Art. 1º Homologar os registros das empresas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.402, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015..

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 451ª Reunião Plenária, de 25.02.2015, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Homologar os cancelamentos de registro das empresas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.403, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 451ª Reunião Plenária, de 25.02.2015, resolve:

Art. 1º Homologar os registros dos Médicos Veterinários e Zootecnistas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.404, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 451ª Reunião Plenária, de 25.02.2015, resolve:

Art. 1º Homologar os cancelamentos de registro dos Médicos Veterinários e Zootecnistas aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.405, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 451ª Reunião Plenária, de 25.02.2015, resolve:

Art. 1º Homologar a suspensão de registro dos Profissionais, em razão de aposentadoria, aprovado na Reunião Plenária acima referida, cujos nomes fazem parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.406, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 451ª Reunião Plenária, de 25.02.2015, resolve:

Art. 1º Homologar o cancelamento de registro dos Médicos Veterinários e Zootecnistas, em razão de falecimento, aprovados na Reunião Plenária acima referida, cujos nomes fazem parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.407, DE 25 FEVEREIRO DE 2015

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 451ª Reunião Plenária, de 25.02.2015, resolve:

Art. 1º Homologar as transferências dos Médicos Veterinários e Zootecnistas recebidas em outros CRMV's, aprovadas na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.408, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 680, de 15.12.00 e, considerando a deliberação da 451ª Reunião Plenária, de 25.02.2015, resolve:

Art. 1º Homologar as comunicações de ausência do país dos Médicos Veterinários e Zootecnistas, aprovadas na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 2.409, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "r", do artigo 4º, da Resolução CFMV nº 591, de 26.06.92, e consoante a Resolução CFMV nº 1041, de 13/12/2013 e, considerando a deliberação da 451ª Reunião Plenária, de 25.02.2015, resolve:

Art. 1º Homologar os cancelamentos por regularização (anexo I), as defesas dos autos de infração (anexo II) e os recursos dos autos de multa (anexo III), aprovados na Reunião Plenária acima referida, cuja relação faz parte integrante desta, encontrando-se arquivada neste Conselho.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

SILVIO ARRUDA VASCONCELOS
Secretário-Geral

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
3ª CÂMARA

ACÓRDÃO DE 15 DE ABRIL DE 2015

PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2014.007316-0/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Ceará. Exercício: 2013. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Ceará. (Gestão 2013/2015. Presidente: Valdetário Andrade Monteiro OAB/CE 11140; Vice-Presidente: Ricardo Bacelar Paiva OAB/CE 14408; Secretário-Geral: Jardson Saraiva Cruz OAB/CE 11860; Secretária-Geral Adjunta: Roberta Duarte Vasques Rangel OAB/CE 14140 e Diretor-Tesoureiro: Marcelo Mota Gurgel do Amaral OAB/CE 12392). Relator: Conselheiro Federal Raimundo Ferreira Marques (MA). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Humberto Henrique Fernandes da Costa Rêgo (RN). EMENTA N. 010/2015/TCA. Prestação de contas. Regularidade. Aprovação. Requisitos do Provimento nº 101/03, e alterações, totalmente atendidos. Constatada a aplicação correta dos recursos arrecadados, aprova-se, a prestação de contas referente ao exercício de 2013, do Conselho Seccional da OAB/CE. Contas regulares. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do relator, parte integrante deste, aprovando a Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Ceará, relativa ao exercício 2013. Impedido de votar o Representante da OAB/Ceará. Brasília, 14 de abril de 2015. Antonio Oneildo Ferreira, Presidente. Humberto Henrique Fernandes da Costa Rêgo, Relator "ad hoc".

ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente da Terceira Câmara

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial

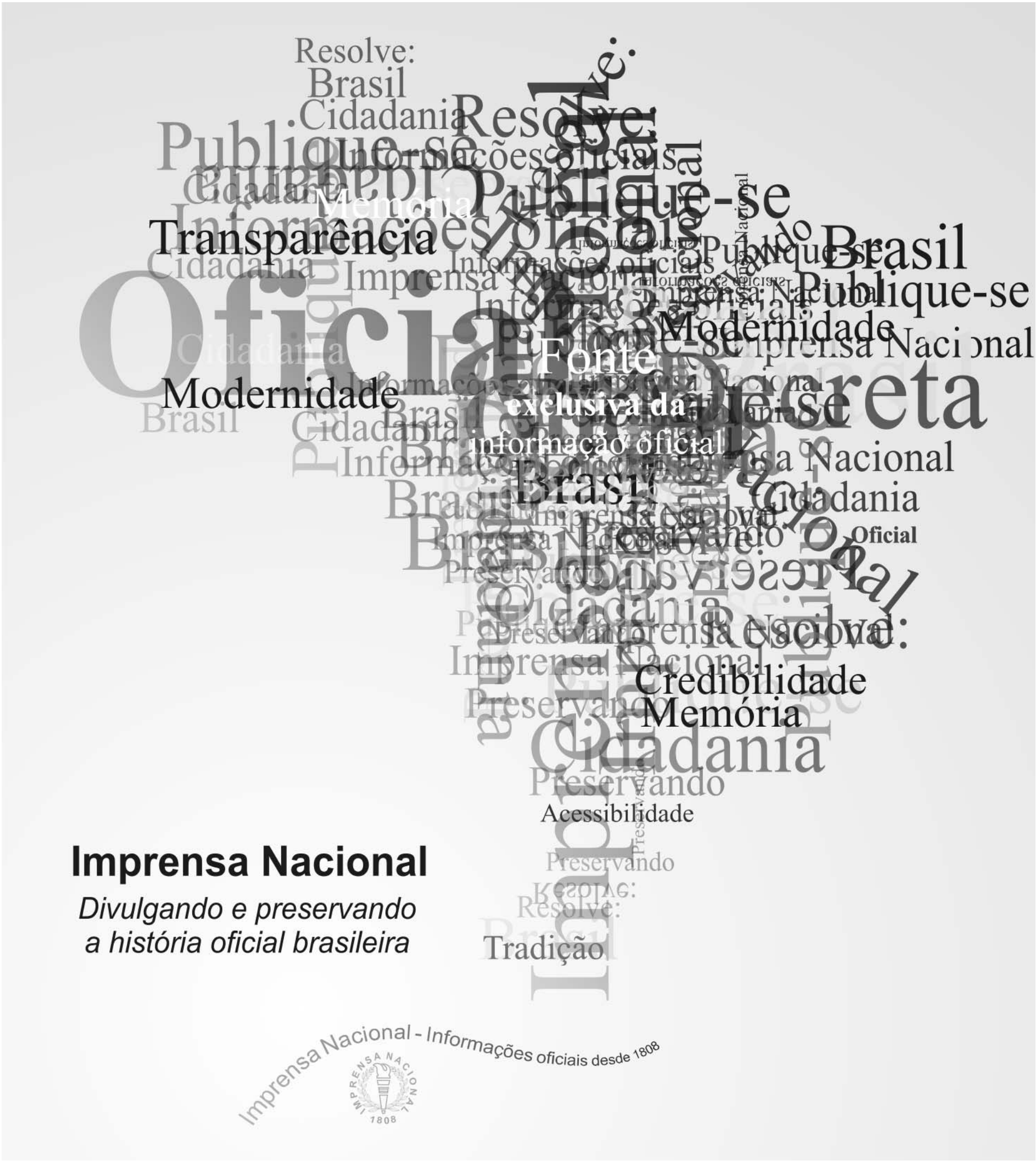


SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700379

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.


Transparência
Modernidade
Fonte
exclusiva da
informação oficial
Brasil
Oficial
Credibilidade
Memória
Acessibilidade
Tradição
Imprensa Nacional
Divulgando e preservando
a história oficial brasileira
Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

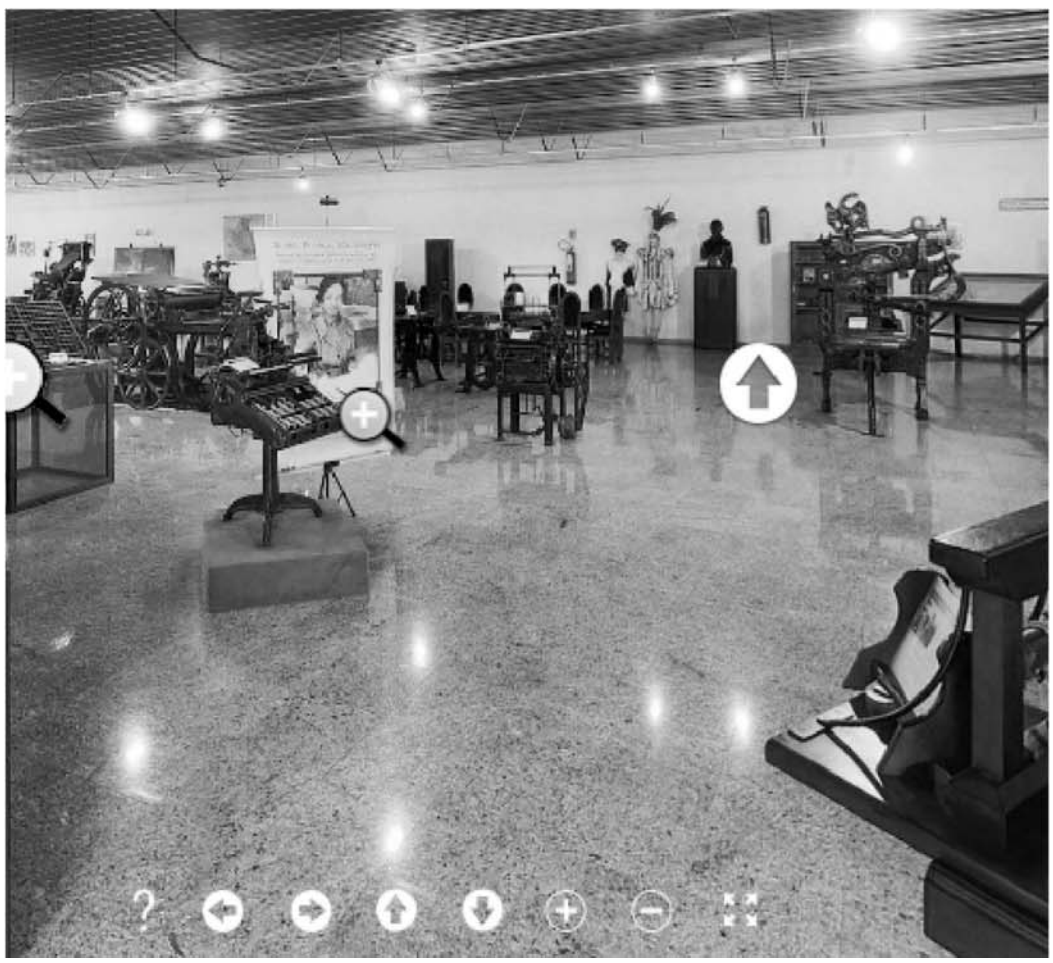
MUSEU DA IMPRENSA PERTENCE AGORA AO MUNDO



Ficou mais fácil conhecer o acervo de imprensa mais importante do Brasil e oitavo do mundo. A Imprensa Nacional lançou na internet a Visita Virtual ao Museu da Imprensa.

Agora, a distância, é possível conferir a riqueza de peças como o prelo em que trabalhou Machado de Assis, a réplica da primeira impressora manual que chegou ao Brasil em 1808, a bela história dos 300 anos da máquina de escrever, entre outras relíquias.

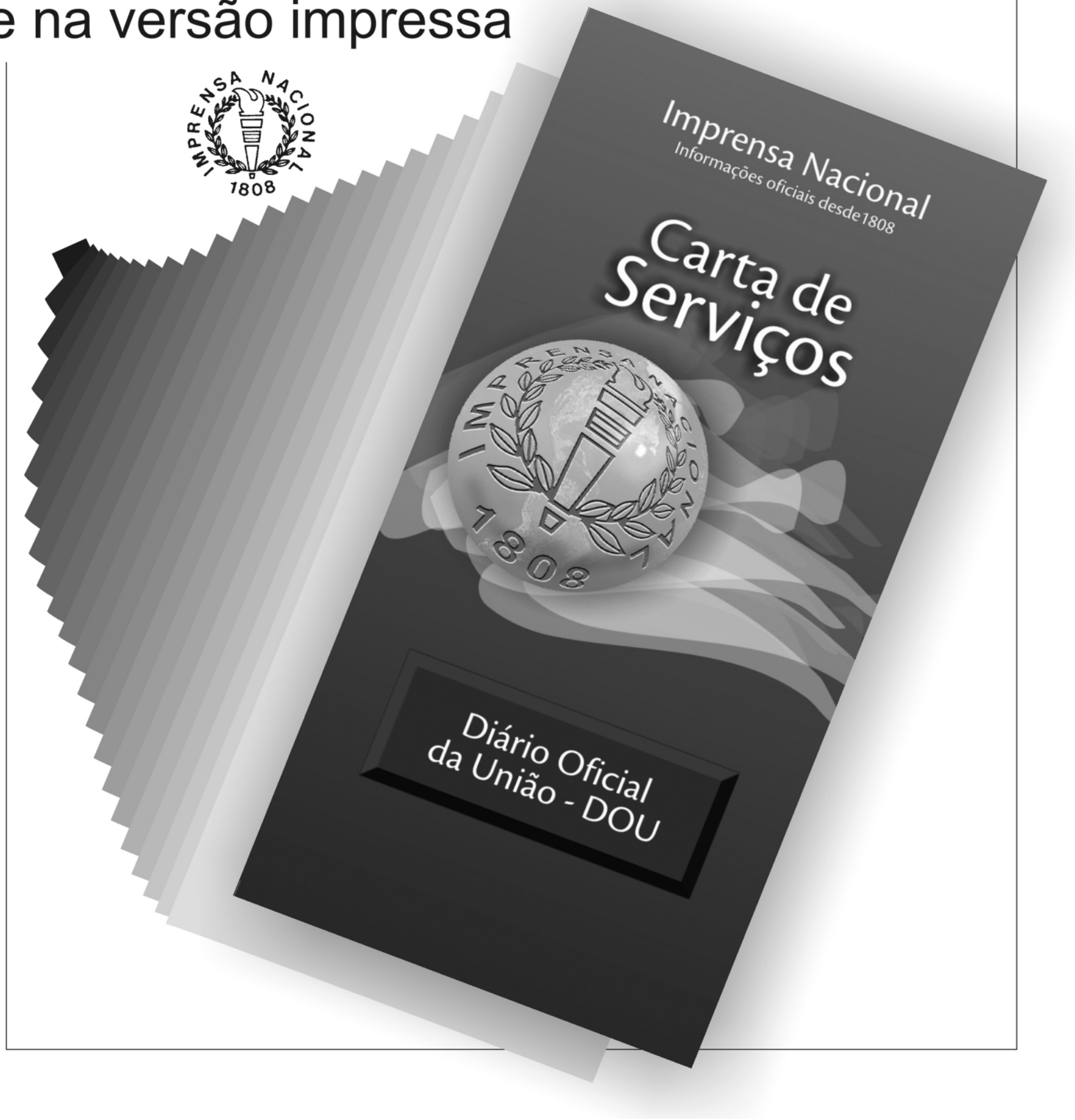
Com recursos visuais avançados, o internauta vai poder entrar no museu e ver cerca de quatrocentas peças e documentos, que registram a evolução da imprensa no Brasil, com descrições detalhadas sobre algumas delas. Essa acessibilidade estará brevemente também disponível aos portadores de necessidades especiais.



Tudo isso, a um clique do visitante no portal www.in.gov.br.

IMPRENSA NACIONAL 1808

Disponível no portal
www.in.gov.br
e na versão impressa



Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais



A Imprensa Nacional lança a série
Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015041700384

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.